DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
VOLUME I

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

APRESENTAÇÃO

O processo de planejamento urbano tem no Plano Diretor sua principal referência, o que está evidenciado no artigo 182 da Constituição Brasileira e no inciso III do artigo 4º do Estatuto da Cidade.

O parágrafo terceiro do artigo 40 do Estatuto da Cidade determina que a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. A Lei Complementar nº 170/ 06 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município entrou em vigor em 09 de outubro de 2006.

A metodologia para a revisão do Plano Diretor está dividida em QUATRO ETAPAS interdependentes:

1) Preparação e Estudos Preliminares;
2) Leitura da realidade local;
3) Proposições;
4) Elaboração da minuta de Projeto de Lei.

A Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado contempla os seguintes produtos:

- PRODUTO 01: Metodologia da Revisão do Plano Diretor
- **PRODUTO 02: Diagnóstico Participativo**
- PRODUTO 03: Estudos de Concepção
- PRODUTO 04: Minuta do Projeto de Lei

A presente versão minuta do Diagnóstico Participativo consiste na consolidação das informações que permitiram o entendimento da estrutura territorial atual e das tendências da dinâmica de uso e ocupação do solo sob o olhar técnico e da população.

Este Produto contempla a sistematização e análise dos conteúdos desenvolvidos a partir de dados e estudos oficiais, em especial dos planos e projetos setoriais desenvolvidos nas diversas temáticas analisadas nesta etapa, além dos conteúdos resultantes das oficinas avaliativas realizadas com a comunidade.

O Produto 02 é composto:

- **VOLUME I:** Diagnóstico Participativo, dividido nos capítulos: Conhecendo o Território, Leitura Técnica: Avaliação Temática Integrada e Leitura Comunitária;
- **VOLUME II**: Caderno de Mapas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO

Luciano Palma de Azevedo
Prefeito Municipal

João Pedro Nunes
Vice-*Prefeito Municipal*

Ana Paula Wickert
Secretária de Planejamento

NÚCLEO TÉCNICO: EQUIPE DE ELABORAÇÃO SEPLAN

Paulo Busi de Severo
Coordenador

Chris Bortoluzzi Bilibio
Arquiteta e Urbanista

Gustavo Heurich
Engenheiro Civil

José Carlos Arruda Pereira
Arquiteto e Urbanista

Renato Leal Martins Peixoto
Arquiteto e Urbanista

Sibele Fiori
Arquiteta e Urbanista

Ana Maria Leonhardt
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

Juliane Avila Marques
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

Sinara Alves da Conceição
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

COLABORAÇÃO

Procuradoria Geral do Município – PGM

Secretaria de Administração - SEAD

Secretaria de Cidadania e Assistência Social – SEMCAS

Secretaria de Cultura

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

Secretaria de Educação – SME

Secretaria de Esportes

Secretaria de Finanças - SEF

Secretaria de Habitação – SEHAB

Secretaria do Interior

Secretaria de Meio Ambiente – SMAM

Secretaria de Obras - SMO

Secretaria de Saúde – SMS

Secretaria de Segurança – SSEG

Secretaria de Transportes e Serviços Gerais - STSG

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1:	"Planta da Freguesia do Passo Fundo"..……..	22
Figura 1.2:	Limites do Município de Passo Fundo …….	23
Figura 1.3:	Localização geográfica de Passo Fundo……...	24
Figura 1.4:	Município de Passo Fundo ……..	25
Figura 1.5:	Principais rodovias que cruzam o Município……...	27
Figura 1.6:	Região de Articulação Urbana …….	29
Figura 1.7:	Composição Corede Produção……..	29
Figura 1.8:	Pirâmide Etária 2010…….	33
Figura 1.9:	Pirâmide Etária 2000 ……	34
Figura 1.10:	Esperança de Vida ao Nascer ……...	34
Figura 1.11:	Etnias…….....	37
Figura 1.12:	Variáveis que compõem o Índice de Longevidade……	38
Figura 1.13:	População com deficiência permanente –2010…….	40
Figura 1.14:	População residente por tipo de deficiência – 2010…….	41
Figura 1.15:	Taxa média anual de crescimento populacional……...	42
Figura 1.16:	Taxa de fecundidade ……	42
Figura 1.17:	Cenários construídos – Taxas de Crescimento Populacional……..	43
Figura 1.18:	Projeção de Crescimento Populacional ……..	44
Figura 2.1.1:	Regiões de Articulação Urbana de Passo Fundo – RIAU-PF……...	51
Figura 2.1.2:	Gráfico PIB dos Setores Econômicos no PIB total de Passo Fundo……...	53
Figura 2.1.3:	Gráfico Taxas Anuais de Crescimento do PIB no período 2002-2011: Passo Fundo e RS	53
Figura 2.1.4:	Passo Fundo como uma mancha de "Alto Desenvolvimento Humano" (IDH, 2010)…….	54
Figura 2.1.5:	Rodovias e Ferrovias de acesso à Passo Fundo……...	61
Figura 2.1.6:	Localização dos Ativos Tecnológicos …….	64
Figura 2.2.1:	Mapa de altitudes do município de Passo Fundo…….	65
Figura 2.2.2:	Mapa de declividades do município de Passo Fundo……..	66
Figura 2.2.3:	Rede hidrográfica mostrando o controle tectônico, com a indicação dos limites do município de Passo Fundo……	67
Figura 2.2.4:	As formas predominantes de esculturação do relevo no município…….	69
Figura 2.2.5:	As coxilhas na localidade de São Brás e, no horizonte, a superfície estrutural……...	69
Figura 2.2.6:	Rede de drenagem e formação de coxilhas……..	70
Figura 2.2.7:	Uma dale, no povoado de São José ……..	70
Figura 2.2.8:	Carta Hipsométrica ……..	72
Figura 2.2.9:	Carta Hipsométrica com rede de drenagem e relevo no município de Passo Fundo……...	72
Figura 2.2.10:	Mapa de matas significativas no perímetro urbano……..	74
Figura 2.2.11:	Mapa de pontos de captação de água ……..	77
Figura 2.2.12:	Mapa divisão das bacias Uruguai – Jacuí…….	79
Figura 2.2.13:	Mapa subdivisão – Jacuí ……..	79
Figura 2.2.14:	Pontos alagamento – Jacuí ……...	81
Figura 2.2.15:	Mapa Pontos alagamento – Uruguai…….	82
Figura 2.2.16:	Gráfico evolução pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado…….	85
Figura 2.2.17:	Gráfico evolução pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado 2……..	86
Figura 2.2.18:	Mapa de redes coletoras de esgoto ……..	87
Figura 2.2.19:	Tabela temperatura média ……...	89
Figura 2.2.20:	Gráfico média mensal precipitação…….	90

Figura 2.2.21: Gráfico situação de conforto térmico…….. 91
Figura 2.2.22: Evolução da população sem coleta de lixo…… 94
Figura 2.2.23: Gráfico domicílios sem coleta de lixo comparação regional…… 94
Figura 2.2.24: Gráfico composição gravimétrica……. 96
Figura 2.3.1: Evolução dos marcos legais urbanos no município de Passo Fundo /RS……. 98
Figura 2.3.2: Mapa do Plano Sanitarista ……... 98
Figura 2.3.3: Mapa do Plano Diretor 1953……. 99
Figura 2.3.4: Mapa de Zoneamento PDDU…… 100
Figura 2.3.5: Mapa do Macrozoneamento Municipal do PDDI……. 102
Figura 2.3.6: Mapa da Macrozona de Produção Agropastoril…… 103
Figura 2.3.7: Distrito de Bela Vista…… 104
Figura 2.3.8: Sistema Viário Distrito Bela Vista ……... 105
Figura 2.3.9: Distrito de Pulador ……... 106
Figura 2.3.10: Sistema Viário Distrito de Pulador…… 107
Figura 2.3.11: Mapa da Macrozona de Produção Agrofamiliar……... 107
Figura 2.3.12: Distrito de São Roque …….. 109
Figura 2.3.13: Sistema Viário Distrito São Roque……... 109
Figura 2.3.14: Distrito de Santo Antônio do Capinzal……. 110
Figura 2.3.15: Sistema Viário Distrito Santo Antônio do Capinzal……. 110
Figura 2.3.16: Distrito de Sede Independência …….. 111
Figura 2.3.17: Sistema Viário Distrito Sede Independência……. 111
Figura 2.3.18: Mapa da Macrozona de Produção Mista ……... 112
Figura 2.3.19: Distrito de Bom Recreio …….. 113
Figura 2.3.20: Sistema Viário Distrito Bom Recreio …….. 114
Figura 2.3.21: Mapa da Macrozona de Proteção aos Mananciais…… 114
Figura 2.3.22: Área fora de jurisdição distrital……. 116
Figura 2.3.23: Sistema Viário Área fora de jurisdição distrital…… 116
Figura 2.3.24 Mapa da Macrozona Urbana …… 118
Figura 2.3.25: Mapa de Zoneamento Urbano …….. 118
Figura 2.3.26: Distribuição áreas – Macrozona Urbana……... 118
Figura 2.3.27: Áreas de Preservação Ambiental…….. 119
Figura 2.3.28: Zonas classificadas como áreas de preservação ambiental…… 120
Figura 2.3.29: Áreas de Produção Urbana…… 121
Figura 2.3.30: Zonas classificadas como áreas de produção urbana…… 122
Figura 2.3.31: Áreas de Uso Especial ……. 123
Figura 2.3.32: Zonas classificadas como áreas de uso especial……... 124
Figura 2.3.33: Áreas Residenciais …….. 124
Figura 2.3.34: Zonas classificadas como áreas residenciais……. 125
Figura 2.3.35: Áreas Adensáveis…….. 126
Figura 2.3.36: Zonas classificadas como áreas adensáveis…….. 127
Figura 2.3.37: Áreas de Recreação e Turismo ……. 129
Figura 2.3.38: Zonas classificadas como áreas de recreação e turismo …….. 129
Figura 2.3.39: Comparação do modelo espacial urbano do PDDI e do II PDDU……... 130
Figura 2.3.40: Esquemático - Taxa de Ocupação ……... 131
Figura 2.3.41: Esquemático - Coeficiente de Aproveitamento……. 131
Figura 2.3.42: Coeficiente de Aproveitamento …… 133
Figura 2.3.43: Simulação da implantação da edificação residencial multifamiliar vertical – ZOI2 ……. 135
Figura 2.3.44: Simulação dos cortes da edificação residencial multifamiliar vertical – ZOI2…… 136
Figura 2.3.45: Comparativo de incremento de áreas da ZOI2……. 138

Figura 2.3.46: Simulação da implantação da edificação residencial multifamiliar vertical – ZT…… 139
Figura 2.3.47: Simulação dos cortes da edificação residencial multifamiliar vertical – ZT…… 140
Figura 2.3.48: Comparativo de incremento de áreas da ZT……. 142
Figura 2.3.49: Taxas de ocupação estabelecidas conforme Plano Diretor vigente…….. 143
Figura 2.3.50: Número de dormitórios……. 143
Figura 2.3.51: Esquema ilustrativo dos recuos……. 144
Figura 2.3.52: Estacionamentos no recuo frontal – arquivo Seplan, 2018……... 145
Figura 2.3.53: Recuo frontal maior no térreo – arquivo Seplan, 2018……. 145
Figura 2.3.54 Recuo frontal construções e pavimentação - arquivo Seplan, 2018……. 146
Figura 2.3.55: Exemplos isenções - arquivo Seplan, 2018 e imagens extraídas do Street View, 2017…... 146
Figura 2.3.56: Centralidades de Bairro …… 147
Figura 2.3.57: Eixos Indutores …… 148
Figura 2.3.58: Centro Tradicional – imagem extraídado Google Earth, 2018……. 148
Figura 2.3.60: Centro Boqueirão – imagem extraída do Google Earth, 2018……. 149
Figura 2.3.61: Centro da Vera Cruz – imagem extraída do Google Earth, 2018……. 149
Figura 2.3.62: Centro da Petrópolis - imagem extraída do Google Earth, 2018…….. 150
Figura 2.3.63: Centro da São José – imagem extraídado Google Earth, 2018……. 150
Figura 2.3.64: Centro da São Cristóvão – imagem extraída do Google Earth, 2018……... 151
Figura 2.3.65: Comparação da área urbanizada em 2006 e em 2018– imagens extraídas do Google Earth 152
Figura 2.3.66: Densidade Bruta – elaboração Seplan base Censo IBGE 2010…… 153
Figura 2.3.67: Renda Mediana Mensal por Domicílio –elaboração Seplan base Censo IBGE 2010…….. 154
Figura 2.3.68: Comparação Setor 08 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018 5…… 155
Figura 2.3.69: Comparação Setor 10 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018 5……... 156
Figura 2.3.70: Comparação Setor 11 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018 5…… 156
Figura 2.3.71: Comparação Setor 16 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018 5…… 157
Figura 2.3.72: Categorias de uso do solo adotadas…….. 158
Figura 2.3.73: Uso do solo…… 160
Figura 2.3.74: Porção Norte e Sul - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 160
Figura 2.3.75: Porção Nordeste e Leste - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……... 161
Figura 2.3.76: Porção Oeste - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 161
Figura 2.3.77: Áreas não parceladas - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……... 162
Figura 2.3.78: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018 e ao centro imagem de ocupação extraída do site da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF……. 163
Figura 2.3.79: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018….. 163
Figura 2.3.80: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018….. 164
Figura 2.3.81: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018….. 164
Figura 2.3.82: Vista panorâmica - pátio de manobras…….. 165
Figura 2.3.83: Ensino, pesquisa e tecnologia regional Leste- Imagens aéreas extraídas do Google Earth,2018……. 165
Figura 2.3.84: Ensino, pesquisa e tecnologia regional Centro - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 166
Figura 2.3.85: Prefeitura, aeroporto e fazenda da brigada militar - Imagens aéreas extraídas do GoogleEarth, 2018…… 166
Figura 2.3.86: Porção Norte do território Imagens éreas extraídas do Google Earth, 2018…… 167
Figura 2.3.87: Porção Norte do território - Imagensaéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 167
Figura 2.3.88: Vista aérea da BSBios com o centro da cidade ao fundo…….. 168
Figura 2.3.89: Porção Sudeste e Sul do território -Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 168
Figura 2.3.90: Porção Oeste do território – Imagen aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 169

Figura 2.3.91 Região do Edmundo Trein e da Cohab Secchi – Imagem do aerofotogramétrico de 1984 169
Figura 2.3.92: Região da Edmundo Trein e da Cohab Secchi - Imagens aérea extraídas do Google Earth, 2018……... 170
Figura 2.3.93: Região do José Alexandre Zácchia – à esquerda imagem do aerofotogramétrico de 1984 e à direita imagem aérea extraídas do Google Earth de 2018……... 170
Figura 2.3.94: Região Donária e Planaltina - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 171
Figura 2.3.95: Predomínio da categoria 9 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 171
Figura 2.3.96: Bairro Vera Cruz e da Vila Fátima - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018….. 172
Figura 2.3.97: Bairro Vera Cruz – Rua Alegrete - Imagens extraídas do Street View, 2017……... 172
Figura 2.3.98: Bairro Vera Cruz – Rua Alegrete - Imagens extraídas do Street View, 2017……... 172
Figura 2.3.99: Vila Fátima – Imagens extraídas do Street View, 2011…… 172
Figura 2.3.100: Bairro Vila Fátima - Imagens extraídas do Street View, 2015…….. 173
Figura 2.3.101: Região da Vila Xangri-lá e da Vila Cruzeiro - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 173
Figura 2.3.102: Xangri-lá a direita - Imagem extraída do Street View, 2011 e Donária a esquerda, arquivo Seplan 2018…….. 173
Figura 2.3.103: Vista aérea da Vila Cruzeiro ……. 174
Figura 2.3.104: Região do Leonardo Ilha e do São José - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…….. 174
Figura 2.3.105: Leonardo Ilha – arquivo Seplan, 2018……. 174
Figura 2.3.106: São José - Imagens extraídas do Street View, 2011…….. 175
Figura 2.3.107: Categoria 10 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 175
Figura 2.3.108: Região da Vera Cruz - Imagens extraídas do Street View, 2017…….. 176
Figura 2.3.109: Vista da Vila Petrópolis ……... 176
Figura 2.3.110: Região da Petrópolis - Imagens extraídas do Street View, 2017…….. 177
Figura 2.3.111: Região do Boqueirão- Imagens extraídas do Street View, 2017…….. 177
Figura 2.3.112: Região do São Cristóvão - Imagens extraídas do Street View, 2017……... 178
Figura 2.3.113: Categoria 11 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 178
Figura 2.3.114: Recortes categoria 11 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 179
Figura 2.3.115: Vista da área central…….. 179
Figura 2.3.116: Vista do entorno da Gare – arquivo Seplan, 2018…… 180
Figura 2.3.117: Vista do entorno da Praça Antonino Xavier – arquivo Seplan, 2018……... 180
Figura 2.3.118: Vista da Avenida Presidente Vargas – arquivo Seplan ,2018…… 180
Figura 2.3.119: Vista da rua Lavapés – arquivo Seplan, 2018……... 180
Figura 2.3.120: Vista da rua Uruguai – arquivo Seplan, 2018…… 180
Figura 2.3.121: Avenida Brasil Centro - Imagens extraídas do Street View, 2017…… 181
Figura 2.3.122: Rua Bento Gonçalves - Imagens extraídas do Street View, 2017……. 181
Figura 2.3.123: Rua Moron - Imagens extraídas do Street View, 2017……. 182
Figura 2.3.124: Vista da área central…….. 182
Figura 2.3.125 Vista da Avenida Brasil Oeste……... 183
Figura 2.3.126: Vista a partir da rua Moron em direção a porção Sudeste da cidade…… 183
Figura 2.3.127: Vista a partir da rua Moron em direção a porção Sul da cidade…… 183
Figura 2.3.128: Categoria 11 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018……. 184
Figura 2.3.129: Região da Vila Vergueiro – Imagem aérea extraída do Google Earth, 2018…… 184
Figura 2.3.130: Vila Vergueiro - Imagens extraídas do Street View, 2011……. 185
Figura 2.3.131: Clube Comercial sede Vila Vergueiro– a esquerda imagem extraída do Street View, 2017 e a direita imagem aérea do clube – extraída do site do Clube Comercial…… 185
Figura 2.3.132: Região do Bosque Lucas Araújo - à esquerda imagem do aerofotogramétrico de 1984 e à direita imagem aérea extraídas do Google Earth 2018……. 186

Figura 2.3.133 Bosque Lucas Araújo - Imagens extraídas do Street View, 2011……. 186
Figura 2.3.134: Vista da região do entorno do Bosque Lucas Araújo – arquivo Seplan, 2018…….. 186
Figura 2.3.135 Áreas não parceladas - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 187
Figura 2.3.136: Categoria 14 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018 …… 188
Figura 2.3.137: Condomínio La Barra e Vivenda das Palmeiras - Imagens aéreas extraídas do Google Earth,2018……. 188
Figura 2.3.138: Condomínio Bosque Village, Morada Além do Horizonte e Villa Palladio - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 188
Figura 2.3.139: Região da Roselândia - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 189
Figura 2.3.140: Ginásio Teixeirinha, Sede campestredo Clube Comercial e Vermelhão da Serra - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 189
Figura 2.3.141 Efrica - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018…… 190
Figura 2.3.142: Evolução urbana…… 200
Figura 2.3.143: Áreas de urbanização e ocupação prioritárias estabelecidas no mapa 04 da LC nº170/06... 201
Figura 2.3.144: Evolução da ocupação das áreas de urbanização e ocupação prioritárias…… 190
Figura 2.3.142: Evolução urbana……... 200
Figura 2.3.143: Áreas de urbanização e ocupação prioritárias estabelecidas no mapa 04 da LC nº170/06... 201
Figura 2.3.144: Evolução da ocupação das áreas de urbanização e ocupação prioritárias…… 201
Figura 2.4.1: Domicílios Permanentes e Vagos – Unidades…….. 205
Figura 2.4.2: Domicílios Permanentes e Vagos - %…….. 205
Figura 2.4.3: Domicílios Permanentes e Vagos – Unidades…….. 206
Figura 2.4.4: Domicílios Permanentes e Vagos - % ……... 206
Figura 2.4.5: Gráfico dos Domicílios por Faixa de Renda……. 207
Figura 2.4.6: Domicílios por Faixa de Renda - % ……. 208
Figura 2.4.7: Gráfico dos Habitantes por Domicílio ……. 208
Figura 2.4.8: Gráfico da Estimativa do Déficit Habitacional Básico……. 209
Figura 2.4.9: Gráfico dos Componentes do Déficit Habitacional…….. 210
Figura 2.4.10: Gráfico dos Componentes da Inadequação Habitacional……. 212
Figura 2.4.11: Gráfico dos Componentes da Inadequação Habitacional – Infraestrutura…… 212
Figura 2.4.12: Ocupações Irregulares……... 214
Figura 2.5.1: Aspecto da Cidade em 1888……. 216
Figura 2.5.2: Casa Morsch……. 214
Figura 2.5.3: Preservação da Casa Barão, com construção de edifício contemporâneo na parte posterior à pré-existência…….. 217
Figura 2.5.4: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição…….. 217
Figura 2.5.5: Casa Dipp…….. 218
Figura 2.5.6: Conjunto Arquitetônico da antiga Intendência Municipal, Clube Dramático Passo- fundense e Clube Pinheiro Machado…… 219
Figura 2.5.7: Casa Della Méa……. 219
Figura 2.5.8: Escola Protásio Alves…… 220
Figura 2.5.9: Edifício do antigo “Cassino da Maroca”…….. 221
Figura 2.5.10: Casa Rômulo Teixeira……... 222
Figura 2.5.11: Edifício Planalto, o ícone da modernidade…… 223
Figura 2.5.12: Vista da Massa Verde formada pela vegetação ao longo da Avenida Brasil……. 227
Figura 2.5.13: Vista do Remanescente de Mata Atlântica a partir do Belvedere da Gare…… 227
Figura 2.5.14: Vista da Verticalização e Adensamento Urbano a partir do Parque Linear do Sétimo Céu.. 228
Figura 2.5.15: Vista da Pedreira desativada localizada na área da Brigada Militar……. 229
Figura 2.5.16: Vista Aérea do limite Norte do Campus da UPF e transição para a Área Rural……... 230
Figura 2.5.17: Encenação da Batalha do Pulador……. 231

Figura 2.5.18: Vista Aérea da Paisagem Rural em direção Oeste do Território..... 231
Figura 2.5.19: Vista Aérea do Santuário..... 232
Figura 2.5.20: Instituto Marista Champagnat..... 232
Figura 2.6.1: Eixo de Mobilidade, Adensamento Urbano e Subcentralidades..... 270
Figura 2.6.2: Descontinuidades Viárias..... 271
Figura 2.6.3: Crescimento da Frota de Veículos registrados em Passo Fundo..... 272
Figura 2.6.4: Acréscimo de veículos por ano em Passo Fundo..... 273
Figura 2.6.5: Crescimento da população no período de 10 anos..... 273
Figura 2.6.6: Comparativo do percentual das taxas de crescimento..... 274
Figura 2.6.7: Mapa nº 03 – Sistema Viário – anexo da LC nº 170/ 06..... 276
Figura 2.6.8: Tendências de Deslocamento Final..... 277
Figura 2.6.9: Sobreposição do carregamento atual do sistema viário e a projeção para o ano de 2030… 278
Figura 2.6.10: Indicação do novo traçado da Perimetral Sul (RS 324)..... 279
Figura 2.6.11: Linhas de Transporte Coletivo..... 275
Figura 2.6.12: Malha Cicloviária 287
Figura 2.7.1: IDH – Passo Fundo..... 292
Figura 2.7.2: Taxa de analfabetismo..... 294
Figura 2.7.3: Equipamentos de Educação Existentes 295
Figura 2.7.4: Equipamentos de Educação Regional Centro..... 296
Figura 2.7.5: Equipamentos de Educação Regional Oeste..... 297
Figura 2.7.6: Equipamentos de Educação Regional Norte..... 298
Figura 2.7.7: Equipamentos de Educação Regional Sul 299
Figura 2.7.8: Equipamentos de Educação Regional Leste..... 300
Figura 2.7.9: Equipamentos de Saúde Existentes..... 303
Figura 2.7.10: Equipamentos de Saúde Regional Norte..... 304
Figura 2.7.11: Equipamentos de Saúde Regional Oeste..... 305
Figura 2.7.12: Equipamentos de Saúde Regional Sul..... 306
Figura 2.7.13: Equipamentos de Saúde Regional Leste 307
Figura 2.7.14: Equipamentos de Saúde Regional Centro..... 308
Figura 2.7.15: Equipamentos de Atenção Social Existentes..... 311
Figura 2.7.16: CRAS I..... 313
Figura 2.7.17: CRAS II e CREAS..... 314
Figura 2.7.18: CRAS III..... 315
Figura 2.7.19: CRAS IV..... 316
Figura 2.7.20: Equipamentos Culturais Existentes..... 318
Figura 2.7.21: Equipamentos Culturais Regional Centro..... 319
Figura 2.7.22: Equipamentos Culturais Regional Norte..... 321
Figura 2.7.23: Equipamentos Culturais Regional Leste..... 322
Figura 2.7.24: Equipamentos Culturais Regional Oeste..... 324
Figura 2.7.25: Equipamentos Culturais Regional Sul 325
Figura 2.7.26: Equipamentos Esportivos Existentes..... 328
Figura 2.7.27: Equipamentos Esportivos Regional Centro..... 329
Figura 2.7.28: Equipamentos Esportivos Regional Norte..... 330
Figura 2.7.29: Equipamentos Esportivos Regional Oeste..... 331
Figura 2.7.30: Equipamentos Esportivos Regional Sul..... 332
Figura 2.7.31: Equipamentos Esportivos Regional Leste..... 333
Figura 2.8.1: Espaços Livres de Uso Público..... 335
Figura 2.8.2: Espaços Livres de Uso Público Equipados e Não Equipados..... 336
Figura 2.8.3: Espaços Livres de Uso Público Regional Centro..... 337

Figura 2.8.4: Espaços Livres de Uso Público Regional Leste…… 338
Figura 2.8.5: Espaços Livres de Uso Público Regional Sul……... 339
Figura 2.8.6: Espaços Livres de Uso Público Regional Norte……... 340
Figura 2.8.7: Espaços Livres de Uso Público Regional Oeste……... 341
Figura 2.9.1: Contribuições – Meios de Participação……. 347
Figura 2.9.2: Fluxograma contribuições……. 350
Figura 3.1.1: Mapa n°01 – anexo LCn°170/06 ....……. 370
Figura 3.1.2: Divisão Regional…….. 371
Figura 3.1.3: Cronograma resumido das Oficinas Avaliativas……... 372
Figura 3.1.4: Participação da comunidade nas Oficinas……. 373
Figura 3.1.5 Modelo de apresentação adotada…….. 376
Figura 3.1.6. Capacitação da comunidade…….. 377
Figura 3.1.7. Debates em grupos…… 378
Figura 3.1.8A. Registro das contribuições da comunidade em cartelas coloridas…… 379
Figura 3.1.8B. Registro das contribuições dos grupos pelos facilitadores……... 379
Figura 3.1.9. Exemplo da exposição das contribuições dos grupos para o público…….. 379
Figura 3.1.10. Exemplo da exposição das contribuições dos grupos para o público……... 380
Figura 3.1.11. Exemplos da leitura de todas as contribuições dos grupos para o público……... 381
Figura 3.1.12. Exemplos do processo de eleição dos delegados realizado durante as Oficinas…….. 382
Figura 3.1.13. Exemplos do processo de eleição dos delegados realizado durante as Oficinas…….. 383
Figura 3.1.14. Delegados eleitos x delegados efetivados……. 383
Figura 3.1.15. Temas constantes na metodologia……. 384
Figura 3.1.16: Síntese com o total geral das contribuições da área urbana e da área rural por temática…. 385
Figura 3.1.17: Tabulação da avaliação geral sobre o município…….. 386
Figura 3.1.18: Avaliação geral sobre o município…… 386
Figura 3.1.19: Avaliação geral sobre o município……... 387
Figura 3.1.20: Aspectos positivos do município…….. 387
Figura 3.1.21: Aspectos negativos do município…..…… 388
Figura 3.1.22: Ideias para o município……. 388
Figura 3.1.23: Tabulação da síntese das contribuições da área rural…… 389
Figura 3.1.24: Síntese com total das contribuições recebidas na área rural……. 390
Figura 3.1.25: Localização da Macrozona de Produção Agropastoril…….. 390
Figura 3.1.26: Contribuições da comunidade – Macrozona de Produção Agropastoril……... 391
Figura 3.1.27: Aspectos positivos da Macrozona de Produção Agropastoril……... 391
Figura 3.1.28. Aspectos negativos da Macrozona de Produção Agropastoril…….. 392
Figura 3.1.29. Ideias para a Macrozona de Produção Agropastoril……. 392
Figura 3.1.30: Localização da Macrozona de Produção Agrofamiliar……. 393
Figura 3.1.31: Contribuições da comunidade - Macrozona de Produção Agrofamiliar……... 394
Figura 3.1.32: Aspectos positivos - Macrozona de Produção Agrofamiliar…… 394
Figura 3.1.33: Aspectos negativos - Macrozona de Produção Agrofamiliar…… 395
Figura 3.1.34: Ideias para a Macrozona de Produção Agrofamiliar……. 395
Figura 3.1.35: Localização da Macrozona de Produção Mista…… 396
Figura 3.1.36: Contribuições da comunidade - Macrozona de Produção Mista…….. 397
Figura 3.1.37: Aspectos positivos - Macrozona de Produção Mista…… 397
Figura 3.1.38: Aspectos negativos - Macrozona de Produção Mista……... 398
Figura 3.1.39: Ideias - Macrozona de Produção Mista……. 398
Figura 3.1.40: Localização da Macrozona de Proteção aos Mananciais…….. 399
Figura 3.1.41: Contribuições da comunidade - Macrozona de Proteção aos Mananciais…… 400
Figura 3.1.42: Aspectos positivos - Macrozona de Proteção aos Mananciais…….. 400

Figura 3.1.43: Aspectos negativos - Macrozona de Proteção aos Mananciais……. 401
Figura 3.1.44: Ideias - Macrozona de Proteção aos Mananciais…….. 401
Figura 3.1.45: Tabulação da síntese das contribuições da Macrozona Urbana…… 402
Figura 3.1.46: Síntese das contribuições da comunidade – somatório das regionais da Macrozona Urbana…….. 403
Figura 3.1.47: Tabulação das contribuições - aspectos positivos, negativos e ideias da Macrozona Urbana……... 403
Figura 3.1.48: Aspectos positivos – Total geral da Macrozona Urbana……... 404
Figura 3.1.49 Aspectos negativos – Total geral da Macrozona Urbana…….. 404
Figura 3.1.50: Ideias – Total geral da Macrozona Urbana……... 405
Figura 3.1.51: Localização da Regional Norte – Macrozona Urbana…….. 406
Figura 3.1.52. Contribuições da comunidade da Regional Norte por tema……. 406
Figura 3.1.53. Aspectos positivos da Regional Norte por tema……... 407
Figura 3.1.54. Aspectos negativos da Regional Norte por tema…….. 407
Figura 3.1.55. Ideias da Regional Norte por tema……... 408
Figura 3.1.56: Localização da Regional Oeste – Macrozona Urbana…….. 409
Figura 3.1.57. Contribuições da comunidade da Regional Oeste por tema…… 410
Figura 3.1.58. Aspectos positivos da Regional Oeste por tema……... 410
Figura 3.1.59. Aspectos negativos da Regional Oeste por tema…….. 411
Figura 3.1.60. Ideias - Regional Oeste por tema…….. 411
Figura 3.1.61: Localização da Regional Sul – Macrozona Urbana…….. 413
Figura 3.1.62: Contribuições da comunidade da Regional Sul por tema…… 413
Figura 3.1.63: Aspectos positivos da Regional Sul por tema……... 414
Figura 3.1.64: Aspectos negativos da Regional Sul por tema…….. 414
Figura 3.1.65: Ideias - Regional Sul por tema……... 415
Figura 3.1.66: Localização da Regional Leste – Macrozona Urbana……... 416
Figura 3.1.67: Contribuições da comunidade da Regional Leste por tema…….. 417
Figura 3.1.68: Aspectos positivos da Regional Leste por tema……... 417
Figura 3.1.69: Aspectos negativos da Regional Leste por tema…….. 418
Figura 3.1.70: Ideias - Regional Leste por tema…….. 418
Figura 3.1.71: Localização da Regional Centro – Macrozona Urbana…… 419
Figura 3.1.72: Contribuições da comunidade da Regional Centro por tema…… 420
Figura 3.1.73: Aspectos positivos da Regional Centro por tema……. 420
Figura 3.1.74: Aspectos negativos da Regional Centro por tema…… 421
Figura 3.1.75: Ideias - Regional Centro por tema…… 421
Figura 3.2.1: Reunião com as doze paróquias…… 484
Figura 3.2.2: Reunião sobre habitação……... 486
Figura 3.3.1: Palestra sobre Planejamento Urbano…… 496
Figura 3.3.2: Palestra sobre Planejamento Urbano – Escola Wolmar Salton……. 497
Figura 3.3.3: Teatro de Fantoches…….. 497
Figura 3.3.4: Quiz da Cidade…….. 499
Figura 3.3.5: Mapa Mental…… 500
Figura 3.3.6: Mapa Mental…… 501
Figura 3.3.7: Bairro Ideal……... 502
Figura 3.3.8: Bairro Ideal……... 502
Figura 3.3.9: Bairro Ideal……... 503
Figura 3.4.1. Questionário utilizado……... 510
Figura 3.4.2. Faixa etária dos respondentes……... 511
Figura 3.4.3. Residentes em Passo Fundo…….. 512

Figura 3.4.4. Local de moradia dos respondentes…….. 512
Figura 3.4.5 Mapa divisão regional……... 513
Figura 3.4.6. Meio de locomoção dos respondentes…….. 514
Figura 3.4.7. Concordância/discordância hierarquização viária do CTB……... 514
Figura 3.4.8. Criação de faixas preferenciais de ônibus……. 514
Figura 3.4.9. Ampliação de percurso de ciclovia e pontos de bicicleta compartilhada……. 515
Figura 3.4.10. Utilização do percurso de ciclovia…… 515
Figura 3.4.11 Utilização da ciclovia para trabalho…….. 515
Figura 3.4.12. Utilização da ciclovia para lazer……... 515
Figura 3.4.13. Criação de vias de lazer nos finais de semana…….. 516
Figura 3.4.14 Dimensões das calçadas - região central……... 516
Figura 3.4.15. Qualidade das calçadas - região central…… 516
Figura 3.4.16. Dimensões das calçadas – bairro…….. 516
Figura 3.4.17. Qualidade das calçadas – bairro…… 516
Figura 3.4.18. Percepção dimensões das calçadas por bairro…….. 517
Figura 3.4.19. Boa oferta de moradia, trabalho, serviços, comércio e lazer no bairro……. 518
Figura 3.4.20. Oferta de moradia por bairro……. 518
Figura 3.4.21 Oferta de trabalho por bairro…… 519
Figura 3.4.22. Oferta de serviços por bairro……. 519
Figura 3.4.23 Oferta de comércio por bairro……... 520
Figura 3.4.24. Oferta de lazer por bairro…….. 520
Figura 3.4.25. Oferta de feiras e atividades de lazer ao livre……... 521
Figura 3.4.26. Oferta de serviços de educação, saúde e segurança no bairro…….. 521
Figura 3.4.27. Oferta de serviços de saúde por bairro…….. 521
Figura 3.4.28. Oferta de serviços de educação por bairro…… 522
Figura 3.4.29. Oferta de serviços de segurança por bairro……... 522
Figura 3.4.30. Adoção de medidas inovadoras…… 523
Figura 3.4.31. Desenvolvimento tecnológico pode impulsionar a economia local…….. 523
Figura 3.4.32 Motivação empresar locais – inovação……. 523
Figura 3.4.33. Altura da edificação no bairro…….. 524
Figura 3.4.34. Altura edificações por bairro…… 524
Figura 3.4.35. Uso misto edificações do bairro……... 525
Figura 3.4.36. Uso misto edificações por bairro…….. 525
Figura 3.4.37. Vagas de estacionamento no recuo frontal……... 526
Figura 3.4.38. Áreas permeáveis no recuo frontal……... 526
Figura 3.4.39. Participação da comunidade……. 526
Figura 3.4.40. Participação da comunidade……. 527

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1:	Território Municipal	26
Tabela 1.2:	Demografia	31
Tabela 1.3:	População do Município 2010	32
Tabela 1.4:	População Município 2000	33
Tabela 1.5:	Taxa de crescimento da população	35
Tabela 1.6:	Crescimento Vegetativo	36
Tabela 1.7:	Índice de Desenvolvimento Urbano para a Longevidade	39
Tabela 1.8:	Desempenho de Passo Fundo – IDL	40
Tabela 1.9:	Projeção de Crescimento Populacional por Ano	45
Tabela 1.10:	Estimativa populacional IBGE	46
Tabela 2.1.1:	Comparação Demográfica e Econômica entre os Municípios Líderes do Norte do Estado no ano de 1952	50
Tabela 2.2.1:	Temperaturas Médias	88
Tabela 2.2.2:	Média Ventos por mês	92
Tabela 2.2.3:	Pressão Sonora permitida por tipo de área	97
Tabela 2.3.1:	Distribuição da População – Distrito Bela Vista (Em N° de Habitantes)	104
Tabela 2.3.2:	Distribuição da população de Pulador (n° de habitantes)	106
Tabela 2.4.1:	Estoque de Domicílios no Município, 2000	204
Tabela 2.4.2:	Estoque de Domicílios no Município	206
Tabela 2.4.3:	Domicílios por Faixa de Renda	207
Tabela 2.4.4:	Habitantes por Domicílio	208
Tabela 2.4.5:	Estimativa do Déficit Habitacional Básico	209
Tabela 2.4.6:	Componentes do Déficit Habitacional	210
Tabela 2.4.7:	Componentes da Inadequação Habitacional	211
Tabela 2.4.8:	Componentes da Inadequação Habitacional – Infraestrutura	212
Tabela 2.4.9:	Tabela Inadequação Domicílios Urbanos	213
Tabela 2.6.1:	Divisão modal das viagens do Município de Passo Fundo	274
Tabela 2.7.1:	População residente no Município	293
Tabela 2.7.2:	População residente no Município que frequentava escola	293
Tabela 2.7.3:	Níveis escolares da educação básica	294
Tabela 2.7.4:	Tipologias de Equipamentos de Atenção Social	310
Tabela 2.7.5:	Atendimento CRAS	311
Tabela 2.7.6:	Rendimento nominal mensal da população por setor até ½ salário-mínimo	312
Tabela 3.3.1:	Resultados do QUIZ da Cidade	499

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1.1:	Região Intermediária de Articulação Urbana de Passo Fundo – RIAU – PF	52
Quadro 2.2.1:	Vazões nas barragens	78
Quadro 2.2.2:	Vazões estimadas para potenciais mananciais	78
Quadro 2.2.3:	Efeitos de atividades sobre disponibilidades hídricas	83
Quadro 2.2.4:	Sistema de esgotamento sanitário	86
Quadro 2.2.5:	ETE 2013	87
Quadro 2.3.1:	Quadro resumo dos índices urbanísticos	132
Quadro 2.3.2:	Resumo da simulação A	135
Quadro 2.3.3:	Simulação edificação residencial multifamiliar vertical	136
Quadro 2.3.4:	Resumo comparativo de incremento de áreas das simulações	137
Quadro 2.3.5:	Resumo da simulação B	139
Quadro 2.3.6:	Simulação edificação residencial multifamiliar vertical	140
Quadro 2.3.7:	Resumo comparativo de incremento de áreas das simulações	141
Quadro 2.3.8:	Atividades residências versus zoneamento	191
Quadro 2.3.9:	Atividades comerciais e serviços versus zoneamento	194
Quadro 2.3.10:	Atividades industriais versus zoneamento	195
Quadro 2.3.11:	Atividades especiais versus zoneamento	197
Quadro 2.3.12:	Atividades primárias versus zoneamento	198
Quadro 2.5.1:	Bens Tombados Municipais	225
Quadro 2.5.2:	Inventário do patrimônio arquitetônico	233
Quadro 2.9.1:	Instrumentos previstos / criados	365
Quadro 2.9.2:	Prédios tombados / estado de conservação	367
Quadro 2.9.3:	Prédios tombados/ potencial construtivo	367
Quadro 2.9.4:	Empreendimento / incremento de área	368
Quadro 3.1.1:	Contribuições da Comunidade	423
Quadro 3.1.2:	Total de contribuições	385
Quadro 3.1.3:	Quantidade geral de contribuições por temática	385
Quadro 3.1.4:	Exemplos contribuições – Macrozona Agropastoril	393
Quadro 3.1.5:	Exemplos Assuntos Mencionados – Macrozona Agropastoril	393
Quadro 3.1.6:	Exemplos contribuições – Macrozona Agrofamiliar	396
Quadro 3.1.7:	Exemplos Assuntos Mencionados – Macrozona Agrofamiliar	396
Quadro 3.1.8:	Exemplos contribuições – Macrozona Produção Mista	399
Quadro 3.1.9:	Exemplos assuntos mencionados – Macrozona Produção Mista	399
Quadro 3.1.10:	Exemplos contribuições - Macrozona de Proteção aos Mananciais	402
Quadro 3.1.11:	Exemplos assuntos mencionados - Macrozona de Proteção aos Mananciais	402
Quadro 3.1.12:	Exemplos contribuições da Regional Norte – Macrozona Urbana	408
Quadro 3.1.13:	Exemplos assuntos mencionados da Regional Norte – Macrozona Urbana	408
Quadro 3.1.14:	Exemplos contribuições da Regional Oeste – Macrozona Urbana	412
Quadro 3.1.15:	Exemplos assuntos mencionados da Regional Oeste – Macrozona Urbana	412
Quadro 3.1.16:	Exemplos contribuições da Regional Sul – Macrozona Urbana	415
Quadro 3.1.17:	Exemplos assuntos mencionados da Regional Sul – Macrozona Urbana	415
Quadro 3.1.18:	Exemplos contribuições da Regional Leste – Macrozona Urbana	419
Quadro 3.1.19:	Exemplos assuntos mencionados da Regional Leste – Macrozona Urbana	419
Quadro 3.1.20:	Exemplos contribuições da Regional Centro – Macrozona Urbana	422
Quadro 3.1.21:	Exemplos assuntos mencionados da Regional Centro – Macrozona Urbana	422
Quadro 3.4.1:	Mapa divisão regional	513

LISTA DE MAPAS – VOLUME II – CADERNO DE MAPAS

Mapa 1.1: Município de Passo Fundo
Mapa 2.2.1: Matas Significativas
Mapa 2.2.2: Redes Coletoras de Esgoto
Mapa 2.3.1: Mapa n° 01 – Macrozoneamento – anexo da LC n°170/06 5
Mapa 2.3.2: Mapa nº 02 – Zoneamento Urbano – anexo da LC nº 170/ 06
Mapa 2.3.3: Densidade Bruta
Mapa 2.3.4: Renda Mediana Mensal dos Domicílios
Mapa 2.3.5: Uso do Solo
Mapa 2.3.6: Mapa nº 04 – Áreas de Urbanização e Ocupação Prioritária – anexo da LC nº 170/ 06
Mapa 2.3.7: Evolução da Ocupação das Áreas de Urbanização e Ocupação Prioritária
Mapa 2.4.1: Ocupações Irregulares
Mapa 2.6.1: Descontinuidades Viárias
Mapa 2.6.2: Mapa nº 03 – Sistema Viário – anexo da LC nº 170/ 06
Mapa 2.6.3: Tendências de Deslocamento Fina
Mapa 2.6.4: Linhas de Transporte Coletivo
Mapa 2.6.5: Cobertura Espacial da Rede de Linhas Municipais
Mapa 2.6.6: Malha Cicloviária
Mapa 2.7.1: Equipamentos de Educação Existentes
Mapa 2.7.2: Equipamentos de Saúde Existentes
Mapa 2.7.3: Equipamentos de Atenção Social Existentes
Mapa 2.7.4: Equipamentos Culturais Existentes
Mapa 2.7.5: Equipamentos Esportivos Existentes
Mapa 2.8.1: Espaços Livres de Uso Público
Mapa 2.8.2: Espaços Livres de Uso Público Equipados e Não Equipados
Mapa 3.1: Divisão Regional

SUMÁRIO

1.	**CONHECENDO O TERRITÓRIO**	20
1.1.	Histórico	21
1.2.	Inserção Regional e Localização	23
1.2.1.	Sistema Viário Regional	26
1.2.2.	Entorno Regional	28
1.3.	Estrutura Econômica	30
1.4.	Sítio	31
1.5.	Demografia	31
1.5.1.	Evolucão Demográfica	35
1.5.2.	Crescimento Demográfico	35
1.5.3.	Caracterização da População	37
1.5.4.	Projeção de Crescimento Populacional	41
1.5.5.	Estimativa Populacional IBGE	45
2.	**LEITURA TÉCNICA: AVALIACÃO TEMÁTICA INTEGRADA**	46
2.1.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	47
2.1.1.	Introducão	47
2.1.2.	Antecedentes	47
2.1.3.	Ciclos Econômicos	47
2.1.4.	Análise Regional da Polaridade de Passo Fundo	50
2.1.5.	Dinâmica dos Principais Setores de Atividade Econômica de Passo Fundo	56
2.1.6.	Evolucão Recente dos Principais Setores ou “Complexos” de Atividades Econômicas de Passo	57
2.1.7.	Análise da Infraestrutura de Suporte para o Desenvolvimento	60
2.1.7.1.	Logística Regional	61
2.1.8.	Ciência, Tecnologia e Inovacão	62
2.2.	MEIO AMBIENTE	65
2.2.1.	Relevo e Declividade	65
2.2.2.	Geologia	66
2.2.3.	Solos	67
2.2.3.1.	Solos no Espaço Urbano	68
2.2.4.	Geomorfologia	68
2.2.5.	Processos Erosivos	69
2.2.6.	Fauna no Município de Passo Fundo	73
2.2.7.	Patrimônio Ambiental	73
2.2.7.1.	Matas Significativas dentro do Perímetro Urbano	73
2.2.7.2.	Parque Ambiental Banhado da Vergueiro	74
2.2.7.3.	Parque Urbano Municipal Arlindo Hass	74
2.2.7.4.	Unidades de Conservacão	75
2.2.8.	Recursos Hídricos	76
2.2.8.1.	Pontos de Captacão de Água	76
2.2.8.2.	Definição das Bacias Hidrográficas de Passo Fundo	78
2.2.8.2.1.	A Bacia do Jacuí	79
2.2.8.2.1.1.	Áreas Inundáveis da Bacia do Jacuí	80
2.2.8.2.2.	A Bacia do Uruguai	81
2.2.8.2.2.1.	Áreas Inundáveis da Bacia do Uruguai	81
2.2.8.3.	Fontes de Poluicão Hídrica	82
2.2.8.4.	Situacão dos Rios	83
2.2.8.4.1.	Rio Passo Fundo	83
2.2.8.4.2.	Rio Jacuí	83
2.2.8.4.3.	Rio da Várzea	84
2.2.8.5.	Situacão das Águas e Esgotos	84
2.2.9.	Clima	88
2.2.9.1.	As Temperaturas	88
2.2.9.2.	Radiacão Solar	89
2.2.9.3.	As Precipitacões	89
2.2.9.4.	Conforto Térmico e Hídrico	90
2.2.9.5.	Ventos	91

2.2.9.6. Classificação Climática..... 92
2.2.10. Resíduos Sólidos..... 92
2.2.10.1. Domiciliar..... 93
2.2.10.2. De Saúde..... 95
2.2.10.3. Da Construção Civil..... 95
2.2.10.4. Agrícolas..... 95
2.2.10.5. Industriais..... 95
2.2.10.6. Composição Gravimétrica e Geração..... 96
2.2.11. Ruídos Urbanos..... 96
2.3. OCUPACÃO DO TERRITÓRIO..... 98
2.3.1. Histórico do Planejamento Urbano em Passo Fundo..... 98
2.3.1.1. Modelo Espacial do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado..... 101
2.3.1.1.1. Macrozona de Producão Agropastoril..... 103
2.3.1.1.1.1. Distrito de Bela Vista..... 104
2.3.1.1.1.2. Distrito de Pulador..... 105
2.3.1.1.2. Macrozona de Producão Agrofamiliar..... 107
2.3.1.1.2.1. Distrito de São Roque / Santo Antônio do Capinzal..... 108
2.3.1.1.2.2. Distrito de São Roque..... 109
2.3.1.1.2.3. Distrito de Santo Antônio do Capinzal..... 110
2.3.1.1.2.4. Distrito de Sede Independência 111
2.3.1.1.3. Macrozona de Producão Mista..... 112
2.3.1.1.3.1. Distrito de Bom Recreio..... 113
2.3.1.1.4. Macrozona de Protecão aos Mananciais..... 114
2.3.1.1.4.1. Área fora de jurisdicão distrital..... 115
2.3.1.1.5. Macrozona Urbana..... 117
2.3.1.1.5.1. Áreas de Preservação Ambiental..... 119
2.3.1.1.5.2. Áreas de Producão Urbana..... 121
2.3.1.1.5.3. Áreas de Usos Especiais..... 122
2.3.1.1.5.4. Áreas Residenciais..... 124
2.3.1.1.5.5. Áreas Adensáveis..... 125
2.3.1.1.5.6. Áreas de Recreacão e Turismo..... 127
2.3.1.2. Parâmetros Urbanísticos..... 130
2.3.1.2.1. Simulacão A..... 135
2.3.1.2.2. Simulação B..... 139
2.3.1.2.3 Demais Parâmetros Urbanísticos..... 142
2.3.2. Centralidades de Bairro..... 147
2.3.3. Densidade e Renda Mediana Mensal Por Domicílio..... 151
2.3.4. Uso do Solo..... 158
2.3.4.1. Categoria 1 - Macicos Arbóreos/Ambiental..... 160
2.3.4.2. Categoria 2 – Não Urbanizado..... 162
2.3.4.3. Categoria 3 – Parcelamento Previsto..... 163
2.3.4.4. Categoria 4 – Logística..... 164
2.3.4.5. Categoria 5 - Educacional/Pesquisa/Tecnologia..... 165
2.3.4.6. Categoria 6 – Institucional..... 166
2.3.4.7. Categoria 7 - Industrial/Logístico/Comercial/Servicos..... 166
2.3.4.8. Categoria 8 – Núcleo Habitacional de Interesse Social..... 169
2.3.4.9 Categoria 9 – Predominantemente Residencial Tipologia Horizontal..... 171
2.3.4.10. Categoria 10 – Predominantemente Uso Misto Tipologia Horizontal..... 175
2.3.4.11. Categoria 11 - Predominantemente Uso Misto Tipologia Vertical..... 178
2.3.4.12. Categoria 12 – Predominante Uso Residencial Tipologia Residencial Multifamiliar Vertical 184
2.3.4.13. Categoria 13 – Saneamento..... 187
2.3.4.14. Categoria 14 – Urbanizacão Específica..... 187
2.3.4.15. Categoria 15 – Recreacão/Lazer/Turismo..... 189
2.3.5. Usos Segundo a Legislação..... 190
2.3.6. Áreas De Urbanizacão e Ocupação Prioritárias – AUOP..... 198
2.4. HABITACÃO E OCUPACÕES..... 203
2.4.1. Situacão do Setor Habitacional..... 203
2.4.2. Necessidades Habitacionais..... 203
2.4.3. Domicílios..... 204
2.4.4. Déficit Habitacional..... 209

2.4.5. Inadequação Habitacional 211
2.4.5.1. Assentamentos Precários 213
2.4.5.1.1. Beira Trilhos 214
2.4.5.1.2. Aglomerados Subnormais 215
2.5. PAISAGEM E PATRIMÔNIO 216
2.5.1. Evolução Urbana e Arquitetônica de Passo Fundo 216
2.5.2. Legislação Municipal Preservação 224
2.5.3. Paisagem Urbana Atual 226
2.5.4. Paisagem Rural 228
2.6. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL 270
2.6.1. Aspectos Gerais 270
2.6.2. Sistema Viário 272
2.6.2.1. Frota de Veículos 272
2.6.2.2. Malha Viária 275
2.6.2.3. Vagas de Estacionamento em Via Pública 281
2.6.2.4. Vagas de Estacionamento em Obras Particulares 282
2.6.2.5. Transporte de Cargas Pesadas 283
2.6.3. Transporte Coletivo 284
2.6.4. Ciclovia 286
2.6.5. Calçadas 288
2.6.6. Considerações Finais 289
2.7. EQUIPAMENTOS SOCIAIS 292
2.7.1. Equipamentos de Educação 292
2.7.2. Equipamentos de Saúde 302
2.7.3. Equipamentos de Atenção Social 309
2.7.4. Equipamentos Culturais 317
2.7.5. Equipamentos Esportivos 327
2.8. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO 334
2.9. GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL 343
2.9.1. Introdução – Plano Diretor uma Construção no Tempo 343
2.9.2. Um Novo Ator no Urbanismo Brasileiro e suas Consequências para o Cenário Local 343
2.9.3. Participação Comunitária – A Construção de um Plano Diretor Democrático 346
2.9.3.1. Atividades Presenciais 348
2.9.3.2. Outros Meios de Interlocução 349
2.9.4. Os Instrumentos do Estatuto da Cidade 350
2.9.5. Os Instrumentos do Estatuto da Cidade Vigentes no Município de Passo Fundo 365
3. LEITURA COMUNITÁRIA 369
3.1. RELATÓRIO OFICINAS AVALIATIVAS 370
3.1.1. Introdução 371
3.1.2. Delegados 382
3.1.3. Contribuições da Comunidade 385
3.1.3.1. Avaliação da Comunidade sobre o Município 387
3.1.3.2. Oficinas Realizadas na Área Rural 390
3.1.3.2.1. Macrozona de Produção Agropastoril 391
3.1.3.2.2. Macrozona de Produção Agrofamiliar 394
3.1.3.2.3. Macrozona de Produção Mista 397
3.1.3.2.4. Macrozona de Proteção aos Mananciais 400
3.1.3.3. Oficinas Realizadas na Área Urbana 403
3.1.3.3.1. Contribuições por Regional – Macrozona Urbana 406
3.1.3.3.1.1. Regional Norte 406
3.1.3.3.1.2. Regional Oeste 410
3.1.3.3.1.3. Regional Sul 413
3.1.3.3.1.4. Regional Leste 416
3.1.3.3.1.5. Regional Centro 420
3.2. RELATÓRIO DAS REUNIÕES COM SEGMENTOS ESPECÍFICOS 484
3.2.1. Relato da Reunião da Equipe da Seplan com as Doze Paróquias 485
3.2.2. Relato da Reunião da Equipe da Seplan com o COMPEDE 486
3.2.3. Relato da Reunião sobre Habitação 486
3.3. RELATÓRIO DO PROJETO CIDADE DO AMANHÃ 488

3.3.1. Introdução..... 489
3.3.2. Atividades..... 490
3.3.2.1. Palestra Conceitual sobre Planejamento Urbano..... 490
3.3.2.2. Teatro de Fantoches..... 498
3.3.2.3. Quiz da Cidade..... 499
3.3.2.4. Entrega de Percurso..... 500
3.3.2.5. Bairro Ideal..... 502
3.3.3. Conclusão..... 505
3.4. RELATÓRIO DO QUESTIONÁRIO ON-LINE..... 506
3.4.1. Enquete da Revisão do Plano Diretor de Passo Fundo – RS..... 507
3.4.2. Resultados..... 512
REFERÊNCIAS..... 529
ANEXO 01 - Divulgação das Oficinas Avaliativas da revisão do Plano Diretor..... 532
ANEXO 02 – Atas..... 558
ANEXO 03 – Habitação e Ocupações..... 716

CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O TERRITÓRIO

1. CONHECENDO O TERRITÓRIO

1.1. HISTÓRICO

Nos primórdios do século XIX (1810) o Rio Grande do Sul chamava-se Capitania do Rio Grande de São Pedro e seu território estava dividido em apenas quatro municípios: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha. Passo Fundo era integrante do município de Rio Pardo.

O território de Passo Fundo era ocupado inicialmente por povos indígenas, tupi-guarani e jês, além dos caingangues, que viviam da horticultura de subsistência (milho, erva-mate, feijão, mandioca e batata).

A região onde se localiza Passo Fundo fazia parte da rota dos tropeiros. O tropeirismo era uma atividade que se desenvolvia nos campos sulinos desde final do século XVII em termos de fornecimento do gado para o abate e para o transporte na região mineira (principalmente o gado muar). Os tropeiros reuniam o gado solto em invernadas e o destino era as feiras de Sorocaba, em São Paulo. De lá o gado era vendido para outros tropeiros que os conduziam para as regiões das minas.

A economia da região teve no tropeirismo uma importante contribuição para o seu desenvolvimento, sendo a origem de Passo Fundo ligada ao transporte e ao comércio de mulas, pois foi ao longo deste "Caminho das Tropas" que se instalaram os primeiros colonos (GELPI, 2014).

Passo Fundo e toda a região conhecida como Planalto Médio teve seu território efetivamente conquistado e ocupado pelos europeus no século XIX, num processo permeado de conflitos e disputas que se arrastavam desde o século XVII, entre nativos e jesuítas inicialmente; entre nativos, bandeirantes, tropeiros e imigrantes, mais tarde. A riqueza da mão de obra indígena somada às potencialidades econômicas de suas riquezas naturais, especialmente a madeira e a erva-mate, e a passagem do caminho que ligava a região missioneira, característica área pastoril do estado, com os centros consumidores do Centro do país onde se desenvolvia a atividade mineradora, fizeram dessa região um importante centro de atenções mais que de passagem (ZARTH, 1997).

A formação do núcleo urbano de Passo Fundo iniciou-se no final de 1827, quando o militar Cabo Manoel José das Neves recebeu uma área de terras do governo provincial, onde hoje se localiza a fonte da Mãe Preta.

O núcleo urbano era formado por 5 ou 6 ranchos por volta de 1835, passando para 9 casas em 1843 e para 56 habitações em 1853.

Em 1834 a região passou a constituir o 4º Distrito de Cruz Alta e, em 1857, através de um desmembramento desse Distrito, Passo Fundo foi elevada à categoria de Município. Segundo Gosch (in: Wickert; 2005, p.71), por conta do seu significativo aumento populacional e de uma vida econômica mais ativa, Passo Fundo foi reconhecido como município, sendo desmembrado de Cruz Alta em 28 de janeiro de 1857, através da lei nº 340.

A "Planta da Freguesia do Passo Fundo", de 1853, é o primeiro registro oficial do povoado, figura 1.1. Existiam, na época, trinta e seis construções, em sua maioria situadas na ala norte da hoje Avenida Brasil, e vinte "ranchos", sendo a metade deles agrupados e situados em ângulo com a avenida, seguindo a direção do arroio do Chafariz e da Estrada das Tropas, com uma população de aproximadamente 370 habitantes. (Miranda; Machado, 2005. p.25).

"Planta da Freguesia do Passo Fundo - 1853"

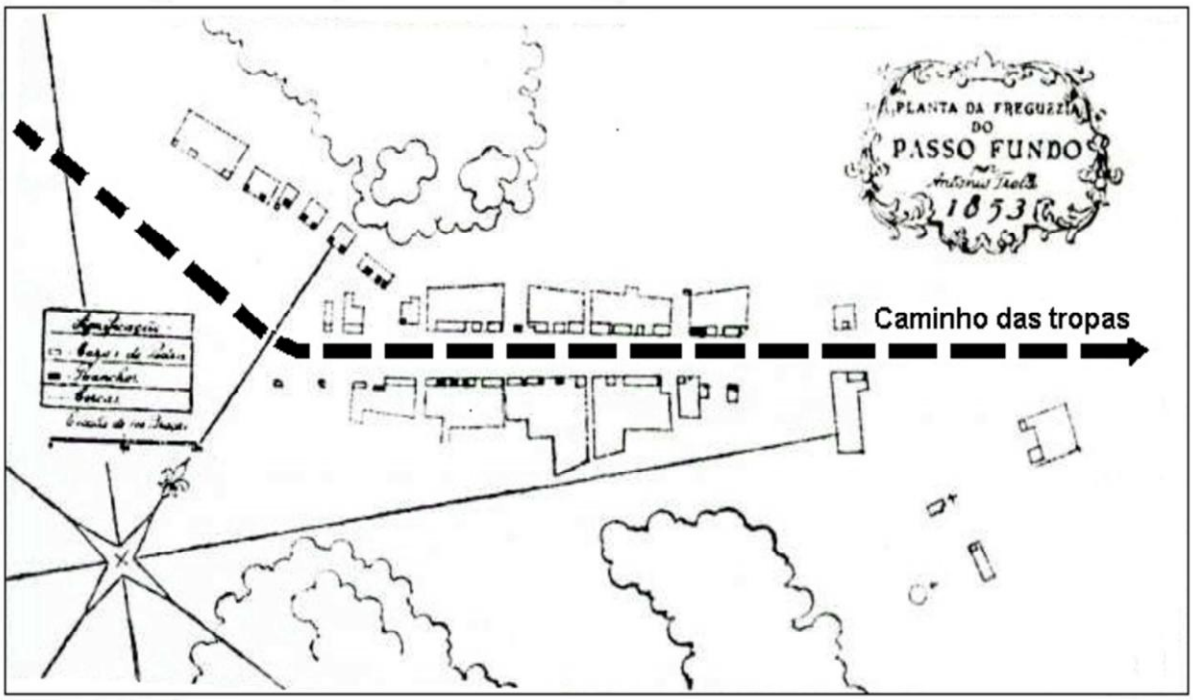


Figura 1.1: "Planta da Freguesia do Passo Fundo"
Fonte: Arquitetura e Urbanismo em debate, 2005. p.71

Com a construção do ramal ferroviário ligando Passo Fundo a Cruz Alta, em 1898, a expansão urbana passou ao entorno da estação férrea, onde hoje se encontra o Parque da Gare e Passo Fundo se torna um polo de convergência econômica regional. A via férrea proporcionou a integração econômica e a ligação com os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A estação se tornou um grande polo de atração, deslocando o centro antigo ao longo da Rua do Comércio (atual Avenida Brasil) e atraindo também estabelecimentos industriais e comerciais.

Nas proximidades da estrada de ferro que cruzava a nossa cidade foram construídos armazéns, hotéis, restaurantes, cafés e muitas lojas. O número de habitantes cresceu, a quantidade de vilas e bairros também aumentou e a infraestrutura da cidade foi melhorada para atender as necessidades dos passo-fundenses.

Iniciou-se, assim, a ocupação e a organização da vasta região territorial do planalto, no Norte do estado, inclusive do município de Passo Fundo, que, a partir da década de 50 do século XX, adquiriu novas feições na sua organização e exploração do espaço.

As condições naturais predominantes foram decisivas para esta nova dinâmica: uma significativa malha hidrográfica irriga o seu território destacando-se o fato de ser divisor de águas entre duas importantes bacias hidrográficas do estado, a do rio Uruguai e a do Jacuí, além de sediar as nascentes de importantes rios do estado, como as do rio Jacuí e do rio Passo Fundo.

Ao longo do tempo, a área física de Passo Fundo tem diminuído com a emancipação de novos municípios que se desenvolveram a partir da sua estrutura distrital. A última leva de emancipações, ocorrida em 1992, criou os Municípios de Pontão, Mato Castelhano e Coxilha, fazendo com que a área física de Passo Fundo fosse reduzida.

1.2. INSERÇÃO REGIONAL E LOCALIZAÇÃO

O Município de Passo Fundo está situado na região do Planalto Médio, latitude 28º15’ 46” e longitude 52º24’24”, ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, distando 287 Km da capital do Estado, Porto Alegre. Faz limite ao norte com Coxilha e Pontão, ao sul com Marau, Ernestina e Santo Antônio do Planalto, ao leste com Mato Castelhano e Marau e a oeste com Carazinho e Pontão, conforme figura 1.2.

Limites do Município

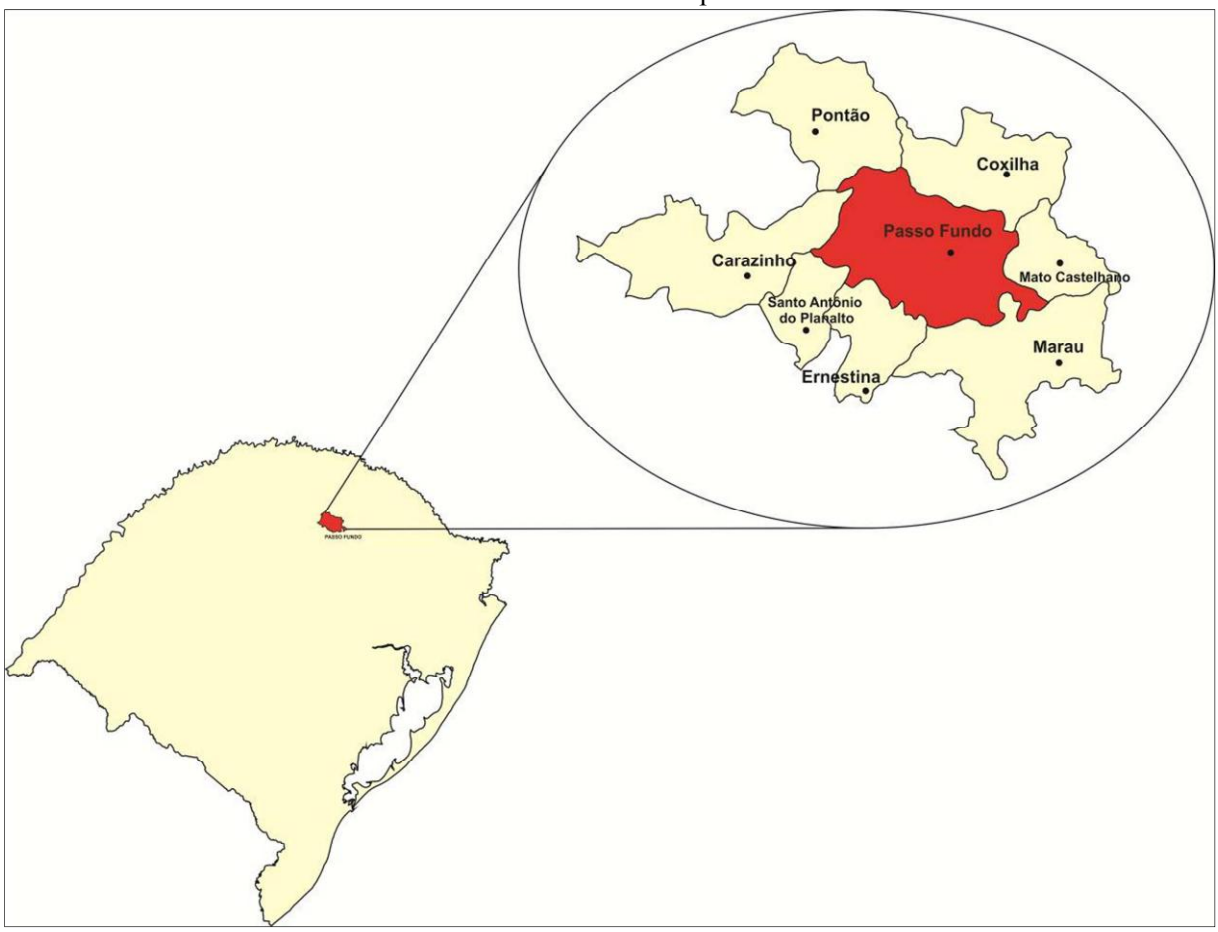


Figura 1.2: Limites do Município de Passo Fundo
Fonte: Metodologia do Plano Diretor Municipal Rural

A Figura 1.3 mostra a localização geográfica de Passo Fundo na região em que se insere.

Localização de Passo Fundo

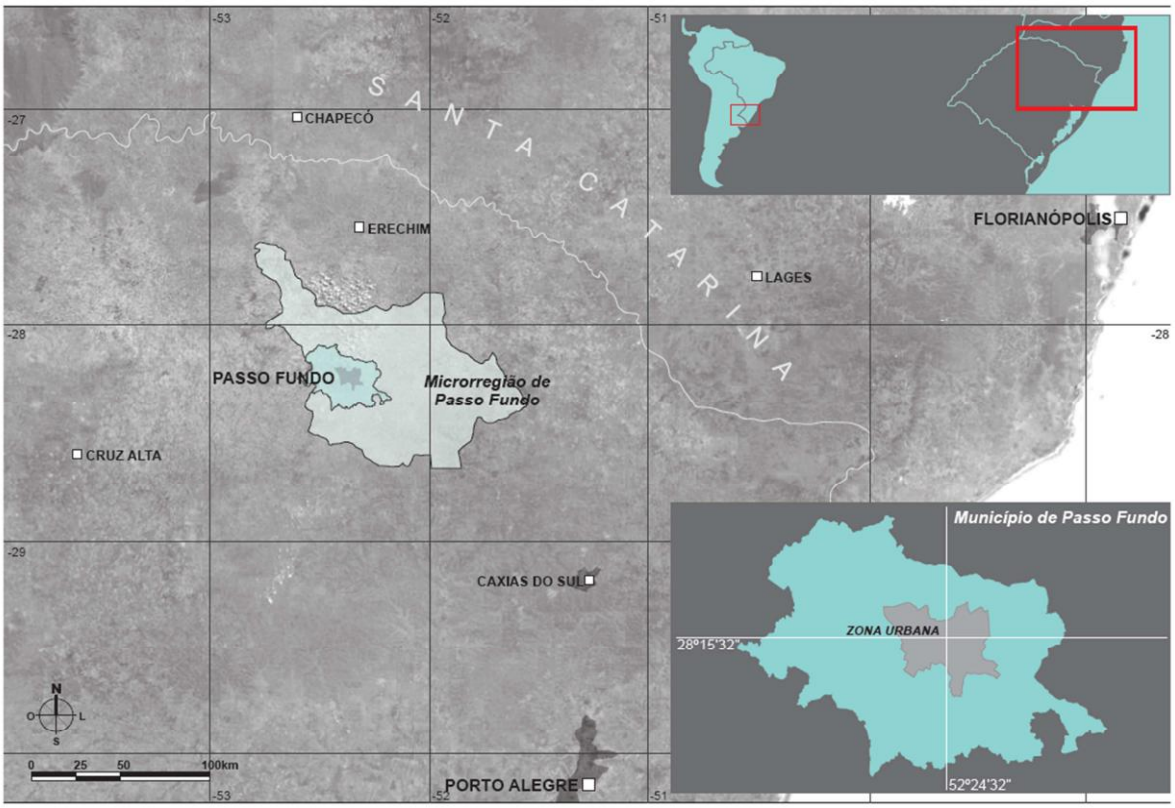


Figura 1.3: Localização geográfica de Passo Fundo.
Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Passo Fundo, 2014

O Município de Passo Fundo ocupa uma área de 783,421 Km², que corresponde a 0,278% do território do Rio Grande do Sul.

A figura 1.4, ver mapa 1.1 no caderno de mapas, mostra a divisão territorial do município de Passo Fundo, com a demarcação da zona urbana no centro do município com 86,31 Km² conforme tabela 1.1. A área fora da jurisdição distrital, antigo 1º Distrito na porção nordeste do mapa, com 160,25 Km². O Distrito de Bela Vista na porção noroeste com 191,62 Km². O Distrito de Pulador na porção oeste do mapa com 82,98 Km². O Distrito de Bom Recreio na porção sudoeste do mapa com 92,00 Km². O Distrito de Santo Antônio do Capinzal na porção sul do mapa com 59,99 Km². O Distrito de São Roque na porção sudeste do mapa com 81,33 Km². O Distrito de Sede Independência na porção leste do mapa com 28,94 Km².

Município de Passo Fundo

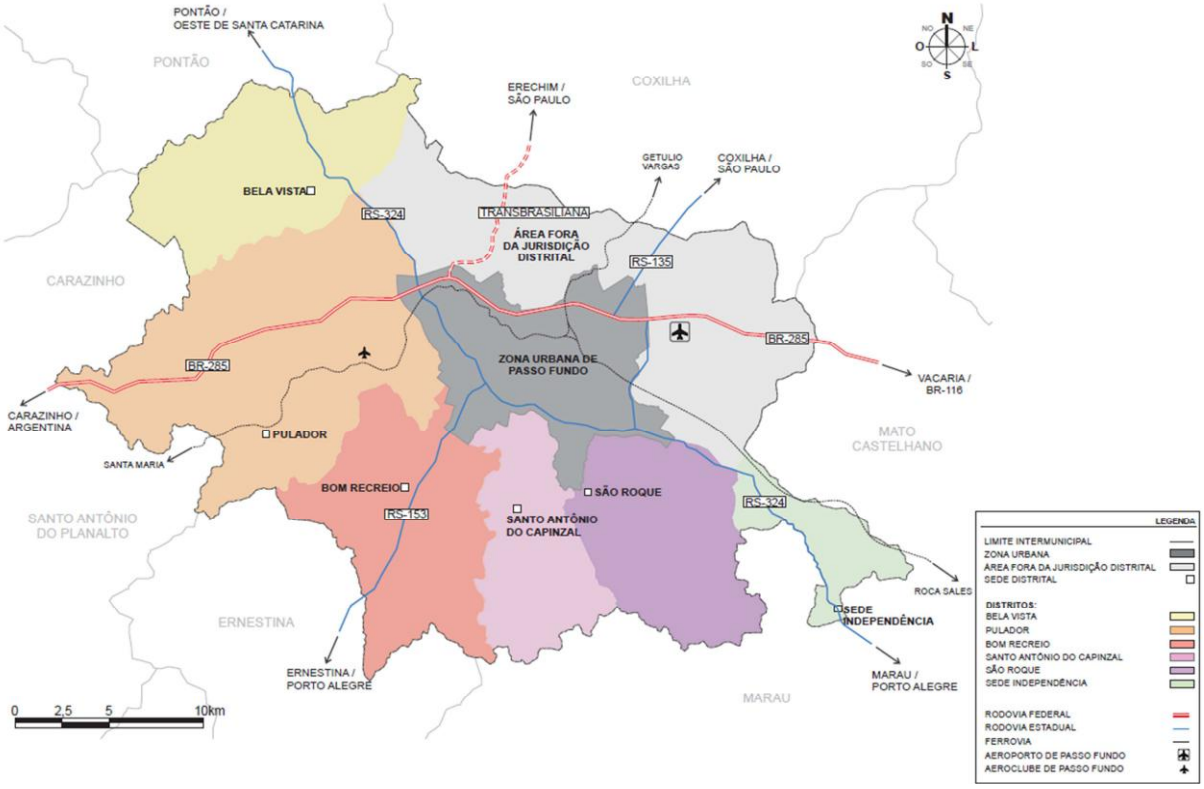


Figura 1.4: Município de Passo Fundo
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

Conforme a tabela 1.1, a cidade de Passo Fundo, ocupa 11,02% da área municipal e, no entanto, em 2010, concentrava 97,14% da população municipal. Ao contrário, o conjunto de áreas rurais compreende 88,98% do território municipal, e ali localizavam-se apenas 2,86% da população total no mesmo ano.

TERRITÓRIO MUNICIPAL		
LOCALIZAÇÃO	**ÁREA**	
	km²	**%**
1. RURAL	**697,11**	**88,98**
1.1. Bela Vista	191,62	24,46
1.2. Pulador	82,98	10,59
1.3. Bom Recreio	92,00	11,70
1.4 Santo Antônio do Capinzal	59,99	7,65
1.4. São Roque	81,33	10,38

1.5. Sede Independência	28,94	3,69
1.6. Fora dos Distritos	160,25	20,51
2. CIDADE	**86,31**	**11,02**
TOTAL	**783,42**	**100,00**

Tabela 1.1: Território Municipal
Fonte: SEPLAN, 2018

Os atuais distritos rurais foram criados conforme a seguinte cronologia:

1961 - Bela Vista, Pulador e São Roque;

1991 - Sede Independência;

1993 - Bom Recreio;

2010 - Santo Antônio do Capinzal.

1.2.1. SISTEMA VIÁRIO REGIONAL

Antigo local de parada de tropas, o surgimento e o desenvolvimento de Passo Fundo sempre esteve vinculado ao espaço regional em que se situa e à sua localização espacial em relação às rodovias e ferrovias (estaduais e federais) que cruzam seu território. Estes fatores formam a base, não só da estrutura econômica, mas também da própria estrutura física da cidade e do município, pois geram localizações e usos específicos a eles vinculados.

Apesar de atualmente sua centralidade e posição estratégica se dar principalmente em razão das várias rodovias que cortam o território municipal, a viabilização da articulação econômica do município com o estado do Rio Grande do Sul e com outras regiões do país ocorreu sobretudo a partir da construção de um ramal ferroviário que propiciou a ligação de Passo Fundo à ferrovia, em 1898, através do trecho Santa Maria - Cruz Alta - Passo Fundo - Marcelino Ramos - Rio Uruguai, e permitiu a conexão direta com a rede Paraná – Santa Catarina, Itararé – São Paulo. A construção da ferrovia dinamizou diversas atividades econômicas, dentre as quais, se destacaram a exploração da madeira e a triticultura (FERRETTO, 2012).

No entanto, a partir de meados do século XX, com a ampliação crescente da utilização do transporte rodoviário, Passo Fundo, pela sua localização estratégica, em um entroncamento de rodovias (BR-285, RS-324, RS-135 e RS-153), passa a ampliar a sua relevância regional. A possibilidade de ligação com várias áreas de concentração de população e atividade econômica do estado e do país e com o Mercosul, fazem com que o município seja um importante nó no sistema rodoviário, conforme pode ser observado na Figura 1.5.

Sistema de Rodovias no Rio Grande do Sul

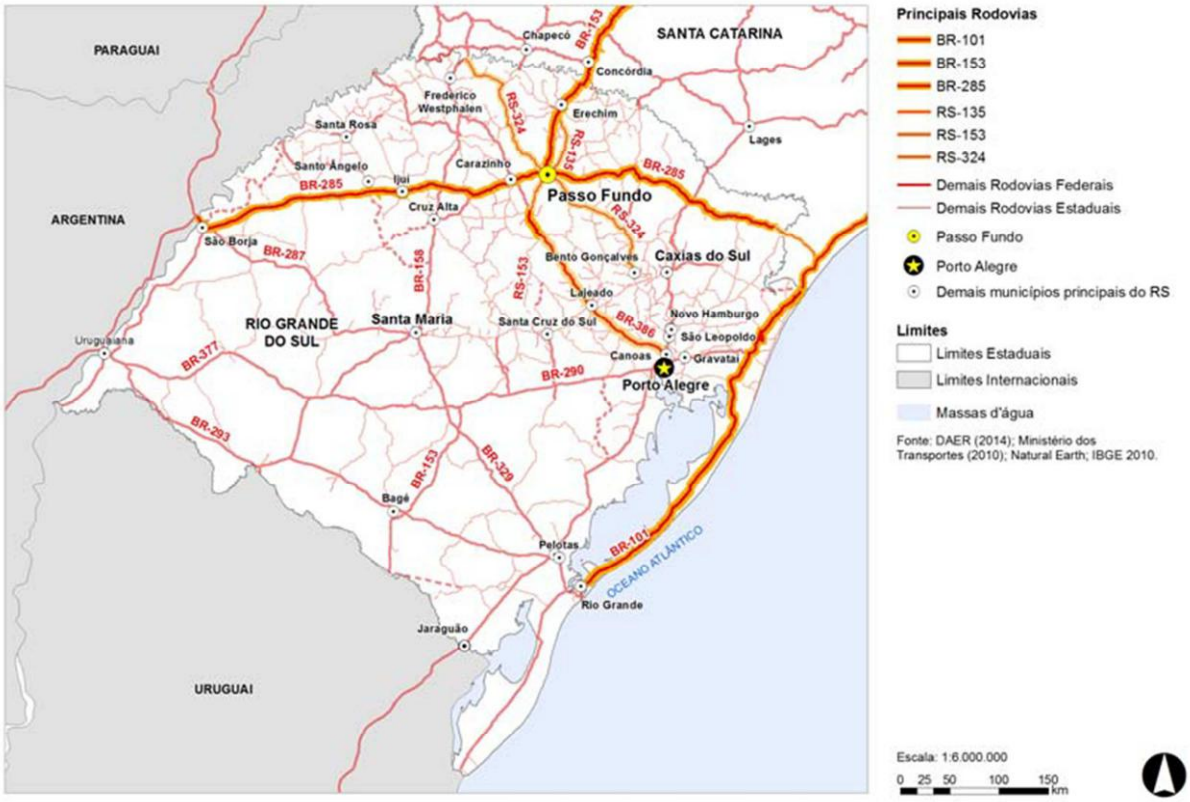


Figura 1.5: Principais rodovias que cruzam o Município
Fonte: PEDEL, 2015

A BR-285, sentido leste-oeste, permite a ligação de Passo Fundo com o Mercosul, através de São Borja ou Uruguaiana (BR-472), com Lages/SC, com o litoral sul pela BR -101 (ainda falta complementação do trecho final ligando São José dos Ausentes a Araranguá), Curitiba/PR, São Paulo/SP e outras cidades do Brasil das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, pela BR-116, em Vacaria, e com o porto de Rio Grande, pelas rodovias BR-158 e BR-392. Por essa rodovia, também é possível atingir o oeste de Santa Catarina e do Paraná, via BR-386 (sentido Frederico Westphalen), além da região Centro-Oeste, via BR-163.

A RS-135, norte-sul, também permite atingir o estado de São Paulo, por Erechim e depois Curitiba/PR. Já a RS-324, noroeste-sudeste, favorece tanto a ligação de Passo Fundo com municípios do norte da região noroeste rio-grandense, quanto com cidades como Bento Gonçalves e Caxias do Sul. E, por fim, a RS-153, norte-sul, permite a ligação com a Região Metropolitana de Porto Alegre, via Tio Hugo, pela BR-386. De acordo com o estudo para viabilização de uma plataforma logística em Passo Fundo (M. Stortti, 2012), tais rodovias possuem um histórico de servirem para o escoamento da produção regional, destacando-se a de grãos, de combustíveis e de máquinas e implementos agrícolas.

O sistema rodoviário municipal complementar é formado por estradas municipais não pavimentadas, que convergem, em sua maior parte, para a cidade e se interligam com as rodovias federal e estaduais.

Conforme o Plano de Mobilidade de Passo Fundo, a pequena população rural – apenas 2,5% da população do Município – encontra-se dispersa por distritos, sedes distritais e localidades, entre os quais se destacam Pulador, Bela Vista, Bom Recreio, São Roque, Sede Independência, Santo Antônio do Capinzal, Capinzal, Posse Boa Vista, São Braz, São Roque, São José e São Valentim. A produção agrícola espalhada pela vasta área rural tem grande importância na economia local.

Na Área Rural, uma malha de estradas municipais exerce a dupla função de permitir a acessibilidade da população residente ao núcleo urbano e de garantir o escoamento da produção agrícola.

Embora a cidade seja cortada pela linha férrea que serve ao porto de Rio Grande, essa produção é escoada basicamente pelo modo rodoviário. Diversos silos localizados no Município concentram a estocagem da produção de grãos, de onde são transportados para as indústrias ou para os portos de Rio Grande e Itajaí.

Entretanto, mesmo com menor participação no transporte de cargas no Brasil de um modo geral, a ferrovia favorece a ligação de Passo Fundo com outros mercados e equipamentos relevantes, tais como Porto Alegre, porto de Rio Grande, áreas de fronteira com a Argentina e o estado de São Paulo via Erechim. Segundo M. Stortti (2012), o modal ferroviário transporta granéis sólidos e líquidos, em sua grande maioria, além de máquinas e equipamentos e produtos siderúrgicos.

Destaca-se que, além dos modais rodoviário e ferroviário, há também a possibilidade de transporte de passageiros e cargas via transporte aéreo. O município conta com o Aeroporto Lauro Kortz, localizado às margens da BR-285, saída para Mato Castelhano, a 8 km da zona urbana de Passo Fundo.

Nesse sentido, o posicionamento estratégico no estado do Rio Grande do Sul permite a Passo Fundo acesso aos principais centros de produção, consumo e escoamento. Salienta□se que a região de Passo Fundo integra as rotas de escoamento e exportação de outras regiões do estado, tais como a metropolitana de Porto Alegre, do sudeste, do centro oriental, do nordeste e do sudoeste. Os maiores fluxos para a região de Passo Fundo se originam no sudeste rio□grandense, porção do estado onde se encontra o porto de Rio Grande, demonstrando assim, a existência de conexões desta área do estado com escalas mais amplas. Além disso, sua posição estratégica lhe insere nas rotas de importação, abastecimento e de passagem da Região Sul, em especial, pela possibilidade de ligação com São Borja, pela BR□285, ou com Uruguaiana, possibilitando atingir o Mercosul (CNI, 2011).

1.2.2. ENTORNO REGIONAL

As duas principais escalas regionais onde Passo Fundo se insere são definidas pela sua Região Intermediária de Articulação Urbana e pelo conjunto de municípios que formam o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Produção.

A Região Intermediária de Articulação Urbana de Passo Fundo - RIAU-PF é baseada no estudo “Divisão Urbano-Regional”, que foi publicado pelo IBGE em 2013, sendo estas regiões de articulação definidas como espaços pautados por uma organização em rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos de informações, pessoas, bens e serviços determinam as vinculações e o arranjo regional. Cada região possui um município polo e são definidos três níveis escalares de regiões de articulação urbana: Regiões Ampliadas, Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas. A conformação dessas regiões reflete processos históricos que se formaram pela interação entre vários atores e palcos, tais como: os domínios ecológicos; a população; as atividades agrícolas e industriais; os transportes e as atividades terciárias. Todas as regiões identificadas são formadas a partir de uma cidade que comanda a sua região, estabelecendo relacionamentos entre diferentes instituições, pessoas e empresas nos respectivos territórios (IBGE, 2013).

Esta Região Intermediária Urbana, além da Capital Regional, que é Passo Fundo, possui centralidades medianas, conforme figura 1.6, sendo definida como a escala utilizada neste diagnóstico, pois permite apreender as relações desta cidade em um contexto regional mais amplo.

Região Intermediária de Articulação Urbana

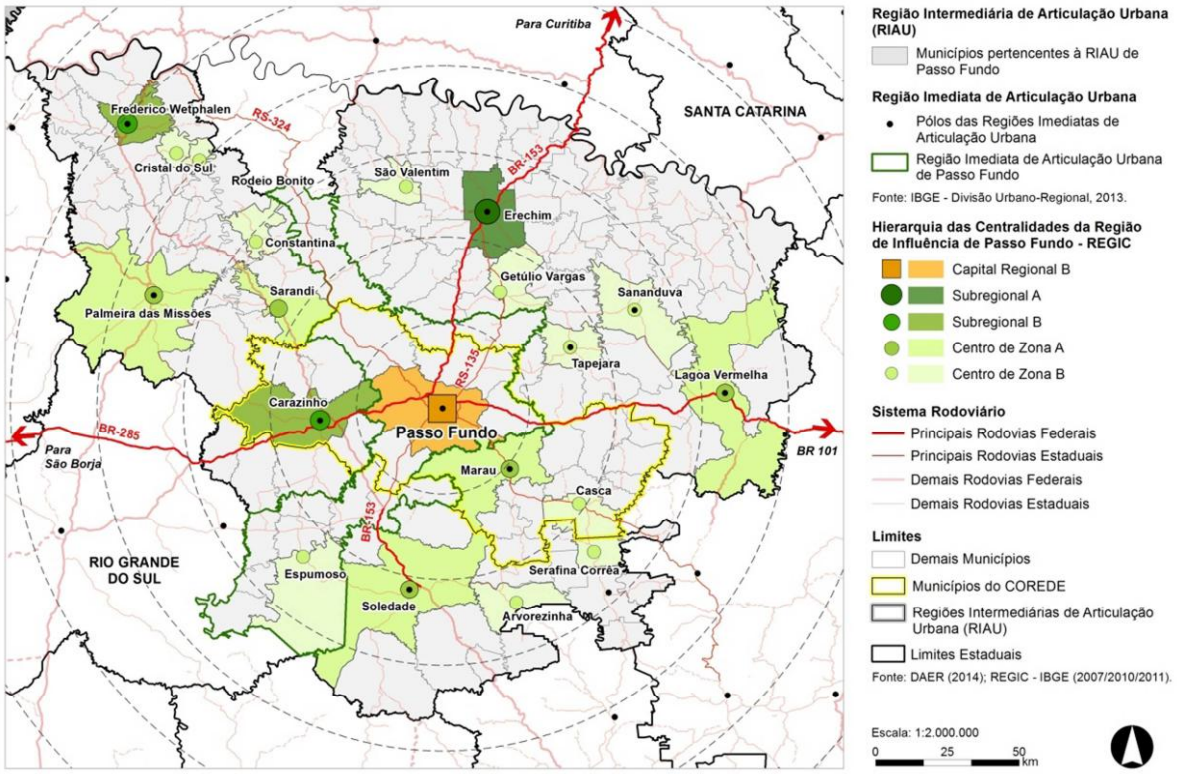


Figura 1.6: Região de Articulação Urbana
Fonte: PEDEL, 2015

Também a escala do COREDE Produção, formado por 21 municípios conforme figura 1.7, possui grande relevância para o diagnóstico municipal pela importância que os COREDE apresentam no sistema de planejamento regional no governo do estado do Rio Grande do Sul.

Corede Produção

Figura 1.7: Composição Corede Produção
Fonte: http://coredeproducao.upf.br/o-corede/municipios-do-corede-producao/

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDE, que foram criados pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, através da integração dos recursos e das ações dos governos estadual e municipal na sua região de referência. Competem aos COREDE as seguintes atribuições, dentre outras: promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, visando à formulação e à implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região; elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional; constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado; orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região; e respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Passo Fundo integra e é o polo do COREDE Produção, que engloba 21 municípios, todos inseridos na Região Intermediária de Articulação Urbana de Passo Fundo. Esses municípios são, na sua maioria, Centros Locais de pequeno porte - com exceção de Passo Fundo, Carazinho, Marau e Casca - e apresentam características estruturais não muito diferentes dos demais 79 centros desse tipo que estão inseridos nessa região de articulação urbana. O conjunto dos municípios do COREDE Produção concentra 3,3% da população urbana do estado e 3,2% da população total do Rio Grande do Sul.

Passo Fundo detém 60,6% da população urbana e 54,7% da população total dessa região. Os outros municípios com maior concentração populacional são Carazinho e Marau, com, respectivamente, 19,6% e 10,6% da população urbana e 17,6% e 10,7% da população total. Observa-se que a concentração de população urbana é muito mais elevada do que a total, pois os outros 18 municípios do COREDE Produção são responsáveis por 9,2% da população urbana e 17% da população total, o que evidencia a importância da população rural na região (IBGE 2010).

1.3. ESTRUTURA ECONÔMICA

A análise das principais características da dinâmica econômica recente de Passo Fundo foi objeto do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Local de Passo Fundo (PEDEL), sendo referência para este diagnóstico. A economia do município será detalhada no capítulo 2.1 Desenvolvimento Econômico e Inovação.

De acordo com o PEDEL, a Região de Articulação Urbana de Passo Fundo abrange 8,9% da população urbana do Rio Grande do Sul, o equivalente a 813.239 habitantes, em grande parte concentrada em Passo Fundo (22,1%), Erechim (11,1%), Carazinho (7,2%) e Marau (3,9%), cidades relativamente próximas entre si. Erechim (BR 153), Marau (BR 324) e Carazinho (BR 285) se localizam a 73, 30 e 40 quilômetros de Passo Fundo, respectivamente, mantendo fluxos intensos de bens e serviços, indicando uma aglomeração urbana que já compartilha alguns interesses em comum.

Em 2011, o PIB de Passo Fundo e o de sua Região de Articulação alcançou R$5,0 bilhões e R$16,5 bilhões (6-7% do RS), respectivamente, o que indica a dimensão anual dos mercados de bens e serviços mais diretamente vinculados à economia do município.

No período 2002-2011, a Taxa Média de Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de Passo Fundo alcançou 4,5% a.a., superior à observada no estado do Rio Grande do Sul (2,9% a.a.) e no Brasil (3,8% a.a.). De acordo com o PEDEL, a expansão das exportações, particularmente de commodities agrícolas, os investimentos na indústria, comércio e serviços e o dinamismo do mercado interno explicam essas elevadas taxas de crescimento do PIB. Nesse contexto, o PIB per capita de Passo Fundo aumentou de R$ 18 mil, em 2002, para R$ 27 mil, em 2011, e cresceu mais do que o do Rio Grande do Sul e o de Porto Alegre, mesmo apresentando uma maior taxa de crescimento de sua população: 0,97% a.a. (Porto Alegre, 0,35% a.a.; e Rio Grande do Sul, 0,49% a.a.). Isso indica um maior dinamismo relativo da economia de Passo Fundo vis à vis a do estado e da capital.

1.4. SÍTIO

A caracterização do sítio foi objeto de estudo mais aprofundado no Plano Ambiental de Passo Fundo, no Plano Municipal de Saneamento Básico de Passo Fundo e na Metodologia do Plano Diretor Municipal Rural.

O detalhamento do sítio será objeto do capítulo 2.2 Meio Ambiente e Ocupação do Território.

1.5. DEMOGRAFIA

As cidades brasileiras passaram por um intenso processo de crescimento populacional até a década de 1980. Em Passo Fundo o cenário não foi diferente, nota-se através da tabela 1.2 que a população urbana dobrou entre 1960 e 1980.

DEMOGRAFIA URBANA E RURAL PASSO FUNDO					
ANOS	**TOTAL**	**URBANA**	**RURAL**	**CITADINA**	**% POPULAÇÃO CITADINA**
1940	80.138	20.584	59.554	17.207	21,47
1950	101.887	31.229	70.658	24.395	23,94
1960	93.179	50.559	42.620	47.299	50,76
1970	93.850	70.869	22.981	69.062	73,59
1980	121.156	105.468	15.688	103.064	85,07
1991	147.318	137.288	10.030	135.234	91,80
1996	156.333	150.205	6.128	149.751	95,79
2000	168.458	163.764	4.694		
2010	184.826	180.120	4.706	179.548	97,14

Tabela 1.2: Demografia
Fonte: Dados IBGE

Entre 1940 e 2010, a população do Município de Passo Fundo cresceu 130,63%, passando de 80.138 habitantes para 184.826 habitantes. Neste período, a população urbana saltou de 20.584 para 180.120, enquanto a população rural caiu de 59.554 para 4.706.

Em 1960, 50,76% da população do município era citadina. Já em 1970, a população citadina passa a 73,59%. Em 1961, foram criados os Distritos de São Roque, Pulador, Bela Vista, considerando urbana a população residente nas sedes dos distritos.

De 1970 a 1980 a população total teve um acréscimo de 27.306 habitantes, resultado de um aumento de população urbana na ordem de 34.599 moradores e de um decréscimo de 7.293 habitantes rurais. Este desempenho fez com que a taxa de urbanização passasse de 75,51% para 87,05%.

De 1980 até 1991 a tendência de crescimento da população total se manteve, com o acréscimo de 26.162 habitantes. O êxodo rural e a emancipação de Município de Ernestina ocasionaram uma perda de 5.658 habitantes do meio rural, compensada com o acréscimo de 31.820 indivíduos na população urbana. Este fenômeno resultou em novo acréscimo da taxa de urbanização, que passou de 87,05% para 93,19%.

Passo Fundo continuou a crescer demograficamente de 1991 a 2000. Uma diminuição de 5.336 habitantes rurais, resultante principalmente das emancipações dos municípios de Pontão, Coxilha e Mato

Castelhano, aliada a um crescimento de 26.476 moradores no contingente urbano, ocasionou o acréscimo de 21.140 moradores do total de habitantes do município. A taxa de urbanização continuou a crescer, passando de 93,19% para 97,21%.

Quanto a análise do período 2000 a 2010, a população total teve um acréscimo de 16.368 habitantes, resultado do crescimento da população urbana em 16.356 moradores e de um acréscimo rural de 12 moradores, o que manteve a população rural estável, o que até o ano de 2000 não era verificado. A taxa de urbanização chegou a 97,45%.

Segundo dados do IBGE referentes ao Censo de 2010, o município de Passo Fundo possui 184.826 habitantes, não considerando sua população flutuante, ou seja, pessoas que vêm para estudar ou buscar atendimento nos mais diversos setores, em especial na área da saúde.

O Município de Passo Fundo apresenta uma densidade demográfica de 235,92 habitantes/km² (IBGE, 2010) e uma taxa de urbanização de 97,14%.

De acordo com o censo de 2010 do IBGE, a população residente total de Passo Fundo em 2010 era de 184.826 habitantes, sendo 180.120 habitantes na área urbana e 4.706 habitantes na área rural, compreendendo a 1,632% da população do estado do Rio Grande do Sul.

A população urbana que totaliza 180.120 pessoas de acordo com a tabela 1.3, que compreende os habitantes da Macrozona Urbana, delimitada pelo perímetro urbano, com 179.548 habitantes e os moradores do antigo 1º Distrito, fora do perímetro urbano, com 816 habitantes.

O antigo 1º Distrito compreende a região da Divisa do Distrito de Bela Vista (próximo à RS 324) rumo ao Leste, até a divisa do Distrito de São Roque, também vizinhando com os Municípios de Coxilha e Mato Castelhano.

POPULAÇÃO MUNICÍPIO 2010								
TOTAL			**URBANA**			**RURAL**		
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
184.826	88.050	96.776	180.120	85.646	94.474	4.706	2.404	2.302

Tabela 1.3: População do Município 2010
Fonte: Censo IBGE 2010

Na tabela 1.3, constata-se que a população feminina é maior que a população masculina no Município, totalizando 52,36% da população, porém na área rural prevalecem os homens, sendo 51,08% do total da população rural.

A figura 1.8 apresenta a pirâmide etária da população do Município de Passo Fundo com dados do IBGE de 2010, podendo-se observar que a população se mantém bem distribuída entre a população masculina e feminina até os 39 anos, a partir dessa faixa etária o número de mulheres prevalece no Município.

Pirâmide Etária – 2010

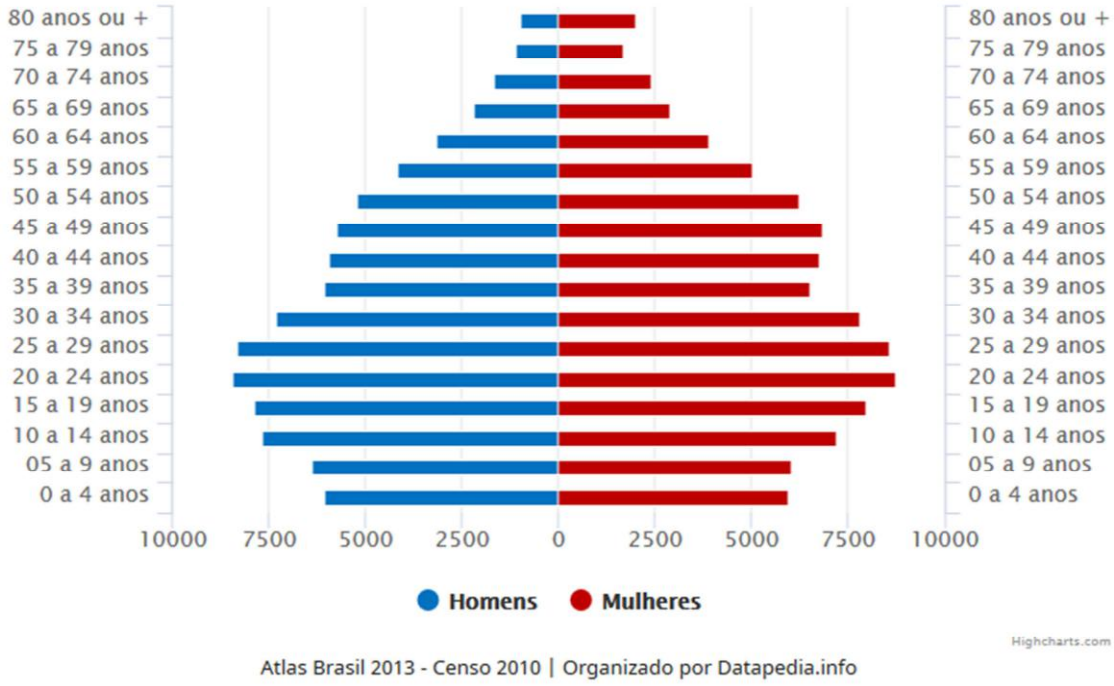


Figura 1.8: Pirâmide Etária 2010
Fonte: Datapedia

Considerando a tabela 1.8 com os dados do Censo do IBGE de 2010 e a tabela 1.4 com os dados do Censo do IBGE de 2000, o crescimento da população foi de apenas 9,71%, passando de 168.458 habitantes para 184.826 habitantes.

A população urbana passou de 163.764 para 180.120, enquanto a população rural praticamente não se alterou, passando de 4.694 em 2000 para 4.706 pessoas em 2010.

POPULAÇÃO MUNICÍPIO 2000								
TOTAL			**URBANA**			**RURAL**		
TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
168.458	80.766	87.692	163.764	78.327	85.437	4.694	2.439	2.255

Tabela 1.4: População Município 2000
Fonte: Censo IBGE 2000

A figura 1.9 apresenta a pirâmide etária da população do Município de Passo Fundo com dados do IBGE de 2000, podendo-se observar que a população se mantém bem distribuída entre a população masculina e feminina até os 29 anos, a partir dessa faixa etária o número de mulheres prevalece no Município.

Pirâmide Etária - 2000

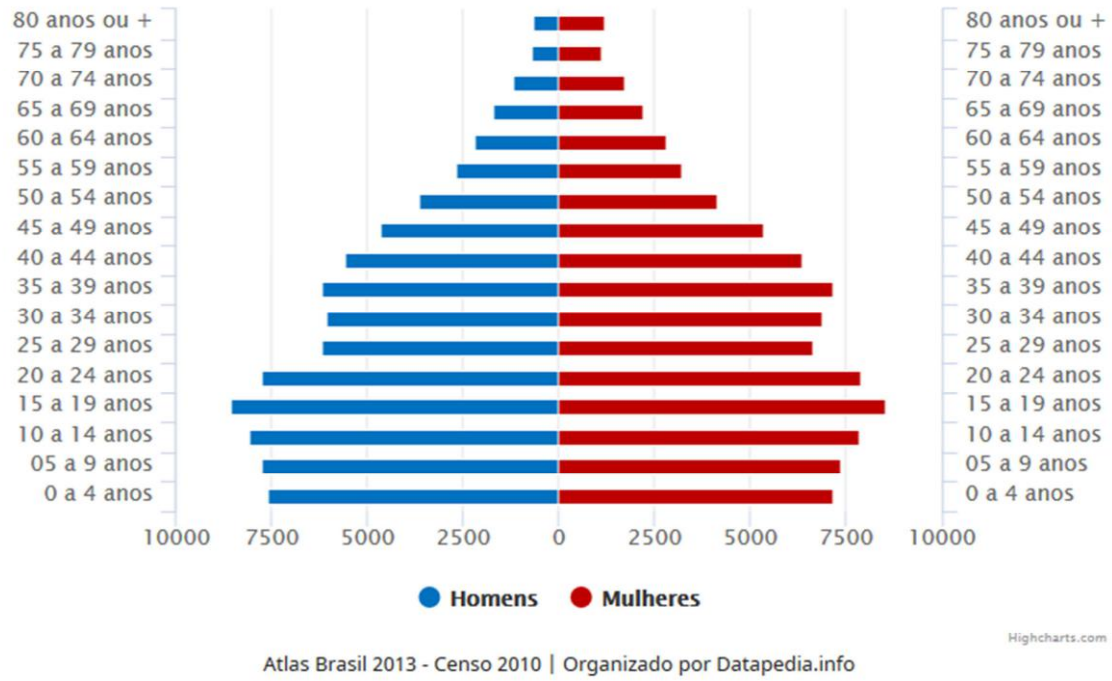


Figura 1.9: Pirâmide Etária 2000
Fonte: Datapedia

Na figura 1.10 pode-se observar o aumento na expectativa de vida da população, tanto em Passo Fundo, quanto no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. Percebe-se que em 1991, a esperança de vida ao nascer em Passo Fundo era inferior a do estado do Rio Grande do Sul, igualando-se no ano de 2000.

Já em 2010, a esperança de vida ao nascer em Passo Fundo ultrapassou os índices do estado e do país.

Esperança de Vida ao Nascer (1991- 2010)

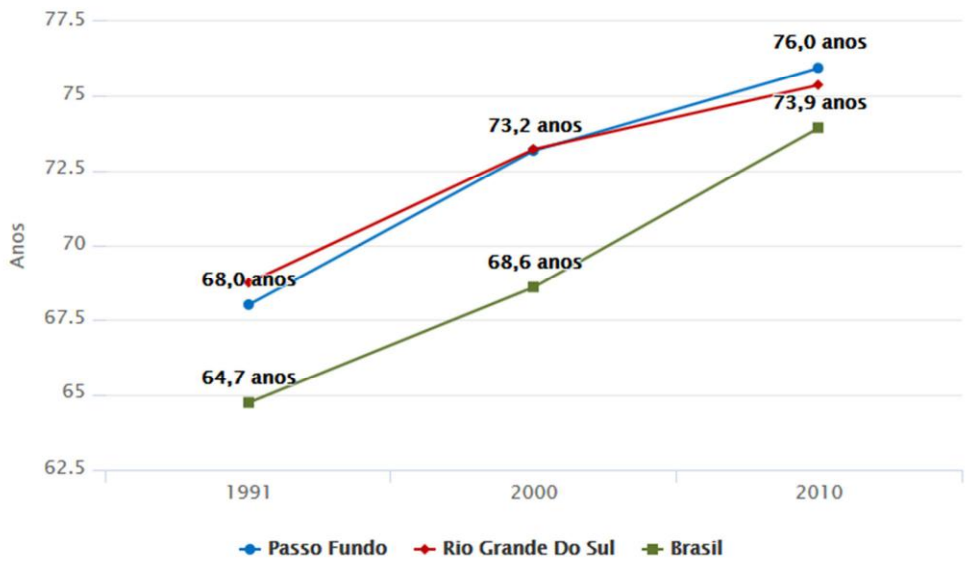


Figura 1.10: Esperança de Vida ao Nascer
Fonte: Datapedia

1.5.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

A taxa de crescimento da população do município, conforme tabela 1.5, até 1980 foi significativa, correspondendo à expansão do complexo trigo-soja. A partir de 1980 houve um declínio na taxa de crescimento, que se mantém em desaceleração de crescimento até 2010.

TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL	
PERÍODOS	TAXA DE CRESCIMENTO
1940 - 1950	3,5
1950 – 1960	6,8
1960 - 1970	3,8
1970 - 1980	4,0
1980 - 1991	2,4
1991 - 1996	2,0
1997 - 2001	1,88
2001 - 2010	0,97

Tabela 1.5: Taxa de crescimento da população
Fonte: Dados IBGE

A Taxa de Crescimento da População de Passo Fundo, observada entre 2000 e 2010, é pequena, 0,97 a.a. De acordo com o PEDEL, essa taxa significa que o crescimento da população local tem sido inferior ao vegetativo, cuja taxa de referência é dada pela Taxa de Crescimento da População do Brasil (1,2% a.a.), população que, considerada relativamente fechada a fluxos migratórios líquidos, apresenta um crescimento decorrente basicamente dos padrões de fecundidade, natalidade e mortalidade da sociedade brasileira.

Também conforme o PEDEL, a Taxa de Crescimento da População em Idade Ativa (15 a 64 anos), entre 2000 e 2010, foi de 1,61% a.a.. Essa taxa, em municípios relativamente fechados a fluxos imigratórios líquidos, tende a cair em função do envelhecimento que vem sendo observado na população. Em Passo Fundo, a proporção da população de menores que 15 anos na população total diminuiu de 27,14% para 21,29% entre os anos censitários. A proporção da população de 65 anos ou mais aumentou de 6,24% para 8,06%.

Na ausência de fluxos de significativos de imigração, o potencial de aumentos expressivos da Taxa de Atividade (PEA/PIA) em Passo Fundo é pequeno, apesar da tendência de uma maior permanência da população de 64 anos ou mais no mercado de trabalho. Em Passo Fundo, essa Taxa aumentou de 60,4% para 62,2%, nível já relativamente elevado.

1.5.2. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

O crescimento demográfico num determinado espaço é determinado pelo balanço entre crescimento vegetativo e as migrações, ou:

Crescimento (C) = CV + (I – E), onde:

CV é o crescimento vegetativo, sendo I referente à imigração e E à emigração.

O crescimento vegetativo é a relação entre o número de nascimentos e o de óbitos num determinado período. Os dados disponíveis pelo IBGE entre 1990 e 2016 estão indicados na tabela 1.6.

EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO VEGETATIVO			
ANO	NASCIMENTOS	ÓBITOS	CV
1980	4383	960	3423
1981	3460	865	2595
1982	3449	1092	2357
1983	3371	939	2432
1984	3212	817	2523
1985	3315	792	2523
1986	3297	817	2480
1987	3150	1906	1244
1988	3242	930	2312
1989	2979	908	2071
1990	2788	1018	1770
1991	2857	930	1927
1992	2629	1080	1549
1993	2658	1108	1550
1994	2769	1090	1679
1995	2676	1036	1640
2004	2761	1241	1520
2005	2639	1193	1446
2006	2548	1133	1415
2007	2478	1239	1239
2008	2558	1226	1332
2009	2640	1229	1411
2010	2584	1276	1308
2011	2857	1252	1605
2012	2838	1290	1548
2013	2774	1358	1416
2014	2916	1305	1611
2015	2929	1373	1556
2016	2846	1414	1432

Tabela 1.6: Crescimento Vegetativo
Fonte: Dados IBGE

As taxas de nascimento são determinadas pela sociedade e traduzem as variações das taxas de fecundidade e a composição da população imigrante.

No período de 1980 a 1995, observa-se um nítido declínio da taxa de nascimento. Já o número de óbitos no mesmo período se manteve estável, com exceção do ano de 1987, onde este número praticamente dobrou.

A partir de 2004, as taxas de nascimento têm se mantido estáveis no município, com a média de 2720 nascimentos por ano, assim como o número de óbitos, com a média de 1351 óbitos por ano.

1.5.3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A composição étnica e racial da sociedade brasileira é resultado de uma confluência de pessoas de várias origens étnicas diferentes, dos povos indígenas originais, negros africanos, dos colonizadores portugueses e de posteriores ondas migratórias de europeus, árabes e japoneses, além de outros povos asiáticos e de países sul-americanos.

A população do Município de Passo Fundo, conforme dados do Censo IBGE 2010, figura 1.5.X, declarou-se 83,18% branca, 13,92% se declarou parda, 2,49% se declarou preta, 0,30% se declarou amarela e 0,10% se declarou indígena.

População Municipal e Etnias

PASSO FUNDO - RS	POPULAÇÃO AMARELA	POPULAÇÃO BRANCA	POPULAÇÃO INDÍGENA	POPULAÇÃO PARDA	POPULAÇÃO PRETA
% População	0,30%	83,18%	0,10%	13,92%	2,49%
Habitantes	563 habitantes	153.732 habitantes	190 habitantes	25.733 habitantes	4.607 habitantes

IBGE | Organizado por Datapedia.info

Figura 1.11: Etnias
Fonte: Datapedia

Nas figuras 1.9 e 1.8, também pode-se observar o crescimento da população com 65 anos ou mais ao mesmo tempo que houve uma redução da população até 19 anos. Pode-se atribuir esse fato à redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida da população. Conforme os dados da Datapedia, a população com 65 anos ou mais em 2000 era de 10.517 pessoas, representando 6,24% da população do município. Já em 2010, essa população passou para 14.900 pessoas, representando 8,06%. Já a população até 19 anos em 2000 era de 62.791 pessoas, representando 37,27% da população do município. Já em 2010, essa população passou para 55.191 pessoas, representando 29,86% da população.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), entre 2015 e 2050, a população com mais de 65 anos na Europa irá aumentar de 23% para 28%. Na América do Norte, o percentual correspondente subirá de 18% para 23%. Até 2050, Ásia, América Latina, Caribe e Oceania terão mais de 18% de sua população com mais de 65 anos. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil, até 2025, será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas. Até o início dos anos 1980, a estrutura etária da população brasileira, revelada pelos Censos Demográficos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinha mostrando traços bem marcados de uma população predominantemente jovem. Este quadro, porém, vem sendo alterado.

Isso pode ser observado nos dados da Datapedia para o município: em 1991, eram 16 idosos para cada 100 crianças, em 2000, já eram 23 idosos para cada 100 crianças. Em 2010, essa proporção já passa para 37 idosos para cada 100 crianças, confirmando assim a tendência mundial de envelhecimento da população.

O Instituto de Longevidade Mongeral Aegon é uma instituição sem fins lucrativos que tem a missão de discutir os impactos sociais e econômicos do aumento da expectativa de vida no Brasil. Este Instituto em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

(FGV/EAESP), criou o Índice de Desenvolvimento Urbano (IDL) para Longevidade, que é um instrumento de medida do grau de preparação dos municípios brasileiros para o envelhecimento de suas comunidades. Por meio do IDL são reveladas as atuais condições de 498 cidades brasileiras, tendo em vista sua capacidade de atender às necessidades básicas de vida, destacadamente dos adultos mais idosos.

Em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informava que o Brasil estava organizado em 5.570 municípios, com população média ao redor de 36.500 habitantes, sendo que 90% dos municípios teriam até 56.600 habitantes. Com base nesse perfil, o Instituto e a FGV optou por considerar 498 cidades brasileiras organizadas em dois grupos: as Grandes, representadas pelas 150 cidades de maior população e as Pequenas, representadas pelas cidades com menos de 100.000, e pelo menos 50.000 habitantes, o que permitiu identificar 348 cidades. Esse conjunto de cidades está distribuído por todas as cinco regiões do território brasileiro.

Este Índice utiliza os dados publicamente disponíveis oriundos de fontes oficiais, preferencialmente. Assim, os dados foram coletados em fontes oficiais, tais como Agência Nacional de Saúde (ANS), Ancine, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Tesouro Nacional; em instituições acreditadas como Fundação Getulio Vargas, Pnud; e demais instituições como Serviço Nacional do Comércio, Federação Brasileira de Golfe, e Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

Os índices avaliados foram: adultos idosos acima de 60 anos (agregado), adultos idosos entre 60 e 75 anos e adultos idosos acima dos 75 anos, onde as variáveis que compõem os índices e seus respectivos pesos podem ser observados na figura 1.11.

As variáveis que compõem o IDL são: indicadores gerais (agressão à vida, distribuição de renda, expectativa de vida ao nascer, taxa de desemprego e violência no trânsito), bem-estar, habitação, cultura e engajamento, cuidados de saúde, finanças e educação e trabalho.

Variáveis que compõem o Índice de Longevidade Urbano (IDL)

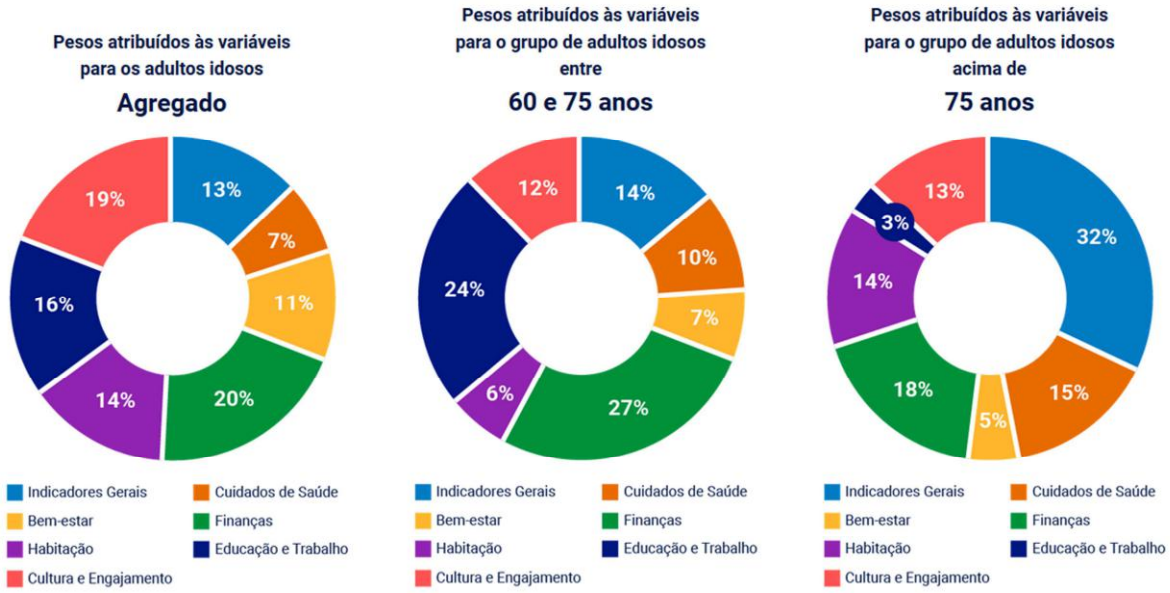


Figura 1.12: Variáveis que compõem o IDL
Fonte: Instituto de Longevidade Mongeral Aegon / FGV
https://idl.institutomongeralaegon.org/sobre-o-idl

Passo Fundo é classificada como cidade grande na análise do IDL. O site onde a classificação das cidades está disponível permite que se selecione as cidades avaliadas que se deseja fazer uma comparação de dados. Na tabela 1.7 foram selecionadas todas as cidades do Rio Grande do Sul que foram avaliadas como cidades grandes.

Foram avaliadas 150 cidades em todo Brasil e a classificação de Passo Fundo pode ser observada na tabela 1.7. A cidade pode ser considerada com boa preparação para o envelhecimento da sua população, aparecendo em 21º lugar no índice agregado (adultos com mais de 60 anos), 14º lugar no índice 60 a 75 anos e 32º lugar no índice mais de 75 anos. Dentre as cidades gaúchas a cidade mais bem classificada é Porto Alegre, sendo que Passo Fundo aparece na segunda colocação no índice agregado (adultos com mais de 60 anos) e no índice 60 a 75 anos. Já no índice adultos com mais de 75 anos aparece na terceira colocação, atrás de Porto Alegre e Caxias do Sul.

Índice de Desenvolvimento Urbano para a Longevidade

	Índice agregado		Índice 60-75 anos		Índice 75+ anos	
Município	**Nota**	**Rank**	**Nota**	**Rank**	**Nota**	**Rank**
Alvorada, RS	24.57	112	32.11	103	26.46	112
Canoas, RS	53.54	46	62.3	40	55.54	50
Caxias do Sul, RS	60.8	30	68.05	25	68.01	26
Gravataí, RS	37.45	80	49.83	63	40.25	83
Novo Hamburgo, RS	49.33	54	57.13	53	51.75	54
Passo Fundo, RS	65.25	21	74.66	14	64.82	32
Pelotas, RS	55.15	43	65.1	32	51.37	56
Porto Alegre, RS	83.24	3	89.42	3	79.53	7
Rio Grande, RS	45.73	60	57.77	52	44.75	72
Santa Maria, RS	50.19	52	64.81	34	44.81	71
São Leopoldo, RS	46.15	58	51.84	56	49.4	62
Viamão, RS	28.01	104	41.82	82	27.53	110

Tabela 1.7: Índice de Desenvolvimento Urbano para a Longevidade
Fonte: Instituto de Longevidade Mongeral Aegon / FGV
https://idl.institutomongeralaegon.org/cidades-grandes

Na tabela 1.8 pode-se observar o desempenho de Passo Fundo em cada variável, com notas acima da média na maioria das variáveis, merecendo destaque a variável cuidados de saúde em que a cidade aparece em 4º lugar no ranking.

Desempenho de Passo Fundo – IDL

VARIÁVEL	RANKING	NOTA	MEDIANA
Bem-Estar	82	48.34	50.93
Cuidados de saúde	4	84.42	38.03
Cultura e Engajamento	33	47.5	34.45
Educação e Trabalho	59	55.39	48.52
Finanças	40	62.33	48.79
Habitação	5	66.65	26.4
Indicadores gerais	43	66.39	53.65
Índice 60-75 anos	14	74.66	45.45
Índice 75+ anos	32	64.82	44.29
Índice agregado	21	65.25	40.92

Tabela 1.8: Desempenho de Passo Fundo - IDL
Fonte: Instituto de Longevidade Mongeral Aegon / FGV
https://idl.institutomongeralaegon.org/passo-fundo

No Censo do IBGE de 2010 também são apresentados os dados da população com algum tipo de deficiência permanente, onde foram levantadas informações sobre deficiência visual, auditiva, motora e mental/ intelectual, com critérios: não conseguem de modo algum, grande dificuldade e alguma dificuldade.

Do total da população do município, 41.452 possuem pelo menos uma das deficiências investigadas, representando 22,43% da população do município, conforme figura 1.12.

População com algum tipo de deficiência permanente - 2010

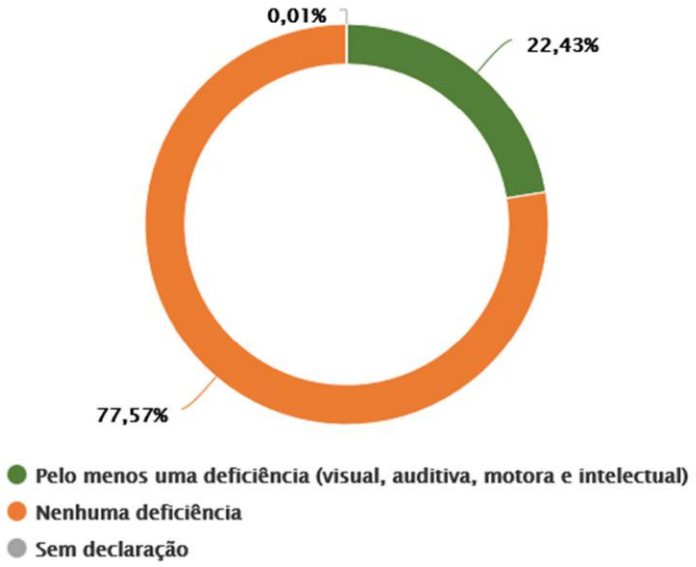


Figura 1.13: População com deficiência permanente - 2010
Fonte: Datapedia

Considerando as pessoas com alguma deficiência, 74,69% dessa população possui deficiência visual, com 25.247 pessoas com alguma dificuldade visual, 5.184 pessoas com grande dificuldade visual e 529

pessoas que não conseguem ver de modo algum. Quando consideramos as pessoas com grande dificuldade, pode-se observar na figura 1.13 que o número de pessoas com deficiência visual (5.184) e com deficiência motora (4.060) são próximos.

População residente por tipo de deficiência - 2010

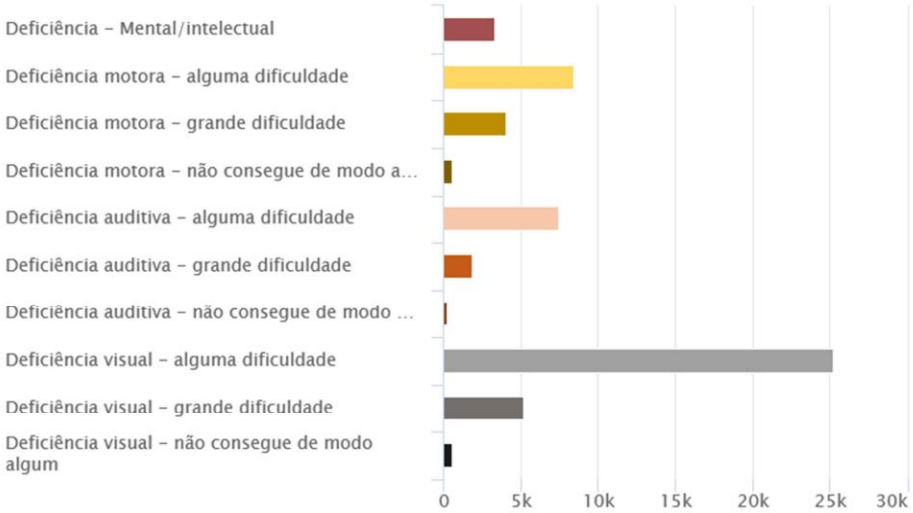


Figura 1.14: População residente por tipo de deficiência – 2010.
Fonte: Datapedia

1.5.4. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

Para este diagnóstico foi adotada a projeção de crescimento populacional proposta pelo Plano Municipal de Saneamento Básico de Passo Fundo. Esta projeção de crescimento foi adotada por se tratar do cenário mais otimista de crescimento populacional. Ainda assim, no cenário adotado a população ultrapassaria os duzentos mil habitantes somente em 2020, mas pela estimativa populacional para 2018 do IBGE a população já ultrapassou esse número.

A metodologia utilizada para a projeção populacional apresentada neste item foi realizada em etapas cumulativas, que tiveram como ponto de partida uma análise da dinâmica populacional municipal nas últimas três décadas.

Primeiramente, foram analisadas as tendências nas taxas de crescimento geométrico e na taxa de fecundidade da população municipal, fazendo-se um comparativo com as taxas em nível estadual e nacional em períodos intercensitários. Após a análise dos dados, foram elaborados dois cenários distintos, e posteriormente um terceiro cenário resultante da média apresentada pelos cenários anteriores.

As fontes de dados utilizados na elaboração da projeção populacional foram: base de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística relativos, aos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e dos indicadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicados no Atlas de Desenvolvimento Humano 2013.

A análise realizada mostra que, apesar do crescimento populacional continuado, as taxas de crescimento vêm diminuindo nas últimas décadas em Passo Fundo, seguindo uma tendência estadual e nacional. No período considerado, percebe-se uma redução das taxas anuais de crescimento populacional nos três níveis analisados, como pode ser observado na figura 1.14, que mostra que a taxa média anual de crescimento populacional em Passo Fundo, que na década de 1980 era de 1,79%, reduziu cerca de 50% na década do ano 2000 (0,93%).

Taxa média anual de crescimento populacional

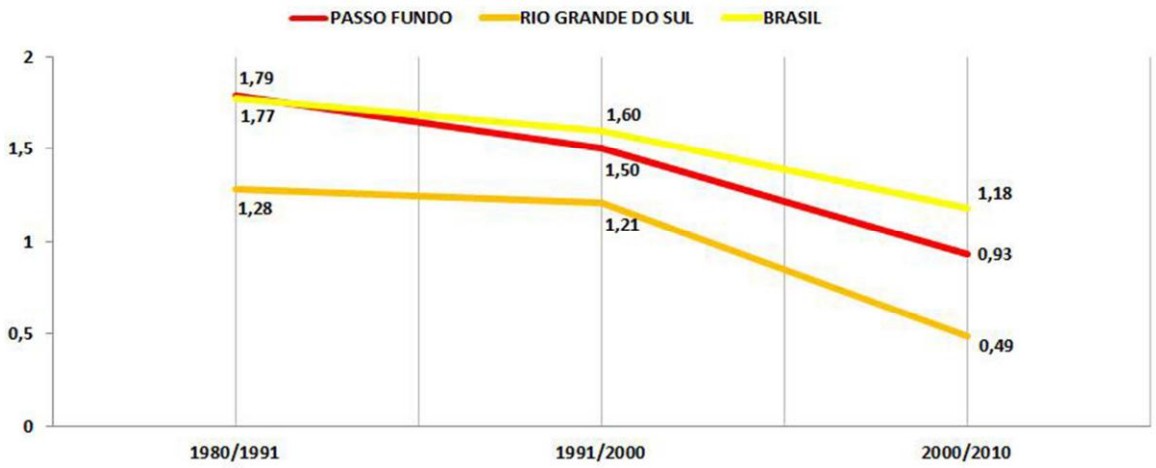


Figura 1.15: Taxa média anual de crescimento populacional
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

Essa redução da taxa de crescimento populacional no período apresentado está ocorrendo por diversos fatores, sobretudo devido a uma tendência nacional de diminuição contínua da taxa de fecundidade (número médio de filhos por mulher). Esta informação é corroborada pelos dados de que no ano de 1991 a taxa de fecundidade em Passo Fundo era de 2,30, já em 2000 a taxa baixou para 2,00, chegando a 1,80 no ano de 2010, conforme mostram os dados da figura 1.15.

Taxa de Fecundidade

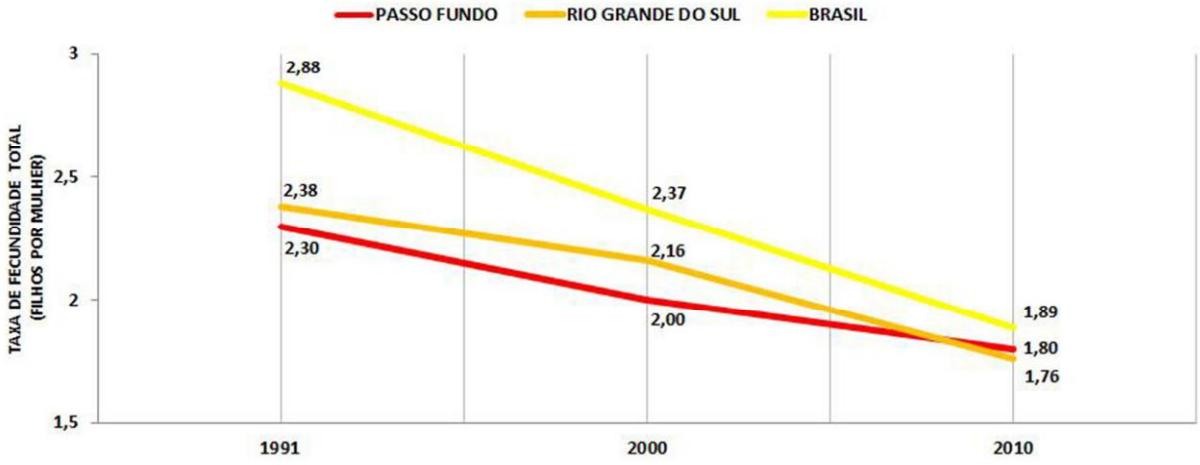


Figura 1.16: Taxa de fecundidade
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

De acordo com as tendências apresentadas nos períodos considerados, foram elaborados primeiramente dois cenários:

Primeiro cenário (Tendencial): Projeção de crescimento populacional utilizando um método exponencial, baseada nas taxas de crescimento dos períodos anteriores (1980/1991, 1991/2000, 2000/2010). Com base nas taxas de crescimento populacional apresentadas nas últimas três décadas foi possível traçar uma curva de tendência exponencial, na qual as taxas decrescem, tendendo a se estabilizar a longo prazo, o que possibilitou projetar um possível cenário futuro. Neste cenário as taxas de crescimento anuais variam de acordo com a década, seguindo uma tendência de redução: no período entre

2010 e 2020 a taxa média de crescimento anual adotada é de 0,82%; entre 2020 e 2030 a taxa anual é de 0,70%; e no período de 2030 e 2040 a taxa anual é de 0,43%.

Segundo cenário (Taxa atual de crescimento): Projeção do crescimento populacional utilizando o método geométrico, isto é, considerando uma taxa fixa baseada no crescimento registrado no período anterior, no caso, a taxa de crescimento da última década, referente ao período 2000/2010, que teve como resultado uma taxa anual de crescimento de 0,93%.

Elaborados esses dois cenários, um terceiro cenário foi proposto, que será adotado para este diagnóstico:

Terceiro cenário (Média dos dois cenários apresentados anteriormente): Projeção de crescimento populacional utilizando uma taxa média considerando as taxas de crescimento dos dois cenários apresentados anteriormente (tendencial e taxa atual). Neste cenário as taxas de crescimento anuais variam de acordo com a década, seguindo uma tendência de redução, porém menos acentuada: no período entre 2010 e 2020 a taxa média de crescimento anual resultante é de 0,88%; entre 2020 e 2030 a taxa anual é de 0,82%; e no período de 2030 e 2040 a taxa anual é de 0,68%.

A figura 1.16 apresenta o gráfico da projeção das taxas de crescimento populacional para os três cenários construídos.

Taxas de crescimento – Cenários construídos

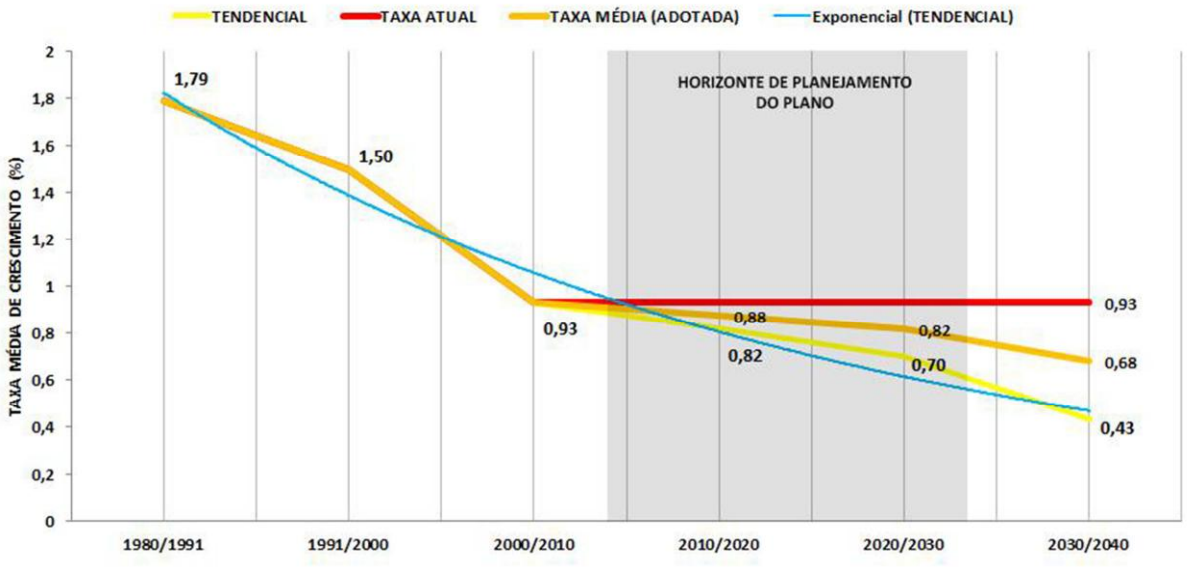


Figura 1.17: Cenários construídos – Taxas de Crescimento Populacional
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

Na figura 1.17, é apresentado o gráfico das projeções do crescimento populacional nos três cenários construídos, no qual se observa que no cenário adotado, a projeção para o ano de 2030, a população estimada será de 218.701 habitantes.

Projeção de Crescimento Populacional

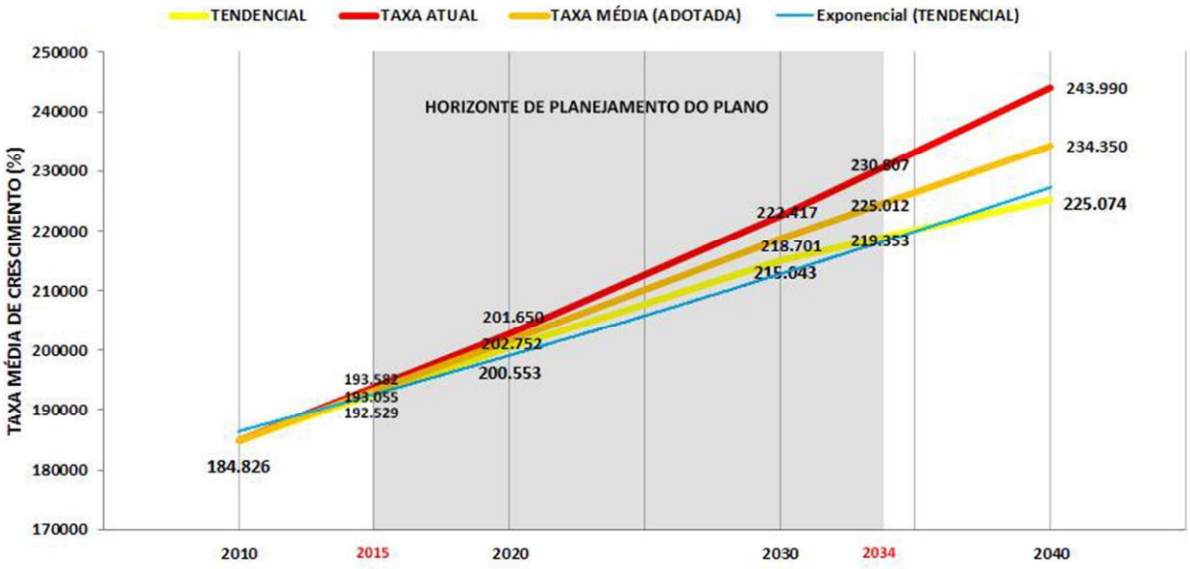


Figura 1.18: Projeção de Crescimento Populacional
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

Na tabela 1.9 é apresentada a projeção populacional por ano, de acordo com as taxas adotadas para cada um dos cenários elaborados.

Projeção de Crescimento Populacional por Ano

HORIZONTE DE PLANEJAMENTO		TAXA DE CRESCIMENTO TENDENCIAL COM BASE NOS DADOS DOS CENSOS DE 1980/1991/2000/2010		TAXA ATUAL DE CRESCIMENTO (ÚLTIMA DÉCADA) BASEADO NOS DADOS DO CENSO 2000/2010		TAXA DE CRESCIMENTO RESULTANTE DA MÉDIA ENTRE AS DUAS PROJEÇÕES ANTERIORES (CENÁRIO ADOTADO)	
PRAZO	ANO	TAXA ANUAL (%)	POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES)	TAXA ANUAL (%)	POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES)	TAXA ANUAL (%)	POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES)
	2010		184.826		184.826		184.826
	2011	0,82	186.342	0,93	186.545	0,875	186.443
	2012	0,82	187.870	0,93	188.280	0,875	188.075
	2013	0,82	189.410	0,93	190.031	0,875	189.720
	2014	0,82	190.963	0,93	191.978	0,875	191.380
CURTO PRAZO	2015	0,82	192.529	0,93	193.582	0,875	193.055
	2016	0,82	194.108	0,93	195.382	0,875	194.744
	2017	0,82	195.700	0,93	197.199	0,875	196.448
	2018	0,82	197.304	0,93	199.033	0,875	198.167
MÉDIO PRAZO	2019	0,82	198.922	0,93	200.884	0,875	199.901
	2020	0,82	200.553	0,93	202.752	0,875	201.650
	2021	0,70	201.957	0,93	204.638	0,815	203.294
	2022	0,70	203.371	0,93	206.541	0,815	204.950
LONGO PRAZO	2023	0,70	204.795	0,93	208.462	0,815	206.621
	2024	0,70	206.228	0,93	210.401	0,815	208.305
	2025	0,70	207.672	0,93	212.357	0,815	210.002
	2026	0,70	209.125	0,93	214.332	0,815	211.714
	2027	0,70	210.589	0,93	216.325	0,815	213.439
	2028	0,70	212.063	0,93	218.337	0,815	215.179
	2029	0,70	213.548	0,93	220.368	0,815	216.933
	2030	0,70	215.043	0,93	222.417	0,815	218.701
	2031	0,43	216.548	0,93	224.486	0,68	220.483
	2032	0,43	217.479	0,93	226.573	0,68	221.982
	2033	0,43	218.414	0,93	228.681	0,68	223.492
	2034	0,43	219.353	0,93	230.807	0,68	225.012
	2035	0,43	220.297	0,93	232.954	0,68	226.542
	2036	0,43	221.244	0,93	235.120	0,68	228.082
	2037	0,43	222.195	0,93	237.307	0,68	229.633
	2038	0,43	223.151	0,93	239.514	0,68	231.195
	2039	0,43	224.110	0,93	241.741	0,68	232.195
	2040	0,43	225.074	0,93	243.990	0,68	234.350

Tabela 1.9: Projeção de Crescimento Populacional por Ano
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

1.5.5. ESTIMATIVA POPULACIONAL IBGE

No final do mês de agosto de 2018, o IBGE divulgou a estimativa populacional para este ano, totalizando 201.767 habitantes em Passo Fundo. A taxa de crescimento foi de 1,49% em relação ao número de 2017, conforme tabela 1.10.

ESTIMATIVA POPULACIONAL	
ANO	ESTIMATIVA
2011	186.082
2012	187.298
2013	194.432
2014	195.620
2015	196.739
2016	197.798
2017	198.799
2018	201.767

Tabela 1.10: Estimativa populacional IBGE
Fonte: Dados IBGE

Quando comparado ao Censo de 2010 do IBGE, o crescimento foi de 9,16% no período, com crescimento médio de 1,15% a.a.

Na análise anual de estimativa do IBGE, pode-se observar que em 2013 o crescimento foi mais expressivo, com aumento de 3,81% da população em relação a 2012. Essa taxa fez com que a média anual subisse para 1,15%.

Retirando-se o ano de 2013 do cálculo, entre 2011 e 2017, o crescimento médio foi de 0,59%. E em relação a 2017, a população cresceu 1,49%.

Assim, pode-se observar que em 2018 houve um crescimento consideravelmente maior que a média dos últimos 5 anos.

No cenário adotado pelo Plano de Saneamento, a população de Passo Fundo chegaria 201.650 habitantes somente em 2020, quando será realizado novo Censo. Assim, na estimativa do IBGE a população em 2018 já ultrapassou o cenário previsto no Plano de Saneamento.

CAPÍTULO 2 – LEITURA TÉCNICA: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

2.1.1. INTRODUÇÃO

Para elaboração do presente capítulo foram utilizados como referência os Planos Diretores desenvolvidos no município de Passo Fundo: Plano Diretor de Passo Fundo – 1953/1957 (Lei nº 744/57); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo – 1979/1984 (Lei nº 2.133/84); Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo – 1999/2006 (Lei Complementar nº 170/06), como também, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Local do Município de Passo Fundo – PEDEL - 2015.

O estudo do desenvolvimento do município de Passo Fundo direcionado a revisão do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deve ser específico ao seu objetivo. Mais que o diagnóstico dos fatos econômicos, este deve ser feito levando em consideração o meio natural, as suas alterações antrópicas e a evolução ao longo do tempo.

2.1.2. ANTECEDENTES

O surgimento e o desenvolvimento de Passo Fundo estão vinculados ao espaço regional em que se situa e à sua localização espacial em relação ao conjunto de rodovias e ferrovias que cruzam seu território. Esse conjunto foi implantado gradativamente.

Nos séculos XVIII e XIX a cidade fazia parte do ‘caminho dos paulistas”, pois, era onde havia uma relativa segurança para a penetração das tropas na província de São Pedro do Rio Grande.

Nesse período, tem início a fase do Tropeirismo, atividade que se intensifica a partir do transporte e comercialização de mulas. Essa atividade integrou economicamente o Rio Grande do Sul ao centro do país.

O caminho dos tropeiros estruturou durante essa época vários povoados que se tornariam municípios e se formaram nos pontos de parada dos tropeiros. Essa é a gênese da cidade de Passo Fundo, que se desenvolveu exclusivamente ao longo desse caminho até o final do século XIX.

2.1.3. CICLOS ECONÔMICOS

A ocupação do planalto médio se insere no segundo período de ocupação do território gaúcho, quando a região passou a ser ocupada por fazendeiros, oriundos de São Paulo e Curitiba que receberam glebas de terras para fins de ocupação do Comando Militar de São Borja. Estes fazendeiros se dedicavam principalmente à exploração de erva-mate (extrativismo e o primórdio do processo de industrialização), que pode ser considerado como o 1º Ciclo Econômico, tendo em 1901 sido montada empresa ervateira com o sistema paraguaio “barbaquá”.

A exploração da erva-mate (*Ilex paraguariensis St. Hil*.) atingiu sua maior importância no século XIX. A importância da erva-mate e a influência dos “ervateiros” tiveram impacto na economia, na política e na cultura da região Sul do Brasil.

A criação de gado (2º Ciclo Econômico), era realizada concomitante ao extrativismo da erva-mate. No entanto, com a intensificação das pastagens da invernada passou a preponderar na economia regional.

Em 1902 iniciou-se a exploração de madeira (3º Ciclo Econômico), devido à grande quantidade de araucárias (*Araucaria angustifólia*) na região e a posterior implantação da indústria madeireira. Novamente um fator logístico propiciou a implementação do desenvolvimento da economia municipal,

principalmente mediante a exportação da madeira. A utilização de transporte ferroviário que foi implantado em 1898, viabilizou a articulação econômica de Passo Fundo ao estado (fazendo parte do trecho Santa Maria – Marcelino Ramos) e ao centro do país (conexão direta com Santa Catarina, Paraná e São Paulo).

Fato significativo no desenvolvimento de Passo Fundo foi a chegada dos imigrantes europeus, inicialmente oriundos da Alemanha, sendo o primeiro deles Adão Schell, que aqui chegou em 1834. Já a partir de 1875, a imigração italiana iniciou no Rio Grande do Sul e em sequência em Passo Fundo.

A colonização europeia promoveu a disseminação de práticas agrícolas, como também foi responsável pela exploração de florestas nativas na região de Passo Fundo. A exploração da madeira emerge como atividade correlata à agricultura, uma vez que o desmatamento era imprescindível para a viabilização da produção agrícola.

Nas primeiras décadas do século XX a economia passofundense se caracterizou pela exploração da madeira e pela policultura praticada pelos imigrantes europeus. Na agricultura predominavam as formas tradicionais de produção, praticadas em pequenas propriedades e expressas pela exploração de recursos naturais e da mão-de-obra familiar, baseada na utilização de técnicas artesanais.

No entanto, a partir de 1940 a região passa por um processo de reestruturação produtiva que resultou na modernização da agricultura (4º Ciclo Econômico), através da introdução das monoculturas do trigo (anos 50) e da soja (anos 60), sendo que este grão passou a ser o principal produto agrícola da região, o que fez com que houvesse a implantação da BR-285 através do programa Corredores de Exportação (década de 1970). Novamente se evidencia a relação entre os diversos modais de transporte e a economia.

Historicamente, o espaço em que Passo Fundo situa-se é constituído de dois grandes conjuntos homogêneos, fisicamente definidos como “Áreas Coloniais” e “Áreas de Campo” (região granjeira). Estas “fisionomias” retratam, entretanto, dois blocos bem distintos, isto é, duas formações econômicas-sociais-espaciais que se diferenciam basicamente pelas relações econômicas e técnicas de produção e pela apropriação da terra, fatores que dão um papel ativo à paisagem sobre a economia regional.

As “áreas coloniais” caracterizam-se localmente por uma produção limitada e variada em pequenas unidades de produção, onde predomina o trabalho familiar. Na medida em que as relações econômicas e técnicas da estrutura capitalista foram sendo introduzidas na região, principalmente pela implantação da cultura da soja, estas áreas passaram a sofrer contradições internas significativas, já que a pequena propriedade não tinha condições de absorver rapidamente as mudanças decorrentes. Isto gerou um reagrupamento de parcelas, assim com uma acentuada migração para as frentes pioneiras e para, em especial, as áreas urbanas.

Já as “áreas de campo” vincularam-se rapidamente a dinâmica de penetração capitalista, pois sua estrutura fundiária (médias e grandes unidades de produção), bem como suas características de trabalho assalariado e de uma produção orientada para o mercado externo, estava basicamente adequada à implantação de uma agricultura extensiva.

Desta forma, o papel dominante e hegemônico regional é dado pelo grupo granjeiro que detém a produção de trigo e soja e que está vinculado aos fatores modernos da economia (sistema bancário, comercialização e outros), altamente dependente – no caso específico da soja – do comportamento do comércio internacional.

As alterações introduzidas pela penetração do capital no campo, foram se refletir no meio urbano, pois geraram um reforço aos setores comerciais e industriais modernos, em virtude do surgimento de um mercado agrícola capaz de absorver máquinas e insumos modernos. Igualmente, a incrementação do êxodo rural para a cidade propiciou uma mão-de-obra barata tanto para o setor agrícola (força de trabalho assalariada temporária) como para o setor industrial.

O processo de implantação industrial passofundense vinculou-se, ao longo do tempo, na grande maioria das vezes, ao setor rural, passando de uma primeira fase de utilização extensiva dos recursos naturais e da exploração madeireira até uma fase posterior de implantação de frigoríficos e da indústria mecânica de apoio às lavouras de trigo e soja. A industrialização desenvolveu-se mais intensivamente a partir da década de 1960, tendo como principal ramo o da mecânica, seguindo-se a indústria de produtos alimentares e bebidas.

A ampliação do processo de crescimento industrial foi gerada pela:

I – Modernização da lavoura, resultando na implantação e/ou ampliação de indústrias mecânicas, face as solicitações do mercado, o qual tem um limite de receptividade tecnológica, sendo suscetível a variação de fatores externos como preços do produto e financiamentos;

II – Criação de aves e gado leiteiro nas “áreas coloniais”, ocasionando o surgimento de novos estabelecimentos industriais e reforçando os já existentes;

III – Ampliação do nível de renda, proporcionando um maior mercado local, com condições de absorver a produção de indústrias instaladas localmente, em especial, nos ramos de móveis, material para construção e indústria alimentar.

Além das atividades derivadas da função de “nó” rodoferroviário e da industrialização potencial, Passo Fundo exerce e pode ter ampliadas as funções comerciais e de serviços de apoio ao setor primário (comércio e serviços especializados). Finalmente, as atividades de pesquisa e de ensino localizadas em Passo Fundo foram capazes de gerar funções específicas.

Todas estas funções existentes ou potenciais geraram ou podem gerar modificações na estrutura urbana de Passo Fundo, pelo surgimento de áreas específicas ou por ampliação dos fluxos de transportes locais e extra locais.

A industrialização, que era basicamente articulada com o setor primário e de caráter regional e inicialmente se constituía em torno da erva-mate, madeira e trigo, passou para uma nova fase, em que se destaca o beneficiamento da produção agrícola (soja), da proteína animal, suínos primeiramente, hoje frangos - laticínios / máquinas e implementos agrícolas / produção de bens de consumo /biodiesel/óleos vegetais).

A partir da década de 1980, a Construção Civil se intensificou na cidade, atendendo Passo Fundo e região, se tornando um segmento significativo na economia do município até os dias atuais, pois, o setor imobiliário ainda apresenta dinamismo, verificado através da produção edilícia de prédios e de loteamentos e condomínios urbanísticos.

O Setor Terciário, comércio (varejo e atacadista), serviços educacionais, de atenção à saúde e demais serviços, atualmente representa 81% do PIB de Passo Fundo e apresenta crescimento, resultado da gradativa abrangência regional.

Assim, foi contextualizado o histórico e a realidade atual da economia passofundense. As mudanças trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias e inovações provocam importantes consequências sobre a organização industrial e as estratégias empresariais, com impacto na economia local, regional, nacional e mundial. Por sua importante dimensão e densidade, as inovações continuam a suscitar a ideia de ciclo tecnológico determinante da dinâmica econômica, embora a lógica das inovações fizesse sempre parte integrante do processo competitivo e da sua subsequente renovação de estruturas de desenvolvimento econômico e social.

Ciência, tecnologia e inovação (articulação, interação e complementação dos ativos tecnológicos locais e as necessidades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação das atividades produtivas), se constituem nos novos vetores da economia local.

2.1.4. ANÁLISE REGIONAL DA POLARIDADE DE PASSO FUNDO

A partir do território original quando foi criado o município de Passo Fundo em 1857, foram emancipados ao longo do tempo 107 municípios. Atualmente Passo Fundo polariza uma região que inclui quase todos os municípios originários.

Nem sempre foi assim. Quando da elaboração do seu primeiro Plano Diretor em 1952, constatava-se que a liderança econômica do Norte do estado era dividida entre Erechim, Lagoa Vermelha e Passo Fundo, conforme Tabela 2.1. A maior população municipal e a maior produção total em valores de cruzeiros eram de Erechim. Embora Passo Fundo tivesse um maior número de habitantes do que Lagoa Vermelha, a produção agrícola e a produção total deste era superior a do nosso município.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INDUSTRIAL	AGRÍCOLA	TOTAL
Erechim	119.529	198.934.000	199.370.000	394.309.000
Lagoa Vermelha	83.210	146.847.000	148.597.000	295.444.000
Passo Fundo	107.000	172.000.000	71.443.000	243.443.000

Tabela 2.1.1 Comparação Demográfica e Econômica entre os Municípios Líderes do Norte do Estado no Ano de 1952
Fonte: Plano Diretor de 1957.

Em razão das mudanças ocorridas na economia passofundense ao longo do tempo, principalmente no que concerne ao processo de reestruturação produtiva pelo qual passou o município e que resultou na modernização da agricultura, através da introdução das culturas do trigo em 1950 e da soja em 1960, fez com que Passo Fundo voltasse a liderar seus antigos distritos. Nas décadas posteriores o comércio (varejo e atacadista), serviços educacionais, de atenção à saúde e demais serviços foram determinantes para o gradativo crescimento do PIB da cidade e consequentemente da sua abrangência regional, alavancando a posição de destaque do município na região norte do estado.

De acordo com o PEDEL (2015), este novo arranjo regional se configura na Região Intermediária Urbana de Passo Fundo, que tem por base o estudo “Divisão Urbano-Regional”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2013 - Figura 2.1.1.

A rede urbana brasileira é classificada em cinco grandes categorias: Metrópole (A, B e C), Capital Regional (A, B e C), Centro Sub- regional (A e B), Centro de Zona (A e B) e Centro Local.

Para definir o nível de centralidade das cidades o IBGE levou em consideração as cidades em que se localizavam tanto diversos órgãos do Estado quanto as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço.

Como variáveis complementares foram considerados diferentes equipamentos e serviços - atividades de comércio e serviço, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo.

Nessa divisão urbano-regional, cada região criada é contígua e cada município pertence a uma única unidade territorial. É identificado um município polo para cada região. As Regiões de Articulação Urbana são definidas como espaços pautados por uma organização em rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos de informações, pessoas, bens e serviços determinam as vinculações e o arranjo

regional. A conformação dessas regiões refletem processos históricos que se formaram pela interação de vários elementos, tais como: a população; instituições; empresas; os domínios ecológicos; as atividades agrícolas e industriais; os transportes e as atividades terciárias, dentre outros.

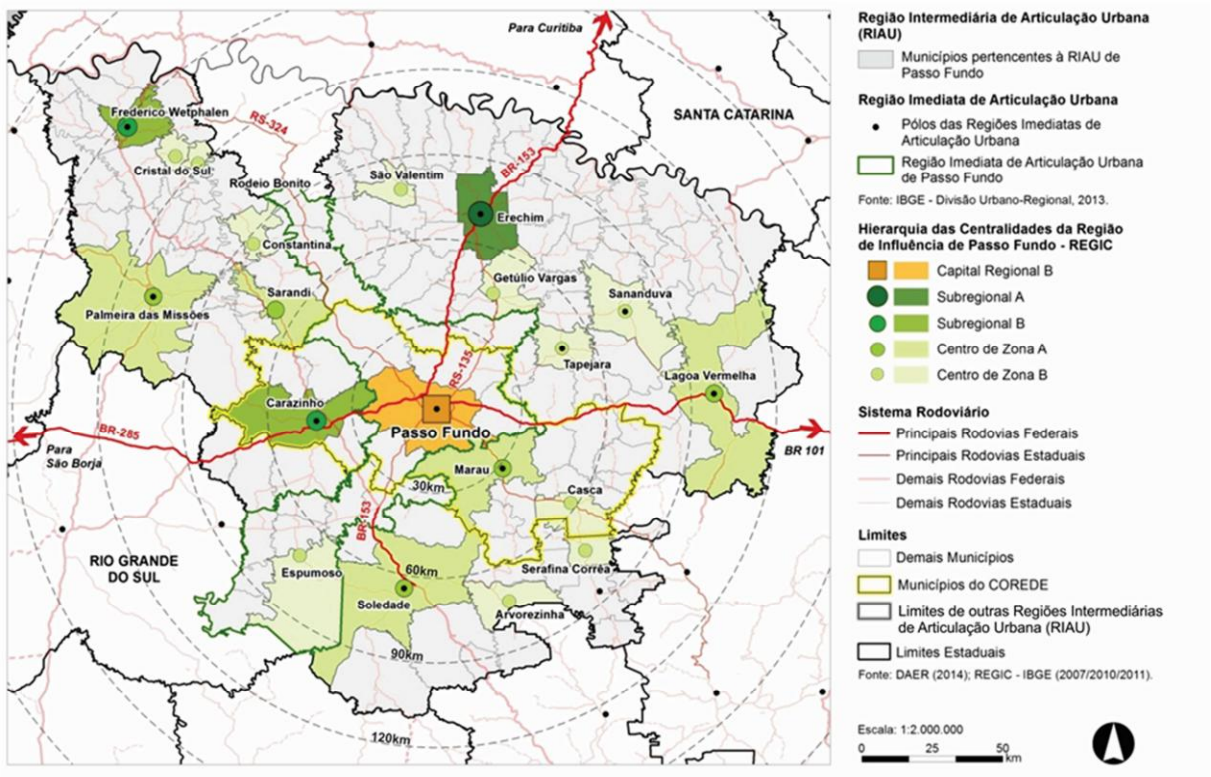


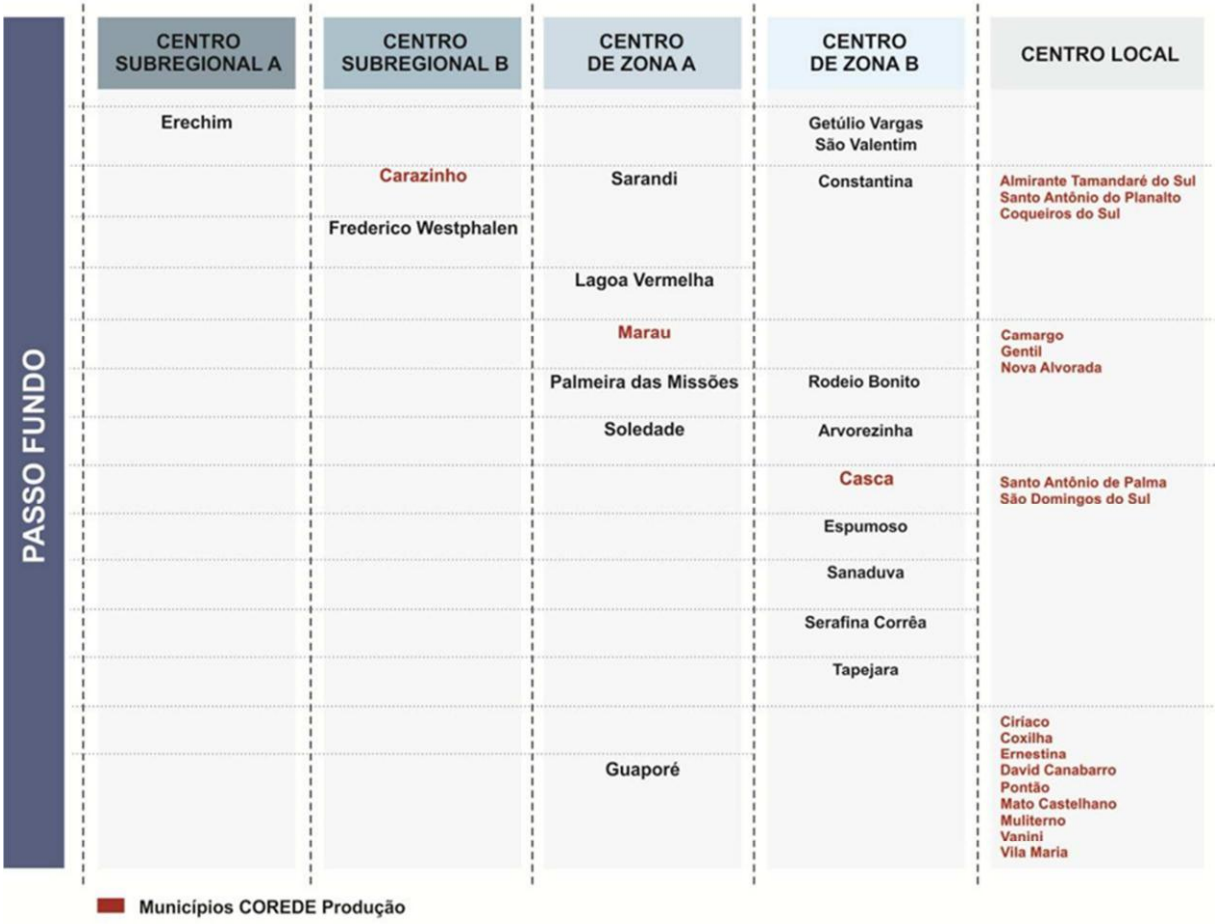
Figura 2.1.1 Regiões de Articulação Urbana de Passo Fundo - RIAU-PF
Elaboração: Vertrag/AEI, 2014.
Fonte: PEDEL, 2015.

Os três níveis escalares definidos pelo estudo "Divisão Urbano-Regional" foram nomeados como Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana.

No caso de Passo Fundo, foi utilizada a escala de Região Intermediária de Articulação Urbana. As Regiões Intermediárias de Articulação Urbana são subdivisões das Regiões Ampliadas e se distinguem por possuir centros urbanos de níveis de Capital Regional A, B e C e Centro Sub-regional A, formando regiões com centralidades medianas no conjunto da divisão urbano-regional, com população e área de tamanhos que variam conforme a localização.

A cidade de Passo Fundo é classificada como uma Capital Regional B, caracterizando-se pela capacidade de polarizar uma grande quantidade de municípios no atendimento a bens e serviços de alta complexidade, concentrar atividades de gestão e articular, na escala regional, órgãos públicos e empresas privadas. Entender a dinâmica econômica e social de Passo Fundo implica em entender as principais especificidades que caracterizam a sua região de articulação. Essa dinâmica influencia e é influenciada pelas principais cidades do seu entorno com as quais mantêm fluxos relevantes (pessoas, bens e outros).

A Região Intermediária de Articulação de Passo Fundo insere-se na Região Ampliada de Articulação Urbana de Porto Alegre (Metrópole), na qual, apenas três outras cidades apresentam a mesma hierarquia, quais sejam, Caxias do Sul e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e Chapecó, em Santa Catarina. A Região Intermediária de Articulação de Passo Fundo é composta por 136 centros urbanos, todos no estado do Rio Grande do Sul.



Quadro 2.1.1 Região Intermediária de Articulação Urbana de Passo Fundo.
Elaboração: Vertrag, 2014.
Fonte: PEDEL, 2015.

Segundo o PEDEL, no que se refere às transformações da estrutura produtiva de Passo Fundo no período 2002-2011, os setores agropecuários e industrial perderam participação relativa, não devido à perda de importância dessas atividades econômicas na economia local, mas sim ao fato do PIB do setor de serviços ter apresentado uma taxa de crescimento relativamente bem maior. Nesse período, o crescimento do PIB de Passo Fundo foi determinado fundamentalmente pela expansão dos serviços, em particular o comércio (varejo e atacado) e os segmentos de educação e atenção à saúde, atividades econômicas locais com forte centralidade em níveis regional, estadual e supraestadual – Gráfico 2.11. Nacionalmente, Passo Fundo se diferencia de cidades de porte semelhante pela relevância e forte inserção regional desses segmentos em sua estrutura produtiva.

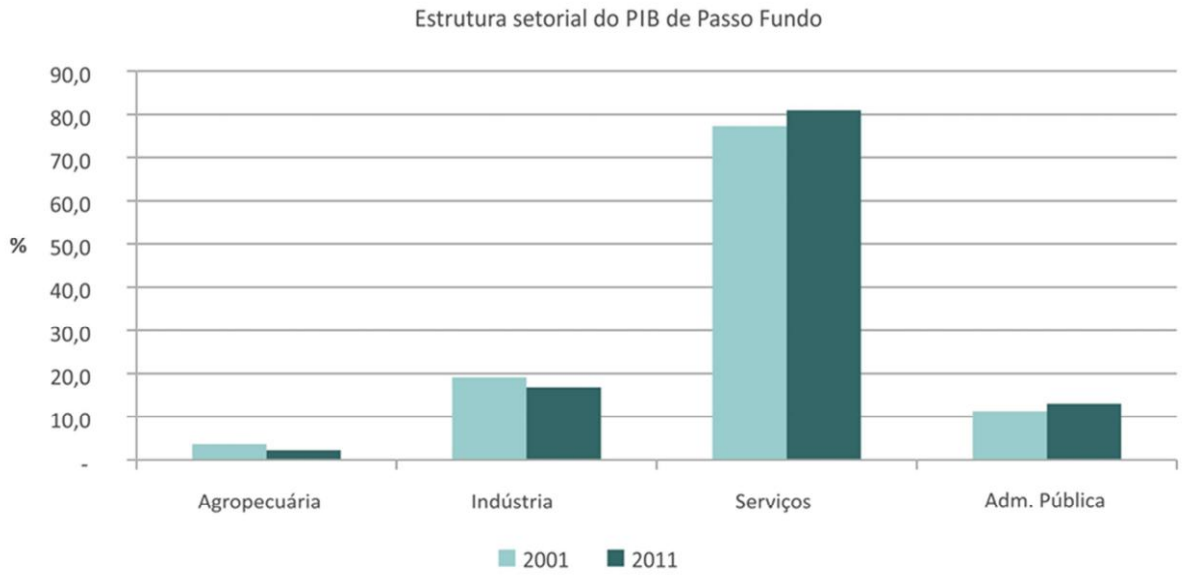


Figura 2.1.2 Gráfico PIB dos Setores Econômicos no PIB total de Passo Fundo
Elaboração: Vertrag, 2014, com base em IBGE.
Fonte: PEDEL, 2015

Dentre os municípios da sua Região de Articulação Urbana e do COREDE Produção, a estrutura econômica de Passo Fundo se destaca pela mais elevada participação do setor serviços no PIB municipal (81,0%, em 2011). As estatísticas sobre o Produto Interno Bruto dos Municípios, sistematizadas pelo IBGE, constitui uma das principais bases de dados que permite a análise da dinâmica econômica na escala municipal e regional. Setorialmente, discrimina o Valor Agregado Bruto - VAB dos setores Agropecuário, Industrial e de Serviços. No caso dos serviços, especifica o VAB da Administração Pública. Os dados utilizados se referem ao ano de 2011. No período 2002-2011, a Taxa Média de Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de Passo Fundo alcançou 4,5% a.a. Essa taxa é expressiva e superior à observada para o conjunto dos municípios inseridos no COREDE Produção (4,3%), na Região Intermediária de Articulação Urbana de Passo Fundo - RIAU-PF (4,1%), no Rio Grande do Sul (2,9%) e no Brasil (3,8%) – Gráfico 2.1.2. A expansão das exportações, particularmente de *commodities* agrícolas, os investimentos na indústria, comércio e serviços e o dinamismo do mercado interno explicam essas elevadas taxas de crescimento do PIB.

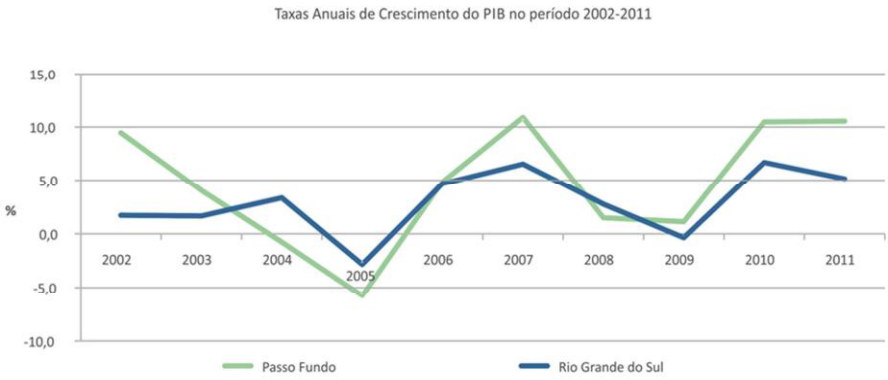


Figura 2.1.3 Gráfico Taxas Anuais de Crescimento do PIB no período 2002-2011: Passo Fundo e RS
Elaboração: Vertrag, 2014, com base em IBGE.
Fonte: PEDEL, 2015.

Segundo o PEDEL, com base nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano, divulgados em 2010, a Região de Articulação Urbana de Passo Fundo pode ser caracterizada, sob o ponto de vista econômico e social, como uma "mancha" de "alto desenvolvimento humano" no mapa do Brasil - Figura 2.1.2.

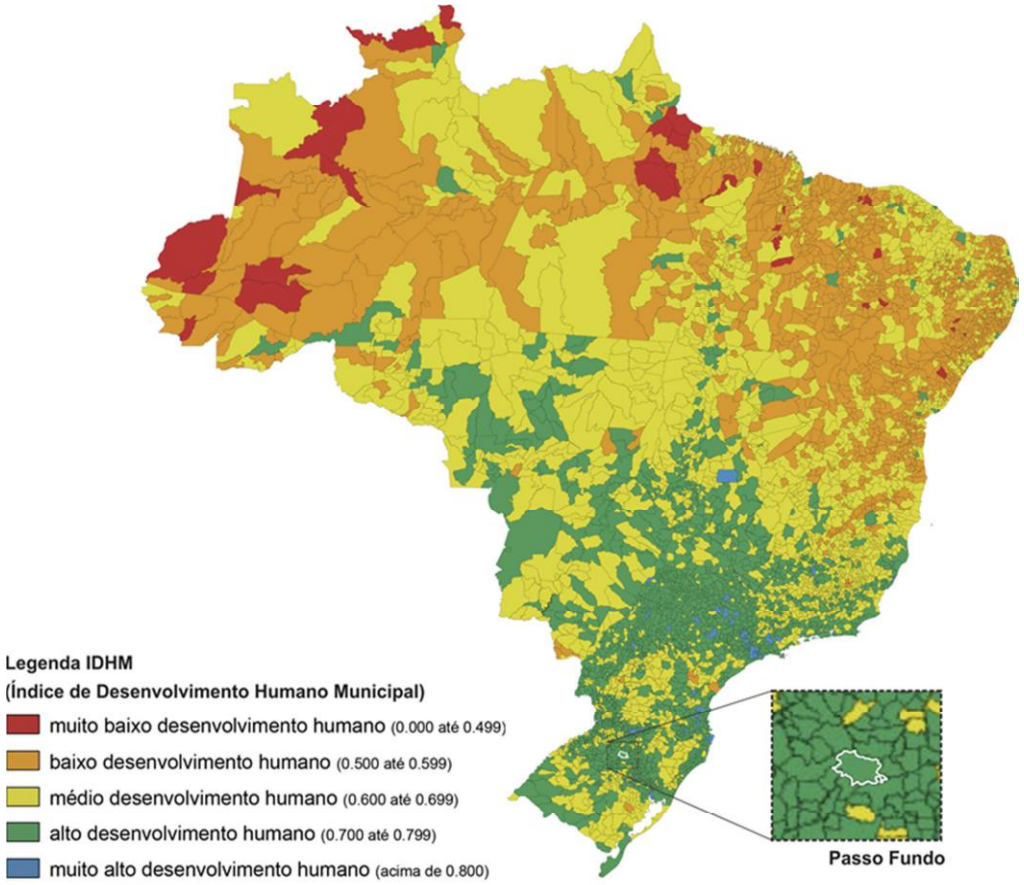


Figura 2.1.4 Passo Fundo como uma mancha de "Alto Desenvolvimento Humano" (IDH, 2010)
Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 (PNUD).
Fonte: PEDEL, 2015.

No setor serviços, outros segmentos de atividade econômica evidenciam a centralidade de Passo Fundo no contexto regional, como os serviços de logística e o comércio. No segmento logístico, além da American Trade, merece destaque os serviços transporte (ALL e Di Canalli Comércio, Transportes e Empreendimentos Ltda), armazenagem (Pradozen). O município se destaca também como um centro regional para compras em razão da diversificação e porte de sua atividade comercial, especialmente pela existência de equipamentos comerciais de abrangência regional e/ou nacional, como o *Shopping* Bella Città, hipermercado Bourbom (Grupo Zaffari), o Grupo Grazziotin (comercialização de vestuário, calçados, cama e mesa, dentre outros) e o *Shopping* Passo Fundo.

Essa centralidade regional de Passo Fundo é evidenciada quando se verifica que, em 2007, segundo o REGIC, moradores de 64 municípios da região de articulação urbana de Passo Fundo se deslocavam até essa cidade para a realização de compras.

Além disso, parcela expressiva da indústria dos municípios dessas regiões vincula-se diretamente ao complexo agroindustrial, cujo principal núcleo é a produção agropecuária, mas com interligações com segmentos de atividade econômica a montante que fornecem insumos, máquinas e implementos, e com segmentos a jusante, responsáveis pelo processamento, logística e distribuição da produção agropecuária.

Indiretamente, uma parte relevante do comércio de bens em geral, da construção civil e da prestação de serviços na região vincula-se ao desempenho da agropecuária e do complexo agroindustrial.

Essa característica estrutural da economia dos municípios RIAU-PF e do COREDE implica que o desempenho da agropecuária é um dos principais determinantes da dinâmica econômica regional, em particular de Passo Fundo. Em 2004 e 2005, anos de forte estiagem, e, em menor grau, em 2009, quando da retração do comércio global (volume e cotações de commodities agrícolas) em decorrência da crise financeira internacional que eclodiu no final de 2008, as taxas de crescimento do PIB de Passo Fundo, COREDE Produção e RIAU-PF e, até mesmo do estado do Rio Grande do Sul, foram pequenas ou negativas.

No entanto, há indicativos de que a intensa dependência da dinâmica econômica e social de Passo Fundos em relação ao setor agropecuário está diminuindo, em decorrência da forte expansão dos serviços educacionais e de atenção à saúde que se observa no município. Os desempenhos desses segmentos de atividade são mais inelásticos ao desempenho negativo da atividade agropecuária do que, por exemplo, o comércio varejista.

A diversificação do setor metal-mecânico local aponta no mesmo sentido e, dada a importância desse setor na Região de Articulação de Passo Fundo e na porção Norte do Rio Grande do Sul, conformando a existência de um "bolsão regional de mão de obra" especializada nesse tipo de atividade, existem possibilidades de novos investimentos na área, inclusive contando com um maior efeito de transbordamento da metal-mecânica de Caxias do Sul. Até mesmo a expansão local da indústria de laticínios (Italac, Nestlé, CCGL, etc), com base em uma bacia leiteira regional com elevada produtividade e voltada para o mercado interno, vem contribuindo para a menor dependência da economia de Passo Fundo do dinamismo das exportações de grãos. O crescimento da construção civil também vem tendo uma expressiva contribuição do dinamismo dos serviços educacionais e de atenção à saúde, tornando a sua dinâmica relativamente menos dependente das adversidades do setor agropecuário.

Nesse contexto, merece importância estratégica para o desenvolvimento local de Passo Fundo as possibilidades de diversificação de sua indústria além daquelas vinculadas diretamente ao complexo agroindustrial.

No âmbito da Região Intermediária de Articulação Urbana de Passo Fundo, a indústria se concentra em Erechim (24,2% do VAB Industrial total, em 2011), Passo Fundo (19,6%), Marau (18,1%) e, em menor grau, em Carazinho (5,4%). No COREDE Produção, essa atividade econômica se destaca em Passo Fundo (42,1% do VAB Industrial total, em 2011), Marau (38,9%) e Carazinho (11,7%), apresentando pequena expressão nos demais municípios (de 0,2% a 2,5%). É importante destacar as distâncias relativamente pequenas existentes entre esses municípios, em particular entre Passo Fundo e Marau, cidades que já mantêm um fluxo diário que tende a exigir soluções específicas no conjunto das estratégias de desenvolvimento local, por exemplo, a duplicação da BR 324.

Em Passo Fundo, merecem destaque os seguintes segmentos industriais: máquinas e equipamentos agrícolas (Semeato e Kuhn do Brasil); frigorífico avícola (JBS/Doux/Frangosul); laticínios (Italac); e biodiesel (BSBIOS). Após 2011 e, portanto, com atividades de produção não captadas pelas informações atualmente disponíveis sobre o PIB Municipal, tem-se a AMBEV (maltaria).

Entre 2002 e 2011, a participação da indústria de Passo Fundo aumentou de 40,6% para 42,1%. Essa participação também se tornou maior quando a escala de referência é o Rio Grande do Sul: de 1,1% para 1,2%. No entanto, em relação à sua Região de Articulação Urbana, caiu de 23% para 19,6%, evidenciando crescimento relativamente maior da indústria em municípios do entorno de Passo Fundo.

Atualmente, o perfil econômico da cidade está sendo diversificado com investimentos na industrialização, o que contribui significativamente para a economia local. A instalação de novas indústrias é fundamental para o desenvolvimento econômico de Passo Fundo e o setor metal mecânico apresenta boas estimativas de crescimento.

Uma iniciativa relevante voltada para o desenvolvimento Industrial de Passo Fundo e região se refere aos Polos de Inovação Tecnológica. A Fundação Universidade de Passo Fundo - FUPF é a unidade gestora, responsável pelos convênios firmados com o Governo do Estado/Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Governo (SCIT), para o repasse de recursos dos projetos dos polos. São os COREDE, através dos Conselhos de Representantes, que definem as demandas regionais para o desenvolvimento na área da ciência, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Na área de atuação da UPF funcionam quatro Polos de Inovação Tecnológica. Esses Polos são os seguintes: Polo de Inovação Tecnológica da Região da Produção (Alimentos e Metal-Mecância); Polo de Inovação Tecnológica do Alto da Serra do Botucaraí (Pedras, Gemas e Joias, Alimentos e Turismo); Polo de Inovação Tecnológica do COREDE Nordeste (Alimentos); Polo de Inovação Tecnológica do COREDE Rio da Várzea (Indústria Têxtil, em Sarandi; e Erva-Mate, em Palmeira das Missões). A UPF também é a instituição responsável pelo Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação na região do COREDE Produção no âmbito do Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APLs) que vem sendo operado pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Desenvolvimento – AGDI.

2.1.5. DINÂMICA DOS PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE PASSO FUNDO

A análise da dinâmica econômica dos principais setores de atividade econômica de Passo Fundo tem por base a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A partir de suas informações sobre emprego formal, escolaridade dos empregados, massa salarial dos estabelecimentos e massa salarial média por empregado, para diversos anos, a RAIS é a melhor base para analisar a estrutura e a dinâmica setorial de atividades econômicas em nível municipal.

Além disso, de forma a analisar as informações da RAIS a um maior nível de desagregação, passível de agrupar as atividades segundo um conjunto de links relevantes ou potenciais “complexos”, recorreu-se à Classificação Nacional das Atividades Econômicas redefinida recentemente pelo IBGE, denominada de 2.0. No entanto, a análise das informações da RAIS com base na CNAE 2.0 somente é possível para o período a partir de 2006, quando da sua redefinição. Assim, a análise a seguir foi feita para o período 2006-2012, com base na CNAE 2.0.

Em alguns casos, as informações sobre um determinado setor foram sistematizadas na forma de potenciais “complexos”, de forma a agrupar atividades correlatas da indústria, do comércio e dos serviços de um mesmo segmento ou setor de atividade, a exemplo da saúde: Fabricação de Produtos Farmoquímicos; Comércio Atacadista de Produtos Farmacêuticos; Comércio Atacadista de Instrumentos e Materiais para Uso Médico, Cirúrgico, Ortopédico e Odontológico; Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos; Comércio Varejista de Artigos Médicos e Ortopédicos; Comércio Varejista de Artigos de óptica; Atividades de Atendimento Hospitalar; Serviços Móveis de Atendimento a Urgências; Serviços de Remoção de Pacientes; Atividades de Atenção Ambulatorial Executadas por Médicos e Odontólogos; Atividades de Serviços de Complementação Diagnóstica e Terapêutica; Atividades de Profissionais da área de Saúde, Exceto Médicos e Odontólogos; Atividades de Apoio à Gestão de Saúde; e Atividades de Atenção à Saúde Humana não Especificadas Anteriormente.

De forma semelhante, foram sistematizadas as informações referentes à construção civil e metal-mecânica. A razão desse procedimento metodológico refere-se à possibilidade de analisar possíveis sinergias intrasetoriais de forma a definir, se for o caso, estratégias visando o adensamento do potencial “complexo” ou a promoção de suas relações de insumo-produto em nível local/regional.

2.1.6. EVOLUÇÃO RECENTE DOS PRINCIPAIS SETORES OU "COMPLEXOS" DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE PASSO FUNDO

Comércio Varejista e Atacadista

As principais atividades econômicas de Passo Fundo estão vinculadas ao Comércio Varejista e Atacadista[58], segmentos responsáveis por 48,7% da quantidade de empregos formais observada no município, em 2012: 38,5% e 10,2%, respectivamente.

Essas atividades apresentaram um expressivo crescimento entre 2006 e 2012: 39,2% e 99,2%, respectivamente. No caso do Comércio Varejista, o crescimento do emprego foi inferior ao observado no município (46,1%).

Os empregos criados nesses dois segmentos de atividade econômica no período 2006-2012 (6.373 no Varejista e 2.984 no Atacadista) foram equivalentes a 50,8% do total de empregos criados em Passo Fundo no mesmo período. Nesse período, esses segmentos criaram cerca de 1.560 empregos por ano.

Em 2012, o Comércio Varejista (25,9%) e o Comércio Atacadista (16,1%) responderam por 35,3% da Massa Salarial Mensal Média Total de Passo Fundo, o que indica a importância do seu dinamismo para a economia local.

O Índice de Produtividade do Comércio Varejista é dos mais baixos dentre os segmentos de atividade em análise e essa atividade apresenta uma das mais elevadas proporção de micros e pequenos estabelecimentos em sua estrutura produtiva (85,3% do total).

No Comércio Atacadista, os médios e grandes estabelecimentos apresentam uma expressiva importância relativa na geração de empregos: 39,7% do total, em 2012. Nesse caso, merecem desta que empresas do tipo "trading", como a Noble Brasil S. A., Amaggi Exportação e Importação Ltda e a America Trading Ltda.

Complexo da Saúde e o setores de Educação e Pesquisa e Desenvolvimento Experimental

O emprego formal nesse complexo vem crescendo de forma muito intensa: 67,3%, entre 2006 e 2012, uma taxa bem superior à do crescimento do emprego em Passo Fundo (46,1%).

Em 2012, os médios e grandes estabelecimentos foram responsáveis por 72,7% dos empregos gerados no "complexo" e seu índice de Produtividade dos mais elevados dentre os seguimentos em análise (0,9).

Merece também destaque o setor de Educação que respondeu, em 2012, por 4.851 empregos formais, 8,3% do total, em geral criados por médios e grandes estabelecimentos, que, em 2012, forma responsáveis por 77,0% do total de empregos na atividade.

A taxa de crescimento do emprego formal nesse setor (54,8%) também foi superior à do município (46,1%). Se a esse setor acrescentarmos as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais, o volume de empregos formais nesses dois segmentos de atividade econômica alcançou, em 2012, 5.288 empregos, o equivalente a 9% do total.

Além da EMBRAPA, observa-se no setor de Pesquisa e Desenvolvimento Experimental, uma importância relativamente expressiva dos empregos em micro e pequenos estabelecimento (44,4% do total). Parte desses estabelecimentos, segundo a EMBRAPA, desenvolvem atividades de alta densidade tecnológica vinculada aos agronegócios (melhoramento genéticos, biotecnologia, etc.), inclusive com inserção internacional, por exemplo, a Biotrigo Genética.

O Complexo de Saúde e o setor de Educação responderam por 25,3% do total de empregos formais criados em Passo Fundo no período 2006-2012. A Massa Salarial Mensal Média Total desses segmentos

de atividade econômica alcançou, em 2012, 24,4% do total do município, percentual pouco inferior à do Comércio Varejista.

Esse fato merece ser destacado: tendo por referência a Massa Salarial, o Complexo de Saúde e o setor Educacional representam tanto para o município quanto o Comércio Varejista.

Além disso, esses segmentos de atividade, como já observado, possuem uma dinâmica econômica relativamente independente do desempenho dos agronegócios, periodicamente afetado por adversidades climáticas ou pela instabilidade do mercado internacional de *commodities* agropecuárias.

É importante também destacar que as atividades desses segmentos, embora em grande parte relacionadas à prestação de serviços, atualmente obedecem a uma "lógica industrial", ou seja, produção de serviços relativamente homogêneos - de média e alta complexidade tecnológica - e em grande escala, em geral em médios e grandes estabelecimentos.

Nesse sentido, são atividades que se diferem do Comércio Varejista e da prestação de serviços em geral, segmentos em grande parte muito diversificados e ainda pouco concentrados e onde a importância relativa dos micro e pequenos estabelecimentos é expressiva.

Transporte e Logística

Outro segmento de serviços relevante e de importância histórica para a economia local é o de Transporte e Logística.
Os médios e grandes estabelecimentos respondem por quase 50% dos empregos gerados no segmento.
A totalidade dos estabelecimentos desse segmento são de micro (0 a 19 empregados) ou pequeno porte (20 a 99 empregos). Os micro estabelecimentos responderam por 65,7% do total de empregos criados no segmento.
Um segmento de serviços que apresentou uma pequena taxa de crescimento do emprego formal entre 2006-20 2 o de "serviços financeiros e seguros" 2 ,7%, pouco mais da metade da de Passo Fundo. A lógica de crescimento desses serviços tem se centrado mais na incorporação de novas tecnologia de informação do que na expansão do emprego.

Grande parte dos empregos desse segmento (90,05) são gerados em micro e pequenos estabelecimentos, em sua grande maioria, unidades locais de grandes grupos do sistema financeiro nacional.

Construção Civil

Gerando, em 2012, 4.259 empregos formais (7,2% do total), superou a quantidade empregos da Administração Pública e do segmento de Abate de Animais, ordenação diferente da observada em 2006.

Entre esses anos, a taxa de crescimento do emprego formal desse "Complexo" alcançou mais do que o dobro (95,9%) da verificada em Passo Fundo (40,6%). Cerca de 11% do total de empregos formais criados em Passo Fundo no período 2006-2012, o foram na Construção Civil.

Esse dinamismo da Construção Civil local, indicado pela geração de empregos formais, assume maior relevância quando é considerado que esse segmento tradicionalmente apresenta uma elevada taxa de informalidade de suas relações de trabalho.

O Índice de Produtividade é dos mais baixos dentre os segmentos analisados (0,7) e a maior parte dos empregos formais do "complexo" (92,5%) gerada em micro e pequenos estabelecimentos. No micro estabelecimentos, esse percentual alcança 49,3%, indicando a natureza ainda fortemente "artesanal" das atividades de construção civil.

Indústria Alimentícia

No que se refere aos segmentos industriais, destaca-se a importância da Indústria Alimentícia (abate de animais e laticínios), do "Complexo Metal- Mecânico" e a fabricação de Biodiesel. A quase totalidade do emprego gerado no segmento de Abate de animais em Passo Fundo é de responsabilidade de unidade do Grupo JBS, um das principais empresas exportadoras de Passo Fundo.

Na Indústria Alimentícia, ganhou expressão local o segmento de Laticínios, com a inauguração, em 2008, da fábrica da ITALAC, centrada em uma bacia leiteira regional de elevada produtividade.

Com poucos empregos formais em 2006 (13), esse segmento, em 2012, passou a gerar 322 empregos (0,5% do total). A ITALAC, empreendimentos de porte médio em Passo Fundo, respondeu pela quase totalidade da expansão do emprego nesse período.

A EMBRAPA Trigo conta com um importante programa de atividades de P&D e de extensão tecnológica relacionada ao cultivo de cevada no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul.

Complexo Metal-Mecânico

O "Complexo Metal- Mecânico" é um dos principais segmentos geradores de empregos formais no município, com 2.193 empregos em 2012 (4,2% do total). A taxa de crescimento do emprego formal desse "complexo" no período 2006-2012 alcançou 98,9%, em decorrência da expansão da produção de "máquinas e equipamentos agrícolas" (Semeato e Kuhn), no contexto do intenso crescimento da agropecuária brasileira e das exportações de *commodities* agrícolas.

Merece destaque a expressiva importância relativa das micro e pequenas empresas no "complexo" da Metal Mecânica local (5, % do total de empregos), indicando um potencial, a ser avaliado, de maior articulação entre esses estabelecimentos e os médios e grandes que, em Passo Fundo, predominam nessa atividade (Semeato, Kuhn, etc.).

As empresas desse complexo encontram-se dentre as principais exportadoras de Passo Fundo, como as seguintes: Semeato Indústria e Comércio, Kuhn do Brasil Ltda, Bandeirante Indústria e Comércio de Máquinas; Metalúrgica Semeato e Metalúrgica Marini Ltda

Duas empresas vinculadas à indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, com alta densidade tecnológica, também merecem destaque em Passo Fundo, constituindo-se, inclusive como duas das principais empresas exportadoras com sede no município: Agromac Indústria e Comércio de Equipamentos Agrícolas: fundada em 2002, essa empresa é líder nacional na tecnologia da dosagem precisa e uniforme de fertilizantes, determinando grande eficiência na deposição desse insumo. Desenvolveu o Sistema Fertisystem Auto-Lub AP, como dosador de precisão para fertilizantes. Primeiro do gênero no mercado mundial, hoje é usado por mais de 90% dos fabricantes de máquinas e implementos agrícolas brasileiros e algumas empresas no exterior e Agral Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos: iniciou suas atividades em Passo Fundo, em 2004, e desenvolve pesquisas de equipamentos eletrônicos atendendo ao conceito de agricultura de precisão.

Biodiesel

A Fabricação de Biodiesel é um segmento recente e emergente na estrutura produtiva de Passo Fundo. Surgiu a partir de 2005, quando da instalação da BSBIOS, gerando, em 2012, 271 empregos (0,5% do total).

A BSBIOS é uma empresa de porte médio, única produtora de biodiesel em Passo Fundo. Resultado de um joint-venture entre BSPAR e Petrobras Biocombustível, a BSBIOS tem sua sede localizada no município e conta com filial em Marialva (PR).

A empresa está presente em todas as etapas de sua cadeia, desde a origem das culturas/matérias primas, comercialização até a industrialização do produto final.

Atualmente, a BSBIOS é uma das principais exportadoras de Passo Fundo. Em 2012, apesar da quebra da safra de grãos a companhia conseguiu manter a sua produção, inclusive para exportação, sem desabastecer o mercado interno. A empresa foi responsável pela aquisição de 11,8% da produção de soja do Estado.

Em 2013, a BSBIOS entrou para a rota de exportação mundial de biodiesel, liderando o segmento no país.

Administração pública, defesa e seguridade social

Finalmente, além de dois outros segmentos cujas atividades são muito heterogêneas (Atividades imobiliárias, jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria em gestão empresarial) e dos "serviços financeiros e seguros", relevante o segmento da "administração pública, defesa e seguridade social"

Esse segmento, em 2012, contou com 3.369 empregos formais, 20% maior do que o número de empregos existentes em 2006. A título de conclusão e recorrendo também às análises desenvolvidas nos tópicos anteriores, pode-se constatar que segmentos de atividade econômica historicamente importantes na economia de Passo Fundo (Comércio, Transporte e Logística e Sistema Financeiro), com destaque para Transporte e Logística, continuam a desempenhar um papel relevante na estrutura produtiva local.

No bojo da expansão e desenvolvimento da agroindústria, a partir dos anos 70/80, a Metal-Mecânica passou a ter relevância crescente, particularmente na fabricação de máquinas e implementos agrícolas. Esse setor apresenta uma expressiva inserção internacional.

O setor de Educação e o "Complexo de Saúde" ganharam graus de autonomia em relação ao dinamismo e importância regional dos agronegócios, com efeitos multiplicadores e impactos dinâmicos expressivos em vários outros segmentos da economia local (comércio, serviços em geral, sistema financeiro, etc.).

O contexto do intenso crescimento do PIB dessa economia na última década, o "Complexo da Construção Civil" se tornou um dos principais segmentos de atividade econômica de Passo Fundo, contribuindo para verticalizar e reordenar o espaço urbano.

2.1.7. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DE SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO

Na perspectiva da crescente competitividade entre municípios e regiões, que buscam atrair novos investimentos, a infraestrutura regional e urbana são entendidas como condição primordial para obter o crescimento econômico e por consequência, alavancar a economia. Vários estudos indicam que a existência de infraestrutura satisfatória contribui para a qualidade de vida, a redução de custos de produção e comercialização e, portanto, para o aumento da produtividade local/regional.

Conforme o PEDEL, a infraestrutura regional e urbana é o conjunto de estruturas físicas e atividades relevantes que dão suporte ao desenvolvimento da economia de Passo Fundo. No que se refere à sua relevância no processo de pesquisa, desenvolvimento e incorporação de conhecimento na produção de bens e serviços (novações), os ativos tecnológicos merecem uma atenção especial, em particular devido à expressiva densidade desses ativos no município.

No contexto regional, a logística e os modais de transporte (rodovias, ferrovias, aeroportos e portos) são relevantes não somente como infraestrutura da produção de bens e serviços, mas também porque a sua disponibilidade e adequação tendem a reforçar a centralidade de Passo Fundo, fator dos mais relevantes para o dinamismo da economia local/regional.

Passo Fundo constitui-se num verdadeiro "nó" rodoferroviário no norte do Estado, pois além de sua posição centralizada, convergem para a cidade ou/a tangenciam um conjunto de rodovias e ferrovias. Este conjunto determina um papel de escoamento da produção agrícola, bem como redistribuidor de produtos importados para a região.

Deve ser ressaltada que o setor de transportes manifestou, após 1970, um significativo acréscimo de atividades, que revela a tendência natural de Passo Fundo de transformar-se em polo de transportes, em um "nó" regional de corredores de exportação.

Numa hipótese de desenvolvimento para Passo Fundo formulada com a intencionalidade de estruturar e/ou controlar o crescimento urbano, verifica-se o principal papel possível de ser determinado para Passo Fundo é o de "nó" rodoferroviário para o escoamento das produções regionais e para a redistribuição de produtos importados para a região. Tal papel é preponderante em termos perceptíveis e gera necessidades de uma infraestrutura de apoio aos transportes, isto é, uma definição de áreas de transportes que necessariamente devem vincular-se a infraestrutura de comercialização e as áreas industriais.

2.1.7.1. LOGÍSTICA REGIONAL

A logística sempre assumiu um papel relevante no desenvolvimento econômico de Passo Fundo. Estudo recente no âmbito do PRODIN-BID concluiu pela viabilidade da implantação de uma plataforma logística em Passo Fundo. Desde sua origem, atrelada ao traçado dos caminhos regionais e das rotas comerciais, o município através das vias de transporte, tem se inserido em redes de produção cada vez mais amplas e expandido sua participação na economia regional e estadual. A relevância do transporte rodoviário para Passo Fundo decorre da localização estratégica deste município em um entroncamento de rodovias (BR-285, RS-324, RS-135 e RS-153). Tal situação faz com que o município seja um importante nó no sistema rodoviário, permitindo sua ligação com várias áreas de concentração populacional e de atividades econômicas do Rio Grande do Sul, de outros estados e com o Mercosul. Já o meio de transporte ferroviário, mesmo com menor participação no transporte de cargas, favorece a ligação de Passo Fundo com outros mercados relevantes - Figura 2.1.4.

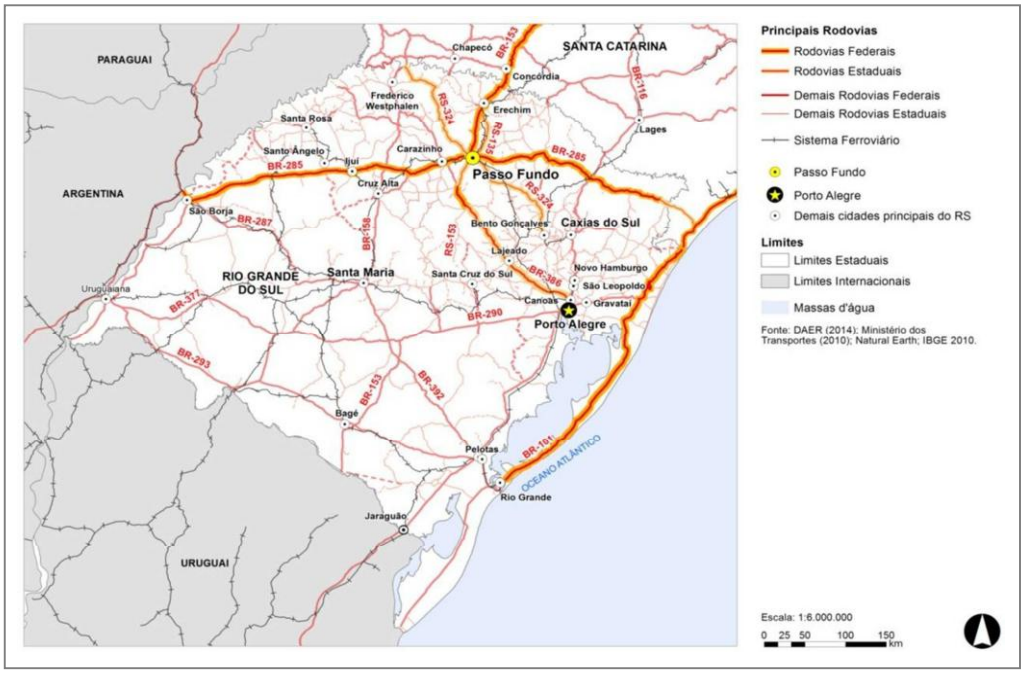


Figura 2.1.5 Rodovias e Ferrovias de acesso à Passo Fundo
Elaboração: Vertrag/AEI, 2014.
Fonte: PEDEL, 2015.

Destaca-se que, além dos modais rodoviário e ferroviário, há também a possibilidade de transporte de passageiros e cargas via transporte aéreo. O município conta com o Aeroporto Lauro Kurtz, localizado às margens da BR-285, saída para Mato Castelhano, a 8 km da zona urbana de Passo Fundo. Esse modal é atualmente de pequena importância, tanto em volume de carga como em destinos. Em 2010, enquanto o aeroporto de Passo Fundo movimentou 49 toneladas de carga, Caxias do Sul movimentou 471 toneladas e Porto Alegre, 19.636 toneladas de carga (CNI, 2011). No entanto, em relação à movimentação de passageiros, é o terceiro maior do estado, ficando atrás apenas de Porto Alegre e Caxias do Sul (ANAC, 2012).

Dessa forma, Passo Fundo se insere e integra algumas rotas de escoamento de mercadorias de outras regiões do estado (metropolitana de Porto Alegre, sudeste, centro oriental, nordeste e sudoeste), com destaque para os fluxos originados no sudeste rio-grandense, porção do estado onde está o porto de Rio Grande. Além disso, o município está localizado em uma região que é destino final do escoamento de várias cadeias produtivas do Sul do Brasil.

Muitos dessas cadeias produtivas se relacionam diretamente com as atividades econômicas desenvolvidas na região de Passo Fundo, principalmente a agropecuária, que se destaca no total de cargas movimentadas nesta porção do estado (noroeste rio-grandense). De acordo com CNI (2011), grande parte do que é produzido na região de Passo Fundo e é escoado e exportado para outros lugares, tem como destino o exterior, através do porto de Rio Grande (rodovia, ferrovia e hidrovia) e as regiões de Chapecó/SC, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul e São Paulo (Sudeste), através de rodovias. Salienta-se que do total escoado e exportado para fora da região de Passo Fundo (62,7% do volume de cargas do total), aproximadamente 34% tem como destino o exterior.

Embora esse percentual diga respeito a toda região noroeste rio-grandense, destaca-se que parte considerável é exportada via ferrovia (8,2% do total), e por isso, a carga sai de Passo Fundo. Ou seja, parte da produção da região chega ao município por rodovias e o escoamento para outras partes do estado ocorre pela ferrovia, pois o município possui uma zona de concentração de carga (principalmente agrícola) e um centro de transbordo com um terminal de intermodalidade (rodovia-ferrovia).

A logística existente em Passo Fundo é possível pela concentração de empresas de transporte de cargas neste município. Considerando o entorno próximo do município, Passo Fundo é o que concentra esse tipo de empresa. Das 70 empresas existentes nesta porção do estado, levantadas no estudo de M.Stortti (2012), 50% está localizada em Passo Fundo. Destaca-se ainda que dentre as que estão localizadas em Passo Fundo, uma é especializada em transporte multimodal e é considerada uma das principais do estado neste ramo (Di Canalli Comércio, Transportes e Empreendimentos Ltda.).

Outra característica que favorece a inserção de Passo Fundo na rede logística do estado do Rio Grande do Sul é a sua capacidade de armazenagem de produtos. O município conta com a atuação de algumas empresas, tais como a Pradozem (Comércio, Serviços e Transporte), que tem alta capacidade de armazenagem de grãos, oriundos da região (FERRETTO, 2012). A capacidade atual da empresa é de armazenar aproximadamente 250 mil toneladas estáticas de grão, em 34 silos metálicos e 1 armazém graneleiro. O recebimento de grãos ocorre tanto por ferrovia, quanto por rodovia (PRADOZEM, 2014).

Através dessas informações, reforça-se a ideia de Passo Fundo como um município de posicionamento estratégico no estado do Rio Grande do Sul. O acesso aos centros de produção, consumo e escoamento lhe confere essa característica

2.1.8. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Os ativos tecnológicos assumem relevância como patrimônio de uma cidade, constituindo uma das bases do avanço e da produtividade do seu processo de geração de riquezas. Esses ativos podem representar um dos grandes fatores de atração de investimentos para Passo Fundo e região, por meio de iniciativas que potencializem os seus usos de forma integrada as necessidades da estrutura produtiva. A textura dos ativos tecnológicos no urbano de Passo Fundo revela uma densidade espacial e constitui um

indicativo da existência de um potencial de sinergias ainda a serem exploradas na forma de redes de instituições de C&T, empresas em geral e de base tecnológica e órgãos públicos de gestão e fomento – Figura 2.1.6.

Os principais segmentos de atividade econômica de Passo Fundo apresentam boas possibilidades de crescimento aliadas à pontos fracos, ameaças, pontos fortes e/ou oportunidades que se vinculam à promoção da articulação, interação, complementação e sinergias entre os ativos tecnológicos locais, ou seja, o fortalecimento do Sistema Local/ Regional de CT&I. A título de exemplo, podem ser mencionadas as seguintes:

Complexo de Saúde: existência de um conjunto de instituições consideradas de excelência e de expressiva diversidade em termos de especialidades médicas e serviços de alta complexidade (cardiologia, ortopedia & traumatologia e oncologia); Passo Fundo como centro de formação de recursos humanos na área médico-hospitalar tendo como núcleo histórico a UPF; criação recente da UFFS, com um curso de medicina; crescente formação de PhDs no âmbito do corpo médico e de pós-graduados titulados em administração hospitalar; forte articulação de algumas instituições com a UPF e, agora, com UFFS (formação de recursos humanos, residência médica, etc.); Unidades de Pesquisa Clínica voltadas para estudos/ensaios clínicos multicêntricos, de fases I a IV (pré e pós-comercialização do medicamento) no HSVP; possibilidades de nichos de adensamento das relações de insumo-produto do Complexo de Saúde local; escassez de mão de obra qualificada; incipiência das iniciativas de P&D&I, dado o porte, a qualidade e a escala de prestação serviços das principais instituições do complexo (HSVP, UFP, etc.); incipiência das relações das instituições do setor com as instituições federais de fomento (FINEP, CNPQ, etc.);

Educação, Pesquisa e Desenvolvimento: existência de um conjunto de instituições de boa qualidade e de expressiva diversidade em termos de cursos, níveis de ensino (técnico, graduação e pós-graduação, etc.) e orientação estratégica: UPF, IMED, UFFS e hospitais com elevado potencial de realização de P&D&I articulados a instituições locais de ensino superior; Embrapa; SENAI; Instituto Federal Sul-rio-grandense; Faculdade Senac de Tecnologia; etc. Alta demanda por ensino tecnológico nos setores metal-mecânico, saúde e logística, dentre outros; articulação de programas de extensão tecnológica para as PMEs;

Construção Civil: possibilidades de nichos de adensamento das relações de insumo-produto do Complexo de Construção Civil; escassez de mão de obra qualificada; processo de produção ainda pouco "industrializado" e tende à modernização tecnológica; necessidade de novas tecnologias visando superar precariedades das práticas de gestão do resíduo de demolição e construção;

Abate de animais: produção integrada com fornecedores locais com elevada densidade tecnológica e persistente progresso técnico;

Laticínios: existência de uma bacia leiteira regional com elevados níveis de produtividade; pesquisas e extensionismo da Embrapa Trigo, relacionadas às opções de forragens visando a redução de custo na produção de leite (variedades de trigos, triticale, centeio, aveias, azevém, trevos, cevada, capim sudão e capim elefante); tecnologias desenvolvidas pela Embrapa Trigo voltadas para a conservação e manejo de forragens, higiene de ordenha e integração Lavoura- ecuária-Floresta; articulação local e realização anual da Agrotecno Leite; oportunidades de consolidação do Arranjo Produtivo e Inovativo Regional de Produção de Leite (maior articulação entre fornecedores, laticínios, EMBRAPA e PMEs de prestação de serviços); e escassez de mão de obra qualificada;

Complexo Metal-Mecânico: persistente necessidade de adequação ao progresso técnico na área de agricultura inteligente; baixa capacidade de integração com PMEs locais, o que depende da escala e padrão tecnológico dessas empresas de atender a demanda local; dificuldades de estruturar sistemistas locais; baixa articulação com instituições de fomento na área de CT, federais e estaduais; pequenas relações de cooperação entre empresas do segmento, inclusive as de P&D&I, e incipiência do arranjo

produtivo local/regional da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas; e escassez de mão de obra qualificada;

Biodiesel: baixa articulação com instituições de fomento na área de CT, federais e estaduais; dependência da soja como matéria-prima, uma das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional, e necessidade de P&D de matérias-primas alternativas; reduzido nível de aproveitamento da glicerina, um importante subproduto da produção de biodiesel; dificuldade de armazenamento do biodiesel em dias frios.

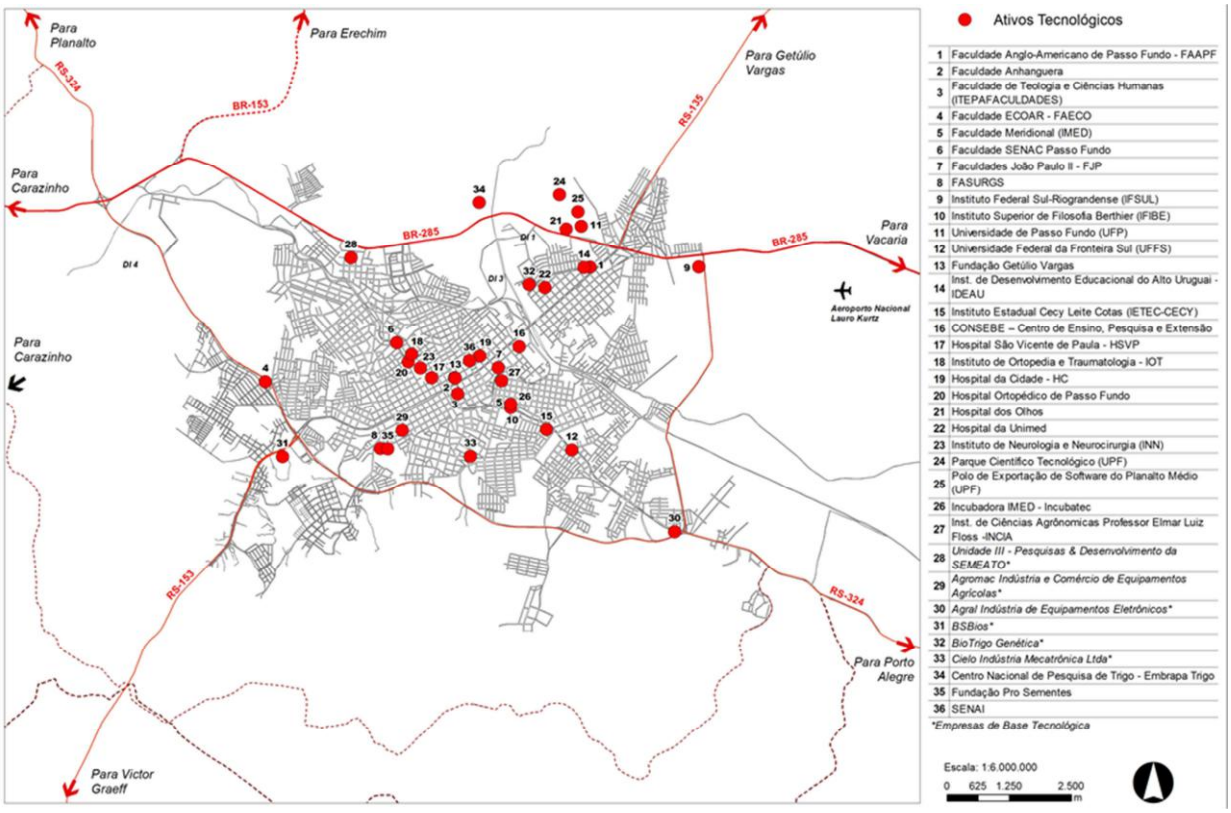


Figura 2.1.6 Localização dos Ativos Tecnológicos
Elaboração: Vertrag/AEI, 2015, com base em PMPF.

2.2. MEIO AMBIENTE

Para a elaboração deste capítulo foram utilizados os seguintes materiais: Estudo de concepção de drenagem urbana sustentável das bacias do Uruguai e do Jacuí, no município de Passo Fundo / RS; Plano de Saneamento Básico; Plano Ambienta Municipal de Passo Fundo; Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; IBGE.

A Região do Planalto, na qual Passo Fundo está inserido, apresenta a maior concentração de propriedades rurais do Estado e acelerado crescimento industrial e urbano.

As grandes propriedades dedicam-se à produção da soja e do trigo, enquanto as pequenas e médias possuem uma cultura agrícola diversificada, atuando também na avicultura, suinocultura e de gado leiteiro. Nas áreas de campo, ainda ocorrem criações de bovinos (sistema extensivo) e ovinos de corte.

2.2.1 RELEVO E DECLIVIDADE

O município tem altitude média de 687 metros, onde o ponto mais alto do município atinge 766 metros localizado próximo das nascentes do rio Passo Fundo e Jacuí e o da área urbana com 715 metros. As suas altitudes mais elevadas se situam ao nordeste, diminuindo em direção ao sul e ao sudoeste do município conforme figura 2.2.1.

O relevo possui formas onduladas e bastante homogêneas sob a forma de colinas suaves, bem arredondadas, conhecidas por coxilhas.

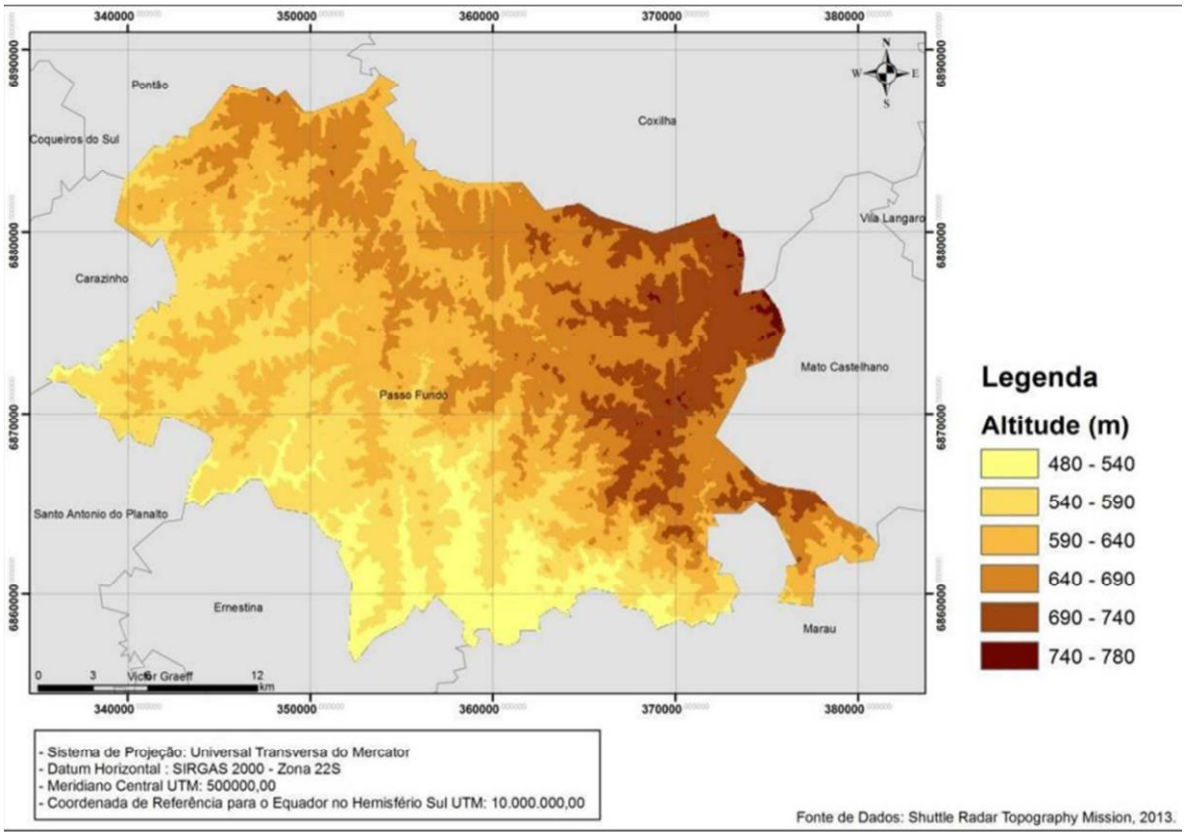


Figura 2.2.1. Mapa de altitudes do município de Passo Fundo.

No município de Passo Fundo predominam as classes de declividade de 13% a 24%. As áreas mais planas do município são aquelas onde estão localizados os leitos dos rios; já as áreas de maior declividade estão

concentradas na porção sudeste do município, correspondendo aos distritos de São Roque e Sede Independência na Macrozona de Produção Agrofamiliar (figura 2.2.2).

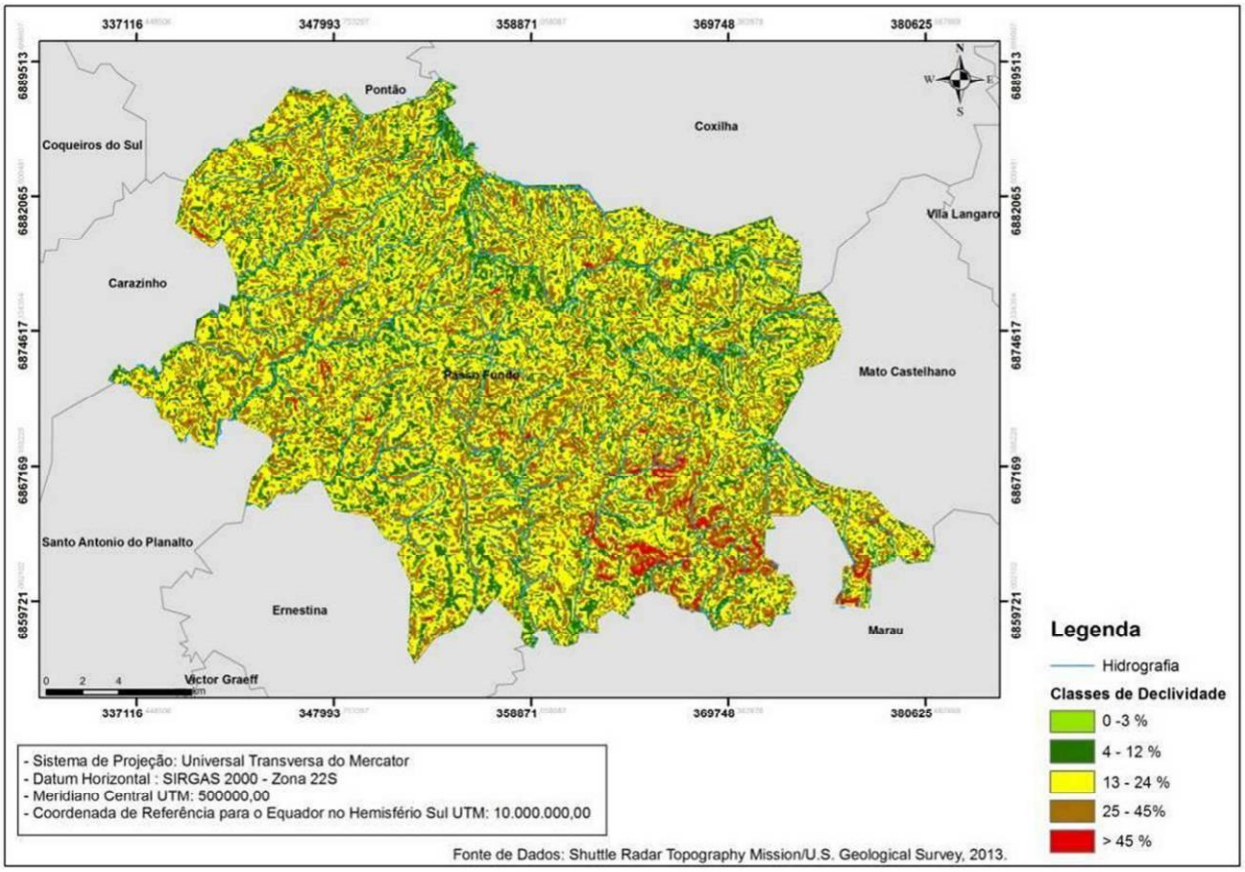


Figura 2.2.2. Mapa de declividades do município de Passo Fundo.

2.2.2. GEOLOGIA

A estrutura geológica do município de Passo Fundo é relativamente simples pelo fato de estar constituída de dois conjuntos litológicos do Planalto das Araucárias (IBGE, 1986), correspondente ao derrame basáltico-riolítico da Formação Serra Geral e alguns depósitos superficiais sedimentares da Formação Tupaciretã. A rede hidrográfica ajuda no controle tectônico conforme figura 2.2.3.

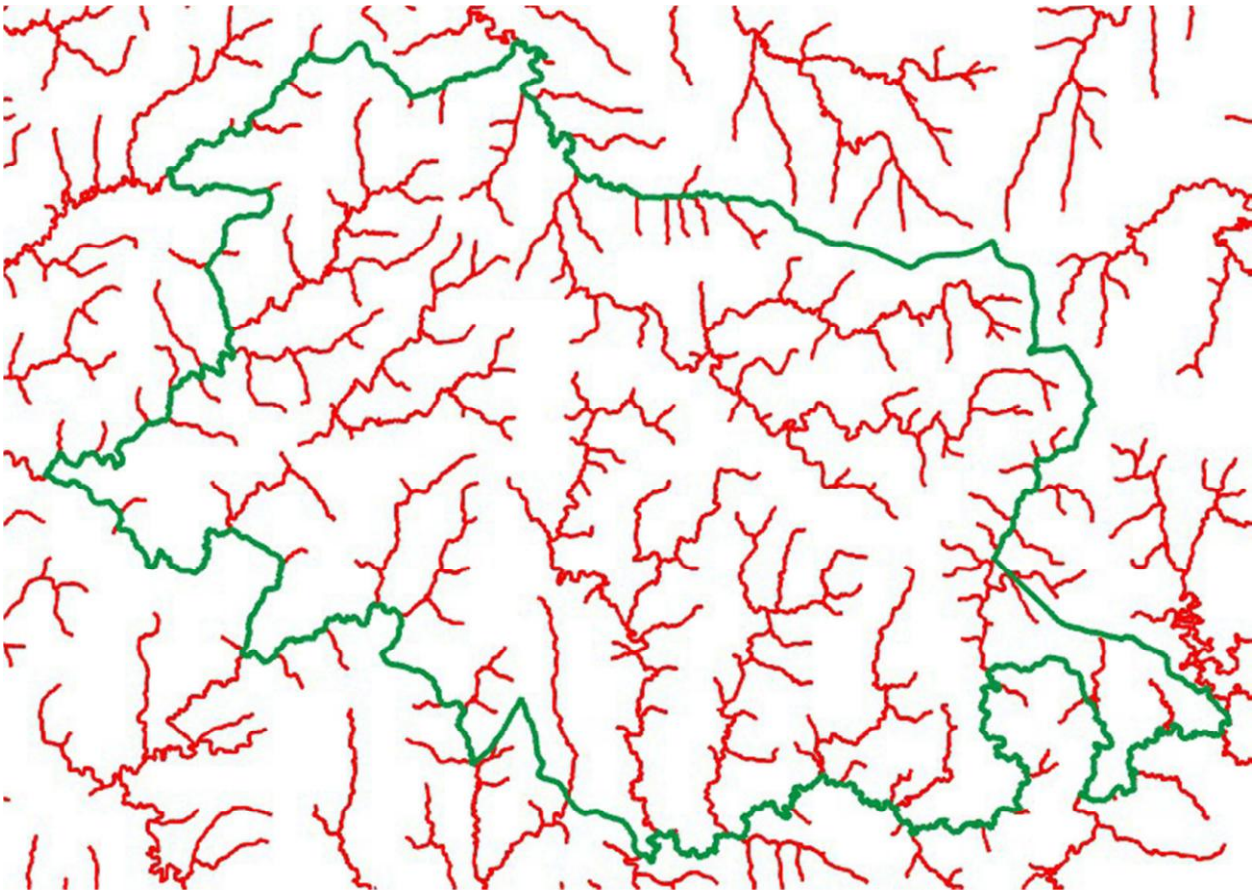


Figura 2.2.3. Rede hidrográfica mostrando o controle tectônico, com a indicação dos limites do município de Passo Fundo

2.2.3. SOLOS

Resumidamente os solos do município de Passo Fundo estão assim classificados:

1. Solo com horizonte B latossólico (não hidromórficos)

Série Erechim

Série Passo Fundo

2. Solos com horizonte B textural

Série Estação

3. Associação de solos

Ciríaco - nas encostas com significativa declividade.

Charrua - nas porções de maior energia de relevo

As rochas básicas e ácidas do município têm um alto grau de meteorização, onde a porção decomposta, horizonte, chega a atingir mais de 3 metros de espessura. Entretanto, os solos no stritu sensu são as porções superficiais dessa decomposição, designadas de horizontes A, B e C dos quais os mais significativos à vida vegetal são os horizontes A e B.

2.2.3.1. SOLOS NO ESPAÇO URBANO

Não se trata, nas áreas urbanas, da importância nutritiva dos solos, mas de suas características mecânicas à construção. Os solos são, neste novo meio, suportes a altas pressões e, portanto, determinam a estrutura das obras, através de sua maior ou menor resistência. A característica física dos diferentes solos determinam a economicidade das construções.

Evidentemente, estamos tratando aqui do solo lato senso, o que inclui os horizontes B,C e D, o primeiro onde se verificam as concentrações de argila os seguintes as primeiras decomposições químicas que fornecem os elementos finos aos horizontes superiores, bem como as características de permeabilidade, resistência. O horizonte D é, em geral, constituído de rochas pouco meteorizadas, sobre as quais se assentam os apoios às estacas. Nos sistemas rudimentares de esgoto sanitário, inclusive das fossas sépticas, a maior ou menos permeabilidade/porosidade, tem um significativo papel nas obras.

2.2.4. GEOMORFOLOGIA

A análise e a interpretação geomorfológica dependem de um conjunto integrado de fatores que agem sob a forma de sistema.

O município de Passo Fundo está situado no domínio morfoestrutural das bacias e coberturas sedimentares, se constituindo numa porção da Bacia do Paraná e, no setor recoberto pelo derrame de rochas efusivas.

Os trabalhos do IBGE situam a região como pertencente ao Planalto das Missões, num contato de nítida continuidade com o Planalto das Araucárias, este, porém mais alto. O limite entre as duas regiões geomorfológicas pode ser definido pela Coxilha Grande. Trata-se, portanto, de uma classificação genérica, com predomínio das noções de geomorfologia estrutural.

O território de Passo Fundo está localizado numa porção de um grande conjunto morfo-estrutural da América do Sul, conhecido genericamente como o derrame basáltico sulamericano sobre a bacia sedimentar do Paraná. Localmente este conjunto adquiriu, no processo histórico de seu conhecimento, diversas denominações das quais a mais popular é, sem dúvida, a de Planalto Médio.

O objeto da geomorfologia é a compreensão das formas e processos das configurações do relevo. Pode-se assim falar de uma geomorfologia com ênfase nas formas, o que certamente nos conduzirá a uma infinita sequência de terminologias. Podemos, contudo, centrar nossos interesses nos processos que originaram tais formas. No primeiro caso trabalhamos com uma geomorfologia descritiva, um certo avanço em relação a antiga “orografia”, no segundo com a geomorfologia dinâmica, aquela que se interessa pelos modelos dinâmicas de esculturação das paisagens.

Abaixo algumas considerações sobre a geomorfologia do município de Passo Fundo:

Em primeiro lugar a geomorfologia da região é dominada por dois elementos fundamentais:

1. A estrutura e composição das rochas do derrame basalto-riolítico, incluindo o conjunto das rochas predominantemente constituídas de riodacitos;

2. O clima subtropical, com forte influência tropical. A combinação desses dois fatores dá origem a um intenso processo de intemperismo com a formação de solos - no lato sensu - bastante profundos, com intenso processo de lixiviação (latossolos) e liberação de óxidos de ferro que são responsáveis pela coloração avermelhada.

O conjunto, na história geológica, foi pediplanizado, engendrando formas de vertentes convexas-côncavas (Figura 2.2.4), bem nítidas, designadas popular e regionalmente de “Coxilhas” (figura 2.2.5.) ou se o desejarmos, de colinas achatadas, num amplo planalto.

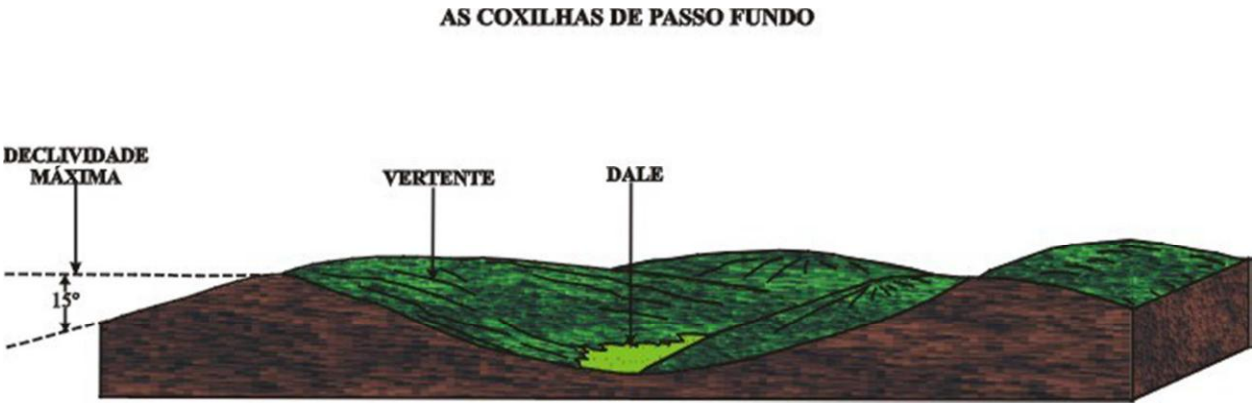


Figura 2.2.4. As formas predominantes de esculturação do relevo no município

Figura 2.2.5. As coxilhas na localidade de São Brás e, no horizonte, a superfície estrutural.

2.2.5. PROCESSOS EROSIVOS

As “coxilhas” (figura 2.2.6), de forma geral, têm formas convexas-côncavas, com vertentes também em geral longas, com declividades que raramente ultrapassam 15° de declividade. Nestas condições, considerando as características físicas-químicas dos solos, os processos são simultaneamente de erosão e de deposição, o que significa - na dinâmica da natureza - uma certa estabilidade ou biostasia. O ponto de mudança dos processos se localiza no ponto de equilíbrio.

Figura 2.2.6. Rede de drenagem e formação de coxilhas.

O estado de equilíbrio - sempre relativo - é garantido pela intensidade dos processos erosivos.

As marcas estruturais não estão totalmente ausentes no conjunto das coxilhas. A combinação das estruturas verticais e horizontais do basalto podem originar rupturas da forma das coxilhas, com a ocorrência de relevos assimétricos, onde o grau de inclinação e até mesmo a extensão das rampas se diferenciam.

No colo das “coxilhas” se deposita o material transportado nas vertentes que é coluvional, predominantemente constituído de argilas, areia fina e média. Estes depósitos formam com frequência, drenagens fechadas, dando origem a dales. Quando um córrego ou um curso de água se instala nesses espaços ele tem capacidade de entalhamento, não permitindo o depósito significativo do material coluvional.

Figura 2.2.7. Uma dale, no povoado de São José

A carta regional de vegetação é exemplar. Nela, os capões em geral definem a localização das dales (figura 2.2.7.), o que significa um meio ecológico mais úmido, favorável às formações arbóreas. Certamente esses depósitos e, consequentemente os micro-relevos (com seu comportamento hidrológico especial) entre as coxilhas não se comporta como nos domínios tropicais úmidos, mas com eles tem certa semelhança formal.

Os autores do primeiro Plano Diretor de Passo Fundo (1953) tiveram preocupação com o comportamento hidrológico dessas dales nas áreas de expansão urbana, como observam: " O sistema hidrográfico, também marcado na planta citada, define as barreiras existentes ao crescimento urbano na direção das baixadas. Ali se encontram zonas pantanosas e insalubres e o centro urbano atual está cercado de áreas desse tipo, que somente poderão ser superados através da canalização dos cursos de água".

Nas áreas com declividades capazes de - em solo nu - acelerar os processos erosivos sejam eles laminares ou lineares, até então protegidos pela vegetação nativa, os agricultores, com muita rapidez souberam decifrar as leis da natureza e, por instinto de conservação, inventaram novas técnicas agrícolas como é o caso das culturas em curvas de nível e, mais recentemente, esta verdadeira revolução que se constitui o plantio direto na palha. Ou seja, os homens, conhecendo melhor a natureza, trataram de se adaptar a seus imperiosos caprichos. Agindo assim, controlam o poder destruidor das múltiplas formas de erosão.

A análise do relevo de Passo Fundo, apresentada a seguir, foi realizada com base nas cartas topográficas do Serviço Geográfico do Exército, na escala de 1:50 000, a partir das quais foram elaborados:

Os perfis topográficos;

Os perfis permitiram constatar:

- Um declive geral do Norte para o Sul, consequência da estrutura do próprio derrame basáltico, como patamares mais altos em torno de 720 metros de altura, correspondentes a uma superfície estrutural e de erosão;
- Um conjunto de patamares, com um nível topográfico baixo resultante do entalhamento fluvial, em torno de 660 metros, seguindo-se de outro mais baixo de 620 metros.

A carta hipsométrica.

Um declive geral, mais acentuado, de Norte para o Sul, entre as altitudes máximas de 800 metros e a mínima de 500 metros, a partir de Coxilha Grande. Entre estes níveis ocorrem superfícies em rampas de maior declividade, resultantes da estrutura do diaclasamento do basalto.

A partir destas observações gerais pôde-se construir a carta hipsométrica do município, como está indicado nas Figuras 2.2.8 e 2.2.9.

O conjunto de imagens digitalizadas, produzidas a partir da carta topográfica na escala 1:50.000, com curvas de nível de 20 metros, permitem um conjunto de usos à elaboração de projetos de planejamento municipal, seja na área urbana ou rural.

A Figura 2.2.8 permite a visualização do relevo; a Figura 2.2.9, as qualidades dos terrenos, como a intensidade de porções de território segundo sua exposição a incidência solar – um dos elementos importantes à definição da produtividade da biomassa – enquanto a Figura 2.2.9 indica a declividade dominante ou seja, a energia do relevo, fator fundamental ao manejo do solo, considerando a intensidade erosiva determinada pela média.

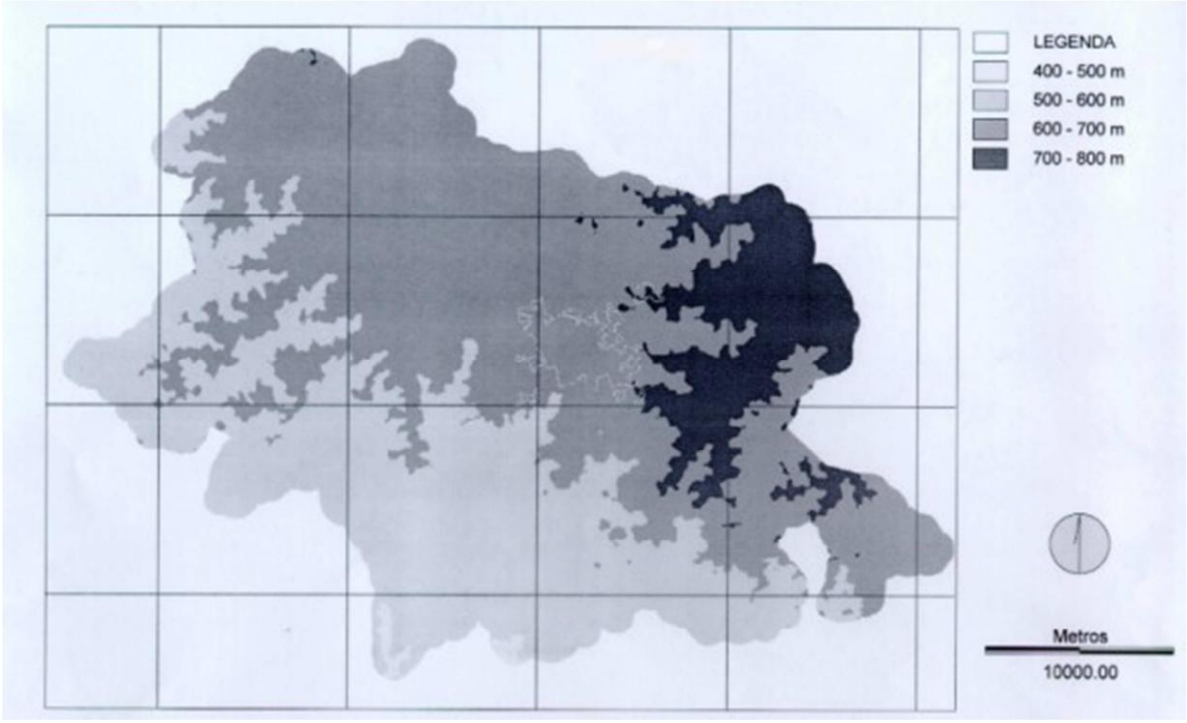


Figura 2.2.8. Carta Hipsométrica

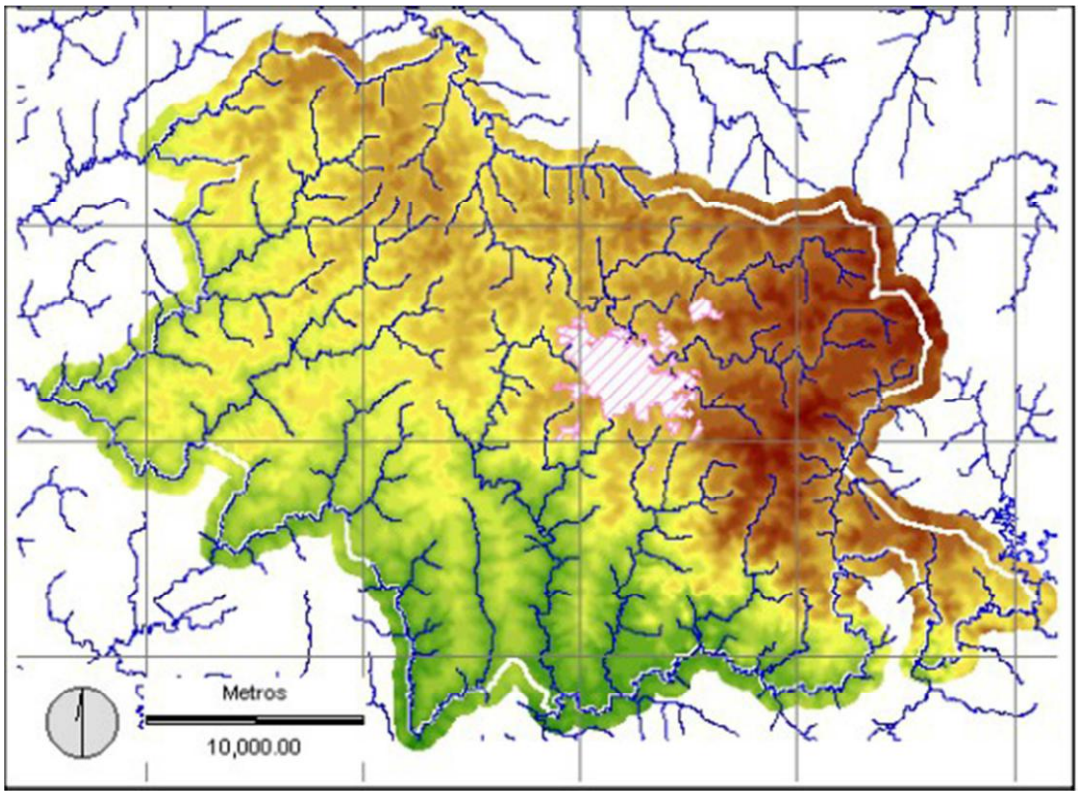


Figura 2.2.9. Carta hipsométrica com rede de drenagem e relevo no município de Passo Fundo

2.2.6. FAUNA DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Além das espécies de aves comuns em nossa região como pomba-rola (*Columbina* sp.), anu preto (*Crotophagena ani*), tico-tico (*Zonotrichia capensis*), rabo-de- palha (*Guira guira*), corruíra (*Troglodytes aedon*), canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), urubu-da-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), sabiá laranjeira (*Turdus rufiventris*), quero-quero (*Vanellus chilensis*), pombão(*Columba picazuro*), corujinha-do-mato (*Otus choliba*), beija-flor (*Hylocharis chrysura*), joão-de-barro (*Furnarius rufus*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), gavião carijó (*Buteo magnirostris*), caturrita (Myiopsitta monachus), codorna (Nothura maculosa), chupim (*Molothrus bonariensis*), pica-pau (*Colaptes melanochloros*), pardal (*Passer domesticus*) e saracura-do-banhado *(Pardirallus sanguinolentus e Aramides cajaneus)* entre outras. Pode-se destacar a presença de algumas aves não comuns, como a galinhola (*Gallinula chloropus*), o tucano do bico verde (*Ramphastus dicolorus*) e o jacú (*Penelope jacquacu*), além de algumas aves, como a garça-branca-pequena (*Egretta thula*), que permanecem nas temporadas.

Entre os mamíferos aparecem o ouriço cacheiro (*Coendou villosus*), o preá (*Cavia aperea*), o gambá (*Didelphis albiventris*), a lebre-européia (Lepus capensis), o tatu (*Dasypus novemcictus*), e os morcegos (*Noctilio* sp.), entre outros.

2.2.7. PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Em razão do município estar inserido no Bioma Mata Atlântica, com formação predominante de Floresta Ombrófila Mista, algumas áreas verdes expressivas acabaram por se tornar importantes áreas de conservação e preservação ambiental, tendo sido criados parques e reservas com esta finalidade. Podemos elencar o Parque Urbano Municipal Arlindo Hass, O Parque Ambiental Banhado da Vergueiro e as Unidades de Conservação Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) Maragato, Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal Instituto Menino Deus, Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto e Reserva Particular do Patrimônio Natural junto ao Condomínio La Barra.

Em virtude da preocupação ambiental com os fragmentos de Mata Atlântica existente no município, encontra-se em fase de elaboração o Plano Municipal para a Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, pela Secretaria e Conselho Municipal do Meio Ambiente.

O município possui ainda o Viveiro Municipal Chico Mendes, criado 1998, através do Decreto n° 80, possui uma área de 9.309,60 m², está situada Rua Guilherme Boor n° 196, Bairro São José, conta com estrutura para produção e armazenagem de mudas, além de receber mudas referentes as compensações das supressões vegetais autorizadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, órgão este responsável pela administração do mesmo.

2.2.7.1. MATAS SIGNIFICATIVAS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO

Nota-se ao analisar a figura 2.2.10, que o município possui uma quantidade expressiva de áreas verdes, e que estas estão localizadas em sua grande maioria nas bordas do tecido urbano e/ou próximas ao perímetro urbano. Este mapa encontra-se em escala 1:30000 no caderno de mapas em anexo.

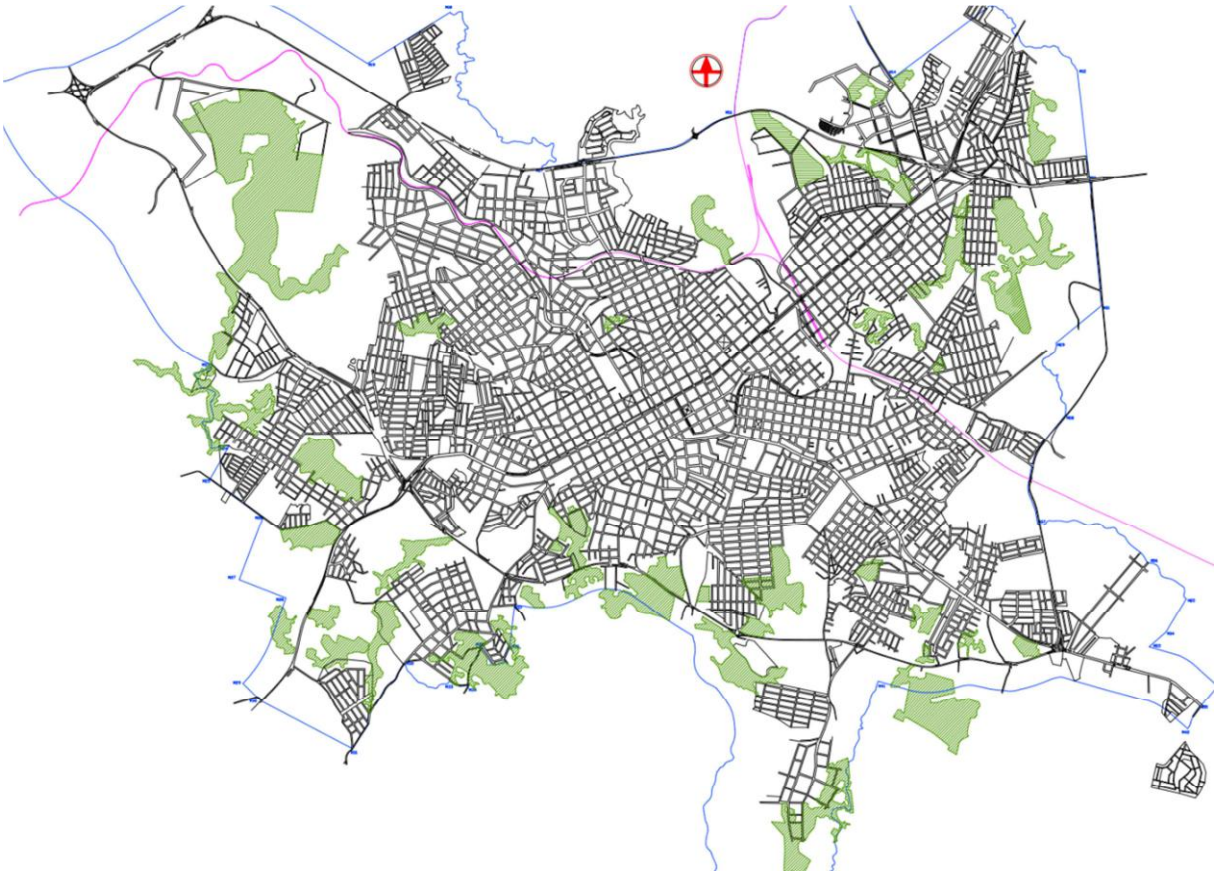


Figura 2.2.10. Matas significativas no perímetro urbano

2.2.7.2. PARQUE AMBIENTAL BANHADO DA VERGUEIRO

Espaço de referência na cidade, o Banhado da Vergueiro foi transformado pela Prefeitura Passo Fundo em Parque Ambiental, num Projeto que prioriza o cuidado com o meio ambiente e traz o conceito de conviver em harmonia com a natureza. Aberto à comunidade em julho de 2016, o que antes era uma área abandonada passou a ser um espaço de preservação e contato com um dos ecossistemas mais ricos em termo de biodiversidade: o banhado. Apresenta infraestrutura e sistema de preservação do ecossistema.

2.2.7.3. PARQUE URBANO MUNICIPAL ARLINDO HASS

A área industrial denominada Invernadinha foi estabelecida pela Lei Nº 554 de 23 de dezembro de 1954, compreendendo uma gleba de 670.034 m². Conforme as indústrias se instalavam a Sociedade Botânica de Passo Fundo demonstrou preocupação em relação a uma área de Mata Araucária, característica da região do Planalto Médio, situada nessa zona industrial. Diante disso, pela Lei Ordinária nº 1610 de 16 de dezembro de 1974, 30 mil m² da área foram transformados em reserva para pesquisa e lazer.

Através da Lei Ordinária nº 1714, de 29 de outubro de 1976, fica estabelecidos o comodato com a Sociedade Botânica de Passo Fundo de uma área de 244.168 m² no local citado, por tempo indeterminado. A lei ainda determina que o imóvel cedido deve ser empregado em atividades de estudos, experiências e culturas botânicas, para estudos escolares e para funcionar como parque de recreio e passeio, gratuitamente, à população.

Em 1980, a área passou a ser chamada de Reserva Biológica Arlindo Haas, em homenagem a este cidadão da Sociedade Botânica de Passo Fundo que muito atuou pela preservação desta área e do meio ambiente, no Município.

Em 2011, a área deixa de ser Reserva e passa a ser denominada de Parque Urbano Municipal Arlindo Hass, através do Decreto n° 166/2011, compreendendo uma área de 22,90ha tendo como objetivos:

I - preservar os ambientes naturais ali existentes, com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e de Estepe Gramíneo Lenhosas;

II - desenvolver ações de proteção integral aos ecossistemas locais;

II - realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Embora não se trate de uma Unidade de Conservação, o parque possui Plano de Manejo e a Gerência Executiva fica a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

2.2.7.4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Define-se unidade de conservação (UC), como sendo o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção.

Passo Fundo possui as seguintes Unidades de Conservação em seu território:

- Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) Maragato, de âmbito federal e categoria de uso sustentável, foi criada pela Portaria n° 14, de 11 de outubro de 2007 do Instituto Chico Mendes, é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, compreende uma área de 41,56 hectares e protege partes de um maciço florestal, remanescente da Mata Atlântica, com formação florestal característica de Floresta Ombrófila Mista, com predomínio de Araucárias. Possui Plano de Manejo. De propriedade da família Benvegnú Guedes, está localizada na RS 324, Km 122. A administração fica a cargo do proprietário.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal Instituto Menino Deus, criada pelo Decreto nº 103/2010, é uma área privada, de interesse público e de caráter de perpetuidade, compreende uma área de 5 ha, com o objetivo de proteger partes de um maciço florestal remanescente de Mata Atlântica, composto por Floresta Ombrófila Mista com predomínio de Araucárias. De propriedade da Congregação Missionária Redentorista, esta localizada na área do Instituto Menino Deus, junto a Rua Angélica Otto n° 160, Boqueirão. A administração fica a cargo do proprietário.

- Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto, criado pelo Decreto nº 43/2011, é a primeira UC de categoria de proteção integral, instituída pelo poder público de Passo Fundo, compreende uma área de 31,88h, tendo como objetivos preservar os ambientes naturais ali existentes, com destaque para os remanescentes de Campos Sulinos, Floresta Ombrófila Mista, realizar pesquisas científicas, desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Possui Plano de Manejo. De propriedade do Município de Passo Fundo, esta localizado no Bairro Valinhos, lindeira a RPPN Maragato. A Gerência Executiva fica a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

- Reserva Particular do Patrimônio Natural junto ao Condomínio La Barra, criada pelo Decreto nº 37/2015, é uma área privada, de interesse público e de caráter de perpetuidade, compreende uma área

de 125.669,515m². De propriedade da Barra Três SBC Incorporações Ltda., está localizada na área BR 285, Valinhos. A administração fica a cargo do proprietário.

2.2.8. RECURSOS HÍDRICOS

Passo Fundo se localiza no divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Jacuí e do Rio Uruguai e suas nascentes aqui situadas abastecem não só esta cidade, mas parte significativa da população do Estado. Faz parte de duas regiões hidrográficas, a do Guaíba, na qual temos a Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (G050), Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas (G040), e a do Uruguai, com a Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo (U020), Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê- Inhandava (U010) e Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea (U100).

2.2.8.1. PONTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

De acordo com o Plano ambiental do Município, Passo Fundo possui 3 pontos de captação com a finalidade de abastecimento de água: na Barragem do Arroio Miranda, com capacidade de reservação de 1.300.000m³, na Barragem da Fazenda da Brigada, com capacidade de reservação de 3.500.000m³, e na Barragem do Passo Fundo Velho.

O volume de água consumida em Passo Fundo é de em média 630.000 m³/mês, sendo que 70% do abastecimento provém da Barragem do Miranda e 30% da Barragem de nível do Rio Passo Fundo.

Estas barragens possuem disponibilidade de água suficiente para abastecer a população do município de Passo Fundo em períodos normais de precipitação. Porém, em tempos de fortes estiagens, a CORSAN necessita recorrer a 2 pontos alternativos para a captação de água: o Rio Jacuí e o Poço da Pedreira.

Barragens de acordo com Plano Ambiental do Município de Passo Fundo:

Barragem do Arroio Miranda

A Barragem do Arroio Miranda localiza-se na Rua Gelso Ribeiro, no bairro Vera Cruz. Ela é de acumulação, ou seja, destina-se a represar água com a finalidade de abastecimento público. A captação de água superficial desta barragem é outorgada pela Portaria DRH nº 1.017/2008 estabelecida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

A barragem entrou em operação em março de 1979 e atualmente possui a capacidade de acumular 1.300.000 m³ de água. A água provém de um afluente do Rio Passo Fundo denominado Arroio Miranda.

Barragem da Fazenda da Brigada

A Barragem da Fazenda da Brigada está localizada às margens da BR-285 no km 286, sentido Passo Fundo – Lagoa Vermelha. Esta tem a função de acumular água do Rio Passo Fundo, para a sua posterior captação, a qual é realizada em um ponto a jusante da barragem, na chamada Captação da Perimetral, localizada na Perimetral Leste de Passo Fundo. A captação de água superficial desta barragem é outorgada pela Portaria DRH nº 113/2003 estabelecida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

A barragem entrou em operação em setembro de 2003 e, atualmente, possui a capacidade de acumular 3.500.000 m³ de água.

No ponto chamado de Captação da Perimetral existe uma barragem de nível, que tem por objetivo elevar o nível de água a montante, tendo como principal finalidade a garantia de níveis mínimos para o sistema de captação instalado.

Barragem do Passo Fundo Velho

A Barragem de nível do Passo Fundo Velho está localizada na área urbana do município, precisamente na Rua Lobo da Costa, no bairro Entre Rios. A captação de água superficial desta barragem é outorgada pela Portaria DRH nº 973/2007 estabelecida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Sua operação teve início em maio de 1966 com o barramento do Rio Passo Fundo, juntamente com a instalação da estação elevatória no mesmo local.

Pontos Alternativos para Captação de Água Bruta

Existe um ponto de captação de água do Rio Jacuí, o qual se localiza nas proximidades da RS-324, na saída para o município de Marau. Este ponto de captação é utilizado apenas em períodos de estiagem. A água captada é conduzida por uma adutora até um afluente do Rio Passo Fundo, o qual deságua em um ponto a montante da barragem de nível da captação da Perimetral.

Outro ponto de captação de água que também é utilizado somente em casos de estiagem, é o conhecido como poço da pedreira, o qual se localiza no bairro São José. No local funcionava uma pedreira, que após atingir o lençol freático foi desativada, passando a acumular água. A água captada é conduzida por uma adutora até um afluente do Arroio Miranda. Tais pontos podem ser vistos na figura 2.2.11.

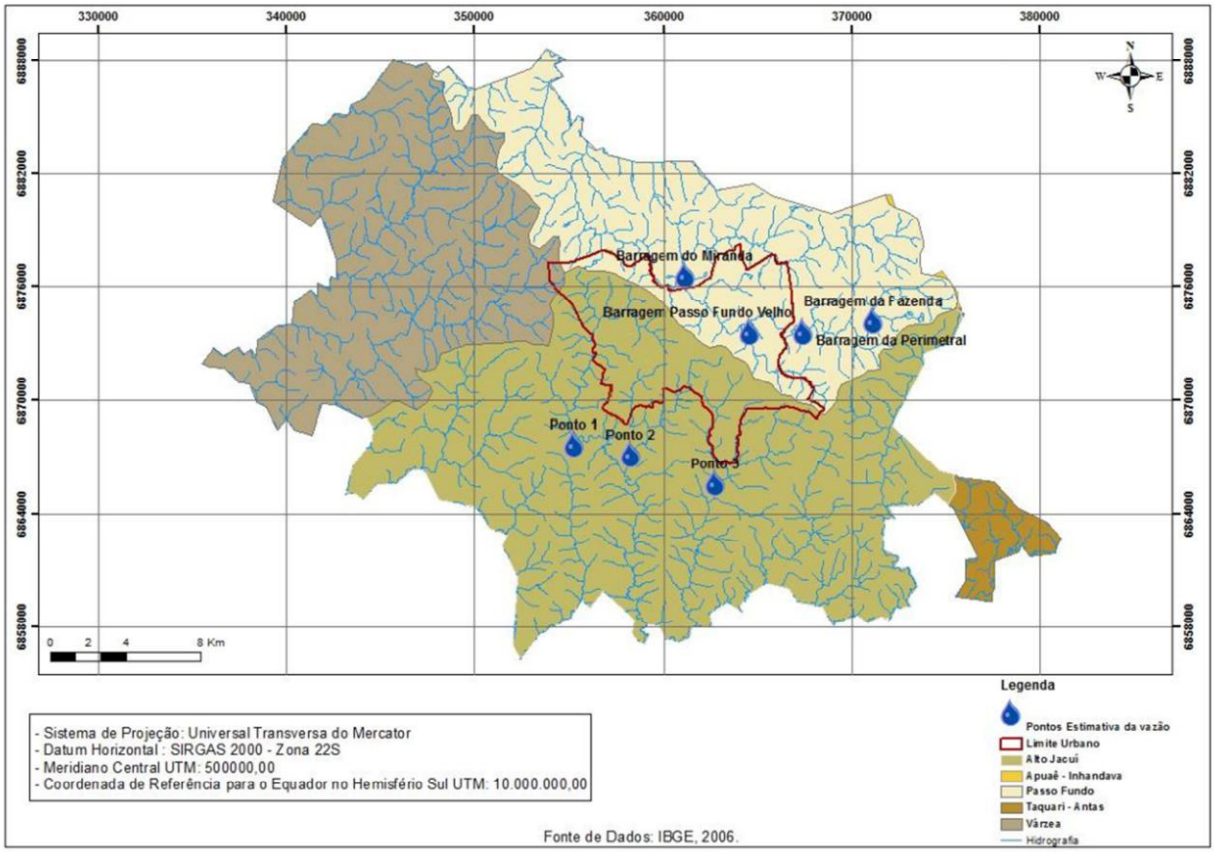


Figura 2.2.11. Mapa de pontos de captação de água

Condições dos Mananciais de Abastecimento de Água

Foi estimada a vazão possível de ser explorada para cada ponto de captação utilizado pela concessionária, e também a vazão de contribuição para a Barragem da Fazenda onde não há captação, pois ela abastece as barragens de nível a jusante. Ressalta-se que a barragem de nível da Perimetral e a barragem de nível Passo Fundo Velho estão na mesma bacia de contribuição. Desta forma a vazão estimada para estas

barragens leva em conta toda área de contribuição a montante das mesmas; sendo assim, a vazão estimada para a barragem de nível Passo Fundo Velho considera que não há captação na barragem da perimetral.

O Quadro 2.2.1 apresenta as vazões (Q50, Q85 e Q95) nas barragens utilizadas pela concessionária. Os valores de Q50, Q85 e Q95 garantem que as vazões estimadas são maiores ou iguais a elas durante 50%, 85% e 95% do tem.

Pontos	Vazão (Q50) m³/s	Vazão (Q85) m³/s	Vazão (Q95) m³/s
Barragem Fazenda	0,231	0,101	0,060
Barragem da Perimetral	0,555	0,243	0,145
Barragem Passo Fundo Velho	0,703	0,308	0,184
Barragem Miranda	1,078	0,473	0,282

Quadro 2.2.1: Vazões nas barragens

No levantamento dos potenciais mananciais de abastecimento de água no município de Passo Fundo, foram consideradas, além da capacidade volumétrica, a qualidade desses mananciais, a tratabilidade de suas águas através do processo convencional e a distância do centro de abastecimento. Como os mananciais da Bacia do Rio Passo Fundo já estão sendo explorados para o abastecimento público, os potenciais mananciais para abastecimento foram levantados na Bacia do Alto Jacuí.

O Quadro 2.2.2. apresenta as vazões estimadas para os potenciais mananciais que podem ser utilizados para o abastecimento de água.

Pontos	Vazão (Q50) m³/s	Vazão (Q85) m³/s	Vazão (Q95) m³/s
Ponto 1	0,896	0,479	0,305
Ponto 2	0,429	0,229	0,146
Ponto 3	**0,682**	**0,365**	**0,232**

Quadro 2.2.2: Vazões estimadas para potenciais mananciais

2.2.8.2 DEFINIÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PASSO FUNDO

O município de passo fundo é dividido entre duas bacias hidrográficas, a Bacia do Jacuí e a Bacia do Uruguai (figura 2.2.12).

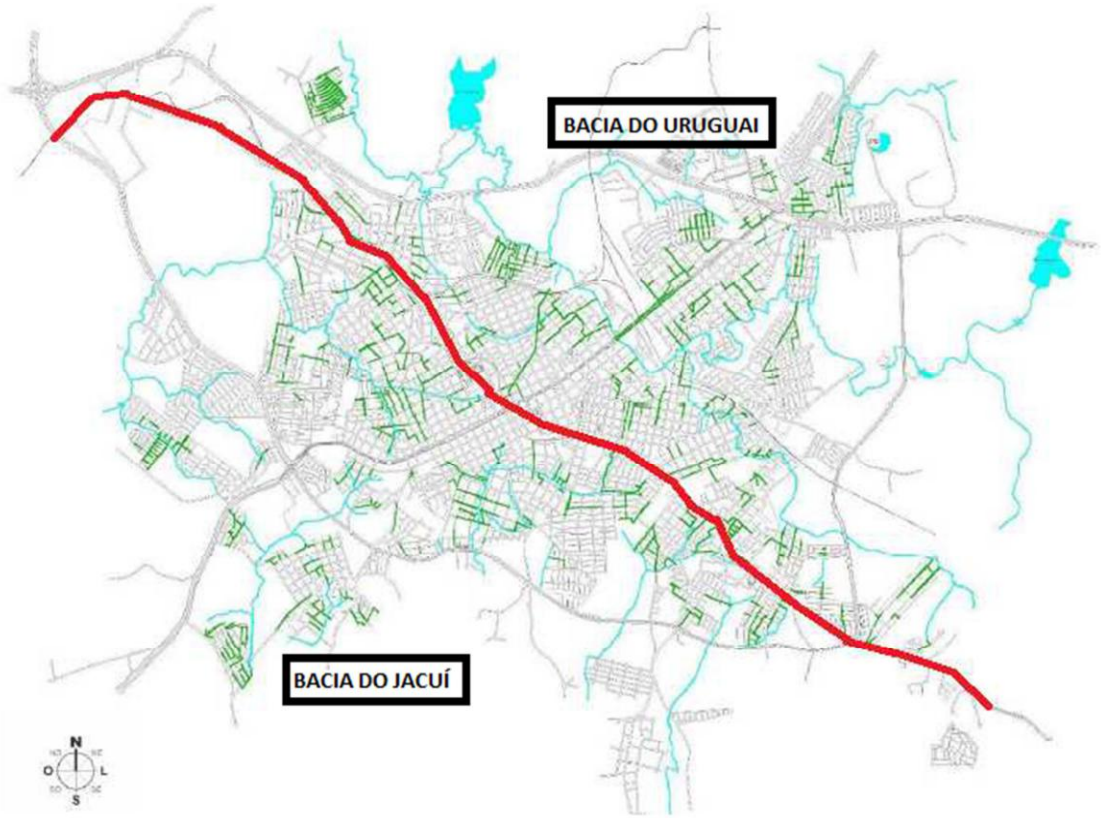


Figura 2.2.12. Mapa divisão das bacias Uruguai - Jacuí

2.2.8.2.1. A BACIA DO JACUÍ

A Figura 2.2.13 apresenta o traçado das macrobacias que contemplam a parcela do perímetro urbano pertencente a Bacia do Rio Jacuí

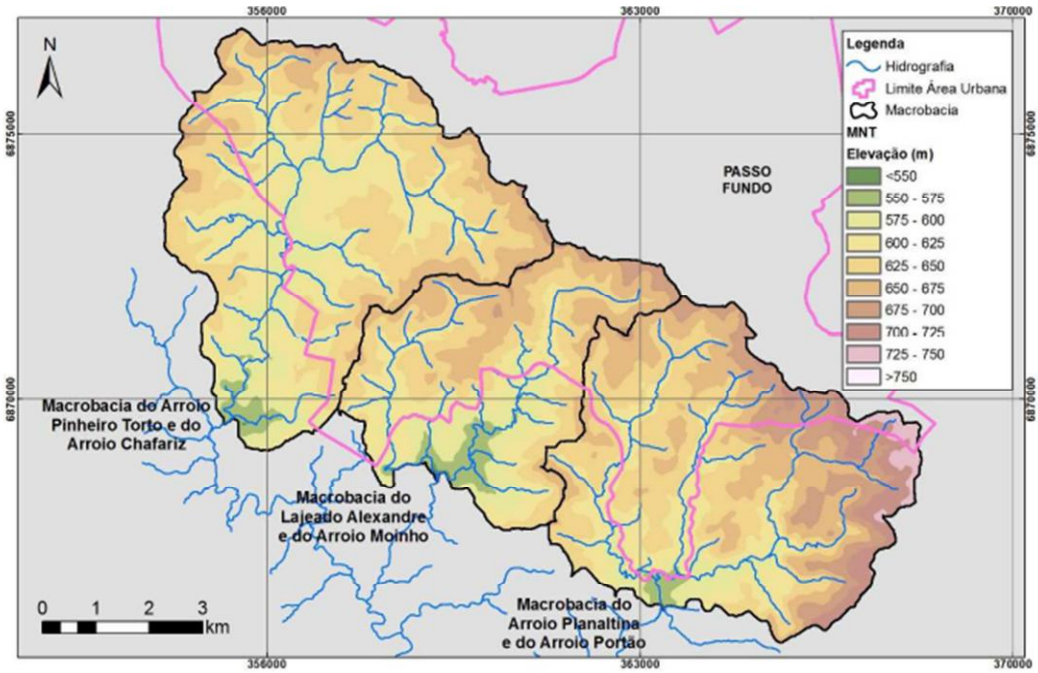


Figura 2.2.13. Mapa subdivisão - Jacuí

A Macrobacia do Arroio Pinheiro Torto e do Arroio Chafariz localiza-se na porção oeste do limite urbano do município de Passo Fundo, abrangendo uma parcela do centro da cidade, além de parte das regiões dos bairros Vila Vergueiro, Valinhos, Nenê Graeff, Integração, Boqueirão e Vera Cruz. A Macrobacia é composta pelo Arroio Pinheiro Torto e Arroio Chafariz e seus afluentes, sendo delimitada a sudeste pela rodovia RS-153. A Macrobacia é formada por área rural e urbana, a porção leste da área urbana caracteriza-se por apresentar uma área mais densamente ocupada (Zona de Ocupação Extensiva), se comparada com a sua porção oeste, onde verifica-se a predominância de áreas industriais, além de possuir, de acordo com a Planta de Zoneamento de Passo Fundo, uma Zona de Proteção de Mata Nativa e Zonas Residenciais. A RPPN Maragato está inserida na área da Macrobacia, sendo de grande valor ecológico, pois possui um dos poucos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

A Macrobacia do Lajeado Alexandre e do Arroio Moinho localiza-se na porção centro-sul do limite urbano do município de Passo Fundo, abrangendo uma parcela do centro da cidade, além de parte das regiões dos bairros Vila Vergueiro, Boqueirão, Santa Marta, Vila Luiza, Lucas de Araújo e Vila Rodrigues. A Macrobacia é composta pelo Arroio Lajeado Alexandre e Arroio Moinho e seus afluentes. A porção sul da Macrobacia apresenta uma área de reserva florestal e grande parte da sua extensão está inserida na área rural do município, a porção norte é o local mais adensado da Macrobacia, onde o uso residencial é o mais significativo. A Estrada Perimetral Sul divide a área da Macrobacia, sendo fator significante para a expansão urbana da região e de grande importância para a comunidade local.

A Macrobacia do Arroio Planaltina e do Arroio Portão localiza-se na porção sudeste do limite urbano do município de Passo Fundo, abrangendo as regiões dos bairros Roselândia e Planaltina, e parte dos bairros Lucas de Araújo e São Cristóvão, além do distrito de São Roque. A Macrobacia é composta pelo Arroio Planaltina, Arroio Portão, Arroio Lambedor e seus afluentes. A maior parte da Macrobacia é composta por área rural, onde localizam-se áreas de lazer como o Parque de Rodeios. A porção norte é mais adensada sendo principalmente de uso residencial. A Estrada Perimetral Sul delimita as áreas onde a ocupação do solo é mais intensiva (porção norte da Macrobacia) das áreas de uso menos intenso (porção sul da Macrobacia).

2.2.8.2.1.1. ÁREAS INUNDÁVEIS DA BACIA DO JACUÍ

A figura 2.2.14 mostra os pontos de alagamento da bacia do Jacuí em área urbana de Passo Fundo.

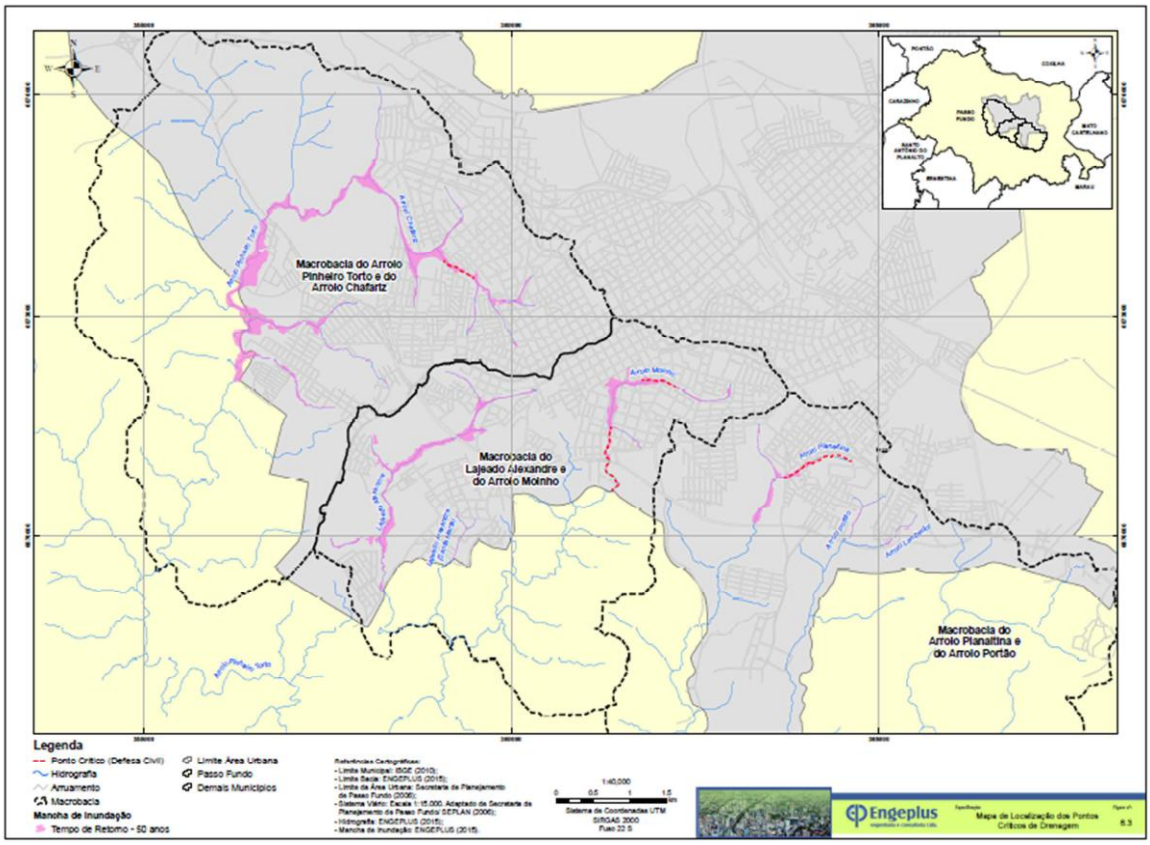


Figura 2.2.14. Pontos alagamento - Jacuí

Ponto 01 – Vila Luiza: Segundo a Defesa Civil, problemas de inundações na rua São João, devido a excesso de lixo nas bocas de lobo, falta de limpeza nas canalizações e dragagem do arroio.

Ponto 02 – Bairro São Bento: Ocorrência de alagamentos na rua Garibaldi com Valdemar Barril.

Ponto 03 – Vila Carmem: Alagamentos na rua Benedito Pinto, a partir da Alfredo Custódio, causando interrupção do trânsito local. Falta término das obras das galerias e existem terrenos com entulhos e lixo dificultando o escoamento das águas.

Ponto 04 – Vila Bom Jesus: Possíveis alagamentos, principalmente na rua São Roque. Ocorre acúmulo de lixo nas baixadas, obstruindo as bocas de lobo e dificultando escoamento da água.

2.2.8.2.2. A BACIA DO URUGUAI

2.2.8.2.2.1. ÁREAS INUNDÁVEIS DA BACIA DO URUGUAI

A figura 2.2.15 mostra os pontos de alagamento da bacia do Uruguai em área urbana de Passo Fundo.

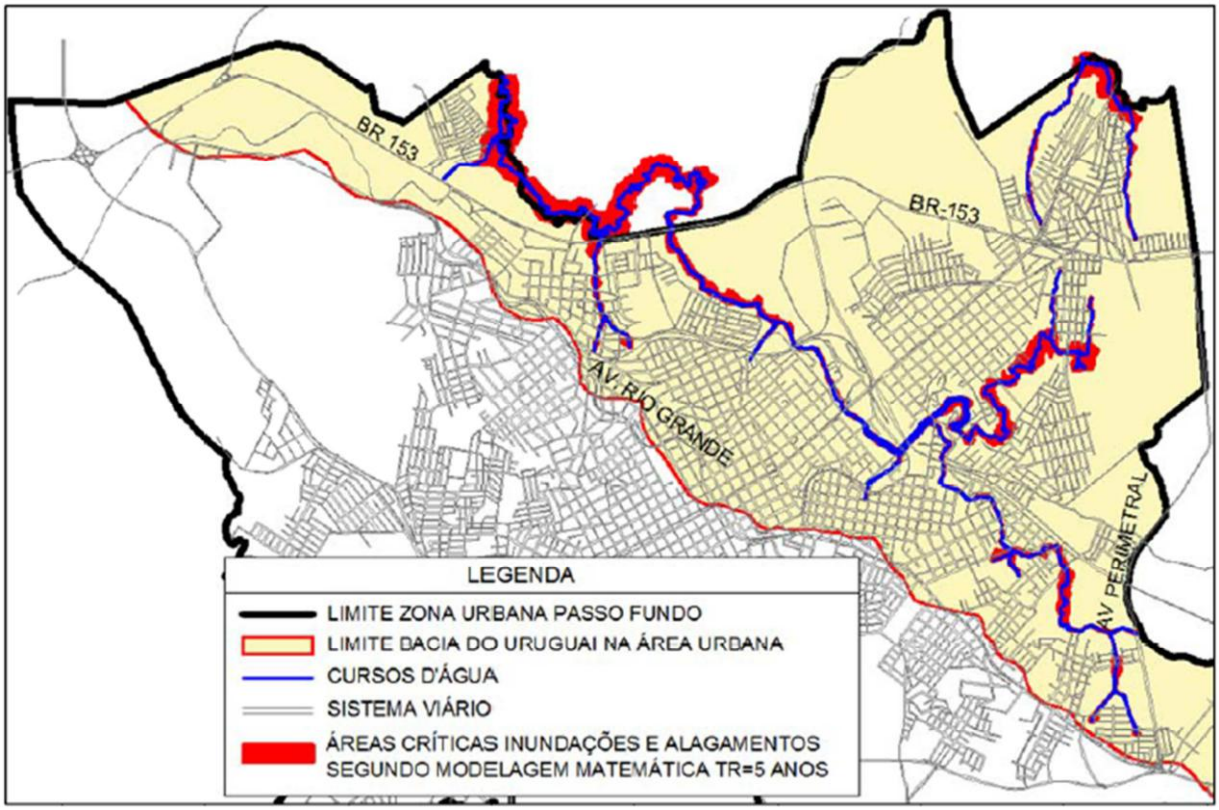


Figura 2.2.15. Mapa Pontos alagamento - Uruguai

Ponto 01 – Bairro José Alexandre Zachia

Ponto 02 – Bairro Cidade Nova / Victor Isler

Ponto 03 – Bairro São José / Leonardo Ilha

Ponto 04 – Bairro Entre Rios / Vila Isabel / Loteamento Manoel Corralo

Ponto 05 – Bairro Vila Ricci / São Cristóvão 2 / Loteamento Cézar Santos

Ponto 06 – Loteamento Via Sul

2.2.8.3. FONTES DE POLUIÇÃO HÍDRICA

A utilização da terra nas mais diversas atividades, tanto nas áreas rurais como nas urbanizadas, tem como efeito a alteração da quantidade e da qualidade das águas. Em termos gerais, o quadro 2.2.3. faz as relações entre as atividades (usos) e efeitos sobre as disponibilidades hídricas.

Agente modificador	Atuação	Efeito	Resultado nas águas
Técnicas agropecuárias	Preparo da terra, plantio, tratos culturais.	Erosão Contaminação	Assoreamento Qualidade química Qualidade biológica
Técnicas industriais	Produtos químicos Temperatura	Contaminação	Qualidade físico-química-biológica
População	Esgoto Ocupação e construção em área de preservação	Contaminação Desmatamento	
	Lixo	Contaminação	
	Intensificação de consumo de água	Químico-biológico	Assoreamento Qualidade química Qualidade física Qualidade biológica

Quadro 2.2.3: Efeitos de atividades sobre disponibilidades hídricas

2.2.8.4. SITUAÇÃO DOS RIOS

2.2.8.4.1. RIO PASSO FUNDO

No Rio Passo Fundo, foram identificados vários fatores que atingem alguns pontos do trajeto percorrido, tais como:

- Assoreamento, constatado ao longo do percurso do Rio tanto urbano quanto rural;
- Ao longo do perímetro urbano, constata-se a deposição de lixo doméstico, pneus, móveis velhos e outros materiais, principalmente em locais próximos às residências, indústrias e estabelecimentos comerciais nas margens e no leito do Rio;
- Em alguns pontos evidenciamos atividades de pesca por moradores das proximidades;
- Esgoto a céu aberto e até mesmo ligações clandestinas de esgoto que desembocam no rio;
- Em alguns pontos a área de lavoura invade os limites de preservação permanente do rio, aumentando a possibilidade de lixiviação de produtos químicos, bem como outros tipos de matéria orgânica e inorgânica que podem afetar as condições da água;
- Em vários pontos não existe mais a mata ciliar;
- Em alguns pontos existem construções invadindo as margens de preservação permanente.

2.2.8.4.2. RIO JACUÍ

As nascentes mais altas do rio Jacuí, conhecida como Nascente Mãe do rio Jacuí, encontra-se dentro dos limites territoriais do município de Passo Fundo, próximo da divisa com o município de Mato Castelhano.

Está implantado e em andamento um projeto de uma ONG de Passo Fundo, Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas, que visa proteger o local.

2.2.8.4.3. RIO DA VÁRZEA

As ações junto ao Rio da Várzea também serão intensificadas, haja vista que o mesmo possui suas nascentes no Município, fazendo com que os trabalhos realizados pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio da Várzea sejam complementados.

2.2.8.5. SITUAÇÃO DAS ÁGUAS E ESGOTOS

De acordo com o Plano Ambiental do Município de Passo Fundo, o sistema de tratamento de água e esgoto é composto de três estações de tratamento de água com a capacidade de produção de 850 litros por segundo.

A situação local não diverge muito da realidade do Estado. O Rio Passo Fundo encontra-se significativamente comprometido no que tange à qualidade de suas águas devido ao aporte de efluentes de origem doméstica, industrial e agrícola. Atualmente, além do projeto das ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto), que prevê níveis de tratamento dos despejos domésticos mais elevados, também, devem ser providenciados o pré-tratamento dos efluentes industriais a nível de cada indústria, um programa de contenção dos solos agrícolas (através de ações preventivas por sub-bacias) e um amplo programa de educação ambiental.

A pequena vazão do Rio e sua baixa capacidade de autodepuração frente ao volume de despejos recebidos direta ou indiretamente através dos afluentes determinaram o tratamento dos despejos domésticos necessários à recuperação da qualidade de suas águas. O dispositivo de tratamento existente foi projetado em 1946 para uma vazão média de 21 l/s, o que atenderia uma população de aproximadamente 12.000 pessoas.

Em 1972, foi elaborado um projeto completo para atendimento da cidade, cujo tratamento se daria por um processo de lodo ativado e desinfecção do efluente com cloro. Nessa época, Passo Fundo contava com 23.600m de rede coletora de esgoto cloacal. Este projeto começou a ser reformulado em 1980 em face do crescimento da população. A concepção do tratamento foi alterada para um sistema de tratamento através de Lagoas de Estabilização (anaeróbica). Quando da elaboração do projeto técnico em 1983 atendendo as resoluções do BNH, foram priorizadas as áreas mais povoadas, tomando por base as densidades demográficas das diversas sub-bacias hidrossanitárias.

Posteriormente, em maio de 1989, as etapas do projeto foram reavaliadas considerando a evolução urbana havida desde o início da execução do projeto. De lá para cá, tendo em vista a escassez de recursos e a inexistência de linhas de financiamento para a implantação das obras, infelizmente, pouco foi feito. Ainda de acordo com o Plano Ambiental do Município, Passo Fundo conta com uma extensão de 33.460m de rede coletora, atendendo a 9.850 economias, o que significa uma cobertura de apenas 18,79% das economias abastecidas de água.

Do estudo de concepção que resultou o projeto, modificado em 1989, foram executadas as seguintes obras:

Interceptor Zero - 1ª Fase: Implantando da Vila Annes, onde se situa a ETE existente, até a Estação Elevatória de Esgoto nº 8, na Vila Victor Isler. Esse interceptor margeia o Rio Passo Fundo, numa extensão de 3.688m em tubos de concreto nos diâmetros 700, 900 e 1200 mm.

Estação Elevatória de Esgoto EL-8 - 1ª Fase: Executada na Vila Victor Isler junto a BR- 285 com vazão de 160 l/s nesta fase. Esta irá recalcar os despejos de esgotos para as Lagoas de Estabilização a serem construídas em uma área de 256.825,93 m² já adquirida pela CORSAN junto a BR-285, próxima ao Bairro Alexandre Zacchia. (A capacidade de tratamento dessas lagoas será, na 1ª, etapa de 250 l/s, suficiente para tratar o esgoto gerado por aproximadamente 100.000 pessoas).

Linha de Recalque LR-8 - 1ª Fase: Implantada ao longo da BR-285, em tubos de fºfº DN 400, numa extensão de 2.800m. Irá conduzir os esgotos da Estação Elevatória EL-8 até as Lagoas de Estabilização. Frente à inexistência do serviço a níveis satisfatórios que atendam as necessidades de Passo Fundo, as ações de esgotamento sanitário são improvisadas, sem qualquer rigor técnico na sua concepção e implantação e com a mais absoluta falta de operação, levando à ineficiência e ineficácia destas iniciativas frente ao problema que pretende resolver.

Estas formas de esgotamento se caracterizam por soluções do tipo fossa-sumidouro ou pela ligação direta do ramal domiciliar a rede de drenagem pluvial. A exceção existe, por iniciativa da Prefeitura com a implantação do sistema de tratamento de esgoto composto de fossa-séptica e filtros anaeróbicos de fluxo ascendente, cuja eficiência permite que os efluentes sejam lançados na rede coletora pluvial sem causar maiores danos a qualidade dos corpos receptores.

As figuras 2.2.16 e 2.2.17. mostram a evolução pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado. Os quadros 2.2.4 e 2.2.5 junto com a figura 2.2.18 trazem dados mais atuais quanto ao sistema de esgotamento sanitário, as estações de tratamento e as redes coletoras respectivamente.

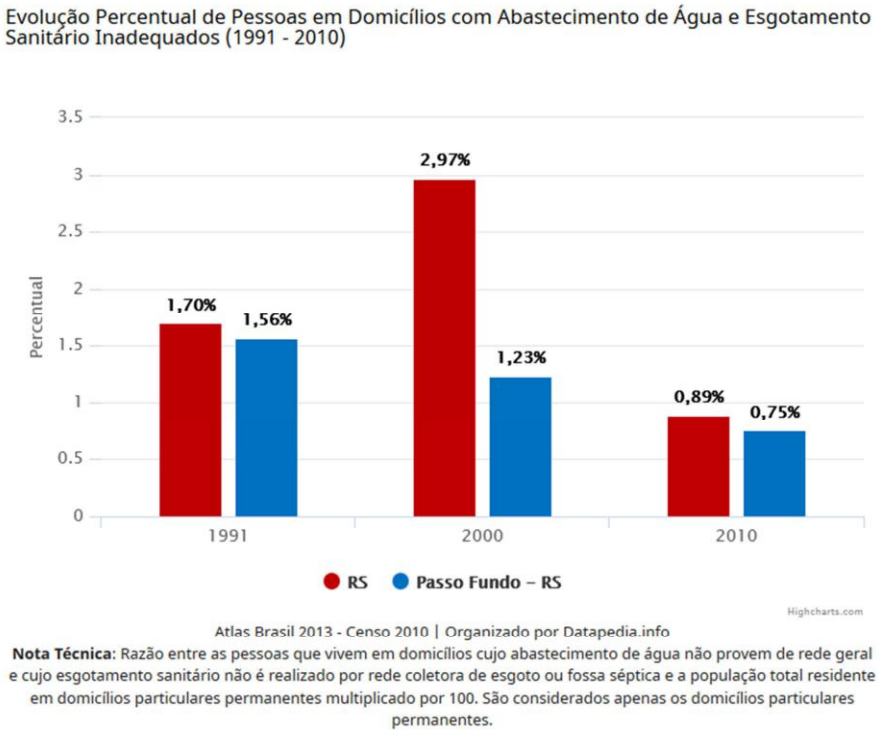


Figura 2.2.16. Gráfico evolução pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado

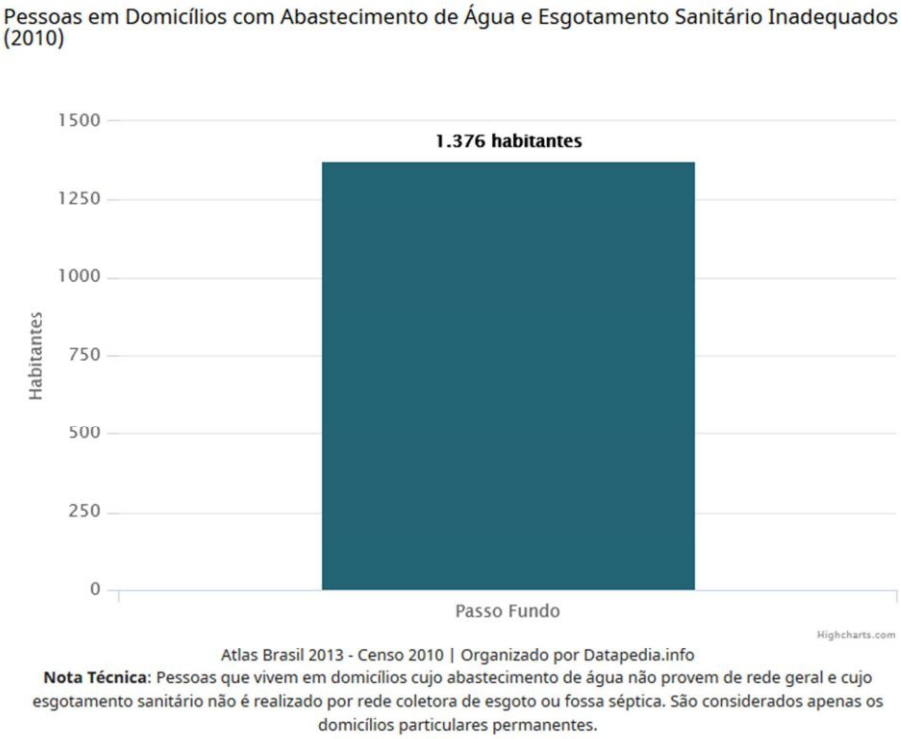


Figura 2.2.17. Gráfico evolução pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado 2

Sistema de esgotamento sanitário atual (2013)				
Parcela dos esgotos	Índice de atendimento	Vazão (L/s)	Carga Gerada (Kg DBO/dia)	Carga Lançada (Kg DBO/dia)
Sem coleta e sem tratamento	44,7%	103,6	4573,7	4573,7
Soluções individuais	18,0%	41,6	1837,9	735,1
Com coleta e sem tratamento	2,6%	5,9	262,1	262,1
Com coleta e com tratamento	34,8%	80,6	3.558,4	298,4
		231,8	10.232,0	5.869,3

Quadro 2.2.4: Sistema de esgotamento sanitário

Fonte: Atlas de Esgotos – Despoluição de Bacias Hidrográficas, Relatório de Esgotamento Sanitário Municipal Passo Fundo – RS, ano 2017. Ministério das Cidades e Agência Nacional de Águas.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO EXISTENTE (2013)						
Características da ETE						
Nome	ETE ARAUCÁRIA - PASSO FUNDO			População atendida	57.802	
Processo	LAGOA ANAERÓBIA + LAGOA FACULTATIVA					
Eficiência adotada	91,0%	Status	Ativa	Sistema integrado	NÃO	
Características do efluente						
Vazão afluente (L/s)	70,7	Carga afluente (Kg DBO/dia)	3.121,3	Carga lançada (Kg DBO/dia)	280,9	
Características do corpo receptor						
Nome	Rio Passo Fundo					
Vazão de referência (L/s)	1.367,4			Classe de enquadramento adotada	2	
ESTAÇÃO DE TRATAMENTO EXISTENTE (2013)						
Características da ETE						
Nome	ETE MIRANDA			População atendida	8.094	
Processo	REATOR ANAERÓBIO + FILTRO AERÓBIO					
Eficiência adotada	96,0%	Status	Ativa	Sistema integrado	NÃO	
Características do efluente						
Vazão afluente (L/s)	9,9	Carga afluente (Kg DBO/dia)	437,1	Carga lançada (Kg DBO/dia)	17,5	
Características do corpo receptor						
Nome	Arroio Miranda					
Vazão de referência (L/s)	615,9			Classe de enquadramento adotada	2	

Quadro 2.2.5: ETE 2013

Fonte: Atlas de Esgotos – Despoluição de Bacias Hidrográficas, Relatório de Esgotamento Sanitário Municipal Passo Fundo – RS, ano 2017. Ministério das Cidades e Agência Nacional de Águas.

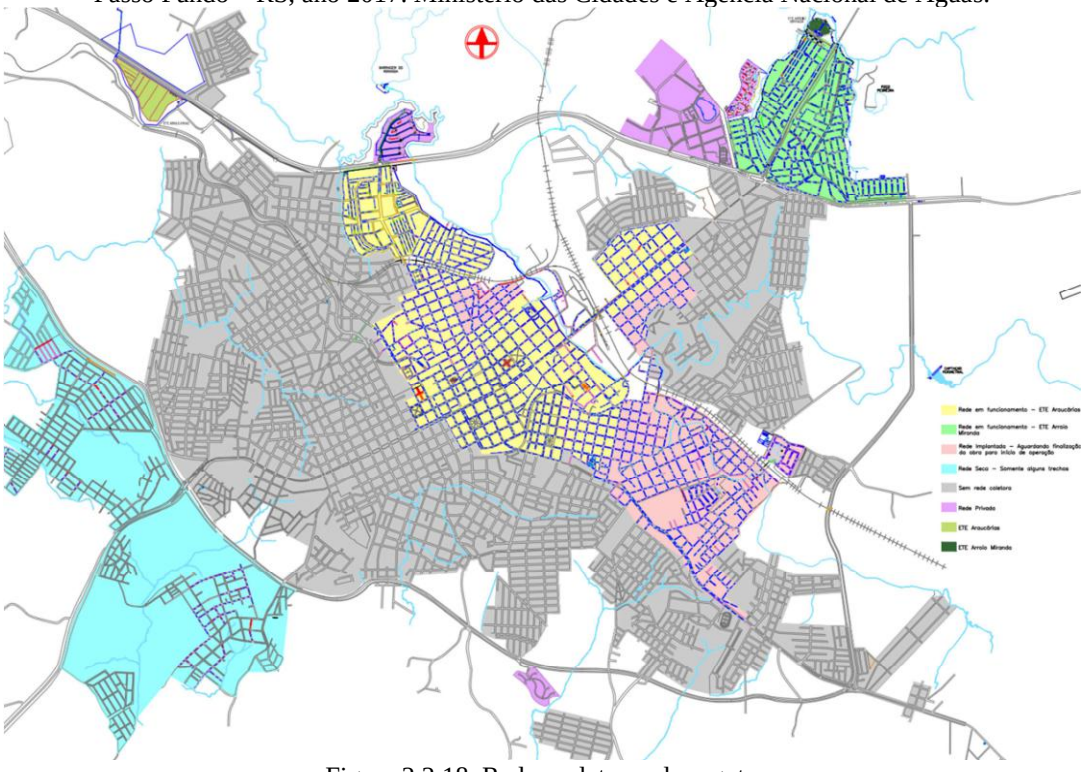


Figura 2.2.18. Redes coletoras de esgoto

2.2.9. CLIMA

2.2.9.1. AS TEMPERATURAS

As temperaturas médias variam em função da zonalidade. Passo Fundo registra a média anual de 17,5°C. O período quente, com temperaturas médias superiores a 20°C corresponde aos meses de dezembro a fevereiro, enquanto a média das máximas, superiores a 20°C, se estendem de novembro a abril. Segundo a definição clássica de climatologia não existe, em Passo Fundo, mês biologicamente frio, isto é temperatura média mensal igual ou inferior a 10°C, embora valores mais baixos sejam registrados pelas temperaturas médias das mínimas nos meses de junho a agosto conforme tabela 2.2.1 e figura 2.2.19.

Passo Fundo									
Elementos meteorológicos									
Período 1931-1974									
Latitude 28°15´39´´									
Longitude 52° 24´33´´									
Altitude 667 metros									
Meses	**Média**	**Máxima**	**Mínima**	**Precipitação**	**Dias de Chuva**	**Maior altura em 24 horas**	**Umidade relativa**	**Evaporação**	**Radiação solar**
Janeiro	23,3	28,7	17,3	152	9	47	73	136,4	479
Fevereiro	21,7	26,7	17,1	146	8	40	76	123,2	463
Março	20,4	26,5	16	125	7	45	76	107,3	377
Abril	16,8	22,6	12,5	135	6	45	78	95,7	320
Maio	14,7	20,1	10,7	136	6	47	79	83,1	258
Junho	13,1	18,6	9,3	147	8	47	87	76,2	213
Julho	12,7	18,8	8,4	120	7	42	78	82,4	228
Agosto	13,9	19,8	9,3	123	7	42	74	85,2	269
Setembro	15,4	21,5	10,7	153	8	43	75	100,7	322
Outubro	17,5	24	12,6	167	7	58	74	112,9	399
Novembro	19,5	24,5	14,2	115	6	39	68	126,9	461
Dezembro	21,6	28,3	16,1	140	7	46	68	143,7	491
Ano	**17,5**	**23,3**	**12,9**	**1664**	**86**	**58**	**75**	**1273,7**	**357**
Fonte: ATlas Agroclimático do Rio rande do Sul. Ipagro. Porto Alegre, 19...Vol.1.									

Tabela 2.2.1: temperaturas médias

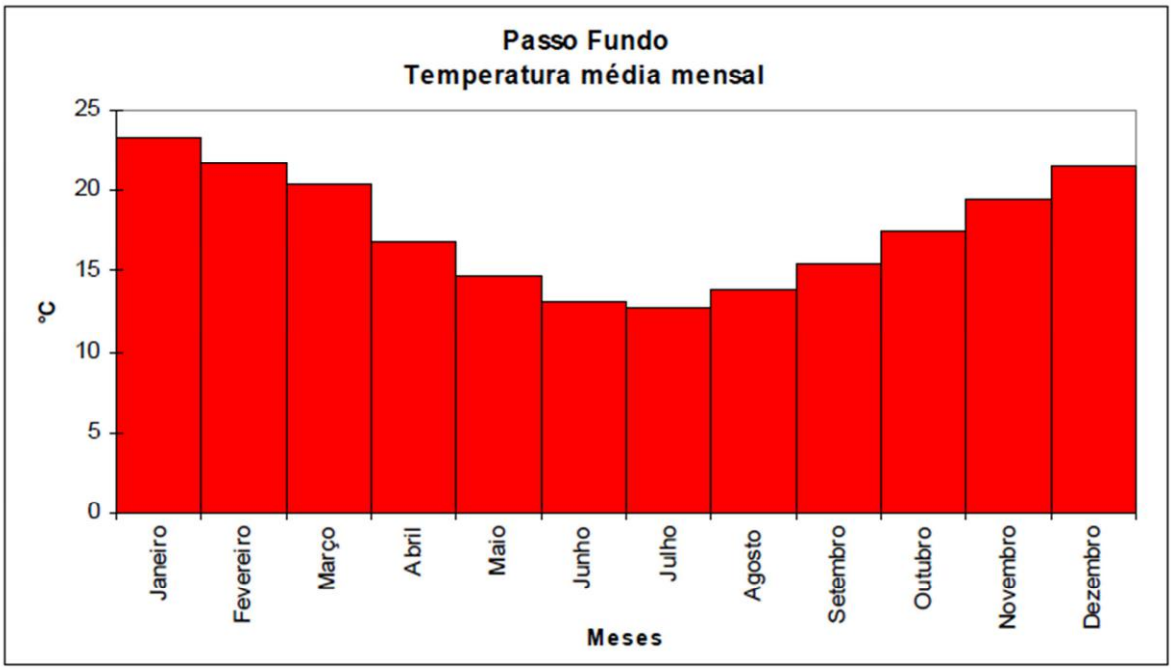


Figura 2.2.19. Tabela temperatura média

São frequentes, entretanto, as variações bruscas de temperatura, como se indica na tabela 2.2.1 em razão das características das passagens das frentes ou domínios das massas de ar quentes e frias.

2.2.9.2. RADIAÇÃO SOLAR

A insolação em Passo Fundo calculada pelo modelo Angstrom, varia de um mínimo de 222,7 cal/cm/dia em junho a 543,0 cal/cm/dia em dezembro, valores significativos no domínio subtropical.

Além da importância da radiação nos processos biológicos e na produção da biomassa age, também sobre os processos físico-químicos de decomposição das rochas, fornecendo nutrientes à produção da biomassa, e é significativa como fonte alternativa energética como possibilidade de melhoria da qualidade ambiental. Toma-se como referência o projeto do governo do estado de Nova Iorque de criar o “crédito verde” aos construtores que adotarem tecnologias avançadas nas construções como célula de combustível e painéis fotoelétricos para gerar eletricidade. Os prédios verdes são descritos como os que consomem energia mais eficientemente.

No caso de Passo Fundo, com forte sensação de calor no verão e de frio no inverno, o consumo de energia elétrica alternativa para produção de calor, por exemplo, à calefação.

2.2.9.3. AS PRECIPITAÇÕES

A área do município registra um total de precipitações, em média, de 1.664mm/ano. A variação sazonal indica claramente que o período mais chuvoso corresponde aos meses de outubro e os menos chuvosos nos meses de novembro, julho, agosto e março, durante as alterações das massas de ar, conforme figura 2.2.20.

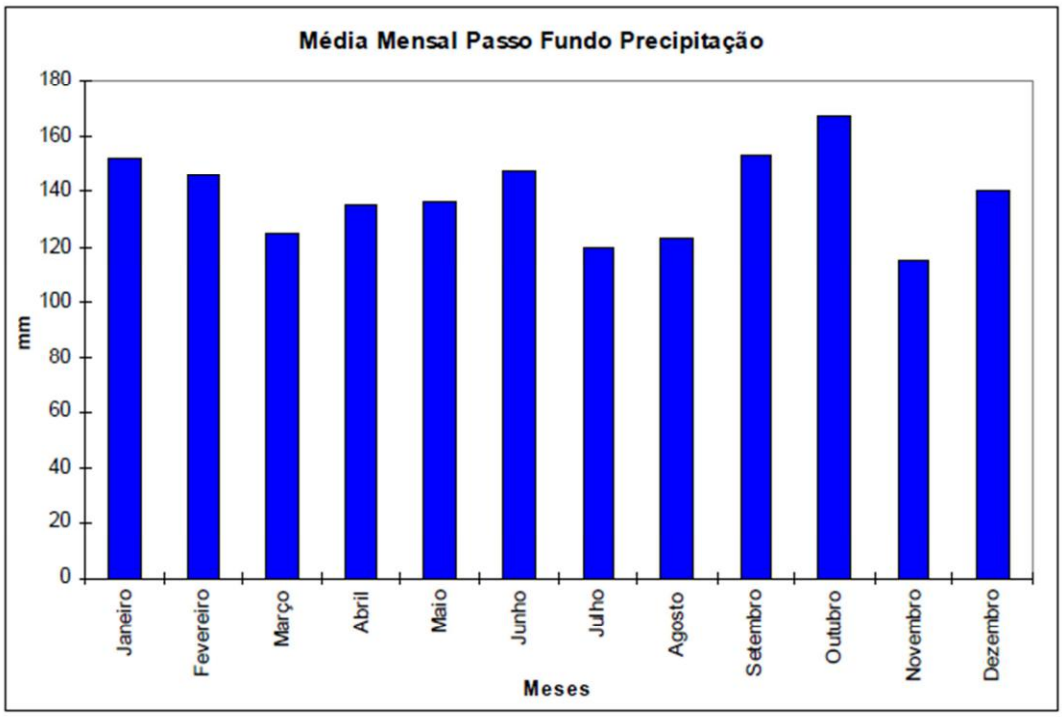


Figura 2.2.20. Gráfico média mensal precipitação

2.2.9.4. CONFORTO TÉRMICO/HÍDRICO

Pode-se, ainda que muito preliminarmente, definir os períodos de desconforto térmicos/hídricos determinados pela combinação das temperaturas médias e das médias de unidade relativa do ar. Os resultados, indicados na Figura 2.2.21 mostram nitidamente dois períodos de desconforto:

. No verão, correspondente as temperaturas altas e baixas umidades relativas;

. No inverno, pela combinação das temperaturas baixa e alta umidade relativa.

Nesses períodos os comportamentos se modificam radicalmente em todos os níveis da vida cotidiana, do vestuário à alimentação. O diagrama apresentado poderá ser utilizado como indicativo às campanhas de saúde pública, diferentes nos dois períodos de desconforto.

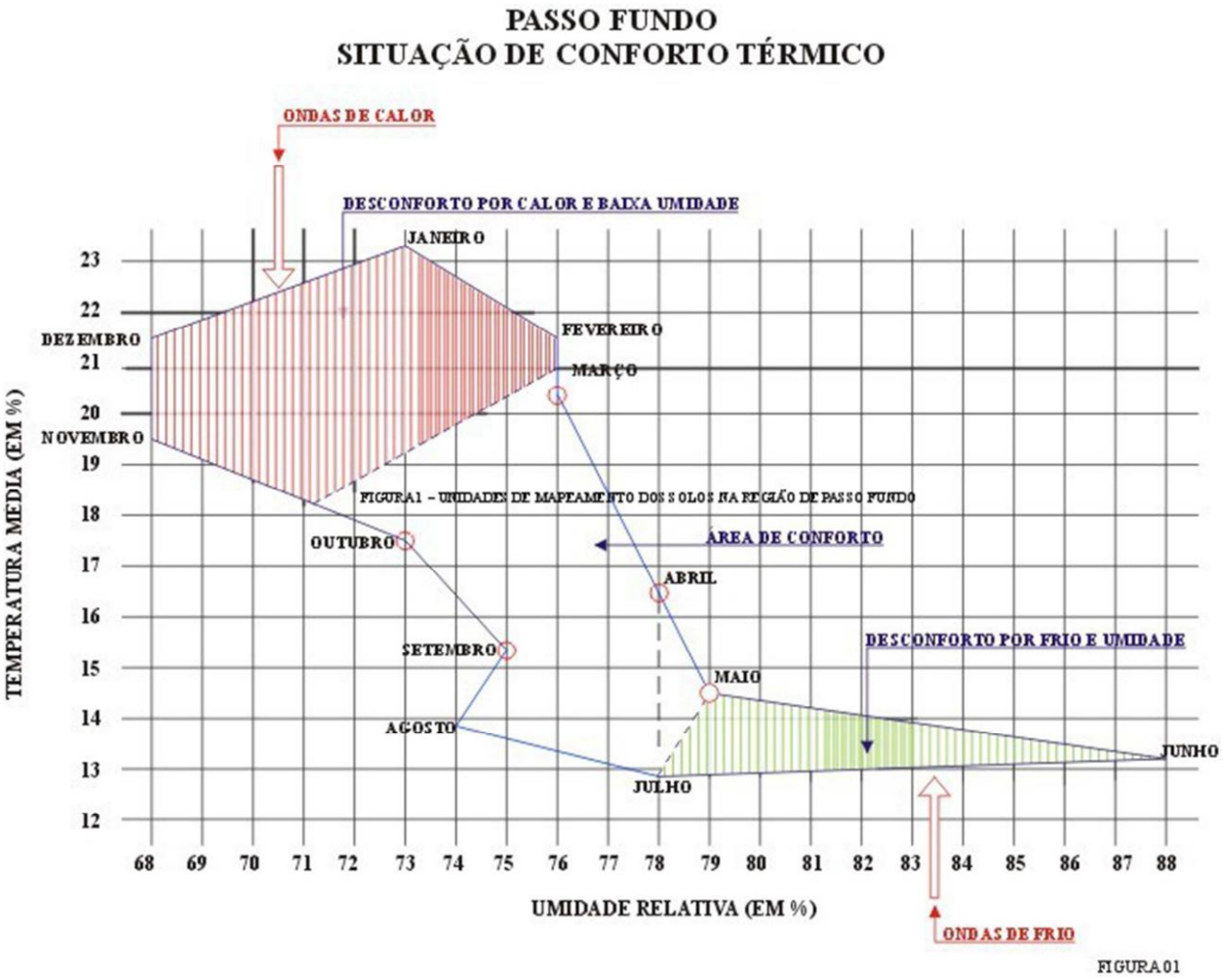


Figura 2.2.21. Gráfico situação de conforto térmico

2.2.9.5. VENTOS

A configuração topográfica e a posição de Passo Fundo não permitem a formação de ventos locais determinados por frentes cinemáticas. Nestas condições, a ação dos ventos resulta do fenômeno global da circulação geral da atmosfera.

Verifica-se que são dominantes - atuam com mais frequência - os ventos do quadrante nordeste, o que significa a ação dominante das massas de ar geradas pela alta pressão semifixa subtropical ou se o desejarmos, os alíseos, já bastante despojados de sua umidade adquirida na trajetória Atlântica.

As velocidades variam, em média, em torno de 4,0 metros/segundo, com insignificante variação anual.

As velocidades variam, em média, em torno de 4,0 metros/segundo, com insignificante variação anual, como se mostra na tabela 2.2.2.

MÊS	MÉDIA	MÁXIMA
Janeiro	4,1	28
Fevereiro	3,9	27,2
Março	3,8	26,5
Abril	4	31
Maio	3,9	34,1
Junho	4,2	28,7
Julho	4,7	40
Agosto	4,4	24,8
Setembro	4,7	41,3
Outubro	4,5	38,8
Novembro	4,3	39
Dezembro	4,2	27,2
Ano	**4,2 (1)**	**32,2 (2)**

(1) - Média das médias. (2) – Condições excepcionais

Tabela 2.2.2: Média ventos por mês

2.2.9.6. CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA

Em razão das diferenças altimétricas e do sistema de vales é possível inferir a existência de microclimas bastante diferencial dos no município. Com efeito, a simples diferença da insolação (kcal/cm/ano) e da umidade permite esta inferência, o que se traduz pelos diferentes ambientes ecológicos.

As áreas aplainadas do planalto têm temperaturas médias mais baixas e umidade também menor, em relação aos vales, onde a umidade é intensa, por efeito das inversões térmicas, visíveis pela formação de neblina - cerração - e que apresentam temperaturas mais elevadas, o que explica os nichos florestais nessas áreas festonadas e profundamente erodidas no município. O município se enquadra na classificação “Subtropical” CFA (Koppen).

2.2.10. RESÍDUOS SÓLIDOS

Passo Fundo possui um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os anos de 2016/2026, instituído pela Lei n° 5.286, de 26 de outubro de 2017, sendo um instrumento de gestão a curto, médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas públicas para o manejo dos resíduos sólidos.

O PMGIRS é um dos instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos compreendendo a articulação e coordenação de recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a execução de serviços de manejo dos resíduos sólidos. A coordenação do Plano fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

2.2.10.1. DOMICILIAR

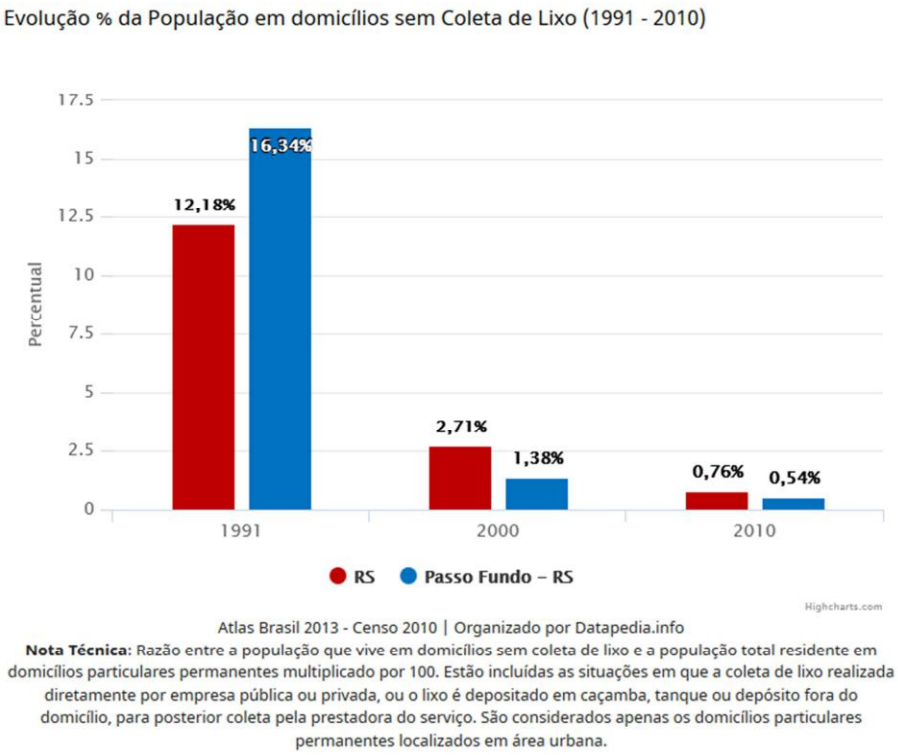
De acordo com o Plano Municipal De Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a empresa CODEPAS é a responsável pela prestação de serviços de recebimento, triagem, classificação e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

Os resíduos sólidos domiciliares coletados são transportados até a Usina de São João da Bela Vista, a qual possui a licença de operação para Classificação/Seleção de resíduos sólidos urbanos nº 64/2012, e Licenciamento para Transbordo licenciada. Após serem depositados na usina, os mesmos passam pela triagem, a qual é realizada pela RECIBELA. O rejeito da triagem é levado para o aterro sanitário de Victor Graeff, e o transporte é realizado pela empresa CODEPAS. Em média, são destinadas 4.000 toneladas/mês.

No aterro sanitário está em andamento um projeto de arborização e cobertura vegetal com a finalidade de minimizar os impactos visuais negativos ao público externo e também otimizar a dispersão vertical do biogás e odores. As árvores e arbustos escolhidos preferencialmente são as espécies nativas da região. De acordo com as normas técnicas, o Aterro Sanitário Municipal possui licenciamento ambiental da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM para recuperação de área degradada e não está mais sendo utilizado como local para disposição desde 2011.

A coleta seletiva do lixo no meio rural atinge aproximadamente 70% das comunidades e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente está trabalhando para que possamos atingir os 100% conforme metas do PGIRS.

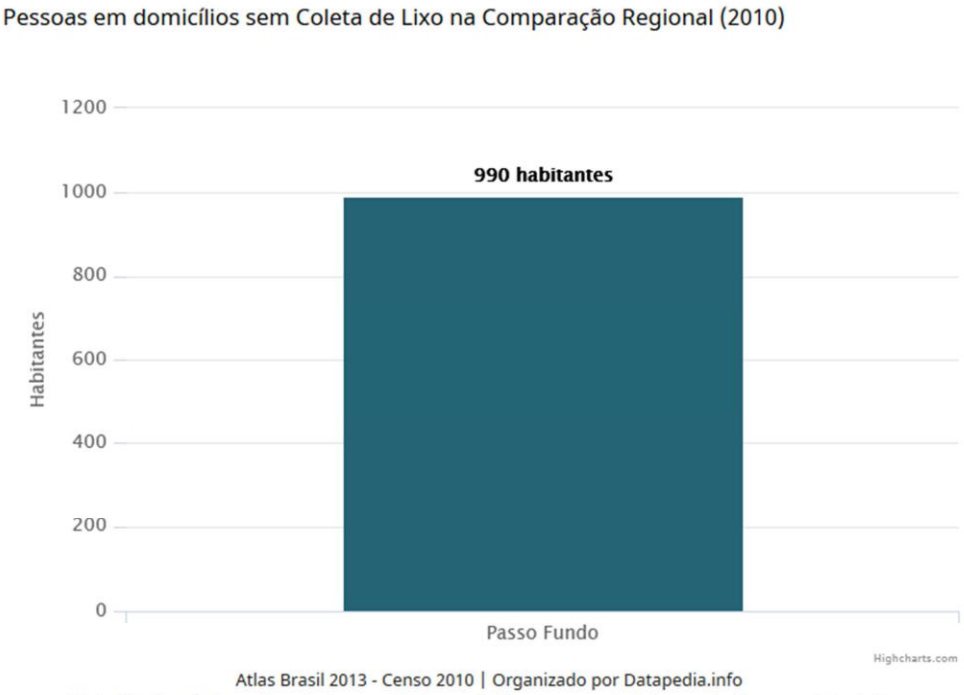
O lixo orgânico é aproveitado em hortas ou na alimentação de animais, e o lixo inorgânico é recolhido por caminhões da CODEPAS. Cada comunidade tem pontos de recolhimento definidos a fim de que todos os moradores possam ser atendidos pelo serviço. Neste programa estão sendo atendidas as comunidades rurais de São Valentim, Vila Rosso, São José, Sede Independência, Bela Vista, Bom Recreio, Pulador, São Roque, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora da Paz, Santo Antônio do Capinzal, Linha Colussi, Santa Gema, São Brás, Capão Bonito e Capinguí. As figuras 2.2.22 e 2.2.23 demonstram a evolução da população sem coleta de lixo.



Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.

Figura 2.2.22. evolução da população sem coleta de lixo2



Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Elaboração própria a partir da população e o percentual de população sem coleta de lixo.

Figura 2.2.23. Gráfico domicílios sem coleta de lixo comparação regional

2.2.10.2. DE SAÚDE

O número de estabelecimentos geradores de resíduos de saúde cadastrados na cidade saltou de 135 para cerca de 600 e atualmente a coleta é realizada por empresas privadas, ficando a cargo do gerador a contratação de transporte e destino final para empresas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.

2.2.10.3. DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A situação dos resíduos da construção civil, composto por materiais de demolição, restos de obras, solos de escavações diversas, etc. encontra-se em estudo, devido aos constantes conflitos ambientais causados por deposições irregulares em terrenos baldios e vias públicas. Embora tenham tido efeitos positivos as ações da secretaria, a questão continua em discussão. Houve entendimento entre a Prefeitura, as empresas de teleentulho e a Promotoria onde se definiu locais para a destinação do entulho ficando acertado, porém, que as empresas deverão providenciar um local adequado, conforme a legislação, para o depósito desses resíduos.

No município há uma Central de Triagem com Aterro de Resíduos Sólidos da Construção Civil, de propriedade privada, licenciada pelo município.

2.2.10.4. AGRÍCOLAS

Para a gestão adequada das embalagens de agroquímicos, Passo Fundo, de forma pioneira, viabilizou o CINBALAGENS, concretizado em 1996 através de convênio entre a Secretaria da Agricultura do Estado, a Emater; a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a Fundação de Amparo a Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) e a Prefeitura Municipal com vistas a instalação de um Projeto Piloto para recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos (tríplice lavagem).

Nos anos de 1997 e 1998 sob a coordenação da Secretaria da Agricultura do Município e pela ANDEF foram efetuadas as obras da Central de Recebimento de. Embalagens de Passo Fundo, inaugurada em setembro de1998 entrando em operação no mês de fevereiro de 1999. Em atenção ao pedido de diversas prefeituras foi criado um Consórcio Intermunicipal, visando oportunizar que agricultores de outros municípios pudessem devolver suas embalagens.

Atualmente, a empresa responsável pelo recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos é a ARIA (Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas), operando no mesmo endereço da antiga Cinbalagens.

2.2.10.5. INDUSTRIAIS

Os resíduos industriais gerados pelas indústrias locais são bastante variados, sendo representados por cinzas, lodos, óleos, resíduos alcalinos, metais, escórias, vidros, cerâmicas e etc, devendo ser atacado com maior afinco através de ações da administração municipal a médio e longo prazo. A cidade conta apenas com um aterro industrial de propriedade da Empresa Semeato, para Resíduos Sólidos Classe II o qual foi encerrado em dezembro de 2008, estando em fase de monitoramento junto ao órgão ambiental estadual, FEPAM.

A coleta é realizada por empresas privadas, ficando a cargo do gerador a contratação de transporte e destino final para empresas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.

2.2.10.6. COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA E GERAÇÃO

O município de Passo Fundo não dispõe de dados oficiais sobre a composição gravimétrica dos resíduos sólidos domiciliares. Porém, de acordo com pesquisa realizada por Mattei e Escosteguy (2007) sobre o município, na área do aterro controlado São João da Bela Vista, foi obtida a composição gravimétrica dos resíduos sólidos, a qual é apresentada na Figura 2.2.24.

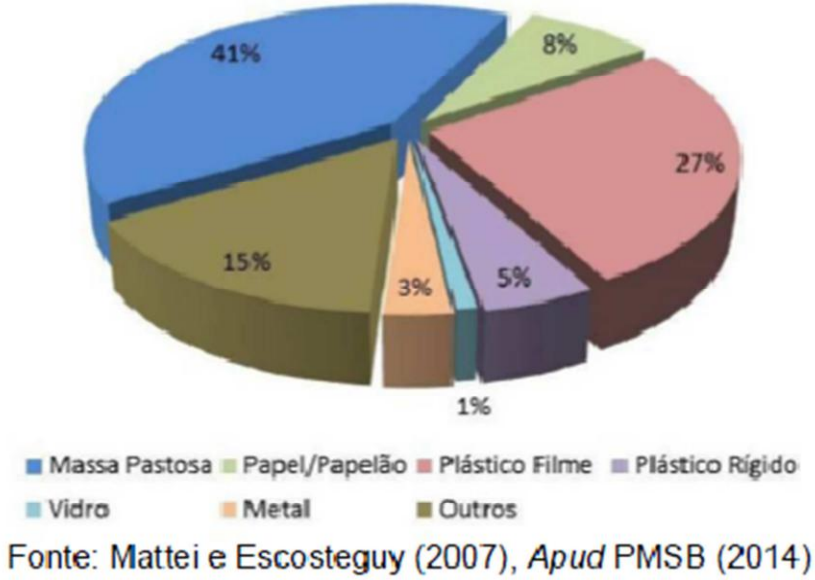


Figura 2.2.24. Gráfico composição gravimétrica

A taxa de geração per capita de resíduo refere-se à produção diária por pessoa de determinada região. Em Passo Fundo, a taxa relativa à produção per capita de resíduos sólidos domiciliares foi determinada utilizando-se o critério de cálculo simples, o qual consiste em dividir a quantidade produzida pela população residente no município.

De acordo com Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Passo Fundo, a média mensal de setembro de 2010 a dezembro de 2012 produzida foi de 3.623.045,861 kg/mês. Os meses com a maior geração de resíduos foram dezembro e janeiro, e março o mês de menor geração.

2.2.11. RUÍDOS URBANOS

Estudos já realizados junto ao órgão fiscalizador do Município, identificaram algumas áreas críticas na região central da cidade no que se refere à poluição sonora, principalmente em locais como bares, clubes, boates, postos de combustíveis com lojas de conveniências, pontos de manejo de carga e descarga, tele-entregas, veículos de propaganda de rua e até mesmo o disparo de foguetes em horários inadequados.

Essas fontes de ruído causam problemas específicos principalmente em função de sons excessivos nos estabelecimentos, aglomerações, algazarras nas ruas e perturbações na faixa de horário compreendida entre 0:00 horas e 6:00 horas, com gritarias, buzinas, sons elevados em automóveis entre outros tipos de ruídos.

Entre outras fontes de ruído urbano podemos citar o trânsito intenso de veículos, principalmente nas adjacências das principais vias de circulação da cidade, estando estes, porém, ainda dentro de padrões aceitáveis e de acordo com a legislação vigente conforme amostragem realizada, ocorrendo, isto sim,

alguns “picos” nos valores medidos em função dos horários coincidentes com a hora do “rush” ou devido à passagem de veículos desregulados.

Para fins de fiscalização, o município se utiliza da Lei Municipal n° 2427/1988, que dispõe sobre ruídos ou sons excessivos ou incômodos, a qual estipula como níveis máximos de intensidade do som, ruído ou nível de pressão sonora, conforme tabela 2.2.3.

Tipos de Áreas	Diurno	Noturno
Áreas de sítios e fazendas	45	40
Áreas de preservação ambiental	50	40
Vizinhanças de hospitais	50	45
Áreas residenciais	60	55
Áreas adensáveis	70	60
Áreas de recreação e turismo	75	60
Áreas de produção urbana	85	65

Tabela 2.2.3: Pressão sonora permitida por tipo de área

**Excetua-se da Tabela 2.2.3 os níveis de pressão sonora produzidos por templos religiosos, cujo nível máximo fica definido, no período diurno, em 70 dB(A). (Redação acrescida pela Lei nº 4763/2011);

Para efeitos desta Lei considera-se: período diurno das 7 horas às 22 horas, e, noturno das 22 horas às 7 horas. Em caso de horário de verão, considerar-se-á período diurno das 7 horas às 23 horas, e, noturno das 23 horas às 7 horas.

Com base nos estudos, análises de documentações e revisão bibliográfica, confirma-se que a cidade tem problemas da poluição sonora, sendo este mais acentuado na região central em virtude da grande concentração de estabelecimentos comerciais. Aliados a esses fatores, a dificuldade de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, a comunidade através da Associação dos Amigos do Centro (AMAC), criou o Programa de Silêncio Urbano (PSIU), no qual há um crescente engajamento das demais entidades civis, como também dos órgãos públicos.

2.3. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

2.3.1. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO URBANO EM PASSO FUNDO

A ocupação urbana na cidade de Passo Fundo esteve legalmente pautada por diversos Planos, Códigos e Legislações que influenciaram diretamente em sua paisagem urbana. Apesar da existência desses instrumentos, a implantação prática por vezes não ocorre plenamente tal qual previsto nos marcos regulatórios.

Em Passo Fundo/RS este aspecto pode ser evidenciado pela própria imagem da cidade que traduz em sua morfologia as alterações incidentes em seu modelo espacial resultantes de cada momento em que se repensou a legislação urbana. O município, que já está em seu terceiro Plano Diretor, teve seu primeiro Plano Diretor elaborado em 1953 que foi transformado em lei em 1957. O segundo Plano Diretor foi elaborado em 1979 e aprovado apenas em 1984. O terceiro Plano, aprovado em 2006, encontra-se atualmente em vigor. A figura 2.3.1 demonstra a evolução dos marcos urbanísticos no município de Passo Fundo/RS.

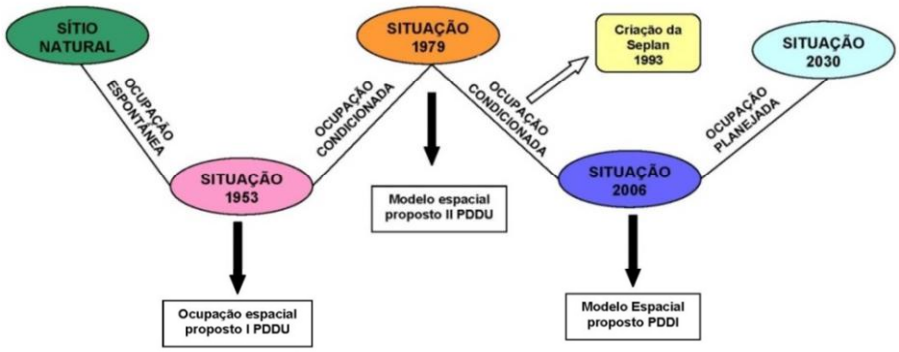


Figura 2.3.1: Evolução dos marcos legais urbanos no município de Passo Fundo /RS.

Ainda no final do século XIX, a questão sanitarista se tornou prioridade em função de epidemias que atingiram muitas cidades brasileiras. Assim, o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito fez vários planos de saneamento pelo Brasil, inclusive em Passo Fundo em 1919. A figura 2.3.2 demonstra o mapa Plano Sanitarista.

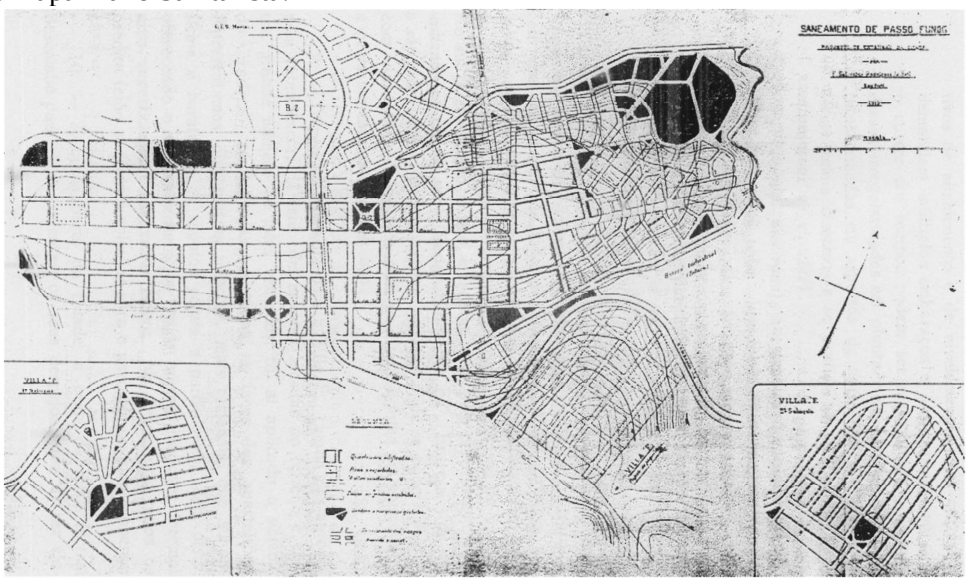


Figura 2.3.2: Mapa do Plano Sanitarista.
Fonte: Arquitetura e Urbanismo em debate, 2005.

Esse plano tinha como objetivo principal o saneamento da cidade através do lançamento da infraestrutura sanitária e estação de tratamento, abastecimento de água, embelezamento e expansão da cidade (GOSCH; 2005, p.78).

Inicia, assim, o processo de planejamento urbano em Passo Fundo, bem como a expansão da área urbanizada para o entorno da estação férrea e das periferias.

O primeiro Plano Diretor de Passo Fundo foi aprovado em 1953, mas somente em 1957 foi sancionado através da Lei nº 744/1957. Esse plano definia os usos possíveis em cinco diferentes zoneamentos, sendo: uma zona central que permitia todas as atividades menos as industriais, uma zona residencial onde se permitia a construção de edificações para habitação e atividades afins, uma zona comercial que compreendia as vias definidas para exercer a função comercial para atender as zonas residenciais, uma zona que permitia os usos da zona central e alguns depósitos, atacados, oficinas e pequenas indústrias e uma zona destinada às atividades industriais ao longo da linha férrea onde não se permitia residências. A figura 2.3.3 ilustra o mapa do Plano de 1953.

Figura 2.3.3: Mapa do Plano Diretor 1953.

Além de delimitar o zoneamento, o plano estabelecia alguns índices para a ocupação do solo, definindo altura máxima das edificações e a taxa de ocupação de cada zona. Outra definição importante era relativa ao parcelamento do solo sendo estabelecida porcentagem mínima de área verde e as dimensões dos quarteirões e o tamanho do lote mínimo.

Esse Plano Diretor também definiu a localização e o projeto para a implantação de diversos órgãos públicos, tais como: o centro cívico, o estádio municipal, o mercado regional, etc. Também, distribuiu as áreas verdes dentro do traçado urbano, com a preocupação de promover a drenagem da região em áreas com terrenos úmidos, a criação de corredores verdes para compor os logradouros e ligar os espaços verdes e a valorização de prédios públicos instalados nesses espaços.

Já o segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU foi elaborado em 1979, mas somente em 1984 foi sancionado através da Lei nº 2.133/1984. Esse plano tinha por objetivo conter a expansão da cidade para dentro das perimetrais, assim como promover a verticalização da área central, pois essa era área com maior disponibilidade de infraestrutura como calçamento, iluminação pública, abastecimento de água, entre outros. A figura 2.3.4 ilustra o mapa do Plano de 1979.

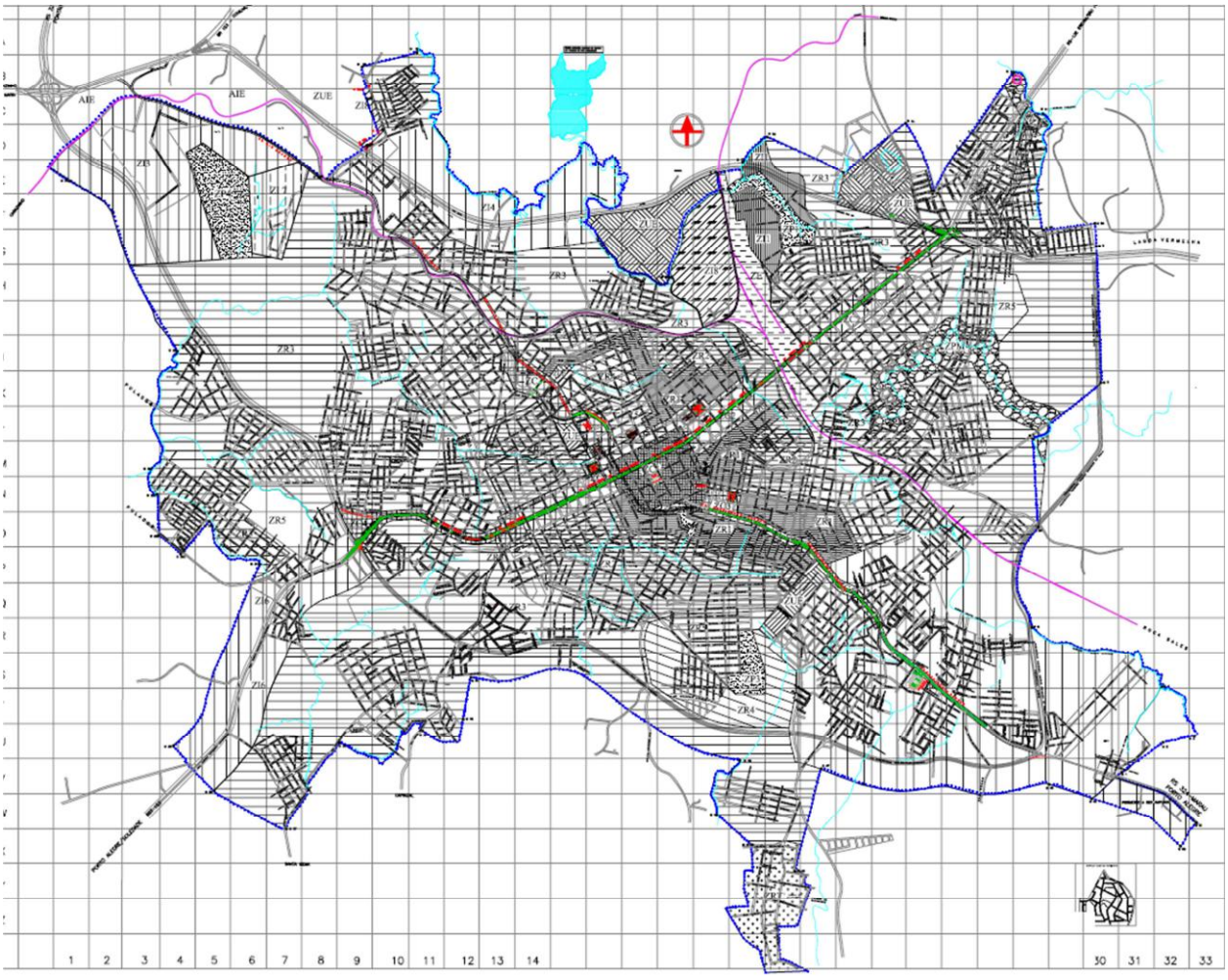


Figura 2.3.4: Mapa de Zoneamento PDDU

O Plano de Desenvolvimento Urbano teve como um dos seus importantes méritos, a definição do perímetro urbano. Com isso a cidade cresceu de modo mais ordenado forçando a ocupação dos espaços vazios. No entanto, impôs um modelo físico de ocupação do espaço urbano concentrador, com um índice construtivo elevado na zona central da cidade.

Em novembro de 1993 foi criada a Secretaria de Planejamento através da Lei nº 2.910/ 1993, para coordenar os estudos e elaborar os planos e projetos relativos ao planejamento de desenvolvimento municipal.

No contexto nacional, relativo à Política de Ordenamento Territorial, depois de onze anos de negociações e adiamentos, o Congresso Federal aprovou o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988. A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001, vem ressaltar a importância do estabelecimento de políticas e ações de governo com o objetivo de auxiliar na gestão democrática da cidade, através de diretrizes gerais, instrumentos de controle e mecanismos de ordenamento territorial, que enfatizam o cumprimento das funções sociais.

De acordo com o artigo 182 da Constituição Federal, o Plano Diretor é um instrumento fundamental para o processo de planejamento municipal, devendo consubstanciar diretrizes e metas para o desenvolvimento

econômico e ordenamento territorial das cidades. Tal configuração faz da Lei do Plano Diretor o mais importante instrumento de organização do desenvolvimento do município, consoante a ótica de que as políticas públicas devem ser integradas.

2.3.1.1. MODELO ESPACIAL DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

No período das gestões administrativas de 1999 a 2005, várias audiências públicas e seminários foram realizadas em diversos bairros, com o intuito de definir as potencialidades e deficiências do município. Todo este acúmulo de interações sociais e informações foram considerados no processo de elaboração do PDDI.

O processo de discussão que se estendia desde 1999, foi então compilado e formatado em uma proposta de lei, que foi enviada a Câmara Municipal de Vereadores, sendo aprovada a Lei que instituiu o novo Plano do município em 09 de outubro de 2006.

Em 2006, foi aprovada pela Câmara Municipal a Lei Complementar n° 170/2006, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo/ RS – PDDI. Esta lei veio substituir o plano anterior aprovado em 1984, cuja revisão tardava 22 anos. A sua previsão remonta a 1990, na elaboração da Lei Orgânica Municipal, que estabelece em seu inciso XII do artigo 10, a necessidade de elaborar e atualizar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que contemple o ordenamento do território tanto urbano quanto rural.

O PDDI é estruturado em seis blocos:

> Título I - Princípios e objetivos gerais, reafirmando as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade e adequando-as à realidade da cidade;
>
> Título II - Enfoque no planejamento do desenvolvimento municipal, especialmente o desenvolvimento econômico, qualificação ambiental, infra-estrutura, mobilidade, habitação e os demais direitos fundamentais;
>
> Título III – Estruturação das macrozonas;
>
> Título IV - Instrumentos de controle e de indução ao desenvolvimento urbano;
>
> Título V - Gestão democrática do Município;
>
> Título VI - Disposições finais e transitórias apontam o prazo máximo para a elaboração da lei de parcelamento do solo urbano, o IPTU progressivo, a outorga e a transferência do direito de construir.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) estabeleceu uma série de diretrizes para o desenvolvimento do Município de Passo Fundo. Várias dessas diretrizes definem políticas relacionadas ao planejamento do território municipal.

O plano que estabelece em seus objetivos a redução da desigualdade social e expansão da cidadania tem como princípios norteadores, a função social, a cidade sustentável, o planejamento participativo e a efetivação dos direitos fundamentais.

No seu Título I - Dos Princípios e objetivos gerais - estão estabelecidas os princípios norteadores do desenvolvimento e dos objetivos gerais do plano.

No Título II - Do Desenvolvimento Municipal – trata do sistema produtivo local estabelecendo objetivos e medidas para setores produtivos específicos e também são estabelecidos objetivos gerais sobre a qualificação do ambiente, da preservação do patrimônio ambiental, paisagístico, histórico e cultural, mobilidade, infraestrutura, saneamento, habitação, habitação de interesse social, entre outros.

No seu Título III - Do Ordenamento Territorial, em seu Capítulo I - Do Macrozoneamento Municipal, do artigo 41 até o artigo 47 estão estabelecidas as delimitações do território municipal, que ficou dividido em macrozonas.

Já o Título IV prevê uma série de instrumentos de controle e de indução ao desenvolvimento urbano oriundos do estatuto da Cidade. O Título V trata a respeito da gestão democrática do município. O Título VI dispõe sobre os prazos e as disposições finais. As análises relativas a estes títulos da lei atual do Plano Diretor são detalhados no Capítulo 2, Leitura Técnica: avaliação temática integrada, no item 2.9 – Gestão, Participação e Controle Social.

O Plano prevê o macrozoneamento de todo o território do município, estabelecendo zonas que incluem a área rural. As Macrozonas são áreas homogêneas do Município, com características assemelhadas quanto ao sítio, a forma, a intensidade de ocupação e uso do solo e a produção econômica.

Atualmente o município está dividido em 05 (cinco) Macrozonas:

I - Macrozona Urbana;
II - Macrozona de Proteção aos Mananciais;
III - Macrozona de Produção Agropastoril;
IV - Macrozona de Produção Familiar;
V - Macrozona de Produção Mista.

A inclusão da área rural no processo de ordenamento territorial configura uma das inovações do PDDI, além de ser uma exigência legal do Estatuto da Cidade.

As Macrozona são ilustradas no mapa da figura 2.3.5 e descritas em seguida. O mapa de Macrozoneamento Municipal é definido pela LC n°170/06, mapa n° 01 anexo a lei e pode ser visualizado no mapa 2.3.1 do caderno de mapas.

Figura 2.3.5: Mapa do Macrozoneamento Municipal do PDDI.

Quanto ao regramento territorial da área rural de Passo Fundo são estabelecidas diretrizes gerais para o setor em conjunto com as demais políticas previstas para o município. Para as áreas rurais ficou definida uma classificação de usos que podem ser ali implantados (usos Conformes, Desconformes e Permissíveis), bem como uma previsão de elaboração de Planos Diretores para as sedes distritais.

O regramento da área urbana busca a multicentralidade, estabelecendo em áreas em que muitas atividades produtivas são permitidas, que vão desde um grande número de comércio e serviços, até as industriais mais leves, que convivem lado a lado com o uso residencial. Essa característica também é estimulada, pela definição de eixos distribuídos pela cidade, que tem como objetivo induzir e incentivar o desenvolvimento local e a autonomia dos bairros.

O PDDI foi concebido com forte enfoque ambiental, com a criação de zonas específicas de Interesse Ambiental, pautado pelos princípios do desenvolvimento sustentável, além da definição da taxa de permeabilidade, dos reservatórios de contenção e da redução dos índices urbanísticos.

Em relação à questão social, houve a delimitação de zonas específicas de Interesse Social, que visam através da reestruturação urbana, melhorar a qualidade de vida da população residente nessas áreas. A definição de Áreas de Uso e Ocupação Prioritárias (AUOP) possibilita a diminuição das desigualdades, uma vez que prevê a incidência de tributação progressiva em áreas identificadas como vazios urbanos.

A caracterização de cada Macrozona é apresentada a seguir.

2.3.1.1.1. MACROZONA DE PRODUÇÃO AGROPASTORIL

Localiza-se a Noroeste do Município, conforme pode ser observado na figura 2.3.6.

Figura 2.3.6: Mapa da Macrozona de Produção Agropastoril.

A Macrozona é cortada no sentido Noroeste – Sudeste pela rodovia RS-324 e no sentido Leste-Oeste pela rodovia BR-285.

O relevo desta Macrozona é similar ao da Macrozona de Proteção dos Mananciais, isto é, possui um relevo que apresenta de mediana a leve ondulação, com solo areno-argiloso, típico das regiões de campo, com propriedade de tamanho médio e grande. Suas atividades econômicas são: cultivo extensivo de grãos, com predominância do trigo, soja e milho, criação de gado leiteiro e de corte e reflorestamento.

Na Macrozona de Produção Agropastoril localiza-se a pista do Aero Clube de Passo Fundo. Como potencial turístico remete a acontecimentos históricos de relevância por ter sido palco da Batalha do Pulador, uma das maiores e mais sangrenta Revolução de 1893.

A Macrozona de Produção Agropastoril compreende os distritos Bela Vista e Pulador e parte da Bacia do Rio Passo Fundo.

2.3.1.1.1.1. DISTRITO BELA VISTA

Localizado ao Noroeste do Município, fazendo divisa com os Municípios de Carazinho, Pontão e Coxilha, com o Distrito de Pulador e com a Cidade de Passo Fundo, o Distrito de Bela Vista foi criado pela Lei n° 961, de 10 de Novembro de 1961.

A localidade de Bela Vista, sua sede, é o único aglomerado urbano situado no território distrital. Situa-se a 2,5 quilômetros da rodovia RS-324 e possui linha regular de ônibus intermunicipal ligando o distrito aos municípios de Passo Fundo, Pontão e Iraí.

Com uma área de 191,62km² e uma densidade bruta de 3,58 hab./km², seu relevo apresenta uma ondulação de leve a mediana, com solos areno-argilosos, típicos de regiões de campo, vide figura 2.3.7. Sua estrutura fundiária é composta por propriedades de tamanho médio e grande.

Figura 2.3.7: Distrito de Bela Vista.

Sua população estava distribuída nos anos de 1991, 2000 e 2010, conforme tabela 2.3.1. O Distrito de Bela Vista apresentou uma diminuição da população total e rural no período enquanto a população urbana permanece estável.

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	839	108	731
2000	811	106	705
2010	686	100	586

Tabela 2.3.1: Distribuição da População – Distrito Bela Vista (Em N° de Habitantes).
FONTE: IBGE

Suas principais atividades econômicas são:

- Cultivo extensivo de grãos, com predominância da soja, do milho e do trigo;
- Criação de gado leiteiro e de corte.

Como empreendimentos industriais e no setor de comércio e serviços, Bela Vista conta com:

- indústrias no ramo madeireiro, com serragem e beneficiamento das toras;
- ferraria;
- descascador de arroz;
- oficina mecânica para consertos de automóveis e máquinas agrícolas;
- abatedouro de bovinos, ovinos, suínos e aves;
- armazéns de secos e molhados.

Hidrograficamente suas bacias destinam suas águas para o Rio Uruguai, através do Rio Passo Fundo e de diversos afluentes.

Bela Vista conta com os serviços de ambulatório médico e escola de ensino fundamental, além de equipamentos de cultura e lazer como CTG (Centro de Tradições Gaúchas).

A figura 2.3.8 apresenta o sistema viário de Bela Vista.

Figura 2.3.8: Sistema Viário Distrito Bela Vista.

2.3.1.1.1.2. DISTRITO PULADOR

O Distrito de Pulador, localizado a Oeste do Município, faz divisa com os Municípios de Carazinho, Santo Antônio do Planalto e Ernestina, com os Distritos de Bela Vista e Bom Recreio, e com a cidade de Passo Fundo. Este distrito foi criado em 10 de Novembro de 1961 pela Lei n° 959. Seu único aglomerado urbano é sua sede, que leva seu nome.

Apresenta uma área de 82,98km² e uma densidade bruta de 4,47 hab./km², com relevo de leve a medianamente ondulado. Seus solos são areno-argilosos, formando campos, que se estendem em médias e grandes propriedades. A figura 2.3.9 apresenta o distrito de Pulador.

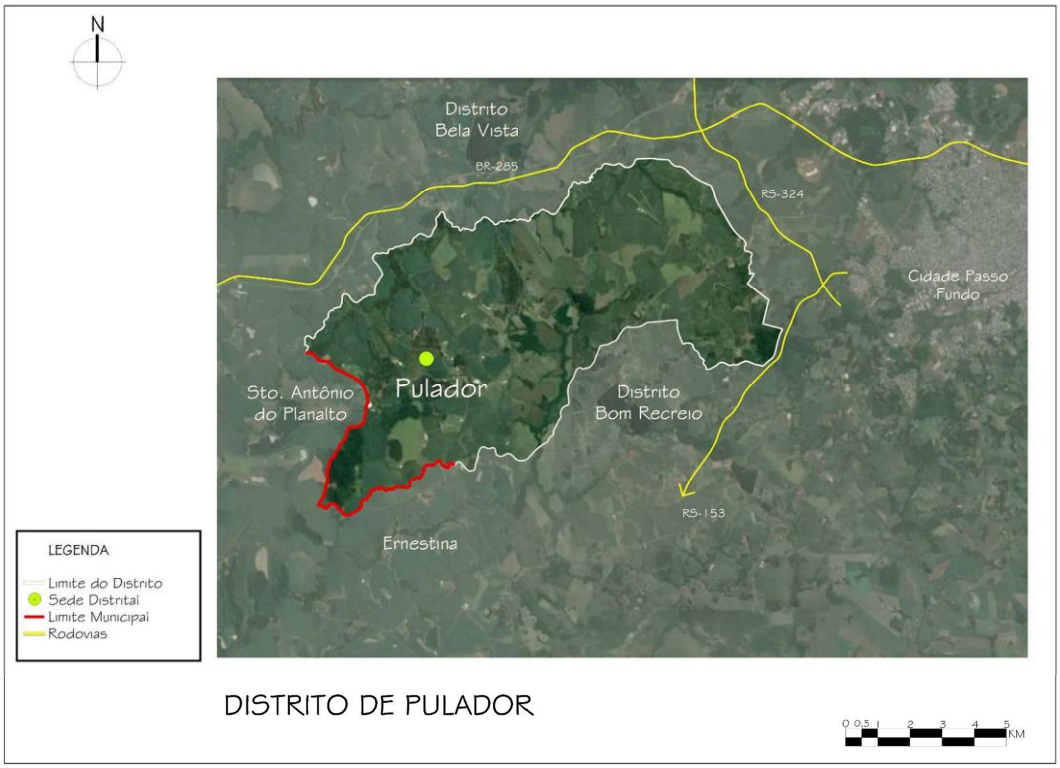


Figura 2.3.9: Distrito de Pulador.

Têm como principais atividades econômicas:

- cultivo extensivo de grãos, predominantemente, soja, milho, trigo e hortigranjeiro;
- criação de gado, suinocultura, avicultura, apicultura e piscicultura;
- reflorestamento.

Outra atividade econômica, ainda incipiente, é o turismo vinculado:

- a História, através dos Marcos da Batalha do Pulador, a mais sangrenta da revolução federalista de 1893;
- as atividades rurais, através da exploração das atividades do dia-a-dia de propriedades da região;
- Capela de São Miguel, histórica Igreja construída há mais de cem anos.

O primeiro aeroporto usado em Passo Fundo, fundado em 1940 fica localizado nas imediações, sendo o Aero Clube de Passo, hoje transformado em escola de aviação civil, onde são ministrados cursos de piloto de avião.

Hidrograficamente suas águas destinam-se para o Rio Uruguai, em uma bacia hidrográfica com área de 56,08 km², e para o Rio Jacuí, em uma bacia hidrográfica com área de 26,9 km².

Conforme a tabela 2.3.2, a população estava assim distribuída nos anos de 1991 e 2000. O Distrito de Pulador apresentou uma diminuição significativa da população total e rural no referido período, devido à criação do Município de Santo Antônio do Planalto e do desmembramento de parte de sua área para a criação do distrito de Bom Recreio. Sua a população urbana também decresceu embora não de forma tão acentuada.

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	1270	183	1087
2010	371	102	269

Tabela 2.3.2: Distribuição da população de Pulador (n° de habitantes).
FONTE: IBGE

Para o atendimento da saúde, Pulador conta com os serviços de ambulatório Municipal e é atendida pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Cláudio Manoel da Costa, fundada em 18 de dezembro de 1942.

O Distrito é cruzado por rede ferroviária, que tangencia sua sede. Se no passado, a presença da ferrovia impulsionou a economia local, hoje sua presença é apenas de um obstáculo físico, podendo, no entanto, potencialmente ser um instrumento de ativação econômica. A figura 2.3.10 apresenta o sistema viário de Pulador.

Figura 2.3.10: Sistema Viário Distrito de Pulador.

Possui 39,75 km de rodovias municipais não pavimentadas.

2.3.1.1.2. MACROZONA DE PRODUÇÃO AGROFAMILIAR

Esta Macrozona localiza-se ao Sul do Município, conforme pode ser observado na figura 2.3.11. É dividida pela RS-324.

Figura 2.3.11: Mapa da Macrozona de Produção Agrofamiliar.

Compreende os distritos de São Roque, Santo Antônio do Capinzal e de Sede Independência. Além das sedes desses dois distritos fazem parte ainda as localidades de Burro Preto, Três Capões, São Braz, Vila Colussi, São Valentim, São José, Vila Rosso e Nossa Senhora das Graças. É a macrozona com maior número de localidades rurais.

Apresenta relevo bem ondulado e algumas áreas com alto índice de cobertura vegetal nativa ou reflorestada. Sua economia é típica das áreas coloniais, com predominância de pequenas propriedades.

É uma região de empreendimentos rurais familiares, que desenvolvem atividades principalmente nos setores de avicultura, fruticultura, criação de gado leiteiro e produção de hortaliças. Esta produção é objeto de transformação em um conjunto de pequenas agroindústrias ali mesmo localizadas. Complementam a economia desta Macrozona as atividades de extração de pedras basálticas nas pedreiras locais.

Situam-se, ainda, nesta Macrozona, a Usina de Reciclagem de Lixo e a Central de Embalagens de Agrotóxicos, além de contar com o condomínio Morada Além do Horizonte.

Apresenta como potencial turístico atividades e sítios religiosos, atividades produtivas coloniais e culturais (etnia italiana).

2.3.1.1.2.1. DISTRITO DE SÃO ROQUE/SANTO ANTÔNIO DO CAPINZAL

O distrito de Santo Antônio do Capinzal foi criado em 30 de agosto de 2010, através da lei n°4.700. Seu território foi desmembrado totalmente do distrito de São Roque.

Quando da realização do Censo Demográfico de 2010 pelo IBGE, em consequência do fato de que na data de definição dos limites censitários Santo Antônio do Capinzal continuava a integrar o distrito de São Roque, os resultados censitários foram contabilizados com os dois distritos integrando uma mesma unidade. Desta forma não há como analisar-se os dados decorrentes de forma isolada. Desta forma optou-se para a realização da análise distrital elaborar-se parte considerando os dois distritos de uma forma conjunta e parte considerando cada um isoladamente.

Com área conjunta de 141,32 km² e uma densidade bruta de 15,39 hab./km², seu relevo varia do acidentado ao suavemente ondulado. Suas águas destinam-se, em sua totalidade, a bacia do Rio Jacuí. Segundo o Censo Demográfico de 2010, São Roque/Santo Antônio do Capinzal possuía uma população total de 2.176 habitantes, uma população rural de 2150 indivíduos e existiam 26 moradores na área urbana da sede distrital.

O seu relevo é ondulado, acentuando-se rumo sul e leste, onde chega ser acidentado e surgem inúmeras aflorações rochosas, dando origem à exploração de pedreiras. Em outras áreas, com características argilosas, localizam-se olarias. Apresenta ainda um alto índice de cobertura vegetal nativa.

Sua principal atividade econômica, além das citadas anteriormente, são vinculadas aos empreendimentos familiares, característicos de pequenas propriedades:

- milho, soja, trigo, cevada e feijão;
- pequenas agroindústrias,
- bacia leiteira, aviários e suíno cultura,
- pedreiras, olarias
- fruticultura e hortigranjeiros.

Na área de São Roque/Santo Antônio do Capinzal estão localizados os principais pontos turísticos do município, como o Parque da Roselândia com as sedes campestres do Clube Juvenil, Clube Industrial, da Roselândia e o Parque de Rodeios. O rio Jacuí também oferece grandes atrativos, com suas quedas d'água e o Balneário Soldá, localizado em São Brás além de trilhas ecológicas. A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes na localidade de São Valentim, recebe centenas de romeiros todos os anos.

Para o atendimento da saúde, São Roque/Santo Antônio do Capinzal conta com os serviços de Ambulatório Municipal e é atendida por escolas de ensino fundamental.

2.3.1.1.2.2. DISTRITO SÃO ROQUE

O Distrito de São Roque é localizado ao Sul do Município de Passo Fundo e é limitado pelo Município de Marau, pelos Distritos de Santo Antônio do Capinzal e Sede Independência e com a Cidade de Passo Fundo. Foi criado em 10 de Novembro de 1961, através da lei n° 958, vide figura 2.3.12.

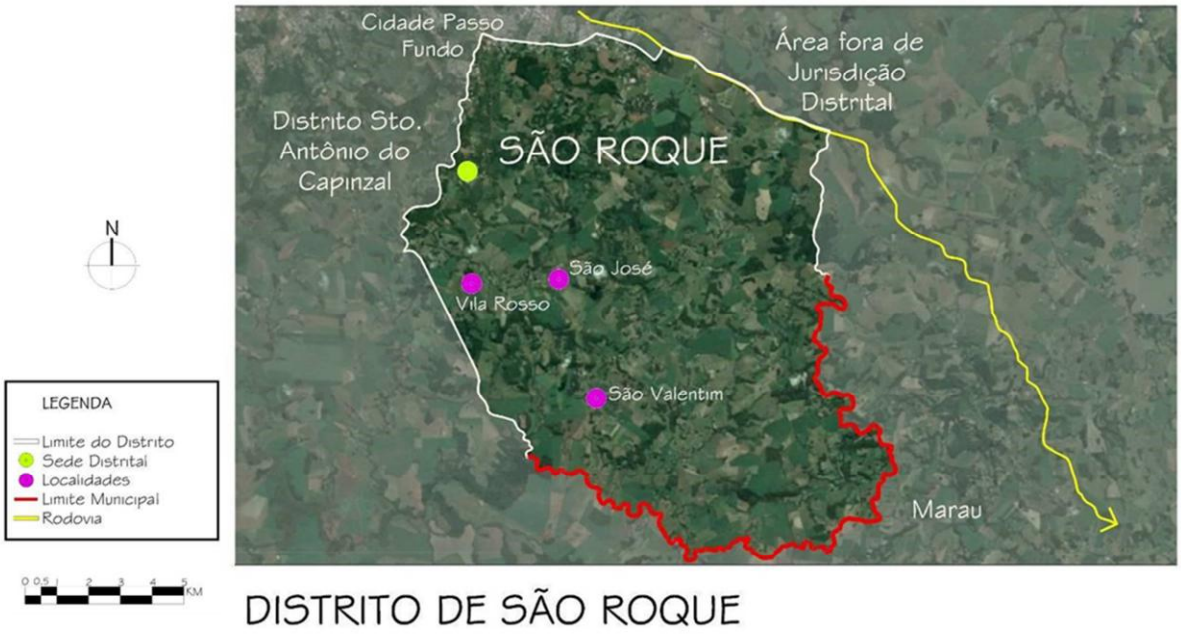


Figura 2.3.12: Distrito de São Roque.

É o Distrito com maior número de aglomerados urbanos. Além de sua sede, São Roque, situada junto a área urbana da cidade, localizam-se neste distrito as localidades de Vila Rosso, São José, São Valentim, Vila Colussi e São Braz.

É tangenciado, ao Norte, pela RS 324, que liga Passo Fundo à região Colonial do Estado e a Porto Alegre. As demais vias não pavimentadas são municipais, com uma extensão de 48,55 km, conforme figura 2.3.13.

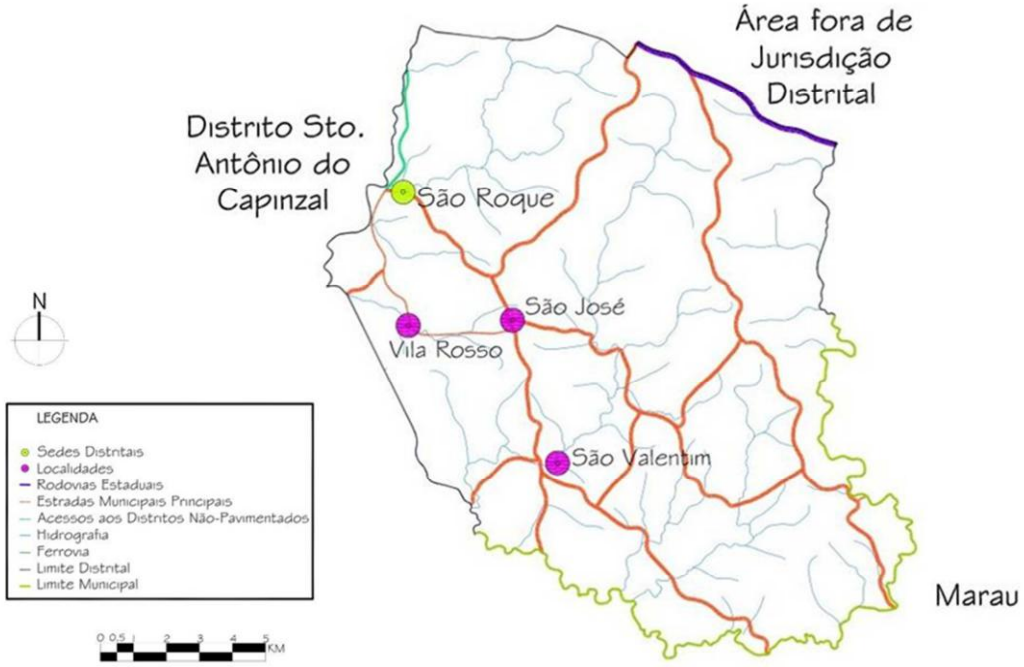


Figura 2.3.13: Sistema Viário Distrito São Roque.

2.3.1.1.2.3. DISTRITO SANTO ANTÔNIO DO CAPINZAL

É localizado ao Sul do Município de Passo Fundo e é limitado pelo Município de Marau, pelos Distritos de Bom Recreio e São Roque e com a Cidade de Passo Fundo, conforme figura 2.3.14. Além de sua sede, localizam-se neste distrito as localidades de Nossa Senhora da paz, São Pedrinho, Capinzal e Nossa Senhora das Graças.

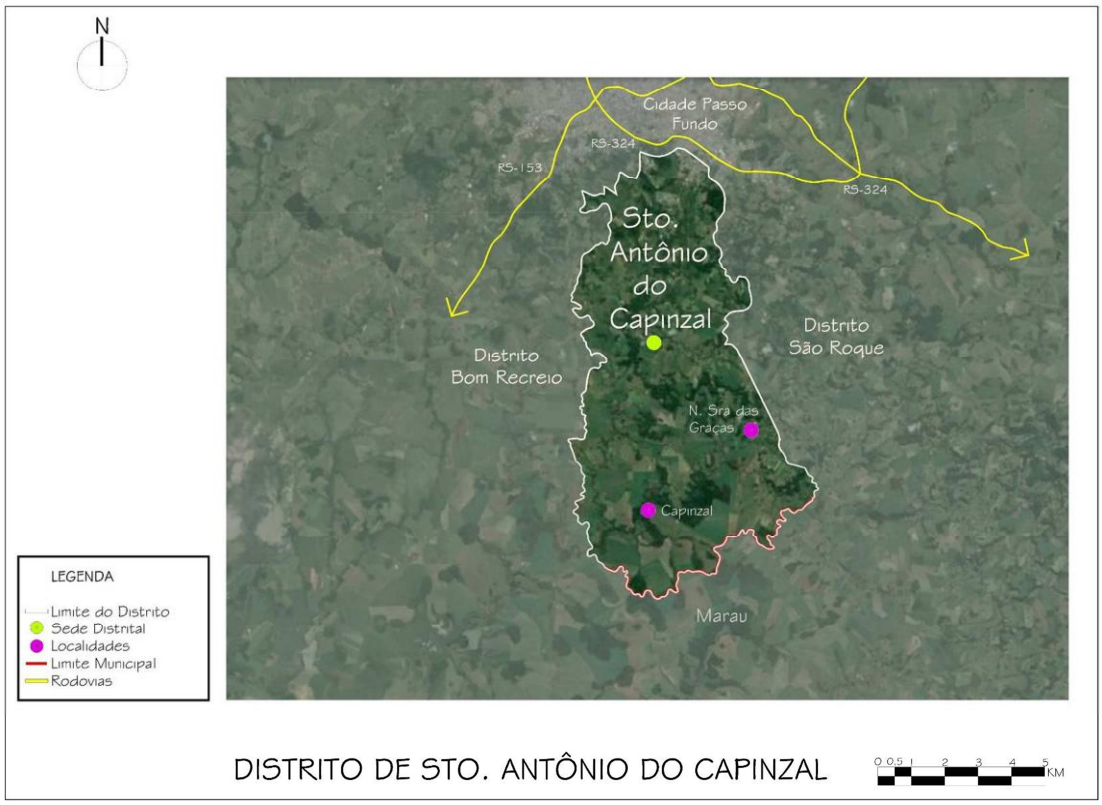


Figura 2.3.14: Distrito de Santo Antônio do Capinzal.

Santo Antônio do Capinzal é atendido por estradas municipais, todas não pavimentadas, com uma extensão de 35,57 km², conforme figura 2.3.15.

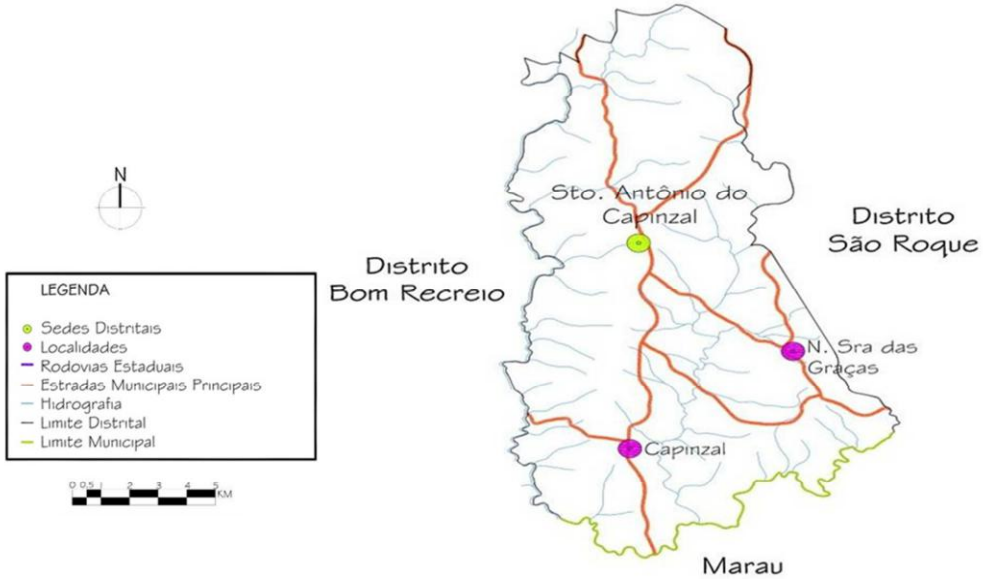


Figura 2.3.15: Sistema Viário Distrito Santo Antônio do Capinzal.

2.3.1.1.2.4. DISTRITO SEDE INDEPENDÊNCIA

O Distrito de Sede Independência, situado ao extremo Leste de Passo Fundo, possui limites com os Municípios de Marau, Mato Castelhano e o Distrito de São Roque. Foi criado em 24 de Dezembro de 1991, através da lei n° 2.733.

Possui, além da Sede do Distrito, duas localidades:

- Três Capões.
- Burro Preto.

Figura 2.3.16: Distrito de Sede Independência.

É cruzado no sentido Noroeste-Sudeste pela RS 324, única via asfaltada do Distrito. Como todos os demais distritos, suas vias rodoviárias municipais não são pavimentadas, com uma extensão de 12,54 km, conforme figura 2.3.17.

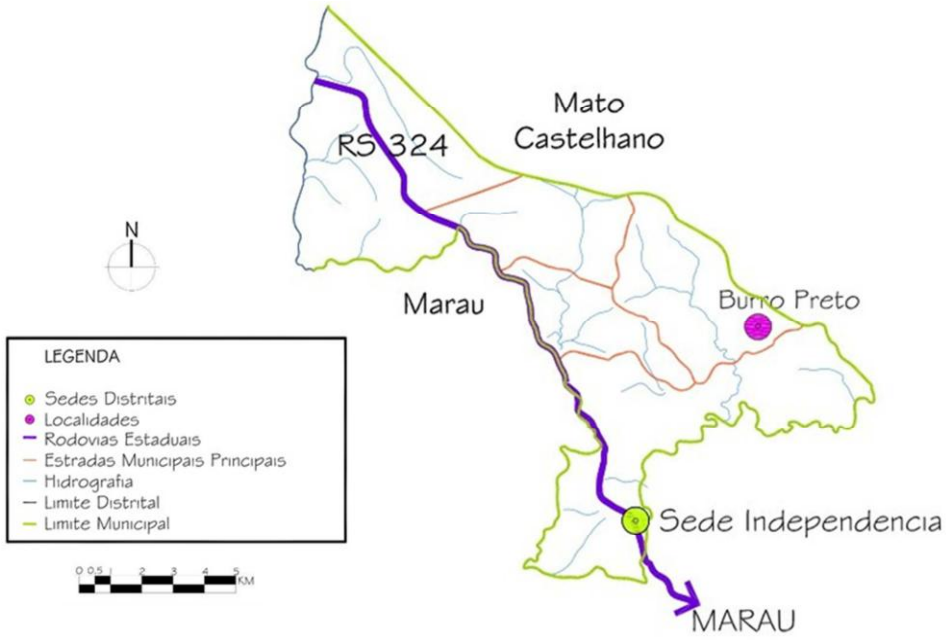


Figura 2.3.17: Sistema Viário Distrito Sede Independência

Segundo o Censo Demográfico de 2010, Sede Independência possuía uma população total de 387 habitantes, uma população rural de 272 indivíduos e existiam 115 moradores na área urbana da sede distrital.

Com área de 28,94 km² e uma densidade bruta 13,37 hab./km², tem sua sede na divisa com o Município de Marau.

Sua bacia hidrográfica é inteiramente pertencente ao Rio Jacuí, sendo este um dos seus limites. Outro limite é a rede ferroviária, que liga São Paulo a Porto Alegre.

As principais atividades econômicas do Distrito de Sede Independência são a produção de soja, milho, trigo, cevada e aveia. As criações de ovino e pecuária leiteira também têm destaque no distrito, que possui ainda unidade de recebimento e beneficiamento de leite.

O Distrito possui também mercado, além de bares, armazéns e salão comunitário. O artesanato é uma atividade comum no distrito.

Outra atividade econômica, ainda incipiente, é o turismo vinculado:

- a primeira hidroelétrica construída no município de Passo Fundo, cuja inauguração ocorreu no ano de 1912.
- o rio Taquari, com suas quedas d'água onde anualmente, no mês de fevereiro, ocorre a procissão flutuante de Nossa Senhora dos Navegantes.

Para o atendimento da saúde, Sede Independência conta com os serviços de ambulatório municipal. Além disso, é atendida pela Escola de Ensino Fundamental Valdemar Zanatta. No distrito funciona ainda um clube de mães, denominado "Amigas Buscando Amigas" e um grupo CATI.

2.3.1.1.3. MACROZONA DE PRODUÇÃO MISTA

A Macrozona de Produção Mista é uma região homogênea de transição entre a Macrozona Rural Agropastoril e a Macrozona Rural Agrofamiliar. Situada ao Sudoeste do Município, compreende o distrito de Bom Recreio.

Figura 2.3.18: Mapa da Macrozona de Produção Mista.

Seu relevo varia do acidentado ao suavemente ondulado. Sua produção agrícola mescla atividade de produção extensiva, como o cultivo de grão, com atividades típicas de pequenas propriedades agrofamiliares (culturas de subsistência): avicultura, suinocultura, produção de hortigranjeiros e criação de gado leiteiro. Além de pequenas agroindústrias localizam-se ali indústrias de maior porte, como o abatedouro de aves.

2.3.1.1.3.1. DISTRITO BOM RECREIO

Este Distrito localiza-se à Sudoeste do Município e faz limites com o Município de Ernestina, com os Distritos de Pulador, Santo Antônio do Capinzal e com a Cidade de Passo Fundo, vide figura 2.3.19.

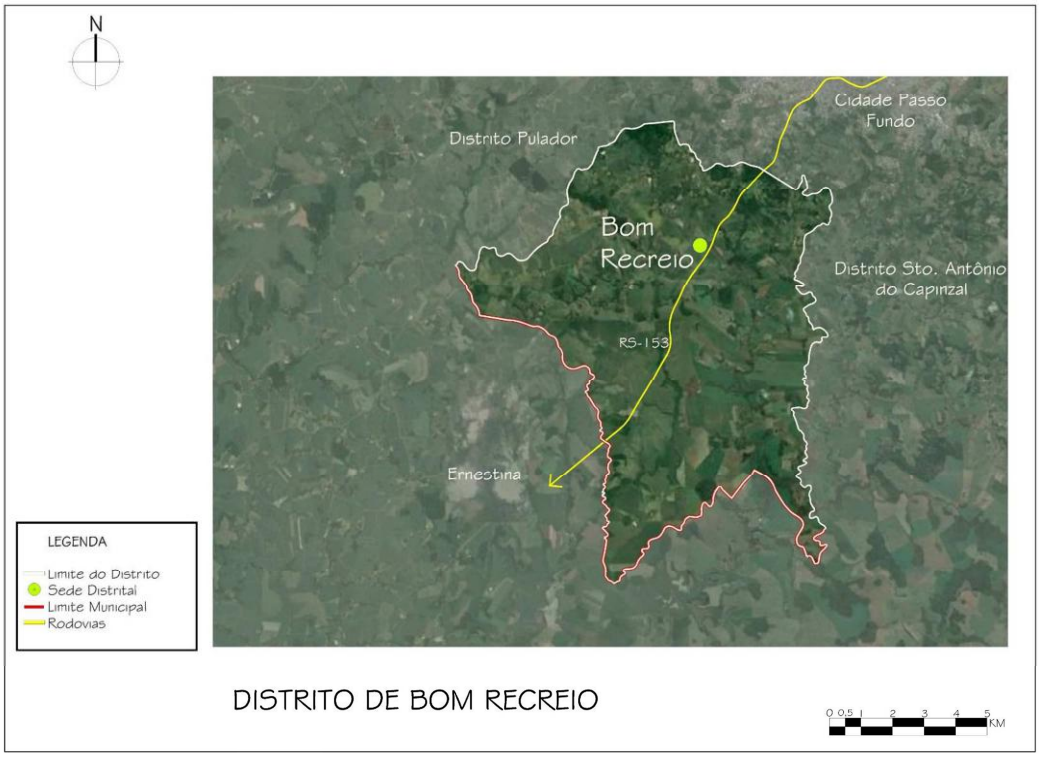


Figura 2.3.19: Distrito de Bom Recreio.

O Distrito de Bom Recreio foi criado pela Lei n° 2.861, em 30 de Abril de 1993. Além da sua sede (localidade de Bom Recreio), situam-se mais dois núcleos urbanizados, Santa Terezinha e Santa Gema.

Com área de 92 km² e uma densidade bruta de 9,15 hab./km², seu relevo varia do acidentado ao suavemente ondulado. Suas águas destinam-se, em sua totalidade, a bacia do Rio Jacuí.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, Bom Recreio possuía uma população total de 842 habitantes, uma população rural de 613 indivíduos e existiam 229 moradores na área urbana da sede distrital.

Sua produção agrícola mescla atividades de produção extensiva, como o cultivo de grãos, com atividades típicas de pequenas propriedades agrofamiliares (culturas de subsistência): avicultura, suinocultura, produção de hortigranjeiros e criação de gado leiteiro. Além de pequenas agroindústrias, localizam-se ali indústrias de maior porte, como Frigoríficos Minuano, Formigueri e Lago Pão, além dos matadouros Trevisan, Moura, Appio e Lonçarto.

O Distrito de Bom Recreio é cortado, no sentido Nordeste-Sudeste, pela Rodovia RS 153, asfaltada, que proveniente de vias que ligam com a região Sul e Sudeste do país, passando pela cidade de Passo Fundo, dirigem-se à Porto Alegre e aos portos de Estrela e Rio Grande. As demais vias não pavimentadas são municipais, com uma extensão de 31,47 km, conforme figura 2.3.20.

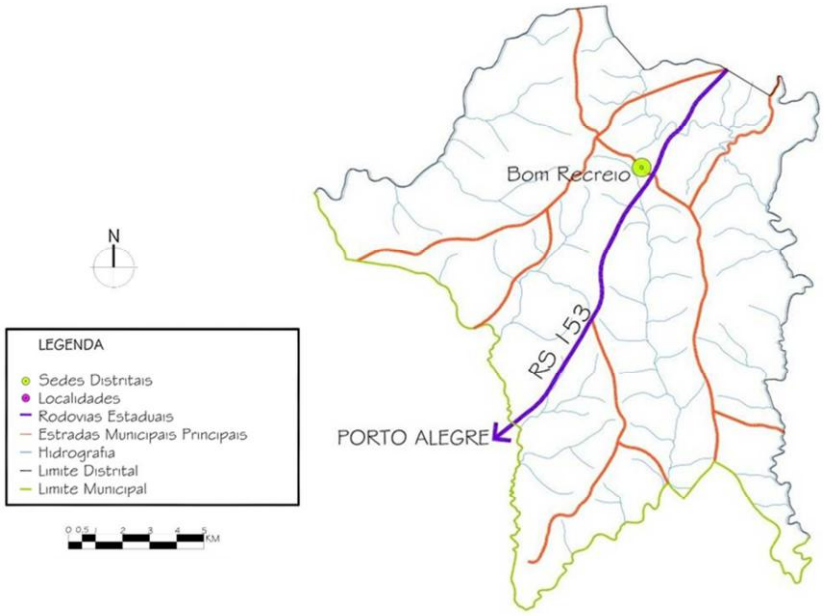


Figura 2.3.20: Sistema Viário Distrito Bom Recreio

As localidades de Bom Recreio situadas junto à RS 153, distante 5 km da área urbana de Passo Fundo, mantêm profunda relação com a cidade, funcionando, em alguns aspectos, com localidade-dormitório, pois, parte de sua população trabalha em indústrias e comércios próximos.

Para o atendimento da saúde, Bom Recreio conta com os serviços de ambulatório municipal e é atendida pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Leão Nunes da Costa.

2.3.1.1.4. MACROZONA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS

Localiza-se a Nordeste do Município, conforme pode ser observado na figura 2.3.21. É dividida pela RS-153 e BR-285.

Figura 2.3.21: Mapa da Macrozona de Proteção aos Mananciais.

É constituída pelas áreas rurais das bacias de captação da barragem do Arroio Miranda e do Rio Passo Fundo. Estes mananciais estão, em sua totalidade, localizados dentro do Município de Passo Fundo. Parte das margens do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda são cobertas por vegetação nativa**.**

A preservação do ambiente natural, condição fundamental para o desenvolvimento sustentável, pressupõe que o macrozoneamento tenha em sua base, em especial, a conservação e proteção dos mananciais hídricos.

Possui relevo pouco acidentado, formado por médias propriedades, com culturas extensivas de soja e trigo.

Considerando-se que Passo Fundo se localiza no divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Jacuí e do Rio Uruguai e que as nascentes aqui situadas abastecem não só esta cidade, mas parte significativa da população do Estado optou-se por considerar todo o Município como manancial de abastecimento d'água, com as consequentes implicações no planejamento de sua ocupação do solo.

Assim, não basta proteger as bacias do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda, é necessário uma política de preservação das águas do Município como um todo. A preservação das bacias hidrográficas que abastecem a cidade é a condição primeira para o estabelecimento da Macrozona de Produção dos Mananciais no PDDI. No entanto, a preservação dos demais mananciais é de responsabilidade da comunidade municipal e das outras esferas de poder (Federal e Estadual).

O abastecimento d'água da cidade de Passo Fundo é feito através da captação nos mananciais do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda.

A captação da água do Rio Passo Fundo é efetuada através de barragem da Fazenda da brigada Militar localizada junto à BR 285, na borda externa da Perimetral Leste. A captação no Arroio Miranda é feita através de barragem situada ao Norte da BR 285.

Para esta região do município está previsto um controle rigoroso da ocupação do solo, com restrição de parâmetros urbanísticos das atividades e usos, com o intuito de assegurar a preservação das áreas de abastecimento de água da cidade, tais como as Nascentes do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda, Barragem da Fazenda.

2.3.1.1.4.1. ÁREA FORA DE JURISDIÇÃO DISTRITAL

Com as emancipações dos Municípios de Coxilha e Mato Castelhano, uma extensa área com 156,98 km², situada ao Norte e ao Nordeste de Passo Fundo, resultaram, fora da esfera administrativa dos distritos existentes. Embora, alguns as considerem como pertencentes ao 1° Distrito, ou seja, ao distrito-sede da cidade de Passo Fundo, não se conhece documento oficial confirma que tal fato.

Não há nenhuma aglomeração urbana nestas áreas, mas ali se situam diversos usos não agrícolas ou não tipicamente de exploração agrícola:

- Universidade de Passo Fundo;
- Centro Nacional de Pesquisa do Trigo – EMBRAPA.
- Aeroporto Lauro Kortz;
- Parque de Exposições "Wolmar Salton";
- Fazenda da Brigada Militar;
- Barragens da Brigada e do Miranda.

Seu relevo é ondulado, formado por médias propriedades. O cultivo da soja, milho e trigo é extensivo. Parte das margens do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda são cobertas ainda por matas ciliares nativas.

Suas águas pertencem as bacias do Rio Passo Fundo e do Rio Jacuí.

A bacia do Rio Passo Fundo ali situada, pode ser subdividida em duas áreas:

- à montagem das barragens de captação d'água do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda,
- á jusante das mesmas barragens.

A figura 2.3.22 apresenta a ara fora da jurisdição distrital.

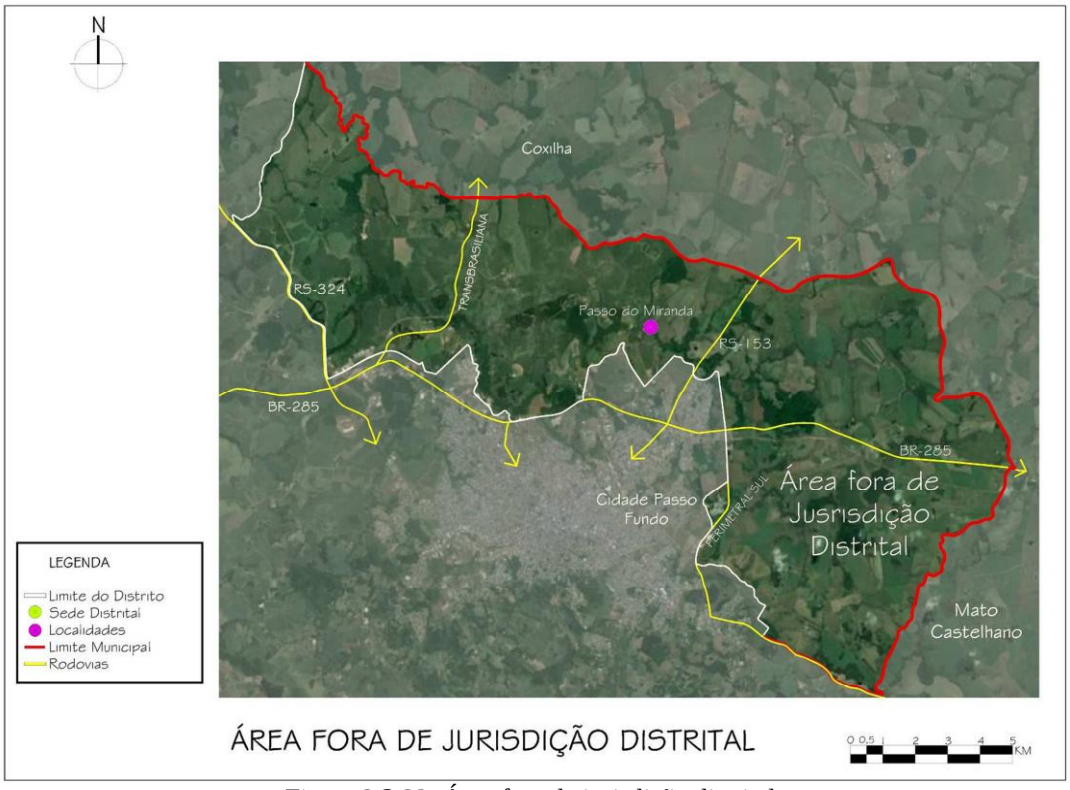


Figura 2.3.22: Área fora de jurisdição distrital.

Cruzam por estas áreas a BR-285 e a RS-153, ambas asfaltadas. As demais vias municipais ou federais, como a BR-153 (Transbrasiliana), não possuem pavimentação. As vias municipais tem uma extensão de 27,26 km, vide figura 2.3.23.

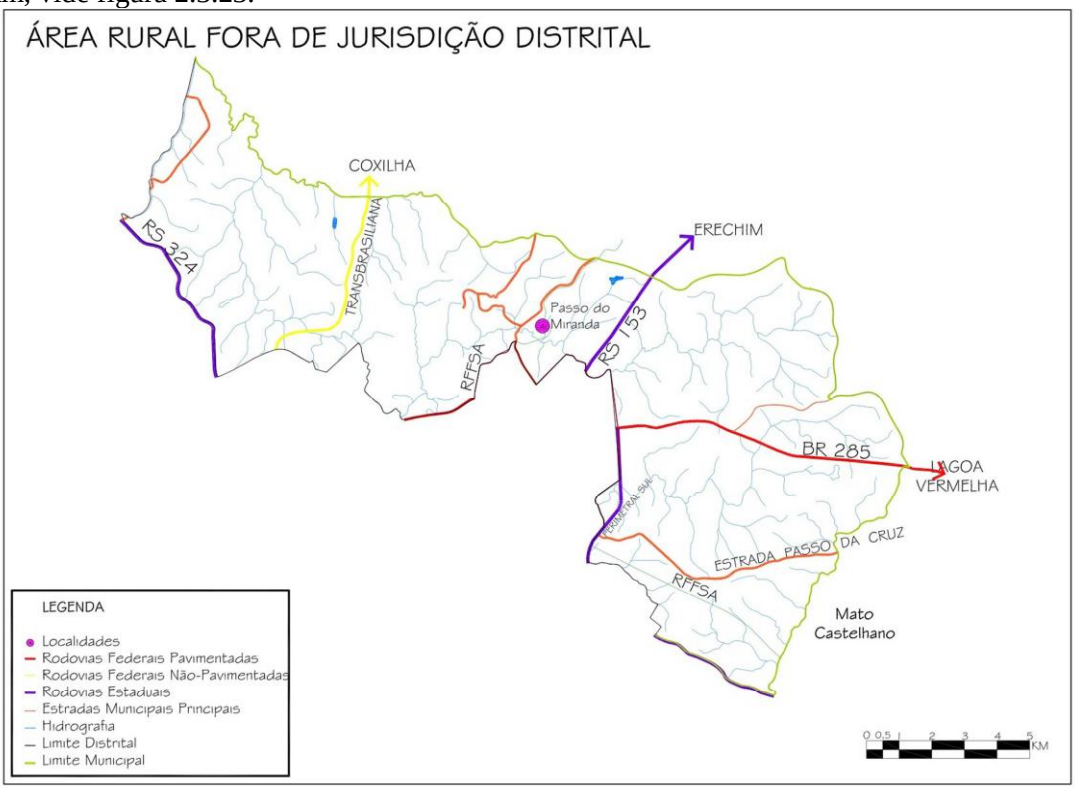


Figura 2.3.23: Sistema Viário Área fora de jurisdição distrital.

2.3.1.1.5. MACROZONA URBANA

Compreende o núcleo central da área do município, delimitada pelo perímetro urbano. É a cidade propriamente dita, prevalecendo nas características de uso e ocupação do solo, as funções urbanas.

Figura 2.3.24: Mapa da Macrozona Urbana.

É intensamente urbanizada e nela concentram-se 97% da população municipal.

A cidade apresenta um intenso processo de verticalização da área central, uma periferia imediata de intensa ocupação unifamiliar e áreas periféricas semi-ocupadas.

O centro verticalizado compreende usos comerciais, de serviços, habitacionais, indústrias de pequeno porte e serviços públicos. Sua infraestrutura básica e seus serviços são completos.

A periferia imediata, com praticamente toda a sua área loteada, caracteriza-se por intensa ocupação horizontal (unifamiliar), inicio de processo de verticalização em algumas regiões, comércio e serviços locais e indústrias de pequeno porte. Sua infraestrutura é semi-completa, com deficiência, principalmente, quanto ao esgoto sanitário.

As áreas periféricas mesclam espaços não ocupados, loteamentos com média ocupação, usos industriais, comerciais e serviços logísticos. Os loteamentos mais antigos possuem infraestrutura incompleta, não sendo atendidos, principalmente, por redes de esgotamento sanitário.

Ao nordeste da cidade, localizam-se o campus da Universidade de Passo Fundo, o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo da EMBRAPA, o Distrito Industrial da Invernadinha, o Parque Ecológico Arlindo Haas, áreas vinculadas ao transporte ferroviário e áreas não ocupadas.

Junto as perimetrais ou as margens das rodovias federais e estaduais que tangenciam a cidade ou a cruzam, situam-se atividades vinculadas ao setor logístico e ao atendimento ao agronegócio.

A figura 2.3.25 ilustra o mapa de zoneamento urbano do município. O mapa de Zoneamento Urbano é definido pela LC n°170/06, mapa n° 02 anexo a lei e pode ser visualizado no mapa 2.3.2 do caderno de mapas.

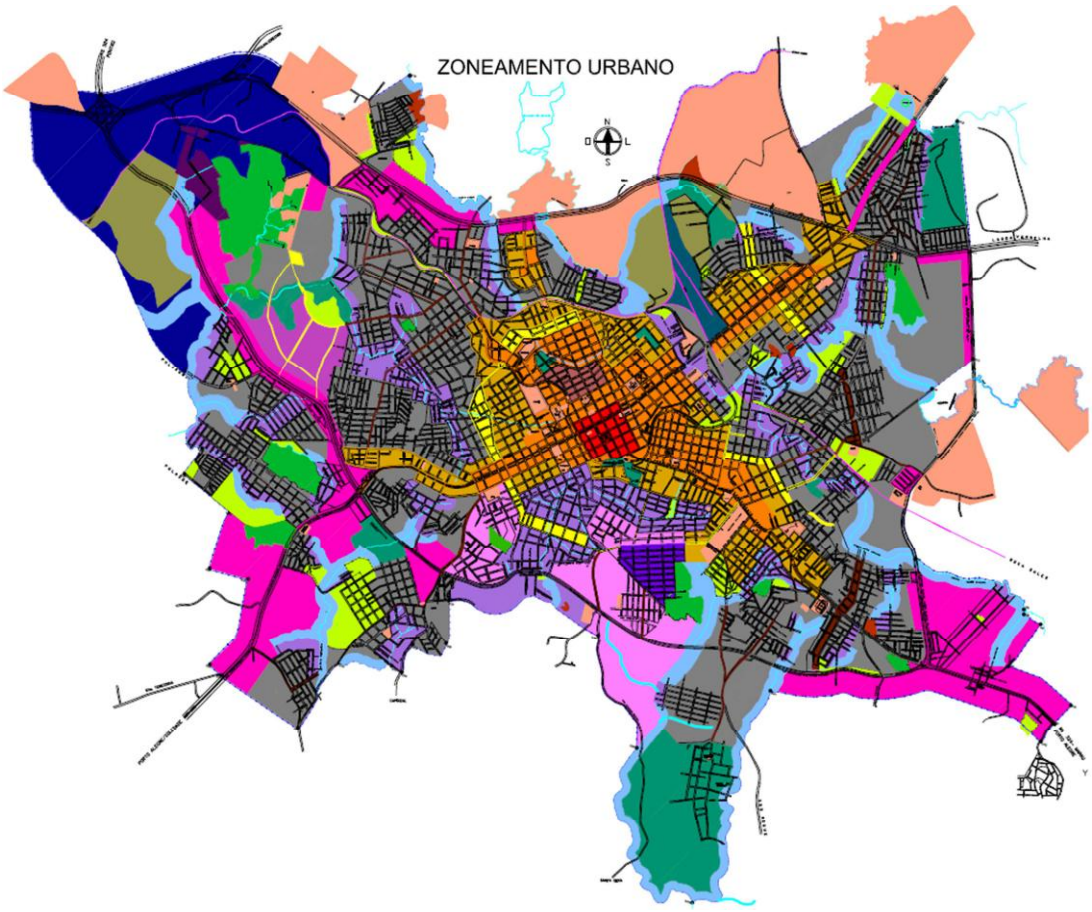


Figura 2.3.25: Mapa de Zoneamento Urbano.

A Macrozona Urbana é dividida em áreas de intensidade de ocupação e usos diferenciados, classificadas em:

I - Áreas de Preservação Ambiental;
II - Áreas de Produção Urbana;
III - Áreas Residenciais;
IV - Áreas Adensáveis;
V - Áreas de Usos Especiais;
VI - Áreas de Recreação e Turismo.

A divisão das áreas considerou as características ambientais existentes, a densidade de ocupação, a intensidade e diversidade de produção e a compatibilidade de usos, entre outros aspectos analisados.

A distribuição dos percentuais das áreas que constituem a Macrozona Urbana pode ser observada conforme figura 2.3.26.

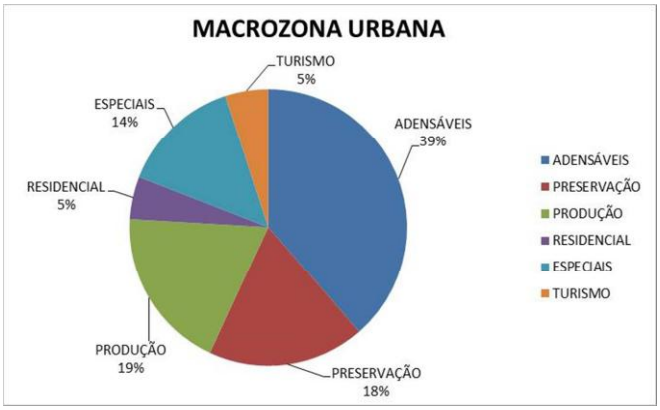


Figura 2.3.26: Distribuição áreas – Macrozona Urbana.

Como pode ser observado na figura 2.3.26, 39% do território urbano abrange as zonas classificadas como adensáveis, 19% ocupam as zonas de produção, 18% estão classificadas como áreas de preservação, 14% são classificadas como zonas especais, 5% são enquadradas como residências, assim como, 5% são classificadas como áreas de recreação e turismo.

Em seguida são descritas algumas características utilizadas na classificação das Zonas que constituem a Macrozona Urbana.

2.3.1.1.5.1. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

As Áreas de Preservação Ambiental destinam-se predominantemente a proteção do ambiente natural e a sua recuperação, subdividindo-se em:

I - Zonas de Proteção dos Recursos Hídricos (ZPRH);

II - Zonas de Proteção da Mata Nativa (ZPMN);

III - Zonas de Recuperação Ambiental (ZRA);

IV - Zonas de Ocupação Controlada Um (ZOC1);

V - Zona de Ocupação Controlada Dois (ZOC2).

A figura 2.3.27 ilustra as Áreas de Preservação Ambiental conforme mapa de zoneamento urbano do município.

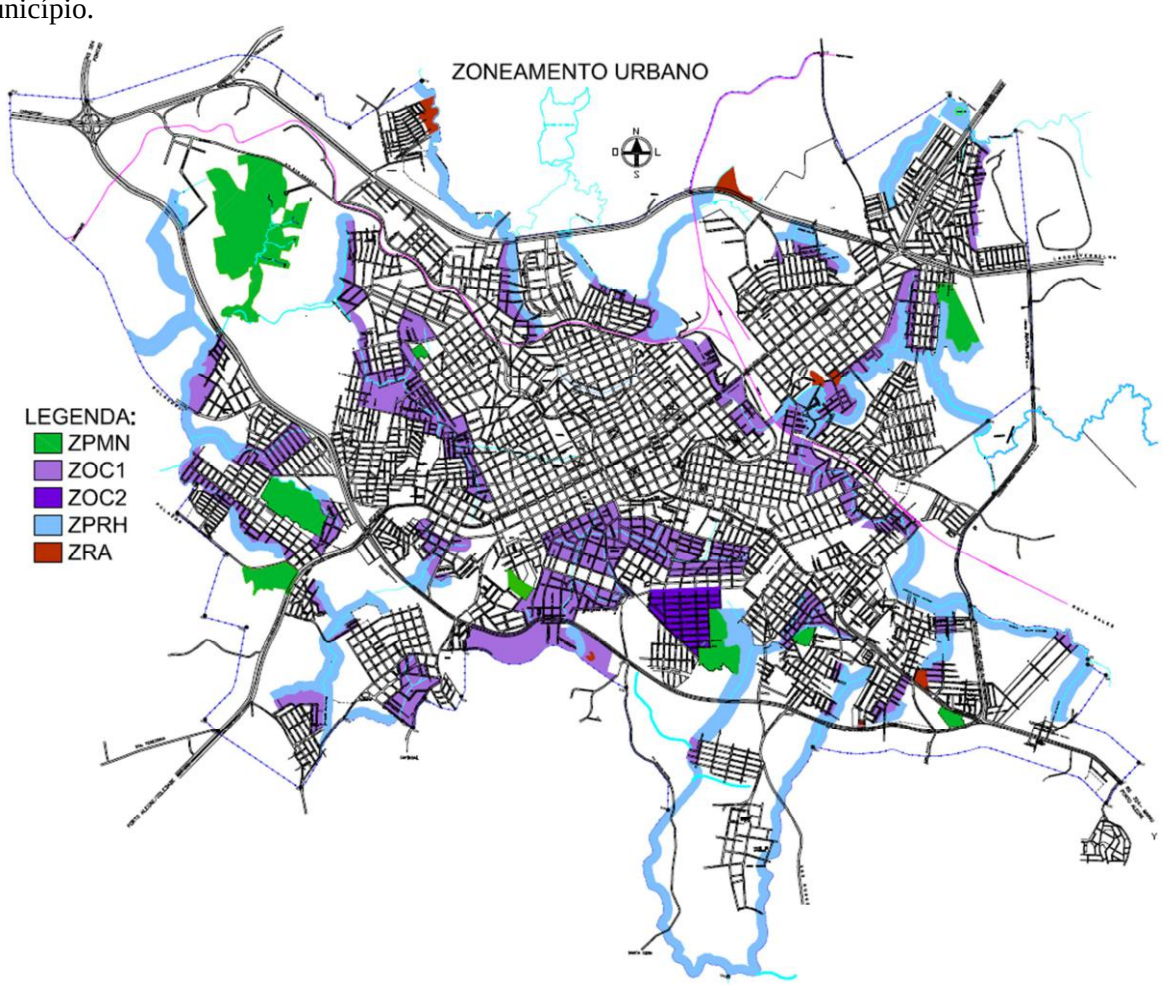


Figura 2.3.27: Áreas de Preservação Ambiental.

Com o intuito de preservar os recursos naturais existentes, foram definidas zonas com interesse ambiental onde incidem padrões urbanísticos que restringem o uso e a ocupação do solo, de forma a minimizar os efeitos da urbanização nessas áreas.

As Zonas de Proteção dos Recursos Hídricos correspondem conceitualmente a regiões da cidade ao longo dos córregos e rios que ainda não haviam sido formalmente objeto de parcelamento do solo. Neste sentido, com o intuito de preservar a integridade natural das áreas ribeirinhas, a ocupação formal destas regiões da cidade é mais restrita. Os índices urbanísticos desta zona são reduzidos e o uso do solo é bastante restritivo, sendo permitidos apenas atividades residenciais e atividades de comércio que complementam diretamente o dia a dia da população do entorno. Para assegurar a preservação dos ecossistemas, citando-se como exemplo, a obrigatoriedade da taxa de permeabilidade que ficou em 60%.

As Zonas de Proteção da Mata Nativa correspondem à delimitação de áreas de interesse natural para a proteção das áreas verdes com mata nativa, colaborando com a preservação da fauna e da flora existente dentro da área urbana. A restrição do uso do solo e os padrões de construção adotados visam minimizar os impactos sobre o patrimônio natural. De tal modo, os índices urbanísticos obrigam, por exemplo, que 90% da área de uma gleba seja permeável, sendo que apenas 3% da área pode ser edificada.

As Zonas de Recuperação Ambiental correspondem às áreas ambientalmente degradadas que carecem de estudo detalhados e projeto específico de recuperação ambiental, devidamente aprovado pelos órgãos competentes.

As Zonas de Ocupação Controlada Um correspondem conceitualmente às áreas nas proximidades de córregos e sangas que já foram objeto de parcelamento do solo. Em alguns casos, possuem topografia acidentada e trechos de cursos d'água canalizado. Neste sentido, buscou-se maior controle do uso e ocupação do solo, restringindo-se tanto os índices quanto alguns usos. Cita-se como, exemplo a taxa de ocupação que corresponde a 40% da área do lote.

Já a Zona de Ocupação Controlada Dois abrange a região conhecida como "Bosque Lucas Araújo", que se caracteriza pela presença significativa de vegetação de grande porte, correspondendo à parte de um loteamento iniciado na década de 70 e que à época não foi totalmente implantado. Atualmente há um processo junto ao Ministério Público que trata sobre a implantação e abertura de algumas ruas e de infraestrutura em parte da área. Em virtude das características físicas do local, o controle de ocupação nessa zona é mais rígido, incidindo índices urbanísticos que minimizam a impermeabilização do solo e a construção de edificações em no máximo 20% da área do lote. O lote mínimo dessa zona é maior e o uso do solo é predominantemente residencial unifamiliar.

As Áreas de Preservação Ambiental correspondem a 18% do território urbano.
A distribuição dos percentuais das zonas que constituem as Áreas de Preservação Ambiental pode ser observada conforme figura 2.3.28.

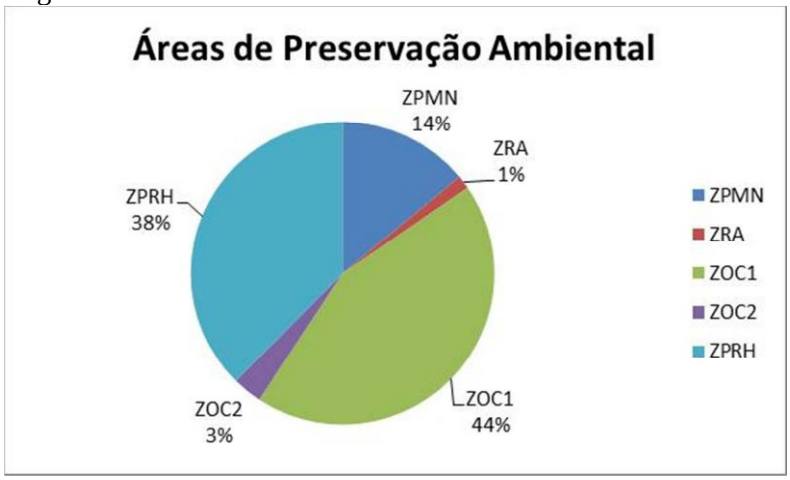


Figura 2.3.28: Zonas classificadas como áreas de preservação ambiental.

Verifica-se que 44% das Áreas de Preservação Ambiental abrangem as zonas classificadas como Zona de Ocupação Controlada Um (ZOC1), 38% ocupam as Zona de Proteção de Recursos Hídricos (ZPRH), 14% estão classificadas como Zona de Proteção da Mata Nativa (ZPMN), 3% são classificadas como Zona de Ocupação Controlada Dois (ZOC2), 1% são enquadradas como Zona de Recuperação Ambiental (ZRA), conforme figura 2.3.28.

2.3.1.1.5.2. ÁREAS DE PRODUÇÃO URBANA

As Áreas de Produção Urbana são aquelas com predominância ou exclusivas de usos industriais, logístico e seus complementares, subdividindo-se em:

I - Distritos Industriais (DI1, DI2, DI3 e DI4);

II - Zonas Industriais (ZI);

III - Zonas de Produção Urbana (ZPU);

IV - Zona Logística (ZL);

V - Zona Industrial e Logística (ZIL).

A figura 2.3.29 ilustra as Áreas de Produção Urbana conforme mapa de zoneamento urbano do município.

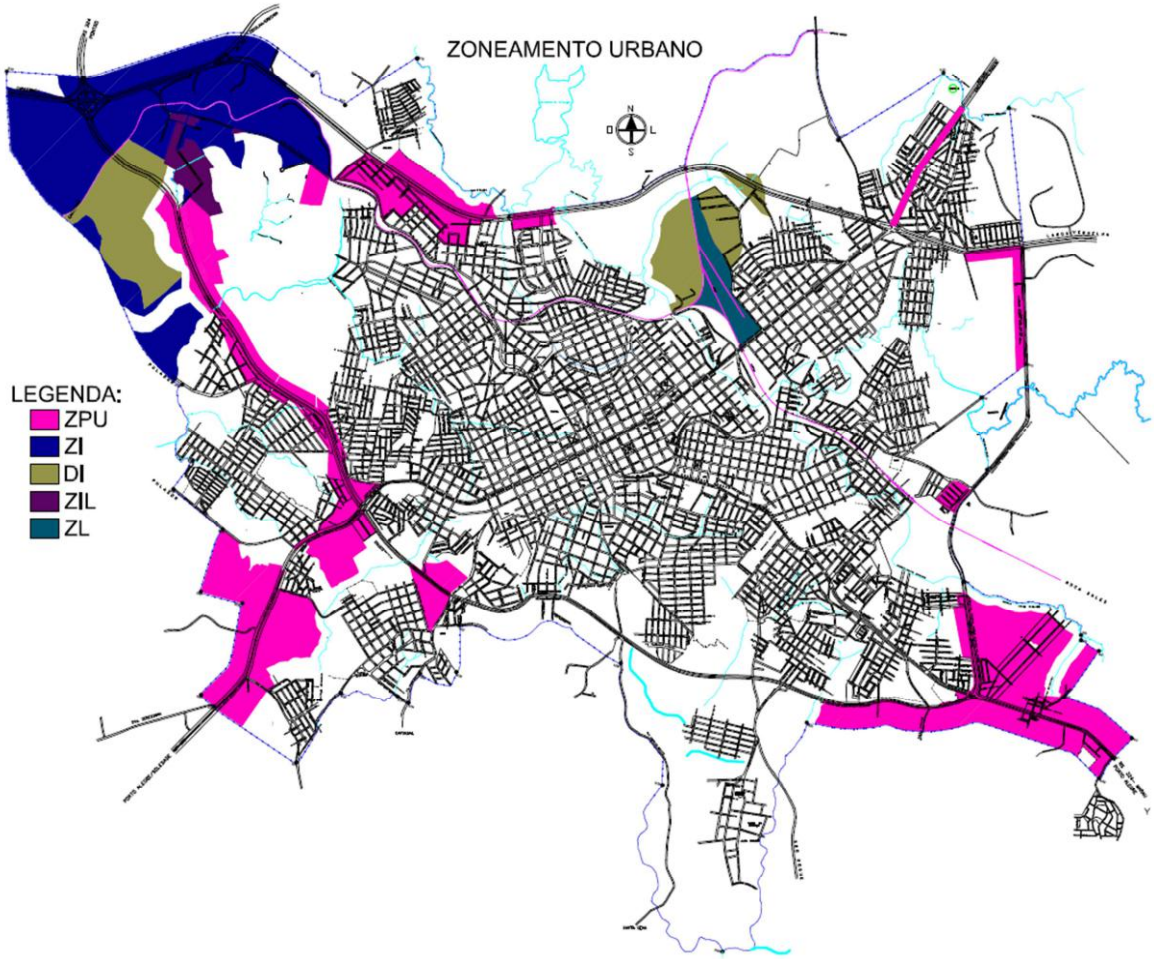


Figura 2.3.29: Áreas de Produção Urbana.

A definição de áreas com vocação industrial priorizou a ocupação de eixos já consolidados, com potencial logístico de apoio às atividades industriais que facilitam o escoamento da produção e contribuem com o desenvolvimento da economia local.

Conceitualmente, as áreas definidas como zoneamento Distrito Industrial 1, 2, 3 e 4 (DI1, DI2, DI3 e DI4) são áreas públicas municipais, assim como, as áreas definidas como Zona Industrial e Logística (ZIL).

Já as áreas definidas como zona Industrial englobam predominantemente áreas particulares. Esta zona foi demarcada observando-se a vocação industrial de um eixo consolidado de produção, que acompanha a porção noroeste da rodovia 285, caracterizando-se pela conformidade dos usos industriais e alguns comércios e serviços.

As zonas de Produção Urbana compreendem áreas distribuídas ao longo das perimetrais da cidade, o que facilita o deslocamento de veículos e a implantação de empreendimentos e atividades logísticas, cargas, depósitos e com necessidade de escoamento da produção. Além disso, visando o desenvolvimento local sustentável há grande diversidade entre os usos comercial, serviços e industrial. Os usos residenciais são Conforme, entretanto, nas zonas demarcadas em geral não foram objeto de parcelamento do solo, o que induz a implantação de usos e atividades industriais, comerciai, logísticas e serviços.

A zona Logística serve de apoio logístico às áreas industriais adjacentes, pois se localiza ao longo da linha férrea próxima ao pátio de manobras da via férrea. Além disso, a proximidade com a BR 285 facilita a mobilidade e o deslocamento decorrentes das atividades industriais.

As Áreas de Produção Urbana correspondem a 19% do território urbano. A distribuição dos percentuais das zonas que constituem as Áreas de Preservação Ambiental pode ser observada conforme figura 2.3.30.

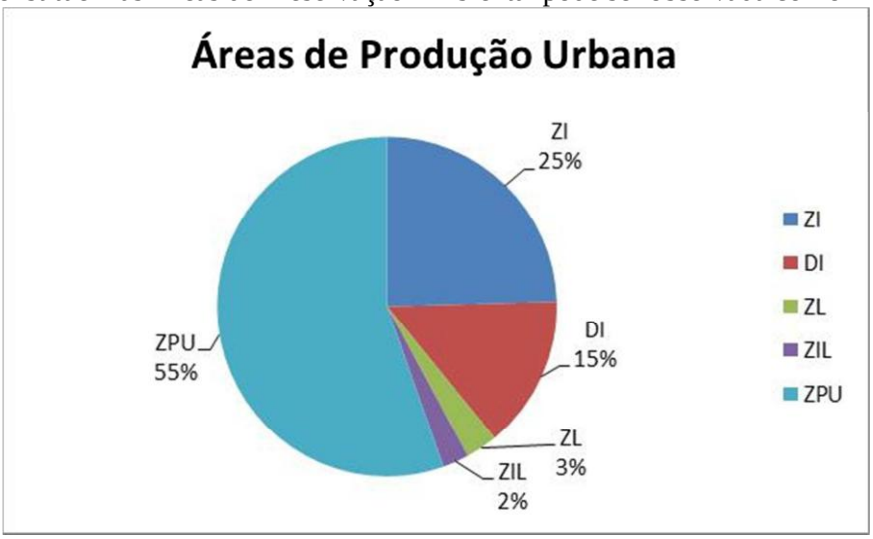


Figura 2.3.30: Zonas classificadas como áreas de produção urbana.

Observa-se que 55% das Áreas de Produção Urbana abrangem as zonas classificadas como Zona de Produção Urbana (ZPU), 25% ocupam a Zona industrial (ZI), 15% estão classificadas como Distrito Industrial (DI), 3% são classificadas como Zona Logística (ZL), 2% são enquadradas como Zona Industrial e Logística (ZIL), conforme figura 2.3.30.

2.3.1.1.5.3. ÁREAS DE USOS ESPECIAIS

As Áreas de Usos Especiais são aquelas que necessitam de regulamentação urbanística diferenciada da zona em que estiver inserida por suas características peculiares, subdividindo-se em:

I - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

a) ZEIS 1: áreas vazias ou subutilizadas destinadas à implantação ou promoção de lotes e/ou habitação de interesse social;

b) ZEIS 2: assentamentos autoproduzidos em áreas públicas ou privadas;
c) ZEIS 3: parcelamentos públicos ou privados irregulares ou clandestinos.

II - Zonas de Uso Especial (ZUE).

A singularidade das áreas de uso especial está na diferenciação de seus padrões de ocupação e índices urbanísticos, que necessitam de uma análise específica para o estabelecimento de parâmetros próprios para cada zona.

As Zonas Especiais de Interesse Social Dois e Três (ZEIS 2 e ZEIS 3) são áreas que necessitam de regularização e urbanização. A reestruturação das ZEIS demarcadas no mapa de zoneamento deve ser estudada caso a caso, verificando-se os condicionantes e possibilidades para uma melhor intervenção urbana. Por meio de legislação específica devem ser criados mecanismos de classificação socioeconômica da população residente, assim como as especificações de padrões urbanísticos próprios. Já as Zonas Especiais de Interesse Social Um (ZEIS 1) são áreas destinadas à ocupação de loteamentos de interesse social ou habitação de interesse social.

As zonas de Uso especial (ZUE) são zonas estabelecidas em função da existência ou da proposição de implantação de algum empreendimento ou uso que seja considerado desconforme para determinada região ou ainda exijam parâmetros urbanísticos diferenciados, e que mediante análise dos órgãos municipais competentes se comprove a necessidade de alteração da lei para a criação da zona de uso especial.

A figura 2.3.31 ilustra as Áreas de Usos Especiais conforme mapa de zoneamento urbano do município.

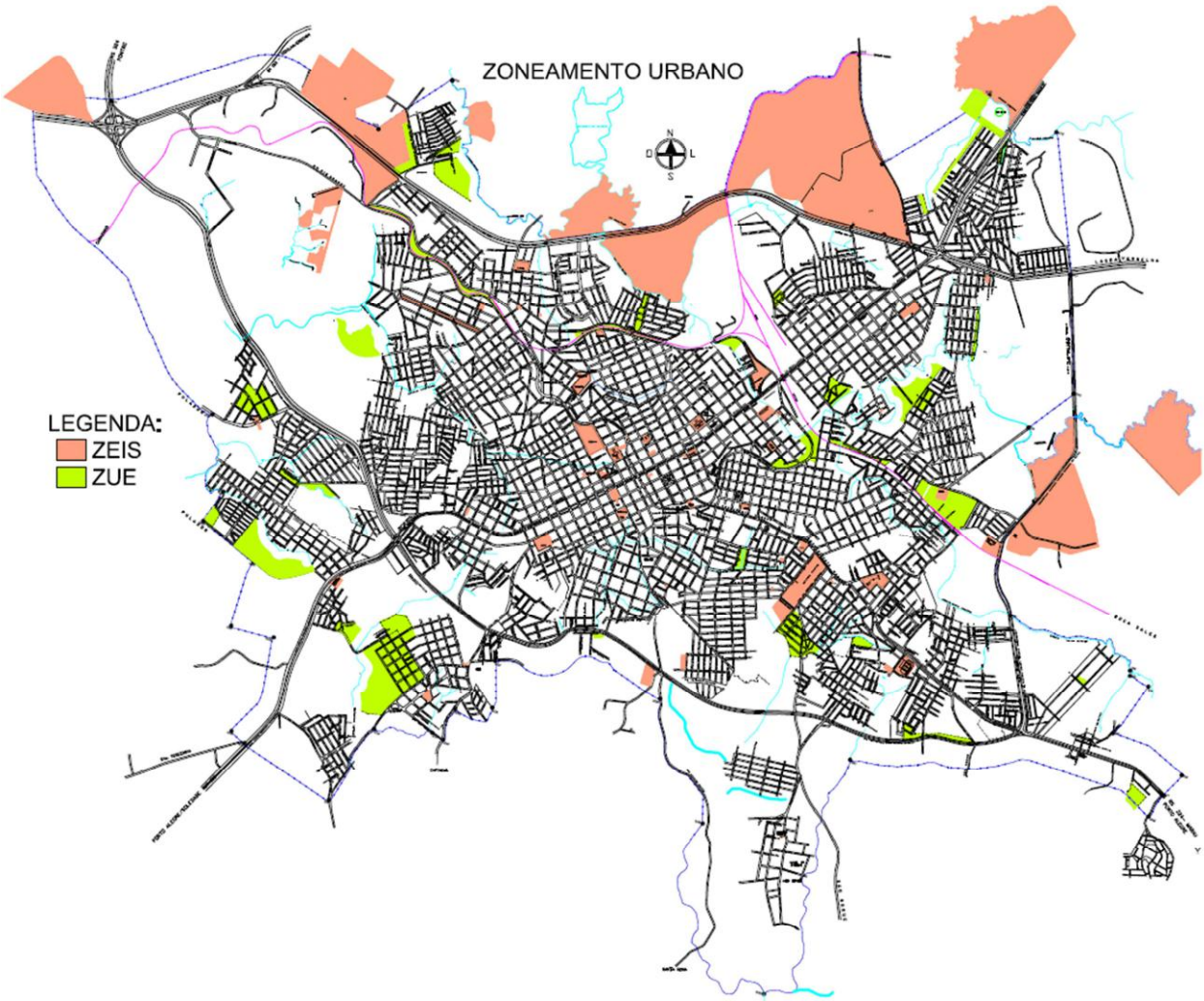


Figura 2.3.31: Áreas de Uso Especial.

As Áreas de Usos Especiais correspondem a 14% do território urbano. A distribuição dos percentuais das zonas que constituem as Áreas de Usos Especiais pode ser observada conforme figura 2.3.32.

Figura 2.3.32: Zonas classificadas como áreas de uso especial

Verifica-se que 79% das Áreas de Usos Especiais abrangem as zonas classificadas como Zona de Uso Especial (ZUE) e 21% estão classificadas como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme figura 2.3.32.

2.3.1.1.5.4. ÁREAS RESIDENCIAIS

As Áreas Residenciais são aquelas com predominância ou exclusivas de usos residenciais e seus complementares, subdividindo-se em:

I - Zonas Residenciais Um (ZR1);

II - Zona Residencial Dois (ZR2);

III - Zona Residencial Três (ZR3).

A figura 2.3.33 ilustra as Áreas Residenciais conforme mapa de zoneamento urbano do município.

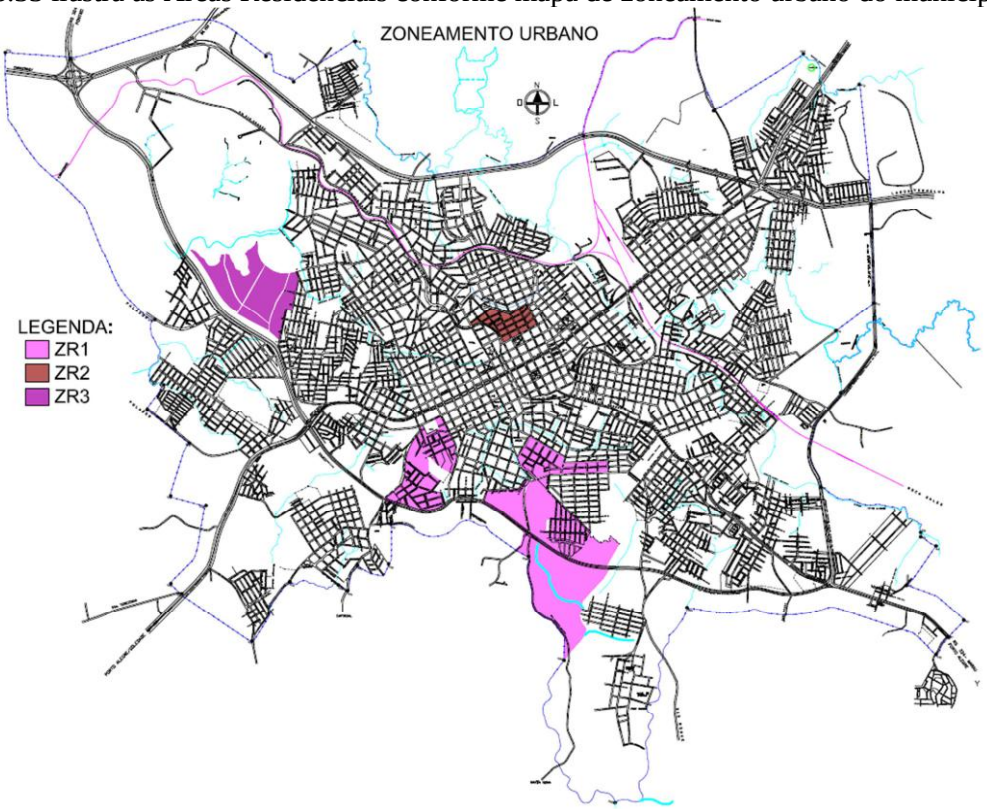


Figura 2.3.33: Áreas Residenciais.

A grande característica das áreas residenciais é a predominância da tipologia horizontal e o uso residencial unifamiliar, configurando uma zona homogênea que preserva a ambiência local, mantendo o caráter de bairro. A Zona Residencial Um (ZR1) e Zona Residencial Três (ZR3) caracterizam-se por permitir usos complementares diretamente relacionados com o uso residencial, como alguns comércios e serviços.

Já a Zona Residencial Dois (ZR2) caracteriza-se pela predominância do uso residencial unifamiliar, não sendo permitido o uso residencial multifamiliar vertical. Além disso, na ZR2 somente atividades enquadradas no uso serviços profissionais (CS.18) são permitidas.

As áreas residenciais correspondem a 5% do território urbano. A distribuição dos percentuais das zonas que constituem as Áreas Residenciais pode ser observada conforme figura 2.3.34.

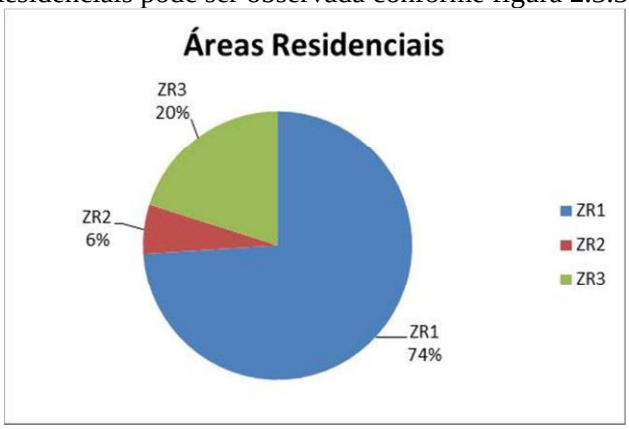


Figura 2.3.34: Zonas classificadas como áreas residenciais.

Pode ser observado que 74% Áreas Residenciais abrangem as zonas classificadas como Zona Residencial Um (ZR1), 20% ocupam a Zona Residencial Três (ZR3) e 6% estão classificadas Zona Residencial Dois (ZR2), conforme figura 2.3.34.

2.3.1.1.5.5. ÁREAS ADENSÁVEIS

As Áreas Adensáveis são regiões multifuncionais com intensidade de ocupação diferenciadas, subdividindo-se em:

I - Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1);

II - Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2);

III - Zona de Transição (ZT);

IV - Eixos Indutores (EI), divididos em:

a) Eixo Indutor Um (EI1);

b) Eixo Indutor Dois (EI2);

V - Zona de Ocupação Extensiva (ZE).

O zoneamento dessas áreas considerou o aproveitamento da infraestrutura existente, a oferta de equipamentos e serviços e a diversidade de usos. A partir do modelo espacial adotado, há uma diluição dos valores dos Coeficientes de Aproveitamento (CA) da área central.

Ainda que os índices das zonas próximas a Avenida Brasil tenham diminuído, houve um incremento nas áreas adjacentes estimulando a densificação dessas áreas. Nestas zonas muitas atividades produtivas são permitidas, que vão desde um grande número de comércio e serviços, até as indústrias mais leves, que convivem lado a lado com o uso residencial.

A Zona de Ocupação Intensiva Um corresponde à região do centro urbano mais antigo e consolidado, onde há maior concentração populacional, caracterizado pela verticalização e pela grande oferta de comércios e serviços, que aliado ao uso residencial garante vitalidade para a região. O aproveitamento da infraestrutura existente foi considerado, uma vez que esta zona concentra os maiores índices urbanísticos permitidos pelo Plano, e, além disso, é onde há maior oferta de serviços e de equipamentos.

Já Zona de Ocupação Intensiva Dois estende-se ao longo das principais avenidas e no entorno do centro urbano mais antigo, caracterizando-se pela oferta de comércios, serviços e residencial, sendo, no entanto, verticalizado apenas em alguns locais. A densificação da área foi estimulada com o incremento dos índices urbanísticos e pela diversidade do uso do solo.

A Zona de Transição refere-se à região correspondente a intermediária entre o centro e o bairros mais periféricos e ainda há o predomínio do uso residencial unifamiliar e comercio e serviços em locais específicos. Como o próprio nome já diz, esta zona faz a transição entre as zonas de ocupação intensivas, mais adensadas e verticalizadas, com as zonas de ocupação extensiva, que possui menor adensamento e predomínio de tipologias horizontais. Possui índices com valores intermediários, onde o uso do solo é bastante diversificado.

Nas zonas de Ocupação Extensiva há o predomínio do uso residencial unifamiliar e diversas atividades produtivas são permitidas, que vão desde um grande número de comércio e serviços, até as industrias mais leves, que convivem lado a lado com o uso residencial.

Já os eixos indutores correspondem conceitualmente ao incentivo à multicentralidade através da delimitação de eixos distribuídos pela cidade em locais ou vias que possuem características estruturadoras para o bairro, tais como, circuito de ônibus, comercio local, equipamentos urbanos. O objetivo é incentivar o desenvolvimento local e a autonomia dos bairros. Para isso, há incremento dos índices urbanísticos e diversidade do uso do solo, sendo que os usos residenciais e usos relacionados ao comércio e serviços, convivem lado a lado.

A figura 2.3.35 ilustra as Áreas Adensáveis conforme mapa de zoneamento urbano do município.

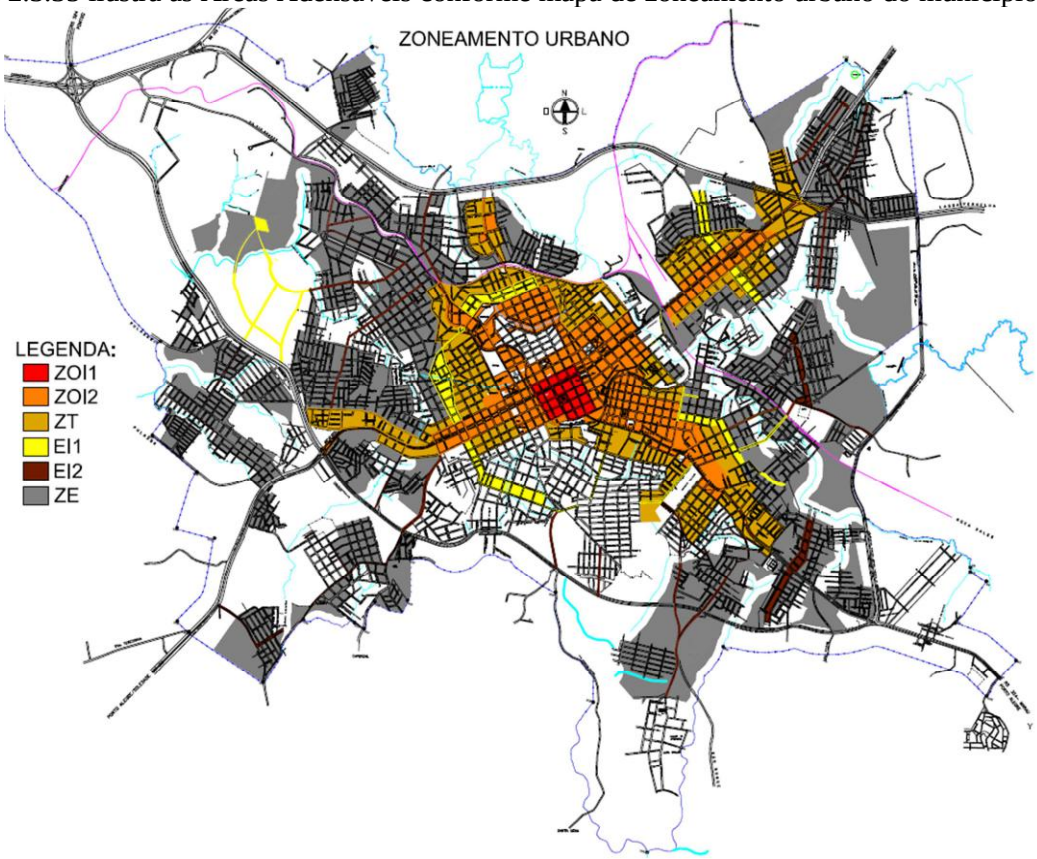


Figura 2.3.35: Áreas Adensáveis.

As Áreas Adensáveis correspondem a 39% do território urbano. A distribuição dos percentuais das zonas que constituem as Áreas Adensáveis pode ser observada conforme figura 2.3.36.

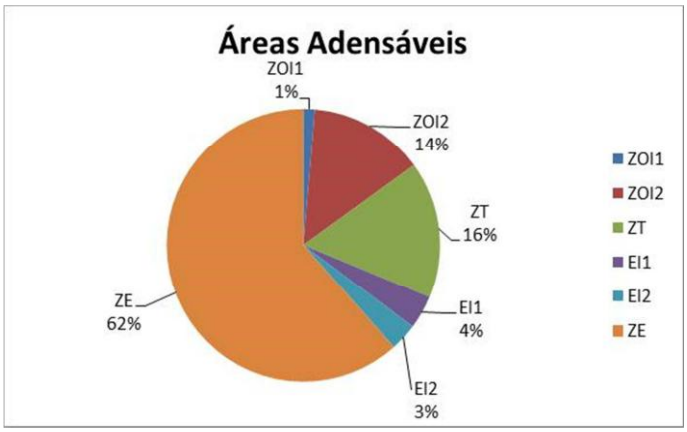


Figura 2.3.36: Zonas classificadas como áreas adensáveis.

Verifica-se que 62% das Áreas Adensáveis abrangem as zonas classificadas como Zona Extensiva (ZE), 16% ocupam a Zona de Transição (ZT), 14% correspondem à Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2), 4% são classificadas como Eixo Indutor Um (EI1), 3% são classificadas como Eixo Indutor Dois (EI2) e 1% estão classificadas como Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), conforme figura 2.3.36.

2.3.1.1.5.6. ÁREAS DE RECREAÇÃO E TURISMO

As Áreas de Recreação e Turismo são áreas destinadas prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares, subdividindo-se em:

I - Zona de Recreação e Turismo Um (ZRT1);

II - Zona de Recreação e Turismo Dois (ZRT2);

III - Zona de Recreação e Turismo Três (ZRT3);

IV - Zona de Recreação e Turismo Quatro (ZRT4);

V - Zona de Recreação e Turismo Cinco (ZRT5);

VI - Zona de Recreação e Turismo Seis (ZRT6);

VII - Zona de Recreação e Turismo Sete (ZRT7).

VIII - Zona de Recreação e Turismo Oito (ZRT8);

IX - Zona de Recreação e Turismo Nove (ZRT9).

Foram identificadas nove áreas com potencial paisagístico possibilitando a criação de parques e espaços urbanos que possibilitam o desenvolvimento de atividades voltadas ao lazer e a contemplação da paisagem natural. A oferta e a distribuição espacial desses locais potencializam ambientes que melhoram a qualidade de vida da população.

A seguir será apresentada uma breve descrição referente a cada zona demarcada como ZRT no mapa de zoneamento urbano do Plano Diretor.

A Zona de Recreação e Turismo Um (ZRT1) corresponde à região conhecida como Roselândia e engloba diversas atividades de recreação e lazer como kartódromo, sede campestre de clubes e piscinas, parque de rodeios, entre outras atividades. Esta ZRT possui aproximadamente 230 ha. Os índices urbanísticos são restritos devido à vocação da área, sendo previsto lote mínimo de 3.000m^{2,} com uma taxa de ocupação de 20% e coeficiente de aproveitamento de 0,2. Não é permitido o uso residencial vertical e somente algumas atividades comerciais e serviços são possíveis de serem implantados. Atividades industriais não são permitidas neste zoneamento.

A Zona de Recreação e Turismo Dois (ZRT2) corresponde à área do ginásio Teixeirinha, à Arena do Gaúcho, ao Sest Senat, englobando também uma área particular ainda não parcelada e não ocupada. Esta ZRT possui aproximadamente 26 ha. A Taxa de ocupação é 45% e o Coeficiente de aproveitamento é de 0,6. As atividades previstas para o local são compatíveis com os usos desenvolvidos no local.

A Zona de Recreação e Turismo Três (ZRT3) corresponde a uma faixa contígua ao longo da margem do Arroio Pinheiro Torto, onde se pretende implantar um parque linear. Na porção sul há uma área pública de aproximadamente 30 ha oriunda da contrapartida de alteração do Plano Diretor, prevista no artigo 19 da LCnº330/12. Na porção Norte do Arroio, está prevista a destinação de área pública oriunda de projeto de loteamento que se encontra em tramitação neste município. Não há previsão de índices urbanísticos para a área.

A Zona de Recreação e Turismo Quatro (ZRT4) corresponde a área de aproximadamente 4,5 ha denominada como Parque do Banhado da Vergueiro. O parque foi criado via Decreto em 2006. Entretanto, ainda não foi implantado em sua totalidade. O parque está sendo implantado em fases. Primeiramente foi implantada a pavimentação das ruas Tomé Mendes e Senador Vergueiro. Posteriormente foi implantada a parte do parque que corresponde à área pública do loteamento Nicolau Vergueiro, sendo executado projeto urbanístico desenvolvido na Secretaria de Planejamento. O Decreto de criação do parque inclui áreas particulares declaradas como utilidade pública. Em virtude das características do local, o controle de ocupação nessa zona é mais rígido, incidindo índices urbanísticos que minimizam a impermeabilização do solo e a construção de edificações em no máximo 15% da área do lote.

A Zona de Recreação e Turismo Cinco (ZRT5) é constituída parte por área pública de aproximadamente 4 ha correspondente à área onde atualmente funciona a fabrica de tubos da Prefeitura Municipal, e parte por área da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan. Não há previsão de índices urbanísticos para a área.

A Zona de Recreação e Turismo Seis (ZRT6) corresponde à área pública de aproximadamente 5 ha do Parque da Gare. A área do parque foi permutada com a união detentora da rede ferroviária ainda na década de 80. O projeto originalmente desenvolvido pelo município não chegou a ser implantado em sua totalidade por falta de recursos. Em 2014 foi desenvolvido um novo projeto que foi debatido com a comunidade. O parque foi então concluído em 2016 com recursos do Prodin, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Por se tratar de um espaço livre de uso público, os índices urbanísticos desta zona são: taxa de ocupação de 15% da área do lote e o coeficiente de aproveitamento é 0,3. As atividades previstas na lei são compatíveis com os usos desenvolvidos no local.

A Zona de Recreação e Turismo Sete (ZRT7) corresponde à área de aproximadamente 22 ha conhecida como Reserva Biológica Arlindo Hass. O decreto nº166/11 criou o Parque Urbano Municipal Arlindo Hass visando à preservação dos ambientes naturais ali existentes, com destaque para os remanescentes de Floresta. Não há previsão de índices urbanísticos para a área.

A Zona de Recreação e Turismo Oito (ZRT8) corresponde à área de aproximadamente 22 ha conhecida antiga pedreira da Ergo. A área pertence à brigada militar do Estado do Rio Grande do Sul e possui potencial paisagístico sendo demarcada como ZRT vislumbrando a possibilidade do desenvolvimento de um parque. Não há previsão de índices urbanísticos para a área.

A Zona de Recreação e Turismo Nove (ZRT9) corresponde à área de aproximadamente 2,9 ha localizada em uma faixa contígua ao longo da margem do Arroio Santo Antônio, onde se pretende implantar um parque linear. A área do parque é composta por área pública de aproximadamente 1ha oriunda da contrapartida de alteração do Plano Diretor, prevista no artigo 20 da LCnº330/12, sendo o restante de área, oriundo de processo de aprovação de loteamento urbano no local. Não há previsão de índices urbanísticos para a área.

A figura 2.3.37 ilustra as Áreas de Recreação e Turismo conforme mapa de zoneamento urbano do município.

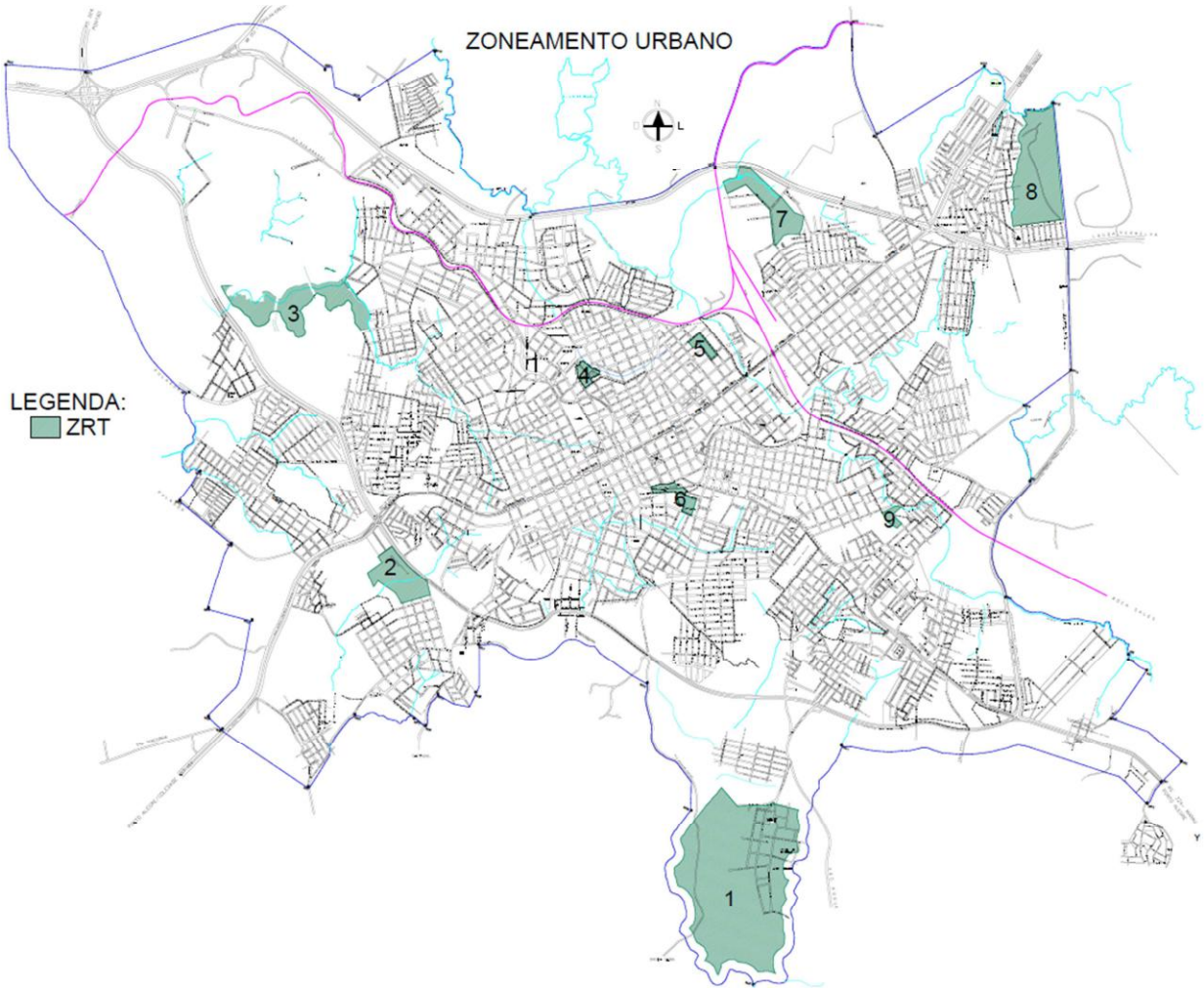


Figura 2.3.37: Áreas de Recreação e Turismo.

As Áreas de Recreação e Turismo correspondem a 5% do território urbano. A distribuição dos percentuais das zonas que constituem as Áreas de Recreação e Turismo pode ser observada conforme figura 2.3.38.

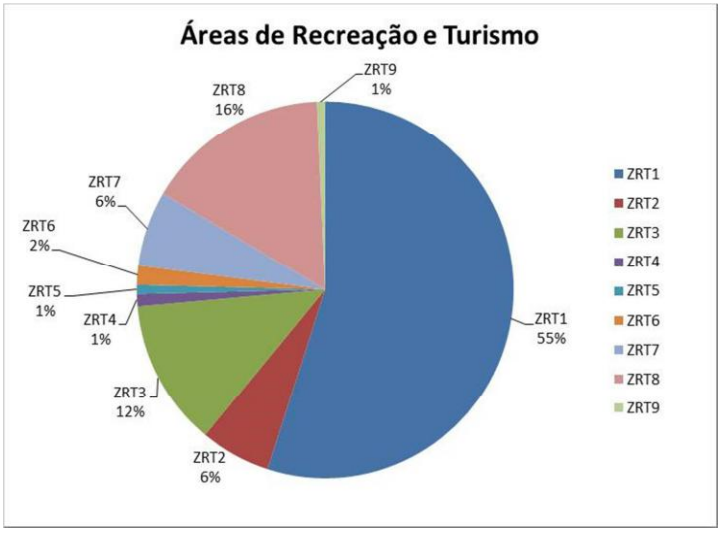


Figura 2.3.38: Zonas classificadas como áreas de recreação e turismo

Constata-se que 55% das Áreas de Recreação e Turismo está classificada como Zona de Recreação e Turismo Um (ZRT1), 16% esta demarcada como Zona de Recreação e Turismo Oito (ZRT8), 12% esta

classificada como Zona de Recreação e Turismo Três (ZRT3), 6% está delimitada como Zona de Recreação e Turismo Dois (ZRT2), outros 6% está gravada como Zona de Recreação e Turismo Sete (ZRT7), 2% está marcada como Zona de Recreação e Turismo Seis (ZRT6), 1% está delimitada como Zona de Recreação e Turismo Quatro (ZRT4), outros 1% como Zona de Recreação e Turismo Cinco (ZRT5), e por fim, 1% esta delimitado como Zona de Recreação e Turismo Nove (ZRT9), conforme figura 2.3.38.

2.3.1.2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano e rural. Sua aplicação constitui importante ferramental de regulação da ocupação do solo e consequentemente, interferência na paisagem, produzindo efeitos na densidade, volumetria, permeabilidade, entre outros aspectos, que associados ao uso do solo compõem as transformações no espaço urbano.

No Plano Diretor são estabelecidos, minimamente, zoneamentos, parâmetros urbanísticos, como a projeção máxima do edifício sobre o terreno (taxa de ocupação), área máxima permitida para a construção (coeficiente de aproveitamento), lote mínimo, cota ideal por dormitório, a atividade ou uso permitidos para o local (residencial, comercial, industrial, outros), recuos obrigatórios, entre outros.

Já o Código de Obras estabelece regras para a elaboração de projetos e execução de obras, definindo procedimentos, parâmetros e especificações técnicas para o dimensionamento, segurança e salubridade das edificações, bem como a aplicação de penalidades em casos de infrações, entre outros aspectos.

O Plano Diretor estabelece parâmetros urbanísticos que configuram o modelo espacial da cidade. Os parâmetros urbanísticos são definidos para as diferentes zonas que compõe a Macrozona Urbana. Desta forma, foram estipulados índices relativos aos padrões de ocupação e densificação máxima permitida para cada zona urbana, observando-se as características de cada local, com exceção das zonas que necessitam de regulamentação urbanística diferenciada devido às características peculiares, caso em que a regulamentação se dá por legislação esparsa e específica.

Em relação ao modelo espacial, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) que vigorou de 1984 a 2006 estabelecia um Coeficiente de Aproveitamento (CA) de 7, em sua zona mais central denominada Zona Comercial Um (ZC1) e, logo em seguida, este índice caía para 4, na Zona Comercial Dois (ZC2), configurando uma mudança significativa na paisagem urbana relativa à verticalização.

Já o PDDI, estabelece como CA, um valor igual a 4, em sua zona central, denominada Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI-1). A partir deste índice, os valores do CA vão gradualmente sendo distribuídos conforme o afastamento espacial da ZOI-1 e da característica de cada zona. A diluição dos índices urbanísticos de forma gradual configura um modelo espacial mais homogêneo. A comparação dos modelos espaciais dos dois planos pode ser observada na figura 2.3.39.

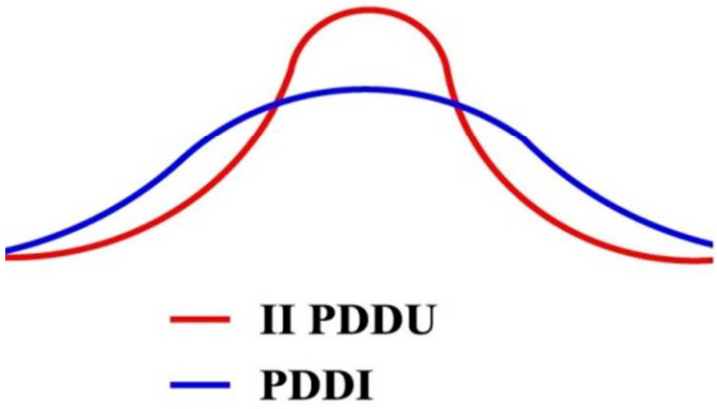


Figura 2.3.39: Comparação do modelo espacial urbano do PDDI e do II PDDU.

A lei vigente em Passo Fundo estabelece parâmetros urbanísticos, tais como: recuos e afastamentos, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, taxa de permeabilidade, vagas de estacionamento. Entretanto, na legislação não é estabelecido gabarito de altura máxima permitida para as edificações. Além disso, é previsto Lote mínimo e a Cota Ideal por Dormitório.

De acordo com o estabelecido no Plano Diretor, os parâmetros urbanísticos são entendidos como:

- Taxa de Ocupação (TO): é a percentagem da área do lote ocupado pela área da projeção horizontal máxima da edificação.
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): é o número que multiplicado pela área do lote resulta na área máxima edificável.
- Taxa de Permeabilidade (TP): é a percentagem correspondente a porção mínima do lote correspondente a área permeável do solo.
- Cota Ideal por Dormitório (CID) entendido como a porção do lote que corresponde teoricamente a cada dormitório, que não se caracterize como serviço, para fins do uso Residencial Multifamiliar Vertical, R.3, conforme a fórmula: Número de dormitórios = área do lote/CID.
- Lote Mínimo (LM) é área mínima do terreno resultante de qualquer tipo de parcelamento do solo.

Nas figuras 2.3.40 e 2.3.41 são apresentados esquemas ilustrativos relativos à Taxa de Ocupação e ao Coeficiente de Aproveitamento.

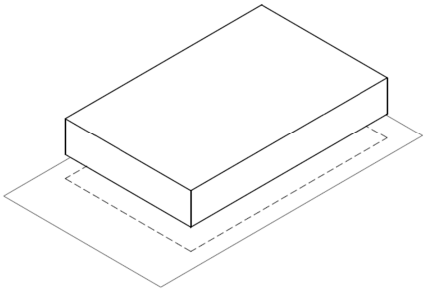


Figura 2.3.40: Esquemático - Taxa de Ocupação.

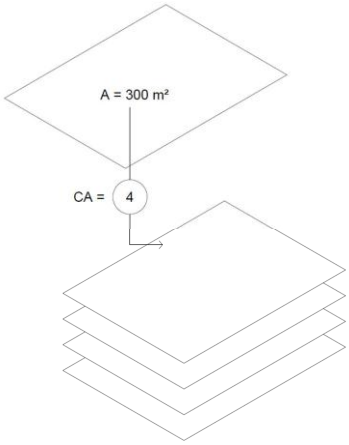


Figura 2.3.41: Esquemático - Coeficiente de Aproveitamento

Como apresentado anteriormente neste documento a área do município é composta por 05 Macrozonas, que abrangem a área urbana e a área rural do munícipio de Passo Fundo.

Nas Macrozonas que abrangem a área rural a legislação regula o uso do solo através do anexo 04 da Lei. Não são estabelecidos parâmetros urbanísticos para a ocupação do solo nas Macrozonas Rurais, sendo previsto, no entanto, parâmetros para as sedes distritais, a saber: Taxa de Ocupação de 40%, Coeficiente de Aproveitamento de 0,8, Lote Mínimo de 500m^2, entre outros regramentos.

Já a Macrozona Urbana é composta por um conjunto de zoneamentos com características distintas agrupadas conforme suas particularidades conceituais em áreas conforme: áreas adensáveis, áreas de preservação ambiental, áreas residenciais, áreas de usos especiais, áreas de recreação e turismo e áreas de produção urbana. O zoneamento da Macrozona Urbana compõe o mapa de zoneamento urbano do Plano Diretor, denominado mapa nº 02 da LC nº170/06.

As zonas que constituem as áreas adensáveis, as áreas de preservação ambiental, as áreas residenciais e as áreas de produção urbana possuem parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação. Entretanto, a legislação não estabelece parâmetros urbanísticos para todas as zonas que compõe as áreas de usos especiais. As zonas definidas como Zona de Uso Especial (ZUE) não possuem parâmetros estabelecidos na lei do Plano Diretor. Há legislações esparsas e especificas que regulam os parâmetros de algumas ZUEs. Para as Zonas Especiais de Interesse Social são previstos índices para as ZEIS, sem diferenciar, no

entanto, as tipologias (ZEIS tipo 1, 2 e 3). O mesmo ocorre com as zonas que compõem as áreas de recreação e turismo, sendo definidos parâmetros urbanísticos na lei no Plano Diretor apenas para a Zona de Recreação e Turismo um (ZRT1). Todavia, há previsão legal de estabelecimento de índices via Decreto para as ZRT. As zonas ZRT2, ZRT4 e ZRT6 são regulamentadas via Decreto. As demais ZRT não possuem índices.

Na legislação do Plano são estabelecidos os seguintes índices urbanísticos para estas zonas da Macrozona Urbana e para as sedes distritais, conforme apresentado no quadro 2.3.1.

	TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE ÍNDICES E USOS DO PDDI				
	ZONAS	ÍNDICES			
		TO	CA	CID	LM
ADENSÁVEIS	ZOI1	80/60%	4,0	10m²	300m²
	ZOI2	80/60%	3,6	10m²	300m²
	ZT	60%	2,8	15m²	300m²
	ZE	60%	1,2	25m²	300m²
	EI1	80/60%	3,2	20m²	300m²
	EI2	60%	2,0	20m²	300m²
RESIDENCIAIS	ZR1	60%	0,8	40m²	300m²
	ZR2	40%	0,8	.	300m²
	ZR3	60%	2,8	15m²	300m²
PRESERVAÇÃO	ZPRH	20%	0,2	.	2.000m²
	ZPMN	3%	0,3	.	20.000m²
	ZRA	-	-	.	.
	ZOC1	40%	1,2	25m²	300m²
	ZOC2	20%	0,4	.	396m²
ESPECIAIS	ZEIS	60%	1,5	15m²	200m²
	ZUE	LEI	LEI	LEI	LEI
RECREAÇÃO	ZRT1	20%	0,2	.	3.000m²
	ZRT2	45%	0,6	.	.
	ZRT4	15%	0,3	.	.
	ZRT6	15%	0,3	.	.
PRODUÇÃO	DI1	40%	0,6	.	1.250m²
	DI2	40%	0,6	.	1.250m²
	DI3	40%	0,6	.	1.250m²
	DI4	60%	1,2	.	1.250m²
	ZI	40%	0,6	.	1.250m²
	ZIL	40%	0,6	.	.
	ZL	40%	0,6	.	.
	ZPU	60%	0,8	60m²	300m²/600m²
RURAL	Macrozona de Proteção aos Mananciais	-	-	-	-
	Macrozona de Produção Mista	-	-	-	-
	Macrozona de Produção Agrofamiliar	-	-	-	-
	Macrozona de Produção Agropastoril	-	-	-	-
	Sedes Distritais	40%	0,8	-	500m²

** Os índices da ZRT4 incidem apenas na área pública da praça.

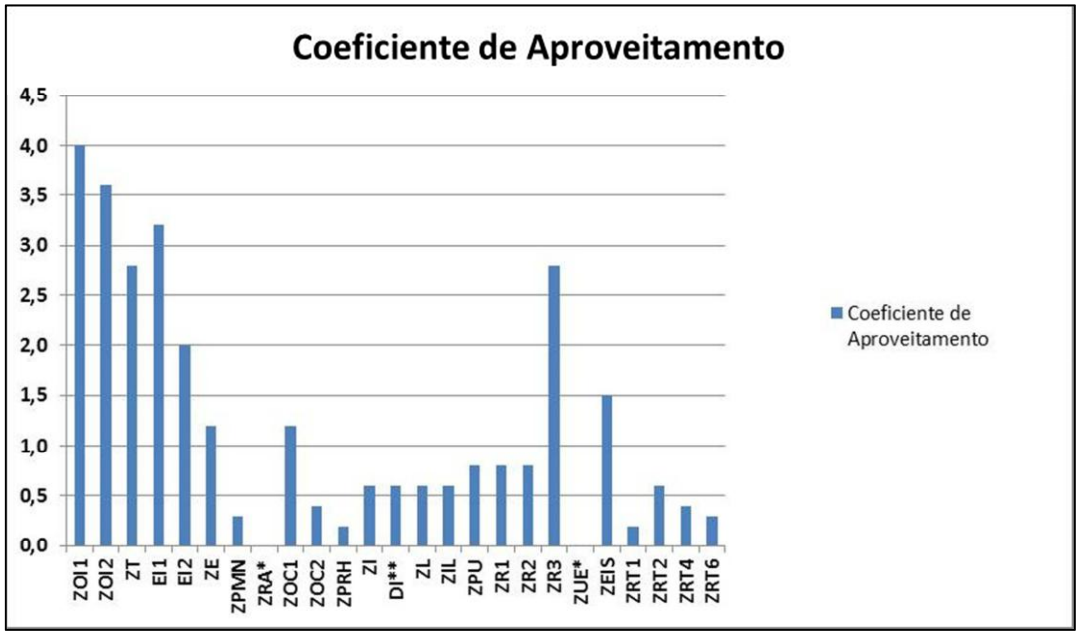
Quadro 2.3.1: Quadro resumo dos índices urbanísticos.

Como pode ser observado no quadro 2.3.1, os parâmetros estabelecidos no Plano Diretor preveem os maiores índices para as zonas classificadas como áreas adensáveis. A Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1) prevê Coeficiente de Aproveitamento (CA) de 4 configurando o maior coeficiente estabelecido no Plano Diretor. As zonas relacionadas à preservação possuem os menores índices de aproveitamento destacando-se a Zona de proteção de Recursos Hídricos (ZPRH) e a Zona de Proteção da Mata Nativa (ZPMN) com CA de 0,2 e 0,3 respectivamente.

Considerando os índices do Zoneamento Urbano referente à divisão da Macrozona Urbana em áreas citam-se exemplos dos maiores Coeficientes de Aproveitamento:

- Áreas Residenciais: na Zona Residencial o CA é 2,8;
- Áreas de Preservação Ambiental: na Zona de Ocupação Controlada Um o CA é 1,2;
- Áreas de Produção: na Zona Distrito Industrial 4 o CA é 1,2;
- Áreas de Recreação e Turismo: na Zona de Recreação e Turismo 2 o CA é de 0,6;
- Áreas de Usos Especiais: as ZUE variam conforme lei específica e nas ZEIS o CA é 1,5.

Nas figuras 2.3.42 é demonstrado o comparativo dos Coeficientes de Aproveitamento referente aos zoneamentos da Macrozona Urbana estabelecidos na lei do Plano Diretor.



* Coeficiente estabelecido por lei específica
** Exceção do DI4, onde o CA é 1,2
Figura 2.3.42: Coeficiente de Aproveitamento.

Como mencionado anteriormente pode-se constatar na figura 2.3.42 que o maior Coeficiente de Aproveitamento é o da Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1) e o menor é o da Zona de Proteção aos Recursos Hídricos (ZPRH).

Existem isenções previstas na legislação para o computo da área máxima edificável. Atualmente, áreas destinadas exclusivamente ao uso comum, garagens e estacionamentos, situados até uma altura de 10 metros, terraços, casa de máquinas e reservatório superior que não ultrapasse 15% da área do último pavimento da edificação, não computam no cálculo de área máxima edificável. Estas exceções estão prevista no artigo 79 da LC nº170/06, conforme:

> *"Art. 79 Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o número que multiplicado pela área do lote resulta na área máxima edificável.*
>
> *§ 1º A área máxima edificável computará a totalidade da área real construída, exceto:*
>
> *I - terraços;*
>
> *II - áreas destinadas exclusivamente ao uso comum, situados em pavimentos caracterizados como subsolo, térreo e superiores, estabelecidos dentro da altura máxima de 10 metros, contados a partir da soleira de entrada do prédio até a laje de forro do último pavimento;*
>
> *III - garagens e estacionamentos situados em pavimentos caracterizados como subsolo, térreo e superiores, estabelecidos dentro da altura máxima de 10m, contados a partir da soleira de entrada do prédio até a laje de forro do último pavimento.*
>
> *IV - casa de máquinas e reservatório superior quando a área destes, em projeção, não ultrapassar 15% da área do último pavimento.*
>
> *§ 2º Para cada zona será fixado coeficiente de aproveitamento que poderá ser objeto de acréscimo de acordo com os termos desta lei, não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do coeficiente de aproveitamento da zona onde o lote estiver localizado."*

Conforme estabelecido no caput do artigo 79 da LC nº 170/06, a definição de Coeficiente de Aproveitamento (CA) corresponde ao número que multiplicado pela área do lote resulta na área máxima edificável. Isto significaria dizer que o CA estabelecido para os zoneamentos da Macrozona Urbana correspondem a área máxima edificada em um lote, ou seja, exemplificando, se o lote possuir 300m^2 e o CA for igual a 4, a área máxima edificável seria equivalente a 1.200,00m^2. Pode-se dizer então que os Coeficientes de Aproveitamento definidos nos artigos 86 a 104 da lei do Plano Diretor correspondem aos Coeficientes de Aproveitamento Básico – CAB.

Entretanto, conforme anteriormente exposto, a legislação estabelece exceções. O parágrafo primeiro do artigo 79 estabelece que a área máxima edificável computará a totalidade da área real construída, permitindo, no entanto, não computar áreas correspondentes as situações previstas nos incisos I a IV do artigo 79. Assim, constata-se que a área real construída não corresponde à área máxima permitida para os zoneamentos, relativa ao Coeficiente de Aproveitamento Básico – CAB.

Já o parágrafo segundo do mesmo artigo, prevê a possibilidade de acréscimo não superior a 25% do Coeficiente de Aproveitamento da zona onde o lote estiver localizado.

Os meios de acréscimo de 25% no Coeficiente de Aproveitamento estabelecidos no parágrafo segundo do artigo 79 são previstos na Lei do Plano Diretor no Título IV - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE E DE INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO URBANO. O artigo 144 prevê o acréscimo de 25% no Coeficiente de Aproveitamento no instrumento de Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC). No entanto, este instrumento ainda não foi regulamentado e não foi implantado no munícipio. Já o artigo 147 prevê o acréscimo de 25% no CA através do instrumento de Transferência do Direito de Construir. A Lei Complementar nº393 de 2015 regulamentou o instrumento, estabelecendo no parágrafo segundo do artigo 3º as zonas possíveis de receber a Transferência do Potencial Construtivo (TPC), conforme:

> *"...§ 2º Somente poderão receber a transferência do potencial construtivo os imóveis localizados nas Zonas de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2), Zona de Transição (ZT) e nos Eixos Indutores (EI)."*

Neste sentido, pode-se dizer que se tem a seguinte situação referente à área máxima edificável, conforme legislação vigente:

- COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO (CAB), conforme definido para os zoneamentos na legislação do Plano;
- ISENÇÕES, conforme previsto no artigo 79;
- TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO (TPC), acréscimo de até 25%, conforme legislação vigente.

Diante deste contexto, conclui-se que a configuração espacial resultante da realidade das construções não traduz genuinamente os Coeficientes de Aproveitamento Básicos – CAB dos zoneamentos estabelecidos no Plano Diretor, haja vista que os mesmos podem sofrer acréscimo em até 25% através da Transferência do Potencial Construtivo (TPC) e também podem sofrer acréscimo devido às isenções previstas na legislação. Como resultado desta situação os Coeficientes de Aproveitamento Básicos são significativamente incrementados.

Diante deste cenário, foram realizadas duas simulações de edificações em dois zoneamentos distintos, com o intuito de exemplificar esta situação:

a) *edificação residencial multifamiliar vertical com 15 pavimentos, implantada em lote localizado na Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2);*

b) *edificação residencial multifamiliar vertical com 14 pavimentos, implantada em lote localizado na Zona de Transição (ZT);*

A seguir será apresentada a simulação de uma edificação hipotética localizada no zoneamento definido como Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2), valendo-se dos índices definidos no artigo 99 da LC n°170/06.

2.3.1.2.1. SIMULAÇÃO A

USO: R.3 - Residencial Multifamiliar Vertical		Classificação do uso: CONFORME	
Número de Apartamentos 1 dormitório: 10 unidades Número de Apartamentos 2 dormitórios: 30 unidades		LOTE: 750m^2 (15x50metros) – meio de quadra	
ZONA: ZOI2	TO: 80% base – 60% torre	CA: 3,6	CID: 10m^2
RECUO: frontal de 4 metros, recuo lateral e de fundos isento até 10 metros contados da soleira de entrada até a laje de forro		ESTACIONAMENTOS: 40 vagas	

Quadro 2.3.2: Resumo da simulação A.

De acordo com a legislação, para a Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2) a área máxima edificável da simulação seria de 2.700,00m^2, considerando-se a área do lote (750,00m^2) multiplicado pelo CA de 3,6. A área de projeção máxima relativa à taxa de ocupação da base é de 600,00m^2. Já a taxa de ocupação máxima da torre é de 450,00m^2. O número máximo de dormitórios para o local é de 75. O número de vagas de estacionamentos para o uso R.3, considerando-se uma vaga por unidade com área privativa de construção menor que 120 m², é de 40 vagas.

Na simulação do projeto foi considerada uma edificação hipotética com 15 pavimentos, sendo: subsolo, térreo, 1º e 2º pavimentos hipoteticamente destinados às áreas de uso comum e estacionamentos, 10 pavimentos caracterizados como andar tipo, do 3º pavimento ao 12º pavimento, onde estariam localizados quatro apartamentos por andar. O 13º pavimento foi simulado como reservatórios e casa de máquinas, estimados em 15% da área do andar tipo. A taxa de ocupação utilizada na simulação para a base da edificação é de 600,00m^2, englobando os pavimentos subsolo, térreo, 1º e 2º pavimentos. Já taxa de ocupação utilizada para a torre na hipótese de projeto é de 36%, considerando um pavimento tipo de 270,00m^2, distribuídos em quatro apartamentos, sendo três de dois dormitórios com 63,00m^2 cada, um de um dormitório com 40,50m^2 e 40,50m^2 de áreas de circulação comum, estimadas em 15% da área do pavimento tipo. O número de dormitórios da simulação é de 70. O número de vagas de estacionamentos da simulação é 40. Nas figuras 2.3.43 e 2.3.44 são apresentadas as ilustrações esquemáticas da simulação da edificação.

Na figura 2.3.43 é demonstrada a simulação da implantação com a solução da edificação hipotética.

a) Esquemático – implantação

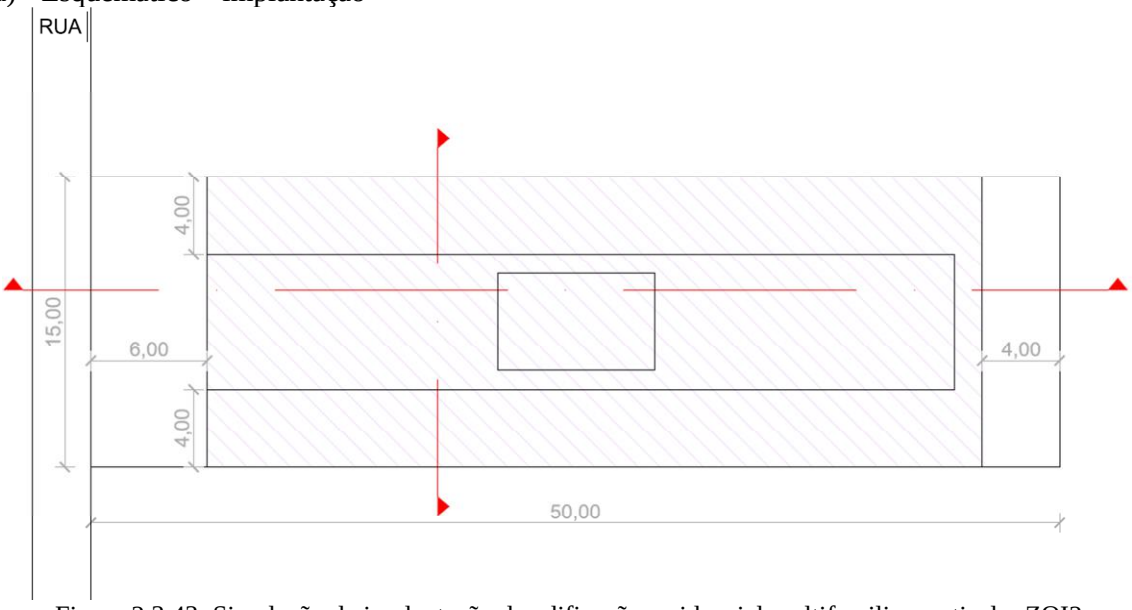
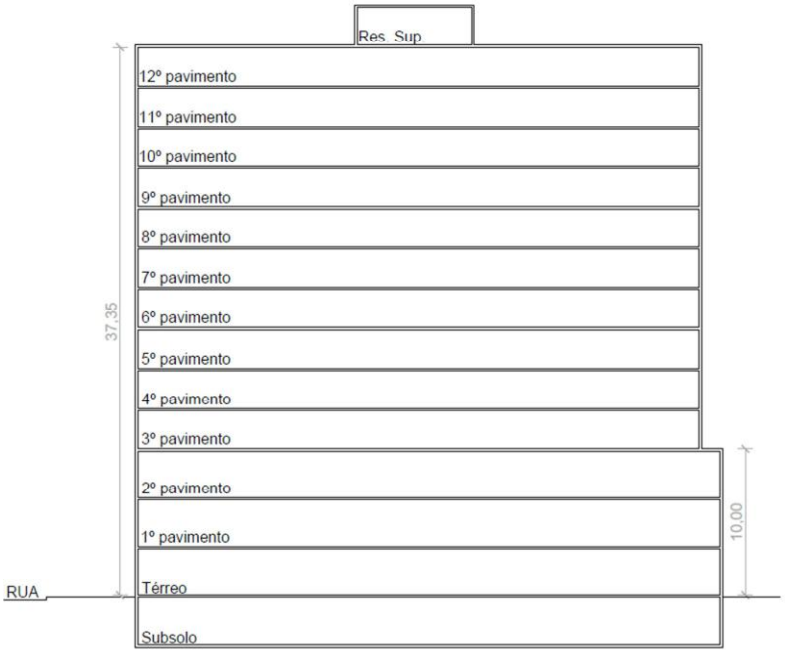


Figura 2.3.43: Simulação da implantação da edificação residencial multifamiliar vertical – ZOI2

Com relação aos recuos, na simulação foi adotado 6 metros recuo frontal, 4 metros para os fundos e sem recuo nas laterais até 10 metros de altura. Na torre foi aplicada a fórmula do recuo lateral, sendo previsto 4,00m em cada divisa lateral e 5,42m de afastamento dos fundos do terreno.

Na figura 2.3.44 é demonstrada a simulação dos cortes transversal e longitudinal da edificação hipotética.

b) Corte longitudinal



c) Corte transversal

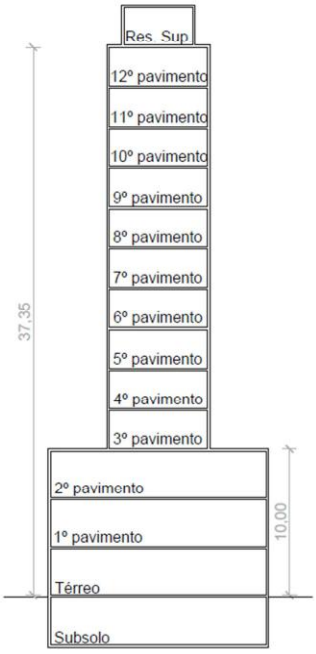


Figura 2.3.44: Simulação dos cortes da edificação residencial multifamiliar vertical – ZOI2

É possível observar que na simulação da edificação foi considerado que o térreo, o 1º e o 2º pavimentos são destinados a áreas de uso comum e estacionamentos, assim como subsolo, e, portanto, valeu-se da isenção de recuo lateral até 10 metros de altura previstos para a ZOI2, colando a edificação nas divisas laterais do terreno.

No quadro 2.3.3 é apresentado o resumo de áreas de cada pavimento, as áreas não computáveis no cálculo do coeficiente de aproveitamento e a área total estimada para a edificação.

Pavimento	Descrição	Área (m^2)	Descontável no CA (m^2)
Subsolo	Área de uso comum e estacionamentos	600,00	600,00
Térreo	Área de uso comum e estacionamentos	600,00	600,00
1º pav.	Área de uso comum e estacionamentos	600,00	600,00
2º pav.	Área de uso comum e estacionamentos	600,00	600,00
3º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
4º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
5º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
6º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
7º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
8º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
9º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
10º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
11º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
12º pav.	Apartamentos – andar tipo	270,00	
13º pav.	Reservatórios/casa de máquinas	40,50	40,50
Total		5.140,50 m^2	2.440,50 m^2

Quadro 2.3.3: Simulação edificação residencial multifamiliar vertical

Na legislação municipal são estabelecidos os índices urbanísticos máximos que as edificações devem obedecer. Considerando que o Coeficiente de Aproveitamento (CA) da Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2) é 3,6 e que o lote em questão possui 750m^2 seria possível edificar 2.700,00m^2. Entretanto, no quadro 2.3.3 é possível observar que a área total da edificação é de 5.140,50m^2. Este número corresponderia à totalidade da área real construída.

Como mencionado anteriormente, a legislação municipal prevê isenções para efeitos do computo da área máxima edificada. Considerando estas isenções, é possível verificar, de acordo com o constante no quadro 2.3.3, que 2.440,50m^2 da edificação hipotética não computam para fins de cálculo da área máxima edificável. Isto significa que o Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) da zona ZOI2 tem um acréscimo de 90,39%, passando de 3,6 para 6,85.

Na hipótese de ter mais um pavimento de subsolo destinado a áreas de uso comum e estacionamentos, haveria um acréscimo de 600,00m^2 não computáveis no CA, totalizando 3.040,50m^2 descontáveis e a área real da edificação passaria para 5.740,50m^2. O coeficiente de aproveitamento real passaria então de 3,6 para 7,65, com incremento de 112,61%.

Além disso, é possível incrementar o Coeficiente de Aproveitamento, em até 25%, conforme previsto no parágrafo segundo do artigo 79 do Plano Diretor, aumentando o índice estabelecido para a zona onde o lote estiver localizado. Atualmente, é possível adquirir Coeficiente de Aproveitamento nas situações estabelecidas na legislação, através do instrumento de Transferência de Potencial Construtivo (TPC), Lei Complementar nº393/2015. De acordo com esta Lei, somente poderão receber a transferência do potencial construtivo os imóveis localizados nas Zonas de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2), Zona de Transição (ZT) e nos Eixos Indutores (EI).

Neste sentido, considerando que no caso em tela o lote está inserido na ZOI2, haveria possibilidade de incrementar ainda mais o Coeficiente de Aproveitamento Básico da zona, passando de 3,6 para 4,5, se considerado o incremento de 25% possível através do instrumento de Transferência de Potencial Construtivo (TPC). Nesta hipótese, considerando que o Coeficiente de Aproveitamento (CA) da Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2) passaria a 4,5 e que o lote em questão possui 750m^2 seria possível edificar 3.375,00m^2, sem considerar ainda, no entanto, as isenções possíveis.

Valendo-se da possibilidade de acréscimo do Coeficiente de Aproveitamento através da Transferência do Potencial Construtivo (TPC) e considerando a simulação citada no quadro 2.3.3, seria possível modificar o projeto hipotético original e aumentar, então, três pavimentos tipo da edificação, reduzindo-se a área do andar tipo de 270,00m^2 para 244,80m^2, com taxa de ocupação de 32,64% e recuos laterais de 4,44 metros. A edificação passaria a ter 18 pavimentos, sendo: subsolo, térreo, 1º e 2º pavimentos hipoteticamente destinados às áreas de uso comum e estacionamentos, 13 pavimentos caracterizados como andar tipo, do 3º pavimento ao 15º pavimento, onde estariam localizados quatro apartamentos por andar. O 16º pavimento foi simulado como reservatórios e casa de máquinas, estimados em 15% da área do andar tipo, correspondendo a 36,72m^2. A edificação teria ao todo, área real construída equivalente a 5.622,90m^2. O incremento de área foi de 482,40m^2 em relação à edificação apresentada no quadro 2.3.3, correspondendo a 9,38%, ou seja, na simulação não foi utilizado o valor total de incremento permitido na legislação através da aquisição de índices mediante o instrumento de TPC. O CA real utilizado na edificação corresponderia a 7,5.

O quadro 2.3.4 apresenta o resumo comparativo de incremento de áreas das simulações adotadas para a Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2).

Coeficiente de Aproveitamento (CA)		**Incremento no CA (%)**	**Área (m^2)**	**Incremento na área edificada (aproximado)**
Básico	3,6	-	2.700,00	-
Básico + isenções	6,85	90,39	5.140,50	1,90
Básico + TPC*	4,5	25	3.375,00	1,25
Básico + TPC** + isenções	7,5	117,87	5.622,90	2,08

*Transferência de Potencial Construtivo percentual máximo previsto na legislação (25%)
** Transferência de Potencial Construtivo percentual adquirido conforme projeto simulado (9,38%)
Quadro 2.3.4: Resumo comparativo de incremento de áreas das simulações

Observando o quadro 2.3.4 é possível verificar que a área real da edificação simulada duplica com relação a área máxima edificada prevista na legislação para o caso em tela, considerando o CA básico da zona ZOI2, a aquisição de área mediante Transferência de Potencial Construtivo (TPC) e as áreas que são isentas no computo do CA. Destaca-se que na simulação não foi utilizado o valor total de incremento permitido na legislação através da aquisição de Coeficiente de Aproveitamento mediante o instrumento de TPC. Nesta situação, o incremento chega a 2,08 vezes da área máxima edificável originalmente prevista para o zoneamento, atingindo 117,87% de incremento no CA básico. Praticamente o mesmo acontece considerando-se o CA básico e as isenções, sem a aquisição de áreas mediante TPC, tendo um incremento de 1,9 vezes da área máxima edificável originalmente prevista na legislação para o local, atingindo 90,39% de incremento no Ca básico.

A figura 2.3.45 apresenta o comparativo de incremento de áreas das simulações adotadas para a Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2).

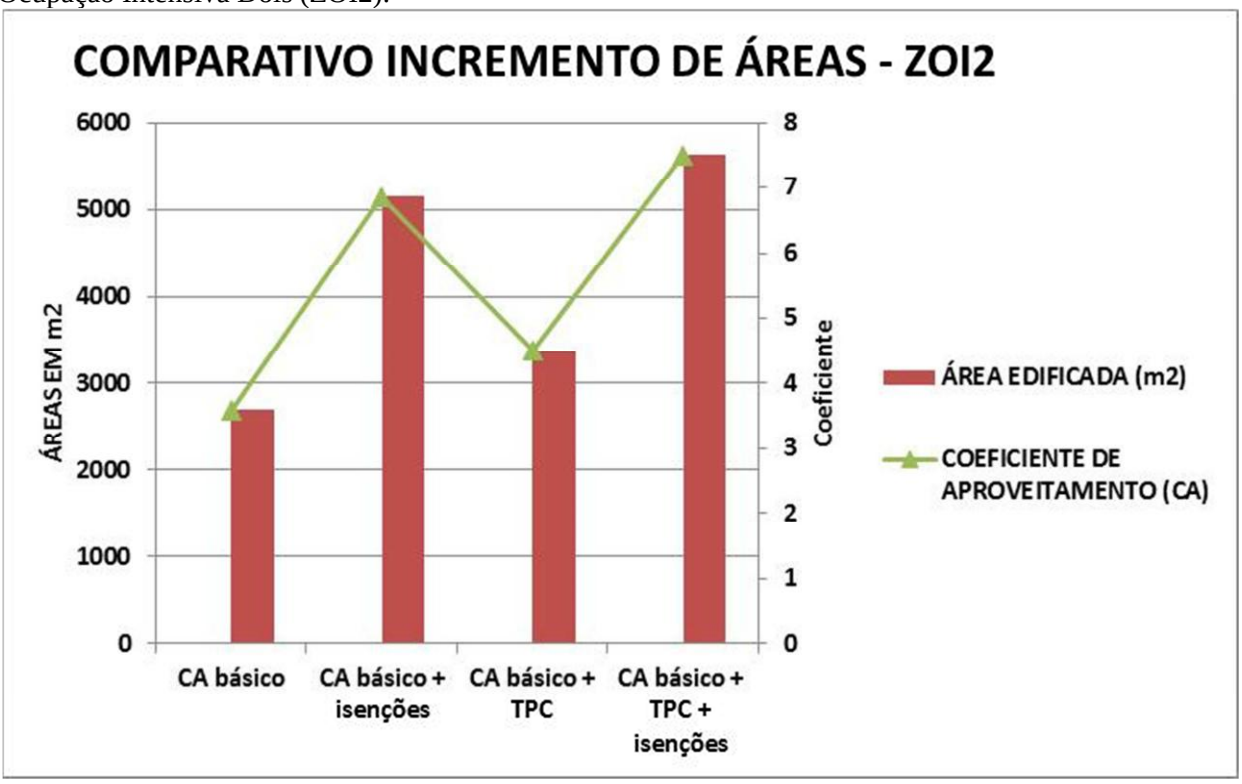


Figura 2.3.45: Comparativo de incremento de áreas da ZOI2

Na figura 2.3.45 é possível observar a variação das áreas máximas edificáveis comparando-se a área máxima edificada oriunda do CA Básico, a área máxima edificável procedente do projeto simulado computando o CA Básico e as isenções, área máxima edificada considerando-se o CA Básico e o incremento de 25% mediante Transferência de Potencial Construtivo (TPC) e, finalmente, considerando o projeto simulado, considerando a área máxima edificável oriunda do CA Básico, o acréscimo de 9,38% no CA mediante Transferência de Potencial Construtivo (TPC) e também as isenções de áreas não comutáveis permitidas na legislação.

Pode-se concluir que o modelo espacial resultante do Coeficiente de Aproveitamento Básico igual a 4 proposto para a Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2), pode ultrapassar o valor de 7,5 calculados na simulação, considerando o CAB + TPC + isenções, haja vista que na simulação não foram adotados os limites máximos relativos aos acréscimos mediante o instrumento de Transferência de Potencial Construtivo (TPC).

A seguir será apresentada a simulação de uma edificação hipotética localizada no zoneamento definido como Zona de Transição (ZT), valendo-se dos índices definidos no artigo 100 da LC n°170/06.

2.3.1.2.2. SIMULAÇÃO B

USO: R.3 - Residencial Multifamiliar Vertical		Classificação do uso: CONFORME	
Número de Apartamentos 1 dormitório: 10 unidades Número de Apartamentos 2 dormitórios: 20 unidades		LOTE: 750m^2 (15x50metros) – meio de quadra	
ZONA: ZT	TO: 60%	CA: 2,8	CID: 15m^2
RECUO: frontal de 4 metros, recuo lateral e de fundos isento até 7,5 metros contados da soleira de entrada até a laje de forro		ESTACIONAMENTOS: 30 vagas	

Quadro 2.3.5: Resumo da simulação B.

De acordo com a legislação, para a Zona de Transição (ZT) a área máxima edificável da simulação seria de 2.100,00m^2, considerando-se a área do lote (750,00m^2) multiplicado pelo CA de 2,8. A área de projeção máxima relativa à taxa de ocupação é de 450,00m^2. O número máximo de dormitórios para o local é de 50. O número de vagas de estacionamentos para o uso R.3, considerando-se uma vaga por unidade com área privativa de construção menor que 120 m², é de 30 vagas.

Na simulação do projeto foi considerada uma edificação hipotética com 14 pavimentos, sendo: subsolo, térreo e 1º pavimento hipoteticamente destinados às áreas de uso comum e estacionamentos, 10 pavimentos caracterizados como andar tipo, do 2º pavimento ao 11º pavimento, onde estariam localizados três apartamentos por andar. O 12º pavimento foi simulado como reservatórios e casa de máquinas, estimados em 15% da área do andar tipo. A taxa de ocupação utilizada na simulação da edificação é de 60% correspondendo a 450,00m^2, englobando os pavimentos subsolo, térreo e 1º pavimento. Já taxa de ocupação utilizada para a torre na hipótese de projeto é de 28%, considerando um pavimento tipo de 210,00m^2, distribuídos em três apartamentos, sendo dois de dois dormitórios com 66,00m^2 cada, um de um dormitório com 46,50m^2 e 31,50m^2 de áreas de circulação comum, estimadas em 15% da área do pavimento tipo. O número de dormitórios da simulação é de 30. O número de vagas de estacionamentos da simulação é 30. Nas figuras 2.3.46 e 2.3.47 são apresentadas as ilustrações esquemáticas da simulação da edificação.

Na figura 2.3.46 é demonstrada a simulação da implantação com a solução da edificação hipotética.

a) Esquemático – implantação

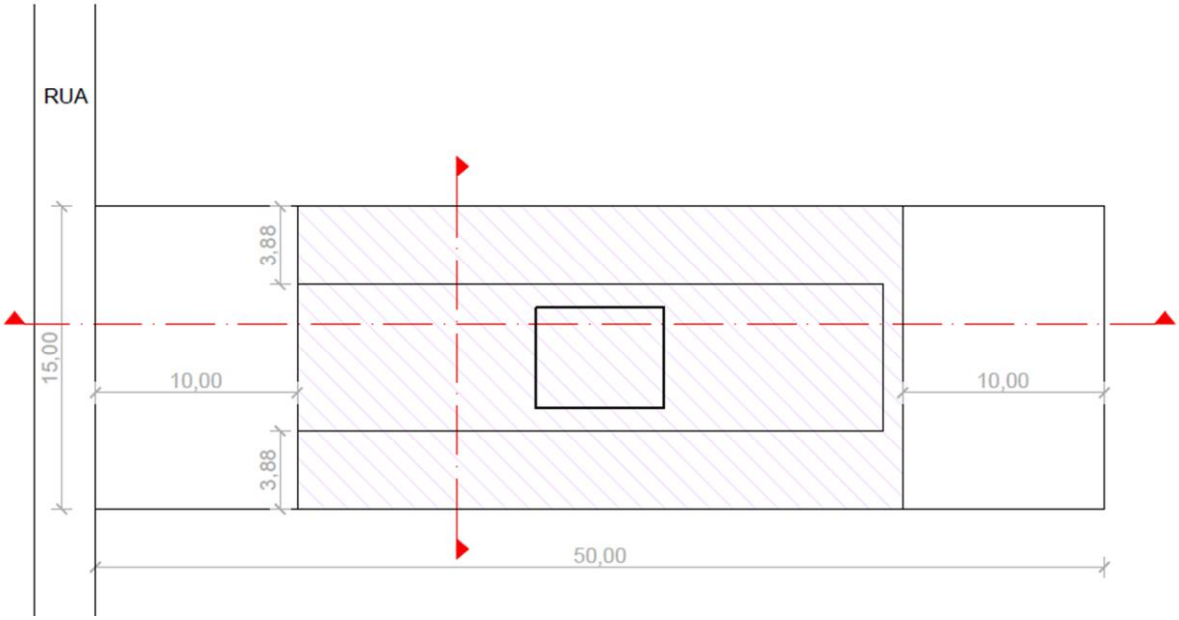


Figura 2.3.46: Simulação da implantação da edificação residencial multifamiliar vertical – ZT.

Com relação aos recuos, na simulação foi adotado 10 metros recuo frontal, 10 metros para os fundos e sem recuo nas laterais até 7,5 metros de altura. Na torre foi aplicada a fórmula do recuo lateral, sendo previsto 3,88m em cada divisa lateral e 10,99m de afastamento dos fundos do terreno.

Na figura 2.3.47 é demonstrada a simulação dos cortes transversal e longitudinal da edificação hipotética.

b) Corte longitudinal

c) Corte transversal

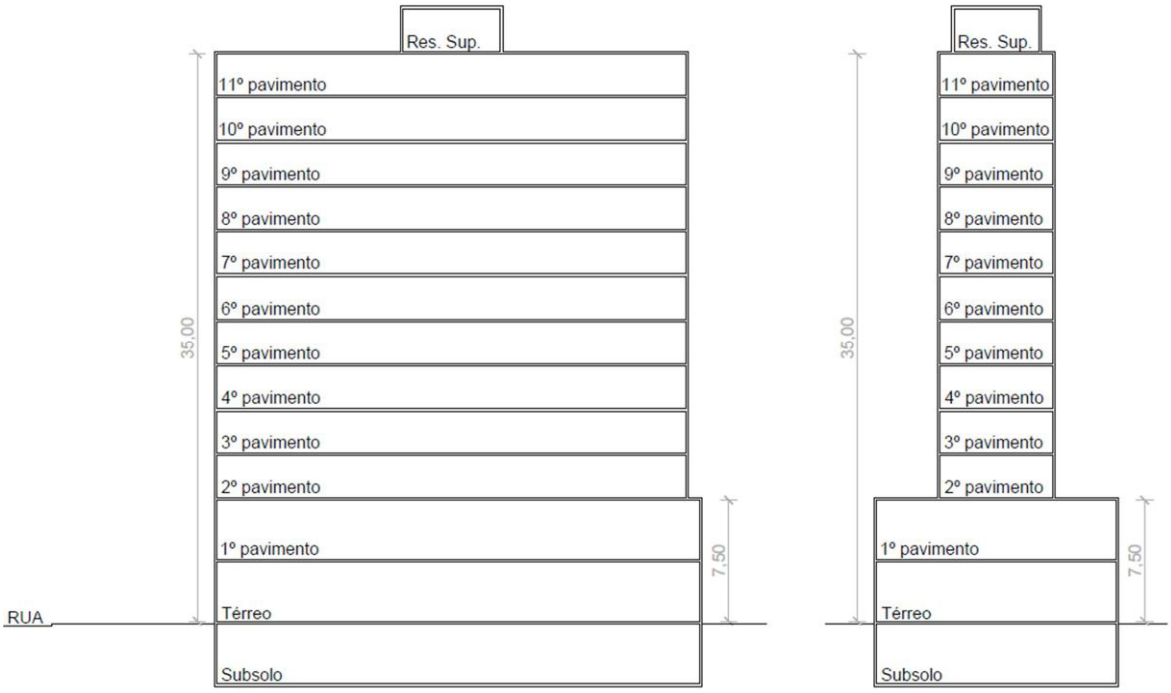


Figura 2.3.47: Simulação dos cortes da edificação residencial multifamiliar vertical – ZT.

É possível observar que na simulação da edificação foi considerado que o térreo e o 1º pavimento são destinados a áreas de uso comum e estacionamentos, assim como subsolo, e, portanto, valeu-se da isenção de recuo lateral até 7,5 metros de altura previstos para a ZT, colando a edificação nas divisas laterais do terreno.

No quadro 2.3.6 é apresentado o resumo de áreas de cada pavimento, as áreas não computáveis no calculo do coeficiente de aproveitamento e a área total estimada para a edificação.

Pavimento	Descrição	Área (m^2)	Descontável no CA (m^2)
Subsolo	Área de uso comum e estacionamentos	450,00	450,00
Térreo	Área de uso comum e estacionamentos	450,00	450,00
1º pav.	Área de uso comum e estacionamentos	450,00	450,00
2º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
3º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
4º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
5º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
6º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
7º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
8º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
9º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
10º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
11º pav.	Apartamentos – andar tipo	210,00	
12º pav.	Reservatórios/casa de máquinas	31,50	31,50
Total		3.481,50 m^2	1.381,50 m^2

Quadro 2.3.6: Simulação edificação residencial multifamiliar vertical.

Na legislação municipal são estabelecidos os índices urbanísticos máximos que as edificações devem obedecer. Considerando que o Coeficiente de Aproveitamento (CA) da Zona de Transição (ZT) é 2,8 e que o lote em questão possui 750m^2 seria possível edificar 2.100,00m^2. Entretanto, no quadro 2.3.6 é possível observar que a área total da edificação é de 3.481,50m^2. Este número corresponderia à totalidade da área real construída.

Como mencionado anteriormente, a legislação municipal prevê isenções para efeitos do computo da área máxima edificada. Considerando estas isenções, é possível verificar, de acordo com o constante no quadro 2.3.6, que 1.381,50m^2 da edificação hipotética não computam para fins de cálculo da área máxima edificável. Isto significa que o Coeficiente de Aproveitamento (CA) básico da zona ZT tem um acréscimo de 65,79% passando de 2,8 para 4,64.

Na hipótese de ter mais um pavimento de subsolo destinado a áreas de uso comum e estacionamentos, haveria um acréscimo de 450,00m^2 não computáveis no CA, totalizando 1.831,50m^2 descontáveis e a área real da edificação passaria para 3.931,50m^2. O coeficiente de aproveitamento real passaria então de 2,8 para 5,24, com incremento de 112,93%.

Como mencionado anteriormente, de acordo com o previsto no parágrafo segundo do artigo 79 do Plano Diretor é possível incrementar o coeficiente de aproveitamento, em até 25%. Neste sentido, considerando a legislação vigente e a que no caso em tela o lote está inserido na ZT, haveria possibilidade de incrementar ainda mais o Coeficiente de Aproveitamento Básico da zona, passando de 2,8 para 3,5, se considerado o incremento de 25%. Nesta hipótese, considerando que o Coeficiente de Aproveitamento (CA) da Zona de Transição (ZT) passaria a 3,5 e que o lote em questão possui 750m^2 seria possível edificar 2.625,00m^2, sem considerar ainda, no entanto, as isenções possíveis.

Valendo-se da possibilidade de acréscimo do Coeficiente de Aproveitamento através da Transferência do Potencial Construtivo (TPC) e considerando a simulação citada no quadro 2.3.6, seria possível modificar o projeto hipotético original e aumentar, então, dois pavimentos tipo, reduzindo-se a área do andar tipo de 210,00m^2 para 199,80m^2, com taxa de ocupação de 26,64% e recuos laterais de 4,17 metros. A edificação passaria a ter com 16 pavimentos, sendo: subsolo, térreo e 1º pavimento hipoteticamente destinados às áreas de uso comum e estacionamentos, 12 pavimentos caracterizados como andar tipo, do 2º pavimento ao 13º pavimento, onde estariam localizados quatro apartamentos por andar. O 14º pavimento foi simulado como reservatórios e casa de máquinas, estimados em 15% da área do andar tipo, correspondendo a 29,97m^2. A edificação teria ao todo, área real construída equivalente a 3.779,10m^2. O incremento de área foi de 297,06m^2 em relação à edificação apresentada no quadro 2.3.6, correspondendo a 8,55%, ou seja, na simulação não foi utilizado o valor total de incremento permitido na legislação através da aquisição de índices mediante o instrumento de TPC. O CA real utilizado na edificação hipotética corresponderia a 5,04.

O quadro 2.3.7 apresenta o comparativo de incremento de áreas das simulações adotadas para a Zona de Transição (ZT).

Coeficiente de Aproveitamento (CA)		**Incremento no CA (%)**	**Área (m^2)**	**Incremento na área edificada (vezes)**
Básico	2,8	-	2.100,00	-
Básico + isenções	4,64	65,79	3.481,50	1,66x
Básico + TPC*	3,5	25	2.625,00	1,25x
Básico + TPC** + isenções	5,04	79,93	3.779,10	1,80x

*Transferência de Potencial Construtivo percentual máximo previsto na legislação (25%)
** Transferência de Potencial Construtivo percentual adquirido conforme projeto simulado (8,55%)

Quadro 2.3.7: Resumo comparativo de incremento de áreas das simulações.

Observando o quadro 2.3.7 é possível verificar que a área real da edificação simulada aumenta 1,8 vezes com relação à área máxima edificada prevista na legislação para o caso em tela, considerando o CA básico da zona ZT, a aquisição de área mediante TPC e as áreas que são isentas no computo do CA. Destaca-se que na simulação não foi utilizado o valor total de incremento permitido na legislação através da aquisição de índices mediante o instrumento de TPC. Nesta situação, o incremento atinge 117,87% de em relação ao CA Básico. Praticamente o mesmo acontece considerando-se o CA Básico e as isenções, sem a aquisição de áreas mediante TPC, tendo um incremento de 1,66 vezes da área originalmente prevista na legislação para o local, atingindo 65,79% de incremento no CA Básico.

A figura 2.3.48 apresenta o comparativo de incremento de áreas das simulações adotadas para a Zona de Transição (ZT).

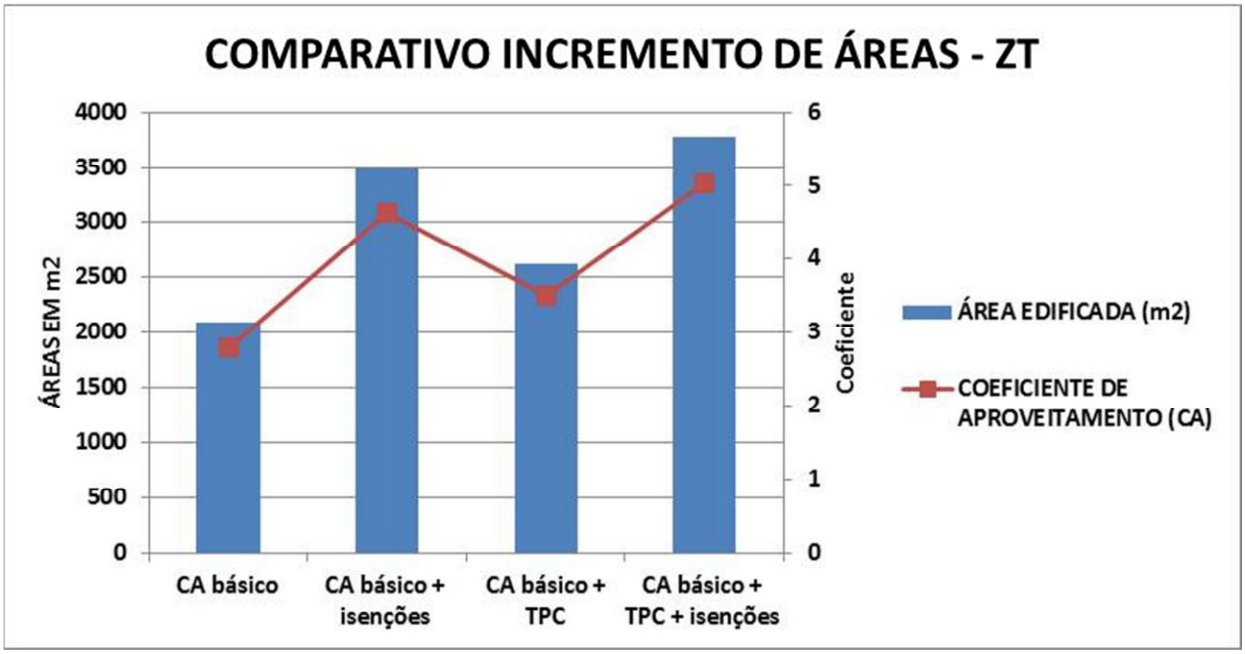


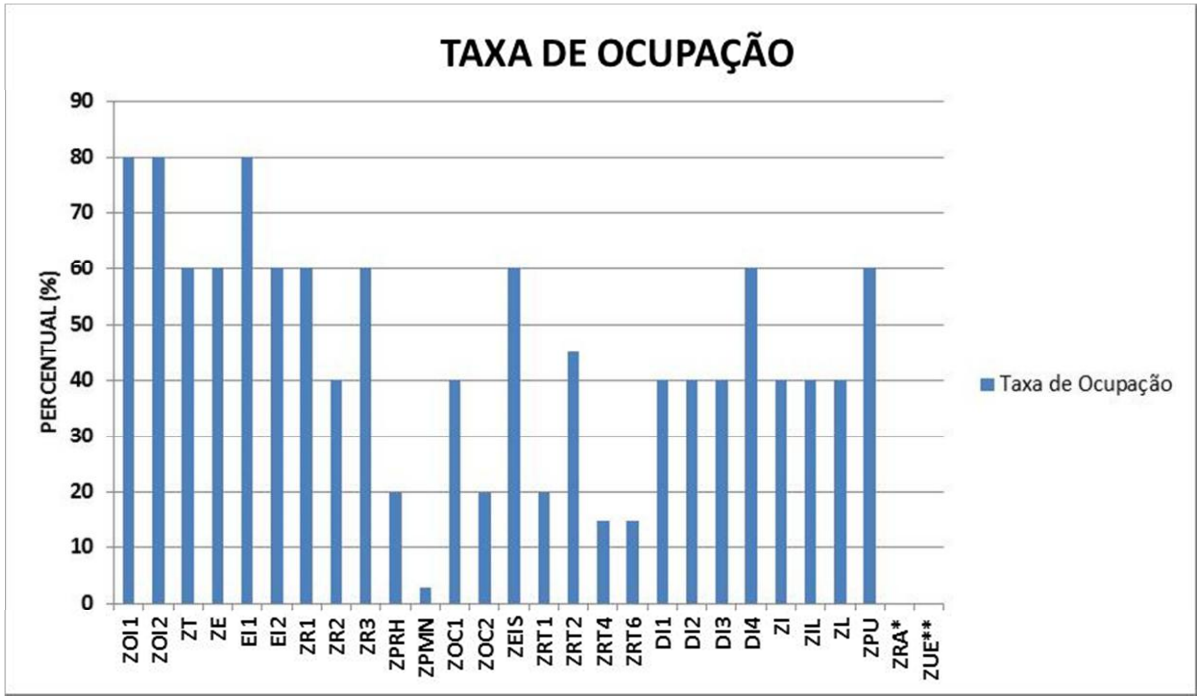
Figura 2.3.48: Comparativo de incremento de áreas da ZT.

Conforme as simulações realizadas constata-se que há um acréscimo significativo de áreas construídas em relação à área máxima edificada prevista para cada zoneamento na legislação do Plano Diretor. Apesar da redução dos coeficientes e da diminuição de situações previstas na legislação com efeitos de isenção do computo de áreas no coeficiente de aproveitamento neste Plano Diretor em relação ao Plano anterior, verifica-se ainda incremento real de áreas edificadas equivalentes à aproximadamente o dobro da área máxima edificada, originalmente prevista em cada zoneamento, sendo 1,9 vezes na simulação da ZOI2 e 1,66 vezes na ZT.

2.3.1.2.3 DEMAIS PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Com relação à Taxa de Ocupação (TO), a Lei isenta as floreiras no cálculo da percentagem da área do lote que é ocupado pela área da projeção horizontal máxima da edificação. Neste Plano Diretor houve redução dos percentuais de Taxa de Ocupação relacionados com a região mais central da cidade, uma vez que no plano anterior a taxa máxima estabelecida era de 100% e hoje a taxa máxima é de 80%.

Assim, é possível observar na figura 2.3.49 que a maior Taxa de Ocupação (TO) prevista é de 80% para a base e 60% para a torre para as áreas adensáveis, zonas: Zona de Ocupação Intensiva Um e Dois (ZOI1 e ZOI2) e Eixo Indutor Um (EI1). No geral, as demais taxas flutuam entre 60% e 20%. As taxas mais restritivas são relativas às zonas que compõe as áreas de preservação e as zonas de recreação e turismo (ZOC2, ZPRH, ZRT1, ZRT4 e ZRT6), sendo que a menor taxa estabelecida é a da Zona de Proteção da Mata Nativa (ZPMN) definida em 3%.

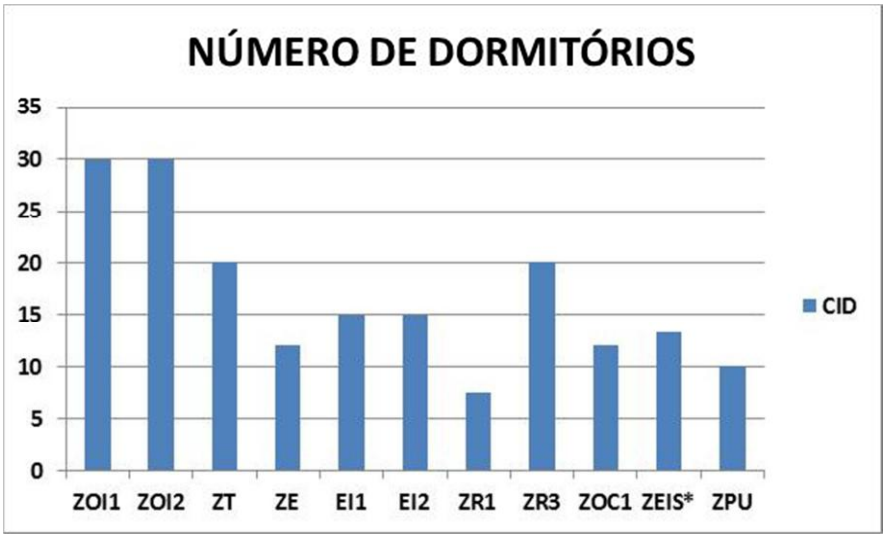


*Sem taxa de ocupação estabelecida na lei do Plano Diretor
**taxa estabelecida por lei especifica

Figura 2.3.49: Taxas de ocupação estabelecidas conforme Plano Diretor vigente.

Destaca-se que não é possível incrementar a taxa de ocupação da zona através de transferência do potencial construtivo ou outro instrumento.

A Cota Ideal por Dormitório estabelece relação da densidade populacional prevista para cada zona vinculada ao uso Residencial Multifamilar Vertical (R.3). Nas Zonas de Ocupação Intensiva Um e Dois (ZOI1 e ZOI2) são previstas as maiores densidades, considerando-se um lote padrão de 300 metros quadrados e o CID de 10 metros quadrados, o número de dormitório resultante da fórmula é igual a 30. Na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) o número de dormitórios resultante da formula é de 13,33, considerando-se um lote mínimo de duzentos metros quadrados. Se considerado um lote mínimo de trezentos metros quadrados, o número de dormitórios para a ZEIS é 20. A menor cota é prevista para a Zona Residencial Um (ZR1), estabelecida em 7,5 para um lote padrão de 300 metros quadrados. A figura 2.3.50 apresenta o comparativo da simulação de número de dormitórios por zona.



* Nas ZEIS foi considerado lote mínimo de 200 metros quadrados.

Figura 2.3.50: Número de dormitórios.

Uma das inovações do PDDI é a reserva de área permeável no lote, prevista com o objetivo de permitir a infiltração e a drenagem da água da chuva no solo. A taxa é estabelecida mediante a aplicação de fórmula para todas as zonas, com exceção para a Zona de Proteção da Mata Nativa, Zona de Proteção de Recursos Hídricos e Zona de Ocupação Controlada Dois, que possuem percentual mais restritivo estabelecido na legislação. Entretanto, a legislação não estabelece regramento ou critérios para o tipo de material construtivo ou ainda quais elementos construídos são admissíveis na área correspondente à taxa de permeabilidade.

Com o objetivo de melhorar a drenagem pluvial, é prevista a construção de reservatórios de contenção de água nos lotes a serem edificados, para que a água das chuvas escoe mais lentamente para as redes públicas. Neste intuito, é obrigatória a construção de reservatório que retarde o escoamento das águas pluviais para a rede de drenagem em todas as edificações a serem construídas nas Zonas de Ocupação Intensiva I e Zona de Ocupação Intensiva II, excetuando-se as residências unifamiliares. Além disso, a legislação estabelece a possibilidade de aproveitamento da água da chuva incentivando a utilização racional dos recursos naturais e a diminuição do consumo de água potável.

Outra modificação significativa na configuração espacial da cidade foi a ampliação da obrigatoriedade de recuos para a maior parte das zonas. O PDDI instituiu a obrigatoriedade de recuos frontais, laterais e de fundos, prevendo afastamentos entre as edificações e os limites do lote onde estas estiverem inseridas, destinados à qualificação do ambiente urbano, em especial a ventilação e a iluminação natural. Na figura 2.3.51 é apresentado esquema ilustrativo dos recuos previstos na legislação.

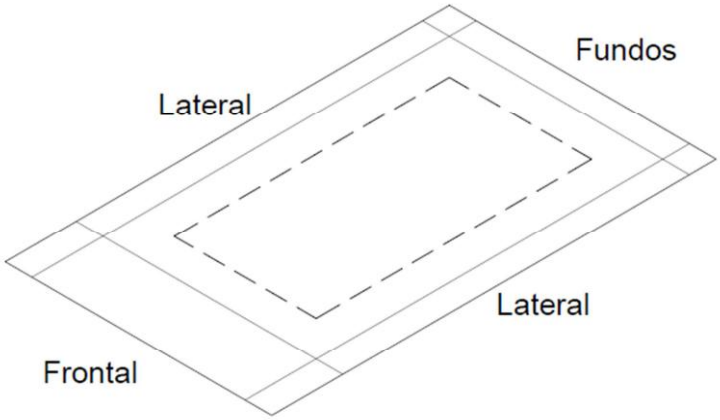


Figura 2.3.51: Esquema ilustrativo dos recuos.

De acordo com a Lei do Plano Diretor considera-se recuo frontal o afastamento da edificação do alinhamento público como garantia de espaço não edificável. A exceção de recuo frontal é dada para a Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), que, via de regra, não possui obrigatoriedade até 10 metros de altura, haja vista se tratar do centro urbano consolidado, e devido à isenção prevista na legislação anterior, já possui edificações no alinhamento. O II PDDU previa a isenção de recuo frontal para as zonas denominadas Zonas Comerciais 1, 2, 3 e 4.

A legislação também estabelece regramento diferenciado para os lotes regulares localizados em esquinas com testada menores de 15 metros sendo possível reduzir a dimensão do recuo frontal em uma das faces do terreno. Já os lotes irregulares devem ser analisados caso a caso.

O recuo frontal tem como objetivo garantir um percentual de área livre no lote, possibilitando um tratamento paisagístico que valoriza a paisagem urbana, contribuindo com o embelezamento da cidade. A obrigatoriedade de recuo frontal, evitando construções no alinhamento, ajuda a promover a manutenção do microclima urbano através de áreas verdes e permeáveis que possibilitam a qualificação do ambiente urbano. Além disso, amplia o espaço visual da via pública melhorando a percepção do usuário com relação à qualidade do ambiente construído como um todo, uma vez que garante espaços abertos destinados à ventilação e iluminação naturais a todos os edifícios, assim como evidencia a relação de transição entre o espaço público (vias e calçadas) e o espaço privado (lote).

Outra exigência da legislação para os recuos frontais se dá para os lotes localizados com testada para praças e parques, onde o recuo frontal mínimo obrigatório aumenta para 8 metros para os pavimentos situados acima de 10 metros, nas Zonas de Ocupação Intensiva Um e Dois (ZOI1 e ZOI2) e, acima de 7,5 metros paras as Zonas de Transição (ZT).

O Plano Diretor admite que na área contida no recuo frontal possa ser aprovada e licenciada área para estacionamento não privativo, para as atividades de comércio e serviços, desde que o rebaixamento de meio-fio não ultrapasse 50% da testada do lote e o recuo frontal mínimo de 5m. Além disso, a lei também admite áreas para estacionamento não-privativo para a atividade habitação de interesse social, R.4, nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, desde que mantido o recuo frontal mínimo de 5 metros.

Entretanto, em alguns locais a solução adotada potencializa os conflitos entre os pedestres e veículos, e também no próprio fluxo de veículos da via em especial no momento da manobra de saída do estacionamento. Em alguns locais observa-se que as distâncias mínimas exigidas pela legislação não são observadas e também o percentual relativo ao rebaixo de meio fio. Em outros locais, mesmo se observadas às exigências legais a manobra dos veículos torna-se perigosa para o pedestre, em função da solução adotada. Neste sentido, este é um ponto essencialmente importante a ser debatido visando minimizar estes conflitos. A imagem da figura 2.3.52 apresenta exemplos de locais onde há vagas de estacionamento no recuo frontal.

Figura 2.3.52: Estacionamentos no recuo frontal – arquivo Seplan, 2018.

Observa-se que em alguns locais a edificações estão sendo construídas com recuo frontal no pavimento térreo superior ao mínimo de 4 metros exigidos na legislação, resultando na ampliação das calçadas. Nestes locais estão sendo implantados alguns mobiliários urbanos, como bancos e floreiras, dentro no alinhamento do lote. A figura 2.3.53 apresenta exemplos de locais com esta solução.

Figura 2.3.53: Recuo frontal maior no térreo – arquivo Seplan, 2018.

Outra situação em relação ao recuo frontal se dá em decorrência das isenções previstas na legislação como estacionamentos, guaritas, escadas, rampas, entre outros, a área de recuo frontal, por vezes, resulta em um espaço com baixa permeabilidade e com predomínio de elementos construídos ou 100% pavimentado, principalmente quando relacionado ao uso comercial ou ainda, aos edifícios em altura.

A figura 2.3.54 apresenta exemplos de local com rampa de veículos no recuo frontal e de local onde o recuo frontal está 100% pavimentado.

Figura 2.3.54: Recuo frontal construções e pavimentação - arquivo Seplan, 2018.

Com relação aos recuos laterais e de fundos, a lei estabelece a obrigatoriedade de recuo exigindo afastamento da edificação em relação às divisas do lote. O dimensionamento do recuo é dado através de cálculo utilizando a fórmula prevista na legislação.

O II PDDU não previa a obrigatoriedade de recuo lateral e de fundos para as zonas denominadas Zonas Comerciais. Decorrente disso, na configuração de alguns locais da cidade é possível observar edificações com tipologia vertical com parede cega junto à divisa, e em alguns casos, várias edificações justapostas, coladas lado a lado.

A legislação atual do Plano Diretor possibilita isenção de recuo lateral e de fundos caso exista construção consolidada com mais de 10 (dez) metros de altura na divisa do lote, estudada caso a caso, mediante parecer favorável do órgão de planejamento, do Conselho pertinente e audiência pública.

Ademais, a legislação permite edificar junto à divisa até uma altura máxima de 10 metros nas Zonas de Ocupação Intensiva Um e Dois (ZOI1 e ZOI2), não podendo, no entanto, de acordo com o Código Civil, abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho. O mesmo tipo de isenção se dá em outras zonas da cidade, sendo possível edificar até uma altura de 7,5 metros nas Zonas de Transição (ZT), Zonas de Ocupação Extensiva (ZE), Eixos Indutores (EI), Zonas Residenciais Um (ZR1), Zonas Residenciais Dois (ZR2), Zonas Residenciais Três (ZR3) Zonas especiais de Interesse Social Um (ZEIS1), Zonas Especiais de Interesse Social Dois (ZEIS2), Zonas Especiais de Interesse Social Três (ZEIS3), Zonas de Produção Urbana (ZPU), Zonas Industriais (ZI), Zonas de Ocupação Controlada Um (ZOC1).

As isenções de recuo lateral e de fundos até uma determinada altura, previstas na legislação, combinados com o parâmetro da taxa de ocupação da base da edificação e com as isenções de coeficiente de aproveitamento até 10 metros de altura, resultam, na maior parte dos casos, com o desenvolvimento do projeto dos estacionamentos na base da edificação, no térreo, ou logo acima ou abaixo deste pavimento. A figura 2.3.55 ilustra exemplos de locais onde a base da edificação valeu-se destes parâmetros para o desenvolvimento do projeto.

Figura 2.3.55: Exemplos isenções - arquivo Seplan, 2018 e imagens extraídas do Street View, 2017.

As exigências legais relativas aos recuos interferem na qualidade do ambiente urbano. Os recuos entre as edificações visa garantir condições de iluminação e ventilação adequada para os usuários dos edifícios, pois interferem na salubridade das edificações, melhoram a circulação dos ventos, a incidência solar e iluminação dos ambientes, e a própria privacidade.

2.3.2. CENTRALIDADES DE BAIRRO

As áreas centrais constituem-se, pela sua importância na dinâmica da cidade, como espaços atrativos, nelas confluindo os fluxos de pessoas, automóveis e mercadorias. Pela sua intensidade, esses fluxos, subordinados à acessibilidade e às vantagens inerentes à proximidade, são responsáveis pela concentração de uma vasta gama de atividades. Nesse sentido, a forma urbana reflete também os efeitos da concentração de pessoas, de atividades e equipamentos.

Conforme mencionado anteriormente o regramento da área urbana de Passo Fundo busca a multicentralidade, estabelecendo zoneamentos de usos mistos e áreas em que muitas atividades produtivas são permitidas, que vão desde um grande número de comércio e serviços, até as industriais mais leves, que convivem lado a lado com o uso residencial.

A consolidação de diferentes centros possibilita minimizar os grandes deslocamentos, permitindo a o acesso a serviços e comercio essenciais no próprio bairro ou em uma vizinhança próxima. Nesse contexto as atividades cotidianas são facilitadas e podem ser realizadas a pé ou de bicicleta, impactando positivamente, por exemplo, na qualidade de vida da população e na redução da emissão de CO2.

Em Passo Fundo identificam-se 06 centralidades: o centro da cidade, o Boqueirão, a Vera Cruz, a Petrópolis, a São José e a São Cristóvão, conforme figura 2.3.56.

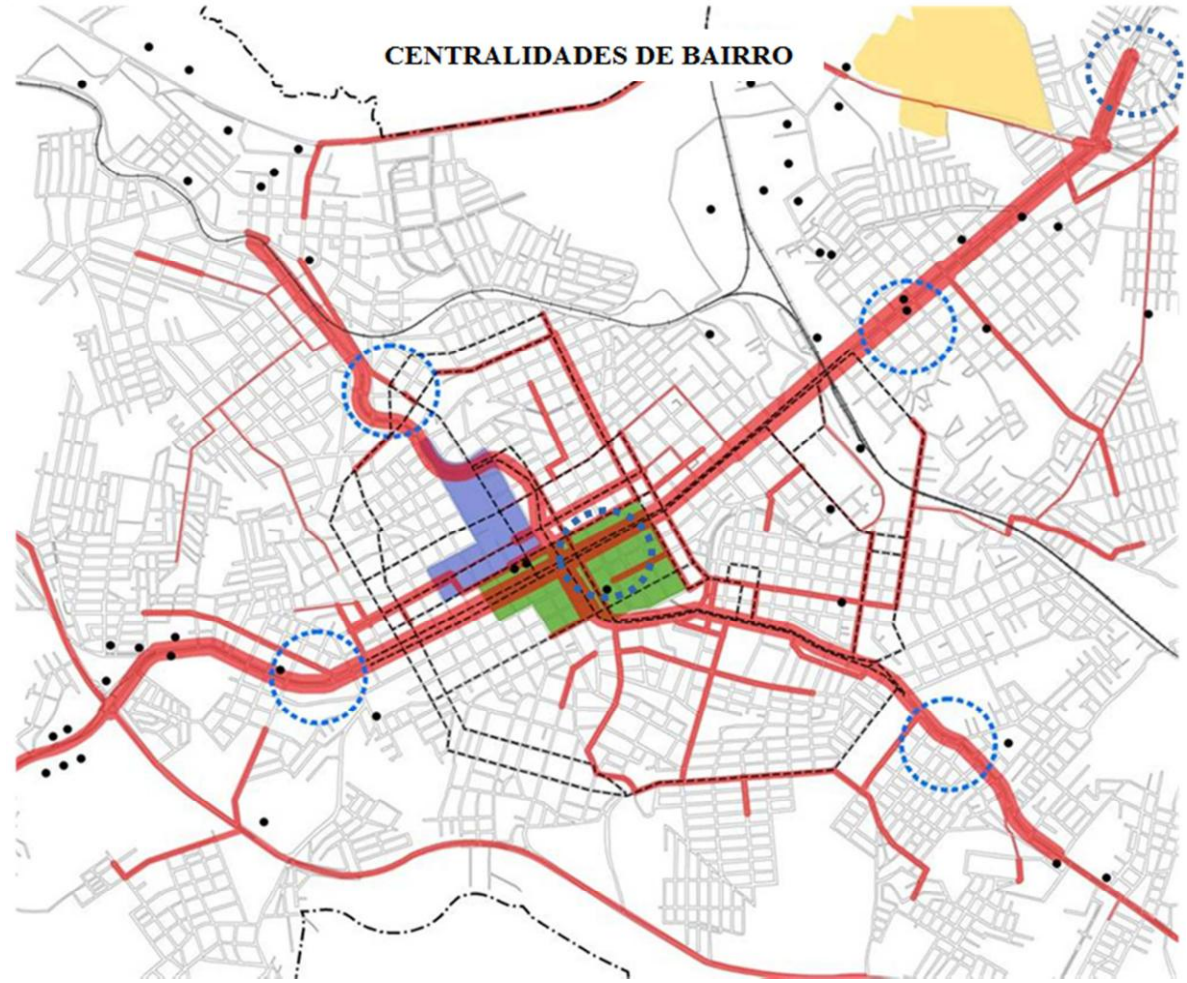


Figura 2.3.56: Centralidades de Bairro.
Fonte: Plano de Mobilidade, 2014

Essa característica também é estimulada, pela definição de eixos distribuídos pela cidade, que tem como objetivo induzir e incentivar o desenvolvimento local e a autonomia dos bairros. A Figura 2.3.57

apresenta o zoneamento definido como Eixos Indutores Um e Dois no Plano Diretor. Em amarelo estão os Eixos Indutores Um (EI1) e Eixos Indutores Dois (EI2).

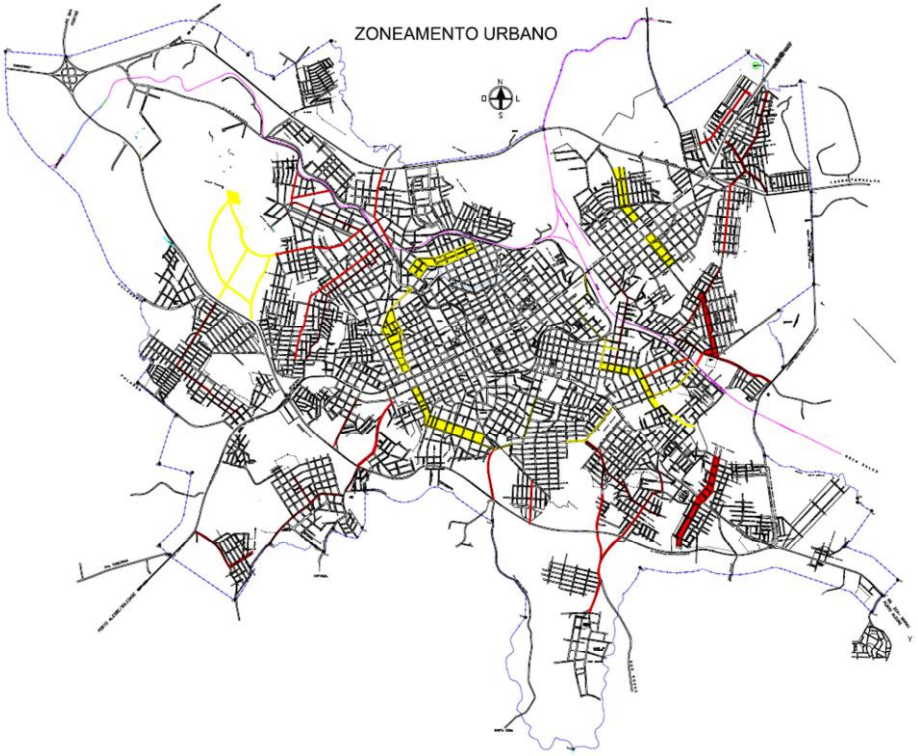


Figura 2.3.57: Eixos Indutores

A principal centralidade urbana é o próprio centro da cidade, ao longo da Avenida Brasil e seu entorno, que pode ser chamado de centro tradicional, figura 2.3.58.

Esta é a parte da cidade considerada mais acessível, sobretudo na disponibilidade de transporte público. Na região central estão localizados os principais equipamentos de lazer e de saúde, assim como os principais espaços comerciais e culturais. Também se encontram lá as principais agências bancárias, a agência dos Correios, o shopping Bella Cittá, entre outros.

Figura 2.3.58: Centro Tradicional – imagem extraída do Google Earth, 2018.

O centro tradicional passa a competir com outros centros emergentes, de menor dimensão, que atraem a população da sua área de influência, configurando um processo de fragmentação e de hierarquização de partes da cidade. As demais centralidades de bairro afirmam-se como espaços de fácil acesso, atendendo a população do seu entorno com a prestação de serviços, reduzindo-se assim os deslocamentos ao centro tradicional.

O bairro Boqueirão possui um centro de bairro consolidado e bem desenvolvido ao longo da Avenida Brasil, com diversas atividades comerciais e prestação de serviços, área de lazer e atividades culturais, como o Natal Ecológico. Nesta região estão localizadas agências bancárias, estabelecimentos comerciais variados, prestadores de serviços, entre outros, vide figura 2.3.60.

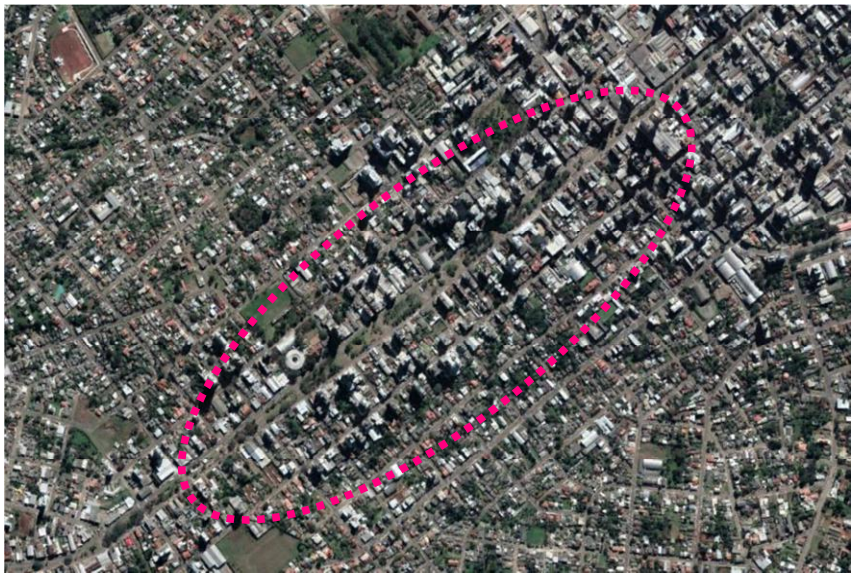


Figura 2.3.60: Centro Boqueirão – imagem extraída do Google Earth, 2018.

O bairro Vera Cruz também possui um centro de bairro bem estruturado ao longo da rua Moacir da Motta Fortes e seu entorno com diversas atividades comerciais e prestação de serviços. Nesta região estão localizadas agências bancárias, estabelecimentos comerciais variados, prestadores de serviços, serviços de saúde, entre outros, conforme pode se observado na figura 2.3.61.

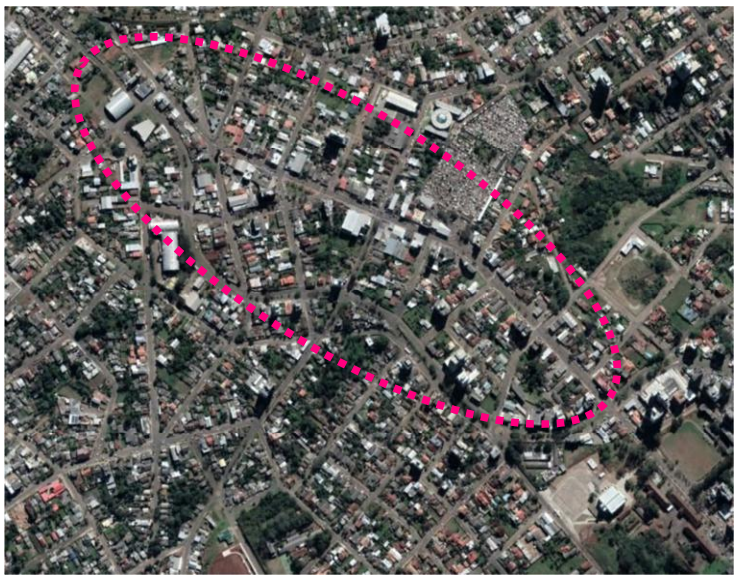


Figura 2.3.61: Centro da Vera Cruz – imagem extraída do Google Earth, 2018.

O bairro Petrópolis também possui um centro de bairro bem estruturado ao longo da Avenida Brasil e seu entorno, com atividades comerciais e prestação de serviços, além de área de lazer ao longo da Avenida Rui Barbosa. Nesta região estão localizados diversos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, agência dos Correios, Stok Center, a loja Havan com inauguração prevista para o mês de dezembro, entre outros, conforme figura 2.3.62.

Figura 2.3.62: Centro da Petrópolis - imagem extraída do Google Earth, 2018.

O bairro São José também possui um centro de bairro bem estruturado ao longo das Avenidas Nova Olinda e Padre Antônio Vieira e seu entorno com diversas atividades comerciais e prestação de serviços. Nesta região estão localizados estabelecimentos comerciais variados e prestadores de serviços, entre outros, conforme pode ser observado na figura 2.3.63.

Figura 2.3.63: Centro da São José – imagem extraída do Google Earth, 2018.

O bairro São Cristóvão possui um centro de bairro consolidado e bem desenvolvido ao longo da Avenida Presidente Vargas, com diversas atividades comerciais e prestação de serviços. Nesta região estão localizados estabelecimentos comerciais variados, agência dos Correios, prestadores de serviços, Passo Fundo shopping, entre outros, vide figura 2.3.64.

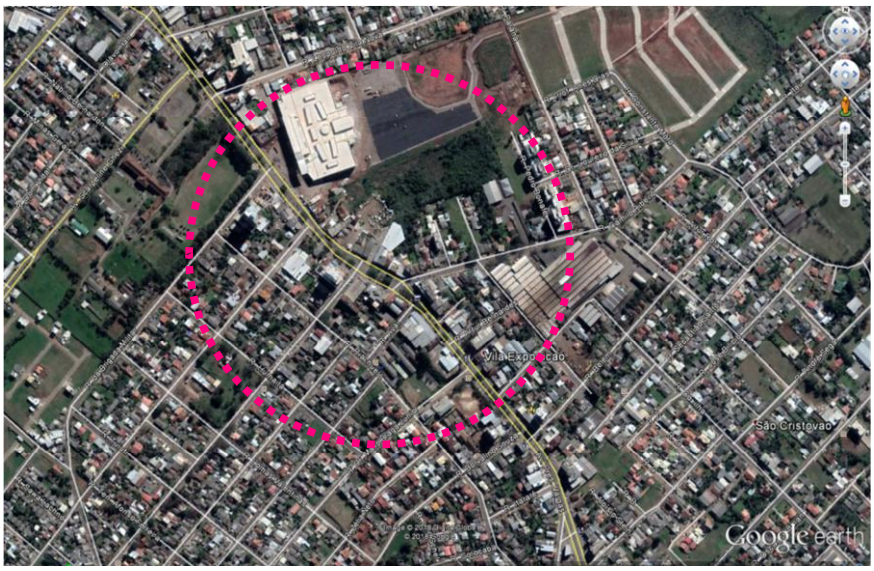


Figura 2.3.64: Centro da São Cristóvão – imagem extraída do Google Earth, 2018.

Notou-se, através da análise, que as centralidades de bairro de Passo Fundo se desenvolveram sempre em torno dos principais eixos viários desses locais. Essas vias são de grande importância, pois promovem uma maior homogeneidade da cidade ao concentrarem serviços, equipamentos, comércio, entre outras atividades importantes em locais mais periféricos do município.

2.3.3. DENSIDADE E RENDA MEDIANA MENSAL POR DOMICÍLIO

A densidade é um importante instrumento no processo de planejamento e gestão urbana para a formulação e tomada de decisões sobre o espaço urbano. É essencial para a avaliação da eficiência e da performance das propostas e projetos de parcelamento urbano. Segundo Acioly, “densidade torna-se um referencial para se avaliar tecnicamente e financeiramente a distribuição e consumo de terra urbana, infraestrutura e serviços públicos em uma área residencial”.

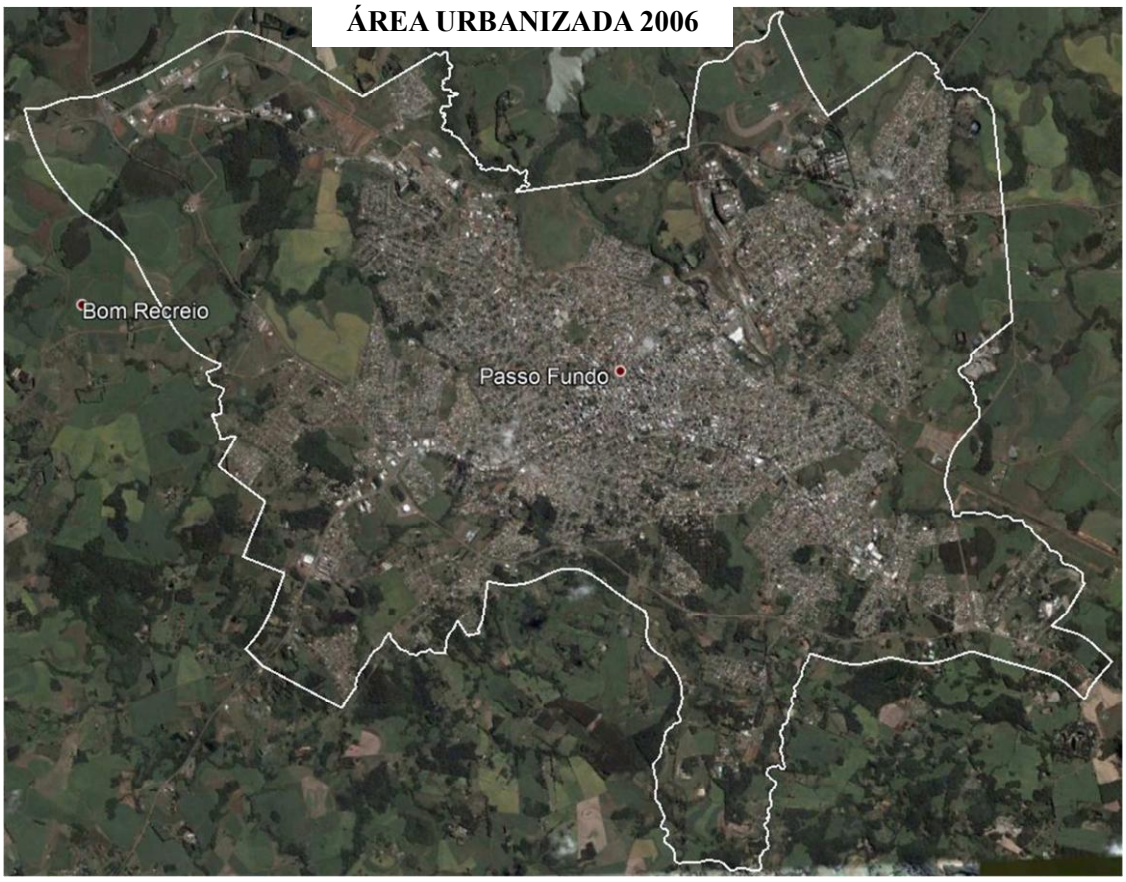
O Município de Passo Fundo ocupa uma área de 783,421 Km², com 184.826 habitantes, representando uma densidade bruta de 235,92 habitantes/ Km². A área delimitada pelo perímetro urbano, considerada zona urbana, ocupa uma área de 86,31 Km², com 179.548 habitantes, o que equivale a uma densidade bruta de 2.080,27 habitantes/ Km² ou 20,80 habitantes por hectare.

A densidade residencial bruta pode ser entendida como a relação entre a população que habita um espaço urbano e sua área bruta, ou seja, considerando as vias, áreas de equipamentos, de comércio e áreas verdes.

Conforme Silva (2016, apud Gomes & Guimarães), “a densidade bruta média nacional é de 65,11 habitantes/ hectare, a partir do censo demográfico de 2000.” Assim, observa-se que Passo Fundo possui uma densidade bruta média bem abaixo da média nacional, mesmo considerando a população urbana de 2010. De acordo com Silva (2016), “com relação à infraestrutura urbana e seus custos com instalação, conforme a densidade urbana verifica-se que quanto maior a densidade, menor é o custo de implantação de infraestrutura por domicílio”.

Observando as figuras 2.3.65, com imagens do Google Earth de 2006 (ano em que entrou em vigor o Plano Diretor vigente) e 2018, respectivamente, pode-se verificar o adensamento da cidade como um todo, o que pode ser explicado pelo aumento dos índices construtivos pelo Plano Diretor, que passou a permitir a verticalização das edificações de forma espraiada na Macrozona Urbana, considerada perímetro urbano. O atual perímetro urbano está demarcado com linha contínua na cor branca na figura 2.3.65.

Merecem destaque o aumento da densidade nos setores 08 e 09, em função do programa do governo federal Minha casa, Minha vida, no setor 10, em função de novos parcelamentos do solo e no entorno do setor 16, em função de ocupações irregulares, assim como a implantação do loteamento Cidade Nova.



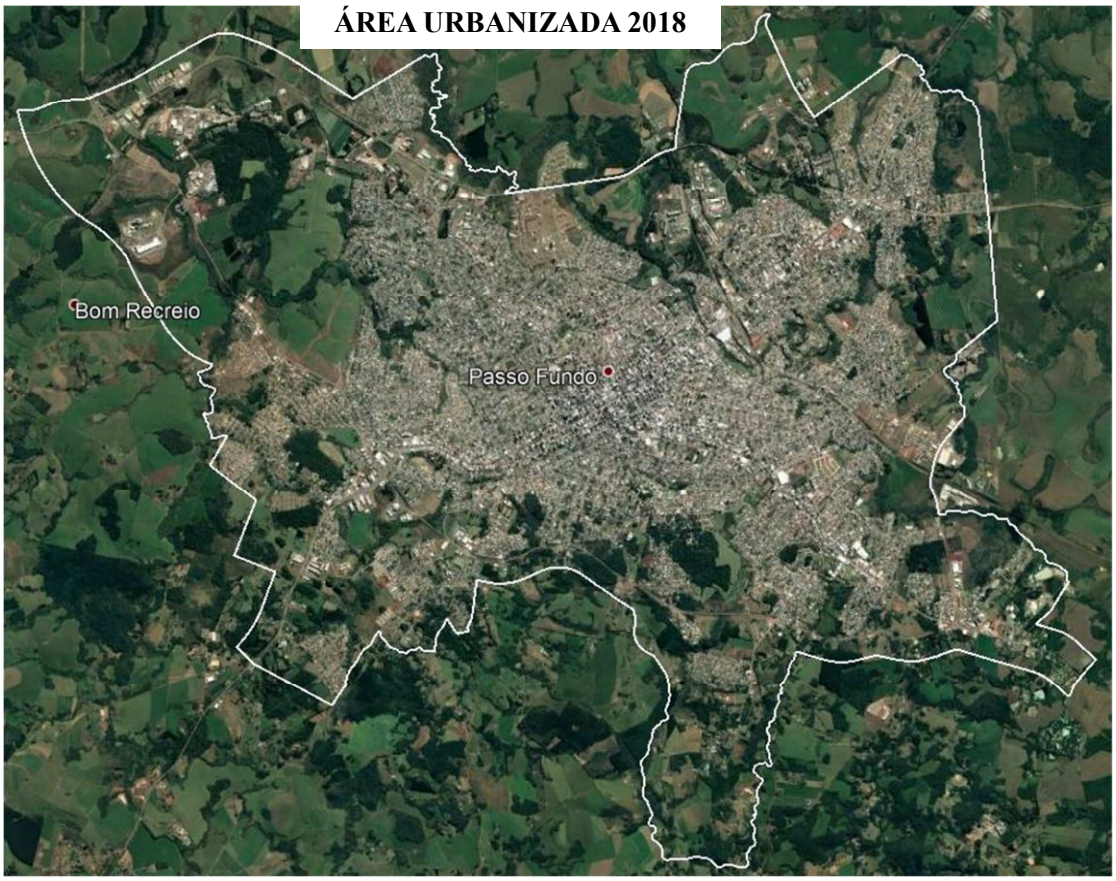


Figura 2.3.65: Comparação da área urbanizada em 2006 e em 2018– imagens extraídas do Google Earth.

A figura 2.3.66 apresenta a Densidade Bruta da área urbana da cidade, vide mapa 2.3.3 no caderno de mapas. Observando-se a figura 2.3.66 a maior densidade bruta dentro do perímetro urbano localiza-se no setor 01, regional Centro, onde se concentra a maior verticalização das edificações. O setor 01 possui área aproximada de 3,0 Km² e nele há maior disponibilidade infraestrutura, como rede de esgoto sanitário, drenagem urbana, transporte coletivo, espaços livres de uso público equipados, entre outros.

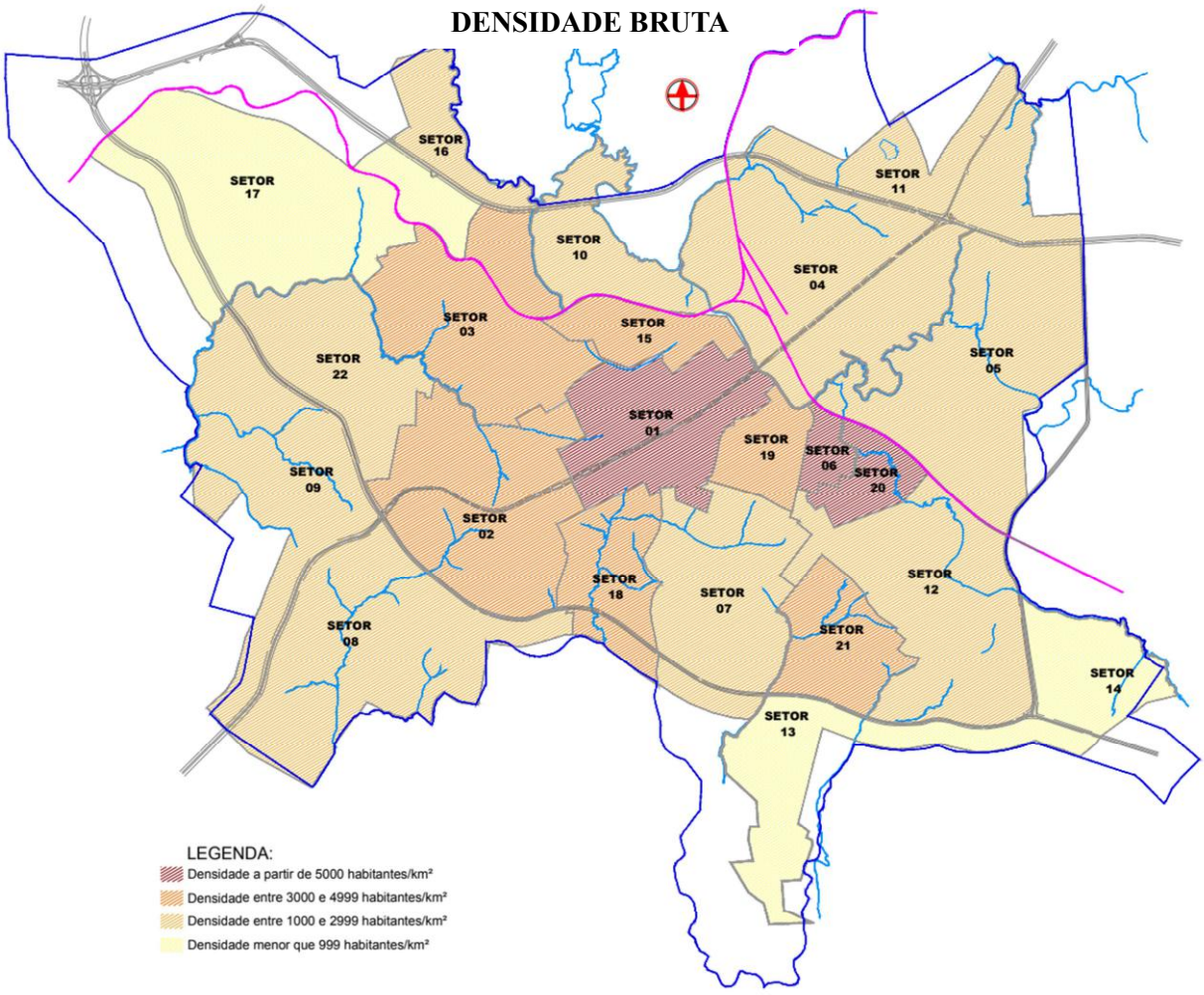


Figura 2.3.66: Densidade Bruta – elaboração Seplan - base Censo IBGE 2010.

O setor 06 localizado na regional Sul apresenta, conforme figura 2.3.66, alta densidade, correspondendo maior que 5000 mil habitantes por km^2. Conforme pode ser observado este setor configura um dos menores setores do mapa e possui área aproximada de 0,45 Km², com predomino de residências unifamiliares. O setor 20 também apresenta alta densidade, correspondendo maior que 5000 mil habitantes por km^2.

Os setores 06 e 20, localizados na regional Sul, são os que ocupam a menor porção do território da cidade, considerando os 22 setores, assim, pode-se justificar os maiores índices de densidade (a partir de 5.000 habitantes/ Km²), apesar do predomínio de edificações horizontais.

Os setores 16, 13 e 14 apresentam as menores densidades correspondendo a menos de 999 habitantes por km^2. Os setores 02, 03, 15, 18, 19 e 21 apresentam densidade entre 3000 e 4999 habitantes por km^2. Observa-se que os demais setores, correspondendo a maior parte do território apresentam densidade entre 1000 e 2999 habitantes por km^2.

Pode-se observar nos setores 17, 13 e 14 as menores densidades verificadas no mapa 2.3.66, menos que 999 habitantes/ Km².

A figura 2.3.67 apresenta a Renda Mediana Mensal por Domicílio da área urbana da cidade, vide mapa 2.3.4 no caderno de mapas.

Verifica-se na figura 2.3.67 que o setor 01 apresenta a maior renda mediana mensal por domicilio, correspondendo à faixa de R$2501 a 3000 reais. Os setores 19 e 07 correspondem à faixa de R$2001 a 2500 reais. Os setores 02, 04,06, 12, 14,15 e 18 à faixa de R$1551 a 2000 reais. Os demais setores abrangem à faixa de R$1070 a 1550 reais.

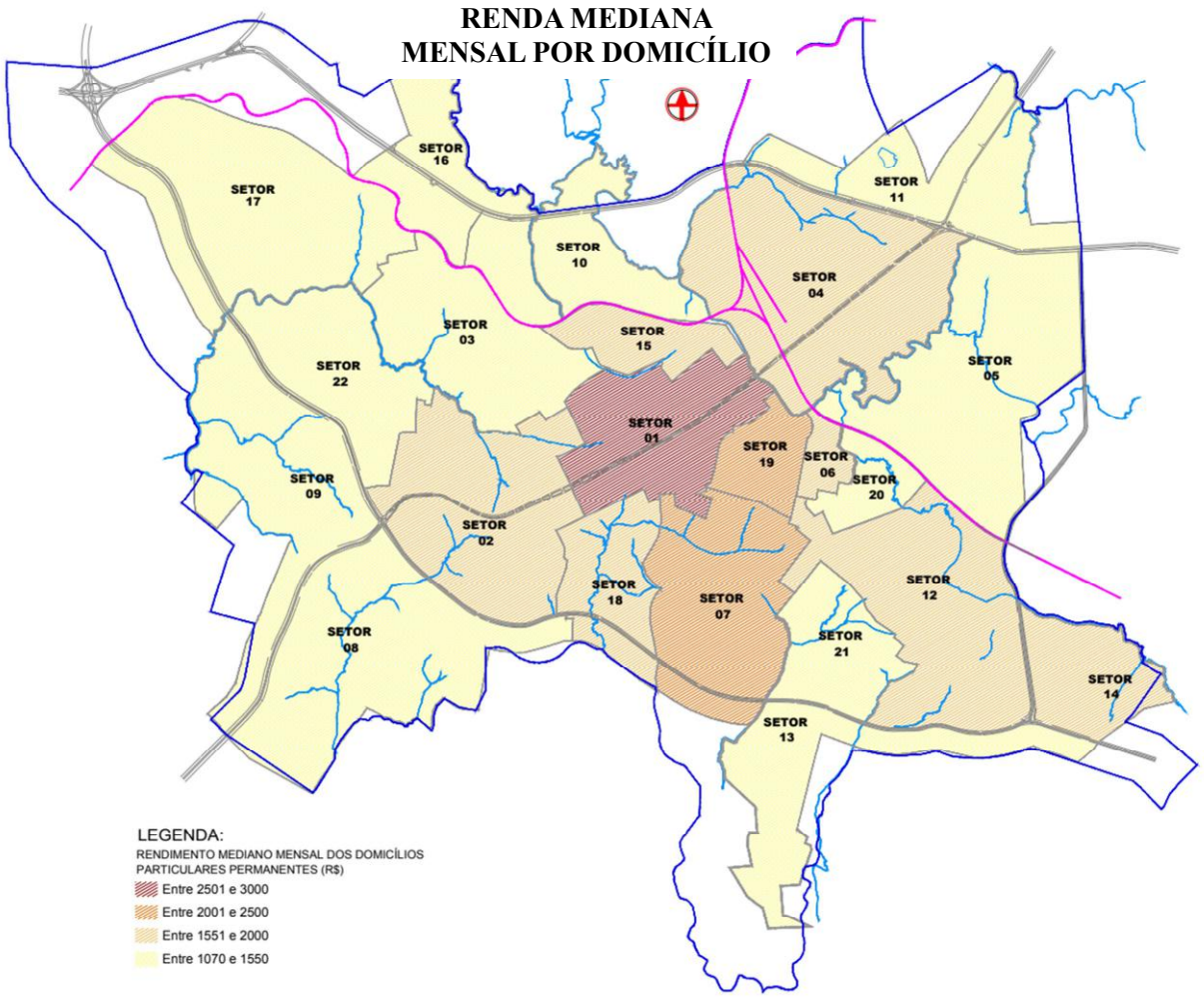


Figura 2.3.67: Renda Mediana Mensal por Domicílio – elaboração Seplan base Censo IBGE 2010

O setor 17, na regional Norte, possui aproximadamente 7,0 Km² de área. Os usos residenciais não são permitidos pelos zoneamentos previstos para o local. Assim, a densidade bruta e a renda mediana mensal por domicílio são baixas porque esses indicadores têm como parâmetro a população que habita este espaço urbano.

O setor 14, na regional Sul, possui aproximadamente 2,0 Km² de área e possui baixa densidade. Isto pode ser explicado pelas características do local, que possui indústria do ramo frigorífico, centros de distribuição do ramo da construção civil e de alimentos, além de área não urbanizada. Assim, a área ocupada por residências ainda é pequena neste setor. Apesar disso, na figura 2.3.67, pode-se observar que a renda mediana mensal por domicílio neste setor é maior que nos outros setores mais periféricos da cidade.

Já o setor 13, na regional Sul, possui aproximadamente 6,0 Km² de área. Possui baixa densidade por se caracterizar por atividades de recreação e lazer e ainda possuir área significativa ainda não urbanizada.

Entre os demais setores com densidades medianas, destaca-se o setor 08, na regional Oeste, com área aproximada de 5,1 Km², que pelos dados do Censo do IBGE de 2010 possui densidade entre 1.000 e 2.999 habitantes/ Km².

A figura 2.3.68 apresenta imagem comparativa do setor 08 demonstrando a área urbanizada em 2006 e em 2018.

SETOR 08

Google Earth, 2006

Google Earth, 2018

Donária e Santa Marta, 2006

Donária e Santa Marta, 2018

Figura 2.3.68: Comparação Setor 08 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018.

Observando a figura 2.3.68 é possível verificar que a densidade de 2006 aumentou significativamente em 2018. Isso pode ser explicado em função de programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, que configurou diversos empreendimentos principalmente no loteamento Donária, tanto com residências unifamiliares quanto com edificações multifamiliares verticais em condomínios.

Os setores 07 e 19, com áreas aproximadas de 3,7 Km² e 1,0 Km² respectivamente, possuem renda média mensal por domicílio entre R$2.001,00 e R$2.500,00 de acordo com o Censo do IBGE de 2010, figura 2.3.67. A densidade bruta do setor 07 em 2010 era entre 1.000 e 2.999 habitantes/ Km², enquanto a do setor 19 era entre 3.000 e 4.999 habitantes/ Km².

O setor 07, regional Sul, possui uma densidade bruta baixa em função da significativa área de mata nativa, da área não urbanizada e do predomínio de edificações mais baixas.

Já o setor 19, regional Centro, está se modificando, em função dos índices urbanísticos previstos no Plano Diretor vigente e da proximidade com o centro da cidade, onde diversas edificações multifamiliares

verticais foram construídas, além da Faculdade Meridional – IMED e do Centro de Estudos Odontológicos Meridional – CEOM, que somadas a outras instituições instaladas neste setor atraem estabelecimentos comerciais e novas edificações residenciais.

Outro destaque é o setor 10, na regional Norte, com aproximadamente 2,0 Km² de área, onde se localiza o loteamento Cidade Nova. Este setor possuía densidade bruta entre 1.000 e 2.999 habitantes/ Km², conforme os dados do Censo do IBGE de 2010. A figura 2.3.69, apresenta comparativo do ano de 2006 e 2018. Observando a figura verifica-se na imagem de 2018 a implantação do loteamento Cidade Nova, com edificações multifamiliares verticais, e do condomínio La Barra. Este setor apresenta alterações significativas na densidade.

A figura 2.3.69 apresenta imagem comparativa do setor 10 demonstrando a área urbanizada em 2006 e em 2018.

Google Earth, 2006 Google Earth, 2018

Figura 2.3.69: Comparação Setor 10 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018.

O setor 11, na regional Leste, possui aproximadamente 5,4 Km² de área. Fica localizado na região do loteamento Leonardo Ilha, conforme figura 2.3.70. De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010 possuía densidade bruta entre 1.000 e 2.999 habitantes/ Km².

A figura 2.3.70 apresenta imagem comparativa do setor 11 demonstrando a área urbanizada em 2006 e em 2018.

Google Earth, 2006 Google Earth, 2018

Figura 2.3.70: Comparação Setor 11 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018.

Observando-se a figura 2.3.70, verifica-se a implantação do loteamento Canaã, e de edificações multifamiliares verticais no loteamento Leonardo Ilha, em função da proximidade com a Universidade de Passo Fundo, e do condomínio Vivenda das Palmeiras. Pode-se dizer que a densidade desta região apresenta alterações significativas em relação aos dados de 2010.

O setor 16, situado na regional Norte, possui 1,30 Km² de área. Neste setor se localiza o loteamento José Alexandre Zácchia, conforme figura 2.3.71. De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, possuía densidade bruta entre 1.000 e 2.999 habitantes/ Km².

A figura 2.3.71 apresenta imagem comparativa do setor 16 demonstrando a área urbanizada em 2006 e em 2018.

Google Earth, 2006

Google Earth, 2018

Figura 2.3.71: Comparação Setor 16 – imagens extraídas Google Earth em 2006 e 2018.

Observando-se a figura 2.3.71, verifica-se que essa regional apresenta alterações significativas, pois além da maior densidade no loteamento oficial, há várias ocupações irregulares no entorno.

Além disso, pode-se observar que várias regiões da cidade se transformaram no período de vigência do atual Plano Diretor.

Uma relação equilibrada entre áreas mais e menos densas, eixos de transporte coletivo, espaços públicos e oferta de serviços pode criar áreas urbanas mais eficientes e prósperas. Conforme WRI Brasil, o DOTS (Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável) é uma estratégia de planejamento que integra o planejamento do uso do solo à mobilidade urbana com o objetivo de promover cidades compactas, conectadas e coordenadas.

2.3.4. USO DO SOLO

Uso do solo pode ser entendido, conforme DEÁK, 2001, como o conjunto das atividades de uma sociedade por sobre uma aglomeração urbana assentados sobre localizações individualizadas, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial.

Como mencionado anteriormente neste documento a ocupação do território urbano de Passo Fundo esteve legalmente pautada por diversos Planos, Códigos e Legislações que influenciaram diretamente em sua paisagem urbana. Apesar da existência desses instrumentos, o uso do solo não ocorre plenamente tal qual como previsto na legislação, haja vista a dinâmica socioeconômica da cidade.

Neste contexto, a análise do uso do solo aqui desenvolvida identificou padrões de uso presentes no território urbano do munícipio considerando a interpretação das predominâncias a partir da analise de áreas com características semelhantes.

Os grupamentos adotados buscam refletir padrões e características homogêneas e predominantes na composição da paisagem e da mancha urbana. Destaca-se que a análise foi realizada com base na observação do território e na avaliação de seus atributos.

Assim, a leitura dos conjuntos de uso adotadas neste documento vislumbram as seguintes características:

- Predominância de uso residencial, considerando-se a tipologia da edificação se horizontal ou vertical;
- Predominância do uso misto, considerando-se a tipologia da edificação se horizontal ou vertical;
- Predominância de indústrias, comércios, serviços ou logística;
- Presença de equipamentos de grande porte vinculados a recreação, lazer, turismo, educação, tecnologia, pesquisa e institucional;
- Presença significativa de maciços arbóreos.

Optou-se por utilizar uma escala de análise valendo-se da avaliação de características como atividades e usos do solo relacionados com a configuração espacial e tipologia das edificações. Destaca-se que a análise considerou sempre a predominância das características de cada categoria adotada.

Neste sentido, na leitura do uso do solo foram identificadas 15 categorias conforme figura 2.3.72.

LEGENDA			
CATEGORIA	1		MACIÇOS ARBÓREOS/ AMBIENTAL
	2		NÃO PARCELADO/ SEM URBANIZAÇÃO
	3		PARCELAMENTO PREVISTO
	4		LOGÍSTICA
	5		EDUCAÇÃO/PESQUISA / TECNOLOGIA
	6		INSTITUCIONAL
	7		INDUSTRIAL/ LOGÍSTICO/ COMERCIAL/ SERVIÇOS
	8		NÚCLEOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL
	9		PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL – TIPOLOGIA HORIZONTAL
	10		PREDOMINANTEMENTE USO MISTO – TIPOLOGIA HORIZONTAL
	11		PREDOMINANTEMENTE USO MISTO – TIPOLOGIA VERTICAL
	12		PREDOMINANTE USO RESIDENCIAL TIPOLOGIA RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL NÃO PERMITIDA
	13		SANEAMENTO
	14		URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA
	15		RECREAÇÃO/ LAZER / TURISMO

Figura 2.3.72: Categorias de uso do solo adotadas.

Resumidamente, cada categoria de uso classifica o território conforme as seguintes descrições, definidas a partir da analise da predominância:

- **CATEGORIA 1 - MACIÇOS ARBÓREOS/AMBIENTAL**: correspondem as porções do território que possuem grandes maciços de vegetação arbórea;
- **CATEGORIA 2 – NÃO URBANIZADO:** correspondem as áreas que ainda não foram objeto de parcelamento do solo, como loteamento, desmembramento ou condomínios urbanísticos, e não sofreram qualquer processo de urbanização;
- **CATEGORIA 3 – PARCELAMENTO PREVISTO:** correspondem as áreas que estão em processo de aprovação ou implantação de parcelamento do solo junto aos órgãos municipais competentes;
- **CATEGORIA 4 – LOGÍSTICA:** correspondem as áreas do pátio de manobras da rede ferroviária e a área da antiga CESA, entre outras;
- **CATEGORIA 5 - EDUCACIONAL/PESQUISA/TECNOLOGIA:** correspondem as áreas relativas a grandes instituições de ensino, pesquisa e tecnologia;
- **CATEGORIA 6 – INSTITUCIONAL:** correspondem as áreas da Prefeitura Municipal, Aeroporto e a Fazenda da Brigada Militar;
- **CATEGORIA7 – INDUSTRIAL/LOGÍSTICO/COMERCIAL/SERVIÇOS:** correspondem as áreas industriais, comerciais, serviços e logísticas de grande porte;
- **CATEGORIA 8 – NÚCLEO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL:** correspondem aos núcleos habitacionais de interesse social formalmente instituídos;
- **CATEGORIA 9 – PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL TIPOLOGIA HORIZONTAL:** correspondem as regiões onde predomina o uso residencial unifamiliar com edificações de até três pavimentos;
- **CATEGORIA 10 – PREDOMINANTEMENTE USO MISTO TIPOLOGIA HORIZONTAL:** correspondem as regiões onde predomina o uso misto com edificações de até três pavimentos, onde o térreo é comercial e/ou prestação de serviços e os demais pavimentos são residenciais;
- **CATEGORIA 11 - PREDOMINANTEMENTE USO MISTO TIPOLOGIA VERTICAL:** correspondem as regiões onde predomina o uso misto com edificações com mais de três pavimentos, onde o térreo é comercial e/ou prestação de serviços e os demais pavimentos são residenciais;
- **CATEGORIA 12 – PREDOMINANTE USO RESIDENCIAL TIPOLOGIA RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL NÃO PERMITIDA:** correspondem as regiões onde predomina o uso residencial e não é permitido edificações residenciais em altura;
- **CATEGORIA 13 - SANEAMENTO:** correspondem as áreas relacionadas aos sistemas de esgotamento sanitário e aos sistemas de abastecimento de água;
- **CATEGORIA 14 – URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA:** correspondem aos parcelamentos do solo constituídos sob a forma de condomínio urbanístico com área superior a 10ha;
- **CATEGORIA 15 – RECREAÇÃO/LAZER/TURISMO:** correspondem às grandes áreas de lazer, recreação e turismo, como sede de clubes, Efrica e Roselândia.

A figura 2.3.73 ilustra a espacialização das categorias de uso.

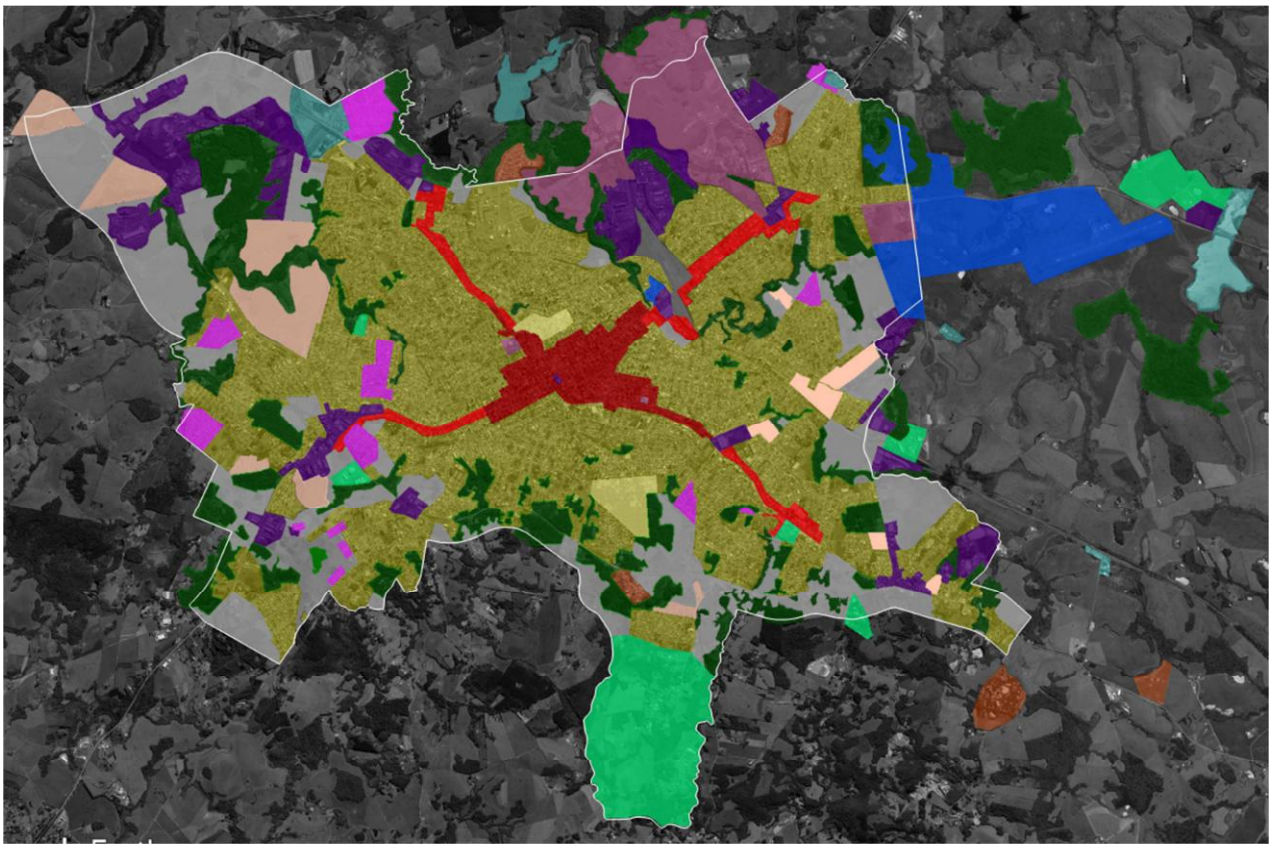


Figura 2.3.73: Uso do solo – imagem área extraída do Google Earth, 2018.

O mapa do uso do solo pode ser visualizado em tamanho A2 no mapa 2.3.5 no caderno de mapas.

As categorias de uso são apresentadas a seguir.

2.3.4.1. CATEGORIA 1 - MACIÇOS ARBÓREOS/AMBIENTAL

Nesta categoria de análise foram identificadas formações de maciços com vegetação arbórea de grande porte existente no território urbano.

Na porção Norte do território encontra-se a Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal Maragato, Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto, a mata ciliar ao longo do Arroio Pinheiro Torto, entre outras formações, conforme figura 2.3.74. Já na porção Sul há as formações conhecidas como Bosque Lucas Araújo, entre outras formações, conforme figura 2.3.74.

Figura 2.3.74: Porção Norte e Sul - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na porção Nordeste e Leste do território encontra-se a mata ciliar ao longo do rio Passo Fundo, o Parque Urbano Arlindo Hass, o mato conhecido mato da Giavarina, entre outras formações, conforme figura 2.3.75.

Figura 2.3.75: Porção Nordeste e Leste - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na porção Oeste do território encontra-se a mata ciliar ao longo do Lajeado Alexandre, o mato conhecido mato do IE, entre outras formações, conforme figura 2.3.76.

Figura 2.3.76: Porção Oeste - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Boa parte dos remanescentes florestais de grande porte está gravado no mapa de zoneamento do Plano Diretor como Zona de Proteção da Mata Nativa (ZPMN), onde incidem rígidos parâmetros urbanísticos, como tamanho mínimo do lote correspondente a 20.000m^2 e taxa de ocupação de 0,3%. Estes padrões de ocupação resultaram em uma forma de proteção das áreas de mata, que pouco sofreram modificações desde a aprovação da lei do Plano Diretor.

A Lei Federal 11.428/06 dispõe sobre a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Apesar desta legislação admitir em alguns casos a supressão de parte da vegetação, é com base nela que os remanescentes florestais, que se enquadram neste Bioma, são protegidos.

A legislação federal Lei 12.651/12 estabelece o código florestal brasileiro. Nesta lei há uma séries de dispositivos que buscam a proteção do meio ambiente, estabelecendo a classificação em função da tipologia e das características do meio a ser protegido. Para o caso das Áreas de Preservação Permanente (APP) são estabelecidas, por exemplo, as áreas não edificáveis ao longo dos cursos d´ água que interferem diretamente na configuração espacial resultante da aplicação da legislação nacional.

Além disso, foram desenvolvidos Planos de Manejo para o parque urbano Arlindo Hass e o Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto que abordam as questões relativas as pressões exercidas no entorno destas áreas. Os Planos estabeleceram diretrizes que, entre outras coisas, buscam amortecer os impactos advindos dos processos de urbanização no entorno.

2.3.4.2. CATEGORIA 2 – NÃO URBANIZADO

As áreas que ainda não foram objetos de parcelamento do solo, como loteamento, desmembramento ou condomínios urbanísticos ou ainda não sofreram qualquer processo de urbanização foram identificadas e demarcadas no mapa. A figura 2.3.77 apresenta exemplos de áreas que ainda não foram parceladas.

Figura 2.3.77: Áreas não parceladas - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Esta categoria de uso está fortemente relacionada com a categoria anterior haja vista que parte das parcelas urbanas ainda não ocupadas dentro do perímetro urbano possuem Áreas de Preservação Permanente (APP) dentro da gleba ou em seu entorno. Neste sentido, as diretrizes de uso e ocupação do solo emitidas pelo município em casos de solicitações de aprovações de novos parcelamentos seguem o regramento previsto nas diversas legislações pertinentes, sendo estudada caso a caso a possibilidade destas áreas se enquadrarem como espaços livres de uso público, quando avaliadas as possibilidades de constituição, por exemplo, de parques lineares ao longo dos cursos d´água com projeto de baixo impacto ou ainda em casos de necessidade de transposição das APP´s em função das conexões da malha viária.

Apesar de não estar previsto na legislação municipal, as diretrizes urbanísticas emitidas pelo município para os novos parcelamentos incluem a exigência de ciclovias ou ciclofaixas em projetos de novos parcelamentos, avaliados tecnicamente caso a caso, em função do gabarito viário a ser exigido no novo parcelamento. Outra exigência é com relação as calçadas, sendo solicitado a execução das calçadas ou em alguns casos dos passeios considerando as normativas de acessibilidade.

Um avanço significativo nos processos de novos parcelamentos é a exigência de aprovação de projeto, execução e manutenção das áreas que se tornarão públicas, como praças e parques. A execução do projeto aprovado pelo munícipio ocorre às custas do empreendedor, que deverá realizar a manutenção da área por um período estipulado. Estas exigências, atualmente, ocorrem em função da análise do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) onde são avaliadas as medidas mitigatórias ou compensatórias, que nos casos de parcelamentos, visam, por exemplo, equipar e dar uso as áreas públicas, entre outras exigências.

Entretanto, nem todas as áreas demarcadas nesta categoria sofrerão processo de parcelamento do solo. Parte destas áreas será objeto de aprovação de projetos distintos que não se enquadram em parcelamento, como aprovação de edificações, depósitos, indústrias. Em decorrência disso, a implantação do sistema de circulação viária pode ser prejudicado. Importante avaliar tecnicamente, sob o ponto de vista do planejamento urbano, quais são os mecanismos possíveis e as áreas fundamentais para assegurar a estruturação de conexões viárias.

Algumas das áreas enquadradas nesta categoria possuem ocupações irregulares conforme apresentado nas imagens da figura 2.3.78. Estas áreas foram identificadas no mapa de ocupações irregulares do Capítulo 2, no item 2.4 Habitação e Ocupações, sendo públicas ou privadas. Considerando a análise referente às categorias de uso do solo, as ocupações estão em áreas que não foram objeto de parcelamento do solo e também não sofreram processo de urbanização, não possuindo, por exemplo, infraestrutura de abastecimento de água ou esgotamento sanitário.

A figura 2.3.78 apresenta exemplo de áreas enquadradas nesta categoria que possuem ocupações irregulares, sendo uma área na regional Leste e outra área na Regional Norte.

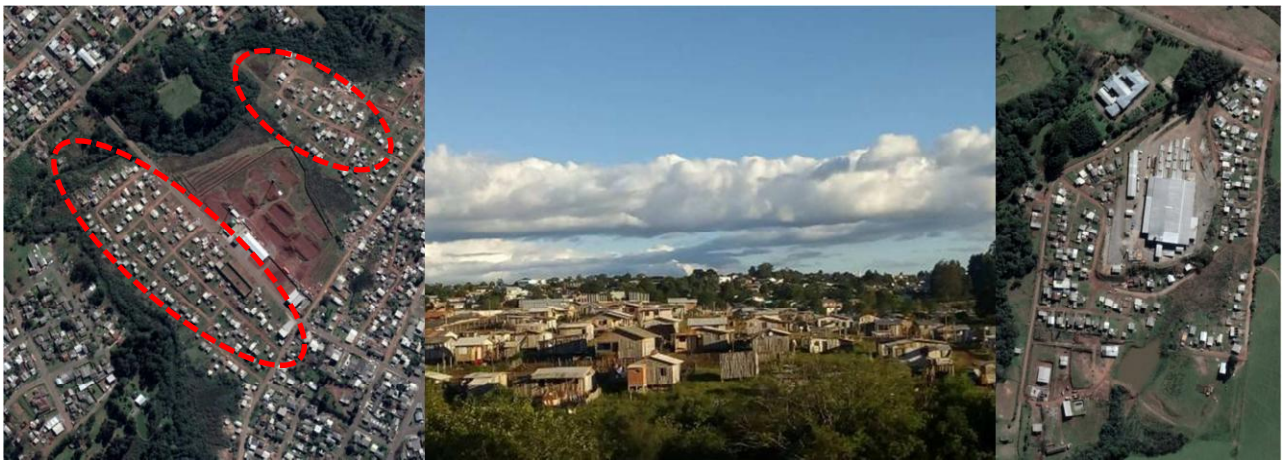


Figura 2.3.78: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018 e ao centro imagem de ocupação extraída do site da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo - CDHPF.

2.3.4.3. CATEGORIA 3 – PARCELAMENTO PREVISTO

Existem áreas que estão em processo de urbanização decorrentes da implantação de parcelamento do solo sob a forma de loteamento urbano, ou ainda outra modalidade, que foram identificadas e demarcadas no mapa.

A figura 2.3.79 apresenta as áreas em processo de urbanização enquadrados na categoria parcelamento previsto conforme mapa de uso do solo.

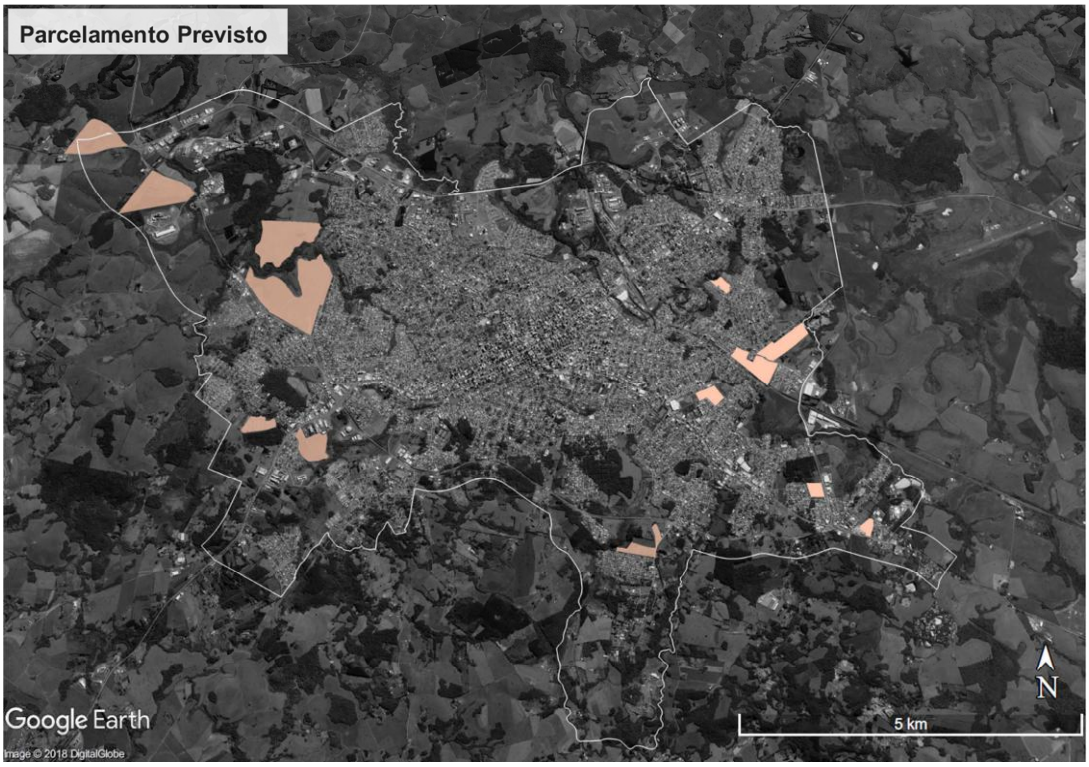


Figura 2.3.79: Áreas em processo de urbanização - Imagem aérea extraídas do Google Earth, 2018.

Nesta categoria estão algumas das áreas que foram enquadradas como Áreas de Urbanização e Ocupação Prioritárias (AUOP) no mapa 04 da lei do Plano Diretor. Das áreas demarcadas em 2006, parte já foram parceladas, como o loteamento Cidade Nova, que já esta implantado. Esta análise consta no item 2.3.6 deste documento.

A figura 2.3.80 apresenta exemplos de áreas em processo de urbanização.

Figura 2.3.80: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Outras áreas ainda estão em processo de implantação dos novos loteamentos como o Altos da Figueira, localizado no bairro Integração, o Reserva do Mirante e o Altos da Boa Vista, ambos localizados no bairro São Luiz Gonzaga, e o reserva são Cristóvão, localizado no bairro São Cristóvão. Nestes loteamentos, por exemplo, as áreas públicas das praças ou parques serão entregues equipadas.

Há outras áreas que estão demarcadas nesta categoria de uso solo que possuem projeto em fase de aprovação junto aos órgãos do município ou órgão estadual de licenciamento. Como exemplo, cita-se a área ao lado da RPPN Maragato e a área nas proximidades da Estação de Tratamento de Água do bairro São Luiz Gonzaga, que já recebeu diretrizes de parcelamento do solo.

2.3.4.4. CATEGORIA 4 – LOGÍSTICA

Na porção Norte desta categoria localiza-se a área da antiga Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA. Na área da CESA houve duas tentativas de leilão da unidade de Passo Fundo, sendo que a segunda foi suspensa judicialmente. Além disso, há empresas do ramo de cimentos e do ramo de materiais de construção. A área da união correspondente à rede ferroviária, atualmente sob concessão da empresa RUMO, possui ocupações irregulares neste trecho urbano.

Na porção Sul da poligonal desta categoria localiza-se o escritório sede da empresa RUMO e os trilhos componentes do pátio de manobras, além de empresa do ramo cimentos.

A figura 2.3.81 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa ao trecho Norte e ao trecho Sul desta categoria.

Figura 2.3.81: Áreas em processo de urbanização - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na figura 2.3.82 é possível observar o pátio de manobras da rede ferroviária em primeiro plano e o centro da cidade ao fundo.

Figura 2.3.82: Vista panorâmica - pátio de manobras.
Fonte: Fernando Lopez Anido, extraída do site Wikipedia

Em alguns pontos a rede férrea se torna uma barreira física em função das poucas possibilidades de travessia, tanto em nível quanto elevadas. Isso ocasiona dificuldades em relação à mobilidade urbana, como por exemplo, a falta de conexões viárias entre a região Norte e a Leste da cidade, que em virtude do desnível proveniente do corte no terreno original devido à própria implantação do pátio de manobras, alterou a topografia na região conhecida como sétimo céu.

2.3.4.5. CATEGORIA 5 - EDUCACIONAL/PESQUISA/TECNOLOGIA

Nesta categoria foram enquadradas as áreas relativas a grandes instituições de ensino, pesquisa e tecnologia.

Na porção Leste do território localiza-se a área relativa à Universidade de Passo Fundo que conta com mais de 10 mil alunos, sendo um grande vetor gerador e atrator de fluxo de veículos de todos os tipos e provenientes de toda a região. Além disso, localiza-se ali a sede da Embrapa Trigo e a área experimental de plantio da Embrapa. Ambos possuem acesso pela BR285. Na mesma regional localiza-se o Instituo Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, que conta com aproximadamente 335 alunos.

A figura 2.3.83 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa regional Leste.

Figura 2.3.83: Ensino, pesquisa e tecnologia regional Leste- Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na região central localiza-se a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS que conta com aproximadamente 560 alunos. Além disso, localiza-se nesta mesma regional o Instituto Meridional – Imed. Ambas as instituições localizam-se em área central consolidada. O entorno da UFFS é caracterizado pelo predomínio de atividades vinculadas ao atendimento médico, onde estão localizados grandes equipamentos como hospitais, clínicas e consultórios médicos. Já o entorno da Imed caracteriza-se pelo uso misto onde o térreo é comercial e os demais andares são residenciais.

A figura 2.3.84 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa regional Centro.

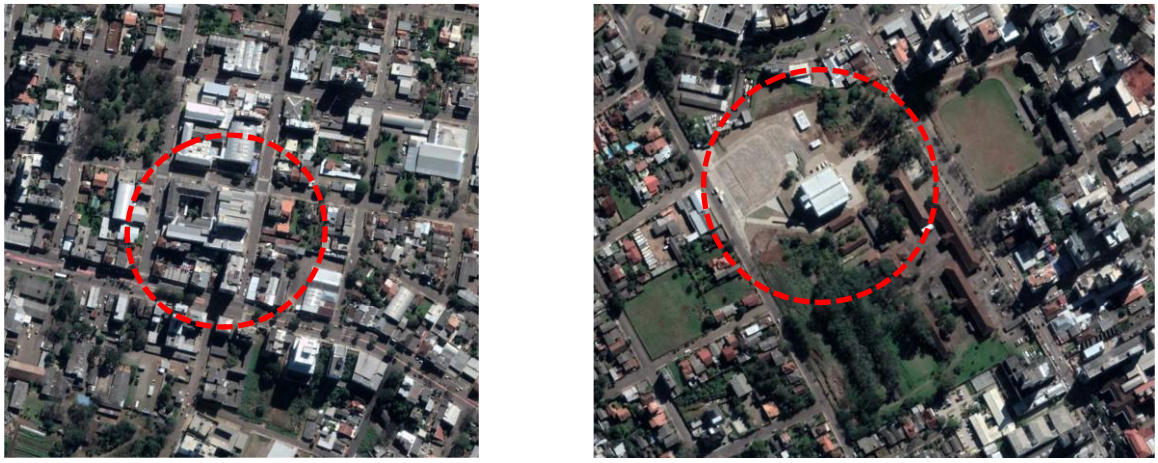


Figura 2.3.84: Ensino, pesquisa e tecnologia regional Centro - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

2.3.4.6. CATEGORIA 6 – INSTITUCIONAL

Nesta categoria estão enquadradas as atividades institucionais como a Prefeitura Municipal, Aeroporto e a Fazenda da Brigada Militar. A figura 2.3.85 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa a esta categoria.

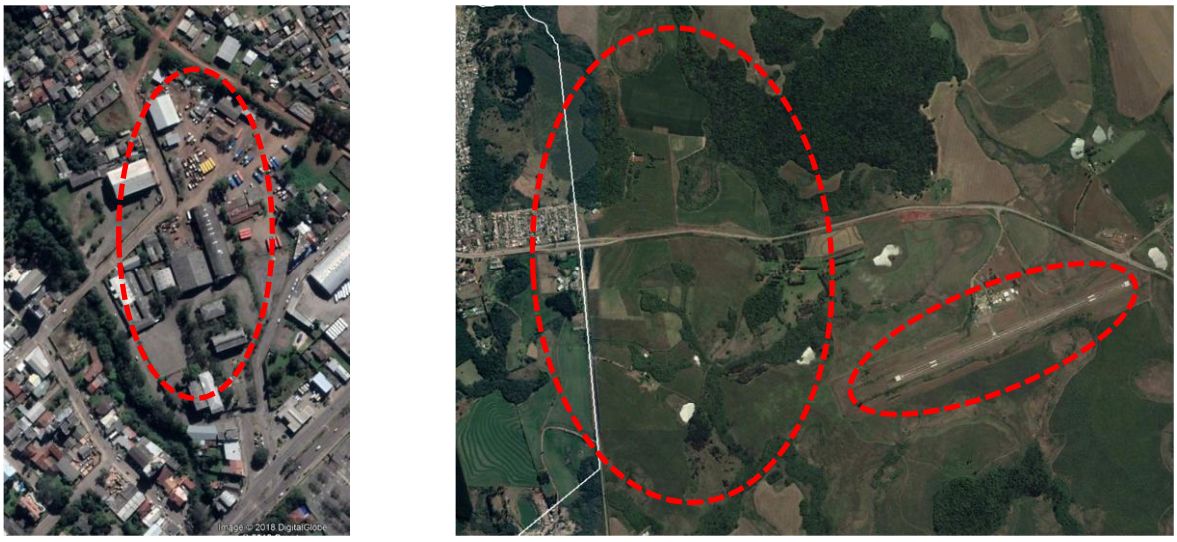


Figura 2.3.85: Prefeitura, aeroporto e fazenda da brigada militar - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

2.3.4.7. CATEGORIA 7 – INDUSTRIAL/LOGÍSTICO/COMERCIAL/SERVIÇOS

Nesta categoria as áreas industriais, comerciais, serviços e logísticas de grande porte foram identificadas e demarcadas no mapa.

A figura 2.3.86 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa regional Norte.

Figura 2.3.86: Porção Norte do território - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

A porção Norte do território configura a região de maior concentração de áreas onde são desenvolvidas atividades industriais, comerciais e de serviço de grande porte. O II Plano Diretor já demarcava esta região da cidade como área industrial em seu zoneamento, propriedade que foi mantida no atual Plano Diretor. Além disso, as características e facilidade de deslocamento da rodovia BR-285 e RS-324 favorecem a implantação deste tipo de usos. Além das atividades já implantadas destaca-se que nesta região está prevista a implantação de dois loteamentos industriais, conforme demonstrado na cor amarelo na figura 2.3.86.

Na porção Leste da cidade estão localizados diversas empresas com usos industriais, comerciais e de serviços na região conhecida como distrito Invernadinha. Nesta categoria foram enquadradas grande industrias, como por exemplo, a BSBios, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, Kuhn do Brasil, entre outras.

Esta região é enquadrada como zona Distrito Industrial pelo mapa de zoneamento urbano atual Plano Diretor. O II Plano Diretor também demarcava esta região da cidade como área industrial em seu zoneamento.

A figura 2.3.87 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa regional Leste.

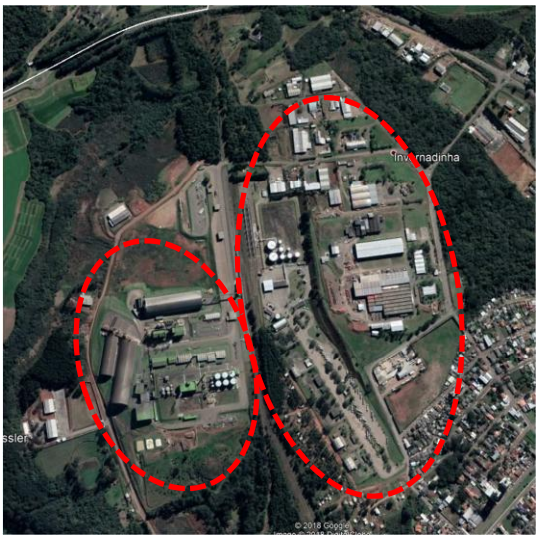


Figura 2.3.87: Porção Leste do território - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na figura 2.3.88 é possível observar a BSBios em primeiro plano e o centro da cidade ao fundo.

Figura 2.3.88: Vista aérea da BSBios com o centro da cidade ao fundo.
Fonte: Félix Zucco – Agência RBS, extraída do site Gaúcha ZH

Com relação à região Sudeste da cidade destaca-se novos empreendimentos ao longo da perimetral Leste, vide figura 2.3.89. Ali estão implantados depósitos e centros de distribuição relacionados a atividades comerciais e serviços, como medicamentos, materiais de construção e corta e dobra.

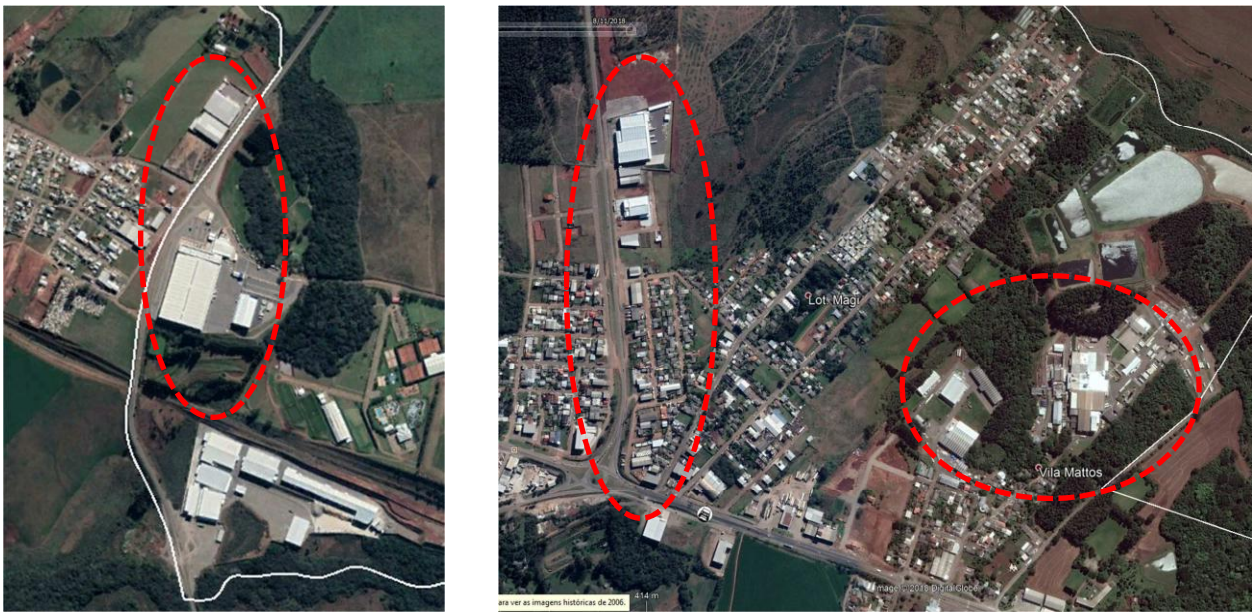


Figura 2.3.89: Porção Sudeste e Sul do território - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Já na região mais ao Sul, próximo ao trevo do RICCI, há uma série de empresas e pavilhões caracterizadas pelo predomínio de atividades comerciais e de serviços, tais como, usina de concreto, depósitos comerciais, frigorífico, entre outros.

Na região Oeste é possível observar o predomínio de atividades de comércio e prestação de serviços em parte da borda ao longo da RS153 e de pequeno trecho na Avenida Brasil. A figura 2.3.90 apresenta imagem extraída do Google Earth relativa regional Oeste.

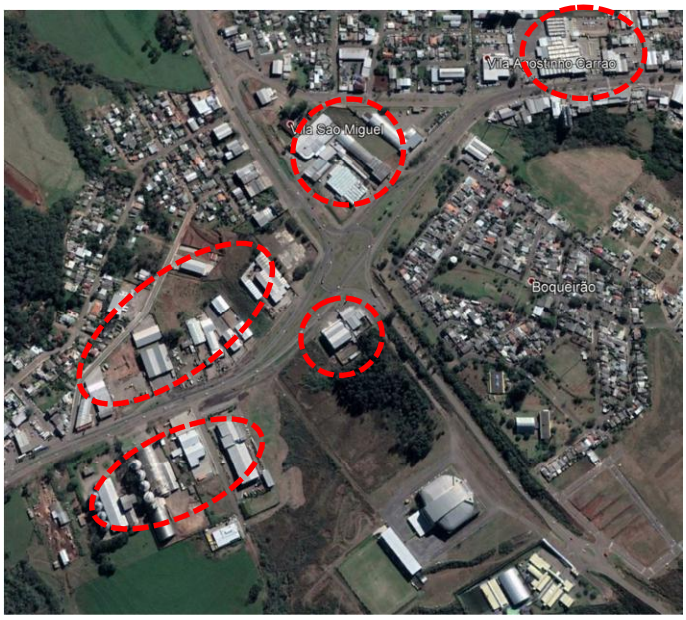


Figura 2.3.90: Porção Oeste do território - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

2.3.4.8. CATEGORIA 8 – NÚCLEO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

Os núcleos habitacionais de interesse social formalmente instituídos foram identificados e demarcados no mapa.

Existem diversos conjuntos habitacionais que ao longo do tempo foram implantados em diferentes regiões da cidade. Na década de 70 a 80, por exemplo, foram implantados os conjuntos habitacionais Edmundo Trein e o Cohab Secchi, ambos empreendimentos da antiga Cohab – RS. Além disso, também na década de 80 foi implantado o Promorar no loteamento José Alexandre Zacchia. Já na década de 90 foi implantado o Jaboticabal realizado com recursos próprios da Prefeitura Municipal.

Na figura 2.3.91 é possível observar o Núcleo Habitacional Edmundo Trein e o Cohab Secchi em 1984.

Figura 2.3.91 Região do Edmundo Trein e da Cohab Secchi – Imagem do aerofotogramétrico de 1984.

Na figura 2.3.91 é possível observar que o entorno dos núcleos habitacionais tinha ocupação de baixa densidade e muitas glebas não haviam sido parceladas no entorno do Edmundo Trein. Já em 2018 observa-se que o entorno do núcleo habitacional Edmundo Trein encontra-se contíguo ao tecido da malha urbana de outros loteamentos, conforme figura 2.3.92.

Na figura 2.3.92 é possível observar o Núcleo Habitacional Edmundo Trein e o Cohab Secchi em 2018.

Figura 2.3.92: Região da Edmundo Trein e da Cohab Secchi - Imagens aérea extraídas do Google Earth, 2018.

Por outro lado, verifica-se que no núcleo do Zácchia não houve modificações na malha urbana do entorno, haja vista as limitações ambientais, as características de uso do solo do entorno e a própria definição legal do perímetro urbano, tanto do Plano Diretor anterior e quanto do atual. A figura 2.3.93 ilustra a região do bairro José Alexandre Zácchia, sendo imagem do ano de 1984 à esquerda e de 2018 à direita.

Figura 2.3.93: Região do José Alexandre Zácchia - à esquerda imagem do aerofotogramétrico de 1984 e à direita imagem aérea extraídas do Google Earth de 2018.

A partir da década de 2000 as políticas públicas federais injetaram recursos movimentando a construção de habitação de interesse social através de programas como o Programa Minha Casa, Minha Vida, Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros. Estes programas resultaram em configurações diversas, variando da implantação de edificações

com tipologia horizontal e com tipologia vertical. A figura 2.3.94 ilustra exemplos de núcleos habitacionais oriundos deste período.

Figura 2.3.94: Região Donária e Planaltina - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

2.3.4.9 CATEGORIA 9 – PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL TIPOLOGIA HORIZONTAL

Na análise das categorias de uso relativa às áreas residenciais adotou-se a classificação baseada no predomínio do uso, da densidade e da tipologia das edificações. Avaliando o território, verifica-se que o uso residencial unifamiliar predomina no espaço territorial. Neste sentido, a categoria 9 corresponde as regiões onde predomina o uso residencial unifamiliar com edificações de até três pavimentos.

A figura 2.3.95 apresenta o predomínio desta categoria no mapa de uso do solo.

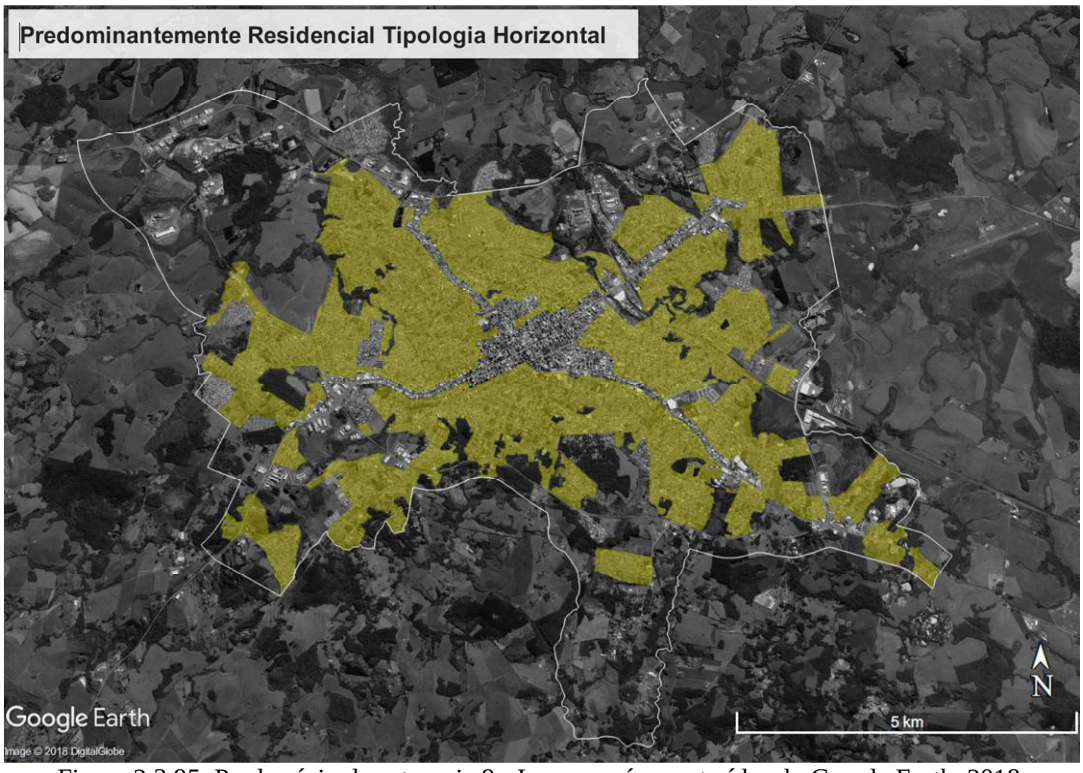


Figura 2.3.95: Predomínio da categoria 9 - Imagem aérea extraídas do Google Earth, 2018.

É possível observar que esta categoria de uso corresponde a aproximadamente 40% do território urbano, englobando aproximadamente 3.500 hectares. Destaca-se que nestas regiões o Plano Diretor permite o uso misto, com comércio, serviços e algumas atividades industriais. Entretanto, como a análise considera a predominância de uso, a atividade residencial sobressai na organização do espaço.

A figura 2.3.96 apresenta exemplos de locais referentes a esta categoria na Regional Norte.

Figura 2.3.96: Bairro Vera Cruz e da Vila Fátima - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Verifica-se na figura 2.3.96 o predomínio das atividades residenciais com edificações unifamiliares com até 03 pavimentos. Nesta região do bairro Vera Cruz observa-se que as edificações são em sua maioria com tipologia horizontal, tendo predomínio de residências conforme pode ser observado na figura 2.3.97. Existem alguns locais com pequeno comércio no térreo e residência no andar superior. Verifica-se na figura 2.3.98 que entre as ruas São Sepe e Alegrete há um padrão construtivo diferenciado do entorno, sendo pavilhões vinculados a atividades comerciais e de prestação de serviços.

Figura 2.3.97: Bairro Vera Cruz - Imagens extraídas do Street View, 2017.

Figura 2.3.98: Bairro Vera Cruz – Rua Alegrete - Imagens extraídas do Street View, 2017.

Já na região do bairro Fátima verifica-se o predomínio de residências unifamiliares de até 03 pavimentos, conforme pode ser observado na figura 2.3.99.

Figura 2.3.99: Vila Fátima – Imagens extraídas do Street View, 2011.

Entretanto, conforme pode ser observado na figura 2.3.100 existem algumas edificações verticais multifamiliares que estão sendo construídas nesta região. Destaca-se que atualmente o zoneamento do Plano Diretor classifica esta área da cidade como Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2), o que corresponde ao segundo maior índice construtivo da cidade, ou ainda, como Zona de Transição (ZT) e Eixo Indutor Um (EI1).

Figura 2.3.100: Bairro Vila Fátima - Imagens extraídas do Street View, 2015.

A figura 2.3.101 apresenta exemplos de locais referentes a esta categoria na Regional Oeste e Sul.

Figura 2.3.101: Região da Vila Xangri-lá e da Vila Cruzeiro - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Nesta região da Vila Xangri-lá se observa que as edificações são em sua maioria horizontais, com tipologia térrea, tendo poucos exemplares de edificações com até 03 pavimentos, conforme apresentado na imagem a direita da figura 2.3.102. A maior parte das edificações que possuem atividades vinculadas ao comércio, serviços e equipamentos de ensino ou saúde existentes no bairro Integração, localizam-se nas vias principais, como a Avenida Dona Sirlei e Avenida Cruzeiro do Sul. Na figura 2.3.102 é possível observar, na imagem da esquerda, o predomínio de edificações horizontais na Donária e algumas edificações em altura, na imagem da direita.

Figura 2.3.102: Xangri-lá a direita - Imagem extraída do Street View, 2011 e Donária a esquerda, arquivo Seplan 2018.

A figura 2.3.103 apresenta uma vista aérea da Vila Cruzeiro com a Vila Rodrigues e o Centro da cidade ao fundo. Na imagem é possível verificar o predomínio de residências unifamiliares com tipologia horizontal em primeiro plano e a área verticalizada no centro, e novamente, predomínio da horizontalidade das edificações ao fundo.

Figura 2.3.103: Vista aérea da Vila Cruzeiro.
Fonte: Extraída do site The Cities

A figura 2.3.104 apresenta exemplos de locais referentes a esta categoria na Regional Leste.

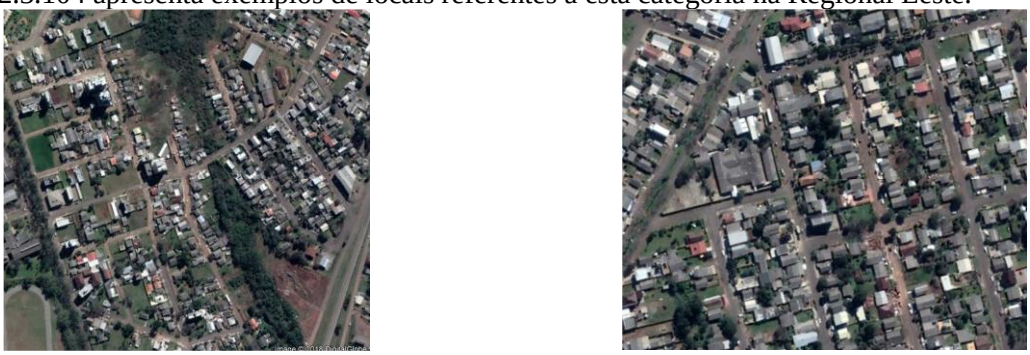


Figura 2.3.104: Região do Leonardo Ilha e do São José - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

No Leonardo Ilha verifica-se o predomínio de residências unifamiliares de até 03 pavimentos. Entretanto, conforme pode ser observado na figura 2.3.105, existem algumas edificações verticais multifamiliares que estão sendo construídas nas proximidades da estrada do Trigo, junto a Universidade. Destaca-se que atualmente o zoneamento do Plano Diretor classifica esta área da cidade como Zona de Transição (ZT) que possui Coeficiente de Aproveitamento de 2,8.

Figura 2.3.105: Leonardo Ilha – arquivo Seplan, 2018.

No São José observa-se que as edificações são em sua maioria horizontais, com tipologia térrea, tendo poucos exemplares de edificações com até 03 pavimentos, conforme pode ser observado na figura 2.3.106. A maior parte das edificações que possuem atividades vinculadas ao comércio, serviços no bairro

São José, localizam-se nas vias principais, como a Avenida Luis de Camões e Avenida Padre Antônio Vieira.

Figura 2.3.106: São José - Imagens extraídas do Street View, 2011.

2.3.4.10. CATEGORIA 10 – PREDOMINANTEMENTE USO MISTO TIPOLOGIA HORIZONTAL

Nesta categoria estão enquadradas as regiões da cidade onde predomina o uso misto com edificações de até três pavimentos, sendo que o térreo das edificações possuem atividades comerciais e/ou prestação de serviços e os demais pavimentos são residenciais.

Esta categoria de uso ocorre em trechos dos principais eixos viários, como na Avenida Brasil Leste, Avenida Brasil Oeste, Avenida Rio Grande e Avenida Presidente Vargas.

A figura 2.3.107 apresenta o predomínio desta categoria no mapa de uso do solo.

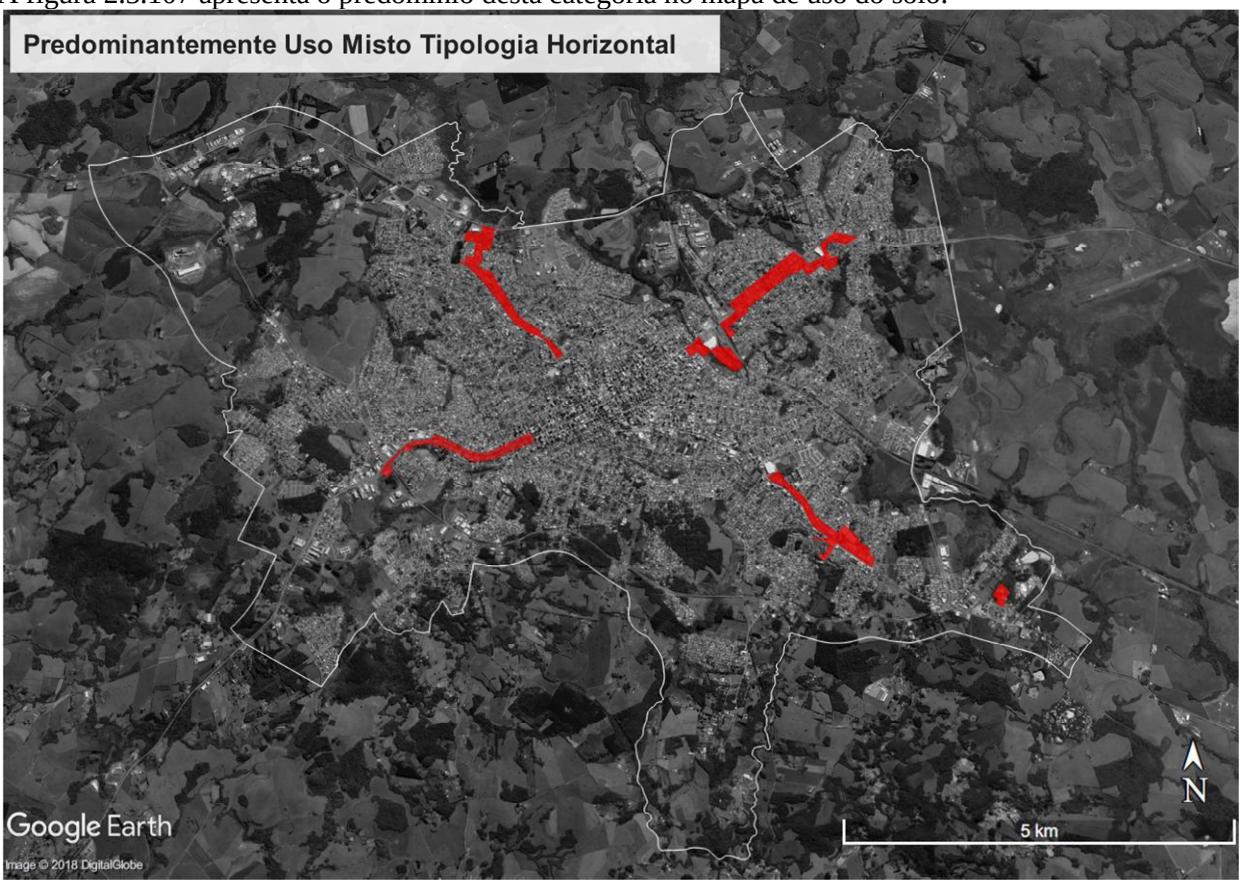


Figura 2.3.107: Categoria 10 - Imagem aérea extraídas do Google Earth, 2018.

Nestes locais há o predomínio de atividades comerciais e de serviços no térreo das edificações e geralmente há residências nos andares superiores. As tipologias das edificações são variadas, sendo predominantemente de baixa altura com até 03 pavimentos ou pavilhões.

A figura 2.3.108 apresenta a região da Avenida Moacir da Motta Fortes localizada no bairro Vera Cruz.

Figura 2.3.108: Região da Vera Cruz - Imagens extraídas do Street View, 2017.

É possível observar que a região da Vera Cruz apresenta diversidade de uso ao longo da Avenida Moacir da Motta Fortes, tendo atividades relacionadas a comércios e prestação de serviços variados, como mercados, bancos, oficinas mecânicas, materiais de construção, entre outros usos. Na figura 2.3.108 é possível verificar as tipologias usuais com térreo comercial e residencial nos andares superiores.

A região ao longo da Avenida Brasil Leste também apresenta diversidade de usos e atividades vinculadas ao comércio e a prestação de serviços.

A figura 2.3.109 apresenta uma vista da Vila Petrópolis com o Centro da cidade ao fundo.

Figura 2.3.109: Vista da Vila Petrópolis.
Fonte: Rádio Uirapuru - Extraída do site Wikipedia

Na imagem é possível verificar o predomínio de edificações de baixa altura de até 03 pavimentos em primeiro plano e a área verticalizada relativa ao centro da cidade ao fundo.

A figura 2.3.110 apresenta a região da Avenida Brasil Leste localizada no bairro Petrópolis.

Figura 2.3.110: Região da Petrópolis - Imagens extraídas do Street View, 2017.

Na figura 2.3.110 é possível verificar o predomínio de edificações com tipologia de pavilhões nas proximidades do trevo com a BR285 e a existência de edificações com tipologia com térreo comercial e residencial nos andares superiores no sentido bairro centro.

A região ao longo da Avenida Brasil Oeste apresenta diversidade de usos e atividades vinculadas ao comércio e a prestação de serviços e residencial. A região também se caracteriza pelo predomínio de edificações com tipologia com térreo comercial e residencial nos andares superiores.

A figura 2.3.111 apresenta a região da Avenida Brasil Oeste localizada no bairro Boqueirão.

Figura 2.3.111: Região do Boqueirão- Imagens extraídas do Street View, 2017.

A região ao longo da Avenida Presidente Vargas apresenta diversidade de usos e atividades vinculadas ao comércio e a prestação de serviços. A região também se caracteriza pelo predomínio de edificações com

tipologia com térreo comercial e residencial nos andares superiores. Existem algumas edificações em maior altura, entretanto ainda há o predomínio de edificações com até 03 pavimentos.

A figura 2.3.112 apresenta a região da Avenida Presidente Vargas no trecho enquadrado nesta categoria.

Figura 2.3.112: Região do São Cristóvão - Imagens extraídas do Street View, 2017.

2.3.4.11. CATEGORIA 11 - PREDOMINANTEMENTE USO MISTO TIPOLOGIA VERTICAL

Nesta categoria foram identificadas e demarcadas no mapa as regiões onde predomina o uso misto com edificações com mais de três pavimentos, sendo térreo comercial e/ou prestação de serviços e os demais pavimentos são residenciais.

A figura 2.3.113 apresenta o predomínio desta categoria no mapa de uso do solo.

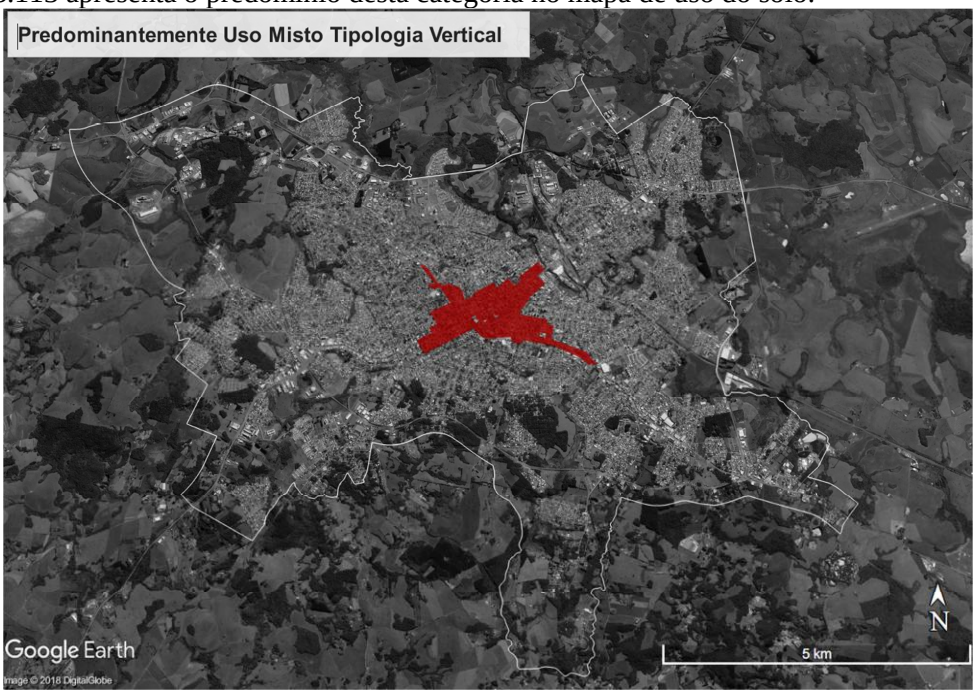


Figura 2.3.113: Categoria 11 - Imagem aérea extraída do Google Earth, 2018.

Corresponde à região da cidade com maior verticalização e maior densidade. Apresenta diversidade de usos e atividades vinculadas ao comércio, serviços e residencial. Há grande concentração de bancos, serviços institucionais, como fórum, cartórios, instituições de ensino, gastronomia, bares noturnos, entretenimento e lazer, contando com parque e praças, entre outras atividades. Há muita diversidade de usos, tendo grande variedade de atividades comerciais, com lojas de eletrodomésticos, móveis, roupas, confecções, acessórios, bazar, papelaria, eletrônicos, restaurantes, lanchonetes, ensino, bar noturno, entre outras atividades. A região também se caracteriza pelo predomínio de edificações com tipologia com térreo comercial e residencial nos andares superiores.

Essas características aguçam a dinâmica urbana desta região, tendo como reflexo o grande fluxo de pessoas se deslocando a pé e grande movimentação de veículos, tanto durante o dia quanto a noite. Nesta área da cidade há muita vitalidade urbana, termo que pode ser entendido, de acordo com SABOYA 2016, como a movimentação e a vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos, tendo alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como à interação deste com as atividades que acontecem dentro das edificações. Esta região pode ser considerada a mais ativa da cidade.

A figura 2.3.114 apresenta diferentes recortes com a vista aérea de locais enquadrados na categoria 11, sendo possível observar o padrão de ocupação desta região.

Figura 2.3.114: Recortes categoria 11 - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na figura 2.3.115 é possível observar a concentração de edificações em altura, característica desta região da cidade, reflexo da dinâmica socioeconômica e dos índices urbanísticos do Plano Diretor anterior e do Plano atual.

Figura 2.3.115: Vista da área central.
Fonte: Foto de Rafael Czamanski - Extraída do site Flickr

A maior parte dos bens tombados como Patrimônio Histórico e Cultural estão nesta região da cidade. A Figura 2.3.116 demonstra exemplo da localização do contexto urbano de alguns destes bens, sendo possível visualizar em primeiro plano a edificação do antigo Silo e Moinho da época do funcionamento da estação férrea na Gare.

Figura 2.3.116: Vista do entorno da Gare – arquivo Seplan, 2018.

Outro exemplo da dinâmica imobiliária do centro da cidade é a área do entorno da Praça Antonino Xavier junto ao Hospital de Clínicas de Passo Fundo, conforme figura 2.3.117.

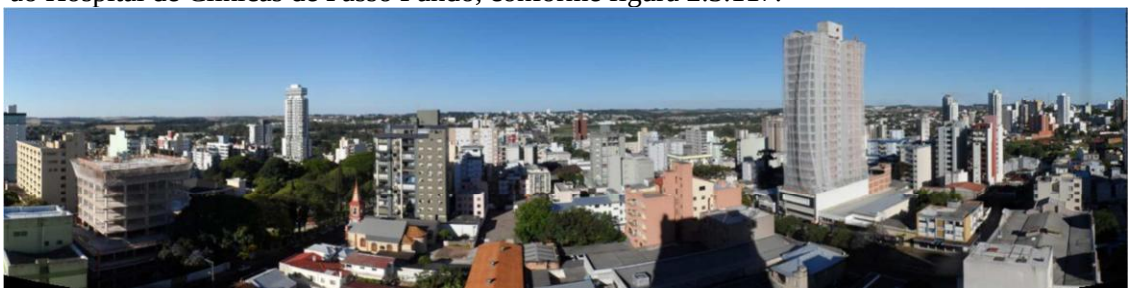


Figura 2.3.117: Vista do entorno da Praça Antonino Xavier – arquivo Seplan, 2018.

Direcionando o olhar para a região Avenida Presidente Vargas, nas proximidades da Gare, verifica-se que padrão de adensamento construtivo está modificando com a verticalização das edificações ao longo da Avenida, conforme figura 2.3.118. Pode-se dizer que este padrão vem ocorrendo a partir deste ponto, em direção ao Passo Fundo Shopping, em local também definido como Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2).

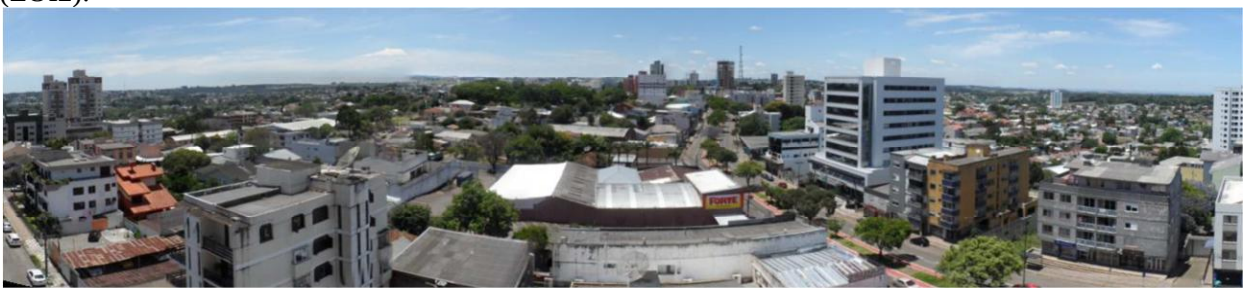


Figura 2.3.118: Vista da Avenida Presidente Vargas – arquivo Seplan, 2018.

A figura 2.3.119 apresenta a vista a partir da rua Lava Pés em direção a porção Norte da cidade. É possível observar modificações na paisagem urbana na região da Vila Fátima e da Vila Annes.

Figura 2.3.119: Vista da rua Lavapés – arquivo Seplan, 2018.

A figura 2.3.120 apresenta a vista a partir da rua Uruguai em direção a porção Norte da cidade. Neste local, também se observa modificações na paisagem urbana na região da Vila Fátima e da Vila Annes.

Figura 2.3.120: Vista da rua Uruguai – arquivo Seplan, 2018.

A seguir são demonstrados exemplos de locais que se enquadram nesta categoria de uso.

A figura 2.3.121 apresenta a região da Avenida Brasil Centro no trecho enquadrado nesta categoria.

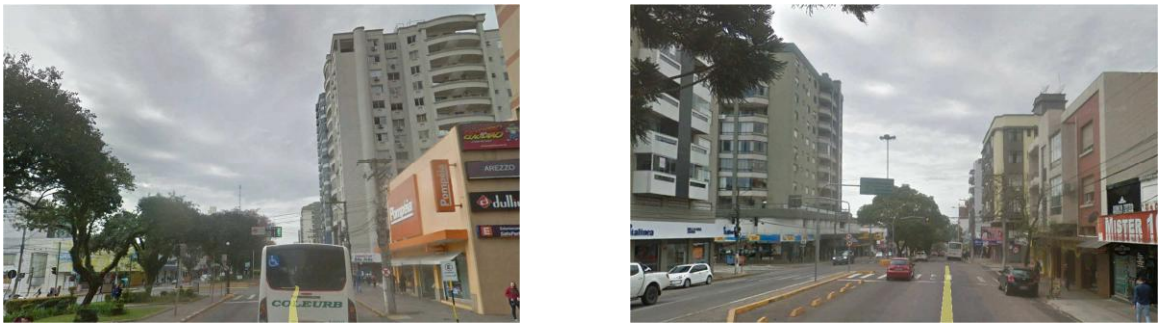


Figura 2.3.121: Avenida Brasil Centro - Imagens extraídas do Street View, 2017.

Verifica-se que o modelo espacial do trecho central da Avenida Brasil está modificando, tendo alguns pontos de concentração de edifícios em altura. Esta região está definida no mapa de zoneamento urbano como sendo, parte em Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), correspondendo aos maiores índices urbanísticos do Plano Diretor, e parte em Zona de Ocupação Intensiva Dois (ZOI2). É possível observar a existência de comércio no térreo das edificações e o uso residencial nos andares superiores.

A figura 2.3.122 apresenta a região da rua Bento Gonçalves no trecho enquadrado nesta categoria.

Figura 2.3.122: Rua Bento Gonçalves - Imagens extraídas do Street View, 2017.

Na figura 2.3.122 é possível observar o padrão construtivo com edifícios em altura, com uso misto, sendo térreo comercial e residencial nos andares superiores. Esta região atualmente é classificada como Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), não tendo a exigência de recuo frontal. No Plano Diretor anterior também não havia a exigência de recuos frontal e lateral nesta área, que correspondia a Zona Comercial Um (ZC1). É possível verificar nas imagens que as construções estão no alinhamento e algumas edificações estão coladas na divida lateral, sendo construídas sem recuo lateral. Isso ocorre em função tanto da legislação anterior, que não exigia recuos, quanto da legislação atual, que admite a isenção de recuo lateral se houver edificação consolidada construída na divida lateral com mais de 10 metros de altura, estudada caso a caso, com parecer favorável dos órgãos e conselhos pertinentes e realização de audiência pública.

A figura 2.3.123 apresenta a região da rua Moron no trecho enquadrado nesta categoria.

Figura 2.3.123: Rua Moron - Imagens extraídas do Street View, 2017.

Na figura 2.3.123 é possível observar que no trecho central da rua Moron ocorre praticamente a mesmo situação demonstrada na figura anterior referente a rua Bento Gonçalves. O trecho central da rua Moron era considerado parte como Zona Comercial Um (ZC1) e parte como Zona Comercial Dois (ZC2) pelo plano anterior. Ambos os zoneamentos eram isentos de recuos. Atualmente, o trecho da rua Moron compreendido entre as ruas Fagundes dos Reis e a Avenida Sete de Setembro é considerado Zona de Ocupação Intensiva Um (ZOI1), não sendo exigido recuo frontal. No restante da rua Moron é exigido recuo mínimo obrigatório de 4 metros do alinhamento pelo plano em vigor.

A figura 2.3.124 apresenta a vista aérea da região central, com vista a partir da Vila Rodrigues em direção ao centro. Na imagem é possível observar diferentes categorias de uso do território urbano, sendo: categoria 09, onde predomina o uso residencial unifamiliar com edificações de até três pavimentos; categoria 11 relativa à região do centro da cidade, onde predomina o uso misto com edificações com mais de três pavimentos.

Figura 2.3.124: Vista da área central.
Fonte: Imagem adaptada – foto original: Rafael Czamanski - Extraída do site Flickr

A figura 2.3.125 apresenta a vista aérea da Avenida Brasil Oeste, com vista a partir do bairro Boqueirão em direção ao centro.

Figura 2.3.125: Vista da Avenida Brasil Oeste.
Fonte: Imagem adaptada – foto original: Rafael Czamanski - Extraída do site Flickr

Na imagem é possível observar diferentes categorias de uso do território urbano, sendo: categoria 09, onde predomina o uso residencial unifamiliar com edificações de até três pavimentos; categoria 10, relativa à Avenida Brasil Oeste onde predomina o uso misto com edificações de até três pavimentos; categoria 11 relativa à região do centro da cidade, onde predomina o uso misto com edificações com mais de três pavimentos.

A figura 2.3.126 apresenta a vista a partir da rua Moron em direção a porção Sudeste da cidade.

Figura 2.3.126: Vista a partir da rua Moron em direção a porção Sudeste da cidade.

A figura 2.3.127 apresenta a vista a partir da rua Moron em direção a porção Sul da cidade.

Figura 2.3.127: Vista a partir da rua Moron em direção a porção Sul da cidade.

É possível observar nas figuras 2.3.126 e 2.3.127 o predomínio da verticalização na tipologia edilícia da região central a cidade.

2.3.4.12. CATEGORIA 12 – PREDOMINANTE USO RESIDENCIAL TIPOLOGIA RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL NÃO PERMITIDA

Nesta categoria foram enquadradas as regiões onde predomina o uso residencial e não são permitidas edificações residenciais multifamiliares em altura. A figura 2.3.128 apresenta o predomínio desta categoria no mapa de uso do solo.

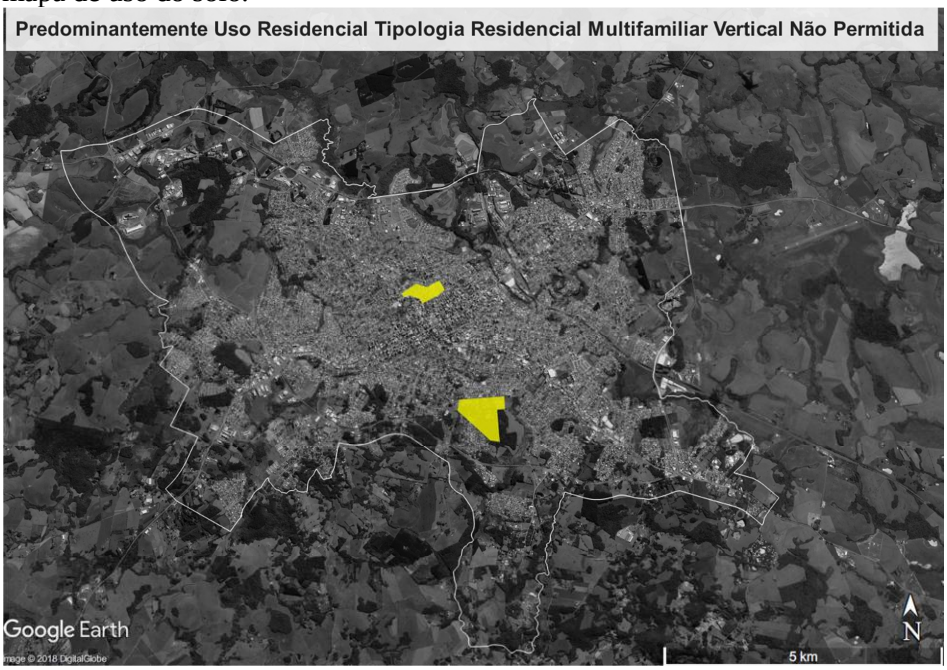


Figura 2.3.128: Categoria 11 - Imagem aérea extraída do Google Earth, 2018.

As áreas delimitadas como categoria 12 abrangem, de acordo com o mapa de zoneamento do Plano Diretor, as Zona Residencial Dois (ZR2) e a Zona de Ocupação Controlada Dois (ZOC2). Ambos os zoneamentos não permitem o uso Residencial Multifamiliar Vertical, sendo considerado Desconforme.

O Plano Diretor define como uso R.3 – Residencial Multifamiliar Vertical, as edificações ou conjunto de edificações verticais que agrupam várias economias residenciais em um mesmo lote ou gleba, submetidas às exigências quanto a Cota Ideal por Dormitório (CID).

A figura 2.3.129 apresenta vista aérea da categoria 12 referente à Vila Vergueiro.

Figura 2.3.129: Região da Vila Vergueiro – Imagem aérea extraída do Google Earth, 2018.

A Zona Residencial Dois (ZR2) abrange a região da cidade conhecida como Vila Vergueiro. Neste local somente a atividade comercial definida como C.S. 18 – Serviços Profissionais é considerada Conforme, possível de ser instalada. O C.S.18 é definido como estabelecimentos de prestação de serviços de profissionais autônomos ou liberais. As demais atividades e usos são considerados Desconformes, não

sendo possível a implantação. Apesar disso, é possível verificar alguns estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços implantados nesta região. Há comércios que estão implantados em locais onde anteriormente era permitido pelo Plano Diretor, tais como, no trecho da rua Nascimento Vargas, que por um período foi definido como Eixo Indutor (EI) e posteriormente voltou a ser ZR2. Outros vêm sendo implantados irregularmente, demandando intervenção por parte dos órgãos públicos, inclusive chegando à discussão judicial.

Verifica-se que a ocupação é configurada predominantemente por residências unifamiliares. É possível observar que as edificações possuem recuo frontal, em função das exigências legais, tanto do Plano Diretor atual quanto do anterior.

A figura 2.3.130 apresenta o padrão de tipologia das edificações da região da Vila Vergueiro.

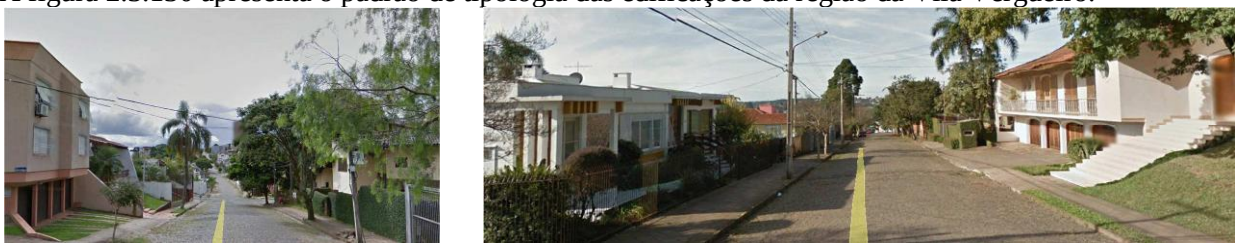


Figura 2.3.130: Vila Vergueiro - Imagens extraídas do Street View, 2011.

Na região da Vila Vergueiro localiza-se uma sede do Clube Comercial figura 2.3.131, instalada no local desde janeiro de 1965.

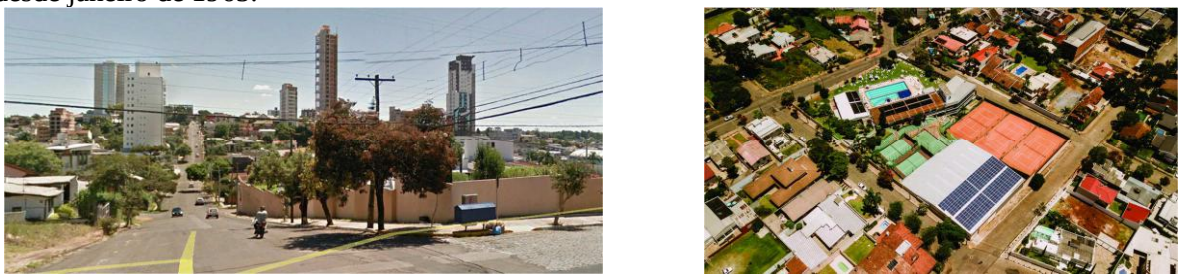


Figura 2.3.131: Clube Comercial sede Vila Vergueiro – a esquerda imagem extraída do Street View, 2017 e a direita imagem aérea do clube – extraída do site do Clube Comercial.

Já a Zona de Ocupação Controlada Dois (ZOC2) abrange a região da cidade conhecida como Bosque Lucas Araújo. Neste local somente a atividade comercial definida como C.S.1 - Comércio Varejista e Serviços Tipo I, C.S.18 – Serviços Profissionais, C.S.23- Serviços de Cultura, C.S.25 – Serviços Religiosos são considerados Conforme. O C.S.20 – Serviços de Alojamento e C.S.27 – Serviços Médicos são Permissíveis. As demais atividades e usos são considerados Desconformes, não sendo possível a implantação.

Esta área se caracteriza pela presença significativa de vegetação de grande porte, correspondendo à parte de um loteamento iniciado na década de 70 e que à época não foi totalmente implantado. Atualmente há um processo junto ao Ministério Público que trata sobre a implantação e abertura de algumas ruas e de infraestrutura em parte da área. Em virtude das características físicas do local, o controle de ocupação nessa zona é mais rígido, incidindo índices urbanísticos que minimizam a impermeabilização do solo e a construção de edificações em no máximo 20% da área do lote.

A figura 2.3.132 ilustra a região do bairro Bosque Lucas Araújo, sendo imagem do ano de 1984 à esquerda e de 2018 à direita.

Observando a figura 2.3.132 verifica-se que não houve modificações significativas em relação à vegetação, tendo, no entanto ampliado a malha urbana do entorno, considerando o Don Rodolfo, por exemplo.

Figura 2.3.132: Região do Bosque Lucas Araújo - à esquerda imagem do aerofotogramétrico de 1984 e à direita imagem aérea extraídas do Google Earth 2018.

A figura 2.3.133 apresenta o padrão de ocupação e a tipologia das edificações da região do Bosque Lucas Araújo.

Figura 2.3.133: Bosque Lucas Araújo - Imagens extraídas do Street View, 2011.

É possível observar o predomínio de residências unifamiliares, restando maciço de vegetação de mata nativa em diversos locais. Conforme mencionado anteriormente, há trechos de vias não implantadas e sem infraestrutura.

A figura 2.3.134 apresenta vista aérea da região do Bosque Lucas Araújo no trecho enquadrado nesta categoria.

Figura 2.3.134: Vista da região do entorno do Bosque Lucas Araújo – arquivo Seplan, 2018.

É possível observar a predominância do maciço de vegetação na configuração da paisagem urbana.

2.3.4.13. CATEGORIA 13 - SANEAMENTO

As grandes áreas relacionadas aos sistemas de esgotamento sanitário e aos sistemas de abastecimento de água foram identificadas e demarcadas no mapa de uso do solo.

A figura 2.3.135 apresenta exemplos de áreas demarcadas nesta categoria.

Barragem do Miranda

Barragem da Fazenda

ETE Araucária

ETE Miranda

Figura 2.3.135: Áreas não parceladas - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

As análises relacionadas às infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário estão detalhadas no Capítulo 2, no item 2.2 referente ao Meio Ambiente.

2.3.4.14. CATEGORIA 14 – URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Nesta categoria foram demarcados e identificados os parcelamentos do solo constituídos sob a forma de condomínio urbanístico com área superior a 13 ha;

A Lei Complementar n°230 de 07 de outubro de 2009 dispõe sobre Parcelamento do Solo no Munícipio de Passo Fundo. Esta legislação estabelece o regramento para implantação de condomínios urbanísticos.

Dos condomínios demarcados no mapa de uso do solo, apenas o Morada Além do Horizonte, localizado na porção sul do munícipio, nas proximidades da RS 324, saída para Marau, é anterior a lei de parcelamento do solo municipal. Os demais foram implantados após a vigência da legislação.

Analisando as características dos condomínios urbanísticos, a legislação define os procedimentos para condomínios urbanísticos, condomínios conjugados a edificação e condomínios industriais. Os condomínios demarcados no mapa de uso do solo possuem exclusivamente usos residenciais, não tendo ainda sido aprovado condomínio industrial no município.

A figura 2.3.136 apresenta o mapa de uso do solo referente a esta categoria.

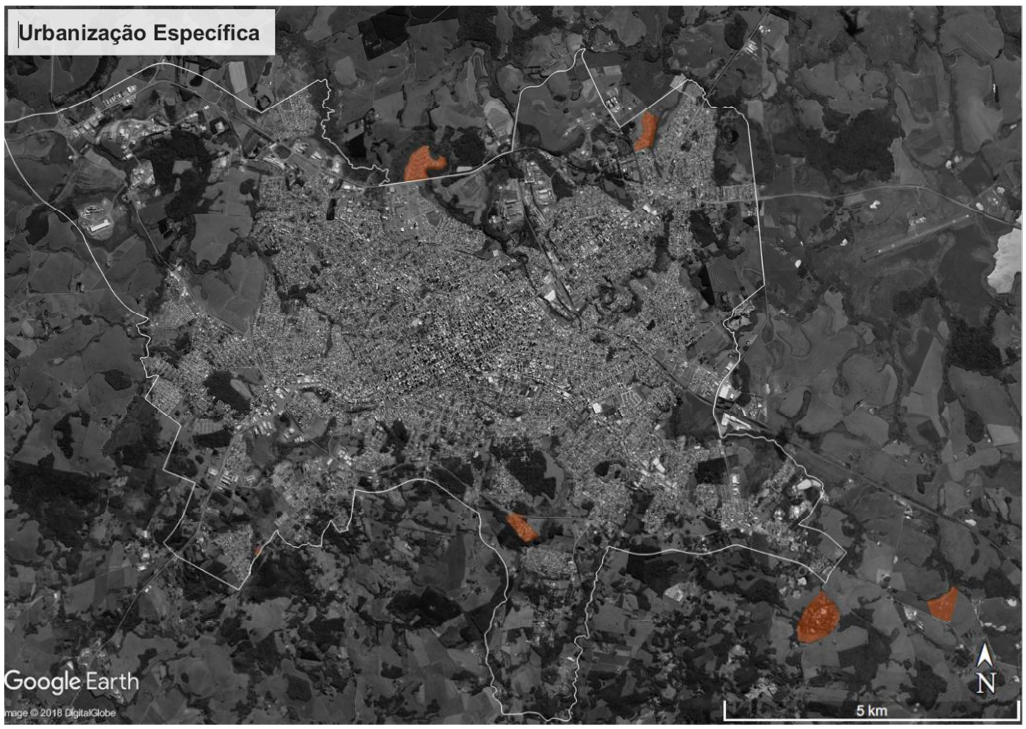


Figura 2.3.136: Categoria 14 - Imagem aérea extraídas do Google Earth, 2018.

Analisando o mapa de uso do solo é possível observar que os condomínios demarcados nesta categoria estão localizados nas bordas das perimetrais da cidade.

A figura 2.3.137 apresenta exemplos de áreas demarcadas nesta categoria referente a condomínios urbanísticos localizados na porção Norte e Leste da cidade.

Figura 2.3.137 Condomínio La Barra e Vivenda das Palmeiras - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

A figura 2.3.138 apresenta exemplos de áreas demarcadas nesta categoria referente a condomínios urbanísticos localizados na porção Sul da cidade.

Figura 2.3.138: Condomínio Bosque Village, Morada Além do Horizonte e Villa Palladio - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

É possível observar nas figuras 2.3.137 e 2.3.138 que os condomínios possuem diferentes graus de ocupação dos lotes referentes às suas unidades autônomas. O condomínio com menor ocupação é o Villa Paladio na porção sul da cidade.

2.3.4.15. CATEGORIA 15 – RECREAÇÃO/LAZER/TURISMO

Nesta categoria foram demarcadas as grandes áreas de lazer, recreação e turismo, como sede de clubes, Efrica e Roselândia.

Dentre as áreas demarcadas nesta categoria está a região conhecida como Roselândia que é classificada como Zona de Recreação e Turismo Um (ZRT1) no mapa de zoneamento urbano do Plano Diretor em vigor. Este local engloba diversas atividades vinculadas ao lazer e recreação de grande porte, tais como parque de rodeios, kartódromo, sede campestre de clubes e piscinas e associações.

A figura 2.3.139 apresenta área conhecida como Roselândia localizada na porção Sul da cidade.

Figura 2.3.139: Região da Roselândia - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Além disso, foram demarcadas áreas referentes a grandes equipamentos como Ginásio Teixeirinha, Estádio Vermelhão da Serra e sede campestre de clubes.

A figura 2.3.140 apresenta exemplos de áreas demarcadas nesta categoria.

Figura 2.3.140: Ginásio Teixeirinha, Sede campestre do Clube Comercial e Vermelhão da Serra - Imagens aéreas extraídas do Google Earth, 2018.

Na porção Nordeste da cidade está localizada área referente a Efrica demarcada nesta categoria no mapa de uso do solo, figura 2.3.141. Esta área está localizada em área rural, na Macrozona de Proteção aos

Mananciais de acordo com o mapa nº01, Macrozoneamento Municipal, do Plano Diretor. O referido mapa pode ser visualizado no mapa 2.3.1 do Caderno de mapas.

Figura 2.3.141. Efrica - Imagem aérea extraída do Google Earth, 2018.

2.3.5. USOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO

O modelo adotado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI identifica as atividades e a forma de distribuição dos usos, restringindo ou permitindo a diversidade de usos de acordo com as características definidas para cada zona.

Os usos são classificados para cada zona, como:

I – Conformes: compreendem as atividades possíveis de serem implantadas em uma determinada zona;

II – Permissíveis: compreendem as atividades passíveis de serem implantadas em uma determinada zona, dependendo de parecer favorável do órgão ou ente responsável pelo planejamento e do conselho municipal pertinente;

III – Desconformes: são aqueles que não podem ser implantados em uma determinada zona.

Para cada uso utilizou-se um código que descreve um conjunto de atividades previstas pelo plano. A lista com a classificação dos usos pertencentes a cada grupo de atividades está especificada no anexo n° 02 e 03 do PDDI. O cruzamento dos códigos das atividades e das zonas estabelecidas pelo plano gerou uma tabela que demonstra a conformidade e a desconformidade de cada uso para cada zona. Os usos conformes, permissíveis e desconformes para cada zona, macrozona e sede distrital encontram-se definidos em tabela constante no anexo n° 04 do PDDI.

Conforme especificado no parágrafo primeiro do artigo 67, quando uma atividade for considerada permissível pela classificação do Plano, a mesma deverá ser avaliada em função de seus reais impactos relativos à geração de poluição, ruídos, interferências no trânsito e no bem estar da população, dentre outros aspectos, pela Secretaria de Planejamento com auxílio dos demais órgãos competentes. Caso haja parecer favorável da instalação da atividade permissível em determinada zona, a Secretaria envia o processo para análise do Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado (CMDI) que emitirá parecer relativo ao assunto. O CMDI é parte integrante do processo de planejamento, representando vários setores da sociedade.

Os usos foram divididos nos seguintes cinco grupos, que se subdividem de acordo com a compatibilidade, o porte e o tipo de atividade:

a) atividades residenciais;

b) atividades comerciais e de serviços;

c) atividades industriais;

d) atividades especiais;

e) atividades primárias.

A partir da classificação e da análise de cada zona, foi estabelecida a permissividade, a conformidade ou desconformidade dos usos para cada área do município.

As atividades residências subdividem-se em:

R.1 - Residencial Unifamiliar;
R.2 - Residencial Multifamiliar Horizontal;
R.3 - Residencial Multifamiliar Vertical;
R.4 - Habitação de Interesse Social;
R.5 - Chácara Familiar.

O artigo 69 do Plano Diretor classifica as atividades residenciais em:

- R.1 - Residencial Unifamiliar: edificação ou conjunto de edificações que constituem uma única economia residencial;
- R.2 - Residencial Multifamiliar Horizontal: conjunto de edificações horizontais unifamiliares agrupadas em um mesmo lote ou gleba, submetidas às exigências quanto ao lote mínimo;
- R.3 - Residencial Multifamiliar Vertical: Edificação ou conjunto de edificações verticais que agrupam várias economias residenciais em um mesmo lote ou gleba, submetidas às exigências quanto a Cota Ideal por Dormitório (CID).

No quadro 2.3.8 é apresentada a classificação dos usos residências em relação ao zoneamento.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE USOS DO PDDI					
ZONAS	USOS RESIDENCIAIS				
	1	2	3	4	5
ZOI1					
ZOI2					
ZT					
ZE					
EI1					
EI2					
ZR1					
ZR2					
ZR3					
ZPRH					
ZPMN					
ZRA					
ZRT					
ZRT1					
ZOC1					
ZOC2					
ZEIS					
DI1	4				
DI2	4				
DI3	4				
DI4	4				
ZI	4				
ZIL	4				
ZL					
ZPU					
ZUE	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI
Macrozona de Proteção aos Mananciais					
Macrozona de Produção Mista					
Macrozona de Produção Agrofamiliar					
Macrozona de Produção Agropastoril					
Sedes Distritais					

LEGENDA	
	CONFORME
	PERMISSÍVEL
	DESCONFORME
LEI	LEI ESPECÍFICA

4	Somente quando comprovada a necessidade de alojamento para zelador ou vigia

Quadro 2.3.8: Atividades residências *versus* zoneamento.

Como pode ser observado no quadro 2.3.8, a Zona de Recuperação Ambiental (ZRA) não é compatível com a atividade residencial. As zonas enquadradas como áreas de produção também tem restrição quanto ao uso residencial. De um modo geral o uso residencial unifamiliar é considerado Conforme em praticamente todas as zonas da Macrozona Urbana. O uso residencial multifamiliar horizontal (condomínio de casas) não é possível de ser implantado nas zonas: ZOI1, ZOI2, ZPMN e ZRT. O uso residencial multifamiliar vertical (condomínio em altura) é Desconforme nas zonas: ZR2, ZPRH, ZPMN, ZRT e ZOC2. A habitação de interesse social não é possível de ser implantada na ZR2, ZRA, ZOC2. Dentro do perímetro urbano, o uso chácara é Conforme nas zonas: ZPRH, ZPMN e ZRT. Nas macrozonas e nas sedes distritais os usos residencial unifamiliar e chácara são considerados compatíveis, e ainda, não é possível o uso residencial multifamiliar, tanto horizontal quanto vertical. Já habitação de interesse social é passível de implantação na área rural.

As atividades comerciais e de serviços subdividem-se em:

CS.1 - Comércio Varejista e Serviços Tipo I;
CS.2 - Comércio Varejista e Serviços Tipo II;
CS.3 - Comércio Varejista e Serviços Tipo III;
CS.4 - Comércio Varejista e Serviços Tipo IV;
CS.5 - Comércio Varejista Especial Tipo I;
CS.6 - Comércio Varejista Especial Tipo II;
CS.7 - Comércio Atacadista e Depósitos Tipo I;
CS.8 - Comércio Atacadista e Depósitos Tipo II;
CS.9 - Comércio Atacadista e Depósitos Especial;
CS.10 - Postos de Serviço Tipo I;
CS.11 - Postos de Serviço Tipo II;
CS.12 - Garagens Coletivas;
CS.13 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo I;
CS.14 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo II;
CS.15 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo III;
CS.16 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo IV;
CS.17 - Serviços Esportivos;
CS.18 - Serviços Profissionais;
CS.19 - Serviços Bancários e Institucionais;
CS.20 - Serviços de Alojamento Tipo I ;
CS.20-A - Serviços de Alojamento Tipo I ;
CS.21 - Serviços de Alojamento tipo II;
CS.22 - Serviços de Educação;
CS.23 - Serviços de Cultura;
CS.24 - Serviços de Transmissão;
CS.25 - Serviços Religiosos;
CS.26 - Serviços Funerários;
CS.27 - Serviços Médicos;
CS.28 - Serviços Hospitalares;
CS.29 - Serviços Veterinários;
CS.30 - Serviços de Reparação e Conservação tipo I;
CS.31 - Serviços de Reparação e Conservação tipo II;
CS. 32 - Comércio atacadista e depósito especial tipo I;
CS. 33 - Comércio atacadista e depósito especial tipo II.

O artigo 70 do Plano Diretor classifica as atividades comerciais e de serviços em:

- CS.1 - Comércio Varejista e Serviços Tipo I: estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos alimentícios e de uso doméstico e estabelecimentos destinados à prestação de serviços pessoais, de confecção e reparação.
- CS.2 - Comércio Varejista e Serviços Tipo II: estabelecimentos de venda direta ao consumidor e de prestação de serviços domiciliares e de reparação, de produtos de demanda periódica e de bens duráveis.
- CS.3 - Comércio Varejista e Serviços Tipo III: estabelecimentos de venda direta ao consumidor, de produtos de demanda ocasional e de bens duráveis.
- CS.4 - Comércio Varejista e Serviços Tipo IV: estabelecimentos de venda direta ao consumidor, de produtos de demanda ocasional, de bens duráveis, de produtos a granel ou que gerem movimento de cargas pesadas.
- CS.5 - Comércio Varejista Especial Tipo I: estabelecimentos de venda direta ao consumidor, de produtos que exijam instalações especiais.
- CS.6 - Comércio Varejista Especial Tipo II: edificações ou instalações destinadas à venda direta ao consumidor, que por suas características de usos múltiplos e dimensões, possam ocasionar movimento excessivo de pessoas e veículos em relação ao sistema viário existente; sobrecarga nas redes de infraestrutura ou qualquer outro tipo de inconvenientes à saúde, bem-estar e a segurança das populações vizinhas.

- CS.7 - Comércio Atacadista e Depósitos Tipo I: edificações e instalações destinadas à venda por atacado e/ou armazenamento de mercadorias comercializadas nos usos CS.1, CS.2, CS.3 e CS.6.
- CS.8 - Comércio Atacadista e Depósitos Tipo II: edificações ou instalações destinadas à venda por atacado e/ou armazenamento de mercadorias comercializadas no uso CS.4.
- CS.9 - Comércio Atacadista e Depósitos Especial: edificações ou instalações destinadas à venda por atacado e/ou armazenamento de mercadorias comercializadas no uso CS.5.
- CS.10 - Postos de Serviço Tipo I: estabelecimentos de abastecimento de combustível e comércio de gás liquefeito, exceto de veículos destinados a transporte coletivo ou componentes de frota de veículos transportadores. Estas atividades deverão obedecer a Lei Complementar Nº 121/04 de 08 de Janeiro de 2004.
- CS.11 - Postos de Serviço Tipo II: estabelecimentos de abastecimento de combustível e comércio de gás liquefeito e edificações ou instalações destinadas a garagem ou estacionamento de veículos, destinados ao transporte coletivo ou componentes de frota de veículos transportadores. Estas atividades deverão obedecer a Lei Complementar Nº 121/04 de 08 de Janeiro de 2004.
- CS.12 - Garagens Coletivas: edificações de um ou mais pavimentos destinados à abrigar veículos, exceto de transporte de cargas e coletivos.
- CS.13 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo I: estabelecimentos destinados à diversão, recreação e lazer, que mesmo sem instalações especiais, não perturbe o repouso noturno da população vizinha.
- CS.14 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo II: estabelecimentos destinados à diversão, recreação e lazer que necessitam de instalações especiais para não perturbar o repouso noturno da população vizinha.
- CS.15 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo III: estabelecimentos itinerantes destinados à diversão, recreação e lazer.
- CS.16 - Serviços de Diversões e Lazer Tipo IV: estabelecimentos destinados à diversão, recreação e lazer, que necessitam de grande espaço físico para sua implantação.
- CS.17 - Serviços Esportivos: estabelecimentos destinados a recreação e ao esporte. CS.18 - Serviços Profissionais: estabelecimentos de prestação de serviços de profissionais autônomos ou liberais.
- CS.19 - Serviços Bancários e Institucionais: estabelecimentos de prestação de serviços bancários, institucionais públicos ou privados e similares.
- CS.20 - Serviços de Alojamento Tipo I - Hotel, Pensões e Casas de Cômodos.
- CS.20-A - Serviços de Alojamento Tipo I - Casas de Apoio Assistencial, Lar de Idosos e Orfanatos.
- CS.21 - Serviços de Alojamento tipo II: estabelecimentos de prestação de serviços de alojamento de curta permanência.
- CS.22 - Serviços de Educação: estabelecimentos destinados à educação.
- CS.23 - Serviços de Cultura: estabelecimentos destinados à atividades culturais.
- CS.24 - Serviços de Transmissão: atividades que necessitam da instalação de antenas e torres de transmissão.
- CS.25 - Serviços Religiosos: estabelecimentos destinados a cultos religiosos.
- CS.26 - Serviços Funerários: estabelecimentos destinados a serviços funerários. CS.27 - Serviços Médicos: estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, caracterizados pela permanência apenas eventual de pacientes.
- CS.28 - Serviços Hospitalares: estabelecimentos de prestação de serviços de saúde caracterizados pelo internamento de pacientes.
- CS.29 - Serviços Veterinários: estabelecimentos de prestação de serviços veterinários, caracterizados pela internação de animais.
- CS.30 - Serviços de Reparação e Conservação tipo I: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de reparação e conservação que não necessitem de instalações especiais.
- CS.31 - Serviços de Reparação e Conservação tipo II: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de reparação e conservação que exijam instalações especiais.
- CS. 32 - Comércio atacadista e depósito especial tipo I: edificações e instalações destinadas a venda por atacado ou armazenamento, separação e coleta de resíduos Classe II-A e Classe I até 1.500m³/mês.
- CS. 33 - Comércio atacadista e depósito especial tipo II: edificações e instalações destinadas a venda por atacado ou armazenamento, separação e coleta de resíduos Classe II-A e Classe I acima de 1.500m³/mês.

No quadro 2.3.9 é apresentada a classificação dos usos comerciais e serviços em relação ao zoneamento.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE USOS DO PDDI

ZONAS	USOS COMERCIAIS																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	20-A	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
ZOI1																																		
ZOI2																																		
ZT																																		
ZE																																		
EI1																																		
EI2																																		
ZR1																																		
ZR2																																		
ZR3																																		
ZPRH																																		
ZPMN																																		
ZRA																																		
ZRT																																		
ZRT1																																		
ZOC1																																		
ZOC2																																		
ZEIS																																		
DI1																																		
DI2																																		
DI3																																		
DI4																																		
ZI																																		
ZIL																																		
ZL																																		
ZPU																																		
ZUE	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI
Macrozona de Proteção aos Mananciais								1																										
Macrozona de Produção Mista																																		
Macrozona de Produção Agrofamiliar																																		
Macrozona de Produção Agropastoril																																		
Sedes Distritais																																		

LEGENDA

	CONFORME
	PERMISSÍVEL
	DESCONFORME
LEI	LEI ESPECÍFICA

1	Exceto para depósitos de sementes e cereais
2	Exceto para beneficiamento de grãos
3	Exceto para suinocultura, que é uso permissível
4	Somente quando comprovada a necessidade de alojamento para zelador ou vigia a industria

Quadro 2.3.9: Atividades comerciais e serviços *versus* zoneamento.

Como pode ser observado no quadro 2.3.9, existem usos da categoria comércios e serviços cuja implantação é bem restritiva, sendo enquadrados como Desconforme para a maioria dos zoneamentos ou classificados como Permissíveis, requerendo análises para liberação de implantação. Como exemplo destes usos cita-se: CS.6 (shopping center, entre outros), CS.14 (bar noturno, boates, danceterias, entre outros), CS.24 (antenas), CS.26 (cemitérios, crematórios), CS.28 (hospitais, pronto socorro, entre outros).

A zona que possui maior restrição de usos comerciais e de serviços é a Zona Residencial 2 (ZR2), sendo possível implantar somente o uso CS.18 (estabelecimentos de prestação de serviços de profissionais autônomos ou liberais). Nas demais zonas residenciais é possível implantar o comércio mais básico de suporte a vida cotidiana, como padarias, açougues, farmácias, livrarias, sapatarias, entre outros, assim como o uso CS.18.

Nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) o comércio mais básico de suporte a vida cotidiana também é considerado Conforme, assim como os serviços de educação, cultura, serviços profissionais e institucionais.

Considerando as zonas que compõe as áreas adensáveis é possível verificar que as atividades relacionadas ao comércio e serviços incluem uma gama maior de usos possíveis de serem implantados, havendo, no entanto, restrições quanto à implantação de algumas atividades em função do porte do objeto da venda ou da necessidade de grandes áreas edificadas ou para manobra de veículos, depósitos, frota de veículos, autódromo, kartódromo, motel, entre outros.

Com relação às zonas que compõe as áreas de produção, a zona com menor restrição de usos comerciais e de serviços é a Zona de Produção Urbana (ZPU). Já as zonas que compõe as áreas de preservação ambiental também possuem restrição de implantação de diversos usos e atividades, sendo as mais restritivas as Zonas de Proteção da Mata Nativa (ZPMN) e as Zonas de Recuperação Ambiental (ZRA).

Na área rural, a maior restrição de usos e atividades é na Macronoza de Proteção aos Mananciais, sendo considerado Conforme os usos hotéis, casas assistenciais, educação, cultura e religiosos.

As atividades industriais subdividem-se em:

I.1 - Industrial tipo I;
I.2 - Industrial tipo II;

I.3 - Industrial tipo III;
I.4 - Industrial tipo IV;
I.5 - Industrial tipo V;
I.6 - Industrial tipo VI.

O artigo 71 do Plano Diretor classifica as atividades industriais em:

- I.1 - Industrial tipo I: atividades industriais compatíveis com o uso residencial e/ou comercial, não incômodas ao entorno, com área máxima construída de 250 (duzentos e cinquenta) m².
- I.2 - Industrial tipo II: atividades industriais compatíveis com o uso residencial e/ou comercial, não incômodas ao entorno, com área construída acima de 250 (duzentos e cinquenta) m².
- I.3 - Industrial tipo III: atividades industriais compatíveis ou não com o uso residencial e/ou comercial, que possuam padrões específicos de controle, quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição de resíduos gerados, com área máxima construída de 250 (duzentos e cinquenta) m².
- I.4 - Industrial tipo IV: atividades industriais com restrições quanto a compatibilidade com o uso residencial e/ou comercial, que possuam padrões específicos de controle, quanto as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição de resíduos gerados, com área máxima construída de 250 (duzentos e cinquenta) m².
- I.5 - Industrial tipo V: atividades industriais com restrições quanto a compatibilidade com o uso residencial e/ou comercial, não incômodas ao entorno, desde que possuam padrões específicos de controle, quanto as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição de resíduos gerados, com área construída acima de 250 (duzentos e cinquenta) m².
- I.6 - Industrial tipo VI: atividades industriais incompatíveis com o uso residencial, que possuam padrões específicos de controle, quanto as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição de resíduos gerados.

No quadro 2.3.10 é apresentada a classificação dos usos industriais em relação ao zoneamento.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE USOS DO PDDI						
ZONAS	USOS INDUSTRIAIS					
	1	2	3	4	5	6
ZOI1						
ZOI2						
ZT						
ZE						
EI1						
EI2						
ZR1						
ZR2						
ZR3						
ZPRH						
ZPMN						
ZRA						
ZRT						
ZRT1						
ZOC1						
ZOC2						
ZEIS						
DI1						
DI2						
DI3						
DI4						
ZI						
ZIL						
ZL						
ZPU						
ZUE	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI
Macrozona de Proteção aos Mananciais						2
Macrozona de Produção Mista						
Macrozona de Produção Agrofamiliar						
Macrozona de Produção Agropastoril						
Sedes Distritais						

LEGENDA	
	CONFORME
	PERMISSÍVEL
	DESCONFORME
LEI	LEI ESPECÍFICA

Quadro 2.3.10: Atividades industriais *versus* zoneamento.

Observando o quadro 2.3.10 verifica-se que os usos industriais não são possíveis de implantar nas zonas que compõe as áreas residenciais e nas zonas que compõe as áreas de preservação ambiental. A exceção é a Zona de Ocupação Controlada Um (ZOC1), cujos usos Industrial tipo 1 e 2, são classificados como Permissíveis.

Já no grupamento das zonas denominadas áreas adensáveis o uso Industrial tipo I é considerado Permissível na Zona de Ocupação Intensiva Um e Dois (ZOI1 e ZOI2), nas demais zonas é considerado Conforme. Já o uso Industrial tipo 02 é Conforme na Zona de Ocupação Extensiva (ZE) e Desconforme na ZOI1, sendo Permissível nas demais zonas do grupo. Nas ZEIS o uso Industrial tipo 1 e 2 é Conforme e o Industrial tipo 3 é Permissível. Os demais usos industriais são considerados Desconformes nos grupamentos citados.

Nas zonas que compõe as áreas de produção urbana os usos industrial tipo 1, 2, 3, 4 e 5 são considerados Conformes, com exceção da zona Logística (ZL) que possui classificação e Permissível para estes usos. Já o uso industrial tipo 6 é Conforme na zona Distrito Industrial 4 (DI4) e na Zona Industrial e Logística (ZIL), na Zona de Produção Urbana e na Zona Distrito Industrial 2 é classificado como Permissível. Nas demais zonas o uso I6 é considerado Desconforme.

Na área rural a implantação de atividades industriais é mais restrita. Na Macrozona de Proteção aos Mananciais somente o uso industrial tipo 1 é Permissível, os demais são Desconforme. Já nas Macrozonas de Produção Mista, Produção Agropastoril e Agrofamiliar o uso industrial tipo 1 é Conforme, sendo que os demais usos são Desconforme. Nas sedes distritais é possível implantar os usos industrial tipo 1, 2 e 3, sendo que os demais são Desconformes.

As atividades especiais subdividem-se em:

E.1 - Destinação Final de Resíduos e Efluentes Urbanos e Industriais;

E.2 - Instalações Correcionais;

E.3 - Instalações de Geração e Distribuição Elétrica;

E.4 - Atividades Diversas.

O artigo 72 do Plano Diretor classifica as atividades especiais em:

- E.1 - Destinação Final de Resíduos e Efluentes Urbanos e Industriais;
- E.2 - Instalações Correcionais;
- E.3 - Instalações de Geração e Distribuição Elétrica;
- E.4 - Atividades Diversas.

No quadro 2.3.11 é apresentada a classificação dos usos especiais em relação ao zoneamento.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE USOS DO PDDI				
ZONAS	USOS ESPECIAIS			
	1	2	3	4
ZOI1				
ZOI2				
ZT				
ZE				
EI1				
EI2				
ZR1				
ZR2				
ZR3				
ZPRH				
ZPMN				
ZRA				
ZRT				
ZRT1				
ZOC1				
ZOC2				
ZEIS				
DI1				
DI2				
DI3				
DI4				
ZI				
ZIL				
ZL				
ZPU				
ZUE	LEI	LEI	LEI	LEI
Macrozona de Proteção aos Mananciais				
Macrozona de Produção Mista				
Macrozona de Produção Agrofamiliar				
Macrozona de Produção Agropastoril				
Sedes Distritais				

LEGENDA	
	CONFORME
	PERMISSÍVEL
	DESCONFORME
LEI	LEI ESPECÍFICA

Quadro 2.3.11: Atividades especiais *versus* zoneamento.

Observando o quadro 2.3.11 é possível verificar que as atividades especiais são consideradas Desconformes para as zonas que compõe as áreas adensáveis, áreas residenciais, áreas de preservação ambiental, e a Zona Especial de Interesse Social. A exceção se dá apenas para a Zona Eixo Indutor (EI2), onde o uso atividade especial 3 (Instalações de Geração e Distribuição Elétrica) é considerado Permissível.

Nas áreas de produção urbana o uso atividade especial 3 é Permissível para todas as zonas, com exceção da Zona Logística que possui classificação de Permissível. Nas demais zonas que compõem as áreas de produção urbana as atividades especiais 1, 2 e 4 são Desconformes.

As atividades primárias subdividem-se em:

P.1 - Extrativismo Mineral;
P.2 - Extrativismo Vegetal;
P.3 – Agricultura;
P.4 - Pecuária: atividades relacionadas à criação animal;
P.5 – Aquicultura;
P.6 – Silvicultura;
P.7 – Avicultura;
P.8 - Hortifruticultura.

O artigo 73 do Plano Diretor classifica as atividades primárias em:

- P.1 - Extrativismo Mineral: atividades relacionadas ao extrativismo mineral, tais como a extração de argila, de areia, pedreira e outros.
- P.2 - Extrativismo Vegetal: atividades relacionadas ao extrativismo vegetal, tais como: extração erva-mate nativa, de madeira nativa e outros.
- P.3 - Agricultura: atividades relacionadas as grandes culturas, tais como: soja, milho, trigo, cevada, aveias, pastagens e outros.
- P.4 - Pecuária: atividades relacionadas à criação animal, tais como: bovinos (leite e corte), suínos, caprinos, ovinos, bubalinos, equinos, muares e outros.
- P.5 - Aquicultura: atividades relacionadas ao manejo de plantas e animais aquáticos, tais como: piscicultura, ranicultura e outros.

- P.6 - Silvicultura: atividades relacionadas ao manejo de árvores florestais, tais como: florestamento, reflorestamento, cultivo de erva-mate com fins econômico-industrial, ecológico-reposição ou misto.
- P.7 - Avicultura: atividades relacionadas à criação de aves, tais como: aves para corte, unidade de produção de ovos e outros.
- P.8 - Hortifruticultura: atividades relacionadas ao manejo de hortas e pomares.

No quadro 2.3.12 é apresentada a classificação das atividades primárias em relação ao zoneamento.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE USOS DO PDDI								
ZONAS	USOS							
	PRIMÁRIAS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
ZOI1								
ZOI2								
ZT								
ZE								
EI1								
EI2								
ZR1								
ZR2								
ZR3								
ZPRH								
ZPMN								
ZRA								
ZRT								
ZRT1								
ZOC1								
ZOC2								
ZEIS								
DI1								
DI2								
DI3								
DI4								
ZI								
ZIL								
ZL								
ZPU								
ZUE	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI	LEI
Macrozona de Proteção aos Mananciais				3				
Macrozona de Produção Mista								
Macrozona de Produção Agrofamiliar								
Macrozona de Produção Agropastoril								
Sedes Distritais								

LEGENDA	
	CONFORME
	PERMISSÍVEL
	DESCONFORME
LEI	LEI ESPECÍFICA

1	Exceto para depósitos de sementes e cereais
2	Exceto para beneficiamento de grãos
3	Exceto para suinocultura, que é uso permissível
4	Somente quando comprovada a necessidade de alojamento para zelador ou vigia a indústria

Quadro 2.3.12: Atividades primárias *versus* zoneamento.

Observando o quadro 2.3.12 é possível verificar que as atividades primárias são consideradas Desconformes para todas as zonas que compõe Macrozona Urbana. Já na área rural a maior restrição é nas sedes distritais, sendo Conforme apenas o extrativismo vegetal e hortifruticultura. Dentre os usos previstos, a atividade de extrativismo mineral é o mais restritivo, sendo: Desconforme na Macrozona de Proteção aos Mananciais e nas Sedes distritais e Permissível nas demais Macrozonas. Na Macrozona de Proteção aos Mananciais são considerados Conformes as atividades de agricultura, pecuária (exceto suinocultura), silvicultura e hortifruticultura e o extrativismo mineral é considerado Desconforme, sendo que os demais usos são Permissíveis. Nas demais Macrozonas o uso extrativismo mineral é considerado Permissível e os outros usos são considerados Conformes.

2.3.6. ÁREAS DE URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO PRIORITÁRIAS - AUOP

De acordo com o artigo 39 da lei 10257 de 2001, Estatuto da Cidade, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no artigo segundo da legislação federal.

O artigo 42 do Estatuto da cidade estabelece que a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização deve estar inserido no Plano Diretor.

Considerando o exposto, o artigo 130 da Lei Complementar nº170/06, que institui o Plano Diretor do Munícipio, estabelece áreas de urbanização e ocupação prioritárias que pelas suas características se configuram em glebas que não cumprem com a função social da propriedade urbana, sujeitas ao Parcelamento Compulsório.

O Parcelamento Compulsório pode ser entendido como um instrumento que obriga os proprietários de imóveis urbanos a utilizar ou dar uma destinação à área que não está cumprindo com as prerrogativas do Plano Diretor quanto ao cumprimento da função social.

O artigo 129 do Plano Diretor define:

> *"Nas áreas localizadas na Macrozona Urbana será exigido do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova o seu adequado aproveitamento através da edificação, parcelamento ou utilização compulsórios.*
>
> *§ 1º Considera-se solo urbano não edificado os lotes com área igual ou superior a 300m² cujo coeficiente de aproveitamento do imóvel seja igual a zero, desde que seja possível algum tipo de construção.*
>
> *§ 2º Considera-se solo urbano subutilizado os lotes com área igual ou superior a 300m² onde a área edificada não atingir o percentual mínimo de 10% do coeficiente de aproveitamento da respectiva zonas, excetuando-se:*
>
> *a) imóveis utilizados para fins econômicos que não necessitem de edificações;*
>
> *b) imóveis utilizados como postos de abastecimento e serviços para veículos;*
>
> *c) imóveis com restrições jurídicas que impossibilitem o coeficiente mínimo, inclusos os pertencentes ao patrimônio histórico, cultural, natural, e paisagístico;*
>
> *d) imóveis localizados nas zonas de proteção de recursos hídricos, proteção da mata nativa, ocupação controlada 1, ocupação controlada 2, recuperação ambiental, zona industrial, distritos industrial 1, 2, 3 e 4, zona de produção urbana, zona de uso especial e zona logística.*
>
> *§ 3º Considera-se solo urbano subutilizado toda edificação que ocupe, no mínimo, 10% do índice de aproveitamento definido para a respectiva zona, sem utilização há mais de 5 anos, salvo a existência de restrições jurídicas que impossibilitem o uso.*
>
> *§ 4º No caso de zonas especiais de interesse social a área definida no parágrafo primeiro será igual ou superior a 200m² para fins de solo urbano não edificado."*

Sobre áreas consideradas subutilizadas ou não edificadas podem incidir a aplicação de outros instrumentos como, por exemplo, o IPTU progressivo no tempo.

A análise dos instrumentos estabelecidos no atual Plano Diretor estão detalhadas no Capítulo 2, Leitura Técnica: avaliação temática integrada, no item 2.9 – Gestão, Participação e Controle Social.

Conforme mencionado anteriormente neste documento, o segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU tinha por objetivo conter a expansão da cidade para dentro das perimetrais, sendo estabelecido o perímetro urbano da época, proporcionando o crescimento de modo mais ordenado forçando a ocupação dos espaços vazios. Assim , neste momento buscou-se promover a verticalização da área central, pois essa era área com maior disponibilidade de infraestrutura como calçamento, iluminação pública, abastecimento de água, entre outros.

Já o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI considera toda a área do munícipio e define a Macrozona Urbana, que corresponde a área relativa ao atual perímetro urbano da cidade.

O Plano Diretor atual mantem o entendimento do Plano anterior ao estabelecer no parágrafo terceiro do artigo 43 que não será permitido parcelamento do solo para fins urbanos em áreas situadas fora da cidade e das sedes dos distritos, salvo parcelamento que respeite o módulo rural mínimo. Este entendimento também é dado pela Lei Municipal de Parcelamento do Solo.

A figura 2.3.142 apresenta a evolução da ocupação urbana da cidade.

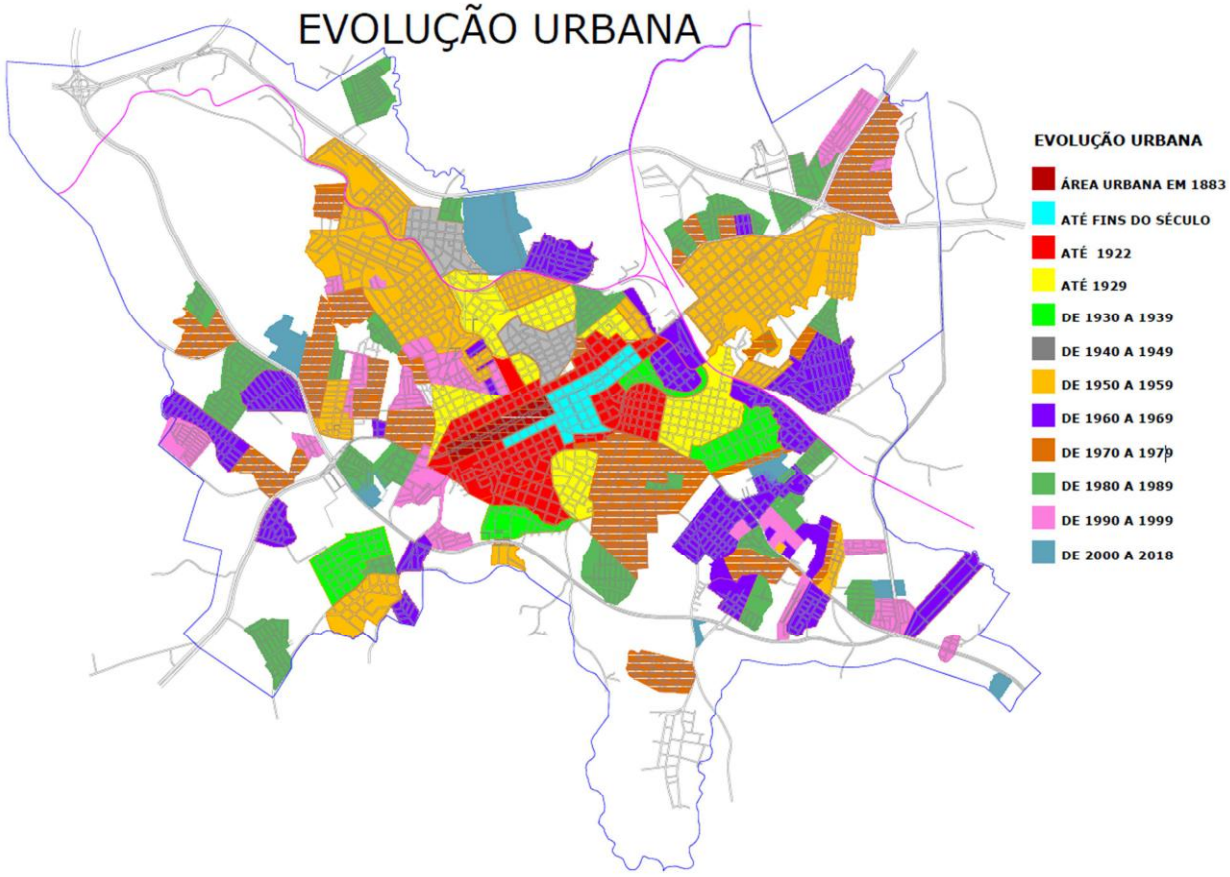


Figura 2.3.142: Evolução urbana.

É possível observar que até a década de 80 foram implantados loteamentos além das atuais perimetrais. Cita-se como exemplo, na porção Sudoeste os loteamentos Donária, Santa Marta e Xangri-lá, entre outros. Na região Sul o loteamento Santa Rita. Já na década de 80 foi implantado na porção Norte, o loteamento José Alexandre Zacchia, e na porção Oeste, o loteamento Professor Schisler. O loteamento Jaboticabal, na mesma região da cidade foi implantado na década de 90.

Na década de 2000 verifica-se que há alguns loteamentos implantados que constam na figura 2.3.142 tais como o loteamento Cidade Nova, na porção Norte, Reserva São Cristóvão, na porção Sudeste, Bela Vista na porção Leste, entre outros. Entretanto, ressalta-se que existem parcelamentos em fase de aprovação, ou ainda, em fase de finalização de implantação, que não foram demarcados nesta figura, e que, no entanto, estão demarcados no mapa de uso do solo, na categoria parcelamento previsto.

Percebe-se que existiu um claro direcionamento para uma ocupação de áreas dentro das perimetrais, com o objetivo de se alcançar um tecido urbano mais densificado e urbanizado, possibilitando maior eficiência da utilização da infraestrutura urbana.

Com a intensão de averiguar a ocupação das áreas definidas como Áreas de Uso e Ocupação Prioritárias - AUOP realizou-se a comparação entre as áreas demarcadas no mapa original de 2006 com áreas objeto de parcelamento do solo, tanto implantados quanto em fase de aprovação, posteriores ao ano da aprovação da lei do Plano Diretor.

A figura 2.3.143 apresenta as áreas estabelecidas pela legislação municipal em 2006. Estas áreas constam definidas no mapa nº 04, anexo da Lei n º 170/06, demonstrado no mapa 2.3.6 no caderno de mapas.

A figura 2.3.144 apresenta a evolução da ocupação das áreas de urbanização e ocupação prioritárias. Estas também podem ser visualizadas no mapa 2.3.7 no caderno de mapas.

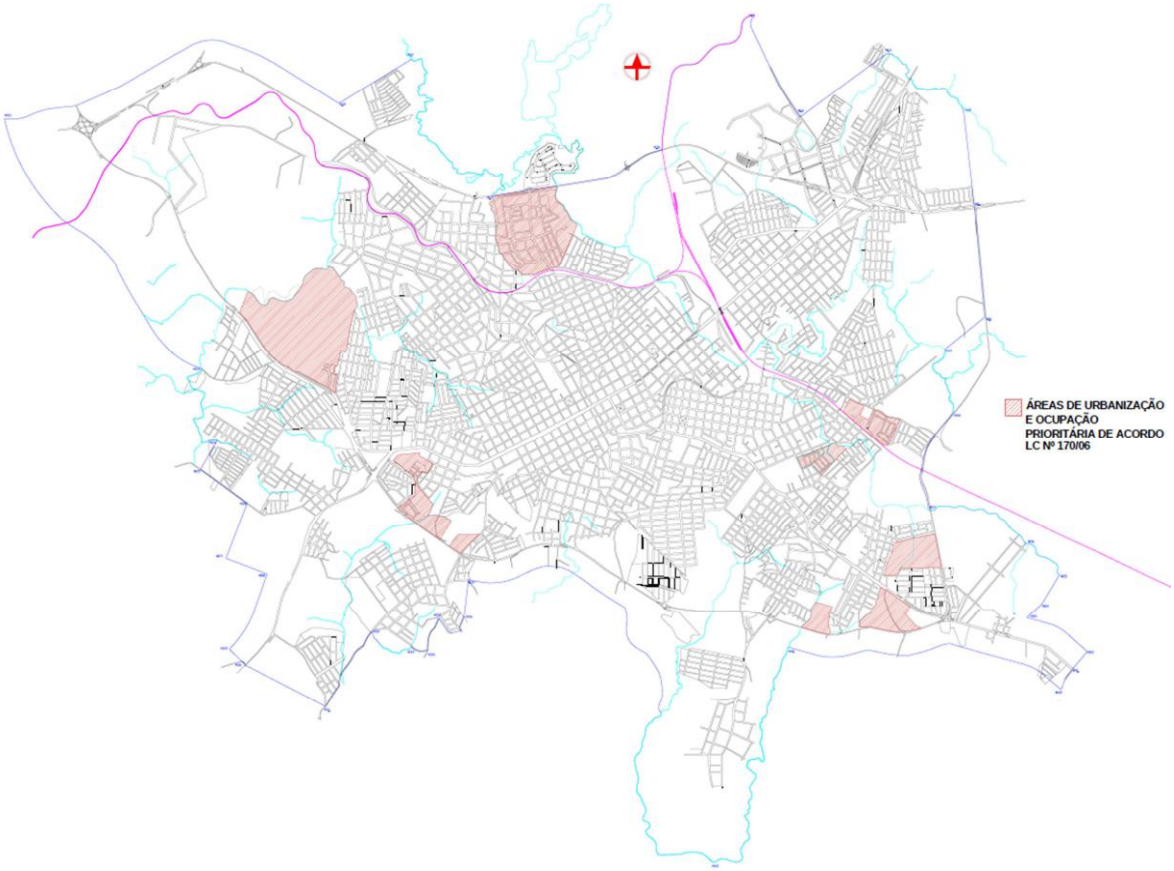


Figura 2.3.143: Áreas de urbanização e ocupação prioritárias estabelecidas no mapa 04 da LC nº170/06.

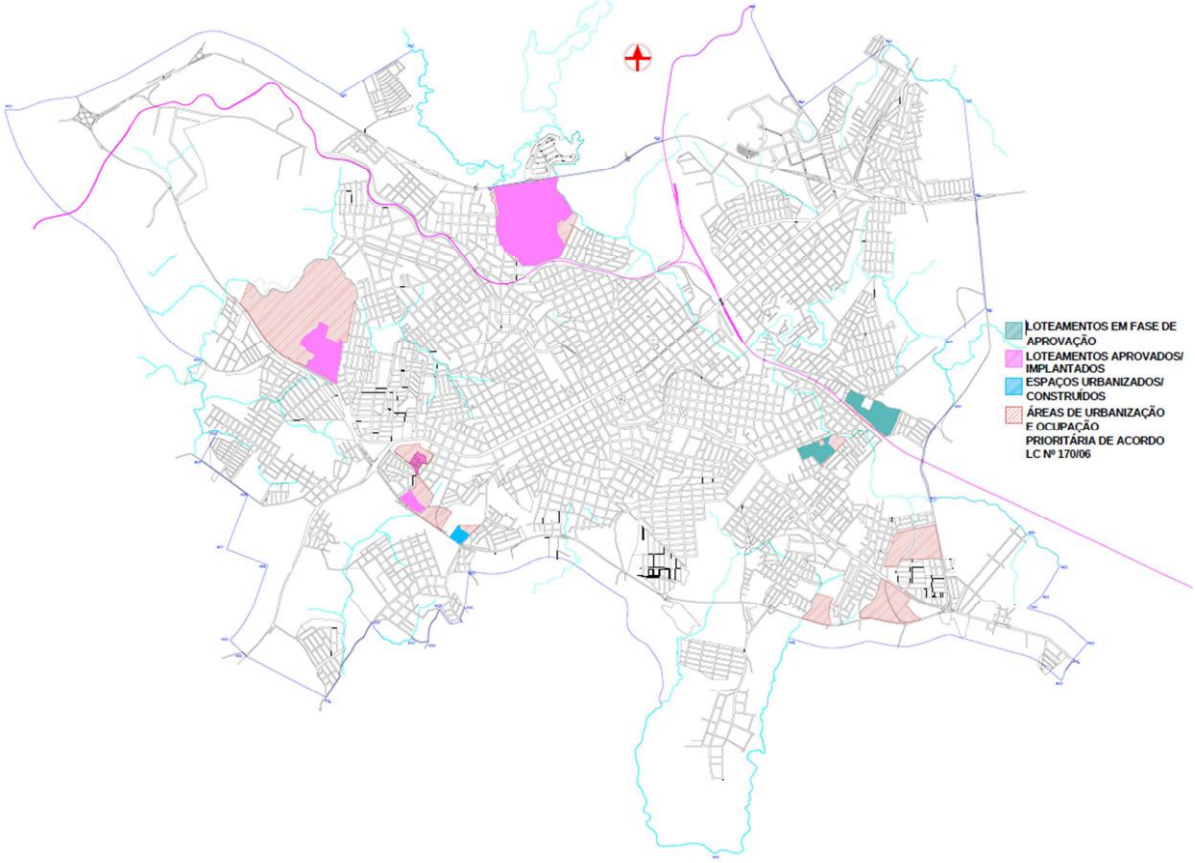


Figura 2.3.144: Evolução da ocupação das áreas de urbanização e ocupação prioritárias.

Verifica-se que algumas das áreas definidas como AUOP's foram objeto de parcelamento do solo ou de ocupação mediante a construção de edificações.

A área definida na porção Norte da cidade, foi praticamente toda parcelada com a implantação do loteamento Cidade Nova, no setor 10.

A área estabelecida como AUOP's na porção Noroeste foi parcialmente ocupada com o loteamento, Parque Viverde I, no setor 22.

Já na porção Sudoeste as áreas estabelecidas como AUOP's também foram parcialmente ocupadas com os loteamentos Bela Vista e Pampa, ambos no setor 02. Ainda nesta região verifica-se uma área AUOP foi ocupada com construção de pavilhões industriais ou comerciais.

Na porção Sudeste verifica-se que há áreas estabelecidas como AUOP's que estão em processo de aprovação ou implantação de novos loteamentos. Porém, ainda restam áreas sem urbanização, que foram estabelecidas como AUOP's na Lei do Plano Diretor.

2.4. HABITAÇÃO E OCUPAÇÕES

2.4.1. SITUAÇÃO DO SETOR HABITACIONAL

Com o advento do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social um novo quadro institucional surgiu, dando condições para o planejamento do setor habitacional destinado a população de baixa renda. Qualquer ato de planejamento não pode prescindir do conhecimento da realidade onde o mesmo se dará. O entendimento da situação do setor habitacional local é fundamental para a formulação do PLHIS.

O conhecimento das necessidades habitacionais e das capacidades do poder público e da sociedade civil organizada de interagirem frente à problemática habitacional, juntamente com a análise da política habitacional vigente, formatam o Diagnóstico e dão condições para a formulação da Estratégia de Ação.

2.4.2. NECESSIDADES HABITACIONAIS

Para o diagnóstico das necessidades habitacionais com o objetivo de dimensionamento da demanda habitacional foram objetos de estudo:

- O déficit habitacional: que representa a necessidade de novas moradias ou a carência de estoque habitacional;
- A inadequação habitacional: que se refere às unidades habitacionais que apresentam carências, entre os quais identificam-se a carência de infraestrutura, o adensamento excessivo e a inadequação fundiária;
- A demanda demográfica: que representa a necessidade de construção de novas unidades para atender o aumento populacional futuro e os novos arranjos familiares que implicarem em uma menor taxa de ocupação de habitantes por domicílio;
- Os assentamentos precários: que são áreas ocupadas por população de menor renda, moradoras de habitações precárias autoconstruídas dispostas de forma desordenada e densa, que necessitam intervenções de melhoria habitacional e complementação de infraestrutura, e em geral devem ser objeto de regularização fundiária por ocuparem áreas de propriedade pública ou privada não próprias.

O déficit habitacional, a inadequação habitacional e a demanda demográfica aparecem distribuídos, embora não homogeneamente, no espaço municipal. Já os assentamentos precários são distribuídos pontualmente no território. Em diversos casos estes assentamentos estão localizados em Áreas de Preservação Permanente ou em áreas de risco, ocasionando conflitos ambientais e sociais. O déficit e a demanda demográfica determinam a reposição e o incremento do estoque de domicílios. A substituição de domicílios rústicos, caracterizados pela utilização em sua construção de materiais inapropriados, como por exemplo, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, determina a construção de novas moradias. Igualmente o atendimento as famílias ocupantes de domicílios improvisados e de domicílios com coabitação familiar (famílias conviventes secundárias ou ocupantes de cômodos cedidos ou alugados), somados a necessidade de novos domicílios decorrente do crescimento populacional, quer seja pelo acréscimo de novos indivíduos ou de novas famílias, estabelecem a necessidade de implantação de novas unidades habitacionais. O chamado déficit qualitativo abrange o conjunto de domicílios em situações inadequadas de moradia, que demandam melhorias do ponto de vista urbanístico, de melhorias habitacionais e da regularização fundiária com o objetivo de alcançar um padrão mínimo de habitabilidade, não necessitando para o seu atendimento de produção de novas unidades habitacionais.

No caso dos assentamentos precários, o conjunto de ações necessárias, a ser definido caso a caso, soma a construção de novas unidades, com ou sem remoção, com melhorias urbanísticas, habitacionais e regularização fundiária.

2.4.3. DOMICÍLIOS

O IBGE conceitua como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Já domicílio particular é a moradia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Domicílio particular permanente é o domicílio particular localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento e cômodo).

Os domicílios particulares existentes em um município quanto a sua ocupação classificam-se em:

- Ocupados;
- Não ocupados.

Os domicílios ocupados são unidades domiciliares que efetivamente se encontravam ocupadas na época da pesquisa.

Os domicílios não ocupados são subdivididos em:

- Fechados, que são unidades domiciliares em que os moradores se encontravam ausentes durante o período de coleta;
- Uso ocasional, que são unidades domiciliares que se caracterizam por não estarem ocupados na época de pesquisa, tendo características de ocupação eventual;
- Vagos, que são unidade domiciliares que efetivamente se encontravam desocupadas na data de referência da coleta de dados.

Os domicílios fechados e os de uso ocasional não estão computados no estoque de domicílios devido a impossibilidade de, por meio dos instrumentos disponíveis, conhecer mais sobre a verdadeira situação desses imóveis, tanto em relação à localização quanto às condições da edificação e causas de estarem inabitados, levando a Fundação João Pinheiro a desconsiderá-los na totalização dos imóveis.

Em números absolutos, o total de domicílios de Passo Fundo em 2000 foi de 54590, sendo 53009 classificados como urbanos e 1581 como rurais, tabela 2.4.1. Em relação aos domicílios permanentes, verificou-se que 48115 estavam localizados na área urbana e 1415 estavam na área rural. O número total de domicílios vagos era de 5060 domicílios, sendo 4894 na área urbana e 166 na área rural, figura 2.4.1.

ESTOQUE DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO									
	Permanentes			Vagos			Total		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Unidades	48.115	1.415	49.530	4.894	166	5.060	53.009	1.581	54.590
%	88	3	91	9	0	9	97	3	100

Tabela 2.4.1: Estoque de Domicílios no Município
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

Domicílios Permanentes e Vagos - Unidades

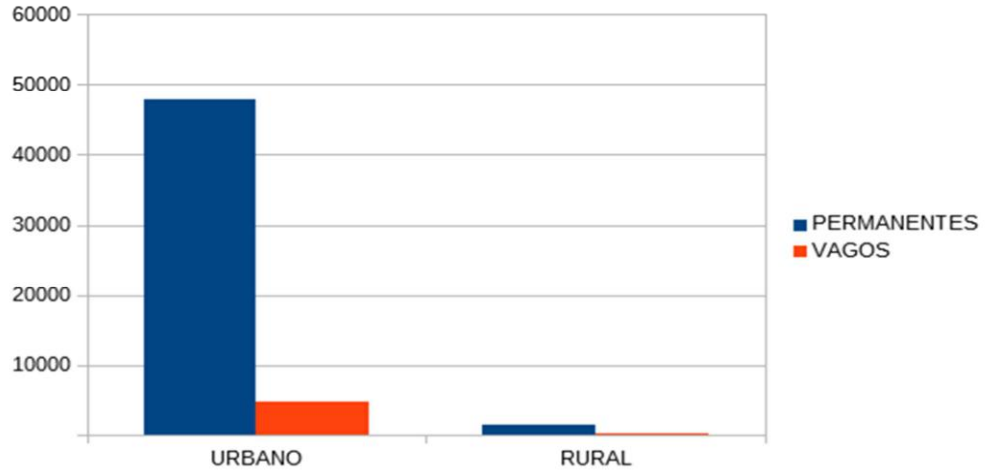


Figura 2.4.1: Domicílios Permanentes e Vagos - Unidades
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

Observa-se que quase 97% dos domicílios eram urbanos e que 91% dos domicílios totais do Município foram considerados domicílios permanentes e 9% foram classificados como domicílios vagos, conforme figura 2.4.2.

Domicílios Permanentes e Vagos - %

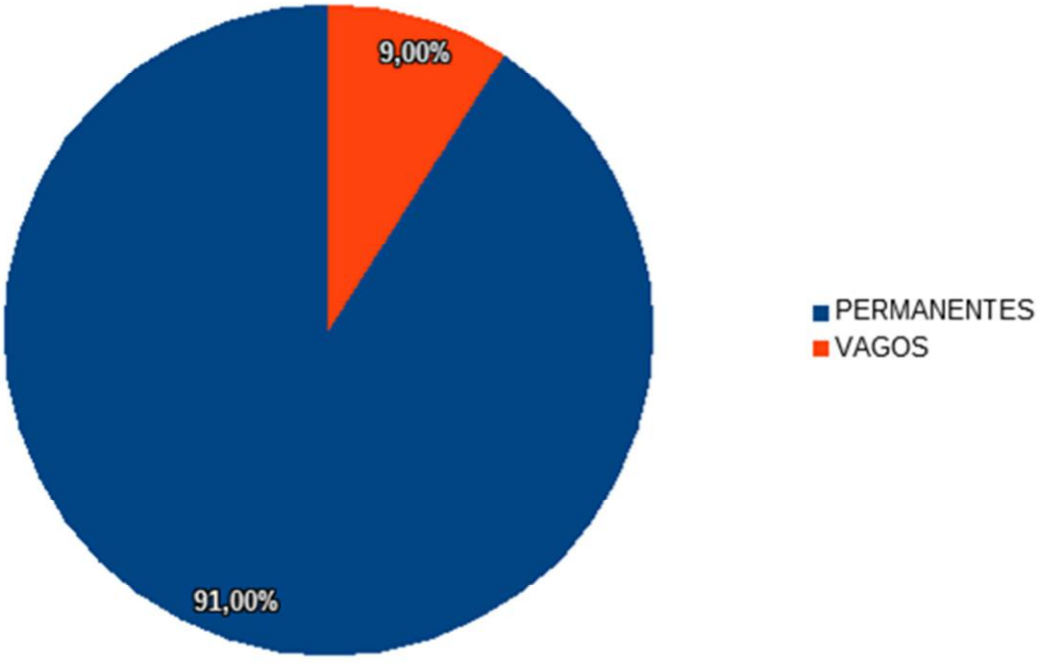


Figura 2.4.2: Domicílios Permanentes e Vagos - %
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

Em números absolutos, o total de domicílios de Passo Fundo em 2010 foi de 66155, sendo 64597 classificados como urbanos e 1558 como rurais, tabela 2.4.2. Em relação aos domicílios permanentes, verificou-se que 60316 estavam localizados na área urbana e 1438 estavam na área rural. O número total de domicílios vagos era de 4401 domicílios, sendo 4281 na área urbana e 120 na área rural, figura 2.4.3.

ESTOQUE DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO									
	Permanentes			Vagos			Total		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Unidades	60.316	1.438	61.754	4.281	120	4.401	64.597	1.558	66.155
%	91	2	93	6	1	7	98	2	100

Tabela 2.4.2: Estoque de Domicílios no Município
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Observa-se que quase 98% dos domicílios eram urbanos e que 93% dos domicílios totais do Município foram considerados domicílios permanentes e 7% foram classificados como domicílios vagos, figura 2.4.4.

Domicílios Permanentes e Vagos - Unidades

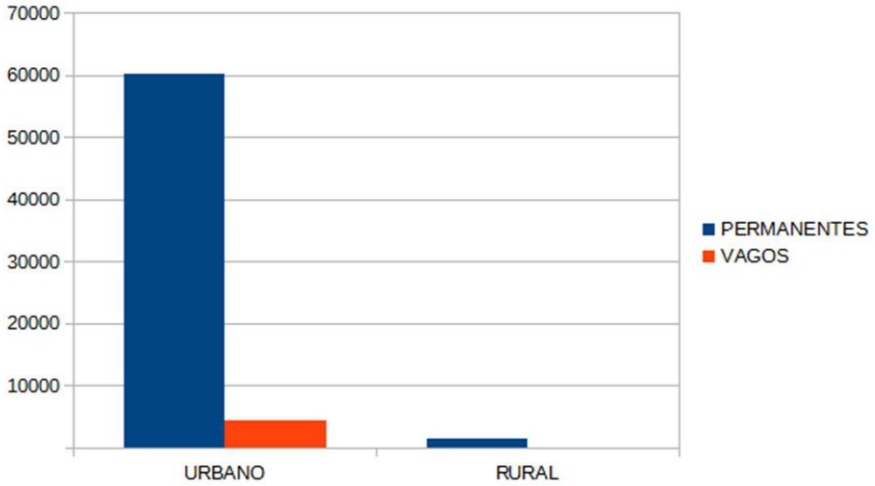


Figura 2.4.3: Domicílios Permanentes e Vagos - Unidades
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Domicílios Permanentes e Vagos - %

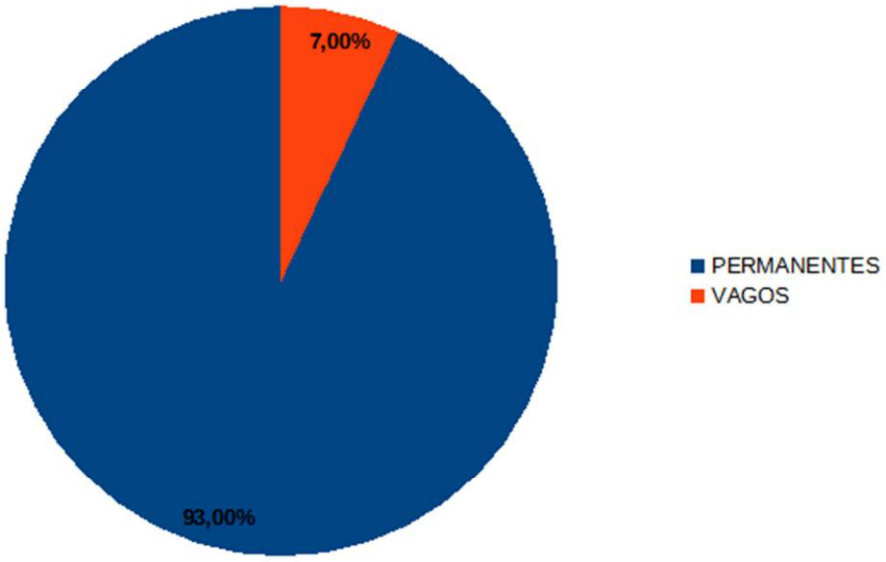


Figura 2.4.4: Domicílios Permanentes e Vagos - %
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em análise comparativa dos dados é possível verificar que, de 2000 a 2010 houve um incremento significativo no número de domicílios permanentes e uma diminuição no número de domicílios vagos. Ao analisar mais de perto, percebe-se que este aumento de domicílios se deu em sua grande maioria na zona urbana da cidade.

A distribuição dos domicílios por faixa de renda mensal familiar possui um percentual considerável na faixa que vai de zero até três salários mínimos, com 23328 domicílios, representando 38% do total de domicílios, tabela 2.4.3 e figura 2.4.5.

DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDA					
Faixa de renda mensal familiar	**Sem Rendimento**	**De 0 a 3 Salários mínimos**	**Entre 3 e 6 salários mínimos**	**Entre 6 e 10 salários mínimos**	**10 ou mais salários mínimos**
Domicílios	654	23.328	15.586	13.942	8.244
%	1	38	25	23	13

Tabela 2.4.3: Domicílios por Faixa de Renda
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

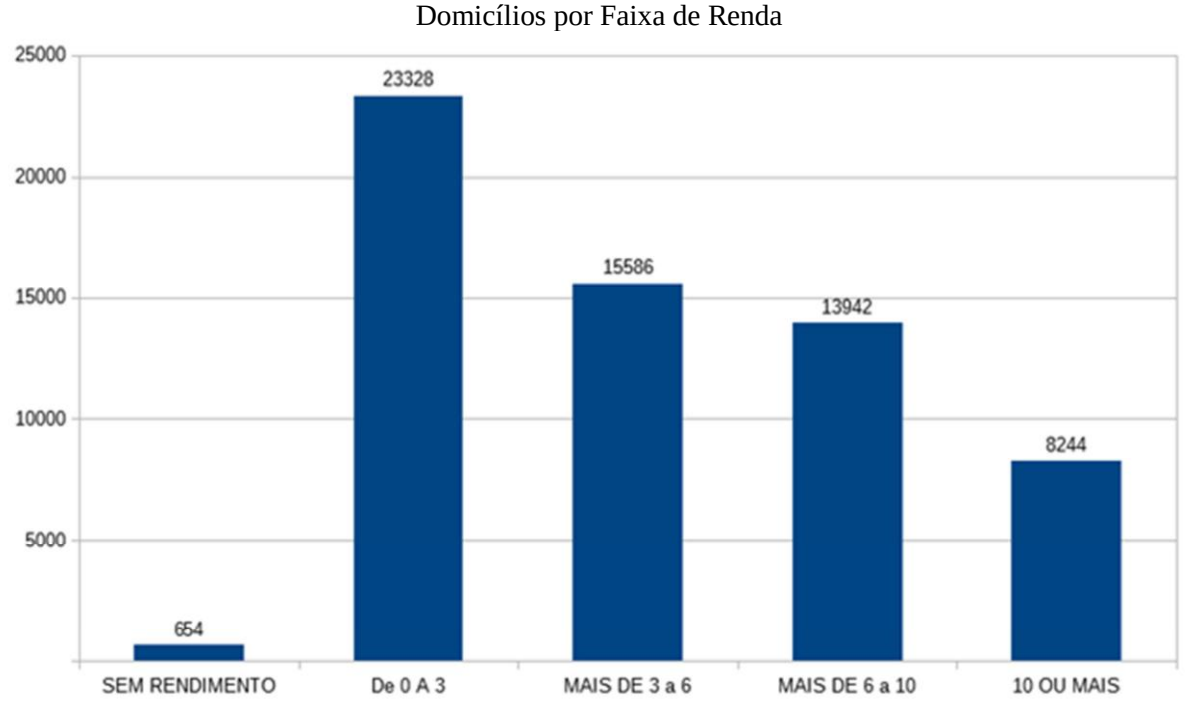


Figura 2.4.5: Gráfico dos Domicílios por Faixa de Renda
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Na faixa de mais de três a seis salários mínimos o percentual de domicílios é de 25%, com um total de 15.586 domicílios. No que tange a faixa de renda de mais de 6 a 10 salários o percentual ficou em 23%, com 13942 domicílios. Já as famílias com renda de mais de 10 salários mínimos detém 13% do total de domicílios, conforme figura 2.4.6.

Domicílios por Faixa de Renda - %

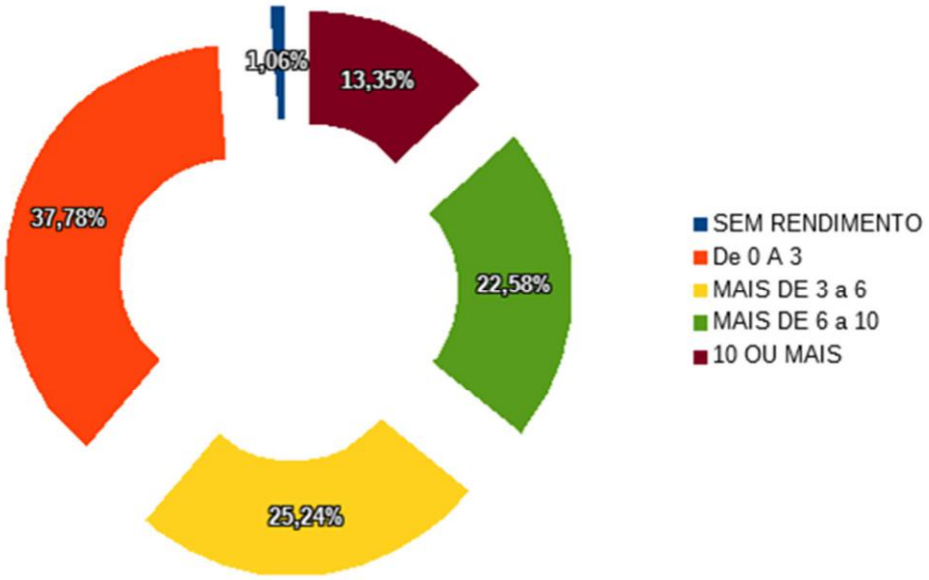


Figura 2.4.6: Domicílios por Faixa de Renda - %
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Conforme pode ser observado na tabela 2.4.4, a média de habitantes por domicílios diminuiu no período de 2000 e 2010, caindo de 3,09 para 2,79, respectivamente. O número de domicílios particulares ocupados aumentou no período citado, bem como o número total da população que passou de 168.458 habitantes em 2000 para 184.826 habitantes em 2010. Este acréscimo ocasionou a redução da média de habitantes por domicílio, figura 2.4.7.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	DOMICÍLIOS TOTAL	HABITANTES POR DOMICÍLIO
2000	168.458	54.500	3,09
2010	184.826	66.155	2,79

Tabela 2.4.4: Habitantes por Domicílio
Fonte: Fundação João Pinheiro

Habitantes por Domicílio

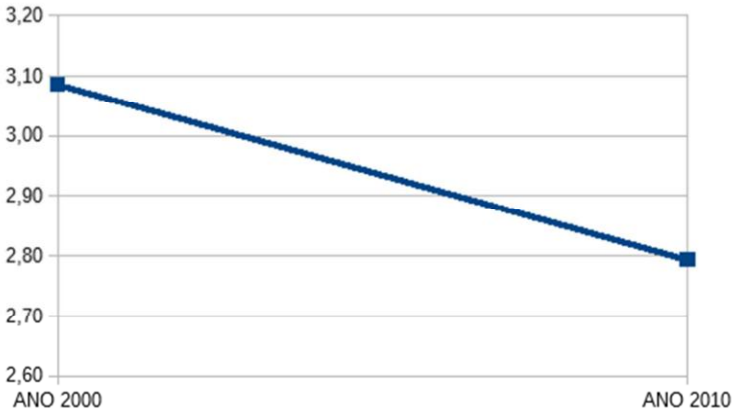


Figura 2.4.7: Gráfico dos Habitantes por Domicílio
Fonte: Fundação João Pinheiro

2.4.4. DÉFICIT HABITACIONAL

O déficit habitacional básico é composto pelo somatório das famílias que ocupam domicílios1 com os seguintes atributos:

- Rústicos: não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças;
- Improvisados: locais destinados a fins não-residenciais, mas que servem de moradia;
- Coabitação familiar: compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família em um mesmo domicílio;
- Cômodo cedido ou alugado: compreende as famílias conviventes secundárias que vivem em cômodos cedidos e alugados.

Na análise das condições dos domicílios das grandes regiões do Brasil, foi verificado que a ocorrência de domicílios rústicos em grande parte encontra-se nas áreas rurais. Nas áreas urbanas, esse componente assume menor relevância e se destaca em números absolutos apenas para São Paulo.

O componente Ônus Excessivo com Aluguel não é considerado metodologicamente como déficit habitacional básico pela Publicação do Déficit Habitacional. No entanto é parte integrante desta análise. É considerado Ônus Excessivo com Aluguel os domicílios ocupados por famílias que recebem até três salários mínimos e tem 30% da sua renda familiar comprometida com aluguel.

Em relação ao déficit habitacional básico de Passo Fundo, tabela 2.4.5, o percentual ficou em 8,69% do total de domicílios existentes no município, o que equivale a 5746,91 domicílios em 2010. Destes, 5691,84 se localizavam na área urbana, representando 8,81% do total de domicílios e 55,07 estavam na área rural, correspondendo a 3,53% do total de domicílios, figura 2.4.8.

Absoluto			% do Total de Domicílios		
Urbano	**Rural**	**Total**	**Urbano**	**Rural**	**Total**
5.691,84	55,07	5.746,91	8,81	3,53	8,69

Tabela 2.4.5: Estimativa do Déficit Habitacional Básico
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

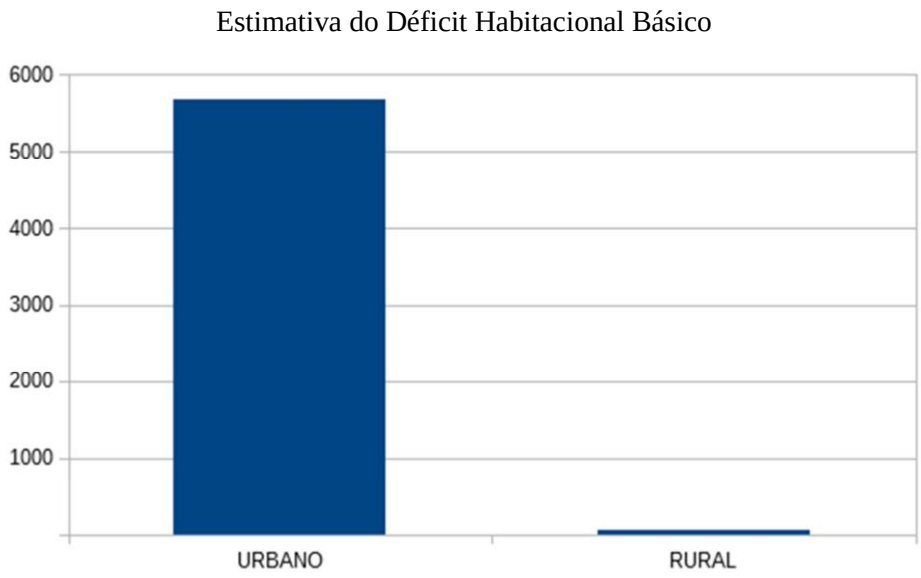


Figura 2.4.8: Gráfico da Estimativa do Déficit Habitacional Básico
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

A composição do déficit habitacional é formada pelos seguintes componentes:

- Domicílios precários;
- Famílias conviventes;
- Ônus excessivo com aluguel (urbano);
- Adensamento (alugados).

O número total de domicílios precários foi de 1017, sendo em grande maioria localizados na área urbana, conforme tabela 2.4.6. Considerando as famílias classificadas como conviventes, de um total de 2205 famílias conviventes, 2158 estavam na área urbana e 47 estavam na área rural.

Em relação às famílias que têm ônus excessivo com aluguel, estas totalizaram 2364 famílias, todas residentes na zona urbana da cidade. Os que se enquadram no item de adensamento, totalizam 161 famílias sendo também situadas em sua totalidade na zona urbana do município, figura 2.4.9.

COMPONENTES DO DÉFICIT HABITACIONAL			
COMPONENTES	**URBANO**	**RURAL**	**TOTAL**
Domicílios Precários	1.009	8	1.017
Famílias Conviventes	2.158	47	2.205
Ônus Excessivo com Aluguel (urbano)	2.364	0	2.364
Adensamento (alugados)	161	0	161

Tabela 2.4.6: Componentes do Déficit Habitacional
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Componentes do Déficit Habitacional

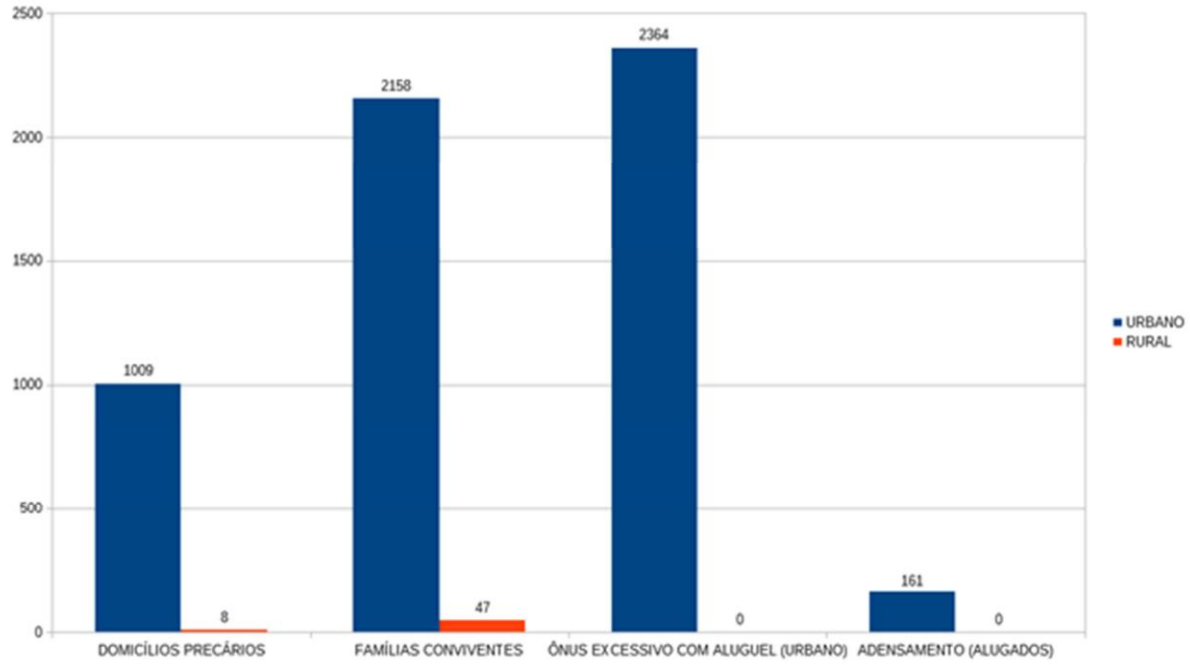


Figura 2.4.9: Gráfico dos Componentes do Déficit Habitacional
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

2.4.5. INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional ou déficit qualitativo abrange o conjunto de domicílios sem condições adequadas de moradia, que demandam ações de melhorias do ponto de vista urbanístico, de melhorias habitacionais e da regularização fundiária com o objetivo de alcançar um padrão mínimo de habitabilidade, sem a necessidade de produção de novas unidades.

Considerando que as áreas rurais apresentam formas diferenciadas de adequação não captáveis pela conceituação metodológica do Censo, são passíveis de identificação apenas as inadequações situadas em áreas urbanas.

Foram excluídos do estoque a serem analisados os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional. Ao contrário deste, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos. Os resultados, portanto, não podem ser somados, sob risco de haver múltipla contagem (a mesma moradia pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios). As moradias classificadas como inadequadas são aquelas unidades habitacionais com os tipos de carências definidos a partir dos seguintes critérios:

a) ADENSAMENTO: O adensamento urbano excessivo corresponde à densidade excessiva de moradores por dormitório, entendendo-se como limite máximo a proporção de três moradores por dormitório em domicílios urbanos com família única, ou seja, são excluídos do cálculo aqueles domicílios com presença de famílias conviventes ou com situação da existência de quartos/cômodos alugados. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles que assim são utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. Para o cálculo do indicador foram considerados somente os membros da família principal, uma vez que as famílias secundárias (conviventes) já foram incorporadas ao déficit habitacional.

b) BANHEIRO EXCLUSIVO: São considerados como domicílios urbanos sem banheiro:

- Aqueles onde inexista unidade sanitária domiciliar interna ou exclusiva;
- Domicílios sem banheiro, correspondendo a famílias que não dispõem de acesso a sanitários ou banheiros no interior de suas moradias.

c) INFRAESTRUTURA (pelo menos um componente): Este componente da inadequação habitacional corresponde à carência ou deficiência dos serviços de infraestrutura. Estão inseridos neste componente os domicílios sem acesso a um ou mais dos seguintes serviços:

- Energia elétrica;
- Abastecimento de água por rede com canalização interna;
- Esgotamento sanitário por fossa séptica ou por rede;
- Coleta de lixo direta ou indireta.

Um domicílio pode ser carente ou deficiente no seu atendimento em um ou mais serviços simultaneamente, mas considerando as diretrizes metodológicas do Déficit Habitacional no Brasil, para a totalização deste componente ele foi incluído apenas uma vez, tabela 2.4.7 e figura 2.4.10.

COMPONENTES DA INADEQUAÇÃO HABITACIONAL			
Inadequação de domicílios urbanos/ Adensamento em domicílios próprios Total	**Inadequação de domicílios urbanos/ Banheiro exclusivo Total**	**Inadequação de domicílios urbanos/ Infraestrutura (pelo menos um componente) Total**	**Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) Total**
853	219	25.146	25.630

Tabela 2.4.7: Componentes da Inadequação Habitacional. Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

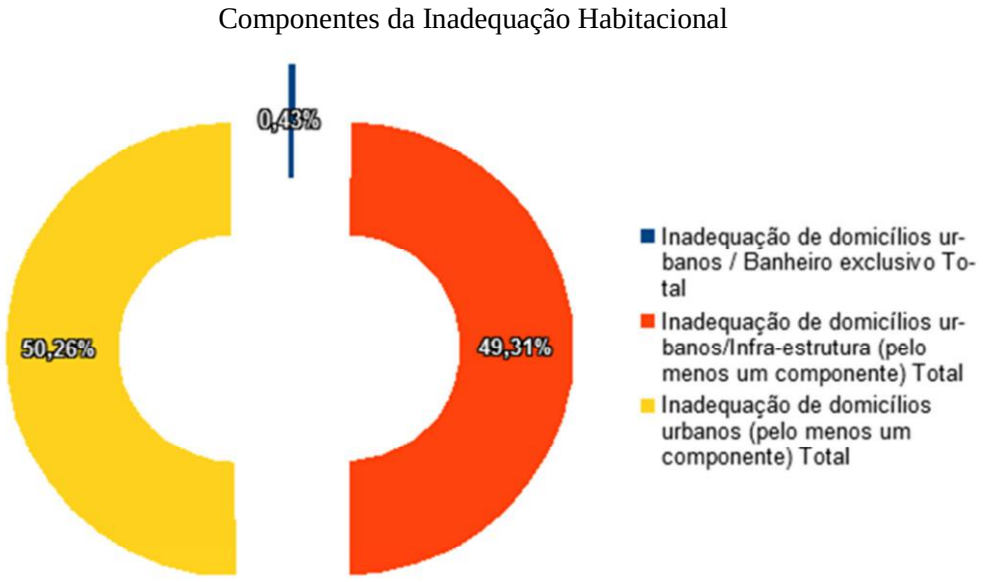


Figura 2.4.10: Gráfico dos Componentes da Inadequação Habitacional
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Nota-se que embora os números mostrados acima sejam expressivos, a grande maioria das inadequações dos domicílios em 2010 se dava por conta do item "esgotamento sanitário", seguido pelo de "abastecimento de água", tabela 2.4.8 e figura 2.4.11.

Esgotamento sanitário	Abastecimento de água	Iluminação elétrica	Destino do lixo
23649	1840	124	196

Tabela 2.4.8: Componentes da Inadequação Habitacional - Infraestrutura
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

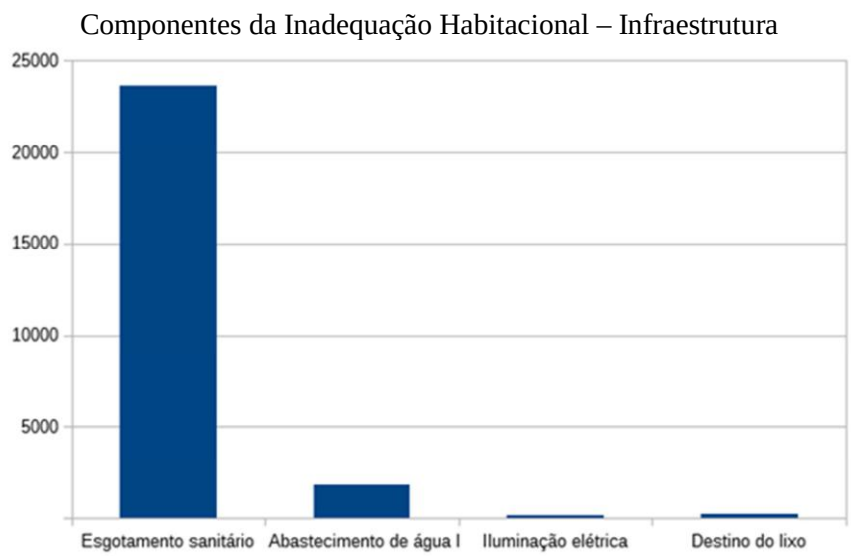


Figura 2.4.11: Gráfico dos Componentes da Inadequação Habitacional - Infraestrutura
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Concluindo a análise, quanto às inadequações habitacionais, um comparativo entre domicílios urbanos com qualquer um dos componentes e o total de domicílios urbanos no ano de 2010, tabela 2.4.9:

Inadequação de domicílios urbanos (pelo menos um componente) Total	Domicílios particulares permanentes Urbano total	Domicílios Vagos Urbano Total
25630	60316	4281

Tabela 2.4.9: Tabela Inadequação Domicílios Urbanos
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

As demandas habitacionais com relação a sua localização espacial aparecem dispersas ou concentradas no espaço municipal. No primeiro caso as necessidades não são visíveis ou facilmente detectáveis, já que ocorrem no meio urbano consolidado e regularizado, envolvendo na maior parte das vezes inadequações habitacionais. Estas demandas foram objeto de análise.

No segundo caso, estas demandas aparecem de forma pontual no espaço, caracterizando-se em duas situações diversas:

- Assentamentos precários, que são áreas críticas de habitação de interesse social;
- Empreendimentos habitacionais de interesse social, que são intervenções realizadas ao longo do tempo pelo poder público ou pela iniciativa privada destinadas a população inclusa nos déficits habitacionais.

2.4.5.1. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Segundo o Plano Municipal de Habitação do município de Santo André/SP, definem-se como assentamentos precários todas aquelas áreas que demandam a ação do poder público quanto ao atendimento de necessidade habitacional, e que tenham as seguintes características:

- Delimitação precisa no tecido urbano, que a distinga do entorno quanto ás características físicas e sociais;
- Ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda;
- Ausência de regularização fundiária e/ou de prévia aprovação em órgãos públicos, ou, quando esta última acontecer, implantação diferenciada do projeto aprovado.

Além desta conceituação, pode-se caracterizar que os assentamentos precários são distribuídos pontualmente no espaço municipal. A grande parte deles, na maioria dos municípios, localiza-se em áreas urbanas ou de expansão urbana. Suas características espaciais predominantes são:

- Agrupamento de domicílios auto-contruídos;
- Disposição desordenada e em aglomerações excessivas;
- Carências de serviços públicos;
- Ocupação de áreas de propriedade pública ou privada não próprias.

Em diversos casos estes assentamentos estão localizados em Áreas de Preservação Permanente ou em áreas de risco, ocasionando conflitos ambientais e sociais.

Não é diferente o caso de Passo Fundo. Ao longo dos anos, diversas áreas inseridas no perímetro urbano foram sendo ocupadas irregularmente. Um levantamento prévio identificou alguns destes assentamentos precários. Este conjunto de áreas situa-se perifericamente à cidade e mesmo próximo a áreas centrais, conforme figura 2.4.12, ver mapa 2.4.1 no caderno de mapas, sendo as principais:

Mapa das Ocupações

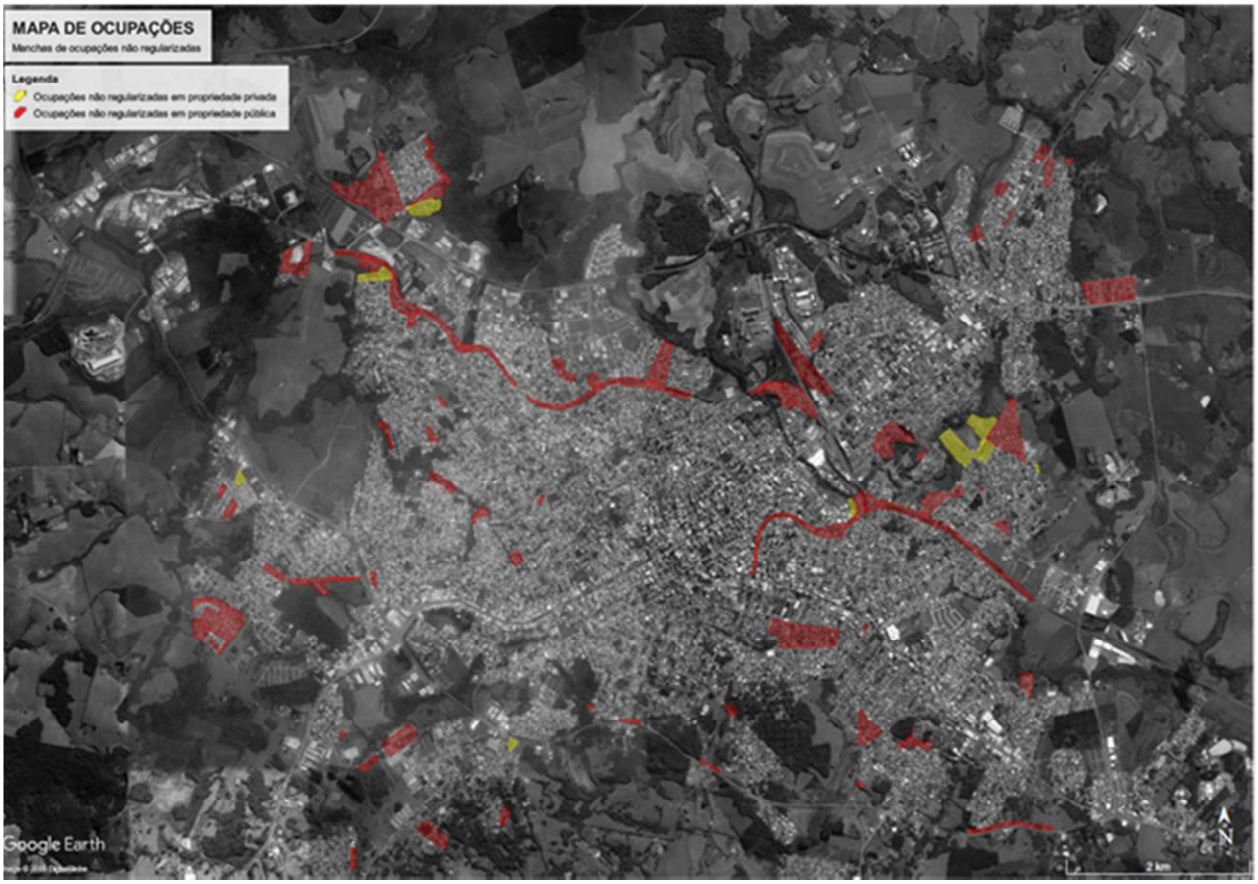


Figura 2.4.12: Ocupações Irregulares
Fonte: Seplan

Victor Issler = 189 famílias
Estufa (São Luiz Gonzaga) = aproximadamente 70 famílias
Záchia = aproximadamente 600 famílias
Bom Jesus = aproximadamente 170 famílias
Vila Popular = aproximadamente 200 famílias
Manoel Portela / Beira-trilho = aproximadamente 130 famílias
Beira Trilhos = aproximadamente 1.500 famílias
Nitidamente nota-se que a de maior relevância é a Beira Trilhos, e por isso foi objeto de um estudo mais aproximado.

2.4.5.1.1. BEIRA TRILHOS

A ocupação espontânea da área operacional e não operacional lindeira aos trilhos na cidade de Passo Fundo vem ocorrendo há mais de 40 anos, praticamente coincidindo com a instalação da ferrovia, e estende-se por praticamente toda a extensão de aproximadamente 15 Km que atravessa a cidade.

De acordo com o Projeto Beira Trilhos desenvolvido pela CDHPF, em 2016 foram estimadas 1500 famílias, com uma população estimada de mais de 7000 pessoas. As condições de habitação e de urbanização na maior parte da ocupação são precárias, dada a dificuldade de acesso a infraestrutura (saneamento e transporte público) e a serviços públicos (saúde e assistência social), o que se agrava pelo crescente adensamento da ocupação.

De acordo com o documento disponibilizado pela CDHPF, “Relatório de Monitoramento da Situação Direito Humano à Moradia Adequada no Beira trilho de Passo Fundo 10 Anos Após” em levantamento

realizado em 2008 e o Informe 2011 confirmou-se que a ocupação é consolidada, visto que das famílias entrevistadas 19,76% disseram morar na Beira Trilhos de 6 a 10 anos, 13,14% de 11 a 15 anos, 10,77% de 16 a 20 anos, 16% entre 21 e 30 anos, 6,52% mais de 30 anos, 8,7% menos de um ano e 5,44% a um ano, sendo que do total das famílias, 48,12% disseram sempre ter morado em Passo Fundo e 50,40% disseram ter vindo de outras cidades; sendo que a consolidação também se confirma em razão do acesso à infra - estrutura e serviços urbanos (somente 21,38% tem acesso a todos); 89,93% disseram ter acesso regular à luz; 84,48% disseram ter acesso regular e individual à água; 95,38% disseram ter lixo coletado.

2.4.5.1.2. AGLOMERADOS SUBNORMAIS

Dentre os assentamentos precários, alguns são considerados “aglomerados subnormais”, para o IBGE, um aglomerado subnormal se define por: ”É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”.

A identificação dos Aglomerados Subnormais é feita com base nos seguintes critérios:

- Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos);
- Possuir pelo menos uma das seguintes características:
  - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos;
  - precariedade de serviços públicos essenciais.

Somente são isolados em setores censitários os aglomerados subnormais com mais de 51 domicílios.

Aglomerados Subnormais em Passo Fundo / 2010:

- Bairro Integração (Setor 09): total de 393 domicílios
  - Loteamento Xangri-Lá;
  - Loteamento Ipiranga;
  - Loteamento Jabuticabal;
- Bairro Vera Cruz (Setor 03): total de 172 domicílios
  - Beira dos Trilhos;
  - Valinhos;
- Bairro Petrópolis (Setor 04): total de 250 domicílios
  - Entre Rios;
  - Loteamento Umbú;
- Bairro Cruzeiro (Setor 06): total de 596 domicílios
  - Baixada Cruzeiro;
- Bairro Lucas Araújo (Setor 07): total de 200 domicílios
  - Buraco Quente (Entre as ruas São Lázaro, junto à sanga);

Total geral de aproximadamente 1.611 domicílios, com população de 6444 pessoas, sendo a média de moradores por domicílio de 4 pessoas.

2.5. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E PAISAGEM

2.5.1 EVOLUÇÃO URBANA E ARQUITETÔNICA DE PASSO FUNDO

A configuração do território de Passo Fundo teve início quando na década de 1830, o Cabo Manuel José das Neves se fixou e organizou sua propriedade, na época de caráter rural, nas proximidades da atual Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, próximo a uma fonte de água, em lugar alto e bem ventilado. Pode-se dizer que estava fixado o início da evolução urbana da cidade.

Em meados do séc XIX o crescimento da povoação acontecia ao longo de um caminho, atualmente Avenida Brasil, em direção ao Boqueirão. (Miranda, 2005) A arquitetura dessa primeira fase era bastante simples, com forte influência colonial, caráter rural, utilizando arco pleno sobre as aberturas e cobertura em duas águas. Não existiam nesse momento edificações com qualidades estéticas que as destacassem na paisagem. Pode-se dizer que caracterizam uma arquitetura vernacular urbano-rural, cujos exemplares de maior destaque são: Casa Barão (1865) e Casa Morsch (1872-74). (figuras 2.5.1 a 2.5.5) As vias e ruas ainda não estavam claramente definidas, caracterizando muito mais a formação de uma espécie de povoado.

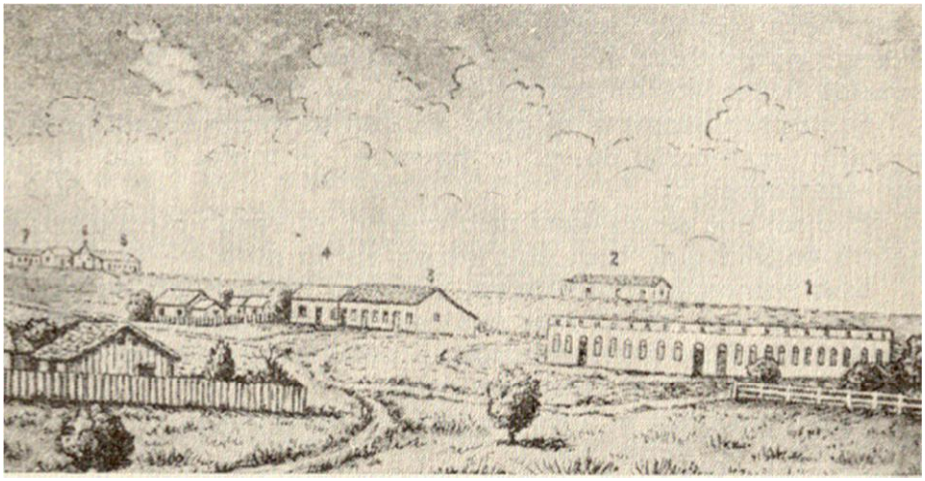


Figura 2.5.1: aspecto da cidade em 1888. Fonte: Arquivo histórico regional de Passo Fundo.

Figura 2.5.2: Casa Morsch[1]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert.

1. Construída pelo imigrante alemão Guilherme Morsch entre 1872-74. Atualmente localizada na Avenida Brasil, esquina com Rua 10 de abril. Tombada como patrimônio histórico do município.

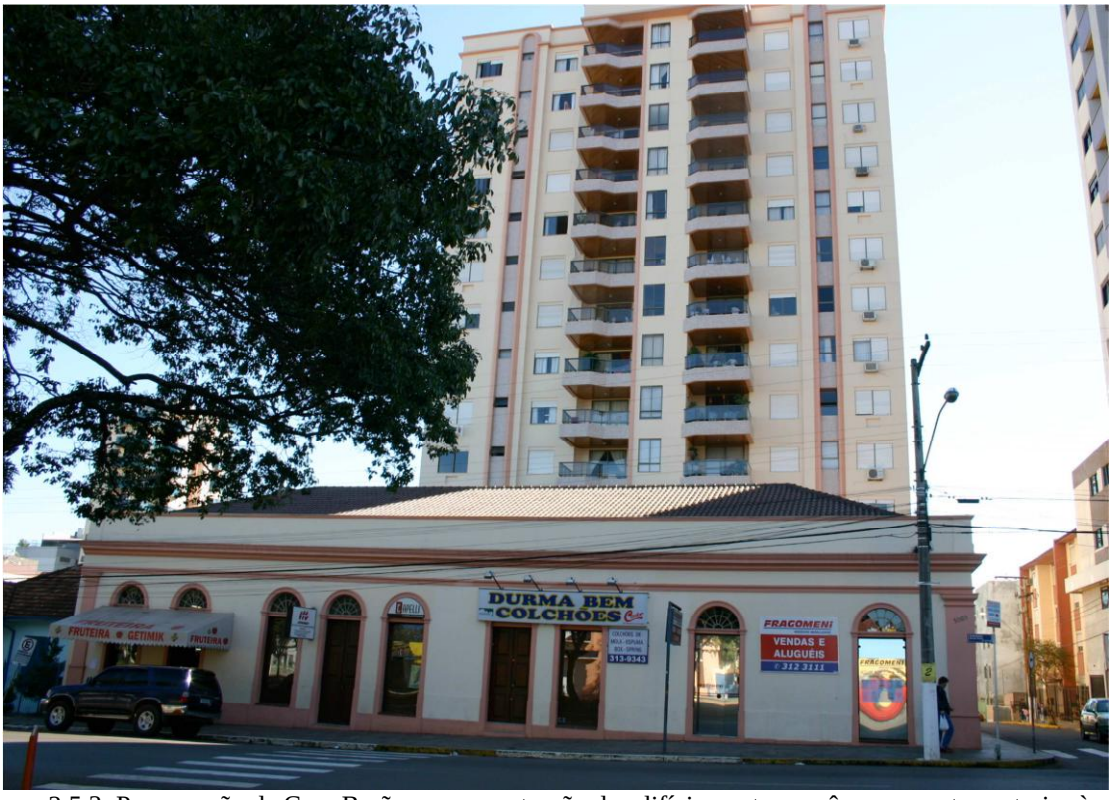


Figura 2.5.3: Preservação da Casa Barão, com construção de edifício contemporâneo na parte posterior à pré-existência. Fonte: acervo Ana Paula Wickert.

Figura 2.5.4: igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição[2]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert

2. Construída em 1893 por Vitor Zani. Localizada na área da primeira formação urbana da cidade.

Figura 2.5.5: Casa Dipp[3]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert

Por várias décadas a cidade manteve o mesmo aspecto visual, e a estética das edificações foi à mesma até a entrada do século XX. Com a chegada da ferrovia, em 1898, as tranformações passaram a ser mais intensas na pequena Passo Fundo de 24.254 habitantes, e já em 1920 a população atingiu 65.528 habitantes. (Oliveira, 1990) O crescimento e o desenvolvimento de um novo aspecto físico na cidade foi rápido, considerando que há várias décadas mantinha-se o mesmo aspecto colonial e rural.

Francisco Antonino Xavier de Oliveira, destacado pesquisador da história de Passo Fundo, ao desenvolver uma pesquisa sobre a presença do imigrante na cidade, diz que seria impossível continuá-la depois de 1898, pois, com o "silvo da locomotiva", a velocidade em que chegavam novas famílias não permitia mais esse tipo de análise. A presença do imigrante é relevante na configuração da paisagem, ao inserir novos hábitos e novos elementos estéticos e técnicas construtivas na paisagem da cidade.

Neste contexto deve-se destacar o papel da ferrovia na definição do desenho urbano de Passo Fundo. A linha férrea que chegava em Passo Fundo proveniente de Santa Maria, tinha a função de interligar o Rio Grande do Sul com São Paulo, sendo considerada na época o principal veículo de integração com o restante do país, rompendo com o isolamento de décadas. (Wickert, 2002)

A ferrovia cruzou a aglomeração urbana de Passo Fundo pelo seu limite oeste, perpendicularmente a Rua do Comércio (atualmente Avenida Brasil), levando o crescimento da cidade em direção à estação férrea, posicionada ao sul do território.

O novo meio de transporte carregava um conceito de modernização, permitindo o escoamento de produtos e a interligação de territórios mais rapidamente, fomentado a economia e o desenvolvimento. Ainda que, no norte do Rio Grande do Sul, a qualidade da linha férrea fosse bastante deficitária, com graves problemas técnicos, a ferrovia atuou como elemento dinamizador de toda a região norte do Estado.

A própria estação férrea, ainda que de arquitetura bastante simples, passou a ser elemento de atração do crescimento e uma referência urbana. Nas primeiras décadas do século XX se observa o desenvolvimento

3. Localizada na Avenida Brasil leste. Construída em finais do século XX, é um importante remanescente da arquitetura do período das tropas.

da cidade em direção à “gare”, na Avenida General Neto, considerada a principal rua da cidade por interligar a Rua do Comércio com o largo da estação, e a rua Bento Gonçalves.

A arquitetura teve sua estética modificada por uma vontade de modernização e pela influência recebida do contato com a própria capital do Estado, e os hotéis e sobrados passaram a caracterizar a nova paisagem. Até 1930 foram construídas dezenas de novas edificações no meio urbano de Passo Fundo, incluindo a nova intendência, clube Político Pinheiro Machado e Clube Dramático Passo-fundense (figura 2.5.6), colaborando para uma modificação bastante expressiva do aspecto colonial que a cidade possuía até então. Novos materiais começaram a aparecer nas fachadas, como gradis de ferro, e as casas passaram a ser “soltas” no terreno, com recuos laterais. Também se configura o entorno da praça Marechal Floriano, com a construção de bancos (Banco da Província, atual Itaú, ainda preservado) e edifícios comerciais. As decorações em argamassa, rusticação, frisos, pilastras e balaustres, características do historicismo, foram utilizadas principalmente seguindo a corrente eclética, onde não se pode reconhecer apenas um estilo do passado, mas sim uma mescla de influências. (figura 2.5.7 e 2.5.8).

Figura 2.5.6: Conjunto arquitetônico da antiga Intendência Municipal, Clube Dramático Passo- fundense e Clube Pinheiro Machado[4]. Fonte: Alex Borgman.

4. Atualmente configuram o principal espaço de caráter histórico-cultural da cidade, com edificações tombadas em bom estado de conservação e entorno revitalizado.

Figura 2.5.7: Casa Della Méa[5]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert

Figura 2.5.8: Escola Protásio Alves[6]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert, 2010.

5. Construída em estilo neoclássico em 1914. Encontra-se bem preservada e tombada como patrimônio histórico do Município.
6. Construído por João De Césaro no final da década de 1920 foi considerado o edifício mais moderno da cidade, de acordo com notícia publicada em 8 de outubro de 1927 no jornal O Nacional: *"Acha-se adiantada a construção do novo edifício do colégio elementar à Praça da Republica. As paredes já estão há alguns metros de altura podendo-se ter idéia de que é alteroso o edifício, talvez o melhor da cidade."*

Arquitetos e construtores passam a ser figuras destacadas na cidade, dentre eles o imigrante italiano Giovani De Césaro, construtor respeitado por suas inovações arquitetônicas. Em suas obras pode-se observar a transição de estilos, do historicismo nas primeiras atuações, a um art decô (ou proto-racionalismo) já demonstrado no Clube Caixeral e principalmente no Cassino da Maroca, obra de 1941. (figura 2.5.9)

Na década de 1940, a cidade já estabelecida, passou por um período de transição para um novo momento da arquitetura, o Movimento Moderno, lançado na Europa e Estados Unidos na década de 1920 e que tardiamente chegou ao interior do Rio Grande do Sul. Essa transição, conhecida como proto-racionalismo, manifestou-se principalmente nas edificações construídas em áreas de expansão, como Rua Paissandu, mas também ao longo da Rua Bento Gonçalves. Com sacadas curvas, formas mais puras e pouca decoração, a transição para o modernismo acadêmico levou aproximadamente duas décadas. E, é nesse estilo de transição que se inicia o processo de verticalização da cidade, com a construção de edifício Lângaro em 1942, na esquina da Avenida General Neto e Avenida Brasil. Em frente ao mesmo foram ainda construídos os edifícios comerciais Hexsel (já demolido) e Berta (ainda existente), em franco contraste com o ecletismo do Hotel Avenida.

A Modernidade em arquitetura aparece em Passo Fundo efetivamente na década de 1960, com destaque para a atuação do arquiteto Edgar Graeff, que participou da elaboração do Plano Diretor de 1956 e de três projetos arquitetônicos que traduzem sua atualidade em relação ao contexto nacional. A residência Rômulo Teixeira construída na Rua Independência pode ser considerada o principal exemplar modernista da cidade. (figura 2.5.10) A casa possui todos os elementos característicos do estilo no Brasil. (Waihrich, 2003).

Figura 2.5.9: Edifício do antigo "Cassino da Maroca"[7]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert, 2010.

7. Construído na década de 1930 pelo principal construtor passo-fundense do período – João de Césaro. Inaugurado em 1941 exemplar importante da arquitetura proto-racionalista indicando a sensibilidade de De Césaro para o abandono da decoração sobreposta em prol de formas mais puras. Atualmente reformado.

Figura 2.5.10: Casa Rômulo Teixeira[8]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert

A expansão da cidade nesse momento acontecia em direção à Vila Vergueiro, onde a maioria das residências foi construída seguindo a nova linguagem modernista. Ainda hoje podem ser observadas suas coberturas planas, cobogós, formas puras e funcionais. Porém, a nova arquitetura moderna fica marcada e expressa na paisagem da cidade com a construção do edifício Planalto e do Hotel Turis, com seus brises solares marcadamente modernos, atualmente a edificação teve os elementos modernistas removidos e está descaracterizada. (figura 2.5.11)

8. Projeto de Edgar Graeff, registrada em 1977. O arquiteto propõe um projeto funcional mesclando ao modernismo elementos locais como a pedra basalto e os muxarabis em madeira.

Figura 2.5.11: Edifício Planalto, o ícone da modernidade[9]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert

Após a década de 1970 a cidade encontra um novo potencial de crescimento e desenvolvimento. Com a Universidade de Passo Fundo e o aperfeiçoamento dos serviços médicos oferecidos nos principais hospitais, aliados ao desenvolvimento agrícola da região, Passo Fundo passou a ser um pólo regional, atraindo centenas de novos moradores e usuários para seus serviços e comércio.

Essa nova situação social, econômica e cultural aconteceu em paralelo à ruptura com o modernismo na arquitetura e nas artes. Abandona-se a estética da máquina em favor do significado, da relação direta da arte e arquitetura com o observador. Com a pós- modernidade a arquitetura passa a ser considerada uma linguagem cultural.

O mercado imobiliário cresceu consideravelmente entre as décadas de 1980 e 1990, quando a cidade adquiriu a feição de “moderna” segundo os pressupostos do já ultrapassado Movimento Moderno, que entendia cidade como um conjunto de torres em meio a grandes áreas verdes, com predomínio do automóvel para vencer as grandes distâncias.

Urbanisticamente falando, essas novas torres, que podiam ocupar integralmente o pavimento térreo na área central, devido ao plano diretor que incentivou esse processo, resultam na perda da insolação e do

9. Uso misto com comércio, serviços e residência, atende aos preceitos modernistas e desenha na paisagem a imagem do moderno, o cubo com modulação estrutural e brises solares.

jardim, destituindo a cidade do espaço de transição entre o publico e privado. Em relação a arquitetura, os novos edifícios se enquadram principalmente na corrente arquitetônica conhecida como historicismo contemporâneo, onde novamente são utilizadas formas que fazem referência à arquitetura do passado. Assim podem ser vistos edifícios com frontão, colunas e uma organização de influência clássica.

Atualmente se observa uma tendência à solução dos diversos problemas advindos dessa vontade de modernização das quatro últimas décadas através da implementação Plano de Diretor de Desenvolvimento Integrado, de 2006, que introduziu novos conceitos em relação à cidade, consequentemente influenciando na produção arquitetônica. Os índices construtivos foram distribuidos além da área central, o que estimulou a verticalização em centros de bairro. Também questões relativas à sustentabilidade urbana e a preservação do patrimônio histórico passaram a ser abordadas, e é possivel observer os efeitos dessas diretrizes na paisagem através da criação de novos espaços públicos, como a estruturação dos canteiros da avenida Brasil em frente ao Espaço Rosely Doleski Preto, bem como nas novas edificaçãoes com ajardinamento e espaços de convívio social.

Nesse sentido observa-se a construção de uma cidade diferente, principalmente em relação à qualidade dos espaços públicos que vem sendo abordados com um novo olhar por toda sociedade contemporânea, e não tardiamente, na era da informatização.

2.5.2 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PRESERVAÇÃO

A legislação municipal de Passo Fundo está baseada no tombamento individual dos bens de interesse histórico, artístico, cultural e paisagistico, não mencionando o regramento da paisagem e conjunto histórico.

O tombamento foi instituido no município em 1995 como proteção legal dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural da cidade, através da lei 2997, de janeiro de 1995, porém sem ainda a efetivação de ferramentas de fomento à preservação.

A solução para essas questões, comuns em diversas cidades, veio com o Estatuto da Cidade, que instituiu ferramentas de fomento financeiro ao proprietário de bens tombados. Em Passo Fundo isso veio a ser instituído em 2007, com o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e com a legislação que trata sobre a venda do direito de construir excedente, regulamentado através da lei complementar Nº 393/2015. O proprietário de bem tombado que garanta a manutenção e conservação do bem também pode ser beneficiado com isenção de IPTU.

Os tombamentos podem ser realizados através de atos do legislativos e do executivo, sendo o Conselho de Cultura o órgão colegiado que debate e dá parecer nestas questões, possuindo inclusive uma setorial específica para este fim: Setorial de Patrimônio Cultural.

No novo Código de Obras, lei complementar 399 de novembro de 2016, ficaram regrados e definidos os critérios para inserção de comunicação visual em bens tombados.

Porém a legislação não é clara sobre a atuação no entorno dos bens tombados, o que pode acabar permitindo a descaracterização dos mesmos, em virtude de que o entorno interefere diretamente na percepção do bem e da sua paisagem.

Abaixo tabela com os bens tombados, respectivas leis e regramentos de entorno.

PRÉDIOS TOMBADOS MUNICIPAIS	LEGISLAÇÃO	ENTORNO
Prédio Antiga Gare Localização: Av. 7 de setembro	Lei nº2671/1991	Possui na lei Art. 2, que em uma distância de 10 metros de sua lateral, fica vedada a construção de prédios de mais de 8 m de altura.
Conjunto Arquitetônico (Academia Passo-fundense de Letras, Marvs e Teatro Múcio de Castro- Localização: Av. Brasil oeste, 792	Lei nº 2608/1990	Possui na lei Art.2, que em uma dist. 15 metros das laterais de prédios tombados, fica vedada a construção de prédios de mais de 8 m de altura.
Escola Municipal Padre Antônio Vieira – Localização: Comunidade Nossa Senhora da Paz; Capinzal.	Lei nº2535/1985	Não regulamentado
MONUMENTOS	**LEGISLAÇÃO**	**ENTORNO**
Ruína Localização: Parque da Gare	Decreto nº234/2006	Não regulamentado
Caixa D`água Localização: Parque da Gare	Decreto nº 227/2006	Não regulamentado
Bebedouro Rua Bento Gonçalves/General Canabarro	Lei nº 3043/1995	Não regulamentado
Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis-	Lei nº 7481/1957	Não regulamentado
PRÉDIOS TOMBADOS PARTICULARES	**LEGISLAÇÃO**	**ENTORNO**
Silo Localização: Av. 7 de Setembro	Decreto 236/2006	Não regulamentado
Moinho- Localização: Av. 7 de Setembro	Decreto nº 234/2006	Não regulamentado
Igreja Matriz "Nossa Senhora da Conceição" Localização: Uruguai, Centro	Decreto nº231/2006	Não regulamentado
Quartel do Exército Localização: Rua Teixeira Soares S/N	Decreto nº 19/2012	Não regulamentado
Escola Protásio Alves Localização: Av. Brasil	Decreto nº 22/2012	Não regulamentado
Solar do Glória Localização: Rua General Canabarro 907	Decreto nº 122/2014	Não regulamentado
Companhia Cervejaria Brahma Localização: Paissandu esq. Gal Neto	Lei nº 3275/1997	Não regulamentado
Banco Itaú Localização: Rua Bento Gonçalves nº 518	Lei nº 2955/1994	Não regulamentado
Prédio do Texas, do Instituto Educacional Localização: Av. Brasil Oeste	Lei nº 2937/1994	Não regulamentado
Igreja Metodista Localização: Av. Brasil Centro	Lei nº 2906/1993	Não regulamentado
Capela São Miguel Localização: Pinheiro Torto	Lei nº 2996/1991	Não regulamentado

Quadro 2.5.1: Bens tombados Municipais

2.5.3 PAISAGEM URBANA ATUAL

Entre 2006 e 2012, através de um convênio com a Universidade de Passo Fundo, foi realizado amplo estudo e análise para criar o inventário (Quadro 2.5.2, em anexo a este documento), do patrimônio histórico e arquitetônico de Passo Fundo. Este trabalho que está servindo como embasamento deste diagnóstico, indicou a presença de eixos visuais relevantes na paisagem da cidade, que agregam valor às edificações isoladas, além de serem compreendidos como áreas marcantes na Evolução Urbana da cidade.

Estes eixos foram analisados individualmente, complementando o que seria a análise das edificações individualmente. A partir desta compreensão, o estudo apontou para diferentes formas de atuação sobre o patrimônio, que vão além das definições de critérios de tombamento. Um avanço importante foram as leis estabelecidas para favorecer o proprietário dos bens tombados, porém em relação a preservação, o entendimento da arquitetura e contexto são tão ou mais relevantes que o próprio tombamento.

Assim após a definição dos eixos, o inventário focou sua atuação nestas zonas históricas, buscando definir não uma poligonal de tombamento, o que limitaria muito a atuação nestas áreas, o que não seria o caso em Passo Fundo que já possui uma heterogeneidade nestes eixos, mas sim eixos e zonas de concentração de edificações preservadas.

Os eixos trabalhados foram:

- Avenida Brasil: arquitetura e paisagem, desenho urbano e canteiros centrais;
- Avenida Sete de Setembro: antigo percurso ferroviário com importante concentração de edificações de caráter industrial entre as ruas Coronel Chicuta e General Canabarro;
- Rua Bento Gonçalves: com importantes conjuntos de arquitetura proto-racionalista;
- Avenida General Neto: rua que fazia a concexão da avenida com a gare e por isto possui uma relevância histórica que deve ser respeitada, desde seu gabarito quanto na característica das edificações e morfologia.

Nestes eixos foram definidos os edifícios relevantes para a arquitetura e história da cidade, buscando preservar a identidade destas vias principais. Porém, diversas outras edificações em pontos circundantes foram analisadas dentro da compreensão do papel que exercem na percepção do patrimônio arquitetônico e da ambiência urbana. (anexo inventário)

A concentração de bens arquitetônicos, paisagísticos e monumentos nesta área definida pelo caminho das tropas e complexo ferroviário, acaba por definir uma região da cidade com valor histórico e cultural mais relevante, o que não exclui ou diminui a importância de alguns bens isolados e regiões fora destes eixos, como o Caso do Prédio Texas IE, Brizoleta, Igreja de São Miguel.

Porém para questões de ordenamento e gestão do território é importante destacar que algumas regiões denotam um caráter histórico mais exacerbado. A própia Avenida Brasil, entre a Praça Tochetto e Rua Livramento (Boqueirão), possui paisagem marcante e definidora da identidade da cidade, podendo ser considerada bem de interesse paisagístico que mereceria regramentos legais específicos. Em virtude da largura dos canteiros e arborização, a Avenida Brasil carrega além do fator histórico de ser a Rua do Comércio, o fator paisagem e identidade. (figura 2.5.12)

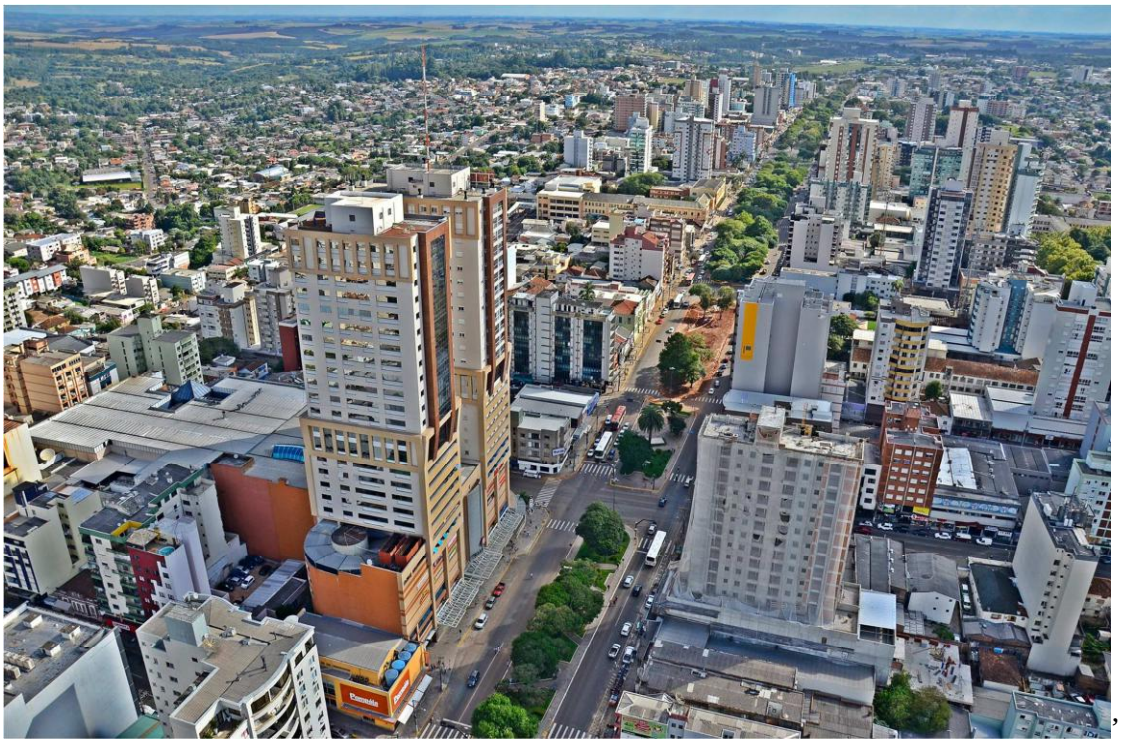


Figura 2.5.12: Vista da massa verde formada pela vegetação ao longo da Avenida Brasil. Fonte: Alex Borgman. Site www.pmpf.rs.gov.br

Outras regiões da cidade também configuram paisagens relevantes: vista do Bosque Lucas Araujo a partir do Parque da Gare, inserindo o remanescente de Mata Atlântica na vida cotidiana do cidadão; vista da cidade a partir do Parque Linear Sétimo Céu, onde se tem o principal fronstispício de Passo Fundo; Vista da cidade a partir da Universidade de Passo Fundo, onde é possível perceber as relações do urbano e rural. (figuras 2.5.13 e 2.5.14)

Figura 2.5.13: Vista dao Remanescente de Mata Atlantica a partir do Belvedere da Gare[10].Fonte: Acervo prefeitura municipal

10. Ao fundo observar a importância dessa área verde na paisagem.

Figura 2.5.14: Vista da verticalizaçãoo e adensamento urbano a partir do Parque Linear do Sétimo Céu[11]. Fonte: www.conhecapassofundo.com.br

A análise da percepção das viauais e da paisagem deve ser considerada no zoneamento do Plano Diretor pois a verticalização de alguns locais pode acabar descaracterizando pontos relevantes da paisagem urbana.

2.5.4 PAISAGEM RURAL

A paisagem rural de Passo Fundo apresenta uma diversidade que deve ser considerada quando de sua análise. Ainda que a produção agropastoril seja citada de forma genérica quando se fala em desenvolvimento econômico, sua distribuição no território não é homogênea. Isso está relacionado a geomorfologia do território do município, que possui características peculiares em virtude de sua implantação na região do planalto médio, Observa-se que o relevo, paisagem e ocupação do território são diversos se compararmos a area de transição com o início da serra gaúcha, saída para Marau, e a area de plantações de grãos, na direção de Carazinho.

Na face sul e sudeste a area rural apresenta mata adensada, aspecto de serra, e cursos de água. Nesta região são mais comuns as pequenas propriedades de agricultura familiar, com produção de hortifruti e criação de animais como suinos, aves e ovinos. A transição urbano/rural ocorre principalmente na area da Roselandia, onde estão implantados diversos clubes de lazer bem como o Parque de Rodeios Municipal. A Roselândia configura uma barreira a expansão urbana e possui belas paisagens naturais com cachoeiras e mata nativa.

Devido a geologia do território, rica em basalto, é comum encontrar na area rural desta região a exploração mineral através de pedreiras, várias ativas e algumas inativas em fase de recuperação ambiental. A principal referência paisagistica neste sentido é a pedreira desativada da area da Brigada, lindeira ao Bairro São José. (figura 2.5.15) Na area rural também podem ser vistos locais de extração de argila.

11. Principal vista do frontispício da cidade

Figura 2.5.15: Vista da Pedreira desativada localizada na area da Brigada Militar[12]. Fonte: acervo da prefeitura municipal.

Na região leste alguns usos são definidores de uma morfologia de transição entre o urbano e rural: o aeroporto, a Fazenda da Brigada, a Barragem de Captação da Corsan. Estes elementos ocupam grande área do território e atuam definindo barreiras de ocupação, inclusive protegendo o território conhecido como berço das águas do avanço da urbanização.

Na face norte do território estão implantados os dois maiores equipamentos de ensino e pesquisa da cidade, o Campus da Universidade de Passo Fundo, com sua cidade Universitária também compreendida como um Parque, acessível a toda a população que usufrui deste espaço, inclusive nos finais de semana como lazer, mas que também possui áreas de cultivo no seu entorno; e Embrapa, unidade da empresa de pesquisa em grãos que além de seu complexo edificado, possui campos de produção e cultivares. Na sequencia destas duas grandes áreas já se percebe a área de influência do Rio Passo Fundo com uma mudança na paisagem, que adquire aspectos mais umidos e com vegetação. (figura 2.5.16)

12. Forte apelo paisagístico.

Figura 2.5.16: Vista aérea do limite norte do campus da UPF e transição para a área rural[13]. Fonte: acervo Ana Paula Wickert

Na direção oeste o relevo é muito favorável às plantações de grãos e outros cultivos, e a paisagem se altera. A pequena propriedade dá lugar a amplas áreas de produção e destaca a presença de silos de armazenamento.

Nesta região está localizada a area histórica da batalha do Pulador, ocorrida em 1894, durante a revolução federalista. Não há remanescentes arquitetônicos no local, porem foram construídos dois marcos que identificam a localização das tropas de maragatos e pica-paus. O local das batalhas devido ao seu valor historiográfico pode ser entendido como referência cultural e paisagistica. (figura 2.5.17) Nas suas proximidades há um importante empreendimento de turismo rural e o verde predomina neste entorno. Tmabém ali está implantado o Aeroclube de Passo Fundo, denotando local de forte potencial para turismo. (figura 2.5.18)

13. Onde há predomínio de lavouras de grãos.

Figura 2.5.17: Encenação da Batalha do Pulador[14].

Figura 2.5.18: Vista aérea da paisagem rural em direção oeste do território[15].

Na região sudoeste, em direção a Porto Alegre, os limites entre area urbana e rural não são definidos fisicamente, porém o santuário Nossa Senhora Aparecida pode ser entendido como uma referência paisagistica para essa compreensão, inclusive tendo o seu portico tombado como patrimôno cultural do município. (figura 2.5.19) Nesta região seguem as propriedades rurais com produção agrícola, sem grande variação de relevo. Na rodovia o Instituo Champagnat também pode ser entendido como importânte referência histórico/cultural. (figura 2.5.20)

14. Importante fato histórico ocorrido no território de Passo Fundo. Atualmente a batalha é encenada no seu local original, onde estão erigidos os Marcos do Pulador.
15. Nas proximidades do aeroclube. Observar o relevo de coxílias e predomínio de plantação de grãos e massas verdes.

Figura 2.5.19: Vista aérea do Santuário[16]. Fonte: www.mapio.net

Figura 2.5.20: Instituto Marista Champagnat[17]. Fonte: Fredy Silva em www.mapio.net

16. Observer as relações de paisagem com a rodovia e entorno urbano e rural.
17. Edificação em linguagem neoclássica com referencias neorenascentistas.

QUADRO 2.5.2

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

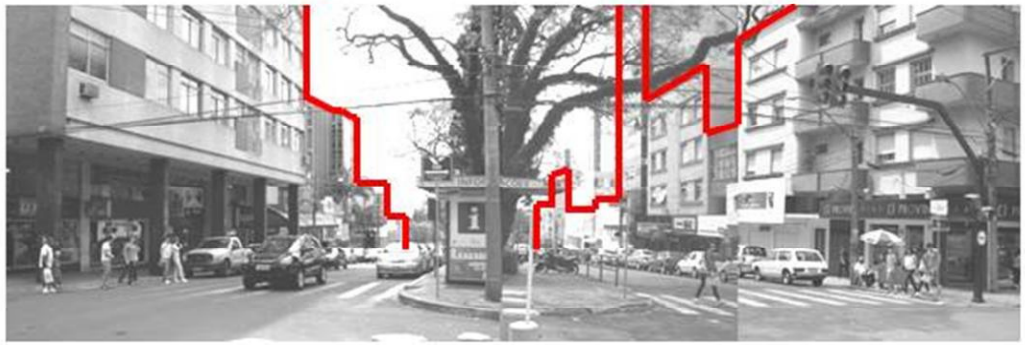
Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Característica das Edificações

Linha de Coroamento

As edificações da Rua General Neto predominantemente possuem mais de 3 pavimentos, configurando uma linha perceptiva vertical, onde os elementos de destaque são aqueles de menor altura.

A Linha de Coroamento de maneira geral é regular e ainda mais evidenciada pela inexistencia dos recuos em toda a extensão da General Neto. Existe uma pequena oscilação na quadra entre a Morom e a Avenida Brasil em função do desnivel natural da rua.



Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Ambiente Urbano

O ambiente urbano analisado é configurado por edificações de grande altura, com predominância do uso misto (comercial e residencial).

Localizada na área central, a via possui alto fluxo de pedestres e veículos de passeio e em alguns casos, caminhões de carga e descarga, já que possui atividades de cunho comercial, institucional, residencial e até de lazer.

A paisagem urbana é emoldurada pelos canteiros centrais e sua vegetação, e também pela variação de alturas existente em função das diferentes épocas arquitetônicas distribuidas ao longo da rua.

O posteamento, as placas de comunicação visual, as diferentes larguras dos passeios prejudicam o percurso dos pedrestres e a percepção do espaço em geral, itens que podem ser considerados interferências visuais negativas.

01- Vista da rua Gal. Neto esq. com a Av. Brasil em direção a rua Morom.
02- Vista da quadra em frente a praça Marechal Floriano

01

02

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Referencial Visual

Estado de Conservação das Edificações

O entorno da rua General Neto é heterogêneo, com edificações de períodos variados.

As edificações novas se destacam em relação às antigas, pois possuem alturas mais altas e, conforme o local onde estao implantadas, "sufocam" os exemplares históricos..

Várias edificações com características art déco em estado regular colaboram para a configuração histórica do entorno, porém na sua maioria os prédios estão descaracterizados, especialmente com a substituição de esquadrias no térreo e pelas instalações elétricas e hidráulicas aparentes nas fachadas.

Observa -se que algumas edificações estão com a pintura sem manutenção, apresentando crosta negra e manchas de umidade ascendente, mas em geral o estado é regular, sem nenhuma ruína ou edificação abandonada.

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Referencial Visual

Influências Visuais Negativas

A presença da rede elétrica, de placas de comunicação visual nas fachadas, além das placas informativas sobre os canteiros ao longo da via, instaladas sem critério, são aspectos que interferem negativamente a paisagem, tornando-a pesada e desvalorizada.

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Referencial Visual

Perspectiva e finalização

- Foto sentido Rua Morom – Av. Brasil

- Na direção Norte, a visual mostra o desnível entre a Avenida Brasil e a Rua Morom, além da finalização marcada pelo prédio do Clube Comercial.

- Foto sentido Avenida Brasil – General Canabarro

- Na direção **Sudeste**, a partir da Avenida Brasil, percebe-se a moldura que se forma pelos predios das esquinas juntamente com a vegetação implantada nos canteiros centrais. Existe diferença na altura das edificações, em função das várias épocas arquitetônicas existentes, que se relacionam através da continuidade dos recuos criando uma imagem uniforme.

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Netto – Referencial Visual

03. Edifício Lângaro

04. Edifício Scussel

06. Praça Marechal Floriano

08. Muro antiga Estação Férrea

01. Antiga Cervejaria da Brahma

02. Hotel Avenida

05. Edifício Serrador

07. Catedral Nossa Senhora Aparecida

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Referencial Visual e relações com entorno.

03. Edifício Lângaro: primeiro Edifício em altura, em linguagem Proto-Racionalista, sem recuo frontal construído no início de 1941, tendo como programa original e atual o uso residencial e comercial. Mesmo estando inserido entre prédios de maior altura, se destaca na paisagem por emoldurar a esquina em conjunto com o Hotel Avenida.

04. Edifício Scussel: Edifício em altura, em linguagem Proto-Racionalista, sem recuo frontal, acompanhando o alinhamento de todo o quarteirão. Tem como programa de uso a caracterização mista (residencial e comercial).

05. Edifício Serrador: Edifício em altura, com características modernistas, sem recuo frontal, acompanhando o alinhamento de todo o quarteirão. Se destaca dos demais edifícios pelos pilotis que sustentam a laje que avança sobre o passeio, criando uma ambientação diferenciada e única. Tem como programa de uso a caracterização mista (residencial e comercial).

06. Praça Marechal Floriano: Localizada na quadra formada pelas Ruas General Neto, Independência, Bento Gonçalves e Moron, foi construída na década de 20. Seu traçado e sua pavimentação (pedra portuguesa) ainda são originais, cobertos por densa vegetação, onde se encontram espécies bastante antigas. Suas características arquitetônicas, sua história e implantação tornam-a um ponto referencial significativo para a cidade.

07. Catedral Nossa Senhora Aparecida: Construção compreendida entre 1935 e 1975, sendo que apenas em 1950 desmembrou-se da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição para transformar-se em Paróquia. Destaca-se em função de diversos aspectos: Localização, altura, linguagem arquitetônica, estilistica e programa de uso, buscando uniformidade apenas em relação ao recuo.

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto – Referencial Visual e relações com entorno.

Os edifícios da Rua General Neto não possuem grau de proteção, mesmo existindo prédios de grande valor cultural, histórico e arquitetônico, inclusive configurando conjuntos.

Na esquina com a Rua Paissandú, encontra-se o prédio da antiga cervejaria Brahma e sua chaminé que, devido sua história, ainda é ponto de referência urbana. Referências visuais, também bastante expressivas, estão nas esquinas da Rua General Neto com a Avenida Brasil, onde a rua é emoldurada pelo prédio do Hotel Avenida e o Edifício Lângaro que, mesmo sendo de épocas e de estilos arquitetônicos distintos, são de grande importância arquitetônica e histórica, mostrando o dinamismo da região. Além disso, tem-se, a partir desta moldura, uma visual de todo o trecho da rua General Neto compreendido entre a Avenida Brasil e a Rua Morom, apresentando outros exeplares arquitetonicos de relevância, que somados a vegetação e ao canteiro central criam uma ambientação singular. O Edifício Scussel com suas linhas em art decô valoriza o encontro das Ruas General Neto e Moron, sendo uma referência importante. O Edifício Serrador, com linguagem modernista se mostra imponente, porém sua percepção é prejudicada em função do entorno saturado – prédios em altura, poluição visual, etc. Outras referências se dão pela Praça Marechal Floriano e a Catedral Nossa Senhora Aparecida, que devido as suas linguagens arquitetônicas e escala formam um conjunto urbano de destaque.

Mais um elemento fundamental a ser considerado na Rua General Neto é a intersecção com a Rua General Canabarro, onde encontra-se o muro e o prédio da antiga estação férrea, respectivamente em primeiro e segundo plano, estabelecendo um limite físico ao lugar, aspecto reforçado pelo traçado da Avenida Sete de Setembro.

01. Prédio da antiga Cervejaria Brahma: Com características da arquitetura industrial, foi instalada em 1912 uma pequena empresa de fabricação de cerveja, logo apos sendo adquirida pela famosa marca Brahma. Desativada na década de 90, funciona atualemente como Instituição de Ensino Superior. Seu prédio ainda é referência urbana.

02. Prédio do Hotel Avenida: Edifício em altura, em linguagem eclética, sem recuo frontal, possui semelhanças estéticas com poucas edificações da área em análise. Sua implantação na esquina da Avenida Brasil com a Rua General Neto valoriza a percepção do conjunto.

Atualmente, sua fachada está descaracterizada.

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal - Ambientação

Rua General Neto

- **CARACTERIZAÇÃO DA RUA**

O Trecho analisado compreende a Rua General Neto entre a Rua Paissandú e a Rua General Canabarro, compondo o eixo de expansão Noroeste. A partir da análise da Evolução Urbana de Passo Fundo, observa-se que esta rua iniciou seu desenvolvimento no início do século XIX, pertencente a área rural do Município .No incício do século XX, com a chegada da ferrovia conecando a Avenida Brasil à Gare, o espaço em torno da Rua General Neto vai tornando-se parte da área urbana, sendo considerada o centro comercial e financeiro da cidade. Em meados de 1912, confirmando essa expansão, instalou-se uma empresa de fabricação de cerveja Brahma, sendo que o prédio onde funcionava a cervejaria é até hoje ponto de referência urbana para a população.

Seguindo seu crescimento, em 1928 ergue-se o Hotel Avenida e em 1937 o Hotel Petracco, seguido por diversos outros edifícios historicistas. No desenvolvimento da rua vários edifícios Proto-Racionalistas foram construídos, aspecto confirmado pelo Edifício Lângaro, construído em 1941, e pelo Edifício Scussel. A carcaterística de centro comercial ainda prevalece nessa região, sendo que suas características arquitetônicas e urbanas continuam em constante tranformação, uma vez que muitos exemplares arquitetônicos históricos foram destruídos. Sua arquitetura é diversificada, com edificações ecléticas, art decô, modernistas, contemporâneas, variando significativamente a altura e o perfil das edificações. Apresenta uniformidade apenas em relação aos recuos.

A edificação da Catedral Nossa Senhora Aparecida no ponto zero da cidade em frente a praça Marechal Floriano, deslocou o centro religioso da Matriz Nossa Senhora da Conceição e fixou a Rua General Neto como via mais importante da cidade na primeira metade do século XX.

MAPA GERAL

Gal. Neto esq. Gal. Canabarro

Gal. Neto esq. Gal. Osório

Quadra em frente a Praça Marechal Floriano

Rua General Neto

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Característica das Edificações

Linha de Coroamento

As edificações da Rua Bento Gonçalves variam entre edifícios de 3 pavimentos e edifícios com mais de 6 pavimentos, criando um perfil variável mas com uma linha perceptiva vertical, onde os elementos de destaque são aqueles com característica horizontal.

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Ambiente Urbano

O ambiente urbano analisado é configurado por edificações de grande altura, com predominância do uso misto (comercial e residencial).

Estando em área central, a via se apresenta bastante movimentada, tanto por pedestres como por ônibus urbanos, veículos de passeio e em alguns casos caminhões de carga e descarga, já que possui atividades de cunho comercial, institucional, residencial e até de lazer.

A paisagem urbana é emoldurada pela variação de alturas existente em função das diferentes épocas arquitetônicas distribuidas ao longo da rua.

O posteamento, as placas de comunicação visual, as diferentes larguras dos passeios, prejudicam o percurso dos pedrestres e a percepção do espaço em geral, itens que podem ser considerados interferências visuais negativas.

- Rua Bento Gonçalves esq. Morom – vista: direção à Av. Brasil

- Rua Bento gonçalves esq. Rua Gal. Canabarro – vista: direção Av. Brasil

Rua Bento Gonçalves esq. Independência em direção à Rua Gal Osório

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Referencial Visual

Estado de Conservação das Edificações

O entorno da rua Bento Gonçalves é heterogêneo, com edificações de períodos variados.

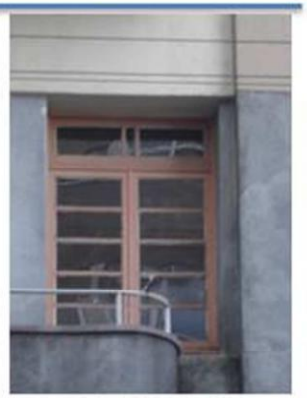
Contudo, algumas edificações novas acarretaram uma sensação de "esmagamento" nos prédios históricos laterais.

Várias edificações com características estéticas ecléticas e art déco em estado regular colaboram para a configuração histórica do entorno.

Observa-se que algumas edificações estão com a pintura sem manutenção, apresentando crosta negra e manchas de umidade ascendente. Outras apresentam fiação elétrica exposta, prejudicando a estética e a segurança do prédio.

Mas em geral o estado é regular, sem nenhuma ruína ou edificação abandonada.

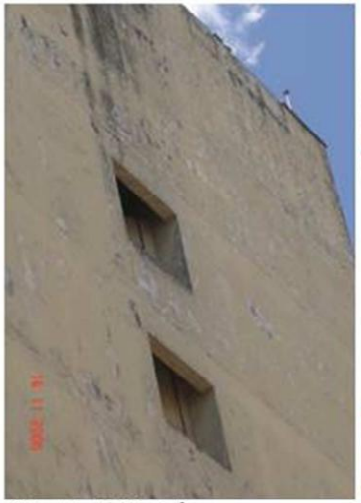
10 – Ed. Auto Esporte



08 – Edifício Ughini

02 – Ed.Maria Rosa

03 –Enxovais Roma



05 – Turis Hotel

09 – Sobrado de Esquina

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Referencial Visual

Influências Visuais Negativas

A rede elétrica é um forte elemento negativo, assim como a poluição visual e a implantação inadequada de mobiliário urbano, deixando a paisagem pesada, desvalorizando o ambiente urbano. Além disso, a colocação inadequada de placas de comunicação visual prejudicam a leitura dos conjuntos arquitetônicos.

Rua Bento Gonçalves esq. Rua Independência

Rua Bento Gonçalves esq. Gal. Osório

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Referencial Visual

Perspectiva e finalização

- **Rua Bento gonçalves esq. Rua Gal. Canabarro – vista: direção Av. Brasil**

- A perspectiva criada na Rua Bento Gonçalves a partir da Rua Gal. Canabarro em direção à Avenida Brasil, não apresenta pontos focais relevantes. Observa-se uma continuidade perceptiva em relação a recuos de implantação, altura das edificações, e excesso de comunicação visaul.

- **Rua Bento Gonçalves esq. Morom – vista: direção à Rua Independência**

- Já a perscpectiva criada a partir da Rua Morom em direção à Gal. Canabarro, apresenta alguns elementos de destaque.

  O primeiro se dá pelo Prédio do Banco Itaú e pelo Turis Hotel que, mesmo sendo de épocas estilísticas distintas, emolduram e valorizam a paisagem. Junto disso, a presença da Praça Marechal Floriano amplia a visual e facilita a leitrura dos exemplares arquitetônicos históricos.

  Observa-se no fim da perspectiva o muro da antiga Estação Férrea com o Bebedouro de animais, finalizando a paisagem.

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

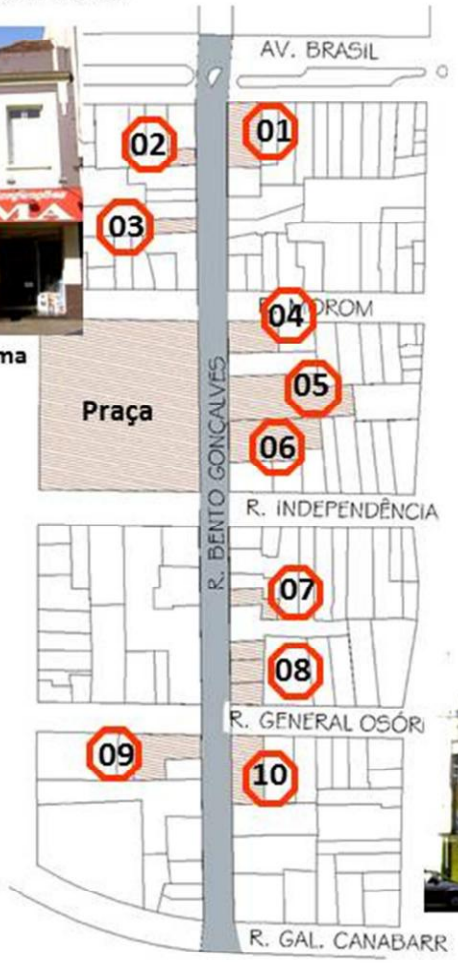
Rua Bento Gonçalves – Referencial Visual

02 – Ed.Maria Rosa

03 –Enxovais Roma

09 – Prédio X.com

10 – Ed. Auto Esporte



01 – Igreja Metodista

04 – Banco Itaú

05 – Turis Hotel

06 – Clube Caixeiral

07 – Hotel Glória

08 – Edifício Ughini

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Referencial Visual e relações com entorno.

04. Banco Itaú: Antigo Banco da Província, sua construção é de 1922 e pertence a arquitetura historicista eclética.
Se destaca pela tipologia completamente diversa das demais.
Encontra-se bastante preservada e busca relação com o entorno através do recuo. Sua percepção é favorecida pela amplitude das ruas e pela localização de esquina.
Contudo, a fiação elétrica desorganizada, minimiza a qualidade da visual.

05. Hotel Turis: Edifício em altura, com função comercial, estilo arquitetônico modernista, com brises vermelhos (atualmente descaracterizado).
Ao nível do térreo seu entorno saturado dificulta a percepção do espaço. Porém a visual geral do prédio não é afetada, pois o hotel está inserido em um ponto mediano do quarteirão e é rodeado por prédios de alturas inferiores e de características arquitetônicas e estilísticas distintas, aspectos valorizados pela amplitude da rua e pela praça localizada logo em frente. Busca relação com o entorno através do recuo.

06. Clube Caixeiral: localizado ao lado do Hotel Turis, com linhas e elementos arquitetônicos Proto-Racionalista, é facilmente percebido no entorno pela escala, linguagem e amplitude da rua. Possui uniformidade através do alinhamento com as construções do entorno. A edificação é um dos edifícios históricos mais bem conservados da cidade.

07. Hotel Glória: edifício de dois pavimentos, com caracteristicas dos sobrados da época da ferrovia. Pertence ao conjunto prédios históricos distribuídos ao longo da Rua Bento Gonçalves, que contribuem para a valorização da paisagem urbana como ponto de forte identidade histórica.

08. Edifício Ughini: Edificação em altura, com linguagem Proto-Racionalista, constitui, ao longo da Rua Bento Gonçalves, um conjunto arquitetônico de relevância com o sobrado de esquina e com o prédio da Auto Esporte, integrados ainda com outros exemplares da rua General Osório. Possui uniformidade através do alinhamento com as construções no entorno.
Localizado em uma esquina, sua volumetria é favorecida pela a amplitude das ruas valorizando suas características.

09. Sobrado de Esquina: Localizado na esquina com a General Osório, sua volumetria e linguagem em Art Decó são favorecidas pela a amplitude das ruas valorizando suas características. O prédio constitui, ao longo da Rua Bento Gonçalves, um conjunto arquitetônico de relevância com os edifícios do Edifício Ughini, com o prédio da auto Esporte e com outros exemplares da rua General Osório. Possui uniformidade através do alinhamento das construções no entorno.

10. Edifício Auto Esporte: Edifício Proto-Racionalista, localizado em uma esquina, onde a amplitude das ruas favorece sua percepção e valorizam suas características, o prédio pertence a um conjunto arquitetônico com o prédio Ughini e com outros exemplares da rua General Osório. Possui uniformidade através do alinhamento das construções no entorno.

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves – Referencial Visual e relações com entorno.

Apenas alguns edifícios da Rua Bento Gonçalves possuem grau de proteção municipal. Outros, mesmo de grande valor cultural, histórico e arquitetônico, ainda não foram incluídos em sistemas de preservação.

As referências visuais aparecem logo na esquina com a Avenida Brasil, através da Igreja Metodista.

Contudo, as visuais são mais expressivas na quadra compreendida entre as Ruas Morom e Independência, pois dividem o espaço com a Praça Marechal Floriano, que permite uma leitura clara das inúmeras edificações históricas que a contornam, como o prédio do atual Banco Itaú, o Hotel Turis (descaracterizado) e o Clube Caixeiral.

Ao longo de todo o trecho analisado, muitos outros exemplares históricos surgem contando o desenvolvimento local. Porém, na esquina com a Rua General Osório, um conjunto arquitetônico consituído de 4 prédios em estilo Art Decó, valoriza e amplia a visual da Rua, sendo um desses prédios o do Edifício Ughini.

Outro elemento fundamental a ser considerado na Rua Bento Gonçalves é a itersecção com a antiga Estação Férrea, que gera um limite físico ao lugar, evidenciado pelo muro e pela escadaria que dá acesso à área da antiga Estação Férrea, além do **bebedouro de animais** instalado também neste ponto.

01.Igreja Metodista: Construída em 1918, por terreno cedido pela Prefeitura Municipal, poucos anos após sua construção, já houve a necesidade de ampliações e reformas em função do número de fiéis que freqientavam o templo.
Em 1919, através de um missionário norte americano, criou-se uma escola Metodista, conhecida hoje como Instituto Educacional.
Destaca-se pela localização de esquina, pela arquitetura neogótica e função diferenciadas do entorno.

02. Ed. Maria Rosa: Edifício em altura, linguagem em Art Decó, constitui um conjunto arquitetônico com outros exemplares próximos de mesma altura e caracteristica estilística. Contudo, apesar da amplitude da Rua Bento Gonçalves, o entorno repleto de prédios ainda mais altos e o excesso de informação visual dificultam a percepção do conjunto e do próprio prédio.

03. Edifício loja Enxovais Roma: Edificação em dois pavimentos, linguagem Art Decó, constitui um conjunto arquitetônico pela proximidade com outros exeplares de mesma caracteristica estilística. Se destaca pela diferença de altura em relação ao entorno e busca relação apenas pelo recuo.
Contudo, a leitura do prédio é prejudicada pela poluição causada pelo excesso de placas publicitárias, instaladas inadequadamente na fachada.

Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Rua Bento Gonçalves

- **CARACTERIZAÇÃO DA RUA**

O Trecho analisado neste trabalho compreende a Rua Bento Gonçalves entre a Avenida Brasil e a Rua General Canabarro, compondo o eixo de expansão Sul. A partir da análise da Evolução Urbana de Passo Fundo percebe-se-se que esta rua iniciou seu desenvolvimento na segunda metade do século XIX, quando pertencia a área rural do Município. No incício do século XX, a chegada da ferrovia deslocou o antigo centro, desenvolvido ao longo do caminho das tropas, para o entorno atual da praça Marechal Floriano, tomando a área próxima a Rua Bento Gonçalves o centro comercial e financeiro da cidade.

Em 1918, confirmando o crescimento de Passo Fundo no sentido Leste, ergue-se a Igreja Metodista, que até hoje emoldura a esquina com a Avenida Brasil. Ao longo do tempo, inúmeros exemplares arquitetônicos de relevância foram surgindo, configurando importantes conjuntos arquitetônicos.

Sua arquitetura é diversificada, com edificações ecléticas, art decô, modernistas, contemporâneas, com variação significativa de altura e perfil das edificações, apresentando uniformidade apenas em relação aos recuos. Essa heterogeidade é positiva pois demonstra clarametne o desenvolvimento urbano social e econômico da cidade.

Rua Bento Gonçalves esq. Rua Morom – Década de 1940

Rua Bento Gonçalves - direção Av. Brasil

MAPA GERAL

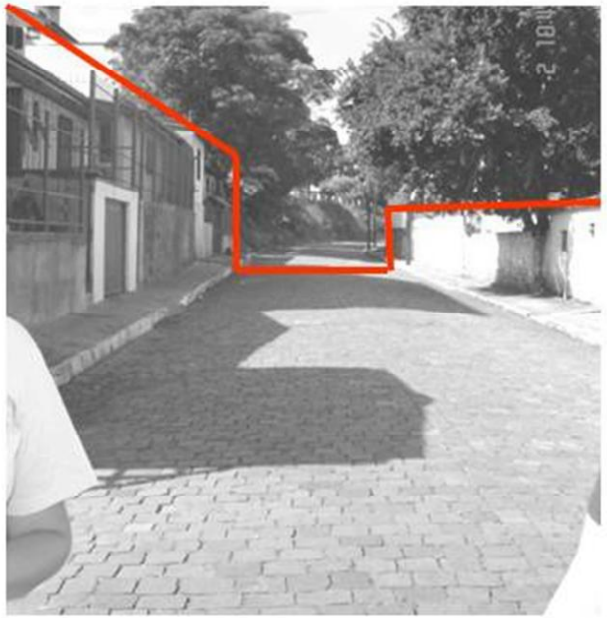
Rua Bento Gonçalves

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Característica das Edificações
Linha de Coroamento

Em um trecho da Avenida, a linha de coroamento tem predominância vertical, evidenciada pelo alinhamento do recuo e, conforme se afasta do centro, diminui gradativamente.

Entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua General Canabarro, a linha de coroamento diminui, pois parte do uso é residencial unifamiliar.



Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Ambiente Urbano

O ambiente urbano é configurado por duas situações: de um lado da Avenida Sete de Setembro as edificações são predominantemente de uso residencial e do outro, o uso se torna misto.

Até o encontro com a Avenida Presidente Vargas, o fluxo de pedestres, automóveis e veículos pesados é intenso, principalmente pelo fato de esse ser um dos únicos trajetos que ligam o Bairro São Cristóvão ao Centro da cidade.

Já no trecho entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua General Canabarro, o fluxo de pedestres e veículo é bastante baixo.

A paisagem urbana nesse trecho é bastante peculiar em função da largura e traçado da Avenida Sete de Setembro e principalmetne pelo seu entorno histórico.

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Referencial Visual
Estado de Conservação das Edificações

A arquitetura ferroviária é predominante na Avenida Sete de Setembro em função do conjunto de edifícios erguidos na época da instalação da ferrovia em Passo Fundo.

Observa-se que algumas edificações exigem reparos, apresentando crosta negra e manchas de umidade ascendente, outras recebem manutenção periódica, mas em geral o estado é regular, sem nenhuma ruína ou edificação abandonada.

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Referencial Visual
Influências Visuais Negativas

A rede elétrica, as placas de comunicação visual nas fachadas, além das placas informativas nos passeios, instaladas sem critério, são aspectos que interferem negativamente a paisagem, tornando-a pesada e desvalorizada.

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Referencial Visual
Perspectiva e finalização

- **Foto da perspectiva do fim da rua**

- A visual para direção Oeste (acima) mostra a diferença entre as linhas de coroamento de um lado e outro da via, aspecto reforçado pela presença do prédio implantado no cruzamento entre as Avenidas Sete de Setembro e Presidente Vargas, que remete a volumetria do antigo moinho situado no mesmo local.

  Um ponto focal importante, é o prédio da antiga cooperativa que,com sua característica racionalista, demarca o espaço onde estão implantados os principais edifícios dos antigos Moinhos rio-grandenses: o Silo e o Moinho

  No trecho onde estão implantados o Silo e Moinho, o aspecto da via muda consideravelmente.

  O revestimento em paralelepípedo e a diferença de níveis entre um lado e outro da Avenida, são fatores que transformam a paisagemem. Além disso a perspectiva expressa claramente o percurso dos trilhos do trem.

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Referencial Visual

02. Prédio Antiga Estação Férrea

05. Volumetria antigo Moinho

07. Silo e Moinho

01. Casa do Chefe da Estação

06. Antiga Cooperativa

03. Parque da Gare

04. Casas de Turmas 01 e 02

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Referencial Visual e relações com entorno.

03. Parque da Gare: grande área verde, atualmente utilizada como espaço de lazer. Sua implantação permite facil leitura dos prédios históricos do entorno, valorizando ainda mais o espaço urbano.

Encontra-se nesse espaço, um monumento em alvenaria de tijolos erguido no inpicio do século XX, que fazia parte das edificações técnicas do complexo ferroviário. Torna-se hoje, referência ao porte original do complexo ferroviário da cidade além de ter ganho importância paisagística.

Outro elemento que representa a paisagem ferroviária e participa do conjunto arquitetônico, é a Caixa D`água metálica. Em concreto e estrutura metálica, caracteriza as edificações da era idnustrial. Localiza-se no principal acesso ao parque da Gare. Seu entorno é livre de edificações o que lhe favorece em termos visuais.

04. Casas de Turmas 01 e 02: foram erguidas para abrigar os funcionários da viação férrea, originalmente feitas em madeira. Algumas reformas no sentido de modernizar e ampliar as edificações fopram surgindo ao longo do tempo, onde se observa a implantação das residências 01 e 02.. Possuem um sistema construtivo peculiar, pois foram erguidas com estrutura de ferro de trilhos e placas de concreto.

Se relacionam com o ambiente urbano em função da marcação precisa do percurso dos trilhos.

05. Edifício: Compõem a volumetria original desta esquina, que no início do século XX era outro moinho.

06. Prédio da Antiga Cooperativa faz parte do importante conjunto arquitetônico constituído pelo Silo, Moinho, casas dos funcionários e gare. Retrada o período na industrialização de Passo Fundo, e com isso, possuem caráter apenas funcional, sem elementos decorativos. Foram construídas para a sede administrativa dos moinhos-riograndenses.

07. Prédio do Silo: compõe o conjunto arquitetônico da antiga Estação Férrea de Passo Fundo. Possui juntamente com o Moinho, um gurpo monumental e de grande releVância histórica, arquitetônica e conceitual.

Por possuir como função a armazenagem dos grãos, o edifício opssui poucas abertuas e uma estrutura interna de madeira única na cidade. Sua monumentalidade é enfatizada pela relação com a edificação do moinho e da antiga Cooperativa pois todos possuem linguagem recionalista.

07. Prédio do Moinho: possui forte caráter industrial, marcada pela racionalidade técnica e estrutural, conservando ainda suas caratecrísticas originais. Como já dito, compõe o conjunto de edificações ferroviárias da cidade, junto com o silo, cooperativas, casa dos ferroviários, estação férrea e caixa d`água. Sua volumetria é percebida em grande parte das visuais do centro de Passo Fundo, em especial nas Ruas Fagundes dos Reis e Morom, onde sua fachada posterior apresenta grande destaque.

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro– Referencial Visual e relações com entorno.

Considerando a maneira como a Avenida Sete de Setembro surgiu, através da chegada da Via Férrea em Passo Fundo, alterando a malha urbana e apresentando novos estilos arquitetônicos, torna-se fácil distinguir os exemplares passíveis de serem preservados, sendo que alguns já apresentam grau de proteção municipal.

Pode-se dizer, que em função de sua história, a Avenida Sete de Setembro é a via mais peculiar da cidade, pois nenhuma outra se assemelha a sua configuração. Desse modo, todo o trecho estudado pode ser considerado uma referência visual e urbana importante.

Ao longo desse trecho, vários exemplares arquitetônicos surgem, formando significativo conjunto arquitetônico característico das estações ferroviárias da época. A Casa do Chefe da Estação Férrea, seguido pelo prédio da própria estação e as antigas residências dos funcionários da estação confirmam essa formação.

A existência de uma grande área verde do lado oposto da Avenida (parque da Gare), valoriza a paisagem e a leitura dos prédios históricos.

O prédio localizado no cruzamento da Avenida Sete de Setembro com a Avenida Presidente Vargas, apresenta volumetria do antigo moinho situado no mesmo local e se destaca pela implantação de esquina, dividindo as faixas das duas Avenidas.

Um ponto de referência importante é o prédio da Antiga Cooperativa, localizado na Av. Presidente Vargas, marcado pela localização de esquina e principalmente pela volumetria da cobertura.

No final do trecho em análise, dois importantes prédios se destacam na paisagem urbana : o prédio do Silo e o prédio dos Moinhos Riograndense. Suas presenças são marcadas por inúmeros aspectos: apresentam importantes elementos arquitetônicos industriais, localizam-se numa região privilegiada, pois podem ser vistos de várias áreas da cidade, além de serem exemplares únicos.

01. Casa do engenheiro Chefe da Estação: contruída possivelmente na década de 1920, caracteriza-se por uma linguagem bastante simples, de caráter unicamente utilitário. Este tipo de construção se configurava como a mais nobre dentro do conjunto de residências dos funcionários da ferrovia. Antigamente possuia relação mais direta com a estação. Com a retirada dos trilhos, sua implantação foi modificada, pois hoje está voltada para um pátio considerado lateral e originalmente possía um jardim com influência francesa. O prédio foi executado em alvenaria de tijolos, cobertura em duas águas de telha cerâmica e aberturas em madeira com bandeira e veneziana, tem como elementos deocrativos apenas molduras nas janelas.

02. Prédio da Antiga Estação Férrea: edifício de planta retangular, térreo, sobre um pódio, que está ordenado a partir de um eixo longitudinal paralelo a antiga estrada de ferro.

Possui ocbertura em duas águas com beirados que, de um lado, avançam sobre a plataforma de embarque e de outro a ciculação externo frontal, apoiados em mãos francesas de ferro. Eu sistema construtivo é característico do século XIX. Constitui importante conjunto arquitetônico ferroviário com outros exemplares encontrados ao longo da atual Avenida Sete de Setembro.

Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Sete de Setembro

- **CARACTERIZAÇÃO DA RUA**

O Trecho analisado compreende a Avenida Sete de Setembro entre as ruas General Osório e General Canabarro

A partir da análise da Evolução Urbana de Passo Fundo, observa-se que esta via se desenvolveu entre o final do século XIX e o início do século XX sendo, na época, a ferrovia, que proporcionou grande desenvolvimento para a cidade.

A construção da Casa do Chefe da Estação, as casas dos operários da ferrovia e principamente o prédio da antiga Estação, comprovam essa ocupação.

Ao longo do tempo, a linha férrea estabeleceu uma separação na malha urbana. Em direção à área central a configuração da malha se apresenta reta, ortogonal, enquanto que no sentido oposto, os quarteirões são irregulares.

Sua arquitetura é diversificada, mas existe a predominância do estilo industrial em função da antiga via férrea.

A altura e o perfil das edificações se altera justamente no eixo da Avenida Sete de Setembro. De um lado, o perfil se apresenta vertical, com prédios altos e de uso misto. Do outro lado, o perfil se torna horizontal, com edificações de uso residencial ou comercial.

Apresenta variação em relação aos recuos, conforme a época das construções.

MAPA GERAL

Vista: Av. Sete de Setembro, sentido OESTE

Vista: Av. Sete de Setembro, sentido OESTE

Vista: Av. Sete de Setembro, sentido NORTE

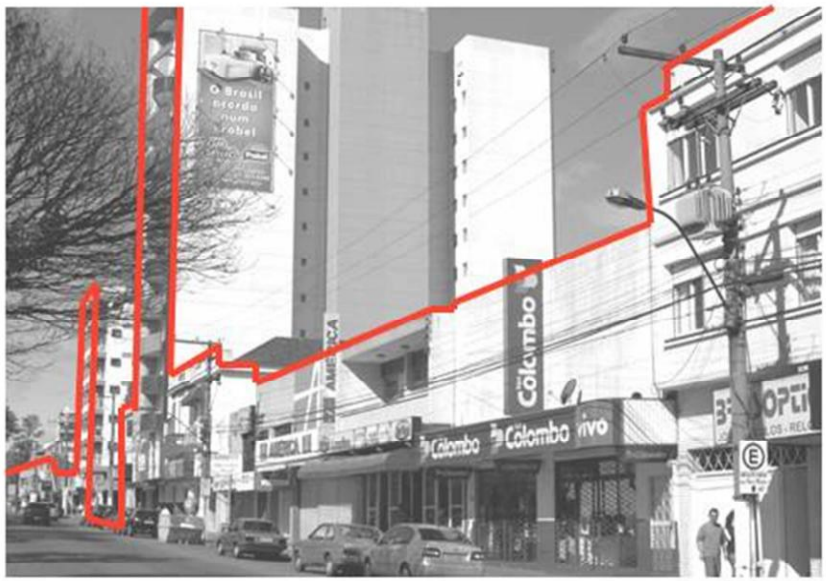
Avenida Sete de Setembro

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal de Tombamento

Avenida Brasil – Característica das Edificações
Linha de Coroamento

As edificações da Avenida Brasil são heterogêneas, com variação de alturas conforme as zonas. Nas áreas centrais e boqueirão, diversas edificações são do período colonial, com alteração das fachadas e dois pavimentos. Estes edifícios vem sendo substituídos paulatinamente por prédios em altura de uso misto e sem recuos frontais, configurando uma linha perceptiva vertical, destacando os canteiros centrais.

A Linha de Coroamento de maneira geral é irregular e ainda mais evidenciada pela inexistencia dos recuos em toda a extensão da via.



Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Entorno da Poligonal de Tombamento

Avenida Brasil – Ambiente Urbano

O ambiente urbano é configurado por edificações altas de uso misto (comercial e residencial).

A via apresenta fluxo intenso de veículos de passeio, transporte coletivo, caminhões etc. Ttransitam muitos pedestres devido ao seu caráter de comércio popular e de passagem, pois é a única via que cruza a cidade completamente no sentido Leste/Oeste.

A paisagem urbana é emoldurada pelos canteiros centrais e pela implantação dos prédios sem recuo frontal, delineando o traçado da Avenida.

O posteamento, a localização inadequada de lixeiras em alguns pontos, prejudica o percurso dos pedrestres, além das excessivas placas publicitárias, que interferem negativamente a visual. A largura da via e das calçadas se altera conforme o trajeto.

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil – Referencial Visual

Influências Visuais Negativas

Vistas da Avenida Brasil.

A Rede elétrica baixa e com excesso de fiação, e a poluição visual criada pelo comercio, pela falta de critéio para a instalação de placas de comunicação, compromete a percepção e a valorização dos prédios e do ambiente urbano em geral.

Além dos prédios, os canteiros centrais também recebem placas publicitárias e informativas sem criterio algum. A variedade de formas, cores e tamanhos juntamente com sua instalação em local inadequado prejudica significativamente a visual e a percepção do espaço ubano.

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil – Referencial Visual
Perspectiva e finalização

- **Avenida Brasil – Canteiros**

- Vista da Avenida Brasil, com direção para o Bairro Boqueirão. Percebe-se claramente a imponência dos canteiros centrais, que formam um corredor verde, constrastando com a densa massa edificada distribuida ao longo da Avenida.

- **Canteiro Central**

- A amplitude dos canteiros pode ser vista nessa imagem. Além disso, o playground implantado reforça o seu mais novo uso: espaço de lazer.

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil – Referencial Visual

01. Canteiros Centrais

02. Edifício Inst. Educacional

08. Cólégio Protásio Alves

09. Praça Tochetto

03. Casa Morsch

05. Colégio Notre Dame

06. Conjunto arquitetônico

07. Igreja Metodista

04. Casa Barão

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil– Referencial Visual e relações com entorno.

06. Conjunto arquitetônico:

6.b. Teatro Múcio de Castro: implantado no limite frontal, possui recuos laterais. Fachada frontal e planta baixa estão ordenadas a partir dos cânones acadêmicos de simetria, com hierarquia de acesso e clareza compositiva. A platibanda e os cunhais reforçam o estilo arquitetônico. As relações entre os elementos, entre os cheios e vazios, manifestam a busca de hamonia em função da proporção.

6.c. Museu de Artes Visuais Ruth Schneider: possui volumetria regular e apresenta dois pisos e porão alto. A fachada frontal apresenta elementos compositivos de desenhos inusitados como os que configuram a platibanda e a bandeira da porta do balcão em balanço. Estes componentes compartilham o plano vertical com elementos da arquitetura histórica tais como a simulação da rusticação com o acabamentos do térreo e dos cunhais e a cornija, entre outros, ordenados a partir da simetria e da hierarquização do acesso principal.

07. Igreja Metodista: erguida em 1918, com linguagem neogótica, anos depois, já se tornava pequena, exigindo duas reformas.
Em 1946, na primeira reforma, foi colocado na parede dos fundos, além do púlpito, um vitral.

Nas reformas e aumentos previstos para o Templo, seria acrescentada uma torre, como vimos até hoje, e um sino com 300 quilos.
Na segunda reforma, houve modificações no teto, nas galerias laterais, substituição dos bancos, renovação das peças do púlpito etc.

08.Escola Protásio Alves: primeira escola de Passo Fundo, possui estilo da era de Getulio Vargas, devendo representar poder e ostentação, aspecto alcançado pela simetria. Planta Baixa e Fachadas tem como característica na parte central todo o controle da escola. Na cobertura, o caimento do telhado é para dar maior monumentalidade e poder ao prédio. Portas e janelas possuem bndeirolas facilitando ventilação e seu fechamento se dá através de venezianas internas para bloquear o excesso de luz solar.

09. Praça Tochetto: originada em meados de 1963, a homenagem ao emérito educador Professor Ernesto Tochetto é uma representação da sua sala de aula.
As classes são representadas sobre o canteiro cercado. Há também o quadro negro, único recurso de sua época; um busto do professor Tochetto sobre o pedestal na frente do quadro lembra a posição tradicional da autoridade do professor. A Praça, com uma posição privilegiada se constitui em um espaço público multifuncional de grande importância no contexto urbano local

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil– Referencial Visual e relações com entorno.

01. Canteiros Centrais: são importantes representantes da história do surgimento de Passo Fundo. Começaram a ser delineados ainda no século XVIII, em função caminho percorrido pelas tropas do Sul do país, que seguiam duas rotas principais : o caminho novo da Vacaria e o caminho das Missões via Passo do Goi-En.

Os canteiros existentes em toda a extensão da Avenida, hoje possuem inúmeras funções: separam as duas direções da via, recebem placas informativas e de publicidade, postos policiais e de informações turísticas. Porém, um dos usos que mais se destaca é o lazer. A inexistencia de grandes áreas verdes para tal função, tornou os canteiros centrais o parque da cidade, pois possuem diversas espécies vegetais em todas as suas parcelas. Foram adotados pela população para passeios, prática de exercicios físicos, encontro com amigos etc. Além disso, a presença desses elementos valoriza a paisagem urbana e torna o trajeto pela Avenida mais agradável.

02. Instituto Educacional: construção iniciada em 1920, onde Logo a seguir foi iniciada a construção do prédio atual, com três pavimentos, linguagem arquitetônica neocássico californiano, caracteristicas originais: paredes incombustíveis com pedra e alvenaria, piso e forro de madeira, cobertura de telha "marselha" e vigamento de cimento armado, tesouras em madeira.

•**03. Casa Guilherme Morsch:**Residência de época com valor histórico, por ter sido uma das primeiras residências em alvenaria da cidade. Representa a tipologia arquitetônica da cidade de finais do século XIX .

•Construída em 1872, em 1960 recebeu uma escadaria para acesso devido ao nivelamento da rua lateral e em 1978 passou por uma restauração, onde o banheiro foi trazido para dentro de casa e as telhas portuguesas substituídas por zinco.

04. Casa Barão: planta em "L" térrea, implantada nos limites frontais do terreno. Os vãos estão dispostos em intervalos irregulares, e contém verga em arco pleno com bandeira. Na faixa superior dos planos principais encontra-se uma referencia ao entablamento clássico com friso e cornija definidos, sobrepostos por uma platibanda. Marcando a esquina observa-se um cunhal de dimensões expressivas. O telhado é de quatro águas.

No terreno posterior, foi construído um edifício em altura respeitando a pré-existência.

05. Colégio Notre Dame: teve seu início em 1923, com a chegada de um grupo de religiosas Norte-Americanas e da Velha Europa. Com o passar dos anos, o número de alunas cresceu, exigindo um novo edifício para atender a demanda. Em 1929 foi adquirido o atual terreno, e no fim de 1930 as obras estavam terminadas.
Possui planta em "L", de espaço compartimentado e hierarquia de acesso, marcada pela esquina, pelas pilastras e simbologia de alguns elementos ornamentais: estátua (imagem religiosa) e emblema da escola.
Procura uma relação de monumentalidade em função da repetição ordenada das pilatras e das aberturas. Seu sistema construtivo é em alvenaria portante, com a presença de tijolos, telha cerâmica e estrutura em madeira.
As mansardas foram retiradas da cobertura, descaracterizando em parte o coroamento da edificação.

06. Conjunto arquitetônico:

6.a. <u>Academia PassoFundense de Letras</u>: implantação nos limites laterais e frontais do terreno, com porão alto e linguagem eclética. A Fachada principal é de composição assimétrica, com três portas- janela de verga reta à esquerda, e uma porta de verga em arco pleno de marcada verticalidade à direita. Coroando as portas-janela inscrevem-se uma sequencia de três frontões cimbrados super dimensionados.

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil – Referencial Visual e relações com entorno.

Considerando que o crescimento da cidade se deu ao longo da Avenida Brasil, fica claro que nela se encontram arquiteturas de diferentes períodos, caracterizando-se, assim, heterogênea.

Com isso, torna-se fácil distinguir os exemplares passíveis de serem preservados, sendo que alguns já apresentam grau de proteção municipal.

As referências visuais mais expressivas da paisagem são os históricos canteiros centrais, existentes em toda a extensão da Avenida. Repletos de vegetação de baixo, médio e grande porte, formam um corredor verde que contrasta com a densa massa de prédios, tornando o percurso mais "leve". Além disso, sua amplitude facilita a percepção dos exemplares históricos distribuidos ao longo da via.

Seguindo o sentido Oeste/Leste, (Bairro Boqueirão em direção ao Bairro Petrópolis) o primeiro prédio que surge de maneira imponente é o do Instituto Educacional, (já tombado) de linguagem neoclássica californiana, diferenciando-se do entorno, já que nessa altura da Avenida a predominância ainda é de prédios de baixa altura e sem recuo.

Em relação a arquitetura residencial colonial, a Casa Guilherme Morsch (já tombada) e a Casa Barão, são importantes representantes da tipologia arquitetônica da cidade de finais do século XIX. A amplitude da Avenida, a escala do entorno favorece a percepção, já que os prédios se distinguem pela linguagem e altura, assemelhando-se ao entorno apenas pelos recuos inexistentes.

O colégio Notre Dame, mantêm relação com o meio também através do recuo. Destaca-se pela arquitetura protomodernista e pela escala que abrange quase todo um quarteirão. A alteração recente na cobertura com retirada das mansardas descaracterizou em parte o coroamento da eidficação.

Já na área mais central, entre as ruas Teixeira Soares e XV de Novembro, encontra-se um conjunto arquitetônico de relevância, com edificações erguidas a partir do início do século XX: a Academia Passofundense de Letras, o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider e o Teatro Municipal Múcio de Castro (todos tombados pelo município). Se destacam na paisagem pela amplitude da Avenida, e pela diferença de altura em relação ao entorno, que possui predominantemente prédios altos. A unidade visual acontece pela ausência de recuos, continuidade de perfil e linguagem.

Na intersecção da Avenida com a Rua General Neto, tem-se os edifícios Lângaro, Hotel Avenida e Clube Comercial, que mesmo sendo de épocas e de estilos arquitetônicos distintos, são de grande importância arquitetônica e histórica. Apesar da amplitude da Avenida, e da ausênica de recuos, a percepção desses prédios é comprometida pelo entorno saturado. Os edifícios Hotel Avenida e Clube Comercial estão descaracterizados.

Outro elemento de expressão é a igreja Metodista (tomabada). Une-se ao entorno apenas em função da inexistência de recuo. No restante, diferencia-se totalmente: função, linguagem arquitetônica e volumetria, aspectos valorizados pela dimensão da Avenida.

Na esquina da Av. Brasil com a Rua Fagundes dos Reis, a visual se mostra bastante interessante: a Escola Protásio Alves, através de sua linguagem arquitetônica e volumetria imponente, que ocupa grande área, unse-se à Praça Tochetto formando uma paisagem singular, onde a existencia da escola valoriza a localização e a percepção da praça e vice-versa.

Na sequência, diversos sobrados históricos com 2 pavimentos, definem o quarteirão entre a Rua Bento Gonçalves e a Praça Tochetto.

Avenida Brasil

Caracterização do Espaço Urbano – Ambientação

Avenida Brasil

- **CARACTERIZAÇÃO DA RUA**

O Trecho analisado compreende a Avenida Brasil que compõe o principal eixo de expansão urbana de Passo Fundo. A partir da análise da Evolução Urbana da cidade, observa-se que a atual Avenida Brasil era o caminho percorrido pelas tropas, o que fomentou a ocupação em 1809 e a formação da Vila do Passo Fundo. A partir daí, entre 1827 e 1828 iniciou-se a formação do núcleo urbano de Passo Fundo e, em meados de 1886, a urbanização começava a se extender em direção ao leste (atual Bairro Petrópolis).

A história do surgimento de Passo Fundo justifica a existência dos imponentes canteiros encontrados ao longo de toda a Avenida Brasil, delineados pela rota seguida pelos tropeiros.

Sua arquitetura é bastante diversificada, com edificações ecléticas, art decô, modernistas, contemporâneas, com variação de altura e perfil. Apresenta uniformidade apenas em relação aos recuos, que na maior parte dos casos é inexistente.

O eixo central da Avenida á caracterizado por largos canteiros arborizados.

MAPA GERAL

Avenida Brasil Oeste atualmente

Avenida Brasil Oeste – década de 30

Avenida Brasil

2.6. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

2.6.1. ASPECTOS GERAIS

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) foi instituído pela Lei Complementar nº 170/2006, estabelecendo uma série de diretrizes para o desenvolvimento do Município de Passo Fundo. Dentre os diversos objetivos do PDDI, é diretamente vinculado ao Plano de Mobilidade, aquele que busca a "universalização da mobilidade territorial e da acessibilidade". No entanto, há de se observar que objetivos como "redução de desigualdades através de políticas públicas" e "melhoria da qualidade de vida da população", que também são objetivos do PDDI, ficam mais próximos de serem atingidos se a mobilidade urbana estiver adequada aos padrões desejados.

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Passo Fundo foi instituído pela Lei nº 5.305, de 03 de janeiro de 2018, e tem como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, por meio do planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana.

A cidade de Passo Fundo apresenta um grande adensamento na sua parte mais central, com gradual diminuição destes índices conforme ocorre o afastamento no sentido da periferia, sendo um polo regional de referência para as cidades vizinhas, principalmente nas áreas de saúde, educação, comércio e serviços, atraindo um grande volume de pessoas e veículos desses municípios, pressionando a sua infraestrutura, inclusive no que se refere à mobilidade.

O zoneamento municipal define as áreas centrais como áreas de forte adensamento e verticalização, porém com algumas faixas de verticalização avançando para os bairros do entorno imediato da área central que, em conjunto com a implantação do Anel Viário Central, pretendem gerar um arco denso, resguardando a zona central de um cenário ainda maior de concentração populacional e de prejuízos à mobilidade urbana. Essa condição favorece a criação de centros lineares e subcentralidades em bairros periféricos, conforme mostrado na figura 2.6.1.

Figura 2.6.1 – Eixo de mobilidade, adensamento urbano e subcentralidades
Fonte: Plano Diretor de Mobilidade de Passo Fundo

Ao longo do tempo, dentro do cenário de planejamento do sistema viário da cidade, percebe-se que a falta de políticas públicas pertinentes e especificas ao tema da mobilidade urbana, no sentido amplo da expressão, resultou em diversos pontos na cidade onde estes apresentam descontinuidades importantes em todos os equipamentos que formam um sistema viário. Este panorama é facilmente percebido na figura 2.6.2, ver mapa 2.6.1, no Caderno de Mapas.

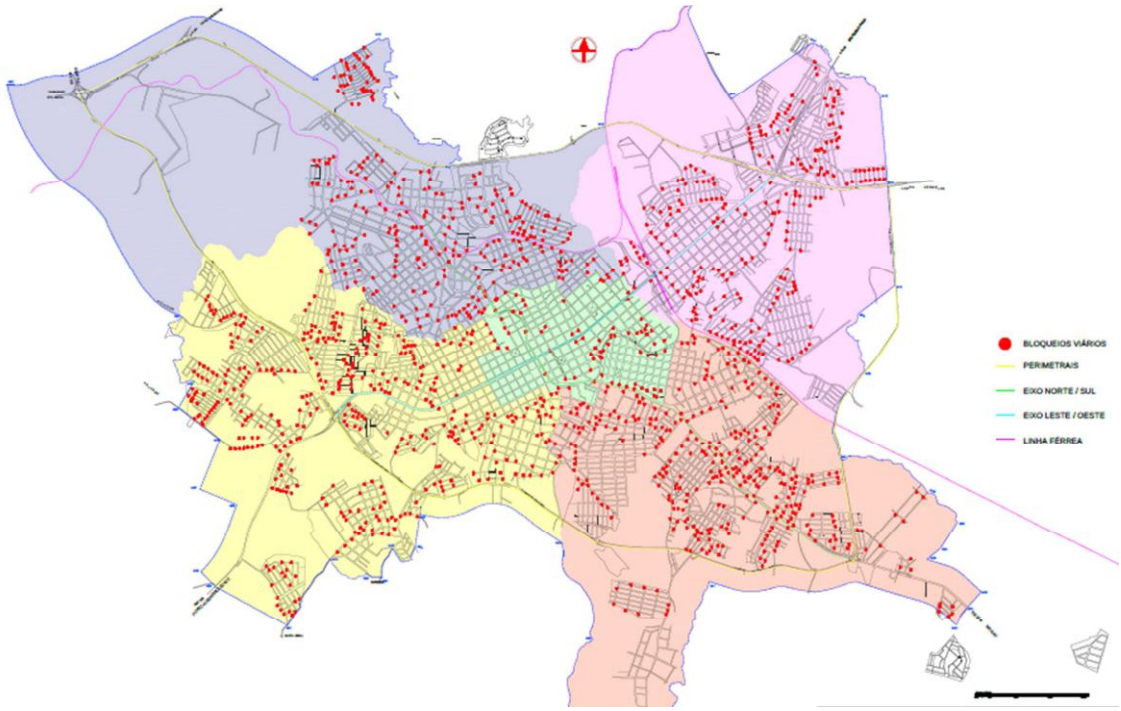


Figura 2.6.2 – Descontinuidades Viárias Fonte: Seplan

Com o surgimento de novos bairros e o desenvolvimento acelerado de alguns setores, a complementação do sistema viário nos espaços vazios entre as áreas já urbanizadas acabaram ficando em segundo plano no planejamento da cidade, o que culminou na consolidação de um grande número de vias locais, restando poucas alternativas de conexões entre os bairros com características arteriais e coletoras.

Hoje restam poucas alternativas de novas vias para serem estruturadas, com características adequadas a fim adotarem o papel de eixos de mobilidade, promovendo ligação entre bairros ou setores. A estruturação do Anel Viário utilizou vias de características e capacidades semelhantes entre si para a estruturação de binários, o qual apresentou um bom resultado, porém a sua ampliação já se apresenta limitada.

Com o passar do tempo e com o adensamento dessas áreas, e ainda, devido à verticalização extrema de algumas delas, o sistema viário projetado e ou previsto para estes locais, passaram a não serem suficientes para atender a demanda de fluxo gerado e atraído para estas regiões.

Diante do contexto de planejamento urbano proposto para Passo Fundo, não foi possível a expansão ou criação de novos eixos viários importantes. A ultima alternativa possível e efetivada na área de maior adensamento urbano foi a retirada dos trilhos da Av. Sete de Setembro. Fora esta grande intervenção, foram realizadas apenas conexões ou extensões de vias existentes, as quais indiscutivelmente apresentaram melhorias para a mobilidade da cidade, porém são ações que já se apresentam saturadas ou com pouco tempo de vida útil.

2.6.2. SISTEMA VIÁRIO

2.6.2.1. FROTA DE VEÍCULOS

Dentro do processo de diagnóstico da Mobilidade da cidade, é imprescindível analisar o crescimento histórico da frota de veículos no Município. Porém, não existem dados suficientes para avaliar a relação entre as taxas de crescimento da frota em números gerais, com as intervenções viárias realizadas ao longo do mesmo período.

Neste diagnóstico, foi considerado o cenário dos últimos 10 anos para avaliar a evolução do crescimento da frota de veículos no Município de Passo Fundo. Os dados considerados foram coletados da base do DETRAN/RS, e são relativos apenas aos veículos registrados no município, excluindo a frota de veículos de municípios da região que circulam diariamente na cidade. Segundo levantamento da Secretaria de Segurança, a frota flutuante de veículos oriunda de outros municípios aproxima-se dos 20 mil veículos/dia, sendo que grande parte deste número está relacionado diretamente com os serviços de saúde, educação e comércio oferecidos em Passo Fundo. O fluxo é composto por veículos particulares, ônibus de transporte universitário, ambulâncias e vans. A seguir, está demonstrado na figura 2.6.2, o gráfico da evolução do crescimento da frota dos veículos registrados em Passo Fundo, ao longo do período considerado:

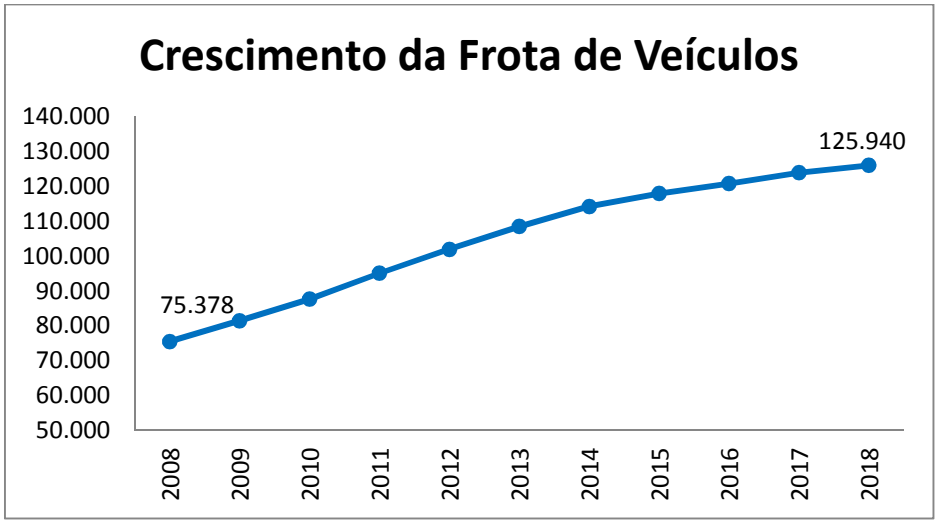


Figura 2.6.3 – Crescimento da Frota de Veículos registrados em Passo Fundo
Fonte: DETRAN/RS

Observa-se um crescimento de 67,08% da frota de veículos no período de 10 anos, o que representa um aumento significativo no número efetivo de veículos circulando nas ruas. Em relação ao acréscimo de veículos por ano, podemos avaliar na figura 2.6.4, que no período entre 2010 e 2013 foram registrados os maiores números.

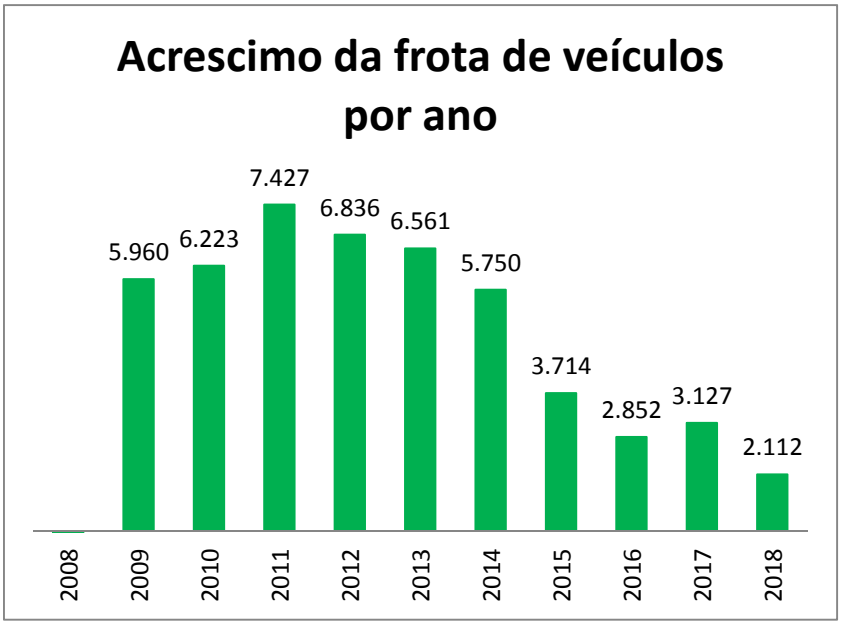


Figura 2.6.4 – Acréscimo de veículos por ano em Passo Fundo
Fonte: DETRAN/RS

O período que apresentou os maiores acréscimos na frota coincide com o período de implantação do Anel Viário Central, o qual se iniciou em 2010 e foi concluído em 2015. Na figura 2.6.5, está demonstrado o crescimento da população também sem considerar os números de pessoas que transitam pelo Município de forma temporária.

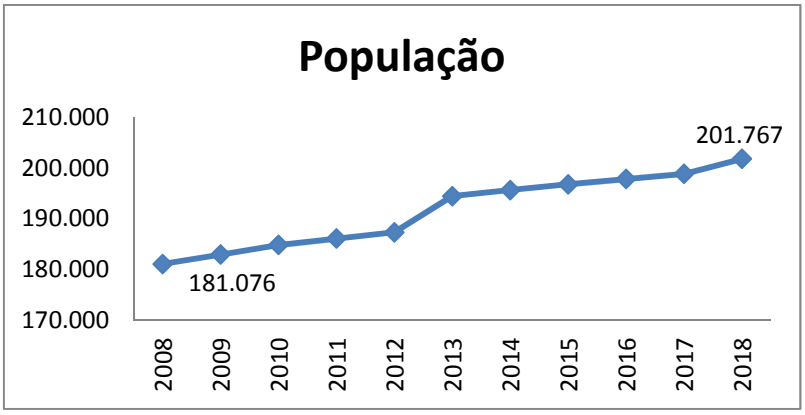


Figura 2.6.5 – Crescimento da população no período de 10 anos
Fonte: IBGE

No comparativo dos índices de crescimento, observa-se que a população cresceu 11,43% no mesmo período em que a frota de veículos cresceu 67,08%. Percentualmente, o crescimento da frota de veículos foi 5,8 vezes maior do que o da população no mesmo período, o que justifica a saturação da infraestrutura viária da cidade sentida de forma mais evidente nos últimos anos.

Na figura 2.6.6, o gráfico comparativo demonstra que a relação entre as taxas de crescimento não estão relacionadas diretamente. O crescimento populacional segue uma tendência dentro do padrão nacional, com taxas que apresentam pequenas variações dentro do cenário considerado, havendo uma discrepância apenas no ano de 2013, sem motivo aparente. Já as taxas de crescimento da frota de veículos, apresentaram altos índices no período entre os anos de 2009 até 2014, estando diretamente relacionadas com os incentivos econômicos do país e independente das taxas de crescimento da população.

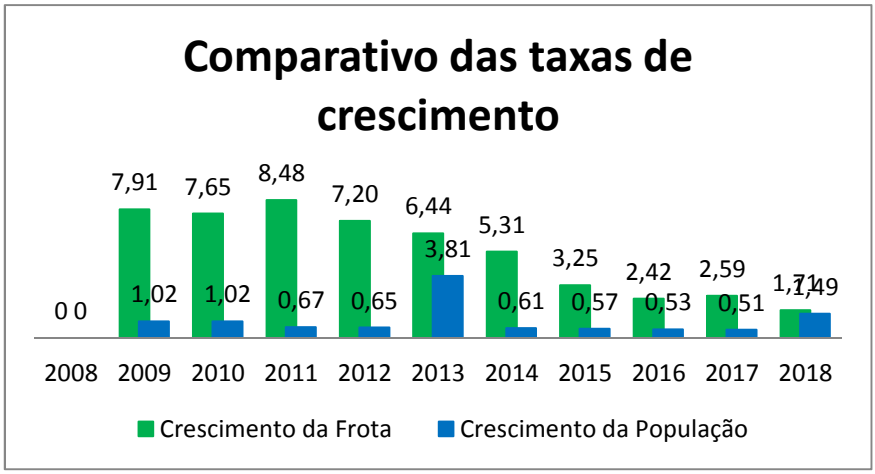


Figura 2.6.6 – Comparativo do percentual das taxas de crescimento
Fonte: DETRAN/RS e IBGE.

Em complementação às informações sobre o crescimento da frota, é importante avaliar a tipologia dessa frota, suas características e a divisão modal. Durante a elaboração do Plano Diretor de Mobilidade, foram realizadas entrevistas de origem e destino nas ruas, distribuídas espacialmente na cidade de acordo com o zoneamento de tráfego pré-definido, procurando identificar o perfil de mobilidade dos entrevistados, com o intuito de formar um estudo sobre a divisão modal do tráfego. Por meio desta pesquisa simplificada foi determinado o índice de Mobilidade do Município, que foi de 2,3 viagens/habitante/dia.

A divisão modal fornece a participação relativa de cada modo de transporte no total de viagens da cidade, ou em outros termos, a distribuição entre os modos de transporte conforme mostra a tabela 2.6.1:

Modo			Modo Agregado			Motorizadas	
	Viagens	%	Modo Agregado	Viagens	%	Viagens	%
Ônibus Municipal	90.199	22,1%	Coletivo	93.330	22,9%	93.330	29,4%
Ônibus Executivo	3.131	0,8%					
Auto (condutor)	160.468	39,3%	Individual	223.623	54,8%	223.623	70,6%
Auto (passageiro)	39.607	9,7%					
Táxi	488	0,1%					
Motocicleta	23.060	5,6%					
Bicicleta	1.456	0,4%	Não Motorizado	90.801	22,2%		
A pé	89.345	21,9%					
Outros	483	0,1%	Outros	483	0,1%		
Não informou	134	0,0%	Não informou	134	0,0%		
Total	**408.371**	**100,0%**	**Total**	**408.371**	**100,0%**	**316.953**	**100,0%**

Tabela 2.6.1 – Divisão modal das viagens do Município de Passo Fundo
Fonte: Plano Diretor de Mobilidade de Passo Fundo

Verificamos nas informações acima que, 22,9% das viagens são realizadas por modo coletivo, 22,2 % pelo modo não motorizado e 54,8% pelo modo individual. Importante observar que o modo não motorizado, apenas 0,4% é realizado por bicicleta e 21,9% por transporte a pé. Esta informação nos indica que existe um grande potencial para o crescimento do transporte cicloviário e a alta demanda instalada pelo transporte a pé.

Em números gerais, aplicando-se as proporções de crescimento da população no período de 2010-2030 em todas as zonas de tráfego, foram estimados os novos volumes de viagens e chegou-se a um crescimento de 12% do número de viagens realizadas atualmente.

Em uma avaliação conclusiva sobre o crescimento da frota e sua tipologia, basta verificar que em 2008, Passo Fundo possuía 2,4 pessoas por veículo. Atualmente a cidade possui 1,6 pessoa por veículo, números estes sem considerar a população e a frota transitórios. Conforme o DETRAN/RS, o estado do Rio Grande do Sul possui uma média de 1,8 pessoa por veículo, ou seja, Passo Fundo possui uma relação pessoa/veículo inferior à média do estado do Rio Grande do Sul. Isto significa que possuímos mais automóveis para cada cidadão que vive na nossa cidade em relação à média estadual, número este que torna, juntamente com outros fatores, ainda maiores os desafios para implantarmos uma mobilidade efetivamente sustentável em Passo Fundo.

Conforme a projeção do IBGE existe a tendência de diminuição nas taxas de crescimento populacional em Passo Fundo para os próximos anos, inclusive com taxas negativas a partir de 2030, o que diminuirá a relação entre o número de pessoas e o número de veículos. Essa projeção é preocupante se avaliarmos que a cidade possui limitações para o aumento da infraestrutura viária diante da projeção do aumento das viagens, principalmente nas áreas centrais, o que pode acarretar em uma saturação irreversível do sistema, caso não sejam adotadas as diretrizes que visem à migração gradativa do modal prioritário de hoje, para uma mobilidade mais sustentável.

2.6.2.2. MALHA VIÁRIA

A configuração atual da malha viária é resultado direto da evolução histórica de formação da cidade, considerando todos os aspectos socioeconômicos de desenvolvimento. Desde o local onde a cidade teve seu início, que foi no entorno da antiga ferrovia, até a evolução das atividades econômicas que fomentaram o desenvolvimento da cidade ao longo de toda a sua história, tiveram influencia direta na figura do sistema viário que encontramos hoje.

As questões ambientais, características e específicas na nossa cidade também são fatores de forte influencia na formatação do sistema viário. Além da topografia, a presença massiva de córregos, rios, riachos e maciços verdes na nossa cidade acabaram limitando e inviabilizando financeiramente algumas ampliações e conexões para a configuração de uma malha viária mais regular e que hoje, em um cenário de saturação, fazem falta no auxílio à criação de novas rotas de tráfego.

Trazendo a análise para os dias atuais e devido à característica de forte verticalização da nossa cidade, aliado a configuração histórica do sistema viário consolidado, a tendência de deslocamento do trânsito que se origina ou se destina aos bairros, acaba se direcionando basicamente para as avenidas Brasil e Presidente Vargas. Diversos bairros apresentam barreiras naturais pertinentes às condições ambientais existentes, isto acaba possibilitando apenas deslocamentos curtos dentro dos bairros.

O atual PDDI, apresenta as previsões de diretrizes viárias como alternativas para as ampliações, como visto na figura 2.6.7, mapa 2.6.2, do Caderno de Mapas, porém estas diretrizes devem ser revisadas para que se determine quais destas diretrizes ainda se mantem viáveis quanto aos aspectos sociais, econômicos, ambientais e técnicos.

Figura 2.6.7 – Mapa 03 – Sistema Viário
Fonte: Plano Diretor Vigente

Somado a isto, em muitos casos existe apenas uma via disponível para realizar a conexão entre o bairro e as principais vias de ligação, sendo estas às quais permitem o deslocamento mais longo entre diferentes regiões. Devido a isto, o deslocamento direto entre os bairros lindeiros não é possível e este “nó” viário acaba levando o condutor de forma instintiva em direção às avenidas principais, para a partir delas se direcionarem ao destino desejado. Esta situação pode ser verificada na figura 2.6.8, ver mapa 2.6.3, do Caderno de Mapas.

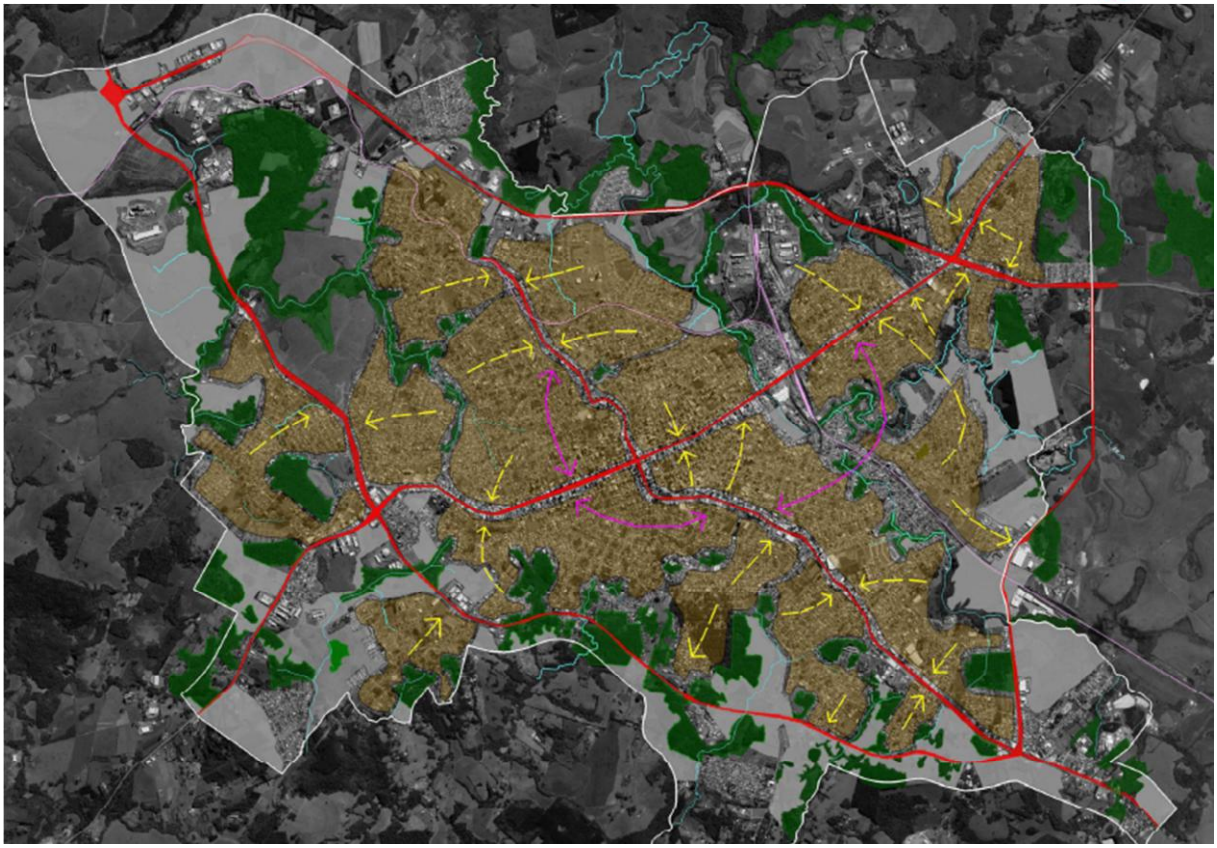


Figura 2.6.8 – Tendências de Deslocamento
Fonte: Seplan

Observando a configuração da malha viária na região sudeste da cidade, a Av. Presidente Vargas se demonstra como uma barreira viária e exemplifica o caso descrito no parágrafo acima. Ao longo do trajeto do seu trajeto, existem 35 pontos de vias que “chegam” na avenida, mas não transpõem a mesma. Esta característica faz com que todo o fluxo de veículos oriundos das regiões leste e sul, acabem canalizados na Avenida Presidente Vargas.

Por isso, o projeto do Anel Viário Central tentou estruturar novas alternativas de conexão entre os principais bairros, porém em vias minimamente estruturadas. Com um sistema viário em grande parte ortogonal, a implantação dos binários nos módulos I, II, III e V organizou melhor a circulação veicular, aumentou a segurança nos cruzamentos, que passaram a permitir um número menor de movimentos, e ainda melhorou a fluidez. O módulo IV, que contempla a ligação entre o Boqueirão e o Bairro São Cristóvão, passando pelo Bosque Lucas Araújo, não foi executado por questões ambientais.

Considerando as projeções de crescimento do número de viagens e crescimento populacional no horizonte de 2030, a figura 2.6.9 mostra a sobreposição dos carregamentos previstos na malha viária.

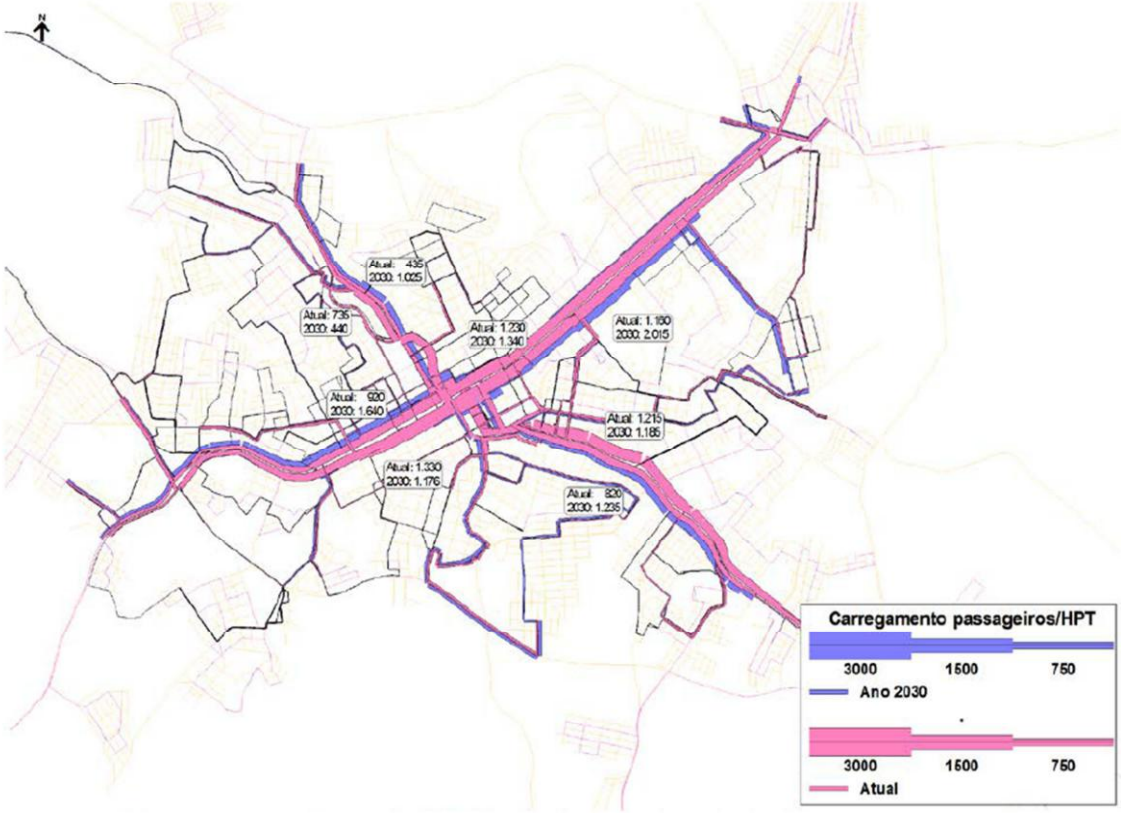


Figura 2.6.9 – Sobreposição do carregamento atual do sistema viário e a projeção para o ano de 2030
Fonte: Plano Diretor de Mobilidade de Passo Fundo

Observa-se que haverá um incremento do número de passageiros na hora do pico da tarde, quando os movimentos são mais intensos no sentido centro-bairro.

Em regiões mais especificas, onde as barreiras viárias e os vazios urbanos são mais significativos, o condutor acaba utilizando as vias perimetrais para se deslocar o que acarreta em outro problema de mobilidade, que é o conflito entre o fluxo rodoviário e o fluxo urbano. Esses conflitos não se apresentam em toda a extensão das perimetrais, nem da mesma forma. Em algumas ocupações, as casas estão localizadas perigosamente próximas da pista e há trechos em que a rodovia é a única opção de ligação entre os bairros, obrigando pedestres e ciclistas a circular pelo acostamento, expostos a acidentes. Em outros pontos, observa-se uma evidente inadequação dos trevos de acesso e de transposição das rodovias, com travessias em nível inseguras.

Além da segurança, os principais trevos já se encontram subdimensionados para o volume de tráfego que recebem, causando congestionamentos nos horários de maior movimento. O sucesso da experiência da construção das Perimetrais inspira uma reinvindicação que este processo se repita, com a implantação de um novo traçado para a RS 324 (Figura 2.6.10).

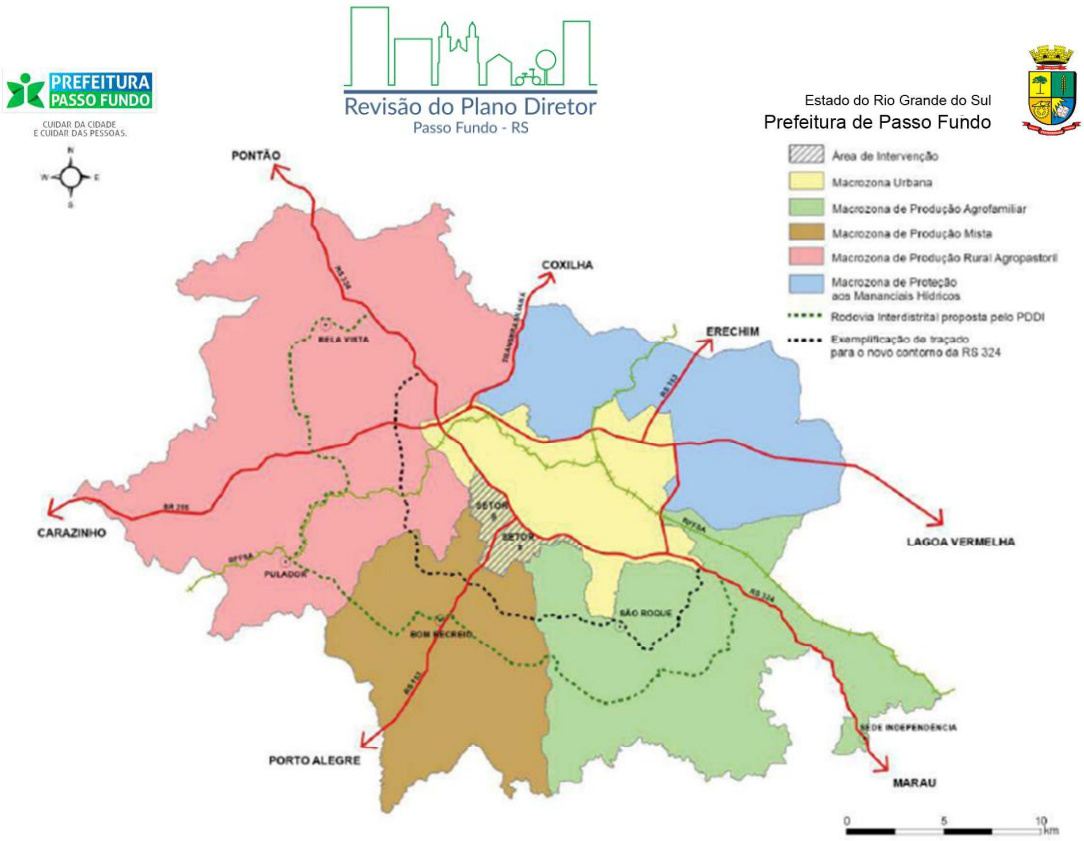


Figura 2.6.10 – Indicação do novo traçado da Perimetral Sul (RS 324)
Fonte: Plano Diretor de Mobilidade de Passo Fundo

O Plano Urbanístico Local (PUL) – elaborou o plano urbanístico para o desenvolvimento dos Setores 8 e 9, localizados fora das Perimetrais. Entre suas propostas está a urbanização dos dois trechos das rodovias RS 324 e RS 153, que hoje isolam estes setores do restante do município; e de alteração do traçado da Perimetral Sul, desviando o tráfego pesado de veículos da área urbana. Com isso, a criação de novas alternativas de conexões com estas características acabam necessitando altos investimentos para viabilizar esta diretriz.

Outra questão recorrente, tratando-se das vias no perímetro urbano, em muitas vezes, ocorrem os bloqueios ocasionados por edificações impedindo a ampliação e ou conexões das vias. Edificações estas que na sua maioria são resultado de construções irregulares, as quais ocupam áreas públicas e privadas, gerando um transtorno jurídico e acima de tudo, econômico e social para o Município.

Sendo assim, há a necessidade de intensificar a fiscalização e criar uma politica de ocupação das áreas destinadas à abertura de ruas por parte do poder público, a fim de garantir a manutenção das diretrizes previstas no planejamento. Na sua totalidade as ocupações destes locais se verificam em regiões onde até pouco tempo atrás, a mobilidade era feita na sua maioria por transporte coletivo. Com o crescimento exacerbado da frota de veículos particulares, a percepção da necessidade de ampliação do sistema viário nos bairros é cada vez mais visível. A complacência do Poder Público diante da ocupação de áreas públicas destinadas a continuação e ou abertura de ruas durante um longo período, gera neste momento, um imbróglio jurídico desgastante e de demorada solução, o que acaba inviabilizando as ampliações do sistema viário e consequentemente, sobrecarregando a malha viária existente.

Nas áreas mais adensadas, a tentativa na melhoria do fluxo e aumento da segurança se restringe em ações pontuais. A implantação de sentido único tem apresentado excelentes resultados quanto a estes quesitos, porém não é possível ser utilizado em qualquer região, muitas vezes devido à falta de alternativa de uma via semelhante para a configuração do binário.

Diante da escassez de vias adequadas para a implantação de deslocamentos longos e contínuos entre bairros, é necessário criar ferramentas jurídicas que possam garantir a formatação de ligações viárias dentro de áreas que ainda não foram objeto de algum tipo de intervenção. Devido ao fato de as áreas remanescentes disponíveis para implantação de novas vias estarem localizadas na sua maioria nas bordas da cidade, e ainda, diante do dinamismo do setor imobiliário, se torna ineficiente estabelecer de forma definitiva, qual tipo de necessidade viária será necessária para determinada região, antes de esta receber algum tipo de intervenção.

Por isso é importante garantir que as diretrizes viárias, sejam atendidas em algum momento da evolução da cidade, seja através de estruturação realizada pelo Poder Público ou através do setor Privado, por meio de medidas mitigatórias/compensatórias.

Restam poucas alternativas e poucas ações possíveis para a melhoria do trânsito nos locais onde o sistema viário, assim como, a urbanização encontram-se totalmente estruturados o que acontece na grande maioria das regiões da cidade. Na sua maioria, as alternativas restantes acabam por impactar de forma significativa sobre a população residente e do comercio local.

A dinâmica do crescimento urbano exige constantes ajustes localizados nas condições de circulação. Normalmente a necessidade dessas mudanças são percebidas e desenvolvidas a partir da operação cotidiana do trânsito ou da análise de indicadores operacionais, principalmente de segurança.

Em muitos casos, a própria população que reclama da situação crítica, não aceita as imposições e consequências das ações necessárias para a melhoria do trânsito, devido ao fato destas serem normalmente extremas neste cenário. Um somatório de fatores faz com que haja uma dificuldade muito grande na implantação de mudanças que visem a alteração de conceitos, por isto, a necessidade de indicação de diretrizes viárias específicas no zoneamento do PDDI.

Outro fator importante a se considerar, é que não há em Passo Fundo, um “Plano de Orientação de Tráfego”, através de placas de orientação por “pórticos” e “semipórticos”. Um dos objetivos do projeto do Anel Viário Central é o desvio do tráfego de passagem pela área central, das viagens que não se destinam àquela região. Sem um adequado plano de orientação, com definições de marcos referenciais sinalizados e hierarquizados, com indicação de rotas para acessá-los, os motoristas, principalmente os não residentes na Cidade não utilizarão os novos caminhos.

O perfil viário proposto no atual PDDI necessita de adaptações, diante da mudança do cenário do trânsito nos bairros e também nas áreas centrais. Até o final de década de 90, o deslocamento prioritário realizado entre os bairros e os locais de maior atratividade, era realizado basicamente por transporte coletivo urbano. À medida que os incentivos para aquisição de veículos particulares foram evoluindo a partir dos anos 2000, o cidadão que antes utilizava o transporte coletivo para realizar este movimento, passou a utilizar veículo particular, seja automóvel ou motocicleta.

Com isto, passou a ocorrer uma maior pressão sobre o sistema viário em áreas mais afastadas do centro, a ponto de em muitos locais, o sistema viário local não suportar mais o trânsito aplicado. Este fato levou ao poder público, um aumento da demanda de investimentos na infraestrutura viária dos bairros, diante do aumento do número de acidentes e conflitos gerados pelo aumento de fluxo. O fator que contribuiu fortemente para este cenário é o aumento do número de viagens realizadas durante o dia entre os bairros e os centros de maior atratividade. A aquisição de veículos particulares, aliado ao pequeno tempo necessário para realização do deslocamento entre os locais de destino estimula o morador do bairro a realizar mais viagens durante o dia.

Formado este cenário, o perfil viário atual previsto no PDDI já não atende a demanda, necessitando assim, a revisão dos gabaritos definidos para cada tipo de perfil viário.

Por restarem poucas áreas para serem estruturadas e estas estarem localizadas nas bordas da área urbana, na sua maioria, a aplicação de gabaritos de perfil viário condizentes com o fluxo atual, não irão impactar de forma positiva ou significativa nos locais onde a mobilidade já se encontra reduzida devido ao trânsito intenso. Porém, se faz necessária que esta diretriz seja revista.

As limitações das regiões, altamente consolidadas impedem, muitas vezes, o atendimento das dimensões ideais para a via e passeios que atendam o fluxo atual. Diante deste cenário, é importante considerar para estes locais de saturação viária, seja necessário o atendimento, de alguma forma, do perfil viário proposto. Portanto, deve-se caracterizar o uso da via conforme o zoneamento e a partir disto, priorizar intervenções que visem atender a demanda que se deseja priorizar. O atendimento da demanda escolhida como prioritária, pode ocorrer através de diferentes meios, seja pela retirada das vagas de estacionamentos para criação de nova pista de rolamento ou para o alargamento de passeios; seja a retirada das vagas para a criação de faixas preferenciais para ônibus. Estas diretrizes devem estar diretamente relacionadas com as diretrizes a serem propostas para incentivos e direcionamentos de desenvolvimento previstos para cada zoneamento do PDDI.

2.6.2.3. VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM VIA PÚBLICA

Avaliando o cenário atual, fica evidente a necessidade de ações para ampliação da Área Azul e a melhoria na fiscalização da utilização do sistema rotativo. Porém, o aumento constante na demanda por estacionamento devido à grande disponibilidade de serviços na área central, faz com que esta ação não tenha efeitos positivos consideráveis se não for acompanhada de uma política de incentivo a não utilização de veículos particulares nas regiões de maior densidade.

Uma das ferramentas disponíveis para auxiliar nesta política e que pode ser indicada no PDDI, é a aplicação de tarifas diferenciadas de acordo com cada zoneamento definido no plano. Tarifas com valores mais elevados ou ainda, com menores tempos de utilização podem ser previstos nas áreas de maiores demandas por estacionamento, a fim de promover maior rotatividade ou desestimular a parada de veículos nas regiões mais carregadas.

Ainda, diante da impossibilidade de alargamento das vias na área central, é necessário considerar como alternativa viável quanto aos benefícios para o fluxo e por apresentar baixo custo de implantação, a retirada das áreas de estacionamentos ao longo de trechos mais extensos, a fim de criar mais uma faixa de rolamento em vias que apresentam saturação de sua capacidade. Para tanto, é necessário realizar uma análise de prioridades, levando em consideração o tipo de via, o papel que a via exerce no sistema viário, o tipo de transito que a via recebe, a região da cidade que a mesma atende, as suas características geométricas e o seu papel econômico e social. Muitas vezes, a falta de alternativas exige que apenas um fator de desenvolvimento seja priorizado, que no caso aqui descrito, seria o fluxo de veículos para que as demais atividades existentes sejam beneficiadas pela melhoria.

É possível avaliar o benefício para a população em geral, quando da criação de mais uma faixa de rolamento em substituição de uma faixa de trânsito estática, onde muitas vezes os mesmos veículos ficam estacionados durante longos períodos. Porém, é corriqueiro que a retirada de vagas de estacionamentos, mesmo as menos significativas, cause o descontentamento das pessoas atingidas. Cabe ao poder público resolver os problemas de trânsito, os quais são dinâmicos e muitas vezes imprevisíveis diante da grande diversidade e velocidade de evolução da cidade. Em contrapartida, cabe ao empreendedor prever as

necessidades do seu comercio e adaptações necessárias para suprir as consequências que o desenvolvimento acarreta sobre o sistema viário consolidado.

Sendo assim, é importante a determinação na fase propositiva, as vias que poderão sofrer este tipo de intervenção, com eliminação de estacionamentos de um lado ou dos dois lados da via, quando a capacidade de fluxo da mesma atingir ou extrapolar os níveis máximos aceitáveis. Esta medida pode ser compensada, após análise ampla do cenário imposto, através do incentivo para a construção de vagas de estacionamentos em áreas particulares.

2.6.2.4. VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM OBRAS PARTICULARES

Com relação às vagas de estacionamento, no II PDDU a obrigatoriedade de vagas de estacionamento era vinculada ao uso residencial multifamiliar. Já no PDDI é exigida a construção de garagens ou a reserva de áreas para estacionamento para diferentes usos, conforme previsto no artigo 117 da LC nº 170/06, abrangendo atividades residenciais, comerciais e serviços. O dimensionamento da quantidade de vagas varia conforme o uso, entretanto a legislação não especifica regramentos distintos para situações de obra nova, reforma com ampliação ou alteração de uso da edificação em pedidos de alvará.

Existem situações vinculadas a pedidos de alvará de funcionamento para uso comercial ou serviços, como padaria, academia, lojas comerciais, em que são previstas pequenas reformas em edificações existentes e regulares que ocupam 100% do terreno ou em salas comerciais já existentes em que a implantação de vaga de estacionamento no terreno fica inviabilizada. Ainda, há casos em que o uso pretendido, como por exemplo, escola de educação infantil a ser instalada em edificação existente, requer áreas de recreação, pátios livres, solários, entre outros espaços, que em um lote padrão, pode ocasionar dificuldades no atendimento da quantidade de vagas de estacionamento exigidas no interior do lote.

A quantidade de vagas para cada uso deve ser revista na etapa propositiva, assim como a denominação dos usos e atividades e seus grupamentos. Existem usos em que os parâmetros estão muito exigentes para algumas atividades, tais como serviços bancários em que são exigidos uma vaga a cada 25 m² de área construída e usos em que não há previsão de quantidade de vagas como o uso Habitação de Interesse Social.

Outro aspecto importante de ser revisado no atual PDDI por ter forte impacto na circulação de veículos e pedestres, principalmente na área central e nas avenidas, é tratado no Capítulo VI – artigo 108 e fala sobre a aprovação de vagas de estacionamento sobre o recuo frontal. O estacionamento “obliquo” sobre o recuo frontal, tem ocasionado conflitos entre veículo x veículo e também entre veículo x pedestre no momento da manobra de entrada e saída do estacionamento, devido à necessidade de transpor o passeio público para acesso ao local.

Outro fato significativo e relacionado a este tema é o não cumprimento do estabelecido na lei, quanto à permissão de rebaixar no máximo 50% da testada para estacionamento sobre o recuo, ocasionando impacto sobre a disponibilidade do estacionamento ao longo da via pública. Mesmo estando estabelecido na lei que o estacionamento sobre o recuo seja público, é constatado na prática que ocorre uma incorporação, por parte do empreendedor, sobre a área destinada ao estacionamento no recuo como privada. O descontrole do uso destes locais, neste sentido, acaba formalizando um uso inadequado e desordenado dos estacionamentos e consequentemente do passeio. Rotineiramente, veículos são flagrados estacionados sobre o passeio quando da existência dos rebaixos irregulares, gerando perigo aos pedestres e também prejudicando o fluxo de veículos na via. De qualquer forma, é constatado que esta diretriz merece atenção na revisão do PDDI, para adequação da situação atual, que definitivamente não está

gerando uma situação adequada, prevista no momento da elaboração da lei, que seria aumentar a disponibilidade de vagas nas áreas deficitárias.

2.6.2.5. TRANSPORTE DE CARGAS PESADAS

Devido à característica das nossas Avenidas principais e por concentrarem um grande número de serviços, principalmente na área de maior densidade, acaba ocorrendo o trânsito de veículos pesados ao longo dessas avenidas.

Esta prática acaba gerando um transtorno no trânsito, visto que os veículos pesados criam conflitos por trafegarem em velocidades mais baixas, por serem limitados quanto às manobras e ainda, necessitarem de espaços específicos para realizar carga e descarga, impactando também na disponibilidade de vagas de estacionamento de forma significativa.

Por esta razão, é possível determinar através do zoneamento a ser estabelecido no PDDI, o tipo de veículo permitido para circular em cada área, o horário adequado para trafegar, carregar e descarregar, e ainda, quais as vias que podem receber este tipo de trânsito.

Cabe ao Plano Diretor, determinar uma poligonal, a qual se julgue adequada para receber este trânsito, sem prejudicar o desenvolvimento da cidade mesmo que isto necessite a adequação do setor empresarial.

A determinação da poligonal e das rotas para tráfego pesado devem ser propostos no mapa e descritos no PDDI, em consonância com o Plano Diretor de Mobilidade. Com estas rotas estabelecidas de forma oficial, se torna viável a implantação de sinalização ostensiva de indicação de rotas e implantação do sistema eletrônico de fiscalização, essencial para o cumprimento do estabelecido no PDDI.

Esta ferramenta baseia de forma importante, a análise dos relatórios de impacto quanto às limitações e regramento de usos a se instalarem nas regiões de grande fluxo de veículos. Sendo assim, os relatórios de impacto passam a ter papel fundamental para implantação efetivo do bloqueio e regramento do funcionamento dos novos empreendimentos que venham a se instalar dentro da área determinada, quanto da logística de abastecimento e escoamento de produtos.

Outra razão da incidência do fluxo de veículos pesados na Av. Brasil, por exemplo, é a falta de sinalização nos trevos de acesso da cidade, o que faz com que aconteça de forma corriqueira o trânsito de caminhões de grande porte que estão de passagem pela cidade, ao longo da avenida. Outro fator que contribui para este tipo de movimento é o alto conflito nas perimetrais do trânsito rodoviário com o trânsito urbano, principalmente nos trevos de acessos aos bairros, o que estimula o condutor do caminhão a trafegar pela Avenida Brasil por ser este o trajeto mais curto entre os trevos.

O tráfego deste tipo de veículos pelas nossas avenidas acaba gerando uma diminuição significativa na vida útil do pavimento asfáltico e da sinalização horizontal, elevando em demasia os custos de manutenção.

Uma diretriz indicada para evitar este movimento é a urbanização do trajeto das perimetrais, com a criação das ruas marginais, interligando os trevos de acesso aos bairros, em consonância com a estruturação dos trevos, a fim de aumentar a segurança nos pontos de transposição da rodovia. Esta diretriz pode estar indicada no PDDI, a fim de garantir a implantação destes dispositivos, à medida que a urbanização for acontecendo ao longo das perimetrais.

Sob outro viés quanto à limitação de veículos pesados nas vias centrais da cidade, o PDDI pode contribuir em um processo de longo prazo, através do incentivo da instalação de depósitos e plataformas logísticas

ao longo das rodovias e perimetrais que circundam a cidade. Este movimento é sentido, ainda que de forma tímida, no trecho urbano da BR 285, onde já estão instalados empreendimentos desse tipo. Com a existência de depósitos e plataformas localizadas na borda da cidade, é possível limitar o deslocamento de veículos de grande porte até estes locais, podendo realizar o abastecimento do centro da cidade ou escoamento dele, através de veículos de menor porte, porém em um número mais assíduo de viagens.

Outro ponto crítico, quanto aos deslocamentos de veículos pesados acontece no entorno da linha férrea e distrito industrial localizado no Bairro Petrópolis. A existência de empresas instaladas na área de domínio da ferrovia, que são abastecidas pela mesma, gera um grande número de viagens de veículos pesados na Avenida Brasil. A topografia do local, aliado com o bloqueio causado pela própria ferrovia e inexistência de vias de ligação com a BR 285 no sentido Norte, faz com que o fluxo se concentre na avenida. A infraestrutura inadequada do trevo de acesso da BR 285 ao distrito industrial, não atende de forma adequada à necessidade e quantidade de acessos. O local é inseguro e não suporta a manobra e o fluxo de veículos de grande porte, o que faz com que os condutores se dirijam para a Avenida Brasil em direção ao trevo principal da rodovia, o qual também já se encontra saturado quanto sua capacidade de fluxo.

Sob o aspecto geral, é importante determinar ferramentas eficientes que limitem a circulação de veículos pesados em vias que não suportam o carregamento deste tipo de fluxo. Diante do crescimento e da evolução da cidade, limitar o acesso de veículos pesados é um paradoxo a ser contornado, a fim de aliviar a infraestrutura viária da cidade, mas sem prejudicar o desenvolvimento econômico. O alivio no trânsito através da eliminação de veículos de grande porte, com o tempo trará benefícios para a cidade, inclusive econômicos, pelo melhor funcionamento do sistema e consequente maior atratividade de novas atividades.

2.6.3. TRANSPORTE COLETIVO

A falta de atratividade do transporte coletivo no cenário nacional torna um desafio para o setor público no que diz respeito às ações a serem tomadas, bem como, os investimentos necessários para as melhorias no sistema. Quando analisados os números do transporte coletivo de uma maneira geral, observa-se a diminuição do número de passageiros transportados, em um sistema que necessita percorrer distâncias cada vez maiores, devido ao desenvolvimento das cidades, diante do crescimento dos custos dos insumos e da manutenção. Essa diminuição do numero de usuários, somada a exigência de melhorar a qualidade do serviço e o alto índice de isenções na tarifa, faz com que o aumento do custo do sistema seja repassado ao usuário de forma sistemática, o que torna o transporte coletivo cada vez menos atrativo.

O panorama atual do sistema de transporte coletivo da nossa cidade apresenta um cenário onde a operação de linhas é realizada por três diferentes empresas, duas privadas e uma pública, faz com que a gerencia seja de difícil administração. As empresas operam com distintas fatias do mercado, onde fica destorcida a realidade do funcionamento do sistema, quando do levantamento dos custos, do atendimento ao usuário e número de passageiros transportados, ficando difícil determinar a real eficiência do transporte coletivo da cidade.

Porém, de uma maneira geral, as linhas de transporte coletivo apresentam uma boa cobertura de atendimento nos bairros da cidade, como é possível verificar na figura 2.6.11, mapa 2.6.4, do Caderno de Mapas. Em contrapartida, a disponibilidade e assiduidade dos ônibus é o fator de maior reclamação nas audiências públicas realizadas sobre o tema.

Figura 2.6.11 – Linhas de Transporte Coletivo
Fonte: Seplan

Atualmente, um dos maiores impactos sobre a Avenida Brasil é justamente o número de linhas de ônibus que circulam pelo mesmo trecho e concentrados no mesmo intervalo de tempo. Este tema foi debatido e foram apresentadas as respectivas diretrizes na elaboração do Plano de Mobilidade. A necessidade do redimensionamento e alteração dos itinerários das linhas é uma ação que pode trazer ganhos significativos na diminuição das distancias percorridas e consequente diminuição no tempo de viagem. A nova licitação do transporte coletivo, apesar de não contemplar todas as diretrizes do Plano de Mobilidade, apresenta propostas para melhorias no sistema de transporte coletivo da cidade.

Quando relacionamos o transporte coletivo com o PDDI, é necessário prever as adaptações no sistema viário de acordo com o zoneamento do Plano Diretor, visando priorização do fluxo de ônibus como meio de transporte principal. A politica de estruturação do transporte coletivo, para que apresente uma melhoria significativa deve ser prevista dentro das especificações de cada zoneamento, bem como ser tomada como ação de governo. A partir desta premissa, fica estabelecido um meio legal para a busca de recursos financeiros específicos para a implantação de projetos relacionados ao transporte coletivo, os quais estão descritos no Plano Diretor de Mobilidade. O embate político fica embasado tecnicamente, quando discutidas as mudanças, visto que a via ou a região em que ela atende fica indicada com características prioritárias para o transporte coletivo.

Isto é possível realizar, através da compatibilização das linhas de ônibus com a indicação dos eixos indutores a serem revisados e estabelecidos no PDDI. Desta forma, a aplicação de recursos se torna mais eficiente, visto que possibilita ao Poder Público, o direcionamento das solicitações de ações mitigatórias/compensatórias neste sentido, quando da aprovação e ou análise dos novos empreendimentos a se instalarem ao longo das vias com este perfil. As aplicações dos recursos captados também ficam vinculadas para aplicação nas vias indicadas como eixos principais para o transporte coletivo.

A estruturação de um sistema de transporte coletivo atrativo, ainda é uma alternativa com custos de implantação relativamente baratos, comparados com outros modais; acessível a todos os cidadãos e muito eficiente para diminuir os tempos de deslocamentos na cidade quando da sua plena implantação.

2.6.4. CICLOVIA

Segundo dados do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, na média das cidades brasileiras, cidades do porte de Passo Fundo, apresentam na divisão modal 5,65% de uso do transporte cicloviário nas viagens cotidianas. Em Passo Fundo, as pesquisas realizadas indicaram apenas 0,4% de utilização desse modo, indicando um grande potencial de melhor aproveitamento deste modo de transporte.

Além de uma demanda potencial crescente, a cidade tem outras características que podem facilitar a implantação de uma política de estímulo ao transporte cicloviário. Observada esta demanda e considerando que a Área Central, por ser mais disputada, possui mais conflitos a administrar e, portanto, precisa de uma maior infraestrutura que organize a hierarquia viária e garanta a segurança do ciclista e dos demais usuários. Legitimar a presença de ciclistas nas vias, de forma segura e estabelecer de forma gradativa, a bicicleta como alternativa de transporte para inseri-la, definitivamente, na cultura do trânsito de Passo Fundo, são diretrizes que vem sendo consideradas desde o início da elaboração do Plano Diretor de Mobilidade, ainda no ano de 2012.

Partindo do princípio da modernização do sistema de trânsito, através da gradativa implantação da intermodalidade, por meios de transportes mais sustentáveis, durante a elaboração do Plano Diretor de Mobilidade, a Prefeitura iniciou os estudos e o projeto para a implantação da primeira ciclovia da cidade. O trecho na Avenida Brasil, entre a Rua Teixeira Soares e a Rua Livramento, no Bairro Boqueirão, foi o primeiro trecho implantado e apresentou uma aceitação muito grande pela população. Diante da grande incorporação da ciclovia pela população, e ainda, sem qualquer registro de acidentes envolvendo ciclistas, foi realizada a ampliação do sistema através da ciclofaixa. Importante salientar que o projeto não limitou a circulação de veículos ao longo do trecho contemplado, sendo que apenas os cruzamentos das vias transversais à Avenida Brasil foram reorganizados, em modo de binário, ou seja, os mesmos foram sinalizados em sentido único e canalizados de forma mais organizada e segura.

A ocupação dos cruzamentos, anteriormente feita por áreas de estacionamentos oblíquos e ambulantes, foi substituída pela ciclovia e caminhódromo através da sinalização dos cruzamentos em mão única escalonados, com o intuito de aumentar a segurança para os usuários e melhorar o fluxo para os veículos.

Uma das diretrizes utilizadas, para aumentar de forma gradativa a presença de ciclistas, é a incorporação da ciclovia quando da reestruturação das áreas verdes da cidade, com o intuito de estimular as pessoas à utilizar este meio de transporte. Os projetos de revitalização do Parque da GARE, do Parque Linear do Sétimo Céu e do Parque Banhado da Vergueiro, contemplaram a ciclovia dentro dessas áreas, com o intuito de promover a possibilidade de utilização da bicicleta através do lazer. A interligação dos espaços verdes e da ciclovia do Boqueirão, por trajetos cicláveis, elencados pelo setor de Planejamento do município é a diretriz que vai garantir a continuidade e estruturação completa dos trajetos seguros para circulação de bicicletas.

Hoje, Passo Fundo possui uma malha cicloviária de aproximadamente 19 km, considerando trajetos dentro dos parques e nas avenidas. Este número vai aumentar consideravelmente, visto que possuem trechos em execução, como o trecho da Avenida Brasil no bairro Petrópolis. Outro fator que vai

contribuir para a expansão da malha cicloviária, de forma considerável, é a exigência de trechos de ciclovias nos novos loteamentos quando tecnicamente é viável.

Na figura 2.6.12, mapa 2.6.5, do Caderno de Mapas, é possível visualizar a malha cicloviária de Passo Fundo, considerando os trajetos já implantados, assim como, os trajetos em execução e também os trajetos em fase de projetos.

Figura 2.6.12 – Malha Cicloviária
Fonte: Seplan

Na figura 2.6.12 não estão demarcados os trajetos apresentados nos projetos de aprovação dos novos loteamentos, por estes não possuírem gestão de implantação por parte do Poder Público. Sendo assim, caberá à Prefeitura a fiscalização e exigência da implantação da ciclovia quando o empreendimento for executado. A partir disto, passa a ser papel da SEPLAN, estudar e viabilizar os meios para conectar diferentes trechos de ciclovias, com o intuito de formar uma grande rede de trechos cicláveis, através de ciclovias, ciclofaixas ou até mesmo por trechos compartilhados com pedestres e veículos.

Outro papel fundamental, ao estímulo do uso da bicicleta é a estruturação das BIKES compartilhadas e para-ciclos. O programa Vai de Bici, implantou ao longo de alguns trechos de ciclovia e até mesmo em locais onde a ciclovia ainda não está executada, as estações de bicicletas públicas e também de locais para estacionar as bicicletas de forma segura. A estruturação do sistema, não somente de trechos adequados para circular, é fundamental para que o meio de transporte seja incorporado aos poucos no trânsito da cidade. Outras ações complementares, como iluminação e sinalização de trechos onde se verifica presença importante de ciclistas, contribuem para o estímulo ao uso do transporte ativo.

A manutenção da política de estímulo ao uso da bicicleta, através da estruturação do sistema é primordial para que ao longo do tempo a perfeita interação entre os demais meios de transporte e a bicicleta se torne cada vez mais evidente. Este é sem dúvidas, um processo longo e gradativo, no qual necessitam de uma mudança de paradigmas no decorrer do trabalho, mas que ao final deste período de transição as mudanças

serão sentidas de forma significativa nas ruas. Devido à incapacidade do setor público de estruturar o sistema de transporte individual na mesma proporção que o crescimento da demanda instalada, a estruturação do sistema de transporte sustentável, minimamente irá criar uma alternativa ao transporte individual, o qual invariavelmente tende a sofrer cada vez mais com o aumento excessivo da frota.

2.6.5. CALÇADAS

O processo de priorização de outros meios de transporte nas áreas de grande adensamento, alta disponibilidade de serviços e com poucas opções de ampliação viária, deve ocorrer de forma gradativa, a fim de permitir que as pessoas percebam o benefício da urbanização prioritária para pedestres e veículos de transporte ativo nestas regiões. No cenário atual, as ações do poder público invariavelmente se destinam, na sua maioria, ao transporte de automóveis, o que acaba estimulando a utilização do mesmo.

Nas regiões centrais, de característica prioritariamente comercial e de serviços e que hoje apresentam elevados carregamentos de veículos, a ampliação das calçadas e canteiros centrais, criação de regiões de traffic calming, através da implantação de travessias elevadas para pedestres ou simplesmente através da adequação das calçadas existentes, são ferramentas importantes neste processo. A Rua Moron, no trecho entre a Rua Benjamin Constant e Av. Sete de Setembro, ou no entorno dos centros hospitalares, são claros exemplos de situações a serem consideradas. Gradativamente as ações a serem previstas no PDDI neste sentido, serão incorporadas pelas novas obras e novos empreendimentos, assim como, pela adequação dos estabelecimentos consolidados, a ponto de que ao longo do tempo ocorram as transformações dessas regiões, onde as pessoas possam circular a pé de forma adequada, rápida e segura.

Transformar as calçadas em locais de convívio permanente, com usos adequados, como a permissão de instalação de Parklets ou refúgios de convívio e, até mesmo, permitir a utilização do espaço público para exploração comercial, com o intuito de atrair as pessoas para regiões são ferramentas importantes no auxílio para a transformação de um local.

Áreas com grande circulação de pessoas a pé e com grande quantidade de serviços são locais adequados para a elevação dos cruzamentos sem a retirada dos semáforos, em um primeiro momento, a fim de imputar no hábito do condutor que estas regiões são de prioridade do fluxo de pedestres. À medida que o pedestre passa a ter maior facilidade de circulação, diante da melhor condição das calçadas, alta atratividade de atividades, prioridade nos cruzamentos e diante da baixa disponibilidade de vagas para estacionamento, vai se configurando um espaço de maior convívio e circulação de pessoas, proporcionando que o cidadão possa viver mais a cidade e não apenas usar sua infraestrutura.

Passo Fundo apresenta estrutura razoável de calçadas, principalmente na área central, mas que necessitam de melhorias, inclusão de acessibilidade universal e em alguns casos, o redimensionamento da sua capacidade. São encontradas algumas poucas descontinuidades de calçadas na área de maior comércio, mas também existem locais em que o passeio não existe. Exemplos disto são facilmente verificados na Av. Brasil na Petrópolis, onde a obra da Avenida Brasil está solucionando este problema, mas também é visto de forma importante na Avenida Presidente Vargas, no trecho entre o trevo da RS 324 e a Rua Itapetininga.

Outro fator importante a ser mencionado, é que o relevo da nossa cidade contribui de forma negativa, para que muitas rotas de calçadas não sejam acessíveis. A declividade excessiva em alguns locais faz com que haja a necessidade de aplicação de degraus para que viabilize os acessos de veículos e pessoas aos lotes. Muitas vezes, a ausência do recuo frontal da edificação em relação ao alinhamento do lote, impossibilita hoje, que estas edificações sofram adequações de acessibilidade em seus passeios. Desta forma, é preciso

estabelecer os trajetos passíveis de sofrerem intervenções neste sentido, a fim de formatar uma rota acessível de calçadas.

Como ferramenta de planejamento é importante determinar uma poligonal com estas características para a elaboração de projetos e captação de recursos, visando uma transformação completa da região escolhida. Este tipo de ação torna perceptível para a comunidade, a política de priorização adotada, e assim, ao longo do tempo visa alterar a cultura de utilização maçante de veículos particulares nas áreas mais deficitárias em capacidade viária.

Atualmente o PDDI e o código de obras, baseados nas normas pertinentes ao tema, baseiam as diretrizes das calçadas em novos empreendimentos, porém há a necessidade em evoluir na exigência quanto ao cumprimento da implantação adequada das calçadas. Tanto na fiscalização do que foi aprovado, quanto na manutenção e adequação das calçadas às normas de acessibilidade precisam ser revistos. No caso de novos loteamentos, é preciso avaliar a possibilidade de exigir do empreendedor a implantação imediata da infraestrutura mínima necessária para o atendimento das necessidades de acessibilidade, para que a acessibilidade completa não fique à mercê do tempo de desenvolvimento e ocupação da região.

Existem ferramentas de incentivo à melhoria das calçadas que podem ser avaliadas na fase propositiva, como por exemplo, um programa de redução do IPTU, dentro de um prazo estipulado, para os imóveis adaptarem as calçadas às especificações pertinentes. Em contrapartida, aquele proprietário que não realizar as melhorias necessárias, deverá ser punido através do instrumento legal a ser previsto.

2.6.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos altos índices de crescimento da frota de veículos não serem uma exclusividade de Passo Fundo, um somatório de fatores acaba influenciando nos impactos que este aumento considerável de veículos causa no trânsito das cidades. Cada cidade possui suas características e sofre estes impactos de maneiras diferentes, justamente por cada local possuir suas especificidades. No caso da nossa cidade, possuímos uma configuração da malha viária desfavorável ao grande fluxo de veículos devido à alta concentração nas nossas avenidas, ocasionado por barreiras físicas e ambientais existentes nos bairros.

Embora muitas ações de trânsito tenham sido desenvolvidas na cidade nos últimos anos, como por exemplo, a implantação do Anel Viário Central e a ampliação do conceito de binários, as melhorias desta natureza levam um período considerável para que sejam percebidas efetivamente.

Mesmo que o crescimento da frota de veículos seja muito maior que a capacidade do poder público em realizar as obras que comportem esta demanda, dentro de um mesmo período de análise, os números relacionados à segurança no trânsito apresentam uma melhoria significativa ao longo desse período. A partir do inicio da implantação das obras citadas acimas, além das ações pontuais realizadas periodicamente, o objetivo de melhorar a segurança nas vias da nossa cidade e preservar vidas tem caminhado para o rumo certo.

O histórico evolutivo de estruturação da cidade, relativo ao sistema viário foi claramente direcionado ao transporte individual, o que ao final deste longo período deixou consolidada a herança de um modal evidentemente em fase de saturação. Evidencia-se a falta de uma diretriz implícita no PDDI, que direcione a cidade para uma mudança de paradigmas relacionada ao trânsito da nossa cidade, prevendo a intermodalidade como fator prioritário. As ações hoje implantadas acabam apenas ajustando um sistema que se encontra em processo de estagnação, principalmente na área central. A vida útil do modal adotado para Passo Fundo apresenta sérias limitações quanto à possibilidade de melhorias e ampliações, havendo

a necessidade de alteração da priorização do modal ou até mesmo a aplicação de diretrizes de interação entre diferentes modais.

Sendo assim, é notória a necessidade que o PDDI realize uma revisão nos parâmetros relativos ao sistema viário, quanto aos modais a serem priorizados através de diretrizes, bem como, incentivos que viabilizem a ampliação da intermodalidade gradativa do sistema viário da cidade.

A imposição de diretrizes, através do PDDI, que visem mudar o foco de priorização da destinação de recursos no transporte individual, torna-se cada vez mais evidenciado pelo cidadão.

Em contrapartida a isto, é importante salientar o esforço realizado a partir das diretrizes do Plano Diretor de Mobilidade, para a introdução do transporte ativo dentro do sistema de transporte já consolidado. Essa diretriz, que é recente dentro do cenário evolutivo do trânsito, ainda não tão perceptível quanto os seus impactos positivos e negativos sobre o sistema viário, mas é notório o benefício do compartilhamento de um meio de transporte sustentável, sem qualquer prejuízo aos demais meios já consolidados.

Os custos financeiros para a estruturação de algumas ligações, que indiscutivelmente são importantes, já atingem números insuperáveis, visto que as ocupações irregulares evoluem em um ritmo acelerado. Sob outro viés, fica evidente também que o incentivo para a retirada de certos equipamentos, que hoje se localizam em meio à cidade, é mais eficiente do que tentar criar e estruturar alternativas viárias para o acesso a estes locais, o que atrairia ainda mais fluxo para estes locais. Um exemplo disto são as empresas localizadas na borda de ferrovia, as quais eram abastecidas pela rede férrea antigamente e hoje este abastecimento é realizado por caminhões. O trânsito pesado atraído e gerado por estes estabelecimentos geram prejuízos consideráveis no pavimento das vias e no trânsito da Avenida Brasil.

De maneira geral, o trânsito de Passo Fundo sofreu uma reordenação a partir da implantação de Anel Viário e principalmente com a ampliação dos binários de deslocamento. A implantação das ciclovias e ciclofaixas disponibiliza o meio de transporte ativo ao cidadão sem qualquer interferência na capacidade das vias na fluidez do trânsito de veículos. Mesmo que através de uma ciclovia de lazer, num primeiro momento, o trecho implantado na Av. Brasil Leste, foi um balizador importante para a ampliação da rede cicloviária e diante da grande aceitação do público em geral e de não haver nenhum registro de acidentes envolvendo ciclistas nos trechos atendidos, já existem novos projetos em andamento para a ampliação da malha cicloviária.

O transporte urbano está em meio a um processo licitatório, que pretende modernizar o serviço hoje disponível e com o intuito de implantar um sistema de transporte eficiente. Porém, mesmo quando da implantação deste sistema, se faz necessária à manutenção e ampliação periódica das diretrizes pertinentes à priorização ao sistema de transporte coletivo. Em consonância a isto, a estruturação e adaptação da malha viária priorizando o transporte coletivo devem ser revistas dentro do Plano Diretor, a fim de garantir as rotas prioritárias e com características para este uso, em um sistema que seja sustentável.

O PDDI exerce papel fundamental principalmente no planejamento de médio e longo prazo dentro do planejamento para o trânsito de uma cidade. A partir da elaboração do Plano Diretor de Mobilidade, que deve balizar todas as diretrizes a serem discutidas na fase propositiva da revisão do PDDI, passa a ser indispensável à interação total entre estes planos. O Plano Diretor de Mobilidade, mesmo sendo lei, na prática ele acaba tendo um efeito direto em projetos e obras públicas somente. O impacto das diretrizes previstas acaba sendo amenizado quando se fala de obras particulares, por isso a importância de atrelar as

diretrizes de mobilidade dentro do PDDI, para que assim, a transformação da cidade aconteça de forma harmônica, eficiente e organizada.

A cidade de Passo Fundo atingiu um patamar de desenvolvimento em que a mobilidade urbana exerce papel fundamental no cenário econômico e começa a influenciar de forma importante na qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, a indicação de diretrizes através do Plano Diretor, em consonância às diretrizes do Plano Diretor de Mobilidade, e acompanhada de políticas públicas direcionadas ao tema, são essenciais para garantir a ordenação do crescimento da nossa cidade em uma direção mais sustentável e em harmonia com os demais indicadores de desenvolvimento.

As poucas alternativas para ampliação e para expansão da malha viária que restam dentro do perímetro urbano reforçam a extrema necessidade de uma profunda revisão das diretrizes atuais do PDDI, que hoje tem foco principal no transporte individual.

Diante das informações obtidas através das projeções previstas para o fluxo de veículos, considerando o cenário até 2030, analisado neste diagnóstico, indica que se não houver uma mudança significativa na cultura das pessoas quanto ao uso do veículo particular, os carregamentos das nossas vias irão atingir volumes insustentáveis. Após a elaboração do primeiro Plano de Mobilidade de Passo Fundo, a ferramenta mais eficiente para que essa mudança efetivamente aconteça e a renovação gradativa da cidade seja evidenciada de forma significativa, passa a ser a avaliação e incorporação das diretrizes de mobilidade na revisão do PDDI.

2.7. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Na lei de parcelamento do solo municipal, lei complementar nº 230/ 2009, os equipamentos sociais são denominados comunitários e se caracterizam por instalações e edificações públicas de interesse geral da comunidade destinadas à educação, cultura, saúde, esportes, lazer, segurança e similares.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), "o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento".

O valor do IDH varia de 0 ou nenhum desenvolvimento humano, a 1 desenvolvimento humano total, sendo classificado da seguinte forma: quando o IDH está entre 0 e 0,499, este é considerado baixo; quando o IDH está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio; quando o IDH está entre 0,800 e 1, é considerado alto ou elevado. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), saúde (expectativa de vida da população) e renda (Produto Interno Bruto per capita).

O município de Passo Fundo, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento relativo ao PNUD 2013, apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 de 0,776, índice que é classificado como alto ou elevado, posicionando-se acima da média estadual (0,746), e também acima da média brasileira (0,727). A figura 2.7.1 apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Passo Fundo.

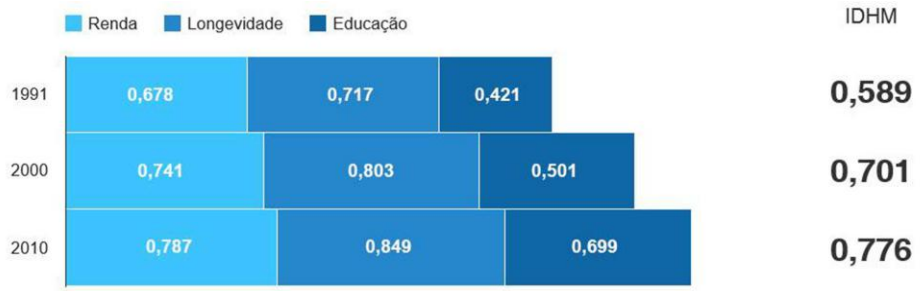


Figura 2.7.1: IDH – Passo Fundo
Fonte: Plano de Saneamento, 2014

A análise dos equipamentos sociais disponíveis no Município permite o planejamento com a previsão de atendimento à população nas áreas de educação e saúde, entre outros, o que possibilitará que o Índice de Desenvolvimento Humano de Passo Fundo continue a se elevar conforme já vem acontecendo nos últimos 20 anos.

Os equipamentos sociais foram divididos, para facilitar sua análise, em: equipamentos de educação, de saúde, de atenção social, culturais e esportivos.

2.7.1. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009, estabeleceu nova redação ao inciso I do artigo 208 da Constituição Federal, onde estabelece "a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria."

A tabela 2.7.1 trata da faixa etária da população do Município de Passo Fundo e da população que frequenta a escola por faixa etária, com dados do IBGE de 2010, considerando a idade escolar. De acordo

com esses dados, a população em idade escolar obrigatória do Município, ou seja, com idade entre 4 e 17 anos, totalizava 39.187 pessoas, ou seja, 21,20% do total da população do Município.

POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO									
	MUNICÍPIO	0 a 3 ANOS	4 ou 5 ANOS	6 ANOS	7 a 14 ANOS	15 a 17 ANOS	18 ou 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 ANOS OU MAIS
POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO	184.826	9.804	4.961	2.274	22.454	9.498	6.176	17.347	112.313
POPULAÇÃO RESIDENTE FREQUENTA A ESCOLA	54.506	2.707	3.244	2.062	21.988	7.810	3.050	5.842	7.083

Tabela 2.7.1: População residente no Município
Fonte: Dados IBGE 2010

Considerando que a população em idade escolar obrigatória é de 39.187 pessoas, 12,66% é representada por 4.961 pessoas com idade entre 4 e 5 anos com obrigatoriedade de frequentar a educação infantil, 63,10% é representada por 24.728 pessoas que possuem entre 6 e 14 anos e obrigatoriedade de frequentar o ensino fundamental e 24,24% é representada por 9.498 pessoas que possuem entre 15 e 17 anos e obrigatoriedade de frequentar o ensino médio.

Com isso, pode-se constatar que 40,3% da população de 0 a 5 anos não frequentava escola de educação infantil, sendo que 80,5% desta população encontrava-se na faixa etária de 0 a 3 anos. Mas se considerarmos somente as crianças de 4 a 5 anos, idade obrigatória para frequentar a educação infantil, havia 1.717 crianças fora da escola, o que representava que 65,39% desta faixa etária estavam frequentando a escola.

Quando a análise considera a população entre 6 a 14 anos, em idade de frequentar o ensino fundamental, havia 658 crianças fora da escola, ou seja, 97,26% das pessoas nesta faixa etária estavam frequentando a escola.

Já quanto à população entre 15 e 17 anos, em idade de frequentar o ensino médio, há 1.688 fora da escola, o que representa 17,77% dessa faixa etária, sendo que 82,23% dessa população frequenta e escola.

Também pode-se observar na tabela 2.7.2 que 13.049 pessoas nunca frequentaram a escola, o que representa 7,06% da população do Município.

Em 2010, no que se refere à escolaridade, em Passo Fundo, 66,6% das pessoas com 18 anos ou mais possuíam ensino fundamental completo (8/9 anos de escolaridade). No Rio Grande do Sul e no Brasil, esse percentual alcançou 56,3% e 54,9%. No COREDE Produção, esse percentual não alcança 40% em 11 municípios, entre eles: Almirante Tamandaré do Sul, Camargo, Coqueiros do Sul e Muliterno.

Isso também significa que, em Passo Fundo, cerca de 33% das pessoas com 18 anos ou mais não possuíam ensino fundamental completo. No COREDE Produção, esse percentual se eleva a 60%.

Em parte, esses baixos níveis de escolaridade em 2010 representam uma parcela da população de 18 anos ou mais que não frequentaram a escola no passado. Atualmente, a frequência à escola por parte das crianças (6 a 14 anos) é expressivamente maior, o que indica que, no futuro, a proporção de pessoas com 18 anos ou mais possuindo ensino fundamental tende a ser bem maior.

POPULAÇÃO RESIDENTE – FREQUÊNCIA NA ESCOLA					
MUNICÍPIO POPULAÇÃO TOTAL	FREQUENTAVAM ESCOLA			NÃO FREQUENTAVAM MAS JÁ FREQUENTARAM	NUNCA FREQUENTARAM
	TOTAL	REDE DE ENSINO QUE FREQUENTAVAM			
		PÚBLICA	PARTICULAR		
184.826	54.506	36.004	18.502	117.271	13.049

Tabela 2.7.2: População residente no Município que frequentava escola
Fonte: Dados IBGE

Conforme dados do IBGE, tabela 2.7.2, 66,05% da população que frequentava escola, utilizava a rede de ensino pública, que inclui instituições municipais e estaduais.

A análise dos equipamentos de educação existentes no Município foi feita por categoria de ensino e por tipo de estabelecimento. Como categoria de ensino, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), temos a classificação da educação em duas, a educação básica e a educação superior, sendo a primeira formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Como tipo de estabelecimentos, temos as escolas municipais, estaduais e privadas.

O principal objetivo desta análise foi identificar as áreas sem cobertura de serviço educacional público.

A tabela 2.7.3 apresenta a conceituação dos níveis escolares da educação básica e a divisão da responsabilidade administrativa por estabelecimentos de ensino:

Estabelecimentos de Ensino		Níveis Escolares
Escolas municipais	Escolas Estaduais	
Ensino Infantil: EMEI		**I. Educação Infantil:** A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
Ensino Fundamental: EMEF	Ensino Fundamental: EEEF	**II. Ensino Fundamental:** Cujo objetivo maior é a formação básica do cidadão, tem duração de nove anos e é obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos de idade. A oferta do ensino fundamental deve ser gratuita também aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.
	Ensino Médio: EEEM	**III. Ensino Médio:** Etapa final da educação básica, objetiva a consolidação e aprofundamento dos objetivos adquiridos no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade. Embora atualmente a matrícula neste nível de ensino não seja obrigatória, a Constituição Federal de 1988 determina a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade da sua oferta.

Tabela 2.7.3: Níveis escolares da educação básica
Fonte: Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público, 2013

De forma geral a população do município mantém níveis educacionais de maior qualidade que a média do estado e tem reduzido a taxa de analfabetismo nos últimos 10 anos, onde em 2010, conforme dados do Censo do IBGE, 3,58% da população do município com 15 anos ou mais não sabe ler nem escrever um bilhete, conforme figura 2.7.2, abaixo dos índices do Rio Grande do Sul e do Brasil.

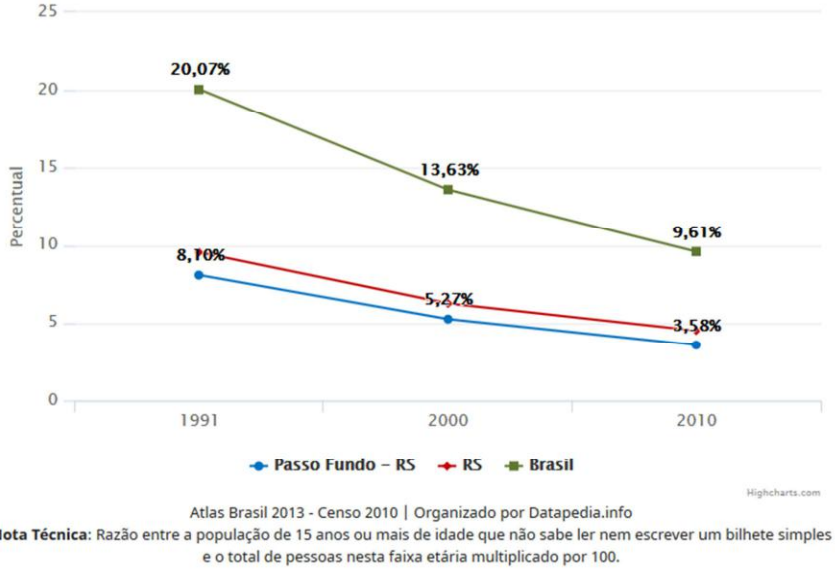


Figura 2.7.2: Taxas de Analfabetismo - Fonte: Datapedia

Apoiados em fontes existentes (Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Secretaria Municipal da Educação – SME, Ministério da Educação – MEC e Coordenadoria Regional de Educação – 7ª CRE) foi possível verificar que a rede pública de ensino de Passo Fundo está composta atualmente por 37 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 36 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) e 33 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, conforme figura 2.7.3, ver mapa 2.7.1 no caderno de mapas, totalizando 106 escolas na rede pública de educação básica. A maior parte desta rede funciona em

regime de turno parcial, o que indica que os alunos passam apenas um período do seu dia dentro das escolas.

Equipamentos de Educação Existentes

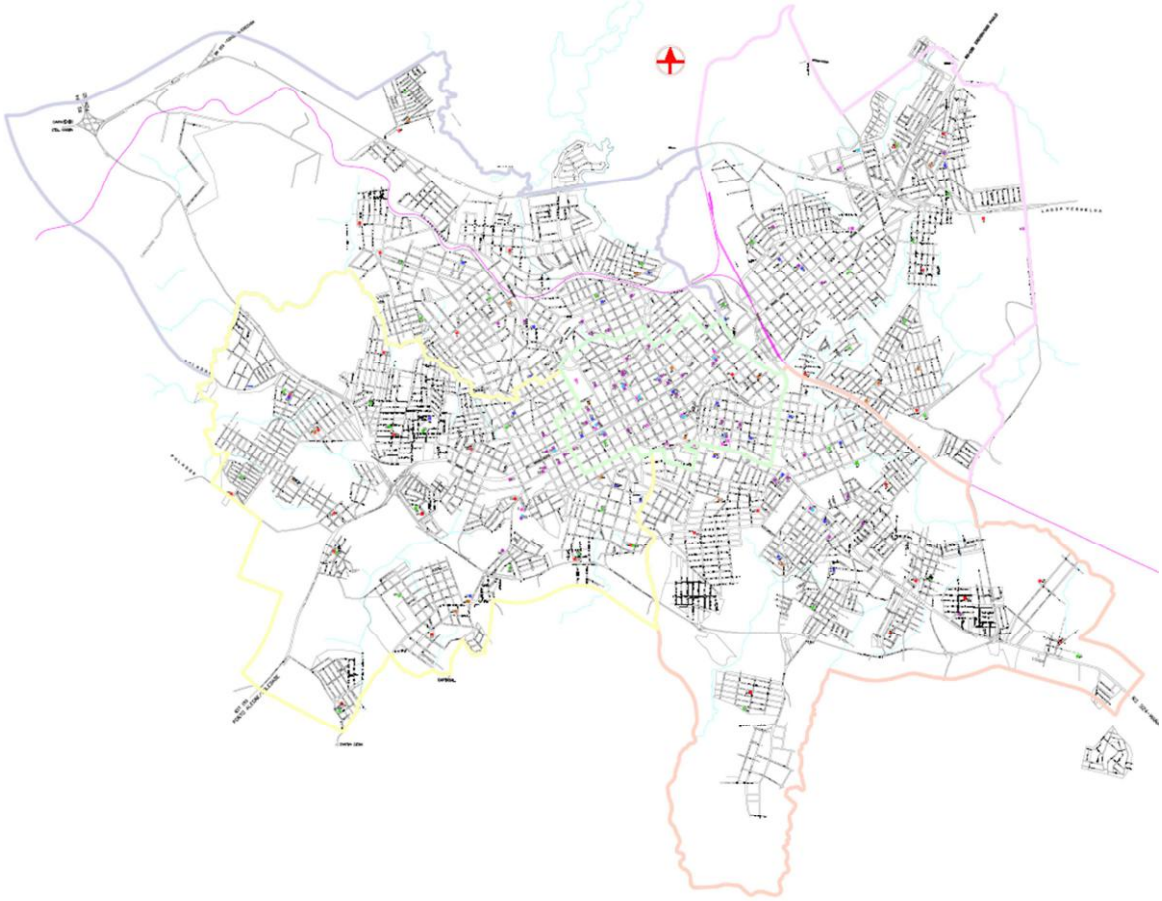


Figura 2.7.3: Equipamentos de Educação Existentes - Fonte: Seplan

As 37 EMEI's atenderam um total de 4.587 crianças em 2017, conforme Censo Escolar da Educação Básica, sendo 2.021 crianças de 0 a 3 anos e 2.566 crianças entre 4 e 5 anos (idade obrigatória de frequência à escola e objeto deste diagnóstico). Destas escolas de educação infantil, quatro delas funcionam em imóveis alugados, atendendo 423 crianças, sendo 332 na pré-escola, ou seja, entre 4 e 5 anos: EMEI Branca de Neve, localizada no setor 11, regional leste, com uma taxa de atendimento de 135 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 118 entre 4 e 5 anos; EMEI Toquinho de Gente, localizada no setor 14, regional sul, com uma taxa de atendimento de 92 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 59 entre 4 e 5 anos; EMEI Vovó Nelly, localizada no setor 07, regional sul, com uma taxa de atendimento de 100 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 76 entre 4 e 5 anos e EMEI Santa Terezinha, localizada no setor 22, regional oeste, com uma taxa de atendimento de 96 crianças em 2017 conforme dados da SME, sendo 79 entre 4 e 5 anos. Além dessas, a EMEI Padre Alcides Guareschi, localizada no setor 10, regional norte, iniciou o funcionamento no final de 2017, com previsão de atendimento de 200 crianças também utiliza imóvel alugado.

Como se pode observar na figura 2.7.3, ver mapa 2.7.1 no caderno de mapas, considerando a divisão da cidade nos 22 setores, o setor 6, região da Vila Cruzeiro, o setor 17, região do Valinhos e o setor 19, região da Vila Rodrigues não possuem escolas municipais de educação infantil. Além disso, das 5 escolas de educação infantil que funcionam em imóveis locados, quatro delas são as únicas de educação infantil municipais em seus setores: no setor 7, região da Lucas Araújo, no setor 10, região da Victor Issler, no setor 14, região da Vila Mattos e no setor 22, região do Nenê Graeff.

De acordo com o CENSO do IBGE 2010, a população de 0 a 5 anos é de 14.765 crianças, sendo que somente 5.951 crianças nessa faixa etária frequentam a escola.

Pode-se observar que 8.814 crianças na faixa etária de 0 a 5 anos não frequentam a escola, sendo 7.097 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Assim, considerando que a educação básica obrigatória é a partir dos 4 anos, observa-se que 1.717 crianças entre 4 e 5 anos estão fora da escola e pode ser considerada a demanda a ser suprida de novas escolas de educação infantil. Das 37 Escolas de Educação Infantil Municipais, duas delas não entraram na contabilização de alunos atendidos, pois a EMEI Padre Alcides Guareschi entrou em funcionamento no final de 2017, com previsão de atendimento de 200 crianças, e a EMEI Santa Maria está em fase final de construção, com previsão de atendimento de 188 crianças, o que já reduz a necessidade em 388 crianças.

Já a rede estadual não atende a educação infantil.

Quando consideramos a rede particular, há oferta de educação infantil em 41 escolas, que atenderam 3.578 crianças em 2017, conforme Censo Escolar da Educação Básica, sendo 1.818 crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos.

Considerando os dados do CENSO do IBGE 2010, somente 5.951 crianças frequentavam a escola de educação infantil, sendo 3.244 crianças entre 4 e 5 anos. Mas, conforme os dados do Censo Escolar da Educação Básica em 2017, 8.165 frequentavam a escola, sendo 4.384 crianças entre 4 e 5 anos, assim pode-se considerar que a oferta de vagas aumentou nesse período.

Utilizando-se como referência os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017, onde 8.165 crianças frequentavam a escola de educação infantil, 56,18% das crianças são atendidas pela rede municipal de ensino e 43,82% das crianças são atendidas pela rede particular de ensino. Considerando somente as crianças atendidas pela pré-escola (4.384 pessoas), faixa etária obrigatória de frequentar a escola, 58,53% foram atendidas pela rede municipal e 41,47% foram atendidas pela rede particular de ensino.

Pela figura 2.7.4, pode-se observar a grande oferta de escolas de educação infantil particulares no setor 01, região central da cidade, mas somente uma municipal. Além disso, no setor 19 também não há escolas de educação infantil da rede municipal. As escolas de educação infantil municipais são os pontos na cor verde do mapa.

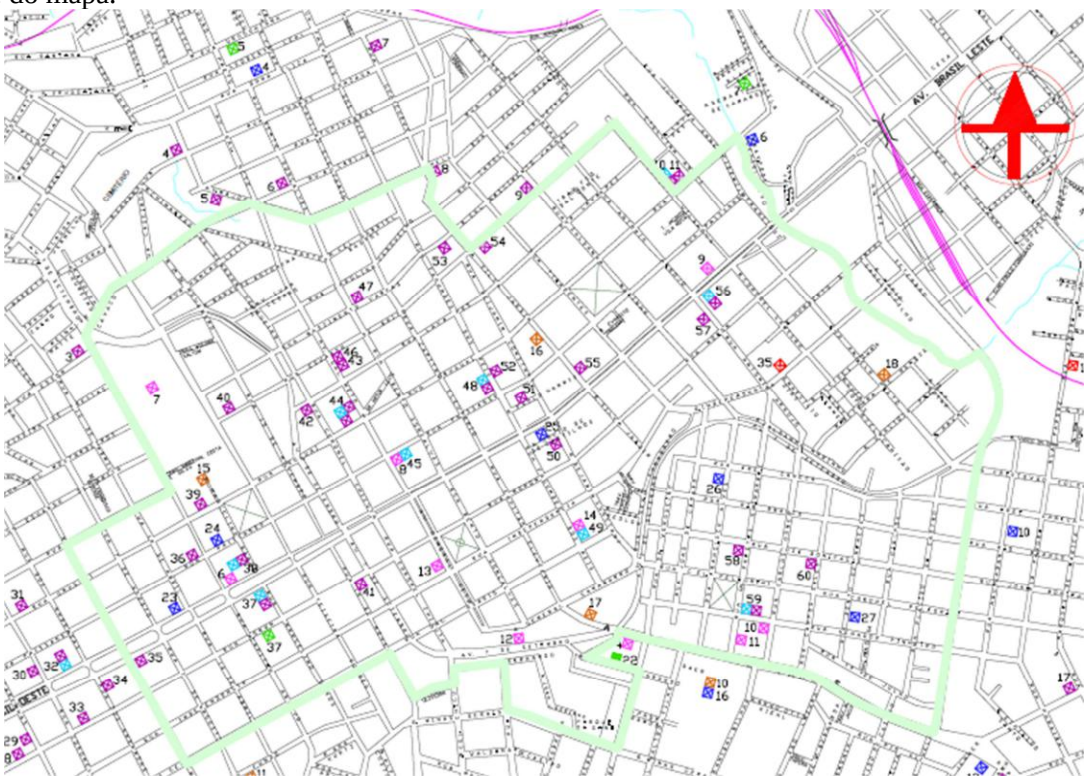


Figura 2.7.4: Equipamentos de Educação Regional Centro - Fonte: Seplan

Também, pode-se observar que os setores 08 e 09, figura 2.7.5, apesar da oferta de EMEI's municipais ainda há carência de vagas em virtude do crescimento populacional ocorrido a partir de 2010. As escolas de educação infantil municipais são os pontos na cor verde do mapa.

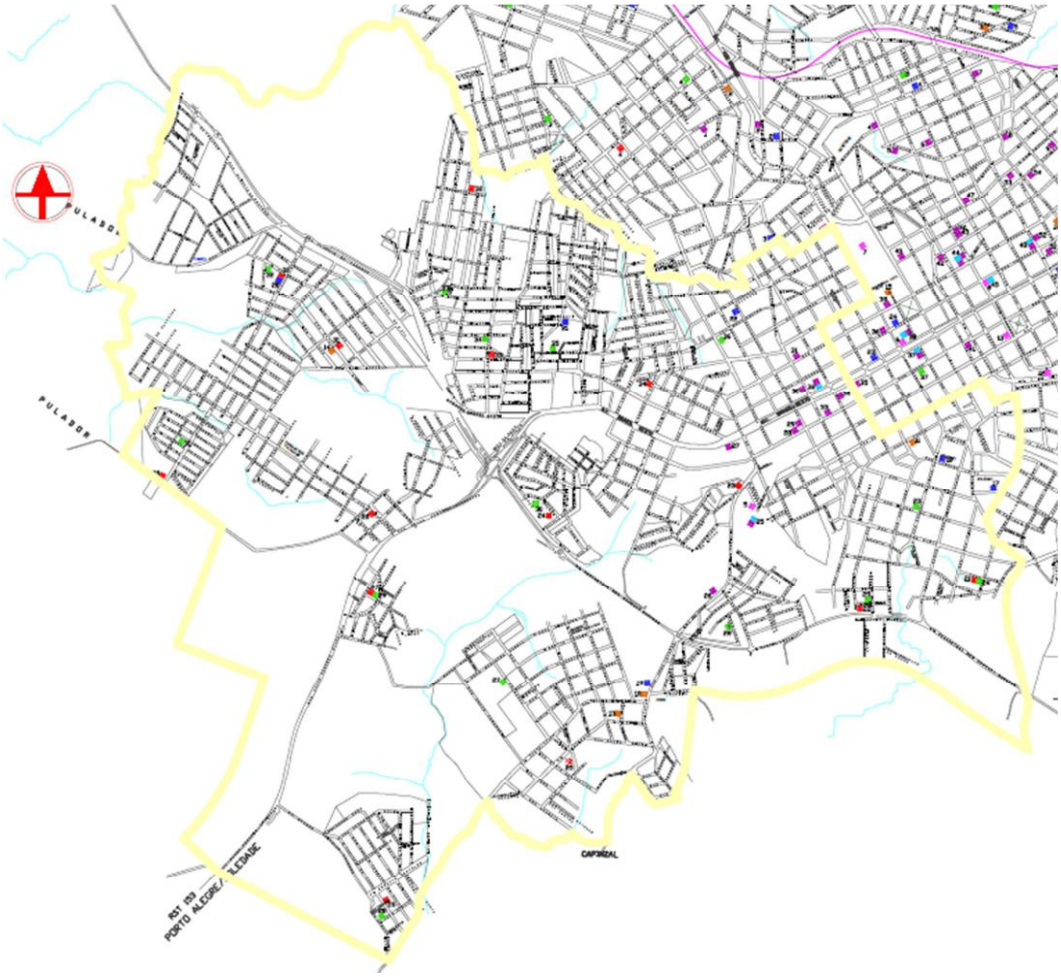


Figura 2.7.5: Equipamentos de Educação Regional Oeste
Fonte: Seplan

Na regional Norte, figura 2.7.6, o setor 17 não é atendido pela rede municipal de educação infantil. Apesar de se tratar de uma região industrial onde o uso residencial não é permitido, há a vila industrial com zoneamento diferenciado, permitindo residências. Além disso, no setor 10, a EMEI funciona em imóvel alugado e não consegue atender a demanda. As escolas de educação infantil municipais são os pontos na cor verde do mapa.

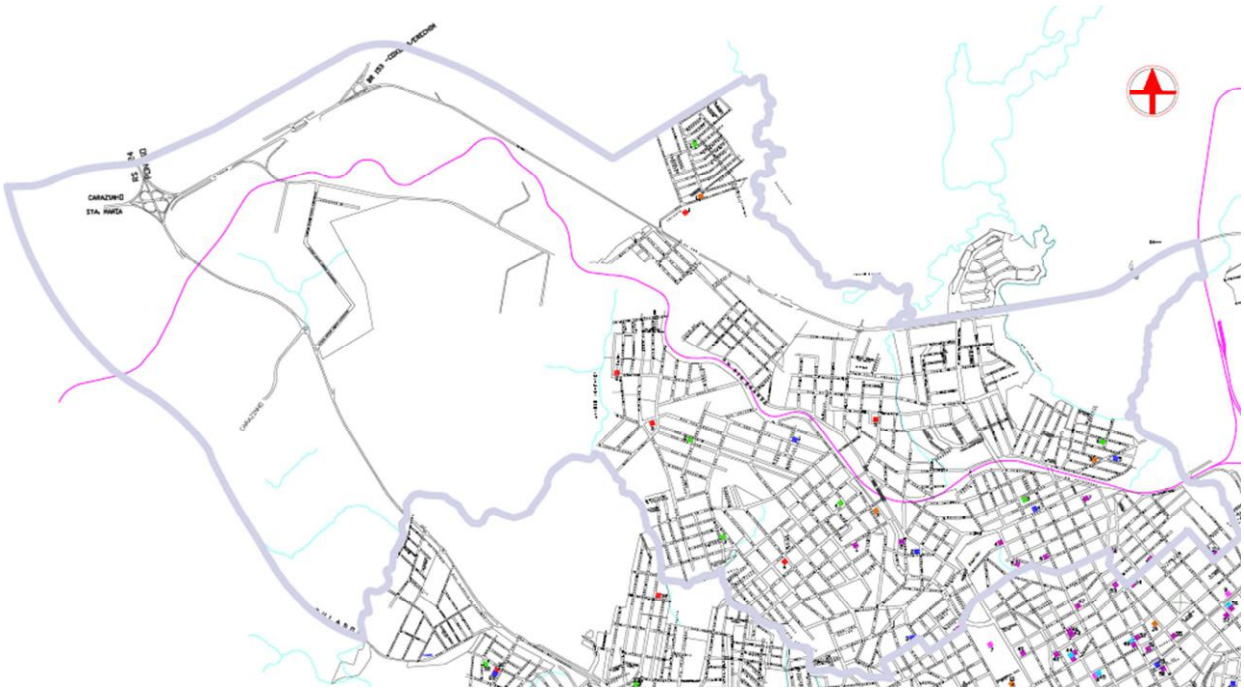


Figura 2.7.6: Equipamentos de Educação Regional Norte
Fonte: Seplan

Na regional Sul, figura 2.7.7, as escolas de educação infantil municipais dos setores 07 e 14 funcionam em imóveis alugados e no setor 06 não há escola de educação infantil da rede municipal. As escolas de educação infantil municipais são os pontos na cor verde do mapa.

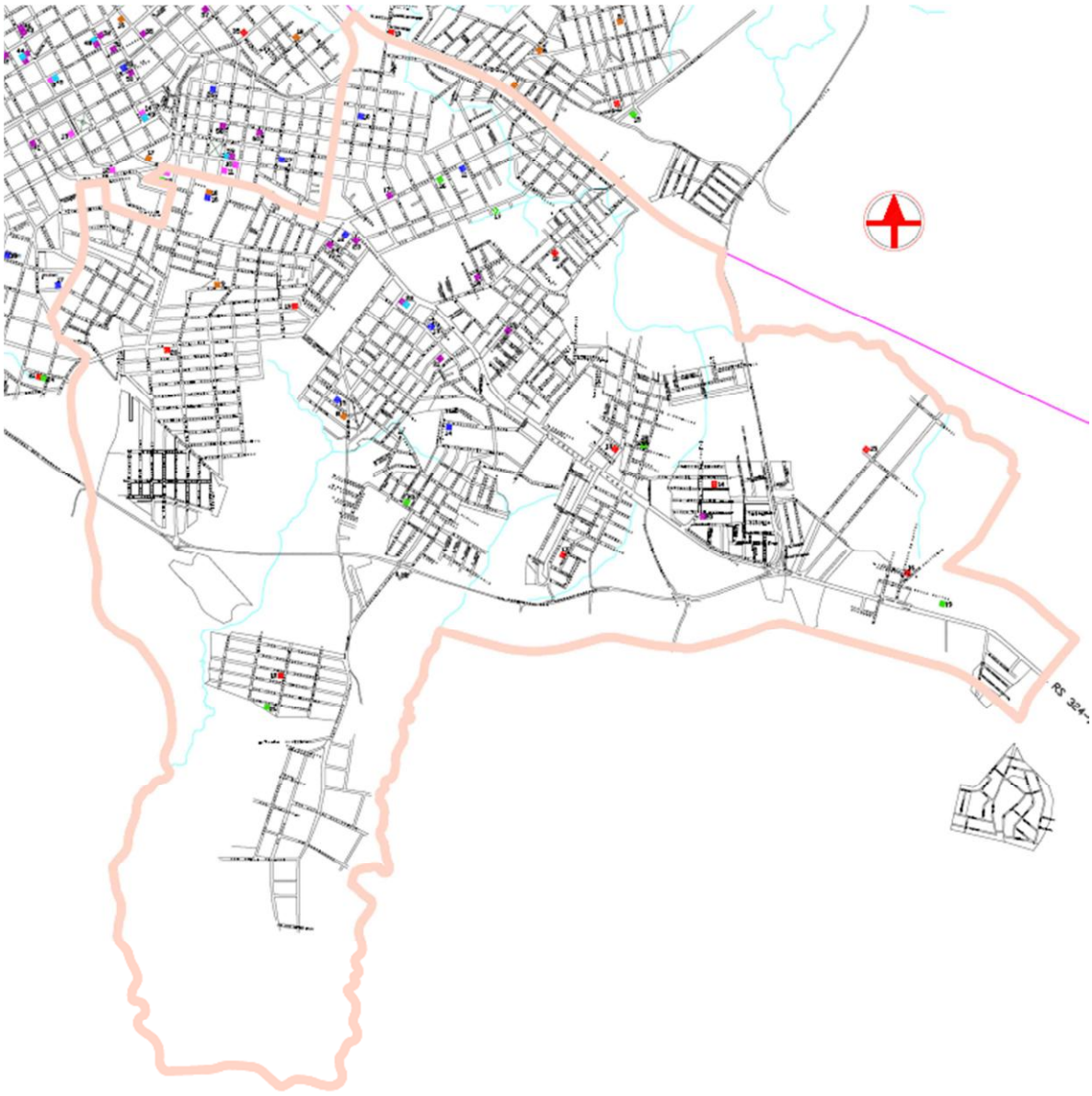


Figura 2.7.7: Equipamentos de Educação Regional Sul
Fonte: Seplan

Na regional Leste, figura 2.7.8, há escolas de educação infantil municipal em todos os setores. Apesar disso, pode-se observar, assim como nas demais regionais, que há locais em que há necessidade de implantação de novas escolas em função da distância a ser percorrida até a escola existente. As escolas de educação infantil municipais são os pontos na cor verde do mapa.

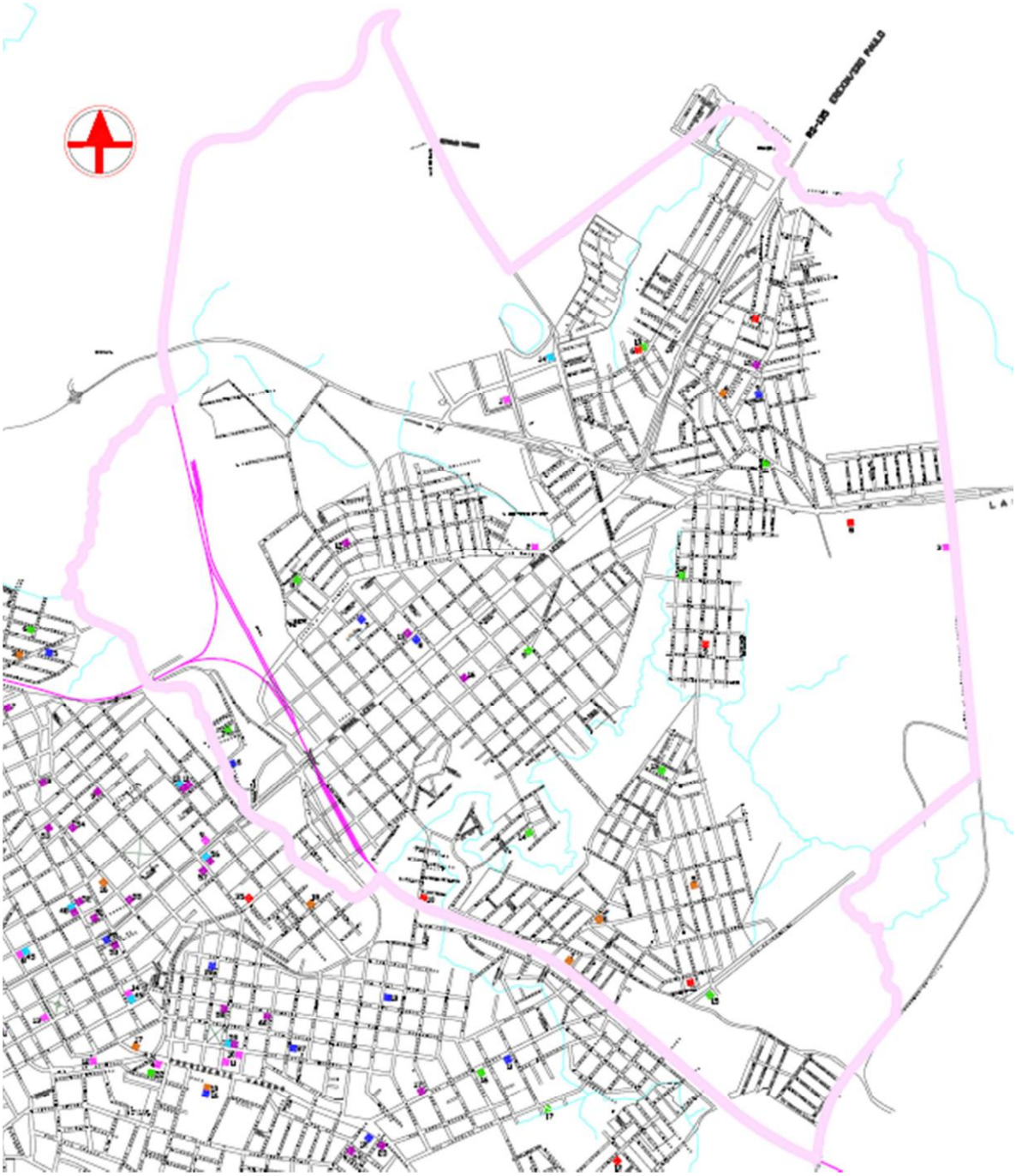


Figura 2.7.8: Equipamentos de Educação Regional Leste
Fonte: Seplan

Quanto às escolas de ensino fundamental, a rede municipal possui 36 EMEF's, que atenderam 10.496 crianças em 2017, de acordo com Censo Escolar. Já quanto à rede estadual, 30 escolas prestam serviços de ensino fundamental e atenderam 9.211 crianças em 2017, conforme dados do Censo Escolar. A rede municipal e estadual atenderam juntas 19.707 crianças em 2017. A rede particular de ensino fundamental possui 10 escolas, que atenderam 4.370 crianças em 2017, conforme dados do Censo Escolar. De acordo com o CENSO do IBGE de 2010, 658 crianças estão fora da escola na faixa etária de 6 a 14 anos.

Conforme CENSO do IBGE de 2010, 24.050 crianças frequentavam o ensino fundamental, mas considerando os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017, 24.077 crianças frequentavam o ensino fundamental, sendo 43,59% das crianças atendidas pela rede municipal de ensino,

38,26% das crianças atendidas pela rede estadual de ensino e 18,15% das crianças atendidas pela rede particular de ensino.

Considerando a distribuição espacial das escolas de ensino fundamental municipais e estaduais, figura 2.7.2, ver mapa 2.7.1 no caderno de mapas, considerando que 658 crianças estariam fora da escola na faixa etária do ensino fundamental de acordo com o CENSO do IBGE de 2010, considerando que a Escola Municipal que está sendo construída na Santa Marta terá capacidade de atendimento de 780 alunos em dois turnos e considerando a oferta de vagas nas escolas particulares, entende-se que a demanda de vagas para o ensino fundamental está sendo atendida de forma satisfatória.

Quanto ao ensino médio, a rede municipal de ensino não oferece vagas. Já a rede estadual possui 18 escolas que disponibilizam vagas para ensino médio, atendendo em 2017 5.030 pessoas de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, além de 3 escolas que atenderam 441 pessoas no ensino médio profissionalizante, totalizando 5.471 pessoas atendidas pela rede estadual. A rede federal oferece, através do IFSUL, vagas para ensino médio profissionalizante, atendendo 335 pessoas. Já a rede particular de ensino possui 7 escolas que oferecem o ensino médio, atendendo 935 pessoas, além de 5 escolas que atenderam 865 pessoas no ensino médio profissionalizante, totalizando 1.800 pessoas atendidas pela rede particular. Todos os dados de atendimento são referentes ao ano de 2017, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica.

Os dados do Censo do IBGE de 2010 mostram uma população de 9.498 pessoas de 15 a 17 anos, idade de frequentar o ensino médio. Também de acordo com o IBGE, 7.810 pessoas frequentavam a escola nessa faixa etária em 2010. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2017, 7.606 pessoas frequentavam o ensino médio. Nos dados do IBGE pode-se considerar a Educação para jovens e adultos (EJA) para ensino fundamental, onde há 3 escolas municipais que disponibilizam essa modalidade de ensino para quem não completou o ensino fundamental na idade prevista, portanto com mais de 15 anos, que atenderam 240 pessoas. Assim, esse número passaria a 7.846 pessoas.

Conforme CENSO do IBGE de 2010, 7.810 pessoas frequentavam o ensino médio, mas considerando os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017, 7.606 pessoas frequentavam o ensino médio, sendo 71,93% das pessoas atendidas pela rede estadual de ensino, 4,40% das pessoas atendidas pela rede federal de ensino e 23,67% das pessoas atendidas pela rede particular de ensino.

Quando consideramos os dados do Censo do IBGE de 2010, 89,58% da população em idade escolar obrigatória frequentava a escola. Já considerando os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2017, 92,56% dessa população frequentava a escola.

Deve-se destacar também que o município é um centro de referência regional de educação superior, com um conjunto de instituições de boa qualidade e de expressiva diversificação em termos de cursos e níveis de ensino (técnico, graduação, pós-graduação, etc).

A expressiva quantidade de instituições de ensino superior (IES) e cursos em Passo Fundo torna este município um polo de atração, reforçando sua centralidade. Atualmente são 14 IES em Passo Fundo, sendo doze faculdades e duas universidades.

No conjunto das IES se destaca a Universidade de Passo Fundo (UPF), fundada em 1968 e reconhecida como uma das principais instituições superiores do sul do Brasil. Apenas essa universidade oferta 60 cursos de graduação, 53 cursos de especialização, 15 cursos de mestrado institucional e 6 cursos de doutorado institucional. Possui 9 campi instalados em Passo Fundo e região, nas cidades de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade. A instituição possui 13.867 alunos matriculados na graduação em 2018.

A Faculdade Meridional – IMED, fundada em 2004, com campi em Porto Alegre, oferta em Passo Fundo 14 cursos de graduação, 8 cursos de especialização e 6 cursos de mestrado. Em 2017, a instituição possuía 5.336 alunos de graduação e pós-graduação em Passo Fundo e Porto Alegre.

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Passo Fundo iniciou as atividades na cidade em 2013 com curso de medicina e residências na área de saúde. Atualmente, possui 302 alunos na graduação e 257 na residência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul é uma instituição pública federal, especializada em educação profissional e tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Iniciou as atividades na cidade em 2007. Oferece atualmente cursos de nível técnico (pós-médio) nas áreas de Edificações, Informática e Mecânica e cursos superiores de Tecnologia na área de Informática e Engenharias Civil e Mecânica, além de um curso de pós-graduação.

2.7.2. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Conforme o Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL), a rede de saúde pública brasileira pode ser comparada a uma pirâmide, em que na base está o atendimento primário (Atenção Básica), seguida da atenção secundária e terciária. O primário representa a porta de acesso ao Sistema de Saúde Pública. O secundário trata de casos mais complexos como, por exemplo, infecções, pneumonia e cirurgias de média complexidade, e o terciário é especializado e trata de casos de alta complexidade, atendimentos de acidentes traumáticos, cardiologia, transplante, entre outros, realizado em hospitais de alta referência.

A Portaria nº 2.436 de 21/09/2017, do Ministério da Saúde, aprovou a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para organização da atenção básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

O artigo sexto da portaria 2.436 estabelece que todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, serão denominados Unidade Básica de Saúde – UBS, sendo esta a nomenclatura adotada.

O atendimento do Programa da Saúde da Família (PSF) é realizado pelas Equipes de Saúde da Família (ESF), que consistem em equipes multiprofissionais, compostas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde que trabalham de forma interdisciplinar. Cada equipe é responsável pelo acompanhamento integral e continuado de no máximo três mil e quinhentas pessoas localizadas em uma mesma área de abrangência. Além disso, recomenda-se na portaria citada que cada Unidade Básica de Saúde (UBS) possua quatro equipes para atendimento da população.

As ESF têm a capacidade de resolver aproximadamente 85% dos problemas de saúde da comunidade. Portanto, é necessário dispor de recursos estruturais e equipamentos compatíveis que possibilitem a ação dos profissionais de saúde em relação a esse compromisso.

As ESF atendem a população nas denominadas Unidades Básicas de Saúde (UBS), de forma que estas instalações se constituem em equipamentos de saúde de atenção básica, objeto principal deste estudo, no que se refere a área da saúde. Há hoje na macrozona urbana um total de 25 UBS em funcionamento, conforme figura 2.7.9, ver mapa 2.7.2, no caderno de mapas.

Equipamentos de Saúde Existentes

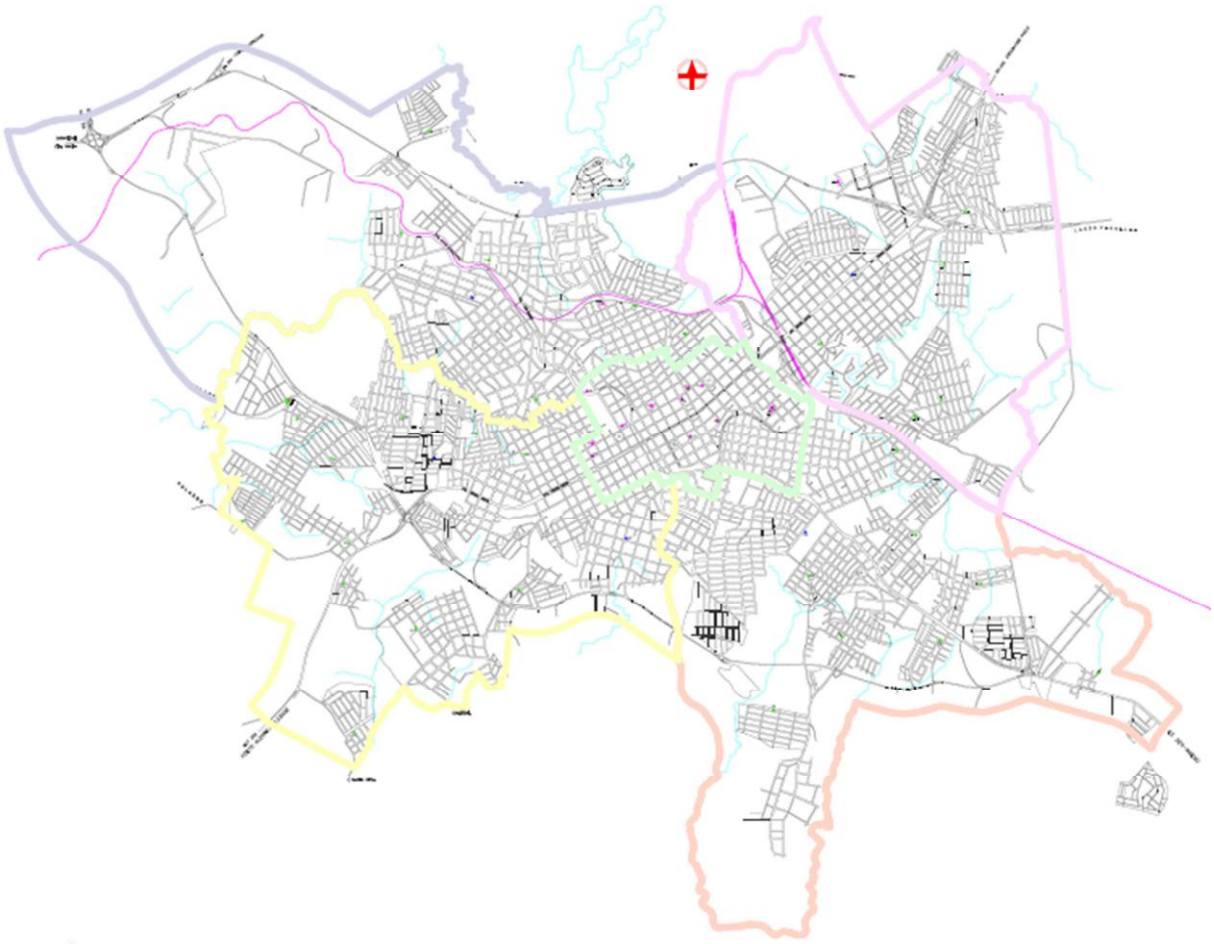


Figura 2.7.9: Equipamentos de Saúde Existentes
Fonte: Seplan

Dessas 25 UBS, 5 delas funcionam ou funcionarão com duas equipes de saúde da família: UBS da Donária, UBS do Zacchia, UBS Adirbal Corralo, UBS da São Luiz Gonzaga, quando entrar em funcionamento, UBS Adolfo Groth que terá suas equipes transferidas, uma para UBS do Jabuticabal e outra para a UBS do Schisler quando estas estiverem prontas, e logo será desativada.

Dessas 25 Unidades Básicas de Saúde na Macrozona Urbana, 5 funcionam em edificações alugadas: a UBS do Menino Deus, setor 2; a UBS do 1º Centenário, setor 3; a UBS Adolfo Groth, setor 9, que será transferida para a UBS do Professor Schisler, que está em fase final de construção; a UBS da São Cristovão, setor 12 e a UBS do Ivo Ferreira, no setor 21.

Atualmente, há 03 UBS em construção: a UBS do Professor Schisler, setor 9, que está em fase final de construção e receberá uma das equipes da UBS Adolfo Groth; a UBS da São Luiz Gonzaga, setor 5, que está em fase final de construção e receberá a equipe do ambulatório que funciona na São Luiz Gonzaga e a UBS do Jabuticabal, que está em construção e receberá uma das equipes da UBS Adolfo Groth.

Observando-se a figura 2.7.10, na regional Norte há duas UBS e um CAIS no setor 03, há um hospital psiquiátrico e uma UBS no setor 15, há uma UBS no setor 16 e uma UBS no setor 17, mas no setor 10 não há atendimento básico de saúde pelo Município. As UBS são os pontos na cor verde do mapa e os CAIS são os pontos na cor azul.

Figura 2.7.10: Equipamentos de Saúde Regional Norte
Fonte: Seplan

Na regional Oeste, ver figura 2.7.11, há três UBS e um CAIS no setor 02, três UBS no setor 08, três UBS no setor 09, sendo que duas delas estão em construção no loteamento Professor Schisler e no loteamento Jabuticabal. No setor 18 há um CAIS mas não há UBS e no setor 22 há uma UBS. As UBS são os pontos na cor verde do mapa e os CAIS são os pontos na cor azul.

Figura 2.7.11: Equipamentos de Saúde Regional Oeste
Fonte: Seplan

Na regional Sul, conforme figura 2.7.12, no setor 12, há um CAIS, duas UBS em imóveis próprios e uma UBS em imóvel alugado na São Cristovão. No setor 14, há uma UBS e um ambulatório em imóvel alugado no Loteamento Santa Rita. No setor 20, há uma UBS. No setor 21, há uma UBS em imóvel alugado, no loteamento Ivo Ferreira e uma UBS em imóvel próprio. Já nos setores 6 e 7 não há atendimento básico de saúde pelo município. As UBS são os pontos na cor verde do mapa e os CAIS são os pontos na cor azul.

Figura 2.7.12: Equipamentos de Saúde Regional Sul
Fonte: Seplan

Na regional Leste, figura 2.7.13, há um CAIS no setor 4, no setor 5 há uma UBS em construção no loteamento São Luiz Gonzaga e uma UBS. No setor 11, não há UBS, há um ambulatório no loteamento São José e o Hospital de Olhos. As UBS são os pontos na cor verde do mapa e os CAIS são os pontos na cor azul.

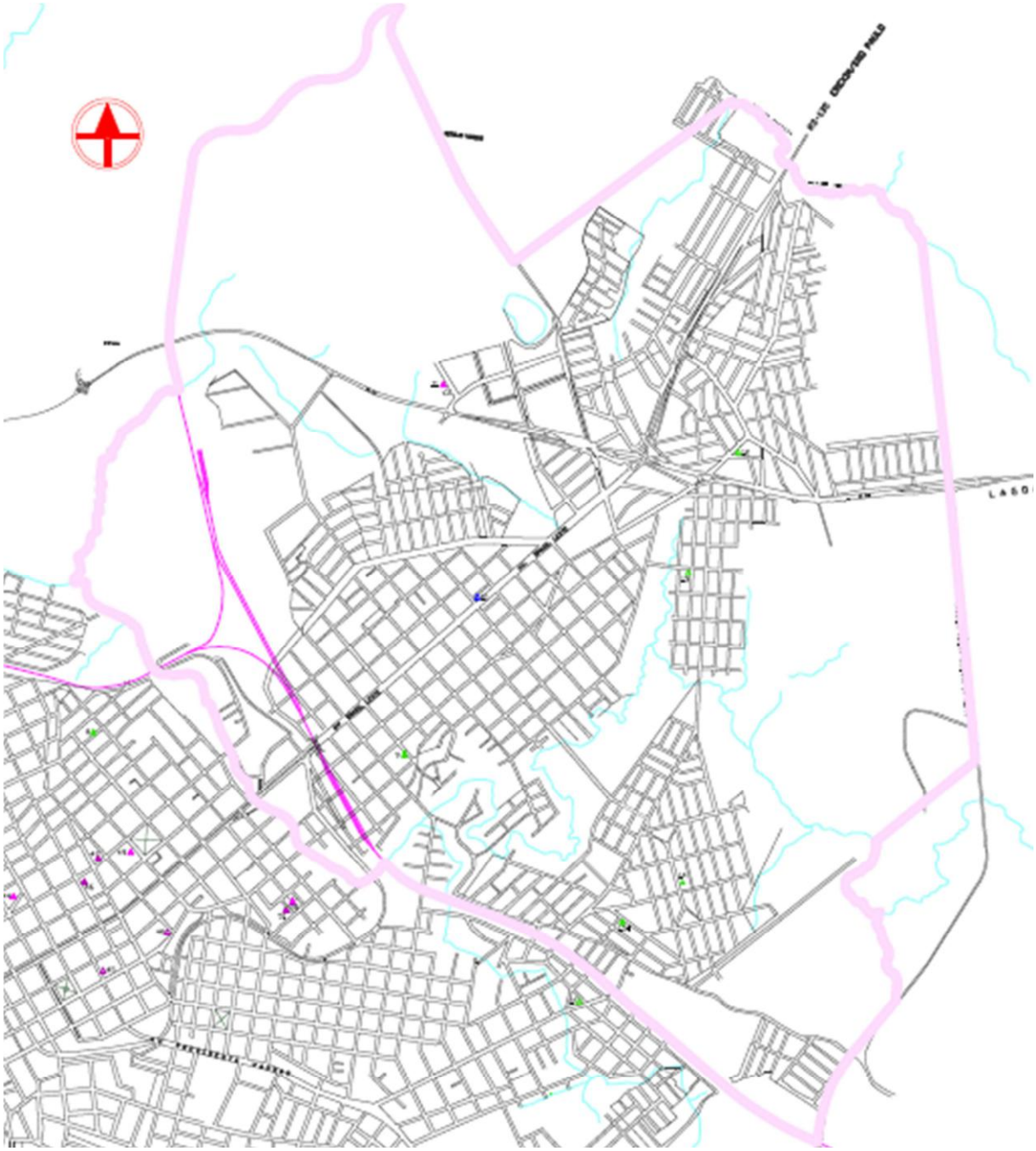


Figura 2.7.13: Equipamentos de Saúde Regional Leste
Fonte: Seplan

Na regional Centro, conforme figura 2.7.14, não há UBS, o Hospital Beneficente Dr. César Santos está no setor 19, a maioria dos atendimentos especializados situa-se no setor 1, assim como o Hospital São Vicente de Paulo, com suas duas unidades, o Hospital da Cidade, o Hospital Prontoclínica e o Hospital Ortopédico. As UBS são os pontos na cor verde do mapa e os CAIS são os pontos na cor azul.

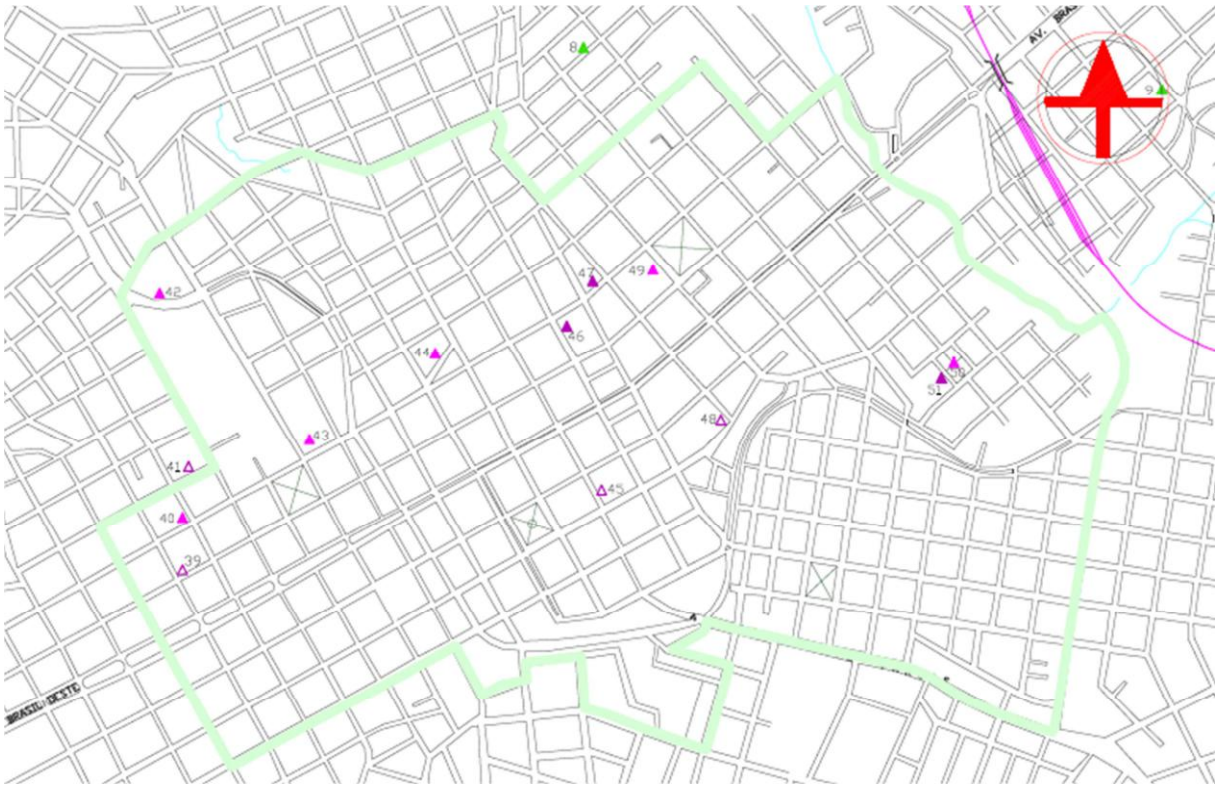


Figura 2.7.14: Equipamentos de Saúde Regional Centro
Fonte: Seplan

Considerando que cada ESF tem capacidade de atendimento de 3.500 pessoas conforme portaria nº 2.436 de 21/09/2017, do Ministério da Saúde, de acordo com a análise populacional urbana de 179.548 pessoas, o sistema atual de atenção básica do Programa de Saúde da Família tem capacidade para atender atualmente aproximadamente 56,53% da população urbana, com 7 setores na cidade que não possuem Unidades Básicas de Saúde: setor 1, 6, 7, 10, 11, 18 e 19.

Dentro do âmbito da atenção primária, há ainda 5 Centros de Atendimentos Integrados à Saúde (CAIS), responsáveis pelo conjunto de ações voltadas à promoção e prevenção da saúde, atendimento de primeiro nível de atenção e tratamento especializado de média complexidade, prestando atendimento para demandas que não podem ser resolvidas na UBS, mas que também não dependem de hospital.

Com relação aos Centros de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS), a regional Centro não possui um CAIS, a regional Oeste possui dois CAIS e as demais regionais possuem um CAIS em cada uma delas. Apesar de a regional Centro não possuir um CAIS, a localização do CAIS São Cristovão e do CAIS Vila Luíza possibilitam o atendimento desta população nestes locais.

Finalmente, para compor a rede de atenção primária, encontram-se 7 Ambulatórios na Macrozona Urbana, que estão sendo substituídos pelo modelo assistencial vigente aos moldes do Programa de Saúde da Família. E na área rural, são 6 ambulatórios no interior, um em cada sede distrital.

Importante salientar que os programas de atendimento à saúde básica definidos pelo Ministério da Saúde sofreram mudanças, de forma que os ambulatórios existentes não estão em conformidade com as normas vigentes e não apresentam potencial de adequação a elas, por não possuírem espaço físico para atender ao programa de necessidades das Unidades Básicas de Saúde. Com isso, a diretriz que está sendo seguida pela Secretaria Municipal de Saúde e foi adotada neste diagnóstico é a substituição destes equipamentos por novas UBS.

Ainda, identificou-se no município outros equipamentos de saúde sendo 5 hospitais gerais, 3 hospitais especializados, além de postos de saúde, unidades de apoio, diagnóstico e terapia e clínicas especializadas nas mais diversas áreas. O município de Passo Fundo é reconhecido pela importância do setor de serviços

de saúde no âmbito regional e estadual. Merecem destaque pela sua importância e atendimento regional o Hospital São Vicente de Paulo e o Hospital da Cidade.

O Hospital da Cidade – HC – foi fundado em 1914. Em 2010, 61% dos atendimentos ambulatoriais foram destinados a pacientes de outras cidades.

O Hospital São Vicente de Paulo – HSVP - foi fundado em 1918. É um hospital de referência regional, considerado o maior do interior do Estado e o terceiro maior centro médico do sul do Brasil. O complexo do HSVP possui 50 mil m² distribuídos em blocos onde circulam em torno de 8 mil pessoas diariamente. Em 2010, o hospital atendeu a pacientes de 477 municípios. Ao longo de sua história, o HSVP tornou-se um hospital completo nas áreas em que atua: medicina de alta complexidade, internação hospitalar, serviços ambulatoriais, centro de oncologia, transplantes e engenharia biomédica.

O Hospital Beneficente Dr. César Santos iniciou o atendimento à população em 1960 com o nome de Hospital de Caridade, sendo que somente em 1970 passa a ter a denominação atual. Em 04 de agosto de 1971, pela lei nº 1.418, a instituição torna-se uma autarquia, ficando vinculada ao executivo municipal, com autonomia administrativa e financeira, sob fiscalização do poder legislativo. Conta atualmente com trinta e cinco leitos e um posto de enfermagem, destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde. Além disto, o Hospital realiza atendimento pediátrico e adulto 24 horas no Prontoatendimento, possuindo também serviços de psiquiatria, odontologia e cirurgia ambulatorial. O Serviço de Desintoxicação Química atende adolescentes de 12 a 17 anos para desintoxicação do uso de álcool, crack e outras drogas, possui 6 leitos e os pacientes são encaminhados pelos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) de Passo Fundo e região. Ainda conta com Agência Transfusional com convênio com o Hemopasso que garante o fornecimento de sangue e hemocomponentes conforme a necessidade dos pacientes. No Centro de Diagnósticos são realizados exames de Endoscopia, Ultrassonografia, Eletroencefalograma, Eletrocardiograma, Radiologia, Mamografia e exames de análises clínicas. Em 2018 iniciaram-se as obras de reforma e ampliação do hospital, com a ampliação de 19 leitos, do centro de diagnóstico, farmácia interna e área administrativa. Além disso, serão reformadas a emergência, a ala psiquiátrica e parte da internação, com previsão de dois anos de obra.

2.7.3. EQUIPAMENTOS DE ATENÇÃO SOCIAL

A política pública nacional de Assistência Social se baseia nas diretrizes e objetivos previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, em que se entende a Assistência Social como "...direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizados para garantir o atendimento às necessidades básicas." Define os beneficiários, estabelece as competências e responsabilidades de cada uma das três esferas governamentais e de suas instâncias de controle social. Além de instituir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema descentralizado, responsável pela gestão e organização de programas de oferta, projetos e serviços de Assistência Social em todo território nacional.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que determina que a proteção social deva ter como critério principal as zonas de maior vulnerabilidade social e garantir a segurança de sobrevivência e promover centros de acolhida e a convivência familiar.

Em Passo Fundo é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social (SEMCAS) gerir as ações socioassistenciais, segundo a Norma Operacional Básica da rede de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que disciplina a descentralização administrativa em relação às esferas do governo e as formas de aplicação dos recursos públicos.

A tabela 2.7.4 apresenta a conceituação dos equipamentos de atenção social por tipologia e níveis de atenção:

Tipologias de Equipamentos de Atenção Social

Tipologia de Equipamento	Conceituação por níveis de atenção
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	**I. Equipamentos de Proteção Social Básica:** Os serviços realizados pelos CRAS consolidam o modelo de atenção à população mais pobre e vulnerável. O princípio básico da assistência social é de que a família como um todo seja o principal objeto de análise e observação. Os CRAS também contam com serviço de Cadastro Único e Bolsa Família, a fim garantir o direito das famílias à alimentação adequada. Estes núcleos normalmente são implementados na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS).
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	**II. Equipamentos de Proteção Social Especial de Média Complexidade:** Atendem aos casos em que a família e/ou indivíduo está em situação de risco pessoal ou social, abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, etc.
Casas de Acolhimento	**III. Equipamentos de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:** Atende aos casos em que os direitos do indivíduo ou da família já foram violados e quando o vínculo familiar foi rompido. Garante proteção integral (moradia, alimentação, trabalho) para os que estão em situação de ameaça, necessitando deixar o núcleo familiar ou comunitário.

Tabela 2.7.4: Tipologias de Equipamentos de Atenção Social
Fonte: Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público, 2013

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são responsáveis pela prestação de serviços e programas socioassistenciais de Proteção Social Básica às famílias e indivíduos e à articulação destes serviços no seu território de abrangência. Trata-se de uma articulação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social e organizar a vigilância da exclusão social de sua área de abrangência, em conexão com outros territórios.

O CRAS faz atendimento individual, em grupo, visitas domiciliares, acolhida e diversos encaminhamentos para a rede socioassistencial. Faz a articulação da rede existente na sua área de abrangência fazendo um trabalho em parceria com as entidades. São feitas as pré-inscrições para o PRONATC, cursos da LEÃO XIII, Aprendiz Cidadão, PAC, CadÚnico, encaminhamento para identidade, tarifa social de água entre outros.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) estipula o número mínimo de CRAS de acordo com o porte do município. Nesta classificação, o município de Passo Fundo é considerado uma cidade de grande porte e recebe a determinação de existir no mínimo 4 CRAS.

O sistema atual de atendimento estabelece uma divisão do território em quatro grandes regiões (Nordeste, Noroeste, Sudeste, Sudoeste), nas quais oferecem serviço através de 4 unidades CRAS, conforme figura 2.7.15, ver mapa 2.7.3, no caderno de mapas, com capacidade de atendimento máximo de 5.000 famílias em cada uma, representando a capacidade de atendimento total de 20.000 famílias.

Equipamentos de Atenção Social Existentes

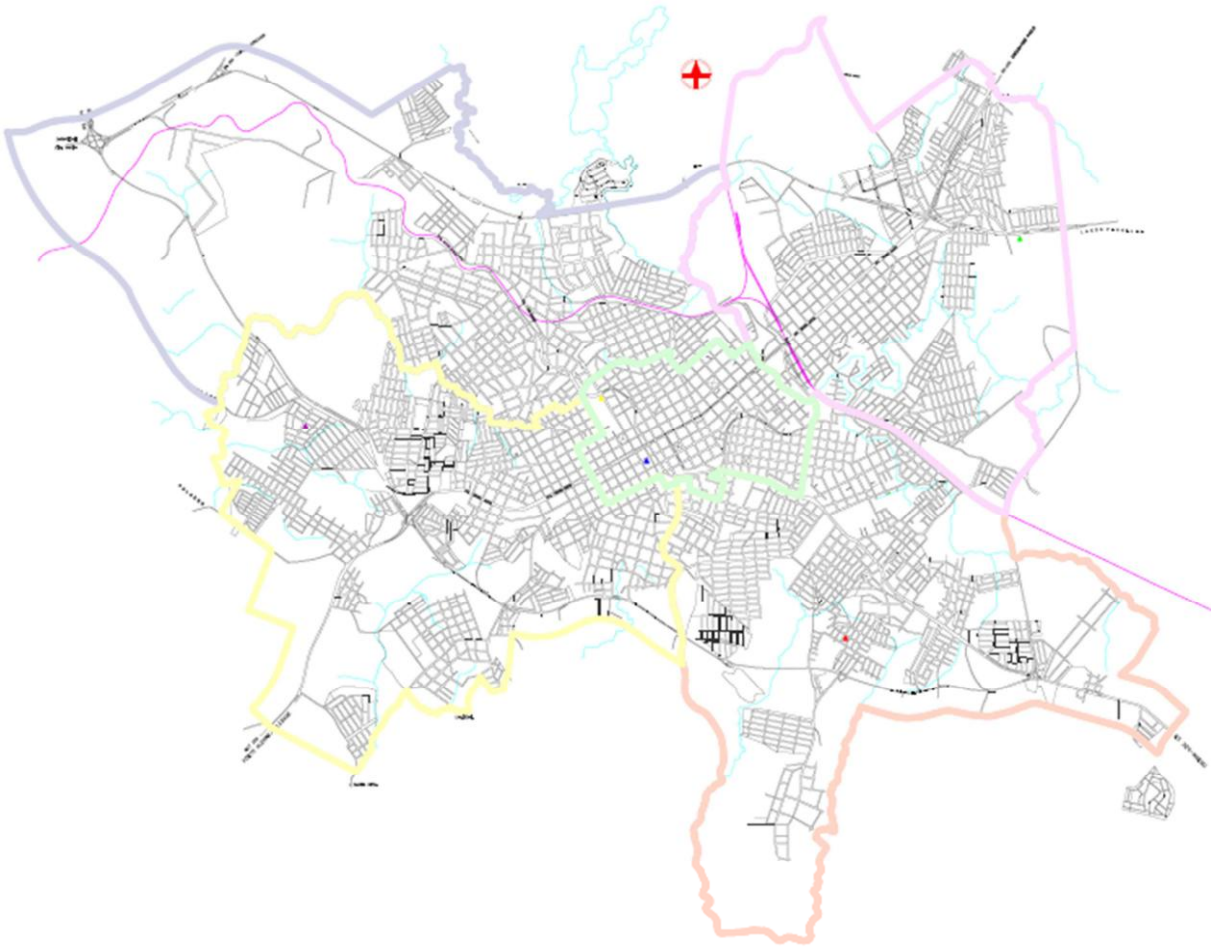


Figura 2.7.15: Equipamentos de Atenção Social Existentes
Fonte: Seplan

A tabela 2.7.5 apresenta o número de famílias cadastradas e em acompanhamento em cada CRAS:

Atendimento nos CRAS

NOME	REGIÃO	Nº FAMÍLIAS CADASTRADAS	Nº FAMÍLIAS EM ATENDIMENTO
CRAS I	NORDESTE	4.735	112
CRAS II	NOROESTE	5.613	191
CRAS III	SUDESTE	4.842	108
CRAS IV	SUDOESTE	5.008	287

Tabela 2.7.5: Atendimento CRAS
Fonte: SEMCAS, Setembro/2018

Para localizar a população de menor renda e em situação de risco, sujeitos principais de atenção dos CRAS, utilizou-se o dado da população que possui renda nominal mensal inferior a meio salário-mínimo e sua distribuição territorial nos setores de Passo Fundo, conforme ilustra a tabela 2.7.6:

Rendimento nominal mensal da população por setor até ½ salário-mínimo

Setor		Rendimento nominal mensal até 1/2 salário mínimo		
		Pessoas	Proporção	No. Famílias
Passo Fundo		46.134,0	29,5%	13.980,0
01	Bairro Centro "Centro e Vila Vergueiro"	5.280,0	22,6%	1.600,0
02	Bairro Boqueirão	4.831,0	28,2%	1.463,9
03	Bairro Vera Cruz	4.861,0	28,5%	1.473,0
04	Bairro Petrópolis	3.127,0	30,2%	947,6
05	Bairro São Luiz Gonzaga	3.315,0	37,0%	1.004,5
06	Bairro "Vila Cruzeiro"	684,0	31,3%	207,3
07	Bairro Lucas de Araújo	1.921,0	25,1%	582,1
08	Bairro Santa Marta	1.582,0	36,1%	479,4
09	Bairro Integração	2.602,0	41,4%	788,5
10	Bairro "Vila Vitor Issler"	1.096,0	34,7%	332,1
11	Bairro São José	2.052,0	29,0%	621,8
12	Bairro São Cristóvão	2.736,0	28,3%	829,1
13	Bairro Roselândia	395,0	32,0%	119,7
14	Bairro "Vila Mattos"	316,0	24,9%	95,8
15	Bairro Annes "Vila Fátima e Vila Annes"	1.490,0	28,7%	451,5
16	Bairro José Alexandre Zachia	1.053,0	39,5%	319,1
17	Bairro Valinhos "Loteamento Industrial e São Lucas	1.188,0	34,9%	360,0
18	Bairro "Vila Luiza"	2.083,0	30,0%	631,2
19	Bairro "Vila Rodrigues"	1.245,0	27,0%	377,3
20	Bairro "Vila Santa Maria"	1.104,0	27,7%	334,5
21	Bairro Planaltina	1.751,0	31,7%	530,6
22	Bairro Nenê Graeff	1.128,0	30,6%	341,8

Tabela 2.7.6: Rendimento nominal mensal da população por setor até ½ salário-mínimo
Fonte: dados IBGE 2010 - Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público, 2013

Observando-se a tabela 2.7.5 pode-se constatar que Passo Fundo possui o número mínimo de CRAS pelo porte da cidade, mas o número de famílias cadastradas nos CRAS II e IV já ultrapassaram a indicação de no máximo 5.000 famílias. Apesar disso, o número de famílias em acompanhamento chega a 287 famílias no CRAS IV, indicando que os equipamentos existentes não utilizam de sua total capacidade de atendimento.

Os dados da tabela 2.7.6 mostram que 29,5% da população do município possui renda nominal mensal inferior a meio salário-mínimo. Embora esta população esteja concentrada nos setores 5, 8, 9 e 16, são os setores 1, 5, 9 e 21 que oferecem serviços de atenção social nos CRAS do município.

Foram identificados alguns setores que apresentam maior concentração de famílias com renda per capita mensal inferior a meio salário-mínimo e que não dispõem de fácil acesso ao serviço de atenção social. Especialmente a população dos setores 8 e 16 que encontram atualmente dificuldade de acesso aos demais Centros de Referência de Assistência Social devido às barreiras físicas existentes e pela atual desarticulação das linhas operadas pelas empresas que prestam serviços de transporte coletivo entre os setores.

O CRAS I, região Nordeste, figura 2.7.16, está localizado na regional Leste, setor 05, no bairro São José. A maior demanda de atendimento deste equipamento está nos bairros São José, Petrópolis e São Luiz Gonzaga.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) I

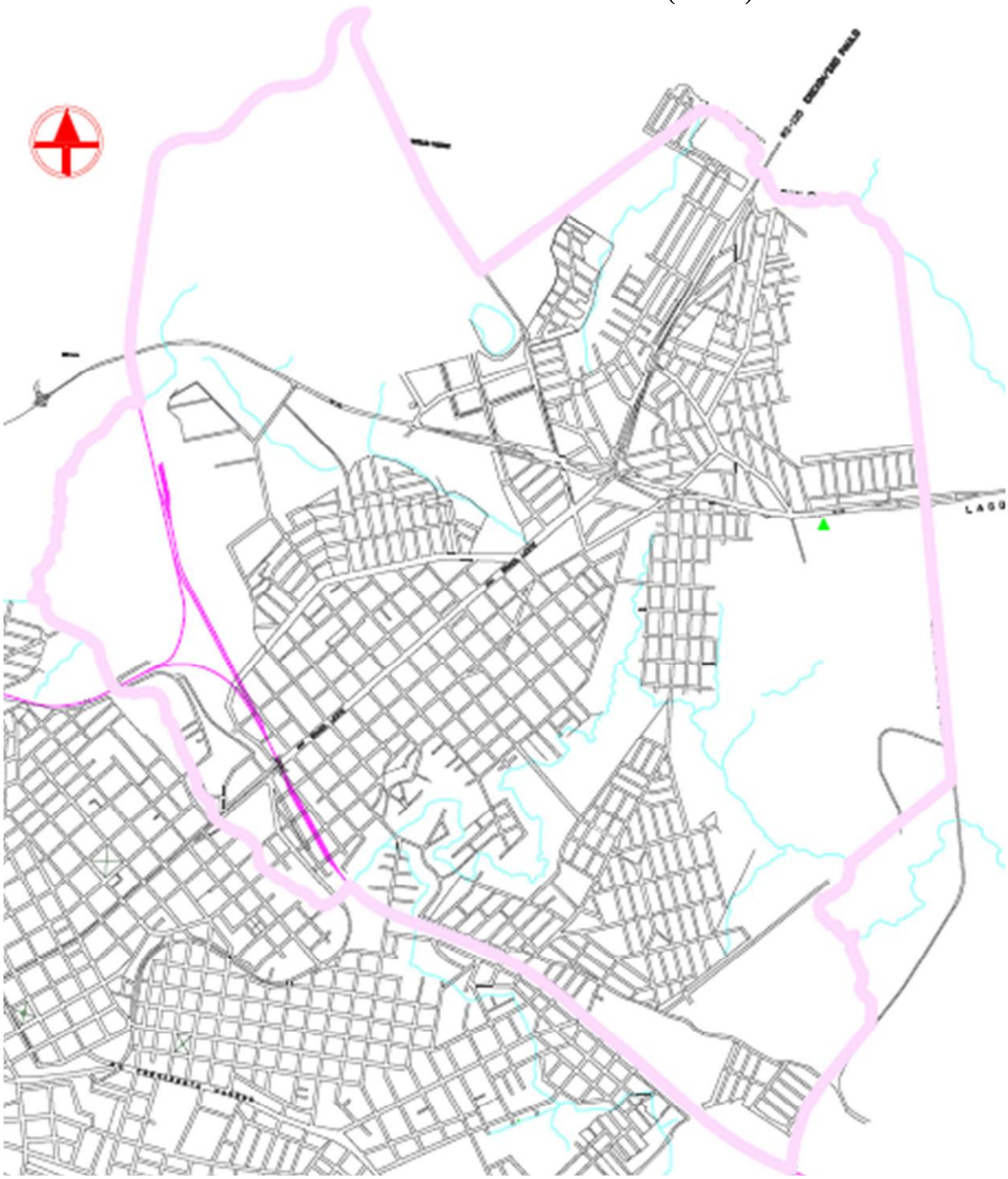


Figura 2.7.16: CRAS I
Fonte: Seplan

O CRAS I presta os seguintes serviços:

- PAIF: tem o objetivo de prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social, fortalecendo a função protetiva da família, contribuindo assim para sua emancipação e melhoria na qualidade de vida.

- Rincão da Saudade: Tem por objetivo promover momentos de integração e socialização, oportunizando a reinserção social com o aumento da autoestima e valorização de pessoas acima de 60 anos.

- Projovem: tem por objetivo garantir o atendimento descentralizado aos adolescentes de 15 a 17 anos, no território de abrangência do CRAS, prestando atendimento socioassistencial, potencializando a rede de Proteção Básica, atuando de forma preventiva sobre aspectos de risco e por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- Guri Guria: tem por objetivo complementar o trabalho social com famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), beneficiários do Programa Bolsa Família e cadastradas no Cadúnico, oferecendo um espaço onde os adolescentes se identifiquem como cidadãos com direitos e deveres, assegurando um espaço de referência para o convívio grupal, familiar, comunitário e social, prevenindo a institucionalização e a segregação dos adolescentes, propiciando a formação cidadã, com o desenvolvimento das relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo, possibilitando a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes. Atende adolescentes de 12 a 14 anos incompletos.

- Brincar e Aprender: tem por objetivo complementar o trabalho social com famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), beneficiárias do Programa Bolsa Família e cadastradas no Cadúnico oferecendo um espaço para o desenvolvimento de potencialidades, buscando conhecer os seus direitos e contribuindo para a construção da cidadania. Atende crianças de 7 a 11 anos.

- Brincando e Construindo a Cidadania: Tem por objetivo promover atividades de convivência, fortalecimento de vínculos e socialização através de atividades lúdicas, com brinquedos e brincadeiras que favoreçam o desenvolvimento e a sociabilidade. Atende famílias com crianças de 0 a 6 anos.

O CRAS II, região Noroeste, figura 2.7.17, está localizado na regional Centro, setor 01, no bairro Vera Cruz. A maior demanda de atendimento deste equipamento são dos bairros Vera Cruz, Industrial, Nonoai e São Bento.

CRAS II e CREAS

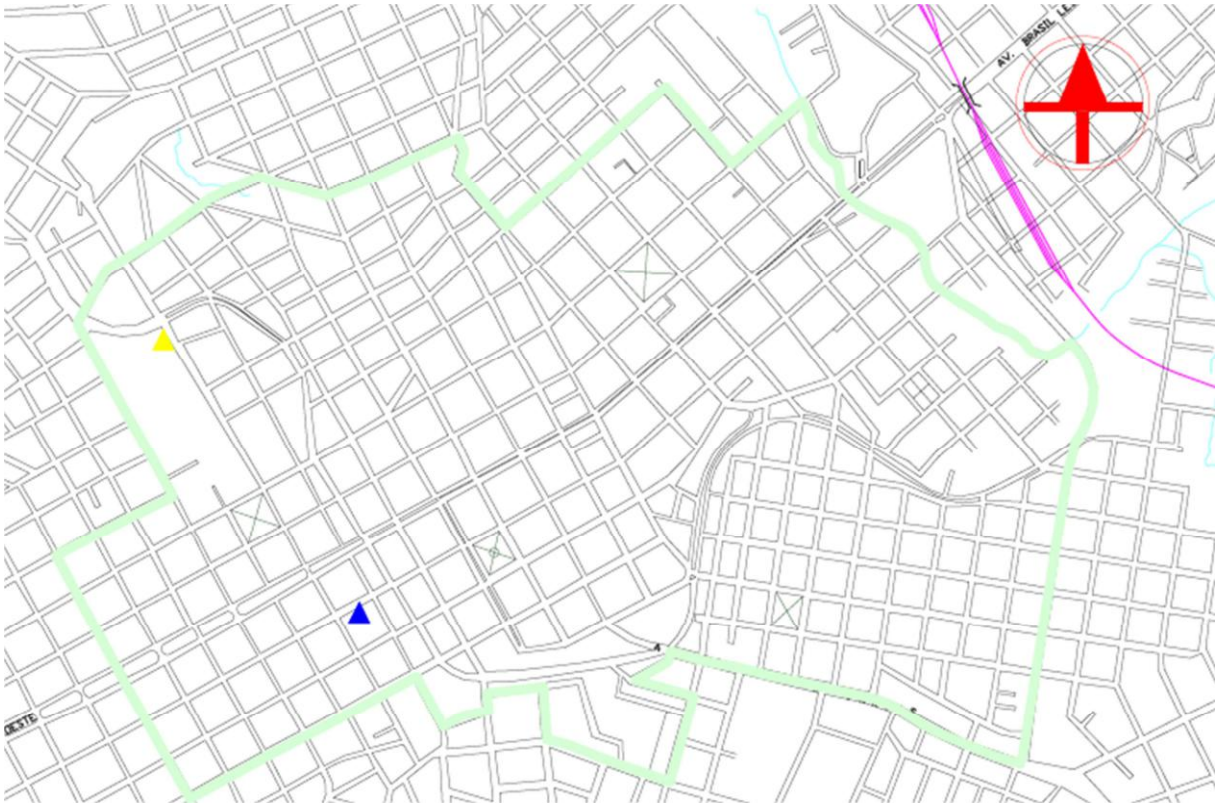


Figura 2.7.17: CRAS II e CREAS
Fonte: Seplan

O CRAS II presta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), Rincão da Saudade, Projovem, Guri Guria, Brincar e Aprender e Brincando e Construindo a Cidadania.

O CRAS III, região Sudeste, figura 2.7.18, está localizado na regional Sul, setor 21, no bairro Planaltina. A maior demanda de atendimento deste equipamento são dos bairros Planaltina, Bom Jesus e Cruzeiro.

CRAS III

Figura 2.7.18: CRAS III
Fonte: Seplan

O CRAS III presta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), Grupo de Idosos, Projovem, Guri Guria, Brincar e Aprender e Brincando e Construindo a Cidadania.

O CRAS IV, região Sudoeste, figura 2.7.19, está localizado na regional Oeste, setor 09, no bairro Professor Schisler. A maior demanda de atendimento deste equipamento vem dos bairros Parque do Sol, Professor Schisler e Ipiranga.

CRAS IV

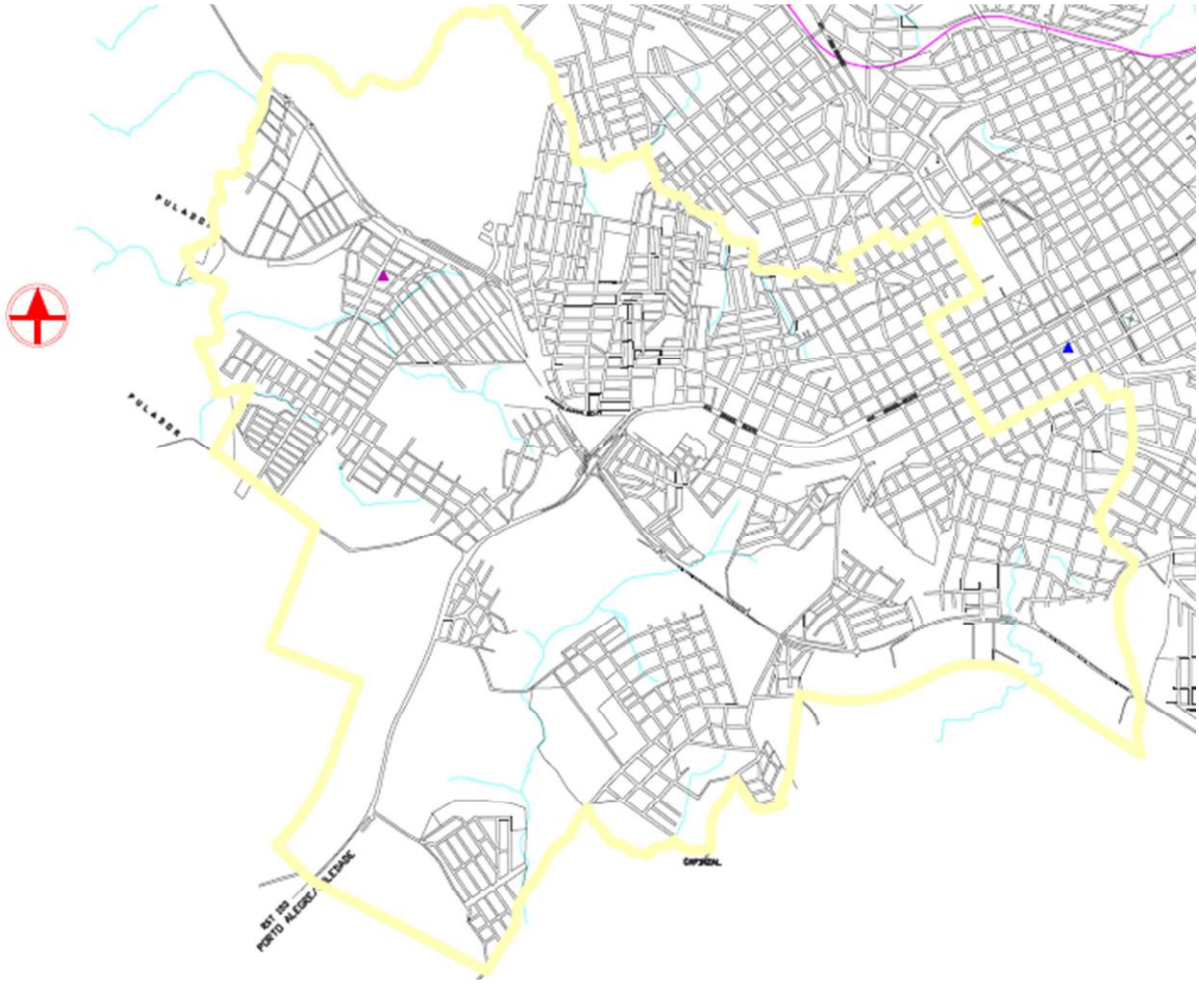


Figura 2.7.19: CRAS IV
Fonte: Seplan

O CRAS IV presta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência para Idosos, Projovem, Guri Guria, Brincar e Aprender e Brincando e Construindo a Cidadania.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). A oferta de atenção especializada e continuada deve ter como foco a família e a situação vivenciada. Essa atenção especializada tem como foco o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção.

O CREAS deve, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação apresentada. O CREAS pode ter abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, abrangendo, neste caso, um conjunto de municípios, de modo a assegurar maior cobertura e eficiência na oferta do atendimento.

O CREAS está localizado na regional Centro, setor 01. São realizados atendimentos individuais ou coletivos, de acordo com a necessidade. No mês de setembro de 2018, foram realizados 371 atendimentos individualizados, 105 visitas domiciliares e há 258 famílias em acompanhamento.

Passo Fundo conta com 3 casas de acolhimento institucional que atendem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, residentes no município de Passo Fundo, que estejam em situação de vulnerabilidade social, com seus direitos violados e necessitados de medida protetiva de abrigo, encaminhada pela autoridade judiciária, conforme preceitua a Lei 12.010 de 03.08.09, sem condições de permanência ou reintegração ao convívio familiar. As crianças e adolescentes permanecem na casa até a liberação de retorno ao convívio familiar ou até a sua adoção caso não seja possível ao retorno à família. Cada casa pode abrigar no máximo 20 crianças/ adolescentes.

Existe também o serviço de Família Acolhedora que atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, residentes no município de Passo Fundo, na mesma situação daquelas atendidas nas casas de acolhimento, mas em vez de permanecerem na casa de acolhimento, a família acolhedora recebe a criança ou adolescente até que este possa retornar ao convívio familiar. Atualmente 8 crianças e adolescentes estão acolhidos pelas famílias cadastradas no serviço.

Além disso, a cidade conta com a casa de apoio à mulher vítima de violência, Casa Maria da Penha, que tem como objetivo acolher mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores de 18 anos residentes no município. Esta casa atende até 12 mulheres.

Outra casa de acolhimento institucional, chamada atualmente de Casa de Passagem Madre Teresa de Calcutá, foi fundada em dezembro de 1982 com o nome de Albergue Municipal Madre Teresa de Calcutá, nomenclatura que foi alterada por volta do ano de 2009. O espaço de acolhimento é destinado às famílias e/ou indivíduos com vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir acolhimento provisório. O serviço está estabelecido em nível de alta complexidade, na Proteção Social Especial na estrutura do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, executado pelo município de Passo Fundo. O objetivo da unidade é a oferta de acolhimento imediato, emergencial e provisório para pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e/ou pessoas em trânsito (transeuntes) e sem condições de auto sustento. Busca atender as demandas e necessidades de cada sujeito para suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, registros administrativos, segurança, orientações e encaminhamentos de cada atendido pela unidade. A unidade mantida pela Prefeitura de Passo Fundo tem capacidade para atender 30 pessoas adultas diariamente, sendo 20 vagas masculinas e 10 vagas femininas. O acesso ao serviço pode ser através de demanda espontânea ou de encaminhamento da rede de proteção.

Também, há o centro de referência especializado para população em situação de rua Júlio Rosa (Centro POP), que é o local destinado a jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ ou sobrevivência. Tem como objetivo possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial, contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento, contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua e promover ações para a reinserção familiar e/ ou comunitária. O serviço ofertado tem ainda a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. O Centro Pop Júlio Rosa promove o acesso a espaços com guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação, oficinas e provisão de documentação civil.

2.7.4. EQUIPAMENTOS CULTURAIS

No Brasil, a cultura vem sendo tratada como um eixo das políticas públicas de desenvolvimento, expresso no Plano Nacional de Cultura (PNC) e na criação da Secretaria da Economia Criativa, em 2011, ligada ao Ministério da Cultura (MinC).

Os equipamentos culturais compõem a infraestrutura para produção e oferta de bens e serviços culturais a serem utilizados por atividades que envolvem o setor cultural. São equipamentos abertos ao público, que podem ser mantidos pela iniciativa privada ou pelo poder público.

O Plano Municipal de Cultura do Município de Passo Fundo, de 2016, busca definir políticas públicas de longo prazo que garantam a proteção e promoção do patrimônio, dos direitos culturais e da cultura em todo o município, o acesso à produção e a apropriação da cultura, a valorização da cultura como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão e o acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

Na análise, foram considerados equipamentos culturais bibliotecas, teatros, salas de eventos, museus, salas de artes, centros de tradições gaúchas e os bens tombados como patrimônio histórico e cultural, conforme figura 2.7.20, ver mapa 2.7.4 no caderno de mapas.

Equipamentos Culturais Existentes

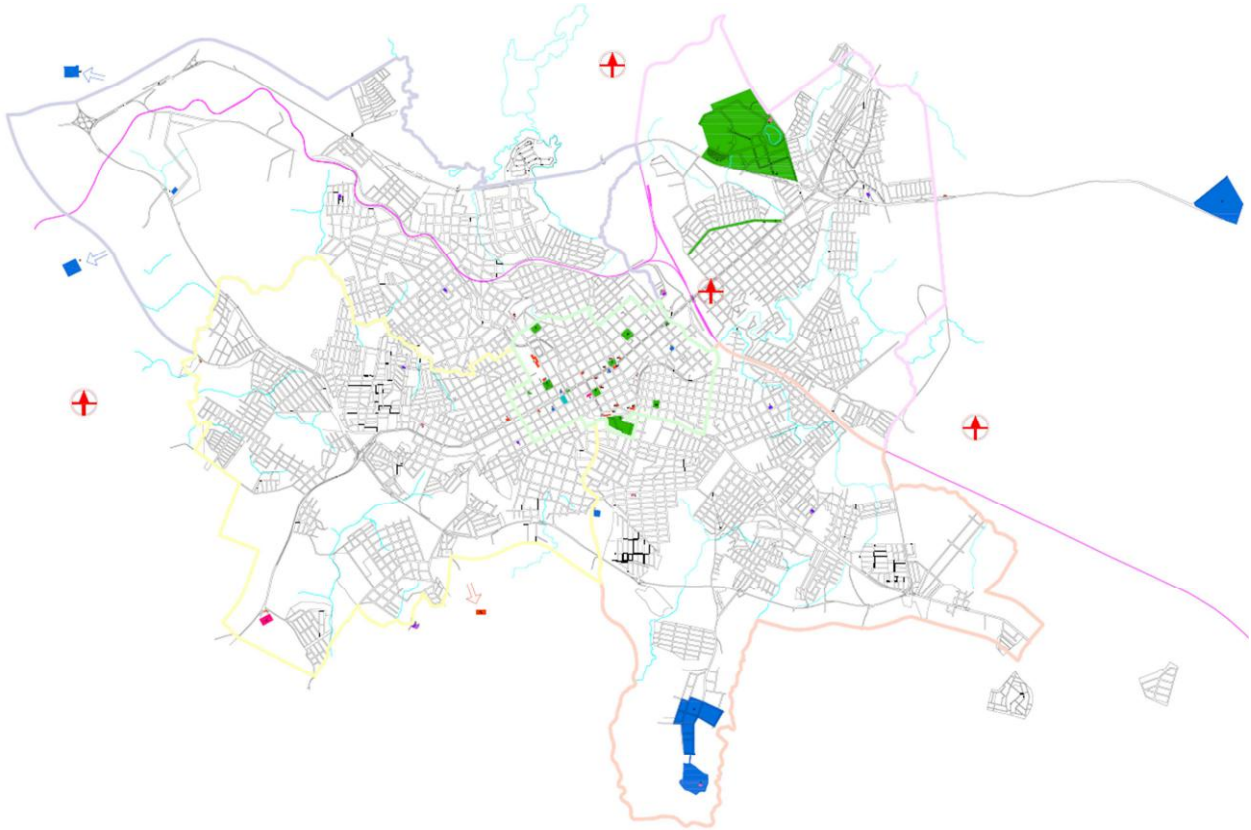


Figura 2.7.20: Equipamentos Culturais Existentes
Fonte: Seplan

As entidades tradicionalistas da região do Rio Grande do Sul são de grande importância para a identidade cultural e social da população. O Centro de Tradições Gaúchas (CTG) pode ser considerado centro cultural de integração social de seus participantes, do bairro e das comunidades do município, através da organização e gestão de diversas atividades socioculturais e eventos tradicionalistas. Foram identificados 10 CTG’s no município, que estão demarcados na figura 2.7.19: CTG Lalau Miranda, CTG Tropel de Caudilhos, CTG Eduardo Muller, CTG Osório Porto, CTG Dom Felipe de Nadal, CTG Fagundes dos Reis, CTG Moacir da Motta Fortes e CTG União Campeira, CTG Estância Nova e CTG Amigos da Tradição, no Distrito de Bela Vista. Também pode-se destacar os departamentos tradicionalistas do Clube Industrial, do Clube Juvenil e do Simpasso (Sindicato dos Servidores Municipais de Passo Fundo).

Merece destaque o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, que foi criado pela Lei nº 4097, de 24 de dezembro de 2003 e alterado pela Lei nº 5283/ 2017, localizado na Avenida Brasil, setor 01, regional Centro, figura 2.7.21.

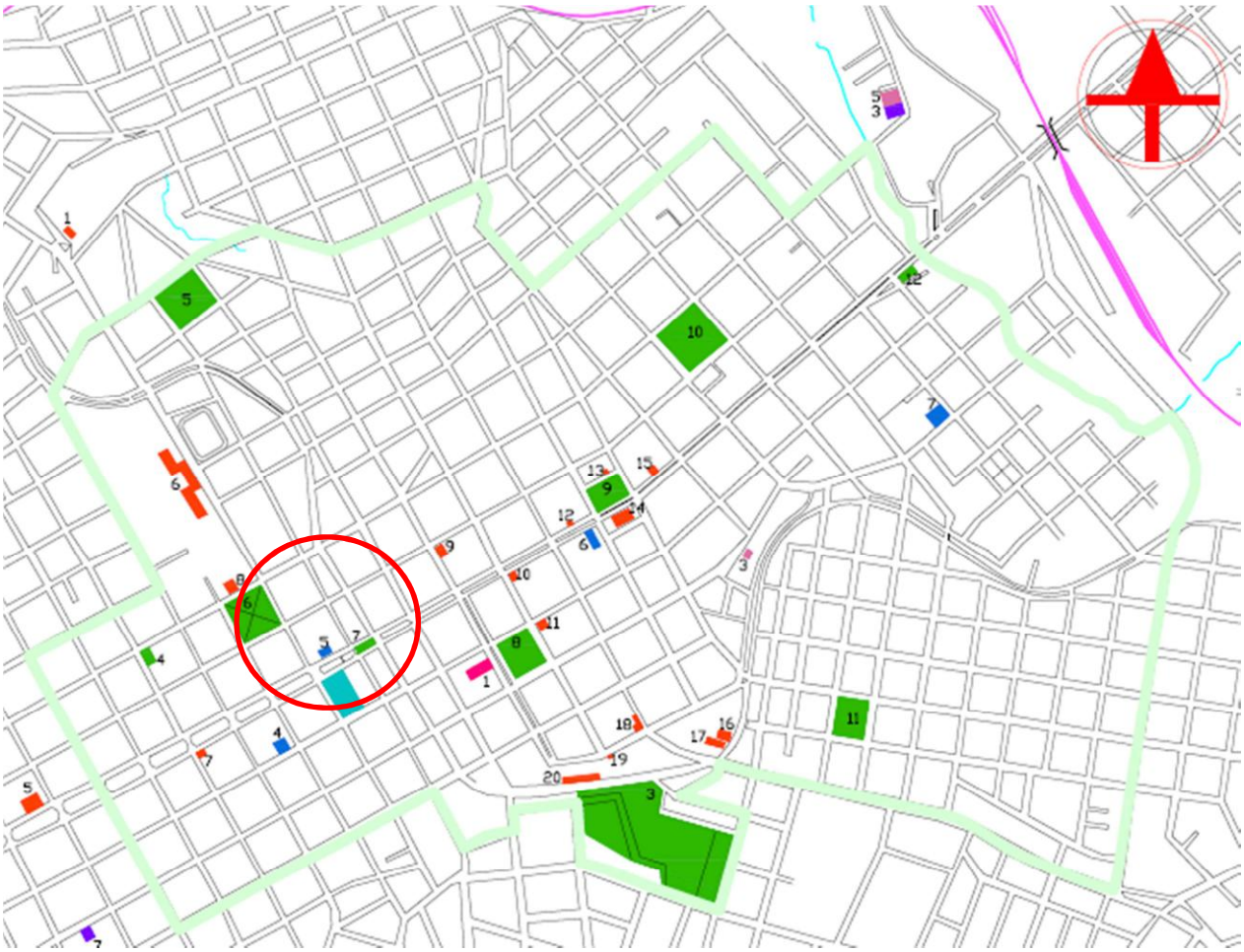


Figura 2.7.21: Equipamentos Culturais Regional Centro
Fonte: Seplan

Este espaço público compreende o Teatro Municipal Múcio de Castro, Sala de Exposições Desdêmona Aires, Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski, Museu Histórico Regional, Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Academia Passo-fundense de Letras, Instituto Histórico de Passo Fundo e Arena Instituto Histórico de Passo Fundo.

O Teatro Municipal Múcio de Castro é o prédio mais antigo do espaço. Foi sede para várias entidades, além de uma instituição de ensino e da Câmara Municipal de Vereadores. Como Teatro, foi inaugurado em dezembro de 1991. Foi reformado e reinaugurado em maio de 2015, com capacidade para 164 expectadores. De maio de 2015 até março de 2018, o Teatro Municipal Múcio de Castro recebeu 306 espetáculos e 26.487 expectadores, com média mensal de 757 expectadores e aproximadamente 9 espetáculos por mês.

A Sala de Exposições Desdêmona Aires foi inaugurada em 2017, localizada no segundo andar do prédio do Teatro Municipal Múcio de Castro, recebe exposições de pinturas, desenhos, fotografias, esculturas, pequenas instalações e performances, assim como coleções de uma forma específica de arte, com intuito de divulgar e valorizar a arte e o artista da cidade.

A Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski foi criada através do decreto de lei federal nº 1.939, pelo então prefeito Arthur Ferreira Filho. Foi inaugurada no dia 02 de abril de 1940, na Sede do Grêmio Passo-fundense de Letras. Em 1982 foi construído o prédio no espaço cultural, onde funciona até hoje. Desde 2013, a Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski apresenta um novo conceito de biblioteca, com um espaço dedicado às crianças e formação de novos leitores, ao aprendizado de novas linguagens e à percepção audiovisual. Uma área com espaço ao ar livre foi incorporada à redefinição das salas com o intuito de favorecer a leitura. Além disso, todas as estantes têm dicas de leitura, obras de arte expostas,

contação de histórias e palco para apresentações. Além de contar com um acervo entre os diferentes gêneros da literatura, a biblioteca oferece o Espaço Autor Passo-fundense, com a intenção de valorizar a produção intelectual local.

A edificação onde funciona o Museu Histórico Regional e o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider foi construída em 1911. O prédio abrigou a Intendência Municipal até 1930 e posteriormente a Prefeitura de Passo Fundo até 1976, quando foi edificado o atual centro administrativo Municipal. A partir de então, o prédio passou a ser usado pela Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Desporto, sendo uma de suas salas destinada ao Museu Histórico. No ano de 1996, foi reinaugurado o Museu Histórico Regional e inaugurado o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, que ocupam o prédio da Antiga Intendência Municipal. A edificação da Academia Passo-fundense de Letras foi construída em 1915 para abrigar o Clube Pinheiro Machado. É o terceiro prédio mais antigo do espaço cultural. A porta de entrada do prédio é conhecida, popularmente, como a porta mais alta do Estado. Por ele passaram instituições de ensino e de cultura. Em 1940 também foi sede da primeira Biblioteca Municipal de nossa cidade. No ano de 1960 passou a ser chamado de Academia Passo-Fundense de Letras, onde são mantidas suas atividades até os dias de hoje.

O Instituto Histórico de Passo Fundo foi fundado em 1954 e ganhou uma sede própria em 2017 dentro do espaço cultural. É uma entidade sem fins lucrativo, formada por pessoas interessadas pela história, o instituto guarda documentos históricos, livros, pesquisas e promove eventos.

A Arena Instituto Histórico de Passo Fundo está localizada no pátio interno do complexo cultural, foi inaugurada em 2017 e nasceu para incentivar a arte e os artistas de Passo Fundo, onde recebe shows e eventos culturais como o Encontro das Etnias de Passo Fundo, entre outros.

Além dos espaços públicos, o município possui diversos espaços particulares com atividades culturais.

No setor 01, regional Centro, destacam-se o Teatro do SESC com capacidade para 346 expectadores, a Sala de Espetáculos da UPF no campus III, com capacidade para 150 pessoas, que realiza espetáculos e outras atividades cênicas. O Colégio Notre Dame também possui um auditório, que integra o complexo educacional da instituição de ensino, com capacidade para receber até 1100 espectadores, divididos entre plateia e mezanino.

No setor 17, regional Norte, ver figura 2.7.22, destaca-se o Gran Palazzo centro de eventos, composto por cinco salões, sendo que o espaço Reale possui capacidade para até 5.000 pessoas.

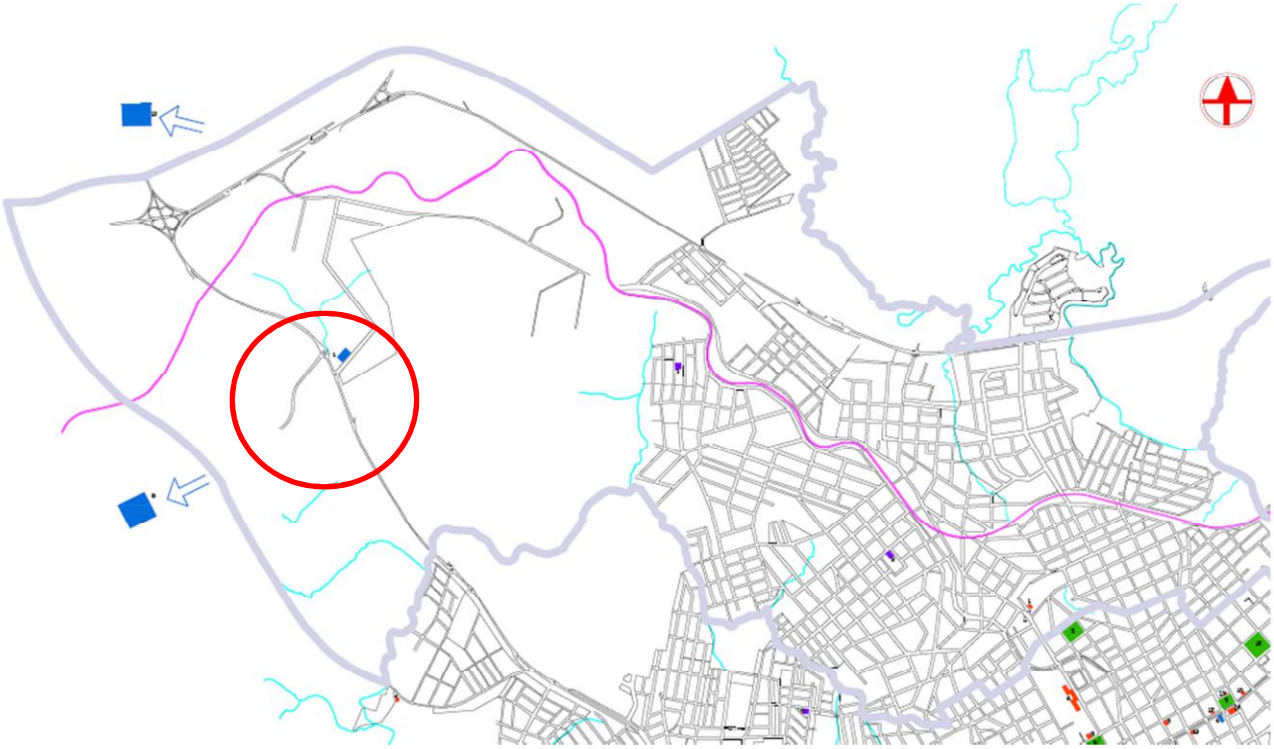


Figura 2.7.22: Equipamentos Culturais Regional Norte - Fonte: Seplan

No setor 11, regional Leste, ver figura 2.7.23, destaca-se no campus I da Universidade de Passo Fundo, o Centro de Eventos, inaugurado em 2001, com área construída de 2.027,76m² e dois auditórios, um com capacidade para 600 pessoas e outro para 400 pessoas.

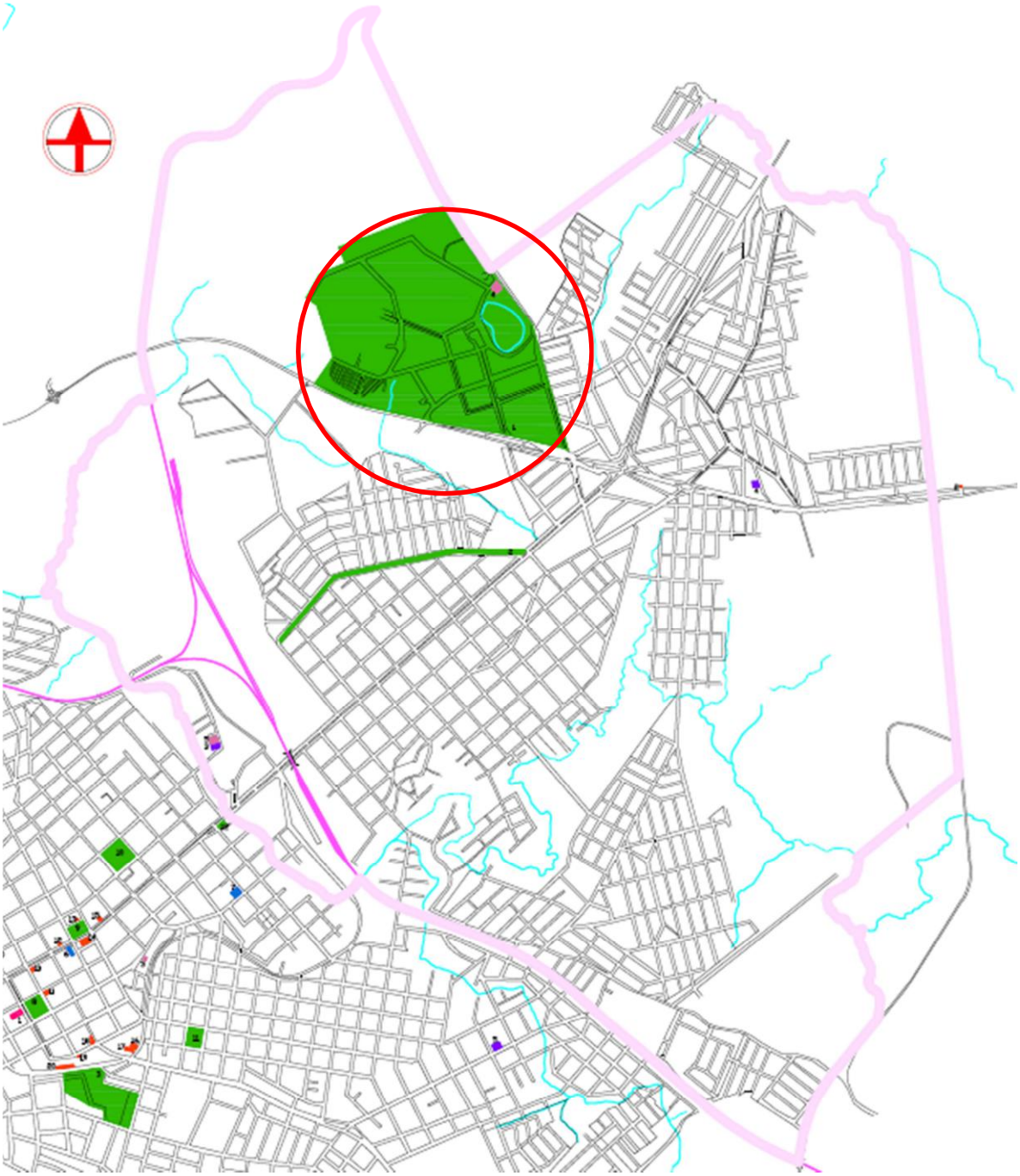


Figura 2.7.23: Equipamentos Culturais Regional Leste
Fonte: Seplan

Além das bibliotecas municipais, as bibliotecas particulares também cumprem função social, como por exemplo, a Biblioteca Central da UPF no Campus Universitário, as bibliotecas do SESC e do SESI.

O Serviço Social do Comércio (SESC) é uma entidade de caráter privado existente desde 1946, mantida e administrada por empresários associados à Confederação Nacional do Comércio (CNC) desempenhando em Passo Fundo e também no estado do Rio Grande do Sul um papel social.

O Serviço Social da Indústria (SESI) é uma entidade de caráter privado mantida e administrada pelas empresas do setor industrial do município, com a finalidade de atender os trabalhadores, através de centros esportivos e centros de atividades. Em Passo Fundo o SESI dispõe além de uma biblioteca, uma sala de eventos, sala de treinamento, ginásio poliesportivo, quadra externa de futsal e escola de ensino fundamental. Também se destaca o Centro de Referência de Literatura e Multimeios – Mundo da Leitura

pertencente ao laboratório da faculdade de Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. O Centro oferece atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à formação do leitor, à difusão da literatura e ao universo em que se constituem as múltiplas linguagens. Seu objetivo é atender a demanda de um novo leitor, crítico, capaz de se comunicar em todos os universos da comunicação.

O Arquivo Histórico Regional (AHR) iniciou suas atividades com a denominação de Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Campus I, em 1984. Após uma reorganização física e nominativa, recebeu a designação atual e foi alocado no Campus III da UPF, no centro de Passo Fundo. O AHR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF e ao curso de Graduação em História, servindo de local de depósito e conservação e, sobretudo, de laboratório para pesquisadores da cidade e região, vetor para a produção do conhecimento. Seu objetivo é a preservação e manutenção de obras documentais de Passo Fundo e região, com mobilização para a pesquisa acadêmica.

O Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (MUZAR), parte do Instituto de Ciências Botânicas da Universidade de Passo Fundo, tem como objetivo a preservação e manutenção de coleções representativas de zoologia, botânica, geologia, paleontologia, além de desenvolver projetos de educação ambiental e investigação na região do Planalto do Rio Grande do Sul.

O Museu do Imigrante de Passo Fundo foi inaugurado em 2011, com um acervo de mais de 800 peças, e funciona dentro do Centro cultural Anita Garibaldi que fica na Casa de Cultura Santo Claudino Verzeleti. O centro cultural constitui-se dos seguintes acervos e instituições: Capitel Santa Helena, Museu do Imigrante, Confraria da Polenta, Confraria do Talian e Projeto Pró-memória de Passo Fundo.

O Museu do Centro de Tradições Gaúchas Lalau Miranda, localizado no próprio CTG, reúne peças de indumentária gaúcha, armas antigas e outros objetos tradicionais do município e região.

O Museu Paixão Côrtes, localizado junto ao CTG Tropel de Caudilhos, reúne objetos e indumentárias tradicionais gaúchas.

O Museu do Teixeirinha foi inaugurado em 2011 no Parque de Rodeios da Roselândia. Além de fotos e banners de seus filmes, o acervo conta com objetos pessoais do músico.

O Museu Raimundo Damin, localizado junto a Rádio Planalto, possui mais de 1.500 peças que contam a evolução da rádio ao longo dos anos.

O Museu do Automobilismo Brasileiro é um museu que teve origem na coleção de carros de corrida do empresário Paulo Afonso Trevisan. É o maior centro de documentação de fotos, filmes e documentos do automobilismo do Brasil e o maior trabalho de resgate do automobilismo nacional. Desde 2002, a Associação Cultural Museu do Automobilismo Brasileiro é a mantenedora do museu. Em 2012, um novo prédio de 4.000 metros quadrados foi inaugurado para melhorar as qualidades de armazenamento dos veículos. Dentro do acervo do museu estão presentes troféus, medalhas e diversos modelos de veículos de corrida, como carreteras, fórmulas, karts, stock car, rally, turismo e protótipos. Alguns modelos foram pilotados por grandes pilotos brasileiros, como Émerson Fittipaldi, Clóvis Morais, Alfredo Guaraná, Chico Lameirão, Pedro Muffato e Rubens Barrichello.

No Parque da Gare acontecem diversos eventos culturais no auditório ao ar livre, assim como nas diversas praças da cidade, pois são nas praças que ocorrem as principais manifestações sociais, econômicas e culturais, sendo de fundamental importância a preservação da história contida nestas áreas.

No Parque Ambiental do Banhado da Vergueiro há um anfiteatro ao ar livre onde acontecem vários eventos culturais.

No campus I da UPF também acontecem diversas atividades culturais.

No prédio da antiga estação férrea da Gare, está prevista uma sala da cultura junto ao complexo gastronômico que funcionará no local, onde acontecerão exposições de arte e eventos ligados à cultura.

Os bens tombados como patrimônio histórico e cultural do município fazem parte da cultura do município e foram demarcados no mapa 2.7.4 do caderno de mapas: o conjunto arquitetônico do Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, prédio do Banco Itaú, prédio da antiga estação férrea (Gare), Igreja Metodista,

prédio Texas do IE, ver figura 2.7.24, bebedouro de animais, prédio da cervejaria Brahma, túmulo do Fagundes dos Reis, escola municipal Padre Vieira, capela São Miguel, pórtico de entrada do santuário Nossa Senhora Aparecida, monumento Ruína, Quartel do Exército, colégio Protásio Alves, monumento Caixa D'água, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Silo, Moinho e Solar do Glória. Também foram demarcados os bens tombados provisoriamente: casa João Café, casa Della Méa, casa Morsch, casa Dipp e jazigo de Maria Elizabeth de Oliveira.

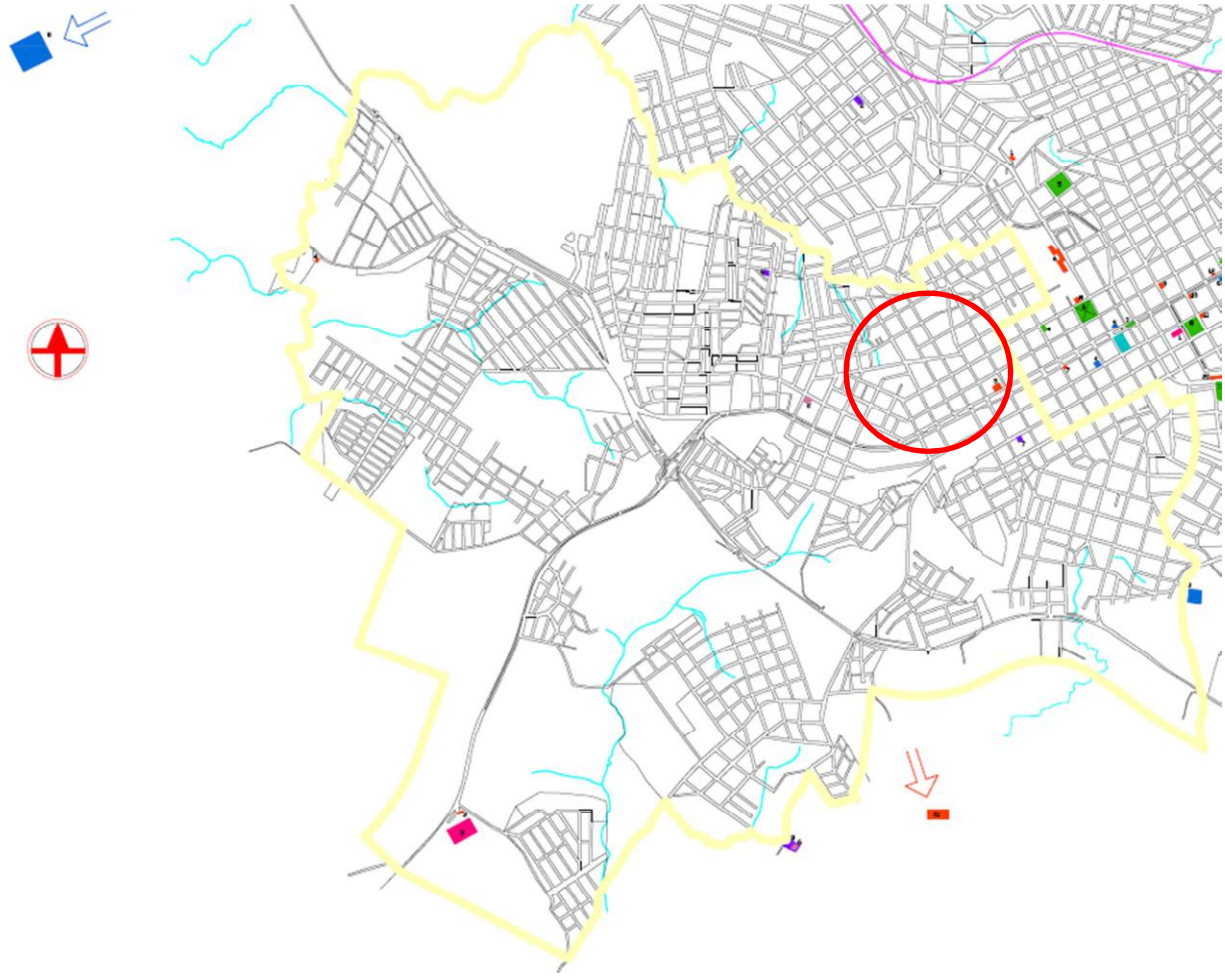


Figura 2.7.24: Equipamentos Culturais Regional Oeste
Fonte: Seplan

Além desses, pode-se destacar o monumento do Teixeirinha e o chafariz da mãe Preta que fazem parte da história e da cultura da cidade.

O Complexo Turístico de Roselândia, localizado no setor 13, regional Sul, ver figura 2.7.25, possui uma área com mais de 200 hectares, abrangendo cerca de 22 entidades, entre a sede campestre de clubes, CTG, kartódromo, escola de equitação e Parque de rodeios, sendo que somente este possui uma área de 75 mil metros de mata nativa.

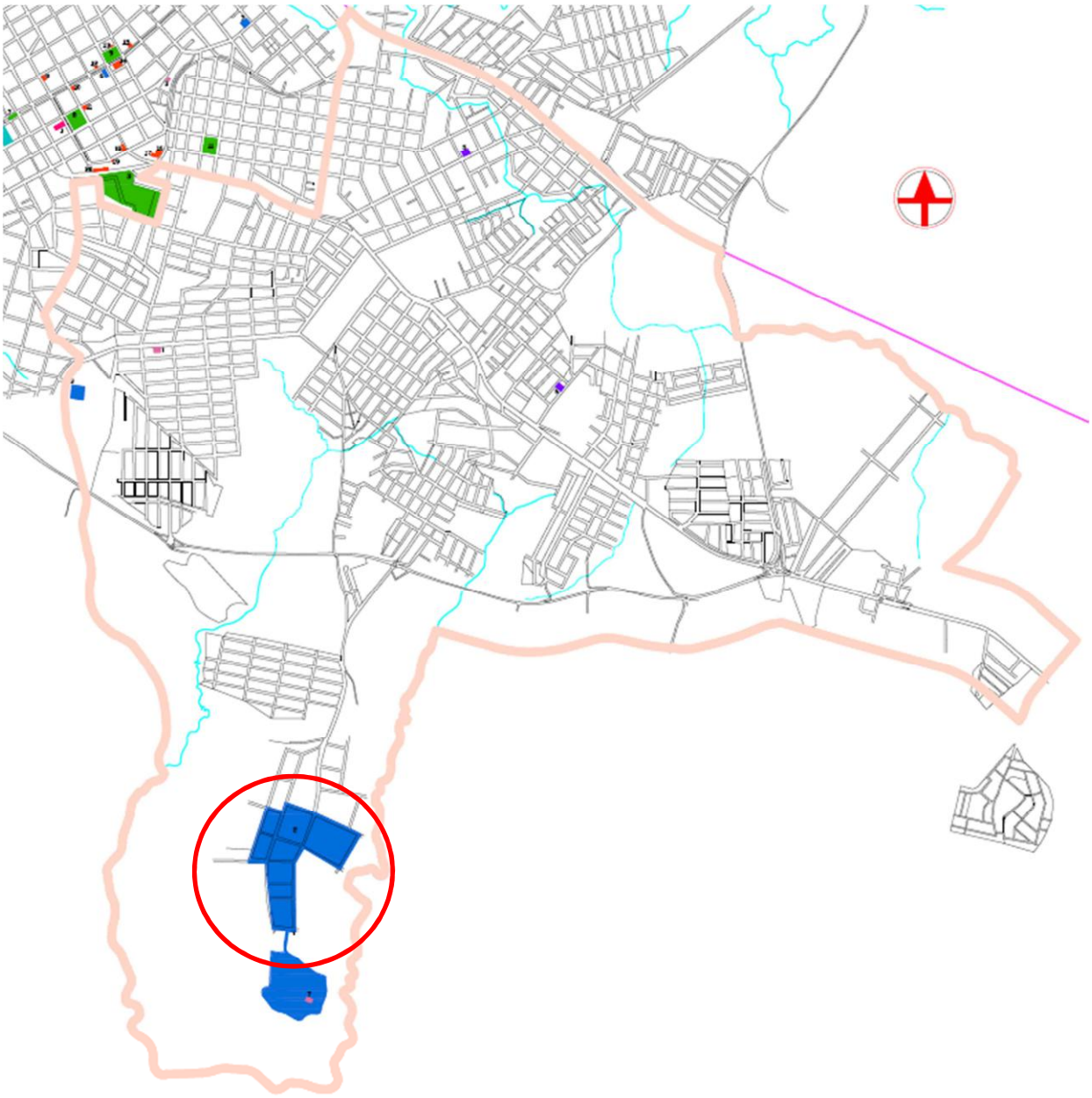


Figura 2.7.25: Equipamentos Culturais Regional Sul
Fonte: Seplan

O Parque Wolmar Salton – EFRICA possui área de 30 hectares, com pavilhões para exposições e áreas para eventos ao ar livre.

O Aeroclube de Passo Fundo localiza-se no distrito de Pulador, em uma área de 52 hectares, com pista de 1.080m de comprimento e 35m de largura, com Escola de Aviação Civil para formação de pilotos e com diversas atividades aerodesportivas, aeromodelismo e campeonatos de paraquedismo.

O município realiza, de maneira habitual, eventos culturais de relevância regional e nacional, como é o caso da Jornada Nacional de Literatura e o Festival Internacional do Folclore. Por este motivo se considera que o município possui capacidade de organizar e atrair atividades culturais tanto de caráter regional gerando centralidades, como de maior proximidade, na escala do bairro.

As Jornadas Literárias de Passo Fundo ocorrem há mais de 30 anos, a primeira Jornada aconteceu em 1981, e estão entre as maiores movimentações literárias da América Latina. São promovidas conjuntamente pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e pela Prefeitura de Passo Fundo. Atualmente, as jornadas acontecem no campus da UPF. As jornadas acontecem a cada 2 anos, sendo que a última edição

foi em 2017, com 16ª Jornada Nacional de Literatura e 8ª Jornadinha Nacional de Literatura. As Jornadas Literárias renderam à cidade o título de Capital Nacional da Literatura, reconhecida pela lei federal nº 11.264/2006, e de Capital Estadual de Literatura, pela lei nº 12.838/2007.

O reconhecimento dos poderes públicos proporcionou à cidade espaços especiais dedicados à leitura. Desde 2008 há o Largo da Literatura Passo-Fundense, junto ao Marco da Capital Nacional da Literatura, a Árvore das Letras. Em 2010, na Praça Francisco Antonino Xavier e Oliveira, em frente ao Hospital da Cidade, foi inaugurado o Largo da Literatura Brasileira. Nesta praça, o quiosque de leitura Roberto Pirovano Zanatta, que foi reformado em 2017, oferece aos sábados oficinas gratuitas de Xadrez, Canto Coral (nas modalidades Musicando e Cirandar), Produção Textual, Inglês Musical, Teatro, Movimento e Ritmo e Violão, realizadas através de uma parceria entre o Instituto Roberto Pirovano Zanatta e a Prefeitura de Passo Fundo. Também há o Largo da Literatura Gauchesca, na Praça Guilherme Sperry e o Largo da Literatura Cômica, na Praça Abraão Madalosso, em frente ao Teatro Municipal Múcio de Castro, além do Largo da Literatura Universal na Praça Capitão Jovino. Os espaços têm por objetivo revitalizar lugares históricos e estratégicos da cidade e envolver a comunidade em diferentes manifestações culturais.

O I Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo aconteceu em 1992 e realizou-se no Parque de Exposições Wolmar Salton, onde participaram 3 grupos estrangeiros, 6 grupos nacionais e 7 grupos gaúchos. O Festival foi oficializado pela Câmara Municipal de Passo Fundo, através da Lei N.º 3.235, de 04 de setembro de 1997. A XIV edição do festival, que aconteceu em 2018, teve a participação de 74 grupos, sendo 12 de outros países, três nacionais e 59 gaúchos. O Festival acontece a cada dois anos no Casarão da Cultura, que é montado nas proximidades do Parque da Gare. O evento é promovido pela prefeitura e Associação de Organizações de Festivais Folclóricos do Rio Grande do Sul. Este ano, o Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo foi eleito o melhor festival de folclore do mundo pela Federação de Festivais Internacionais de Dança (FIDAF), prêmio anunciado em Seul, na Coreia do Sul.

O primeiro Rodeio Internacional de Passo Fundo foi realizado em 1985. No entanto, nas suas duas primeiras edições o evento contava com a presença apenas de entidades tradicionalistas brasileiras. Foi a partir da sua terceira edição que alcançou nível internacional, pois recebeu entidades e "representações artísticas e campeiras da Argentina, Uruguai e Paraguai. Após a quarta edição, devido à pluralidade de eventos da mesma natureza, as edições do rodeio tornaram-se bianuais." (MGM Operadora Turística, acessado em 12/11/2018). Nos rodeios são realizadas provas tradicionalistas, como provas campeiras e artísticas. Entre elas: Laço Família, Laço Crioulaço, Laço Quarto de Milha, Laço Feminino, Laço Dupla, Laço Equipe, Vaca Parada e Gineateada. Também, conta com shows como uma de suas principais atrações. O parque de rodeios costuma receber "cerca de 20 eventos por ano e um público aproximado de 50 mil pessoas" segundo o jornal O Nacional. Abrange CTG's e propriedades privadas. Em 2018, ocorrerá a XVIII edição do Rodeio Internacional de Passo Fundo.

A Feira do Livro é promovida pela Universidade de Passo Fundo e pela Prefeitura de Passo Fundo. Ocorre anualmente, sempre que possível no mês de novembro. Tem como objetivo incentivar a leitura, proporcionando maior acesso a livros com preços inferiores e recebendo autores regionais. O evento possibilita o intercâmbio entre leitores, autores, editoras e livrarias locais. Em 2018 foi realizada a 32ª Feira do Livro de Passo Fundo no Bourbon Shopping.

A Romaria Arquidiocesana de Nossa Senhora Aparecida de Passo Fundo é considerada a segunda maior do Brasil. Reúne anualmente milhares de fiéis, que percorrem um caminho de 7 quilômetros, com o objetivo de homenagear a padroeira. As edições são organizadas por equipes de voluntários e celebrada com a colaboração das paróquias e áreas pastorais da Arquidiocese. Como preparação para Romaria, que ocorre em outubro, o Santuário Nossa Senhora Aparecida recebe a comunidade todos os meses para a realização de novena em honra à padroeira.

O Danzpare é um Festival de Dança Patrimonial em Pares que surgiu em 2010, com o objetivo de conservar e difundir a cultura de diversos povos. Passo Fundo foi sede do primeiro Danzpare no Brasil em 2017 e entre os países convidados para o evento em Passo Fundo estavam Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Uruguai.

A Passodança é um evento que acontece a cada dois anos. Em 2018 aconteceu a 13ª edição no teatro do SESC. O tradicional evento de dança é uma realização da Associação Passofundense de Dança e Sesc Passo Fundo, com apoio da Secretaria de Municipal da Cultura. Os objetivos do evento são a valorização, divulgação e a popularização da dança na cidade, através de apresentações de grupos independentes, terceira idade, alunos de escolas públicas e privadas, além de cursos de formação. É uma mostra competitiva para escolas municipais, estaduais e particulares, além de grupos independentes, onde acontecem também oficinas de dança.

O Projeto Música na Praça é organizado pela Prefeitura de Passo Fundo em parceria com a Associação Passo-fundense de Músicos e Compositores (APMC). São realizados shows com enfoque principal no reconhecimento dos artistas locais, levando à comunidade a produção musical e o trabalho autoral do compositor passo-fundense. Acontece nas praças da cidade, que são espaços de inúmeras manifestações culturais.

Também pode-se destacar o Prêmio Funcultura, os editais de Concurso Literário, de Exposições de Artes Visuais, de Concurso de Fotografia, de Arte na Rua, a Mostra da Cultura Gaúcha, que está na 26ª edição, o Rodeio Artístico do Planalto, o Natal Ecológico do Boqueirão Legal, que está na 11ª edição, a Cantata Natalina, que está na 12ª edição, o Canto Galponeiro, o Festival de Música do Passo, a 1ª Semana Passo Fundo de Cinema, entre outros.

A Batalha do Pulador foi o combate mais importante e sangrento da Revolução Federalista (1893-1895), ocorrida em 1894, no hoje distrito de Pulador, entre duas facções representadas pelos maragatos (também chamados federalistas ou monarquistas) e os pica-paus (também chamados de republicanos ou legalistas). Anualmente acontece a encenação da Batalha do Pulador no próprio Distrito de Pulador realizada por tradicionalistas de Passo Fundo.

2.7.5. EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

De acordo com Pedroso (2010) “é nos espaços da cidade e na vida cotidiana das pessoas que o esporte desenvolve seus valores e manifestações.”

Assim, a cidade precisa oferecer uma diversidade de equipamentos esportivos, pois estes têm o papel de proporcionar uma alternativa de espaço para a prática esportiva em uma localidade especificada, além de promover o convívio social entre as pessoas.

Os espaços e equipamentos esportivos são conjuntos de instalações destinados à prática de esporte da população e aos serviços de apoio. De acordo com IBGE 2006, há diversos tipos de equipamentos esportivos e instalações esportivas: estádio de futebol, complexo aquático, complexo esportivo (composto por, pelo menos, duas instalações e/ ou equipamentos esportivos diferenciados), ginásio, campo de futebol e quadra.

A figura 2.7.26, ver mapa 2.7.5 do caderno de mapas, apresenta os equipamentos esportivos localizados em áreas públicas como praças e parques e aqueles localizados em escolas municipais.

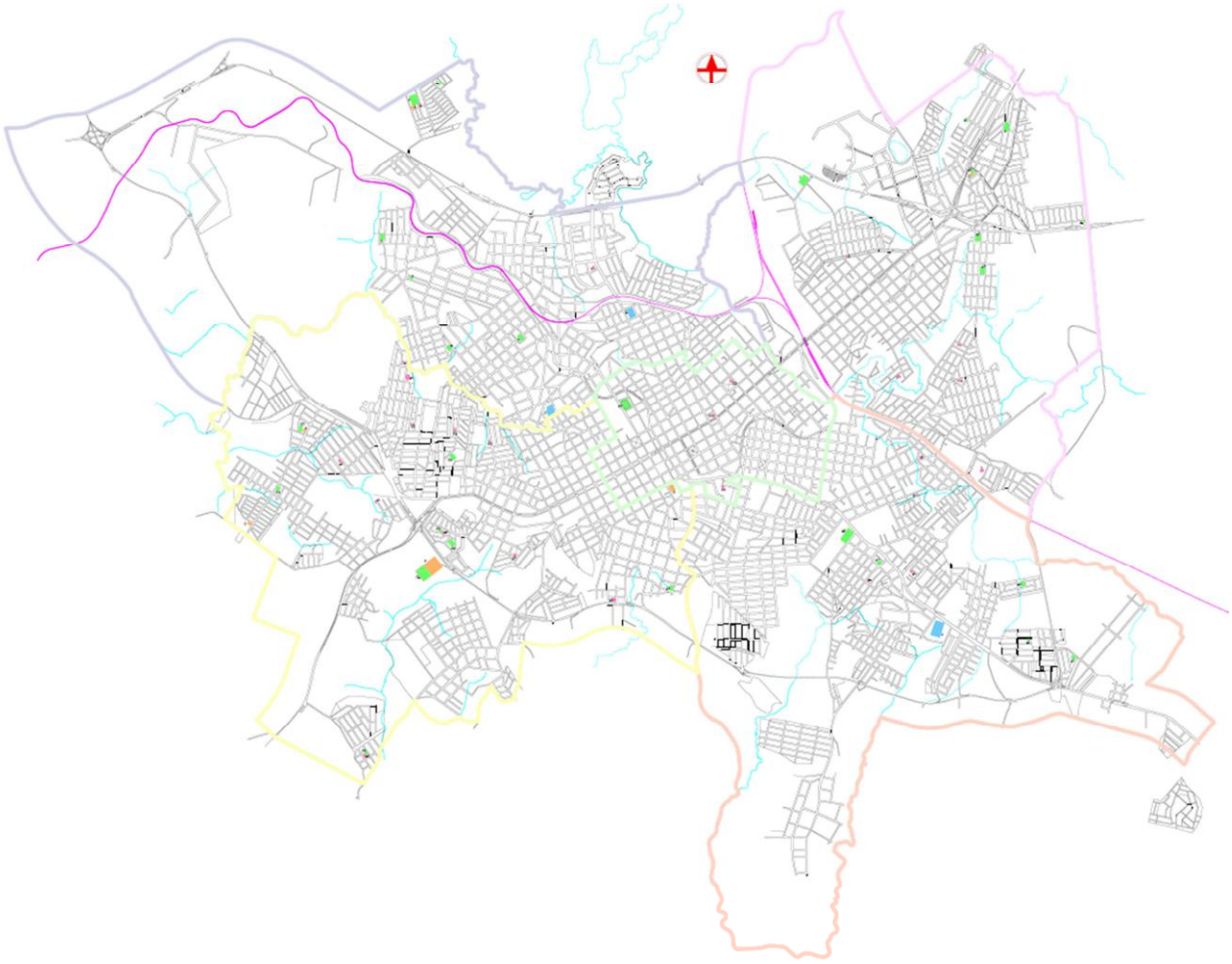


Figura 2.7.26: Equipamentos Esportivos Existentes
Fonte: Seplan

Pode-se observar na figura 2.7.26 que a maior carência por equipamentos esportivos é na regional Sul, pois nos setores 6, 13 e 21 não existem equipamentos, apesar de nesta regional m localizados o Estádio Vermelhão da Serra e o Campo da Brigada. Também no setor 19 não há equipamentos esportivos, mas pela proximidade da região central da cidade o acesso aos equipamentos disponíveis é mais facilitado. Já na regional Oeste, apesar de todos os setores possuírem algum tipo de equipamento esportivo, não há disponibilidade nos loteamentos Nossa Senhora Aparecida e Santa Marta.

O Campo Fredolino Chimango ou Campo do Quartel, como é conhecido popularmente, localizado no setor 01, regional Centro, ver figura 2.7.27, é uma herança da unidade militar em Passo Fundo. Espaço nobre é utilizado para a realização de jogos escolares, campeonatos de futebol e especialmente para a prática da caminhada ou corrida. Todos os dias centenas de pessoas aproveitam sua pista atlética para correr ou caminhar com segurança e tranquilidade.

Também no setor 01, regional Centro, destacam-se o Parque da Gare com quadra poliesportiva, pista de skate e ciclovia, a Praça Tochetto com quadra poliesportiva, a praça Antonino Xavier com quadra esportiva, além dos canteiros da Avenida Brasil com ciclovia, caminhódromo e cancha de bocha.

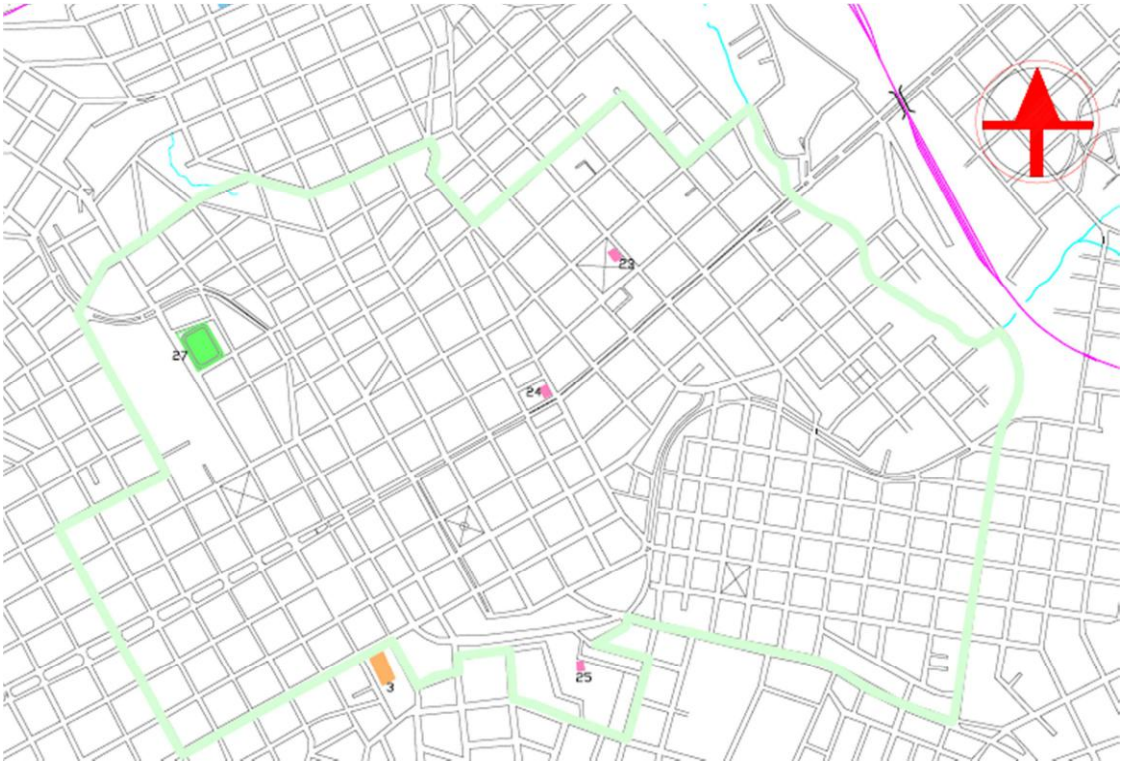


Figura 2.7.27: Equipamentos Esportivos Regional Centro
Fonte: Seplan

Atualmente, o Estádio Municipal Delmar Sitoni está localizado no setor 15, regional Norte, ver figura 2.7.28, e abriga a maior parte dos jogos amadores da cidade. Hoje, o Delmar Sitoni conta com quatro vestiários equipados com duchas e sanitários, dois reservados para as equipes, um para a arbitragem e um para o policiamento para a boa prática do futebol.

O Estádio Municipal Delmar Sitoni será transferido para o loteamento Nonoai, setor 03, regional Norte, em uma área de 11.500,00m². A obra iniciou em 2015 e prevê, além do campo, pista para caminhada, faixa de ciclovia, academia ao ar livre, playground e uma quadra de areia. Serão três blocos. Um deles, de dois pisos, com quatro vestiários, banheiros e salão de festas para uso recreativo. O segundo bloco será para lancheria e sanitários. O terceiro bloco é destinado para sanitários públicos. A arquibancada para o público comporta 600 lugares.

Também no setor 10, regional Norte, há uma quadra poliesportiva na Praça Noelly Sagebin Albuquerque.

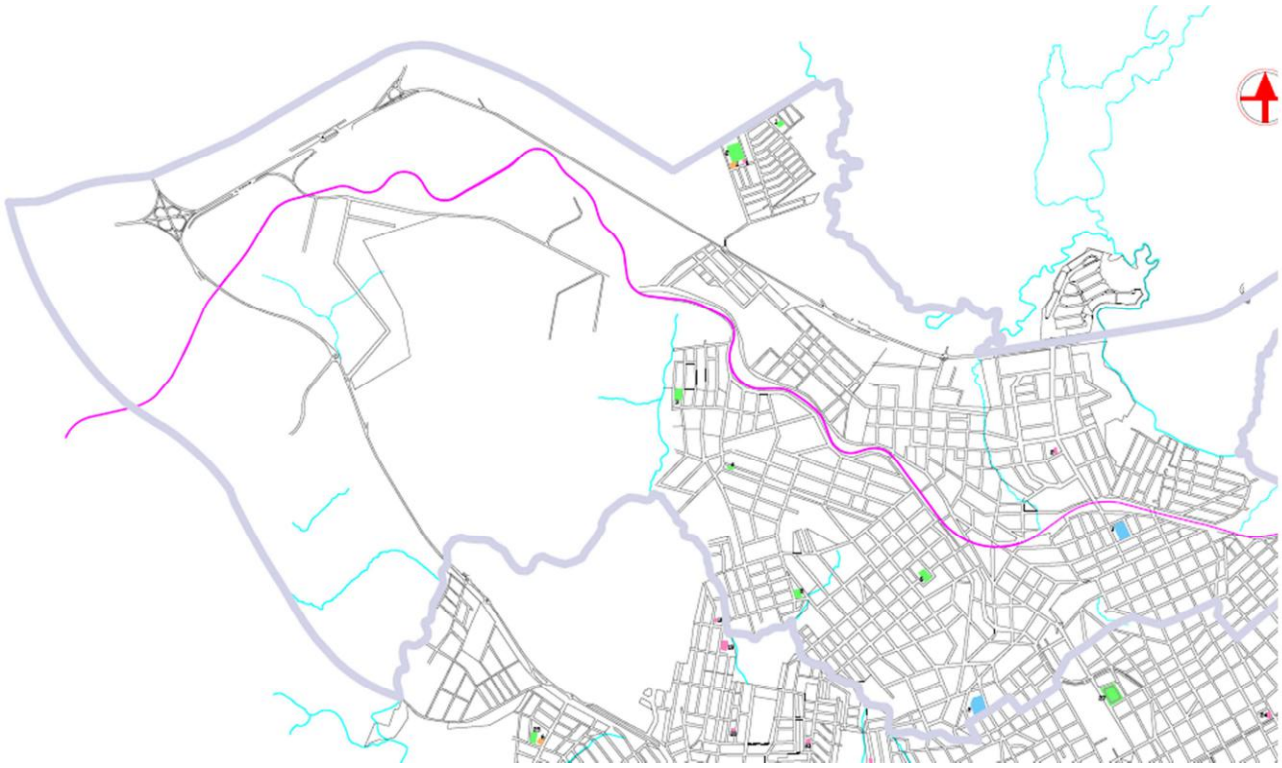


Figura 2.7.28: Equipamentos Esportivos Regional Norte
Fonte: Seplan

O Ginásio Poliesportivo Municipal Vitor Mateus Teixeira, conhecido como Teixeirinha, localizado na Perimetral Sul, no setor 08, regional Oeste, figura 2.7.29, foi inaugurado em 2004, com capacidade de 10.000 lugares. O ginásio foi concedido por 20 anos ao Sport Clube Gaúcho, através da lei nº 5.108 de 05 de janeiro de 2015. Nos fundos do ginásio, foi concedida área através da lei nº 4.964 de 27 de dezembro de 2012 também para o Sport Clube Gaúcho, onde foi construído um campo de futebol. Em 2016, transformou-se no Complexo BSBIOS Arena, formado pelo ginásio e por uma arena com campo de futebol.

O Ginásio Capingui, localizado no setor 18, regional Oeste, tem capacidade de 1.300 lugares.

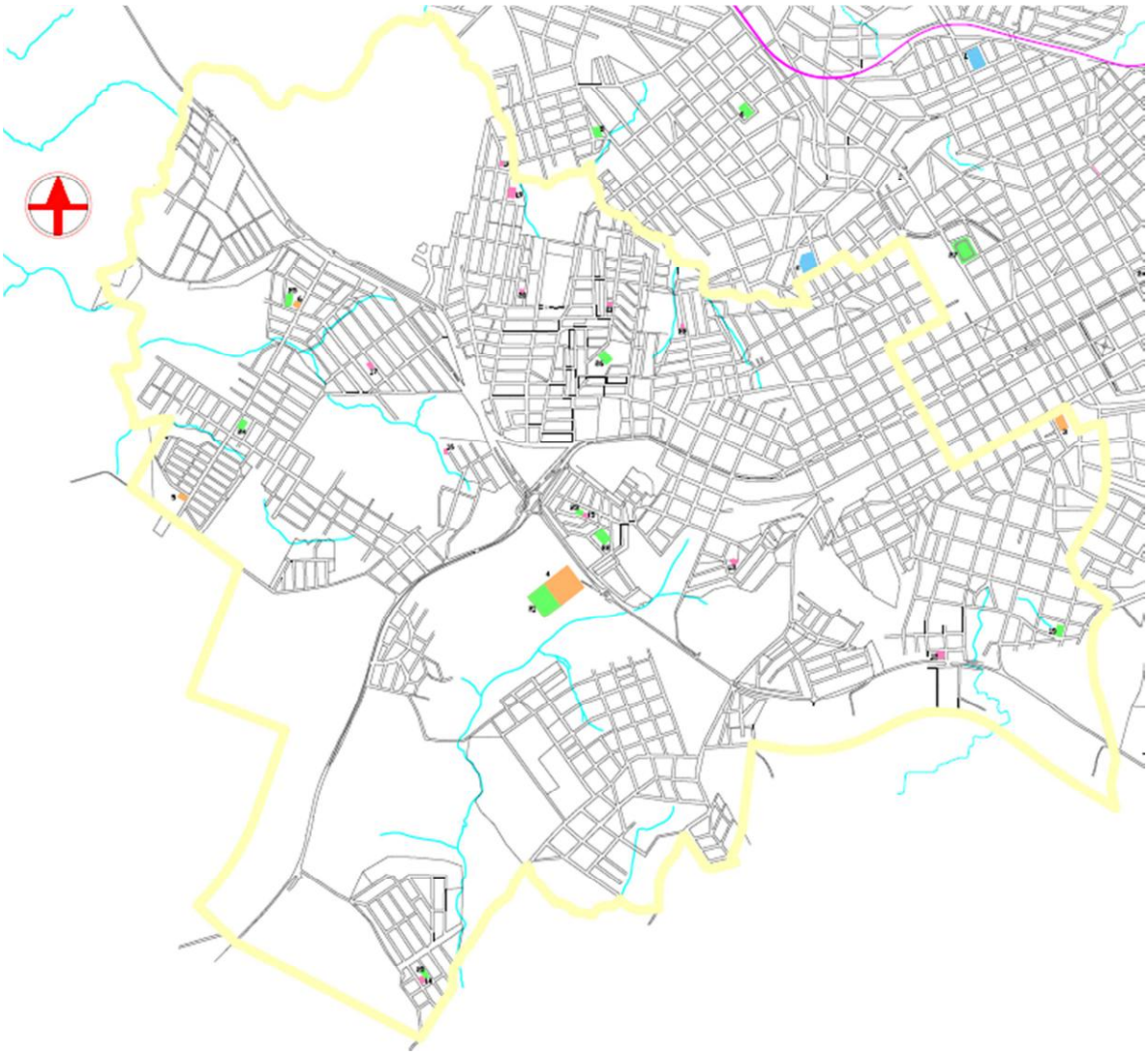


Figura 2.7.29: Equipamentos Esportivos Regional Oeste
Fonte: Seplan

O Estádio Vermelhão da Serra, localizado na Avenida Presidente Vargas, no setor 12, regional Sul, figura 2.7.30, foi inaugurado em 1969, com capacidade para 20 mil pessoas. O estádio era propriedade do Grêmio Esportivo e Recreativo 14 de Julho, clube que o construiu. Com a extinção deste, o estádio foi incorporado pelo Esporte Clube Passo Fundo. O Vermelhão da Serra também foi a casa do Sport Clube Gaúcho entre 2011 e 2015, que mandou seus jogos no estádio enquanto construía seu novo Estádio Wolmar Salton. O Esporte Clube Passo Fundo, fundado em 10 de janeiro de 1986, é resultante da fusão dos dois clubes da cidade de Passo Fundo: o 14 de Julho e o Gaúcho.

Figura 2.7.30: Equipamentos Esportivos Regional Sul
Fonte: Seplan

No Parque Linear do Sétimo Céu, localizado na Avenida Rui Barbosa, no setor 04, regional Leste, figura 2.7.31, há quadra de futebol, pista de skate e ciclovia.

Também na praça do Loteamento Altos da Boa Vista, localizada no setor 05, regional Leste, há uma quadra poliesportiva e uma quadra de futebol de areia, além de uma ciclovia.

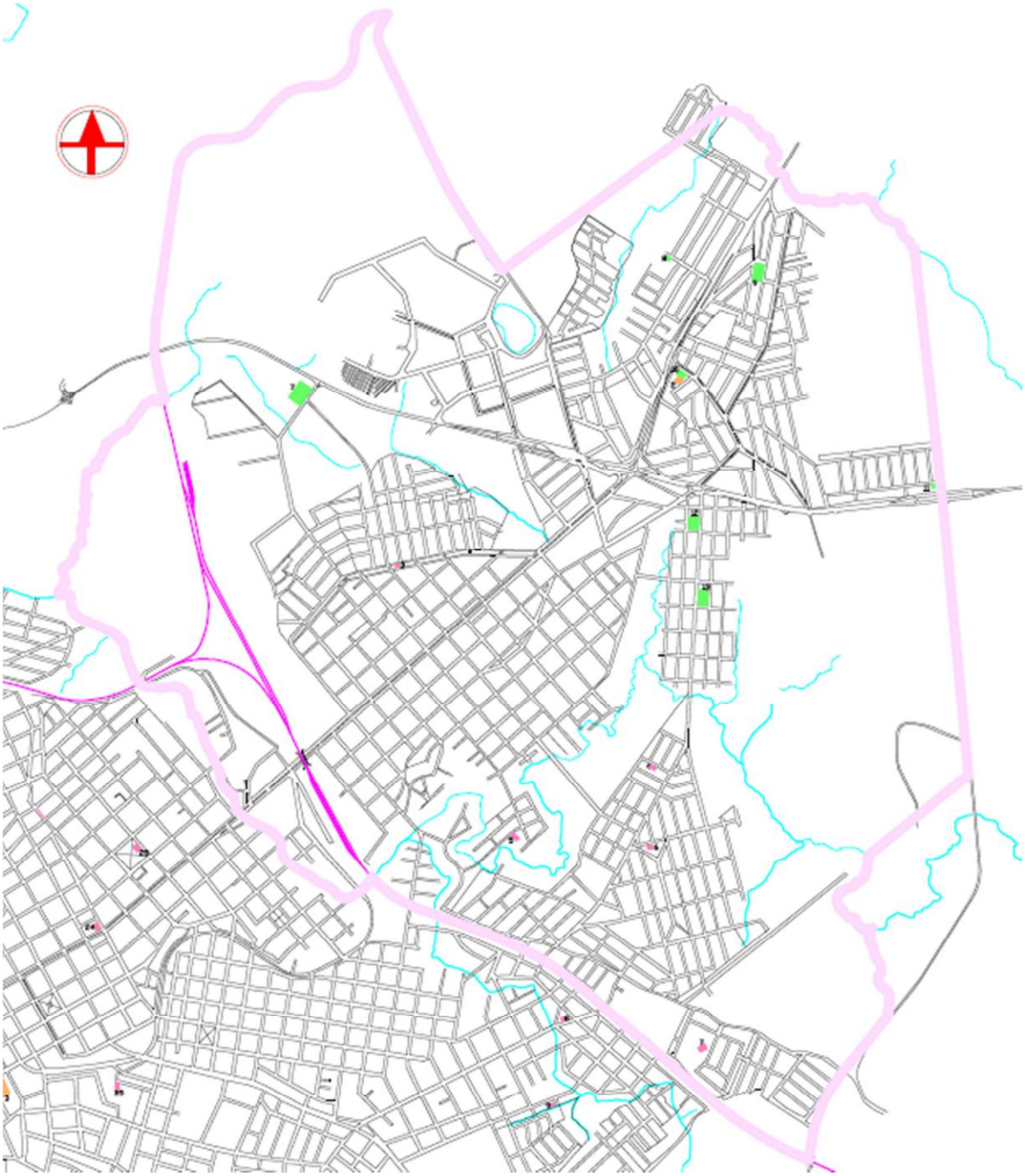


Figura 2.7.31: Equipamentos Esportivos Regional Leste
Fonte: Seplan

2.8. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

De acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Municipal (Lei Complementar nº 230/ 09) os espaços livres de uso público são áreas públicas de uso comum destinadas à recreação, ao lazer, ao esporte e às atividades contemplativas, em que predominam as áreas não edificadas e a vegetação.

O espaço livre de uso público pode cumprir a função de estruturar a cidade mediante a criação ou consolidação de um sistema de espaços urbanos que permita a relação entre estes e os elementos naturais do entorno, na procura de gerar qualidade ambiental e espacial. Assim, poder-se-ia contribuir ao melhoramento da qualidade de vida urbana da população, que é quem dá realmente o valor e significado do público.

Os espaços livres públicos trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que contribuem para o desenvolvimento humano e para o relacionamento entre as pessoas. Além disso, favorece psicologicamente o bem-estar do homem, influencia no microclima, mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes e, ainda, incrementa a biodiversidade. A área demandada pelos espaços livres cresce com o aumento da densidade demográfica, isto é, os grandes centros e as zonas mais densamente habitadas são os que mais precisam dos benefícios proporcionados por esses espaços (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

As praças e parques tendem a conectar as pessoas com seus sentidos a um nível comumente inatingível em outros espaços urbanos. Assim, os espaços públicos devem contar com bons acessos e pontos de encontro com a natureza. Do mesmo modo, para assegurar que os visitantes permanecem mais tempo no lugar, devem contar com um mobiliário urbano cômodo, que tenha um desenho e acabamento de qualidade e que esteja feito com bons materiais.

Na figura 2.8.1, ver mapa 2.8.1 no caderno de mapas, foram demarcados os espaços livres de uso público, sendo que na cor verde foram demarcados os espaços públicos e na cor marrom os espaços privados com acesso ao público.

Espaços Livres de Uso Público

Figura 2.8.1: Espaços Livres de Uso Público
Fonte: Seplan

Já a figura 2.8.2, ver o mapa 2.8.2 no caderno de mapas, demarca os espaços livres que possuem algum tipo de equipamentos de lazer e mobiliário urbano na cor verde e os espaços não equipados na cor laranja. Pode-se observar que há um relevante número de áreas destinadas a espaços livres que não estão urbanizadas, com potencial à implantação de praças ou parques.

Espaços Livres de Uso Público Equipados e Não Equipados

Figura 2.8.2: Espaços Livres de Uso Público Equipados e Não Equipados
Fonte: Seplan

A partir de 2013, nos projetos de parcelamento do solo com mais de 5 hectares, ou seja, aqueles que o Plano Diretor exige Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), passou-se a exigir que as áreas transferidas ao município como espaços livres de uso público fossem entregues equipadas. Dessa forma, os novos loteamentos já passarão a contar com espaços equipados para o lazer das comunidades que vivem no entorno. Na figura 2.8.2 estão demarcadas na cor marrom as áreas que serão destinadas aos espaços livres de uso público de novos loteamentos que já estão em processo de aprovação e serão espaços equipados.

Dentre os espaços livres de uso público equipados, destacam-se:

No setor 01, regional Centro, figura 2.8.3, o Parque da Gare é um parque urbano inaugurado na década de 1980, onde foi construída a estação férrea do município no início do século XX. Em 2016, foi reinaugurado após a sua revitalização, constituindo-se em um espaço que agrega as áreas de lazer, esportes, uso livre e público e patrimônio histórico e cultural. O conceito foi desenvolver um parque equipado, acessível e atrativo para todos os públicos, com espaços que conversam entre si e possuem uma rota de acessibilidade universal, que permite o fluxo de pessoas com mobilidade reduzida. Com implantação de equipamentos públicos para criar um espaço dinâmico se uniram princípios de sustentabilidade, cidadania, mobilidade e arquitetura e urbanismo. O Parque conta quadra de esportes, pista especial para BMX e pista de skate, pista de caminhada, ciclovia, playgrounds, com o primeiro playground acessível, anfiteatro ao ar livre e espaços multiuso para feiras e eventos, além de ampla área gramada com o lago revitalizado. Também conta com uma edificação para o funcionamento da feira do produtor, para uma lanchonete e o Prisma, Estação Cultural da Gare, que será um espaço direcionado para a leitura de mundo, do impresso ao digital, da literatura e das artes aos games. Além disso, o prédio da antiga estação férrea está em fase de restauração para o funcionamento de um complexo gastronômico.

Também no setor 01, regional Centro, o Banhado da Vergueiro foi transformado em Parque Ambiental do Banhado da Vergueiro, com um projeto que prioriza o cuidado com o meio ambiente e traz o conceito de

conviver em harmonia com a natureza., sendo um espaço de preservação e contato com um dos ecossistemas mais ricos em termo de biodiversidade: o banhado, característico do bioma pampa. A recuperação ambiental foi alvo de um Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público, a fim de preconizar a preservação de fauna e flora de banhado. Em 2016, foi inaugurada a praça, área pública do loteamento Nicolau Vergueiro, que faz parte do projeto do parque ambiental, sendo que este contempla áreas particulares, que foram decretadas de utilidade pública para permitir a desapropriação e incorporação dessas áreas à praça. A recuperação desta área degradada previu uma passarela elevada para que as pessoas possam caminhar pelo parque e conhecer o seu bioma. Em estudo técnico-científico feito em parceria entre o Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas e a Universidade de Passo Fundo (UPF), levantou-se que o Banhado da Vergueiro abriga diversas espécies típicas da região: mamíferos como ratão-do-banhado e preá; pássaros como sabiá, canário, joão-de-barro e tico-tico; e vegetais como aroeira, canela-guaicá, aguapé, junco e butiazeiro; além de outras espécies. O parque é cercado e tem horário definido de funcionamento, devido às características do espaço. Há ciclovia no entorno da praça, playground e espaços de estar e contemplação, além de um anfiteatro ao ar livre. No local, há uma edificação onde funciona a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e uma sala de educação ambiental, com sistema de captação de energia solar e água da chuva.

As principais praças da cidade encontram-se na regional Centro. No setor 01, há a Praça Marechal Floriano, Praça Tamandaré, Praça Tochetto e Praça Antonino Xavier. Já no setor 19, há a Praça Capitão Jovino.

Espaços Livres de Uso Público Regional Centro

Figura 2.8.3: Espaços Livres de Uso Público Regional Centro
Fonte: Seplan

Os canteiros centrais da Avenida Brasil merecem destaque como espaços livres de uso público, pois sua largura em vários trechos configura os espaços como praças, principalmente no trecho entre as ruas Bento Gonçalves e Livramento. Nesses espaços há playgrounds, cancha de bocha, áreas de estar, caminhódromo e a ciclovia Bernardo Martio, com primeiro trecho executado entre a avenida Sete de Setembro e rua Luiza Graeff, com 3.000 metros de ciclovia de percurso entre ida e volta. No trecho entre o trevo da BR-285 e a rua Nilo Peçanha, encontra-se em execução ciclovia com 4.000 metros de percurso entre ida e volta. Esses espaços percorrem a regional Leste, regional Centro e regional Oeste.

No setor 04, regional Leste, figura 2.8.4, o Parque Linear do Sétimo Céu é formado por 11 canteiros centrais da avenida Rui Barbosa que culminam em um miradouro com vista completa da cidade e ser um dos pontos para se ver um lindo pôr do sol. Em 2016 o espaço foi revitalizado com a implantação de 3.000 metros de ciclovia de percurso entre ida e volta, caminhódromo, pista de skate, quadra de esporte, cancha de bocha, playground e academia ao ar livre.

Espaços Livres de Uso Público Regional Leste

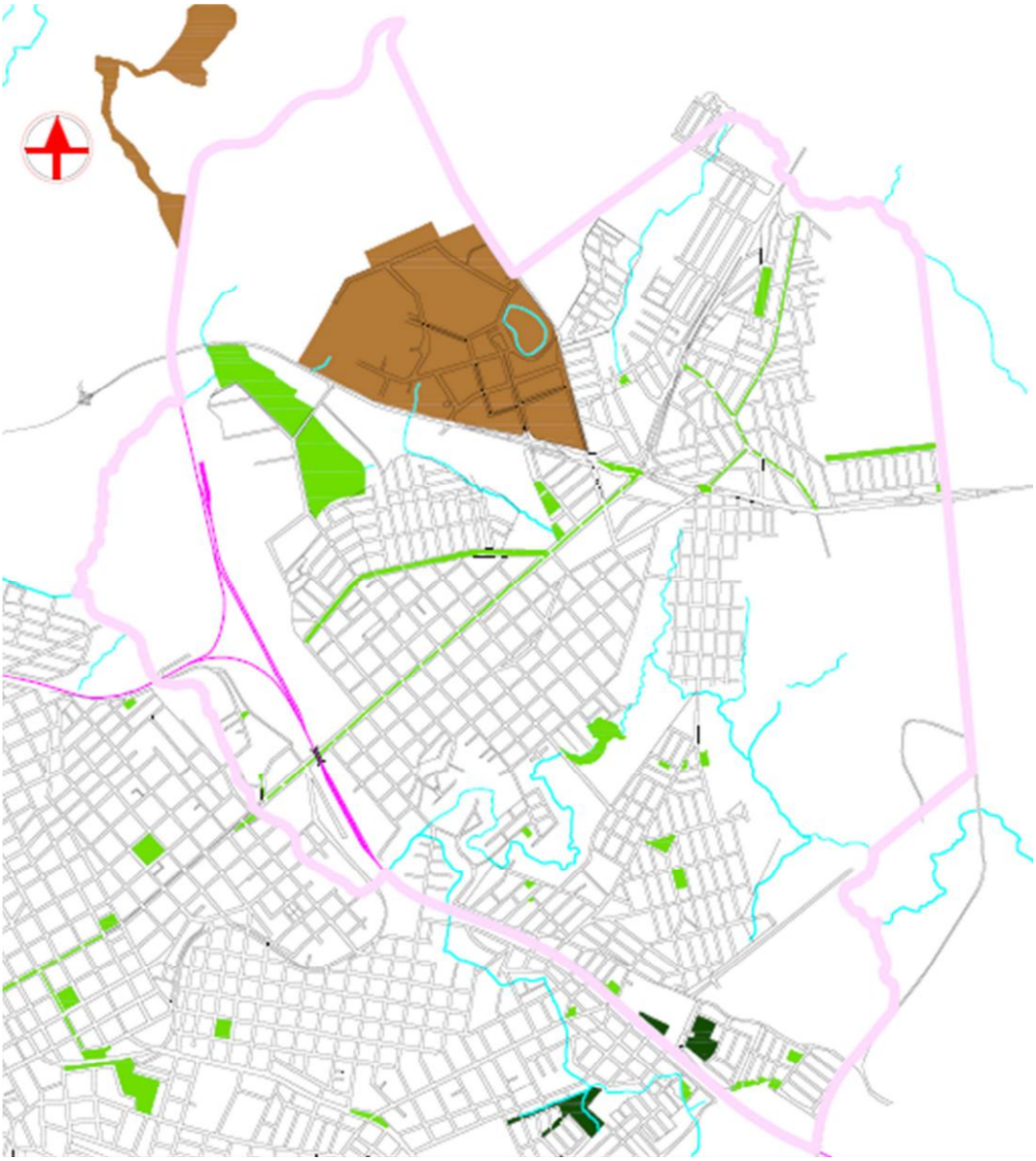


Figura 2.8.4: Espaços Livres de Uso Público Regional Leste
Fonte: Seplan

Na regional Sul, figura 2.8.5, destaca-se a Avenida Presidentes Vargas, com ciclofaixa em fase final de execução junto aos canteiros centrais, com 3.200 metros de extensão entre ida e volta, no trecho entre o Parque da Gare e a rua Albino Lazzareti. Além disso, há playground, academia ao ar livre e áreas de estar junto aos canteiros mais largos da avenida.

Espaços Livres de Uso Público Regional Sul

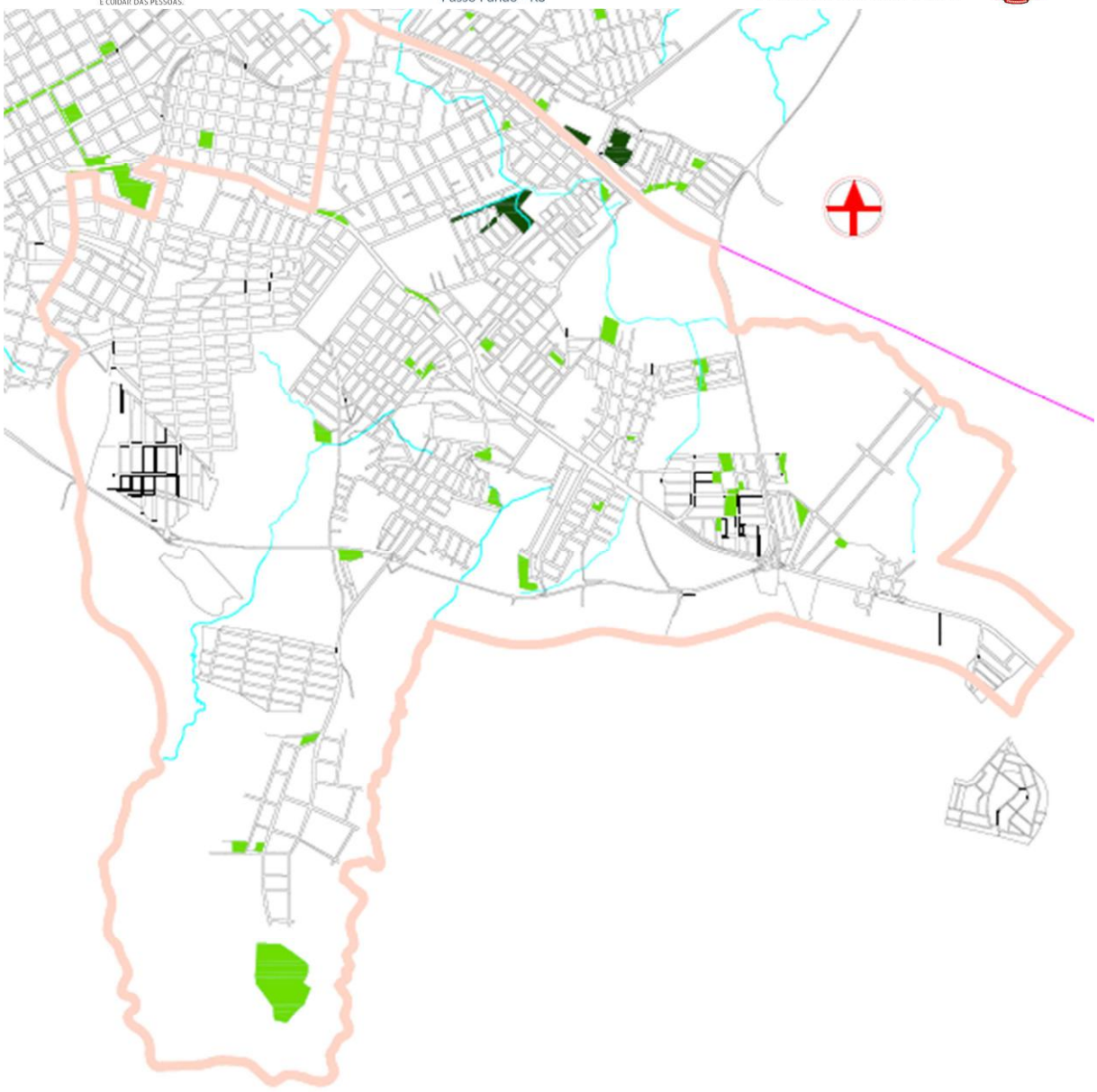


Figura 2.8.5: Espaços Livres de Uso Público Regional Sul
Fonte: Seplan

Na regional Norte, figura 2.8.6, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal Maragato (RPPN), com 41,56ha, caracteriza-se por maciço florestal remanescente da Mata Atlântica e com formações florestais características da floresta ombrófila mista, com predomínio de araucárias, além de um ecossistema com córregos, banhados e nascentes e abriga 110 espécies de aves. No local acontecem diversas atividades ligadas ao ecoturismo, de propriedade de Theresinha Benvegnú Guedes e Enio Duzatti Guedes. A RPPN foi criada pela Portaria nº 14, de 11/10/2007.

Também na regional Norte, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal La Barra (RPPN), com 5ha, foi criada pelo Decreto Municipal nº 37/ 2015, de propriedade de Barra Três SBC Incorporações Ltda.. A RPPN preserva a área de inundação do rio Passo Fundo, compreendida por ambientes úmidos, banhados e mata ciliar da margem esquerda do referido rio.

Espaços Livres de Uso Público Regional Norte

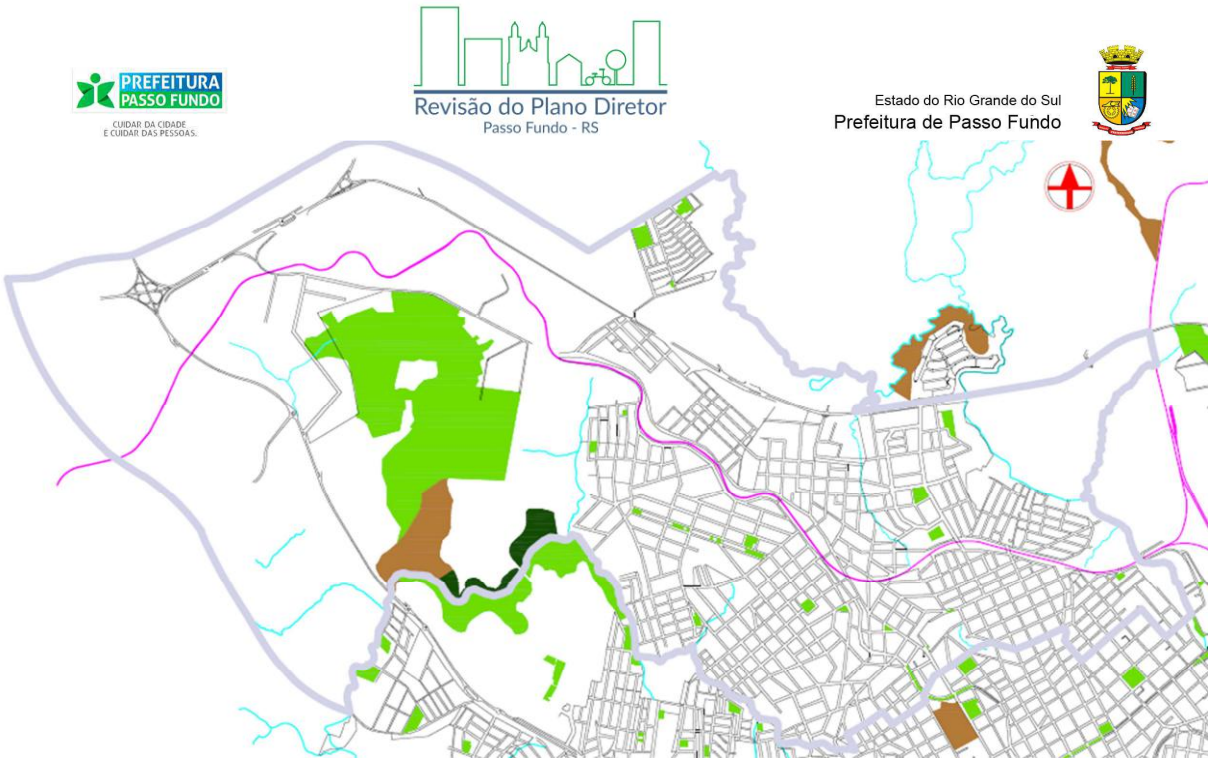


Figura 2.8.6: Espaços Livres de Uso Público Regional Norte
Fonte: Seplan

Na regional Oeste, figura 2.8.7, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal Menino Deus (RPPN), com 5,19ha, foi criada em 17/07/2010, sendo a primeira RPPN Municipal do Rio Grande do Sul, através da Lei Municipal nº 4.561 de 16/01/2009 e Decreto Municipal nº 103/ 2010, de propriedade da Congregação Missionária Redentorista, através da Escola Instituto Menino Deus. A área preserva um fragmento florestal de Mata Atlântica e protege importantes nascentes formadoras do Rio Jacuí, além de uma diversidade de plantas e animais.

Espaços Livres de Uso Público Regional Oeste

Figura 2.8.7: Espaços Livres de Uso Público Regional Oeste
Fonte: Seplan

Na regional Leste, a Reserva Particular do patrimônio Natural Federal Universidade de Passo Fundo (RPPN), com 32,21ha, foi criada pela Portaria nº 930, de 30/08/2016 de propriedade da Fundação Universidade de Passo Fundo. A RPPN UPF compreende áreas de mata ciliar, de encosta, de banhado e em regeneração junto ao Arroio Miranda, curso hídrico que abastece um dos principais reservatórios de água de Passo Fundo, responsável pelo atendimento de aproximadamente 50% da população do município. A área de RPPN inclui as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) do Centro de Extensão e Pesquisa Agropecuária (Cepagro) da UPF, em conformidade com disposições do Código Florestal Brasileiro. Além de concentrar nascentes e preservar a qualidade da água, a área tem grande biodiversidade, garantindo a conservação de uma área do bioma Mata Atlântica.

Na regional Norte, o Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto, área municipal com 29ha, foi criado pelo Decreto Municipal nº 43/ 2011, com o objetivo de preservar os ambientes naturais ali existentes, com destaque para os remanescentes de Campos Sulinos, Floresta Ombrófila Mista. É a primeira unidade de conservação de proteção integral instituída pelo poder público de Passo Fundo. Está inserido na microbacia hidrográfica do Pinheiro Torto. Desde 2016, este parque possui Plano de Manejo.

Na regional Leste, o Parque Urbano Municipal Arlindo Hass, área municipal com 22,9ha, foi criado pelo Decreto Municipal nº 166/ 2011, é uma importante área florestal localizada em área industrial e urbanizada do município. O espaço foi transformado em parque para incentivar a preservação dos ambientes naturais, com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias) e de Estepe Gramíneo Lenhosa (Campos Sulinos). Desde 2016, este parque possui Plano de Manejo.

Observando-se as figuras 2.8.1 e 2.8.2, ver mapas 2.8.1 e 2.8.2 no caderno de mapas, pode-se constatar que os setores mais carentes de espaços livres de uso público estão localizados nas regionais Oeste e Sul. No setor 8, regional Oeste, há 2 espaços com campos de futebol no loteamento Jardim América, 1 espaço não equipado no loteamento Donária e 1 espaço em fase de aprovação no loteamento Nossa Senhora Aparecida. Já no setor 18, também na regional Oeste, não há espaços livres de uso público. Nos setores 6 e 7, regional Sul, não há espaços livres de uso público. No setor 20, regional Sul, há 1 espaço equipado de uso público, com quadra poliesportiva e playground. No setor 13, não há espaço livre de uso público no loteamento Santa Rita, 1 espaço não equipado no loteamento Santa Inês, 1 espaço equipado com campo de futebol, 2 espaços não equipados e o Parque da Roselândia, com área de camping, esportes e lazer. Nos demais setores da regional Sul, há, pelo menos, uma área de espaços livres de uso público, mas a maioria deles não é equipada. Já na regional Centro, há o maior número de espaços livres de uso público equipados, pois estão localizadas as maiores praças da cidade, assim como o Parque da Gare.

Atualmente o município apresenta um índice de 25,67m²/ habitante de área verde, estando bem acima do índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 12 m²/ habitante.

Considerando as regionais utilizadas para as análises, a regional Norte possui um índice de 58,38m²/ habitante, a regional Oeste possui um índice de 11,28m²/ habitante, a regional Sul possui um índice de 7,67m²/ habitante, a regional Leste possui um índice de 51,08m²/ habitante e a regional Centro possui um índice de 7,10m²/ habitante.

Na regional Norte, o índice de área verde é elevado pela presença do Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto, da Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal Maragato (RPPN) e Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal La Barra (RPPN).

Na regional Leste, o índice de área verde é elevado pela presença do Parque Urbano Municipal Arlindo Hass e pelo Campus I da Universidade de Passo Fundo.

Na regional Centro, apesar de serem as áreas mais bem estruturadas da cidade, o percentual de área verde por habitante é o mais baixo da cidade.

Na regional Oeste, esse índice quase alcança a recomendação da OMS, considerando a população do CENSO do IBGE de 2010. Apesar disso, foi considerada uma regional carente de espaços livres de uso público em função dos novos domicílios nestes setores a partir de 2010 com o programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida. Além disso, a maioria dos espaços livres existentes não é equipado e a população não a utiliza.

Já na regional Sul, além do baixo índice de área verde há setores sem previsão de espaços livres de uso público e a maioria dos espaços livres existentes não é equipado e a população não a utiliza.

2.9 GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

2.9.1. INTRODUÇÃO – PLANO DIRETOR UMA CONSTRUÇÃO NO TEMPO

Como instrumento, o Plano Diretor tem como objetivo ser o catalisador na remissão das desigualdades expressas nas cidades como: problemas de inclusão territorial, irregularidades fundiárias, oferecer mecanismos de oposição a segregação socioespacial e a degradação do meio ambiente, ordenar o crescimento sustentável bem como garantir a função social da propriedade tal como definido através do Estatuto da Cidade.

Um ponto a ser destacado é a transição entre o Plano Diretor pré-Estatuto da Cidade - de cunho burocrático e tecnocrático - para um Plano Diretor firmado na ampla participação popular através de diferentes atores, como: a sociedade civil organizada, seja ela urbana ou rural, pública ou privada fazendo valer suas demandas através de seus respectivos representantes e também de movimentos sociais envolvidos com os interesses de grupos e classes que compõe as diversidades das cidades.

Embora a preocupação com a legislação urbanística de Passo Fundo não seja um assunto recente - em 1919 houve a criação do plano que dava orientações básicas a cidade que foi desenvolvido pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito, este plano objetivava atender as soluções técnicas preconizadas na época, como planejamento da infraestrutura sanitária, abastecimento e embelezamento das principais vias da cidade.

Passadas três décadas do plano sanitarista Passo Fundo teria seu primeiro Plano Diretor, datado de 1953 com aprovação do seu texto em 1957, que orientava o crescimento urbano e localizava os grandes equipamentos de uso coletivo. Neste plano apareceram as primeiras delimitações de uso como: a definição da zona central, zona comercial atacadista, zona comercial varejista, ruas comerciais e quatro centros comerciais locais sem, no entanto, estabelecer índices de ocupação do solo.

Em meados de 1979 houve a redação do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) seguido por uma revisão em 1984. Este tinha como diretriz principal conter e regulamentar a expansão urbana dentro da área formada pelas vias Perimetrais Sul e Leste, BR 285 e RS 324, através da regulamentação de uso do solo buscando uma nova imagem para a cidade visando consolidá-la como capital regional. Este por sua vez também buscava estabelecer parâmetros de uso e intensidade do solo através de taxas de ocupação e índices de aproveitamento alterando assim o valor do solo e incentivando a renovação urbana, principalmente na Zona Comercial Central I e na Zona Comercial II, onde estabeleceu índices altíssimos.

2.9.2. UM NOVO ATOR NO URBANISMO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CENÁRIO LOCAL

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve avanços significativos, traduzidos nos artigos 182 e 183, fazendo referência a função social da propriedade, criando instrumentos que possibilitam o enfrentamento da especulação imobiliária e da concentração de terra urbana ociosa.

Transcreve-se, por oportuno, o texto dos referidos artigos:

> ***Título VII Da Ordem Econômica e Financeira***
>
> ***Capítulo II Da Política Urbana***
>
> ***Art.182.****A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*
>
> ***§1º****O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.*

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§3ºAs desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§4ºÉ facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I- parcelamento ou edificação compulsórios;

II- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

II- desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art.183.*Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

§1º*O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.*

§2º*Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.*

§3º*Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.*

Em Julho de 2001 foi então promulgada a Lei Federal n° 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, que regulamenta a Constituição Federal de 1988 em especial sobre Função Social da Propriedade. Na continuidade deste cenário é criado o Ministério das Cidades em 2003 onde foram desenvolvidos os mecanismos de enfrentamento das problemáticas da urbe através de programas e políticas que objetivaram trazer a luz discussões e soluções para a redução das iniquidades presentes no tecido urbano através de algumas frentes, como:

Políticas habitacionais (como PMCMV integrante do PAC);

- Programas de saneamento básico;

- Mobilidade urbana;

- Regularização fundiária;

A prerrogativa central na condução dos trabalhos seria o fortalecimento de processos democráticos na orientação das decisões que traduzissem de forma eficaz o equilíbrio entre os anseios populares e a capacidade do poder público em resolvê-las através do seu principal instrumento, o Plano Diretor - compulsório às cidades com mais de vinte mil habitantes, regulamentado pelo Estatuto da Cidade formaliza-se através do Capítulo IV do Estatuto da Cidade como segue:

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Art. 43.Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 44.No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

Em 2006 é promulgada a Lei Complementar nº170/06 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado tendo entre suas principais proposições:

-a criação das macrozonas;

-a revisão dos índices;

-inclui a taxa de permeabilidade;

-dispõe de dispositivos de recuos;

-estabelece os eixos indutores;

-inclui a necessidade do relatório de impacto de vizinhança;

-propõe questões ligadas a mobilidade;

A partir do ano de 2012 as alterações do Plano Diretor ficaram limitadas, de maneira que, fossem realizadas no máximo uma vez por ano, ficando ressalvados os casos de interesse público devidamente justificados, que poderiam ser apresentados a qualquer tempo, de acordo com o previsto no artigo 158 da LC nº170/06.

Com o intuito de permitir uma evolução constante dos planos diretores que acompanhassem as mudanças das cidades ficou firmado através do Art. 40 do Estatuto da Cidade que é compulsória a revisão do Plano Diretor, pelo menos, a cada dez anos, senão vejamos:

Art. 40.O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1ºO plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2ºO plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3ºA lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º–No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzido

Amparado por este artigo, o Executivo municipal acompanhado da equipe técnica da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) fez cumprir a lei descrita no § 3o do Art. 40 do Estatuto da Cidade fazendo valer as preconizações postuladas nos Artigos nº43 e nº44 do Estatuto da Cidade promovendo a construção de um Plano Diretor Participativo.

Através da Constituição Federal, o Plano Diretor é reconhecidamente o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do município e o poder executivo tem como atribuição dar cumprimento a essa política. Cabe ao Município, através da Secretaria de Planejamento, a organização, o apoio técnico e a participação ativa durante todas as fases de elaboração e posteriormente, durante a implementação do Plano Diretor. Porém, cumpre salientar que todos os órgãos do Município deverão envolver-se na elaboração do Plano Diretor.

O artigo 43 da Lei nº 10.257/01 estabelece que para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, debates, audiências, consultas públicas e conferências, entre outros instrumentos. Conforme artigo 3° da Resolução n°83/09, do Conselho das Cidades, o processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do artigo 40 e 43 do Estatuto da Cidade e nos termos da Resolução n°25/05 do Conselho das Cidades.

O artigo 3° da Resolução n°25/05, do Conselho das Cidades, orienta que o processo de elaboração, implementação e execução do Plano Diretor seja participativo, nos termos previstos no Estatuto da Cidade, e que a coordenação do processo seja compartilhada, entre poder público e sociedade civil.

Já a Resolução n°25/05 estabelece ainda uma série de orientações e recomendações para o processo participativo. Estas recomendações estão contempladas e são detalhadas ao longo deste documento.

De acordo com o artigo primeiro da Resolução nº 34/05 do Conselho das Cidades o Plano Diretor deve prever, no mínimo:

I - as ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;

II - as ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública;

III- os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes;

IV - os instrumentos da política urbanas previstas pelo art. 42 do Estatuto da Cidade, vinculando-os aos objetivos e estratégias estabelecidos no Plano Diretor.

Diante disso, a seguir são apresentadas as estratégias para o cumprimento das exigências e recomendações do processo de revisão participativa do Plano Diretor, propostas pela equipe de trabalho que compõe o Núcleo Técnico.

2.9.3. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA – A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DEMOCRÁTICO

A elaboração bem-sucedida da revisão do Plano depende da capacidade coletiva de mobilizar e integrar os esforços de forma a desencadear mudanças na prática da participação no processo de planejamento territorial. Ademais, deve ser um compromisso coletivo envolvendo os mais diversos atores, inclusive os meios de comunicação.

Como o intuito efetivar a participação da comunidade na construção do plano diretor foram realizadas 17(dezessete) oficinas e 03(três) reuniões de segmentos.

O Artigo 4º da Resolução nº25/05 do Conselho das Cidades especifica que o processo de planejamento deverá conter os requisitos de ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massas disponíveis; informando cronograma e dos locais das reuniões, da

apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias; inclusive com publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo. O artigo 5º da Resolução 25/05 define que a organização do processo participativo deverá garantir a diversidade, nos seguintes termos:

I - realização dos debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros;

II - garantia da alternância dos locais de discussão.

A Resolução nº25 do Conselho das Cidades no seu Artigo 3º, §1º, estabelece que a coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para a tomada de decisões.

Na definição de estratégias de divulgação e mobilização social, foram identificados os atores sociais e a sua capacidade contributiva, forma de organização e potencial de colaboração. Para a efetivação do diagnóstico de revisão do Plano Diretor foi fundamental a participação da comunidade no processo de leitura local. Para isso, foi preciso realizar e garantir um processo de divulgação e mobilização da população, para que estes participassem ativamente da agenda pública e dos demais canais de interlocução.

A instância participativa caracterizou-se como o canal direto de inclusão da comunidade no processo de revisão, realizada por cidadão individualmente ou por suas representações.

Foi disponibilizado um canal eletrônico no site da Prefeitura com informações sobre a revisão do Plano Diretor, onde constavam dados acerca das etapas, cronograma e agendas, documentos e espaços para sugestões e proposições.

Foram diversas oportunidades de participação da comunidade voltada a esclarecimentos, contribuições, sugestões e proposições, haja vista que a metodologia proposta estruturou-se a partir de um processo de debate interativo, conforme ilustrado na figura 2.9.1.

CONTRIBUIÇÕES - MEIOS DE PARTICIPAÇÃO				
COMO PARTICIPAR?				
Em qual formato?	**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - *Atividades Presenciais***		*Em qual etapa?*	
	Oral / escrito	Oficinas		02 e 03
		Seminário		03
		Validação de produto		01, 02 e 03
		Conferência		04
	OUTROS MEIOS DE INTERLOCUÇÃO			
	Escrito	Protocolo		Todas
		Formulário *on line* e impresso		Todas
		Questionário *on line*		02

Figura 2.9.1: Contribuições – Meios de participação

Meios de participação

A essência do roteiro metodológico adotado é a participação dos diferentes setores sociais da comunidade em geral, por meio da realização de atividades presenciais como audiências, oficinas, reuniões, seminário,

conferência, além de prever outros espaços de interlocução com o objetivo de ampliar o alcance do processo participativo e viabilizar a construção coletiva do Plano Diretor.

Como foi observado na figura acima, os meios de participação estão classificados em dois formatos, sendo: Atividades presenciais; Outros meios de interlocução.

2.9.3.1. ATIVIDADES PRESENCIAIS

O método do processo participativo da revisão sustentou-se principalmente em estratégias e dinâmicas realizadas em eventos presenciais com diferentes formatos, realizadas ao longo das etapas do processo, em locais diversificados, descentralizando e ampliando as oportunidades de participação e debate.

Basicamente as atividades presenciais foram AUDIÊNCIAS PÚBLICAS em diferentes formatos.

As AUDIÊNCIAS PÚBLICAS tiveram por finalidade informar, colher subsídios, mobilizar, esclarecer, debater, rever e analisar os conteúdos, pactuar e aprovar os produtos gerados em cada etapa, assim como, realizar a validação dos mesmos.

A Lei Complementar nº165 de 25 de setembro de 2006 estabelece no artigo 35 que as Audiências Públicas são espaços abertos ao público, com o objetivo específico de receber contribuições sobre questões técnicas e normativas em fase de elaboração ou implementação com grande repercussão social.

Conforme artigo 8° da Resolução n°25/05, do Conselho das Cidades, as Audiências Públicas devem atender aos seguintes requisitos:

I – ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou, na sua falta, utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;

II – ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;

III – serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;

IV – garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;

V – serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Conforme o artigo 9º da Resolução n°25/05, do Conselho das Cidades, as audiências públicas poderão ser convocadas pela própria sociedade civil quando solicitada por no mínimo 1 % (um por cento) dos eleitores do município.

Conforme artigo 4° da Resolução n°83/09, do Conselho das Cidades, as Audiências Públicas devem seguir ao disposto, conforme:

I. Serem divulgadas em órgãos públicos de ampla circulação de pessoas;

II. Terem o conteúdo a ser debatido explicitado em sua divulgação;

III. Serem divulgadas em diversos meios de comunicação de modo a facilitar o acesso à informação pelos diversos segmentos da sociedade.

Neste sentido, os eventos presenciais das instâncias participativas foram acessíveis e públicos e sua organização envolveu atos convocatórios amplamente divulgados. O cronograma da agenda pública proposta foi estabelecido em conjunto com o Núcleo Gestor.

Para cada etapa do processo foi divulgada a agenda dos eventos presenciais de participação da comunidade, considerando as recomendações do Estatuto da Cidade e do Ministério das Cidades.

Ao longo do desenvolvimento de cada etapa serão realizadas várias dinâmicas com as já realizadas Oficinas Comunitárias, seguidas agora com data ainda a ser determinadas das reuniões com segmentos específicos, Seminário e Conferência, com o intuito de ouvir a comunidade, colher subsídios, esclarecer, analisar, além de desenvolver propostas de forma coletiva. Ao final de cada etapa do processo serão

realizadas dinâmicas com formato de Audiência Pública, culminando com a aprovação da versão final dos produtos gerados na etapa.

A primeira Atividade Presencial prevista na agenda pública da revisão do Plano Diretor foi uma Audiência Pública para aprovação da metodologia que seria utilizada durante a revisão, ou seja, validação do produto gerado na etapa 01 (Preparação e Estudos Preliminares).

Durante a etapa 02 (Leitura da realidade local) foram realizadas diversas Oficinas Comunitárias Avaliativas e Reuniões com segmentos específicos com vistas à elaboração do Diagnóstico Participativo. Ao final da etapa 02 foi realizada Audiência Pública para a validação do produto gerado na etapa.

As dinâmicas dos diferentes formatos de todas as atividades presenciais previstas estão detalhadas no material metodológico.

2.9.3.2. OUTROS MEIOS DE INTERLOCUÇÃO

Além da realização dos debates presenciais, estão previstos outros meios de interlocução, ampliando as formas de contribuição e participação da comunidade, podendo ser de diferentes maneiras de forma oral ou escrita, participando das atividades presenciais, debates, oficinas, reuniões, seminário, conferência final e audiências públicas;

a)Por escrito, através de formulário eletrônico disponibilizado no site da Prefeitura Municipal;

b)Por escrito, através de questionário on-line a ser disponibilizado no site da Prefeitura Municipal;

c)Por escrito, através de formulário impresso disponibilizado nas Audiências Públicas;

d)Por escrito, através de formulário impresso via protocolo na Prefeitura Municipal.

A Prefeitura Municipal também disponibiliza o e-mail planodiretor@pmpf.rs.gov.br para envio das contribuições.

As contribuições poderão ocorrer durante as etapas do processo.

Tendo em vista que o processo será desenvolvido em etapas distintas, serão estabelecidos prazos com a previsão para início e fim de cada etapa. A agenda pública para a realização dos eventos presenciais deverá observar os prazos fixados para cada etapa. Além dos eventos presenciais, deverão ser fixados prazos para que a população participe através de contribuições por escrito.

Durante os prazos acordados, a população será convidada a participar ativamente do processo, opinando, debatendo, analisando, contribuindo e pactuando as informações e propostas relativas à revisão do Plano Diretor. Após o processo de captação, debates e sugestões, será realizada a validação do produto gerado, ao final de cada etapa.

As regras, critérios e procedimentos deverão ser amplamente divulgados durante o processo. Todavia, destaca-se que todas as sugestões e contribuições serão analisadas, garantindo a participação popular durante o processo.

As contribuições apresentadas por escrito serão analisadas de acordo com o seguinte procedimento, conforme a figura 2.9.2.

Figura 2.9.2: Fluxograma contribuições

As contribuições orais serão registradas nas diversas oportunidades e momentos de Audiências públicas e serão devidamente registradas nos relatórios, atas e gravações.

2.9.4. OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade salvaguarda o meio ambiente urbano justo, equilibrado e sustentável, estabelecendo que toda a atividade econômica deve ter especial planejamento por parte do administrador público, observando-se os limites de sustentabilidade ambiental. E sendo assim, nada impede que se questione o ônus de viver em comunidade, cabendo a cada indivíduo a sua quota parte em participar do processo de planejamento urbano, e ao administrador público sua obrigação em utilizar os instrumentos urbanísticos, econômicos, tributários e financeiros previstos em lei para atendimento das finalidades públicas, devendo esforçar-se da melhor e mais justa maneira possível para gerir as receitas a sua disposição.

Nesta feita, as diretrizes gerais e os instrumentos de política urbanas previstas no Estatuto da Cidade formam um plexo de normas que permitem o racional aproveitamento do solo urbano, planificando a vida em comunidade, dando à propriedade sua função social, com o objetivo de melhoria da qualidade do meio ambiente urbano, em todas suas dimensões.

> ***Capítulo II. Dos instrumentos da política urbana***
>
> ***Seção I. Dos instrumentos em geral***
>
> *Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*
>
> *I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;*
>
> *II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;*
>
> *III – planejamento municipal, em especial:*
>
> *a) plano diretor;*
>
> *b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;*
>
> *c) zoneamento ambiental;*
>
> *d) plano plurianual;*
>
> *e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;*
>
> *f) gestão orçamentária participativa;*
>
> *g) planos, programas e projetos setoriais;*
>
> *h) planos de desenvolvimento econômico e social;*

IV – institutos tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação;

b) servidão administrativa;

c) limitações administrativas;

d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

e) instituição de unidades de conservação;

f) instituição de zonas especiais de interesse social;

g) concessão de direito real de uso;

h) concessão de uso especial para fins de moradia;

i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

j) usucapião especial de imóvel urbano;

l) direito de superfície;

m) direito de preempção;

n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;

o) transferência do direito de construir;

p) operações urbanas consorciadas;

q) regularização fundiária;

r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; s) referendo popular e plebiscito;

t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009);

u) legitimação de posse (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009).

VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

§ 1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.

§ 3º Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil

No artigo 4º: o artigo tem por finalidade dar mecanismos para garantir que de fato se concretize a função social da propriedade e o direito a todos a cidade. Preconiza que a política urbana é fruto de planejamento

extensivo. Indica que no planejamento municipal deve envolver o planejamento urbano, ambiental, orçamentário, setorial e desenvolvimento econômico e social de forma participativa. Inclui os instrumentos tributários dos impostos, contribuições, incentivos e benefícios fiscais e financeiros, voltados às atividades importantes para a política urbana. No inciso sobre os institutos jurídicos e políticos, fornece ao Município instrumentos que permitem: – variadas formas de intervenção social sobre o livre uso da propriedade privada: desapropriação, servidão e limitações administrativas, tombamento, instituição de unidades de conservação, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e direito de preempção; – a regularização fundiária das ocupações de interesse social: concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, demarcação urbanística para fins de regularização fundiária e legitimação da posse– a indução do desenvolvimento urbano e a redistribuição à coletividade dos benefícios decorrentes do processo de urbanização: outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, transferência do direito de construir e operações urbanas consorciadas; – instrumentos voltados para a democratização da gestão urbana e do direito à moradia: referendo popular e plebiscito, assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos. Cabe ressaltar, pela importância para o desenvolvimento de uma política habitacional de inclusão social, o instituto das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Este instrumento pode ser utilizado tanto para a regularização de áreas ocupadas, onde o processo de ocupação ocorreu sem observância das normas urbanísticas, quanto em áreas vazias, para destiná-las para habitação de interesse social.

Seção II. Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios

Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

§ 1º Considera-se subutilizado o imóvel:

I – cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente;

II – (VETADO)

§ 2º O proprietário será notificado pelo Poder Executivo municipal para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

§ 3º A notificação far-se-á:

I – por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II – por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 4º Os prazos a que se refere o caput não poderão ser inferiores a:

I - um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente;

II - dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 5º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica a que se refere o caput poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

Art. 6º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no art. 5º desta Lei, sem interrupção de quaisquer prazos.

O estoque de terrenos a espera de valorização dentro da área urbanizada diminui os espaços necessários ao desenvolvimento da sociedade. Para evitar estes vazios, e coibir a especulação imobiliária o Estatuto da Cidade regulamentou o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios obrigando o proprietário a dar destinação a terreno subutilizado, fazendo cumprir a função social da propriedade, é importante destacar que os instrumentos voltados a obrigar a utilização do imóvel, como parcelamento e edificação, IPTU progressivo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública podem ser combinados com a instituição de ZEIS. Por meio da conjugação desses instrumentos, destinando a terra ociosa para habitação de interesse social. Os instrumentos compulsórios aplicam-se aos imóveis não edificados de terra nua, não utilizados, abandonados e desabitados com aproveitamento inferior ao mínimo definido em lei. Uma vez instituído para determinado imóvel, fica o proprietário obrigado a dar destinação adequada dentro do prazo determinado, se vendido, o novo proprietário passa a ser o responsável por esta obrigação.

Seção III. Do IPTU progressivo no tempo

Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

§ 1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o caput do art. 5º desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Para compelir o proprietário a cumprir a obrigação estabelecida, seja ela parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Estatuto da Cidade fornece ao Município o IPTU progressivo. Permitindo ao município o aumento progressivo da alíquota do IPTU para os imóveis cujos proprietários não obedeçam aos prazos fixados para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Através do Estatuto da Cidade é vedado a concessão de isenções ou anistias.

Seção IV. Da desapropriação com pagamento em títulos

Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

§ 2º O valor real da indenização:

I – refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação de que trata o § 2º do art. 5º desta Lei;

II – não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do § 5º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no art. 5º desta Lei.

A Constituição Federal, confere ao Estado o poder de retirar um bem de seu proprietário, possibilitando a desapropriação em razão de interesse público ou social, mas exige a justa e prévia indenização em dinheiro. O Estatuto da Cidade regula a desapropriação para fins urbanos. Por meio dessa modalidade, o Poder Público Municipal pune o proprietário que não deu a seu imóvel a função social estabelecida no Plano Diretor. Diferentemente das desapropriações por utilidade e interesse público e interesse social, na desapropriação para fins de reforma urbana o pagamento é realizado por meio de títulos da dívida pública, resgatáveis num prazo de dez anos. A vinculação da desapropriação sanção, regulada pelo Estatuto da Cidade, à função social da propriedade obriga também o Poder Público a dar destinação adequada ao imóvel após a desapropriação. Se isto não for feito, o Prefeito e os demais agentes públicos envolvidos incorrem em improbidade administrativa, conforme o artigo 52, II do Estatuto da Cidade. Improbidade administrativa significa ato contrário ao dever do agente público de atuar com honestidade e decência. Um ato de improbidade administrativa não é um crime em sua acepção legal, mas quem incorre em improbidade está sujeito a sanções que podem ocasionar a suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário.

Seção V. Da usucapião especial de imóvel urbano

Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 10. As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.

§ 3º Na sentença, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 4º O condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada por, no mínimo, dois terços dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.

§ 5º As deliberações relativas à administração do condomínio especial serão tomadas por maioria de votos dos condôminos presentes, obrigando também os demais, discordantes ou ausentes.

Art. 11. Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.

Art. 12. São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana:

I – o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente;

II – os possuidores, em estado de composse;

III – como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.

§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

§ 2º O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.

Art. 13. A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 14. Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.

No Brasil, cerca de 40% das famílias urbanas não têm a propriedade ou qualquer documento legal de reconhecimento da posse dos terrenos onde moram. Esta situação é fruto de uma urbanização acelerada, desordenada e injusta, onde os pobres não tiveram reconhecido seu direito à moradia e ocuparam, na prática, seu espaço na cidade, construindo suas casas nos terrenos vazios ou edifícios abandonados. Reconhecendo que esta situação de ilegalidade é injusta para os pobres e traz prejuízos para toda a sociedade, a Constituição Federal, em seu Artigo 183, garante ao possuidor de imóvel urbano de até 250 m², que não tem outro imóvel e que ainda não foi beneficiado pelo instrumento, a aquisição da propriedade. Para tanto, o possuidor deve ainda demonstrar que ocupa o imóvel há cinco anos, sem oposição, e que utiliza o imóvel para sua moradia.

Seção VII. Do direito de superfície

Art. 21. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o

espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo.

§ 5º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

Art. 22. Em caso de alienação do terreno, ou do direito de superfície, o superficiário e o proprietário, respectivamente, terão direito de preferência, em igualdade de condições à oferta de terceiros.

Art. 23. Extingue-se o direito de superfície:

I – pelo advento do termo;

II – pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.

Art. 24. Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio do terreno, bem como das acessões e benfeitorias introduzidas no imóvel, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário no respectivo contrato.

§ 1º Antes do termo final do contrato, extinguir-se-á o direito de superfície se o superficiário der ao terreno destinação diversa daquela para a qual for concedida.

§ 2º A extinção do direito de superfície será averbada no cartório de registro de imóveis.

Por meio do contrato que institui o direito de superfície, o Poder Público mantém a propriedade do terreno público, mas pode conceder ao morador o direito de construir sua residência, vendê-la sob certas condições ou transmiti-la por herança, dando toda a garantia para que ele exerça seu direito de moradia. Mas como mantém a propriedade do terreno, pode também impedir que este imóvel seja adquirido por alguém que lhe dê uma destinação diferente daquela para a qual o direito foi instituído (moradia de população de baixa renda, por exemplo), evitando a expulsão dos moradores por algum segmento social com maior poder econômico.

Seção VIII. Do direito de preempção

Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

§ 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

Parágrafo único. A lei municipal prevista no § 1º do art. 25 desta Lei deverá enquadrar cada área em que incidirá o direito de preempção em uma ou mais das finalidades enumeradas por este artigo.

Art. 27. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

§ 1º À notificação mencionada no caput será anexada proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º O Município fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida nos termos do caput e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 3º Transcorrido o prazo mencionado no caput sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

§ 4º Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Município, no prazo de trinta dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

§ 5º A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.

§ 6º Ocorrida a hipótese prevista no § 5º, o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

O direito de preempção garante ao Poder Público Municipal a preferência para adquirir imóveis que estejam sendo alienados. Por meio deste instituto, o proprietário que deseja vender seu imóvel deverá primeiramente comunicar ao poder público que, se desejar, poderá comprar o bem nas condições apresentadas pela oferta feita por terceiro. No exercício de seu direito de preferência, o Município deve observar alguns cuidados: obrigatoriamente, dar a destinação ao imóvel especificada na lei e somente comprar o bem se o preço deste for compatível com o de mercado. Se não observar essas obrigações, o prefeito e os agentes envolvidos no negócio celebrado e na utilização do bem após a compra responderão por improbidade administrativa, nos termos do artigo 52, III e VIII do Estatuto da Cidade.

Seção IX. Da outorga onerosa do direito de construir

Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno.

§ 2º O plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.

§ 3º O plano diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.

Art. 29. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Art. 30. Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando:

I – a fórmula de cálculo para a cobrança;

II – os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

III – a contrapartida do beneficiário.

Art. 31. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades previstas nos incisos I a IX do art. 26 desta Lei.

A outorga onerosa do direito de construir é um instrumento voltado à indução do desenvolvimento urbano, permitindo, por exemplo, que o Poder Público incentive o adensamento de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, como forma de promover o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada, além de possibilitar a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária gerada por ações públicas. O instrumento ainda permite, indiretamente, a arrecadação de recursos pelo governo local. As diretrizes relacionadas à "justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização" e à "recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos" (incisos IX e XI do artigo 4º), somadas à separação do direito de construir do direito de propriedade e ao cumprimento da função social da propriedade, sustentam o argumento da legitimidade de o Poder Público recuperar para a coletividade o efeito da valorização imobiliária proporcionada por investimentos públicos. Vê-se, pois, que o conceito de Solo Criado pressupõe que o direito de propriedade engloba o direito de construir, mas este último é limitado pelo coeficiente único ou básico de aproveitamento. Ou seja, o direito do proprietário de edificar está restrito ao coeficiente único ou básico definido no Plano Diretor. Qualquer edificação acima desse coeficiente somente será permitida em áreas predefinidas e mediante uma contrapartida paga ao Poder Público municipal. Para aplicar a outorga do direito de construir, é necessário que o Município, por meio de seu Plano Diretor, defina o coeficiente básico de aproveitamento para todo o seu território, que não precisa ser necessariamente uniforme em todas as áreas, podendo ser diferenciado por zonas. Além disso, o Plano Diretor deve identificar as áreas onde o direito de construir poderá ser exercido além do coeficiente básico e quais serão os máximos coeficientes de aproveitamento admissíveis.

Seção X. Das operações urbanas consorciadas

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I – definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 32 desta Lei;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

§ 1º Os recursos obtidos pelo Poder Público municipal na forma do inciso VI deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

Art. 34. A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

As operações urbanas consorciadas estão relacionadas à promoção de projetos urbanos por meio da parceria entre o Poder Público, proprietários, sociedade civil e o investimento privado, com base nas diretrizes do planejamento urbano municipal. Tais projetos devem pautar-se nas transformações urbanas estruturais, na valorização ambiental e na promoção de melhorias sociais. A ideia básica do instrumento está na transformação de uma determinada área da cidade, sob o comando do Poder Público municipal, para a concretização de objetivos e ações estabelecidos no Plano Diretor, por meio da parceria com o setor privado. Sua utilização pode se dar para diferentes finalidades: reconversão e requalificação de áreas industriais e portuárias desativadas, que tenham reduzido sua operação ou que estejam em processo de alteração do uso do solo; transformação de conjuntos urbanos dotados de infraestrutura e de terrenos vazios em que se pretende a renovação de usos e o aumento da densidade; adequação do uso do solo e da infraestrutura no entorno de grandes equipamentos urbanos, tais como avenidas, estações de metrô, corredores exclusivos de ônibus, parques e estádios; melhor aproveitamento do uso do solo em grandes

intervenções urbanas; dentre outras. O Estatuto da Cidade estabelece diversas exigências para a instituição de operações urbanas pelos municípios, buscando garantir que os benefícios dessas operações sejam distribuídos entre a população diretamente afetada, poder público e investidores privados.

Seção XI. Da transferência do direito de construir

Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput.

§ 2º A lei municipal referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

O instrumento de transferência do direito de construir tem como finalidade assegurar o aproveitamento econômico de um bem ao proprietário de imóvel situado em área onde houve limitações ao direito de construir, ou seja, onde não podem ser feitas construções até o limite do coeficiente básico definido para aquela porção do território. Tais limitações podem ocorrer nos casos em que o Poder Público municipal, em prol do interesse público, limita a construção das edificações para a preservação de áreas ambientais e de especial interesse histórico, cultural, paisagístico ou social. Para possibilitar a proteção desses locais e ao mesmo tempo garantir o aproveitamento econômico do imóvel, o Município pode instituir a transferência do direito de construir, que é operada geralmente entre particulares. Por meio desse instrumento, o proprietário pode exercer em outro local o direito de construir, seja em outro terreno de sua propriedade, seja transferindo ou alienando para um terceiro. Em ambos os casos, deve ser respeitado o coeficiente de aproveitamento máximo do local onde será exercido o direito de construir e as demais regras previstas no Plano Diretor, tais como o potencial construtivo passível de transferência e de recepção por áreas ou zonas da cidade e as condições a serem obedecidas para preservação do imóvel, uma vez que o proprietário foi beneficiado pela transferência. Esse instrumento também pode ser utilizado para implantação de equipamentos públicos, para regularização fundiária ou para urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda. Nesses casos, a transferência do direito de construir pode apresentar vantagens em relação à desapropriação.

Seção XII. Do estudo de impacto de vizinhança

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – equipamentos urbanos e comunitários;

III – uso e ocupação do solo;

IV – valorização imobiliária;

V – geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI – ventilação e iluminação;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

Qualquer atividade desenvolvida na cidade gera impactos ao seu redor, que podem ser levados em consideração no planejamento urbano por meio de normas urbanísticas diferenciadas para as diferentes zonas da cidade. No entanto, algumas atividades interferem na dinâmica urbana de maneira tal que as normas urbanísticas não são suficientes para orientação do desenvolvimento urbano, causando impactos (por exemplo, sobrecarga na infraestrutura urbana e nos equipamentos e serviços públicos) que devem ser objeto de uma avaliação específica. Para possibilitar que o Poder Público avalie as consequências da instalação de empreendimento de grande impacto ou ampliação de construções já existentes, foi instituído o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei;

III – sistema de acompanhamento e controle.

Os instrumentos do Estatuto da Cidade devem ter sua aplicação prevista no Plano Diretor, sendo definidos os conceitos, procedimentos de aplicação e a demarcação no território. Alguns deles, como o parcelamento, edificação e utilização compulsórios, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir só podem ser aplicados se houver previsão expressa no Plano Diretor. Vale destacar que o Plano Diretor é a instância de integração das políticas setoriais no âmbito do planejamento e do ordenamento de todo o território e o Município deve tirar partido desse poder de regulação para constituir suas políticas setoriais e programar seus investimentos no tempo. Nesta perspectiva, para combater os déficits habitacionais e melhorar os serviços públicos, o Poder Público municipal deve atentar para a constituição de uma política fundiária no Plano Diretor que disponibilize terrenos para provisão de habitação de interesse social e para a implantação de infraestrutura.

Capítulo IV. Da gestão democrática da cidade

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea "f" do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

Um dos elementos fundamentais do Estatuto da Cidade é a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. As decisões sobre o futuro das cidades não podem se limitar somente à democracia representativa das câmaras de vereadores, mas devem propiciar que todos aqueles diretamente afetados

pelas ações e investimentos públicos sejam envolvidos. Não se trata apenas de consultar a opinião da população sobre as proposições do Poder Público municipal, mas de garantir instâncias efetivamente consultivas e deliberativas, tanto no processo de planejamento urbano, quanto na destinação dos recursos públicos. Na luta para superar a enorme desigualdade social que caracteriza as cidades brasileiras, o processo participativo passa a ser uma instância política de disputa por investimentos e de pactuação de um planejamento urbano que considere o lugar dos pobres na cidade. Em outras palavras, é uma maneira de propiciar que a população de baixa renda, sempre excluída do planejamento das cidades, passe a participar das decisões sobre a regulação do uso e ocupação do território e a destinação dos investimentos públicos.

Capítulo V. Disposições gerais

Art. 46. O Poder Público municipal poderá facultar ao proprietário de área atingida pela obrigação de que trata o caput do art. 5º desta Lei, a requerimento deste, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

§ 1º Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do art. 8º desta Lei.

É possível que em alguns casos o proprietário, obrigado pelo Poder Público municipal a parcelar, edificar ou utilizar seu imóvel, na forma do artigo 5º do Estatuto da Cidade, não disponha de recursos suficientes. Nessa hipótese, a aplicação do instrumento poderia ser inviabilizada se demonstrado pelo proprietário sua impossibilidade de cumprir a determinação do Município. Para dar possibilidade de efetividade aos instrumentos de parcelamento, edificação ou utilização compulsória e, consequentemente, dar função social a um imóvel urbano subutilizado, foi instituído o consórcio imobiliário. Por meio desse instrumento, o Município faculta ao proprietário transferir seu imóvel ao Poder Público municipal, para que este realize a urbanização ou edificação. Em contrapartida, após a realização das obras, o antigo proprietário recebe unidades imobiliárias com valor correspondente ao valor do imóvel quando transferido para o Município.

Art. 47. Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social.

Art. 48. Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, os contratos de concessão de direito real de uso de imóveis públicos:

I – terão, para todos os fins de direito, caráter de escritura pública, não se aplicando o disposto no inciso II do art. 134 do Código Civil;

II – constituirão título de aceitação obrigatória em garantia de contratos de financiamentos habitacionais.

Art. 49. Os Estados e Municípios terão o prazo de noventa dias, a partir da entrada em vigor desta Lei, para fixar prazos, por lei, para a expedição de diretrizes de empreendimentos urbanísticos, aprovação de projetos de parcelamento e de edificação, realização de vistorias e expedição de termo de verificação e conclusão de obras.

Parágrafo único. Não sendo cumprida a determinação do caput, fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a realização de cada um dos referidos atos administrativos, que valerá até que os Estados e Municípios

disponham em lei de forma diversa.

Art. 50. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei, deverão aprová-lo até 30 de junho de 2008. (Redação dada pela Lei nº 11.673, 2008)

Art. 51. Para os efeitos desta Lei, aplicam-se ao Distrito Federal e ao Governador do Distrito Federal as disposições relativas, respectivamente, a Município e a Prefeito.

Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, quando:

I – (VETADO)

II – deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4º do art. 8º desta Lei;

III – utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto no art. 26 desta Lei;

IV – aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto no art. 31 desta Lei;

V – aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto no § 1º do art. 33 desta Lei;

VI – impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta Lei;

VII – deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância do disposto no § 3º do art. 40 e no art. 50 desta Lei;

VIII – adquirir imóvel objeto de direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 desta Lei, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

A improbidade consiste em qualquer conduta atentatória ao dever de agir com honestidade. Para os agentes públicos, esse dever é decorrente da própria Constituição Federal, que estabelece como princípio da administração pública a moralidade administrativa. É também na Constituição que estão previstas as possíveis sanções para atos de improbidade: suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. Regulamentando esse artigo da Constituição Federal, foi editada a Lei nº 8.249/1992, que define três modalidades de atos de improbidade administrativa — atos que importam em enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário, atos que atentam contra os princípios da administração pública — e ainda prevê as sanções cabíveis para cada caso. As condutas ou omissões definidas como atos de improbidade administrativa pelo Estatuto da Cidade devem ser interpretadas, considerando os atos definidos pela Lei de Improbidade Administrativa. Uma vez identificado o tipo de ato de improbidade, definem-se as sanções cabíveis.

2.9.5. OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE – VIGENTES NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

No Município de Passo Fundo os instrumentos de políticas urbanas estão inseridos no Plano Diretor de Passo Fundo.

Segue um quadro comparativo dos instrumentos previstos pelo Estatuto das Cidades e os instrumentos criados pelo Município, através de leis específicas:

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA PREVISTA NO ESTATUTO DAS CIDADES	INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA CRIADOS PELO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
Plano Diretor	Lei Complementar n.º 170, de 09 de outubro de 2006
Disciplina do Parcelamento, do uso e da ocupação do solo	Lei Complementar n.º 230, de 07de outubro de 2009 e Lei Complementar n.º 170/2006
Plano Plurianual	Lei Municipal n.º 5.275/2017
Diretrizes orçamentárias e orçamento anual	Lei Municipal n.º 5.276/2017
Gestão orçamentária participativa	Lei Municipal n.º 3.873, de 18 de janeiro de 2002.
Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	Lei Complementar n.º 370, de 15 de outubro de 2014 e art. 136 da Lei Complementar n.º 170/2006
Planos, programas e projetos setoriais	Plano de mobilidade – Lei n.º 5305/2018; Institui Política de Resíduos Sólidos – Lei n.º 4969/2013; Política de Habitação de Interesse Social – Lei n.º 4795/2011; Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei n.º 5.307/2018.
Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano	Lei Municipal n.º 2.997, de 06 de janeiro de 1995
Desapropriação	Art. 137 da Lei Complementar n.º 170/2006
Instituição de Zona Especiais de Interesse Social	Lei Complementar n.º 170/2006
Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	Art.129 da Lei Complementar n.º 170/2006
Transferência do Direito de Construir	Lei Complementar n.º 393/2015 e art. 147 da Lei complementar n.º 170/2006
Operações Urbanas Consorciadas	Art. 146 da Lei complementar n.º 170/2006
Direito de Perempção	Art. 140 da Lei complementar n.º 170/2006
Estudo Prévio de Impacto Ambiental	Art. 121 da Lei Complementar n.º 170/2006
Outorga oneroso do direito de construir	Art. 144 da Lei Complementar n.º 170/2006
Direito de Superfície	Art. 149 da Lei complementar n.º 170/2006
Instituição de unidades de conservação	Lei Municipal n.º 4.561/2009

Quadro 2.9.1: Instrumentos previstos / criados - Fonte: PGM, 2018

O quadro 2.9.2: Prédios tombados / estado de conservação apresenta os imóveis tombados de acordo com a Lei Municipal n.º 2.997, de 06 de janeiro de 1995, demonstrando a implementação da referida lei.

PRÉDIOS TOMBADOS MUNICIPAIS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Prédio Antiga Gare Lei nº2671/1991 Localização: Av. 7 de setembro	- Bom - Poderá vender índice construtivo

Possui na lei Art. 2, que em uma distância de 10 metros de sua lateral, fica vedada a construção de prédios de mais de 8 m de altura.	
Conjunto Arquitetônico (Academia Passo-fundense de Letras, Marvs e Teatro Múcio de Castro- Lei nº 2608/1990 Localização: Av. Brasil Oeste, 792 Possui na lei Art.2, que em uma dist. 15 metros das laterais de prédios tombados, fica vedada a construção de prédios de mais de 8 m de altura.	- Bom - Poderá vender índice construtivo
Escola Municipal Padre Antônio Vieira – Lei nº2535/1985	- Bom - Poderá vender índice construtivo
MONUMENTOS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Ruína- Decreto nº234/2006 Localização: Parque da Gare	- Bom - Não vende índice construtivo
Caixa D`água- Decreto nº 227/2006 Localização: Parque da Gare	- Bom - Não vende índice construtivo
Bebedouro- Lei nº 3043/1995 Localização: Parque da Gare	- Bom - Não vende índice construtivo
Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis- Lei nº 7481/1957	- Ruim - Não vende índice construtivo
PRÉDIOS TOMBADOS PARTICULARES	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Silo- Decreto 236/2006 Localização: Av. 7 de Setembro	- Regular - Necessita de reforma, para venda de índice construtivo
Moinho- Decreto nº 234/2006 Localizado: Av. 7 de Setembro	- Bom - Já vendeu índices
Igreja Matriz “Nossa Senhora da Conceição” Decreto nº231/2006 Localizado: Uruguai, Centro	-Bom - Pode vender índice construtivo
Quartel do Exército Decreto nº 19/2012 Localizado: Rua Teixeira Soares S/N	- Regular - Necessita de reforma para a venda de índices construtivos
Escola Protásio Alves Decreto nº 22/2012 Localizado: Av. Brasil	- Bom - Poderá vender índice construtivo
Solar do Glória Decreto nº 122/2014 Localizado: Rua General Canabarro nº 907	- Bom - Já vendeu todo potencial construtivo
Companhia Cervejaria Brahma Lei nº 3275/1997 Localizado: Rua Paissandu, 1200	-Bom - Poderá vender índice construtivo
Banco Itaú Lei nº 2955/1994 Localizado: Rua Bento Gonçalves nº 518	- Bom - Poderá vender índice construtivo

Prédio do Texas, do Instituto Educacional Lei nº 2937/1994 Localizado: Av. Brasil Oeste	- Ruim - Necessita de reforma para a venda de índices construtivos
Igreja Metodista Lei nº 2906/1993 Localizado: Av. Brasil Centro	- Bom - Poderá vender índice construtivo
Capela São Miguel Lei nº 2996/1991 Localizado: Pinheiro Torto	- Bom -Poderá vender índice construtivo

Quadro 2.9.2: Prédios tombados / estado de conservação - Fonte: Seplan, 2018

Tendo em vista também as questões técnicas da conservação e preservação e o impacto cultural do tombamento, já foram tomadas algumas medidas para efetivar o processo e favorecer a preservação.

Foi instituído núcleo de Patrimônio Histórico dentro do Conselho de Cultura, sendo responsável por avaliar todo e qualquer projeto de intervenção nos bens tombados, fazendo a mediação com o Conselho;

Criação de legislação de incentivos fiscais em diferentes níveis para proprietários de bens tombados, bem como a Isenção de IPTU, para prédios Tombados, que preservarem as suas características originais através de sua manutenção constante. Até o ano de 2018, apenas dois imóveis tombados ganharam esse direito, sendo eles o Moinho e o Solar do Glória.

Criação da lei municipal de transferência do direito de construir - lei complementar Nº 393/2015, que está previsto na seção XI Art 35. da lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, que permite ao proprietário de um imóvel exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir, desde que esteja com suas características históricas preservadas e tenha parecer favorável do Conselho de Cultura;

Foi inserido na revisão do Código de obras do ano de 2017, legislação específica sobre comunicação visual em edificações tombadas como patrimônio histórico, artístico ou cultural na cidade de Passo Fundo;

Destaca-se no quadro 2.9.3 os prédios tombados que já venderam índices construtivos e metragens já negociadas:

PRÉDIOS TOMBADOS	POTENCIAL CONSTRUTIVO	POTENCIAL CONSTRUTIVO TRANSFERIDO
Moinho	7.066,79 m²	1862,00 m²
Solar do Glória	2.843,34 m²	2.843,34 m²
TOTAL		4.705,34 m²

Quadro 2.9.3: Prédios tombados/ potencial construtivo - Fonte: Seplan, 2018

O quadro 2.9.4 apresenta os empreendimentos que adquiriram índices construtivos:

EMPREENDIMENTO	CA BÁSICO *	ÁREA ADQUIRIDA	INCREMENTO %
VENDA: MOINHO			

EMPREENDIMENTO 1	ZOI 2 = 7.494,01m²	1.862,00m²	24,87%
VENDA: SOLAR DO GLÓRIA			
EMPREENDIMENTO 2	ZOI 1 = 4.703,24m²	670,00m²	14,24%
EMPREENDIMENTO 3	ZOI 2 = 8.383,788m²	900,00m²	10,73%
EMPREENDIMENTO 4	ZOI 1 = 5.254,80m²	1.083,34m²	20,62%
TOTAL DE ÍNDICES VENDIDOS		4.515.34m²	

Quadro2.9.4: Empreendimento / incremento de área - Fonte: Seplan, 2018

CAPÍTULO 3 –
LEITURA COMUNITÁRIA

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

CAPÍTULO 3.1 – RELATÓRIO OFICINAS AVALIATIVAS

3.1.1. INTRODUÇÃO

A construção coletiva do Plano Diretor tem como essência definida no roteiro metodológico a participação dos diferentes setores sociais e da comunidade em geral, por meio da realização de atividades presenciais como audiências, oficinas, reuniões, seminário, conferência e outros espaços de interlocução com o objetivo de ampliar o alcance do processo participativo.

O método do processo participativo da revisão se sustenta principalmente em estratégias e dinâmicas realizadas em eventos com diferentes formatos, realizadas ao longo das etapas do processo, em locais diversificados, descentralizando e ampliando as oportunidades de participação e debate.

Como proposto na metodologia, durante a revisão a equipe técnica busca disponibilizar diferentes formatos de consulta pública, ampliando os espaços e oportunidades de participação da sociedade.

Este documento descreve as atividades realizadas durante as Oficinas Avaliativas da Revisão do Plano Diretor quando foram desenvolvidas atividades presencias com a comunidade entre os dias 21 de fevereiro de 2018 e 12 de abril de 2018. Ao longo deste período foram realizadas, ao todo, 16 Oficinas Avaliativas, conforme previsto na metodologia, aprovada em Audiência Pública no dia 02 de fevereiro de 2018.

As Oficinas ocorreram considerando o espaço territorial do município, abrangendo tanto a área urbana quanto a rural e seguiram a definição constante na metodologia.

Na área rural foram realizadas 04 Oficinas Avaliativas, organizadas a partir da divisão do território municipal em Macrozonas, conforme anexo 01 do atual Plano Diretor. As oficinas rurais ocorreram na Macrozona de Proteção aos Mananciais, Macrozona de Produção Agropastoril, Macrozona de Produção Agrofamiliar, Macrozona de Produção Mista, conforme ilustrado na figura 3.1.1, ver mapa 2.3.1 no caderno de mapas, e abrangeram as comunidades e distritos localizados na área rural.

Figura 3.1.1: Mapa n°01 – anexo LCn°170/06

Na área urbana foram realizadas 12 Oficinas Avaliativas considerando a divisão espacial configurada em 05 (cinco) regiões: Região Norte, Região Sul, Região Leste, Região Oeste e Região Centro, conforme figura 3.1.2, ver mapa 3.1 no caderno de mapas.

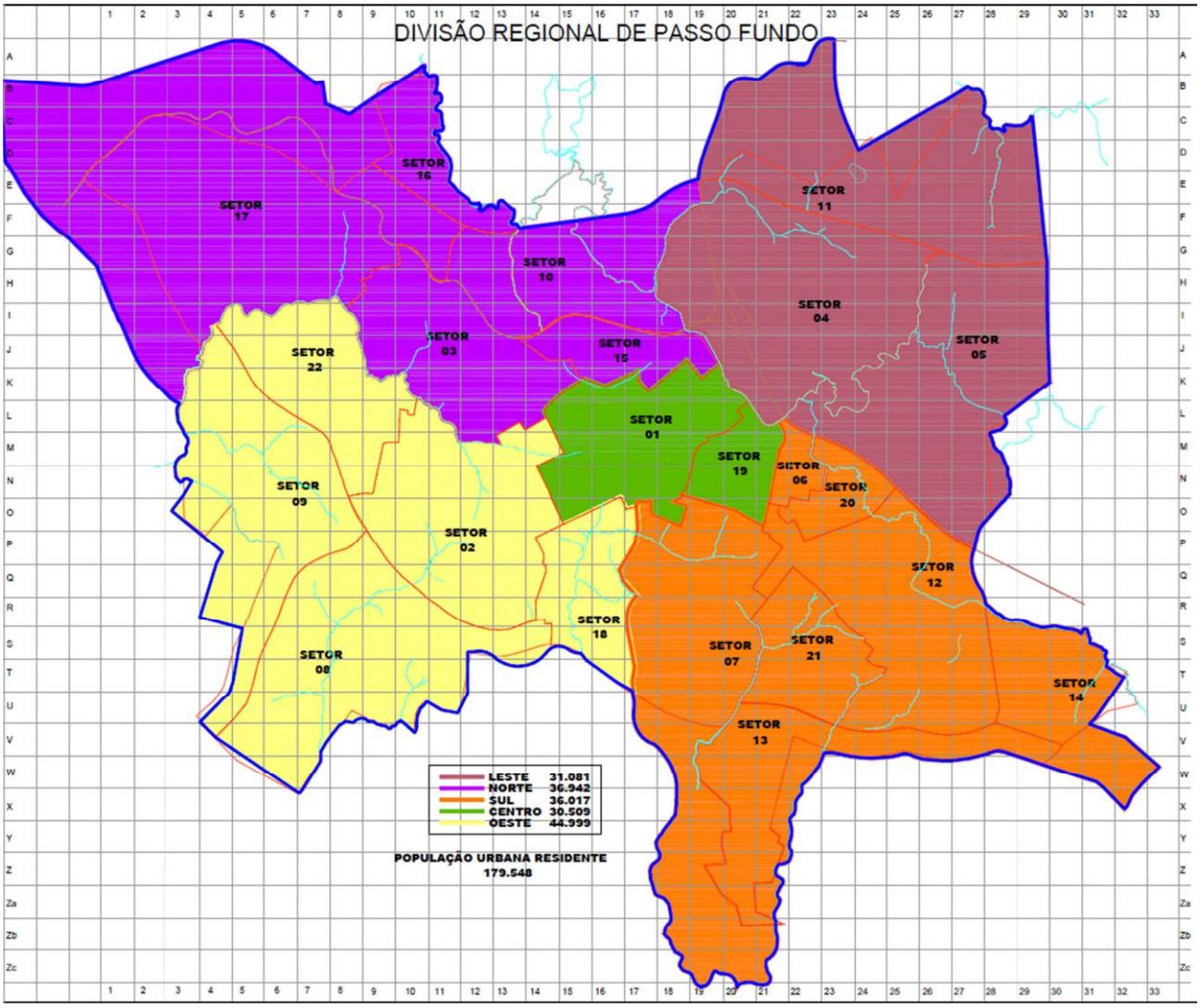


Figura 3.1.2: Divisão Regional

A Lei Complementar nº 143/2005 estabeleceu 22 bairros/setores conforme:

SETOR 01 *- Região do Bairro "Centro e Vila Vergueiro";*
SETOR 02 *- Região do Bairro Boqueirão/ Vila Operária/ Vila Independente/ Lot. Pampa/ Sechi/ Menino Deus/ Vila Berthier/ Morada da Colina/;*
SETOR 03 *- Região do Bairro Vera Cruz/ Lot. Nonoai/ Dona Eliza/ Par. Leão XIII/ São Bento/ Hípica;*
SETOR 04 *- Região do Bairro Petrópolis/ Lot. Invernadinha (Distrito Industrial)/ Lot. Cidade Universitária;*
SETOR 05 *- Região do Bairro São Luiz Gonzaga/ Parque Farroupilha/ Lot. Manoel Corralo/ Lot. Nova Estação/ Vila Entre Rios/ Vila Ferroviária/ Vila Isabel/ Parque Bela Vista;*
SETOR 06 *- Região do Bairro "Vila Cruzeiro"/ Vila Alice;*
SETOR 07 *- Região do Bairro Lucas Araújo/ Vila Schel/ Vila Reis/ Vila Simon/ Vila Carmen/ Lot. P. Don Rodofo;*
SETOR 08 *- Região do Bairro Santa Marta / N. Sª Aparecida/ Lot. J. América/ Vila Donária/ Vila 20 de Setembro/ Lot. Força e Luz;*
SETOR 09 *- Região do Bairro Integração / Vila Xangrilá/ Lot. Jaboticabal/ Bairro Recreio/ Jerônimo Coelho/ Lot. Boqueirão/ Lot. Parque do Sol ou Viajantes/ Lot. Morada do Sol/ Vila Ipiranga;*

SETOR 10 *- Região do Bairro "Vila Victor Issler";*
SETOR 11 *- Região do Bairro São José/ Lot. Leonardo Ilha I e II/ Lot. da Brigada Militar/ Campus da UPF;*
SETOR 12 *- Região do Bairro São Cristovão/ Bairro Ricci/ J. André Rebechi/ Bairro Copacabana/ Lot. César Santos/ Lot. São Cristóvão II/ Lot. Via Sul/ Lot. Stº. Antônio;*
SETOR 13 *- Região do Bairro Roselândia;*
SETOR 14 *- Região do Bairro "Vila Mattos"/ Vila Mattos/ Parte do Lot. Via Sul;*
SETOR 15 *- Região do Bairro Annes "Vila Fátima e Vila Annes"/ Parte Vila Dona Eliza/ Sta. Terezinha;*
SETOR 16 *- Região do Bairro José Alexandre Zachia;*
SETOR 17 *- Região do Bairro Valinhos "Loteamento Industrial e São Lucas"/ Lot. Pio II/ Parque dos Comerciários/ Distrito Industrial (Valinhos);*
SETOR 18 *- Região do Bairro "Vila Luiza"/ Vila Tupinambá/ Vila Jardim/ Vila Ambrozina/ Vila Boa Vista/ Vila Guilherme Morch/ Lot. Edu Reis;*
SETOR 19 *- Região do Bairro "Vila Rodrigues"/ Vila Popular;*
SETOR 20 *- Região do Bairro "Vila Santa Maria"/ Vila Reinaldo Patussi/ Lot. Vila Nova;*
SETOR 21 *- Região do Bairro Planaltina/ Vila Ivo Ferreira/ Bom Jesus/ Vila Planaltina/ Lot. Escola Rural/ Lot. Dom Felipe;*
SETOR 22 *- Região do bairro Nenê Graeff/ Lot. Garden/ Lot. Nenê Graeff.*

A Região Norte é composta pelos setores: 15, 03, 10, 16 e 17. A Região Sul é composta pelos setores: 07, 06, 20, 12, 14, 21 e 13. A Região Leste é composta pelos setores: 04,05 e 11. A Região Oeste é composta pelos setores: 02, 22, 18, 08 e 09. A Região Centro é composta pelos setores: 01 e 19.

Foram diversas oportunidades de participação da comunidade para coleta de contribuições e sugestões da sociedade a partir de um processo de debate interativo sob viés de realizar a leitura comunitária e a construção coletiva do diagnóstico, conforme estabelecido na metodologia da revisão. O cronograma resumido das oficinas pode ser observado na figura 3.1.3.

CRONOGRAMA RESUMIDO - REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Etapa 02 - Oficinas Avaliativas - Territoriais

ANO	MÊS	DATA	REGIÃO	HORÁRIO	SETOR	LOCAL	ENDEREÇO	OFICINA	
2018	fevereiro	21/fev	LESTE	19h	4	Salão paróquia Santo Antonio	Rua Moron, 400, Petrópolis	1	REALIZADA
		22/fev	LESTE	19h	11	Sala da catequese - paróquia São José	Av. Luis de Camões, São José	2	REALIZADA
		24/fev	LESTE	9h	5	Ciep São Luiz	Rua Buenos Aires, 749, São Luiz Gonzaga	3	REALIZADA
		28/fev	NORTE	19h	3, 10, 15	Senai	Rua Erexim, 59, Vera Cruz	4	REALIZADA
	março	03/mar	NORTE	9h	16, 17	Escola Guaracy Barroso Marinho	Rua Francisco Dal Conte, José Alexandre Zacchia	5	REALIZADA
		06/mar	OESTE	19h	22, 02, 18	Salão paróquia São Vicente	Av. Brasil Oeste, 1889, Boqueirão	6	REALIZADA
		07/mar	OESTE	19h	8	Escola Maria Dolores ***	Av. João Catapan, Santa Marta	7	CANCELADA
		08/mar	Rural - M. Agropastoril	19h		Bela Vista - Salão Comunitário	Sede Distrital - Distrito de Bela Vista	8	REALIZADA
		13/mar	OESTE	19h	9	Escola Diógenes Martins Pinto	Rua Esteio,850, Prof. Schisler	9	REALIZADA
		15/mar	CENTRO	19h	1	Escola Notre Dame	Av. Brasil, 952 - Entrada pela Moron, Centro	10	REALIZADA
		20/mar	CENTRO	19h	19	Ifibe	Rua Senador Pinheiro, 350, Rodrigues	11	REALIZADA
		22/mar	Rural - M. Mista	19h		Bom Recreio - Salão Comunitário	Sede Distrital - Distrito de Bom Recreio	12	REALIZADA
		27/mar	M. MANANCIAIS	19h		Ifsul	Estrada Perimetral Leste, 150 - próximo a BR 285	13	REALIZADA
	abril	04/abr	SUL	19h	6, 20, 12, 14	Paróquia São Cristóvão	Av. Presidente Vargas, 2122, São Cristóvão	14	REALIZADA
		05/abr	SUL	19h	7, 13, 21	Quartel da Brigada	Av. Presidente Vargas, 1501	15	REALIZADA
		10/abr	Rural - M. Agrofamiliar	19h		São Roque - Salão Comunitário	Sede Distrital - Distrito de São Roque	16	REALIZADA
		12/abr	OESTE	19h	8	Escola jardim América	Rua Felipe da Cunha, 524	17	REALIZADA

*** Oficina não realizada.

Figura 3.1.3: Cronograma resumido das Oficinas Avaliativas

Como pode ser observado na figura 3.1.4 ao total foram realizadas 16 Oficinas, sendo que apenas uma oficina foi cancelada e reagendada. A Oficina Avaliativa número 07, agendada na escola Maria Dolores, foi considerada deserta, pois houve a presença de apenas um morador no horário marcado (19 horas). A equipe do município aguardou até as 20:00 horas e decidiu declarar a Oficina como deserta, definindo o agendamento de nova data e local para realização da oficina desta região.

Pode-se dizer que este caso foi isolado, haja vista que a maior parte das oficinas contou com uma boa participação da comunidade.

As Oficinas realizadas contaram com cerca de 680 participações resultando em uma vasta gama de contribuições. A figura 3.1.4 apresenta o número de participantes de cada regional da Macrozona Urbana e a participação em cada Macrozona Rural.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS OFICINAS		
REGIÃO	**QUANTIDADE DE OFICINAS REALIZADAS**	**NÚMERO DE PARTICIPANTES**
Regional Leste	3	93 pessoas
Regional Norte	2	128 pessoas
Regional Sul	2	46 pessoas
Regional Centro	2	102 pessoas
Regional Oeste	3	102 pessoas
Macrozona Agropastoril	1	35 pessoas
Macrozona Mista	1	45 pessoas
Macrozona Mananciais	1	78 pessoas
Macrozona Agrofamiliar	1	44 pessoas
Total	**16**	**673 pessoas**

Figura 3.1.4: Participação da comunidade nas Oficinas

Na área urbana, a maior participação foi na regional Norte que contou com a presença de 128 pessoas. Já na área rural a maior participação foi na Macrozona de Proteção dos Mananciais, que contou com a participação de 78 pessoas.

Além disso, cada oficina oportunizou a capacitação da população e permitiu o debate e a identificação da percepção da comunidade sobre o município e sua regional.

O formato proposto para a dinâmica das OFICINAS AVALIATIVAS previu 5 momentos:

1º ATIVIDADE – *NIVELAMENTO*.

2º ATIVIDADE - *DEBATES*: *O que tem no município e é bom? E o que falta?*

3º ATIVIDADE - *DEBATES*: *O que tem no seu bairro e é bom? E o que falta?*

4º ATIVIDADE – *APRESENTAÇÃO AO GRANDE GRUPO*.

5º ATIVIDADE – *ELEIÇÃO DOS DELEGADOS REGIONAIS*.

Deste modo, inicialmente, em cada oficina, após o preenchimento de lista de presença, era procedida a abertura da Oficina e concretizada a capacitação dos atores sociais, sendo realizada atividade de nivelamento com a exposição de apresentação geral sobre o Município e as relações com o Plano Diretor, além da apresentação da programação geral da oficina e a pactuação das regras das atividades a serem desenvolvidas, tais como: organização dos grupos, tempo para debate, eleição dos delegados, entre outros.

A capacitação introduziu o conceito de Plano Diretor buscando familiarizar os participantes a respeito dos dispositivos legais existentes e das etapas envolvidas durante a elaboração do novo Plano Diretor, assim como, da forma de participação da comunidade em cada etapa. Foi destacada a importância da participação comunitária na elaboração do Plano para construção coletiva da cidade.

Abaixo é apresentado um modelo da apresentação utilizada na comunidade figura 3.1.5. Cabe destacar que a apresentação foi adaptada adequando-se os dados relativos aos delegados para cada local onde foram realizadas Oficinas.

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS
OFICINA AVALIATIVA
Equipe Núcleo Técnico
Secretaria de Planejamento

O QUE É PLANO DIRETOR
Plano Diretor é uma das leis básicas do Município
Ele organiza o crescimento e o funcionamento da cidade
É o projeto da cidade que queremos para o Futuro

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
OBJETIVOS PRINCIPAIS:
Processo participativo e cíclico;
Buscar a identificação da Cidade que Queremos;
Atualizar a lei para as novas demandas da sociedade e da cidade

POR QUE O PLANO DIRETOR É IMPORTANTE?
Define as formas de ocupação do território e estabelece o que deve ser feito para a melhoria da qualidade de vida da população.
Orienta o crescimento do município e define onde e como a população, o comércio, a indústria e os equipamentos públicos podem se localizar.
Cria e regulamenta instrumentos jurídicos que permitirão iniciar ou dar continuidade a processos de melhoria da cidade.

POR QUE É IMPORTANTE PLANEJAR?
1853
Caminho das tropas
Fonte: Plano Diretor de Passo Fundo. Reimpressão, Aldeia Sul, 2000.

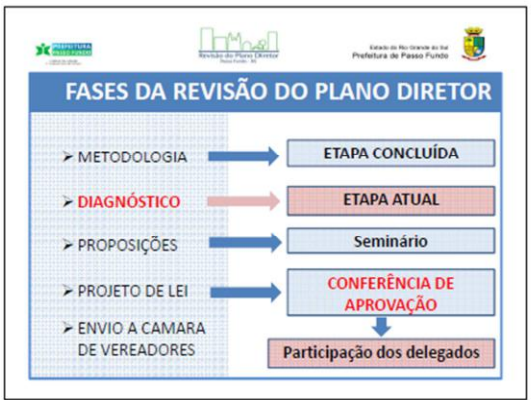
DÉCADA DE 1920

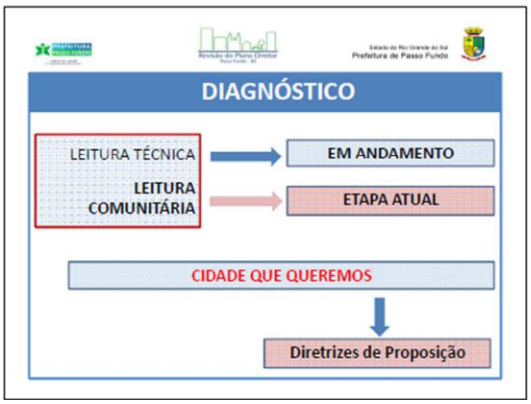
DÉCADA DE 1950
1º Plano Diretor

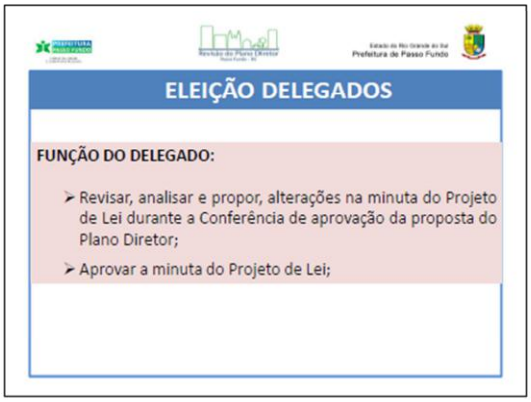
DÉCADA DE 1970

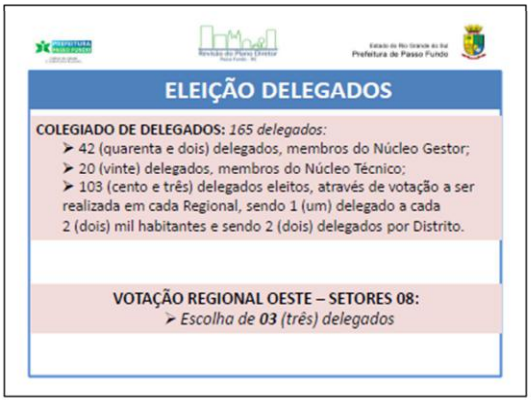
DÉCADA DE 1980
2º Plano Diretor

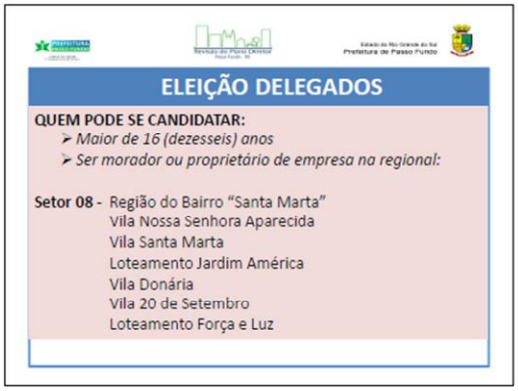
ATUALMENTE
3º Plano Diretor

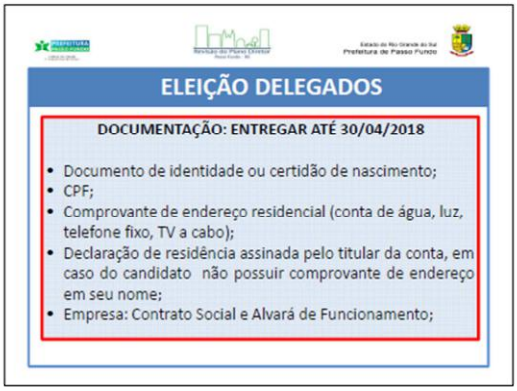

FASES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA
ETAPA CONCLUÍDA
DIAGNÓSTICO
ETAPA ATUAL
PROPOSIÇÕES
Seminário
PROJETO DE LEI
CONFERÊNCIA DE APROVAÇÃO
ENVIO A CAMARA DE VEREADORES
Participação dos delegados

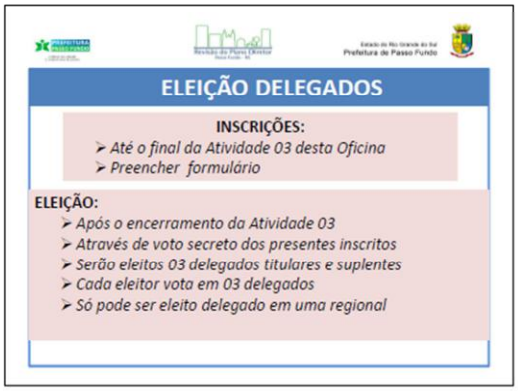

DIAGNÓSTICO
LEITURA TÉCNICA
EM ANDAMENTO
LEITURA COMUNITÁRIA
ETAPA ATUAL
CIDADE QUE QUEREMOS
Diretrizes de Proposição


ELEIÇÃO DELEGADOS
FUNÇÃO DO DELEGADO:
Revisar, analisar e propor, alterações na minuta do Projeto de Lei durante a Conferência de aprovação da proposta do Plano Diretor;
Aprovar a minuta do Projeto de Lei;


ELEIÇÃO DELEGADOS
COLEGIADO DE DELEGADOS: 165 delegados:
42 (quarenta e dois) delegados, membros do Núcleo Gestor;
20 (vinte) delegados, membros do Núcleo Técnico;
103 (cento e três) delegados eleitos, através de votação a ser realizada em cada Regional, sendo 1 (um) delegado a cada 2 (dois) mil habitantes e sendo 2 (dois) delegados por Distrito.
VOTAÇÃO REGIONAL OESTE – SETORES 08:
Escolha de 03 (três) delegados







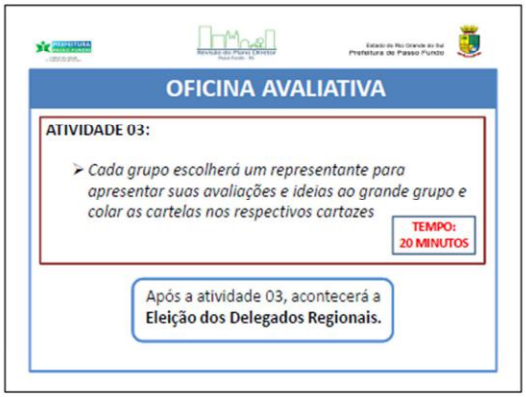


Figura 3.1.5. Modelo de apresentação adotada

Procurou-se expor de maneira clara e objetiva o conceito do que é o Plano Diretor e realizar um breve histórico entre os Planos já elaborados no município e sua relação com a evolução urbana da cidade, dando assim, subsídio à introdução aos debates da comunidade.

Além disso, foram apresentadas as etapas que compõe a revisão do Plano Diretor enfatizando as etapas que estavam sendo desenvolvidas como a leitura técnica e a leitura comunitária e que ambas fazem parte do documento de diagnóstico que será o embasamento das discussões da etapa seguinte de proposições e para a construção da cidade que queremos.

O registro fotográfico com amostras da capacitação realizada nas Oficinas Avaliativas realizadas é apresentado nas figuras 3.1.6.

Figura 3.1.6. Capacitação da comunidade

Após a explanação geral, os participantes dividiram-se em grupos para debate a respeito do munícipio e do bairro/comunidade onde estava acontecendo a reunião.

Os grupos foram organizados para o debate em dois momentos distintos. No primeiro momento os grupos debateram sobre o município, sendo instigados a responder aos seguintes questionamentos: "*O que tem no município e é bom? E o que falta?*"

A ilustração da dinâmica de grupos de debate adotada nas Oficinas pode ser observada na amostragem das figuras 3.1.7.

Figura 3.1.7. Debates em grupos

Conforme previsto na metodologia foi estimulado o debate entre os participantes com vistas à construção coletiva do diagnóstico, adotando-se a técnica de registro e visualização por cartelas das contribuições. Os grupos receberam cartelas de cores diferentes e deveriam apontar aspectos positivos, negativos e as ideias para o município.

Todos os grupos contaram com um facilitador, que tinha o papel de ser o moderador dos debates, anotando imparcialmente as sugestões e contribuições da comunidade.

Nesta atividade, os grupos eram estimulados responder às seguintes questões: aspectos positivos do município, aspectos negativos do município, ideias para o município. O facilitador anotava em cartelas com cores diferenciadas, sendo rosa para o positivo, verde para o negativo e azul para as ideias.

Destaca-se que na prática da realização das Oficinas não houve limitação da quantidade de cartelas entregues aos grupos, pois durante a dinâmica pôde-se observar que alguns grupos solicitavam mais cartelas do que outros grupos. O tempo previsto para a realização da dinâmica também foi extrapolado em praticamente todas as Oficinas.

Cada participante teve a oportunidade de contribuir de forma individual em seu grupo, sendo estimulada a explicitação das opiniões convergentes e divergentes, e, posteriormente, realizado o registro de todas as contribuições nas cartelas. Procurou-se agrupar os participantes em pequenos grupos, com no máximo 06 integrantes, para facilitar o debate e permitir a manifestação de todos no debate.

As figuras 3.1.8 demonstram a dinâmica adotada.

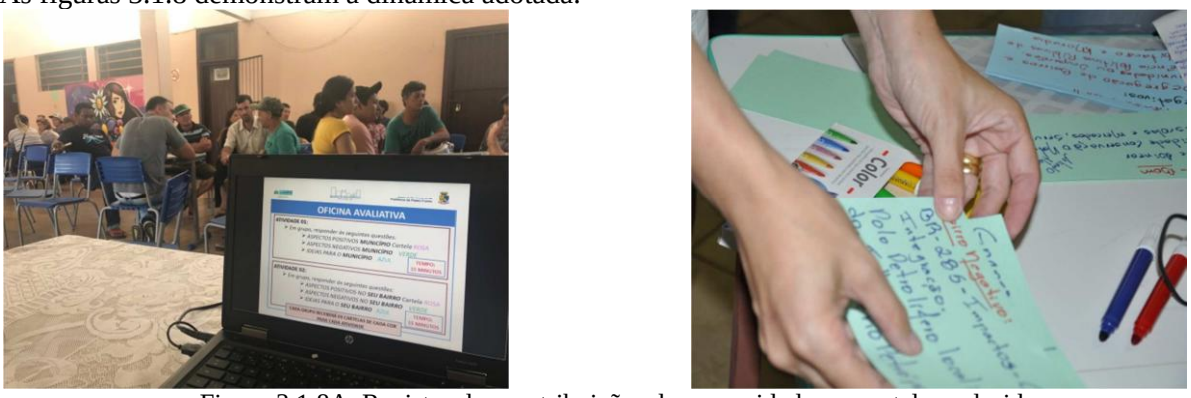


Figura 3.1.8A. Registro das contribuições da comunidade em cartelas coloridas

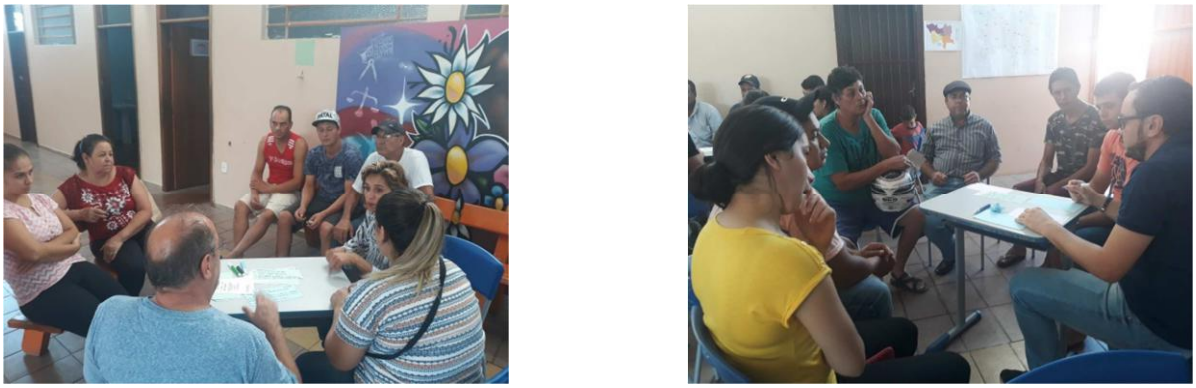


Figura 3.1.8B. Registro das contribuições dos grupos pelos facilitadores

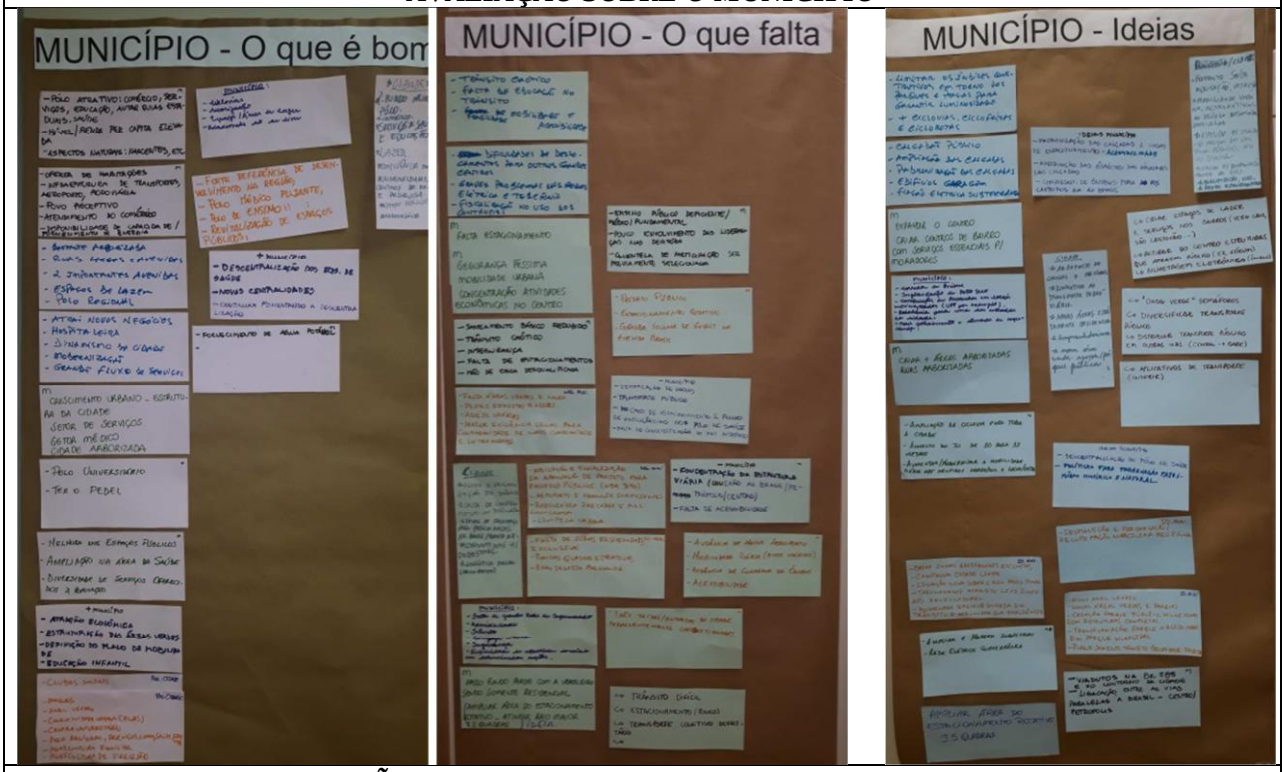
Dando sequência às atividades previstas, em um segundo momento, os grupos debateram sobre o bairro, sendo adotada a mesma dinâmica da atividade anterior, respondendo aos seguintes questionamentos: “O que tem no bairro e é bom? E o que falta”.

Após o registro das contribuições, as cartelas com os apontamentos sobre o município ou bairro foram recolhidas e expostas em cartazes em papel craft na sala onde estava sendo realizada a Oficina, conforme pode ser observado nas figuras 3.1.9 e 3.1.10.

Figura 3.1.9. Exemplo da exposição das contribuições dos grupos para o público

Na sequência das atividades foi realizada a apresentação ao grande grupo das contribuições e apontamentos da comunidade. Todas as contribuições foram lidas.

AVALIAÇÃO SOBRE O MUNICÍPIO



AVALIAÇÃO SOBRE O BAIRRO / DISTRITO/ COMUNIDADE

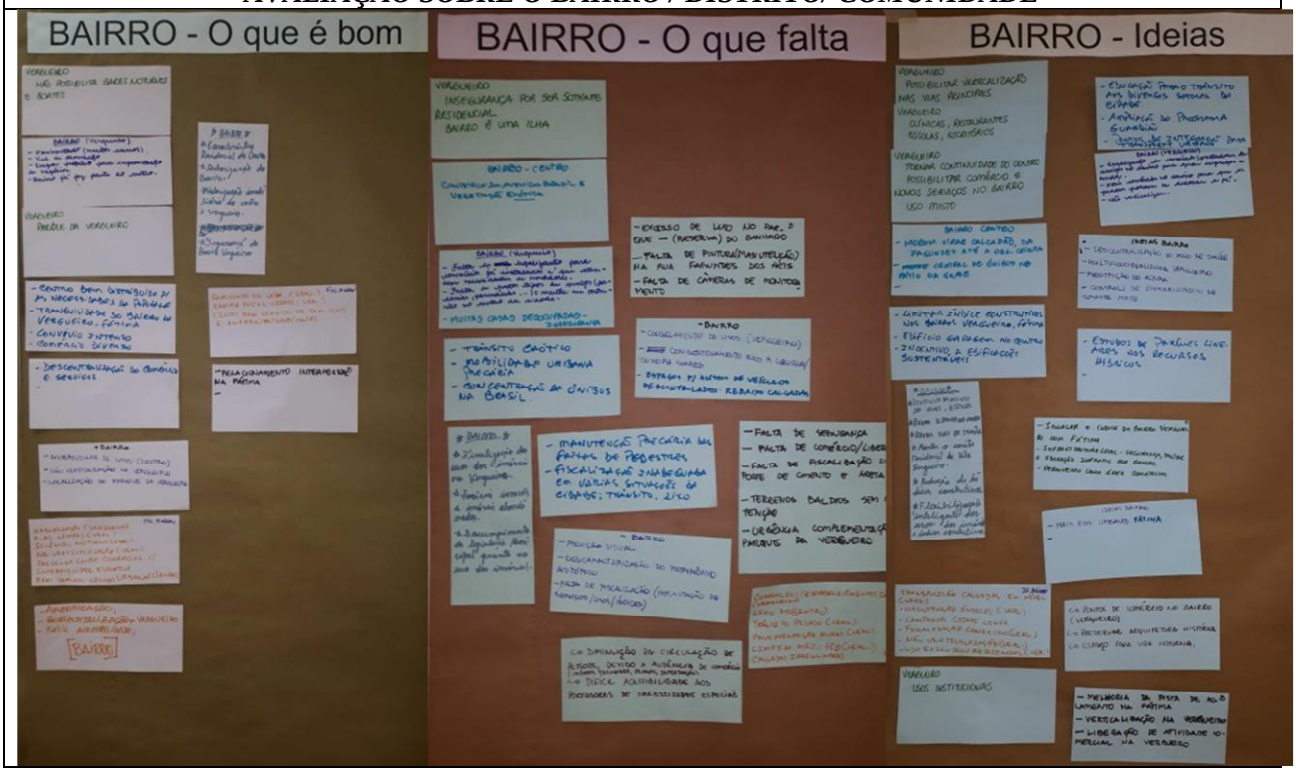


Figura 3.1.10. Exemplo da exposição das contribuições dos grupos para o público

A exposição e a leitura das cartelas permitiram que a comunidade presente na Oficina tomasse conhecimento de todas as contribuições realizadas pelos grupos. Foi destacado que eventuais opiniões diversas entre os grupos ou entre integrantes de cada grupo deveriam ser respeitadas. Assim, pode-se

afirmar que a dinâmica adotada garantiu a livre manifestação entre os integrantes dos grupos, pois mesmo as opiniões divergentes dentro de um grupo foram registradas. Assim, quando expostas ao grande grupo as diferentes opiniões foram ao conhecimento de todos os participantes. A figura 3.1.11 apresenta o registro de exemplos da leitura de todas as cartelas durante as Oficinas.

Figura 3.1.11. Exemplos da leitura de todas as contribuições dos grupos para o público

Após a finalização da Oficina a equipe do Núcleo Técnico da Seplan recolheu e sistematizou cada uma das contribuições da comunidade, sendo transcritas para os quadros de sistematização, conforme "Quadro 3.1.1." no anexo deste documento.

3.1.2. DELEGADOS

Durante os debates em grupos, a equipe do município de organização da Oficina coletou as inscrições dos interessados em candidatar-se para delegado representante da comunidade para Conferência de aprovação da proposta do Plano Diretor a ser realizada na etapa 04 da revisão do Plano Diretor, conforme a oferta de vagas definida na metodologia.

Em cada oficina realizada foi explicado durante a apresentação que o delegado tem a função revisar, analisar e propor, alterações na minuta do Projeto de Lei durante a Conferência de aprovação da proposta

do Plano Diretor e aprovar a minuta do Projeto de Lei. Foi explicada a composição do colegiado geral sendo demonstrada a quantidade total de vagas do Núcleo Técnico e do Núcleo Gestor, além de cada vaga prevista para cada região da comunidade. Além disso, foi demonstrado quem pode se candidatar, devendo ser maior de 16 (dezesseis) anos e ser morador ou proprietário de empresa na regional, e o prazo final de entrega dos documentos de comprovação para a candidatura.

As pessoas interessadas em candidatar-se à vaga de delegado preencheram a ficha de inscrição e após a finalização da dinâmica realizada em grupos procedeu-se a eleição, sendo distribuídas cédulas autenticadas com carimbo da prefeitura para controle. A votação ocorreu mediante uso de urna e a contagem sempre foi acompanhada por no mínimo duas pessoas da comunidade, figura 3.1.12.

Figura 3.1.12. Exemplos do processo de eleição dos delegados realizado durante as Oficinas

Durante a realização das oficinas destacou-se que os delegados eleitos deveriam observar o prazo estabelecido para apresentar documentação junto a Secretaria de Planejamento para análise e posterior homologação. Procurou-se deixar claro que o candidato eleito só teria a garantia da vaga se cumprisse as exigências estabelecidas e comprovasse, mediante documentação, o atendimento dos critérios estabelecidos para efetivação da candidatura.

Ao total, foram disponibilizadas 103 vagas para delegados distribuídas no território conforme critérios definidos na metodologia. A quantidade de vagas ofertadas pode ser observada na figura 3.1.13.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS					
REGIÃO	SUB-REGIÃO	QUANTIDADE DE VAGAS POR SUB-REGIÃO	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS POR REGIÃO	DELEGADOS ELEITOS	VAGAS NÃO PREENCHIDAS
Regional Leste	Setor 11	4	15	15	—
	Setor 04	6			
	Setor 05	5			
Regional Norte	Setor 16 e Setor 17	4	19	19	—
	Setor 03, Setor 10 e Setor 15	15			
Regional Sul	Setor 06, Setor 20, Setor 12, Setor 14	10	18	14	4
	Setor 07, Setor 13 e Setor 21	8			
Regional Centro	Setor 01	13	16	16	—
	Setor 19	3			
Regional Oeste	Setor 08	3	23	11	5
	Setor 09	4			
	Setor 02, Setor 18 e Setor 22	16			
Distrito			12	10	2
TOTAL			103	92	11

Figura 3.1.13. Exemplos do processo de eleição dos delegados realizado durante as Oficinas

Observa-se que das 103 vagas ofertadas, foram eleitos 92 delegados durante a realização das oficinas, restando 11 vagas não preenchidas.

Destaca-se novamente que durante as Oficinas foi alertado aos candidatos a delegado a observância das regras para efetivação do cargo, tais como o prazo final de entrega dos documentos de comprovação para a candidatura.

A equipe do município entrou em contato telefônico próximo à data limite de entrega solicitou a entrega da documentação aos inscritos que ainda não haviam entregado, conforme contato fornecido na data da realização da Oficina. Entretanto, alguns não observaram os prazos. Do total de 92 delegados eleitos, apenas 81 entregaram documentação. Após análise da documentação, foram homologados 81 delegados, conforme pode ser observado na figura 3.1.14.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS		
SETOR	Nº DELEGADOS ELEITOS	Nº DELEGADOS EFETIVADOS
4	6	6
11	4	4
5	5	5
03, 10 e 15	15	10
16 , 17	4	3
2, 18 e 22	11	10
9	4	4
8	3	3
01	13	13
19	3	3
06, 12, 14 E 20	9	6
07, 13 e 21	5	4
MACROZONA MISTA	2	2
MACROZONA AGROFAMILIAR	4	4
MACROZONA PASTORIL	4	4
TOTAL	**92**	**81**

Figura 3.1.14. Delegados eleitos x delegados efetivados

O total geral de delegados ficou 143, sendo 42 delegados do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 81 delegados da comunidade, eleitos durante a realização das Oficinas.

3.1.3.CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE

Durante as dinâmicas realizadas em todas as Oficinas foram recepcionadas contribuições da comunidade conforme descrito anteriormente neste documento.

Cada uma das contribuições da comunidade foi transcrita para quadros de sistematização considerando as cinco temáticas definidas na metodologia:

1. Meio ambiente e ocupação do território;
2. Mobilidade sustentável;
3. Espaços públicos e equipamentos sociais;
4. Gestão, participação e controle social;
5. Desenvolvimento econômico e inovação.

Todas as contribuições foram avaliadas pela equipe do Núcleo Técnico que organizou e realizou a classificação das contribuições conforme as temáticas citadas anteriormente, e observando o previsto na metodologia, conforme figura 3.1.15:

GRUPO
Mobilidade Sustentável: compreenderá a coleta de dados, informações, análises e propostas relativas aos sistemas de transporte coletivo e individual, tais como: pedestre, bicicleta, ônibus, veículo particular, entres outros. Além disso, os estudos deverão abranger aspectos da malha viária existente, considerando suas características de extensão, largura e funcionalidade, além de avaliar a demanda de novas conexões, entre outros aspectos.
Espaços Públicos e Equipamentos Sociais: compreenderá a coleta de dados, informações, análises e propostas relativas ao dimensionamento dos sistemas de equipamentos sociais de educação, saúde, assistência social, cultura e outros equipamentos, além de contemplar avaliações relativas à rede de espaços públicos existentes e as novas demandas de praças, parques e logradouros e outros.
Desenvolvimento Econômico e Inovação: compreenderá a coleta de dados, informações, análises e propostas relativas às cadeias produtivas, desenvolvimento de atividades industriais, comerciais, de serviço, conhecimento, criação e inovação, além de analisar a demanda relativa à criação de parques tecnológicos e polos de economia criativa, entre outros temas pertinentes.
Meio Ambiente e Ocupação do Território: compreenderá a coleta de dados, informações, análises e propostas relativas à ocupação do território urbano e rural, avaliando questões relativas aos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo, habitação de interesse social, regularização fundiária, vazios urbanos, ocupações, configuração da paisagem e suas interfaces com o meio ambiente e o patrimônio natural e cultural existente, saneamento ambiental, entre outras abordagens.
Gestão, Participação e Controle Social: compreenderá a coleta de dados, informações, análises e propostas relativas aos meios de gestão democrática, instrumentos de avaliação e monitoramento da legislação, além de contemplar avaliações e propostas relativas aos instrumentos urbanísticos definidos no Estatuto da Cidade, entre outros.

Figura 3.1.15. Temas constantes na metodologia

Além destes grupos, foi incluída uma classificação definida como "Outros". Isto ocorreu devido a fato de que algumas das contribuições foram classificadas pela equipe como não relacionadas diretamente com a revisão do Plano Diretor, pois se referem a assuntos relativos às questões políticas/ administrativas, gestão, manutenção, ou ainda, entre outros. Essas contribuições foram classificadas na temática definida como "Outros".

Ao todo, foram recepcionadas 1943 contribuições, sendo 1339 contribuições recebidas nas oficinas realizadas na área urbana e 604 contribuições recebidas na área rural, conforme apresentado no quadro 3.1.2.

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE	
Urbano	1339
Rural	604
Total	**1943**

Quadro 3.1.2. Total de contribuições

Após a tabulação e avaliação do Núcleo Técnico, todas as contribuições recebidas foram classificadas e enquadradas nas temáticas informadas anteriormente. O quadro 3.1.3 apresenta o resumo com o total geral das contribuições considerando as avaliações sobre o munícipio e sobre o bairro/distrito.

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE	
TOTAL GERAL (urbano + rural)	
Meio ambiente e ocupação do território	421
Mobilidade sustentável	577
Espaços públicos e equipamentos sociais	434
Gestão, participação e controle social	21
Desenvolvimento econômico e inovação	135
Outros	355
TOTAL	**1943**

Quadro 3.1.3: Quantidade geral de contribuições por temática

Conforme pode ser observado no quadro 3.1.3, 421 contribuições foram classificadas no tema “Meio ambiente e ocupação do território”, 577 contribuições foram enquadradas como “Mobilidade sustentável”, 434 contribuições foram enquadradas como “Espaços públicos e equipamentos sociais”, 21 contribuições enquadradas como “Gestão, participação e controle social”, 135 contribuições foram enquadradas como “Desenvolvimento econômico e inovação” e 355 enquadradas como “Outros”.

A síntese com a tabulação de todas as contribuições da comunidade resultante das Oficinas realizadas tanto na área rural quanto na área urbana, conforme tabulação do Núcleo Técnico é apresentada na figura 3.1.16.

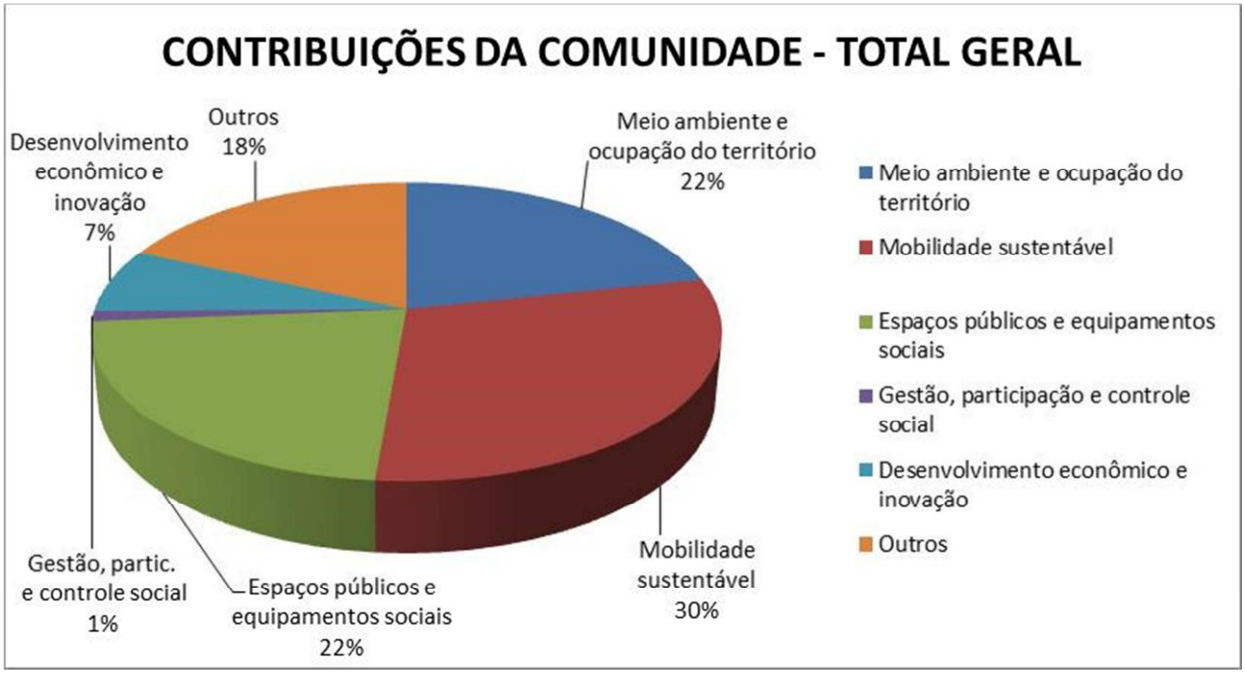


Figura 3.1.16: Síntese com o total geral das contribuições da área urbana e da área rural por temática.

Analisando os dados gerais de todas as oficinas realizadas por temática verifica-se na figura XX que 30 % das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 22% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, outros 22% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 18% enquadradas em outros assuntos, 7% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% foi classificado com questões relativas à gestão e participação da sociedade.

Todas as contribuições apresentadas em todas as Oficinas realizadas encontram-se no quadro 3.1.1 em anexo a este documento.

3.1.3.1. AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O MUNICÍPIO

Conforme informado anteriormente nas Oficinas os grupos debateram sobre o município, sendo instigados a responder aos seguintes questionamentos: "*O que tem no município e é bom? E o que falta?*". Nesta atividade, os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para o município.

As contribuições relativas à avaliação sobre o Município oriundas de todas as Oficinas realizadas, tanto na área urbana quanto na área rural, foram tabuladas e classificadas conforme os temas definidos na metodologia. Neste sentido, o total geral da avaliação sobre o munícipio resulta no somatório das contribuições por tema das avaliações realizadas sobre o munícipio nas oficinas da área urbana e da área rural, conforme figura 3.1.17.

Figura 3.1.17: Tabulação da avaliação geral sobre o município.

A síntese com as contribuições relativas à avaliação sobre o Município oriundas de todas as Oficinas realizadas, tanto na área urbana quanto na área rural, resultou após a tabulação nos seguintes dados, conforme apresentado na figura 3.1.18;

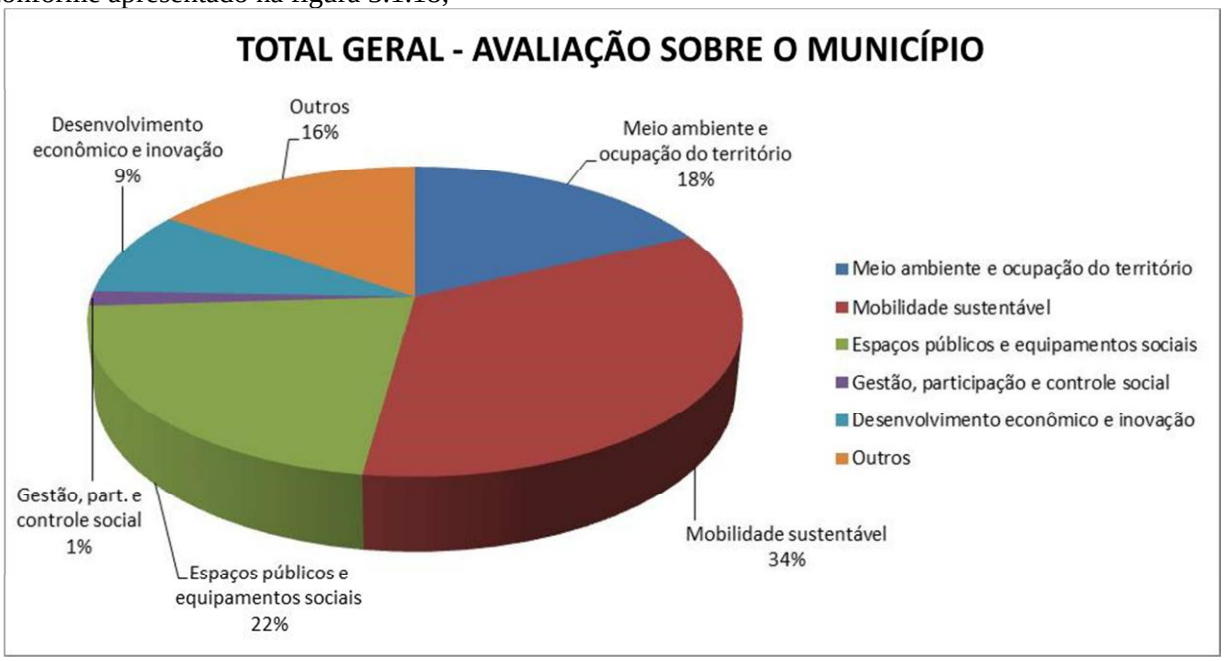


Figura 3.1.18: Avaliação geral sobre o município.

Observa-se na figura 3.1.18 que 34% das contribuições foram relacionadas à mobilidade sustentável, 22% relacionaram-se aos espaços públicos e equipamentos sociais, 18% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 16% foram enquadradas em outros assuntos, 9% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% foram enquadradas em contribuições relativas à gestão, participação e controle social.

Em todas as Oficinas realizadas os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para o município. Estas contribuições foram sistematizadas e tabuladas abrangendo dados da área urbana e da área rural, conforme ilustrado na figura 3.1.19:

Figura 3.1.19: Avaliação geral sobre o município.

A síntese das contribuições relativas à avaliação sobre o Município é apresentada a seguir.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para o Município foram classificados conforme figura 3.1.20:

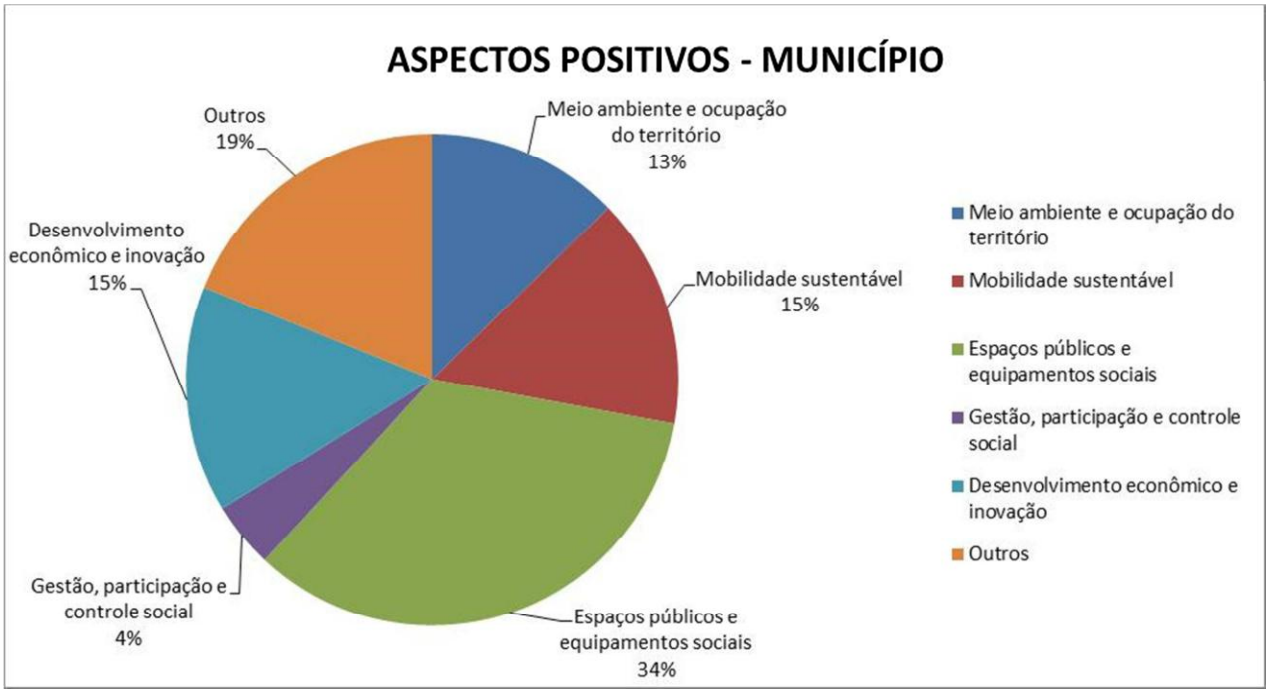


Figura 3.1.20: Aspectos positivos do município.

Observa-se que 34% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 19% foram enquadradas em outros assuntos, 15% foram classificados como desenvolvimento econômico, outros 15% foram classificados como mobilidade, 13% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 4% foram enquadradas em gestão, participação e controle social, conforme figura 3.1.20.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para o Município foram classificados conforme figura 3.1.21:

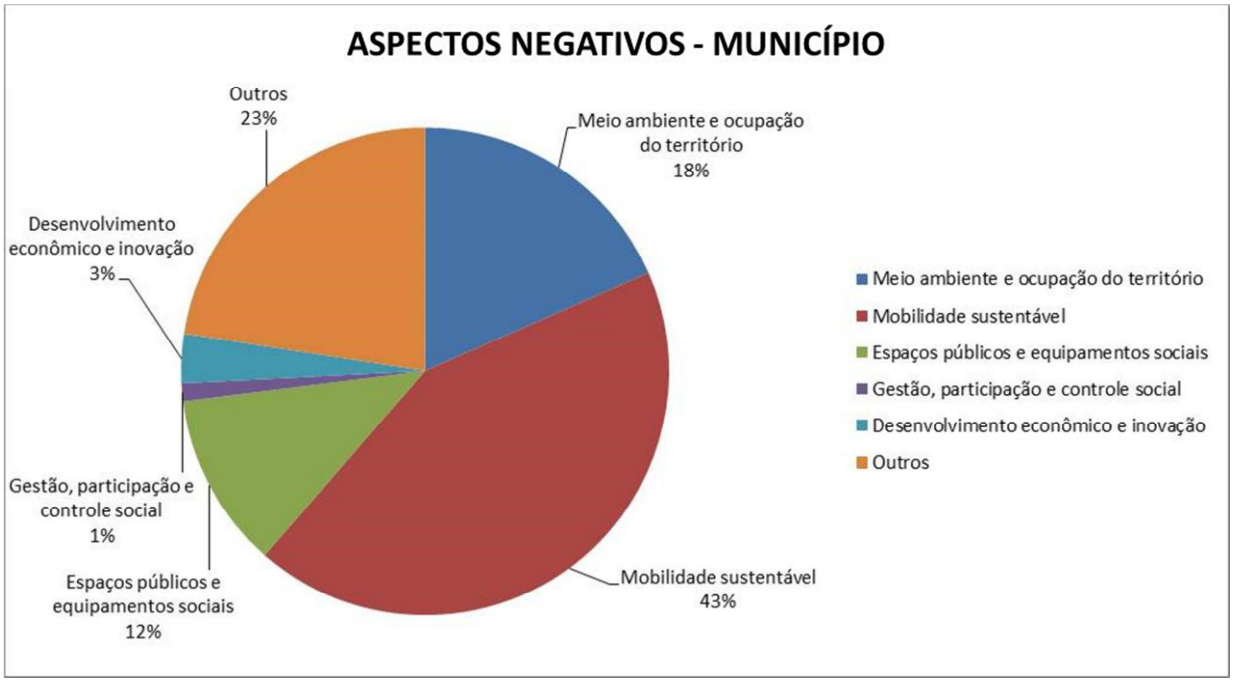


Figura 3.1.21: Aspectos negativos do município.

A figura 3.1.21 demonstra que 43% das contribuições foram relacionadas à mobilidade, 23% foram enquadradas em outros assuntos, 18% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 12% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 3% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% das contribuições foram relativas à gestão, participação e controle social.

As ideias apontadas pela comunidade para o Município foram classificadas conforme figura 3.1.22:

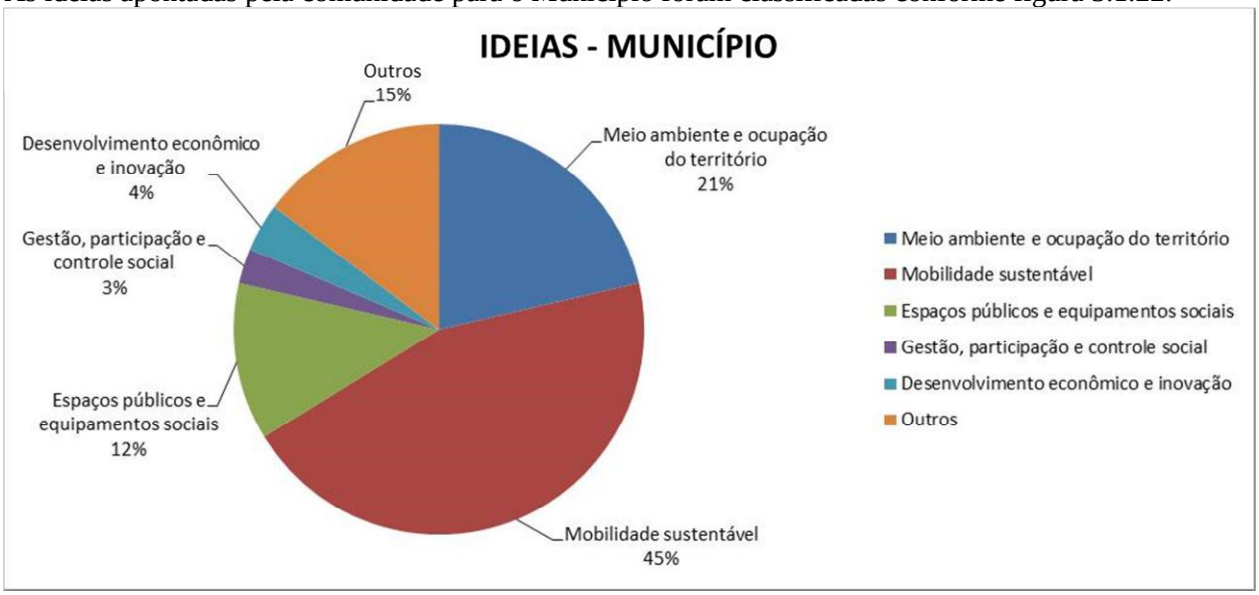


Figura 3.1.22: Ideias para o município.

Verifica-se que 45% das contribuições foram relacionadas à mobilidade sustentável, 21% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 15% foram enquadradas em outros assuntos, 12% foram enquadradas como relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 4% foram classificados como desenvolvimento econômico, 3% das contribuições foram relacionadas à gestão, participação e controle social.

Considerando as contribuições recebidas sobre o município em todas as oficinas citam-se exemplos dos assuntos mencionados nas Oficinas:

- Positivo: ensino, espaços públicos e saúde;
- Negativo: Trânsito, segurança e transporte público;
- Ideias: melhorias no trânsito, transporte público e melhorias nas vias.

3.1.3.2. OFICINAS REALIZADAS NA ÁREA RURAL

As contribuições oriundas de todas as Oficinas realizadas na área rural foram tabuladas e classificadas conforme os temas definidos na metodologia. Neste sentido, o total geral das contribuições da área rural resulta no somatório das contribuições por tema das avaliações realizadas sobre o munícipio e sobre os distritos/ comunidades que englobaram as oficinas rurais, conforme figura 3.1.23.

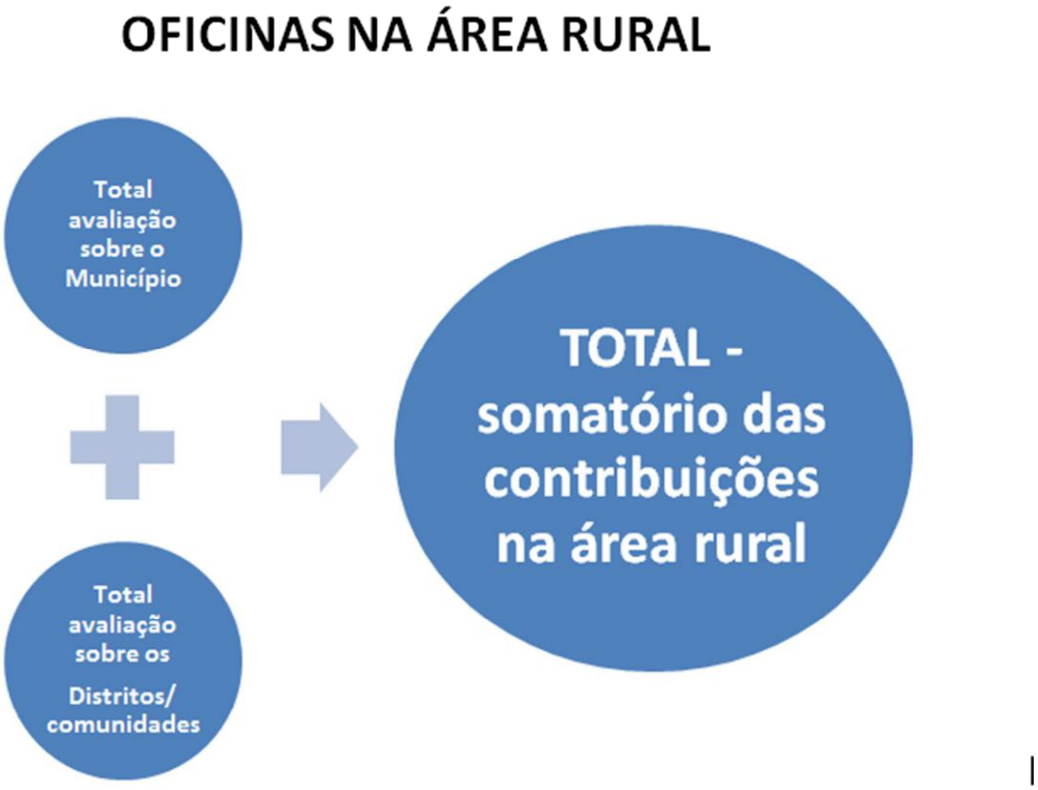


Figura 3.1.23: Tabulação da síntese das contribuições da área rural.

Nas Oficinas realizadas na área rural foram coletadas 604 contribuições, considerando a avaliação sobre o município e a avaliação sobre os distritos e as comunidades.

A síntese com as contribuições oriundas de todas as Oficinas realizadas na área rural resultou após a tabulação nos seguintes dados, conforme apresentado na figura 3.1.24;

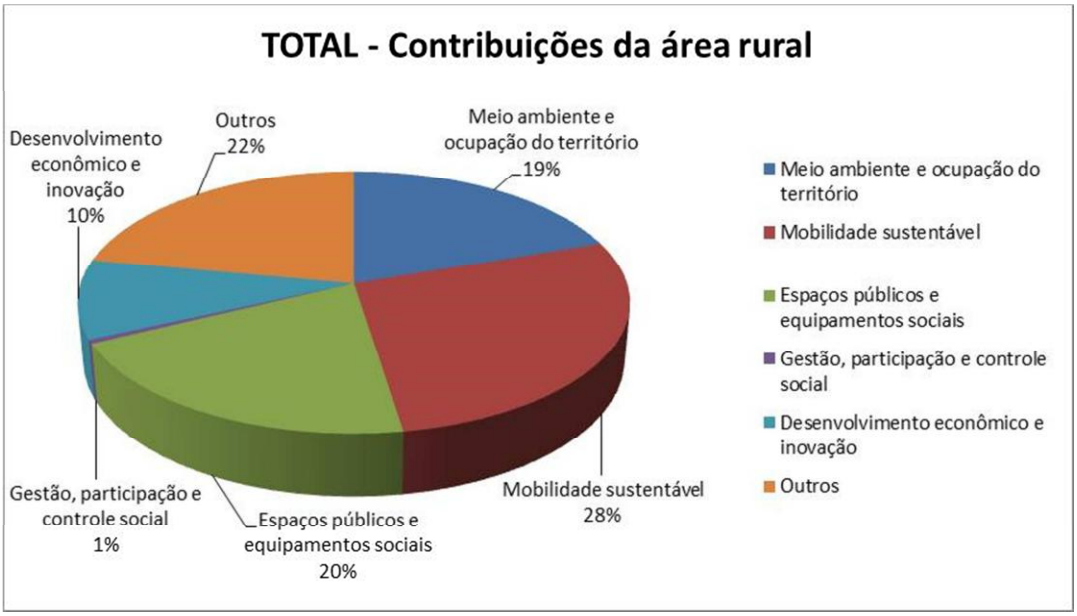


Figura 3.1.24: Síntese com total das contribuições recebidas na área rural.

Como pode ser observado, 28% das contribuições foram relacionadas à mobilidade sustentável, 22% foram enquadradas em outros assuntos, 20% foram enquadradas como relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 19% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 10% foram classificados como desenvolvimento econômico, 1% das contribuições foram relacionadas à gestão, participação e controle social.

Ao todo foram realizadas 04 Oficinas relacionadas à área rural do munícipio que serão descritas a seguir.

3.1.3.2.1. MACROZONA DE PRODUÇÃO AGROPASTORIL

No dia 08 de março de 2018 foi realizada a Oficina na Macrozona de Produção Agropastoril abrangendo os distritos de Bela Vista, Pulador e demais comunidades. A localização da Macrozona de Produção Agropastoril é apresentada na figura 3.1.25:

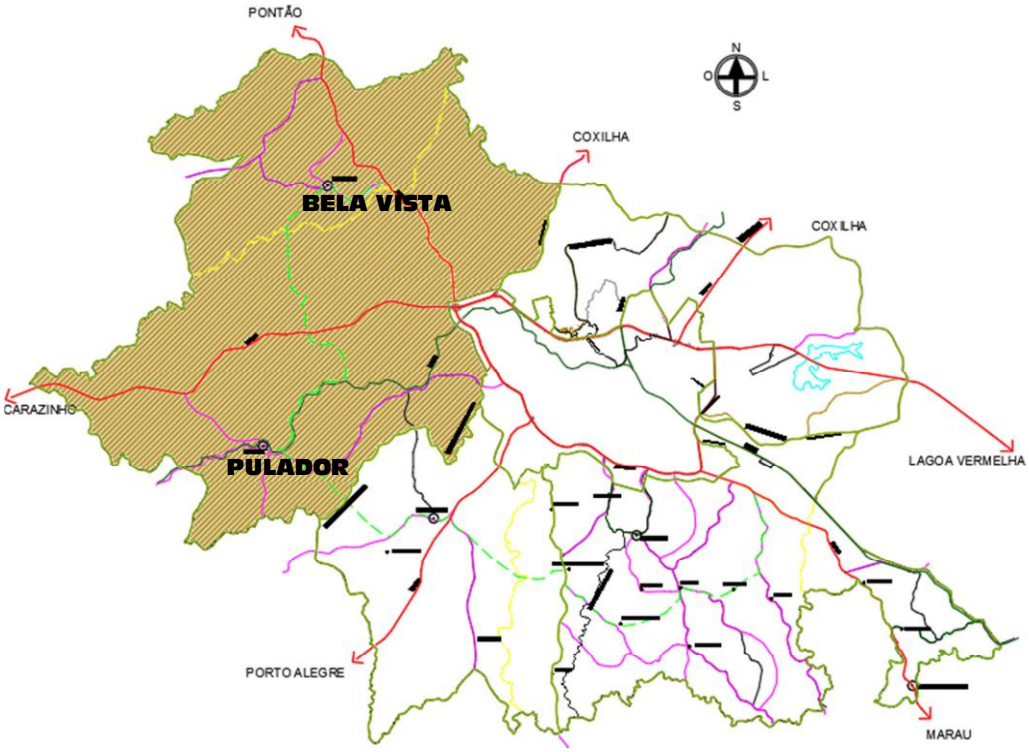


Figura 3.1.25: Localização da Macrozona de Produção Agropastoril.

Na oficina foram coletadas 123 contribuições, considerando a avaliação sobre o município e a avaliação sobre os distritos e as comunidades, figura 3.1.26, que após tabulação resultaram:

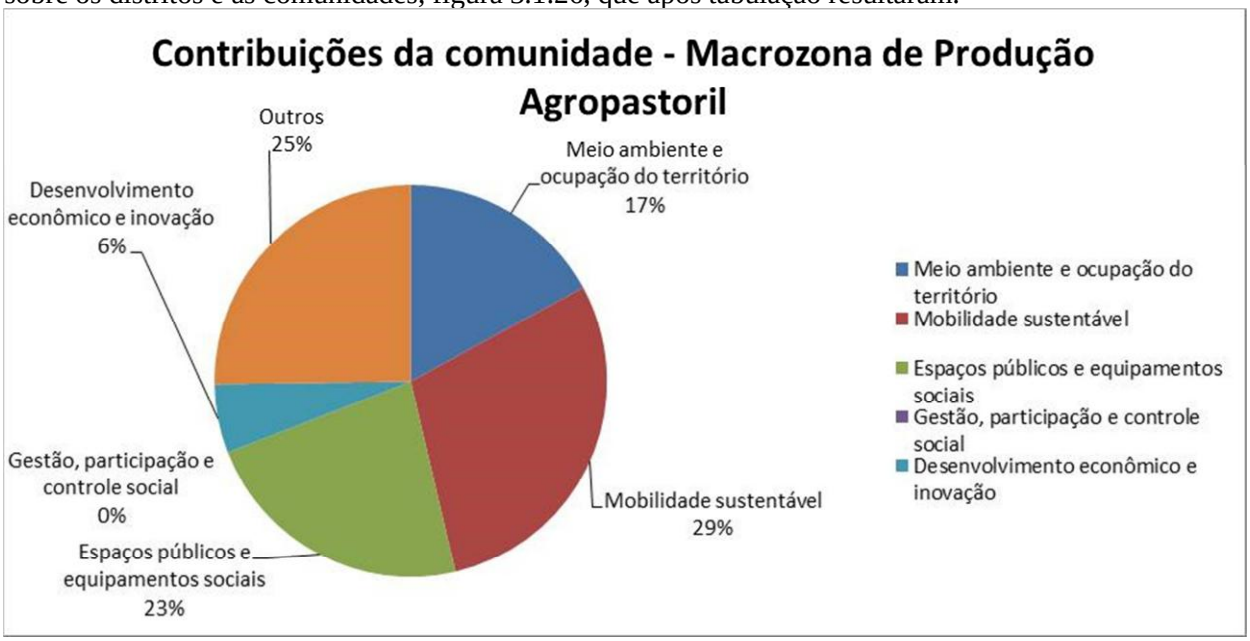


Figura 3.1.26: Contribuições da comunidade – Macrozona de Produção Agropastoril.

Verifica-se que 29% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 25% foram enquadradas em outros assuntos, 23% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 17% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 6% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão e participação da sociedade, conforme pode ser observado na figura 3.1.26.

Os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para os distritos e as comunidades abrangidas por esta Oficina. A síntese das contribuições relativas à avaliação dos distritos e comunidades é apresentada a seguir.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.27:

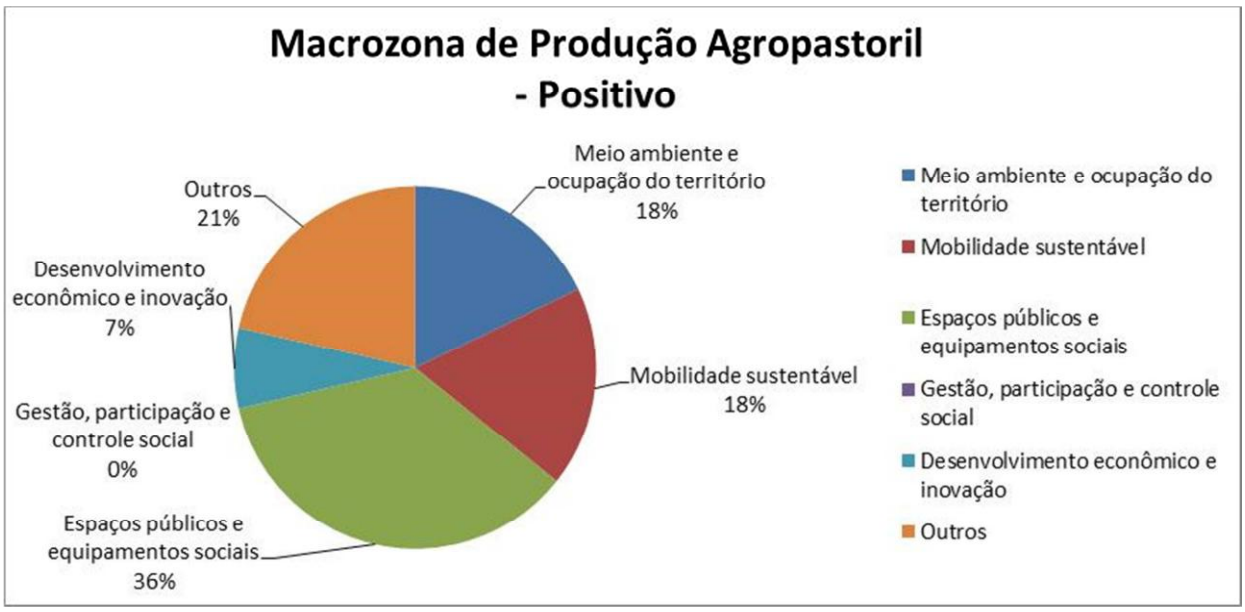


Figura 3.1.27: Aspectos positivos da Macrozona de Produção Agropastoril.

Considerando a figura 3.1.27 observa-se que 36% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 21% foram enquadradas em outros assuntos, 18% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 18% relacionadas à mobilidade, 7% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.28:

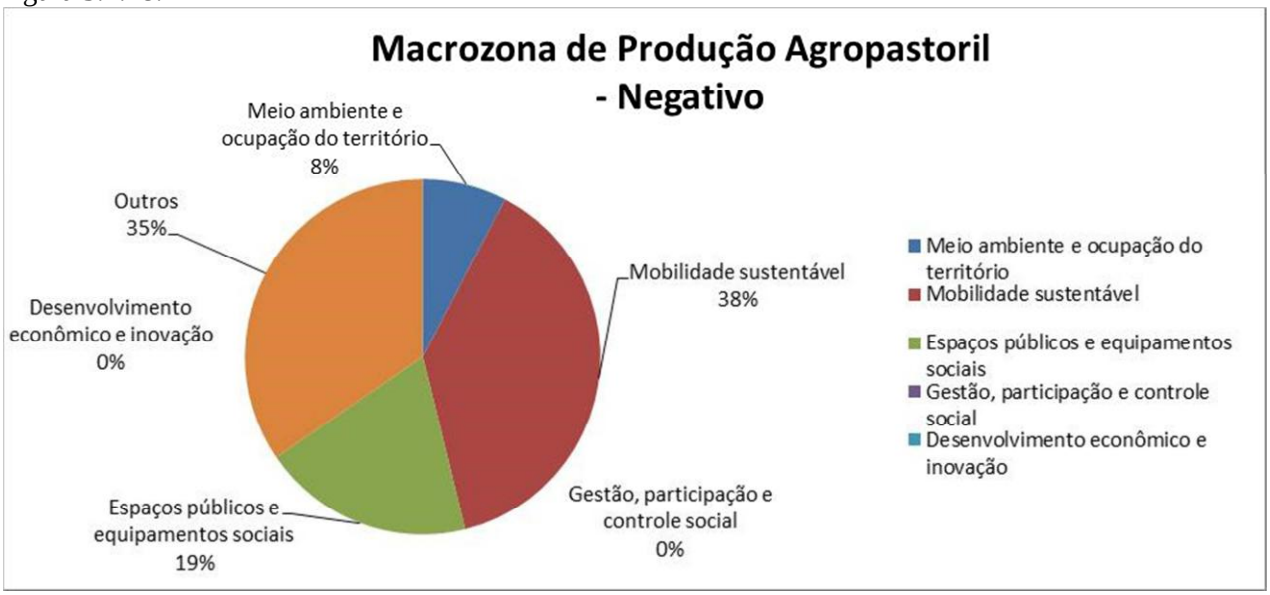


Figura 3.1.28. Aspectos negativos da Macrozona de Produção Agropastoril.

Considerando a figura 3.1.28 observa-se que 38% das contribuições foram relacionadas à mobilidade sustentável, 35% foram enquadradas em outros assuntos, 19 % foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 8% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social assim como, para o tema desenvolvimento econômico.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Macrozona foram classificadas conforme figura 3.1.29:

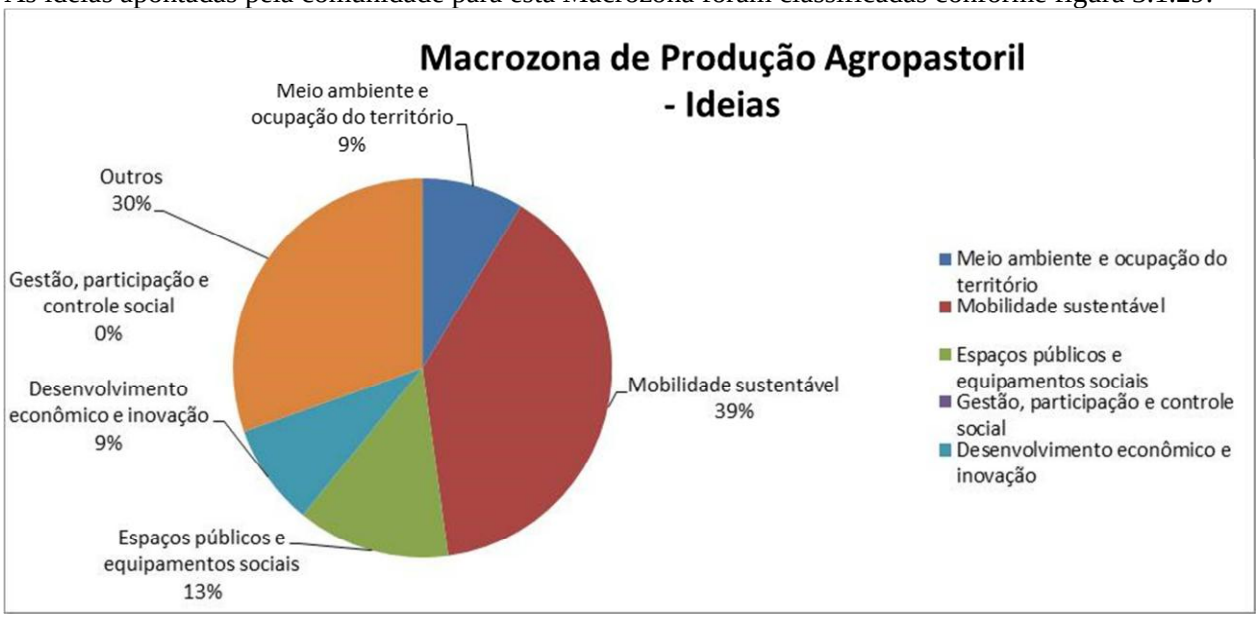


Figura 3.1.29. Ideias para a Macrozona de Produção Agropastoril.

Observa-se que 39% das contribuições foram relacionadas à mobilidade, 30% foram enquadradas em outros assuntos, 13 % foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 9% foram

relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 9% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social assim como, conforme a figura 3.1.29.

O quadro 3.1.4 demonstra exemplos das contribuições a respeito dos distritos e comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
pavimentação no acesso	transporte público entre o distrito e a cidade	alargamento das pontes e estradas
escola excelente – ótimo espaço físico	faltam aparelhos na academia ao ar livre	reforma do playground
produção de soja / milho	ponte estreita – quem vai a Carazinho – colheitadeira não passa	incentivo ao turismo rural

Quadro 3.1.4: Exemplos contribuições – Macrozona Agropastoril.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados, quadro 3.1.5:

MUNICÍPIO	DISTRITOS E COMUNIDADE
• Positivo: saúde e comércio; • Negativo: trânsito e segurança; • Ideias: melhorias no trânsito e descentralização.	• Positivo: ensino e acesso asfaltado; • Negativo: estradas e segurança; • Ideias: transporte público e pavimentação.

Quadro 3.1.5: Exemplos Assuntos Mencionados – Macrozona Agropastoril.

3.1.3.2.2.MACROZONA DE PRODUÇÃO AGROFAMILIAR

No dia 10 de abril de 2018 foi realizada a Oficina na Macrozona de Produção Agrofamiliar abrangendo o distrito de São Roque, Santo Antônio do Capinzal, Sede Independência e demais comunidades. A localização da Macrozona de Produção Agrofamiliar é apresentada na figura 3.1.30:

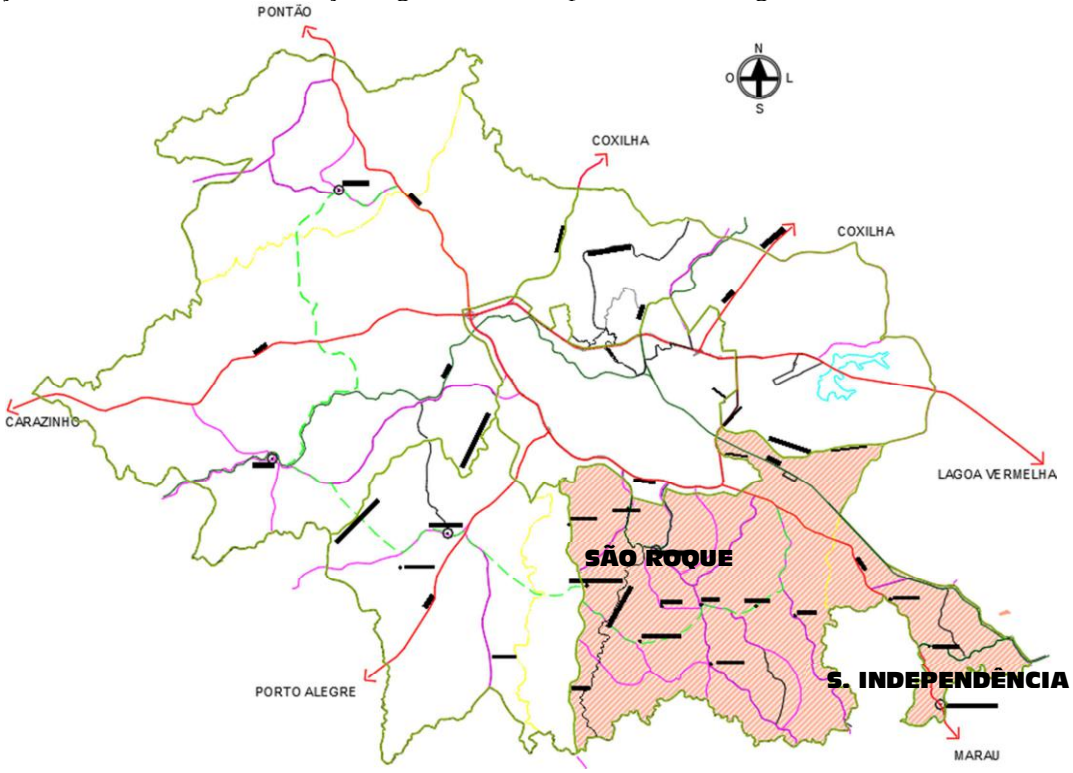


Figura 3.1.30: Localização da Macrozona de Produção Agrofamiliar.

Na oficina foram coletadas 149 contribuições, considerando a avaliação sobre o município e a avaliação sobre os distritos e as comunidades, figura 3.1.31, que após tabulação resultaram:

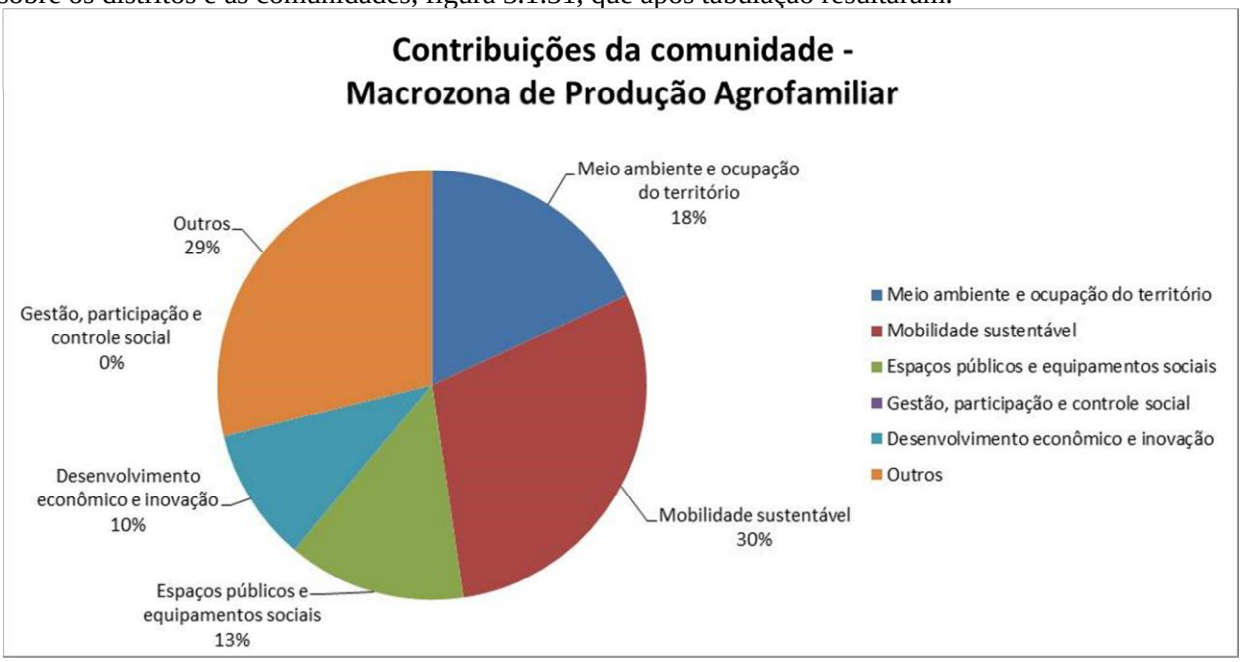


Figura 3.1.31: Contribuições da comunidade - Macrozona de Produção Agrofamiliar.

É possível observar que 30% das contribuições foram relacionadas à mobilidade, 29% foram enquadradas em outros assuntos, 18 % foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 13% foram relativos aos espaços públicos e equipamentos sociais, 10% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social assim como, conforme a figura 3.1.31.

Os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para os distritos e as comunidades abrangidas por esta Oficina. A síntese das contribuições relativas à avaliação dos distritos e comunidades é apresentada a seguir.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.32:

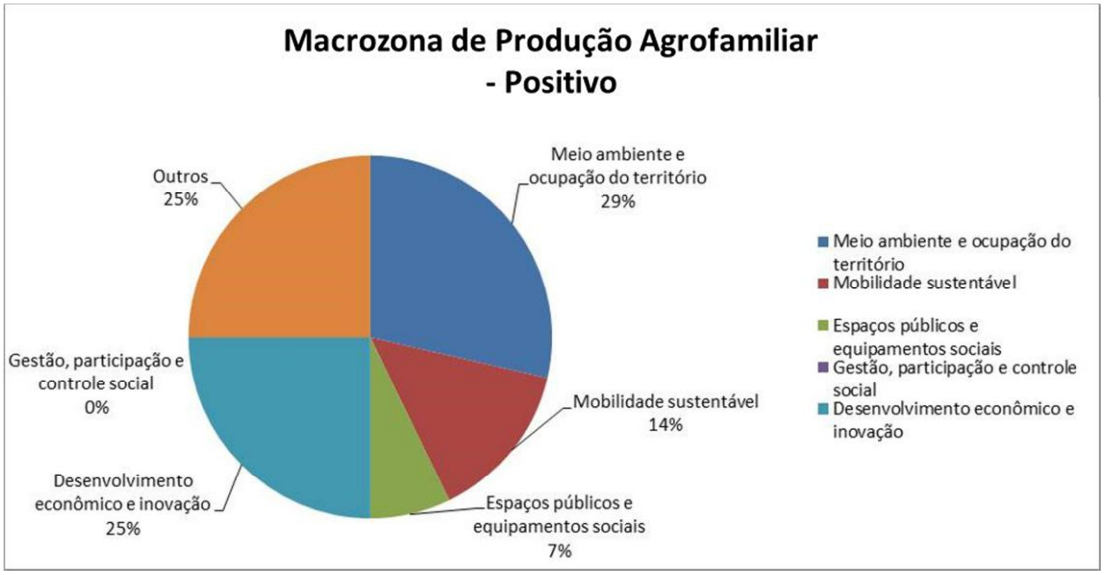


Figura 3.1.32: Aspectos positivos - Macrozona de Produção Agrofamiliar.

Considerando a figura 3.1.32 observa-se que 29% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 25% das contribuições foram classificados como desenvolvimento econômico, 25% foram enquadradas em outros assuntos, 14% relacionadas à mobilidade, 7% relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.33:

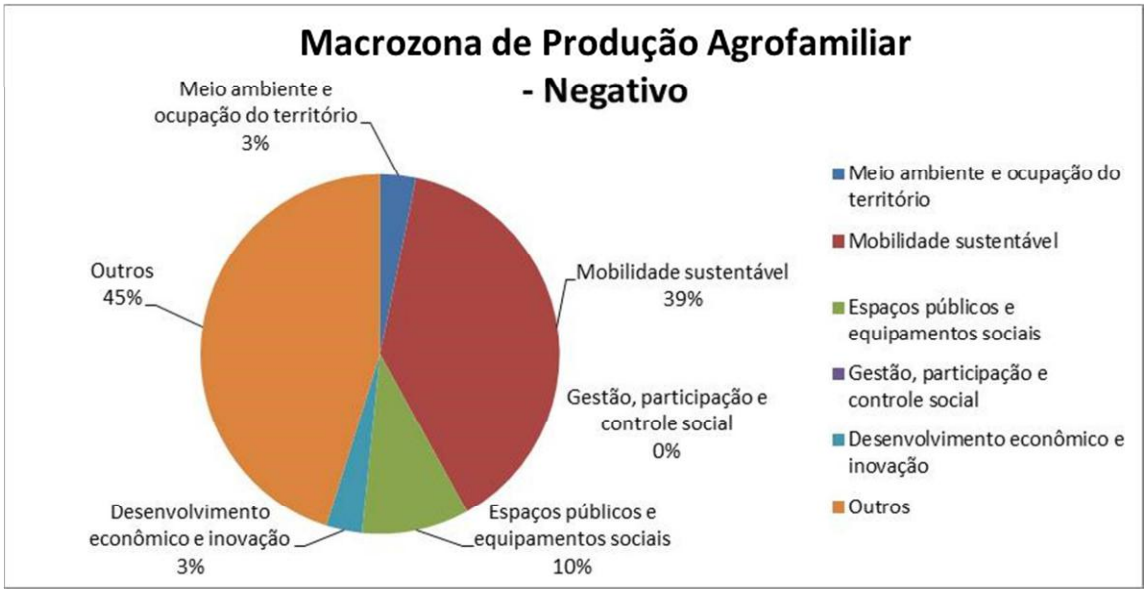


Figura 3.1.33: Aspectos negativos - Macrozona de Produção Agrofamiliar.

Observa-se que 45% foram enquadradas em outros assuntos, 39% das contribuições foram relacionadas à mobilidade, 10% foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 3% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, outros 3% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social, considerando a figura 3.1.33.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Macrozona foram classificadas conforme figura 3.1.34:

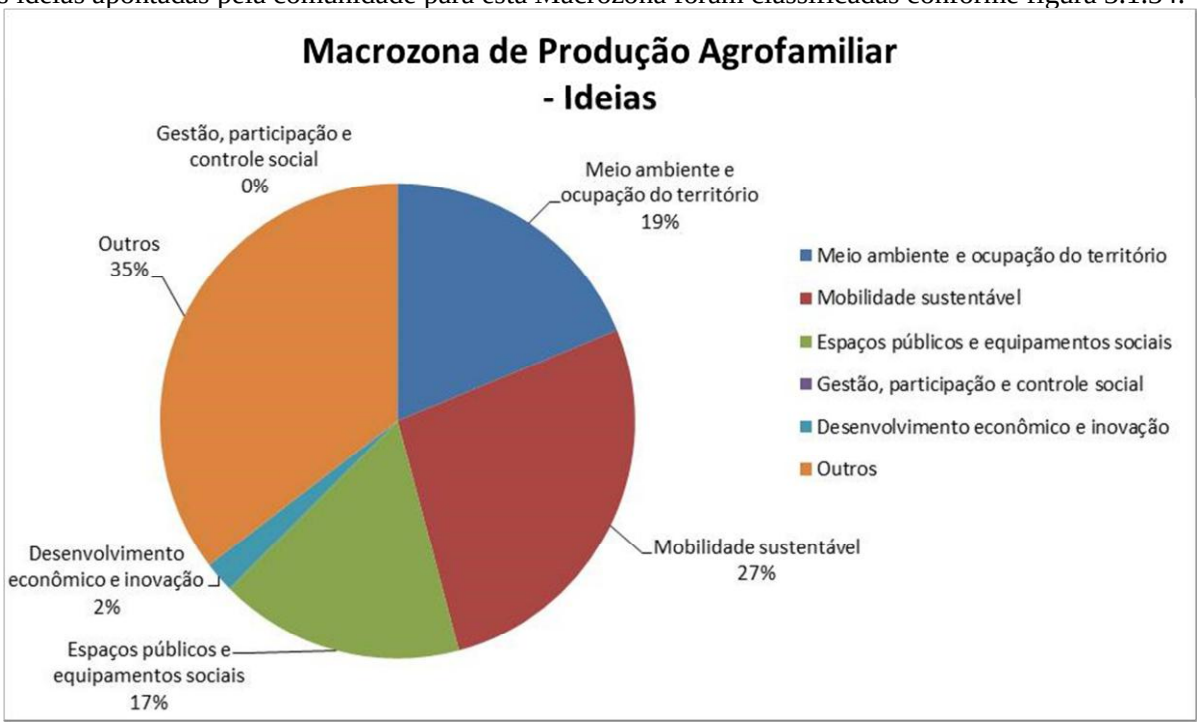


Figura 3.1.34: Ideias para a Macrozona de Produção Agrofamiliar.

Constata-se que 35% das contribuições foram enquadradas em outros assuntos, 27% foram relacionadas à mobilidade, 19% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 17 % foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 2% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social assim como, conforme a figura 3.1.34.

O quadro 3.1.6 demonstra exemplos das contribuições a respeito dos distritos e comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Agroindústria	Venda de produtos da agroindústria somente através de cooperativa	Tombamento da Capela São João
Corredor ecológico	Pontes obsoletas para os equipamentos modernos	Alargamento das principais vias
Estrutura comunitária	Falta de escolas de educação infantil	Construção de Ambulatório Médico

Quadro 3.1.6: Exemplos contribuições – Macrozona Agrofamiliar.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.7:

MUNICÍPIO	DISTRITOS E COMUNIDADE
• Positivo: feiras agricultura e ciclovia; • Negativo: trânsito e coleta de lixo; • Ideias: melhorias no trânsito.	• Positivo: agroindústria e transporte escolar; • Negativo: estradas e segurança; • Ideias: sinalização e coleta de lixo.

Quadro 3.1.7: Exemplos Assuntos Mencionados – Macrozona Agrofamiliar

3.1.3.2.3. MACROZONA DE PRODUÇÃO MISTA

No dia 22 de março de 2018 foi realizada a Oficina na Macrozona de Produção Mista abrangendo o distrito de Bom Recreio e demais comunidades. A localização da Macrozona de Produção Mista é apresentada na figura 3.1.35:

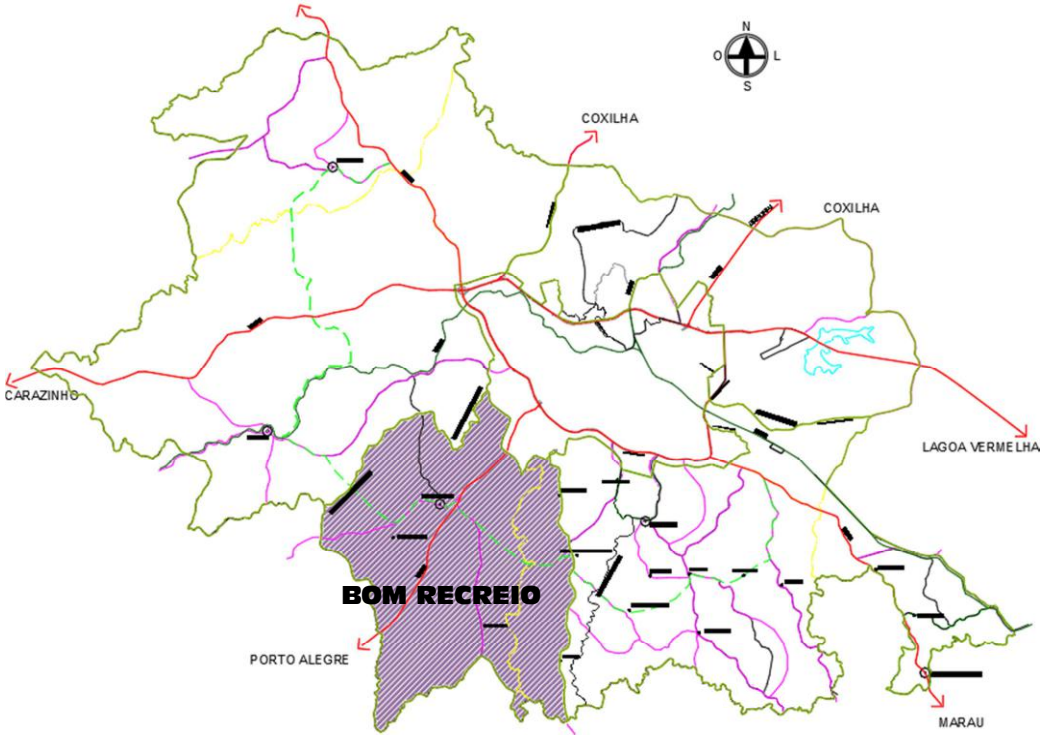


Figura 3.1.35: Localização da Macrozona de Produção Mista.

Na oficina foram coletadas 164 contribuições, considerando a avaliação sobre o município e a avaliação sobre os distritos e as comunidades, figura 3.1.36, que após tabulação resultaram:

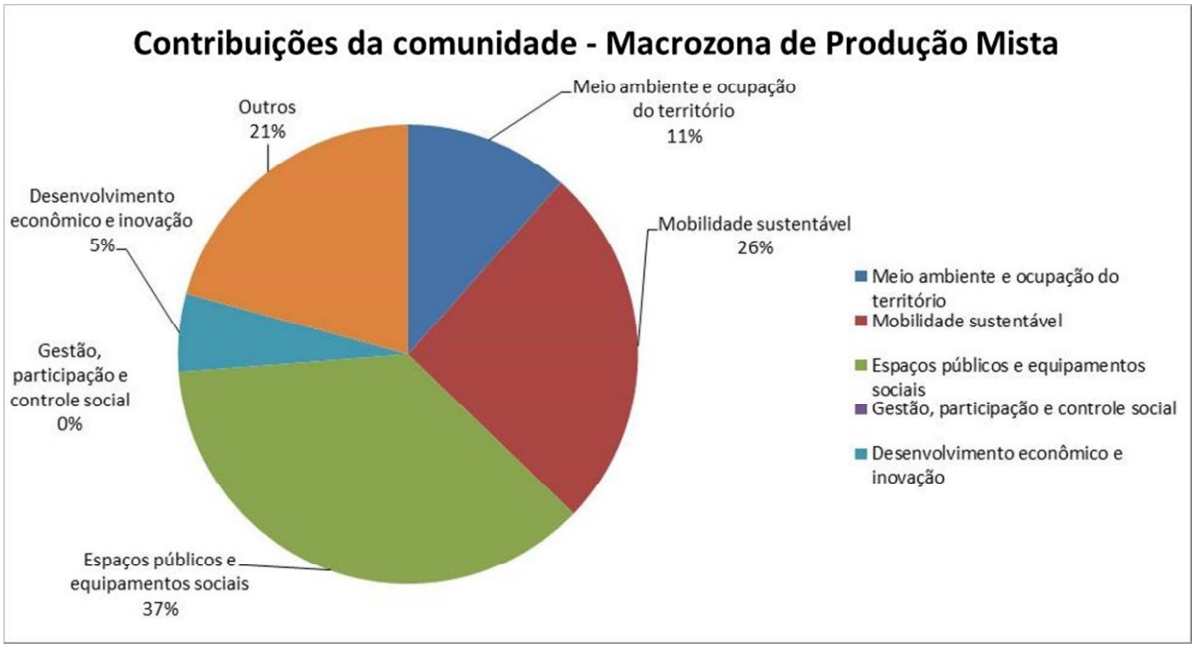


Figura 3.1.36: Contribuições da comunidade - Macrozona de Produção Mista.

Os dados apontam que 37% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 26% foram relativos à mobilidade sustentável, 21% foram enquadradas em outros assuntos, 11 % foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 5% foram relativos ao tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social assim como, conforme a figura 3.1.36.

Os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para o distrito e as comunidades abrangidas por esta Oficina. A síntese das contribuições relativas à avaliação do distrito e comunidades é apresentada a seguir.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.37:

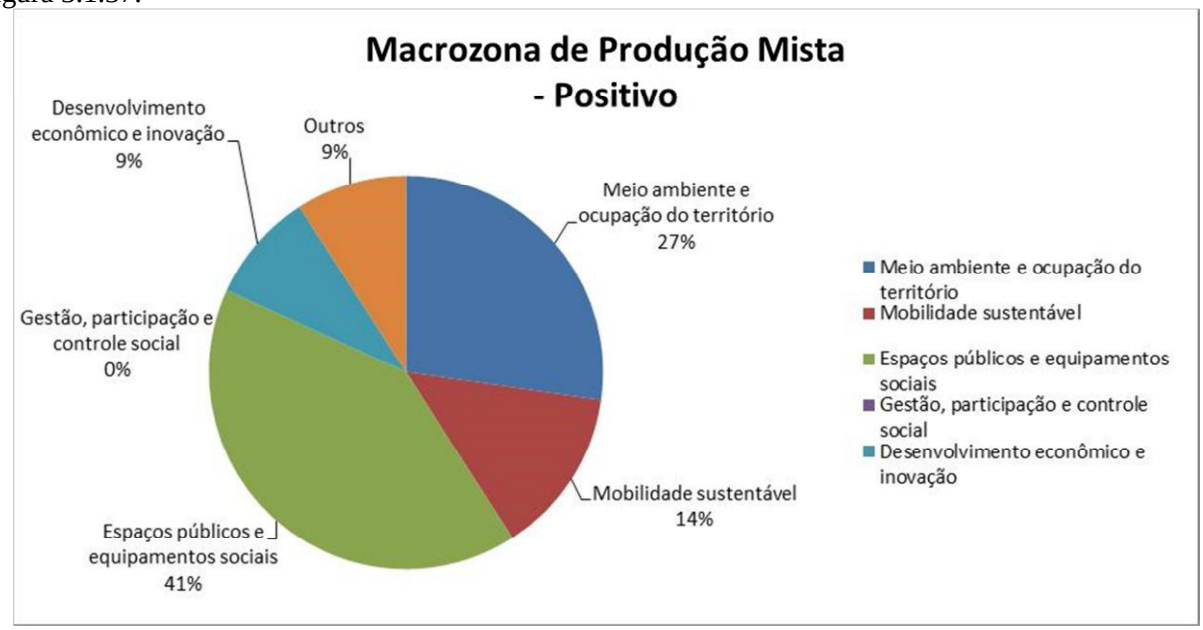


Figura 3.1.37: Aspectos positivos - Macrozona de Produção Mista.

A figura 3.1.37 demonstra que 41% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 27% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 14% relacionadas à mobilidade, 9% foram classificados como desenvolvimento econômico, 9% foram enquadradas em outros assuntos, e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.38:

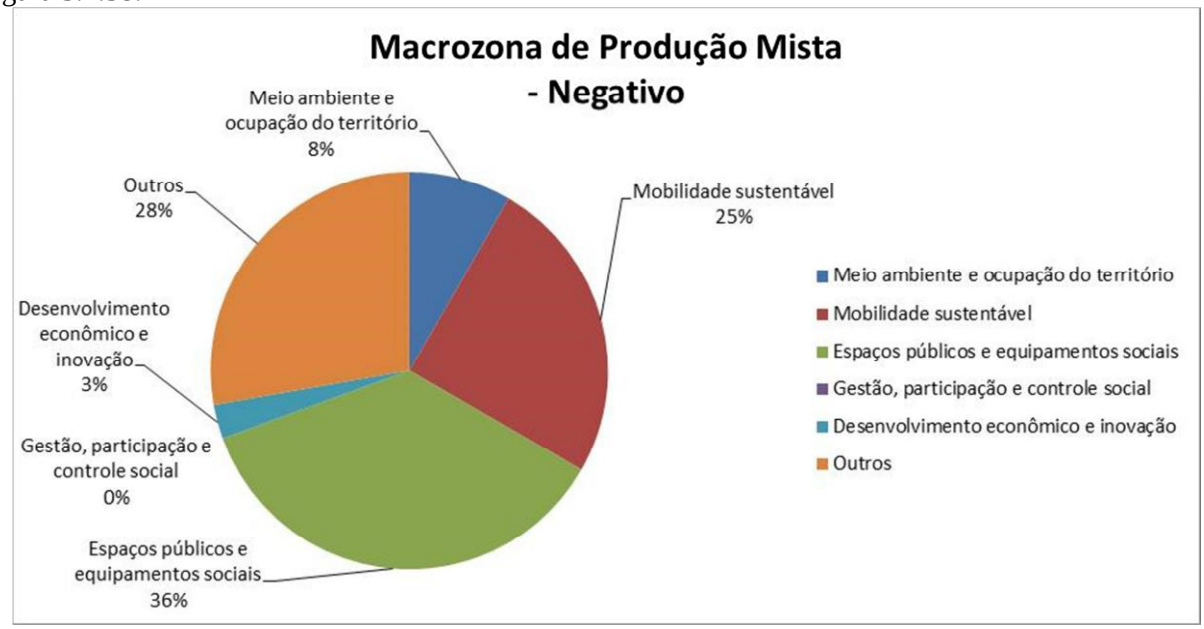


Figura 3.1.38: Aspectos negativos - Macrozona de Produção Mista.

Pode-se observar que 36% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 28% foram enquadradas em outros assuntos, 25% foram relacionadas à mobilidade sustentável, 8% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 3% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social, considerando a figura 3.1.38.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Macrozona foram classificadas conforme figura 3.1.39:

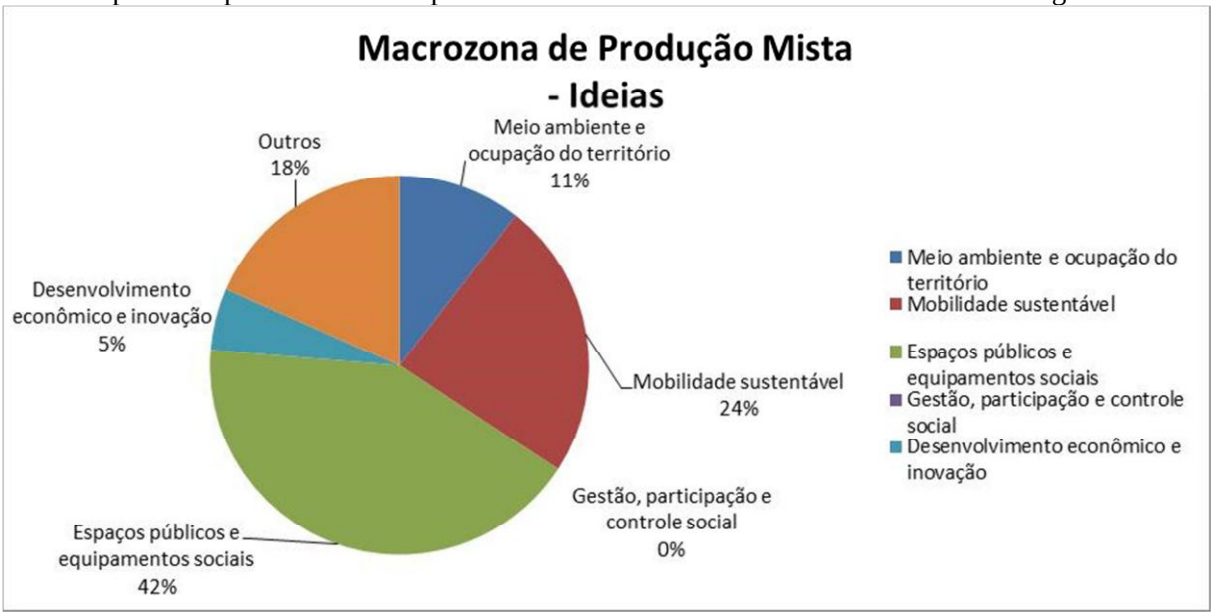


Figura 3.1.39: Ideias - Macrozona de Produção Mista.

Constata-se que 42% foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 24% foram relacionadas à mobilidade, 18% das contribuições foram enquadradas em outros assuntos, 11% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 5% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social assim como, conforme a figura 3.1.39.

O quadro 3.1.8 demonstra exemplos das contribuições a respeito dos distritos e comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Posto de saúde	Sem área para prática de esporte	Construção de capela mortuária
Linha de ônibus	Não tem escola de educação infantil	Permanência da zona de área mista

Quadro 3.1.8: Exemplos contribuições – Macrozona Produção Mista.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.9:

MUNICÍPIO	DISTRITOS E COMUNIDADE
• Positivo: saúde e ensino; • Negativo: trânsito e segurança; • Ideias: melhorias nas vias e demarcação de vagas.	• Positivo: saúde e transporte público; • Negativo: estradas e ensino; • Ideias: ensino e asfalto.

Quadro 3.1.9: Exemplos assuntos mencionados – Macrozona Produção Mista

3.1.3.2.4. MACROZONA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS

No dia 27 de março de 2018 foi realizada a Oficina na Macrozona de Proteção aos Mananciais. A localização da Macrozona de Proteção aos Mananciais é apresentada na figura 3.1.40:

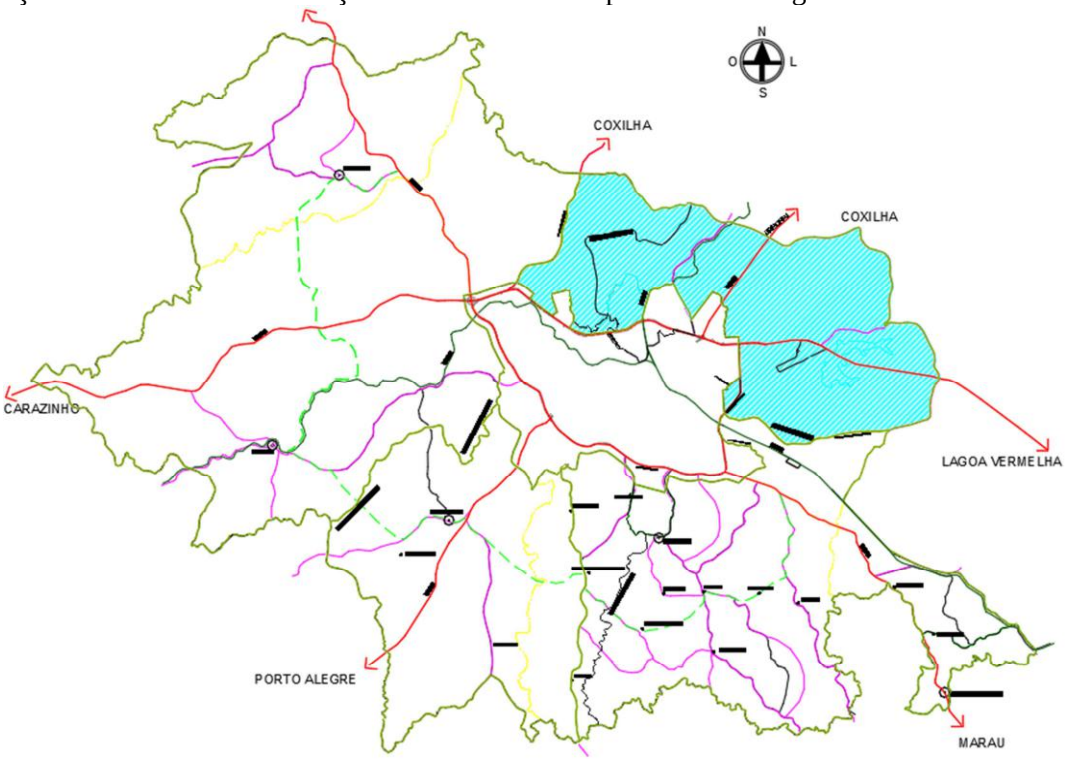


Figura 3.1.40: Localização da Macrozona de Proteção aos Mananciais.

Na oficina foram coletadas 168 contribuições, considerando a avaliação sobre o município e a avaliação sobre a área definida como Macrozona de Proteção aos Mananciais, figura 3.1.41, que após tabulação resultaram:

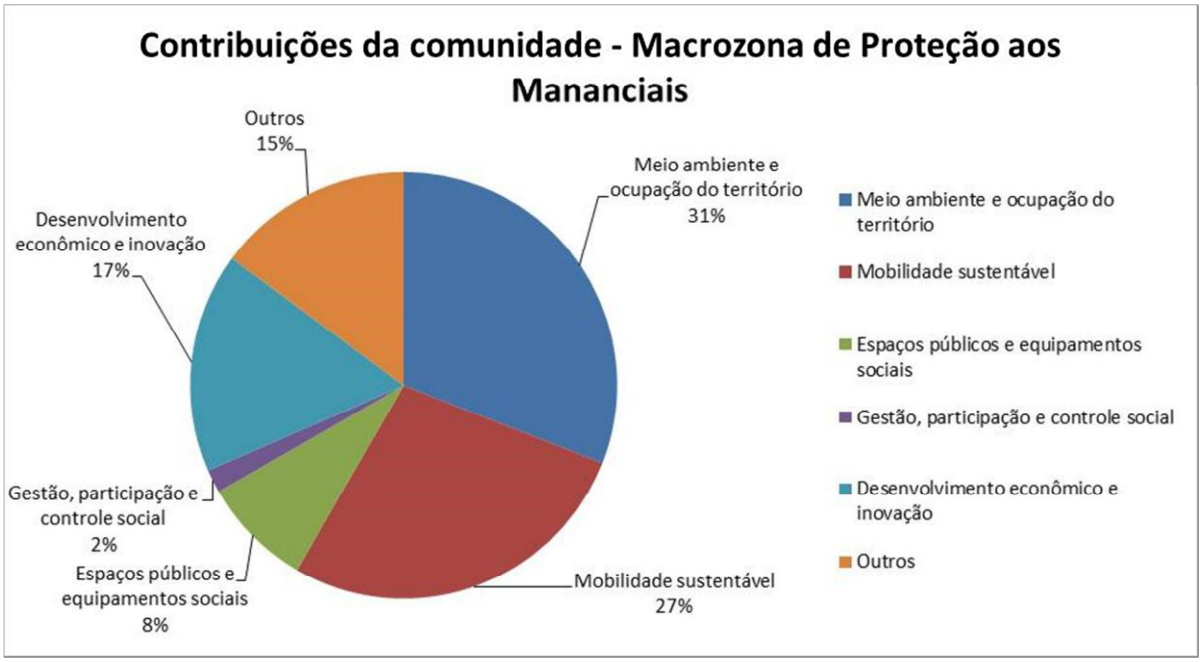


Figura 3.1.41: Contribuições da comunidade - Macrozona de Proteção aos Mananciais.

Os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para a área definida como Macrozona de Proteção aos Mananciais nesta Oficina. A síntese das contribuições relativas à avaliação desta área é apresentada a seguir.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados conforme figura 3.1.42:

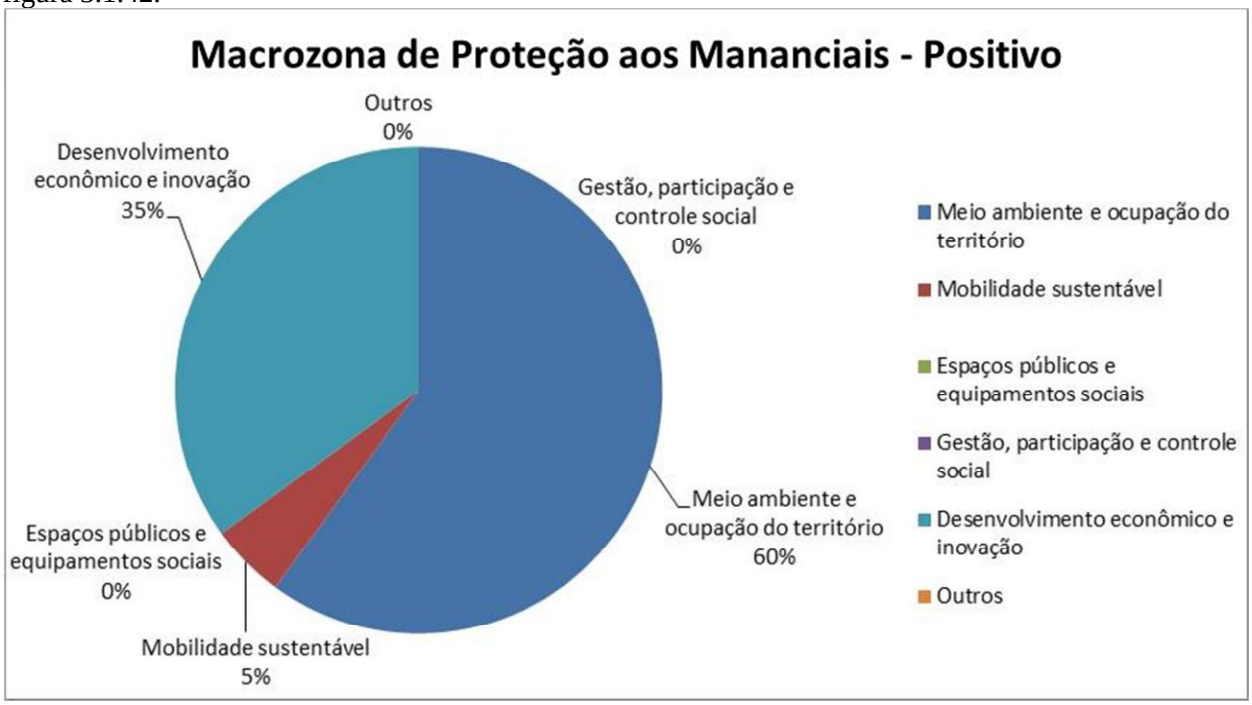


Figura 3.1.42: Aspectos positivos - Macrozona de Proteção aos Mananciais.

É possível observar que 60% das contribuições foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 35% foram classificados como desenvolvimento econômico, 5% relacionadas à mobilidade

sustentável, conforme figura 42. Destaca-se que não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social, espaços públicos e equipamentos sociais e ou outros assuntos.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Macrozona foram classificados na figura 3.1.43:

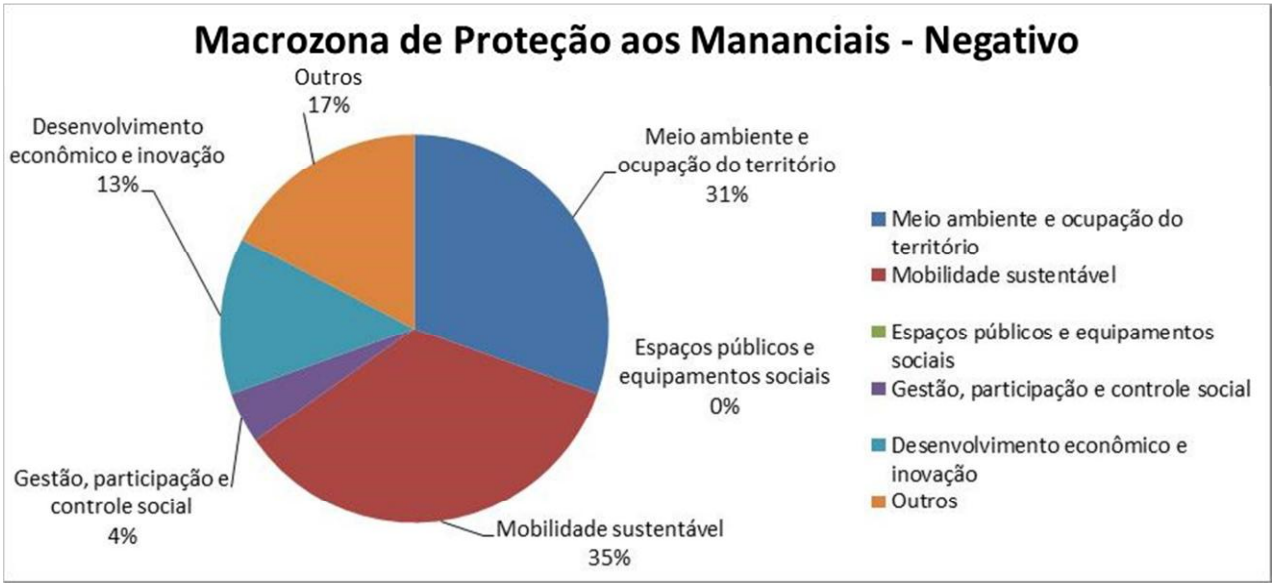


Figura 3.1.43: Aspectos negativos - Macrozona de Proteção aos Mananciais.

Como pode ser visto, 35% das contribuições foram relacionadas a questões de mobilidade, 31% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 17% foram enquadradas em outros assuntos, 13% foram classificadas como desenvolvimento econômico, enquanto que 4% foram enquadras como gestão, participação e controle social. Não houve contribuições relativas aos espaços públicos e equipamentos sociais, figura 3.1.43.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Macrozona foram classificadas conforme figura 3.1.44:

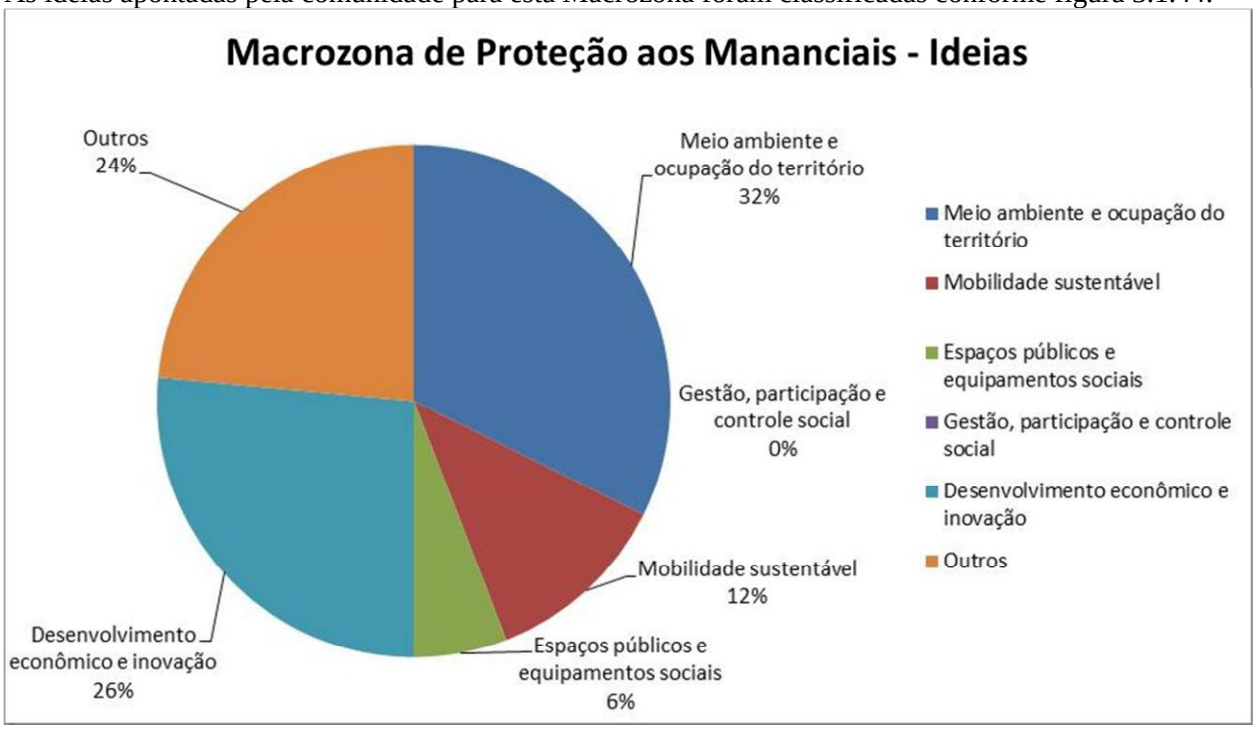


Figura 3.1.44: Ideias - Macrozona de Proteção aos Mananciais.

Constata-se que 32% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 26% com o tema desenvolvimento econômico, 24% das contribuições foram enquadradas em outros assuntos, 12% foram

relacionadas à mobilidade, 6% foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social, conforme a figura 3.1.44.

O quadro 3.1.10 demonstra exemplos das contribuições recebidas pela comunidade para esta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Reforçar a importância da Macrozona	Esgoto nos mananciais do arroio Miranda	Caso criada uma reserva legal na fazenda da brigada que não haja zona de amortecimento – que não interfira nas propriedades particulares
Presença do aeroporto	Aeroporto	Ampliar o aeroporto

Quadro 3.1.10: Exemplos contribuições - Macrozona de Proteção aos Mananciais.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.11:

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
• Positivo: áreas de lazer e vias; • Negativo: trânsito e saneamento; • Ideias: preservação ambiental e trevo.	• Positivo: bacias/nascentes e produção rural sustentável; • Negativo: estradas e segurança; • Ideias: revitalização do parque da Efrica e manter a fazenda da brigada.

Quadro 3.1.11: Exemplos assuntos mencionados - Macrozona de Proteção aos Mananciais

3.1.3.3. OFICINAS REALIZADAS NA ÁREA URBANA

Na Macrozona Urbana foram realizadas 12 Oficinas Avaliativas considerando a divisão espacial configurada em 05 (cinco) regiões: Região Norte, Região Sul, Região Leste, Região Oeste e Região Centro, conforme figura 3.1.2.

Destaca-se que os dados das Oficinas realizadas na área urbana do município foram analisados e classificados, separando-se o resumo com o total geral dos resultados de todas as Oficinas da Macrozona Urbana computando-se os dados da avaliação sobre o município e os dados sobre cada bairro que compõem cada regional. O resumo com o total geral dos resultados de todas as Oficinas da Macrozona Urbana é apresentado na figura 3.1.45.

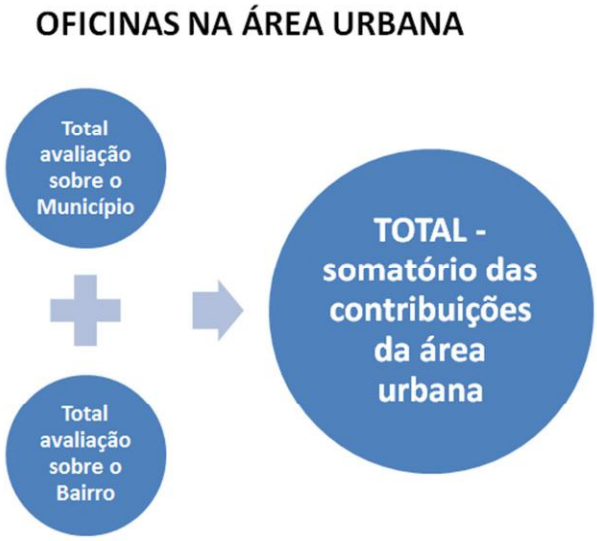


Figura 3.1.45: Tabulação da síntese das contribuições da Macrozona Urbana.

Nas Oficinas realizadas na área urbana foram coletadas 1339 contribuições, considerando a avaliação sobre o município e a avaliação sobre os bairros/ setores de cada regional.

A síntese com as contribuições oriundas de todas as Oficinas realizadas na área urbana resultou após a tabulação nos seguintes dados, conforme apresentado na figura 3.1.46:

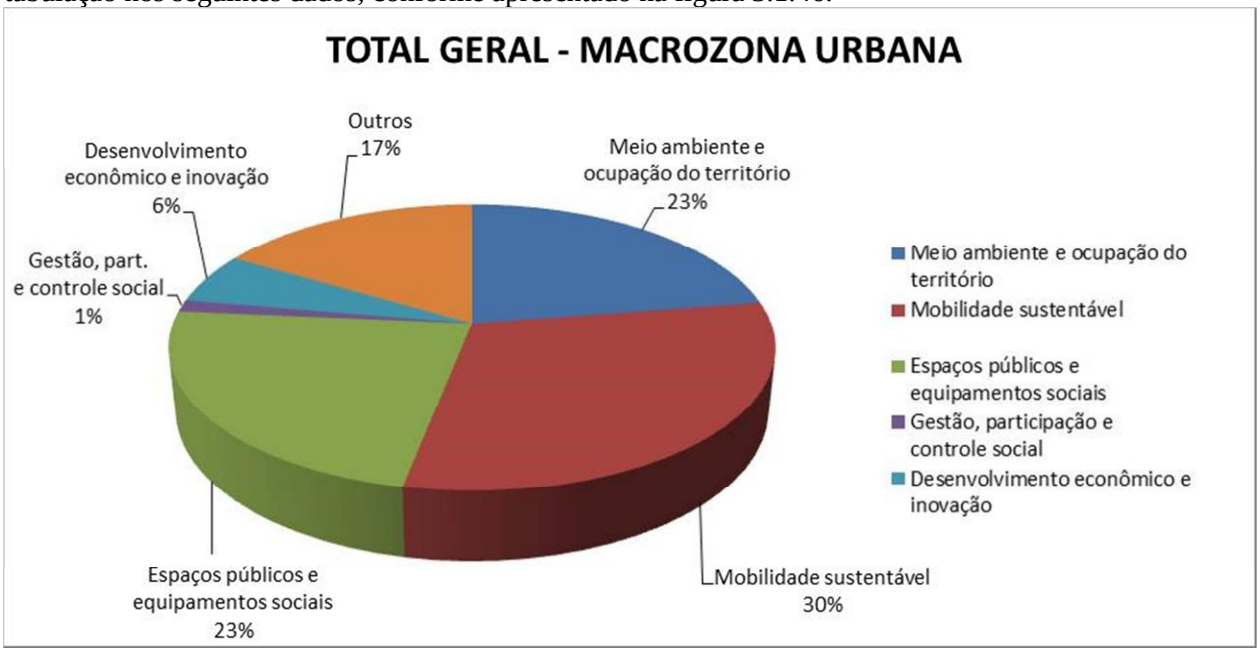


Figura 3.1.46: Síntese das contribuições da comunidade – somatório das regionais da Macrozona Urbana.

Analisando os dados gerais das oficinas realizadas na Macrozona Urbana verifica-se 3.1.46 que 30% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade sustentável, 23% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 23% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 17% enquadradas em outros assuntos, 6% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% foi classificado com questões relativas à gestão e participação da sociedade.

Os grupos debateram e avaliaram os aspectos positivos, os aspectos negativos e as ideias para cada bairro/setor que compõe as cinco regionais definidas na Macrozona Urbana. A síntese com as contribuições relativas à avaliação de toda a Macrozona Urbana é apresentada a seguir, refletindo o somatório das contribuições relativas a cada regional de acordo com os aspectos positivos, negativos e ideias, de acordo com a figura 3.1.47.

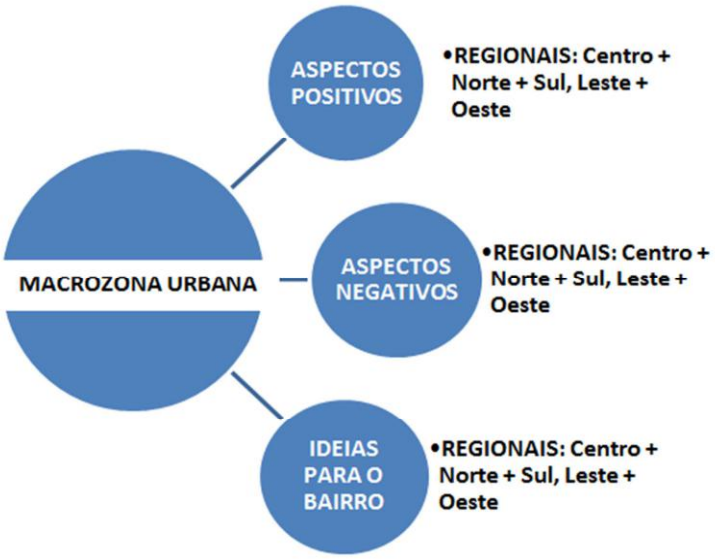


Figura 3.1.47: Tabulação das contribuições - aspectos positivos, negativos e ideias da Macrozona Urbana.

O resumo total dos resultados relativos aos aspectos positivos apontados pela comunidade para a área urbana foi classificado conforme figura 3.1.48:

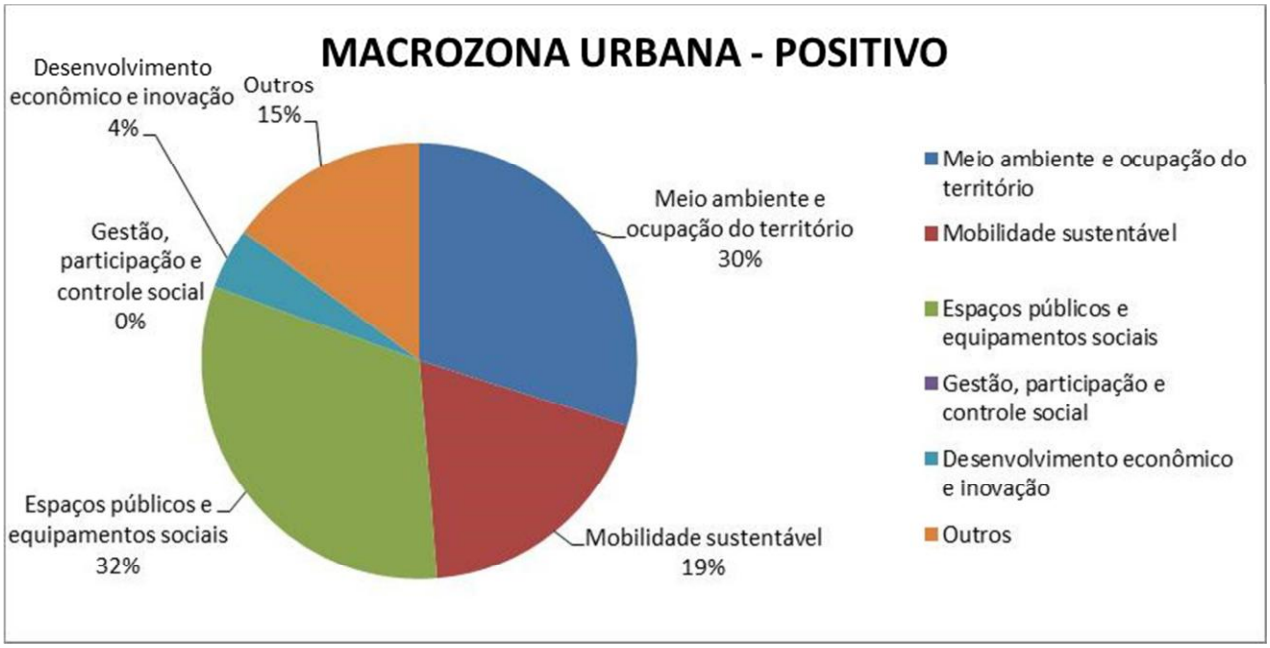


Figura 3.1.48: Aspectos positivos – Total geral da Macrozona Urbana.

Verifica-se na figura 3.1.48 que 32% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 30% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 19% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade sustentável, 15% enquadradas em outros assuntos, 4% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve apontamentos relativos à gestão e participação da sociedade.

O resumo total dos resultados relativos aos aspectos negativos apontados pela comunidade para a área urbana foi classificado conforme figura 3.1.49:

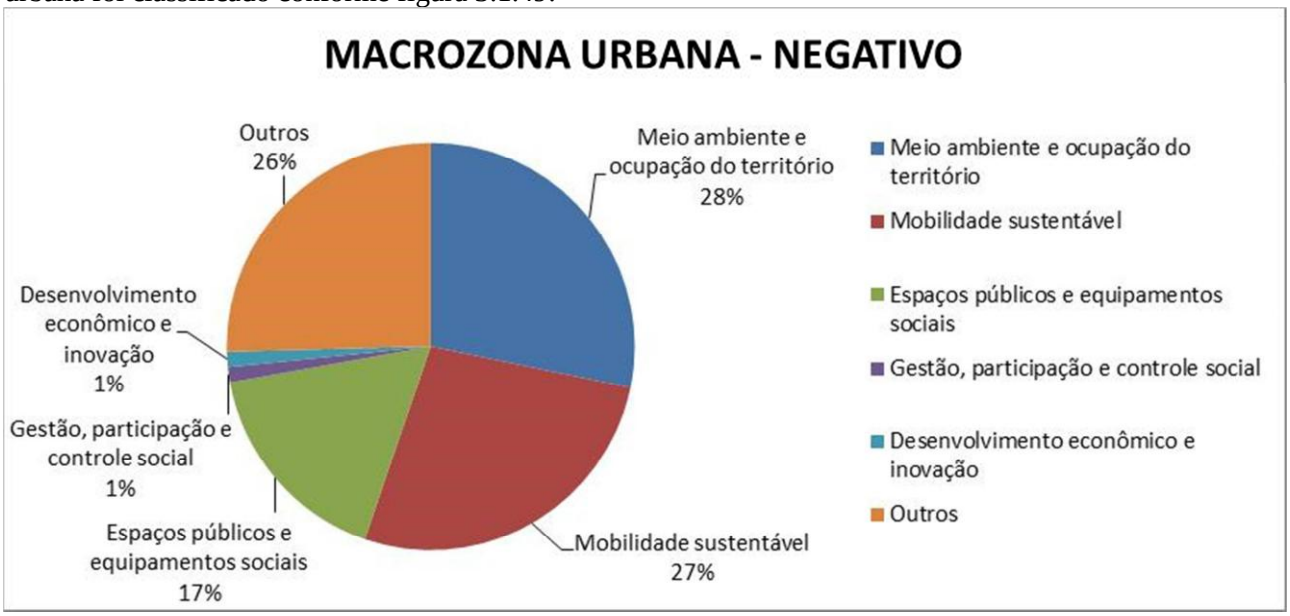


Figura 3.1.49: Aspectos negativos – Total geral da Macrozona Urbana.

A figura 3.1.49 demonstra que 28% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 27% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 26% foram enquadradas em outros assuntos, 17% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 1% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% foram classificados como relativos à gestão e participação da sociedade.

O resumo total dos resultados relativos às ideias apontadas pela comunidade para a área urbana foi classificado conforme figura 3.1.50:

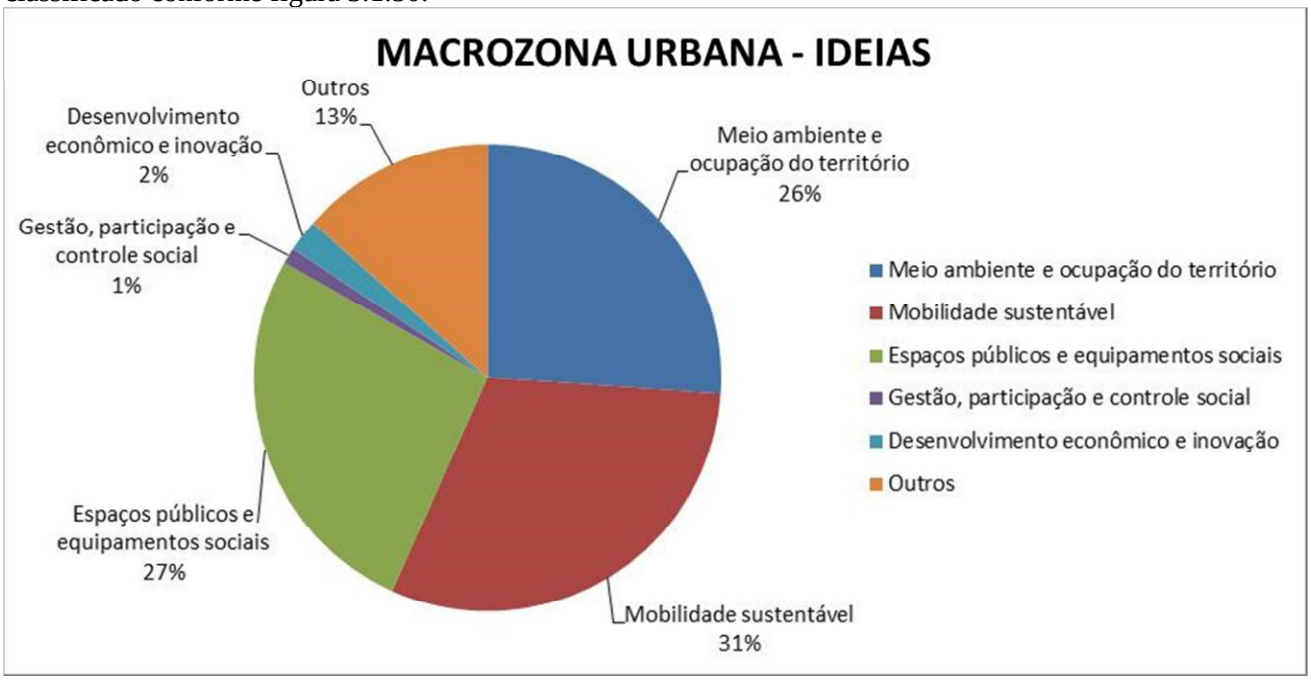


Figura 3.1.50: Ideias – Total geral da Macrozona Urbana.

Os dados apontam que 31% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 27% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 26% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 13% foram enquadradas em outros assuntos, 2% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% dos apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.50.

3.1.3.3.1. CONTRIBUIÇÕES POR REGIONAL – MACROZONA URBANA

A seguir será apresentada a tabulação das contribuições da comunidade recebidas em todas as Oficinas realizadas na área urbana, conforme divisão espacial em cinco regiões da Macrozona Urbana.

3.1.3.3.1.1. REGIONAL NORTE

De acordo com o IBGE a região Norte abrangia cerca de 36.942 pessoas em 2010, correspondendo a 20,57% da população urbana residente em 2010, de acordo com o censo, que era de 179.548. Esta região abrange os seguintes setores:

- SETOR 03 - Região do Bairro Vera Cruz/ Lot. Nonoai/ Dona Eliza/ Par. Leão XIII/ São Bento/ Hípica;
- SETOR 10 - Região do Bairro "Vila Victor Issler";
- SETOR 15 - Região do Bairro Annes "Vila Fátima e Vila Annes"/ Parte Vila Dona Eliza/ Sta. Terezinha; SETOR 16 - Região do Bairro José Alexandre Zachia;
- SETOR 17 - Região do Bairro Valinhos "Loteamento Industrial e São Lucas"/ Lot. Pio II/ Parque dos Comerciários/ Distrito Industrial (Valinhos);

Na Regional Norte foram realizadas 02 Oficinas englobando os setores 03, 10,15, 16 e 17, conforme mapa da regional apresentado na figura 3.1.51.

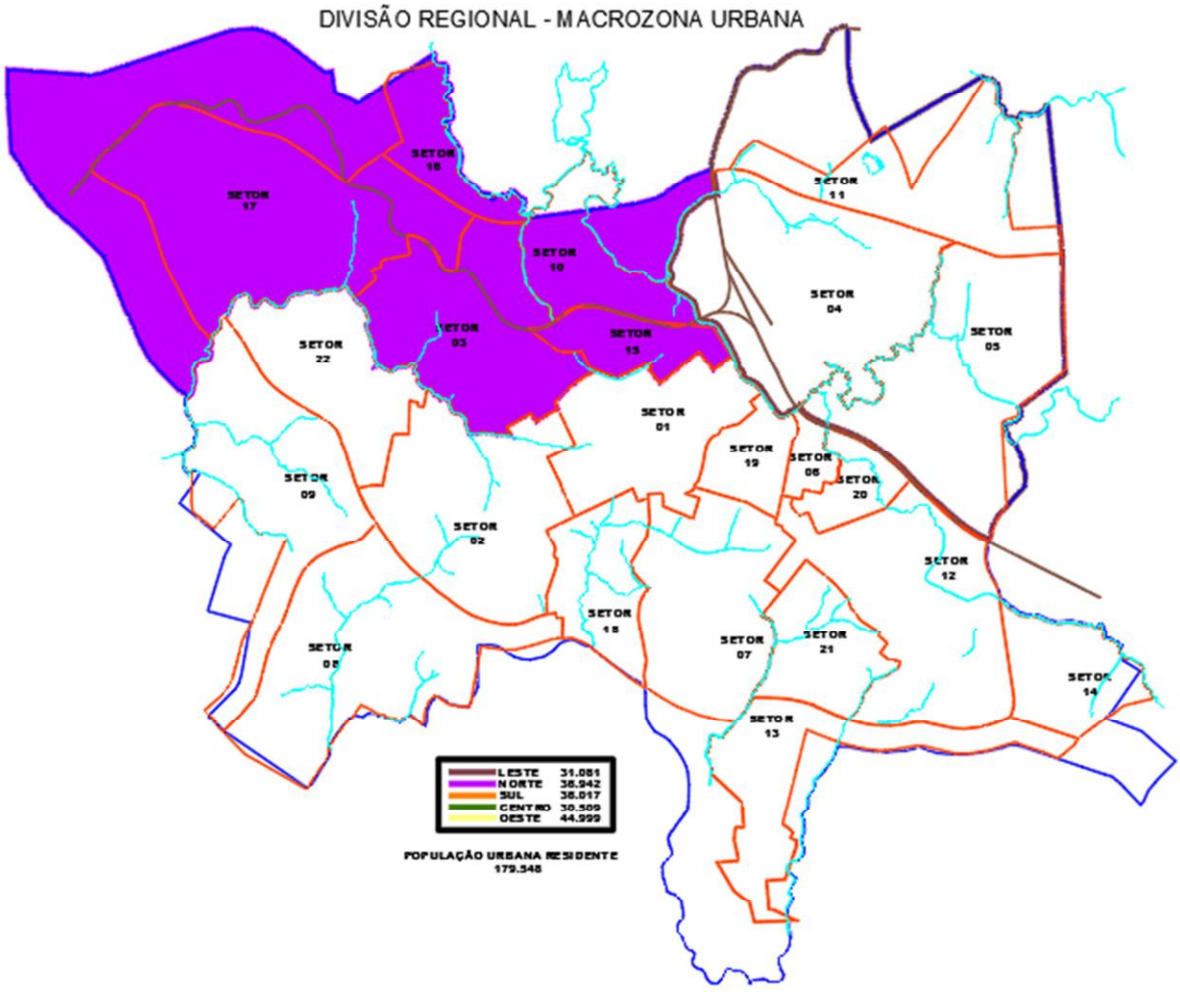


Figura 3.1.51: Localização da Regional Norte – Macrozona Urbana.

Conforme mencionado foram realizadas duas Oficinas nesta regional, uma abrangendo os setores 03,10 e 15 e outra com os setores 16 e 17.

Ao todo foram coletadas 237 contribuições da comunidade que compõe a Regional Norte que após tabulação resultaram:

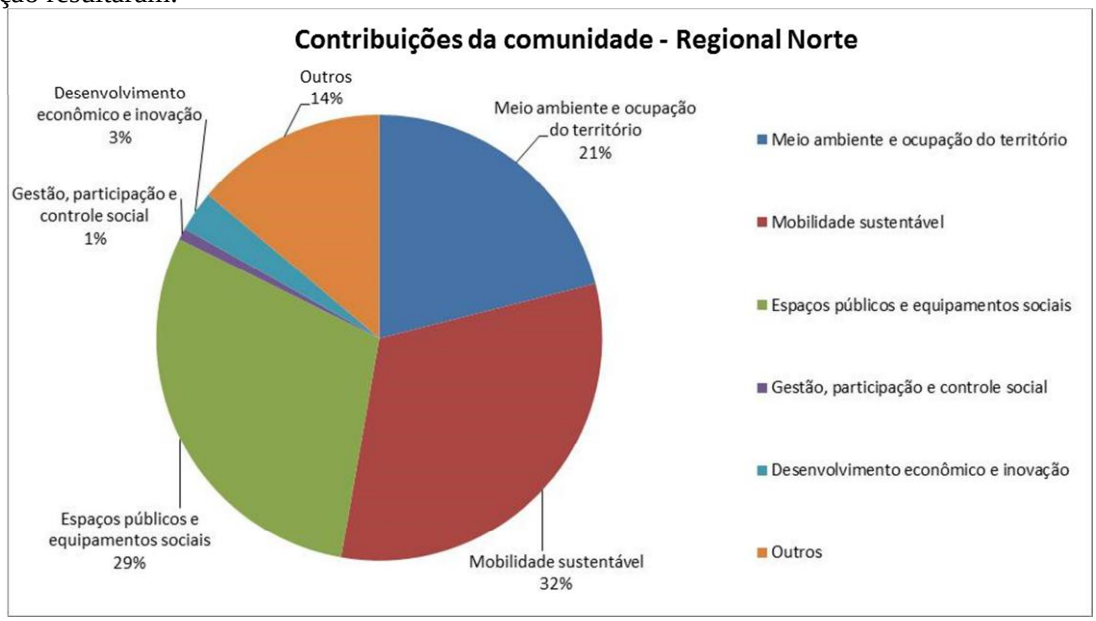


Figura 3.1.52. Contribuições da comunidade da Regional Norte por tema.

Os dados apontam que 32% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade sustentável, 29% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 21% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 14% foram enquadradas em outros assuntos, 3% foram classificados como desenvolvimento econômico, 1% dos apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.52.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.53:

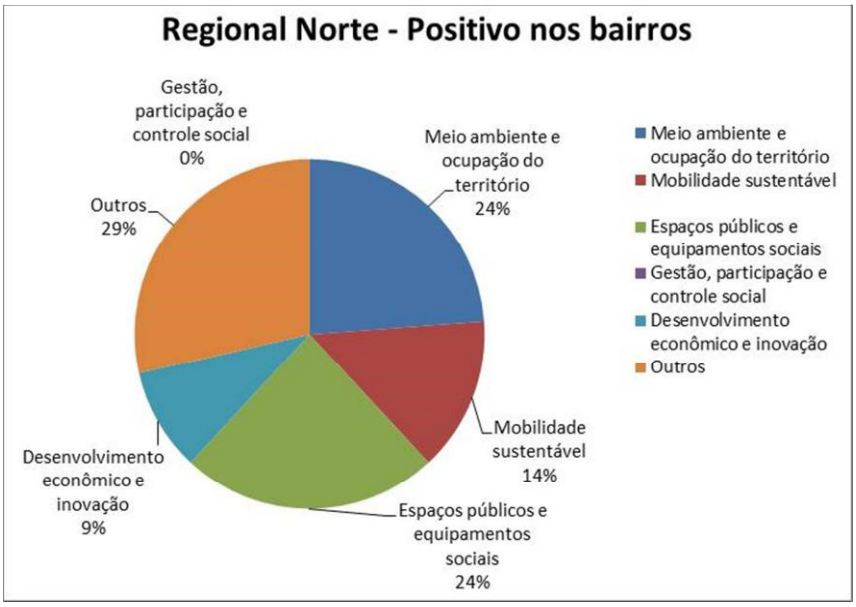


Figura 3.1.53. Aspectos positivos da Regional Norte por tema.

É possível observar que 29% das contribuições foram relacionadas em outros assuntos, 24% das contribuições foram enquadradas como meio ambiente e ocupação do território, outros 24% foram classificados como espaços públicos e equipamentos sociais, 14% foram relacionadas à mobilidade, 9% foram classificadas como desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados, figura 3.1.54:

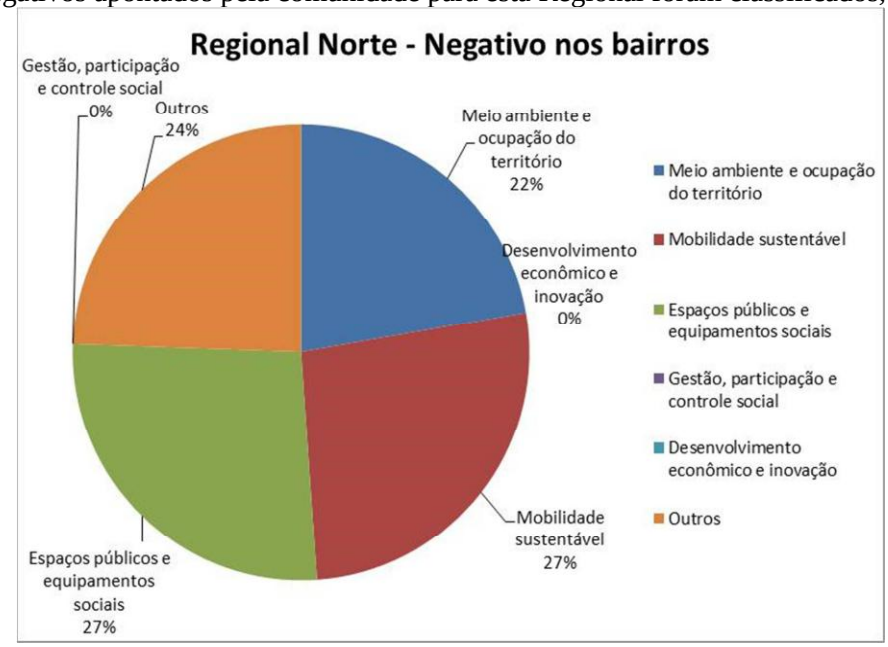


Figura 3.1.54. Aspectos negativos da Regional Norte por tema.

Como pode ser verificado na figura 3.1.54, 27% das contribuições foram relacionadas a questões de mobilidade, outros 27% foram classificados como espaços públicos e equipamentos sociais, 24% foram enquadradas em outros assuntos, 22% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território. Não houve contribuições relativas ao desenvolvimento econômico e gestão, participação e controle social.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Regional foram classificadas conforme figura 3.1.55:

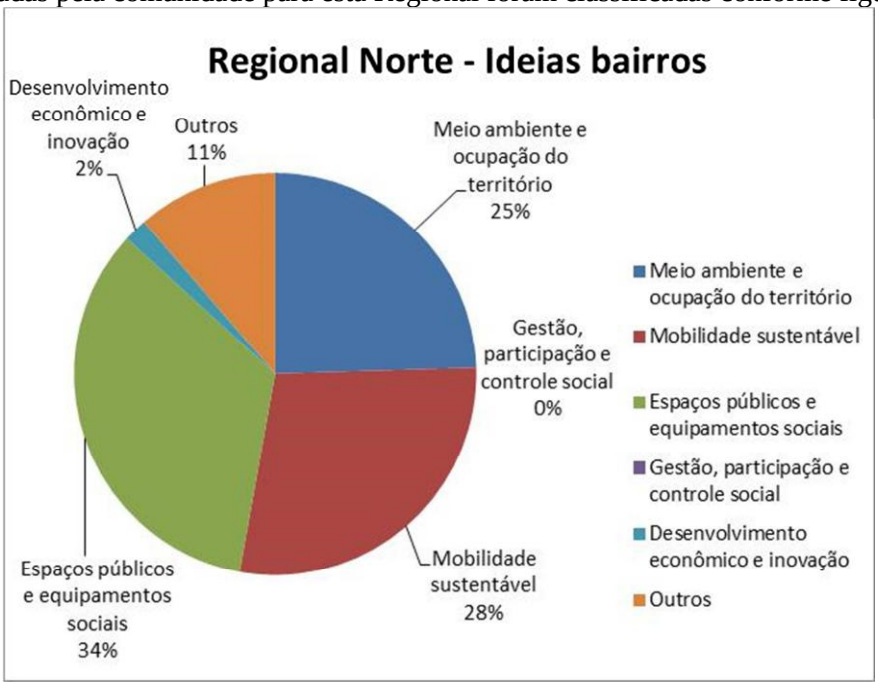


Figura 3.1.55. Ideias da Regional Norte por tema.

Constata-se que 34% das contribuições foram relacionadas aos espaços públicos e equipamentos sociais, 28% foram relacionadas à mobilidade sustentável, 25% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 11% foram enquadradas em outros assuntos, 2% com o tema desenvolvimento econômico e não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social, conforme a figura 3.1.55.

O quadro 3.1.12 demonstra exemplos das contribuições a respeito das comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Escola	Inexistência área esporte/ lazer	Aumentar a verticalização
Comércio diversificado (Vera Cruz)	Demora cumprimento lei das ZEIS	Ciclovia na Av. Rio Grande
Transporte público durante a semana	Saídas dos bairros para centro	Melhoria acesso trevo

Quadro 3.1.12: Exemplos contribuições da Regional Norte – Macrozona Urbana.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.13:

MUNICÍPIO	REGIONAL
• Positivo: espaços públicos e melhorias nos equipamentos; • Negativo: trânsito – fluxo ônibus e fiscalização; • Ideias: corredor de ônibus e estudos de trânsito.	• Positivo: comércio e saúde; • Negativo: espaços públicos e infraestrutura; • Ideias: espaços públicos e estruturação Av. Rio Grande.

Quadro 3.1.13: Exemplos assuntos mencionados da Regional Norte – Macrozona Urbana

3.1.3.3.1.2. REGIONAL OESTE

Na Regional Oeste foram realizadas 03 Oficinas englobando os setores 02, 08, 09, 18, 22, conforme mapa da regional apresentado na figura 3.1.56.

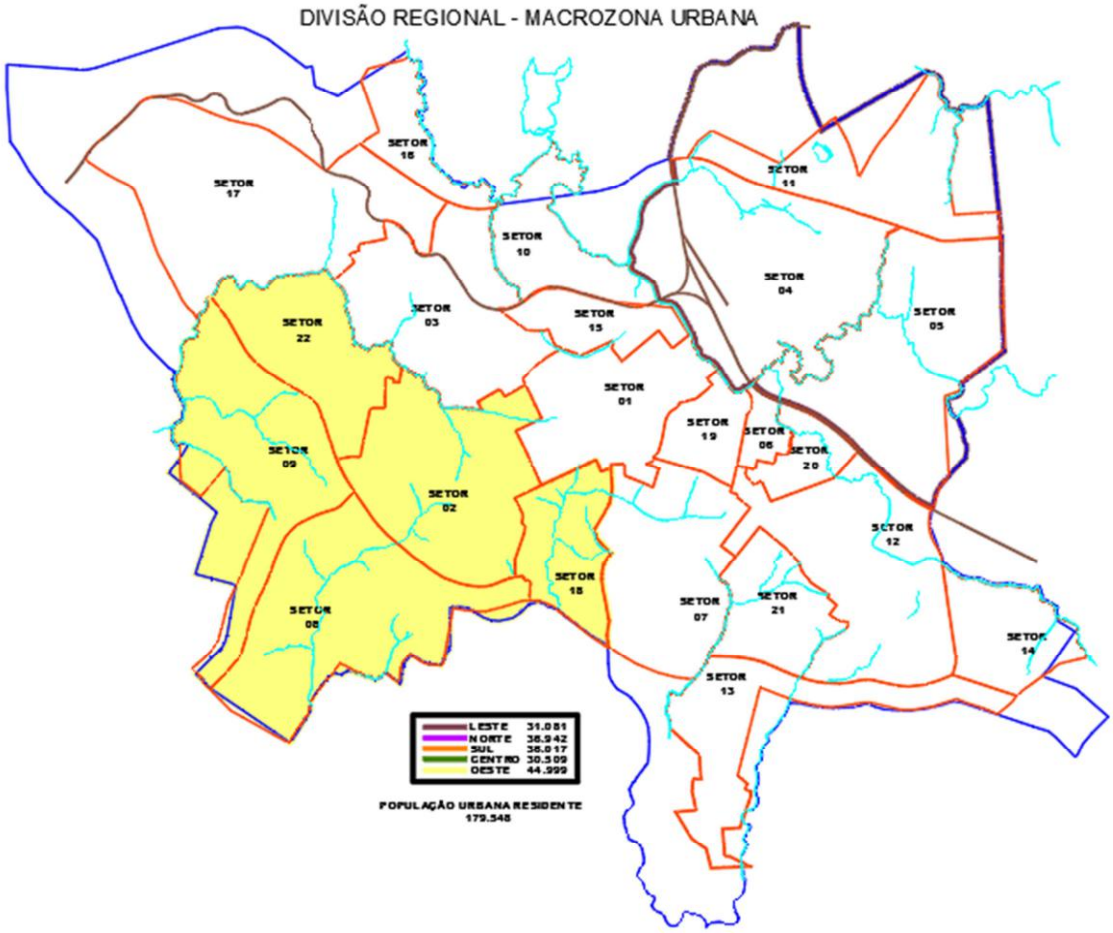


Figura 3.1.56: Localização da Regional Oeste – Macrozona Urbana.

De acordo com o IBGE a região Oeste abrangia cerca de 44.999 pessoas em 2010, correspondendo a 25,06% da população urbana residente em 2010, de acordo com o censo, que era de 179.548. Esta região abrange os seguintes setores:

- SETOR 02 - Região do Bairro Boqueirão/ Vila Operária/ Vila Independente/ Lot. Pampa/ Sechi/ Menino Deus/ Vila Berthier/ Morada da Colina/;
- SETOR 08 - Região do Bairro Santa Marta / N. Sª Aparecida/ Lot. J. América/ Vila Donária/ Vila 20 de Setembro/ Lot. Força e Luz;
- SETOR 09 - Região do Bairro Integração / Vila Xangrilá/ Lot. Jaboticabal/ Bairro Recreio/ Jerônimo Coelho/ Lot. Boqueirão/ Lot. Parque do Sol ou Viajantes/ Lot. Morada do Sol/ Vila Ipiranga;
- SETOR 18 - Região do Bairro "Vila Luiza"/ Vila Tupinambá/ Vila Jardim/ Vila Ambrozina/ Vila Boa Vista/ Vila Guilherme Morch/ Lot. Edu Reis;
- SETOR 22 - Região do bairro Nenê Graeff/ Lot. Garden/ Lot. Nenê Graeff.

Conforme mencionado foram realizadas três Oficinas nesta regional, uma abrangendo os setores 02,18 e 22, outra os setores 08 e ainda outra no setor 09.

Ao todo foram coletadas 321 contribuições da comunidade que compõe a Regional Oeste, figura 3.1.57, que após tabulação resultaram:

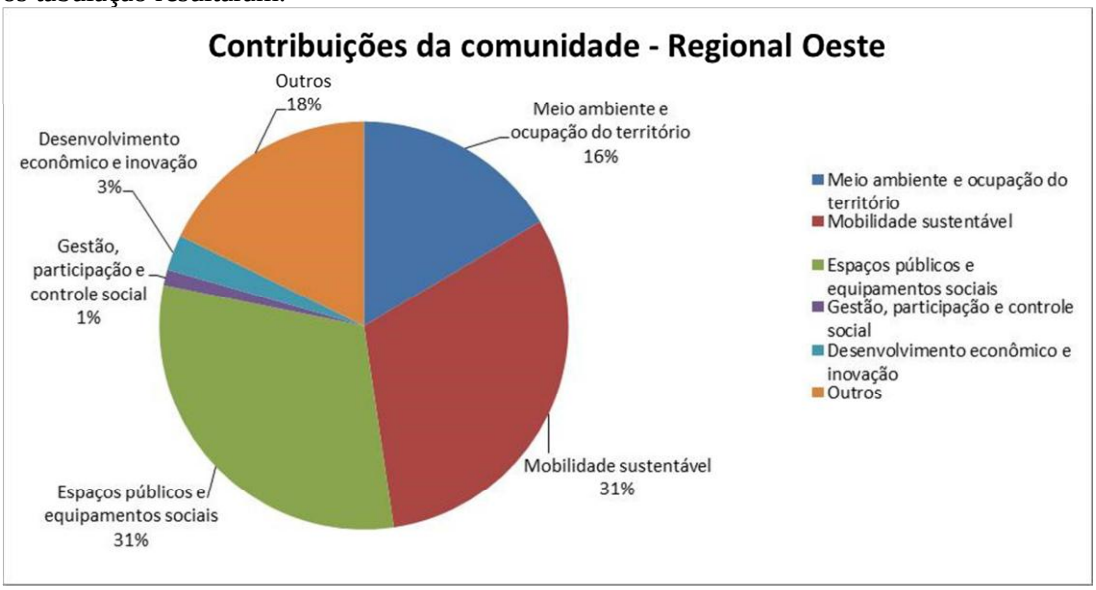


Figura 3.1.57. Contribuições da comunidade da Regional Oeste por tema.

Os dados apontam que 31% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade sustentável, 31% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 18% enquadradas em outros assuntos, 16% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 3% foram classificados como desenvolvimento econômico, 1% dos apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.57.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.58:

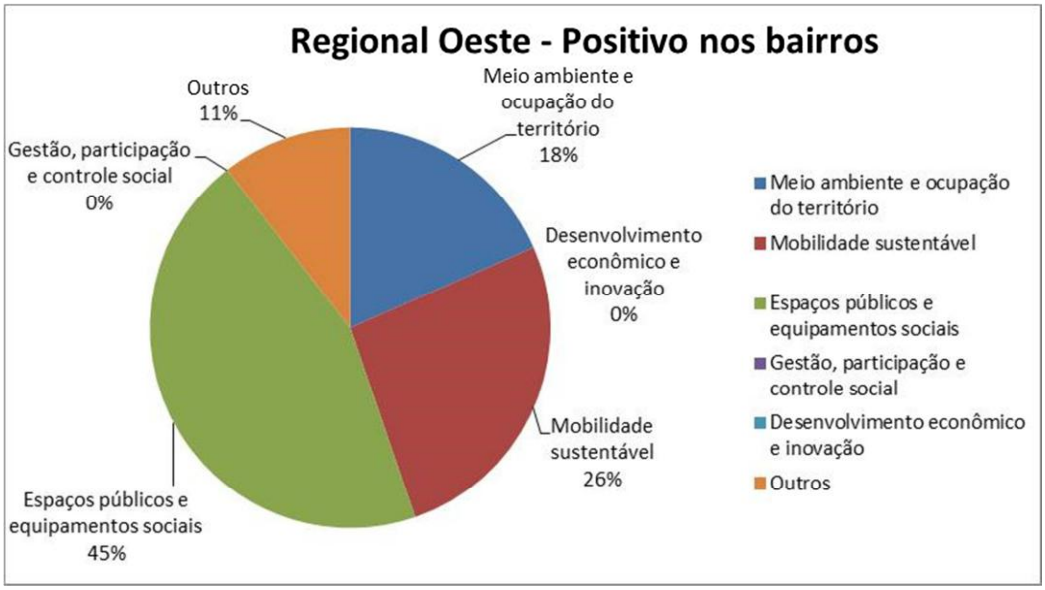


Figura 3.1.58. Aspectos positivos da Regional Oeste por tema.

É possível observar que 45% das contribuições foram classificadas como espaços públicos e equipamentos sociais, 26% foram relacionadas à mobilidade, 18% foram relacionadas como meio ambiente e ocupação do território, 11% em outros assuntos. Não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social e desenvolvimento econômico.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.159:

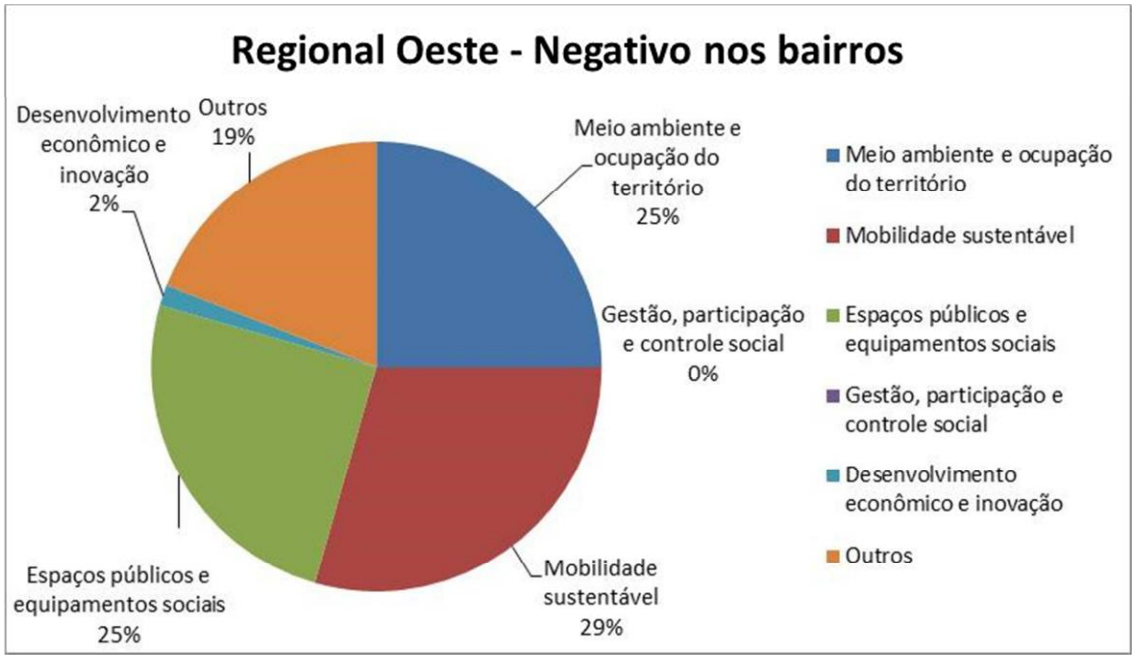


Figura 3.1.59. Aspectos negativos da Regional Oeste por tema.

Verifica-se que 29% das contribuições foram relacionadas à mobilidade, 25% foram classificadas como espaços públicos e equipamentos sociais, 25% foram relacionadas como meio ambiente e ocupação do território, 19% em outros assuntos, 2% em desenvolvimento econômico. Não houve contribuições relativas à gestão, participação e controle social.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Regional foram classificadas conforme figura 3.1.60:

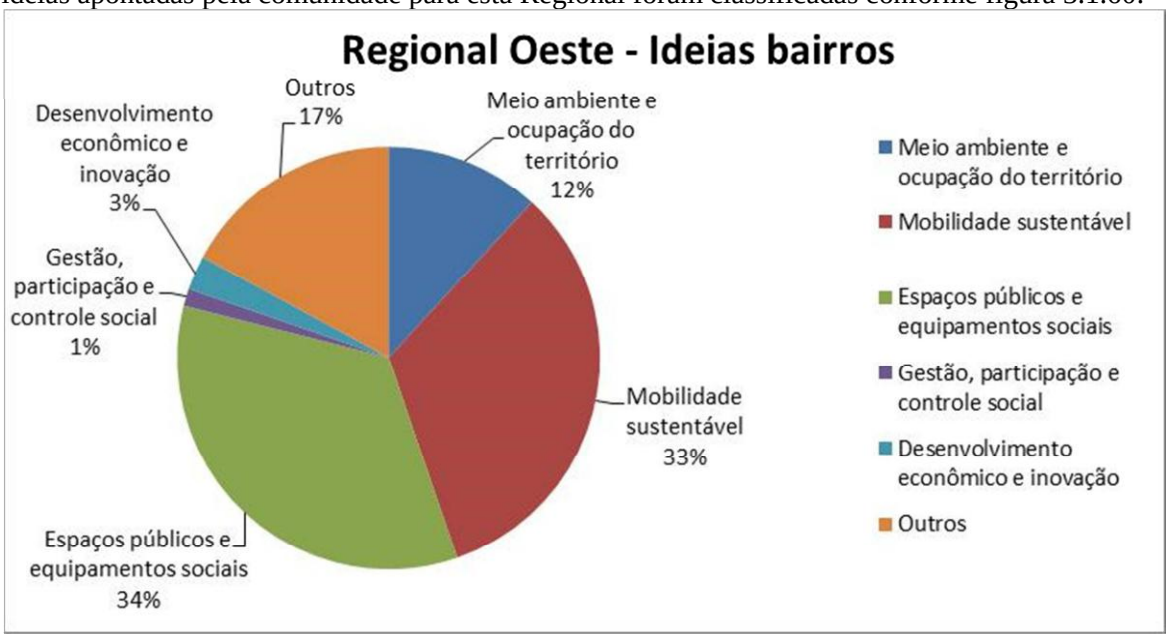


Figura 3.1.60. Ideias - Regional Oeste por tema.

Verifica-se que 34% das contribuições foram classificadas como espaços públicos e equipamentos sociais, 33% foram relacionadas à mobilidade, 17% foram enquadrados em outros assuntos, 12% foram relacionadas como meio ambiente e ocupação do território, 3% em desenvolvimento econômico e 1% foram relativas à gestão, participação e controle social.

O quadro 3.1.14 demonstra exemplos das contribuições a respeito das comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Estrutura de saúde	Espaços públicos	Criação de infraestrutura para práticas esportivas
Escola	Ausência de recuos frontais das edificações	Sugestão rodoviária próxima ao bairro – sair do centro
Deslocamento a pé no bairro	Finalização acesso bairro Nenê Graeff ao bairro Parque do Sol	Corredor de ônibus

Quadro 3.1.14: Exemplos contribuições da Regional Oeste – Macrozona Urbana.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.15:

MUNICÍPIO	REGIONAL
• Positivo: espaços públicos e infraestrutura; • Negativo: trânsito e transporte público; • Ideias: corredor de ônibus e ensino.	• Positivo: ensino e saúde; • Negativo: ensino infantil e espaços públicos; • Ideias: melhoria transporte público e ensino.

Quadro 3.1.15: Exemplos assuntos mencionados da Regional Oeste – Macrozona Urbana

3.1.3.3.1.3. REGIONAL SUL

De acordo com o IBGE a região Oeste abrangia cerca de 36.017 pessoas em 2010, correspondendo a 20,05% da população urbana residente em 2010, de acordo com o censo, que era de 179.548. Esta região abrange os seguintes setores:

- SETOR 06 - Região do Bairro "Vila Cruzeiro"/ Vila Alice;
- SETOR 07 - Região do Bairro Lucas Araújo/ Vila Schel/ Vila Reis/ Vila Simon/ Vila Carmen/ Lot. P. Don Rodofo;
- SETOR 12 - Região do Bairro São Cristovão/ Bairro Ricci/ J. André Rebechi/ Bairro Copacabana/ Lot. César Santos/ Lot. São Cristóvão II/ Lot. Via Sul/ Lot. Stº. Antônio;
- SETOR 13 - Região do Bairro Roselândia;
- SETOR 14 - Região do Bairro "Vila Mattos"/ Vila Mattos/ Parte do Lot. Via Sul;
- SETOR 20 - Região do Bairro "Vila Santa Maria"/ Vila Reinaldo Patussi/ Lot. Vila Nova;
- SETOR 21 - Região do Bairro Planaltina/ Vila Ivo Ferreira/ Bom Jesus/ Vila Planaltina/ Lot. Escola Rural/ Lot. Dom Felipe;

Na Regional Sul foram realizadas 02 Oficinas englobando os setores 06, 07, 12, 13, 14, 20 e 21conforme mapa da regional apresentado na figura 3.1.61.

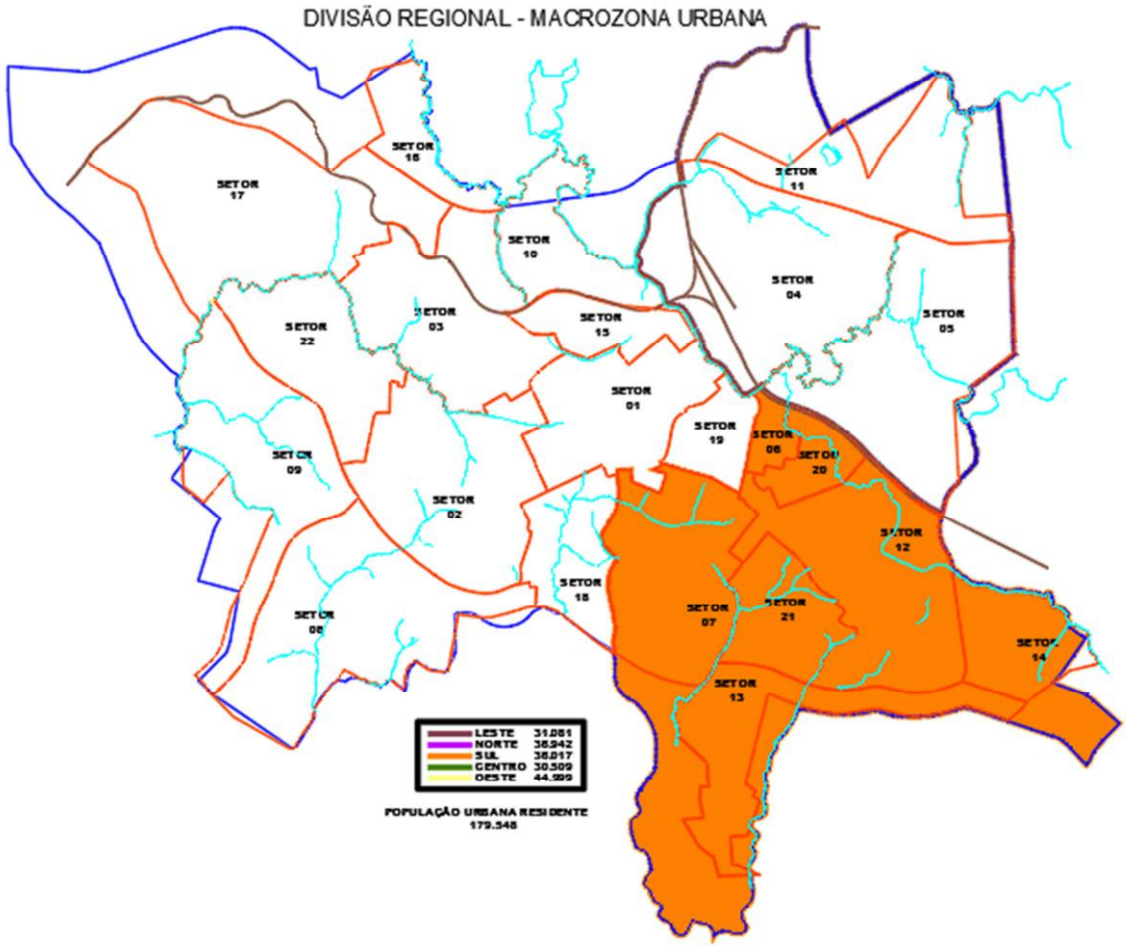


Figura 3.1.61: Localização da Regional Sul – Macrozona Urbana.

Conforme mencionado foram realizadas duas Oficinas nesta regional, uma abrangendo os setores 06, 12, 14 e 20 e outra com os setores 07, 13 e 21.

Ao todo foram coletadas 166 contribuições da comunidade que compõe a Regional Sul que após tabulação resultaram na figura 3.1.62:

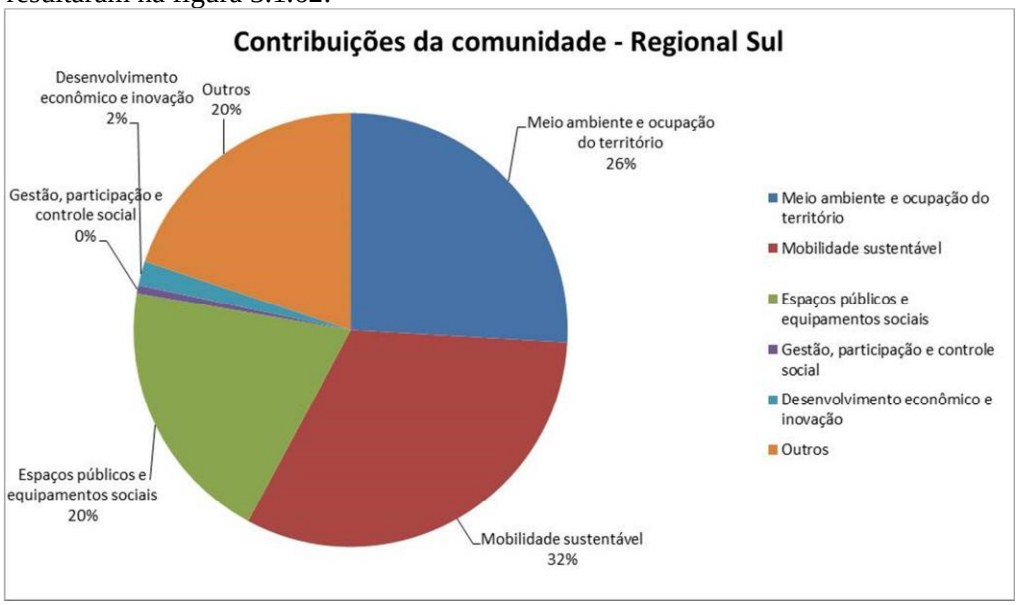


Figura 3.1.62: Contribuições da comunidade da Regional Sul por tema.

Os dados apontam que 32% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 26% foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 20% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 20% enquadradas em outros assuntos, 2% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve apontamentos relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.62.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.63:

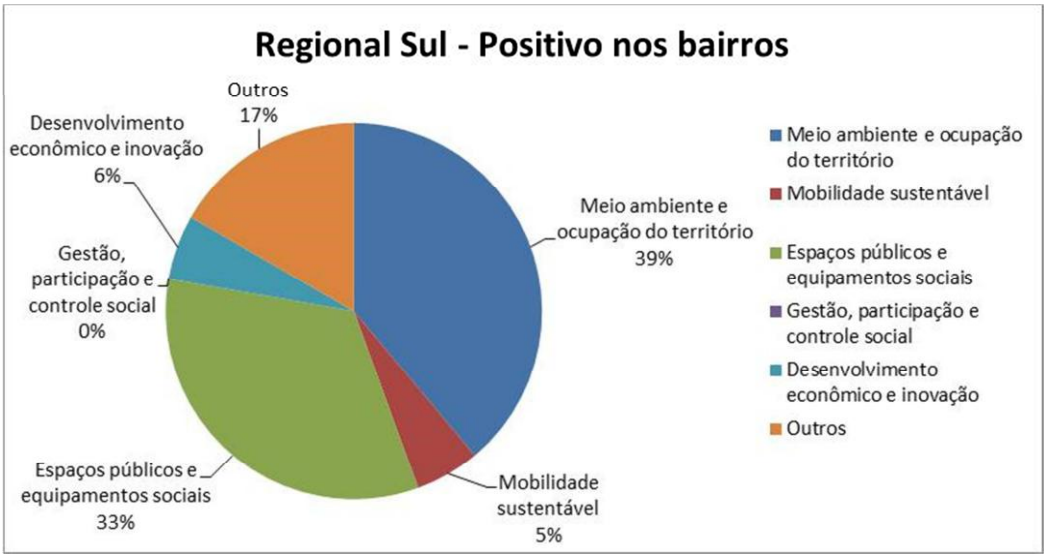


Figura 3.1.63: Aspectos positivos da Regional Sul por tema.

Verifica-se que 39% das contribuições foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 33% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 17% enquadradas em outros assuntos, 6 % foram classificados como desenvolvimento econômico, 5% relacionadas às questões de mobilidade e não houve apontamentos relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.63.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.64:

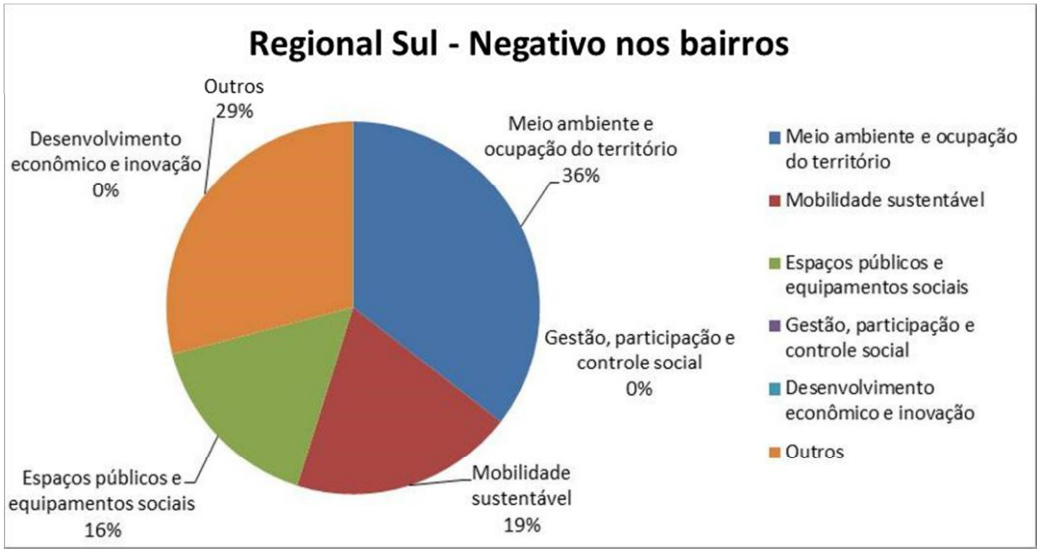


Figura 3.1.64: Aspectos negativos da Regional Sul por tema.

Verifica-se que 36% das contribuições foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 29% foram enquadradas em outros assuntos, 19% relacionadas às questões de mobilidade, 16% foram relacionados aos espaços públicos e equipamentos sociais, 6% foram classificados como desenvolvimento

econômico e não houve apontamentos relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.64.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Regional foram classificadas conforme figura 3.1.65:

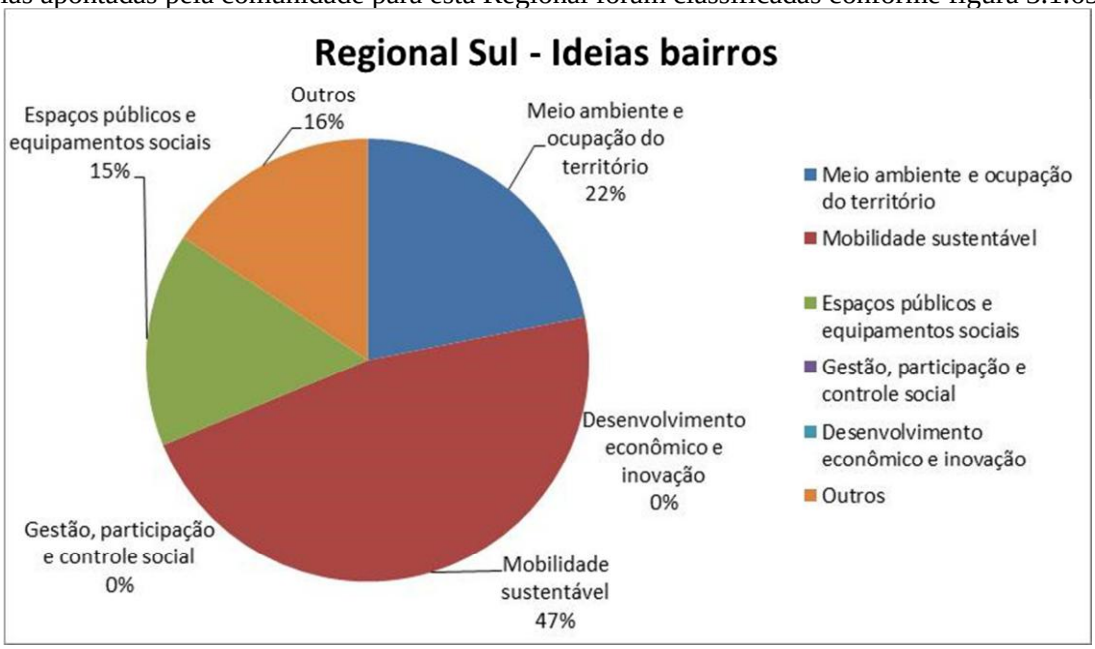


Figura 3.1.65: Ideias - Regional Sul por tema.

Verifica-se que 47% das contribuições foram relacionadas à mobilidade, 22% foram relacionadas como meio ambiente e ocupação do território, 16% em outros assuntos, 15% foram classificadas como espaços públicos e equipamentos sociais. Não houve contribuições relativas ao desenvolvimento econômico e à gestão, participação e controle social.

O quadro 3.1.16 demonstra exemplos das contribuições a respeito das comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Diversidade do comércio	Dificuldade do pedestre em atravessar a Avenida Presidente Vargas	Ciclovia Presidente Vargas
Áreas verdes	Ausência de parques e áreas verdes	Duplicar a perimetral leste (prever)
Postos de saúde, escolas e creches	Ocupação irregular áreas de APP	100% saneamento básico no bairro

Quadro 3.1.16: Exemplos contribuições da Regional Sul – Macrozona Urbana.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mais mencionados no quadro 3.1.17:

MUNICÍPIO	REGIONAL
• Positivo: espaços públicos e prestação de serviços; • Negativo: trânsito e segurança; • Ideias: melhorias no transporte público e no trânsito.	• Positivo: desenv. econômico e espaços públicos; • Negativo: espaços públicos e saneamento; • Ideias: melhorias no trânsito e criação de espaços públicos.

Quadro 3.1.17: Exemplos assuntos mencionados da Regional Sul – Macrozona Urbana

3.1.3.3.1.4. REGIONAL LESTE

Na Regional Leste foram realizadas 03 Oficinas englobando os setores 04, 05 e 11 conforme mapa da regional apresentado na figura 3.1.66.

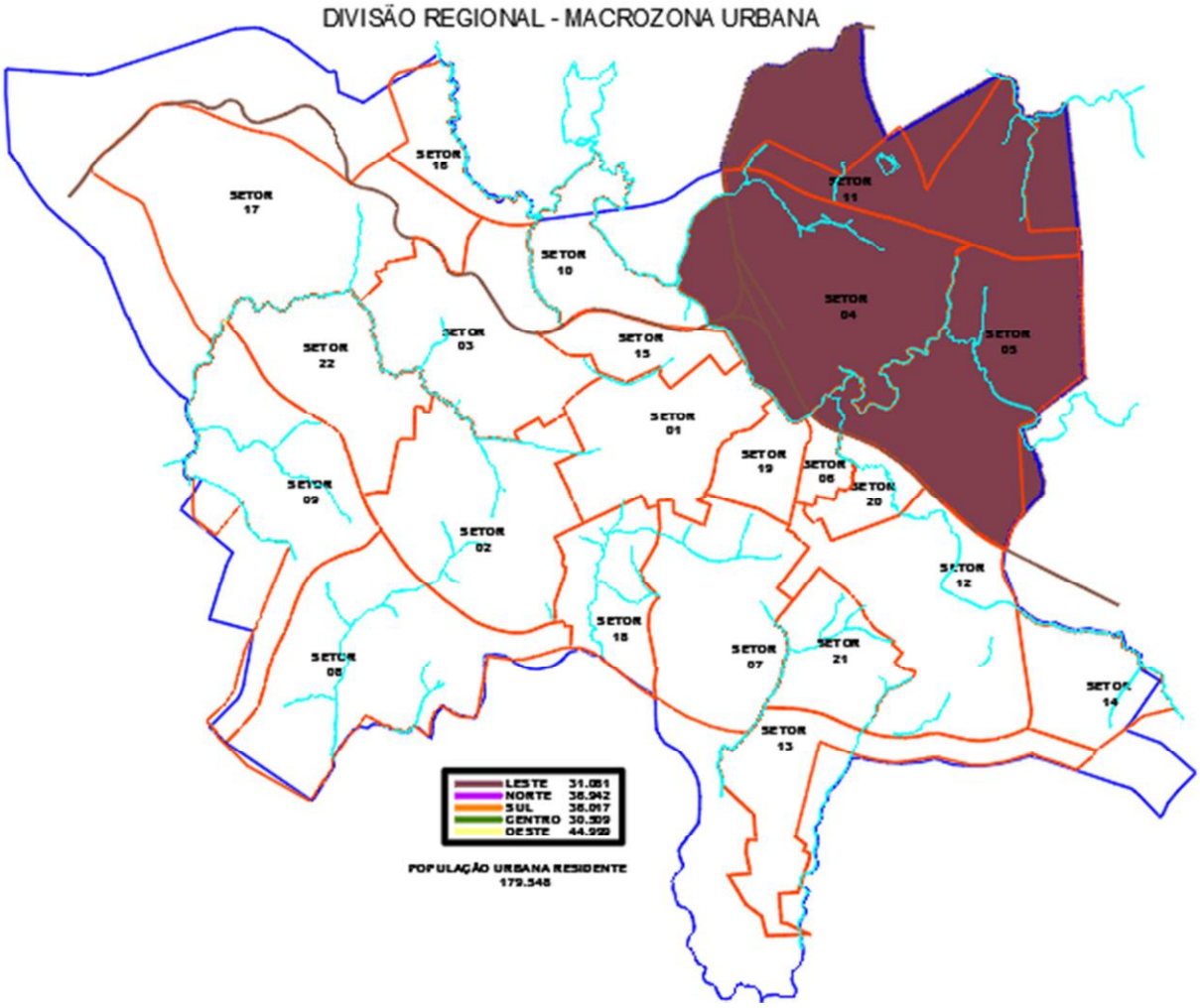


Figura 3.1.66: Localização da Regional Leste – Macrozona Urbana.

De acordo com o IBGE a região Leste abrangia cerca de 31.081 pessoas em 2010, correspondendo a 17,31% da população urbana residente em 2010, de acordo com o censo, que era de 179.548. Esta região abrange os seguintes setores:

- SETOR 04 - Região do Bairro Petrópolis/ Lot. Invernadinha (Distrito Industrial)/ Lot. Cidade Universitária;";
- SETOR 05 - Região do Bairro São Luiz Gonzaga/ Parque Farroupilha/ Lot. Manoel Corralo/ Lot. Nova Estação/ Vila Entre Rios/ Vila Ferroviária/ Vila Isabel/ Parque Bela Vista;
- SETOR 11 - Região do Bairro São José/ Lot. Leonardo Ilha I e II/ Lot. da Brigada Militar/ Campus da UPF;

Conforme mencionado foram realizadas três Oficinas nesta regional, cada uma abrangendo os setores 04, 05 e 11 respectivamente.

Ao todo foram coletadas 289 contribuições da comunidade que compõe a Regional Leste que após tabulação resultaram na figura 3.1.67:

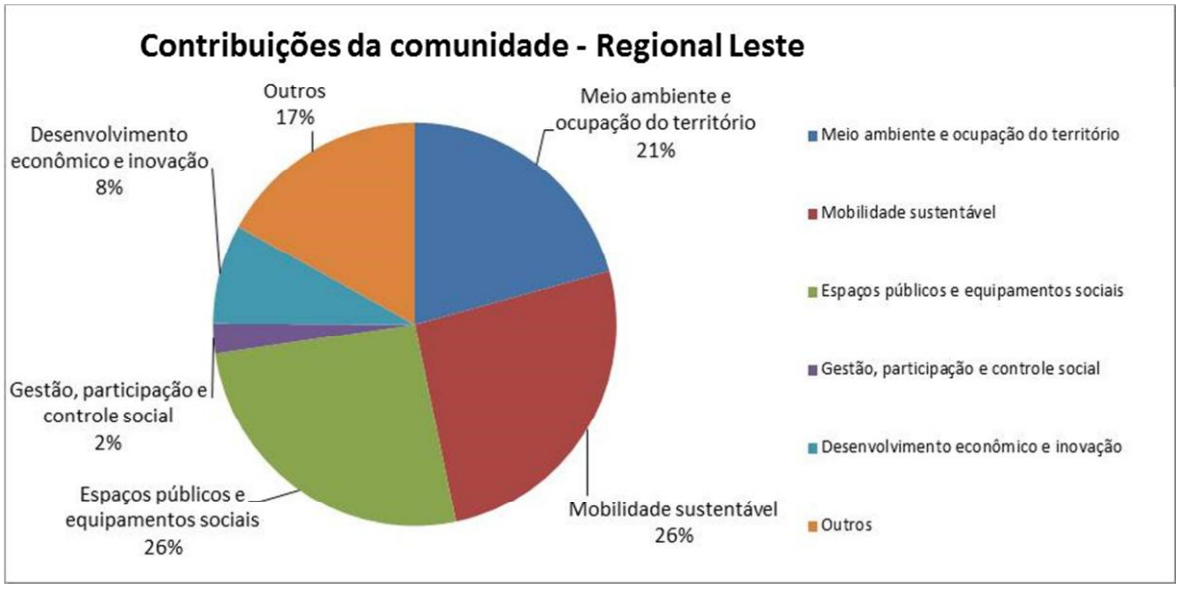


Figura 3.1.67: Contribuições da comunidade da Regional Leste por tema.

Os dados apontam que 26% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, outros 26% foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 21% com meio ambiente e ocupação do território, 17% foram enquadradas em outros assuntos, 8% foram classificados como desenvolvimento econômico e 2% dos apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.67.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.68:

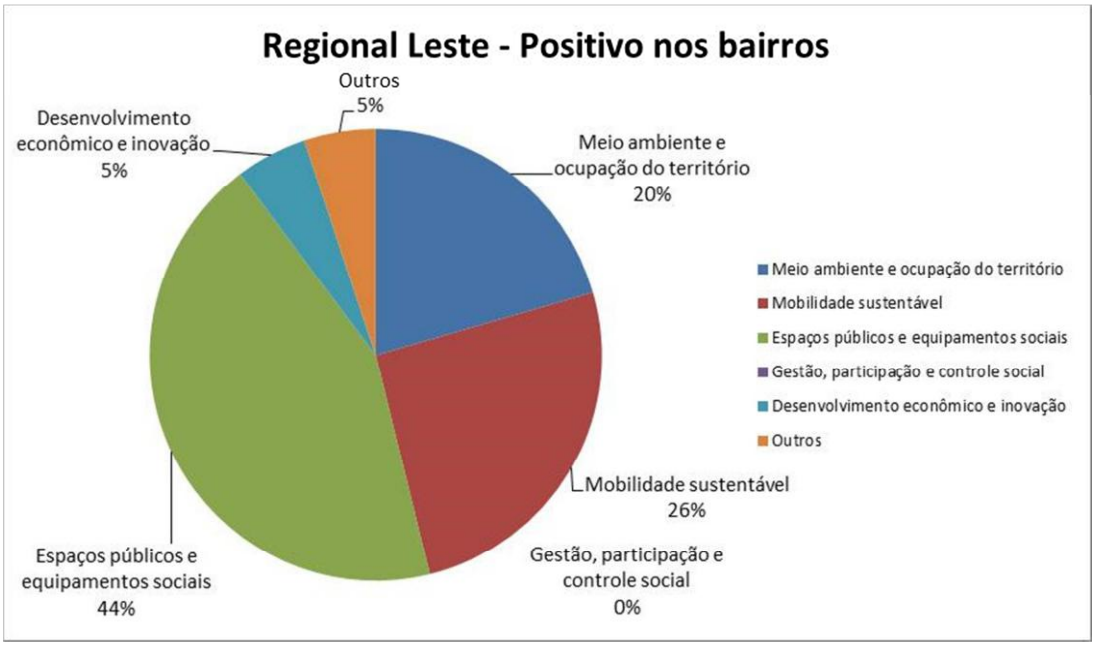


Figura 3.1.68: Aspectos positivos da Regional Leste por tema.

Observa-se que 44% das contribuições foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 26% foram relacionadas às questões de mobilidade sustentável, 20% com meio ambiente e ocupação do território, 5% foram enquadradas em outros assuntos, 5% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.68.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.69:

Figura 3.1.69: Aspectos negativos da Regional Leste por tema.

Constata-se que 30% das contribuições foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, , 28% foram relacionadas às questões de mobilidade sustentável, 28% foram enquadradas em outros assuntos, 10% foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 4% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.69.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Regional foram classificadas conforme figura 3.1.70:

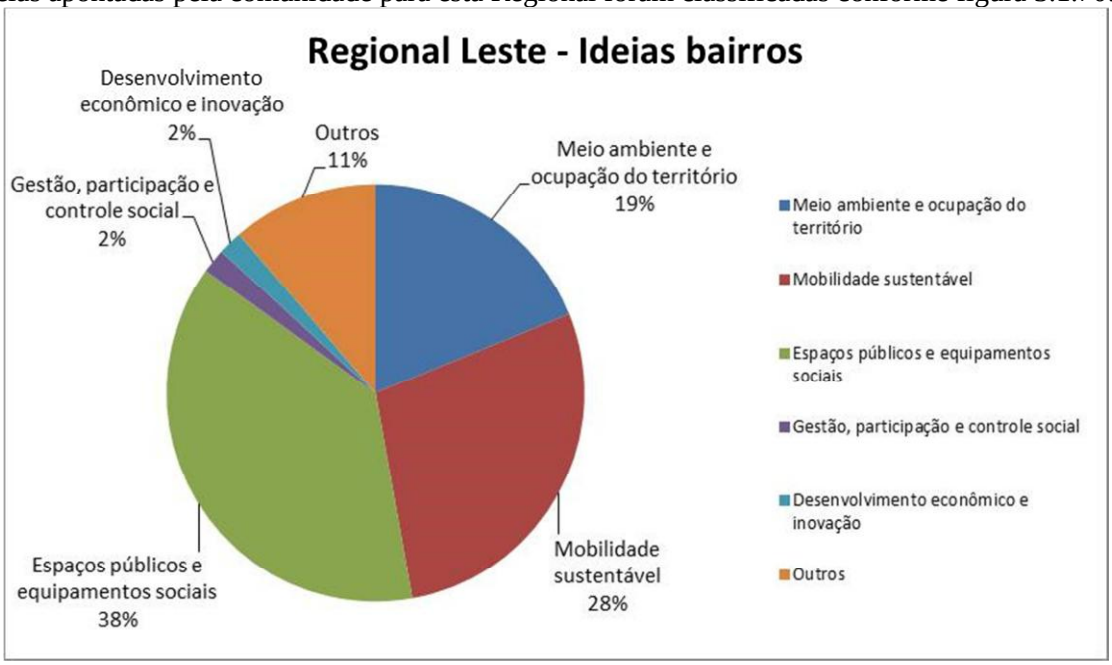


Figura 3.1.70: Ideias - Regional Leste por tema.

Observa-se que 38% das contribuições foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 28% foram relacionadas às questões de mobilidade, 19% com meio ambiente e ocupação do território, 11% foram enquadradas em outros assuntos, 2% foram classificados como desenvolvimento econômico e 2% foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.70.

O quadro 3.1.18 demonstra exemplos das contribuições a respeito das comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Parque linear	Engessamento da expansão e renovação do bairro em virtude da rigidez da legislação do Plano Diretor	Ciclovia/ciclofaixa na Princesa Isabel, Aspirante Jenner, Av. Giavarina, etc
Escolas	Falta de maior ligação viária entre bairro Annes e outros bairros	Requalificação dos canteiros da Avenida Padre Vieira e Nova Olinda
Presídio	Localização presídio/FEBEM	Praça para lazer

Quadro 3.1.18: Exemplos contribuições da Regional Leste – Macrozona Urbana.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.19:

MUNICÍPIO	REGIONAL
• Positivo: saúde e polo comercial; • Negativo: mobilidade e saúde; • Ideias: parques e habitação de interesse social.	• Positivo: educação e comércio; • Negativo: trânsito e saúde; • Ideias: melhorias de acessos e educação.

Quadro 3.1.19: Exemplos assuntos mencionados da Regional Leste – Macrozona Urbana

3.1.3.3.1.5. REGIONAL CENTRO

Na Regional Centro foram realizadas 02 Oficinas englobando os setores 01 e 19 conforme mapa da regional apresentado na figura 3.1.71.

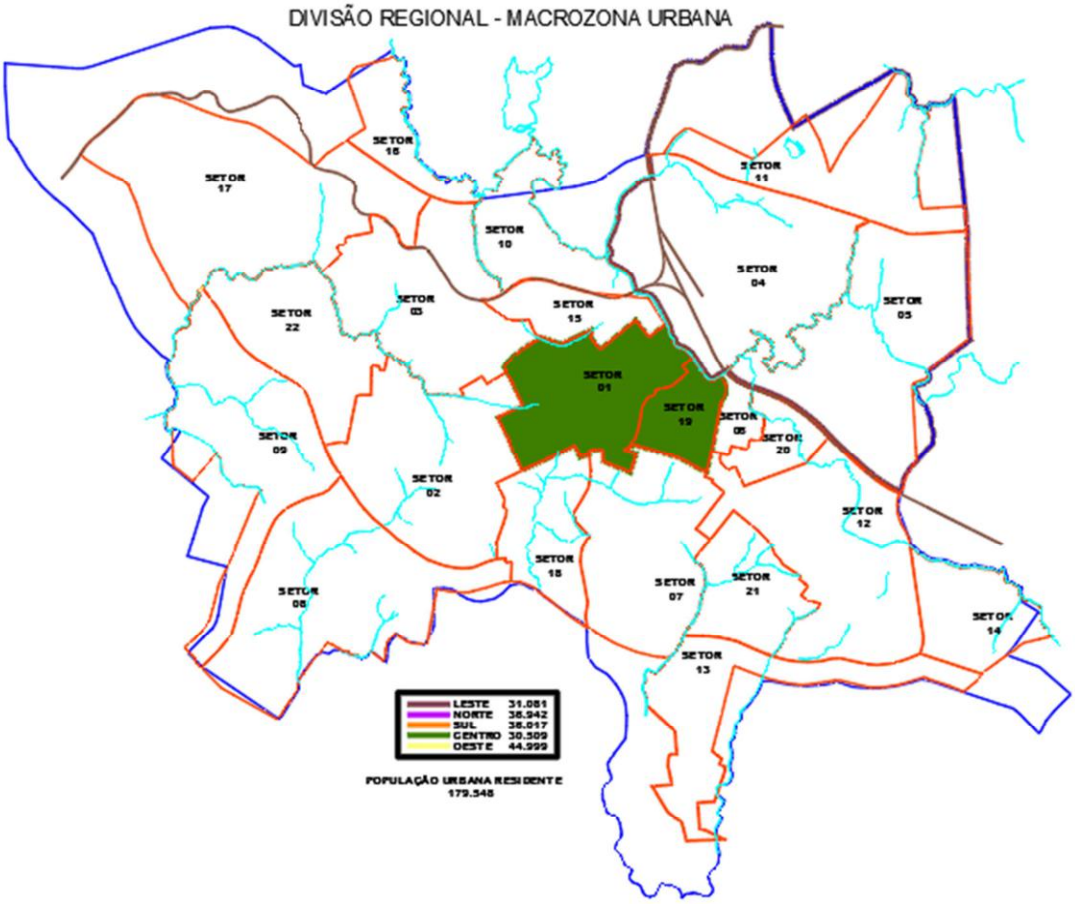


Figura 3.1.71: Localização da Regional Centro – Macrozona Urbana.

De acordo com o IBGE a região Centro abrangia cerca de 30.509 pessoas em 2010, correspondendo a 16,99% da população urbana residente em 2010, de acordo com o censo, que era de 179.548. Esta região abrange os seguintes setores:

- SETOR 01 - Região do Bairro “Centro e Vila Vergueiro
- SETOR 19 - Região do Bairro "Vila Rodrigues"/ Vila Popular;

Conforme mencionado foram realizadas duas Oficinas nesta regional, cada uma abrangendo os setores 01, e 19 respectivamente.

Ao todo foram coletadas 326 contribuições da comunidade que compõe a Regional Centro que após tabulação resultaram na figura 3.1.72:

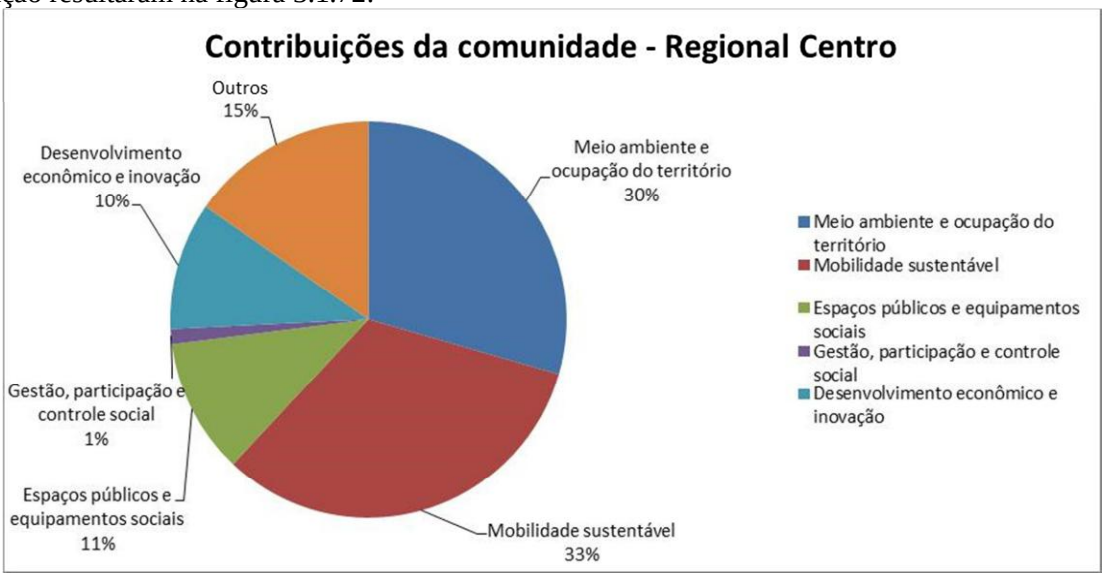


Figura 3.1.72: Contribuições da comunidade da Regional Centro por tema.

Os dados apontam que 33% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 30% com meio ambiente e ocupação do território, 15% foram enquadradas em outros assuntos, 11% foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 10% foram classificados como desenvolvimento econômico e 1% dos apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade, segundo a figura 3.1.72.

Os aspectos positivos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.73:

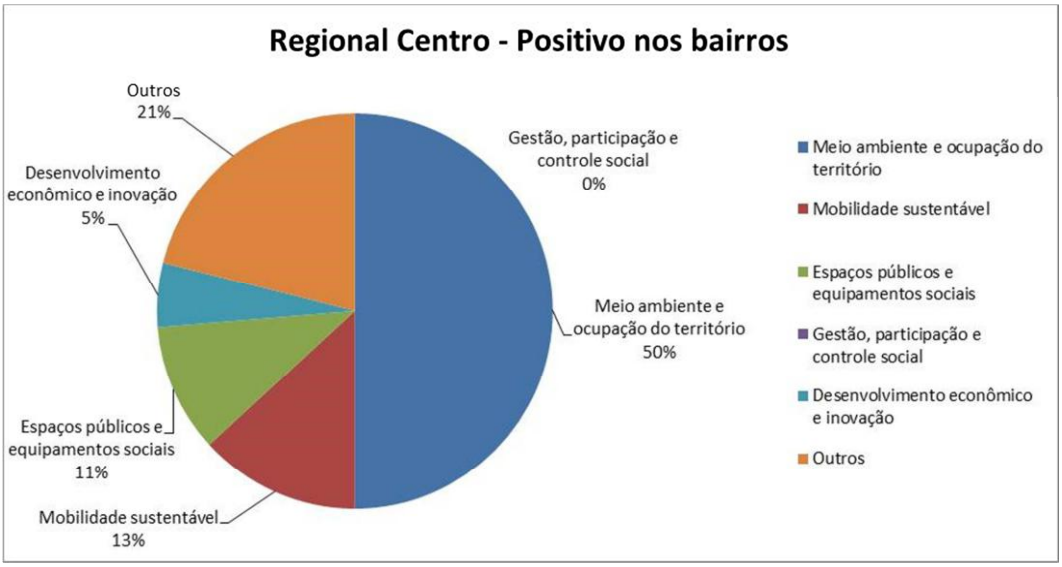


Figura 3.1.73: Aspectos positivos da Regional Centro por tema.

Observando a figura 3.1.73 verifica-se que 50% das contribuições foram classificadas como meio ambiente e ocupação do território, 21% foram enquadradas em outros assuntos, 13% foram relacionadas às questões de mobilidade, 11% foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 5% foram classificados como desenvolvimento econômico e não houve apontamentos foram relativos à gestão e participação da sociedade.

Os aspectos negativos apontados pela comunidade para esta Regional foram classificados conforme figura 3.1.74:

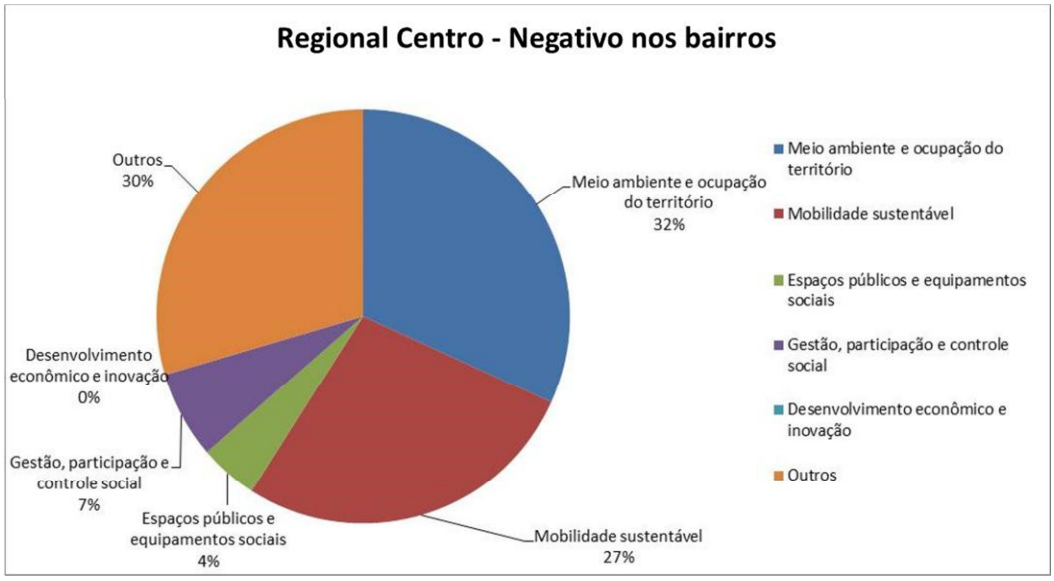


Figura 3.1.74: Aspectos negativos da Regional Centro por tema.

A figura 3.1.74 demonstra que 32% foram com meio ambiente e ocupação do território, 30% foram enquadradas em outros assuntos, 27% das contribuições foram relacionadas às questões de mobilidade, 7% foram relacionadas à gestão e participação da sociedade, 4% foram classificadas com espaços públicos e equipamentos sociais e não houve apontamentos relativos ao desenvolvimento econômico.

As ideias apontadas pela comunidade para esta Regional foram classificadas conforme figura 3.1.75:

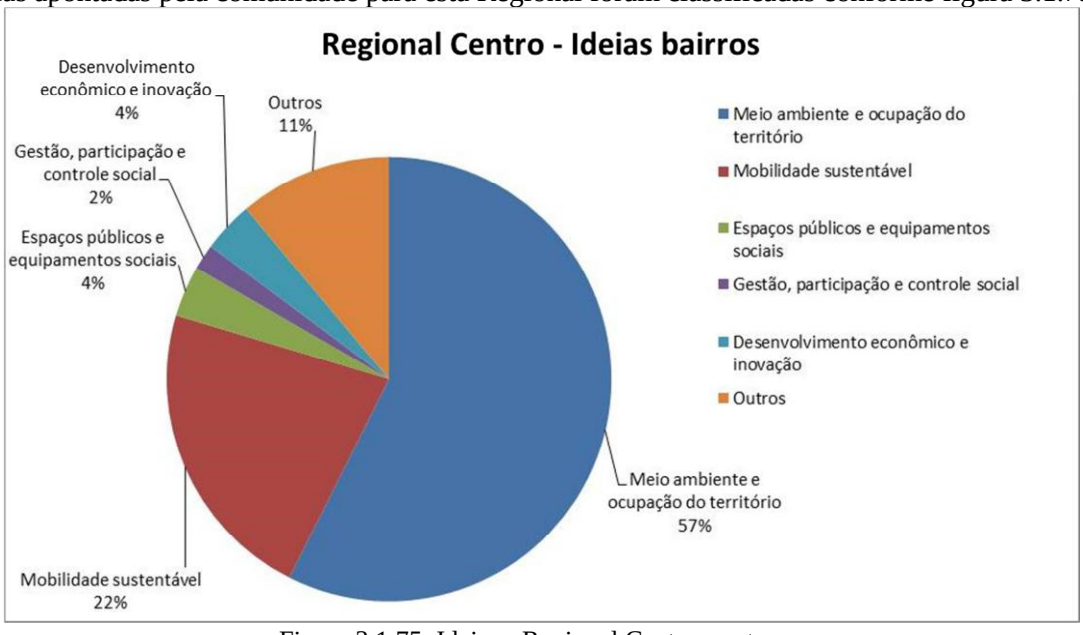


Figura 3.1.75: Ideias - Regional Centro por tema.

A figura 3.1.75 demonstra que 57% das contribuições foram relacionadas com meio ambiente e ocupação do território, 22% foram relacionadas às questões de mobilidade, 11% foram enquadradas em outros

assuntos, 4% foram relacionadas com espaços públicos e equipamentos sociais, 4% foram enquadradas em desenvolvimento econômico e 2% foram relativos à gestão e participação da sociedade.

O quadro 3.1.20 demonstra exemplos das contribuições a respeito das comunidades desta Oficina.

EXEMPLOS		
POSITIVO	NEGATIVO	IDEIAS
Diversidade de usos (centro)	Espaços para acessos de veículos descontrolados – rebaixo das calçadas	Manter o caráter residencial da vila vergueiro
Não verticalização da Vergueiro	Congelamento de usos (Vergueiro)	Possibilitar verticalização nas vias principais (Vergueiro)
Edificações com plano diretor de 2006 já com esses recuos	Mobilidade urbana precária	Mais comércio no bairro para que as pessoas possam se deslocar a pé (vergueiro)

Quadro 3.1.20: Exemplos contribuições da Regional Centro – Macrozona Urbana.

Considerando as contribuições recebidas nesta Oficina citam-se exemplos dos assuntos mencionados no quadro 3.1.21:

MUNICÍPIO	REGIONAL
• Positivo: espaços públicos e polo comercial; • Negativo: mobilidade e limpeza; • Ideias: parques e melhorias no trânsito.	• Positivo: espaços públicos e infraestrutura; • Negativo: trânsito e segurança; • Ideias: diversificação de usos e mobilidade.

Quadro 3.1.21: Exemplos assuntos mencionados da Regional Centro – Macrozona Urbana

QUADRO 3.1.1
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE
OFICINAS AVALIATIVAS

OFICINAS AVALIATIVAS - ÁREA RURAL

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
MACROZONA DE PRODUÇÃO AGROPASTORIL	**BELA VISTA - PULADOR**	**08/03/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- revitalização das praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- estrutura de serviços (postos de gasolina, mercados, farmácias, escolas, hospitais, posto de saúde)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- hospitais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- universidade / educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- comércio (feiras/lojas)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- produção no interior (crescimento)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- construção de Emeis	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- construção de unidade de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- faculdades / hospitais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- boa estrutura hospitalar, mas com carência na agilidade do atendimento (sus)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- comércio – mercado, lojas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- arborização precária	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- segurança precária	Outros	Gestão administrativa
- saúde pública precária (atendimento e falta de materiais básicos)	Outros	Gestão administrativa
- trânsito/ estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- violência / segurança	Outros	Gestão administrativa
- poluição sonora	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- ocupação / invasões	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e Ocupações
- trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- acessos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- educação infantil (demanda no interior)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- espaços de lazer e esportes no interior	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- segurança	Outros	Gestão administrativa
- estradas para escoamento da safra	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- trânsito no centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta de segurança em algumas áreas	Outros	Gestão administrativa
- agua potável	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- falta de legalização dos poços comunitários	Outros	Gestão administrativa
- sinalização das comunidades (interior)	Outros	Gestão administrativa
- descarte de lixo nas estradas (população urbana)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- falta de coleta de lixo (interior)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- localização geográfica (endereços e sinalização de propriedades)	Outros	Gestão administrativa
- polícia não atende e quando atende não vem	Outros	Gestão administrativa
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- descentralizar	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- ruas mais largas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- ampliação do perímetro urbano	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- modernização dos trevos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- geração de empregos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- limitar o tipo de produção nos distritos: bela vista /pulador – ovos, bom recreio /são roque – frango e corte, capinzal / independência.	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- criar estacionamentos em locais onde tem árvores (canteiros centro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- terceira via para ônibus (corredor de ônibus)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- acerto da divisa de Passo Fundo e Carazinho	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- colocar viadutos e elevadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
DISTRITO E COMUNIDADES		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- escola excelente – ótimo espaço físico	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- quadra de esportes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- acesso asfaltado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- pavimentação no acesso	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- internet	Outros	Gestão administrativa
- serviço postal	Outros	Gestão administrativa
- abastecimento hídrico de qualidade	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- escola e transporte de qualidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- acesso asfaltado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- praça	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- comunidade	Outros	Perfil
- atendimento da farmácia	Outros	Gestão administrativa

- estrutura escolar	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- primaves	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- porte de arma para o produtor	Outros	Gestão administrativa
- produção de soja / milho	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- transito (estradas)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- educação fundamental – Pulador	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- coleta de lixo em Pulador	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Bela Vista – responsável por 65% dos grãos produzidos no município	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- internet	Outros	Gestão administrativa
- DAATI	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- CTG	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
-recolhimento e lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- primaves	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
PONTOS NEGATIVOS	TEMA	SUBTEMA
- estradas manutenção (todas)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- posto policial / segurança	Outros	Gestão administrativa
- saúde = falta médico e dentista	Outros	Gestão administrativa
- pontes estreitas / fracas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- estradas estreitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta posto policial no distrito	Outros	Gestão administrativa
- ponte estreita – quem vai a Carazinho – colheitadeira não passa	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- instalação do canil do capa – barulho	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- falta de equipamentos comunitários (academia ao ar livre)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- posto de saúde – prédio e atendimento precário	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- concessionária da linha de ônibus só no domingo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- dificuldade de trabalhar na cidade por falta de transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta transporte coletivo até a cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- faltam aparelhos na academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- reforma do parquinho	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- estradas em Pulador	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- iluminação publica (projeto)	Outros	Gestão administrativa
- locais para esportes nas escolas - Pulador	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- falta comunicação (sinal de telefonia)	Outros	Gestão administrativa
- canil	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- transporte público entre o distrito e a cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- estrutura do posto de saúde precária, falta de material básico e falta de profissionais	Outros	Gestão administrativa
- segurança	Outros	Gestão administrativa
- estradas (falta de alargamento e manutenção – falta de pedras)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- ampliar – barulho, cheiro, contaminação da água	Outros	Gestão administrativa
- falta de segurança	Outros	Gestão administrativa
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- conclusão asfalto até RS 324	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- linha de ônibus (unesul)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- consultar antes a população sobre equipamentos da patrulhamento rural	Outros	Gestão administrativa
- pavimentação asfáltica do distrito até a estrada que vai para pontão	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- colocar rota de ônibus urbano	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- alargamento das pontes e estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- colocar uma linha de transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- câmera de vigilância	Outros	Gestão administrativa
- ajustar o plano diretor para permitir registro terrenos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- feira do agricultor no distrito	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- melhoria nas estradas para produção – transporte	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- linha de ônibus municipal – 2 vezes por dia – todos os dias ou pelo menos 3 x por semana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- reforma no posto de saúde com atendimento diário	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- câmeras videomonitoramento	Outros	Gestão administrativa
- programa de habitação rural	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e Ocupações
- abertura de poços e redes de água	Outros	Gestão administrativa
- incentivo ao turismo rural	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- reforma do playground	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- asfalto – continuidade do asfalto até a 324	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- câmeras de videomonitoramento	Outros	Gestão administrativa
- aulas noturnas na escola	Outros	Gestão administrativa
- cursos para a comunidade	Outros	Gestão administrativa

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE

MACROZONA DE PRODUÇÃO AGROFAMILIAR	SÃO ROQUE	10/04/2018
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Feira do Produtor	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Recuperação do lado da Gare	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Escolas Organizadas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais

- Esforço em conservar o patrimônio histórico	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Sistema de Coleta de Lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Prestação Serviço	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Atratividade de Investimentos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Ciclovias	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Espaços Públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Agricultura	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Agropecuária	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Produção	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Agroindústrias (Feira do Produtor)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Olaria	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Trânsito muito concentrado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Buracos nas ruas	Outros	Gestão administrativa
- Problemas com lixo (pessoas da cidade trazem lixo para as estradas no interior. Trazem também animais mortos)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Rio Passo Fundo poluído	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Trânsito muito concentrado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Problemas no estacionamento rotativo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de fiscalização no trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Acesso à Cidade (condição dos trevos precária)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Acessibilidades dos cadeirantes nos bairros	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Iluminação das Praças	Outros	Gestão administrativa
- Vandalismo nas Praças	Outros	Gestão administrativa
- Aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Sinalização	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Coleta de Lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Saneamento Básico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Transporte Públicos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fluxo do Trânsito péssimo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Limpeza do Rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Mais alternativas para o trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Scarpelini Guezzi conectar com a malha principal da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Soluções em infraestrutura para o trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Monitoramento de câmeras para a segurança	Outros	Gestão administrativa
DISTRITO E COMUNIDADES		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
São Braz:		
- Muita mata nativa	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Muitas nascentes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Agricultura agrofamiliar	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Lugar tranquilo	Outros	Perfil
Corredor ecológico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- 2 comunidades religiosas (São Braz e Vila Colussi) com festas anuais tradicionais	Outros	Perfil
- Local onde tem bastante pessoas andando de bicicleta, correndo.	Outros	Perfil
- Local bonito, com natureza e seguro	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
São Roque:		
- Atendimento médico	Outros	Gestão administrativa
- Farmácia móvel	Outros	Gestão administrativa
- Agroindústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Produção de Hortaliças	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Produção agrícola	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Agroindústria	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Estrutura comunitária	Outros	Perfil
- Distribuição água potável	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Coleta Lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
Sede Independência:		
- Transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
Santo Antônio do Capinzal:		
- Produção agrícola	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Agroindústria	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estrutura comunitária	Outros	Perfil
- Distribuição água potável	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Coleta Lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente

PONTOS NEGATIVOS	TEMA	SUBTEMA
São Braz:		
- Mobilidade da comunidade com a cidade (não tem transporte)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Dificuldade de acesso à internet e telefonia	Outros	Gestão administrativa
- Falta coleta de lixo pelo serviço público	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Falta de segurança	Outros	Gestão administrativa
- Falta transporte escolar para crianças de educação infatil (pré-escola)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Muita poeira nas estradas	Outros	Gestão administrativa
- Muito trânsito de caminhões nas estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Manutenção das estradas vicinais (Vila Colussi)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
São Roque:		
- Manutenção de estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Sinal telefônico e de internet (pressão do poder público para que melhore)	Outros	Gestão administrativa
- Ambulatório médico próprio (PSF)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta de escolas de educação infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta de médicos (principalmente ginecologistas e pediatras)	Outros	Gestão administrativa
- Venda de produtos da agroindústria somente através de cooperativa	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Pontes obsoletas para os equipamentos modernos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Podas das árvores nas margens das vias	Outros	Gestão administrativa
- Vias estreitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Sinalização	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Asfalto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
Santo Antônio do Capinzal:		
- Telefonia	Outros	Gestão administrativa
- Internet	Outros	Gestão administrativa
- Pontes obsoletas para os equipamentos modernos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Podas das árvores nas margens das vias	Outros	Gestão administrativa
- Vias estreitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
Sede Independência:		
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Sinalização	Outros	Gestão administrativa
- Alargamento das estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rede de telefonia e internet	Outros	Gestão administrativa
- EMEI	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
IDEIAS	TEMA	SUBTEMA
São Braz:		

- Tombamento da Capela São João	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Potencial de Ecoturismo	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Sinalização para ciclistas e pessoas que fazem exercícios físicos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sinalização Viária	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Disponibilidade de ônibus para mobilidade (linha regular)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Coleta Semanal de Lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Melhoria na Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Legislação sobre uso do solo (exclusivo para agricultura)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Atendimento médico na comunidade (médicos de família)	Outros	Gestão administrativa
- Proteção de nascentes para o uso de alto impacto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Acesso à internet e telefonia de qualidade (antenas)	Outros	Gestão administrativa
- Fomentar reservatórios para a irrigação	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
São Roque:		
- Construção de EMEI	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Construção de Ambulatório Médico	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Construção de abatedouro p/ peixe comunitário	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Câmeras de monitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Asfalto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Torre de Telefonia	Outros	Gestão administrativa
- Sub-Prefeitura	Outros	Gestão administrativa
- Ambulatório	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Coleta de lixo com maior frequência em todo o distrito	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Containers de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Assistência técnica (agricultura familiar)	Outros	Gestão administrativa
- Aumento de cotas EMATER	Outros	Gestão administrativa
- Iluminação Pública	Outros	Gestão administrativa
- Alargamento das principais vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Redutor de velocidade me frente as escolas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sinalização das vias e indicação das comunidades	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Denominar as vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Legalizar os açudes antigos	Outros	Gestão administrativa
Sede Independência:		
- Academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Câmeras de monitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Asfalto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Torre de Telefonia	Outros	Gestão administrativa
- Sub-Prefeitura	Outros	Gestão administrativa

- Ambulatório	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola Educação Infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Coleta de lixo com maior frequência em todo o distrito	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Containers de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio Ambiente
- Assistência técnica (agricultura familiar)	Outros	Gestão administrativa
- Aumento de cotas EMATER	Outros	Gestão administrativa
- Iluminação Pública	Outros	Gestão administrativa
Santo Antônio do Capinzal:		
- Alargamento das principais vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Redutor de velocidade me frente as escolas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sinalização das vias e indicação das comunidades	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Denominar as vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Legalizar os açudes antigos	Outros	Gestão administrativa

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
MACROZONA DE PRODUÇÃO MISTA	**BOM RECREIO**	**22/03/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Não sentiu a crise tanto quanto outros municípios	Outros	Gestão administrativa
- Boa cidade para morar	Outros	Perfil
- Ciclovia/ estacionamento rotativo	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Bike comunitária	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Gare revitalização	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Feira do produtor	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Farmácia móvel	Outros	Gestão administrativa
- Comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Hospital	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Universidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Banhado	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Universidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado

- Hospitais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Reforma das Emeis	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Gare	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Polo de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ensino público municipal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Agricultura	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Falta de segurança	Outros	Gestão administrativa
- Aeroporto não acompanha a demanda	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Hospital municipal deficiente	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Mobilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Acesso	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Saneamento urbano	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rodoviária	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Saneamento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta de creches para as mães trabalharem	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Quantidade de escolas municipais (falta no centro e distritos)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Desativamento dos postos policiais	Outros	Gestão administrativa
- Rigor na fiscalização dos estacionamentos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais asfalto na área rural	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Internet na área rural	Outros	Gestão administrativa
- Segurança pública	Outros	Gestão administrativa
- Incentivo à iniciativa privada (pequena empresa)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Fiscalização muito rigorosa para agroindústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Excesso de sinaleiras	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Poucas indústrias e muito comércio, causando desemprego	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Falta de vagas nas Emei’s	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Não tem turno integral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta de políticas públicas para os idosos	Outros	Gestão administrativa
- Infraestrutura precária	Outros	Gestão administrativa

IDEIAS	TEMA	SUBTEMA
- Reforçar serviços de socorro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Dar utilidade para edificações de patrimônio histórico (escolas)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Calçadão em volta da praça da cuia (Moron) com centro comercial	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança para aquecer o comércio e possibilitar uso à noite dos espaços	Outros	Gestão administrativa
- Demarcação das vagas de estacionamento próximo ao hospital da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Vias mais longas com retorno para fluir o trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Liberação dos cruzamentos (avenida Brasil/ Boqueirão)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Plano diretor voltado às macrorregiões	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Regularização	Outros	Gestão administrativa
- Agilidade em aprovação de projetos	Outros	Gestão administrativa
- Retornos nas avenidas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais alça de quadra	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Demarcação do estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sinalização das vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
DISTRITO E COMUNIDADES		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Agricultura	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- População pacífica	Outros	Gestão administrativa
- Posto médico eficiente	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sistema de água	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Correio	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Maior distrito com ocupação	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Paisagem	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Área de produção de alimentos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Água potável de qualidade com baixo custo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Atendimento dos postos médicos	Outros	Gestão administrativa
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola municipal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Poço artesiano	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Correio	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Coleta de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sede prefeitura/ correio/ associação dos moradores	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais

- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Linha de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Ausência de asfalto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de uma creche	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Deficiência de segurança	Outros	Gestão administrativa
- Ausência de capela mortuária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Iluminação precária	Outros	Gestão administrativa
- Crescimento desorganizado, ruas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- As estradas em relação ao estado de conservação, a estrutura (largura)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Crescimento desordenado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Iluminação pública	Outros	Gestão administrativa
- Vias estreitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Pontos de ônibus sem estrutura	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Escola fora do bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola dentro da faixa de domínio da rodovia	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sem área para prática de esporte	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Localização da escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Estradas estreitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Iluminação	Outros	Gestão administrativa
- Internet/ sinal de celular	Outros	Gestão administrativa
- Precariedade nas estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estradas estreitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Não tem escola de educação infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Acesso à internet de qualidade	Outros	Gestão administrativa
- Vagas de educação infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- A escola na faixa de domínio, o que vai acontecer se ampliar a rodovia	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ambulatório - falta dentista	Outros	Gestão administrativa
- Infraestrutura do Cais precária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta de equipamentos públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Não tem segurança	Outros	Gestão administrativa
- Falta de incentivo à produção	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Falta de placas de redução de velocidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Muitas casas de prostituição próximas à área residencial	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Asfaltamento (falta), causa poeira	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mau sinal das linhas telefônicas	Outros	Gestão administrativa
- Casa mortuária (falta)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais

- Área de lazer (falta)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
IDEIAS	TEMA	SUBTEMA
- Instalação de uma creche	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Instalação de posto policial	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Construção de capela mortuária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Asfalto nas ruas – principalmente nas linhas de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Alargamento das estradas / asfaltamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Troca local escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- EMEI	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Retorno transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Incentivo à regularização	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Diretrizes para serviços luz, água e esgoto definidas	Outros	Gestão administrativa
- Creche para as crianças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Nova escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Novo trevo (acesso)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Verificar o percurso do ônibus, não passar atrás do posto do basso	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Capela mortuária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sede da sub-prefeitura na sede do Distrito	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Asfalto para escoamento da produção	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Construção de creches no Bom Recreio	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Urbanizar área rural (próximo ao bairro Jardim América)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Asfaltamento até o Distrito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Calçamento em todas as ruas do interior (ou brita)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- EMEI – implantar	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Fracionamento lotes	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- GPS rural	Outros	Gestão administrativa
- Ampliação da internet	Outros	Gestão administrativa
- Sinal telefone	Outros	Gestão administrativa
- Academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Buscar parcerias para fornecer internet	Outros	Gestão administrativa
- Áreas de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
-EMEF	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Criação da microrregião urbana na sede do Distrito num raio de 500m da sub-prefeitura	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Permanência da zona de área mista	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Instalação de redutores de velocidade e placas de sinalização	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Internet no Distrito	Outros	Gestão administrativa

- Construção de creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Equipamento para cursos profissionalizantes	Outros	Gestão administrativa

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
MACROZONA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS		**27/03/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- aumento da quantidade de espaços públicos (praças)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- delimitação do perímetro urbano	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- entrega da av. Brasil para a comunidade com a criação de espaço para ciclismo e comunidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- mobilidade nas ruas secundárias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- cidade jovem que estimula o comércio	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- infraestrutura e potencial	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- ruas largas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- grande concentração de nascentes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- potencial tecnológico, dinâmica econômica – empreendedorismo – geração empregos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- agricultura/ comércio / serviços	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- maior geração de informação técnica e pesquisa em agricultura	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- primeiro município que aderiu ao sistema de conservação de solo e de água	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- escola sustentável	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- centro médico de referência	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- parque da gare	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- destaque para saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- bom comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- melhoria dos parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- vários serviços e comércio num mesmo ambiente	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- presença de indígenas em áreas centrais	Outros	Perfil
- a BR 285 que corta a bacia de captação	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- saneamento básico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- muita multa nas lombadas = muita fiscalização e pouca organização no trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta de efetivo de guardas de segurança para orientar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- trânsito ruim	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- cidade suja	Outros	Gestão administrativa
- falta de segurança	Outros	Gestão administrativa
- monopólio supermercados	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- trânsito trancado – difícil mobilidade urbana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- dificuldade de acesso a saúde – número de atendimento limitado	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- mobilidade na avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta de planeamento para os acessos a cidade – universidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta de iluminação na avenida Presidente Vargas	Outros	Gestão administrativa
- ausência de calçadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- poluição do rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- exclusão dos povos nativos	Outros	Perfil
- trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- acesso da upf	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- todos acessos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- mobilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- estacionamentos do centro usados pelos lojistas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- limpeza dos terrenos urbanos (falta)	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- sincronização dos semáforos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- odor insuportável da estação de tratamento de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- tratamento de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- aeroporto pequeno	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- rodoviária no lugar errado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- poluição sonora que algumas festas fazem na região da Efrica	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- esgotos despejados nas bacias hidrográficas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- áreas de preservação ambiental (APPs) invadidas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- leis restritivas ao desenvolvimento econômico	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- dinheiro público mal empregado	Outros	Gestão administrativa
- muito planejamento e pouca execução (falta de dinheiro)	Outros	Gestão administrativa
- falta de fiscalização (onde não podem cobrar multa)	Outros	Gestão administrativa
- depósito de lixo no interior	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- aterro sanitário	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Túnel ou elevada na BR 285/ RS 135	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Via alternativa para bairro Petrópolis	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Saneamento básico 100% no bairro	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Poder público não interferir na propriedade privada	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Melhorar iluminação pública	Outros	Gestão administrativa

- Criação de escola infantil de turno integral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Limitar a área urbana nas perimetrais	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Melhorar o tratamento de esgoto da cidade	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Melhorar o trânsito com obras	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Criar ligações alternativas para ligar os bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fazer um estudo para melhoria iluminação e pavimentação	Outros	Gestão administrativa
- Elevada para acesso à UPF	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Não criar zona de amortecimento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Ampliação aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Prefeitura subsidiar vinda de indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Área de proteção ambiental em toda área da brigada, sem zona de amortecimento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Preservação do patrimônio histórico – casas antigas	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Revitalização do parque Wolmar Salton	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Modernizar o aeroporto e melhorar acessos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Trevo da Avenida Brasil com 285 por túnel	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Trevo com viaduto para acesso BS-Bios antigo Distrito Industrial	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- RS 324 – trevo com viaduto na caravela	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Interligar bairro Petrópolis com novos acessos para o centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ruas mais largas em novos loteamentos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Retirar a ferrovia da área urbana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Túneis Cel. Chicuta com avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Maior verticalização fora do centro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Mais segurança nos meios rural e urbano	Outros	Gestão administrativa
- Proteger seres vivos de egoísmo, ganância e arrogância	Outros	Perfil
- Ser humana	Outros	Perfil
- Aeroporto de passageiros e de cargas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Desocupar áreas de app	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
COMUNIDADES		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Marco do plantio direto – monumento 150 anos – campo nativo	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Região de alta produtividade com sustentabilidade	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Diversidade da flora e da fauna a partir da conservação pelo plantio direto e integração lavoura/ pecuária	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Produção rural	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Zona de produção rural sustentável	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Divisor de águas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Inúmeras nascentes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Abastece mais de 80 mil pessoas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação

- Região produtora	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Bacia rio Passo Fundo em ótimo estado no meio rural	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Fazenda da Brigada Militar está em ótimo estado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Patrimônio histórico	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Povinho velho – redução Santa Tereza	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Fazenda da Brigada	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Referendar macrozona	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Reforçar a importância da macrozona	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Berço das águas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Grande produtora de grãos e hortifrutigranjeiros	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Já é cumprido o Código Florestal	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Presença do aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- estradas do interior	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- segurança no interior	Outros	Gestão administrativa
- falta de estrutura do aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- a barragem não tem controle de acesso de pessoas	Outros	Gestão administrativa
- insegurança jurídica sobre a propriedade	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- falta de turismo ecológico	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- manutenção ruim das estradas do interior	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- parque da Efrica	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- falta de fiscalização nos lançamentos de efluentes em geral	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- laboratórios, indústria, orgânicos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- estação de tratamento de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- não ter 100% tratado	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- esgoto nos mananciais do arroio Miranda	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- falta de manutenção das estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- insegurança no meio rural	Outros	Gestão administrativa
- lixo que é recolhido no perímetro urbano e jogado nas margens das propriedades rurais	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e Ocupações
- risco de urbanização	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- invasão de áreas particulares e públicas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- acesso – dificuldade de acesso do interior para a cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- estradas mal conservadas, limitam o escoamento da produção	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- fechamento da via pública com arrancadão durante a época de colheita – lado da efrica	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta de fiscalização no arroio – lixo	Outros	Gestão administrativa
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- remodelação e ocupação do parque Wolmar Salton	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação

- internet	Outros	Gestão administrativa
- recolhimento de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- proteger os produtores da zona (agricultura e pecuária)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- incentivo a produção agrícola	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- manter as áreas dos produtores rurais	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- melhorar a comunicação no interior	Outros	Gestão administrativa
- fomentar alternativas sustentáveis sem ferir o berço das águas nem prejudicar a produção	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- se for criado parque ecológico na fazenda da BM não haverá zona de amortecimento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- manter as escolas de ensino fundamental no interior	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- toda ação incluindo nascentes, fazenda da brigada ...não exista zona de amortecimento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- preservar a fazenda da BM sem interferir nas propriedades particulares = respeitar a lei	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- creches em tempo integral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- segurança no meio rural	Outros	Gestão administrativa
- trevo regularidade de limpeza	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- caso criada uma reserva legal na fazenda da brigada que não haja zona de amortecimento – que não interfira nas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- incentivar sistema de plantio direto integrado a pecuária e a floresta com rotação de cultura	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- não vender fazenda da brigada	Outros	Gestão administrativa
- manter a fazenda da brigada	Outros	Gestão administrativa
- fazer um desvio na 285 pela estrada da camponesa para proteger a água que bebemos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- maior diálogo com os produtores da região	Outros	Gestão administrativa
- se desapropriada a fazenda da brigada (preservação) não será criada zona de amortização	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- ampliar o aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- revitalizar o parque Wolmar Salton	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- zona de proteção dos mananciais deve ter seus limites revistos de forma funcional	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- fazer acompanhamento constante na manutenção das estradas do interior	Outros	Gestão administrativa
- realizar projetos para a comunidade na área da efrica sem interferir nas propriedades rurais próximas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- se quiserem desapropriar terra para fazer obra, pagar indenização, dando preferência para áreas não produtivas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- BR 285 entre perimetral leste e saída carazinho duplicada	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- realizar projetos para a comunidade na fazenda da brigada sem interferir nas propriedades rurais próximas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- ter fiscalização dos usuários da barragem	Outros	Gestão administrativa
- se tiver a criação do parque berço das águas, não ter zona de amortecimento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- não mudar as regras sobre produção agrícola	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- circuito de turismo sustentável	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação

OFICINAS AVALIATIVAS - ÁREA URBANA

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE			
REGIONAL NORTE	**SETORES 03, 10, 15**	**VERA CRUZ**	**28/02/2018**
MUNICÍPIO			
PONTOS POSITIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Qualidade dos espaços públicos		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Estruturação hospitais		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ciclovia Av. Brasil		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Espaços públicos		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Sinalização de trânsito		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte público		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Incentivo à participação da população		Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Espaços públicos		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Transporte público		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ciclovias		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Parques		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Academias ao ar livre		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Escolas estão melhores		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Cais estão melhores		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Organização física da cidade		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Setor de indústrias e empresas (Hípica)		Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Bem servida de hospitais, escolas e faculdades, comércio e parques remodelados		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
PONTOS NEGATIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Educação infantil (quantidade) – turno integral		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta de equipamentos de saúde (bairro Dom Rodolfo)		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Distribuição dos PSFs (Leão XIII e Hípica)		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Invasões em áreas verdes		Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Recolhimento de lixo		Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Trânsito – fluxo de ônibus		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Vagas de estacionamento		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fazer terminais de integração de ônibus		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorar paradas de ônibus para não atrapalhar fluxo de pedestres		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta corredor de ônibus		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Trânsito centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fiscalização motos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Área azul	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sincronização semáforos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança precária	Outros	Gestão administrativa
- Passeios públicos	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Ocupações irregulares em área verde	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Poluição industrial	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Saneamento básico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Faltam creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sugerir às empresas que abram creches para os filhos dos funcionários	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta de calçadas uniformizadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta de fiscalização para casas abandonadas e terrenos baldios	Gestão, participação e controle social	Instrumentos do Estatuto da Cidade
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Terminal de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Terminal estudantes fora da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Horário carga e descarga	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Remover estacionamento do Protásio ao IE	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Horta comunitária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Porto seco (solução trânsito) no centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Feira de saúde no centro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Políticas públicas para doação de áreas para pequenas empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Programa de doação de árvores frutíferas para a população	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Escolas infantis em tempo integral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ligação viária – duplicação anel viário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Possibilidade revisão via férrea	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estudo trânsito e mobilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aumento policiamento comunitário	Outros	Gestão administrativa
- Incorporar Planos de manejo municipais dos parques no Plano Diretor (Arlindo Hass e Pinheiro	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Conscientização para o trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aumento da arborização (renovação)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Dar incentivo nos impostos para quem fizer a calçada uniforme	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Fazer calçadas intercaladas com grama	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Delimitar/ marcar as vagas de estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Escola infantil Osório Cardoso Teixeira	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Comércio diversificado (Vera Cruz)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Cais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- PSF Hípica/ Leão XIII	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ponto de ônibus (transporte público)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Comércio variado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Vizinhança ordeira	Outros	Gestão administrativa
- Boa pavimentação	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Foi retirado o Cais do bairro Leão XIII	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Vias de acesso	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Maior fiscalização no trânsito no horário escolar	Outros	Gestão administrativa
- Inexistência de passarelas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte insuficiente nos fins de semana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de vagas nas escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Abrigos nas paradas de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta academia ao ar livre (espaços comunitários)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta creche 1º Centenário	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Posto de saúde funciona mal	Outros	Gestão administrativa
- Inexistência área esporte/ lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Vazios urbanos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Invasões em áreas verdes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Problemas cumprimento legislação calçadas	Outros	Gestão administrativa
- Terrenos sem limpeza	Outros	Gestão administrativa
- Falta associação de moradores	Outros	Gestão administrativa
- Falta de espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Invasões em áreas verdes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Dom Rodolfo: falta comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Turno integral nas escolas	Outros	Gestão administrativa
- Retirada das invasões	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Não existem espaços comunitários	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Diversificar o comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo

- Formar grupos de comerciantes ou dar incentivo fiscal para adaptarem seus estabelecimentos aos deficientes	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Aumentar a verticalização	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Mais áreas de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Programar outras atividades nas áreas de lazer (leitura e recreação diversas)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorar cruzamento mercado Pasqualoto (Rua Antônio Prado esquina São Sebastião)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Voltar estacionamento na rua Moacir da Motta Fortes	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ciclovia na Av. Rio Grande	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Revitalização espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Corpo de bombeiros	Outros	Gestão administrativa
- Escola infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Monitoramento eletrônico	Outros	Gestão administrativa
- Vias de acesso (av. Rio Grande/ BR-285)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Maior fiscalização de trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Reestruturação av. Rio Grande	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estacionamentos área central do bairro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Novo espaço físico	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Semáforo Compre Bem Av. Rio Grande	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Fazer valer NBR 9050 nas calçadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Autorizar uso/ concessão terreno de particulares para uso estacionamento	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
REGIONAL NORTE	**SETORES 16 E 17**	**ZACCHIA**	**03/03/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Hospital	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Faculdade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ruas asfaltadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Obras em andamento	Outros	Gestão administrativa
- Praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Áreas de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Pavimentação	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Empregos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Ciclovias	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado

- Parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Aumento Cais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Desenvolvimento geral	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Infraestrutura	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Áreas verdes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Comércio variado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- UBS nos bairros	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Eventos: Natal, Igaí, Rodeio	Outros	Gestão administrativa
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Limpeza das vias, praças	Outros	Gestão administrativa
- Saídas dos bairros para centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Manutenção dos equipamentos comunitários	Outros	Gestão administrativa
- Soluções para invasões	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Ruas manutenção	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Distância creches nos bairros	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Vagas nas escolas e creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Melhorias postos de saúde – demora no atendimento	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Mais linhas de ônibus principalmente finais de semana no geral	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Coleta de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Demora transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Muitas sinaleiras (mal distribuídas)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Poluição sonora	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Coleta de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta transporte público (fim de semana) e noite	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Prevenção contra drogas	Outros	Gestão administrativa
- Postos policiais nos bairros	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sistema de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Manutenção das ruas	Outros	Gestão administrativa
- Melhorias na coleta de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Mais creches na região	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mais escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Agilidade no transporte escolar	Outros	Gestão administrativa

- Sinalização das ruas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fechamento escola aberta	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mais passarelas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Mais lombadas eletrônicas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Mais emprego	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Expandir perímetro urbano	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Empresas poluidoras mais longe	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Mais praças nos bairros	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Vizinhança boa	Outros	Gestão administrativa
- Bairro calmo, tranquilo	Outros	Gestão administrativa
- União dos moradores	Outros	Gestão administrativa
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Empresas (distrito industrial)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Seguro	Outros	Gestão administrativa
- Transporte público durante a semana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
VALINHOS		
- Moradia (sua casa)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Banhado (preservar)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Localização	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Saneamento básico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Iluminação – falta de rede	Outros	Gestão administrativa
- Falta pressão rede de água	Outros	Gestão administrativa
- Falta calçamento e pavimentação	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta segurança	Outros	Gestão administrativa
- Mais horários de transporte coletivo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Vias de acesso para chegar ao centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Creche	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Legalização: água, luz, esgoto	Outros	Gestão administrativa

- Asfalto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Praça	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Deslocamento para outro bairro para estudar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Muitos animais de rua	Outros	Gestão administrativa
- Estradas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de água e luz	Outros	Gestão administrativa
- Melhorar coleta de lixo – lixeiras individuais	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Regularização da área	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Mais saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mais moradia	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de coleta de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Fechamento escola aberta	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Faltam vagas nas escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Demora cumprimento lei das ZEIS	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Transporte Valinhos (principalmente finais de semana e feriados)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Unidade de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Creche	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mais linhas de ônibus, com mais frequência	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorias na distribuição de água e luz	Outros	Gestão administrativa
- Praça	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Calçamento das ruas	Mobilidade sustentável	Transporte não omotorizado
- Criação de parque industrial	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Pista de caminhada	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Posto policial	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Melhoria acesso trevo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhoria escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Regularização fundiária	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações

- Cumprimento lei da ZEIS	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Urbanização geral	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Saneamento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Regularização	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Ouvir a comunidade e visitar	Outros	Gestão administrativa
- Plano diretor atender mais os bairros do que o centro	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Cais mais estruturados	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Moradia	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Regularizar área	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Escolinha infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ter mais linhas de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte escolar entrar dentro do bairro (ocupação)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais segurança	Outros	Gestão administrativa

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE

REGIONAL OESTE	SETORES 22, 02, 18	BOQUEIRÃO	06/03/2018

MUNICÍPIO

PONTOS POSITIVOS	TEMA	SUBTEMA
- Limpeza na cidade	Outros	Gestão administrativa
- Ajardinamento/paisagismo	Outros	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Espaços públicos (Gare/Boqueirão Legal)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Distribuição agências bancárias	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Preservação ambiental	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Reciclagem	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Escola modelo na Vila Luiza	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Muitos PSF	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Conexões internacionais	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Centro bonito apenas	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e patrimônio
- Asfalto, esgoto	Outros	Infraestutura
- A organização das praças e sua revitalização na área central	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Incentivo para instalação de empreendimentos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Ser polo médico de referência	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Falta de câmeras de videomonitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Acesso à UPF	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de pontos turísticos e atrativos (parque de rodeios)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Falta de segurança	Outros	Gestão administrativa
- Tratamento e destinação do lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Descaso com o Rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta de estrutura do aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sucateamento do Hospital Municipal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Invasões dos terrenos públicos e privados	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Falta de habitação popular	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Deficiência na organização do trânsito, concentração ao centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Insegurança, violência	Outros	Gestão administrativa
- Falta de áreas verdes em outras localidades	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta de limpeza	Outros	Gestão administrativa
- Falta de iluminação	Outros	Gestão administrativa
- Fluxo/trânsito (escolas principalmente)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Saída da Av. Sta. Marta (Rua João Catapan)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Cidade fragmentada	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Periferia defasada	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Falta de serviços de infraestrutura	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Turno integral nas escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Extensão da ciclovia até a caravela	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Praça na caravela	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Mais placas indicativas e informativas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Instalação de câmeras (videomonitoramento) próximo aos bancos	Outros	Gestão administrativa
- IPTU progressivo p/ edificações abandonadas e terrenos baldios	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
Abertura na Rua Eduardo de Brito no espaço do quartel	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Criação de orçamento participativo	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Criação de conselho da cidade	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Manutenção permanente das praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer

- Abertura de comércio à noite para circulação da população	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Sensibilizar as pessoas a respeito do Rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Programas para os jovens - escola de artes e ofícios - turno inverso (de coisas legais)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mais calçamento e não asfalto (impermeabilização do solo)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Parque na Cohab Secchi	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Na aprovação de loteamentos, destinar uma parte para a população de baixa renda (ex.: medida	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Bairro bem estruturado, tem tudo	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Boqueirão Legal	Outros	Gestão administrativa
- Comunidade unida igreja	Outros	Gestão administrativa
- Deslocamento a pé no bairro	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Transporte público atende muito bem	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- União dos empresários (comunidade mantém posto policial)	Outros	Gestão administrativa
- Uso do espaço público p/ eventos (Boqueirão Legal)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Questão do uso dos estabelecimentos - não há problema no geral	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Creche	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Boa infraestrutura de ruas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Escola modelo André Zaffari	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Cais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Transpote público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Clínica de idosos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Case	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Igreja	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Faltam espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta de escolas (poucas vagas) - ampliação das existentes - uso do terreno e solo	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ocupações (necessidade de regularização fundiária) Vila Jardim Daer	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Beira de sanga - Vila União	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Área verde Garden - habitação de interesse social	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Casos isolados de usos irregulares - cuidado especial no bairro	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Insegurança	Outros	Gestão administrativa

- Crescimento desordenado no bairro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Vagas insuficientes na creche e nas escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ausência de saneamento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Iluminação pública precária	Outros	Gestão administrativa
- Finalização acesso bairro Nenê Graeff ao bairro Parque do Sol	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta abrigo de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Desatenção aos rios urbanos (córregos)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta de vagas nas escolas infantis	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta espaços de lazer (áreas verdes)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta de comércio e vinda de grandes empresas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Grandes empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Falta de iluminação	Outros	Gestão administrativa
- Congestionamento no retorno (Av. Brasil com Rua Castanho da Rocha)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Parcelamento compulsório com IPTU progressivo (ex.: Vila União, campo do Independente, atrás do	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Mão única na Rua Castanho da Rocha	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Câmera de monitoramento na caravela e nos bairros (agências)	Outros	Gestão administrativa
- Retirada escadaria da rua 07 de Agosto com a Independência para abertura de rua	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhoria da rua Marcelino Ramos entre a Independência e a Rua Gal. Osório	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorias na iluminação pública	Outros	Gestão administrativa
- Melhorias na Rua João Vergueiro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorias no sistema viário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Monitoramento de câmeras em frente às escolas	Outros	Gestão administrativa
- Melhorar a mobilidade urbana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Farmácia itinerante	Outros	Gestão administrativa
- Cohab Secchi (atrás escola educação infantil) sugestão área p/ parque (Santa Marta - Jaboticabal)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Quadra esportiva (fundos do IE) cumprir sua função social - prever uso - foi doada	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Prever ampliação ou construção de escolas (uso do solo)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ampliação de oferta de vagas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ampliação de ciclovia ligadas aos bairros	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Ampliar rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Destinar áreas de atividades econômicas compatíveis c/ áreas resid.	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Banheiro público junto ao posto policial	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Vinda de grandes comércios e empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Rodoviária	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Extensão da ciclovia até a caravela	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Mais iluminação no bairro	Outros	Gestão administrativa
- Saneamento - Vila União	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente

- Construção de espaços de lazer p/ a comunidade nos bairros sem necessidades de grandes estacionamentos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Consulta pública - mobilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Novo acesso Bairro Santa Marta	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE

REGIONAL OESTE	SETOR 09	INTEGRAÇÃO	13/03/2018

MUNICÍPIO

PONTOS POSITIVOS	TEMA	SUBTEMA
- Crescimento da cidade se expandindo para os bairros	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Infraestrutura nos bairros	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Revitalização da Avenida Brasil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Faculdades	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Hospitais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ensino	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ciclovia	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Parque da Gare	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Feira do Produtor	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Canteiros da Rui Barbosa	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Parque da Vergueiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Reforma do Hospital Municipal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Reforma do aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ruas asfaltadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mudança da matriz econômica	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Polo regional de serviços	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Trânsito congestionado, planejamento deficitário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de segurança pública	Outros	Gestão administrativa
- Demora no atendimento à população	Outros	Gestão administrativa
- Trevos de acesso precários	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Atendimento de saúde ainda precário (pouca informação aos cidadãos)	Outros	Gestão administrativa
- Vagas insuficientes e descentralizadas ao nº de habitantes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Transporte coletivo urbano	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Saúde e medicamentos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Estruturas das escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mobilidade Bairro Santa Marta/Município	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Asfalto (Jerônimo Coelho)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Asfalto ruim (Avenida Brasil)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Paradas de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Placas de sinalização (nomenclatura)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rede de esgoto (exceto no centro)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Criação de UPPs na cidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Viadutos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais escolas de educação infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ampliar o nº de profissionais de saúde	Outros	Gestão administrativa
- Áreas de lazer e praças nos bairros	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Manutenção permanente dos espaços públicos	Outros	Gestão administrativa
- Núcleo de discussão	Outros	Gestão administrativa
- Postos policiais em todas as vilas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Hidrantes nas vilas	Outros	Infraestrutura
- Melhoramento do asfalto da Avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Novas paradas de ônibus Avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Passarelas para pedestres	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Investimento em perimetrais	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sugestão rodoviária próxima ao bairro – sair do centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Coleta de lixo (caminhão)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- CRAS alugados	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- UBS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola Dyogenes Martins Pinto	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola Meibe Ribeiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Pavimentação Professor Schisler/Integração	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Continuar EJA à noite	Outros	Gestão administrativa
- Pavimentação	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Escolas Fundamental e Médio	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Estrutura de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Falta ciclovia (Integração)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta academia ao ar livre (Integração)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Acessos pelos trevos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Localização das indústrias (muito próximas do bairro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Acessibilidade Integração (acessos insuficientes)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta container lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Ausência de recuos frontais das edificações	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Asfalto Avenida Dona Sirlei e passeio Cruzeiro do Sul	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Pontes do bairro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte escolar (falta)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta sinalização	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta passeio	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta pintura de sinalização	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Iluminação pública	Outros	Gestão administrativa
- Falta rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Trevos de acesso precários	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Segurança pública	Outros	Gestão administrativa
- Transportes coletivos no mesmo horário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Ampliação da Rua Alôncio de Camargo paralela à rodovia como alternativa de acesso a partir da Morada do Sol até a Caravela, passando por Xangri-lá, para trânsito de carros e ser pista principal de saída do bairro,	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Caixas d'água nos bairros	Outros	Gestão administrativa
- Espaços de lazer de qualidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Criação de infraestrutura para práticas esportivas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Mais escolas, só tem uma de educação infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Área para construção da escola Meibe Ribeiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Implantar nos bairros atividades econômicas e serviços	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Organização do cemitério São Miguel, com plano de organização e regras de alvarás para concessão	Outros	Gestão administrativa
- Projeto novo trevo da caravela com viaduto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Terreno para construção escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escolas de educação infantil (construção)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Hidrantes – Integração	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Revitalizar Avenida Brasil até a serraria Ivo Reis	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Canalização das águas pluviais	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente

- Revitalização Avenida Dona Sirlei	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Execução do projeto do trevo da Xangri-lá já aprovado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Tornar parte da área do IE em reserva ambiental, como no Menino Deus	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Revitalização das ruas Alvorada, Otto Bade e Cruzeiro do Sul, com iluminação de led, calçadas padronizadas com inclusão no PDDI de área comercial e ocupação do solo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Iluminação de LED nas principais avenidas	Outros	Gestão administrativa
- Acessos para o bairro Integração – Xangri-lá, Parque do Sol, Schisler e Jerônimo Coelho (via Posto Basso) – projeto e execução	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Túnel de acesso da Dona Júlia com Integração via Xangri-lá – na rua Luiz Lângaro para carros e ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Construção de parque linear do bairro Integração, na Avenida Brasil, junto à Xangri-lá	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Área para escola de ensino médio Meibe Ribeiro e mais duas escolas de ensino infantil no bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Possibilidade de ampliar no Plano Diretor a instalação de empresas no interior do bairro, zona comercial: restaurantes, lancherias, empresas de confecção, indústrias	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Execução de projeto de trevo já aprovado no DAER	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
REGIONAL OESTE	**SETOR 08**	**DONÁRIA**	**12/04/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Gare/ Banhado da Vergueiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Acesso aos bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Linhas de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Lazer (opções – centro)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Artes/ Teatro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
-Academia ao ar livre (centro)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Segurança (centro)	Outros	Gestão administrativa
- Limpeza terrenos/ passeio público (centro)	Outros	Gestão administrativa
- Parque Sétimo Céu	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Revitalização das praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Poucas empresas para geração de empregos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Falta de diversidades de empresas de transporte público	Outros	Gestão administrativa
- Segurança	Outros	Gestão administrativa

- Poucos pontos de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Saúde (Insuficiência)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Segurança (Bairros)	Outros	Gestão administrativa
- Frequência do transporte público (horários)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Calçadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Limpeza de calçadas e terrenos nos bairros (pouca gente)	Outros	Gestão administrativa
- Falta de iluminação	Outros	Gestão administrativa
- Problema de acessibilidade na cidade, calçadas malfeitas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de postos policiais	Outros	Gestão administrativa
- Trânsito (veículos e ônibus)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Fiscalização para limpeza dos terrenos	Outros	Gestão administrativa
- Maior flexibilidade para empresas (menos burocracia)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aumentar empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Modernização rodoviária e aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Hospital beneficiente Dr. César Santos – melhorias	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Terrenos sem passeio público gerar multas aos proprietários	Outros	Gestão administrativa
- Fazer mais faixas elevadas para ajudar na travessia da população	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte público com ar-condicionado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Micro-ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Passagem integrada	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Escola de futebol	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Associação de karatê	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- PSF com bom atendimento	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola de ensino fundamental	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
-Projeto do BID que deu calçada para residências	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Pavimentação (algumas ruas)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Esgotamento sanitário (alguns lugares)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Faltam creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Funcionamento precário (estrutura) da creche	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Falta limpeza nos terrenos baldios (mato/lixo)	Outros	Gestão administrativa
- Deslocamento bairro/centro (Sta. Marta)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Educação Infantil ruim	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sinalização de trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Iluminação pública	Outros	Gestão administrativa
- Passeios não acessíveis	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta de acessibilidade (calçadas obstruídas)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta de maternal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Segurança pública	Outros	Gestão administrativa
- Transporte escolar falho	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- PSF sem médicos (às vezes)	Outros	Gestão administrativa
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Falta de médicos nos postos	Outros	Gestão administrativa
- Ausência de área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta de escola infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- EMEI precária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Qualidade da água (CORSAN)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Esgoto sem tratamento nos boeiros	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Desnível inadequado das bocas de lobo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
-Asfaltar a rua Irmã Maria Gregória e Padre Luiz Serraglio	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Terrenos baldios – invasões	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Infraestrutura comercial do bairro precária	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Falta de médicos	Outros	Gestão administrativa
- Falta de dentistas	Outros	Gestão administrativa
- Falta espaço públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta academia ao ar-livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Ciclovia até o Seminário	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Área verde com espaço p/ caminhada e corrida	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Capela mortuária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Sistemas de mutirão nos hospitais e postos	Outros	Gestão administrativa
- Convênio Universidade com prefeitura para dentistas	Outros	Gestão administrativa
- Passagem elevada para acesso na Sta. Marta (Carros)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- EMEI nova (que atenda as necessidades do bairro)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Praças arborizadas com equipamentos urbanos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Saneamento básico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Asfaltar vias de trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ampliação da creche existente	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Mais funcionários nos ambulatórios (dentistas)	Outros	Gestão administrativa

- Colocar ar-condicionado na EMEI	Outros	Gestão administrativa
- Necessidade de mais comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Calçada na frente do Seminário e iluminação	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Monitoramento no bairro	Outros	Gestão administrativa
- Fechamento da quadra da escola Jardim América	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Regularizar o horário do transporte escolar (segurança)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Paradas do bairro padronizadas com o resto da cidade (com bancos)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Projeto de sinalização do bairro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Área de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE			
REGIONAL SUL	**SETORES 6,20,12,14**	**SÃO CRISTÓVÃO**	**04/04/2018**
MUNICÍPIO			
PONTOS POSITIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- gare		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- lugares de lazer		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Smam no banhado		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- passa tranquilidade para as pessoas		Outros	Gestão administrativa
- opção no ensino superior (bom)		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- jornada literatura		Outros	Gestão administrativa
- polo saúde, educação		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- alta população		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- localização geográfica		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- prestação de serviço		Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- áreas verdes e parques novos		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- parque da gare (positivo)		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- economia forte: áreas de medicina, agricultura e mercado imobiliário		Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- limpeza das áreas publicas		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- trabalho dos agentes de saúde		Outros	Gestão administrativa
PONTOS NEGATIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- pouco saneamento básico nos bairros		Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- muitas ruas esburacadas nos bairros		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- meio turno das creches		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- corsan não finaliza os serviços que inicia		Outros	Gestão administrativa
- falta de segurança		Outros	Gestão administrativa
- faixa de pedestre sem respeito e má localização (campanhas para pedestre e motorista)		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado

- especulação imobiliária alta	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- acessibilidade (ausência)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- transito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta de segurança pedestre e ciclista	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- falta de qualidade no passeio público	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- recolhimento e reciclagem do lixo domestico	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- segurança na rua Aspirante Jenner	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- fiscalização e regularização de cassas	Outros	Gestão administrativa
- políticas de ocupação para a população de baixa renda	Outros	Gestão administrativa
- iptu progressivo para terrenos baldios	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- melhorar pavimentação das vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- qualificar o transporte coletivo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- transporte coletivo integrado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- ampliação das linhas e horários integrados	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- aproveitamento melhor do terreno	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- valorização maior do patrimônio histórico, artístico e paisagístico	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- linha expressa de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- corredores de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- ampliar itinerários de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- sinalização bairros (nomenclatura)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- sinalização com nomes de bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- padronização de placas viárias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- creche integral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- revitalização da área urbana do rio Passo Fundo (preservação)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- regularização de obras irregulares	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- plano diretor permitir residencial para comercial	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- quiosque informação (turística)	Outros	Gestão administrativa
- totens auto atendimento	Outros	Gestão administrativa
- programa castração de cães de rua – junto com a upf	Outros	Gestão administrativa
- aumentar a estrutura física e acessos ao aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- unir as secretarias para facilitar o atendimento ao público	Outros	Gestão administrativa
- feira de orgânicos em algum espaço da cidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- revitalização do rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- criar trevo no CD da São João	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- ir com ciclovia ate a caravela	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- fazer projeto de trevo na entrada da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- iluminação pública	Outros	Gestão administrativa
- vinda do novo shopping	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- variedade de comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- postos de saúde, escolas e creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- tranquilidade de se viver bem	Outros	Gestão administrativa
- segurança	Outros	Gestão administrativa
- escolas boas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- trânsito bom	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- bem estruturado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- diversidade do comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- bairro tem boa prestação de serviço	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- pracinha abandonada (Ivo Ferreira)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- terreno prefeitura sem limpeza	Outros	Gestão administrativa
- terreno prefeitura deposito de pedra (Rua Dorvalino Souza)	Outros	Gestão administrativa
- infraestrutura esgoto (Ivo Ferreira)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- limpeza pública (Ivo Ferreira)	Outros	Gestão administrativa
- má iluminação Av. Presidente Vargas	Outros	Gestão administrativa
- ausência faixas de pedestre escola	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- dificuldade do pedestre em atravessar a Avenida Presidente Vargas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- ocupação irregular áreas de APP	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- pracinhas abandonadas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- passeios públicos (vermelhão)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- sinalização semafórica entrada Planaltina	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- travessa Riachuelo placas escondidas e mal posicionadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- falta do trevo na perimetral entrada CD São João	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- PSF – falta de profissionalismo	Outros	Gestão administrativa
- dificuldade de liberação de novas atividades no alvará	Outros	Gestão administrativa
- problemas pluviais	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Av. Presidente Vargas escura	Outros	Gestão administrativa
- ausência de parques e áreas verdes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- falta de manutenção das praças e áreas verdes do bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- ciclovia Presidente Vargas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- faixas elevadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- resgatar espaços públicos, revitalização das praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- criação de parque urbano no bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- conscientização da população quanto à faixa de trânsito	Outros	Gestão administrativa
- canalização do esgoto cloacal, ruas: Coxilha, entre a rua G.R. Ricci e Oscar Feldmann	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- retorno lombada eletrônica centro/bairro, em frente ao Panseda (local com 02 nomes)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- organização melhor do transito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- projetos de áreas (parques) verdes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- iluminação melhor no bairro	Outros	Gestão administrativa
- 100% saneamento básico no bairro	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- duplicar a perimetral leste (prever)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- aumentar índice construtivo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- repintura faixas de pedestres Presidente Vargas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- iluminação pública da Presidente Vargas	Outros	Gestão administrativa
- Plano Diretor permitir residencial ser comercial	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- duplicação perimetral Leste	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- fazer trevo em frente ao CD da Farmácia São João	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- algumas ruas serem mão única	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
REGIONAL SUL	**SETORES 7,13,21**	**LUCAS ARAÚJO**	**05/04/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Preservação de áreas verdes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Video monitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Bike patrulha	Outros	Gestão administrativa
- Parques em geral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Gare	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Comércio diversificado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Polo em saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Cultura	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Cidade ventilada	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Falta de limpeza	Outros	Gestão administrativa
- Falta de coleta seletiva de lixo em todas as ruas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Não ter lixo recolhido subterrâneo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta transporte público organizado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Trevo da caravela e UPF (ruim)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Problemas engenharia tráfego	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Biblioteca gare	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Castração animais de rua	Outros	Gestão administrativa
- Anel viário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhoria aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhoria tempos semafóricos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Lixeiras subterrâneas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Mais videomonitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Terminais de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estacionamento subterrâneo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Criação de elevadas e viadutos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Revitalização do rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Gare (Carmem)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Delegacia (Carmem)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Silêncio (Roselândia)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Comércio diversificado	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Comércio forte	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Áreas verdes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Novo shopping	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Iluminação pública precária (Roselândia)	Outros	Gestão administrativa
- Falta fiscalização obras/ construções Roselândia	Outros	Gestão administrativa
- Não há respeito recuo (Roselândia)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Problemas infra fluvial, ruas alagadas (Roselândia)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Infra saneamento básico (Roselândia)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Lixões clandestinos (Roselândia)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Problemas coleta (Roselândia)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta área de lazer (Roselândia)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Proteção recursos hídricos (Lucas)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Terrenos baldios/ sem fechamento lixo (Lucas)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente

- Falta de rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Melhorar índice construtivo (Carmem)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Redutor de velocidade Araucária (Roselândia)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Problemas desova e abandono de animais	Outros	Gestão administrativa
- Melhorias acesso Roselândia	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Parque urbano Planaltina	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Melhorar placas/ sinalização (Roselândia)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estruturação de todo trecho Scarpellini Ghezzi	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transformar região de zona residencial para comercial na São Cristovão	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Revitalização riacho próximo ao asilo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Criação de um espaço público arborizado	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Videomonitoramento	Outros	Gestão administrativa

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE			
REGIONAL LESTE	**SETOR 04**	**PETRÓPOLIS**	**21/02/2018**
MUNICÍPIO			
PONTOS POSITIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Polo regional e geográfico em serviços, saúde, educação e empreendedorismo		Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Projetos de conservação e manutenção de áreas públicas e verdes		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Polo cultural/artístico		Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e patrimônio
- Política comunitária, organização administrativa, organização política em prol do bem		Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
PONTOS NEGATIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Segregação de bairros e comunidades ou ocupações		Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Ausência de políticas públicas de habitação e moradia		Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Obras e melhorias de impacto na mobilidade urbana		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Educação e melhorias na coleta de lixo, reciclagem e educação ambiental		Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Sincronia no uso e horário dos espaços públicos		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ausência de políticas públicas de habitação e moradia		Gestão, participação e controle social	Instrumentos do Estatuto da Cidade
		Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Insuficiência de áreas verdes públicas		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
IDEIAS		**TEMA**	**SUBTEMA**

- Priorizar e melhorar o transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Qualificação e investimento alto de recursos no terminal – tráfego	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sub-centros: investimentos e melhorias na estrutura e serviços dos bairros	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Estudo e projeto de urbanização para as ocupações existentes	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Parque linear	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Unidade de conservação natural Arlindo Haas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Escolas, mercados e serviços	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Inadequação dos sentidos das vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ausência de estudo de impacto de trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Acesso difícil à UPF	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- BR-285: impactos, complexo, integração	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Polo petrolífero: local inadequado – trilhos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Cemitério Petrópolis	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Engessamento da expansão e renovação do bairro em virtude da rigidez da legislação do Plano Diretor	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Falta de políticas para revitalização e conservação do rio e suas nascentes	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Unidade de conservação integrada com parque linear	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Substituição da BR-285 por uma perimetral	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- BR-285: impactos, complexo, integração	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Sinaleira e melhorias no acesso	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Cemitério Petrópolis	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Estudo e projeto de urbanização para as ocupações existentes	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
REGIONAL LESTE / **SETOR 11**	**SÃO JOSÉ**	**22/02/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Bastante infraestrutura de serviços	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Quase toda pavimentada	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Qualidade de vida	Outros	Gestão administrativa
- Parques ambientais	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Bicicletas compartilhadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado

- Escola “educação” municipal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Universidade	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- IES	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Micro empresários	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Construção civil	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Entradas da cidade foram mal planejadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Bastante terrenos baldios	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Acessos entre os bairros que estão mais afastados	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Conexão entre bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Mobilidade urbana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Preço alto das taxas de estacionamento privado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ocupações	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Deficit habitação	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e ocupações
- Falta rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Melhorias nos trevos de acesso à cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Identificação dos bairros da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Aumentar o IPTU dos terrenos baldios	Gestão, participação e controle social	Instrumentos do Estatuto da Cidade
- Dar mais utilidade ao parque da Roselândia	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Criação de um parque turístico na Pedreira Ergo	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Melhorar a demarcação dos bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Corredor, terminal de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Parcerias público-privadas para fim de mobilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Política para criação de edifício garagem	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Ligações viárias Centro/Grande São José/Petrópolis	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ligação viária rua Uruguai com a rua atrás na Cesa	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Modernização sistemas “Prefeitura Inteligente”	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Melhorar rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Espaços para prática de esportes e equipamentos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Comércio e serviços bem desenvolvidos	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Bom transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Proximidade da UPF	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Região que não tem problema com alagamentos	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Todo pavimentado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rede de esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Construção civil	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- UPF	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- IES	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Fluxo interno	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Túnel	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte público-privado	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Difícil acesso aos bairros São José, Leonardo Ilha e Parque Farroupilha	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Trevo da UPF	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Difícil acesso à escola do Hoje	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Apenas uma entrada para se dirigir do bairro para o centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Corsan avariou o asfalto das ruas quando fez a canalização do esgoto	Outros	Infraestrutura
- Acesso ao bairro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Iluminação no bairro	Outros	Infraestrutura
- Iluminação BR-285	Outros	Infraestrutura
- Passeio público	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Acesso faculdade e escola, Leonardo Ilha/São José	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mau uso/lixo nos canteiros	Outros	Fiscalização
- Limpeza do bairro	Outros	Fiscalização
- Vulnerabilidades/prostituição no bairro	Outros	Fiscalização
- Locais públicos em desuso à noite a falta de fluxo de pessoas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Conservação das paradas de ônibus	Outros	Manutenção
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Criar uma área industrial no bairro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Instalação de um CAIS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Melhorias de acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Instalação de câmera de videomonitoramento	Outros	Fiscalização
- Avançar com a regularização fundiária	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Acesso ao bairro pela Avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Container comunitário	Outros	Gestão administrativa
- Iluminação e limpeza da BR-285 por conta da prefeitura e não do DNIT	Outros	Infraestrutura

- Entrada UPF/Leonardo Ilha	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorias acesso UPF	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estudo viário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aumento de índices construtivos no eixo indutor das avenidas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Uso misto/ diversidade do comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Requalificação dos canteiros da Avenida Padre Vieira e Nova Olinda	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Caminhódromo/calçada nos canteiros	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE		
REGIONAL LESTE / **SETOR 05**	**SÃO LUIZ GONZAGA**	**24/02/2018**
MUNICÍPIO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Hospitais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Educação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Transporte	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Construção civil	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- CRAS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Praça	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Comércio e indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Constante desenvolvimento econômico	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Desenvolvimento na saúde	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- A cidade desenvolveu praças de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Assistência médica hospitalar	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Estrutura educacional	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Construção civil	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Acessos externos e internos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Distritos industriais	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Centro da cidade	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Edificações dos postos de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Escola de ensino fundamental	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Cidade oferece oportunidades para crescer	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Cidade acolhedora	Outros	
- Tem espaços de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Segurança rodoviária ligações entre bairro a bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estrutura da iluminação pública padronizada	Outros	Infraestrutura

- Estrutura da saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Estrutura educacional	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Distribuição das escolas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Carência de locais para lazer e recreação - praças	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Saúde: demora e burocracia	Outros	Gestão administrativa
- Falta de programas habitacionais para solução das ocupações irregulares	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Pouca segurança nos espaços públicos: falta de iluminação	Outros	Infraestrutura
- Faltam placas indicativas - sinalização dos caminhos/ruas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Faltam informativos na entrada da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Passeios públicos irregulares e com problemas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta de passeios públicos em várias ruas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Depósito de areia e pedra nas ruas	Outros	Fiscalização
- Tele-entulho interrompendo vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Atendimento de saúde precário	Outros	Gestão administrativa
- Falta de vagas nas creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Faltam creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Desperdício uniforme escolar (utilizar por 2 anos e recolher os usados para outras crianças)	Outros	Gestão administrativa
- Faltam médicos, faltam fichas de exames	Outros	Gestão administrativa
- Falta seguranças nos bairros e nas escolas	Outros	Infraestrutura
- Pouca iluminação nos bairros	Outros	Infraestrutura
- Manutenção nas paradas de ônibus e arredores	Outros	Manutenção
- Ocupações deixadas de lado pelo poder público (segurança e saúde)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Falta de fiscalização das leis	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Falta de abrigo e fiscalização nas paradas de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Monopólio das empresas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Falta de eventos culturais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Internet nos bairros	Outros	Gestão administrativa
- Acesso às indústrias (poucas indústrias)	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Baixa capacidade dos colégios	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Baixa capacidade das caixas (falta d'água)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Segurança (má administração) - insuficiência	Outros	Gestão administrativa
- Engenharia de mobilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Terminais de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ligações de bairro com o centro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Plano de habitação popular	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Créditos para quem tem renda baixa	Gestão, participação e controle social	Instrumentos do Estatuto da Cidade

- Novas empresas para emprego - foco indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Universidade federal	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Guarda municipal armada	Outros	Gestão administrativa
- Postos de policiais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Iluminação na BR-285 (São José - Parque Farroupilha)	Outros	Infraestrutura
- Projetos habitacionais	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Reestruturação do sistema de saúde e educação	Outros	Gestão administrativa
- Instalação de câmeras de vigilância	Outros	Gestão administrativa
- Áreas de lazer e recreação	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Policiamento comunitário	Outros	Gestão administrativa
- Ponte/túnel - via de ligação	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Viaduto Annes - Petrópolis	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Terminal de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Plano municipal de habitação popular	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Feiras de bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Iluminação mais próxima das paradas de ônibus	Outros	Infraestrutura
- Criação de associação comunitária para ocupações	Outros	Gestão administrativa
- Mais especialidades e remédios nas unidades de saúde	Outros	Gestão administrativa
- Agente de saúde para as ocupações	Outros	Gestão administrativa
- Acompanhamento do conselho tutelar nas ocupações	Outros	Gestão administrativa
- Demarcação de ZEIS	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- MCMV por entidades e faixa 1	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Comércio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Escola	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Estrutura do posto de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- UBS nova	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Ligação com Aspirante Jenner	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Creches	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- CRAS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- UBS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Praça (apenas uma praça)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer

- Conexão ao bairro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Posto UBS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- CRAS	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Ruas asfaltadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Arborização	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Presidente do bairro	Outros	Gestão administrativa
- Poda árvores	Outros	Gestão administrativa
- Presídio	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Atendimento nos postos de saúde	Outros	Gestão administrativa
- Farmácia popular no posto	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Segurança	Outros	Gestão administrativa
- Regularização fundiária	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Falta de infraestrutura nas ocupações - descaso	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta de maior ligação viária entre bairro Annes e outros bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de passeio público	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Esgoto presídio	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Localização presídio/FEBEM	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Segurança escolas	Outros	Gestão administrativa
- Posto de saúde abandonado	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Canalização pluvial com esgoto	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Cordão/meio-fio nas vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Acessibilidade nos passeios	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Presídios	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Ligações de bairros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Ruas, sinalização - deficiência parte técnica	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Na saúde faltam médicos	Outros	Gestão administrativa
- Falta de iluminação pública de LED	Outros	Infraestrutura
- Setor 05 precisa de empregos e oficinas	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Retirada do presídio	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Inexistência de monitoramento das APPs	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Rede de luz	Outros	Infraestrutura
- Saneamento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Recolhimento de lixo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Falta regularização fundiária no bairro	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Falta programa habitacional	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Demarcação de ZEIS	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo

- Falta de vagas nas escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Atendimento de saúde precário	Outros	Gestão administrativa
- Faltam vagas nas creches	Outros	Gestão administrativa
- Falta de água	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Queda de energia	Outros	Infraestrutura
- Rede de iluminação pública precária - Rua Princesa Isabel	Outros	Infraestrutura
- Faltam equipamentos/brinquedos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Árvores na praça	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Academia ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Farmácia popular no posto	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Feiras de bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
Praça para lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Sinalização	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Ampliação de escola infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Ensino médio no bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Mais segurança próximo às escolas	Outros	Gestão administrativa
- Demarcação de ZEIS	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Educação infantil no bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Escola de turno integral	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Atividades de lazer para jovens no final de semana - utilizar as escolas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Capela mortuária	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Trazer o segundo grau	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos Sociais
- Programas habitacionais	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Ciclovia/ciclofaixa na Princesa Isabel, Aspirante Jenner, Av. Giavarina, etc	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Cursos de capacitação Leão XIII, universidade popular	Outros	Gestão administrativa
- Centro de bairro: farmácia, mercado, lojas, caixa eletrônico, lotérica	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Revitalizar o campo de futebol em frente ao predísio (muros, cercas, maior segurança na	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Fomentar a geração de indústrias	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Monitoramento das necessidades das periferias	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Regularização das ocupações	Meio ambiente e ocupação do território	Habitações e ocupações
- Nova praça: arborizada	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Campo de futebol/vôlei	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ampliar transporte escolar	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ampliar linhas de transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Melhorar a sinalização das vias do bairro	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado / não motorizado
- Canalização do esgoto do presídio e tratamento	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Policiamento comunitário	Outros	Gestão administrativa

- Ampliar arborização das vias	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Lombada na Rua Ana Neri	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Redutores de velocidades nas vias do bairro e em frente às escolas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE

REGIONAL CENTRO	SETOR 01	CENTRO	15/03/2018

MUNICÍPIO

PONTOS POSITIVOS	TEMA	SUBTEMA
- Polo atrativo: comércio, serviços, educação, autarquias estaduais, saúde	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Nível/ renda per capita elevada	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Aspectos naturais: nascentes, etc	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Oferta de habitações	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e Ocupações
- Infraestrutura de transportes, aeroporto, rodoviária	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Povo receptivo	Outros	Perfil
- Atendimento do comércio	Outros	Perfil
- Disponibilidade de capacidade/ fornecimento de energia	Outros	Infraestrutura
- Ciclovias	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Arborização	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Espaços/ áreas de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Academias ao ar livre	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Forte referência de desenvolvimento na região	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Polo médico pujante	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Polo de ensino pujante	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Revitalização de espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Passo Fundo município polo comércio, saúde e educação	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Convivência familiar	Outros	Perfil
- Universidades, centros de ensino e pesquisa	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Agronegócio	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Bastante arborizada	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Ruas largas e avenidas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- 02 importantes avenidas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Espaços de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Polo regional	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação

- Atrai novos negócios	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Hospitaleira	Outros	Perfil
- Dinamismo da cidade	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Modernização	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Grande fluxo de serviços	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Crescimento urbano – estrutura da cidade	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Setor de serviços	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Setor médico	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Cidade arborizada	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Descentralização dos equipamentos de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Novas centralidades	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Continuar fomentando a descentralização	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Fornecimento de água potável	Outros	Gestão administrativa
- Polo universitário	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Ter o Pedel	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Melhora nos espaços públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Ampliação na área de saúde	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Diversidade de serviços oferecidos à população	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Atração econômica	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Estruturação das áreas verdes	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Definição do plano de mobilidade	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Educação infantil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Clubes sociais	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Anel viário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Conectividade urbana (ruas)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Centro universitário	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Polo regional, serviços, comércio, saúde, educação	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Agricultura familiar	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Agricultura de precisão	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Trânsito caótico	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de educação no trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fragilidade mobilidade e acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Dificuldades de deslocamentos para outros grandes centros	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Graves problemas nas redes elétrica e telefonia	Outros	Infraestrutura
- Fiscalização no uso dos conteiners	Outros	Gestão administrativa
- Falta estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Segurança péssima	Outros	Gestão administrativa
- Mobilidade urbana	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Concentração das atividades econômicas no centro	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Saneamento básico reduzido	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Trânsito caótico	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Insegurança	Outros	Gestão administrativa
- Falta de estacionamentos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mão-de-obra desqualificada	Outros	Gestão administrativa
- Faltam áreas verdes e de lazer	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Pistas estreitas radiais	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Anéis viários	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Maior exigência legal para conformidade de novos condomínios e loteamentos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Ensino público deficiente/ médio/ fundamental	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Pouco envolvimento das lideranças nas decisões	Outros	Gestão administrativa
- Clientela de participação ser previamente selecionada	Outros	Gestão administrativa
- Passeio públicos	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Estacionamento rotativo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Grande volume de ônibus na avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Demarcação de vagas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Caos de estacionamento e fluxo de ambulâncias no polo de saúde	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de conscientização do patrimônio histórico	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Fluxo e organização do trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de conscientização no trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Faixas de segurança mal posicionadas na avenida Brasil/ Bento Gonçalves por exemplo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Alternativas para pedestres	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Logística falha (aeroporto)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aplicação e fiscalização da aprovação de projeto para passeios públicos (NBR 9050)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Aeroporto e ferrovia ineficientes	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rodoviária precária e mal localizada	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Limpeza urbana	Outros	Gestão administrativa
- Falta de zonas residenciais exclusivas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Poucas quadras esportivas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Erro no sentido da Paissandu	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Concentração da estrutura viária (conexão avenida Brasil/ Petrópolis/ Centro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Falta de acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Ausência de maior aeroporto	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mobilidade viária (eixos viários)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Ausência de corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta de grandes redes de supermercado	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Limpeza urbana	Outros	Gestão administrativa
- Insegurança	Outros	Gestão administrativa
- Dificuldade de estabelecer comércio em determinadas regiões	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Passo Fundo perde com a Vergueiro sendo somente residencial	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Três saídas/ entradas da cidade permanentemente congestionadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Trânsito difícil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Pouco estacionamentos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Transporte coletivo deficitário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Limitar os índices construtivos em torno dos parques e praças para garantir luminosidade	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Mais ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Calçadão público	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Ampliação das calçadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Padronização das calçadas	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Edifícios garagem	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Fiação elétrica subterrânea	Outros	Infraestrutura
- Padronização das calçadas e vagas de estacionamento – acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Adequação das espécies das árvores nas calçadas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Corredor de ônibus fora dos canteiros da avenida Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fomento saúde, educação, pesquisa	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Mobilidade urbana, alternativas ao veículo automotor particular	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Estudo para utilização melhor dos canteiros públicos na avenida Brasil	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Qualificação das vias	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rever estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Expandir o centro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Criar centros de bairro com serviços essenciais para moradores	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Corredor de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Implantação de porto seco	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Construção de passarelas em locais movimentados (ex UPF)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rodoviária para uma das entradas da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais policiamento e câmeras de segurança	Outros	Gestão administrativa
- Criar mais áreas arborizadas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente

- Ruas arborizadas	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Ampliação da ciclovia para toda a cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aumento da TO de 10 para 12m	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Aumentar/ modernizar a mobilidade viária nos sentidos norte/ sul e leste/ oeste	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aeroporto de cargas e pessoas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Incentivo ao transporte ferroviário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Novas áreas estritamente residenciais	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Empreendedorismo	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Novas áreas verdes/ parques públicos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Criar espaços de lazer e serviços nos bairros (Vera Cruz, São Cristóvão)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Retirar do centro estruturas que atraem público (ex Fórum)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Bilhetagem eletrônica (ônibus)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- “Onda verde” semáforos	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Diversificar transporte público	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Distribuir transporte público em outras vias (central – Gare)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Aplicativos de transporte (inserir)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Descentralização do polo de saúde	Espaços públicos e equipamentos sociais	Equipamentos sociais
- Políticas para preservação patrimônio histórico e natural	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Criar zonas residenciais exclusivas	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Campanha cidade limpa	Outros	Gestão administrativa
- Ligação nova sobre o rio Passo Fundo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Treinamento manejo lixo junto aos recicladores	Outros	Gestão administrativa
- Aumentar efetivo guarda de trânsito e melhorar sua eficiência	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ampliar e mapear indústrias	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Rede elétrica subterrânea	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Ampliar área do estacionamento rotativo em um raio de mais ou menos 5 quadras	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Despoluição e preservação/ recuperação mata ciliar rio Passo Fundo	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Novo anel viário	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Novas áreas verdes e parques	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Criação parque público municipal com estruturas completas	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Transformação parque Arlindo Haas em parque municipal	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Planejamento trânsito prioridade pedestres	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Viadutos na BR-285 e no contorno da cidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Ligação entre as vias paralelas à Brasil – centro/ Petrópolis	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
BAIRRO		
PONTOS POSITIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Não possibilita bares noturnos e boates	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo

- Movimentado (muitos carros)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Via de transição	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Lugar propício para implantação de negócios	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Bairro já faz parte do centro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Característica residencial do bairro (Vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Arborização do bairro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Valorização imobiliária do centro e vergueiro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- “Segurança” do bairro vergueiro	Outros	Gestão administrativa
- Parque da Vergueiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Centro bem distribuído para as necessidades da população	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Tranquilidade do bairro Fátima e Vergueiro	Outros	Perfil
- Convívio intenso	Outros	Perfil
- Comércio diverso	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Descentralização do comércio e serviços	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Diversidade de usos (centro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Não verticalização da vergueiro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Localização do parque da vergueiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Qualidade de vida (vergueiro)	Outros	Perfil
- Cartão postal da cidade (vergueiro)	Outros	Perfil
- Centro bem servido de serviços e infraestrutura (centro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Relacionamento interpessoal na Fátima	Outros	Perfil
- Arborização (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Ruas limpas (vergueiro)	Outros	Gestão administrativa
- Silêncio noturno (vergueiro)	Outros	Gestão administrativa
- Não verticalização (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Presença clube comercial para interatividade esportiva	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Bem servido de linhas urbanas (centro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Arborização	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Horizontalização (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Fácil acessibilidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
PONTOS NEGATIVOS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Insegurança por ser somente residencial (vergueiro)	Outros	Gestão administrativa
- Bairro é uma ilha (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Canteiros avenida Brasil e vegetação exótica	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Falta de legalização para comércios já instalados e que atendem necessidades de moradores (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Falta de certos tipos de serviços (padaria, farmácias) = resulta em trânsito no centro da cidade (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Muitas casas desocupadas = insegurança (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Habitação e Ocupações
- Excesso de lixo no parque (reserva) do banhado	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente

- Falta de pintura (manutenção) na rua Fagundes dos Reis	Outros	Gestão administrativa
- Falta de câmeras de monitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Trânsito caótico	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mobilidade urbana precária	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Concentração de ônibus na Brasil	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Congelamento de usos (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Congestionamento eixo rua Uruguai/ Teixeira Soares	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Espaços para acessos de veículos descontrolados – rebaixo das calçadas	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Fiscalização dos usos dos imóveis na vergueiro	Outros	Gestão administrativa
- Possíveis invasões em imóveis abandonados	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Descumprimento da legislação municipal quanto ao uso dos imóveis	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Manutenção precária das faixas de pedestres	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Fiscalização inadequada em várias situações da cidade: trânsito, lixo	Outros	Gestão administrativa
- Poluição visual	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Descaracterização do patrimônio histórico	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Falta de fiscalização (implantação de serviços/ usos/ índices)	Outros	Gestão administrativa
- Diminuição da circulação de pessoas, devido a ausência de comércio (imóveis fechados, pragas, depredação)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Difícil acessibilidade aos portadores de necessidades especiais	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Falta de segurança	Outros	Gestão administrativa
- Falta de comércio/ liberação	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Falta de fiscalização no transporte de cimento e areia	Outros	Gestão administrativa
- Terrenos baldios sem manutenção	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Urgência complementação do parque da vergueiro	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Comércios/ estabelecimentos irregulares (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Lixo no centro	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Trânsito pesado (vergueiro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Pavimentação ruim (vergueiro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Limpeza meio-fio (vergueiro)	Outros	Gestão administrativa
- Calçadas irregulares	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Possibilitar verticalização nas vias principais (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Clínicas, restaurantes, escolas, escritórios (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Tornar continuidade do centro (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Possibilitar comércio e novos serviços no bairro (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Uso misto (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Educação para o trânsito aos diversos setores da cidade	Outros	Gestão administrativa
- Ampliação do programa guardião	Outros	Gestão administrativa
- Pontos de integração para transporte urbano	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado

- Legalização de comércio/ prestadores de serviços no bairro para gerar empregos e renda (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Mais comércio no bairro para que as pessoas possam se deslocar a pé (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Não verticalizar (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Moron virar calçadão da Fagundes até a Cel. Chicuta (centro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Central de ônibus no pátio da Gare (centro)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Limitar índice construtivo nos bairros vergueiro, Fátima	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Edifício garagem no centro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Incentivo a edificações sustentáveis	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Descentralização do polo de saúde	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Multifuncionalidade na vergueiro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Restrição de altura	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Controle de empreendimento de grande porte	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Estudos de parques lineares nos recursos hídricos	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Reaproveitamento de ruas, estudo	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rever estacionamento	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Rever vias de trânsito	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Manter o caráter residencial da vila vergueiro	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Redução de índices construtivos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Flexibilização inteligente dos usos dos imóveis e índices construtivos	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Igualar o índice do bairro vergueiro com Fátima	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Infraestrutura local – segurança, saúde e educação infantil por bairro	Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Vergueiro como área comercial	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Mais equipamentos urbanos (Fátima)	Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Transposição calçadas em nível (vergueiro)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Manutenção índices (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Campanha cidade limpa	Outros	Gestão administrativa
- Fiscalização comércios (vergueiro)	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Não verticalização (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Uso exclusivo residencial (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Usos institucionais	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Pontos de comércio no bairro (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Preservar arquitetura histórica	Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Espaço para vida noturna	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Melhoria da pista de rolamento (Fátima)	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Verticalização (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Liberação de atividade comercial (vergueiro)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Não verticalização (Fátima)	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE			
REGIONAL CENTRO	**SETOR 19**	**RODRIGUES**	**20/03/2018**
MUNICÍPIO			
PONTOS POSITIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Aeroporto		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Canteiros centrais avenida Brasil		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Revitalização dos prédios históricos avenida Brasil		Meio ambiente e ocupação do território	Paisagem e Patrimônio
- Polo saúde, educação		Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Recentes intervenções urbanísticas		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Parques novos e reforma das praças		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
PONTOS NEGATIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Calçadas estreitas com árvores		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Podas mal feitas		Outros	Gestão administrativa
- Limpeza – mato nas calçadas, praças		Outros	Gestão administrativa
IDEIAS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Proprietário deveria ter direito de poda		Outros	Gestão administrativa
- Levantamento de árvores, plano de urbanização		Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente
- Fechar a Moron		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Alargamento na esquina das calçadas		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Ruas com mão dupla, de grande movimento, ter “ilha” para ajudar na travessia		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Conscientizar a população – trânsito		Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Plano setorial para cada bairro		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Ocupação melhor do parque da Gare durante a semana		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Utilizar terrenos com “pocket parks” – concessão de uso		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
BAIRRO			
PONTOS POSITIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Ruas largas		Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Edificações com plano diretor de 2006 já com esses recuos		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Residencial		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Próximo do centro		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Logística boa		Desenvolvimento econômico e inovação	Desenvolvimento econômico e inovação
- Praça fantástica		Espaços públicos e equipamentos sociais	Espaços públicos e eqs. de lazer
- Novos comércios começaram a abrir		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
PONTOS NEGATIVOS		**TEMA**	**SUBTEMA**
- Insegurança/ assaltos todo dia		Outros	Gestão administrativa
- Não é visto como centro		Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo

- Mobilidade ruim quanto a transporte coletivo/ horários	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Consumo de drogas	Outros	Gestão administrativa
- Passeios destruídos/ mal feitos	Mobilidade sustentável	Transporte não motorizado
- Terrenos abandonados – com mato, sem cerca, inseguros	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Comparado com outros bairros é muito abandonado	Outros	Gestão administrativa
- Iluminação/ problemas com segurança	Outros	Gestão administrativa
IDEIAS	**TEMA**	**SUBTEMA**
- Limpar terreno ao lado leilão judicial – na rua da escola Tiradentes	Outros	Gestão administrativa
- Cidade precisa ser ocupada	Meio ambiente e ocupação do território	Uso e ocupação do solo
- Incentivo a parcerias público/ privadas	Gestão, participação e controle social	Gestão, participação e controle social
- Videomonitoramento	Outros	Gestão administrativa
- Semáforos com controlador de velocidade	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Cobrar dos proprietários quanto à manutenção de calçadas e terrenos	Outros	Gestão administrativa
- Ciclovia	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Mais horários de ônibus	Mobilidade sustentável	Transporte motorizado
- Árvores – pensar como plantar para não ser insegura	Meio ambiente e ocupação do território	Meio ambiente

CAPÍTULO 3.2 – RELATÓRIO DAS REUNIÕES COM SEGMENTOS ESPECIFÍCOS

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

3.2 REUNIÕES COM SEGMENTOS ESPECÍFICOS

As reuniões com segmentos específicos de passo fundo estavam previstas na metodologia e serviram para que se fosse debatido com lideranças comunitárias, temas considerados relevantes como: saúde, educação, habitação, economia, meio ambiente, dentre outras temáticas.

3.2.1 RELATO DA REUNIÃO DA EQUIPE DA SEPLAN COM AS DOZE PARÓQUIAS (GRUPO QUE REÚNE REPRESENTANTES DAS PRINCIPAIS IGREJAS CATÓLICAS DE PASSO FUNDO):

A Seplan se reuniu com as “Doze Paróquias” no dia 08/05/2018, no salão da paróquia Santa Terezinha para explicar o que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, e mostrar como eles poderiam participar. Explanou sobre a abrangência do PDDI e seu objetivo final, que é o melhor para coletividade (o interesse coletivo preponderando sobre o individual). Relatou novamente a metodologia, que definiu o processo da revisão do plano como um processo participativo, e que por isso era importante ouvir a opinião dos diversos seguimentos da população. Mostrou o faseamento definido na metodologia, e detalhou a atual fase (diagnóstico), mostrando as atividades previstas, seus objetivos e relevância.

Após a explanação, os participantes passaram a opinar sobre casos pontuais da cidade. Foram citadas questões consideradas deficientes, que envolveram desde equipamentos como capela mortuária, até espaços públicos de lazer e contemplação.

Notou-se que apareceram uma grade gama de questionamentos, desde questões políticas, ambientais, até questões de conflitos de construções irregulares, e em locais distintos da cidade. A questão da mobilidade também se mostrou presente, mais especificamente quando se tratava de ciclovias, as quais foram relativizadas em questão do usuário do modal / renda.

Figura 3.2.1: Reunião com as doze paróquias.

3.2.2 RELATO DA REUNIÃO DA EQUIPE DA SEPLAN COM O COMPEDE (CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA):

No dia 25/04/2018 na sala de reuniões da Seplan, aconteceu a reunião com o COMPEDE, onde estiveram sempre presentes as questões relativas à acessibilidade. A situação das calçadas, no que se trata do estado de conservação, entrada e saída de veículos, falta de sinalização, invasão por rampas, dentre outros questionamentos foram amplamente debatidos.

Foi informado por parte do COMPEDE a impossibilidade de aplicação de multa em casos onde a sinalização está em desacordo com o padrão estipulado em lei, então destacou-se a necessidade de fiscalização para implantação de sinalização.

Quanto as vagas de estacionamento, assunto este que demandou maior tempo de debate, foi citado que existem diversos problemas, dentre eles, o autorregramento e cobrança por parte de comerciantes, a falta de sinalização da área de embarque e desembarque em frente as escolas, e a existência de uma cultura que inibe o cidadão de utilizar a vaga em frente ao comércio, mesmo esta sendo pública, caso este não vá consumir no estabelecimento.

Cabe-se informar que no dia anterior à reunião o COMPEDE encaminhou um documento com sugestões para a revisão do plano diretor, onde foram citadas de forma mais técnicas e específicas medidas que dizem respeito à acessibilidade.

3.2.3 RELATO DA REUNIÃO SOBRE HABITAÇÃO

No dia 06/04/2018, no auditório da UPF, aconteceu a reunião sobre habitação e Demandas da habitação para o Diagnóstico do Plano Diretor, principalmente no que se refere à Beira Trilhos.

Foi explicado que os dados discutidos seriam analisados e fariam parte do relatório de diagnóstico.

Estavam presentes a coordenadora do projeto Beira Trilhos, estudantes, PGM, Equipe Técnica NG, SEHAB, CDHPF, Movimento das Ocupações, Representantes da Chácara Bela Vista, Valinhos e Vista Alegre, Movimento Nacional da Luta Pela Moradia - MNLPM, entre outros.

Foi feito um relato das pessoas moradoras das ocupações, sobre as dificuldades de se habitar. De forma geral para todas as ocupações, as dificuldades citadas foram referentes à falta de infraestrutura, como ligação de água, saneamento, energia elétrica, falta de segurança e falta de atendimento médico.

A dificuldade em se pagar o aluguel é o principal motivo que apareceu para que as famílias se encontravam residindo em ocupações. Foi dito que ninguém têm vontade de invadir propriedade alheia, porém ao não conseguirem pagar os alugueis, a invasão torna-se a única opção, e com isso existe um crescimento diário de famílias chegando em ocupações irregulares.

Foi relatado que Passo fundo possui mais de 50 áreas de ocupação, e que mesmo os empreendimentos que estão sendo aprovados para os locais sejam do programa Minha Casa Minha Vida, a maioria dos ocupantes não possuem renda suficiente para adquirir um imóvel, nem como comprovar renda. São na maioria recicladores e empregados domésticos.

Houve a reclamação sobre grandes áreas de terra que pertencem a empresas e ficam desocupadas. As construções realizadas por estas empresas são na maioria para classe média e não atinge as necessidades dos moradores de ocupações, que são baixa renda.

O grupo de moradores da Ocupação Beira Trilhos entregou um documento com sugestão de mudança dos trilhos para a Av. 07 de setembro e Gare.

Foram levantados dados sobre a Beira trilhos, dentre eles o número de famílias ocupantes (cerca de 2.000 famílias), das quais cerca de 31% não possuem condições de adquirir lotes e construir suas casas.

A maioria dos moradores relatou que gostam de morar na área por ter fácil acesso ao centro da cidade. Os moradores falaram que aceitam sair do local desde que seja para um local melhor com infraestrutura e já consolidada. Para a maioria dos moradores a solução seria a retirada dos trilhos e transformação do local em bairro.

A coordenadora do projeto Beira Trilhos disse que foi feito um levantamento dos vazios urbanos e elaboradas fichas para entrega na prefeitura com todos os vazios que poderiam ser ocupados, com o bairro, endereço, tamanho aproximados, e equipamentos existentes (saúde, educação, lazer). Cada vazio possui uma ficha.

Figura 3.2.2: Reunião sobre habitação.

CAPÍTULO 3.3 – RELATÓRIO DO PROJETO CIDADE DO AMANHÃ

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

3.3. CIDADE DO AMANHÃ

3.3.1. INTRODUÇÃO

Crianças e jovens, comumente ficam às margens do processo de participação na tomada de decisões, enquanto deveriam estar envolvidos na participação dessas decisões, pois devem ser incentivados a praticar seu engajamento social em relação à cidade, contribuindo com ideias e perspectivas para desenvolver um caráter cívico e um senso de pertencimento ao lugar. A não participação deste público na revisão do Plano Diretor fez o governo municipal elaborar e implementar o projeto Cidade do Amanhã.

Assim, com base neste cenário, se pensou um Plano Diretor Diretor participativo, um pacto da sociedade para, a partir de uma leitura coletiva da realidade, traçar diretrizes, instrumentos e meios para alterar a realidade e alcançar os objetivos acordados.

Na construção das atividades teóricas e práticas, a Prefeitura de Passo Fundo se empenhou em buscar uma forma de inserir as crianças no processo de planejamento urbano, um tema atual e inovador, já que a percepção da criança sobre o espaço urbano é singela e desprovida de vícios políticos ou interesses econômicos, mostrando o que faz falta no dia a dia e o que impacta na sua qualidade de vida.

Desta forma, nasceu um projeto que incentiva a participação cidadã das crianças: o projeto Cidade do Amanhã. Uma iniciativa para que as crianças já no início de sua formação educacional nas escolas aprendam a cuidar do lugar onde vivem e desenvolvam uma visão crítica da cidade.

Algumas iniciativas que recomendam a participação infantil já são conhecidas, como o Child Friendly Cities, um programa do Unicef (2009) de incorporação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), que incentiva que as opiniões das crianças sejam refletidas em políticas, leis e orçamentos municipais. Outro exemplo é a Città dei Bambini (Tonucci, 2006), uma rede de origem italiana que envolve diversas cidades europeias para modificar o espaço urbano, tomando como parâmetro a criança. A rede inglesa Participation Works, por sua vez, busca auxiliar organizações a envolver crianças no aprimoramento dos serviços a elas direcionados. Todos esses programas defendem a incorporação da participação infantil na vida pública local, com a criação de estruturas e sistemas que respondam às ideias e prioridades desse grupo social.

Por meio deste projeto, buscaram-se diferentes formas de expressão e níveis de participação para que as crianças se sentissem capazes e encorajadas a exporem suas ideias, desenvolvendo habilidades e competências, oportunizando tomadas de decisões, manifestando sua opinião, incentivando a formação de cidadãos influenciadores e conscientes, tendo o direito e competência de tomar decisões no presente e no futuro.

A participação comunitária, que antigamente era vista como uma prática vanguardista, hoje é amplamente conhecida, e os esforços para que a participação de crianças e jovens aconteça tem sido maiores do que nunca. Tal participação tem transformado o papel das decisões de planejamento – anteriormente e na maior parte das vezes, encabeçada por pequenos grupos influentes, e que agora também voltadas às crianças e jovens em um nível local. Essa participação é baseada nas convicções de que:

O desenvolvimento deve, primeiramente, ser de interesse dos jovens cidadãos;

Crianças e jovens tem um conhecimento baseado na vivência dos espaços da cidade por uma ótica diferenciada em relação a dos adultos;

Jovens e crianças serão as também afetadas pelas decisões tomadas e, portanto, tem o direito de participação na tomada dessas decisões.

Com tal base, o projeto Cidade do Amanhã foi organizado a partir de atividades realizadas por etapas e em dias diferentes, culminando em uma exposição final dos resultados, que farão parte da etapa de diagnóstico a constar na revisão do Plano Diretor.

A divulgação para as escolas participarem do projeto foi realizada amplamente para todas as escolas de Passo Fundo, por meio de chamada pública. Ao final, quatro escolas se inscreveram, totalizando 350

alunos. As escolas participantes e o número de alunos foram: Escola Municipal de Ensino Fundamental Cohab Secchi (CAIC) – 60 alunos; Escola de Ensino Fundamental Wolmar Salton – 120 alunos; Escola de Ensino Fundamental St. Patrick – 27 alunos; Escola Notre Dame Menino Jesus – 112 alunos.

O formato da pesquisa participativa realizada com as crianças ocorreu pela interação com adultos e diferentes alternativas de trabalhos e métodos que envolveram diversas abordagens, sendo uma iniciativa inédita e sem custos extras ao município, com realização da própria equipe de governo. O planejamento urbano foi abordado de forma lúdica através de oficinas. Foram realizados dois tipos de oficinas sendo:

Oficina 1: objetivo de informar e nivelar o conhecimento das crianças sobre a cidade, planejamento urbano e ambiental e suas relações com o entorno da escola, através de palestras, teatro e elaboração de um mapa mental do percurso casa/escola.

Oficina 2: objetivo de identificar o reconhecimento das crianças em relação aos pontos de referência da cidade, percepção da criança sobre um bairro ideal e identificação de deficiências e potencialidades no bairro da escola.

Além da Secretaria de Planejamento, que organizou todo o projeto, três secretarias municipais participaram em níveis diferentes de contribuição, com reuniões semanais juntamente à equipe do Planejamento para definição das atividades e auxílio com a metodologia aplicada.

- Secretaria de Educação: teve participação desde o início do processo. O auxílio na escolha da faixa etária e anos de ensino a serem escolhidos para a aplicação das atividades, além do direcionamento da metodologia e do material a ser usado, tendo essencial importância para a elaboração do projeto.
- Secretaria de Segurança: aliando-se à importância de envolver crianças na tomada de decisões sobre planejamento urbano e de sua participação na elaboração do diagnóstico da revisão do Plano Diretor, somou-se a ideia de elucidar os alunos sobre a importância da educação no trânsito. A Secretaria de Segurança apresentou um teatro de fantoches com conteúdo educativo a ser apresentado no evento inicial, além de uma Escolinha de Trânsito (circuito).
- Secretaria de Meio Ambiente: o planejamento urbano é indissociável das questões ambientais, por isso, a Secretaria de Meio Ambiente deu apoio às atividades disponibilizando um encontro no Banhado da Vergueiro, área de preservação permanente e sede da secretaria na cidade. O foco da atividade, livre e a critério de cada escola, foi conscientizar os alunos sobre a importância de manter espaços e áreas verdes na cidade, além da apresentação e visita de áreas de preservação na cidade que são desconhecidos pelos alunos. A atividade também propôs criar um senso de pertencimento desses espaços nos alunos.

3.3.2. ATIVIDADES

Com função informativa e elucidativa foram feitas as duas primeiras atividades:

3.3.2.1. PALESTRA CONCEITUAL SOBRE PLANEJAMENTO URBANO

A figura 3.3.1 apresenta os slides da apresentação feita na palestra conceitual sobre planejamento urbano e a figura 3.3.2 mostra os alunos da escola Wolmar Salton durante a palestra.

Foi fixado em cada escola um cartaz com uma Timeline de Passo Fundo – evolução urbana: exposição permanentemente no hall das escolas após a finalização do projeto, organizado pela Secretaria de Planejamento;

CIDADE DO AMANHÃ
Visão do plano diretor
RS • Passo Fundo

CIDADE DO AMANHÃ
Planejamento Urbano
Que bicho é esse?????

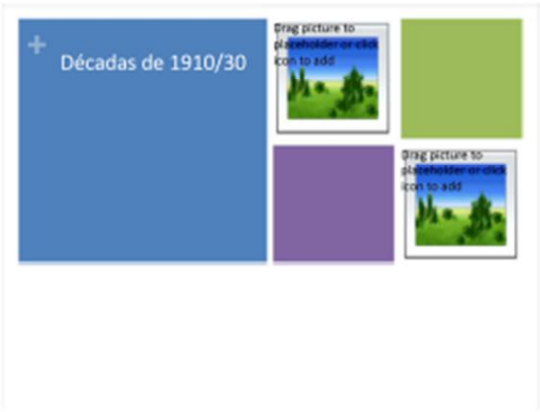
CIDADE DO AMANHÃ
Passo Fundo
Conhecendo minha cidade!

Fonte: Plano Diretor de Passo Fundo. Reimpressão, Aldeia Sul, 2000.

Vista do depósito de locomotivas de Passo Fundo, em 1927, localizado em frente à estação férrea. Ao lado a novacaixa d'água em estrutura metálica. Fonte: RELATÓRIO, 1927.

Rua Bento Gonçalves 1913.
Fonte: http://www.projetopassofundo.com.br

Rua do Commércio 1913.
Fonte: http://www.projetopassofundo.com.br



Av. Brasil 1926.
Fonte: http://www.projetopassofundo.com.br

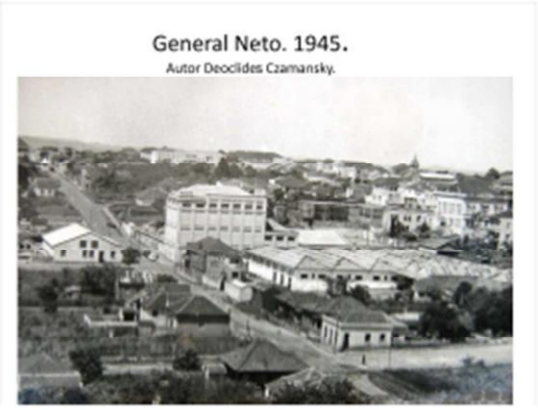
Banco da Província.
Fonte: http://www.projetopassofundo.com.br

Construído por João De Césaro no final da década de 1920 foi considerado o edifício mais moderno da cidade. "Acha-se adiantada a construção do novo edifício do colégio elementar à Praça da Republica. As paredes já estão há alguns metros de altura podendo-se ter idéia de que é altaneza o edifício, talvez o melhor da cidade." (Jornal O Nacional, 8 de outubro de 1927) Fonte: foto da autora.

Quartel do Exército Esse próprio federal, é constituído de três magníficos pavilhões que, com apreciável conforto, tem a tropa aquartelada há muitos anos. (O Nacional 19 de junho de 1940, pg.04) Fonte: foto da autora.

Centenário de Passo Fundo Aspecto da Construção da Igreja Catedral.
Data da foto:1957.

RUA BENTO GONÇALVES ESQUINA COM GENERAL CANABARRO. 1957



Hotel Turis.
Fonte: http://www.projetopassofundo.com.br
Foto Deocides Czamansky

Banco do Brasil. 1976.
Fonte: http://www.projetopassofundo.com.br
Foto Deocides Czamansky

Edifício Planalto, é ícone da modernidade. Uso misto com comércio, serviços e residência, atende aos preceitos modernistas e desenha na paisagem a imagem do moderno, o cubo com modulação estrutural e brises solares. Fonte: foto da autora.

Figura 3.3.1: Palestra sobre Planejamento Urbano
Fonte: Seplan

Figura 3.3.2: Palestra sobre Planejamento Urbano – Escola Wolmar Salton
Fonte: Seplan

3.3.2.2.TEATRO DE FANTOCHES

Foi apresentado um teatro de fantoches sobre segurança no trânsito pela Secretaria de Segurança, figura 3.3.3.

Figura 3.3.3: Teatro de Fantoches
Fonte: Seplan

Já as últimas três atividades (Quiz da cidade, Mapa Mental e Bairro ideal) geraram dados passíveis de análise e interpretação.

3.3.2.3. QUIZ DA CIDADE

Promover a discussão sobre suas experiências de vivenciar e conhecer a cidade, e despertar opiniões sobre os lugares que gostam ou não gostam em Passo Fundo. Obter dados sobre quantos e quais espaços os alunos já ouviram falar, já visitaram, gostam ou não gostam, e se sabem a localização na cidade, figura 3.3.4.

Apresentação com 12 imagens de elementos importantes de Passo Fundo:

- Parque de Gare: histórico, visuais, bosque;

- Banhado da Vergueiro: o que é uma área de preservação permanente;

- UPF: antes e depois, o que é uma universidade;

- Ciclovia Av. Brasil: importância para a mobilidade;

- Sétimo Céu: visuais, contrastes;

- Espaço Roseli Doleski Pretto: antes e depois, usos, histórico;

- Campo Fredolino Chimango/Quartel: importância histórica, usos;

- Catedral/Praça Marechal Floriano: marco zero, histórico;

- Praça tamandaré;

- Parque de Rodeios Roselândia: o que é, atividades.

Após cada imagem apresentada, um facilitador perguntou se as crianças reconheciam aquele lugar.

*As respostas foram representadas por emojis.

Figura 3.3.4: Quiz da Cidade
Fonte: Seplan

A atividade do quiz possibilitou uma análise mais direta pelo fato de ser uma pergunta com apenas uma variante: sim (reconhece o local) e não (não reconhece o local), tabela 3.3.1.

Como destaque entre os mais reconhecidos tivemos o Parque da Gare, que passou recentemente por uma remodelagem expressiva, e a Praça Marechal Floriano, a qual possui um caráter histórico relevante e é comumente conhecida como “praça da cuia”, ambos localizados no centro da cidade.

Como destaques dos menos reconhecidos tivemos o Parque do 7º Céu e o Parque Ambiental Banhado da Vergueiro.

LOCAIS	MENINO JESUS (53)				WOLMAR SALTON (100)				VILA DE AZAMBUJA (43)				ST. PATRICK (27)			
	SIM	%	NÃO	%	SIM	%	NÃO	%	SIM	%	NÃO	%	SIM	%	NÃO	%
Parque da Gare	52	98,11	1	1,89	100	100,00	0	0,00	43	100,00	0	0,00	27	100,00	0	0,00
Praça Marechal Floriano	46	86,79	7	13,21	92	92,00	8	8,00	43	100,00	0	0,00	27	100,00	0	0,00
Espaço Rosely Doleski Pretto	45	84,91	8	15,09	72	72,00	28	28,00	29	67,44	14	32,56	26	96,30	1	3,70
Ciclovia Av. Brasil	49	92,45	4	7,55	78	78,00	22	22,00	43	100,00	0	0,00	26	96,30	1	3,70
Praça Tamandaré / Matriz	46	86,79	7	13,21	83	83,00	17	17,00	35	81,40	8	18,60	26	96,30	1	3,70
Quartel	45	84,91	8	15,09	75	75,00	25	25,00	36	83,72	7	16,28	23	85,19	4	14,81
Banhado da Vergueiro	42	79,25	11	20,75	68	68,00	32	32,00	22	51,16	21	48,84	27	100,00	0	0,00
Sétimo Céu	21	39,62	32	60,38	89	89,00	11	11,00	29	67,44	14	32,56	13	48,15	14	51,85
UPF	53	100,00	0	0,00	82	82,00	18	18,00	38	88,37	5	11,63	25	92,59	2	7,41
Parque de rodeios Roselândia	50	94,34	3	5,66	87	87,00	13	13,00	36	83,72	7	16,28	25	92,59	2	7,41

Tabela 3.3.1: Resultados do QUIZ da Cidade
Fonte: Seplan

3.3.2.4. ENTREGA DE PERCURSO

A atividade consistia em traçar numa folha A4 o seu trajeto de casa até a escola, observar e desenhar os 10 elementos que você percebe durante o trajeto e considera importante ou que alguma forma atrai sua atenção (mapa mental).

O objetivo é obter a participação e incluir na etapa de diagnóstico, do ponto de vista das crianças, como elas têm a percepção do seu bairro, o que gostam ou não e como avaliam os espaços e equipamentos consolidados.

Produzir um mapa mental do trajeto casa/ escola dos alunos.

Atividades: foi entregue, individualmente, no segundo dia do encontro, o mapa mental feito como tema de casa, apresentado no evento inicial. Cada mapa mental deverá conter os 10 elementos representados por aluno; os mapas mentais foram analisados pelo Núcleo Técnico da Revisão do Plano Diretor e foi elaborado o ranking dos 10 elementos mais citados.

As crianças demonstraram uma forte percepção morfológica das edificações e dos usos, além disso percebeu-se uma identificação a nível de vizinhança. Nota-se que elas percebem o grande predomínio de casas no entorno.

Na Escola de Ensino Fundamental Wolmar Salton, verifica-se esse entendimento morfológico das edificações e dos usos. Em uma escala menor de bairro se destacaram elementos diferenciados. A figura 3.3.5 é um exemplo de mapa produzido por um aluno dessa escola.

Figura 3.3.5: Mapa Mental
Fonte: Seplan

Quanto à mobilidade, as crianças demonstraram a identificação de diferentes modais e destacaram também as paradas de ônibus, figura 3.3.6, referente à Escola Municipal de Ensino Fundamental Cohab Secchi (CAIC).

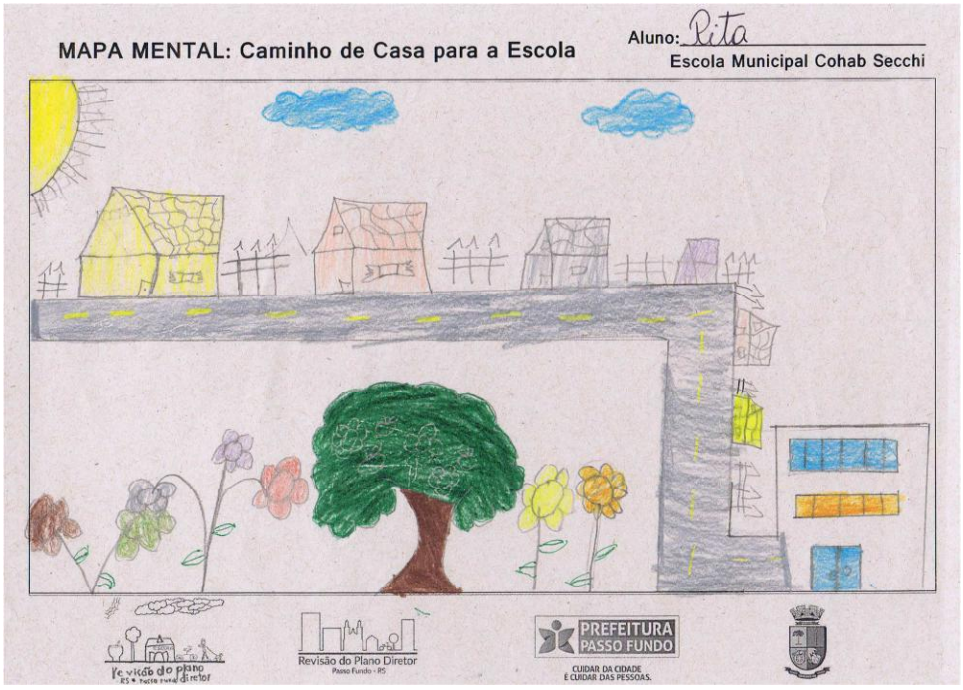


Figura 3.3.6: Mapa Mental
Fonte: Seplan

Na Escola Notre Dame Menino Jesus fica evidente que a compreensão e a leitura do ambiente tem foco nas edificações e espaços em destaque são as praças e edificações icônicas, como igreja, a IMED e mercados de grande porte. Não houve destaque para meios de transporte.

Na Escola de Ensino Fundamental St. Patrick os desenhos produzidos denotam uma forte percepção morfológica das edificações e destacaram também os espaços de lazer.

A percepção do caminho das crianças de casa até suas escolas muda de acordo com o contexto em que elas estão inseridas. Em regiões mais centrais (mais adensadas e verticalizadas), os ”marcos” tenderam a ser edificações consideradas icônicas para a cidade, ou de morfologia específica (como postos de gasolina, igrejas, etc.).

A presença quase que unânime da representação de praças nos mapas mentais mostram que os vazios urbanos são facilmente percebido pelas crianças. Os espaços considerados de lazer por elas também se mostraram sempre presentes.

Já quando tratamos da percepção por parte das crianças em áreas menos adensadas e de uso predominantemente residencial, nota-se que os “marcos” são, não somente edificações icônicas e/ou de morfologia específica, mas também edificações que fazem parte de um “contexto social” da criança (casa do vizinho, mercearia do parente, etc.).

3.3.2.5.BAIRRO IDEAL

Perceber como a criança imagina um bairro ideal sob seu ponto de vista sem interferência dos facilitadores. As crianças trabalharão em grupos de 5 a 8 alunos e utilizarão como base uma cartolina onde a representação dos elementos será através de desenhos livres. As figuras 3.3.7, 3.3.8 e 3.3.9 são exemplos dos bairros ideais apresentados pelos grupos.

Figura 3.3.7: Bairro Ideal
Fonte: Seplan

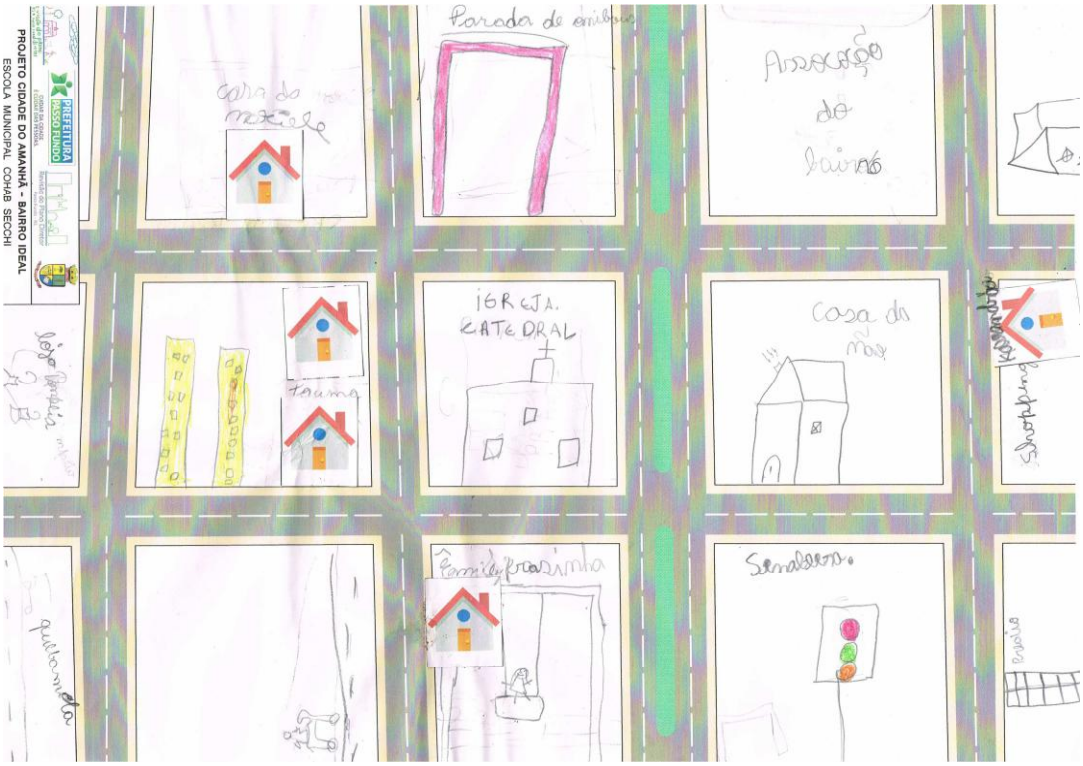


Figura 3.3.8: Bairro Ideal
Fonte: Seplan

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cohab Secchi (CAIC) Percebeu-se um equilíbrio entre os equipamentos (hospitais, escolas, creches, etc.), serviços (restaurantes, mercados, etc.), moradia (vertical e horizontal), e espaços de lazer (praças, parques, campos de futebol, shopping, etc.).

Figura 3.3.9: Bairro Ideal
Fonte: Seplan

Na Escola Notre Dame Menino Jesus há um certo desequilíbrio. Grande maioria em lazer, principalmente lazer atrelado ao comércio (lojas, Mc Donald's, Applestore, loja de nutela, etc.).

Os equipamentos apareceram com menos diversidade, apresentando predominância de equipamentos de ensino (aparecendo bastante equipamentos de ensino superior).

Na Escola de Ensino Fundamental St. Patrick houve um equilíbrio entre equipamentos, seviços, moradia, e espaços de lazer, e pode-se notar uma preocupação social, com a palavra "público (a)" aparecendo constantemente.

Apareceram também elementos novos, em comparação com as outras escolas, como "horta coletiva" entre outros.

Na Escola de Ensino Fundamental Wolmar Salton existe uma leve tendência ao desenho de equipamentos, mas em geral bem equilibrado. Destaca-se aqui uma maior presença de Petshops.

De modo geral, não somente fazem demanda por equipamento, mas também notam sua ausência. Há sempre presença de árvores e vegetação espalhadas. Também se nota a presença constante de campos de futebol, lojas de videogame e petshops / clínica veterinária.

Ao que tudo indica, no desenho do "bairro ideal", as crianças não veem o bairro com uma vocação específica dentro do contexto urbano; ao contrário; percebem o bairro como uma "pequena cidade", composta por uma grande diversidade de usos e tipologias de edificações e espaços livres.

3.3.3. CONCLUSÃO

Conclui-se que a participação das crianças no processo de revisão do Plano Diretor foi, além de um canal de participação (este em específico de uma parcela geralmente excluída do processo), agregou valor, visto que as crianças demonstraram ter uma compreensão do espaço em que vivem e transitam, e principalmente um olhar isento de preconcepções que por muitas vezes se mostrou crítico.

CAPÍTULO 3.4 – RELATÓRIO DO QUESTIONÁRIO ON-LINE

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

3.4.1. ENQUETE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PASSO FUNDO – RS

A construção coletiva do Plano Diretor tem como essência definida no roteiro metodológico a participação dos diferentes setores sociais e da comunidade em geral, por meio da realização de atividades presenciais como audiências, oficinas, reuniões, seminário, conferência e outros espaços de interlocução com o objetivo de ampliar o alcance do processo participativo.

O método do processo participativo da revisão se sustenta principalmente em estratégias e dinâmicas realizadas em eventos com diferentes formatos, realizadas ao longo das etapas do processo, em locais diversificados, descentralizando e ampliando as oportunidades de participação e debate.

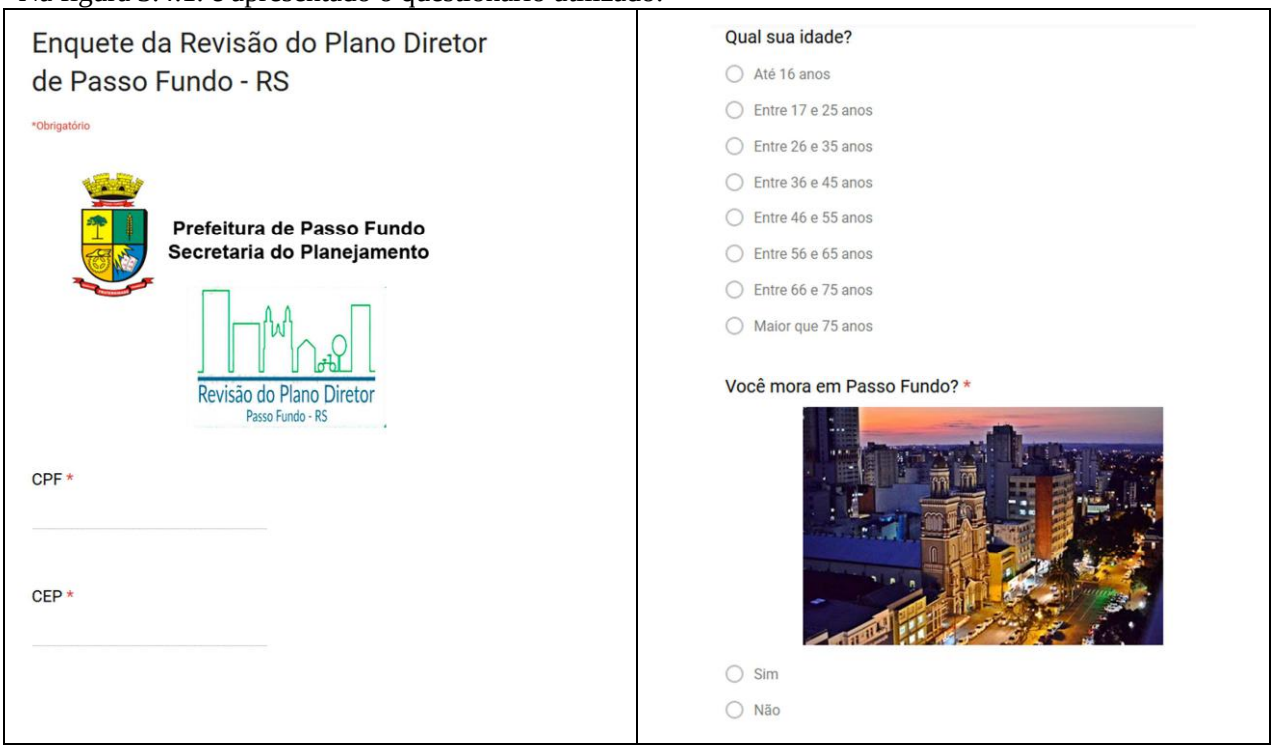
A aplicação do questionário reforça o entendimento do Munícipio a respeito da importância da participação da comunidade na elaboração do novo Plano, conforme estabelecido na metodologia da revisão do Plano Diretor.

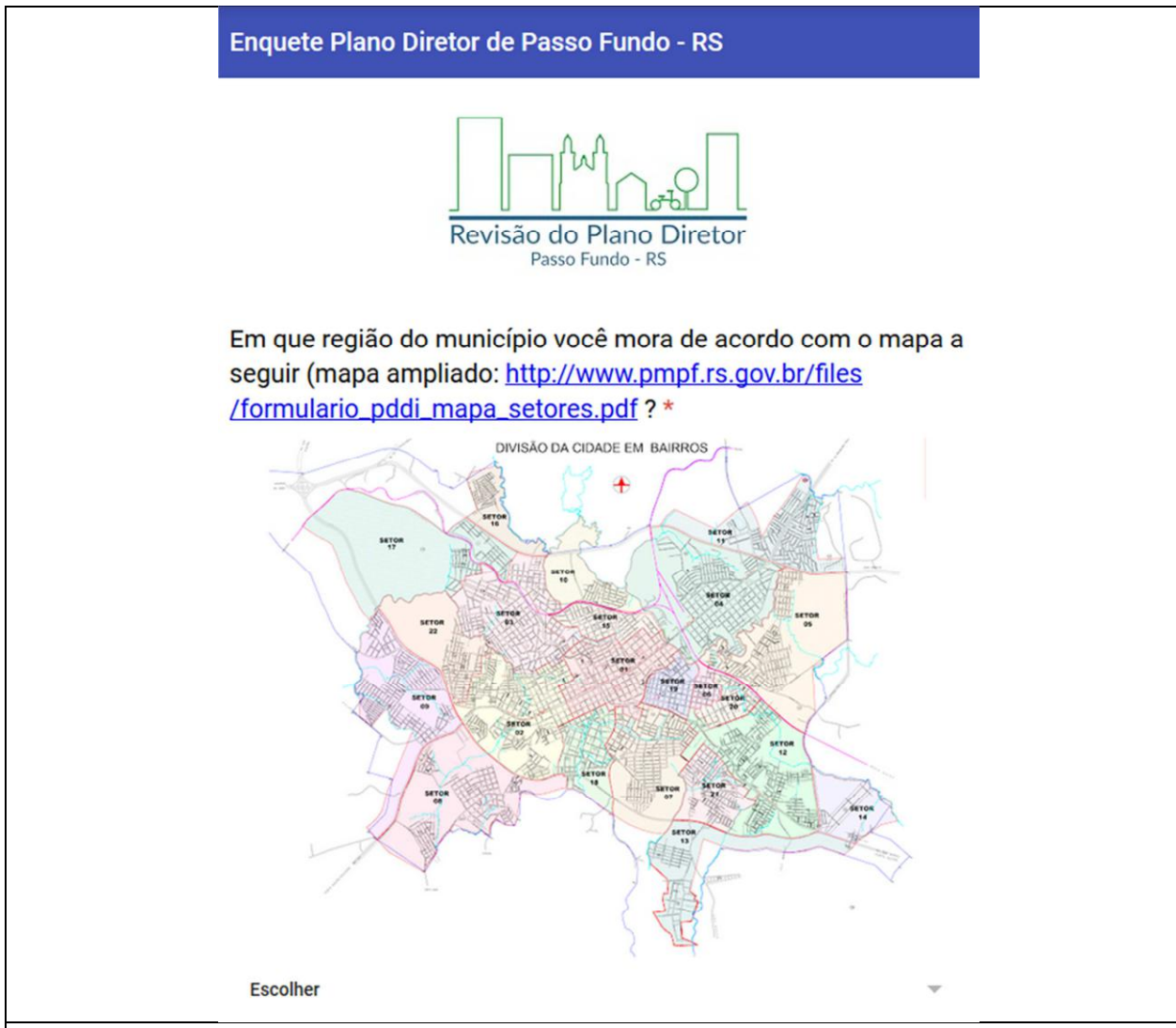
Esta foi mais uma oportunidade de participação da comunidade para coleta de contribuições e sugestões da sociedade a partir de um processo de debate interativo sob viés de realizar a leitura comunitária e a construção coletiva do diagnóstico.

Como proposto na metodologia, durante a revisão a equipe técnica busca disponibilizar diferentes formatos de consulta pública, ampliando os espaços e oportunidades de participação da sociedade. A ferramenta eletrônica permitiu acesso à população através de um canal de comunicação muito utilizado no mundo todo, configurando-se uma inovação no formato tradicional de consulta pública. Através da internet, valendo-se de um formulário eletrônico, foram disponibilizadas questões relativas aos temas definidos na metodologia, tais como: mobilidade, equipamentos, ocupação do território, desenvolvimento econômico, participação social, entre outros.

Este documento descreve a aplicação do questionário *On Line*, realizado durante a etapa de diagnóstico (etapa 2) da Revisão do Plano Diretor disponibilizado para a comunidade no site www.pmpf.rs.gov.br.

Na figura 3.4.1. é apresentado o questionário utilizado.





OBS: clicando no link indicado acima era possível ampliar o mapa e verificar o endereço e o setor/bairro de residência do respondente. O respondente seleciona a aba “escolher” e informa a região do município em que mora, conforme opções disponíveis:

SETOR 01 *- Região do Bairro “Centro e Vila Vergueiro"; **SETOR 02** - Região do Bairro Boqueirão/ Vila Operária/ Vila Independente/ Lot. Pampa/ Sechi/ Menino Deus/ Vila Berthier/ Morada da Colina/; **SETOR 03** - Região do Bairro Vera Cruz/ Lot. Nonoai/ Dona Eliza/ Par. Leão XIII/ São Bento/ Hípica; **SETOR 04** - Região do Bairro Petrópolis/ Lot. Invernadinha (Distrito Industrial)/ Lot. Cidade Universitária; **SETOR 05** - Região do Bairro São Luiz Gonzaga/ Parque Farroupilha/ Lot. Manoel Corralo/ Lot. Nova Estação/ Vila Entre Rios/ Vila Ferroviária/ Vila Isabel/ Parque Bela Vista; **SETOR 06** - Região do Bairro "Vila Cruzeiro"/ Vila Alice; **SETOR 07** - Região do Bairro Lucas Araújo/ Vila Schel/ Vila Reis/ Vila Simon/ Vila Carmen/ Lot. P. Don Rodofo; **SETOR 08** - Região do Bairro Santa Marta / N. Sª Aparecida/ Lot. J. América/ Vila Donária/ Vila 20 de Setembro/ Lot. Força e Luz; **SETOR 09** - Região do Bairro Integração / Vila Xangrilá/ Lot. Jaboticabal/ Bairro Recreio/ Jerônimo Coelho/ Lot. Boqueirão/ Lot. Parque do Sol ou Viajantes/ Lot. Morada do Sol/ Vila Ipiranga; **SETOR 10** - Região do Bairro "Vila Victor Issler"; **SETOR 11** - Região do Bairro São José/ Lot. Leonardo Ilha I e II/ Lot. da Brigada Militar/ Campus da UPF; **SETOR 12** - Região do Bairro São Cristovão/ Bairro Ricci/ J. André Rebechi/ Bairro Copacabana/ Lot. César Santos/ Lot. São Cristóvão II/ Lot. Via Sul/ Lot. Stº. Antônio; **SETOR 13** - Região do Bairro Roselândia; **SETOR 14** - Região do Bairro "Vila Mattos"/ Vila Mattos/ Parte do Lot. Via Sul; **SETOR 15** - Região do Bairro Annes "Vila Fátima e Vila Annes"/ Parte Vila Dona Eliza/ Sta. Terezinha; **SETOR 16** - Região do Bairro José Alexandre Zachia; **SETOR 17** - Região do Bairro Valinhos "Loteamento Industrial e São Lucas"/ Lot. Pio II/ Parque dos Comerciàrios/ Distrito Industrial (Valinhos); **SETOR 18** -*

Região do Bairro "Vila Luiza"/ Vila Tupinambá/ Vila Jardim/ Vila Ambrozina/ Vila Boa Vista/ Vila Guilherme Morch/ Lot. Edu Reis; ***SETOR 19*** *- Região do Bairro "Vila Rodrigues"/ Vila Popular;* ***SETOR 20*** *- Região do Bairro "Vila Santa Maria"/ Vila Reinaldo Patussi/ Lot. Vila Nova;* ***SETOR 21*** *- Região do Bairro Planaltina/ Vila Ivo Ferreira/ Bom Jesus/ Vila Planaltina/ Lot. Escola Rural/ Lot. Dom Felipe;* ***SETOR 22*** *- Região do bairro Nenê Graeff/ Lot. Garden/ Lot. Nenê Graeff.*

Após, as perguntas foram relacionadas com as temáticas abordadas na revisão do Plano Diretor, mobilidade, equipamentos urbanos, ocupação do território, entre outros, conforme sequência apresentada abaixo.

1) Mobilidade Sustentável

1.1 - Como você se locomove predominantemente durante seu dia a dia?

- A pé
- De bicicleta
- Transporte público
- Transporte particular

1.2 - Você concorda que a cidade se estruture conforme a hierarquização viária prevista no Código de Trânsito Brasileiro: (1º)Pedestre -(2º)Ciclista - (3º)Transporte Público - (4º)Transporte Particular ?

- Sim
- Não

1.3 - Você é a favor da criação de faixas preferenciais para ônibus em algumas vias estruturadoras?

- Sim
- Não

1.4 - Você é a favor da ampliação do percurso das ciclovias e pontos de bicicletas compartilhadas?

- Sim
- Não

1.5 - Dispondo de um sistema de ciclovias, seguro e conectado, você o utilizaria?

- Sim
- Não

Mobilidade Sustentável

Você utilizaria a ciclovia para:

1.5a - Trabalho?

- Sim
- Não

1.5b - Lazer ?

- Sim
- Não

Mobilidade Sustentável

1.6 - Você é a favor da criação de vias de lazer nos finais de semana?

- Sim
- Não

1.7 - Quanto as calçadas na região central da cidade, você as considera:

- Largas
- Estreitas
- De bom tamanho
- Inexistentes

Mobilidade Sustentável

Como você avalia a qualidade das calçadas na região central?

- Bem estruturadas
- Razoáveis
- Ruins

1.8 - Quanto as calçadas do seu bairro você as considera:

- Largas
- Estreitas
- De bom tamanho
- Inexistentes

Mobilidade Sustentável

Como você avalia a qualidade das calçadas no seu Bairro?

- Bem estruturadas
- Razoáveis
- Ruins

2) Espaços Públicos e Equipamentos Sociais

2.1 - Você considera que em seu bairro existe boa oferta de: *

	Sim	Não
Moradia	○	○
Trabalho	○	○
Serviços	○	○
Comércio	○	○
Lazer	○	○

2.2 - Você gostaria de mais feiras e atividades de lazer ao ar livre, como oficinas, projetos culturais etc?

○ Sim

○ Não

2.3 - Como você classificaria em seu bairro os seguintes serviços: *

	Bom	Regular	Ruim
Saúde	○	○	○
Educação	○	○	○
Segurança	○	○	○

2.4 - Você acha que Passo Fundo deveria adotar medidas inovadoras que estão sendo implantadas em cidades referências pelo Brasil e fora dele, tais como Parklet ?

○ Sim

○ Não

3) Desenvolvimento Econômico e Inovação

3.1 - Você acha que um desenvolvimento tecnológico de Passo Fundo pode impulsionar a economia local e gerar novas oportunidades de trabalho?

○ Sim

○ Não

3.2 - Você acha que as empresas locais deveriam ser motivadas pelo município a serem inovadoras em suas áreas?

○ Sim

○ Não

4) Meio Ambiente e Ocupação do Território

4.1 - Você considera adequado para o seu bairro edifícios:

○ Mais baixos, até 05 pavimentos.

○ Mais altos

4.2 - Você gostaria de mais edifícios como este, onde o pavimento térreo é comercial e os pavimentos superiores residenciais, no seu bairro?

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 - Você acha adequado vagas de estacionamento no recuo frontal com acesso pela calçada?

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.4 - Você concorda com o estímulo para implantação de áreas permeáveis no recuo frontal das edificações?

- ◯ Sim
- ◯ Não

5) Gestão, Participação e Controle Social

5.1 - Você costuma participar, através dos canais abertos pela prefeitura, dos processos de formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano?

- ◯ Sim
- ◯ Não

5.2 - Você gostaria que o setor privado também fornecesse a população espaços públicos e equipamentos?

- ◯ Sim
- ◯ Não

ENVIAR

Figura 3.4.1. Questionário utilizado

Destaca-se que o questionário consistiu no levantamento de opiniões e/ou percepções representativas de um grupo de entrevistados, configurando uma sondagem, envolvendo uma parcela da população que respondeu o questionário *on line* sobre assuntos de interesse da revisão do Plano Diretor.

Considerando o contexto da revisão do Plano Diretor, buscou-se elucidar e formular diferentes questões relativas ao planejamento urbano dentro de uma conjuntura de interesse geral, através de enquete disponibilizada na internet.

Este questionário teve como objetivo ouvir a opinião da comunidade sobre soluções urbanas. As perguntas foram criadas para que o cidadão pudesse avaliar assuntos como recuos, verticalização, calçadas, entre outros.

O questionário ficou disponível para a comunidade durante 12 dias no período de 08 de agosto de 2018, a partir das 8h15min até o dia 19 de agosto de 2018.

Os resultados foram analisados e a média das opiniões reflete o parecer somente daqueles que responderam as questões.

A disponibilização do formulário permitiu o envio de opiniões da comunidade através de qualquer computador conectado à internet. O registro das respostas foi recebido pela equipe do município, que realizou a sistematização dos resultados que servirão como subsídio dos trabalhos técnicos da etapa posterior. Ao total foram 896 participações.

Cada uma das contribuições da comunidade foram computadas no formulário da plataforma *google docs*, ferramenta para a criação de formulários online gratuita baseada na Web oferecido pelo Google, que permitiu a sistematização e a tabulação dos dados e respostas registradas no sistema.

É valido ressaltar que como trata-se de uma enquete realizada por uma plataforma gratuita não houve rigor científico na coleta e tratamento de dados, portanto, foram observadas algumas repetições de CPFs, que não alteram significativamente os resultados por constituírem menos de 1% destes. O principal objetivo era de ter um panorama geral da percepção que os cidadãos têm da cidade.

Os resultados da sistematização são apresentados a seguir.

3.4.2 RESULTADOS

Aproximadamente 900 pessoas responderam ao questionário. Inicialmente os respondentes preencheram o CPF e o CEP e posteriormente informavam a faixa etária. A figura 3.4.2 apresenta a faixa etária dos respondentes.

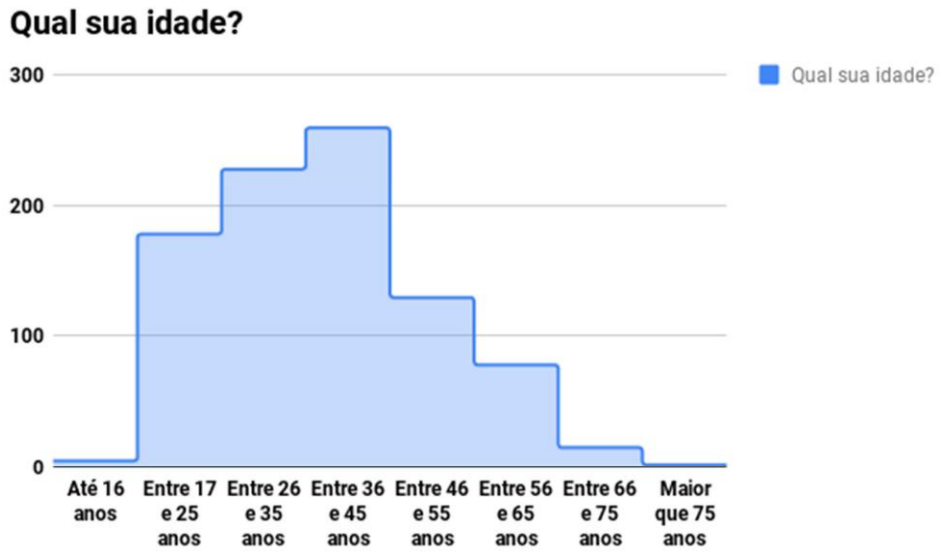


Figura 3.4.2. Faixa etária dos respondentes

Conforme pode ser observado na figura 01, a maior parte dos respondentes tinha entre 26 e 45 anos de idade. Do total dos respondentes, 0,6% da população tinham até 16 anos, 19,9% da população tinha entre 17 e 25 anos de idade, 25,5% tinham entre 26 e 35 anos, 29% tinham entre 36 e 45 anos, 14,4% tinham entre 46 e 55 anos, 8,7% tinham entre 56 e 65 anos, 1,7% tinham 66 e 75 anos e 0,2% tinham mais de 75 anos.

Verifica-se na figura 3.4.3, que 96,4% dos respondentes residem em Passo Fundo, e apenas 3,6% não.

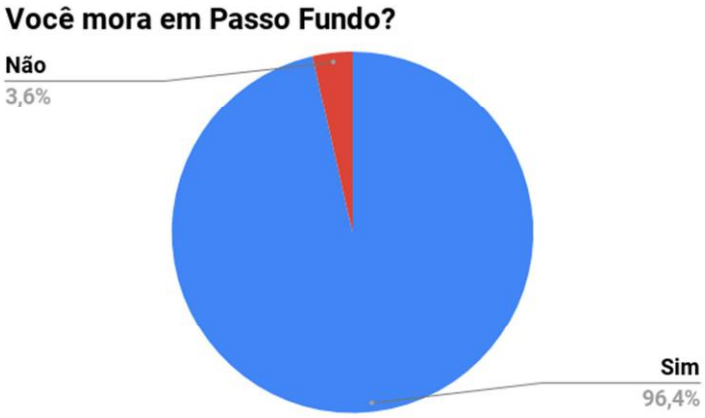


Figura 3.4.3. Residentes em Passo Fundo

A figura 3.4.4 demonstra o resultado dos dados relativos ao local de residência dos respondentes.

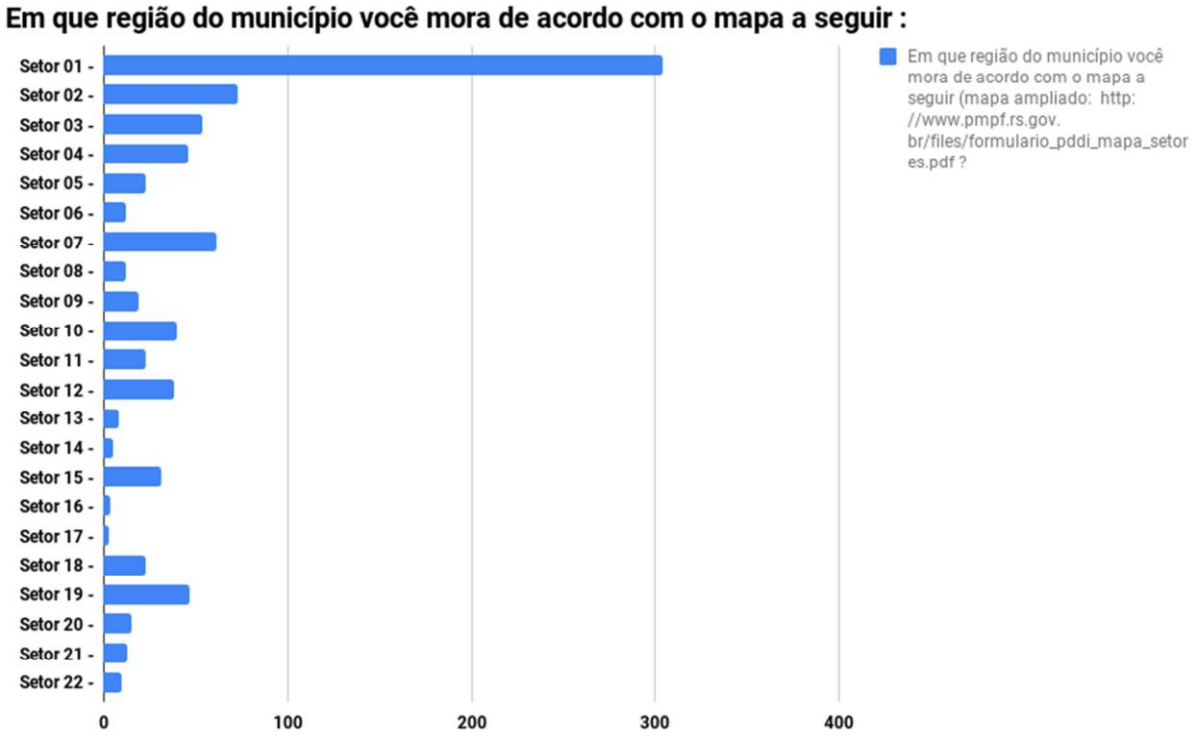


Figura 3.4.4. Local de moradia dos respondentes

De acordo com os dados a maior parte dos respondentes reside no setor 01, correspondendo a 35,2% dos respondentes. Além disso, 8,4% residem no setor 02, 7,1% moram no setor 07, 6,3% residem no setor 03, 5,4% moram no setor 19, 5,3% moram no setor 04, 4,6% moram no setor 10, 4,4 moram no setor 12, 3,6% moram no setor 15, 2,7% moram no setor 05, outros 2,7% moram no setor 11, 2,7% moram no setor

18, 2,2% moram no setor 09, 1,7% residem no setor 20, 1,5% moram no setor 21, 1,4% residem no setor 08, outros 1,4% moram no setor 06, 1,2% moram no setor 22, 0,9% moram no setor 13, 0,6% moram no setor 14, 0,5% moram no setor 16 e 0,3% moram no setor 17.

A figura 3.4.5 apresenta a divisão espacial configurada em 05 (cinco) regiões: Região Norte, Região Sul, Região Leste, Região Oeste e Região Centro, definida na metodologia.

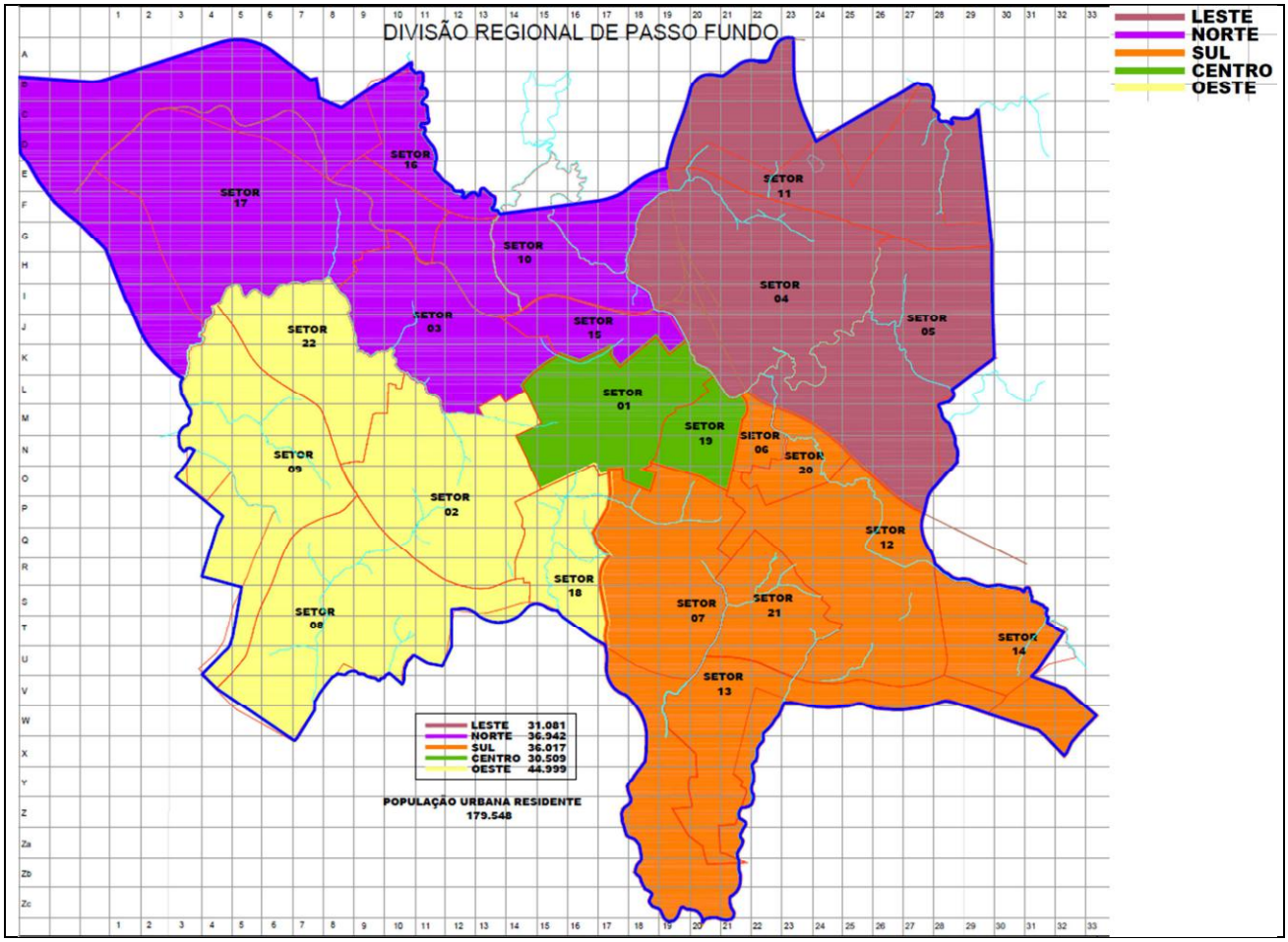


Figura 3.4.5: Mapa divisão regional

A Região Norte é composta pelos setores: 15, 03, 10, 16 e 17. A Região Sul é composta pelos setores: 07, 06, 20, 12, 14, 21 e 13. A Região Leste é composta pelos setores: 04,05 e 11. A Região Oeste é composta pelos setores: 02, 22, 18, 08 e 09. A Região Centro é composta pelos setores: 01 e 19.

Considerando a divisão das regiões e as respostas do local de moradia dos respondentes, temos o apresentado no quadro 3.4.1:

Região	Percentual
Centro	40,6%
Norte	15,3%
Leste	10,7%
Sul	20,3%
Oeste	13,2%

Quadro 3.4.1: Mapa divisão regional

Verifica-se que 40,6% dos respondentes residem na região do centro, 20,3% residem na região Sul, 15,3% residem na região Norte, 13,2% residem na região Oeste e 10,7% residem na região Leste.

Com relação aos meios de deslocamento, 67,3% dos respondentes informaram que se locomovem por meio de transporte particular, 16,9% informaram que se deslocam de transporte público, 15,1% se deslocam a pé e 0,8% se locomovem de bicicleta, vide figura 3.4.6.

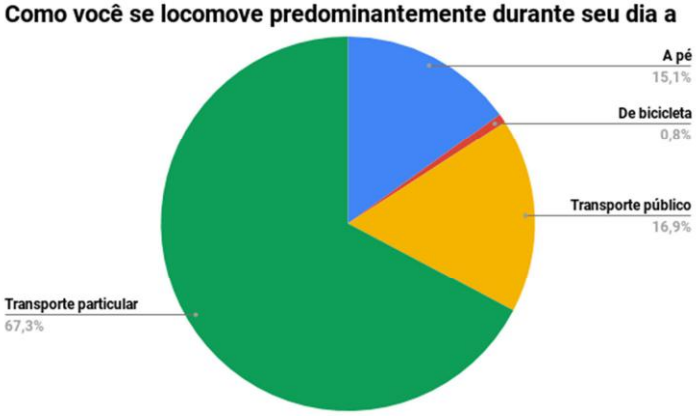


Figura 3.4.6. Meio de locomoção dos respondentes

No questionário foi apresentada a hierarquização viária prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sendo pedestre, ciclista, transporte público e transporte particular e solicitada a concordância ou não dos respondentes com relação a estruturação da cidade observando esta hierarquização. Os resultados apontam que 89,1% concordam e 10,9% discordam que a cidade se estruture conforme a hierarquização viária do Código de Trânsito Brasileiro, conforme pode ser observado na figura 3.4.7.

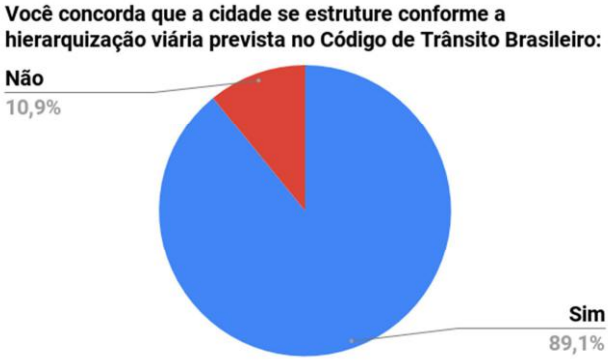


Figura 3.4.7. Concordância/discordância hierarquização viária do CTB

Com relação à criação de faixas preferenciais para ônibus em algumas vias estruturadoras o resultado aponta que 93,3% dos respondentes manifestaram-se a favor e 6,7% contra, conforme pode ser verificado na figura 3.4.8.

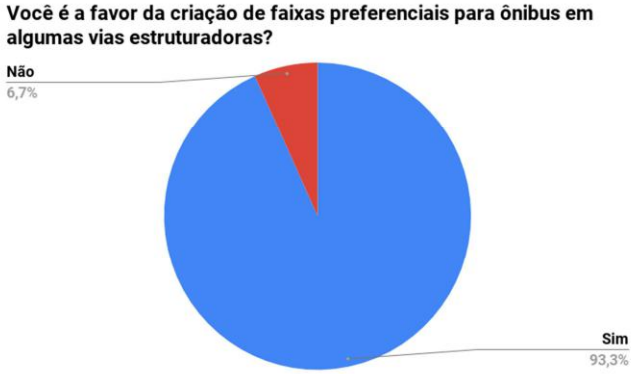


Figura 3.4.8. Criação de faixas preferenciais de ônibus

Em relação à ampliação do percurso das ciclovias e dos pontos de bicicletas compartilhadas, verifica-se que 88,3% dos respondentes manifestaram-se a favor e 11,7% contra, conforme pode ser verificado na figura 3.4.9.

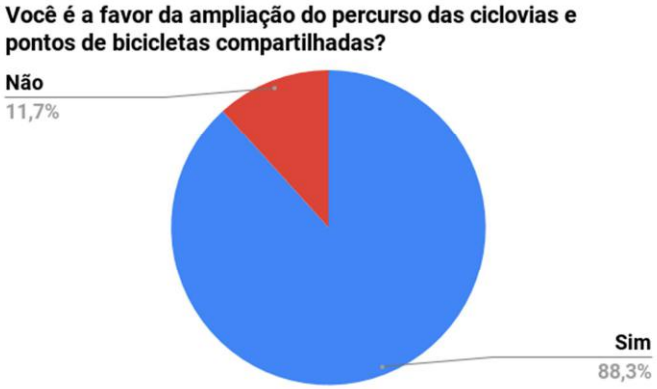


Figura 3.4.9. Ampliação de percurso de ciclovia e pontos de bicicleta compartilhada

O questionário averiguou o interesse de utilização pela população de um sistema de ciclovias, seguro e conectado. Os resultados apontam que 75,7% da população informaram que caso houvesse o sistema de ciclovias utilizariam e 24,3% não utilizaria, figura 3.4.10.

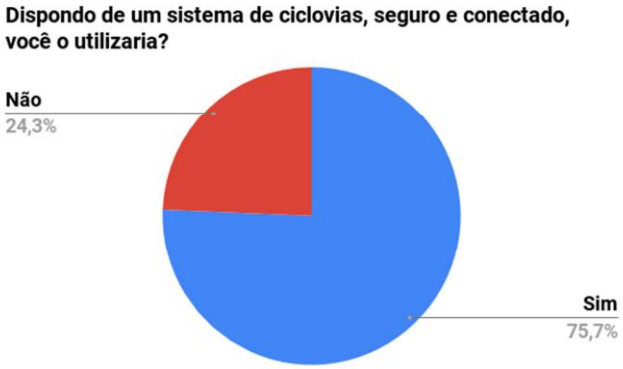


Figura 3.4.10. Utilização do percurso de ciclovia

Na sequência, foi questionado sobre a utilização da ciclovia para trabalho e lazer. Os resultados apontam que 61,8% não utilizariam a ciclovia para trabalho e 38,2% dos respondentes utilizariam a ciclovia para trabalho, conforme figura 3.4.11. Com relação à utilização da ciclovia para lazer, 92% dos respondentes informaram que utilizariam a ciclovia para lazer e 8% informaram que não utilizariam, de acordo com a figura 3.4.12.

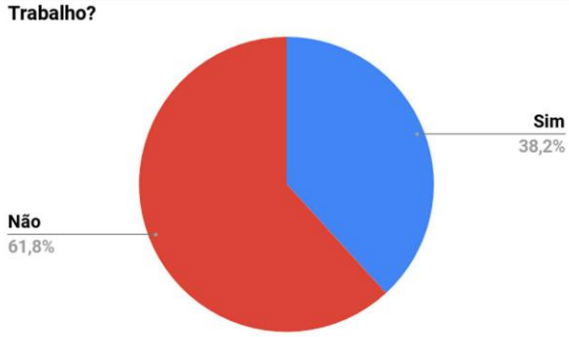


Figura 3.4.11. Utilização da ciclovia para trabalho

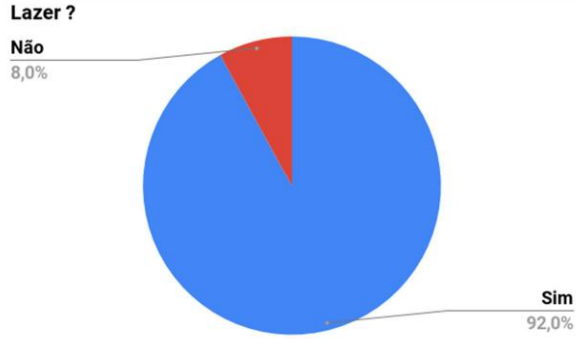


Figura 3.4.12. Utilização da ciclovia para lazer

Quanto à criação de vias de lazer nos finais de semana, os resultados apontam que 92,1% são favoráveis a criação e 7,9% são contrários, de acordo com a figura 3.4.13.

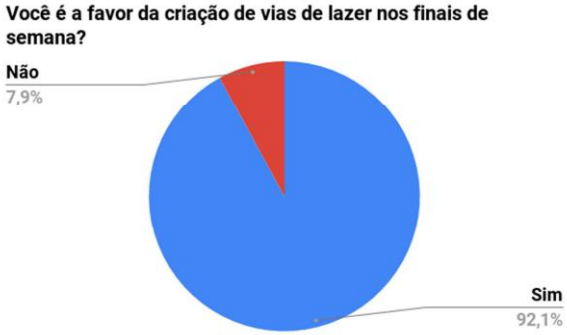


Figura 3.1.13. Criação de vias de lazer nos finais de semana

Foi avaliada a percepção da comunidade em relação às calçadas da região central considerando sua dimensão e a sua qualidade. Com relação à dimensão, 48,7% consideram as calçadas de bom tamanho, 44,8% consideram as calçadas estreitas, 3,7% consideram as calçadas largas e 2,8% classificaram como inexistentes, vide figura 3.4.14.

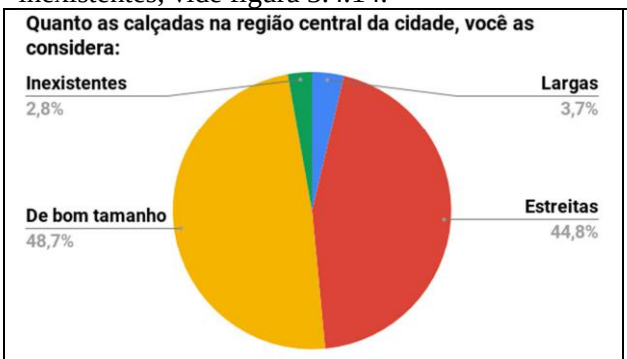


Figura 3.4.14. Dimensões das calçadas - região central

Figura 3.4.15. Qualidade das calçadas - região central

Quanto à qualidade das calçadas da região central, 60% consideram as calçadas razoáveis, 34,8% classificaram como ruins e 5,2% enquadraram como bem estruturadas, conforme figura 3.4.15.

A percepção da comunidade em relação às calçadas do bairro também foi avaliada. No geral, com relação à dimensão, 42,8% consideram as calçadas de bom tamanho, 31,1% consideram as calçadas estreitas, 23,5% classificaram como inexistentes e 2,8% consideram as calçadas largas, vide figura 3.4.16.

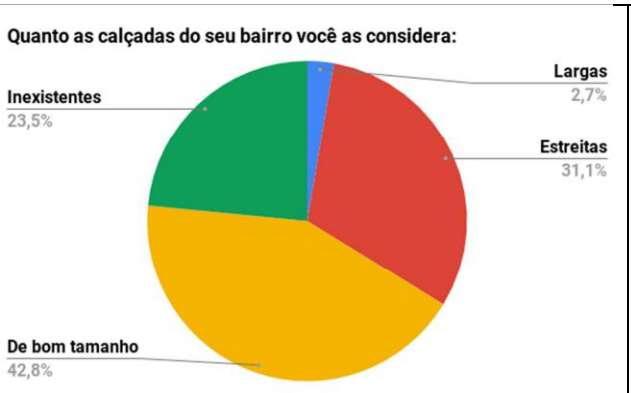


Figura 3.4.16. Dimensões das calçadas - bairro

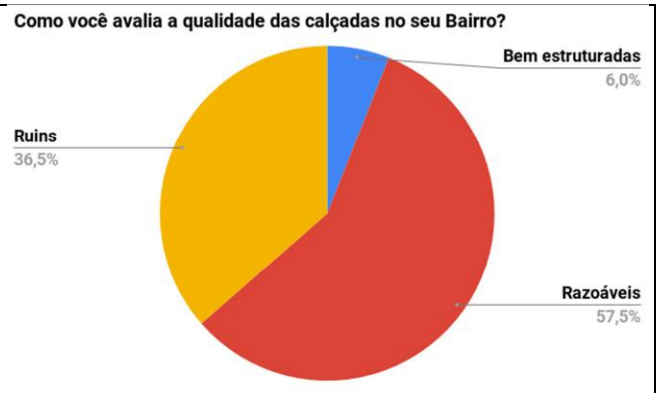


Figura 3.4.17. Qualidade das calçadas - bairro

Quanto à qualidade das calçadas da região central, 57,5% consideram as calçadas razoáveis, 36,5% classificaram como ruins e 6% enquadraram como bem estruturadas, conforme figura 3.4.17.

A classificação geral das calçadas conforme o bairro de cada respondente é apresentada na figura 3.4.18.

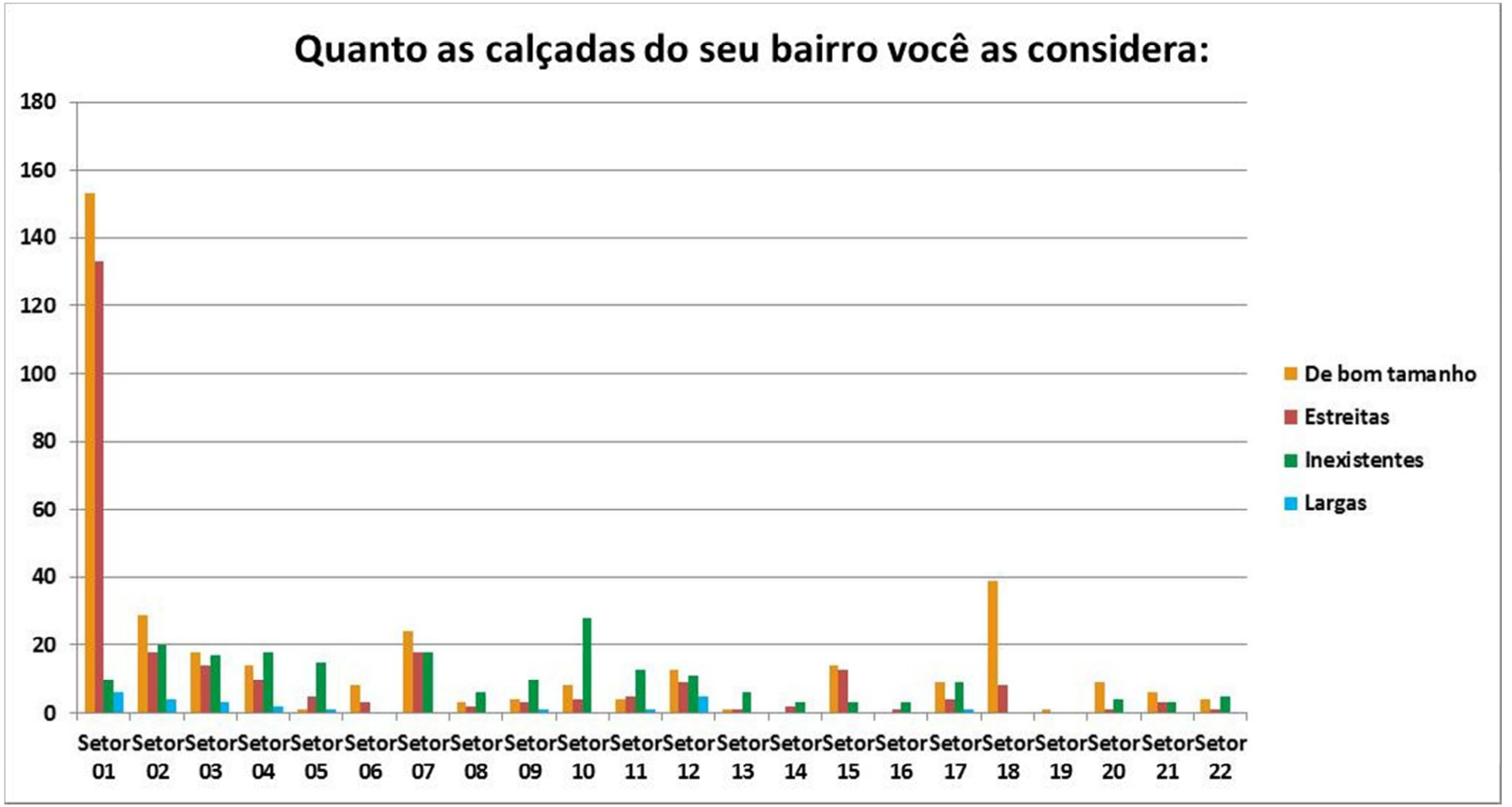


Figura 3.4.18. Percepção dimensões das calçadas por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se que a maioria dos respondentes classificaram os setores 01, 02, 03, 06, 07, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21 como calçadas de bom tamanho. Já nos setores 04, 05, 08, 09, 10, 11,13, 14, 16, 22 a maioria dos respondentes consideram as calçadas inexistentes.

Os respondentes avaliaram a boa oferta de moradia, trabalho, serviços, comércio e lazer no bairro. A figura 3.4.19 apresenta a média dos resultados, sendo possível observar que a maior parte dos respondentes considera que há boa oferta de moradia, de serviços e de comércio. Entretanto, consideram que não há boa oferta de trabalho e de lazer no bairro.

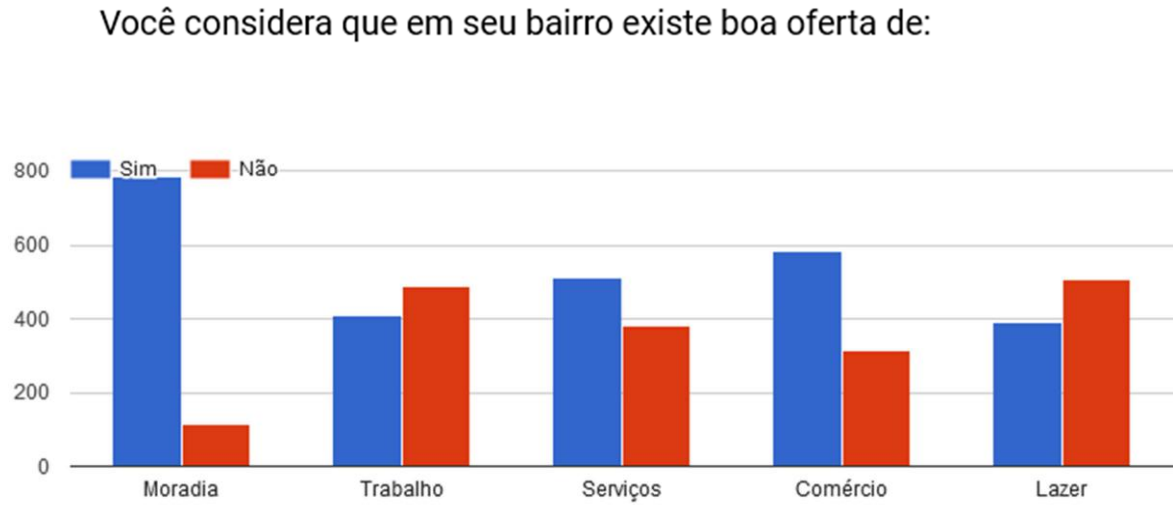


Figura 3.4.19. Boa oferta de moradia, trabalho, serviços, comércio e lazer no bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observam-se na figura 3.4.20 que a maioria dos respondentes considerou boa oferta e moradia, com exceção dos setores 16 e 17.

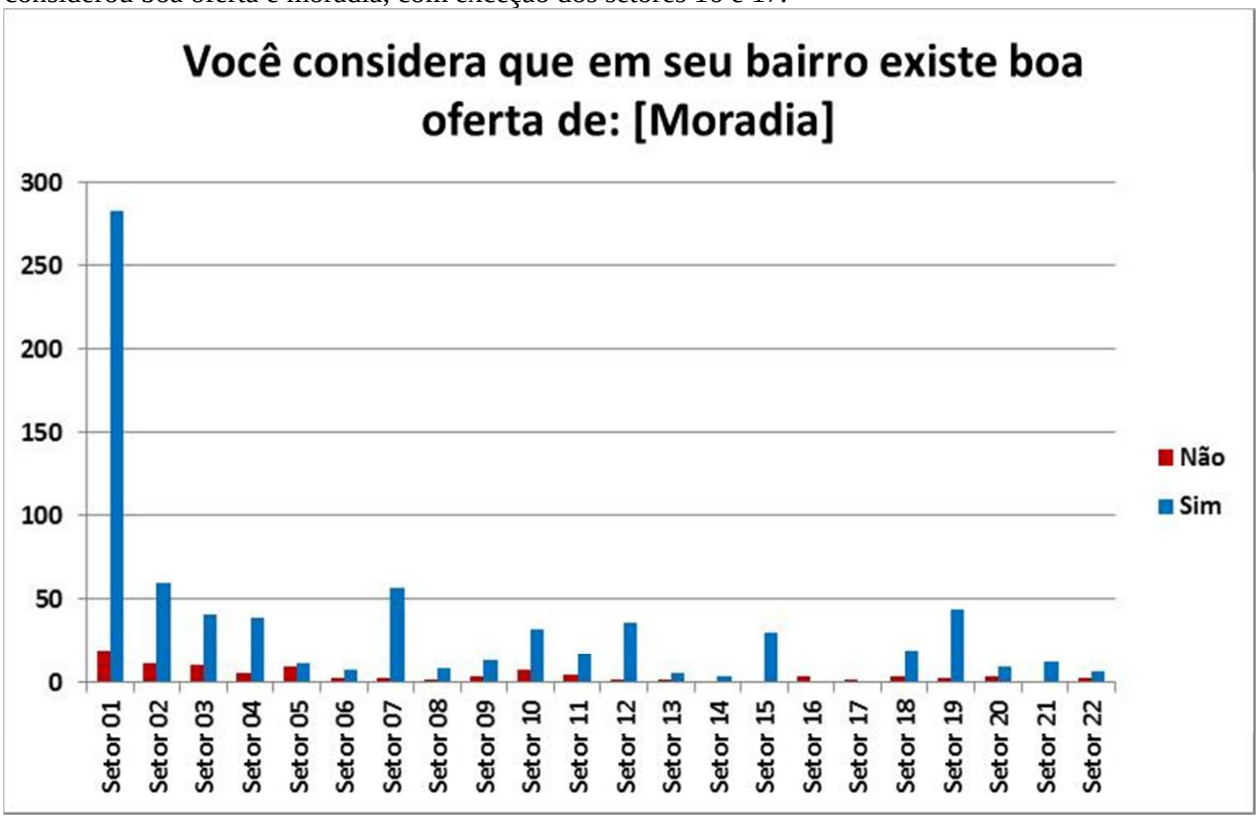


Figura 3.4.20. Oferta de moradia por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.21 que a maioria dos respondentes considera que não há boa oferta de trabalho, com exceção dos setores 01, 12, 20 e 21.

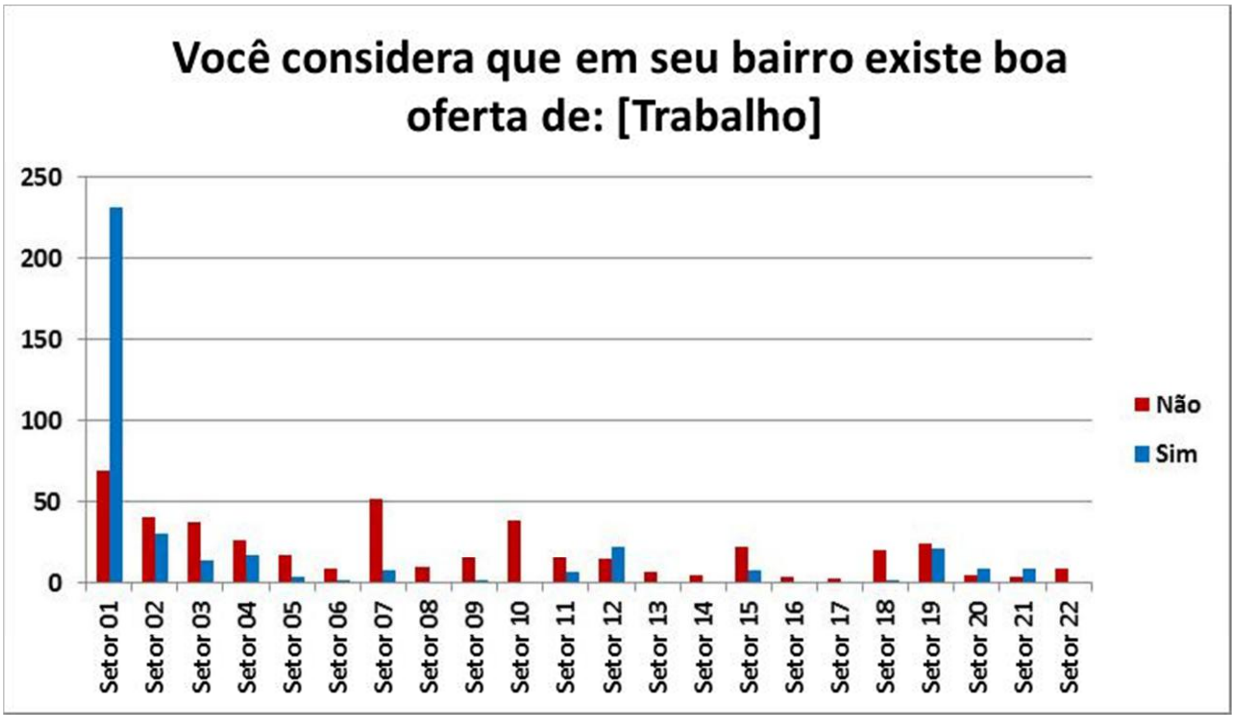


Figura 3.4.21. Oferta de trabalho por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.22 que a maioria dos respondentes considera que não há boa oferta de serviços, com exceção dos setores 01, 02, 12, 20 e 21.

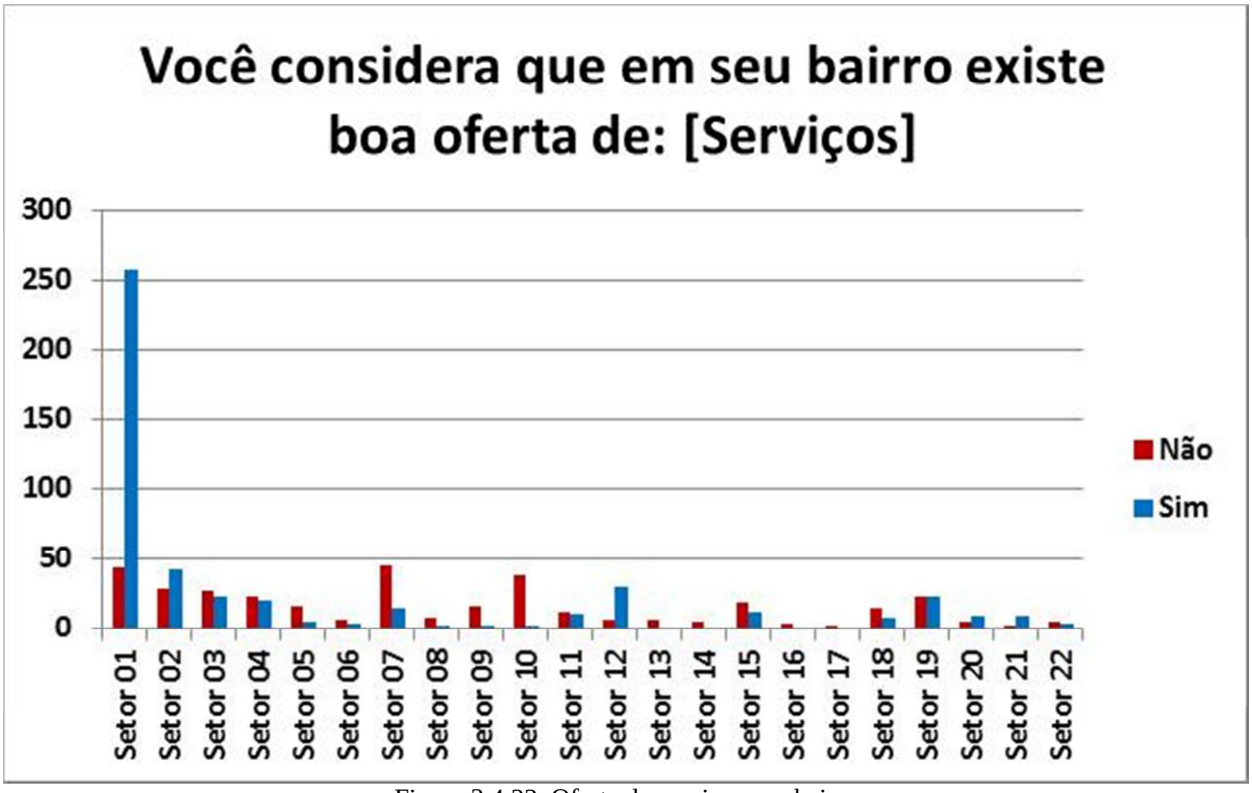


Figura 3.4.22. Oferta de serviços por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.23 que a maioria dos respondentes considera que há boa oferta de comércio. Entretanto, alguns respondentes consideram que não há boa oferta, correspondendo aos setores 06, 07, 08, 09,10, 11, 13, 14, 17, 18 e 22.

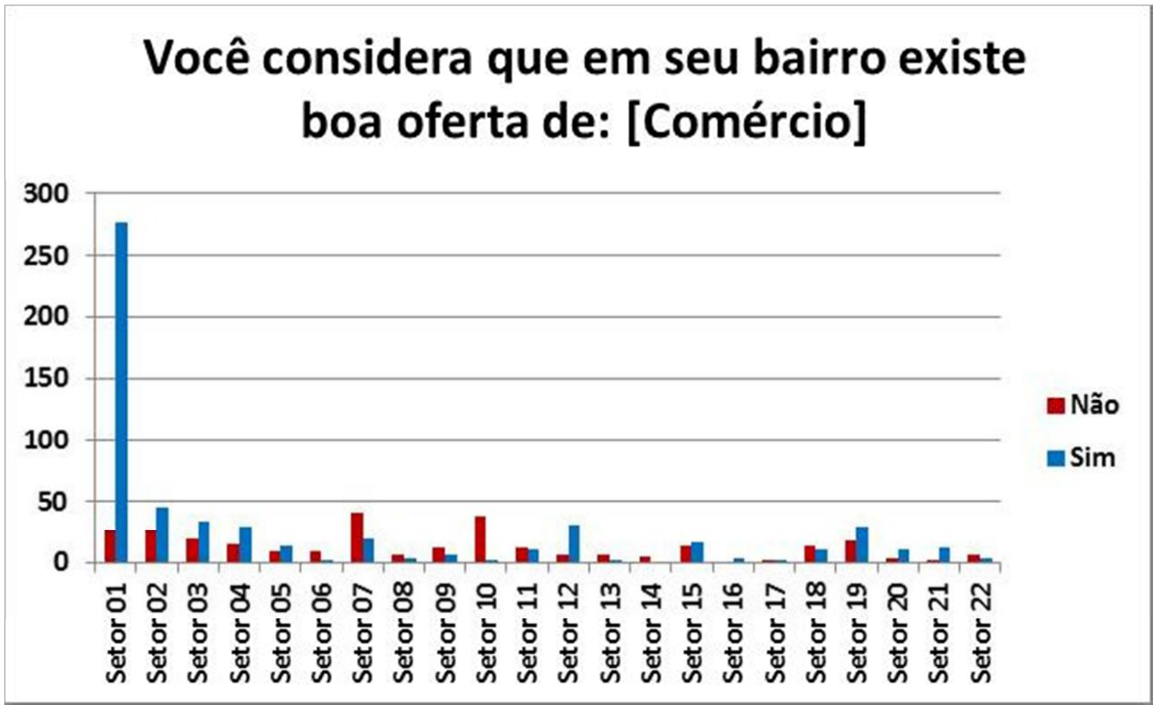


Figura 3.4.23. Oferta de comércio por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.24 que a maioria dos respondentes considera que não há boa oferta de lazer. Entretanto, alguns respondentes consideram que há boa oferta, correspondendo aos setores 01, 04, 10 e 19.

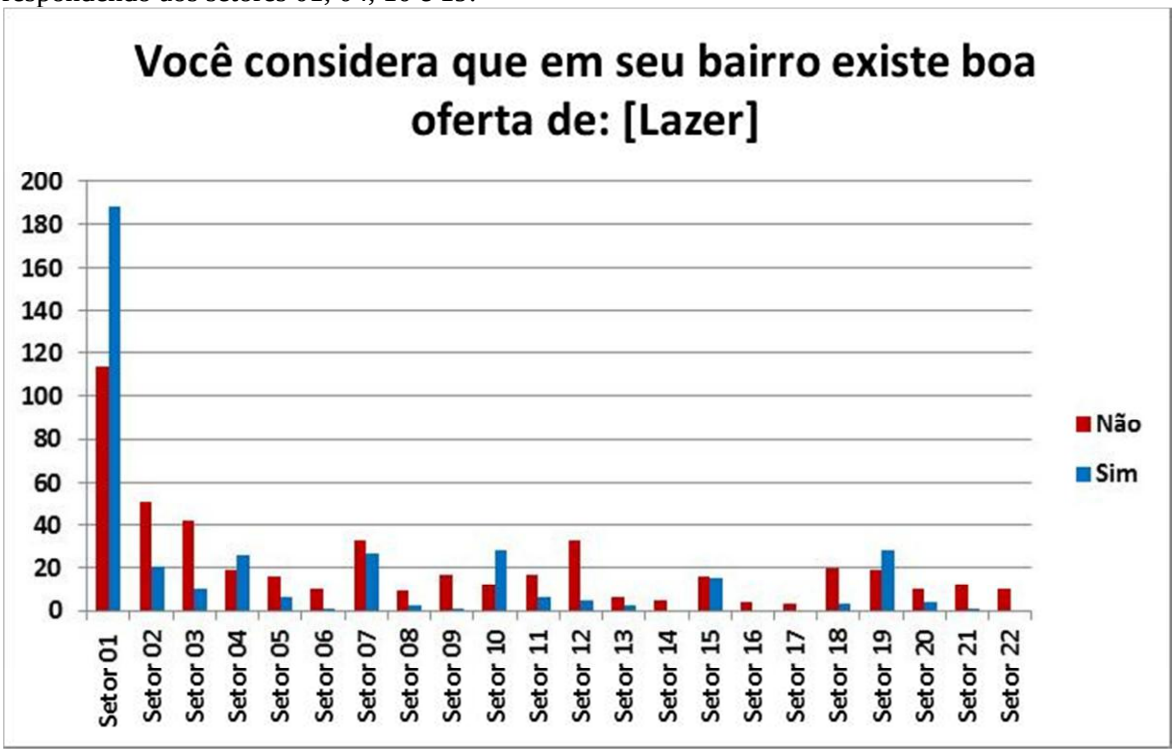


Figura 3.4.24. Oferta de lazer por bairro

A comunidade foi questionada se gostaria de mais feiras e atividades de lazer ao ar livre, como oficinas, projetos culturais, etc. conforme pode ser verificado na figura 3.4.25, 88,4% dos respondentes gostariam e 11,6% não.

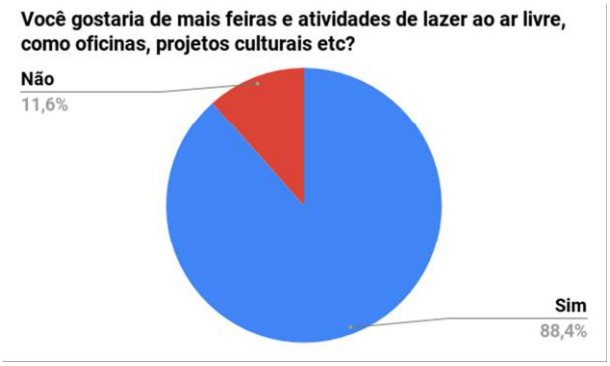


Figura 3.4.25. Oferta de feiras e atividades de lazer ao livre

Os respondentes avaliaram a oferta de saúde, educação e segurança no bairro classificando como bom regular ou ruim. A figura 3.4.26 apresenta a média dos resultados, sendo possível observar que a maior parte dos respondentes classificou como bom os serviços de educação e ruim os serviços de segurança. Entretanto, praticamente houve um empate na avaliação dos serviços de saúde, classificando entre bom e regular.

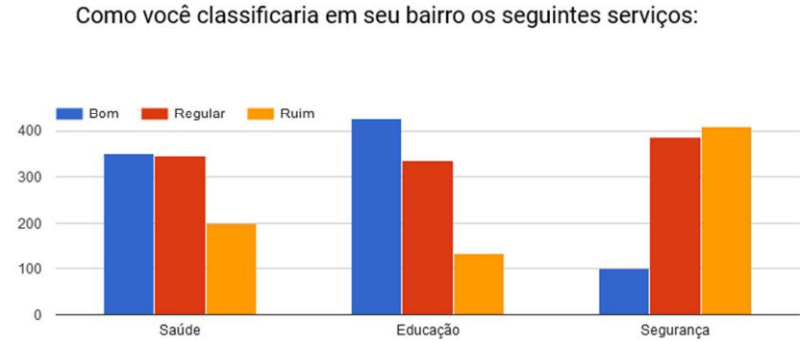


Figura 3.4.26. Oferta de serviços de educação, saúde e segurança no bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.27 que 39% dos respondentes classificaram como bom os serviços de saúde, 38% classificaram como regular e 23% como ruim.

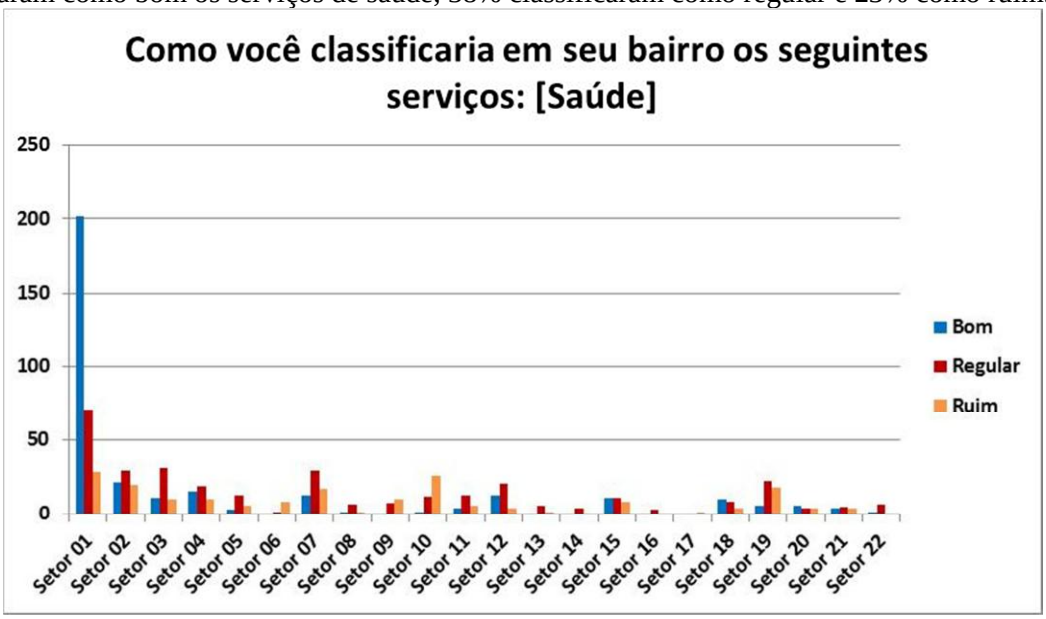


Figura 3.4.27. Oferta de serviços de saúde por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.28 que 48% dos respondentes classificaram como bom os serviços de educação, 37% classificaram como regular e 15% como ruim.

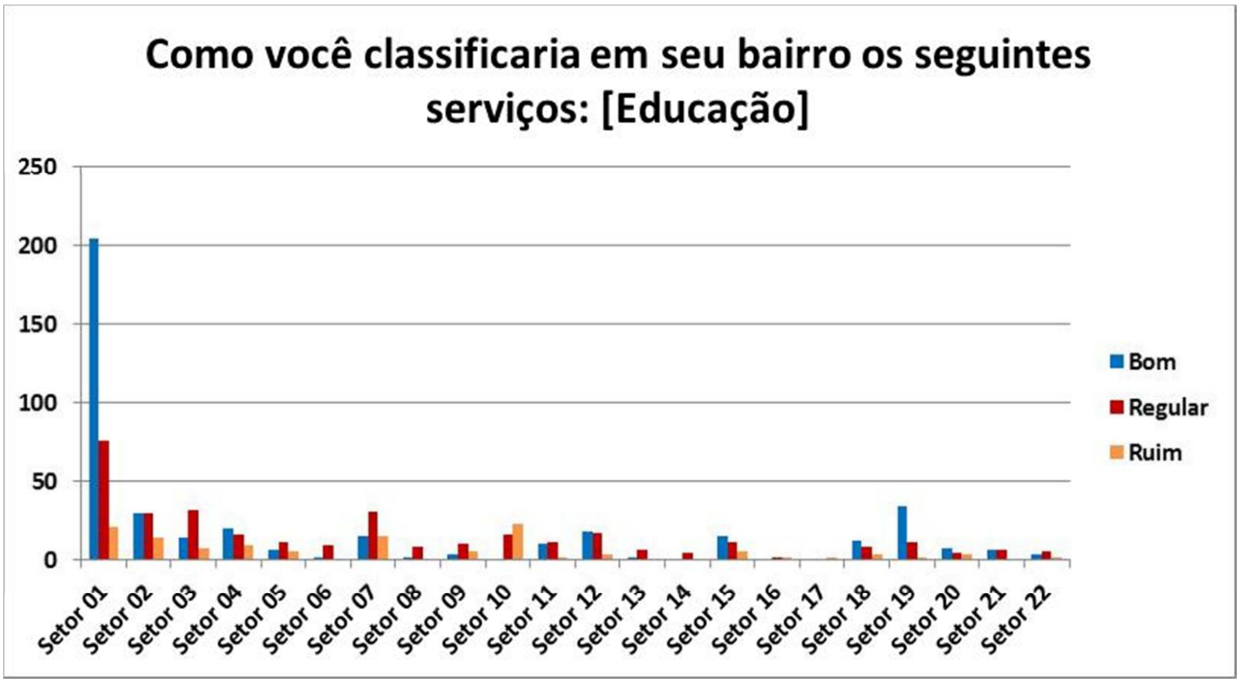


Figura 3.4.28. Oferta de serviços de educação por bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.29 que 46% dos respondentes classificaram como ruim os serviços de segurança, 43% classificaram como regular e 11% como bom.

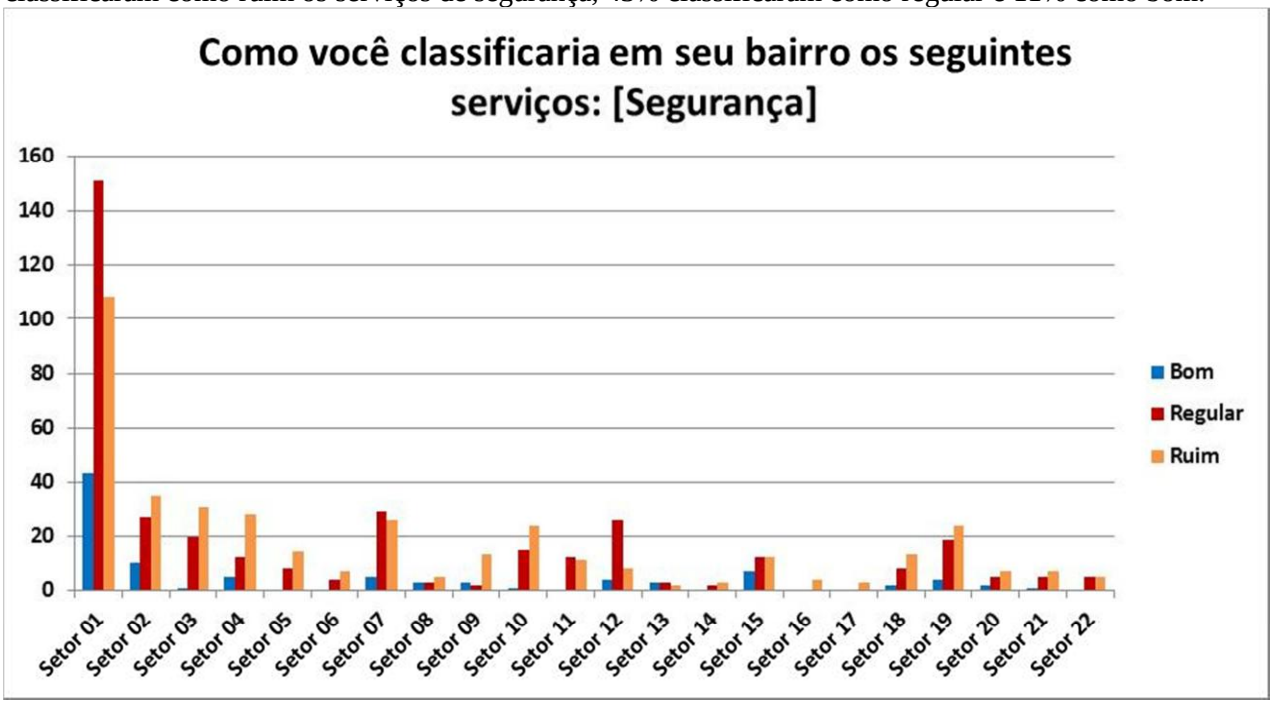


Figura 3.4.29. Oferta de serviços de segurança por bairro

Quanto à adoção de medidas inovadoras que estão implantadas em cidades referências 83,6% manifestaram-se a favor e 16,4% contra, conforme figura 3.4.30.

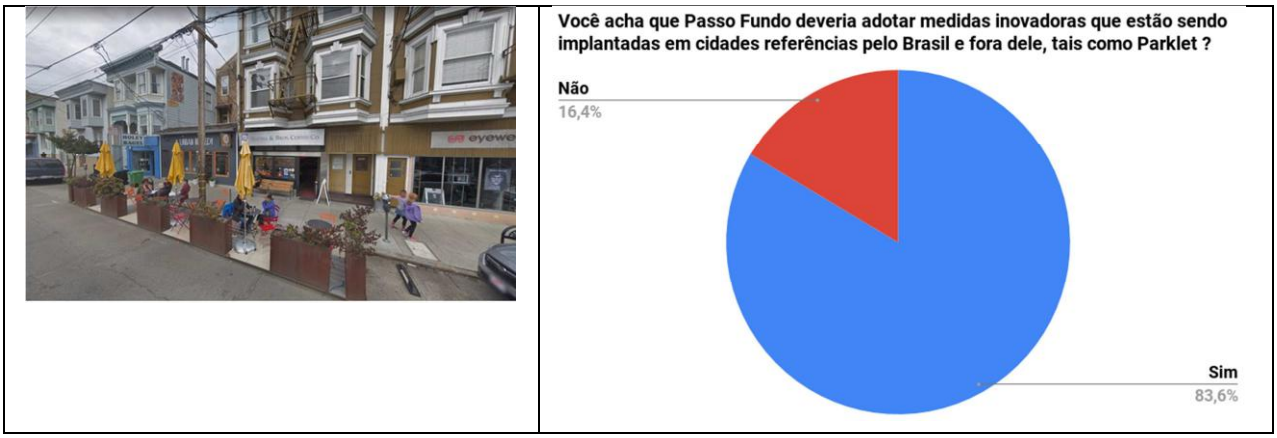


Figura 3.4.30. Adoção de medidas inovadoras

Sobre o desenvolvimento tecnológico de Passo Fundo poder impulsionar a economia local e gerar novas oportunidades, 98% dos respondentes manifestaram entendimento positivo e 2% negativo, conforme figura 3.4.31.

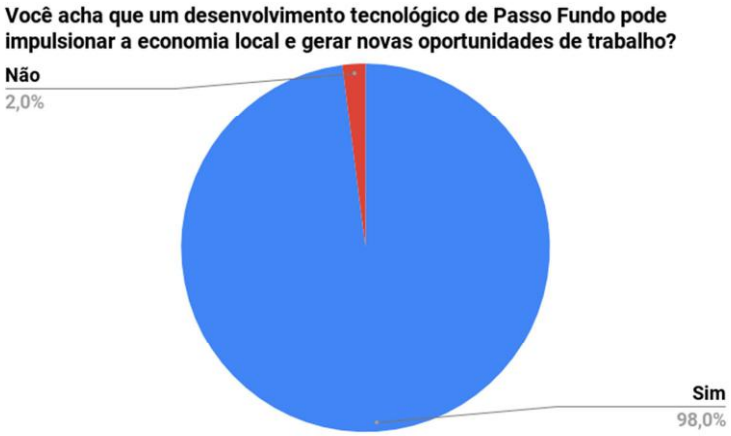


Figura 3.4.31. Desenvolvimento tecnológico pode impulsionar a economia local

Quando questionados se as empresas locais deveriam ser motivadas pelo município a serem inovadoras em suas áreas, 97,3% manifestaram-se a favor e 2,7% contra, conforme figura 3.4.32.

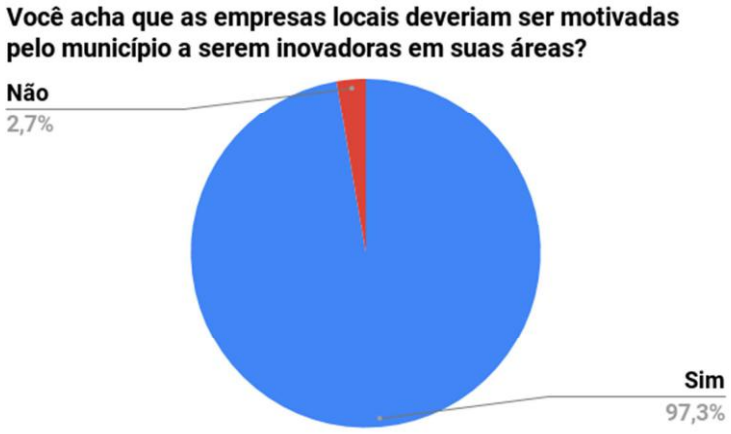


Figura 3.4.32. Motivação empresar locais - inovação

Quanto à altura das edificações, 57,4% consideram adequado para o bairro edifícios mais baixos e 42,6% consideram adequado edifícios mais altos, conforme figura 3.4.33.

Mais baixos

Mais altos

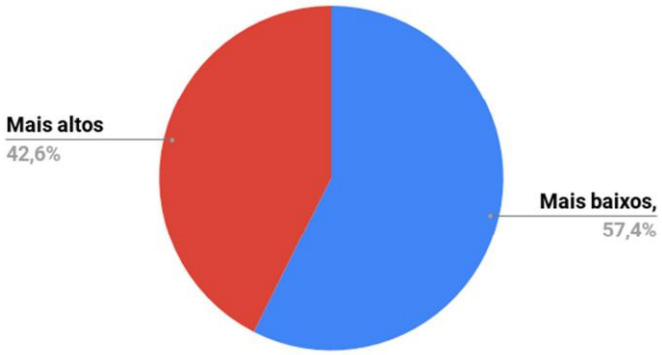


Figura 3.4.33. Altura da edificação no bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.34 que a maioria dos respondentes informou considerar adequado para o seu bairro edifícios mais baixos, de até 05 pavimentos. Apenas os respondentes residentes dos setores 01, 10 e 19 consideram adequado edifícios mais altos.

Figura 3.4.34. Altura edificações por bairro

Quanto ao uso misto nas edificações do bairro, valendo-se de edifícios onde o térreo é comercial e os pavimentos superiores são residenciais, 80,3% manifestaram-se a favor e 19,7% contra, segundo figura 3.4.35.

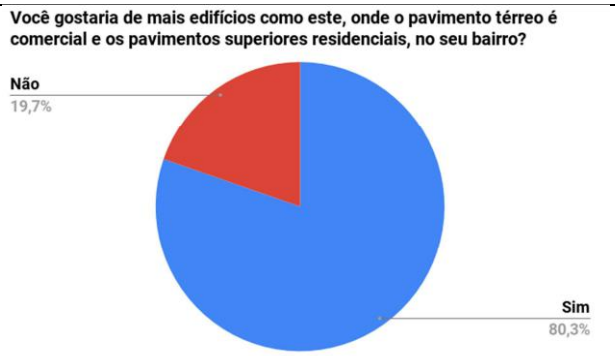


Figura 3.4.35. Uso misto edificações do bairro

Considerando as respostas de cada bairro, observa-se na figura 3.4.36 que a maioria dos respondentes informou considerar adequado para o seu bairro. Apenas no setor 14 os respondentes informaram que não gostariam de edifícios onde o térreo é comercial e os pavimentos superiores residenciais.

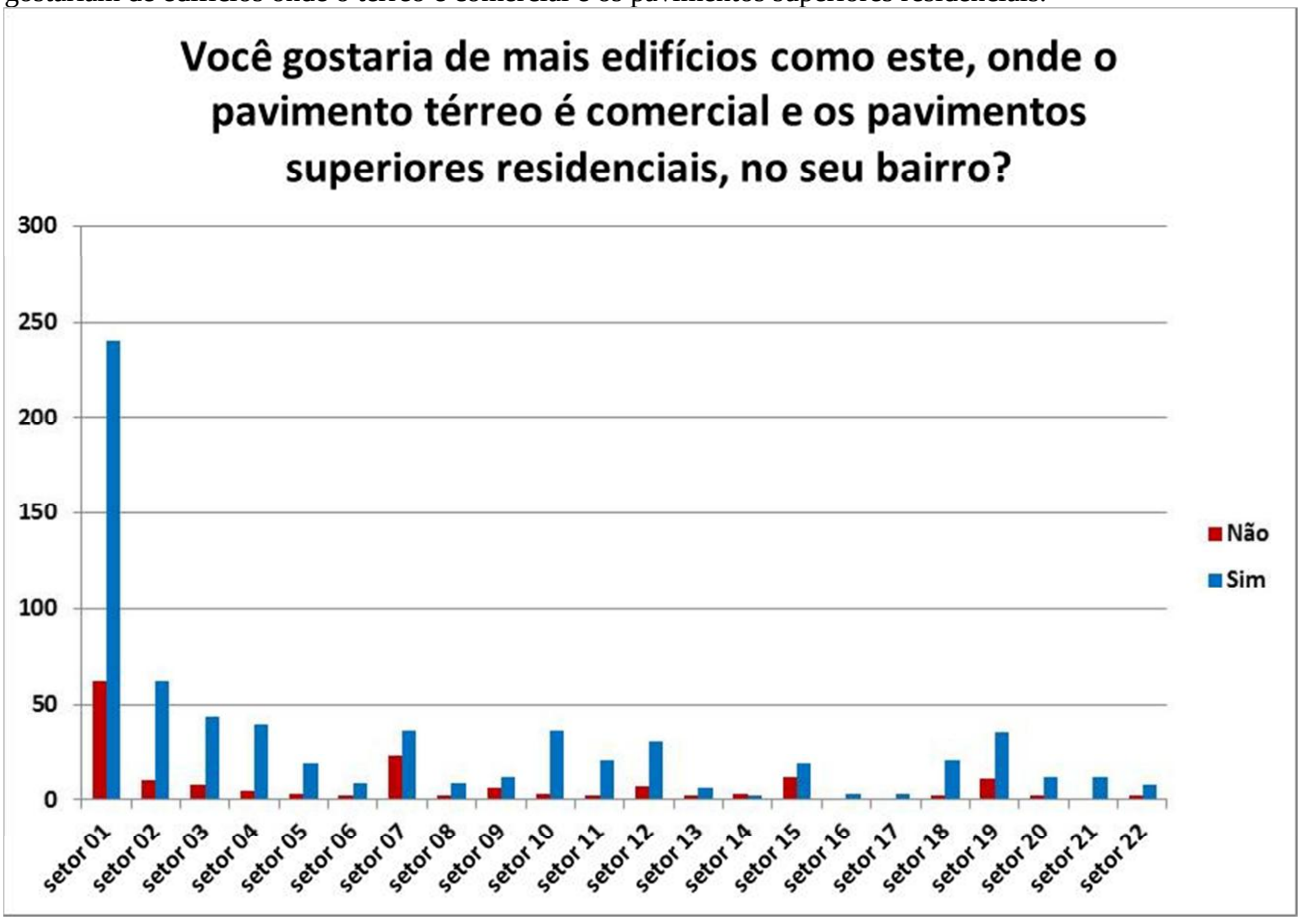


Figura 3.4.36. Uso misto edificações por bairro

Os respondentes avaliaram as vagas de estacionamento no recuo frontal com acesso pela calçada, sendo que 51,8% manifestaram-se a favor e 48,2% contra, segundo figura 3.4.37.

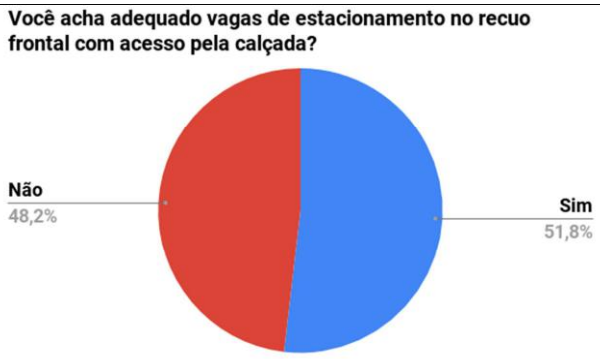


Figura 3.4.37. Vagas de estacionamento no recuo frontal

Quanto ao estímulo para a implantação de áreas permeáveis no recuo frontal das edificações, 92,5% dos respondentes manifestaram-se a favor e 7,5% contra, segundo figura 3.4.38.

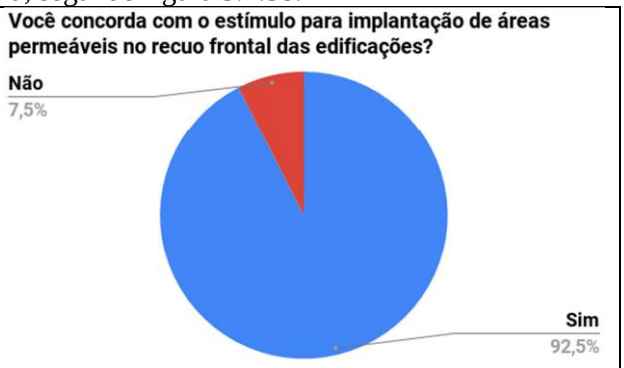


Figura 3.4.38. Áreas permeáveis no recuo frontal

O questionário abordou a participação da comunidade nos canais abertos pela prefeitura relacionados ao desenvolvimento urbano, 59,5% dos respondentes informaram que não costumam participar e 40,5% manifestaram que participam, segundo figura 3.4.39.

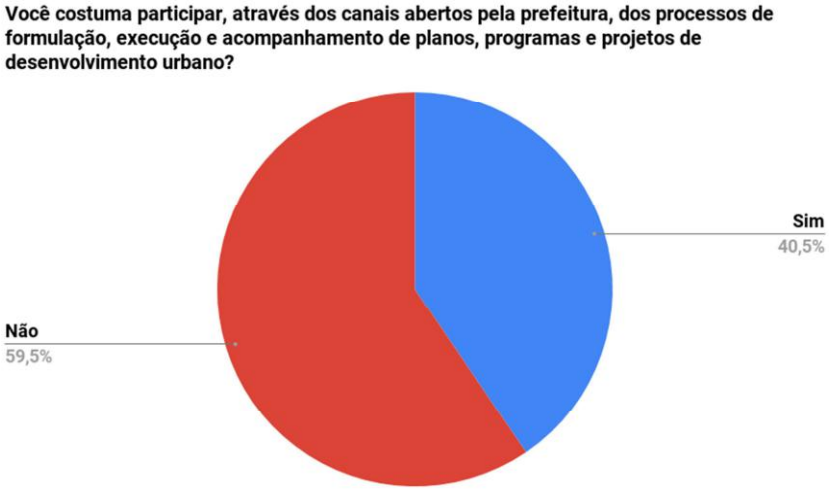


Figura 3.4.39. Participação da comunidade

Os respondentes avaliaram se gostariam do fornecimento de espaços públicos e equipamentos a população pelo setor privado. Os resultados apontam que 90,4% dos respondentes informaram que gostariam e 9,6% não gostariam, segundo figura 3.4.40.

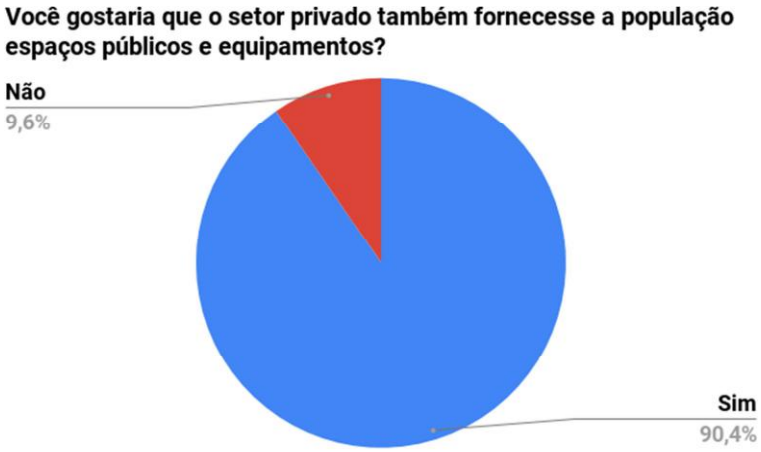


Figura 3.4.40. Participação da comunidade

REFERÊNCIAS

ACIOLY JR, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana.** Disponível em: <https://issuu.com/joseflamarqueg/docs/densidade_urbana_acioly>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

ARQUIDIOCESE. **Romaria de Nossa Senhora Aparecida.** Disponível em: <http://signis.org.br/noticias/igreja/16-08-2018/arquidiocese-de-passo-fundo-inicia-programao-para-38o-romaria-de-nossa-senhora-aparecida>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

ARQUIODIOCEDE. **Passo Fundo.** Disponível em: <https://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/node/1511>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

BATALHA DO PULADOR. **Passo Fundo.** Disponível em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&p=839 >. Acesso em 13 de novembro de 2018.

BATALHA DO PULADOR. **Passo Fundo.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Passo_Fundo>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

CORREIO DO POVO. **Refugiados.** Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A114/N272/html/63REFUGI.htm>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

CÚPULA DA ONU. **Envelhecimento Populacional E Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cupula-da-onu-discute-envelhecimento-populacional-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 7 de novembro de 2018.

DATAPEDIA. Disponível em: <https://www.datapedia.info/public/>. Acesso em 24 de outubro de 2018.

DEÁK, Csaba. **À busca das categorias da produção do espaço Cap.5: "Localização e espaço: valor de uso e valor". Tradução para o português em 2001.** Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/usodosolo/index.html>. Acesso em 18 de novembro.

DESTINOS NACIONAIS. **Região Sul, Passo Fundo.** Disponível em: <www.mgmoperadora.com.br/dica/2248/1/28/0/1036/destinos-nacionais/regiao-sul//passo-fundo>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

DOTS. **Planos Diretores. 2018**. Disponível em: <http://wricidades.org/research/publication/dots-nos-planos-diretores>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

ESTUDO DE CONCEPÇÃO DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL DAS BACIAS DO URUGUAI E DO JACUÍ, NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO / RS. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria de Meio Ambiente.**

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diretoria de Estatísticas e Informações.** Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/>

GELPI, Adriana; GOSCH, Luiz Roberto; KALIL, Rosa Maria. **Avenida Brasil: do comércio tropeiro ao shopping center. I Colóquio Inter Nacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem, 2014.** Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/1_cincci/020.pdf>. Acesso em 22 maio de 2018.

GOSCH, Luiz Roberto. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula (org.). Arquitetura e Urbanismo em debate. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 69-88.

IBGE**. Base informações setores – Senso 2010- Universo Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, **Fernando. Passo Fundo: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.**

MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando**. Passo Fundo: presentes da memória**. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

O NACIONAL. **Danzpare Passo Fundo.** Disponível em: <http://www.onacional.com.br/cultura/77933/passo+fundo+sera+sede+do+danzpare+brasil>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

O NACIONAL. **Rodeio Internacional de Passo Fundo. 2018.** Disponível em: <http://www.onacional.com.br/esporte/80811/rodeio+internacional+de+passo+fundo+sera+em+dezembro+de+2018>. Acesso em 13 de novembro 2018.

O NACIONAL. **Romaria.** Disponível em: <http://www.onacional.com.br/geral/cidade/85937/romaria+sera+realizada+no+dia+14+de+outubro>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, L.A.; MASCARÓ, J. J. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. Ambiente Construído, Porto Alegre,** v. 7, n. 2, p.59 - 69, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_005.pdf>.

PACHECO, Priscila. **O que gera a densidade urbana e quais os efeitos do adensamento nas cidades**, **2017.** Disponível em: <http://thecityfixbrasil.com/2017/05/31/o-que-gera-a-densidade-urbana-e-quais-os-efeitos-do-adensamento-nas-cidades/>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

PASSO FUNDO PLANO DIRETOR, 1953. **Porto Alegre: Imp. Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.**

PDDU: **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Lei n° 2133 de 12 de dezembro de 1984. Passo Fundo. Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.pmpf.rs.gov.br>.

PEDROSO, Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz; SILVA, Felipe Francisco Pereira. **Equipamentos de esporte e lazer na cidade: planejamento dos parques urbanos do Recife, PE, Brasil.** Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd158/equipamentos-de-esporte-e-lazer-na-cidade.htm**>.** Acesso em 7 de novembro de 2018.

PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL DE PASSO FUNDO**. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1991.**

PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO – PEEUEL, Produto 04. **Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo, 2013.**

PLANO DE MOBILIDADE URBANA E RURAL. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014.**

Plano diretor 1953. **Passo Fundo Plano Diretor – ano 1953**. Passo Fundo: 2000.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2015.**

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria Municipal de Habitação, 2009.**

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2001.**

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PASSO FUNDO**. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014.**

PLANO URBANÍSTICO LOCAL – PUL. **Setores 8 e 9, Passo Fundo, RS.** Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2013.

PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

PORTAL DE PESQUISAS TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. **Cúpula da ONU discute envelhecimento populacional e desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/geografia/setores_economia.htmCúpula da ONU discute envelhecimento populacional e desenvolvimento sustentável>.

PORTAL DE PESQUISAS TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. **Setores da Economia.** Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/geografia/setores_economia.htm>.

PPDI. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Lei Complementar n° 170, de 10 de outubro de 2006**. Passo Fundo. Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.pmpf.rs.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Danzpare.** Disponível em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12028>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Feira do Livro.** Disponível em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&p=666>. Acesso em13 de novembro de 2018.

PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS CIDADES. **Capacidades.** Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/>. Acesso em 7 de novembro de 2018.

RADIO PLANALTO. **XXVIII Rodeio Internacional de Passo Fundo.** Disponível em: <http://fm.rdplanalto.com/noticias/31487/lancado-o-xviii-rodeio-internacional-de-passo-fundo>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

ROSSBACH, Anaclaudia; CARVALHO, Celso Santos**. O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary.** Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

SABOYA, R. T. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. PORTAL CAPACIDADES. **O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a06v27n2.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal Reserva Maragato.** Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/reserva-particular-do-patrimonio-natural-federal-reserva-maragato>. Acesso em 16 de novembro de 2018.

SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Reserva Particular do Patrimônio Natural Federal Universidade de Passo Fundo.** Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/reserva-particular-do-patrimonio-natural-federal-universidade-de-passo-fundo-5909c631de4c0> Acesso em 19 de novembro de 2018.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre; Silva, Samira Elias Silva; ALEJANDRO, Carlos. **Dimensões e limites da sustentabilidade habitacional.** Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5957>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

UPF. **Portal das Jornadas Literárias.** Disponível em: <http://jornadasliterarias.upf.br/verConteudo.php?cod=346>. Acesso 12 de novembro de 2018.

WIKIPEDIA. **Passo Fundo.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Passo_Fundo>. Acesso em 13 de novembro 2018.

ANEXOS

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

ANEXO 1 - DIVULGAÇÃO DAS OFICINAS AVALIATIVAS TERRITORIAIS DA REVISÃO DO PLANTO DIRETOR

Este anexo foi elaborado pelo setor de comunicação do Município de Passo Fundo e registra a divulgação feita no processo de Revisão do Plano Diretor na etapa de Diagnóstico.

A divulgação dos temas e das datas de realização das Oficinas Avaliativas Territoriais da Revisão do Plano Diretor ocorreu das seguintes formas:

Primeiramente houve a divulgação de um cartaz instigando a população a participar da revisão do Plano Diretor. Neste cartaz era dada uma breve explicação do que é e para que serve um Plano Diretor, e, caso a pessoa quisesse obter mais informações, o cartaz direcionava para o site oficial da prefeitura.

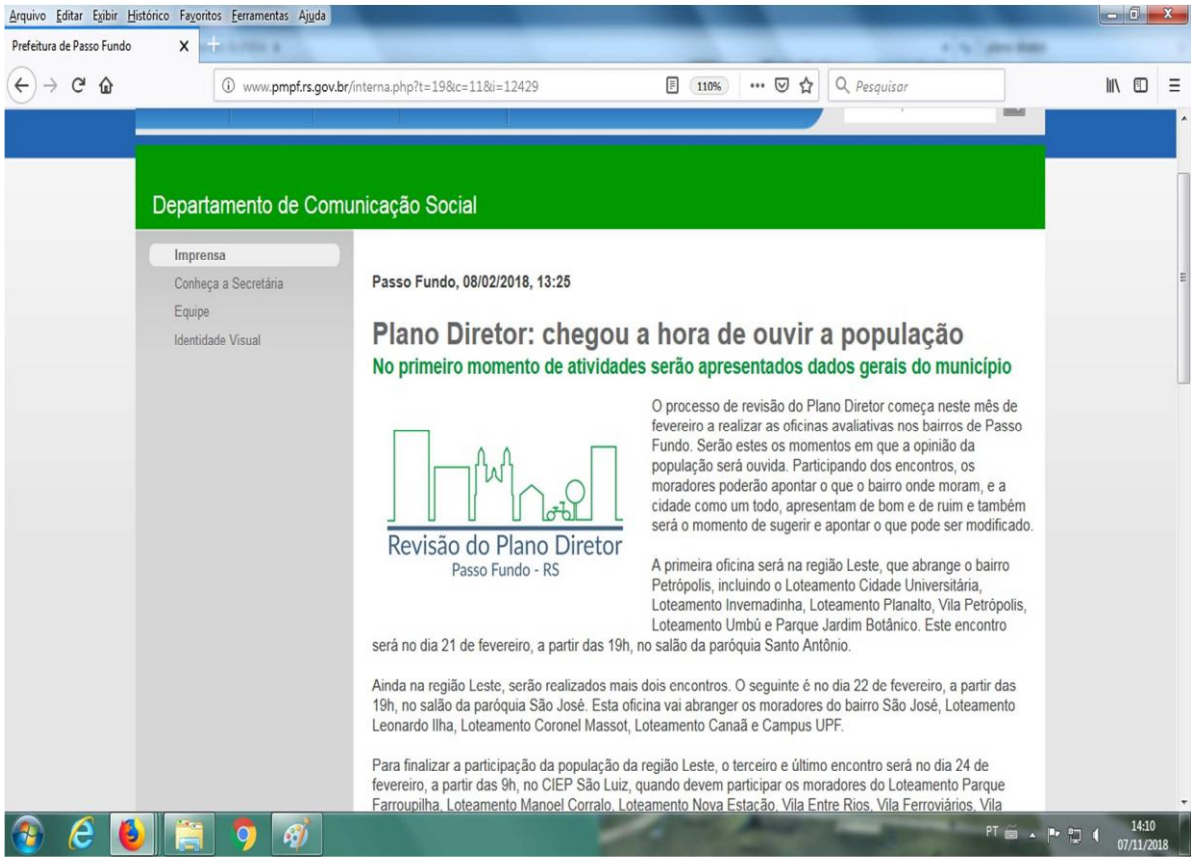
A divulgação continuou a ser feita através de cartazes com as datas, horários e território de abrangência das oficinas, que foram fixados nos ônibus urbanos, especialmente nas linhas dos bairros envolvidos no setor de cada um das oficinas . Também foram colados cartazes com as datas, horários e território que foram afixados nas unidades de saúde da rede municipal e nas escolas (mesmos modelos dos colocados nos ônibus).

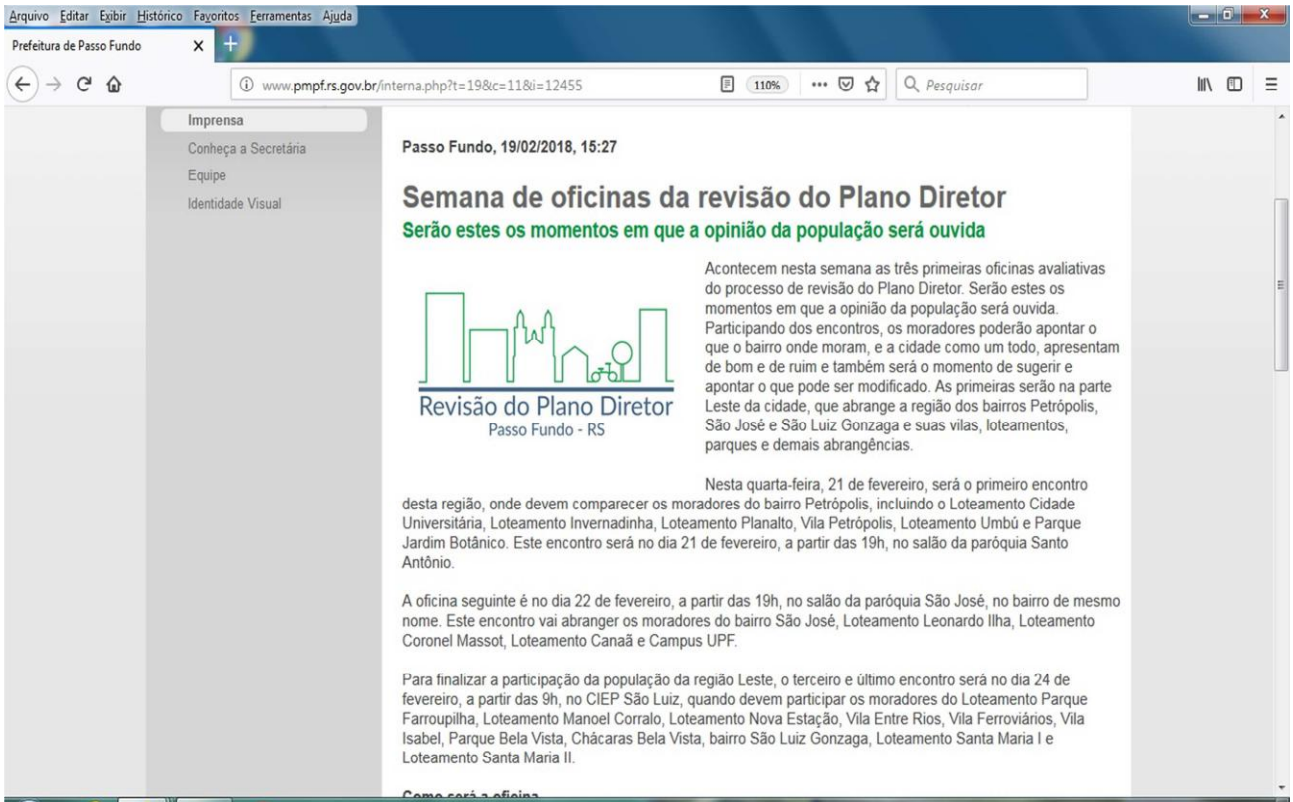
Houve o chamamento por alto-falante no dia anterior e no dia de cada oficina nos bairros envolvidos, por meio de moto de som (feito de forma voluntária).

A Assessoria de Comunicação produziu notícias acerca da realização das oficinas, que foram publicadas no site da Prefeitura de Passo Fundo. Notícias também foram publicadas nos jornais e sites dos veículos de comunicação da cidade, a partir das notícias encaminhadas pela Assessoria de Comunicação .

Notícias ainda foram veiculadas em emissoras de rádio e televisão existentes na cidade. Convite, através das redes sociais, nas páginas mantidas pela Prefeitura de Passo Fundo, mobilização realizada através dos presidentes das associações de moradores dos bairros, e intermediação de entrevistas dos veículos de comunicação da cidade com os integrantes do Núcleo Técnico e Núcleo Gestor da Revisão do Planto Diretor vieram também para complementar a divulgação. Abaixo o material:

DIVULGAÇÃO NO SITE DA PREFEITURA





Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12455

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 19/02/2018, 15:27

Semana de oficinas da revisão do Plano Diretor

Serão estes os momentos em que a opinião da população será ouvida

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

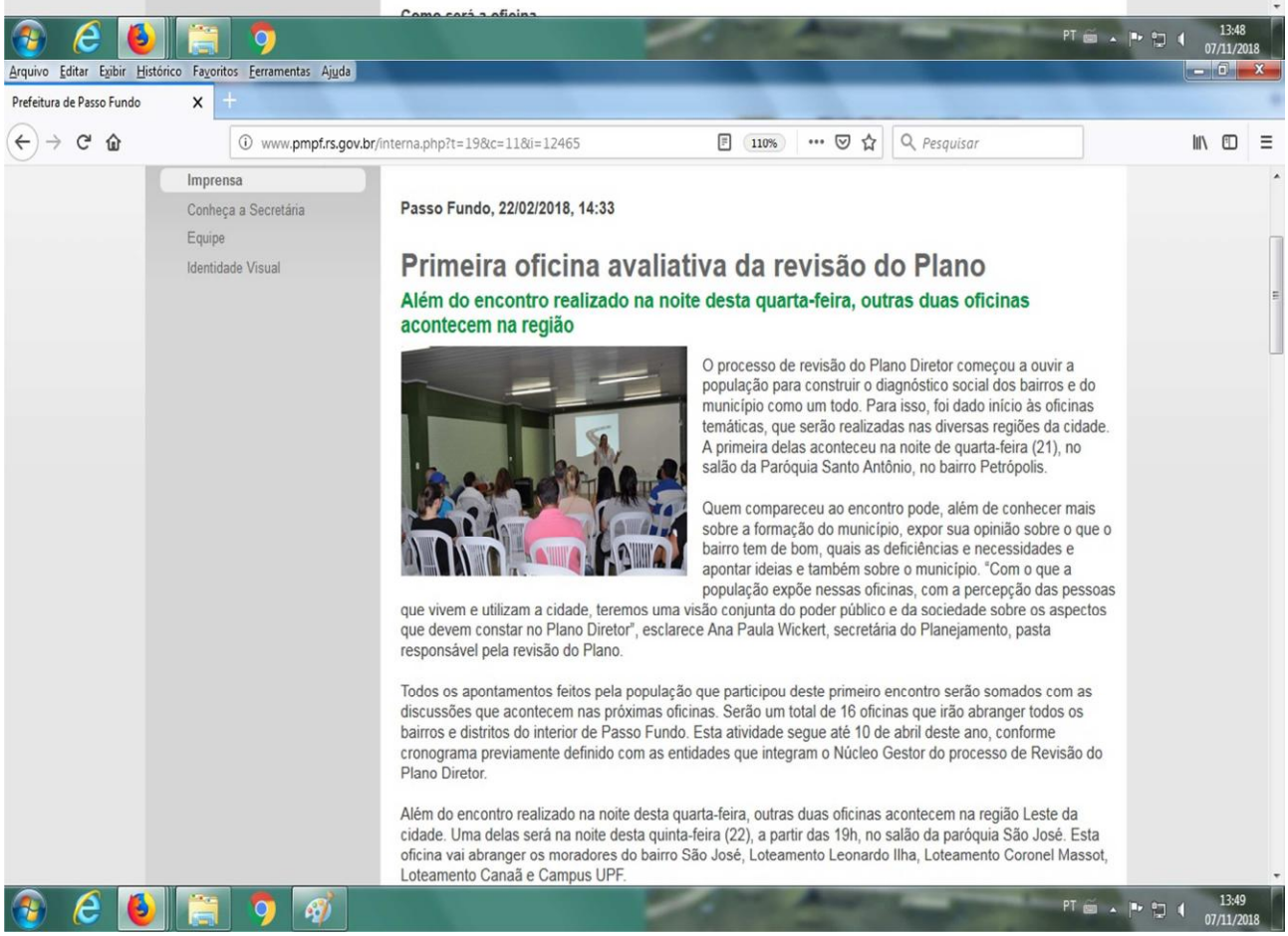
Acontecem nesta semana as três primeiras oficinas avaliativas do processo de revisão do Plano Diretor. Serão estes os momentos em que a opinião da população será ouvida. Participando dos encontros, os moradores poderão apontar o que o bairro onde moram, e a cidade como um todo, apresentam de bom e de ruim e também será o momento de sugerir e apontar o que pode ser modificado. As primeiras serão na parte Leste da cidade, que abrange a região dos bairros Petrópolis, São José e São Luiz Gonzaga e suas vilas, loteamentos, parques e demais abrangências.

Nesta quarta-feira, 21 de fevereiro, será o primeiro encontro desta região, onde devem comparecer os moradores do bairro Petrópolis, incluindo o Loteamento Cidade Universitária, Loteamento Invernadinha, Loteamento Planalto, Vila Petrópolis, Loteamento Umbú e Parque Jardim Botânico. Este encontro será no dia 21 de fevereiro, a partir das 19h, no salão da paróquia Santo Antônio.

A oficina seguinte é no dia 22 de fevereiro, a partir das 19h, no salão da paróquia São José, no bairro de mesmo nome. Este encontro vai abranger os moradores do bairro São José, Loteamento Leonardo Ilha, Loteamento Coronel Massot, Loteamento Canaã e Campus UPF.

Para finalizar a participação da população da região Leste, o terceiro e último encontro será no dia 24 de fevereiro, a partir das 9h, no CIEP São Luiz, quando devem participar os moradores do Loteamento Parque Farroupilha, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Nova Estação, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Isabel, Parque Bela Vista, Chácaras Bela Vista, bairro São Luiz Gonzaga, Loteamento Santa Maria I e Loteamento Santa Maria II.

Como será a oficina



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12465

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 22/02/2018, 14:33

Primeira oficina avaliativa da revisão do Plano

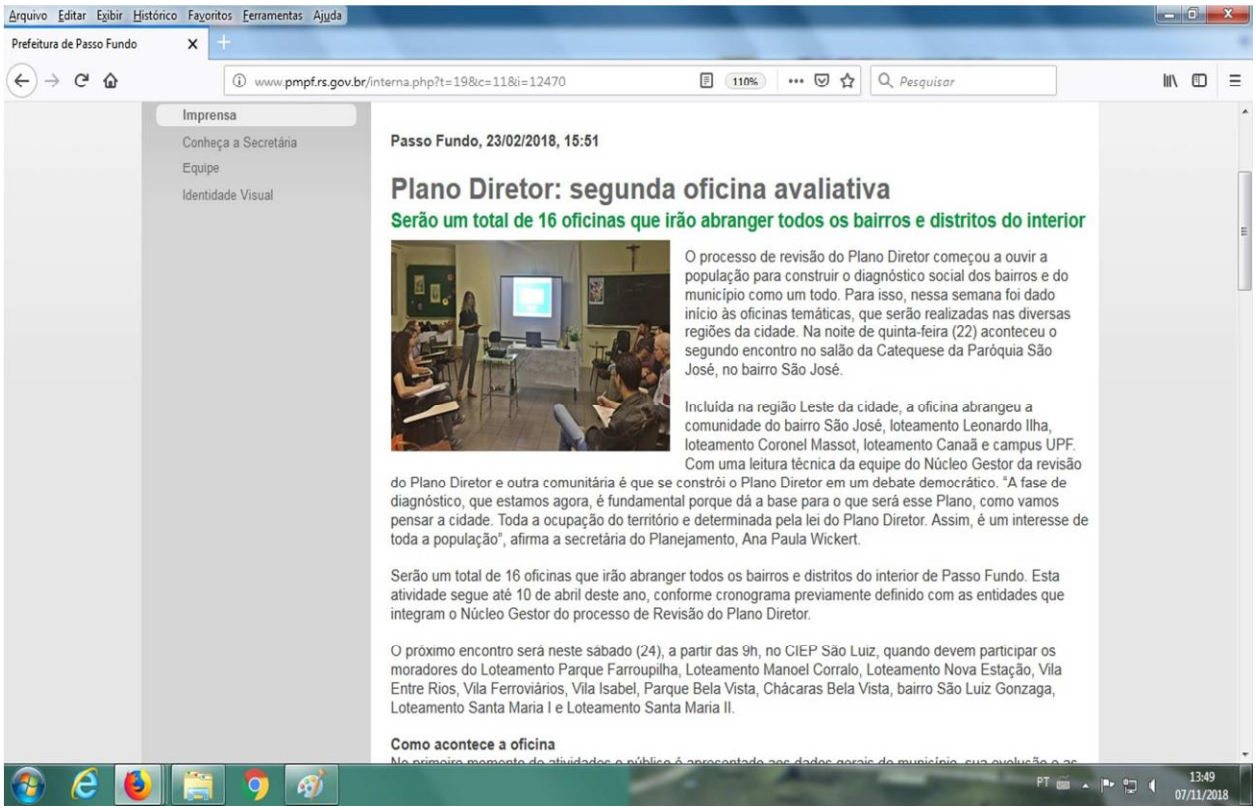
Além do encontro realizado na noite desta quarta-feira, outras duas oficinas acontecem na região

O processo de revisão do Plano Diretor começou a ouvir a população para construir o diagnóstico social dos bairros e do município como um todo. Para isso, foi dado início às oficinas temáticas, que serão realizadas nas diversas regiões da cidade. A primeira delas aconteceu na noite de quarta-feira (21), no salão da Paróquia Santo Antônio, no bairro Petrópolis.

Quem compareceu ao encontro pode, além de conhecer mais sobre a formação do município, expor sua opinião sobre o que o bairro tem de bom, quais as deficiências e necessidades e apontar ideias e também sobre o município. "Com o que a população expõe nessas oficinas, com a percepção das pessoas que vivem e utilizam a cidade, teremos uma visão conjunta do poder público e da sociedade sobre os aspectos que devem constar no Plano Diretor", esclarece Ana Paula Wickert, secretária do Planejamento, pasta responsável pela revisão do Plano.

Todos os apontamentos feitos pela população que participou deste primeiro encontro serão somados com as discussões que acontecem nas próximas oficinas. Serão um total de 16 oficinas que irão abranger todos os bairros e distritos do interior de Passo Fundo. Esta atividade segue até 10 de abril deste ano, conforme cronograma previamente definido com as entidades que integram o Núcleo Gestor do processo de Revisão do Plano Diretor.

Além do encontro realizado na noite desta quarta-feira, outras duas oficinas acontecem na região Leste da cidade. Uma delas será na noite desta quinta-feira (22), a partir das 19h, no salão da paróquia São José. Esta oficina vai abranger os moradores do bairro São José, Loteamento Leonardo Ilha, Loteamento Coronel Massot, Loteamento Canaã e Campus UPF.



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12470

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 23/02/2018, 15:51

Plano Diretor: segunda oficina avaliativa

Serão um total de 16 oficinas que irão abranger todos os bairros e distritos do interior

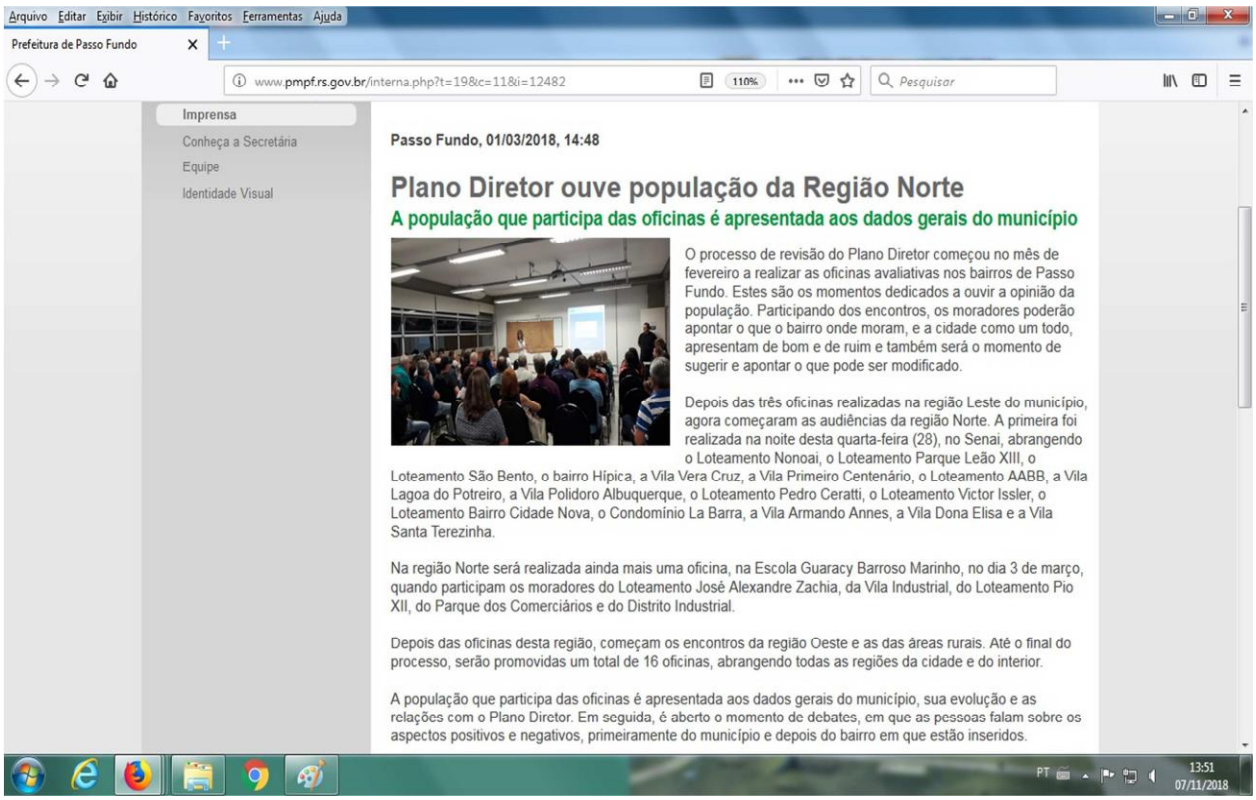
O processo de revisão do Plano Diretor começou a ouvir a população para construir o diagnóstico social dos bairros e do município como um todo. Para isso, nessa semana foi dado início às oficinas temáticas, que serão realizadas nas diversas regiões da cidade. Na noite de quinta-feira (22) aconteceu o segundo encontro no salão da Catequese da Paróquia São José, no bairro São José.

Incluída na região Leste da cidade, a oficina abrangeu a comunidade do bairro São José, loteamento Leonardo Ilha, loteamento Coronel Massot, loteamento Canaã e campus UPF. Com uma leitura técnica da equipe do Núcleo Gestor da revisão do Plano Diretor e outra comunitária é que se constrói o Plano Diretor em um debate democrático. "A fase de diagnóstico, que estamos agora, é fundamental porque dá a base para o que será esse Plano, como vamos pensar a cidade. Toda a ocupação do território e determinada pela lei do Plano Diretor. Assim, é um interesse de toda a população", afirma a secretária do Planejamento, Ana Paula Wickert.

Serão um total de 16 oficinas que irão abranger todos os bairros e distritos do interior de Passo Fundo. Esta atividade segue até 10 de abril deste ano, conforme cronograma previamente definido com as entidades que integram o Núcleo Gestor do processo de Revisão do Plano Diretor.

O próximo encontro será neste sábado (24), a partir das 9h, no CIEP São Luiz, quando devem participar os moradores do Loteamento Parque Farroupilha, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Nova Estação, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Isabel, Parque Bela Vista, Chácaras Bela Vista, bairro São Luiz Gonzaga, Loteamento Santa Maria I e Loteamento Santa Maria II.

Como acontece a oficina



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12482

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 01/03/2018, 14:48

Plano Diretor ouve população da Região Norte

A população que participa das oficinas é apresentada aos dados gerais do município

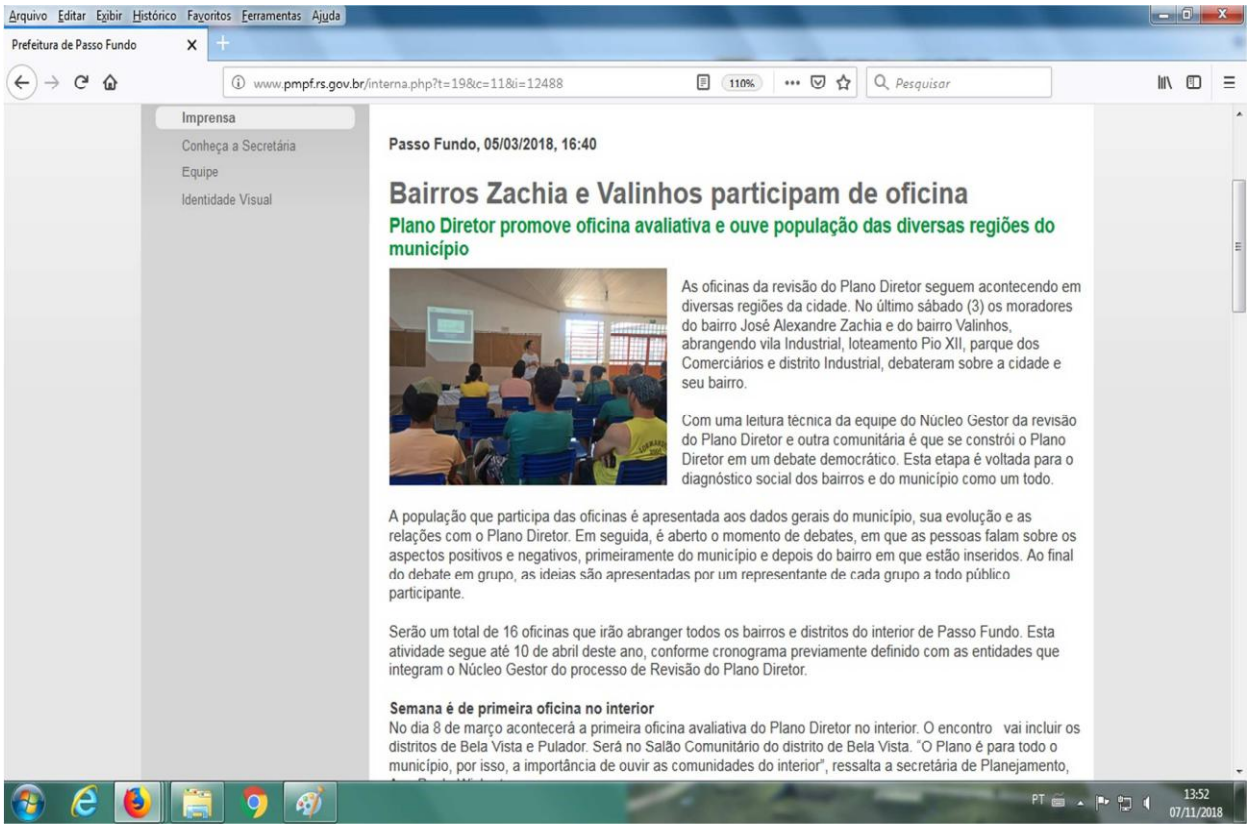
O processo de revisão do Plano Diretor começou no mês de fevereiro a realizar as oficinas avaliativas nos bairros de Passo Fundo. Estes são os momentos dedicados a ouvir a opinião da população. Participando dos encontros, os moradores poderão apontar o que o bairro onde moram, e a cidade como um todo, apresentam de bom e de ruim e também será o momento de sugerir e apontar o que pode ser modificado.

Depois das três oficinas realizadas na região Leste do município, agora começaram as audiências da região Norte. A primeira foi realizada na noite desta quarta-feira (28), no Senai, abrangendo o Loteamento Nonoai, o Loteamento Parque Leão XIII, o Loteamento São Bento, o bairro Hípica, a Vila Vera Cruz, a Vila Primeiro Centenário, o Loteamento AABB, a Vila Lagoa do Potreiro, a Vila Polidoro Albuquerque, o Loteamento Pedro Ceratti, o Loteamento Victor Issler, o Loteamento Bairro Cidade Nova, o Condomínio La Barra, a Vila Armando Annes, a Vila Dona Elisa e a Vila Santa Terezinha.

Na região Norte será realizada ainda mais uma oficina, na Escola Guaracy Barroso Marinho, no dia 3 de março, quando participam os moradores do Loteamento José Alexandre Zachia, da Vila Industrial, do Loteamento Pio XII, do Parque dos Comerciários e do Distrito Industrial.

Depois das oficinas desta região, começam os encontros da região Oeste e as das áreas rurais. Até o final do processo, serão promovidas um total de 16 oficinas, abrangendo todas as regiões da cidade e do interior.

A população que participa das oficinas é apresentada aos dados gerais do município, sua evolução e as relações com o Plano Diretor. Em seguida, é aberto o momento de debates, em que as pessoas falam sobre os aspectos positivos e negativos, primeiramente do município e depois do bairro em que estão inseridos.



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12488

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 05/03/2018, 16:40

Bairros Zachia e Valinhos participam de oficina

Plano Diretor promove oficina avaliativa e ouve população das diversas regiões do município

As oficinas da revisão do Plano Diretor seguem acontecendo em diversas regiões da cidade. No último sábado (3) os moradores do bairro José Alexandre Zachia e do bairro Valinhos, abrangendo vila Industrial, loteamento Pio XII, parque dos Comerciários e distrito Industrial, debateram sobre a cidade e seu bairro.

Com uma leitura técnica da equipe do Núcleo Gestor da revisão do Plano Diretor e outra comunitária é que se constrói o Plano Diretor em um debate democrático. Esta etapa é voltada para o diagnóstico social dos bairros e do município como um todo.

A população que participa das oficinas é apresentada aos dados gerais do município, sua evolução e as relações com o Plano Diretor. Em seguida, é aberto o momento de debates, em que as pessoas falam sobre os aspectos positivos e negativos, primeiramente do município e depois do bairro em que estão inseridos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante.

Serão um total de 16 oficinas que irão abranger todos os bairros e distritos do interior de Passo Fundo. Esta atividade segue até 10 de abril deste ano, conforme cronograma previamente definido com as entidades que integram o Núcleo Gestor do processo de Revisão do Plano Diretor.

Semana é de primeira oficina no interior

No dia 8 de março acontecerá a primeira oficina avaliativa do Plano Diretor no interior. O encontro vai incluir os distritos de Bela Vista e Pulador. Será no Salão Comunitário do distrito de Bela Vista. "O Plano é para todo o município, por isso, a importância de ouvir as comunidades do interior", ressalta a secretária de Planejamento,

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12499

CAPITAL NACIONAL DA LITERATURA
Passo Fundo - RS

FACEBOOK

PREFEITURA GOVERNO OUVIDORIA FALA CIDADÃO

Buscar no portal

Departamento de Comunicação Social

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

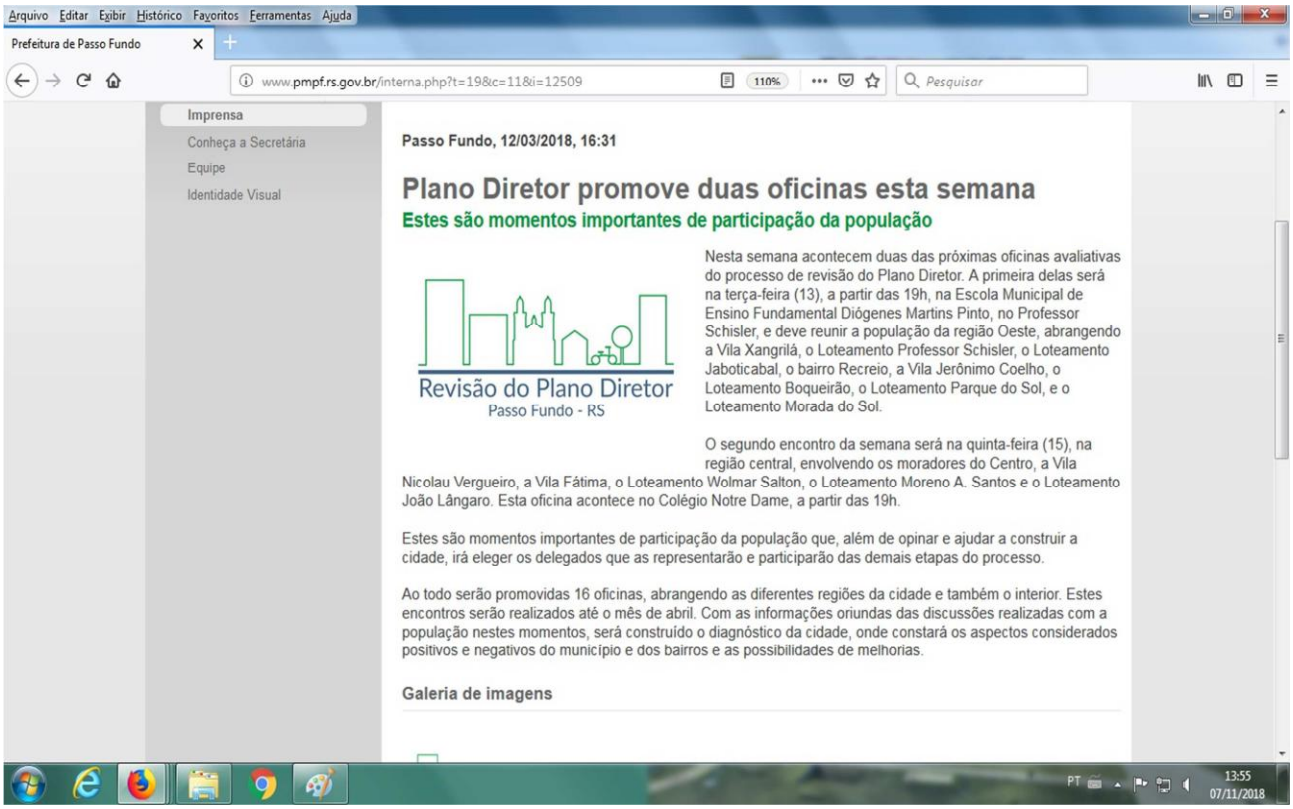
Passo Fundo, 07/03/2018, 16:24

Primeiros delegados da região Oeste são eleitos

Até agora já foram realizadas seis oficinas, de um total de 16 que devem acontecer até o mês de abri

Dando prosseguimento ao cronograma de oficinas avaliativas da revisão do Plano Diretor, a população do bairro Boqueirão participou na noite desta terça-feira (6) de mais um encontro, realizado desta vez no salão da igreja São Vicente. Participaram também dessa oficina moradores dos bairros Vila Luiza e Nenê Graeff, quer fazem parte da mesma regional.

Além das discussões sobre os aspectos positivos e negativos do bairro e do município, ao final da oficina foram eleitos os delegados que acompanharão o restante do processo e representarão os moradores dessas regiões. A discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos. Depois do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12509

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 12/03/2018, 16:31

Plano Diretor promove duas oficinas esta semana

Estes são momentos importantes de participação da população

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

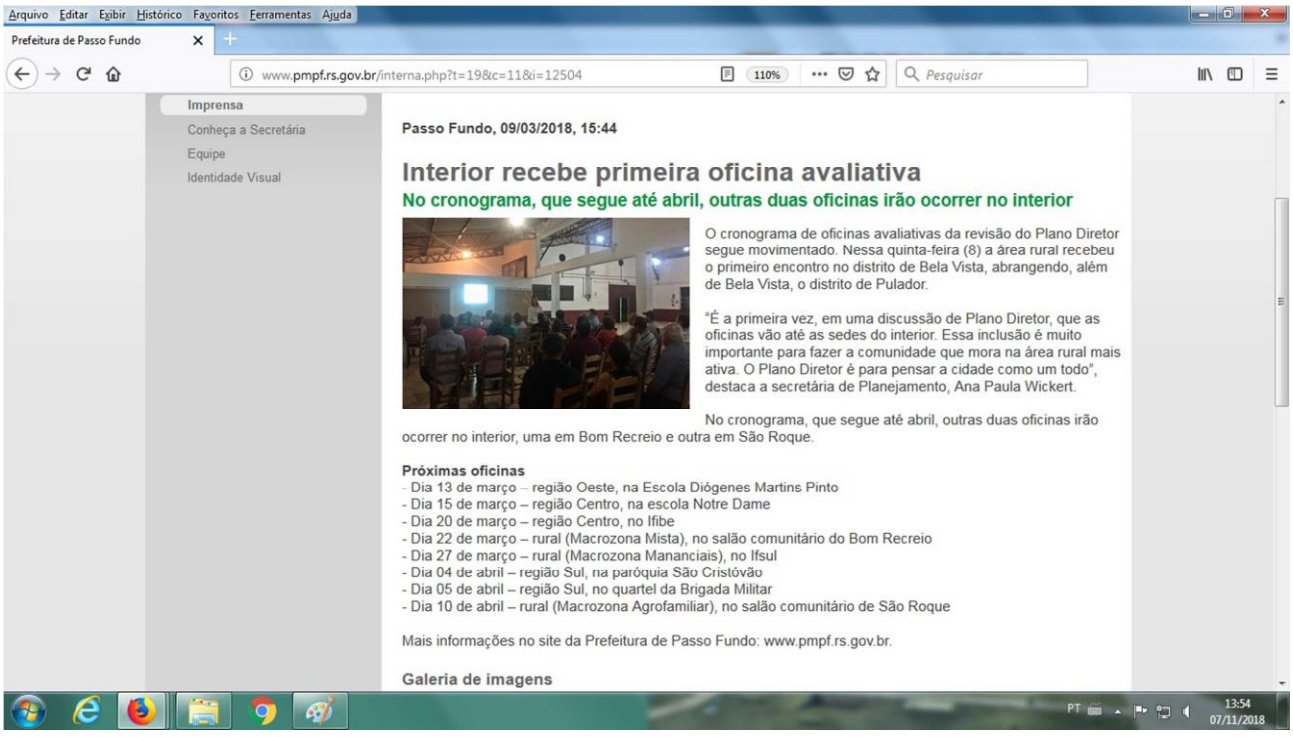
Nesta semana acontecem duas das próximas oficinas avaliativas do processo de revisão do Plano Diretor. A primeira delas será na terça-feira (13), a partir das 19h, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Diógenes Martins Pinto, no Professor Schisler, e deve reunir a população da região Oeste, abrangendo a Vila Xangrilá, o Loteamento Professor Schisler, o Loteamento Jaboticabal, o bairro Recreio, a Vila Jerônimo Coelho, o Loteamento Boqueirão, o Loteamento Parque do Sol, e o Loteamento Morada do Sol.

O segundo encontro da semana será na quinta-feira (15), na região central, envolvendo os moradores do Centro, a Vila Nicolau Vergueiro, a Vila Fátima, o Loteamento Wolmar Salton, o Loteamento Moreno A. Santos e o Loteamento João Lângaro. Esta oficina acontece no Colégio Notre Dame, a partir das 19h.

Estes são momentos importantes de participação da população que, além de opinar e ajudar a construir a cidade, irá eleger os delegados que as representarão e participarão das demais etapas do processo.

Ao todo serão promovidas 16 oficinas, abrangendo as diferentes regiões da cidade e também o interior. Estes encontros serão realizados até o mês de abril. Com as informações oriundas das discussões realizadas com a população nestes momentos, será construído o diagnóstico da cidade, onde constará os aspectos considerados positivos e negativos do município e dos bairros e as possibilidades de melhorias.

Galeria de imagens



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12504

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 09/03/2018, 15:44

Interior recebe primeira oficina avaliativa

No cronograma, que segue até abril, outras duas oficinas irão ocorrer no interior

O cronograma de oficinas avaliativas da revisão do Plano Diretor segue movimentado. Nessa quinta-feira (8) a área rural recebeu o primeiro encontro no distrito de Bela Vista, abrangendo, além de Bela Vista, o distrito de Pulador.

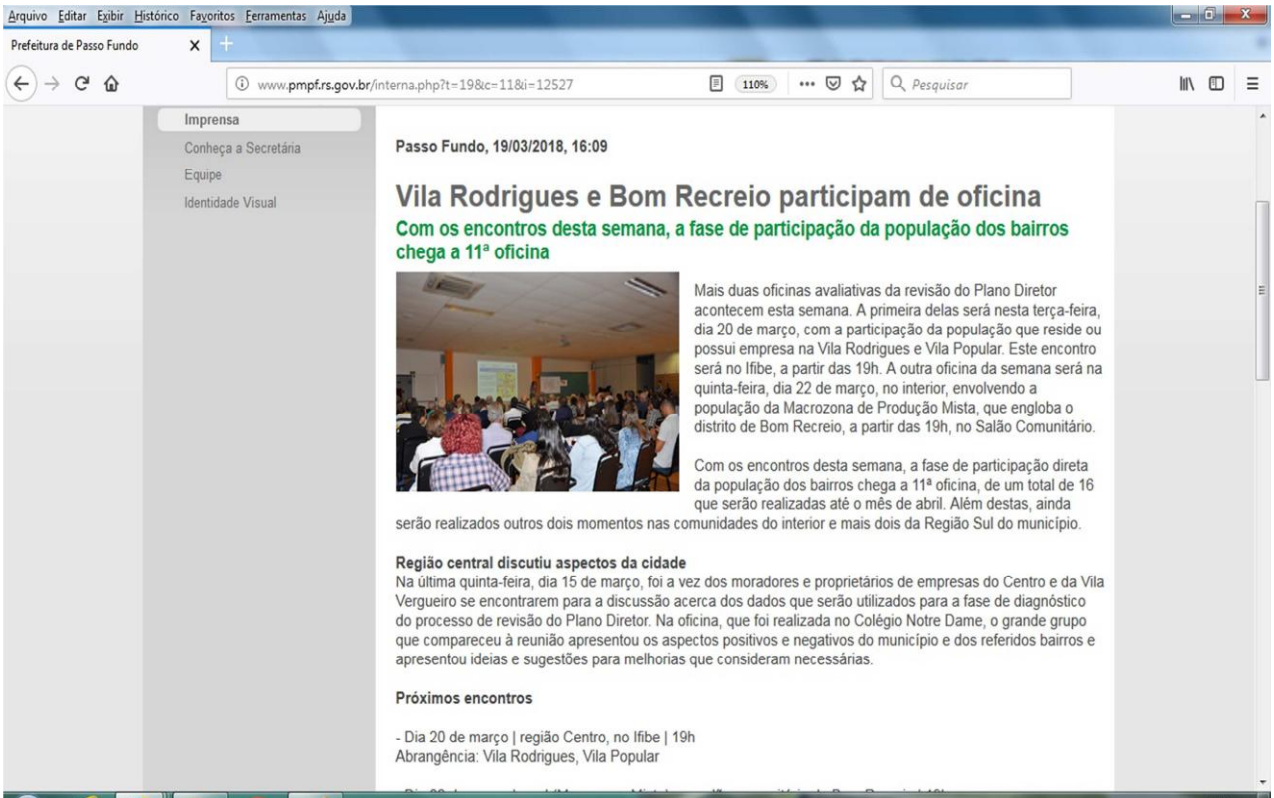
"É a primeira vez, em uma discussão de Plano Diretor, que as oficinas vão até as sedes do interior. Essa inclusão é muito importante para fazer a comunidade que mora na área rural mais ativa. O Plano Diretor é para pensar a cidade como um todo", destaca a secretária de Planejamento, Ana Paula Wickert.

No cronograma, que segue até abril, outras duas oficinas irão ocorrer no interior, uma em Bom Recreio e outra em São Roque.

Próximas oficinas
- Dia 13 de março – região Oeste, na Escola Diógenes Martins Pinto
- Dia 15 de março – região Centro, na escola Notre Dame
- Dia 20 de março – região Centro, no Ifibe
- Dia 22 de março – rural (Macrozona Mista), no salão comunitário do Bom Recreio
- Dia 27 de março – rural (Macrozona Mananciais), no Ifsul
- Dia 04 de abril – região Sul, na paróquia São Cristóvão
- Dia 05 de abril – região Sul, no quartel da Brigada Militar
- Dia 10 de abril – rural (Macrozona Agrofamiliar), no salão comunitário de São Roque

Mais informações no site da Prefeitura de Passo Fundo: www.pmpf.rs.gov.br.

Galeria de imagens



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12527

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 19/03/2018, 16:09

Vila Rodrigues e Bom Recreio participam de oficina

Com os encontros desta semana, a fase de participação da população dos bairros chega a 11ª oficina

Mais duas oficinas avaliativas da revisão do Plano Diretor acontecem esta semana. A primeira delas será nesta terça-feira, dia 20 de março, com a participação da população que reside ou possui empresa na Vila Rodrigues e Vila Popular. Este encontro será no Ifibe, a partir das 19h. A outra oficina da semana será na quinta-feira, dia 22 de março, no interior, envolvendo a população da Macrozona de Produção Mista, que engloba o distrito de Bom Recreio, a partir das 19h, no Salão Comunitário.

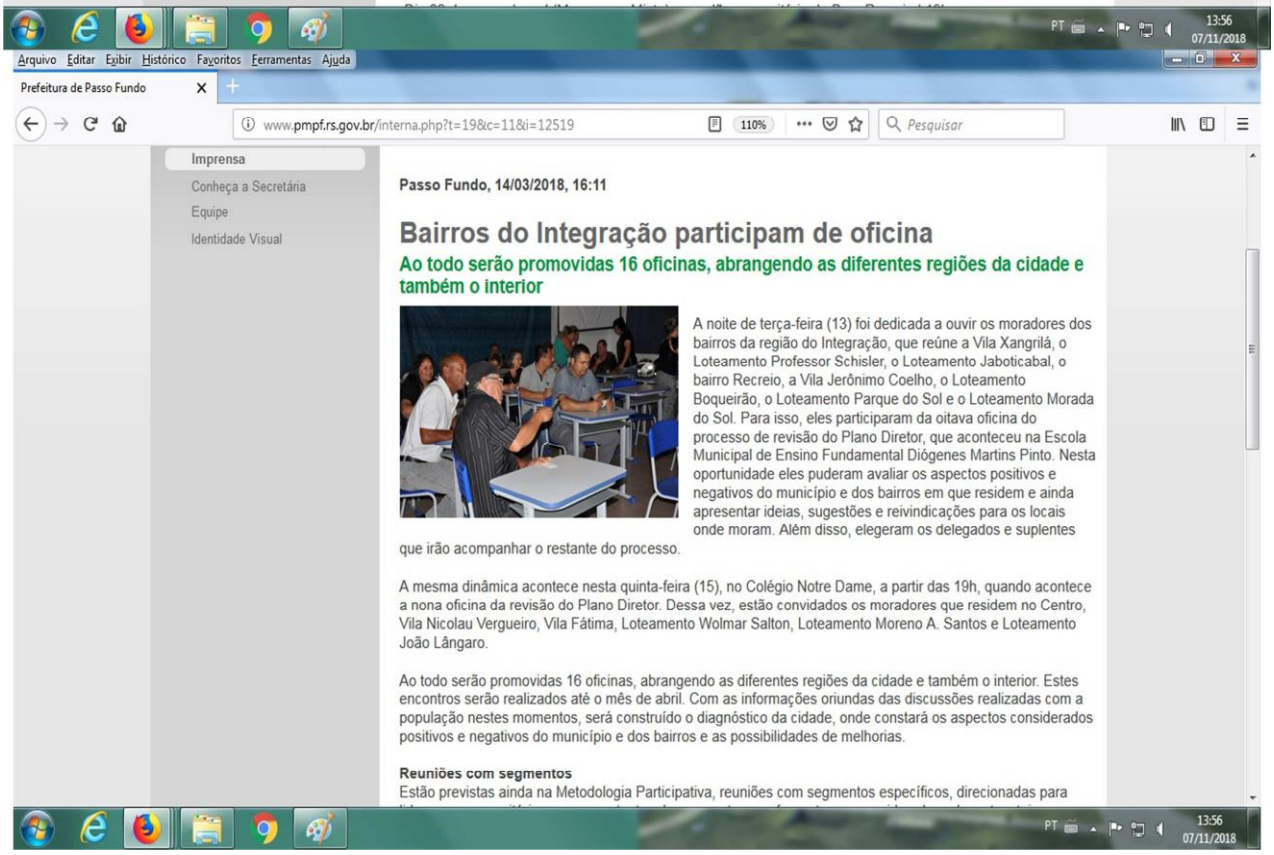
Com os encontros desta semana, a fase de participação direta da população dos bairros chega a 11ª oficina, de um total de 16 que serão realizadas até o mês de abril. Além destas, ainda serão realizados outros dois momentos nas comunidades do interior e mais dois da Região Sul do município.

Região central discutiu aspectos da cidade

Na última quinta-feira, dia 15 de março, foi a vez dos moradores e proprietários de empresas do Centro e da Vila Vergueiro se encontrarem para a discussão acerca dos dados que serão utilizados para a fase de diagnóstico do processo de revisão do Plano Diretor. Na oficina, que foi realizada no Colégio Notre Dame, o grande grupo que compareceu à reunião apresentou os aspectos positivos e negativos do município e dos referidos bairros e apresentou ideias e sugestões para melhorias que consideram necessárias.

Próximos encontros

- Dia 20 de março | região Centro, no Ifibe | 19h
Abrangência: Vila Rodrigues, Vila Popular



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12519

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 14/03/2018, 16:11

Bairros do Integração participam de oficina

Ao todo serão promovidas 16 oficinas, abrangendo as diferentes regiões da cidade e também o interior

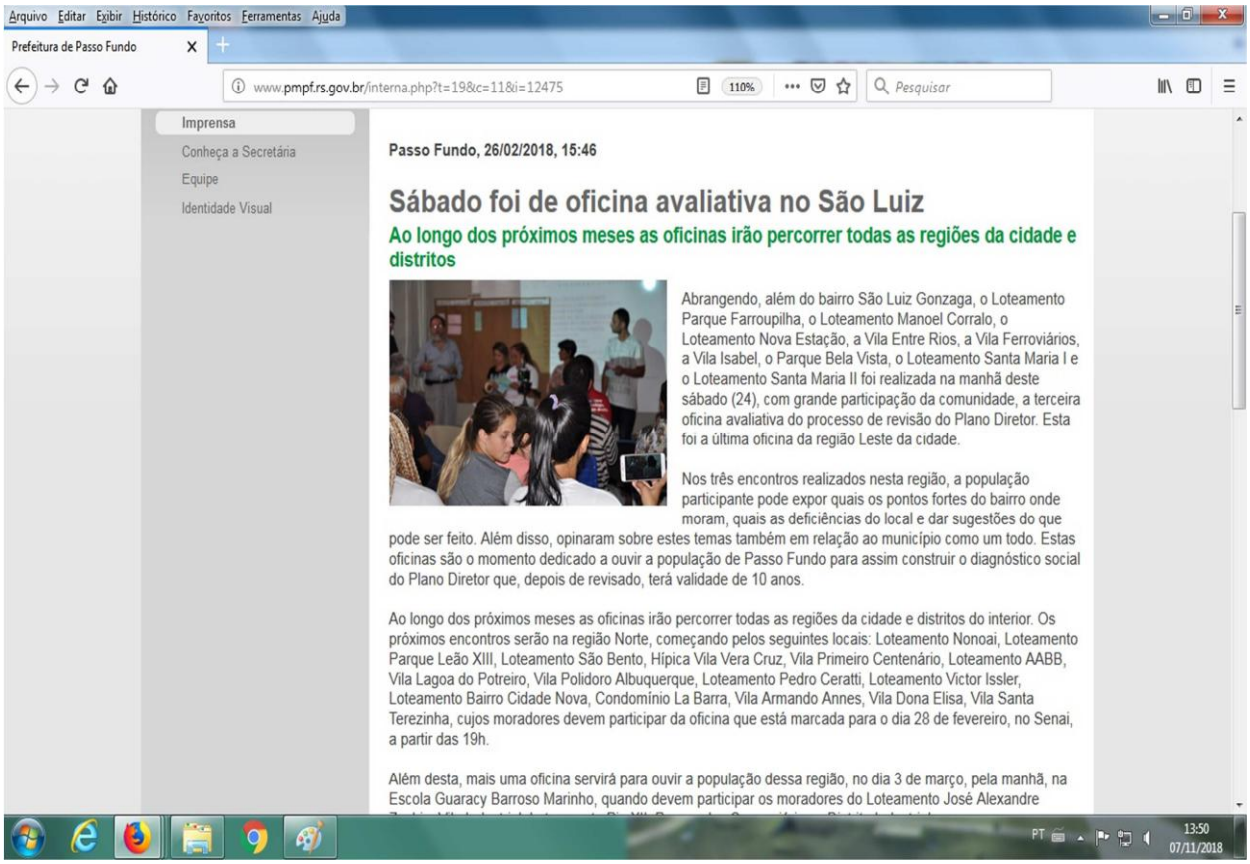
A noite de terça-feira (13) foi dedicada a ouvir os moradores dos bairros da região do Integração, que reúne a Vila Xangrilá, o Loteamento Professor Schisler, o Loteamento Jaboticabal, o bairro Recreio, a Vila Jerônimo Coelho, o Loteamento Boqueirão, o Loteamento Parque do Sol e o Loteamento Morada do Sol. Para isso, eles participaram da oitava oficina do processo de revisão do Plano Diretor, que aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Diógenes Martins Pinto. Nesta oportunidade eles puderam avaliar os aspectos positivos e negativos do município e dos bairros em que residem e ainda apresentar ideias, sugestões e reivindicações para os locais onde moram. Além disso, elegeram os delegados e suplentes que irão acompanhar o restante do processo.

A mesma dinâmica acontece nesta quinta-feira (15), no Colégio Notre Dame, a partir das 19h, quando acontece a nona oficina da revisão do Plano Diretor. Dessa vez, estão convidados os moradores que residem no Centro, Vila Nicolau Vergueiro, Vila Fátima, Loteamento Wolmar Salton, Loteamento Moreno A. Santos e Loteamento João Làngaro.

Ao todo serão promovidas 16 oficinas, abrangendo as diferentes regiões da cidade e também o interior. Estes encontros serão realizados até o mês de abril. Com as informações oriundas das discussões realizadas com a população nestes momentos, será construído o diagnóstico da cidade, onde constará os aspectos considerados positivos e negativos do município e dos bairros e as possibilidades de melhorias.

Reuniões com segmentos

Estão previstas ainda na Metodologia Participativa, reuniões com segmentos específicos, direcionadas para



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12475

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 26/02/2018, 15:46

Sábado foi de oficina avaliativa no São Luiz

Ao longo dos próximos meses as oficinas irão percorrer todas as regiões da cidade e distritos

Abrangendo, além do bairro São Luiz Gonzaga, o Loteamento Parque Farroupilha, o Loteamento Manoel Corralo, o Loteamento Nova Estação, a Vila Entre Rios, a Vila Ferroviários, a Vila Isabel, o Parque Bela Vista, o Loteamento Santa Maria I e o Loteamento Santa Maria II foi realizada na manhã deste sábado (24), com grande participação da comunidade, a terceira oficina avaliativa do processo de revisão do Plano Diretor. Esta foi a última oficina da região Leste da cidade.

Nos três encontros realizados nesta região, a população participante pode expor quais os pontos fortes do bairro onde moram, quais as deficiências do local e dar sugestões do que pode ser feito. Além disso, opinaram sobre estes temas também em relação ao município como um todo. Estas oficinas são o momento dedicado a ouvir a população de Passo Fundo para assim construir o diagnóstico social do Plano Diretor que, depois de revisado, terá validade de 10 anos.

Ao longo dos próximos meses as oficinas irão percorrer todas as regiões da cidade e distritos do interior. Os próximos encontros serão na região Norte, começando pelos seguintes locais: Loteamento Nonoai, Loteamento Parque Leão XIII, Loteamento São Bento, Hípica Vila Vera Cruz, Vila Primeiro Centenário, Loteamento AABB, Vila Lagoa do Potreiro, Vila Polidoro Albuquerque, Loteamento Pedro Ceratti, Loteamento Victor Issler, Loteamento Bairro Cidade Nova, Condomínio La Barra, Vila Armando Annes, Vila Dona Elisa, Vila Santa Terezinha, cujos moradores devem participar da oficina que está marcada para o dia 28 de fevereiro, no Senai, a partir das 19h.

Além desta, mais uma oficina servirá para ouvir a população dessa região, no dia 3 de março, pela manhã, na Escola Guaracy Barroso Marinho, quando devem participar os moradores do Loteamento José Alexandre

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12549

Departamento de Comunicação Social

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 28/03/2018, 15:53

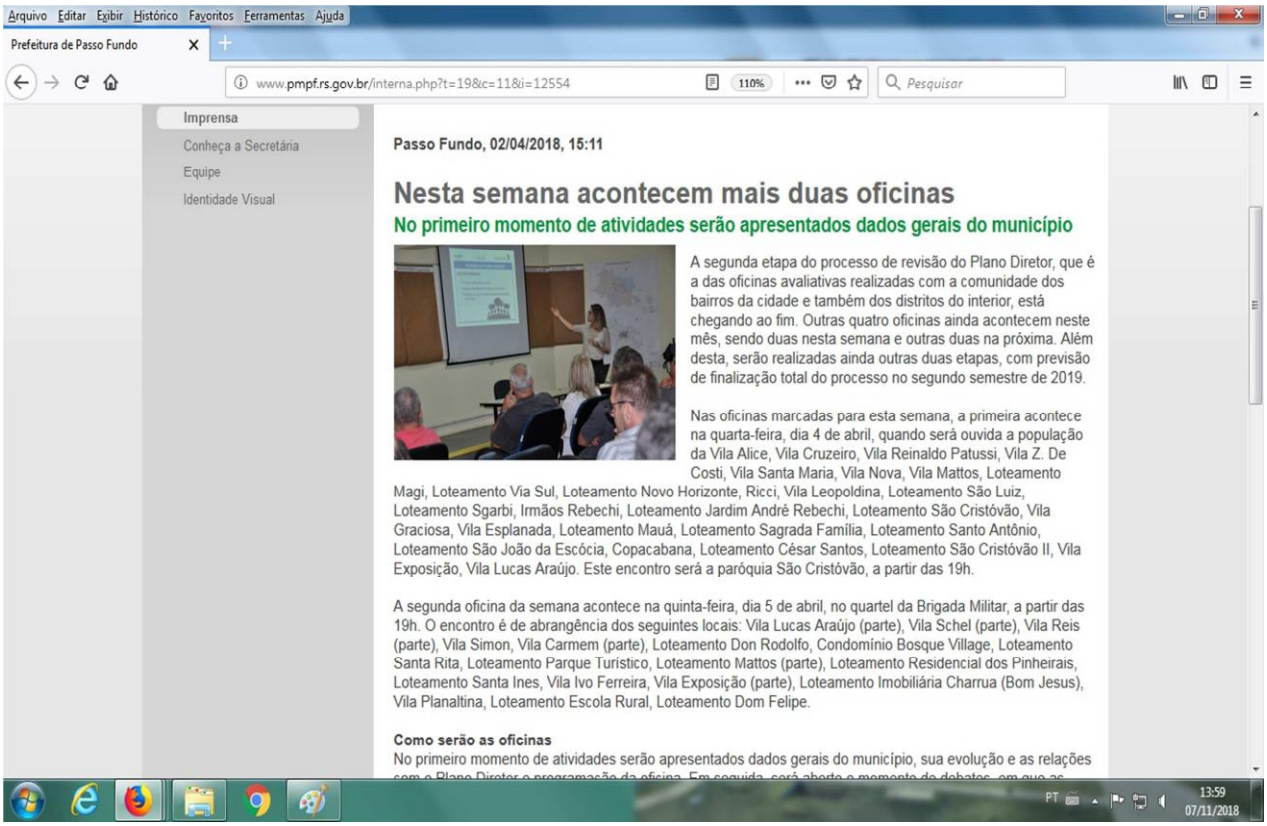
Plano Diretor: grande público Macrozona Mananciais

Etapa de oficinas avaliativas, que é a segunda dentro da revisão, vai realizar ainda 4 oficinas

A população de Passo Fundo teve na noite de terça-feira, dia 28 de março, mais uma oportunidade de participar do processo de revisão do Plano Diretor. A oficina avaliativa da Macrozona Mananciais, realizada no Ifsul, foi um momento de discussão sobre os aspectos positivos e negativos da região e de apresentação de sugestões.

A etapa de oficinas avaliativas, que é a segunda dentro do processo de revisão, vai realizar ainda quatro oficinas, duas na região Sul, uma no distrito de São Roque, e a última da região Oeste. A próxima será no dia 4 de abril, na paróquia São Cristóvão, a partir das 19h, com abrangência para Vila Alice, Vila Cruzeiro, Vila Reinaldo Patussi, Vila Z. De Costi, Vila Santa Maria, Vila Nova, Vila Mattos, Loteamento Magi, Loteamento Via Sul, Loteamento Novo Horizonte, Ricci, Vila Leopoldina, Loteamento São Luiz, Loteamento Sgarbi, Irmãos Rebechi, Loteamento Jardim André Rebechi, Loteamento São Cristóvão, Vila Graciosa, Vila Esplanada, Loteamento Mauá, Loteamento Sagrada Família, Loteamento Santo Antônio, Loteamento São João da Escócia, Copacabana, Loteamento César Santos, Loteamento São Cristóvão II, Vila Exposição, Vila Lucas Araújo.

Como acontecem as oficinas



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12554

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 02/04/2018, 15:11

Nesta semana acontecem mais duas oficinas

No primeiro momento de atividades serão apresentados dados gerais do município

A segunda etapa do processo de revisão do Plano Diretor, que é a das oficinas avaliativas realizadas com a comunidade dos bairros da cidade e também dos distritos do interior, está chegando ao fim. Outras quatro oficinas ainda acontecem neste mês, sendo duas nesta semana e outras duas na próxima. Além desta, serão realizadas ainda outras duas etapas, com previsão de finalização total do processo no segundo semestre de 2019.

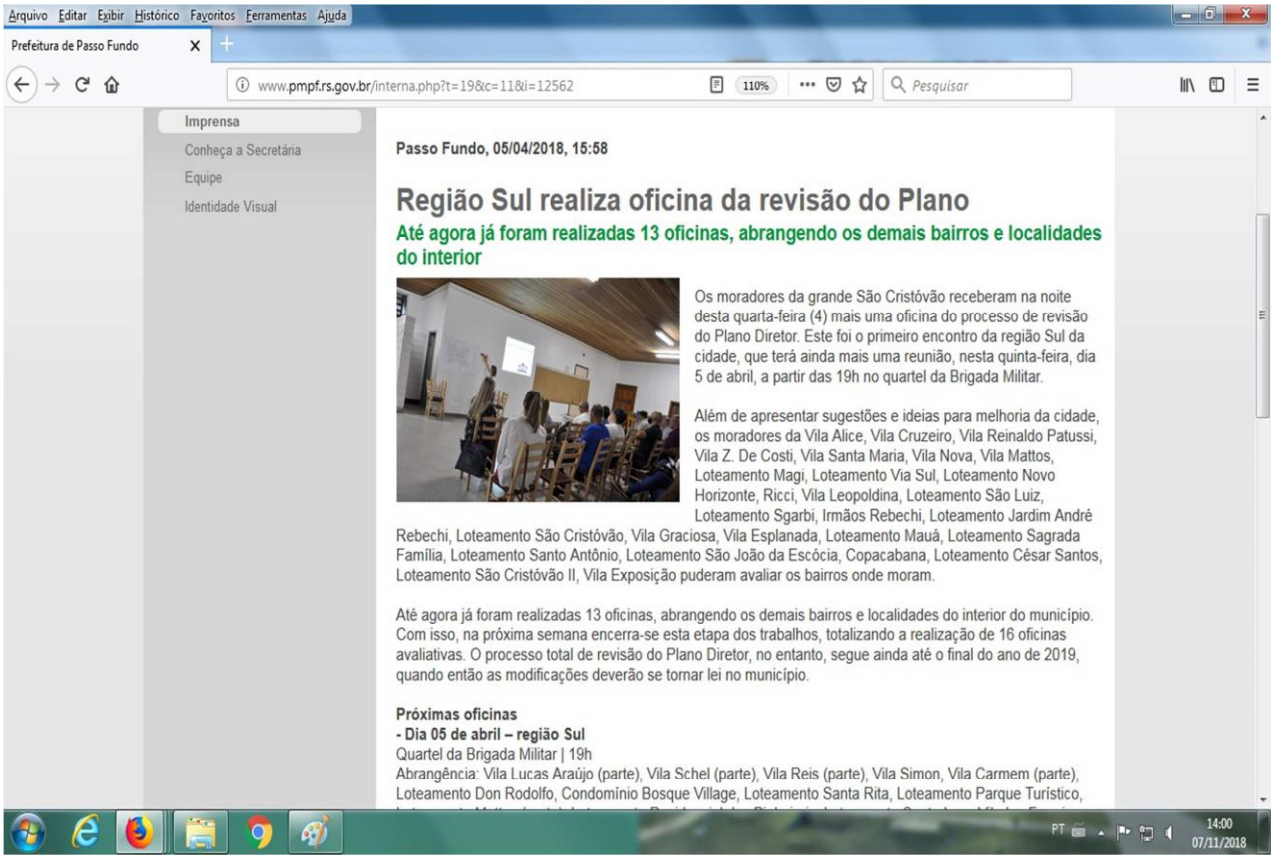
Nas oficinas marcadas para esta semana, a primeira acontece na quarta-feira, dia 4 de abril, quando será ouvida a população da Vila Alice, Vila Cruzeiro, Vila Reinaldo Patussi, Vila Z. De Costi, Vila Santa Maria, Vila Nova, Vila Mattos, Loteamento Magi, Loteamento Via Sul, Loteamento Novo Horizonte, Ricci, Vila Leopoldina, Loteamento São Luiz, Loteamento Sgarbi, Irmãos Rebechi, Loteamento Jardim André Rebechi, Loteamento São Cristóvão, Vila Graciosa, Vila Esplanada, Loteamento Mauá, Loteamento Sagrada Família, Loteamento Santo Antônio, Loteamento São João da Escócia, Copacabana, Loteamento César Santos, Loteamento São Cristóvão II, Vila Exposição, Vila Lucas Araújo. Este encontro será a paróquia São Cristóvão, a partir das 19h.

A segunda oficina da semana acontece na quinta-feira, dia 5 de abril, no quartel da Brigada Militar, a partir das 19h. O encontro é de abrangência dos seguintes locais: Vila Lucas Araújo (parte), Vila Schel (parte), Vila Reis (parte), Vila Simon, Vila Carmem (parte), Loteamento Don Rodolfo, Condomínio Bosque Village, Loteamento Santa Rita, Loteamento Parque Turístico, Loteamento Mattos (parte), Loteamento Residencial dos Pinheirais, Loteamento Santa Ines, Vila Ivo Ferreira, Vila Exposição (parte), Loteamento Imobiliária Charrua (Bom Jesus), Vila Planaltina, Loteamento Escola Rural, Loteamento Dom Felipe.

Como serão as oficinas

No primeiro momento de atividades serão apresentados dados gerais do município, sua evolução e as relações

13:59
07/11/2018



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12562

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 05/04/2018, 15:58

Região Sul realiza oficina da revisão do Plano

Até agora já foram realizadas 13 oficinas, abrangendo os demais bairros e localidades do interior

Os moradores da grande São Cristóvão receberam na noite desta quarta-feira (4) mais uma oficina do processo de revisão do Plano Diretor. Este foi o primeiro encontro da região Sul da cidade, que terá ainda mais uma reunião, nesta quinta-feira, dia 5 de abril, a partir das 19h no quartel da Brigada Militar.

Além de apresentar sugestões e ideias para melhoria da cidade, os moradores da Vila Alice, Vila Cruzeiro, Vila Reinaldo Patussi, Vila Z. De Costi, Vila Santa Maria, Vila Nova, Vila Mattos, Loteamento Magi, Loteamento Via Sul, Loteamento Novo Horizonte, Ricci, Vila Leopoldina, Loteamento São Luiz, Loteamento Sgarbi, Irmãos Rebechi, Loteamento Jardim André Rebechi, Loteamento São Cristóvão, Vila Graciosa, Vila Esplanada, Loteamento Mauá, Loteamento Sagrada Família, Loteamento Santo Antônio, Loteamento São João da Escócia, Copacabana, Loteamento César Santos, Loteamento São Cristóvão II, Vila Exposição puderam avaliar os bairros onde moram.

Até agora já foram realizadas 13 oficinas, abrangendo os demais bairros e localidades do interior do município. Com isso, na próxima semana encerra-se esta etapa dos trabalhos, totalizando a realização de 16 oficinas avaliativas. O processo total de revisão do Plano Diretor, no entanto, segue ainda até o final do ano de 2019, quando então as modificações deverão se tornar lei no município.

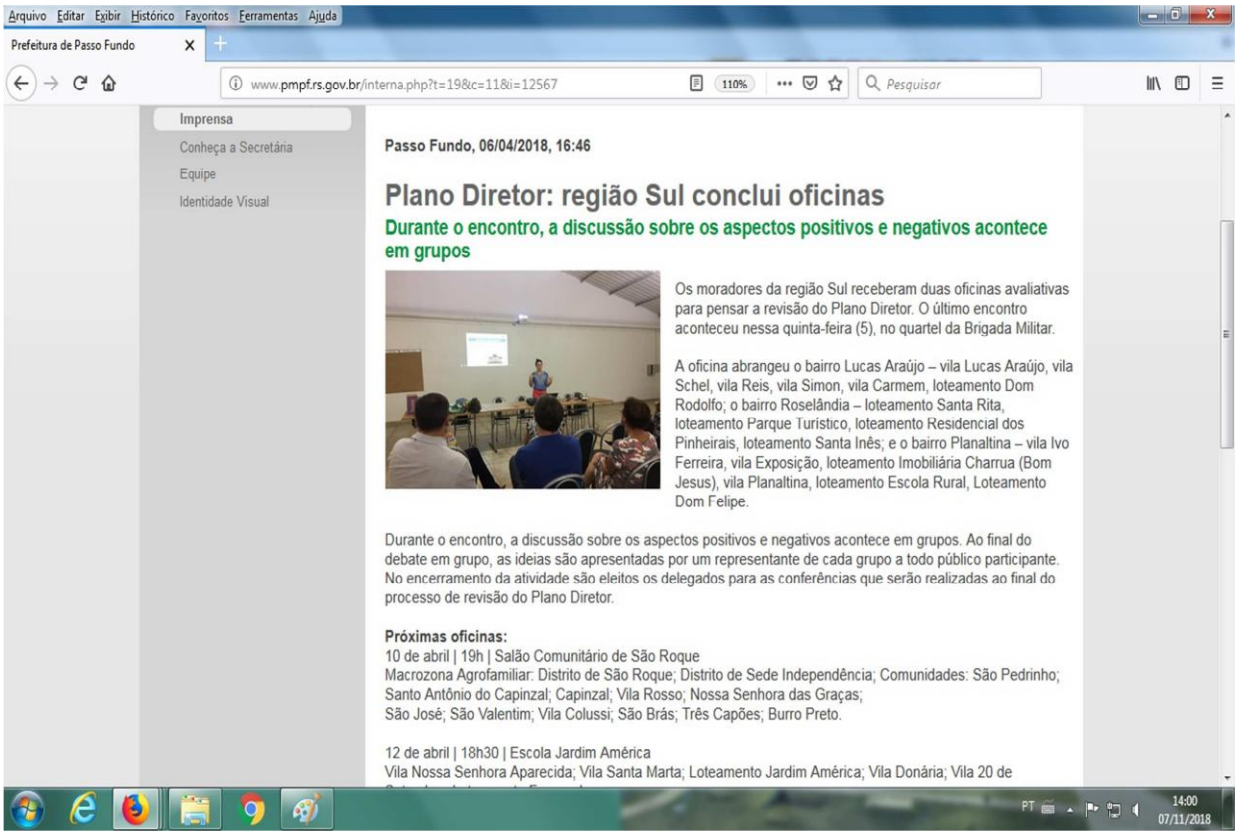
Próximas oficinas

- Dia 05 de abril – região Sul

Quartel da Brigada Militar | 19h

Abrangência: Vila Lucas Araújo (parte), Vila Schel (parte), Vila Reis (parte), Vila Simon, Vila Carmem (parte), Loteamento Don Rodolfo, Condomínio Bosque Village, Loteamento Santa Rita, Loteamento Parque Turístico,

14:00
07/11/2018



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12567

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 06/04/2018, 16:46

Plano Diretor: região Sul conclui oficinas

Durante o encontro, a discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos

Os moradores da região Sul receberam duas oficinas avaliativas para pensar a revisão do Plano Diretor. O último encontro aconteceu nessa quinta-feira (5), no quartel da Brigada Militar.

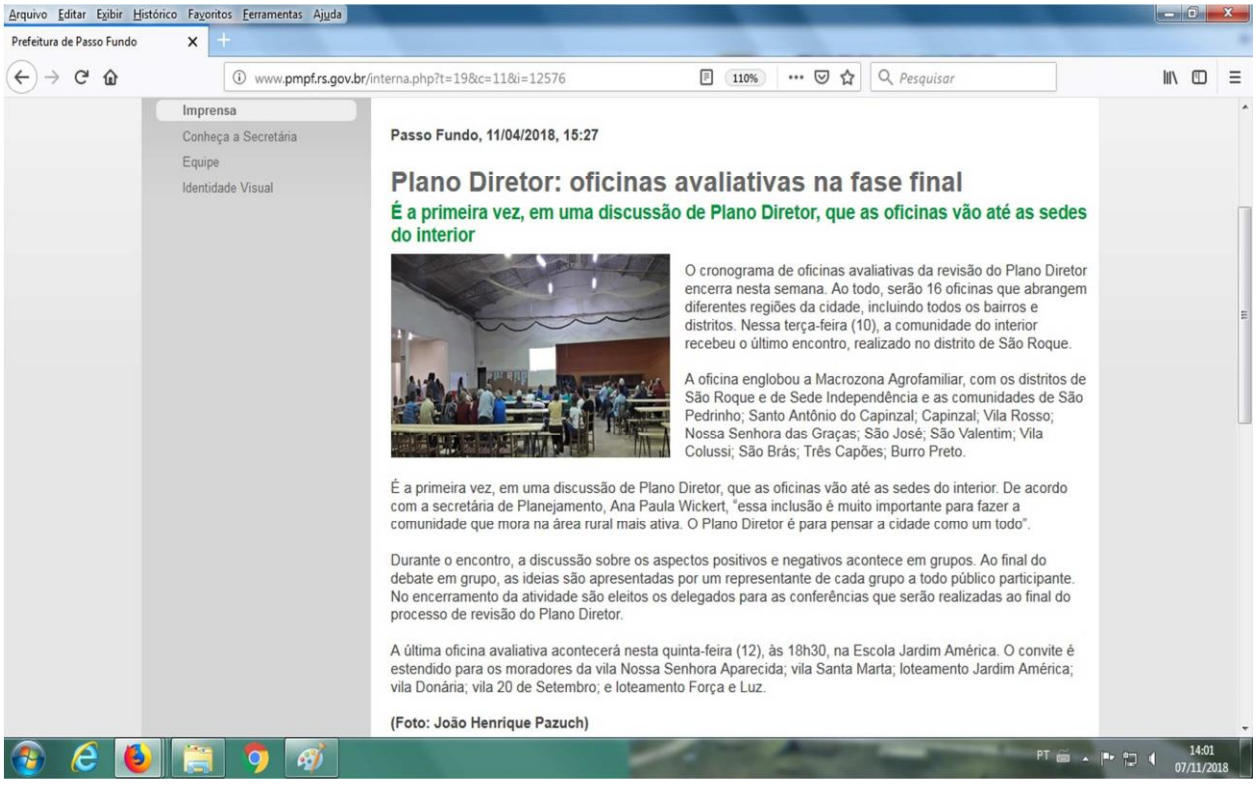
A oficina abrangeu o bairro Lucas Araújo – vila Lucas Araújo, vila Schel, vila Reis, vila Simon, vila Carmem, loteamento Dom Rodolfo; o bairro Roselândia – loteamento Santa Rita, loteamento Parque Turístico, loteamento Residencial dos Pinheirais, loteamento Santa Inês; e o bairro Planaltina – vila Ivo Ferreira, vila Exposição, loteamento Imobiliária Charrua (Bom Jesus), vila Planaltina, loteamento Escola Rural, Loteamento Dom Felipe.

Durante o encontro, a discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. No encerramento da atividade são eleitos os delegados para as conferências que serão realizadas ao final do processo de revisão do Plano Diretor.

Próximas oficinas:
10 de abril | 19h | Salão Comunitário de São Roque
Macrozona Agrofamiliar: Distrito de São Roque; Distrito de Sede Independência; Comunidades: São Pedrinho; Santo Antônio do Capinzal; Capinzal; Vila Rosso; Nossa Senhora das Graças; São José; São Valentim; Vila Colussi; São Brás; Três Capões; Burro Preto.

12 de abril | 18h30 | Escola Jardim América
Vila Nossa Senhora Aparecida; Vila Santa Marta; Loteamento Jardim América; Vila Donária; Vila 20 de

14:00 07/11/2018



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12576

Imprensa
Conheça a Secretária
Equipe
Identidade Visual

Passo Fundo, 11/04/2018, 15:27

Plano Diretor: oficinas avaliativas na fase final

É a primeira vez, em uma discussão de Plano Diretor, que as oficinas vão até as sedes do interior

O cronograma de oficinas avaliativas da revisão do Plano Diretor encerra nesta semana. Ao todo, serão 16 oficinas que abrangem diferentes regiões da cidade, incluindo todos os bairros e distritos. Nessa terça-feira (10), a comunidade do interior recebeu o último encontro, realizado no distrito de São Roque.

A oficina englobou a Macrozona Agrofamiliar, com os distritos de São Roque e de Sede Independência e as comunidades de São Pedrinho; Santo Antônio do Capinzal; Capinzal; Vila Rosso; Nossa Senhora das Graças; São José; São Valentim; Vila Colussi; São Brás; Três Capões; Burro Preto.

É a primeira vez, em uma discussão de Plano Diretor, que as oficinas vão até as sedes do interior. De acordo com a secretária de Planejamento, Ana Paula Wickert, "essa inclusão é muito importante para fazer a comunidade que mora na área rural mais ativa. O Plano Diretor é para pensar a cidade como um todo".

Durante o encontro, a discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. No encerramento da atividade são eleitos os delegados para as conferências que serão realizadas ao final do processo de revisão do Plano Diretor.

A última oficina avaliativa acontecerá nesta quinta-feira (12), às 18h30, na Escola Jardim América. O convite é estendido para os moradores da vila Nossa Senhora Aparecida; vila Santa Marta; loteamento Jardim América; vila Donária; vila 20 de Setembro; e loteamento Força e Luz.

(Foto: João Henrique Pazuch)

14:01 07/11/2018

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Prefeitura de Passo Fundo

www.pmpf.rs.gov.br/interna.php?t=19&c=11&i=12591

Pesquisar

Departamento de Comunicação Social

- Imprensa
- Conheça a Secretária
- Equipe
- Identidade Visual

Passo Fundo, 13/04/2018, 15:43

Plano Diretor encerra oficinas nos bairros

Com o encerramento das oficinas, o trabalho agora é realizado pelo Núcleo Técnico

Na última quinta-feira, dia 12 de abril, foi realizada a última oficina avaliativa do processo de Revisão do Plano Diretor. O encontro foi na região da Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Santa Marta, Loteamento Jardim América, Vila Donária, Vila 20 de Setembro, Loteamento Força e Luz. Ao todo foram realizados 16 encontros, abrangendo todos os bairros da cidade e localidades do interior.

Em cada uma dessas oficinas a população pode participar ativamente, apresentando sua opinião sobre o lugar onde vive. Isso, porque durante o encontro eles puderam apresentar, na forma de fichas, os pontos positivos e negativos do bairro onde moram e apresentar sugestões de melhorias. Além do bairro, a população pode opinar sobre a cidade como um todo, também apresentando os pontos positivos e negativos e criando sugestões.

Com o encerramento das oficinas, o trabalho agora é realizado pelo Núcleo Técnico da Revisão do Plano Diretor, que está sistematizando todas as informações colhidas nos encontros para então disponibilizar este material que será apreciado em uma audiência pública com data ainda a ser marcada.

Após a audiência, começa a fase das oficinas temáticas, que serão num total de 10 encontros, com os seguintes temas: transporte motorizado, transporte ativo, equipamentos sociais, espaços e equipamentos de

PT 14:02 07/11/2018

DIVULGAÇÃO NOS JORNAIS DA CIDADE

6 www.onacional.com.br
terça e quarta-feira, 13 e 14 de fevereiro de 2018
cotidiano

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Oficinas avaliativas começam no dia 21

O processo de revisão do Plano Diretor começa neste mês de fevereiro a realizar as oficinas avaliativas nos bairros de Passo Fundo. Serão estes os momentos em que a opinião da população será ouvida. Participando dos encontros, os moradores poderão apontar o que o bairro onde moram, e a cidade como um todo, apresentam de bom e de ruim e também será o momento de sugerir e apontar o que pode ser modificado. A primeira oficina será na região Leste, que abrange o bairro Petrópolis, incluindo o Loteamento Cidade Universitária, Loteamento Invernadinha, Loteamento Planalto, Vila Petrópolis, Loteamento Umbú e Parque Jardim Botânico. Este encontro será no dia 21 de fevereiro, a partir das 19h, no salão da paróquia Santo Antônio.

Ainda na região Leste, serão realizados mais dois encontros. O seguinte é no dia 22 de fevereiro, a partir das 19h, no salão da paróquia São José. Esta oficina vai abranger os moradores do bairro São José, Loteamento Leonardo Ilha, Loteamento Coronel Massot, Loteamento Canaã e Campus UPF. Para finalizar a participação da população da região Leste, o terceiro e último encontro será no dia 24 de fevereiro, a partir das 9h, no CIEP São Luiz, quando devem participar os moradores do Loteamento Parque Farroupilha, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Nova Estação, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Isabel, Parque Bela Vista, Chácaras Bela Vista, bairro São Luiz Gonzaga, Loteamento Santa Maria I e Loteamento Santa Maria II.

Como será a oficina

No primeiro momento de atividades serão apresentados dados gerais do município, sua evolução e as relações com o Plano Diretor e programação da oficina. Em seguida, será aberto o momento de debates, em que as pessoas poderão apresentar os aspectos positivos e negativos, primeiramente do município e depois do bairro em que estão inseridos.

A discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontecerá em grupos. Ao final do debate em grupo, as ideias serão apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. E no encerramento da atividade serão eleitos os delegados para as conferências que serão realizadas ao final do processo de revisão do Plano Diretor. Os delegados devem ser residentes ou proprietários de empresas nos bairros de abrangência da referida oficina. Será eleito um delegado para cada 2.000 habitantes. Dessa forma, em cada oficina serão eleitos os delegados conforme o somatório da população dos bairros envolvidos, segundo os dados do Censo do IBGE.

A primeira oficina será na região Leste da cidade

Abertas inscrições abertas para especialização

A competitividade no mundo dos negócios tem gerado a necessidade de informações cada vez mais rápidas e precisas aos gestores, visando respaldar o processo de tomada de decisões. Diante dessa realidade, é imprescindível para as empresas que buscam maximizar seus resultados contar com profissionais capacitados e com profundo conhecimento nas áreas tributária e de controladoria, de forma a proporcionar diferenciais competitivos a empresas dos mais variados segmentos. Nesse sentido, a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo (UPF) oferta à comunidade a Especialização em Controladoria e Gestão Tributária.

Em sua 10ª edição, o curso oportuniza aos profissionais das áreas contábil, administrativa, econômica e outras correlatas o aperfeiçoamento e a obtenção de novos conhecimentos e técnicas de controladoria e gestão tributária, contribuindo para o processo de gestão dos mais variados segmentos. Tendo a duração de 18 meses, a formação é constituída de uma grade curricular com várias disciplinas, tais como "Direito e legislação tributária", "Controladoria estratégica", "Gestão e planejamento financeiro", "Auditoria fiscal", entre outras.

Como ingressar?

Profissionais e egressos das áreas de Ciências Contábeis, Administração, Economia ou outras correlatas que atuam em empresas públicas ou privadas são o público-alvo da especialização. Interessados devem se inscrever até o dia 18 de março, pelo site www.upf.br/ensino/lato-sensu. As aulas têm início em 13 de abril e serão ministradas nas dependências da Feac, Campus I, semanalmente, com intervalos quinzenais entre as disciplinas, às sextas-feiras à noite e aos sábados, pela manhã e à tarde. A Especialização em Controladoria e Gestão Tributária é coordenada pelos professores Me. Marcos Elmar de Figueiredo Nickhorn e Me. Mirna Muraro. Mais informações pelo telefone (54) 3316-8246 e pelo e-mail feacpos@upf.br.

CLUBE RECREATIVO JUVENIL
PASSO FUNDO

Clube Juvenil em Ação

Concurso de melhor fantasia agita segunda matinê

Não se fala em outra coisa entre os foliões do Clube Recreativo Juvenil de Passo Fundo. Este ano, uma novidade movimenta a comunidade que participa das folia na entidade. O Concurso da Melhor Fantasia será realizado nesta terça-feira (13), feriado de Carnaval. As inscrições foram realizadas no domingo (11), durante a primeira Matinê Infantil, na Sede Social.

O concurso é destinado aos sócios e não sócios da entidade até quinze anos de idade. Um júri especial irá escolher a melhor fantasia entre os participantes. Os três primeiros lugares receberão premiação no dia da escolha.

Ingressos

Os ingressos para a matinê de terça-feira (13) serão vendidos no local da festa. O evento começa a partir das 15h30, no Salão Social. O ingresso para não sócios custa 10 reais. Os sócios entram gratuitamente, caso estejam com as mensalidades em dia. Crianças com até 2 anos de idade estão isentas de ingresso.

Exposição relembra momentos marcantes do Carnaval juvenilista

Logo ao chegar na matinê infantil de terça-feira (13) os convidados vão encontrar uma série de registros históricos que marcaram época nos carnavais do Clube. Além de fotos de exrainhas, blocos e momentos marcantes das festas realizadas no ginásio Play Center, duas fantasias de antigas soberanas serão expostas.

De acordo com a promoter do Clube, Lúcia Souza, a exposição faz parte do propósito da festa deste ano: o resgate à história do Carnaval do Juvenil. "Trabalhamos há mais de um mês nesses eventos pensando em deixar tudo perfeito para quando chegar a hora. Muitas vezes as pessoas não imaginam o esforço que é feito em deixar tudo pronto para a festa", contou Souza.

Mais informações:
(54) 3313.4836 (secretaria) e (54) 3315.1300 (sede campestre)
ou pelo site www.clubejuvenil.com.br
facebook.com/clubejuvenilpf

Realizada primeira oficina avaliativa do Plano Diretor

REDAÇÃO/ON
onacional@onacional.com.br

O processo de revisão do Plano Diretor começou a ouvir a população para construir o diagnóstico social dos bairros e do município como um todo. Para isso, foi dado início às oficinas temáticas, que serão realizadas nas diversas regiões da cidade. A primeira delas aconteceu na noite de quarta-feira (21), no salão da Paróquia Santo Antônio, no bairro Petrópolis.

Quem compareceu ao encontro pode, além de conhecer mais sobre a formação do município, expor sua opinião sobre o que o bairro tem de bom, quais as deficiências e necessidades e apontar ideias e também sobre o município. "Com o que a população expõe nessas oficinas, com a percepção das pessoas que vivem e utilizam a cidade, teremos uma visão conjunta do poder público e da sociedade sobre os aspectos que devem constar no Plano Diretor", esclarece Ana Paula Wickert, secretária do Planejamento, pasta responsável pela revisão do Plano.

Todos os apontamentos feitos pela população que participou deste primeiro encontro serão somados com as discussões que acontecem nas próximas oficinas. Serão um total de 16 oficinas que irão abranger todos os bairros e distritos do interior de Passo Fundo. Esta atividade segue até 10 de abril deste ano, conforme cronograma previamente definido com as entidades que integram o Núcleo Gestor do processo de Revisão do Plano Diretor.

Para finalizar a participação da população da região Leste, o terceiro e último encontro será no dia 24 de fevereiro, a partir das 9h, no CIEP São Luiz, quando devem participar os moradores do Loteamento Parque Farroupilha, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Nova Estação, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Isabel, Parque Bela Vista, Chácaras Bela Vista, bairro São Luiz Gonzaga, Loteamento Santa Maria I e Loteamento Santa Maria II.

Como acontece a oficina

No primeiro momento de atividades o público é apresentado aos dados gerais do município, sua evolução e as relações com o Plano Diretor, além da programação da oficina. Em seguida, é aberto o momento de debates, em que as pessoas apresentam os aspectos positivos e negativos, primeiramente do município e depois do bairro em que estão inseridos.

A discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. E no encerramento da atividade são eleitos os delegados para as conferências que serão realizadas ao final do processo de revisão do Plano Diretor. Os delegados devem ser residentes ou proprietários de empresas nos bairros de abrangência da referida oficina. Será eleito um delegado para cada 2.000 habitantes.

FOTO GLENDA VIVIAN/ASSESSORIA COMUNICAÇÃO

Encontro aconteceu quarta à noite no salão da paróquia Santo Antônio, bairro Petrópolis

Confira o cronograma das oficinas de fevereiro

Dia 22 de fevereiro – região Leste, no salão da paróquia São José

Abrangência: São José, Loteamento Leonardo Ilha, Loteamento Coronel Massot, Loteamento Canaã e Campus UPF.

Dia 24 de fevereiro – região Leste, no Ciep São Luiz

Abrangência: Loteamento Parque Farroupilha, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Nova Estação, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Isabel, Parque Bela Vista, São Luiz Gonzaga, Loteamento Santa Maria I, Loteamento Santa Maria II.

Dia 28 de fevereiro – região Norte, no Senai

Abrangência: Loteamento Nonoai, Loteamento Parque Leão XIII, Loteamento São Bento, Hípica

Vila Vera Cruz, Vila Primeiro Centenário, Loteamento AABB, Vila Lagoa do Potreiro, Vila Polidoro Albuquerque, Loteamento Pedro Ceratti, Loteamento Victor Issler, Loteamento Bairro Cidade Nova, Condomínio La Barra, Vila Armando Annes, Vila Dona Elisa, Vila Santa Terezinha.

REVISÃO PLANO DIRETOR

População da Região Norte começa a ser ouvida

O processo de revisão do Plano Diretor começou no mês de fevereiro a realizar as oficinas avaliativas nos bairros de Passo Fundo. Estes são os momentos dedicados a ouvir a opinião da população. Participando dos encontros, os moradores poderão apontar o que o bairro onde moram, e a cidade como um todo, apresentam de bom e de ruim e também será o momento de sugerir e apontar o que pode ser modificado.

Depois das três oficinas realizadas na região Leste do município, agora começaram as audiências da região Norte. A primeira foi realizada na noite desta quarta-feira (28), no Senai, abrangendo o Loteamento Nonoai, o Loteamento Parque Leão XIII, o Loteamento São Bento, o bairro Hípica, a Vila Vera Cruz, a Vila Primeiro Centenário, o Loteamento AABB, a Vila Lagoa do Potreiro, a Vila Polidoro Albuquerque, o Loteamento Pedro Ceratti, o Loteamento Victor Issler, o Loteamento Bairro Cidade Nova, o Condomínio La Barra, a Vila Armando Annes, a Vila Dona Elisa e a Vila Santa Terezinha.

Na região Norte será realizada ainda mais uma oficina, na Escola Guaracy Barroso Marinho, no dia 3 de março, quando participam os moradores do Loteamento José Alexandre Zachia, da Vila Industrial, do Loteamento Pio XII, do Parque dos Comerciários e do Distrito Industrial.

Depois das oficinas desta região, começam os encontros da região Oeste e as das áreas rurais. Até o final do processo, serão promovidas um total de 16 oficinas, abrangendo todas as regiões da cidade e do interior. A população que participa das oficinas é apresentada aos dados gerais do município, sua evolução e as relações com o Plano Diretor. Em seguida, é aberto o momento de debates, em que as pessoas falam sobre os aspectos positivos e negativos, primeiramente do município e depois do bairro em que estão inseridos.

A discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. E no encerramento da atividade são eleitos os delegados para as conferências que serão realizadas ao final do processo de revisão do Plano Diretor, no segundo semestre do próximo ano. Os delegados devem ser residentes ou proprietários de empresas nos bairros de abrangência da referida oficina.

■ A discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos

Memorial Vera Cruz
PLANEJAR O FUTURO É A MELHOR FORMA DE SE VIVER BEM.
(54) 3314.6126
WWW.MEMORIALVERACRUZ.COM.BR

DOSILDA ANA SAVEGNAGO	22/02/2018	78 ANOS
GERSON WEISSHEIMER	22/02/2018	83 ANOS
ISA ZANCANARO SAGGIORATO	22/02/2018	88 ANOS
NELSO GOSCH DA ROSA	23/02/2018	77 ANOS
BENJAMIN PASCUAL CENCI	12/02/2018	87 ANOS
NADIR ROSSETTO BEUX	23/02/2018	79 ANOS
ORLEI SANTOS MULINARI	22/02/2018	35 ANOS
ELIMAR THIELE	23/02/2018	70 ANOS
ALCIDES VITORINO VIAN	23/02/2018	77 ANOS
ALCEU JOSÉ CENCI	24/02/2018	60 ANOS
VERONICA MICHELON ZANON	24/02/2018	86 ANOS
DANIEL RODEMIR CRUZ	24/02/2018	42 ANOS
ANTONIO JOSÉ MARQUES LOPES	24/02/2018	70 ANOS
JEOVA VIDAL DE OLIVEIRA	25/02/2018	83 ANOS
ANAGITERESINHA REIS HERMEL	24/02/2018	70 ANOS
ONORABILE FRANDOLOSO LIVINALLI	25/02/2018	81 ANOS
EDI PEREIRA DATSCH	25/02/2018	66 ANOS
MARIA DA SILVA	26/02/2018	74 ANOS

CENSO AGRO

Resultado preliminar demonstra redução de estabelecimentos em Passo Fundo

■ Finalizada a etapa de coleta de dados, funcionários do IBGE cruzam informações e conferem se todas as propriedades foram visitadas

REDAÇÃO ON
onacional@onacional.com.br

Primeira etapa do Censo Agropecuário 2017 encerrou com 820 estabelecimentos visitados em Passo Fundo. O número preliminar representa uma redução em relação aos dados do último censo, apurados em 2006, quando havia 886 propriedades. Porém, o número de locais pode aumentar no decorrer dos próximos meses, já que agora começa a segunda etapa do Censo Agro. Conforme o coordenador da agência regional de Passo Fundo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jorge Bilhar, terminada, em fevereiro, a fase de coleta de informações, os funcionários seguem o trabalho de revisão dos dados e verificação dos estabelecimentos.

O objetivo dessa etapa é se certificar que nenhuma propriedade ficou para trás e que os dados são fidedignos. "Estamos fazendo fechamentos administrativos, conferindo cadastros, visitando os locais. Tem também a parte da supervisão, em que os agentes ficam controlando, via imagem de satélite, quais são as coordenadas e se alguma área de plantio não tem coordenada, nós vamos verificar", esclarece.

O Instituto faz um cruzamento dos dados obtidos pelos recenseadores com outras estatísticas levantadas, como, por exemplo, a Produção Pecuária Municipal (PPM), para checar se há disparidade das informações apuradas.

A única informação preliminar que a agência divulga é referente ao número de estabelecimentos. "Ainda é difícil de apurar [outras informações], porque nosso objetivo era encerrar a coleta. Estamos verificando a diversidade de produção, preenchimento de questionário, vendo a área dos municípios, área das cultivares, pecuária", informa o coordenador da agência de Passo Fundo.

A redução é consequência da expansão do perímetro urbano. "A pequena redução é em função do crescimento da área urbana da cidade. Onde antes eram lavoura e estabelecimento agropecuário, hoje é loteamento", pontua Bilhar.

A metodologia do IBGE para o Censo Agro também é responsável pela queda no número de propriedades, já que só entram nos cálculos locais que têm como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

Se algum estabelecimento não recebeu a visita dos recenseadores, Bilhar solicita que seja feito o contato com o IBGE a fim de auxiliar no processo. O telefone da agência é o (54) 3313-2803, ou diretamente no posto de trabalho do Censo Agropecuário, no (54) 3045-2969. A Agência do IBGE em Passo Fundo está localizada na Rua Benjamin Constant, 595, Centro.

■ Os primeiros resultados do Censo Agro estão previstos para julho deste ano

■ Na região

Na região de abrangência do IBGE de Passo Fundo foram visitados mais de 16 mil estabelecimentos. A agência tem, sob sua jurisdição, 26 municípios. São eles: Camargo, Casca, Ciríaco, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Fontoura Xavier, Gentil, Ibirapuitã, Marau, Mato Castelhano, Mormaço, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Passo Fundo, Pontão, Pouso Novo, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, São José do Herval, Sertão, Soledade, Tio Hugo, Vanini, Victor Graeff e Vila Maria.

93,6% das propriedades visitadas

O IBGE completou em fevereiro a primeira etapa do Censo Agro 2017 com 93,6% da coleta realizada e 4,9 milhões de estabelecimentos agropecuários recenseados. Em março, começa a segunda fase, de apuração e crítica dos dados. Enquanto isso, a coleta continua em regiões afetadas por fatores climáticos e em locais de difícil acesso.

Para o presidente do IBGE, Roberto Luis Olinto Ramos, a meta inicial foi atingida, uma vez que os cerca de 19 mil recenseadores envolvidos na operação censitária visitaram 7,2 milhões de endereços, quase dois milhões a mais que o previsto, para identificar a existência ou não dessas propriedades.

Essa diferença ocorre porque o cadastro de propriedades vai sendo atualizado à medida que os recenseadores vão percorrendo o país: eles excluem os endereços não caracterizados como estabelecimentos agropecuários e incluem outros que foram identificados durante a coleta. "Nosso objetivo inicial foi atingido. Tanto é assim, que o cronograma de divulgação dos primeiros resultados está mantido para o mês de julho", destaca o presidente.

■ Primeiros resultados

Previstos para serem divulgados em julho de 2018, os primeiros resultados do Censo Agro vão mostrar o perfil do produtor rural por sexo, idade, cor ou raça, alfabetização e escolaridade, utilização das terras, efetivos da pecuária, produção animal e vegetal, a forma de obtenção das terras, as práticas agrícolas utilizadas no estabelecimento, entre outros.

PLANO DIRETOR

Próxima oficina avaliativa acontece hoje

■ Comunidade poderá participar da avaliação de aspectos físicos da cidade a partir das 19h, no salão da Paróquia São Vicente

Acontece hoje mais uma oficina avaliativa que servirá como complemento à elaboração do Plano Diretor. Nesta terça-feira (6) moradores da extensão de bairros que vai desde a Operária até Nenê Graeff poderão opinar sobre aspectos físicos da cidade, ressaltando possíveis melhorias e necessidades de melhor adequação. O encontro está marcado para acontecer no salão da Paróquia São Vicente, com início previsto às 19h. Esta etapa é voltada para o diagnóstico social dos bairros e do município como um todo: a população que participa das oficinas é apresentada aos dados gerais do município, sua evolução e as relações com o Plano Diretor. Em seguida, é aberto o momento de debates, em que as pessoas falam sobre os aspectos positivos e negativos, primeiramente do município e depois do bairro em que estão inseridos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. No total, 16 oficinas serão realizadas para moradores que ocupam todos os bairros e distritos do interior de Passo Fundo. Esta atividade segue até 10 de abril deste ano, conforme cronograma previamente definido com as entidades que integram o Núcleo Gestor do processo de Revisão do Plano Diretor.

Confira as próximas reuniões:

7 de março | 19h | Escola Maria Dolores
Região do bairro Santa Marta: Vila Nossa Senhora Aparecida; Vila Santa Marta; Loteamento Jardim América; Vila Donária; Vila 20 de Setembro; Loteamento Força e Luz.

8 de março | 19h | Salão Comunitário de Bela Vista
Abrangência: Distrito de Bela Vista e Distrito de Pulador.

13 de março | 19h | Escola Diógenes Martins Pinto
Região do Bairro Integração: Vila Xangrilá; Loteamento Professor Schisler; Loteamento Jaboticabal; Bairro Recreio; Vila Jeronimo Coelho; Loteamento Boqueirão; Loteamento Parque do Sol; Loteamento Morada do Sol.

COTIDIANO
www.onacional.com.br
quinta-feira, 15 de março de 2018

Bairros da região do Integração participam de oficina do Plano Diretor

FOTO: GLENDA VIVIAN

Novo encontro será realizado na sexta-feira

A noite de terça-feira (13) foi dedicada a ouvir os moradores dos bairros da região do Integração, que reúne a Vila Xangrilá, o Loteamento Professor Schisler, o Loteamento Jaboticabal, o bairro Recreio, a Vila Jerônimo Coelho, o Loteamento Boqueirão, o Loteamento Parque do Sol e o Loteamento Morada do Sol. Para isso, eles participaram da oitava oficina do processo de revisão do Plano Diretor, que aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Diógenes Martins Pinto. Nesta oportunidade eles puderam avaliar os aspectos positivos e negativos do município e dos bairros em que residem e ainda apresentar ideias, sugestões e reivindicações para os locais onde moram. Além disso, elegeram os delegados e suplentes que irão acompanhar o restante do processo.

A mesma dinâmica acontece nesta quinta-feira (15), no Colégio Notre Dame, a partir das 19h, quando acontece a nona oficina da revisão do Plano Diretor. Dessa vez, estão convidados os moradores que residem no Centro, Vila Nicolau Vergueiro, Vila Fátima, Loteamento Wolmar Salton, Loteamento Moreno A. Santos e Loteamento João Lângaro.

Ao todo serão promovidas 16 oficinas, abrangendo as diferentes regiões da cidade e também o interior. Estes encontros serão realizados até o mês de abril. Com as informações oriundas das discussões realizadas com a população nestes momentos, será construído o diagnóstico da cidade, onde constará os aspectos considerados positivos e negativos do município e dos bairros e as possibilidades de melhorias.

Reuniões com segmentos

Estão previstas ainda na Metodologia Participativa, reuniões com segmentos específicos, direcionadas para lideranças comunitárias e representantes de segmentos, conforme temas considerados relevantes, tais como: saúde, educação, habitação, economia, meio ambiente, mobilidade, dentre outras temáticas definidas ao longo da etapa. Essas reuniões serão definidas conforme a demanda. Para isso, os interessados em realizar este encontro devem fazer a inscrição do seu segmento até a próxima sexta-feira (16), preenchendo a ficha de inscrição que está disponível no site da Prefeitura de Passo Fundo. Para encontrá-la, é preciso acessar o link Revisão do Plano Diretor, nos destaques da página, clicar em Etapa 02 e ir em Downloads.

OPINIÃO

Celestino Meneghini

Ódios sem líderes

A cizânia inadiável à viabilidade política do país apresenta-se como abismo, sem lados que o sustentem. Puro espanto é explicar o desplante de um grupo que dirige a nação e ao mesmo tempo em soturna porfia, projeta seu enterro. Expliquemos: Do presidente ao mais singelo assessor, todos aplicam o dedo podre contrariando a expectativa popular mínima, desprezando regras morais ativando o desrespeito à lei. Vejam, por exemplo, a publicação do decreto presidencial de indulto, que contraria totalmente a seriedade exigida nas manifestações populares contra a corrupção. Temer, contrariado, pela decisão liminar do ministro Luís Barroso, recorre da liminar no Supremo, para afrouxar a pena dos envolvidos na Lava Jato. Vejam só! O indulto natalino foi usado para ampliar a leniência presidencial, ajudando criminosos do colarinho branco. Mais uma vez, além da amortização do crime por trabalho escravo, Temer capitaliza para si a gratidão dos malsinados de mãos sujas. Que vergonha! Precisou intervenção de um ministro do STF para barrar a malandragem de Temer. Ele derrubou Dilma e o PT, e daí! Está fazendo pior, justamente quando é necessário respeitar a ira do povo, que clama por punição e justiça! Nem a oposição acende a esperança, neste ano eleitoral. O privilégio do desgoverno promove o ódio da maioria fragilizada. Não há liderança confiável para uma disputa que gere esperança!

Aécio, Lula e Jucá

Salvo manobra inédita o Brasil verá Aécio Neves e o senador Jucá, respondendo por sérias denúncias. De outro lado, fecha-se o cerco pela concretização da prisão de Lula, já condenado. Esses são os momentos inéditos da ação do judiciário, que não pode falhar.

Verdade

Em diversos casos em que a verdade equivale à decisão judicial, a força dos poderosos apresenta-se em forma de ódio. A reação é antiga, desde os romanos: "veritas odium parit" (a verdade gera o ódio).

Joaquim Barbosa

Não há dúvida. Se o PSB contar com o nome de Joaquim Barbosa, concorrendo à presidência ou Senado, poderá fazer a diferença. Diferença no sentido de alguém capaz, acreditado e com posições definidas. O povo saberá avaliar isso. Dizem que o brasileiro não sabe votar. Errado! São os candidatos, via de regra, que não sabem ser candidatos, antes, durante e depois!

Pressão

O ministro Marun em tom de insulto contesta a decisão do magistrado Luís Roberto Barroso e da corte Suprema, na deliberação provisória que exclui condenados por corrupção, dos beneficiários pela lei do indulto presidencial. Ficam raivosos contra ordem que autoriza investigar encastelados do Planalto, especialmente no episódio escandaloso da mala de propina. Marun ameaça propor impeachment contra ministros do STF. De outra banda, tucanos, peemedebistas e petistas mostram-se irados contra o ex-procurador Janot, que os denunciou. Carmen Lúcia e Fachin são pressionados na confirmação de prisão para condenados em segunda instância. Que é isso? Que inversão é essa?

Os poetas

No dia de ontem foi lembrado o dia do poeta, da poesia. Engano dizer que a poesia é secundário instrumento na literatura. Dos atuais autores destacamos a enorme expressão de Chico Buarque denunciando o cruel anonimato do operário, em sua música Construção: "morreu na contramão atrapalhando o tráfego..." Corriqueiramente presenciamos o desdém inculto ao verso, justamente por desconhecê-lo no seu magnífico potencial literário social e humanístico. Castro Alves, utilizando-se do recurso retórico da prosopopéia e prenuncia a Volta da Primavera: "Já viste às vezes, quando o sol de maio/inunda o vale, o matagal e a veiga?/ Murmura a relva: - Que suave raio!/ Responde o ramo: - Como a luz é meiga!" O poeta fala do corpo e da alma ao mesmo tempo, imprimindo quilate à palavra e desafiando consciências.

Mara Duarte

Registramos a colação de grau em Direito da estimada Mara Regina Duarte, filha do compadre Caio Duarte. Parabéns e sucesso na advocacia.

Advogado e jornalista
cmeneghini@annex.com.br

COTIDIANO
geral / cidade / saúde / educação /
www.onacional.com.br
terça-feira, 27 de março de 2018
4

PLANO DIRETOR

Oficina vai tratar dos mananciais

(FOTO: JOÃO HENRIQUE PAZUCH)

Encontros servem para ouvir a comunidade em todos os aspectos da mudança do Plano

■ Também serão realizadas duas oficinas da região Sul, uma no distrito do São Roque, e a última da região Oeste

Restando a realização de cinco oficinas para a finalização da etapa avaliativa e territorial de composição do diagnóstico do processo de revisão do Plano Diretor, nesta semana acontece o encontro da Macrozona Mananciais, marcada para as 19h desta terça-feira (27) no Ifsul (Estrada Perimetral Leste, 150). Nesta oficina a ideia é abordar, como o próprio nome diz, os mananciais do município, especialmente no apontamento da situação atual e na indicação de sugestões relacionadas ao tema.

Além desta, serão realizadas ainda duas oficinas da região Sul, nos dias 4 e 5 de abril, uma no distrito do São Roque, no dia 10 de abril, e a última da região Oeste, no dia 12 de abril. Com isso, encerram-se as oficinas avaliativas temáticas e o processo passa então pela sistematização dos dados, que deve ser feita pelo Núcleo Técnico da revisão, para depois então, em data a ser marcada, ser apresentado na audiência pública que deverá validar este diagnóstico.

■ **Distrito de Bom Recreio**

A última oficina realizada até agora foi a do distrito de Bom Recreio, que reuniu a população da Macrozona de Produção Mista na última quinta-feira, dia 22 de março, no salão comunitário. Seguindo a dinâmica dos demais encontros, a população, após ser apresentada para os aspectos gerais de formação e ocupação do município, debateu os aspectos positivos e negativos do distrito e também do município como um todo e, no final, apresentou sugestões. Nesta ocasião foram ainda eleitos os delegados que irão representar o distrito nas próximas fases do processo de revisão do Plano Diretor.

Próximos encontros

- Dia 27 de março – Macrozona Mananciais
Ifsul | 19h
Abrangência: Macrozona de Proteção aos Mananciais

- Dia 04 de abril – região Sul
Paróquia São Cristóvão | 19h
Abrangência: Vila Alice, Vila Cruzeiro, Vila Reinaldo Patussi, Vila Z. De Costi, Vila Santa Maria, Vila Nova, Vila Mattos, Loteamento Magi, Loteamento Via Sul, Loteamento Novo Horizonte, Ricci, Vila Leopoldina, Loteamento São Luiz, Loteamento Sgarbi, Irmãos Rebechi, Loteamento Jardim André Rebechi, Loteamento São Cristóvão, Vila Graciosa, Vila Esplanada, Loteamento Mauá, Loteamento Sagrada Família, Loteamento Santo Antônio, Loteamento São João da Escócia, Copacabana, Loteamento César Santos, Loteamento São Cristóvão II, Vila Exposição, Vila Lucas Araújo

- Dia 05 de abril – região Sul
Quartel da Brigada Militar | 19h
Abrangência: Vila Lucas Araujo (parte), Vila Schel (parte), Vila Reis (parte), Vila Simon, Vila Carmem (parte), Loteamento Don Rodolfo, Condomínio Bosque Village, Loteamento Santa Rita, Loteamento Parque Turístico, Loteamento Mattos (parte), Loteamento Residencial dos Pinheirais, Loteamento Santa Ines, Vila Ivo Ferreira, Vila Exposição (parte), Loteamento Imobiliária Charrua (Bom Jesus), Vila Planaltina, Loteamento Escola Rural, Loteamento Dom Felipe

- Dia 10 de abril – rural (Macrozona Agrofamiliar)
Salão comunitário de São Roque | 19h
Abrangência: Macrozona Agrofamiliar

- Dia 12 de abril – região Oeste
Escola Jardim América | 18h30
Abrangência: Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Santa Marta, Loteamento Jardim América, Vila Donária, Vila 20 de Setembro, Loteamento Força e Luz

OPINIÃO

Adriano da Silva

O futuro do Mercado de Trabalho: estamos preparados?

Tomando por base nosso relatório de janeiro de 2017 sobre automação, o mais recente estudo do McKinsey Global Institute, Jobs lost, jobs gained: Workforce transitions in a time of automation, avalia o número e os tipos de empregos que poderão ser criados em diferentes cenários até 2030 e os compara com os postos de trabalho que poderão desaparecer devido à automação. Os resultados revelam um rico mosaico de possíveis transformações ocupacionais nos próximos anos, com implicações importantes nas habilidades e nos salários dos trabalhadores. Nossa principal conclusão é que, embora possa haver trabalho suficiente para manter todos os empregos até 2030 na maioria dos cenários avaliados, as transições serão extremamente desafiadoras - igualando-se ou até mesmo superando a escala das mudanças na agricultura e na manufatura ocorridas no passado.

Anteriormente que cerca de metade das atividades que as pessoas são pagas para realizar em todo o mundo poderiam, em teoria, ser automatizadas usando-se tecnologias já existentes. Pouquíssimas ocupações - menos de 5% - consistem em atividades que podem ser totalmente automatizadas. Entretanto, em cerca de 60% das ocupações, pelo menos um terço das atividades constitutivas podem ser automatizadas, o que implica transformações substanciais no local de trabalho e mudanças para todos os trabalhadores.

Embora a viabilidade técnica da automação seja importante, ela não é o único fator que influenciará o ritmo e a extensão com que essa automação será adotada. Entre outros fatores, há o custo de desenvolver e implantar soluções automatizadas para usos específicos no local de trabalho, a dinâmica do mercado de trabalho (incluindo qualidade e quantidade da mão de obra e os respectivos salários), os benefícios da automação que vão além da substituição da mão de obra, e a aceitação regulatória e social.

O potencial impacto da automação sobre o emprego varia conforme a ocupação e o setor (veja quadro interativo acima). As profissões mais suscetíveis à automação são aquelas que envolvem atividades físicas em ambientes previsíveis, como operar máquinas e preparar refeições rápidas (fast food). Coletar e processar dados são duas outras categorias de atividades que podem ser realizadas de maneira cada vez melhor e mais rápida por máquinas. Isso pode levar à eliminação de grandes quantidades de mão de obra - por exemplo, em originação de crédito imobiliário, assistência jurídica, contabilidade e processamento de transações de back-office.

A automação terá um efeito menor no caso de empregos que envolvem gestão de pessoas, aplicação de expertise e interações sociais, onde as máquinas ainda não conseguem reproduzir a performance humana. De modo geral, o trabalho em ambientes imprevisíveis - como o de jardineiros, encanadores ou cuidadores de crianças e idosos - também sofrerá menos automação até 2030, pois essas atividades são tecnicamente difíceis de automatizar e, muitas vezes, pagam salários relativamente baixos, o que torna a automação uma proposta de negócio menos atraente.

Em 2030, haverá no mínimo 300 milhões de pessoas acima dos 65 anos a mais do que em 2014. À medida que as pessoas envelhecem, seus padrões de gastos mudam, havendo um aumento acentuado das despesas com saúde e serviços pessoais. Em muitos países, isso criará uma nova e significativa demanda por diversas ocupações - médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, por exemplo - mas também por assistentes de saúde em domicílio, cuidadores e auxiliares de enfermagem. Estimamos que até 2030 surgirão em todo o mundo entre 50 e 85 milhões de novos empregos na área da saúde e afins, decorrentes do envelhecimento da população.

Todavia, as pessoas terão de descobrir o caminho para chegar até esses novos empregos. Do total de trabalhadores que perderam seus empregos, 75 a 375 milhões talvez precisem mudar de categoria ocupacional e aprender novas habilidades, segundo os cenários de adoção moderada ou rápida da automação. A grande dúvida é se nossas escolas sejam elas públicas ou particulares municipais ou estaduais, as faculdades e universidades, públicas ou privadas, estão abertas e propiciando esse debate. O futuro começa agora, as eleições de 2018, podem ser um bom momento para ouvirmos as propostas para o futuro da educação em nosso país e como iremos conduzir o processo da automação.

FONTE: RELATÓRIO MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE NOVEMBRO 2017

Professor de Administração
adriano.josé.silva@hotmail.com

fontes
EM OFF

Novas academias ao ar livre

A Prefeitura de Passo Fundo está realizando a instalação das primeiras das nove academias ao ar livre que serão implantadas na cidade e no interior. A Praça Antonino Xavier, em frente ao Hospital da Cidade, recebeu nessa semana os equipamentos. Além do espaço, o Parque da Gare também já oferece a academia ao ar livre para as pessoas que frequentam o lugar. As academias ao ar livre, com diversos equipamentos de fácil acesso, se tornaram ótimas opções para quem quer começar a fazer atividades físicas. Os próximos locais que receberão os equipamentos da academia ao ar livre são: São Luiz Gonzaga, Santa Maria II, Nonoai, Planaltina e Vera Cruz; e os distritos de Bela Vista e Bom Recreio. Entre os equipamentos disponibilizados estão: máquina supino híbrida, máquina puxada alta, espaldar, barras altas, simulador de caminhadas tipo esqui triplo, twist triplo, prancha de movimentação lateral, simulador de cavalgadas duplo, torre de bicicletas, elíptico mecânico triplo, máquina remada e tríceps, cadeira de pressão para pernas, entre outros.

Gestante

Estão abertas as inscrições para o Encontro de Gestantes realizado pelo Hospital da Cidade. A 10ª edição do curso ocorre nos dias 23 a 25 de abril, na Sala de Estudos Luiz Fragomeni (SELF) localizada no 9º andar do Edifício Centenário. Esta é a primeira edição do Encontro de Gestantes realizada em 2018, que reúne semestralmente gestantes e acompanhantes em busca de esclarecimentos e orientações. Os participantes também têm a oportunidade de conhecer a Maternidade do Hospital da Cidade durante a programação do encontro. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 20 de abril no site do Hospital da Cidade, as vagas são limitadas. Outras informações pelo telefone (54) 2103 3326

Odontologia Hospitalar

A Imed deu início a primeira Liga Acadêmica em Odontologia Hospitalar de Passo Fundo (LAOH-IMED). Filiada ao Hospital da Cidade - HCPF, a Liga visa complementar a formação acadêmica, por meio de atividades que atendam os princípios do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Constituída por um grupo acadêmicos e egressos do curso, sob coordenação da professora Me. Michele De Conto Ferreira, a Liga desenvolve ações que englobam áreas científica, teórica e prática, incluindo atividades de ação social. A filosofia do Curso de Odontologia demonstra claramente a preocupação com a excelência na formação profissional, nos quais os procedimentos realizados pelos alunos nas clínicas seguem uma ordem de complexidade, proporcionando uma visão holística do indivíduo. A Instituição quer fomentar a prática odontológica e desenvolver futuros profissionais capazes de transformar a realidade em que estão inseridos.

Correção

Ao contrário do que foi publicado na edição de ontem sobre a vacinação contra a gripe as crianças acima de seis meses até 4 anos 11 meses e 29 dias (portando menores de 5 anos) é que integram o grupo de risco.

Próximas oficinas

- Dia 05 de abril – região Sul

Quartel da Brigada Militar | 19h

Abrangência: Vila Lucas Araújo (parte), Vila Schel (parte), Vila Reis (parte), Vila Simon, Vila Carmem (parte), Loteamento Don Rodolfo, Condomínio Bosque Village, Loteamento Santa Rita, Loteamento Parque Turístico, Loteamento Mattos (parte), Loteamento Residencial dos Pinheirais, Loteamento Santa Ines, Vila Ivo Ferreira, Vila Exposição (parte), Loteamento Imobiliária Charrua (Bom Jesus), Vila Planaltina, Loteamento Escola Rural, Loteamento Dom Felipe

- Dia 10 de abril – rural (Macrozona Agrofamiliar)

Salão comunitário de São Roque | 19h

Abrangência: Macrozona Agrofamiliar

- Dia 12 de abril – região Oeste

Escola Jardim América | 18h30

Abrangência: Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Santa Marta, Loteamento Jardim América, Vila Donária, Vila 20 de Setembro, Loteamento Força e Luz.

Plano Diretor I

Os moradores da grande São Cristóvão receberam na noite desta quarta-feira (4) mais uma oficina do processo de revisão do Plano Diretor. Este foi o primeiro encontro da região Sul da cidade, que terá ainda mais uma reunião, nesta quinta-feira, dia 5 de abril, a partir das 19h no quartel da Brigada Militar. Além de apresentar sugestões e ideias para melhoria da cidade, os moradores da Vila Alice, Vila Cruzeiro, Vila Reinaldo Patussi, Vila Z. De Costi, Vila Santa Maria, Vila Nova, Vila Mattos, Loteamento Magi, Loteamento Via Sul, Loteamento Novo Horizonte, Ricci, Vila Leopoldina, Loteamento São Luiz, Loteamento Sgarbi, Irmãos Rebechi, Loteamento Jardim André Rebechi, Loteamento São Cristóvão, Vila Graciosa, Vila Esplanada, Loteamento Mauá, Loteamento Sagrada Família, Loteamento Santo Antônio, Loteamento São João da Escócia, Copacabana, Loteamento César Santos, Loteamento São Cristóvão II, Vila Exposição puderam avaliar os bairros onde moram.

Plano Diretor II

Até agora já foram realizadas 13 oficinas, abrangendo os demais bairros e localidades do interior do município. Com isso, na próxima semana encerra-se esta etapa dos trabalhos, totalizando a realização de 16 oficinas avaliativas. O processo total de revisão do Plano Diretor, no entanto, segue ainda até o final do ano de 2019, quando então as modificações deverão se tornar lei no município.

Costelão Beneficente I

O Grupo Amigos da Bola realiza neste sábado (07) mais uma edição do Costelão Beneficente para o Centro Assistencial a Criança com Câncer (CACC), com objetivo de arrecadar recursos para a Liga Feminina de Combate ao Câncer de Passo Fundo. Idealizado há seis anos, o grupo inicialmente era composto apenas por amigos que jogavam futebol em um clube social da cidade. Eram recolhidas doações ao final de cada partida e destinadas ao CACC. O movimento cresceu, na última edição no final de 2017, foram cerca de mil pessoas presentes ajudando na causa social.

Costelão Beneficente II

Nos dois eventos do ano passado, o lucro da festa foi de oitenta mil reais. Todo o valor é administrado pelo idealizadores do projeto, liderado pelo empresário Jair Calherão. O Costelão do CACC acontece em uma Chácara, a Arena Calherão, junto a RS-324, atrás do Condomínio Morada Além do Horizonte, neste sábado, das 9h às 19hs. Os convites custam 130 reais para homens e 70 reais para mulheres. Menores de 12 a 18 anos pagam 30 reais. O ingresso dá direito ao almoço e bebida durante todo o dia. Ingressos e outras informações podem ser obtidos pelo número 3045-4560 ou diretamente no local do evento.

COTIDIANO
geral / cidade / saúde / educação /
www.onacional.com.br
sábado e domingo, 7 e 8 de abril de 2018

PLANO DIRETOR

Região Sul conclui oficinas avaliativas

Os moradores da região Sul receberam duas oficinas avaliativas para pensar a revisão do Plano Diretor. O último encontro aconteceu nessa quinta-feira (5), no quartel da Brigada Militar. A oficina abrangeu o bairro Lucas Araújo – vila Lucas Araújo, vila Schel, vila Reis, vila Simon, vila Carmem, loteamento Dom Rodolfo; o bairro Roselândia – loteamento Santa Rita, loteamento Parque Turístico, loteamento Residencial dos Pinheirais, loteamento Santa Inês; e o bairro Planaltina – vila Ivo Ferreira, vila Exposição, loteamento Imobiliária Charrua (Bom Jesus), vila Planaltina, loteamento Escola Rural, Loteamento Dom Felipe.

Durante o encontro, a discussão sobre os aspectos positivos e negativos acontece em grupos. Ao final do debate em grupo, as ideias são apresentadas por um representante de cada grupo a todo público participante. No encerramento da atividade são eleitos os delegados para as conferências que serão realizadas ao final do processo de revisão do Plano Diretor.

Próximas oficinas

10 de abril | 19h | Salão Comunitário de São Roque

Macrozona Agrofamiliar: Distrito de São Roque; Distrito de Sede Independência; Comunidades: São Pedrinho; Santo Antônio do Capinzal; Capinzal; Vila Rosso; Nossa Senhora das Graças;
São José; São Valentim; Vila Colussi; São Brás; Três Capões; Burro Preto.

12 de abril | 19h | Escola Maria Dolores

Região do bairro Santa Marta: Vila Nossa Senhora Aparecida; Vila Santa Marta; Loteamento Jardim América; Vila Donária; Vila 20 de Setembro; Loteamento Força e Luz.

SERVIDORES MUNICIPAIS

Categoria aceita 2,84% e encerra a greve

Em Assembleia dos servidores municipais, nesta sexta-feira (06), foi aceita a proposta de reajuste salarial feita pela Prefeitura de Passo Fundo e encerrada a greve. A administração municipal ofereceu à categoria 2,84%, relativo ao IPCA – maior índice de inflação. A proposta é extensiva ao vale-alimentação e passa a contar do mês de abril. Conforme o procurador-geral do Município, Adolfo de Freitas, a administração municipal fez grande esforço para alcançar o índice, que representa impacto superior a R$ 6 milhões por ano na folha de pagamento.

O dirigente do Sindicato dos Professores Municipais de Passo Fundo (CMP Sindicato) Eduardo Albuquerque destaca que aprovação deste índice se encerra apenas uma das pautas do magistério. "As negociações não param! A questão das promoções das professoras da educação infantil, por exemplo, deve ser retomada ainda nos próximos dias. Hoje se encerra uma etapa, mas de forma nenhuma se encerra o processo, pois ele não se esgota com uma ou outra decisão pontual," destaca.

Na próxima segunda-feira (06) sindicatos e Executivo darão continuidade nas negociações do Piso Nacional do magistério, uma vez que mais de 40 professoras ficarão abaixo do Piso mesmo após a efetivação do reajuste.

Sicredi
Gente que coopera cresce

OPINIÃO

Jorge Anunciação

Semana agitada

Não é possível ficar indiferente perante os acontecimentos dessa semana. Assistimos a duelos verbais com cargas de retóricas incompreensíveis para quem não navega no universo jurídico, com exceção do ministro Luís Roberto Barroso que falou aquilo que entendemos, porque está visceralmente exposto na sociedade brasileira, ou seja, a impunidade dos grandes em detrimento da punição aos que não têm grana para bancar advogados caros. Ao enumerar diversos casos de ações protelatórias e prescrições de ações criminais o ministro declarou aquilo que pensamos (há quem diga que jogou para a torcida): queremos outro tipo de sociedade para nossos filhos que não seja a da indevida apropriação do dinheiro público, do favorecimento a políticos safados, do favorecimento a grandes empresas com interesses excusos e a aplicação da lei, referendada pelo próprio tribunal, da prisão ou aplicação da pena tão logo se ache conveniente após a segunda instância do julgamento. Se cadeia vale para uns (pobres, negros, gente da periferia), obviamente deve valer para todos. Se não somos iguais, ou ainda, se não temos direito de sorver todas as benesses que alguns mandatários da república usufruem, que sejamos iguais na cadeia. Os direitos de prerrogativas de proteção devem ser iguais aos deveres de função pública, se não fez nada de errado porque deve-se temer algo. É interessante observar que em todo cara que transgride há uma lógica: ele não fez nada de errado segundo sua consciência, se é que tem uma e se nada fez de errado é, portanto, inocente. Há uma lógica em um assalto, como diz Marcia Tiburi. E sua turma acha que todo inocente deve circular livremente palestrando ao bebeléu para transmitir como é que se enriquece os filhos com dinheiro que não é oriundo do labor. Nós, que de alguma forma contribuímos para eleição de Lula-Dilma-Temer é que somos os verdadeiros culpados e deveríamos estar no xilindró. Aliás, o xilindró aguarda Aécio-Jucá-Renan e outros. Resumo da ópera: a hora é agora, não tem que manter isso aí, como manifestou outro presidente de plantão, como foram também Sarney e Itamar. Pobre de nosso país, tão jovem em sua claudicante democracia e já tão viciada...Cristiane F. 13 anos, drogada e prostituída.

Estou lendo Kraftwerk, Plubikation - A Biografia (David Buckley - editora Seoman) - livro sobre os rapazes de Dusseldorf que construíram a música eletrônica alemão e mundial num pós-guerra de características revolucionárias para o povo alemão. A Alemanha Ocidental tinha em abundância a cultura com C maiúsculo na literatura, teatro, poesia, ópera e música clássica. Então, Ralf Hütter e Florian Schneider e, mais tarde Karl Bartos e Wofgang Flür, inspirados nos experimentos eletrônicos de Karlheinz Stockhausen, criaram nova música, à base de sintetizadores. Era música perfeita, harmônica, organizada como é a Alemanha, não visceral como a de Robert Plant; era o nascimento da música harmônica e perfeita, adorada até pelo mestre da música eletrônica Giorgio Moroder (I Feel Love). Quis o destino que Eduardo Fernandes e eu comprássemos em 1976 o LP Radioactivity e passamos a executá-la nas festinhas tipo reunião-dançante como a música que fechava a festa. Também, fomos os precursores do hit Don´t Let Me Be Misunderstood, do Santa Esmeralda, meses antes de se tornar sucesso na novela O Astro. Mas, isso é outra história. Alemanha, Alemanha...é o 7x1 ficou barato.

Médico clínico geral e cirurgião
jorgeanunciacao@upf.br

fontes
EM OFF

Valorização do Advogado

Nesta quinta-feira (12) acontece a segunda edição de 2018 do Bate-papo Jurídico destinado aos advogados da região. O encontro é uma ação da OAB Subseção de Passo Fundo organizado pela CEJA - Comissão Especial do Jovem Advogado, neste encontro que inicia às 19h o tema a ser debatido é: Honorários Advocatícios e a Valorização do Advogado. As atividades serão ministradas pelo advogado Dr. Dante Dal Castelli Neto, no Smith Bar (Avenida Fagundes dos Reis, 196), a entrada é gratuita, posteriormente os participantes são convidados para o tradicional "happy hour".

Mega-Sena

A Mega-Sena pode pagar um prêmio de R$ 22 milhões para quem acertar as seis dezenas do concurso 2.030, que será sorteado nesta quarta-feira (11). O sorteio será realizado a partir das 20h (horário de Brasília) diretamente do Caminhão da Sorte, que está estacionado em Aimorés (MG). Caso o ganhador decida investir todo o prêmio na Poupança da CAIXA, receberá mensalmente mais de R$ 84 mil apenas em rendimentos. As apostas podem ser feitas até uma hora antes da hora do sorteio nas lotéricas ou pelo Internet Banking CAIXA. Para isso, basta ser maior de 18 anos e titular de conta corrente no banco. O serviço funciona das 8h às 22h, exceto em dias de sorteios (quartas e sábados), quando as apostas se encerram às 19h, retornando às 21h para o concurso seguinte.

Avenida Brasil

O prefeito Luciano Azevedo e o secretário de Obras, João Antônio Bordin, conferiram o começo da obra de revitalização da Avenida Brasil. No trecho visitado pelo prefeito, está sendo construída a nova drenagem pluvial, com colocação de tubos de 1,5 de diâmetro, com maior vazão, caixas coletoras e poços de visita, que fazem a ligação da rede principal com as novas bocas de lobo. "É um trabalho mais complexo que exigirá de 5 a 6 meses nessa primeira fase das obras, que tem mais etapas previstas, devido aos serviços de base e drenagem pluvial. Os demais trechos serão recuperações específicas", explicou o secretário de Obras, João Antônio Bordin.

Viaturas

O governo do Estado entrega, nesta quinta-feira (12), as novas viaturas da Brigada Militar (BM) destinadas aos municípios da área de abrangência do Comando Regional de Policiamento Ostensivo (CRPO) Planalto. O ato, que contará com a presença do secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, e do comandante-geral em exercício da BM, coronel Mário Ikeda, ocorrer às 14h, na sede do 3º Regimento da Brigada Militar.

Plano Diretor I

O cronograma de oficinas avaliativas da revisão do Plano Diretor encerra nesta semana. Ao todo, serão 16 oficinas que abrangem diferentes regiões da cidade, incluindo todos os bairros e distritos. Nessa terça-feira (10), a comunidade do interior recebeu o último encontro, realizado no distrito de São Roque. A oficina englobou a Macrozona Agrofamiliar, com os distritos de São Roque e de Sede Independência e as comunidades de São Pedrinho; Santo Antônio do Capinzal; Capinzal; Vila Rosso; Nossa Senhora das Graças; São José; São Valentim; Vila Colussi; São Brás; Três Capões; Burro Preto.

Plano Diretor II

É a primeira vez, em uma discussão de Plano Diretor, que as oficinas vão até as sedes do interior. De acordo com a secretária de Planejamento, Ana Paula Wickert, "essa inclusão é muito importante para fazer a comunidade que mora na área rural mais ativa. O Plano Diretor é para pensar a cidade como um todo". A última oficina avaliativa acontecerá nesta quinta-feira (12), às 18h30, na Escola Jardim América. O convite é estendido para os moradores da vila Nossa Senhora Aparecida; vila Santa Marta; loteamento Jardim América; vila Donária; vila 20 de Setembro; e loteamento Força e Luz.

PetDay I

A IMED realiza, por meio do seu Curso de Medicina Veterinária, a 1ª edição do PetDay. Na atividade, que acontece nesta sexta-feira, juntamente com o encerramento da 1ª Semana Acadêmica do Curso, a comunidade terá a oportunidade de trazer seus pets para as dependências do Campus Passo Fundo. Os participantes poderão assistir a apresentações sobre psicologia canina juntamente com o "DogShow" de Rudinho Bombassaro e sua matilha, além de contar com médicos veterinários e stands de empresas esclarecendo dúvidas em relação a saúde e bem-estar dos pets.

PetDay II

As apresentações ocorrerão em dois momentos: às 13h e às 18h. Além disso, haverá a inauguração oficial do espaço Pet Friendly da IMED. Os estudantes do curso também participarão do PetDay, realizando atividades de recreação com os animais presentes no evento. Para participar é necessário realizar inscrição prévia e gratuita no site eventos.imed.edu.br, atentando a alguns requisitos: para que seu pet possa participar é necessário que o mesmo apresente boas condições de saúde e de convivência com outros animais e pessoas. As vagas são limitadas.

fontes

EM OFF

Plano Diretor I

Na última quinta-feira, dia 12 de abril, foi realizada a última oficina avaliativa do processo de Revisão do Plano Diretor. O encontro foi na região da Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Santa Marta, Loteamento Jardim América, Vila Donária, Vila 20 de Setembro, Loteamento Força e Luz. Ao todo foram realizados 16 encontros, abrangendo todos os bairros da cidade e localidades do interior. Em cada uma dessas oficinas a população pode participar ativamente, apresentando sua opinião sobre o lugar onde vive. Isso, porque durante o encontro eles puderam apresentar, na forma de fichas, os pontos positivos e negativos do bairro onde moram e apresentar sugestões de melhorias. Além do bairro, a população pode opinar sobre a cidade como um todo, também apresentando os pontos positivos e negativos e criando sugestões.

Plano Diretor II

Com o encerramento das oficinas, o trabalho agora é realizado pelo Núcleo Técnico da Revisão do Plano Diretor, que está sistematizando todas as informações colhidas nos encontros para então disponibilizar este material que será apreciado em uma audiência pública com data ainda a ser marcada. Após a audiência, começa a fase das oficinas temáticas, que serão num total de 10 encontros, com os seguintes temas: transporte motorizado, transporte ativo, equipamentos sociais, espaços e equipamentos de lazer, desenvolvimento econômico e inovação, meio ambiente, habitação, paisagem urbana e patrimônio cultural, uso e ocupação do solo e gestão, participação e controle social. Estas oficinas serão realizadas ainda este ano, sendo que os locais e horários serão amplamente divulgados para que a população possa participar.

1ª Sessão de Negócios

A Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio (Acisa) convida os empreendedores de Passo Fundo para participarem da 1ª Sessão de Negócios Empreender, na próxima terça-feira (17). O encontro é uma oportunidade de cada empresário apresentar seu negócio para as demais empresas participantes, ampliar a rede de contatos e fazer parcerias. A atividade será no auditório da Acisa (Av. General Neto, 443 - 5º andar, Centro), a partir das 19h. Para participar basta preencher a ficha de inscrição do evento, que deve ser solicitada pelo e-mail roberta@consolides.com.br. Mais informações pelo fone (54) 3311-1300.

Abono salarial

Mais de 21,7 milhões de trabalhadores já receberam o Abono Salarial ano-base 2016, o que representa 88,90% do total. Os valores sacados até agora somam R$ 16,1 bilhões. Resta ainda um valor superior a R$ 2 bilhões disponíveis a serem pagos a 2,7 milhões de pessoas. O Abono Salarial PIS/Pasep exercício 2017/2018 começou a ser pago em 27 de julho de 2017, mas, independentemente do prazo inicial para pagamento dos lotes, a data-limite para o saque vai até o dia 29 de junho. "Quem já teve o benefício liberado no ano passado, mas ainda não fez o saque, pode retirar o dinheiro até o fechamento do prazo", destaca o chefe da Divisão do Abono Salarial do Ministério do Trabalho, Márcio Ubiratan Britto.

Estação Cultural I

Parte das obras de adequação da edificação do PRISMA: Estação Cultural da Gare foi finalizada com as intervenções de acabamento em gesso, a instalação dos pontos de ar-condicionado e a rede elétrica. Nessa semana iniciou a montagem dos móveis que irão compor o espaço. O PRISMA foi projetado para ser um espaço de leitura de mundo, do impresso ao digital, da literatura e das artes aos games. Com curadoria da professora Tania Rösing, o projeto transforma a região da Gare em um grande parque, com olhar distinto para todas as gerações.

Estação Cultural II

A formação de leitores em diferentes suportes e a interação com linguagens artísticas estão entre as principais propostas. O investimento para as obras de segurança e fechamento do PRISMA, automatização do local e equipamentos será viabilizado com medidas compensatórias e recursos próprios da Prefeitura de Passo Fundo. A previsão é que o espaço seja disponibilizado para a comunidade no segundo semestre de 2018.

Garupa I

o Garupa App está cadastrandor novos motoristas em Passo Fundo. Em funcionalidade desde 2017, a ferramenta, dispõe que cadastrados trabalhem em horários flexíveis, além de se tornar uma renda extra familiar. Conforme explica o CEO da empresa, João Marcondes Vargas Trindade o valor arrecadado no montante das corridas, 80% dele é destinado para o motorista parceiro do aplicativo, enquanto 20% são reservados para os direitos do app. "A própria ferramenta calcula o valor que o passageiro irá pagar no final da corrida, podendo fazer o pagamento via cartão de crédito, dinheiro ou pré-pago" explica.

Garupa II

Para ser motorista do Garupa é necessário preencher alguns requisitos como ter no mínimo 19 anos, CNH definitiva e comprovar que não possui antecedentes criminais. Além disso, o interessado deve possuir um carro com ano de fabricação a partir de 2013, ter ar condicionado, possuir quatro portas e documentação em dia. Quem quiser saber mais informações pode entrar em contato pelo telefone (54) 99980-0558 (whatsapp) ou acessar o link http://garupa.co/seja-um-garuper/ e efetuar o cadastro.

Revisão do Plano Diretor

PARTICIPE! VOCÊ PODE AJUDAR A PENSAR A NOSSA CIDADE!

ETAPA 02 - OFICINAS AVALIATIVAS

Dia: 21/02/2018
Local: Salão da Paróquia Santo Antônio
Rua Morom, 400
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: Loteamento Cidade Universitária, Loteamento Invernadinha, Loteamento Planalto, Vila Petrópolis, Loteamento Umbú, Parque Jardim Botânico.

Dia: 22/02/2018
Local: Salão da Paróquia São José, Av. Luís de Camões
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: São José, Loteamento Leonardo ilha, Loteamento Coronel Massot, Loteamento Canaã, Campus UPF.

Dia: 24/02/2018
Local: CIEP São Luiz, Rua Buenos Aires, 749
Horário: 9h
Para os moradores dos bairros: Loteamento Parque Farroupilha, Loteamento Manoel Corralo, Loteamento Nova Estação, Vila Entre Rios, Vila Ferroviários, Vila Isabel, Parque Bela Vista, Chácaras Bela Vista, São Luiz Gonzaga, Loteamento Santa Maria I, Loteamento Santa Maria II.

Dia: 28/02/2018
Local: SENAI - Rua Erexim, 59
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: Loteamento Nonoai, Loteamento Parque Leão XIII, Loteamento São Bento, Hípica, Vila Vera Cruz, Vila Primeiro Centenário, Loteamento AABB, Vila Lagoa do Potreiro, Vila Polidoro Albuquerque, Loteamento Pedro Ceratti, Loteamento Victor Issler, Loteamento Bairro Cidade Nova, Condomínio La Barra, Vila Armando Annes, Vila Dona Elisa, Vila Santa Terezinha.

Revisão do Plano Diretor

PARTICIPE! VOCÊ PODE AJUDAR A PENSAR A NOSSA CIDADE!

ETAPA 02 - OFICINAS AVALIATIVAS

Dia: 03/03/2018
Local: Escola Guaracy Barroso Marinho, Rua Francisco Dal Conte **Horário:** 9h
Para os moradores dos bairros: Loteamento José Alexandre Zacchia, Vila Industrial, Loteamento Pio XII, Parque dos Comerciários e Distrito Industrial.

Dia: 06/03/2018
Local: Salão da Paróquia São Vicente, Av. Brasil Oeste, 1889
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: Vila Operária, Vila Independente, Loteamento Pampa, Conjunto Habitacional Luiz Sechi, Loteamento Menino Deus, Vila Berthier, Loteamento Morada da Colina, Conjunto Habitacional Edmundo Trein, Vila Agostinho Carrão, Vila Graeff, Vila Feroldi, Vila Doutor Galves, Loteamento Ítalo Benvegnu, Vila São João, Loteamento São Geraldo, Vila Tupinambá, Vila Jardim, Vila Ambrozina, Vila Boa Vista, Vila Guilherme Morsch, Loteamento Edu Reis, Vila Luíza, Vila Schel, Vila Reis, Vila Carmem, Loteamento Santo Afonso, Loteamento Garden, Loteamento Nenê Graeff, Vila São Miguel, Vila Dona Júlia e Loteamento Costa Verde,.

Dia: 07/03/2018
Local: Escola Maria Dolores, Av. João Cataplan
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Santa Marta, Loteamento Jardim América, Vila Donária, Vila 20 de Setembro e Loteamento força e Luz.

Dia: 08/02/2018
Local: Salão Comunitário - Bela Vista, Sede Distrital
Horário: 19h
Para os moradores da Macrozona de Produção Agropastoril.

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Revisão do Plano Diretor

PARTICIPE! VOCÊ PODE AJUDAR A PENSAR A NOSSA CIDADE!

ETAPA 02 - OFICINAS AVALIATIVAS

Dia: 13/03/2018
Local: Escola Diógenes Martins Pinto
Rua Esteio, 850 **Horário:** 19h
Para os moradores dos bairros: Vila Xangrilá, Loteamento Professor Schisler, Loteamento Jaboticabal, Bairro Recreio, Vila Jerônimo Coelho, Loteamento Boqueirão, Loteamento Parque do Sol e Loteamento Morada do Sol.

Dia: 15/03/2018
Local: Escola Notre Dame
Av. Brasil, 952 (entrada pela Rua Moron)
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: Centro, Vila Nicolau Vergueiro, Vila Fátima, Loteamento Wolmar Salton, Loteamento Moreno A. Santos e Loteamento João Lângaro.

Dia: 20/03/2018
Local: IFIBE, Rua Senador Pinheiro, 350
Horário: 19h
Para os moradores dos bairros: Vila Rodrigues e Vila Popular.

Dia: 22/03/2018
Local: Salão Comunitário - Bom Recreio
Sede Distrital
Horário: 19h
Para os moradores da Macrozona de Produção Mista.

Dia: 27/03/2018
Local: IFSUL, Estrada Perimetral Leste, 150
Horário: 19h
Para os moradores da Macrozona de Proteção aos Mananciais.

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Revisão do Plano Diretor

PARTICIPE!

Você pode ajudar a pensar a nossa cidade!

ETAPA 02 - OFICINAS AVALIATIVAS

Dia: 27/03/2018
Local: IFUSL
Estrada Perimetral Leste, 150.
Horário: 19h

Dia: 04/04/2018
Local: Paróquia São Cristovão
Avenida Presidente Vagas, 2122.
Horário: 19h

Dia: 05/04/2018
Local: Quartel da Brigada
Avenida Presidente Vargas, 1501.
Horário: 19h

Dia: 10/04/2018
Local: Salão Comunitário - São Roque
Sede Distrital.
Horário: 19h

Prefeitura Passo Fundo
Cuidar da cidade e cuidar das pessoas.

Revisão do Plano Diretor
Passo Fundo - RS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

ANEXO 2 – ATAS

ATA 01 - OFICINA 01 - SETOR 04

DATA: 21/02/2018 **LOCAL: Salão Paroquial - Santo Antônio**

As dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e um do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, no Salão Paroquial Santo Antonio, iniciou-se a Oficina 01 da Região Leste - Setor 04 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. Inicialmente, foi dado boas vindas e agradecido a presença de todos pela Presidente, Sra. Ana Paula Wickert e explicado como serão as atividades durante as oficinas. Foi comentado que caso seja solicitado poderão ocorrer reuniões temáticas com grupos com assuntos comuns e específicos, citando como exemplo a solicitação de reunião pelos ciclistas. Informou que as solicitações de pauta deverão ser encaminhadas por email para o Núcleo Gestor ou aberto processo. Após houve a apresentação do material e explicação dos objetivos e das etapas dos trabalhos. Foi explicado que estas são leis que vigoram por até 10 anos. A prerrogativa é a participação popular tanto do diagnóstico quanto das propostas de alteração. O grupo técnico irá verificar os aspectos técnicos e legais, respeitando a legislação. Na apresentação foi ilustrado o que regra o Plano Diretor, quais os usos da cidade, tipos de residências, onde instalar equipamento públicos, vias de conexão, áreas de lazer, tipo de transporte. Deverá ser verificado o que tem de bom, de ruim ou o que falta na cidade. Terá de ser apresentado uma percepção geral da cidade com diversas tipologias, áreas de interesse e o que as pessoas valorizam, onde se quer cada equipamento. Como gostaria que fosse o funcionamento e a organização da cidade. Foi mostrada quais as etapas de discussão, que haverá um diagnóstico técnico e um diagnóstico social. Como deverão ser realizadas as proposições e a participação das atividades. Foi demonstrado quais etapas irão ocorrer. Deverá ser realizada uma parceria, com uma visão conjunta da comunidade para elaboração do Plano. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. Haverá uma fase de proposições por tema (habitação, mobilidade, meio ambiente, etc.) e não territoriais como a que está ocorrendo neste dia. Os participantes escolhem qual oficina querem participar, independente do bairro. Após haverá uma conferência, onde os delegados participarão. Após a implantação do novo Plano diretor, haverá o monitoramento e ajustes conforme a necessidade. Nesta etapa deverá ser realizada uma leitura técnica e uma leitura comunitária, verificando a percepção das pessoas, trazendo visões diferentes dos espaços. Deve haver parceria entre o público e o privado para levantar os problemas e gerar uma visão conjunta da sociedade para elaboração do Plano Diretor. Pensar a cidade é fundamental para a qualidade de vida, que tudo que funciona bem é porque tem planejamento. Foi dito que Passo Fundo não foi executada sem planejamento, mas sim sem projeto. Após foi apresentado um breve histórico do Município, desde 1970 até os dias atuais. Foi dito que antes do plano Diretor, já existia o Código de Posturas que descrevia como se comportar, como agir, como construir. Foi falado sobre os bairros que cresceram sem ordenamento, a retirada dos trilhos que permitiram o crescimento da cidade, os bairros que cresceram fora das perimetrais. Foi questionado a participação dos Conselhos na Revisão do Plano Diretor. Foi informado que os Conselhos são convidados a participar de tudo, mas que não podem ser confundidos com os delegados. Que serão 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados eleitos da sociedade. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Que os 06 (seis) primeiros eleitos serão os titulares e os demais serão os suplentes. Que até dia 30/04/2018 deverá ser encaminhada a documentação de comprovação de residência para a Secretaria de Planejamento para homologação. Cada pessoa deverá votar em até seis candidatos. Após foi explicado qual seria a participação dos delegados eleitos. Que durante as atividades

todos os presentes podem votar. Os delegados apenas votam nos artigos da minuta de Lei do Plano Diretor. Após foi projetado o método de trabalho. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: O que é bom:** Ser um pólo regional e geográfico em serviços, saúde, educação e empreendedorismo, ter projetos de conservação e manutenção de áreas públicas e verdes, ser um pólo cultural/artístico, ter política comunitária, organização administrativa, organização política em prol do bem comum e do meio ambiente. **Município: O que falta:** Segregação de bairros e comunidades ou ocupações, ausência de Políticas públicas de habitação e moradia, obras e melhorias de impacto na mobilidade urbana, padronização e acessibilidade na cidade, preservando o meio ambiente, educação e melhorias na coleta de lixo, reciclagem e educação ambiental, sincronia no uso e horário dos espaços públicos, ausência de políticas públicas de habitação e moradia, complexo rodoviário, insuficiência de áreas verdes públicas. **Município: Idéias:** Priorizar e melhorar o transporte público, qualificação e investimento alto de recursos no terminal – tráfego, sub-centros: investimentos e melhorias na estrutura e serviços dos bairros, estudo e projeto de urbanização para as ocupações existentes. **Bairro: O que é bom:** Parque linear, unidade de conservação natural Arlindo Haas, escolas e mercados, serviços. **Bairro: O que falta:** Inadequação dos sentidos das vias, ausência de estudo de impacto de trânsito, acesso difícil à UPF, BR-285 – impactos, complexo, integração, pólo petrolífero – local inadequado – trilhos, cemitério Petrópolis, engessamento da expansão e renovação do bairro em virtude da rigidez da legislação do Plano Diretor, falta de políticas para revitalização e conservação do rio e suas nascentes. **Bairro: Idéias:** Unidade de conservação integrada com parque linear, substituição da BR-285 por uma perimetral, sinaleira e melhorias no acesso, estudo e projeto de urbanização para as ocupações existentes. Para delegado houve 06 (seis) inscrições, ficando todos inscritos eleitos, com a concordância dos presentes. Os Delegados do Setor 04 são: Tiago Capuano; Marcelo da Silva Chaves; Elisangela Correa; Grace Serafini da Silva; Eduardo Rossatto e Ana Carolina Tres Buhler. A reunião encerrou-se às 21:00.

SETOR 04

NÚMERO	NOME
1	TIAGO CAPUANO
2	MARCELO DA SILVA CHAVES
3	ELISANGELA CORREA
4	GRACE SERAFINI SILVA
5	EDUARDO ROSSATTO
6	ANA CAROLINA TRES BUHLER

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 01 - REGIÃO LESTE
21/02/2018 - SALÃO PAROQUIA SANTO ANTONIO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	THIAGO CAPUANO	PETROPOLIS	[illegible]
2	RICARDO ANDRADE	PETRÓPOLIS	[illegible]
3	Ana Carolina Tres Bühler	Petrópolis	[illegible]
4	José Rodrigo Santos	Vanguy (Núcleo Santa)	[illegible]
5	RODRIGO RINTZEL	CENTRO	[illegible]
6	Pedro Donelli	São José	[illegible]
7	[illegible] D.V. Cordeiro	Centro	[illegible]
8	Regina Guimarães	SEPLAN	[illegible]
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 01 - REGIÃO LESTE
21/02/2018 - SALÃO PAROQUIA SANTO ANTONIO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	LUCIANO RIBAI FORTES	PASSOTUR/PMPF	[illegible]
2	[illegible]	Passo Fundo P.B	[illegible]
3	PAULO SEVERO	SEPLAN	[illegible]
4	TANIAMAR RESCHKE	PETRÓPOLIS	[illegible]
5	[illegible]	Petrópolis	[illegible]
6	ERIARDO ROSSATTO	NUCLEO GESTOR	[illegible]
7	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8	ABEMAR MARQUES	AGENDA 21 SÃO CRISTOVÃO	[illegible]
9	PAULO FERNANDO O. CORNELIO	GESP	[illegible]
10	DENISE DE A. MOREIRA	CRUZEIRO	[illegible]

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 01 - REGIÃO LESTE
21/02/2018 - SALÃO PAROQUIA SANTO ANTONIO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	JOANE ALBERTO ANDREOLLI	CENTRO	
2	FRANCISCO XAVIER	PETRÓPOLIS	
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 02 - OFICINA 02 - SETOR 11

DATA: 22/02/2018 **LOCAL: Salão da Catequese - São José**

As dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e um do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, no Salão Paroquial Santo Antonio, iniciou-se a Oficina 02 da Região Leste - Setor 11 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A integrante do Núcleo Técnico Chris Bilibio explicou como será realizada a eleição dos delegados. Inicialmente, foi dado boas vindas e agradecido a presença de todos pela Presidente, Sra. Ana Paula Wickert e explicado como serão as atividades durante as oficinas. Foi comentado que caso seja solicitado poderão ocorrer reuniões temáticas com grupos com assuntos comuns e específicos, citando como exemplo a solicitação de reunião pelos ciclistas. Informou que as solicitações de pauta deverão ser encaminhadas por email para o Núcleo Gestor ou aberto processo. Após houve a apresentação do material e explicação dos objetivos e das etapas dos trabalhos. Foi explicado que estas são leis que vigoram por até 10 anos. A prerrogativa é a participação popular tanto do diagnóstico quanto das propostas de alteração. Foi salientado a importância do diagnóstico para elaboração do Plano Diretor. Antes as discussões ocorriam em pequenos grupos e hoje são realizadas em grupos maiores. O grupo técnico irá verificar os aspectos técnicos e legais, respeitando a legislação. Na apresentação foi ilustrado o que regra o Plano Diretor, quais os usos da cidade, tipos de residências, onde instalar equipamento públicos, vias de conexão, áreas de lazer, tipo de transporte, ou seja a proposição da cidade pra o futuro. Deverá ser verificado o que tem de bom, de ruim ou o que falta na cidade. Terá de ser apresentado uma percepção geral da cidade com diversas tipologias, áreas de interesse e o que as pessoas valorizam, onde se quer cada equipamento. Como gostaria que fosse o funcionamento e a organização da cidade. Foi dado como exemplo o Cidade do Amanhã, realizado com crianças até a 4º série do ensino fundamental. Foi mostrada quais as etapas de discussão, que haverá um diagnóstico técnico e um diagnóstico social. Como deverão ser realizadas as proposições e a participação das atividades. Foi demonstrado quais etapas irão ocorrer. Deverá ser realizada uma parceria, com uma visão conjunta da comunidade para elaboração do Plano. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. Haverá uma fase de proposições por tema (habitação, mobilidade, meio ambiente, etc.) e não territoriais como a que está ocorrendo neste dia. Os participantes escolhem qual oficina querem participar, independente do bairro. Foi questionado por um participante se será elaborado um Plano Diretor para a Vergueiro. Foi respondido que o Plano diretor é abrangente e irá tratar o município como um todo. Após haverá uma conferência, onde os delegados participarão. Após a implantação do novo Plano diretor, haverá o monitoramento e ajustes conforme a necessidade. Nesta etapa deverá ser realizada uma leitura técnica e uma leitura comunitária, verificando a percepção das pessoas, trazendo visões diferentes dos espaços. Deve haver parceria entre o público e o privado para levantar os problemas e gerar uma visão conjunta da sociedade para elaboração do Plano Diretor. Pensar a cidade é fundamental para a qualidade de vida, que tudo que funciona bem é porque tem planejamento. Foi dito que Passo Fundo não foi executada sem planejamento, mas sim sem projeto. Após foi apresentado um breve histórico do Município, desde 1970 até os dias atuais. Foi dito que antes do plano Diretor, já existia o Código de Posturas que descrevia como se comportar, como agir, como construir. Foi falado sobre os bairros que cresceram sem ordenamento, a retirada dos trilhos que permitiram o crescimento da cidade, os bairros que cresceram fora das perimetrais. Foi questionado porque o Loteamento Parque Farroupilha não ficou no Setor 11. Foi informado que foi utilizado a divisão dos setores de Passo Fundo e nesta divisão o Loteamento Parque Farroupilha fica no Setor 05, junto com o Bairro São Luiz Gonzaga. Houve a explicação que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do

Núcleo Técnico e 103 delegados eleitos da sociedade. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população do setor (11), nesta oficina serão eleitos 04 (quatro) delegados, sendo que os 04 (quatro) primeiros eleitos serão os titulares e os demais serão os suplentes. Que até dia 30/04/2018 deverá ser encaminhada a documentação de comprovação de residência para a Secretaria de Planejamento para homologação da eleição. Cada pessoa deverá votar em até quatro candidatos. Após foi explicado qual seria a participação dos delegados eleitos. Que durante as atividades todos os presentes podem votar. Os delegados apenas votam nos artigos da minuta de Lei do Plano Diretor. Após foi projetado o método de trabalho. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Bastante infraestrutura de serviços, quase toda pavimentada, espaços públicos, qualidade de vida, parques ambientais, bicicletas compartilhadas, escola “educação” municipal, Universidade, IES, comércio, indústrias, micro empresários, construção civil. **Município: Pontos negativos:** Entradas da cidade foram mal planejadas, bastante terrenos baldios, acessos entre os bairros que estão mais afastados, conexão entre bairros, mobilidade urbana, estacionamento, preço alto das taxas de estacionamento privado, ocupações, deficit habitação, falta rede de esgoto. **Município: Idéias:** Melhorias nos trevos de acesso à cidade, identificação dos bairros da cidade, aumentar o IPTU dos terrenos baldios, dar mais utilidade ao parque da Roselândia, criação de um parque turístico na Pedreira Ergo, melhorar a demarcação dos bairros, corredor, terminal de ônibus, parcerias público-privadas para fim de mobilidade, política para criação de edifício garagem, ligações viárias Centro/Grande São José/Petrópolis, ligação viária rua Uruguai com a rua atrás na Cesa, modernização sistemas “Prefeitura Inteligente”, melhorar rede de esgoto, espaços para prática de esportes e equipamentos. **Bairro: Pontos Positivos:** Comércio e serviços bem desenvolvidos, bom transporte público, proximidade da UPF, região que não tem problema com alagamentos, todo pavimentado, rede de esgoto, construção civil, UPF, IES, comércio, fluxo interno, túnel, transporte público-privada, escolas. **Bairro: Pontos negativos:** Difícil acesso aos bairros São José, Leonardo Ilha e Parque Farroupilha, trevo da UPF, difícil acesso à escola do Hoje, falta de indústria, apenas uma entrada para se dirigir do bairro para o centro, Corsan avariou o asfalto das ruas quando fez a canalização do esgoto, acesso ao bairro, iluminação no bairro, iluminação BR-285, passeio público, acesso faculdade e escola, Leonardo Ilha/São José, mau uso/lixo nos canteiros, limpeza do bairro, vulnerabilidades/prostituição no bairro, locais públicos em desuso à noite a falta de fluxo de pessoas, conservação paradas de ônibus. **Bairro: Idéias:** Criar uma área industrial no bairro, instalação de um Cais, melhorias de acessibilidade, instalação de câmera de vídeo monitoramento, avançar com a regularização fundiária, acesso ao bairro pela avenida Brasil, container comunitário, iluminação e limpeza da BR-285 por conta da prefeitura e não do DNIT, entrada UPF/Leonardo Ilha, melhorias acesso UPF, estudo viário, aumento de índices construtivos no eixo indutor das avenidas, uso misto/diversidade do comércio, requalificação dos canteiros da avenida Padre Vieira e Nova Olinda, caminhódromo/calçada nos canteiros. Para delegado houve 06 (seis) inscrições. Após a votação foram eleitos como Delegados Titulares: Celso Marcolan com 13 (treze votos); Ruberson Stieven com 10 (dez) votos; José Evaldo de Azevedo com 09 (nove) votos; e Marcos Antonio Vedoi com 09 (nove) votos. Foram eleitos como suplentes: Radael Alves dos Santos com 07 (sete) votos e Idécio Domingos Di Domênico com 06 (seis) votos. A reunião encerrou-se as 21:00.

SETOR 11

NÚMERO	NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
3	CELSO MARCOLAN	13	1º
4	RUBERSON STIEVEN	10	2º
1	JOSÉ EVALDO DE AZEVEDO	9	3º
6	MARCOS ANTONIO VEDOI	9	4º
2	RADAEL ALVES DOS SANTOS	7	5º
5	IDÉCIO DOMINGOS DI DOMÊNICO	6	6º

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 02 **- REGIÃO** LESTE - SÃO JOSÉ
DATA 22/02/18 **LOCAL** SALA CATEQUESE - SALÃO PAROQUIAL

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Luciana Farias da Silva	São José	
2	Ingrid Lucia Ritter	São José	
3	JOSÉ EVALDO AZEVEDO	São José	
4	THIAGO CARVALHO	PETROPOLIS	
5	Luis Solenberg	UAMPAF	
6	Chris B. Alves	Rodrigues	CBB
7	PAULO CESAR CALETTI	VILA LUIZA	
8	Padre Domenico	Leonardo Ilha	
9	CARLOS MARCOLAN	São José	
10	Raquel A. Santos	São José	

PREFEITURA PASSO FUNDO

CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 02 **- REGIÃO** LESTE - SÃO JOSÉ
DATA 22/01/2018 **LOCAL** SALA CATEQUESE - PARÓQUIA SÃO JOSÉ

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Rubenson Stein	São José	[illegible]
2	Joemir Santos	São José	[illegible]
3	Gabriela Claudi	Prefeitura	[illegible]
4	José Rodrigo Santos	Núcleo Santos	[illegible]
5	Regina Guimarães	Prefeitura	[illegible]
6	[illegible]	P. FARROUPILHA	[illegible]
7	Rudimar da Silva de [illegible]	P. FARROUPILHA	[illegible]
8	Sérgio L. dos Santos	P. Farroupilha	[illegible]
9	[illegible]	São José	[illegible]
10	Marcelo Alves	Petrópolis	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 02 **REGIÃO** LESTE - SETOR 11
DATA 22/02/18 **LOCAL** SALA CATEQUESE - SALÃO PARÓQUIA SÃO JOSÉ

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	ADEMAR MARQUES	FORUM DA AGRISA 91	
2	CAROLINE THAIS SEGANTREDO	VILA ANNES	
3	ISABELE FIORI	CENTRO	
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 03 - OFICINA 03 - SETOR 05

DATA: 24/02/2018 LOCAL: EMEF - São Luiz Gonzaga

As nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, na Sala Multimídia da Escola Municipal de Ensino Fundamental - São Luiz Gonzaga, iniciou-se a Oficina 03 da Região Leste - Setor 05 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. Inicialmente, foi dado boas vindas e agradecido a presença de todos pelo Diretor da Escola, Sr. Círio Chies e falado da importância da participação de todos, que esta é a hora de ver o que está faltando e o que pode ser melhorado na comunidade. A integrante do Núcleo Técnico, Chris Bilibio, iniciou explicando como será a eleição dos delegados, como funciona, qual a participação e quem pode se candidatar (maiores de 16 anos, moradores dos bairros que integram o Setor 05). Que durante as assembléias todos os participantes podem votar e que os delegados irão trabalhar apenas na parte final, para a votação dos artigos da lei do Plano Diretor. Houve a explicação que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados eleitos da sociedade. Que até dia 30/04/2018 deverá ser encaminhada a documentação de comprovação de residência para a Secretaria de Planejamento para homologação da eleição. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os candidatos a delegado. Que as fichas de inscrição para delegado estão disponíveis com o pessoal de apoio. Que cada pessoa pode ser eleita apenas para uma regional. Foi explicado que de acordo com a população do setor (05), nesta oficina serão eleitos 05 (cinco) delegados, sendo que os 05 (cinco) primeiros eleitos serão os titulares e os demais serão os suplentes. Foi questionado pelos moradores de ocupações como será realizada a comprovação de residência, sendo que não possuem ligação de água ou luz. Foi explicado que poderá ser enviada uma declaração registrada em cartório de que a pessoa faz parte da ocupação no Setor. Cada pessoa deverá votar em até cinco candidatos nas cédulas que serão distribuídas no final da atividade. Após foi iniciada a apresentação e explicação do que é o Plano Diretor (como se quer a cidade para os próximos 10 anos) e como serão as atividades durante as oficinas, apresentado o material e explicado os objetivos e as etapas dos trabalhos. A prerrogativa é a participação popular tanto no diagnóstico quanto das propostas de alteração, pois o mais importante são as pessoas. Foi salientado a importância do diagnóstico para elaboração do Plano Diretor. O grupo técnico irá verificar os aspectos técnicos e legais, respeitando a legislação. Na apresentação foi ilustrado o que regra o Plano Diretor, quais os usos da cidade, tipos de residências, onde instalar equipamento públicos, vias de conexão, áreas de lazer, tipo de transporte, ou seja a proposição da cidade para o futuro. Deverá ser verificado o que tem de bom, de ruim ou o que falta na cidade. Terá de ser apresentado uma percepção geral da cidade com diversas tipologias, áreas de interesse e o que as pessoas valorizam, onde se quer cada equipamento. Como gostaria que fosse o funcionamento e a organização da cidade. Foi mostrada quais as etapas de discussão, que haverá um diagnóstico técnico e um diagnóstico social. Como deverão ser realizadas as proposições e a participação das atividades. Deverá ser realizada uma parceria, com uma visão conjunta da comunidade para elaboração do Plano. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. Foi explicado que haverá uma fase de proposições por tema (habitação, mobilidade urbana, meio ambiente, etc.) e não territoriais como a que está ocorrendo neste dia. Os participantes escolherão a oficina que querem participar, independente do bairro e que após haverá uma conferência, onde os delegados participarão, votando os artigos da lei. Após a implantação do novo Plano diretor, haverá o monitoramento e ajustes conforme a necessidade. Nesta etapa deverá ser realizada uma leitura técnica e uma leitura comunitária, verificando a percepção das pessoas, trazendo visões diferentes dos espaços. Deve haver parceria entre o público e o privado para levantar os problemas e gerar uma visão conjunta da sociedade para elaboração do Plano Diretor. A presidente, Sra. Ana Paula Wickert,

reforçou o método de trabalho. Que deverá levar em conta a visão de cada morador e a importância do diagnóstico correto, usando como exemplo o diagnóstico de uma doença, que se for feito de forma errada o tratamento não funcionará. Após foi apresentado pela Presidente um breve histórico do Município, desde 1970 até os dias atuais, a importância de um Planejamento, a alteração da cidade com os prédios no centro e as casa baixas ao redor. Foi dito que as leis de planejamento surgiram recentemente, com regras de convivência. Antes do Plano Diretor, já existia o Código de Posturas que descrevia como se comportar, como agir, como construir. Foi falado que hoje tem os centros de bairros, onde pode-se encontrar comércio, bancos e serviços. Foi salientada as atribuições dos delegados e como será a participação dos delegados eleitos. Que durante as atividades todos os presentes podem votar. Os delegados apenas votam nos artigos da minuta de Lei do Plano Diretor, conforme explicado no início. Após foi projetado o método de trabalho. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Finalizando a atividade os candidatos a delegados deverão se apresentar para a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas e lida as colocações. **Município: Pontos Positivos:** Hospitais, educação, transporte, empresas, construção civil, cidade, CRAS, praça, posto de saúde, comércio e indústrias, constante desenvolvimento econômico, desenvolvimento na saúde, a cidade desenvolveu praças de lazer, assistência médica hospitalar, estrutura educacional, construção civil, acessos externos e internos, distritos industriais, centro da cidade, edificações dos postos de saúde, escola de ensino fundamental, cidade oferece oportunidades para crescer, cidade acolhedora, tem espaços de lazer. **Município: Pontos negativos:** Segurança, rodoviária, ligações entre bairro a bairros, estrutura da iluminação pública padronizada, cidade, estrutura da saúde, estrutura educacional, distribuição das escolas, carência de locais de lazer e recreação – praças, saúde – demora e burocracia, falta de programas habitacionais para solução das ocupações irregulares, pouca segurança nos espaços públicos – falta de iluminação, faltam placas indicativas – sinalização dos caminhos/ruas, falta informativos na entrada da cidade, passeios públicos irregulares e com problemas, falta de passeios públicos em varias ruas, depósito de areia e pedras nas ruas, tele entulho interrompendo vias, atendimento de saúde precário, falta vaga nas creches, faltam creches, desperdício uniforme escolar (utilizar por 02 anos e recolher os usados para outras crianças) – só camisetas e casacos, faltam médicos, falta fichas de exames, falta segurança bairros e nas escolas, pouca iluminação nos bairros, manutenção nas paradas de ônibus e arredores, ocupações deixadas de lado pelo poder público (segurança e saúde), falta de fiscalização das leis, falta de abrigo e fiscalização nas paradas de ônibus, falta de indústria, monopólio das empresas, falta de eventos culturais, internet nos bairros, acesso as indústrias (poucas indústrias), baixa capacidade dos colégios, baixa capacidade das creches, segurança (má administração) – insuficiência, engenharia de mobilidade. **Município: Idéias:** Terminais de ônibus, ligações de bairro com o centro, plano de habitação popular, créditos para quem tem renda baixa, novas empresas para emprego no foco indústria, universidade federal, guarda municipal armada, postos de policiais, iluminação da Br 285 (São José – Parque Farroupilha), projetos habitacionais, reestruturação do sistema de saúde e educação, instalação de câmeras de vigilância, áreas de lazer e recreação, policiamento comunitário, ponte/túnel – via de ligação, viaduto Annes – Petrópolis, terminal de ônibus, plano municipal de habitação popular, feiras de bairro, iluminação mais próxima das paradas de ônibus, criação de uma associação comunitária para ocupações, mais especialidades e remédios nas unidades de saúde, agente de saúde para as ocupações, acompanhamento do conselho tutelar nas ocupações, demarcação de ZEIS, minha casa, minha vida por entidades e faixa 1. **Bairro: Pontos Positivos:** Escola, posto de saúde, transporte público, comércio, escola, estrutura do posto de saúde, UBS nova, ligação com Aspirante Jenner, escolas, creches, CRAS, UBS, praça (apenas uma praça), conexão ao bairro, transporte escolar, posto UBS, CRAS, ruas

asfaltadas, arborização, presidente do bairro, poda árvores, presídio. **Bairro: Pontos Negativos:** Atendimento nos postos de saúde, farmácia popular no posto, segurança, regularização fundiária, falta de infraestrutura nas ocupações – descaso, falta de maior ligação viária entre bairros Annes e outros bairros, falta de passeio público, esgoto presídio, localização presídio/febem, segurança escolas, posto de saúde abandonado, canalização pluvial com esgoto, cordão/meio fio nas vias, acessibilidade nos passeios, presídio, ligações de bairros, ruas, sinalização deficiência parte técnica, na saúde faltam médicos, iluminação pública de led, setor 5 precisa de empregos e oficinas, a retirada do presídio, inexistência de monitoramento das APPs, rede de luz, saneamento, recolhimento de lixo, falta regularização fundiária no bairro, falta programa habitacional, demarcação de ZEIS, falta de vagas nas escolas, atendimento de saúde precário, faltam vagas nas creches, falta de água, queda de energia, rede de iluminação pública precária – rua Princesa Isabel, faltam equipamentos/brinquedos, árvores na praça. **Bairro: Idéias:** Academia ao ar livre, término do posto de saúde, feiras de bairro, praça para lazer, sinalização, ampliação da escola infantil, ensino médio no bairro, mais segurança próximo as escolas, demarcação de ZEIS, cursos profissionalizantes, educação infantil no bairro, escola de turno integral, atividades de lazer para jovens no final de semana – utilizar as escolas, capela mortuária, trazer o segundo grau, programas habitacionais, ciclovia/ciclofaixa na Princesa Isabel, Aspirante Jenner, Av. Giavarina..., cursos de capacitação leão XIII, Universidade popular, centro de bairro – farmácia, mercado, lojas, caixa eletrônico, lotérica, revitalizar o campo de futebol em frente ao presídio, (muros, cercas, maior segurança na prática esportiva), fomentar a geração de indústrias, monitoramento das necessidades das periferias, regularização das ocupações, nova praça – arborizada, campo futebol/vôlei, ampliar transporte escolar, ampliar linhas de transporte público, melhorar a sinalização das vias do bairro, canalização do esgoto do presídio e tratamento, policiamento comunitário, ampliar a arborização das vias, lombada na rua Ana Neri, redutores de velocidades nas vias do bairro e na frente da escola. Para delegado houve 12 (doze) inscrições. Após a votação foram eleitos como **Delegados Titulares**: Eula Franciele Tillwitz com 21 (vinte e um votos); Elisangela Aparecida da Silva com 21 (vinte e um votos); Moises da Cruz Forgearine com 20 (vinte votos); Denair Sandre com 19 (dezenove) votos e Onorina de Lurdes Rocha Rodrigues com 18 (dezoito votos). Foram eleitos como **Delegados Suplentes**: Ney Eduardo Possapp D'avila com 15 (quinze) votos; Daniela Parnoff com 14 (quatorze) votos; Euclides Ribeiro com 14 (quatorze) votos; João Batista com 12 (doze) votos; João Paulo Tiesea com 12 (doze) votos; João Carlos Barnes da Silveira com 9 (nove) votos e Alan de Oliveira Santin com 7 (sete) votos. Foi lembrado aos eleitos a data de 30/04/2018 para entrega da comprovação de endereço na Secretaria de Planejamento. A reunião encerrou-se as 11:50.

SETOR 05

NÚMERO	NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
1	EULA FRANCIELE TILLWITZ	21	1º
2	ELISANGELA APARECIDA DA SILVA	21	2º
4	MOISES DA CRUZ FORGEARINE	20	3º
3	DENAIR SANDRE	19	4º
5	ONORINA DE LURDES ROCHA RODRIGUES	18	5º
10	NEY EDUARDO POSSAPP D'AVILA	15	6º
8	DANIELA PARNOFF	14	7º
12	EUCLIDES RIBEIRO	14	8º
7	JOÃO BATISTA	12	9º
9	JOÃO PAULO TIESEA	12	10º
11	JOÃO CARLOS BARNES DA SILVEIRA	9	11º
6	ALAN DE OLIVEIRA SANTIN	7	12º

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 03 **REGIÃO** LESTE 05
DATA 27/02/2018 **LOCAL** CIEP São Luiz Gonzaga

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Teresinha Pereira Duarte	São Luis	Teresinha Pereira Duarte
2	Pedro Daneli	Fatimalítica	[illegible]
3	Yasmin Wichrost	generetal nelo	[illegible]
4	Jéssica da Rosa Silveira	São Luiz	[illegible]
5	Rose Elena Rodrigues	São Luiz	Rose
6	Tauane Maude de Barros	São Luiz	Tauane
7	Jaqueline Kroppe Siqueira	São Luiz	Jaqueline H. Siqueira
8	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	Chris B. Bilibio
9	ROBERTA GOSCH	SEPLAN/CENTRO	RMgosch
10	Regina Guimarães	SEPLAN / Vera Cruz	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 03 **REGIÃO** Leste 05
DATA 24/02/2018 **LOCAL** CIEP São Luiz Gonzaga

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Ari dos Santos	prefeita izabel	Ari dos Santos
2	Ney Eduardo Possapp d'Avila	S. Luiz Gonzaga	[illegible]
3	Sérgio L. dos Santos	PARque Farrapilha	Sérgio
4	Maria de Fátima Ra[illegible]	São Luiz Gonzaga	[illegible]
5	[illegible]	São Luiz Gonzaga	[illegible]
6	ROSA ZANCHET	Princesa Isabel	ROSA ZANCHET
7	Larissa Souza Bonta	Souiz Gonzaga	Larissa Souza Bonta
8	Sedinei Cardoso	Princesa Isabel	Sedinei
9	Gilberto [illegible]	CORNIVIO	[illegible]
10	Paulo Sérgio A. da Silva	VIA POPULAR	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 3 **REGIÃO** LESTE 05
DATA 24/02/2018 **LOCAL**

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	NELSON FEULA	SANTA MARIA	[illegible]
2	Denair Sandre	OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE	Denair Sandre
3	EULA FRANCIELE TILLWITZ	OCUPAÇÃO BELA VISTA	[illegible]
4	Elisângela A. da Silva	Ocup. Bela Vista	[illegible]
5	Paula Gonzaga Quaresma	Sao Luiz Gonzaga	Paula G Quaresma
6	Paulo Cesar dos Santos Braga	Santa Maria	Paulo Braga
7	Leonardo de O Samaratta	Ocup. Bela Vista	Leonardo de O Samaratta
8	Marli V. Martins	Ocup. Bela Vista	Marli V Martins
9	Alan de Oliveira Santos	Manoel Carmelo	[illegible]
10	João Carlos Silveira	São Luiz	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 03 **REGIÃO** LESTE 05
DATA 24/02/2018 **LOCAL** CIEP SÃO LUIZ GONZAGA

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
	Maria Salete Dorado	Ocupação Bela	Vista Maria
1	MARCOS A VALENSORE	SÃO LUIS	[illegible]
2	Onorina de S. Rocha Rodrigues	São Luiz	[illegible]
3	Lucas Gonçalves	S.L.G	João Gonçalves
4	Euclides Ribeiro	SAO LUIS GONZAGA	[illegible]
5	Taisa Valendorf Salles	São Luiz gonzaga	Taisa Valendorf
6	ALEX NECKER	LUCAS ARAUJO	[illegible]
7	Vilma Oliveira Anhaia	São Luiz Vilma Oliveira	Vilma Anhaia
8	Luiz Roberto Gosele	Centro	[illegible]
9	Mara Givardi	Bela Vista	Mara Givardi
10	Daniela Parnoff	São Luiz	Daniela Parnoff

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 03 **REGIÃO** LESTE 05
DATA 24/02/2013 **LOCAL** CIEP São Luiz Gonzaga

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Luciana Machado	Ocupação Vista Alegre	Luciana
2	José [illegible] Ortiz	[illegible]	[illegible]
3	Moisés do [illegible] Gonzaga	[illegible]	[illegible]
4	João B. da Rosa	P. FARROUPILHA	[illegible]
5	Rubinei da Silva de [illegible]	P. FARROUPILHA	[illegible]
6	Gilberto Vinicius Vedoy	São Luiz Gonzaga	[illegible]
7	Rodolfo Silva Bento	São Luiz Gonzaga	[illegible]
8	João Paulo [illegible]	São Luiz Gonzaga	João Paulo [illegible]
9	Paulo Couto	Paulo-Izabel	Paulo
10	Ilair Barbosa		Ilair Barbosa

ATA 04 - OFICINA 04 - SETORES 03, 10 E 15

DATA: 28/02/2018 LOCAL: SENAI

As dezenove horas e vinte minutos do dia vinte e oito do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, no SENAI, iniciou-se a Oficina 04 da Região Norte - Setores 03, 10 e 15 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas e agradeceu a presença de todos na reunião. Hoje é uma oficina com a região mais populosa e que tem maior número de delegados. Explicou sobre a eleição de delegados e que nesta oficina serão eleitos 15 (quinze) delegados. Foi dito que a cidade é dividida em setores com vários bairros por setor com a participação da população do setor e eleição dos delegados que representarão aquele setor. Foi explicado como serão realizados os trabalhos, será realizada a apresentação, depois os participantes serão divididos em grupos e no final será realizada a eleição. Houve a apresentação do pessoal que está trabalhando na Revisão. O objetivo da oficina é ouvir a população e fazer o levantamento da necessidade do município e do bairro. Foi explicado o que é a lei do Plano Diretor e para que serve e que o processo participativo para elaboração é uma exigência do Ministério da Cidade. Salientou que muitas vezes a população não sabe o que é Plano Diretor. Foi explicado que estas são leis que vigoram por até 10 anos. O Plano Diretor busca regrar como que a cidade se desenvolve e todos os aspectos que estão contemplados na cidade. As conexões entre bairros, estruturação de ruas, onde se pode construir casas, prédios, comércio, onde colocar equipamentos. O Plano Diretor acaba regrando até o mercado imobiliário e o transporte público. As regras para ter uma cidade adequada e melhorar a qualidade de vida das pessoas. O Plano Diretor é a lei que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade. A prerrogativa é a participação popular tanto do diagnóstico quanto das propostas de alteração. Foi salientado a importância do diagnóstico para elaboração do Plano Diretor. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. As etapas de elaboração do Plano Diretor. As audiências que ocorrerão ao longo do trabalho. Que haverá uma fase de proposições por tema (habitação, mobilidade, meio ambiente, etc.) e não territoriais como a de hoje. Os participantes escolhem qual oficina querem participar, independente do bairro. Foi mostrada quais as etapas de discussão, que haverá um diagnóstico técnico e um diagnóstico social. Como deverão ser realizadas as proposições e a participação das atividades. Foi demonstrado quais etapas irão ocorrer. No projeto de lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei para aprovação. Após a implantação do novo Plano diretor, haverá o monitoramento e ajustes conforme a necessidade. Deverá ser verificado o que tem de bom, de ruim ou o que falta na cidade. Terá de ser apresentado uma percepção geral da cidade com diversas tipologias, áreas de interesse e o que as pessoas valorizam, onde se quer cada equipamento e buscar as melhores soluções dos anseios da população. Como gostaria que fosse o funcionamento e a organização da cidade. Foi utilizado como exemplo um diagnóstico médico, que caso não seja correto o tratamento não fará efeito. Após foi apresentado um breve histórico do Município, desde 1853 até os dias atuais, com as primeiras construções e o crescimento da cidade. A cidade foi se desenvolvendo ao longo do tempo. A ferrovia foi um grande fator de crescimento e desenvolvimento da cidade. A Av. Brasil sempre foi um eixo estruturador da cidade. Com a ferrovia a cidade começou a crescer em direção a Av. Sete de Setembro e Gare. Foi dito que antes do plano Diretor, já existia o Código de Posturas que regrava a cidade, descrevendo como se comportar, como agir, como construir. Foi mostrado a verticalização da cidade, que os prédios estão ao longo da avenida e casas mais baixas quando se afasta da área central. Houve a explicação as atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências e que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados eleitos da sociedade eleitos durante a realização das oficinas. Foi explicado que a eleição será

por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população dos setores 03, 10 e 15, nesta oficina serão eleitos 15 (quinze) delegados, que se tiver apenas 15 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 15 candidatos, sendo que os 15 (quinze) primeiros eleitos serão os titulares e os demais serão os suplentes. A definição do quantitativo de delegados foi realizada pela população do Censo, de acordo com cada região. Quem pode se candidatar será maiores de 16 anos, morador ou proprietário de empresas dos bairros pertencentes ao Setor e estar presente na oficina. Que até dia 30/04/2018 deverá ser encaminhada a documentação de comprovação de residência para a Secretaria de Planejamento para homologação da eleição. Foi explicada qual documentação deverá ser encaminhada. Durante as oficinas deverão ser realizadas as inscrições para delegado. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até quinze candidatos. Todos os presentes votam, menos os membros do Núcleo Gestor. Após foi explicado o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliara nos trabalhos. Será distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Qualidade dos espaços públicos; espaços públicos; estruturação hospitais; ciclovia Av. Brasil; espaços públicos; sinalização de trânsito; transporte público; incentivo à participação da população; espaços públicos; transporte público; ciclovias; parques; academias ao ar livre; escolas estão melhores; cais estão melhores; organização física da cidade; setor de indústrias e empresas (Hípica); bem servida de hospitais, escolas e faculdades, comércio e parques remodelados. **Município: Pontos negativos:** Educação infantil (quantidade) – turno integral; falta de equipamentos de saúde (bairro Dom Rodolfo); distribuição dos PSFs (Leão XIII e Hípica); invasões em áreas verdes; recolhimento de lixo; trânsito – fluxo de ônibus; vagas de estacionamento; fazer terminais de integração de ônibus; melhorar paradas de ônibus para não atrapalhar fluxo de pedestres; falta corredor de ônibus; trânsito centro; fiscalização motos; área azul; sincronização semáforos; segurança precária; passeio públicos; acessibilidade; ocupações irregulares em área verde; poluição industrial; saneamento básico; faltam creches; sugerir às empresas que abram creches para os filhos dos funcionários; falta de calçadas uniformizadas; falta de fiscalização para casas abandonadas e terrenos baldios. **Município: Idéias:** Corredor de ônibus; terminal de ônibus; terminal estudantes fora da cidade; horário carga e descarga; corredor de ônibus; remover estacionamento do Protásio ao IE; rede de esgoto; horta comunitária; porto seco (solução trânsito) no centro; feira de saúde no centro; políticas públicas para doação de áreas para pequenas empresas; programa de doação de árvores frutíferas para a população; escolas infantis em tempo integral; ligação viária - duplicação anel viário; possibilidade revisão via férrea; estudo trânsito e mobilidade; aumento policiamento comunitário; incorporar Planos de manejo municipais dos parques no Plano Diretor (Arlindo Hass e Pinheiro Torto); conscientização para o trânsito; aumento da arborização (renovação); dar incentivo nos impostos para quem fizer a calçada uniforme; fazer calçadas intercaladas com grama; delimitar/ marcar as vagas de estacionamento. **Bairro: Pontos Positivos:** Escola infantil Osório Cardoso Teixeira; comércio diversificado (Vera Cruz); cais; PSF Hípica/ Leão XIII; ponto de ônibus (transporte público); comércio variado; área de lazer; vizinhança Ordeira; boa pavimentação. **Bairro: Pontos negativos:** Foi retirado o Cais do bairro Leão XIII; vias de acesso; maior fiscalização no trânsito no horário escolar; inexistência de passarelas; transporte insuficiente nos fins de semana; falta de vagas nas escolas; abrigos nas paradas de ônibus; falta academia ao ar livre (espaços comunitários); falta

creche 1º Centenário; posto de saúde funciona mal; inexistência área esporte/ lazer; vazios urbanos; invasões; supressão áreas verdes; problemas cumprimento legislação calçadas; terrenos sem limpeza; falta associação de moradores; falta de espaços públicos; invasões; Dom Rodolfo: falta comércio. **Bairro: Idéias:** Turno integral nas escolas; retirada das invasões; não existem espaços comunitários; diversificar o comércio; formar grupos de comerciantes ou dar incentivo fiscal para adaptarem seus estabelecimentos aos deficientes; aumentar a verticalização; mais áreas de lazer; arborizar áreas de lazer; programar outras atividades nas áreas de lazer (leitura e recreação diversas); melhorar cruzamento mercado Pasqualoto (rua Antônio Prado esquina São Sebastião); voltar estacionamento na rua Moacir da Motta Fortes; ciclovia na Av. Rio Grande; revitalização espaços públicos; corpo de bombeiros; escola infantil; posto de saúde; monitoramento eletrônico; vias de acesso (av. Rio Grande/ BR-285); maior fiscalização de trânsito; reestruturação av. Rio Grande; estacionamentos área central do bairro; novo espaço físico; semáforo Compre Bem Av. Rio Grande; área de lazer; fazer valer NBR 9050 nas calçadas; autorizar uso/ concessão terreno de particulares para uso estacionamento. Para delegado houve 15 (quinze) inscrições, o número exato de delegados previstos, sendo todos leitos com a aprovação dos presentes. Delegados Titulares: Vanda Maidana Machado; Clecio Augusto Polese; Adroaldo Pandolfo; Antonio Eloy Martins; Elaine da Silva; Ivanir Angelo Campana; Cristiano Simor Martins; Vera Lucia Siqueira; Estela Campana; Rosivete Miri; Larissa de Rezende; Eva de Fátima Falcão; Adayr Telles; Sérgio Welter e Edgar Gomes. A reunião encerrou-se as 21:00.

SETORES 03, 10 E 15

NÚMERO	NOME
1	VANDA MAIDANA MACHADO
2	CLECIO AUGUSTO POLESE
3	ADROALDO PANDOLFO
4	ANTONIO ELOY MARTINS
5	ELAINE DA SILVA
6	IVANIR ANGELO CAMPANA
7	CRISTIANO SIMOR MARTINS
8	VERA LUCIA SIQUEIRA
9	ESTELA CAMPANA
10	ROSIVETE MIRI
11	LARISSA DE REZENDE
12	EVA DE FÁTIMA FALCÃO
13	ADAYR TELLES
14	SÉRGIO WELTER
15	EDGAR GOMES

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 4 **REGIÃO** 03, 10, 15 NORTE
DATA 28/02/2018 **LOCAL** SENAI

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Regina Guimarães	Nonoai	Regina Guimarães
2	ROBERTA GOSCH	CENTRO	RMgosch
3	LARISSA DE REZENDE	VERA CRUZ	Larissa de Rezende
4	ROSIVETE MAIA	LEÃO XIII	
5	Elaine da Silva	Leão XIII	Elaine da Silva
6	ELOÍ COSTA	LEÃO XIII	
7	NELSON FEULA	SANTA MARIA	
8	JOSÉ CARLOS ARRUDA	BOSQUE LUCAS ARAÚJO	
9	Tereza Martins da Silva	Vera Cruz	Tereza M. S. Silva
10		Dom Rodolfo	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 04 **REGIÃO** 03, 10, 15 NORTE
DATA 28/02/2018 **LOCAL** SENAI

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Wilson Lill	Centro	[illegible]
2	Luciano Fortes	PASSOTUR	[illegible]
3	Eva de F. Falcão	São Bento	[illegible]
4	Edgar Gomes	H. Pico	Edgar
5	José Luiz Gatto	ANNES	[illegible]
6	Ivanir Angelo Confonso	1º CENTENARIO	[illegible]
7	CRISTIANO SIMOR MARTINS	V. ANNES	[illegible]
8	JERALÚCIA SIQUEIRA	CENTENÁRIO	[illegible]
9	João Henrique Cazuda	Boqueirão	[illegible]
10	Rubens Steiner	S. José	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 04 **REGIÃO** 03, 10, 15 NORTE
DATA 28/02/2018 **LOCAL** SENAI

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Clóvis	Valinhos	
2	Maria Joana	Alves	Maria
3	ADAIR TELLES	1º CENTENARIO	
4	JULIANA B. RIFFEL	VICTOR ISSLER	JRiffel
5	ANTONIO ELOY MARTINS	1º CENTENARIO	
6	Ida Vais Campana	1º centenário	
7	Plecio Polese	Dona Eliza	
8	Vilma Fernanda	Boqueirão	
9	Klanitela	Centro	Klanitela
10	Sandra Borba	Petrópolis	Borba

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 04 **REGIÃO** 03, 10, 15 NORTE
DATA 28/02/2018 **LOCAL** SENAI

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Vanda Maidana Machado	Lotiteão XIII	[signature]
2	Gilazio C de [illegible]	Walter Burkii XIII	[signature]
3	Vivian Tatiana Conta	Vazio Cruz	[signature]
4	Novarton de Britto	Don Rodolfo	[signature]
5	Elidia Oliveira dos Santos	Don Rodolfo	[signature]
6	ADROALDO PANDOLFO	Vila Stafanigil	[signature]
7	Eliane S. Bortolon	Centro/PMPF	[signature]
8	Ademar Marques	Fórum Agenda 21	[signature]
9	PAULO SEVERO	CENTRO	[signature]
10	PAULO FALCÃO	SÃO BENTO	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria do Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 4 **REGIÃO** 03, 10, 15 NORTE
DATA 28/02/2018 **LOCAL** SEMAE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Sergio Welter	1º Centenario	
2	Joane A. Andreolla	Centro	
3	Diego Romani dos Santos	Petrópolis	
4	Caroline C Terans	Ames	Caroline C Terans
5	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	Chris B Bilibio
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 05 - OFICINA 05 - SETORES 16 E 17

DATA: 03/03/2018 **LOCAL: ESCOLA GUARACI BARROSO MARINHO**

As nove horas e quinze minutos do dia três do mês de março de dois mil e dezoito, na Escola Guaraci Barroso Marinho, iniciou-se a Oficina 05 da Região Norte - Setores 16 e 17 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião e apresentou a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação dos delegados durante o processo. Hoje serão eleitos 04 (quatro) delegados. Foi explicado o que é Plano Diretor, que desde 1958 já existe um regramento do desenvolvimento da cidade. Que o Plano Diretor segue as norma do Ministério das Cidades com validade de 10 anos. Esta atualização tem de ser feita a partir da visão da comunidade e a importância de se ouvir a população e a visão que tem do bairro e da cidade. O Plano Diretor regra tudo o que tem nas cidades, desde loteamentos, ruas de conexão, como serão as áreas verdes e de lazer, onde colocar hospitais, instituições, onde se pode construir prédios (alguns bairros sim outros não). Quais são as vantagens e desvantagens de se poder construir prédios, a necessidade de instalação de redes de esgoto. A desvantagem de instalação de prédios é o aumento da movimentação na rua e o aumento do valor dos terrenos. O que se deve valorizar: transporte público ou individual. As ruas onde passa ônibus podem ser diferentes, mais largas. Como estruturar as cidades nos espaços públicos. Se não existir este regramento todos fazem como querem suas construções, não respeitam recuos, dificultam a insolação e podem até gerar doenças crônicas por falta de planejamento. Nestas reuniões serão discutidas um projeto de cidade para o futuro. As mudanças serão sentidas a partir de 2020. O Plano Diretor é a lei mais importante do município. Cria e regulamenta algumas leis federais e facilita as cidades. Foi explicado o que é IPTU progressivo - caso exista um terreno sem construção esperando para valorizar, com a aplicação do IPTU progressivo irá aumentar o valor deste IPTU. Foi explicada a função social dos terrenos dentro das cidades. Esta revisão do Plano Diretor está seguindo à risca a orientação do Ministério das Cidades. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. As etapas de elaboração do Plano Diretor. As audiências que ocorrerão ao longo do trabalho. Que haverá uma fase de proposições por tema (habitação, mobilidade, meio ambiente, etc.) e não territoriais como a de hoje. Os participantes escolhem qual oficina querem participar, independente do bairro. Foi mostrada quais as etapas de discussão, que haverá uma leitura comunitária e proposições para o projeto de lei, etapa em que os delegados irão votar. Como deverão ser realizadas as proposições e a participação das atividades. Que em cada etapa haverá audiência pública para votação. Após a implantação do novo Plano diretor, haverá o monitoramento e ajustes conforme a necessidade. Será uma visão conjunta da comunidade respeitando as exigências técnica. No projeto de lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Deverá ser verificado o que tem de bom, de ruim ou o que falta na cidade. Terá de ser apresentado uma percepção geral da cidade com diversas tipologias, áreas de interesse e o que as pessoas valorizam, onde se quer cada equipamento e buscar as melhores soluções dos anseios da população. Como gostaria que fosse o funcionamento e a organização da cidade. Foi utilizado como exemplo um diagnóstico médico, que caso não seja correto o tratamento não fará efeito. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz e sua extensão era até o Colégio Fagundes dos Reis (1860). Era uma vila de tropas. Com a chegada da ferrovia em 1898 houve a conexão de Passo fundo com Santa Maria e São Paulo. Em 1920 Passo Fundo já possuía 20.000 habitantes e a cidade começou a se desenvolver. Em 1950 não tinha prédios na Av. Brasil, estes começaram a aparecer entre 1960 e 1970. Conforme o aumento da população foi

necessário o primeiro Plano Diretor, o centro com edificações mais altas e conforme se afasta do centro as edificações ficam mais baixas. Antes só podia prédio no centro, após passou a ser permitido a construção de prédios nos bairros. Que as perimetrais foram construídas para segurar o crescimento da cidade, mas que com o tempo os bairros avançaram além das perimetrais. Houve a explicação das atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências e que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população dos setores 16 e 17, nesta oficina serão eleitos 04 (quatro) delegados, que se tiver apenas 04 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 04 candidatos, sendo os 04 (quatro) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. A definição do quantitativo de delegados foi realizada pela população do Censo, de acordo com cada região. Quem pode se candidatar será maiores de 16 anos, morador ou proprietário de empresas nos bairros pertencentes ao Setor e estar presente na oficina. Que até dia 30/04/2018 deverá ser encaminhada a documentação de comprovação de residência para a Secretaria de Planejamento para homologação da eleição. Foi explicada qual documentação deverá ser encaminhada. Durante as oficinas deverão ser realizadas as inscrições para delegado. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até quatro candidatos. Todos os presentes votam, menos os membros do Núcleo Gestor. Após foi explicado o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Escola, hospital, faculdade, ruas asfaltadas, obras em andamento, praças, áreas de lazer, praças, pavimentação, empregos, ciclovias, parques, aumento Cais, desenvolvimento geral, infraestrutura, parques, áreas verdes, comércio variado, UBS nos bairros, eventos: Natal, Igaí, Rodeio. **Município: Pontos negativos:** Limpeza das vias, praças, saídas dos bairros para centro, trânsito, manutenção dos equipamentos comunitários, soluções para invasões, ruas manutenção, distância creches nos bairros, vagas nas escolas e creches, melhorias postos de saúde – demora no atendimento, mais linhas de ônibus principalmente finais de semana no geral, coleta de lixo, demora transporte escolar, segurança, trânsito, muitas sinaleiras (mal distribuídas), poluição sonora, coleta de lixo, falta transporte público (fim de semana) e noite. **Município: Idéias:** Prevenção contra drogas, postos policiais nos bairros, sistema de esgoto, manutenção das ruas, melhorias na coleta de lixo, mais creches na região, mais escolas, agilidade no transporte escolar, sinalização das ruas, fechamento escola aberta, mais passarelas, mais lombadas eletrônicas, mais emprego, expandir perímetro urbano, empresas poluidoras mais longe, mais praças nos bairros. **Bairro: Pontos Positivos:** Escola, vizinhança boa, bairro calmo, tranqüilo, união dos moradores, segurança, empresas (distrito industrial), seguro, transporte público durante a semana, VALINHOS: Moradia (sua casa), empresas, Banhado (preservar), localização. **Bairro: Pontos negativos:** Saneamento básico, iluminação – falta de rede, falta pressão rede de água, falta calçamento e pavimentação, falta segurança, mais horários de transporte coletivo, vias de acesso para chegar ao centro, escola, creche, legalização: água, luz, esgoto, asfalto, praça, deslocamento para outro bairro para estudar, muitos animais de rua, estradas, falta de água e luz, melhorar coleta de lixo, lixeiras individuais, regularização da área,

mais saúde, mais moradia, transporte público, falta de coleta de lixo, fechamento escola aberta, faltam vagas nas escolas, demora cumprimento lei das ZEIS, transporte Valinhos (principalmente finais de semana e feriados). **Bairro: Idéias:** Unidade de saúde, creche, mais linhas de ônibus, com mais frequência, melhorias na distribuição de água e luz, praça, calçamento das ruas, criação de parque industrial, área de lazer, pista de caminhada, posto policial, melhoria acesso trevo, melhoria escolas, regularização fundiária, cumprimento lei da ZEIS, urbanização geral, saneamento, regularização, ouvir a comunidade e visitar, plano diretor atender mais os bairros do que o centro, cais mais estruturados, moradia, regularizar área, escolinha infantil, praças, posto de saúde, ter mais linhas de ônibus, transporte escolar entrar dentro do bairro (ocupação), mais segurança. Para delegado houve 07 (sete) inscrições. Após a eleição foram eleitos como **Delegados Titulares**: Nairo Soares Coelho, com 33 votos; Miqueias Jonatas de Oliveira Mascarenhas, com 25 votos; Manoela A. Anrique, com 14 votos; Claudia Patrícia Oliveira Dickel, com 14 votos e **Delegados Suplentes**: Andréia Maria Carvalho, com 13 votos; Juliano Antunes Luciano, com 12 votos e Adriano D. de Oliveira, com 11 votos. A reunião encerrou-se as 11:00.

SETORES 16 E 17

NÚMERO	NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
1	NAIRO SOARES COELHO	33	1º
7	MIQUEIAS JONATAS DE OLIVEIRA MASCARENHAS	25	2º
5	MANOEL A. ANRIQUE	14	3º
6	CLAUDIA PATRICIA OLIVEIR A DICKEL	14	4º
2	ANDRÉIA MARIA CARVALHO	13	5º
4	JULIANO ANTUNES LUCIANO	12	6º
3	ADRIANO D. DE OLIVEIRA	11	7º

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** Norte 16.17
DATA 03/03/2018 **LOCAL** Col. Guaraci Barros Marinho

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Juliano Antunes Lauciano	Zachia	[illegible]
2	João Darci Gonçalves da Rosa	Zachia	[illegible]
3	Cristian Thans	Zachia.	[illegible]
4	[illegible]	Zachia	[illegible]
5	Juliano Marletta	Zachia	Juliano Marletta
6	Wellington A. [illegible]	Zachia	[illegible]
7	[illegible]	Valios	[illegible]
8	Valdir	Valinhos	[illegible]
9	Adriano Schuster	Valinhos	Adriano Schuster
10	Diogo R. Pedroso	Valinhos	Diogo R. Pedroso

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** NORTE 16, 17
DATA 03/03/2018 **LOCAL** Col. Guarani Bairro Marinas

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Estela Sandra Maria Mendes dos Santos	Valinhos 2	Estela Santos
2	LEANDRO FRIZZERA MOREIRA	Centro	
3	Regina Guimarães	SEPLAN	
4	ISABELE FIORI	CENTRO	
5	JOSÉ CARLOS ARAUJO	JARDIM LUCAS ARAUJO	
6	Analine da Silva Soares	Valinhos	Analine Soares
7	Johnny Lemos B. Pires	Valinhos	Johnny Pires.
8	Marcos Antonio dos Santos	Valinhos	
9	Miguel José de Oliveira Nascimento	Valinhos	
10	José marques da silva	VALINHOS	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** Norte Zacchia 16 e 17
DATA 03/03/2018 **LOCAL** Col. Evangeli B. Marinho

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Michele B. B.	Valinhos 2	MBB
2	Clenir Ribeiro	Valinhos 2	Clenir Ribeiro
3	Manuel L. Rodrigues	Valinhos 2	Manuel
4	Camila nascimento Silva	Valinhos 2	Camila
5	Antonio Marcos [illegible]	Antonio [illegible]	[illegible]
6	Carla B. C. Gonçalves	SMS	[illegible]
7	Lucinéia S. Santos	Zachia	Lucinéia S. Santos
8	Tayná Kratz	Zachia	Tayná K
9	Marlid G. de Oliveira	2 ocupação do Valinhos	[illegible]
10	Rubens [illegible]	São José	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** NORTE 16 e 17
DATA 03/03/2018 **LOCAL** Col. Guaraci B. Marinho

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Leandro do Rosa da Silva	Valinho	Leandro
2	Lucas Mello	ZACHIA	LUCAS
3	[illegible]	ZACHIA	[illegible]
4	Suzana M. de Assumpção	Zachia	Suzana
5	Celso Bechman	ZACHIA	CELSO
6	Adriano D. de Oliveira	ZACHIA	[illegible]
7	Dejanira A. Faller	Zachia	[illegible]
8	[illegible]	valinhos II	[illegible]
9	Zenilde Poehlig	valinhos II	Zenilde
10	Douglas R. Rezende	VALINHOS - II	Douglas

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** NORTE ZACHIA 16:17
DATA 03/03/2018 **LOCAL** Col. Guarani Barroso Marinho

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	NELSON FEVIA	ZACHIA	[illegible]
2	Andrino Maria Carvalho	Zachia	[illegible]
3	Franciele Sagaça da Rosa	Valinhos.	Franciele F. da Rosa
4	Sarah da Silva	Valinhos II	[illegible]
5	[illegible]	Valinhos 2	[illegible]
6	[illegible]	Valinhos	[illegible]
7	Luiz Roberto [illegible]	Centro	[illegible]
8	RUI FERNANDO C. CARVALHO	VALINHOS 2	[illegible]
9	Ivanilson Ribeiro	Valinhos 2	[illegible]
10	Simas Lopes	Valinhos 2	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** NORTE ZACHIA 16 e 17
DATA 03/03/2018 **LOCAL** COL. GUARACY B. MARINHO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Claudio Patricia O. Dickel	Valinhos 2	[illegible]
2	Vitelmo [illegible]	Valinhos 2	Vitelmo
3	Elza Kurt Rhenheimer	Valinhos 2	Elza
4	Rosnaide da Silva Coelho	Valinhos 2	Rosnaide Coelho
5	NAIRO SOARES COELHO	OCUPAÇÃO 2 VALINHOS	[illegible]
6	Neri Rodrigues Martins	ZACHIA	Neri R Martins
7	Armando Figueiredo dos Santos	Zacia	[illegible]
8	Diovana Ribeiro Bitrano	Valinhos	Diovana Ribeiro B.
9	Valdemir Gonçalves dos Reis	Valinhos 2	[illegible]
10	Elisson Peruzzo Gimarães	Valinhos 2	Elisson Peruzzo

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 05 **REGIÃO** NORTE 16 e 17
DATA 03/03/18 **LOCAL** Escola Guaraci Barbosa Marinho

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Alex Sandro c Rodrigues	Valinho 2	[illegible]
2	Cardine C Tesans	Ames	Cardine C Tesans
3	SIBELE FIORI	Centro	[illegible]
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 06 - OFICINA 06 - SETORES 02, 18 E 22

DATA: 06/03/2018 **LOCAL: PARÓQUIA SÃO VICENTE**

As dezenove horas e quinze minutos do dia seis do mês de março de dois mil e dezoito, na sala da Paróquia Santo Antonio, iniciou-se a Oficina 06 da Região Oeste - Setores 02, 18 e 22 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião e apresentou os secretários presentes e a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados. Serão três momentos diferentes, primeiro a apresentação de como serão realizados os trabalhos de Revisão do Plano Diretor, após a realização da oficina e em terceiro a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação dos delegados durante o processo. Hoje serão eleitos 16 (dezesseis) delegados. Foi explicado que a cidade está dividida em 05 grandes reuniões e que serão realizadas 16 oficinas. Que o Plano Diretor é do município e não do prefeito. Através das oficinas será realizado um diagnóstico da situação do município. Comentou sobre os trabalhos realizado com as crianças (Cidade do Amanhã). Que o objetivo deste trabalho é configurar o município. Foi explicado tudo que contempla a lei do Plano Diretor, que serve para estruturar todo setor viário, as diretrizes, como serão implantados os loteamentos, ciclovias, usos do local, construção de casas, escolas, unidades de saúde, hospitais, etc. O Plano Diretor organiza a ocupação dos espaços. Auxilia em como pensar a infraestrutura, comércio, trabalho. No Plano Diretor está abordado as ocupações e transporte. A revisão do Plano Diretor está respeitando as regras do Ministério das Cidades. Foi dito que a prefeitura possui um Plano de Mobilidade, que será incorporado ao Plano Diretor. A cidade tem de ser apropriada para as pessoas, com suas diversas necessidades. O Plano Diretor deverá entrar em vigor apenas em 2020. A cidade vai se renovando. Este é um projeto do que se quer para o futuro. Define a ocupação do território, orienta o crescimento do município e regulamenta os instrumentos. Foi explicado como foi formado o Núcleo Gestor, 42 integrantes, sendo 21 governamental e 21 não governamental e conta com o apoio do Núcleo Técnico. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. Foi citado os diversos Planos que a prefeitura possui e que irão auxiliar na elaboração do novo Plano Diretor. Após esta etapa de diagnóstico, o produto gerado irá para uma audiência publica para aprovação. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar. Após a aprovação do novo Plano Diretor terá o acompanhamento da aplicação da lei. Nestes trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica e uma leitura comunitária. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz e sua extensão era até o Colégio Fagundes dos Reis (1860). Era uma vila de tropas. Com a chegada da ferrovia em 1898 houve a conexão de Passo fundo com Santa Maria e São Paulo e a população passou de 5.000 para 20.000 habitantes. A cidade começou a se desenvolver. A partir de 1920 a cidade começou a crescer no eixo da Av. 07 de setembro. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor. Antes do Plano Diretor era utilizado o Código de Posturas para regulamentar a cidade. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980 é o segundo Plano Diretor com adensamento e verticalização da área central. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, com verticalização e transformação do perfil da cidade. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Houve a explicação das atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências e que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos

durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população dos setores 02, 18 e 22, nesta oficina serão eleitos 16 (dezesseis) delegados, que se tiver apenas 16 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 16 candidatos, sendo os 16 (dezesseis) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Caso não sejam preenchida todas as vagas, estão serão perdidas. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até dezesseis candidatos. Todos os presentes votam, menos os membros do Núcleo Gestor. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina. Após foi explicado o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi salientado para não confundirem com a manutenção da cidade. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Limpeza na cidade, ajardinamento/paisagismo, ciclovia, espaços públicos (gare/boqueirão legal), ciclovia, parques, distribuição agencias bancarias , preservação ambiental, reciclagem, escola modelo na Vila Luiza, muitos PSF, conexões internacionais, centro bonito apenas, asfalto, esgoto, a organização das praças e sua revitalização na área central, incentivo para instalação de empreendimentos, ser polo médico de referência. **Município: Pontos negativos:** Falta de câmeras de videomonitoramento, acesso a UPF, falta de pontos turísticos e atrativos (parque de rodeios), segurança, falta de segurança, tratamento e destinação do lixo, descaso com o Rio Passo fundo, falta de estrutura do aeroporto, sucateamento do Hospital municipal, invasões dos terrenos públicos e privados, falta de habitação popular, deficiência na organização do transito, concentração ao centro, insegurança, violência, falta de áreas verdes em outras localidades, falta e limpeza, falta de iluminação, fluxo/transito (escolas principalmente), saída da Av. Santa marta (João Catapan), cidade fragmentada, periferia defasada, falta de serviços de infraetrutura, turno integral nas escolas. **Município: Idéias:** Extensão da ciclovia até a caravela, praça na caravela, mais placas indicativas e informativas, instalação de câmeras (videomonitoramento) próximo aos bancos, IPTU progressivo para edificações abandonadas e terrenos baldios, abertura na rua Eduardo de Britto no espaço do quartel, criação de orçamento participativo, criação de conselho da cidade, manutenção permanente das praças, abertura de comércio a noite para circulação da população, sensibilizar as pessoas a respeito do rio Passo Fundo, programas para os jovens - escola de artes e ofícios, turno inverso (de coisas legais), mais calçamento e não asfalto (impermeabilização do solo), parque na Coahab Secchi, na aprovação de loteamentos destinar uma parte para a população de baixa renda (ex: medida compensatória para a população de baixa renda). **Bairro: Pontos Positivos:** Bairro bem estruturado, tem tudo, boqueirão legal, comunidade unida igreja, deslocamento a pé no bairro, transporte público atende muito bem, união dos empresários (comunidade mantém posto policial), uso do espaço público para eventos (boqueirão legal), questão do uso dos estabelecimentos – não há problema no geral, posto de saúde, creche, escolas, boa infraestrutura de ruas, ciclovia, escola modelo André Zaffari, CAIS, transporte público, comércio, clinica de idosos, case, igreja. **Bairro: Pontos negativos:** Faltam de espaços públicos, falta de escolas (poucas vagas) – ampliação das existentes – uso do terreno e solo, ocupações – necessidade de

regularização fundiária – Vila jardim Daer, beira de sanga – vila união, área verde Garden – habitação de interesse social, casos isolados de usos irregulares – cuidado especial no bairro, posto de saúde, insegurança, crescimento desordenado no bairro, vagas insuficientes na creche e nas escolas, ausência de saneamento, iluminação pública precária, finalização acesso bairro Nenê Graeff ao bairro Parque do sol, falta abrigo de ônibus, desatenção aos rios urbanos (córregos), falta de vagas nas escolas infantis, falta espaços de lazer (áreas verdes), falta de comércio e vinda de grandes empresas, grandes empresas, falta de iluminação, congestionamento no retorno (Av. Brasil com a Castanho da Rocha). **Bairro: Idéias:** Parcelamento compulsório com IPTU progressivo (ex: Vila união, campo do independente, área atrás do Par...) vazios urbanos, mão única na rua Castanho da Rocha, câmera de monitoramento na caravela e nos bairros (agências), retirada escadaria da rua 07 de Agosto com a Independência para abertura de rua, melhoria da rua Marcelino Ramos entre a Independência e a Gal. Osório, melhorias na iluminação pública, melhorias na rua João Vergueiro, melhorias no sistema viário, monitoramento de câmeras em frente às escolas, melhorar a mobilidade urbana, farmácia itinerante, Cohab Sechi (atrás escola educação infantil) sugestão área para parque (Santa Marta – Jaboticabal), quadra esportiva (fundos do IE) cumprir sua função social – prever uso – foi doada, prever ampliação ou construção de escolas (uso do solo), ampliação de oferta de vagas, ampliação de ciclovia ligadas aos bairros, ampliar rede de esgoto, destinar áreas de atividades econômicas compatíveis com áreas residenciais, banheiro público junto ao posto policial, vinda de grandes comércios e empresas, rodoviária, extensão da ciclovia ate a caravela, mais iluminação no bairro, saneamento – Vila União, construção de espaços de lazer para a comunidade nos bairros sem necessidade de grandes deslocamentos, consulta pública – mobilidade, novo acesso bairro Santa Marta. Para delegado houve apenas 11 (onze) inscrições ficando todos eleitos com a aprovação dos presentes. **Delegados Titulares**: Adriana Gelpi, Ermides Terezinha de Grandi da Silva, Maria de Lurdes Silva da Rosa, Helena Gosch Vieira, Leandro Scalabrin, Patrícia Pereira de Oliveira, Ione Teresinha Trindade, João Henrique Pazuch, Andréia Soveral de Quadros, Ionara Soveral Scalabrin, Elfrida Martha Ecke Garcia. As 05 (cinco) vagas restante foram perdidas. A reunião encerrou-se as 21:00.

SETORES 02, 18 E 22

NÚMERO	NOME
1	ADRIANA GELPI
2	ERMIDES TEREZINHA DE GRANDI DA SILVA
3	MARIA DE LURDES SILVA DA ROSA
4	HELENA GORETI VIEIRA
5	LEANDRO SCALABRIN
6	PATRÍCIA PEREIRA DE OLIVEIRA
7	IONE TERESINHA TRINDADE
8	JOÃO HENRIQUE PAZUCH
9	ANDRÉIA SOVERAL DE QUADROS
10	IONARA SOVERAL SCALABRIN
11	ELFRIDA MARTHA ECKE GARCIA

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 06 02,22,18 REGIÃO 02,22,18 OESTE
DATA 06/03/2018 LOCAL Paraquine São Vicente

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Mariângela Duarte	Boqueirão	Mariângela Duarte
2	Vanessa Fritzen	Centro	Vanessa Fritzen
3	NELSON SILVA	SANTA MARIA	
4	ALTAIR MARTINS	MENINO DEUS	
5	Ricardo José Motta	SDE	
6	ADMARA GELPI	BOQUEIRÃO	
7		Centro	
8	JOÃO DAZZI	LUCAS ARAUJO	
9	WILSON SILL	centro	
10	CELSO HOFFMANN DA SILVA	BOMFIM	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 06 **REGIÃO** 02, 18, 22 OESTE
DATA 03/06/2018 **LOCAL** Paroquia São Vicente

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Waldomero de Arruda	Vila Operaria	
2	Dairne Nadim Rizzo	Vergueiro	
3	Andréia Silveira Netto Nunes	Centro	
4	Lando Scalabrin	Boqueirão Petrobras	
5	Patrícia Bernardi	Nenê Graeff	
6	RUBENI ASOLI	Centro	
7	CARLOS DAMIANI	BOQUEIRÃO	
8	Maria de Lourdes S. da Rosa	Vila Luiza	
9	Leopoldina Lopes	Vila Luiza	
10	João Henrique Rayud.	Boqueirão	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 06 **REGIÃO** 02, 18, 22 OESTE
DATA 06/03/2018 **LOCAL** Paróquia São Vicente

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Andréia Soveral de Quadros	Boqueirão	[illegible]
2	Eliane Casanova	Boqueirão	[illegible]
3	Ademar Marques	Forum Agenda 21	[illegible]
4	ERMIDES DE GRANDI DA SILVA	Vila Luiza	[illegible]
5	Fabio Bernardi	Nene Graeff	[illegible]
6	EDUARDO ROSSATTO	AEAPF	[illegible]
7	Helena Goretti Vieira	Vila União	[illegible]
8	ROBERTA COSCH	SEPLAN	[illegible]
9	Luiz Roberto Cosch	CMDI	[illegible]
10	Cláudia Vicentini	Boqueirão	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 06 **REGIÃO** 02, 18, 22 OESTE
DATA 06/03/2018 **LOCAL** Paraguaia São Vicente

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Mariele Calpi	PMPF	Mariele Calpi
2	Tonara Loveral Scalabrin	Berthier	[illegible]
3	Andrea Stobbe	Vergueiro	[illegible]
4	Regina Guimarães	SEPLAN	[illegible]
5	Yasmin [illegible]	Vergueiro	[illegible]
6			
7			
8			
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 06 **REGIÃO** 02, 18, 22 OESTE
DATA 06/03/2018 **LOCAL** Boqueirão São Vicente

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Jane Trindade	Boqueirão	Trindade
2	Rubens Stein	São José	
3	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	Chris B. Bilibio
4	Caroline C Tesons	Ames	Caroline C Tesons
5	SIBELE FIORI	CENTRO	Fiori
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 07 - OFICINA 07 - SETORES 08

DATA: 07/03/2018 **LOCAL: ESCOLA MARIA DOLORES**

As dezenove horas do dia sete do mês de março de dois mil e dezoito, na sala Multimídia da Escola Maria Dolores, iniciou-se a Oficina 07 da Região Oeste - Setor 08 para a Revisão do Plano Diretor. Houve a presença de apenas um morador, tornando a Oficina Deserta. A equipe aguardou até as 20:00 horas. Será definida nova data e local para realização da oficina desta região.

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

DESERTA

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 07 **REGIÃO** OESTE Setor 08
DATA 07/03/2018 **LOCAL** Escola Maria Dolores

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Roquel Rubio	Jardim América	[illegible]
2	Ilana Tagliari	Jardim América	Ilana Tagliari
3	Guiu Tajari	Jardim América	Guiu Tajari
4	Eliana S Bortolon	PMPF	[illegible]
5	João Henrique Zagueto	PMPF	[illegible]
6	Regina Célia Guimarães	SEPLAN	[illegible]
7			
8			
9			
10			

ATA 08 - OFICINA 08 - M. PASTORIL

DATA: 08/03/2018 **LOCAL: SALÃO COMUNITÁRIO BELA VISTA**

As dezenove horas e quinze minutos do dia oito do mês de março de dois mil e dezoito, no salão Comunitário da Bela Vista, iniciou-se a Oficina 08 da Região M. Pastoril para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião e apresentou os secretários presentes e a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Disse que a Equipe já está trabalhando no Plano Diretor dede 2016/2017. Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados e a importância da participação da comunidade neste processo. Serão três momentos diferentes, primeiro a apresentação de como serão realizados os trabalhos de Revisão do Plano Diretor, após a realização da oficina e em terceiro a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação dos delegados durante o processo. Hoje serão eleitos 04 (quatro) delegados. Através das oficinas será realizado um diagnóstico da situação do município. Que o objetivo deste trabalho é configurar o município. O Plano Diretor regra tudo na cidade e nos distritos. Foi explicado tudo que contempla a lei do Plano Diretor, que serve para estruturar todo setor viário, as diretrizes, como serão implantados os loteamentos, ciclovias, usos do local, construção de casas, escolas, unidades de saúde, hospitais, conexão de bairros e distritos. O Plano Diretor organiza a ocupação dos espaços. Auxilia em como pensar a infraestrutura, comércio, trabalho. No Plano Diretor está abordado as ocupações e transporte. A revisão do Plano Diretor está respeitando as regras do Ministério das Cidades. A cidade tem de ser apropriada para as pessoas, com suas diversas necessidades. O Plano Diretor deverá entrar em vigor apenas em 2020 e só a partir deste ano que serão exigidos a adequação dos projetos. Este é um projeto do que se quer para o futuro. Define a ocupação do território, orienta o crescimento do município e regulamenta os instrumentos. Que o Plano Diretor segue as normas do Ministério das Cidades com validade de 10 anos. Esta atualização tem de ser feita a partir da visão da comunidade e a importância de se ouvir a população e a visão que tem do bairro e da cidade. Foi explicado como foi formado o Núcleo Gestor, 42 integrantes, sendo 21 governamental e 21 não governamental e que o Núcleo Gestor tem o apoio do Núcleo Técnico. Foi dito que a metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. Ressaltou a importância da visão de quem vive na cidade. Nas audiências de aprovação do diagnóstico todos votam. Após o diagnóstico, haverão as reuniões por temas e todos podem participar. Os delegados votam no texto da lei. Os delegados devem participar das audiências para auxiliar na hora da votação dos artigos da lei. Foi utilizado como exemplo um diagnóstico médico, que caso não seja correto o tratamento não fará efeito. Cada cidade tem um diagnóstico diferente, não adianta uma receita pronta, porque o que serve para uma cidade, pode não servir para outra. Terá de ser visto o que a comunidade quer, porém dentro da lei. Que o Plano Diretor é uma lei que reflete a cidade. Não é do prefeito. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz e sua extensão era até o Colégio Fagundes dos Reis (1860). Era uma vila de tropas. Com a chegada da ferrovia em 1898 houve a conexão de Passo fundo com Santa Maria e São Paulo e a população passou de 5.000 para 20.000 habitantes e a cidade começou a se desenvolver. A partir de 1920 a cidade começo a crescer no eixo da Av. 07 de setembro. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor. Antes do Plano Diretor era utilizado o Código de Posturas para regulamentar a cidade. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980, o segundo Plano Diretor previa o adensamento e verticalização da área central. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, com verticalização e transformação do perfil da cidade, além de regular as atividades agropastoris. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Houve a explicação das atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências. Para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população do setor M. Pastoril, nesta oficina serão eleitos 04 (quatro) delegados, sendo 02 (dois) do Distrito de Bela Vista e 02 (dois) do Distrito de Pulador. Que se tiver apenas 04 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 04 candidatos, sendo os 04 (quatro) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Caso não sejam preenchidas todas as vagas, estas serão perdidas. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos

deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até 04 candidatos. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina e o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o distrito em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o distrito. Foi salientado para não confundirem com a manutenção da cidade. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Ciclovia, revitalização das praças, estrutura de serviços (postos de gasolina, mercados, farmácias, escolas, hospitais, posto de saúde), hospitais, universidade/ educação, comércio (feiras/lojas), produção no interior (crescimento), construção de EMEIS, construção de unidade de saúde, faculdades/hospitais, boa estrutura hospitalar, mas com carência na agilidade do atendimento (SUS), comércio – mercado, lojas, praças. **Município: Pontos negativos:** arborização precária, trânsito, segurança precária, saúde pública precária (atendimento e falta de materiais básicos), trânsito/ estacionamento, violência / segurança, poluição sonora, ocupação/invasões, trânsito, acessos, educação infantil (demanda no interior), espaços de lazer e esportes no interior, segurança, estradas para escoamento da safra, trânsito no centro, falta de segurança em algumas áreas, água potável, falta de legalização dos poços comunitários, sinalização das comunidades (interior), descarte de lixo nas estradas (população urbana), falta de coleta de lixo (interior), localização geográfica (endereços e sinalização de propriedades), polícia não atende e quando atende não vem. **Município: Idéias:** descentralizar, ruas mais largas, ampliação do perímetro urbano, modernização dos trevos, geração de empregos, limitar o tipo de produção nos distritos: bela vista /pulador – ovos, bom recreio /são roque – frango e corte, capinzal/independência, criar estacionamentos em locais onde tem árvores (canteiros centro), terceira via para ônibus (corredor de ônibus), acerto da divisa de Passo Fundo e Carazinho, colocar viadutos e elevadas. **Distrito: Pontos Positivos:** quadra de esportes, acesso asfaltado, área de lazer, pavimentação no acesso, internet, serviço postal, abastecimento hídrico de qualidade, escola e transporte de qualidade, acesso asfaltado, praça, transporte escolar, escola, comunidade, atendimento da farmácia, estrutura escolar, PRIMAVES, porte de arma para o produtor, produção de soja/milho, transito (estradas), educação fundamental – Pulador, coleta de lixo em Pulador, Bela Vista – responsável por 65% dos grãos produzidos no município, internet, DAATI, CTG, recolhimento e lixo, PRIMAVES. **Distrito: Pontos negativos:** estradas manutenção (todas), posto policial/ segurança, saúde = falta médico e dentista, pontes estreitas/fracas, estradas estreitas, falta posto policial no distrito, ponte estreita – quem vai a Carazinho – colheitadeira não passa, instalação do canil do capa – barulho, falta de equipamentos comunitários (academia ao ar livre), posto de saúde – prédio e atendimento precário, concessionária da linha de ônibus só no domingo, dificuldade de trabalhar na cidade por falta de transporte público, falta transporte coletivo até a cidade, faltam aparelhos na academia ao ar livre, reforma do parquinho, estradas em Pulador, iluminação publica (projeto), locais para esportes nas escolas - Pulador, falta comunicação (sinal de telefonia), canil, transporte público entre o distrito e a cidade, estrutura do posto de saúde precária, falta de material básico e falta de profissionais, segurança, estradas (falta de alargamento e manutenção – falta de pedras), ampliar – barulho, cheiro, contaminação da água, falta de segurança. **Distrito: Idéias:** conclusão asfalto até RS 324, linha de ônibus (Unesul), consultar antes a população sobre equipamentos da patrulhamento rural, pavimentação asfáltica do distrito até a estrada que vai para pontão, colocar rota de ônibus urbano, alargamento das pontes e estradas, colocar uma linha de transporte público, câmera de vigilância, ajustar o plano diretor para permitir registro terrenos, feira do agricultor no distrito, melhoria nas estradas para produção – transporte, linha de ônibus municipal – 2 vezes por dia – todos os dias ou pelo menos 3 vezes por semana, reforma no posto de saúde com atendimento diário, academia ao ar livre, câmeras videomonitoramento, programa de habitação rural, abertura de poços e redes de água, incentivo ao turismo rural, reforma do playground, asfalto – continuidade do asfalto até a 324, câmeras de videomonitoramento, aulas noturnas na escola, cursos para a comunidade. Para delegado houve apenas 04 (quatro) inscrições, 02 (duas) de Bela Vista e 02 (duas) de Pulador, ficando todos eleitos com a aprovação dos presentes. **Delegados Titulares**: Bela Vista - Roberli Ferrari e Ronaldo Vizzoto. Pulador – Lenita Taufer Daromech e Carlos Leandro Lacourt. A reunião encerrou-se as 21:00.

MACROZONA PASTORIL

BELA VISTA

NÚMERO	NOME
1-	ROBERLI FERRARI
2 –	RONALDO VIZZOTO

PULADOR

NÚMERO	NOME
1 –	LENITA TAUFER DAROMECH
2 –	CARLOS LEANDRO LACOURT

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 08 **REGIÃO** Rural M. Pastoral
DATA 08/03/2013 **LOCAL** Bela Vista

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Amilcar Celém Butro	Bela Vista	[illegible]
2	OSCAR JOSÉ MARIO	Bela Vista	[illegible]
3	Roberto Ariotti	PMPF	[illegible]
4	ALTAIR MARTINS	SEHAB	[illegible]
5	FELIPE DAL PAZ	SECRINT	[illegible]
6	Yasmin W. W	Vergeiro	[illegible]
7	CHRIS B. BILIBIO	V. RODRIGUES	[illegible]
8	ROBERTO FERRARI	BELA VISTA	[illegible]
9	[illegible]	BELA VISTA	[illegible]
10	Guizandro Ferrari	Bela Vista	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 09 **REGIÃO** Rural M. Pasteur
DATA 08/03/2018 **LOCAL** Bela Vista

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Carlos Elison Paranch	Pulador	
2	Benito Dauferr Paranch	Pulador	
3	Luiz S. de Jesus	São Roque	
4	Leandro Lorent	Pulador	
5	Geni Gailber Lazzari	Pulador	
6	Romário Vizzotto	Bela Vista	
7	Jaime Nazar	São Roque	
8	Ieda Maria da Silva	Bela Vista	
9	Oclidia Cecília Ferron	Bela Vista	
10	Juliana da Silva Vizzotto	Bela Vista	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 08 **REGIÃO** Rural M. Pastoril
DATA 08/03/2018 **LOCAL** Bela Vista

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	João Darci Gonçalves da Rosa	Lucas Araujo	[illegible]
2	Arnaldo Cunha	Bela Vista	
3	Adonis Felix Dal'Maso	Bela Vista	Adonis Felix Dal'Maso
4	Marisa O. Dal Maso	Bela Vista	
5	Pedro Luiz Dal Maso	Bela Vista	
6	Thiago Dal'Maso	BELA VISTA	Thiago Dal'Maso
7	Bianca Vizzotto	Bela Vista	Bianca Vizzotto
8	Lori Schissigo	Bela Vista	L. S.
9	Leodegar Schissigo	Bela Vista	L. S
10	Karine Dal'Maso	Bela Vista	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 08 **REGIÃO** Rural M. Pasbail
DATA 08/03/2018 **LOCAL** Bela Vista

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Ghacir Dal'Maso	Bela Vista	Ghacir Dal'Maso
2	Dorati Ferrão	Bela vista	
3	Rafael Antonio Joseph	"	[illegible]
4	Roberto Ferrari	Bela Vista	[illegible]
5	Valmir e Sunjet	Bela Vista	[illegible]
6			
7			
8			
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	ORCEY FAUTH TISOT	VERGUEIRO	
2	Fábio Waldumas	Vergueiro	
3	Yasmin	Vergeiro	
4	Gilberto Jorge	Vergueiro	
5	Roberto Tosan	Vergueiro	
6	CHRIS B BILIBIO	RODRIGUES	BBB
7	Rubens Stein	São José	
8	Cristiano Basso	Centro	
9	Julio Cesar Stobbe	Vergueiro	
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Michele Bavaresi	Centro	
2	VICTÓRIA DI DOMENICO	LUCAS ARAUJO	
3	JANETE T. G. BUSATO	VERGUEIRO	
4	OSMAR BUSATO	VERGUEIRO	
5	Ramos Augusto Weissheimer		
6	José Carlos Arruda	Bosque Lucas Araujo	
7	Matheus D'Ávila Senardin	Vergueiro	
8	Clevsa M. Kaforoski e Silva	VERGUEIRO	
9	Francieli Sabadin	Centro	Francieli Sabadin
10	ALFREDO V. G. IVO	CENTRO	

ATA 09 - OFICINA 09 – Setor 09

DATA: 13/03/2018 **LOCAL: ESCOLA DIÓGENES MARTINS PINTO**

As dezenove horas e quinze minutos do dia treze do mês de março de dois mil e dezoito, na Escola Diógenes Marins Pinto, iniciou-se a Oficina 09 do Setor 09 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Arquiteta da Secretaria de Planejamento, Chris Bilibio deu boas vindas e agradeceu a presença de todos na reunião. Foi apresentado o que é Plano Diretor, seus regramentos, como deverá ser as ruas, calçadas, ligação entre loteamentos e bairros, onde serão construídas as casas, escolas, hospitais, unidades de saúde, onde serão permitidos a construção de prédios, ciclovias. Como será a utilização de transporte coletivo. Foi dito que o Plano Diretor foi feito para todas as pessoas, crianças, idosos, cadeirantes. O Plano Diretor é a lei básica do município. Importância do Plano Diretor e de se ouvir as pessoas, define ocupações e orienta o crescimento. Foi demonstrada as fases da revisão do Plano Diretor, A primeira foi a metodologia, como seria o processo de trabalho. Esta etapa foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A etapa 02 – Diagnóstico é para ouvir as pessoas. Após esta etapa de diagnóstico, o produto gerado irá para uma audiência publica para aprovação. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar. Neste trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica e uma leitura comunitária. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. A etapa 03 serão as oficinas propositivas e cada um participa da oficina que tem maior interesse. A Etapa 04 é o projeto de lei. Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados e a importância da participação da comunidade neste processo. Serão três momentos diferentes, primeiro a apresentação de como serão realizados os trabalhos de Revisão do Plano Diretor, após a realização da oficina e em terceiro a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação dos delegados durante o processo. Hoje serão eleitos 04 (quatro) delegados. Foi explicado como foi formado o Núcleo Gestor, 42 integrantes, sendo 21 governamental e 21 não governamental e tem o apoio do Núcleo Técnico. O objetivo do Diagnóstico é o levantamento das necessidades com uma leitura técnica, realizada pelos técnicos da prefeitura e uma leitura comunitária feita pela comunidade, ou seja uma visão conjunta da comunidade. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas. Com a chegada da ferrovia em 1920, a cidade e a população começou a crescer e a se desenvolver. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980, com o segundo Plano Diretor percebe-se os prédios no centro, com verticalização da área central. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, com verticalização mais espalhada e transformação do perfil da cidade. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Houve a explicação das atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências e que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população do setor 09, nesta oficina serão eleitos 04 (quatro) delegados, que se tiver apenas 04 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 04 candidatos, sendo os 04 (quatro) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Caso não sejam preenchida todas as vagas, estão serão perdidas. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até quatro candidatos. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina e o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento.

Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Crescimento da cidade se expandindo para os bairros, Infraestrutura nos bairros, revitalização da avenida Brasil, aeroporto, faculdades, hospitais, ensino, ciclovia, Parque da Gare, Feira do Produtor, canteiros da Rui Barbosa, Parque da Vergueiro, reforma do Hospital Municipal, reforma do aeroporto, ruas asfaltadas, mudança da matriz econômicas, Polo regional de serviços, **Município: Pontos negativos:** Trânsito congestionado, planejamento deficitário, falta corredor de ônibus, falta de segurança pública, demora no atendimento à população, trevos de acesso precários, atendimento de saúde ainda precário – pouca informação aos cidadãos, vagas insuficientes e descentralizadas ao nº de habitantes, transporte coletivo urbano, saúde e medicamentos, estruturas das escolas, mobilidade bairro Santa Marta/Município, asfalto (Jerônimo Coelho), asfalto ruim (avenida Brasil), paradas de ônibus, placas de sinalização (nomenclatura), rede de esgoto (exceto no centro). **Município: Idéias:** - Criação de UPPs na cidade, corredor de ônibus, viadutos, mais escolas de educação infantil, ampliar o número de profissionais de saúde, áreas de lazer e praças nos bairros, manutenção permanente dos espaços públicos, núcleo de discussão, postos policiais em todas as vilas, hidrantes nas vilas, melhoramento do asfalto da avenida Brasil, novas paradas de ônibus avenida Brasil, corredor de ônibus, passarelas para pedestres, investimento em perimetrais, sugestão rodoviária próxima ao bairro – sair do centro. **Bairro: Pontos Positivos:** Coleta de lixo (caminhão), CRAS alugados, UBS, Escola Dyogenes Martins Pinto, Escola Meibe Ribeiro, pavimentação Professor Schisler/Integração, continuar EJA à noite, pavimentação, escolas Fundamental e Médio, estrutura de saúde. **Bairro: Pontos negativos:** Falta ciclovia (Integração), falta academia ao ar livre (Integração), acessos pelos trevos, localização das indústrias (muito próximas do bairro), acessibilidade integração (acessos insuficientes), escolas meio turno (insuficiência), falta conteiner lixo, ausência de recuos frontais das edificações, asfalto avenida Dona Sirlei e passeio Cruzeiro do Sul, pontes do bairro, transporte escolar (falta), falta sinalização, falta passeio, falta pintura de sinalização, espaços públicos, iluminação pública, falta rede de esgoto, trevos de acesso precários, segurança pública, transportes coletivos no mesmo horário. **Bairro: Idéias:** Ampliação da Alôncio de Camargo paralela à rodovia como alternativa de acesso a partir da Morada do Sol até a Caravela, passando por Xangri-lá, para trânsito de carros e ser pista principal de saída do bairro, evitando a RS-324, caixas d'água nos bairros, espaços de lazer de qualidade, criação de infraestrutura para práticas esportivas, mais escolas, só tem uma de educação infantil, área para construção da escola Meibe Ribeiro, implantar nos bairros atividades econômicas e serviços, organização do cemitério São Miguel, com plano de organização e regras de alvarás para concessão, projeto novo trevo da caravela com viaduto, terreno para construção escola, escolas de educação infantil (construção), ciclovia, academia ao ar livre, hidrantes – Integração, revitalizar avenida Brasil até a serraria Ivo Reis, canalização das águas pluviais, revitalização avenida Dona Sirlei, execução do projeto do trevo da Xangri-lá já aprovado, tornar parte da área do IE em reserva ambiental, como no Menino Deus, revitalização das ruas Alvorada, Otto Bade e Cruzeiro do Sul, com iluminação de led, calçadas padronizadas com inclusão no Plano DiretorDI de área comercial e ocupação do solo, iluminação de led nas principais avenidas, acessos para o bairro Integração – Xangri-lá, Parque do Sol, Schisler e Jerônimo Coelho (via posto do basso) – projeto e execução, túnel de acesso da Dona Júlia com Integração via Xangri-lá – na rua Luiz Lângaro para carros e ônibus, construção de parque linear do bairro Integração, na avenida Brasil, junto à Xangri-lá, área para escola de ensino médio Meibe Ribeiro e mais duas escolas de ensino infantil no bairro, possibilidade de ampliar no Plano Diretor a instalação de empresas no interior do bairro, zona comercial: restaurantes, lancherias, empresas de confecção, indústrias, execução de projeto de trevo já aprovado no DAER. Para delegado houve 08 (oito) inscrições. Após a eleição foram eleitos como **Delegados Titulares**: Raquel Maciel Nunes, com 10 votos, Alessandra Carvalho Barcellos, com 09 votos, Guilherme Armando Ruas, com 08 votos e Joel dos Santos, com 06 votos. Em quarto lugar ficaram empatados Joel dos Santos, Ubirajara Correa da Rosa e José Omar da Silva Severo. Houve a renúncia da titularidade por parte dos candidatos Ubirajara Correa da Rosa e José Omar da Silva Severo, solicitando ficar como suplentes. Eleito como **Delegados Suplentes**: Ubirajara Correa da Rosa, com 06 votos, José Omar da Silva Severo, com 06 votos, Wilson Quadros, com 04 votos e Morgana Figueiró de Almeida, com 03 votos. A reunião encerrou-se as 21:00.

SETOR 09			
NÚMERO	**NOME**	**VOTOS**	**CLASSIFICAÇÃO**
1	RAQUEL MACIEL NUNES	10	1º
2	ALESSANDRA CARVALHO BARCELLOS	9	2º
3	GUILHERME ARMANDO RUAS	8	3º
8	JOEL DOS SANTOS	6	4º
6	JOSÉ OMAR DA SILVA SEVERO	6	5º
5	UBIRAJARA CORREA DA ROSA	6	6º
4	WILSON QUADROS	4	7º
7	MORGANA FIGUEIRÓ DE ALMEIDA	3	8º

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 09 **REGIÃO** OESTE - SETOR 09
DATA 13/04/18 **LOCAL** Escola Diogenes Martins Pinto

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Rosane Rita Bertoncello	Secchi	Rosane
2	Jal Dos Santos	Integração	
3	Gilmar Fuga Júnior	Integração	
4	WILSON QUADROS	IP. XANG	
5	Vera R. dos A. Pereira	Sesthes	Vera
6	Beatriz Dalmaso	Secchi	
7	Adriana Marques	Forum Assistência Social	
8	Andréia Silveira Nitto Nunes	Centro	ANN
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 09 **REGIÃO** OESTE - Setor 09
DATA 13/03/18 **LOCAL** Escola Diógenes Martins Pinto

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Morgana Figueiró de Almeida	Longrilá	Morgana F. de Almeida
2	José Omar da Silva Severo	Longrilá	José Omar Severo
3	UNIRAJARA C. DA ROSA	JERONIMO CURLIM	[illegible]
4	SABELE FIORI	CENTRO	[illegible]
5	Marissa C. Fagundes Valim	Prof. Schisler	Marissa C. F. Valim
6	Andréa Silveira Netto Nunes	CENTRO	[illegible]
7	ROBERTA GOSCH	SEPLAN	[illegible]
8	Caroline C. Thans	PGM / Annus	Caroline C. Thans
9	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	Chris B. Bilibio
10	Regina Guimarães	NONOAI	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CRIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 09 **REGIÃO** OESTE / SETOR 09
DATA 13.03.18 **LOCAL** Diogenes Martins PINTO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Alessandra Barcellos	PROFESSOR SCHISLLER	Alessandra
2	Guilherme A Ruas	Prof Schisller	[illegible]
3	Sch... CCR	Prof Schisller	[illegible]
4	GELSO BERTONCELLO	COHAB II	[illegible]
5	Luís Henrique Brock (LUÍS HENRIQUE BROCK	Jardim América	[illegible]
6	Adriana Vicili	COHAB SECHI	Adriana Vicili
7	[illegible]	Prof Schisller	[illegible]
8	Joane A. Andreolla	Centro	[illegible]
9	Ruberson Stein	São José	[illegible]
10	Glenda Mendes	Lucas Araújo	Glenda Mendes

ATA 10 - OFICINA 10 - SETOR 01

DATA: 15/03/2018 **LOCAL: ESCOLA NOTRE DAME**

As nove horas e quinze minutos do dia quinze do mês de março de dois mil e dezoito, na Escola Notre Dame, iniciou-se a Oficina 10 da Região Centro - Setor 01 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião e apresentou a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor e os secretários presentes. Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação dos delegados durante o processo. Hoje serão eleitos 13 (treze) delegados. Foi explicado o que é Plano Diretor, que desde 1958 já existe um regramento do desenvolvimento da cidade. Foi explicado que a audiência é um processo obrigatório par Revisão do Plano diretor e que esta revisão teve início em 2016. Foi mencionado os planos que o município possui (Plano de Mobilidade, Plano de Saneamento, PEDEL, PEUEL) e que irão auxiliar na revisão do Plano Diretor. Que o Plano Diretor é um processo participativo, uma lei que reflete a cidade. Não é do prefeito. Que é importante a participação popular para uma cidade dinâmica. O objetivo desta revisão é repensar a cidade para as novas necessidades. Foi dito que o Plano Diretor é a lei básica de todo município. O Plano Diretor transforma a cidade desde abertura de rua, conexão de bairros, local para instalação de hospitais e Unidades de saúde. Quais são as vantagens e desvantagens de se poder construir prédios, a necessidade de instalação de redes de esgoto. A desvantagem de instalação de prédios. Como estruturar as cidades nos espaços públicos. O Plano Diretor é lei superior, define onde passará o transporte público. O objetivo do Plano Diretor é melhorar a qualidade de vida das pessoas, trabalhar para todos. O Plano Diretor define as formas de ocupação, orienta o crescimento, cria e regulamenta instrumentos jurídicos, obedecendo o que define o Ministério das Cidades. Foi falado sobre a importância de se planejar. O Plano Diretor regra a função social e impacta na vida das pessoas. Foi dito que Passo Fundo não é uma cidade projetada, mas é uma cidade planejada. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas. Com a chegada da ferrovia em 1920, a cidade e a população começou a crescer e a se desenvolver. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor, que propunha a localização dos Equipamentos públicos. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980, com o segundo Plano Diretor com índices mais altos no centro, com verticalização da área central, definição da largura das vias e os canteiros da Avenida Brasil. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, com verticalização mais espalhada e transformação do perfil da cidade. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Foi explicada as fases da revisão do Plano Diretor. Foi dito que a Fase 01 - metodologia foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. O diagnóstico é a fase atual (02), que se não for feita corretamente, não surtirá os efeitos desejados. Foi utilizado como exemplo um diagnóstico médico, que caso não seja correto o tratamento não fará efeito. Após o diagnóstico, as reuniões serão por tema e ocorrerão ao longo dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Haverá uma fase de proposições por tema (habitação, mobilidade, meio ambiente, etc.). Os participantes escolhem qual oficina querem participar, independente do bairro. Foi mostrada quais as etapas de discussão, que haverá uma leitura técnica que leva em conta a legislação e uma leitura comunitária (cidade que queremos). Após será a etapa de proposições para o projeto de lei, etapa em que os delegados irão votar. No projeto de lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Que os delegados deverão trabalhar a partir do próximo ano, mas que é importante sua participação em todas as audiências para ter conhecimento do todo na hora de votar os artigos do projeto de lei. Houve a explicação das atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências e que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população do setor 01, nesta oficina serão eleitos 13 (treze) delegados, que se tiver apenas 13 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 13 candidatos, serão os 13 (treze) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. A definição do quantitativo de delegados foi realizada pela população do Censo, de acordo com cada região. Quem pode se

candidatar será maiores de 16 anos, morador ou proprietário de empresas nos bairros pertencentes ao Setor 01 e estar presente na oficina. Que até dia 30/04/2018 deverá ser encaminhada a documentação de comprovação de residência para a Secretaria de Planejamento para homologação da eleição. Foi explicada qual documentação deverá ser encaminhada. Durante as oficinas deverão ser realizadas as inscrições para delegado. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até treze candidatos. Todos os presentes votam. Após foi explicado o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Pólo atrativo: comércio, serviços, educação, autarquias estaduais, saúde, Nível/renda per capita elevada, Aspectos naturais: nascentes, etc, Oferta de habitações, Infraestrutura de transportes, aeroporto, rodoviária, Povo receptivo, Atendimento do comércio, Disponibilidade de capacidade/ fornecimento de energia, Ciclovias, Arborização, Espaços/áreas de lazer, Academias ao ar livre, Forte referência de desenvolvimento na região, Polo médico pujante, Polo de ensino pujante, Revitalização de espaços públicos, Passo Fundo município polo comércio, saúde e educação, Lazer, Convivência familiar, Universidades, centros de ensino e pesquisa, Espaços públicos, Agronegócio, Bastante arborizada, Ruas largas e avenidas, 02 importantes avenidas, Espaços de lazer, Polo regional, Atrai novos negócios, Hospitaleira, Dinamismo da cidade, Modernização, Grande fluxo de serviços, Crescimento urbano – estrutura da cidade, Setor de serviços, Setor médico, Cidade arborizada, Descentralização dos equipamentos de saúde, Novas centralidades, Continuar fomentando a descentralização, Fornecimento de água potável, Polo universitário, Ter o PEDEL, Melhora nos espaços públicos, Ampliação na área de saúde, Diversidade de serviços oferecidos à população, Atração econômica, Estruturação das áreas verdes, Definição do plano de mobilidade, Educação infantil, Clubes sociais, Parques, Anel viário, Conectividade urbana (ruas), Centro universitário, Polo regional, serviços, comércio, saúde, educação, Agricultura familiar, Agricultura de precisão. **Município: Pontos negativos:** Trânsito caótico, Falta de educação no trânsito, Fragilidade mobilidade e acessibilidade, Dificuldades de deslocamentos para outros grandes centros, Graves problemas nas redes elétrica e telefonia, Fiscalização no uso dos conteiners, Falta estacionamento, Segurança péssima, Mobilidade urbana, Concentração das atividades econômicas no centro, Saneamento básico reduzido, Trânsito caótico, Insegurança, Falta de estacionamentos, Mão-de-obra desqualificada, Faltam áreas verdes e de lazer, Pistas estreitas radiais, Anéis viários, Maior exigência legal para conformidade de novos condomínios e loteamentos, Ensino público deficiente/médio/fundamental, Pouco envolvimento das lideranças nas decisões, Clientela de participação ser previamente selecionada, Passeio públicos, Estacionamento rotativo, Grande volume de ônibus na avenida Brasil, Demarcação de vagas, Transporte público, Caos de estacionamento e fluxo de ambulâncias no polo de saúde, Falta de conscientização do patrimônio histórico, Fluxo e organização do trânsito, Falta de conscientização no trânsito, Faixas de segurança mal posicionadas na avenida Brasil/ Bento Gonçalves por exemplo, Alternativas para pedestres, Logística falha (aeroporto), Aplicação e fiscalização da aprovação de projeto para passeios públicos (NBR 9050), Aeroporto e ferrovia ineficientes, Rodoviária precária e mal localizada, Limpeza urbana, Falta de zonas residenciais exclusivas, Poucas quadras esportivas, Erro no sentido da Paissandu, Concentração da estrutura viária (conexão avenida Brasil/ Petrópolis/ Centro), Falta de acessibilidade, Ausência de maior aeroporto, Mobilidade viária (eixos viários), Ausência de corredor de ônibus, Acessibilidade, Falta de grandes redes de supermercado, Acessibilidade, Trânsito, Limpeza urbana, Insegurança, Dificuldade de estabelecer comércio em determinadas regiões, Passo Fundo perde com a Vergueiro sendo somente residencial, Três saídas/ entradas da cidade permanentemente congestionadas, Trânsito difícil, Pouco estacionamentos, Transporte coletivo deficitário. **Município: Idéias:** Limitar os índices construtivos em torno dos parques e praças para garantir luminosidade, Mais ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas, Calçadão público, Ampliação das calçadas, Padronização das calçadas, Edifícios garagem, Fiação elétrica subterrânea, Padronização das calçadas e vagas de estacionamento – acessibilidade, Adequação das espécies das árvores nas calçadas, Corredor de ônibus fora dos canteiros da avenida Brasil,

Fomento saúde, educação, pesquisa, Mobilidade urbana, alternativas ao veículo automotor particular, Estudo para utilização melhor dos canteiros públicos na avenida Brasil, Qualificação das vias, Rever estacionamento, Expandir o centro, Criar centros de bairro com serviços essenciais para moradores, Corredor de ônibus, Implantação de porto seco, Construção de passarelas em locais movimentados (ex UPF), Rodoviária para uma das entradas da cidade, Mais policiamento e câmeras de segurança, Criar mais áreas arborizadas, Ruas arborizadas, Ampliação da ciclovia para toda a cidade, Aumento da TO de 10 para 12m, Aumentar/ modernizar a mobilidade viária nos sentidos norte/ sul e leste/ oeste, Aeroporto de cargas e pessoas, Incentivo ao transporte ferroviário, Novas áreas estritamente residenciais, Empreendedorismo, Novas áreas verdes/ parques públicos, Criar espaços de lazer e serviços nos bairros (Vera Cruz, São Cristovão), Retirar do centro estruturas que atraem público (ex Fórum), Bilhetagem eletrônica (ônibus), "Onda verde" semáforos, Diversificar transporte público, Distribuir transporte público em outras vias (central – Gare), Aplicativos de transporte (inserir), Descentralização do polo de saúde, Políticas para preservação patrimônio histórico e natural, Criar zonas residenciais exclusivas, Campanha cidade limpa, Ligação nova sobre o rio Passo Fundo, Treinamento manejo lixo junto aos recicladores, Aumentar efetivo guarda de trânsito e melhorar sua eficiência, Ampliar e mapear indústrias, Rede elétrica subterrânea, Ampliar área do estacionamento rotativo em um raio de mais ou menos 5 quadras, Despoluição e preservação/ recuperação mata ciliar rio Passo Fundo, Novo anel viário, Novas áreas verdes e parques, Criação parque público municipal com estruturas completas, Transformação parque Arlindo Haas em parque municipal, Planejamento trânsito prioridade pedestres, Viadutos na BR-285 e no contorno da cidade, Ligação entre as vias paralelas à Brasil – centro/Petrópolis. **Bairro: Pontos Positivos:** Não possibilita bares noturnos e boates, Movimentado (muitos carros), Via de transição, Lugar propício para implantação de negócios, Bairro já faz parte do centro, Característica residencial do bairro (Vergueiro), Arborização do bairro, Valorização imobiliária do centro e vergueiro, "Segurança" do bairro vergueiro, Parque da Vergueiro, Centro bem distribuído para as necessidades da população, Tranquilidade do bairro Fátima e Vergueiro, Convívio intenso, Comércio diverso, Descentralização do comércio e serviços, Diversidade de usos (centro), Não verticalização da vergueiro, Localização do parque da vergueiro, Qualidade de vida (vergueiro), Cartão postal da cidade (vergueiro), Centro bem servido de serviços e infraestrutura (centro), Relacionamento interpessoal na Fátima, Arborização (vergueiro), Ruas limpas (vergueiro), Silêncio noturno (vergueiro), Não verticalização (vergueiro), Presença clube comercial para interatividade esportiva, Bem servido de linhas urbanas (centro), Arborização, Horizontalização (vergueiro), Fácil acessibilidade. **Bairro: Pontos negativos:** Insegurança por ser somente residencial (vergueiro), Bairro é uma ilha (vergueiro), Canteiros avenida Brasil e vegetação exótica, Falta de legalização para comércios já instalados e que atendem necessidades de moradores (vergueiro), Falta de certos tipos de serviços (padaria, farmácias) = resulta em trânsito no centro da cidade (vergueiro), Muitas casas desocupadas = insegurança (vergueiro), Excesso de lixo no parque (reserva) do banhado, Falta de pintura (manutenção) na rua Fagundes dos Reis, Falta de câmeras de monitoramento, Trânsito caótico, Mobilidade urbana precária, Concentração de ônibus na Brasil, Congelamento de usos (vergueiro), Congestionamento eixo rua Uruguai/ Teixeira Soares, Espaços para acessos de veículos descontrolados – rebaixo das calçadas, Fiscalização dos usos dos imóveis na vergueiro, Possíveis invasões em imóveis abandonados, Descumprimento da legislação municipal quanto ao uso dos imóveis, Manutenção precária das faixas de pedestres, Fiscalização inadequada em várias situações da cidade: trânsito, lixo, Poluição visual, Descaracterização do patrimônio histórico, Falta de fiscalização (implantação de serviços/ usos/ índices), Diminuição da circulação de pessoas, devido a ausência de comércio (imóveis fechados, pragas, depredação), Difícil acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, Falta de segurança, Falta de comércio/ liberação, Falta de fiscalização no transporte de cimento e areia, Terrenos baldios sem manutenção, Urgência complementação do parque da vergueiro, Comércios/estabelecimentos irregulares (vergueiro), Lixo no centro, Trânsito pesado (vergueiro), Pavimentação ruim (vergueiro), Limpeza meio-fio (vergueiro), Calçadas irregulares. **Bairro: Idéias:** Possibilitar verticalização nas vias principais (vergueiro), Clínicas, restaurantes, escolas, escritórios (vergueiro), Tornar continuidade do centro (vergueiro), Possibilitar comércio e novos serviços no bairro (vergueiro), Uso misto (vergueiro), Educação para o trânsito aos diversos setores da cidade, Ampliação do programa guardião, Pontos de integração para transporte urbano, Legalização de comércio/ prestadores de serviços no bairro para gerar empregos e renda (vergueiro), Mais comércio no bairro para que as pessoas possam se deslocar a pé (vergueiro), Não verticalizar (vergueiro), Moron virar calçadão da fagundes até a Cel. Chicuta (centro), Central de ônibus no pátio da Gare (centro), Limitar índice construtivo nos bairros vergueiro, Fátima, Edifício garagem no

centro, Incentivo a edificações sustentáveis, Descentralização do polo de saúde, Multifuncionalidade na vergueiro, Restrição de altura, Controle de empreendimento de grande porte, Estudos de parques lineares nos recursos hídricos, Reaproveitamento de ruas, estudo, Rever estacionamento, Rever vias de trânsito, Manter o caráter residencial da vila vergueiro, Redução de índices construtivos, Flexibilização inteligente dos usos dos imóveis e índices construtivos, Igualar o índice do bairro vergueiro com Fátima, Infraestrutura local – segurança, saúde e educação infantil por bairro, Vergueiro como área comercial, Mais equipamentos urbanos (Fátima), Transposição calçadas em nível (vergueiro), Manutenção índices (vergueiro), Campanha cidade limpa, Fiscalização comércios (vergueiro), Não verticalização (vergueiro), Uso exclusivo residencial (vergueiro), Usos institucionais, Pontos de comércio no bairro (vergueiro), Preservar arquitetura histórica, Espaço para vida noturna, Melhoria da pista de rolamento (Fátima), Verticalização (vergueiro), Liberação de atividade comercial (vergueiro), Não verticalização (Fátima). Para delegado, houve a inscrição de 24 candidatos. Após a eleição ficaram como **Delegados Titulares**: Fábio Woitchunas, com 49 votos, Julio César Stobbe, com 48 votos, Cleusa M. Kojaroski E Silva, com 43 votos, César Augusto Lopes Pires, com 40 votos, Matheus D'avila Denardin, com 40 votos, Marcos Antonio Leite Frandoloso, com 39 votos, Edgar Augusto Bodanezi, com 39 votos, Norimar D'avila Denardin, com 36 votos, Monica Menezes Matte, com 30 votos, Gilberto Vargas, com 30 votos, Baidjir Buaes , com 29 votos, Anéo Costamilan, com 28 votos, Mara Cristina Rodrigues, com 27 votos. **Delegados Suplentes**: Eduardo Nischespois Scorsatto, com 25 votos, Roberto Toson, com 22 votos, Alexei Fogaça, com 22 votos, Orley Fauth Tisot, com 22 votos, José Eloir Denardin, com 21 votos, Samara Savariz Rabaioli, com 20 votos, Nino Roberto Schleder Machado, com 19 votos, Carina Sobiesak, com 18 votos, Daltro José Wesp, com 15 votos, Joane Alberto Andreolla, com 12 votos, Ronaldo Antonio Marson, com 09 votos. A reunião encerrou-se as 22:15.

NÚMERO	NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
2	FÁBIO WOITCHUNAS	49	1º
16	JULIO CÉSAR STOBBE	48	2º
6	CLEUSA M. KOJAROSKI E SILVA	43	3º
14	CÉSAR AUGUSTO LOPES PIRES	40	4º
23	MATHEUS D'AVILA DENARDIN	40	5º
4	MARCOS ANTONIO LEITE FRANDOLOSO	39	6º
9	EDGAR AUGUSTO BODANEZI	39	7º
5	NORIMAR D'AVILA DENARDIN	36	8º
13	MONICA MENEZES MATTE	30	9º
22	GILBERTO VARGAS	30	10º
20	BAIDJIR BUAES	29	11º
18	ANÉO COSTAMILAN	28	12º
3	MARA CRISTINA RODRIGUES	27	13º
15	EDUARDO NISCHESPOIS SCORSATTO	25	14º
10	ROBERTO TOSON	22	15º
19	ALEXEI FOGAÇA	22	16º
21	ORLEY FAUTH TISOT	22	17º
8	JOSÉ ELOIR DENARDIN	21	18º
11	SAMARA SAVARIZ RABAIOLI	20	19º
12	NINO ROBERTO SCHLEDER MACHADO	19	20º
1	CARINA SOBIESAK	18	21º
24	DALTRO JOSÉ WESP	15	22º
7	JOANE ALBERTO ANDREOLLA	12	23º
17	RONALDO ANTONIO MARSON	9	24º

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/2018 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Maria Kuchodowolec	Vergueiro	Maria Kuchodowolec
2	PAULO FERNANDO O. CORNELIO	GESP	[illegible]
3	Tayná Rodrigues	Vergueiro	[illegible]
4	[illegible]	Centro	[illegible]
5	Joana A. Andreolla	Centro	[illegible]
6	MAURO LENO	S. CRISTÓVÃO (FUNAI/G.PD)	[illegible]
7	Maria [illegible]	Vergueiro	[illegible]
8	MARIO RICARDO MATTE	VERGUEIRO	[illegible]
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	EDGAR AUGUSTO BODANEZ	VERGUEIRO	[signature]
2	ALVARO ADAMY	Vergueiro	[signature]
3	JOSE ELOIR DENARDIN	VERGUEIRO	[signature]
4	ABEMAR MARQUES	FÓRUM AGENDA 21/NG	[signature]
5	ANGO COSTAMILAN	VERGUEIRO	[signature]
6	BAIDJIR BUAES	VERGUEIRO	[signature]
7	JULIANA B. RIFFEL	FÁTIMA	[signature]
8	Elisabete Zambryycki	Vergueiro	[signature]
9	Dorthe José Weg	Fátima	[signature]
10	[illegible]	Vergueiro	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CRIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Juliana Biskup Amaz	Uruguiano	
2	Mara Cristina Rodrigues	Uruguaiano	
3	Ekaterina Rodrigues Fogaça	Uruguaiano	
4	Regineta F. de L. Morgetto	Centro	
5	Ronaldo Antonio Marson	CENTRO	
6	Mateus Filipe da Silva Almeida	CENTRO	
7	Samara Saraiva Rabaioli	Centro	
8	NELCI GRAZZIOTIN	CENTRO	
9	Andreia Stobbe	Uruguaiana	
10	Marina Sobieniak	Centro	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	ORLEY FAUTH TISOT	VERGUEIRO	[illegible]
2	Fábio Waldmuras	Vergueiro	[illegible]
3	Yasmin	Vergeiro	[illegible]
4	GILBERTO JORGAS	VERGUEIRO	[illegible]
5	Roberto TOSON	Vergueiro	[illegible]
6	CHRIS B BILIBIO	RODRIGUES	CBB
7	Robson Steiner	São José	[illegible]
8	CRISTIANO BASSO	CENTRO	[illegible]
9	Julio César Stobbe	Vergueiro	[illegible]
10	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/2018 **LOCAL** Círculo Notre Dame

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Vitória Flor da Veiga	Centro	Vitória Veiga
2	PAULO CESAR CALETTI	LUCAS ARAUZO	
3	EDUARDO NISCHESPOIS SCORSATTO	CENTRO	Eduardo N. Scorsatto
4	Maria Inês A. Tisot	CENTRO	
5	Tayana Brum Pires	CENTRO	
6	Diego Romani Sontag	PETRÓPOLIS/FACULDADE	
7	NINO ROBERTO S. MACHADO	VERGUEIRO	
8	LERALDO SCUSSEL	Vergueiro	
9	NORIMAR D'AVILA DONADIN	VERGUEIRO	
10	Tilson Rizzo	Vergueiro	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Eduarda Rico Perin	Centro	Eduarda R. P.
2	MARIO PAVIN	"	[illegible]
3	Mancear Mangott Junior	Centro	[illegible]
4	CLÁUDIO JOSÉ FRANZ	CENTRO	[illegible]
5	João Luis C. Pasquin	CENTRO	[illegible]
6	Miléia Alves	CENTRO	Miléia Alves
7	Regina Guimarães	MONOH	[illegible]
8	Dayana F. Jacob	Menino Deus	[illegible]
9	Eliana S. Bortolon	Centro	[illegible]
10	Vitória Bussolotto	Menino Deus	Vitória B

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Michele Barrow	Centro	[signature]
2	VICTÓRIA DI DOMENICO	LUCAS ARAUJO	[signature]
3	JANETE T. G. BUSATO	VERGUEIRO	[signature]
4	OSMAR BUSATO	VERGUEIRO	[signature]
5	Carlos Augusto Weisshaimer		[signature]
6	JOSÉ CARLOS ARRUDA	BOSQUE LUCAS ARAUJO	[signature]
7	MATHEUS D'ÁVILA DENARDIN	VERGUEIRO	[signature]
8	Clausa M. Kojaroski e Silva	VERGUEIRO	[signature]
9	Francisco Sabadin	Centro	Francisco Sabadin
10	ALFREDO V. G. IUNG	CENTRO	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/18 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Elisiane Correia	Centro	[illegible]
2	Valerei Fo. R. Fogaço	Centro	[illegible]
3	GILSON TEIXEIRA	CENTRO	[illegible]
4	VICTOR HUGO CARRÃO	CENTRO	[illegible]
5	Carina Rizzo	Vergueiro	[illegible]
6	Marcos Frandoloso	Vergueiro	[illegible]
7	SABELE FLORI	CENTRO	[illegible]
8	LUIZ HENRIQUE HERMES	CENTRO	[illegible]
9	Adrando João Souto	Centro	[illegible]
10	ROBERTA GOSCH	SEPLAN	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 10 **REGIÃO** CENTRO
DATA 15/03/19 **LOCAL** NOTRE DAME

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	WISS MOREYA GABRIEL	B. VERGUEIRO	[illegible]
2	PAULO SEVERO	CENTRO	[illegible]
3	CÉSAR PIRES	VERGUEIRO	[illegible]
4	Julia Bonella	Vergueiro	[illegible]
5	ANTONIO CARLOS HOMRICH	VERGUEIRO	[illegible]
6	Andréa Silveira Netto Nunes	Centro	[illegible]
7	Cardine C Thomas	Annes	Cardine C Thomas
8			
9			
10			

ATA 11 - OFICINA 11 – Setor 19

DATA: 20/03/2018 LOCAL: IFIBE

As dezenove horas e dez minutos do dia vinte do mês de março de dois mil e dezoito, no IFIBE, iniciou-se a Oficina 11 do Setor 19 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião. Foi apresentado o que é Plano Diretor, seus regramentos, como serão as ruas, calçadas, ligação entre loteamentos e bairros, onde serão construídas as casas, escolas, hospitais, unidades de saúde, onde serão permitidos a construção de prédios, ciclovias. Como será a utilização de transporte coletivo. Foi dito que o Plano Diretor foi feito para todas as pessoas, crianças, idosos, cadeirantes. O Plano Diretor é a lei básica do município. Importância do Plano Diretor e em ouvir as pessoas, defini ocupações e orienta o crescimento. Foi demonstrada as fases da revisão do Plano Diretor. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas. Foi mostrado que a parte mais antiga da cidade tem ruas mais estreitas. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor que previa algumas diretrizes, local para um mercado público, cilo e moinho. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, ,as foi percebido um maior movimento da economia com a vinda da Universidade houve um aumento da população. Em 1980, com o segundo Plano Diretor percebe-se mais prédios no centro, com verticalização da área central. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, o que desafoga o centro da cidade pois as pessoas já não precisam sair do seu bairro para realizar as compras. Tem verticalização mais espalhada e transformação do perfil da cidade. Os prédios tem recuos, maior distribuição do comércio. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. A primeira etapa foi a metodologia, como seria o processo de trabalho. Esta etapa foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A etapa 02 – Diagnóstico é para ouvir as pessoas. Após esta etapa de diagnóstico, o produto gerado irá para uma audiência pública para aprovação. Neste trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica e uma leitura comunitária. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. A etapa 03 serão as oficinas propositivas e cada um participa da oficina que tem interesse. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar. A Etapa 04 é o projeto de lei e haverá uma assembléia para aprovação. Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação da comunidade neste processo. A última atividade será a eleição dos delegados. Foi explicado que foi definido 01 delegado para cada 2.000 habitantes. Hoje serão eleitos 03 (três) delegados. Para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população do setor 19, nesta oficina serão eleitos 03 (três) delegados, que se tiver apenas 03 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 03 candidatos, sendo os 03 (três) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Caso não sejam preenchidas todas as vagas, estas serão perdidas. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até três candidatos. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina e o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Aeroporto, Canteiros

centrais avenida Brasil, Revitalização dos prédios históricos avenida Brasil, Polo saúde, educação, Recentes intervenções urbanísticas, Parques novos e reforma das praças. **Município: Pontos negativos:** Calçadas estreitas com árvores, Podas mal feitas, Limpeza – mato nas calçadas, praças. **Município: Idéias:** Proprietário deveria ter direito de poda, Levantamento de árvores, plano de urbanização, Fechar a Moron, Alargamento na esquina das calçadas, Ruas com mão dupla, de grande movimento, ter "ilha" para ajudar na travessia, Conscientizar a população – trânsito, Plano setorial para cada bairro, Ocupação melhor do parque da Gare durante a semana, Utilizar terrenos com "pocket parks" – concessão de uso. **Bairro: Pontos Positivos:** Ruas largas, Edificações com plano diretor de 2006 já com esses recuos, Residencial, Próximo do centro, Logística boa, Praça fantástica, Novos comércios começaram a abrir. **Bairro: Pontos negativos:** Insegurança/assaltos todo dia, Não é visto como centro, Mobilidade ruim quanto a transporte coletivo/horários, Consumo de drogas, Passeios destruídos/mal feitos, Terrenos abandonados – com mato, sem cerca, inseguros, Comparado com outros bairros é muito abandonado, Iluminação/problemas com segurança. **Bairro: Idéias:** Limpar terreno ao lado leilão judicial – na rua da escola Tiradentes, Cidade precisa ser ocupada, Incentivo a parcerias público/ privadas, Videomonitoramento, Semáforos com controlador de velocidade, Cobrar dos proprietários quanto à manutenção de calçadas e terrenos, Ciclovia, Mais horários de ônibus, Árvores – pensar como plantar para não ser insegura. Houve a inscrição de apenas três candidatos a delegado, ficando todos inscritos eleitos com a aprovação dos presentes. **Delegados Titulares**: Cristiano Basso, Ana Paula Araújo Carbonari e Juliana Garcez Grazziotin. A reunião encerrou-se as 20:30.

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 11 **REGIÃO** CENTRO
DATA 20/03/2018 **LOCAL** IFIBG

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Ana Luiza Pioveson	Vila Rodrigues	[illegible]
2	Cleusa Pioveson	Vila Rodrigues	Cleusa A. S. Pioveson
3	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	Chris B. Bilibio
4	ADEMAR MARQUES	FORUM AGENDA 21	[illegible]
5	CRISTIAM THANS	STSG - PMPF.	[illegible]
6	Carina Rizzo	Seplan	Carina R.
7	Regina Guimarães	SEPLAN	[illegible]
8			
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 11 **REGIÃO** CENTRO
DATA 20/03/2018 **LOCAL** IFIBE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Roberto Ariotti	PMPF	[illegible]
2	Mirna Rafaela Miron	PMPF/SDE	[illegible]
3	Noncar Morgotto Irvan	Centro	[illegible]
4	Renato T. de L. Morgotto	Centro	[illegible]
5	Izabel Mutto Mutto	Vila Rodrigues	[illegible]
6	Cristiano Basso	Vila Rodrigues	[illegible]
7	[illegible]	Centro	[illegible]
8	Ana Paula A. Carlomari	Rodrigues	Ana Paula A. C
9	Juliana G. Grazziotin	Rodrigues	[illegible]
10	Ricardo M Grazziotin	Rodrigues	[illegible]

ATA 12 - OFICINA 12 - M. MISTA

DATA: 22/03/2018 **LOCAL: SALÃO COMUNITÁRIO BOM RECREIO**

As dezenove horas e quinze minutos do dia vinte e dois do mês de março de dois mil e dezoito, no salão Comunitário do Distrito de Bom Recreio, iniciou-se a Oficina 12 da Região M. Mista para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. Inicialmente o Secretário do Interior, Sr. Antonio Bortolotti, deu boas vindas, agradeceu a presença e o prestígio de todos na reunião e fez um breve relato geral dos trabalhos. Após a Arquiteta Sibele apresentou a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor e iniciou a apresentação sobre o Plano Diretor. Foi falado sobre a importância da participação da comunidade. Foi explicado que o Plano Diretor é a lei do município para ordenar o território. O Plano Diretor regra tudo na cidade e nos distritos. Os trabalhos de Revisão do Plano Diretor segue as regras do Ministério das Cidades e deve ser ouvida as demandas da comunidade para juntos construirmos a cidade que queremos. A lei federal obriga a revisão do Plano Diretor a cada 10 anos. Foi explicado tudo que contempla a lei do Plano Diretor, que serve para estruturar todo setor viário, as diretrizes, como serão implantados os loteamentos, ciclovias, usos do local, construção de casas, escolas, unidades de saúde, hospitais, conexão de bairros e distritos. O Plano Diretor organiza a ocupação dos espaços. Auxilia em como pensar a infraestrutura, comércio, trabalho. No Plano Diretor está abordado as ocupações, transporte, onde se pode construir equipamentos de saúde, educação, prédios, parques e praças. Tem de haver o reconhecimento das diferentes necessidades das pessoas. A sociedade deve cumprir com a função social. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz e sua extensão era até a região do Boqueirão. Era o caminho das tropas ao longo da AV Brasil. A partir de 1920 a cidade começou a se expandir no eixo da Av. 07 de setembro. Com a chegada da linha férrea, a população passou de 5.000 para 20.000 habitantes. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor com a previsão de praças, parques, mercados, silos. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980, o segundo Plano Diretor prevê maior adensamento e verticalização da área central. Já previa alguns índices, mas apenas da área urbana, não tratava da área rural. Atualmente, no terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, com verticalização e transformação do perfil da cidade, além de regular as atividades rurais. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Todos deverão mostrar as idéias que tem para o município. Foi mostrado que o município está dividido em 5 macrozonas. Macrozona Urbana, macrozona de Produção dos Mananciais, esta que é a macrozona de produção mista, macrozona de produção agropastoril e macrozona de produção agrofamiliar. Nestas áreas não existem índices previstos. Após foi explicada as fases de elaboração do Plano Diretor. A primeira fase foi a metodologia, aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A segunda etapa é o diagnóstico, fase atual, onde será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica, de acordo com a legislação e uma leitura comunitária, visão da comunidade. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. A etapa 03 serão as oficinas propositivas e cada um participa da oficina que tem interesse. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar. A Etapa 04 é o projeto de lei e haverá uma assembléia para aprovação. Foi ressaltado a importância da participação dos delegados durante o processo. Hoje serão eleitos 02 (dois) delegados. Foi explicado como foi formado o Núcleo Gestor, 42 integrantes, sendo 21 governamental e 21 não governamental e tem o apoio do Núcleo Técnico. Houve a explicação das atribuições dos delegados, que será necessário a participação nas audiências e que para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi salientado que todos poderão votar durante o processo de Revisão do Plano Diretor que os delegados votam apenas nos

artigos da lei. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população da macrozona de produção mista, nesta oficina serão eleitos 02 (dois) delegados, que se tiver apenas 02 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 02 candidatos, sendo os 02 (dois) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina, os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até dois candidatos. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o distrito. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o distrito em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o distrito. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Educação, Não sentiu a crise tanto quanto outros municípios, Boa cidade para morar, Ciclovia/estacionamento rotativo, Bike comunitária, Gare revitalização, Feira do produtor, Farmácia móvel, Comércio, Hospital, Saúde, Universidade, Parques, Banhado, Praças, Universidade, Ciclovia, Hospitais, Reforma das EMEIS, Gare, Polo de saúde, Ensino público municipal, Agricultura, Espaços públicos. **Município: Pontos negativos:** Falta de segurança, Aeroporto não acompanha a demanda, Hospital municipal deficiente, Segurança, Mobilidade, Acesso, Trânsito, Saneamento urbano, Segurança, Segurança, Saúde, Trânsito, Aeroporto, Rodoviária, Saneamento, Falta de creches para as mães trabalharem, Quantidade de escolas municipais (falta no centro e distritos), Desativamento dos postos policiais, Rigor na fiscalização dos estacionamentos, Mais asfalto na área rural, Internet na área rural, Segurança pública, Incentivo à iniciativa privada (pequena empresa), Fiscalização muito rigorosa para agroindústrias, Excesso de sinaleiras, Poucas indústrias e muito comércio, causando desemprego, Falta de vagas nas EMEIS, Não tem turno integral, Falta de políticas públicas para os idosos, Infraestrutura precária. **Município: Idéias:** Reforçar serviços de socorro, Dar utilidade para edificações de patrimônio histórico (escolas), Calçadão em volta da praça da cuia (Moron) com centro comercial, Segurança para aquecer o comércio e possibilitar uso à noite dos espaços, Demarcação das vagas de estacionamento próximo ao hospital da cidade, Vias mais longas com retorno para fluir o trânsito, Liberação dos cruzamentos (avenida Brasil/ Boqueirão), Plano diretor voltado às macrorregiões, Regularização, Agilidade em aprovação de projetos, Retornos nas avenidas, Mais alça de quadra, Demarcação do estacionamento, Sinalização das vias. **Distrito: Pontos Positivos:** Agricultura, População pacífica, Posto médico eficiente, Sistema de água, Correio, Posto de saúde, Maior distrito com ocupação, Posto de saúde, Paisagem, Área de produção de alimentos, Água potável de qualidade com baixo custo, Atendimento dos postos médicos, Posto de saúde, Escola municipal, Poço artesiano, Correio, Coleta de lixo, Transporte público, Transporte escolar, Sede prefeitura/ correio/ associação dos moradores, Posto de saúde, Linha de ônibus. **Distrito: Pontos negativos:** Ausência de asfalto, Falta de uma creche, Deficiência de segurança, Ausência de capela mortuária, Iluminação precária, Crescimento desorganizado, ruas, As estradas em relação ao estado de conservação, a estrutura (largura), Crescimento desordenado, Iluminação pública, Vias estreitas, Pontos de ônibus sem estrutura, Escola fora do bairro, Escola dentro da faixa de domínio da rodovia, Sem área para prática de esporte, Localização da escola, Estradas estreitas, Segurança, Iluminação, Internet/ sinal de celular, Precariedade nas estradas, Estradas estreitas, Não tem escola de educação infantil, Acesso à internet de qualidade, Vagas de educação infantil, A escola na faixa de domínio, o que vai acontecer se ampliar a rodovia, Ambulatório - falta dentista, Infraestrutura do Cais precária, Falta de equipamentos públicos, Não tem segurança, Falta de incentivo à produção, Falta de placas de redução de

velocidade, Muitas casas de prostituição próximas à área residencial, Asfaltamento (falta), causa poeira, Mau sinal das linhas telefônicas, Casa mortuária (falta), Área de lazer (falta). **Distrito: Idéias:** Instalação de uma creche, Instalação de posto policial, Construção de capela mortuária, Asfalto nas ruas – principalmente nas linhas de ônibus, Alargamento das estradas/asfaltamento, Troca local escola, EMEI, Retorno transporte escolar, Incentivo à regularização, Desenvolvimento urbano, Diretrizes para serviços luz, água e esgoto definidas, Creche para as crianças, Nova escola, Novo trevo (acesso), Mais empresas, Verificar o percurso do ônibus, não passar atrás do posto do basso, Capela mortuária, Sede da sub-prefeitura na sede do Distrito, Asfalto para escoamento da produção, Construção de creches no Bom Recreio, Urbanizar área rural (próximo ao bairro Jardim América), Asfaltamento até o Distrito, Calçamento em todas as ruas do interior (ou brita), EMEI – implantar, Fracionamento lotes, GPS rural, Ampliação da internet, Sinal telefone, Academia ao ar livre, Buscar parcerias para fornecer internet, Áreas de lazer, EMEF, Criação da microrregião urbana na sede do Distrito num raio de 500m da sub-prefeitura, Permanência da zona de área mista, Instalação de redutores de velocidade e placas de sinalização, Internet no Distrito, Construção de creches, Equipamento para cursos profissionalizantes. Após a eleição foram eleitos como **Delegados Titulares**: Celso Rodrigues Dos Santos e Marisa Nordete Constante e **Delegados Suplentes**: Rui Lorenzato e Nilton H. Mendes De Menezes.

MACROZONA MISTA

NÚMERO	NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
1	CELSO RODRIGUES DOS SANTOS	30	1º
3	MARISA NORDETE CONSTANTE	17	2º
4	RUI LORENZATO	11	3º
2	NILTON H. MENDES DE MENEZES	6	4º

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 12 **REGIÃO** Rural Misto
DATA 22/03/2018 **LOCAL** Bom Recreio

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	João Britto	Bom Recreio	João Britto
2	Lourenço de Camargo	BOM RECREIO	Lourenço de Camargo
3	Bartolomeu H. Chagas	BOM. RECREIO	[illegible]
4	CEMIRO TORIZZINI	Centro	[illegible]
5	João Henrique Bogado	PMPF	[illegible]
6	Rui Lorenzatto	Sta Gema	[illegible]
7	Inácio J. Madalosso	Santa Gema	[illegible]
8	Nelson Magnabosco	Bom Recreio	[illegible]
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 12 **REGIÃO** Bairros Norte

DATA 22/03/18 **LOCAL** Bom Recreio

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
	Ledi T. da Silva		
1	Ledi Terezinha da Silva	Bom Recreio	L T S
2	Gessy Longhi Barbosa	Bom Recreio	Gessy
3	Bernadino Silva	Bom Recreio	Bernadino
4	Maria Rozeli Z Rohrig	Bom Recreio	Maria Rozeli
5	Gyovani Rohrig	Bom Recreio	Gyovani Rohrig
6	Irene de Borges	Bom Recreio	Gyovani Rohrig
7	Vlademir A. Rivera	Prefeitura	
8			
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 12 **REGIÃO** Rural M Mello
DATA 22/03/18 **LOCAL** Bom Recreio

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Leo dotal da serta	Bom recreio	Leo dota
2	Lorival Machado de Camargo	Bom Recreio	Lorival M de Camargo
3	Josrid K. Reuras	Assentamento Bom Recreio	[illegible]
4	Jocelli Mesa Casa	Bom Recreio	[illegible]
5	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6	Sabino da Rosa Fernandes	Bom Recreio	Sabino
7	ROBERTA GOSCH	SEPLAN	RGosch
8	Evor Valeria Lorenzato	Stª Gema	[illegible]
9	Daha G. Madalosso	Stª Gema	[illegible]
10	Ivanildes de Mello Magnabosco		

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 19 **REGIÃO** Rural M. Misto
DATA 22/03/18 **LOCAL** Salão Comunitário São Roque

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	ANTONIO HELIO BARBOSA	BOM RECREIO	Antonio H. L. Barbosa
2	CELSO RODRIGUES DOS SANTOS	BOM RECREIO	Celso R. dos Santos
3	MIGUEL ANTONIO DE CAMARGO	BOM RECREIO	Miguel Antonio de Camargo
4	Nívio José Constante	Idem	[illegible]
5	Nilton H. M. de Menezes	Distrito Bom Recreio	[illegible]
6	Gilson Lobleo	Bom RECREIO	Gilson
7	Tiliano Barcellos	Jeronimo Coelho	[illegible]
8	FELIPE DAL PAZ	SECRINT	[illegible]
9	Regina Guimarães	SEPLAN	[illegible]
10	Luiz G. de Gomes	São Roque	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 12 **REGIÃO** Rural mista / Bom Recreio
DATA 22/03/2018 **LOCAL** Bom Recreio

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	[illegible] / [illegible]	B Recreio	[illegible]
2	Gruice Ia Jari	Boqueirão	Gruice Jari
3	Eliete Verônica Zanfir	Seplan	[illegible]
4	Marisa N. Constante	B. Recreio	[illegible]
5	José Ademir [illegible] da Silva	Bom Recreio	[illegible]
6	[illegible]	Bom Recreio	Paula Soares Simões
7	Graziano [illegible]	Bom Recreio	Graziano [illegible]
8	Diego Ronth	Bom Recreio	[illegible]
9	Edmilso Horrel	Bom Recreio	[illegible]
10	Darci Dutra	Bom Recreio	DARCI DUTRA

ATA 13 - OFICINA 13 - MANANCIAIS

DATA: 27/03/2018 **LOCAL: IFISUL**

As dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete do mês de março de dois mil e dezoito, no Ifisul, iniciou-se a Oficina 13 da Região dos Mananciais para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. Inicialmente a Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião. Após foi apresentado a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor e iniciou a apresentação sobre o Plano Diretor. Foi explicado que o Plano Diretor é a lei do município para ordenar o território e deve ser revisado a cada 10 anos. Que tem de ser ouvida a comunidade, propor alterações, ouvir novamente a comunidade e aprovar as alterações. Deve ser criada uma legislação moderna e ver o que se quer para o futuro. O Plano Diretor organiza e estrutura o funcionamento da cidade, equipamentos, transporte. Esta lei é acompanhada por mapas e define onde se deve construir prédios, comércio, serviços. O PD direciona e organiza o crescimento da cidade, transporte e mobilidade. Foi ressaltado a importância da aplicação das regras. Sustentabilidade econômica, ambiental e preservação do patrimônio e preservação ambiental, definição do perímetro urbano. A lei prevê onde pode ser adensado. A lei atende aos anseios da comunidade e se utiliza de instrumentos legais para organizar o funcionamento da cidade e enfrentar crises econômicas. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas. A partir de 1920 a cidade começou a se expandir no eixo da Av. 07 de setembro. Com a chegada da linha férrea, a população passou de 5.000 para 20.000 habitantes. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor com a previsão de praças, parques, mercados, silos. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980, o segundo Plano Diretor prevê maior adensamento e verticalização da área central. Já previa alguns índices, mas apenas da área urbana, não tratava da área rural. Atualmente, no terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, com verticalização e transformação do perfil da cidade, além de regular as atividades rurais. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Todos deverão mostrar as idéias que tem para o município. Foi mostrado que o município está dividido em 5 macrozonas. Macrozona Urbana, macrozona de Produção dos Mananciais, esta que é a macrozona de produção mista, macrozona de produção agropastoril e macrozona de produção agrofamiliar. Nestas áreas não existem índices previstos. Foi mostrado a imagem da macrozona dos mananciais, com as nascentes, Efrica, Aeroporto. Foi explicado como serão os trabalhos de Revisão do PD. A primeira etapa foi a metodologia, como seria o processo de trabalho. Esta etapa foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A etapa 02 – Diagnóstico é para ouvir as pessoas (etapa atual). Após esta etapa de diagnóstico, o produto gerado irá para uma audiência pública para aprovação. Neste trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica e uma leitura comunitária. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. A etapa 03 serão as oficinas propositivas e cada um participa da oficina que tem interesse. A Etapa 04 é o projeto de lei e haverá uma assembléia para aprovação. Foi salientado que para um diagnóstico correto, terá de ter uma visão correta. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina. Que serão feitos grupos de 07 pessoas, que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Não tem certo ou errado, todos devem ser ouvidos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o distrito. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificada a macrozona, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o território. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Foi dada a palavra para o Secretário do Meio Ambiente, Rubens Altolfi, que agradeceu ao convite para participação. disse que esta é uma zona diferenciada pelo aspecto ambiental, é uma área importante devido as barragens de abastecimento da cidade e deverá ter um

regramento diferenciado.Após foi realizado uma breve explanação sobre o complexo berço das águas (nascentes do Arroio Miranda e Rio Passo Fundo) pela Professora Flavia Biondo. Foi dito que a Barragem da Fazenda é responsável por 60% e o Arroio Miranda 40% do abastecimento de água de Passo Fundo. Foi mostrado que existem várias construções próximas das nascentes como o Parque Wolmar Salton e Fazenda da Brigada. Que existem 04 bacias que nascem no berço da águas. Houve manifestação por parte dos produtores rurais do porque desta apresentação e qual a origem da Agenda 21 se é da prefeitura. Foi explicado que a Agenda 21 é uma organização não governamental. Que a apresentação é para ouvir a comunidade sobre o que quer para o futuro da cidade. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. Devido à característica da regional, nesta oficina não haverá eleição de delegados. **Município: Pontos Positivos:** Aumento da quantidade de espaços públicos (praças), delimitação do perímetro urbano, entrega da av. Brasil para a comunidade com a criação de espaço para ciclismo e comunidade, educação, mobilidade nas ruas secundárias, cidade jovem que estimula o comércio, infraestrutura e potencial, ruas largas, grande concentração de nascentes, potencial tecnológico, dinâmica econômica – empreendedorismo – geração empregos, agricultura/comércio/serviços, maior geração de informação técnica e pesquisa em agricultura, primeiro município que aderiu ao sistema de conservação de solo e de água, escola sustentável, centro médico de referência, área de lazer, parque da gare, destaque para saúde, bom comércio, melhoria dos parques. **Município: Pontos negativos:** Vários serviços e comércio num mesmo ambiente, presença de indígenas em áreas centrais, a BR 285 que corta a bacia de captação, saneamento básico, educação, muita multa nas lombadas = muita fiscalização e pouca organização no trânsito, falta de efetivo de guardas de segurança para orientar, trânsito ruim, cidade suja, falta de segurança, monopólio supermercados, trânsito trancado – difícil mobilidade urbana, dificuldade de acesso a saúde – número de atendimento limitado, mobilidade na avenida Brasil, falta de planejamento para os acessos a cidade – universidade, falta de iluminação na avenida Presidente Vargas, ausência de calçadas, poluição do rio Passo Fundo, exclusão dos povos nativos, trânsito, acesso da UPF, todos acessos, mobilidade, estacionamentos do centro usados pelos lojistas, limpeza dos terrenos urbanos (falta), sincronização dos semáforos, odor insuportável da estação de tratamento de esgoto, tratamento de esgoto, aeroporto pequeno, rodoviária no lugar errado, poluição sonora que algumas festas fazem na região da Efrica, esgotos despejados nas bacias hidrográficas, áreas de preservação ambiental (APPs) invadidas, leis restritivas ao desenvolvimento econômico, dinheiro público mal empregado, muito planejamento e pouca execução (falta de dinheiro), falta de fiscalização (onde não podem cobrar multa), depósito de lixo no interior, aterro sanitário. **Município: Idéias:** Túnel ou elevada na BR 285/ RS 135, Via alternativa para bairro Petrópolis, Saneamento básico 100% no bairro, Poder público não interferir na propriedade privada, Melhorar iluminação pública, Criação de escola infantil de turno integral, Limitar a área urbana nas perimetrais, Melhorar o tratamento de esgoto da cidade, Melhorar o trânsito com obras, Criar ligações alternativas para ligar os bairros, Fazer um estudo para melhoria iluminação e pavimentação, Elevada para acesso à UPF, Não criar zona de amortecimento, Ampliação aeroporto, Prefeitura subsidiar vinda de indústrias, Área de proteção ambiental em toda área da brigada, sem zona de amortecimento, Preservação do patrimônio histórico – casas antigas, Revitalização do parque Wolmar Salton, Modernizar o aeroporto e melhorar acessos, Trevo da Avenida Brasil com 285 por túnel, Trevo com viaduto para acesso BS-Bios antigo Distrito Industrial, RS 324 – trevo com viaduto na caravela, Interligar bairro Petrópolis com novos acessos para o centro, Ruas mais largas em novos loteamentos, Retirar a ferrovia da área urbana, Túneis Cel. Chicuta com avenida Brasil, Maior verticalização fora do centro, Mais segurança nos meios rural e urbano, Proteger seres vivos de egoísmo, ganância e arrogância, Ser humana, Aeroporto de passageiros e de cargas, Desocupar áreas de APP. **Macrozona: Pontos Positivos:** Marco do plantio direto – monumento 150 anos – campo nativo, Região de alta produtividade com sustentabilidade, Diversidade da flora e da fauna a partir da conservação pelo plantio direto e integração lavoura/ pecuária, Produção rural, Zona de produção rural sustentável, Divisor de águas, Inúmeras nascentes, Abastece mais de 80 mil pessoas, Região produtora, Bacia rio Passo Fundo

em ótimo estado no meio rural, Fazenda da Brigada Militar está em ótimo estado, Patrimônio histórico, Povinho velho – redução Santa Tereza, Fazenda da Brigada, Referendar macrozona, Reforçar a importância da macrozona, Berço das águas, Grande produtora de grãos e hortifrutigranjeiros, Já é cumprido o Código Florestal, Presença do aeroporto. **Macrozona: Pontos negativos:** Estradas do interior, segurança no interior, falta de estrutura do aeroporto, a barragem não tem controle de acesso de pessoas, insegurança jurídica sobre a propriedade, falta de turismo ecológico, manutenção ruim das estradas do interior, aeroporto, parque da Efrica, falta de fiscalização nos lançamentos de efluentes em geral, laboratórios, indústria, orgânicos, estação de tratamento de esgoto, não ter 100% tratado, esgoto nos mananciais do arroio Miranda, falta de manutenção das estradas, insegurança no meio rural, lixo que é recolhido no perímetro urbano e jogado nas margens das propriedades rurais, risco de urbanização, invasão de áreas particulares e públicas, acesso – dificuldade de acesso do interior para a cidade, estradas mal conservadas, limitam o escoamento da produção, fechamento da via pública com arrancadão durante a época de colheita – lado da Efrica, falta de fiscalização no arroio – lixo. **Macrozona: Idéias:** Remodelação e ocupação do parque Wolmar Salton, internet, recolhimento de lixo, proteger os produtores da zona (agricultura e pecuária), incentivo a produção agrícola, manter as áreas dos produtores rurais, melhorar a comunicação no interior, fomentar alternativas sustentáveis sem ferir o berço das águas nem prejudicar a produção, se for criado parque ecológico na fazenda da BM não haverá zona de amortecimento, manter as escolas de ensino fundamental no interior, toda ação incluindo nascentes, fazenda da brigada ...não exista zona de amortecimento, preservar a fazenda da BM sem interferir nas propriedades particulares = respeitar a lei, creches em tempo integral, segurança no meio rural, trevo regularidade de limpeza, caso criada uma reserva legal na fazenda da brigada que não haja zona de amortecimento – que não interfira nas propriedades particulares, incentivar sistema de plantio direto integrado a pecuária e a floresta com rotação de cultura, não vender fazenda da brigada, manter a fazenda da brigada, fazer um desvio na 285 pela estrada da camponesa para proteger a água que bebemos, maior diálogo com os produtores da região, se desapropriada a fazenda da brigada (preservação) não será criada zona de amortização, ampliar o aeroporto, revitalizar o parque Wolmar Salton, zona de proteção dos mananciais deve ter seus limites revistos de forma funcional, fazer acompanhamento constante na manutenção das estradas do interior, realizar projetos para a comunidade na área da efrica sem interferir nas propriedades rurais próximas, se quiserem desapropriar terra para fazer obra, pagar indenização, dando preferência para áreas não produtivas, BR 285 entre perimetral leste e saída carazinho duplicada, realizar projetos para a comunidade na fazenda da brigada sem interferir nas propriedades rurais próximas, ter fiscalização dos usuários da barragem, se tiver a criação do parque berço das águas, não ter zona de amortecimento, não mudar as regras sobre produção agrícola, circuito de turismo sustentável.

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** M. PROTEÇÃO MANANCIAIS
DATA 23/03/19 **LOCAL** IFSUL

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	[illegible]	IFSUL	
2	Luiz Paulo Formenton	Vergueiro	
3	Marcelo Colpo	Centro	
4	Rodrigo Lago	Petrópolis	
5	MARCOS ANDRETTI	P.F.	
6	[illegible]	SEMMA - RMPF	
7	Milton Rubino Lago	Centro	
8	Mauro Antonio Ritzel		
9	Leandro de A. Hörner	Centro	
10	[illegible]	Centro	

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** [illegible]
DATA [illegible] **LOCAL** [illegible]

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	[illegible] Arturs	P. DO CRUZ	[illegible]
2	EVALDO CORREIA	P. DO CRUZ	[illegible]
3	JAIR DUTRA RODRIGUES	CENTRO	[illegible]
4	[illegible]	Centro	[illegible]
5	[illegible]	Passo Cruz	[illegible]
6	[illegible]	Passo do Cruz	[illegible]
7	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8	[illegible]	São José	[illegible]
9	[illegible]	Petrópolis	[illegible]
10	EDSON ANTONIO TRENTIN	SÃO JOSE	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 REGIÃO Marau/Gentil/Mato Castelhano [illegible]
DATA 27/03/13 LOCAL IFFSUL

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	JOHARA AMANTINO	EFRICA	Amantino
2	JANINE AMANTINO	EFRICA	[signature]
3	ADEMIR [illegible]	CENTRO	[signature]
4	ENERÍ JOSE SCHÄFER	CENTRO	[signature]
5	LUIZ CARLOS F. de CARVALHO	EFRICA	[signature]
6	AMARILDO MARTINELI	PASSO DO CRUZ	[signature]
7	Claudio [illegible]	PASSO DO CRUZ	Claudio [illegible]
8	Moisés Augusto Becchi	Centro	[signature]
9	Maria Teresa [illegible]	BR 285 km 285	[signature]
10	Luiz [illegible]	São Valentim	[signature]

Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** Marcozeno Bettega Mananciais

DATA 27/03/13 **LOCAL** IFISUL

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Sérgio Celso Mattei	Centro	[illegible]
2	Celi Wabber Mattei	Centro	[illegible]
3	Sibele Fiori	CENTRO	[illegible]
4	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	[illegible]
5	[illegible]	CAPINZAL P.F.	[illegible]
6	Flávio Ricardo da Silva	Cruzeiro	[illegible]
7	Rosane Nadin Rizzo	Vergueiro	[illegible]
8	JULIO SUSIN	S. Terezinha	[illegible]
9	[illegible]	[illegible]	[illegible]
10	Elaine B. Pereira	S. José	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE É CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** Macrozona dos mananciais
DATA 27/03/2018 **LOCAL** Ifsul

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Tomasco M. Amantino	EFRICA	
2	Alessandra Pereira	Centro	
3	Gerard Vieira Lopes	Passo do Cruz	
4	Teresinha Ficagna Tronco	Passo do Cruz	Ficagna Tronco
5	GUSTAVO CARDOSO BRAU	IFSUL	
6	Maria Helena K. do N. Fragomeni	Vergueiro	
7	VICTOR HUGO CABRÃO	CENTRO	
8	Carolina B. Tessons	Annes	Carolina B. Tessons
9	PAULO FERNANDO D. CORNELIO	GESP	
10	CARLOS EDUARDO L. SILVA	SDE/PMPF	

PREFEITURA PASSO FUNDO
CUIDAR DA CIDADE E CUIDAR DAS PESSOAS

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** M PROTEÇÃO MANANCIAIS
DATA 27/03/18 **LOCAL** IFSUL

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Carla M Rodrigues	centro	[illegible]
2	Lucio Quisto	Brigada Militar	[illegible]
3	Claudio Luiz Alves	Comitê Rio Preto Fundo	[illegible]
4	Luis Sartini	Abate Castelhano	[illegible]
5	Regina Guimarães	SEPLAN	[illegible]
6	Vlademir Antonio Scalagrin	Petrópolis	[illegible]
7	Rubens Assis	Sinan	[illegible]
8	Glenda Mendes	Dom Rodolfo	Glenda Mendes
9	Hans Horner	Centro	[illegible]
10	Alice Augustin Adamy	Vila Rodrigues	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** Margem dos Marinheiros
DATA 27/03/18 **LOCAL** [illegible]

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Iomar Razoto	Fatima	[illegible]
2	Luiz Carlos Silva Junior	[illegible]	[illegible]
3	Alexandre Pedro da Rosa	[illegible]	
4	Ricardo J. Mathes	SJE	[illegible]
5	Juliano Rafin	AC	[illegible]
6	Lajos Sebescen	CENTRO	Sebescen
7	Sandro T. Colares	Divino Espírito Santo	Sandro Trindade Colares
8	Renato Paula Pacalio	[illegible]	[illegible]
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 13 **REGIÃO** M. PROTEÇÃO MANANCIAIS
DATA 27/03/18 **LOCAL** IFSUL

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Márcia S. Fauth	Centro	Márcia S. Fauth
2	Carolina Araujo	Centro	[illegible]
3	José Carlos Araujo	Centro	José Carlos
4	Leonice Franco.	S. Cristóvão	Leonice Franco.
5	Adair Franco	S. Cristóvão	[illegible]
6	Marcos Soggerato	H. Castelhano	[illegible]
7	Vivian Anese	São José	Anese
8	Marcos Felipe Franco	Cond. Vp. L. Marinho	[illegible]
9	CARLA PORTAL VASCONCELLOS	VGF - YANKES	[illegible]
10	JOÃO KURTZ AMANTINO	São José	[illegible]

ATA 14 - OFICINA 14 – Setor 06, 20, 12, 14

DATA: 04/04/2018 **LOCAL: PARÓQUIA SÃO CRISTOVÃO**

As dezenove horas e dez minutos do dia quatro do mês de abril de dois mil e dezoito, no Salão Paroquial da Paróquia São Cristóvão, iniciou-se a Oficina 14 dos Setores 06, 20, 12 e 14 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. Inicialmente o Secretário da Secretaria de Transportes e Serviços Gerais, Sr. Cristiam Thans cumprimentou o Presidente do Bairro Vila Ricci, Sr. Eloir e deu boas vindas aos moradores do bairro e agradeceu a presença de todos. Foi explicado o objetivo da reunião e como serão os trabalhos. Explicou sobre a metodologia de participação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor e a importância da participação da comunidade. Foi feito um convite pelo Secretário de Segurança, Sr. João Darci Gonçalves para participação de uma reunião que ocorrerá na terça feira, dia 10/04/2018 as 19h nesta paróquia para apresentação das mudanças que ocorrerão na Av. Presidente Vargas. Após foi realizada pela Arquiteta Chris Bilibio, apresentação de como serão realizados os trabalhos de Revisão do Plano Diretor. O Plano Diretor é cíclico e lei básica do município. Foi explicada a importância do Plano Diretor e a importância em ouvir as pessoas. O Plano Diretor define ocupações e orienta o crescimento. Busca a cidade que todos querem num período de 10 anos. O Ministério das Cidades exige que o Plano diretor seja revisto a cada 10 anos. Foi apresentado o que é Plano Diretor, que ele organiza o crescimento da cidade, seus regramentos, como serão as ruas, calçadas, ligação entre loteamentos e bairros, onde serão construídas as casas, escolas, hospitais, unidades de saúde, onde serão permitidos a construção de prédios, indústrias, ciclovias. Como será a utilização de transporte coletivo. Foi dito que o Plano Diretor foi feito para todas as pessoas, crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida. Foi demonstrada a importância do Plano Diretor para organização da cidade. Foi demonstrada as fases da revisão do Plano Diretor. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas. Foi mostrado que a parte mais antiga da cidade tem ruas mais estreitas. Na Década de 20 a cidade ficou mais estruturada em função da ferrovia. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor que previa algumas diretrizes, local para um mercado público, praças, estádio. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal. Em 1980, com o segundo Plano Diretor percebe-se mais prédios no centro, com verticalização da área central. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, o que desafoga o centro da cidade pois as pessoas já não precisam sair do seu bairro para realizar as compras. Tem verticalização mais espalhada e transformação do perfil da cidade. Os prédios tem recuos, maior distribuição do comércio. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. A primeira etapa foi a metodologia, como seria o processo de trabalho, como ocorreria as oficinas e assembléias. Esta etapa foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. Houve o comentário sobre a formação do Núcleo Técnico e Núcleo Gestor. Que o Núcleo Gestor gerencia todo o processo de revisão do Plano Diretor. A etapa 02 – Diagnóstico é para ouvir as pessoas. Após esta etapa de diagnóstico, o Núcleo Técnico irá compilar as informação e o produto gerado irá para uma audiência pública para aprovação. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. A etapa 03 serão as oficinas propositivas (11 no total) e cada um participa da oficina que tem interesse. Serão oficinas temáticas e não ocorrerão nos bairros e sim em locais espalhados pelo município e todos poderão participar. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação na Conferência da Cidade. A Etapa 04 é o projeto de lei e haverá uma assembléia para aprovação. Neste trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica realizada pelos técnicos da prefeitura e uma leitura comunitária (visão da comunidade). Foi feito um breve comentário sobre como serão realizados os trabalhos e a eleição dos delegados. Foi ressaltado a importância da participação da comunidade neste processo. A última atividade será a eleição dos delegados. O Colegiado de Delegados é formado por 165 delegados, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 Núcleo Técnico e 103 delegados eleitos. Foi explicado que foi definido em audiência pública 01 delegado para cada 2.000 habitantes e no interior serão eleitos 02 delegados por distrito. Foi explicado que pode se candidatar maiores de 16 anos que sejam moradores ou proprietário de empresas na região. Foi explicado quais bairro fazem parte desta regional. A eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Foi explicado que de acordo com a população dos setores 06, 20, 12,14, nesta oficina serão eleitos 10 (dez) delegados, que se tiver apenas 10 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 10 candidatos, sendo os 10 (dez) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Caso não sejam preenchidas todas as vagas, estas serão perdidas. Qual a documentação

de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até dez candidatos. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina e o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado o município e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhado o município que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorá-lo. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feita a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** gare, lugares de lazer, SMAM no banhado, passa tranquilidade para as pessoas, opção no ensino superior (bom), jornada literatura, pólo saúde, educação, alta população, localização geográfica, prestação de serviço, áreas verdes e parques novos, parque da gare (positivo), economia forte: áreas de medicina, agricultura e mercado imobiliário, limpeza das áreas publicas, trabalho dos agentes de saúde. **Município: Pontos negativos:** pouco saneamento básico nos bairros, muitas ruas esburacadas nos bairros, meio turno das creches, CORSAN não finaliza os serviços que inicia, falta de segurança, faixa de pedestre sem respeito e má localização (campanhas para pedestre e motorista), especulação imobiliária alta, acessibilidade (ausência), transito, falta de segurança pedestre e ciclista, falta de qualidade no passeio público, recolhimento e reciclagem do lixo domestico, segurança na rua Aspirante Jenner. **Município: Idéias:** fiscalização e regularização de cassas, políticas de ocupação para a população de baixa renda, IPTU progressivo para terrenos baldios, melhorar pavimentação das vias, qualificar o transporte coletivo, transporte coletivo integrado, ampliação das linhas e horários integrados, aproveitamento melhor do terreno, valorização maior do patrimônio histórico, artístico e paisagístico, linha expressa de ônibus, corredores de ônibus, ampliar itinerários de ônibus, sinalização bairros (nomenclatura), sinalização com nomes de bairros, padronização de placas viárias, creche integral, revitalização da área urbana do rio Passo Fundo (preservação), regularização de obras irregulares, plano diretor permitir residencial para comercial, quiosque informação (turística), totens auto atendimento, programa castração de cães de rua – junto com a UPF, aumentar a estrutura física e acessos ao aeroporto, unir as secretarias para facilitar o atendimento ao público, feira de orgânicos em algum espaço da cidade, revitalização do rio Passo Fundo, criar trevo no CD da São João, ir com ciclovia ate a caravela, fazer projeto de trevo na entrada da cidade. **Bairro: Pontos Positivos:** iluminação pública, vinda do novo shopping, variedade de comércio, postos de saúde, escolas e creches, tranquilidade de se viver bem, segurança, escolas boas, trânsito bom, bem estruturado, diversidade do comércio, bairro tem boa prestação de serviço. **Bairro: Pontos negativos:** pracinha abandonada (Ivo Ferreira), terreno prefeitura sem limpeza, terreno prefeitura deposito de pedra (Rua Dorvalino Souza), infraestrutura esgoto (Ivo Ferreira), limpeza pública (Ivo Ferreira), má iluminação Av. Presidente Vargas, ausência faixas de pedestre escola, dificuldade do pedestre em atravessar a Avenida Presidente Vargas, ocupação irregular áreas de APP, pracinhas abandonadas, passeios públicos (vermelhão), sinalização semafórica entrada Planaltina, travessa Riachuelo placas escondidas e mal posicionadas, falta do trevo na perimetral entrada CD São João, PSF – falta de profissionalismo, dificuldade de liberação de novas atividades no alvará, problemas pluviais, Av. Presidente Vargas escura, ausência de parques e áreas verdes, falta de manutenção das praças e áreas verdes do bairro. **Bairro: Idéias:** ciclovia Presidente Vargas, faixas elevadas, resgatar espaços públicos, revitalização das praças, criação de parque urbano no bairro, conscientização da população quanto à faixa de trânsito, canalização do esgoto cloacal, ruas: Coxilha, entre a rua G.R. Ricci e Oscar Feldmann, retorno lombada eletrônica centro/bairro, em frente ao Panseda (local com 02 nomes), organização melhor do transito, projetos de áreas (parques) verdes, iluminação melhor no bairro, 100% saneamento básico no bairro, duplicar a perimetral leste (prever), aumentar índice construtivo, repintura faixas de pedestres Presidente Vargas, iluminação pública da Presidente Vargas, Plano Diretor permitir residencial ser comercial, duplicação perimetral Leste, fazer trevo em frente ao CD da Farmácia São João, algumas ruas serem mão única. Houve a inscrição de apenas nove candidatos a delegado, ficando todos inscritos eleitos com a aprovação dos presentes. **Delegados Titulares**: Michael de Oliveira, Marcia Cristina Huther, Thauana Mattiello Vanz, Aloir DE Almeida Soldá, Edilete Aparecida Gonçalves Visentin, Moisés Santo Visentin, Juliana Pires Sassi, Sidoli Savi, Maria Leonara D'ávila. A reunião encerrou-se as 21:00.

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 14 **REGIÃO** SUL
DATA 04/04/2017 **LOCAL** PARÓQUIA SÃO CRISTÓVÃO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Briana Sardi Bortolan	Centro	[illegible]
2	Juliano Sossi	Rural.	Juliano
3	Maria D'Ávila	Rural	
4	Thauana M. Wanz	São Cristóvão	Thauana Wanz
5	Tonico Bortolotti	São Cristóvão	[illegible]
6	MARCOS GERHARDT	SÃO BRAS / NÚCLEO GESTOR	[illegible]
7	MICHAEL DE OLIVEIRA	SÃO CRISTÓVÃO	[illegible]
8	CRISTIAM THANS	STSG - PMPF	[illegible]
9	Daniele Nadine Rizzo	Vergueiro	[illegible]
10	MARCIA CRISTINA AUTHER	SANTA MARIA	[illegible]

Prefeitura Passo Fundo

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 14 **REGIÃO** SUL
DATA 24/04/2014 **LOCAL** PAROQUIA SÃO CRISTOVÃO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Alair Almeida Saltti	São Cristóvão	[illegible]
2	Luiz J de Jesus	São Roque	[illegible]
3	Carlos Rosto	São Cristóvão	[illegible]
4	Rubens Stein	São José	[illegible]
5	Emerson Drelon	Vila Nova	[illegible]
6	Ivone Pedro	Santa Marta	[illegible]
7	ROGER TEIXEIRA BORGES	SÃO CRISTOVÃO	[illegible]
8	JOHARA AMANTINO	CENTRO/SÃO JOSÉ	[illegible]
9	ALEMAR MARQUES	SÃO CRISTOVÃO Forum São Cristóvão	[illegible]
10	Mariane Zá Bozak	Lucas Araujo	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

CUIDADA DA CIDADE E CONSIGO DEL PESSOAL

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria do Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 14 **REGIÃO** SUL
DATA 04/04/2018 **LOCAL** PARÓQUIA SÃO CRISTOVÃO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Janine Amantino	Centro/São José	Janine Amantino
2	Marilen Colfan	Centro	Marilen Colfan
3	Zeno Amenda	Lucas Araújo	Zeno Amenda
4	Glenda Mendes	Lucas Araújo	Glenda Mendes
5	Luis Fernando Câmara	Lucas Araújo	[illegible]
6	Marli Zanotto	São Cristovão	[illegible]
7	Bruno [illegible]	São Cristovão	[illegible]
8	SIDOLI SAVI	São Cristovão	[illegible]
9	Wilson Lill	Centro	[illegible]
10	Luiz Deloza	Pilar Altino	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 14 REGIÃO SUL
DATA 04/04/18 LOCAL PARÓQUIA SÃO CRISTOVÃO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Maria Graffi Dellagi	Planaltina	Maria G. Dellagi
2	CHRIS B BILIBIO	RODRIGUES	CBB
3	Caroline C Terra	Ames	Caroline C Terra
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 15 - OFICINA 15 – Setor 7, 13, 21

DATA: 05/04/2018 **LOCAL: QUARTEL DA BRIGADA**

As dezenove horas e dez minutos do dia cinco do mês de abril de dois mil e dezoito, no Quartel da Brigada, iniciou-se a Oficina 15 dos Setores 07, 13 e 21 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião. Houve a apresentação da equipe que está trabalhando na Revisão do Plano diretor e os secretários presentes. Foi explicado que o objetivo desta reunião é ter uma visão dos moradores sobre a cidade e o bairro. Foi apresentado o que é Plano Diretor, que é um processo cíclico e a lei obriga que seja revisado a cada 10 anos. Iniciou-se em 2016 internamente. Em 2017 iniciou o processo externo. Em 2018 é a fase do diagnóstico. É um processo participativo para identificar a cidade que queremos para o futuro. O Plano Diretor dá diretrizes para os próximos 10 anos, interfere na produção da imagem e espaço urbano da cidade. É importante para atualizar a lei devido à mudanças corridas durante este período. Plano Diretor é a lei básica do município e serve para organizar o funcionamento da cidade. O Plano Diretor determina para onde a cidade deve crescer, expandir e se estruturar. É um projeto de lei para o futuro. Define seus regramentos, como serão as ruas, calçadas, ligação entre loteamentos e bairros, onde serão construídas as casas, escolas, hospitais, unidades de saúde, onde serão permitidos a construção de prédios, ciclovias. Como será a utilização de transporte público. Se haverá centros de consumo. Foi dito que o Plano Diretor foi feito para todas as pessoas, crianças, idosos, cadeirantes. Define onde se pode ter comércio, indústria, shopping center, ocupações e orienta o crescimento. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas, com estrutura praticamente rural, não existia o Plano Diretor, mas tinha o Código e Posturas que regrava o comportamento das pessoas. Foi mostrado que a parte mais antiga da cidade tem ruas mais estreitas. A partir de 1900 com a construção da ferrovia houve uma maior organização da cidade. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor que previa algumas diretrizes, era mais um projeto de cidade com desenhos de praças e equipamento públicos. Não tinham prédio altos. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, com prédios baixos na região central. Em 1980, com o segundo Plano Diretor percebe-se mais prédios no centro, com incentivo à verticalização da área central. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 houve uma mudança, prevendo a centralidade de bairros, o que desafoga o centro da cidade pois as pessoas já não precisam sair do seu bairro para realizar as compras. Tem verticalização mais espalhada e transformação do perfil da cidade. Os prédios tem recuos, maior distribuição do comércio. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Houve a estruturação dos grupos que trabalham no Plano Diretor com participação de vários setores e entidades organizadas. Foi demonstrada as etapas da revisão do Plano Diretor. A primeira etapa foi a metodologia de como seria o processo de trabalho. Esta etapa foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A etapa 02 – Diagnóstico é para ouvir as pessoas. Após esta etapa de diagnóstico, o produto gerado irá para uma audiência pública para aprovação. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. A etapa 03 serão as oficinas propositivas (temáticas) e cada um participa da oficina que tem interesse. Esta etapa irá gerar um seminário de aprovação. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar. A Etapa 04 é o projeto de lei, onde haverá a participação dos delegados. Neste trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica (aspectos legais) e uma leitura comunitária (atividade de hoje). Um diagnóstico bem feito fornece instrumentos corretos para proposições coerentes. Foi solicitado que os delegados participem do processo para ter maior conhecimento na fase de votação dos artigos da lei. Foi explicado quem pode ser delegado. Maiores de 16 anos que morem ou tenham empresa na região. Houve o questionamento sobre o fato que não ter sido realizada eleição para delegado na Macrozona dos Mananciais. Foi explicado que esta Macrozona não possui sede distrital por isso não foi previsto eleição. Foi explicado que foi definido 01 delegado para cada 2.000 habitantes. Para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Hoje serão eleitos 08 (oito) delegados. Não houve explicação de como seria a eleição devido ao baixo número de participantes na oficina, não terá candidato suficiente para realização de eleição. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Caso não sejam preenchidas todas as vagas, estas serão perdidas. Foi ressaltado a importância da participação da comunidade neste processo. Após foi explicado como serão os

trabalhos da oficina e o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi solicitado que não seja confundido aspectos negativos com manutenção da cidade ou bairro. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Preservação de áreas verdes, Vídeo monitoramento, Bike patrulha, Parques em geral, Gare, Comércio diversificado, Educação, Pólo em saúde, Cultura, Ciclovia, Cidade ventilada. **Município: Pontos negativos:** Falta de limpeza, Falta de coleta seletiva de lixo em todas as ruas, Não ter lixo recolhido subterrâneo, Falta transporte público organizado, Trevo da caravela e UPF (ruim), Problemas engenharia tráfego. **Município: Idéias:** Biblioteca gare, Castração animais de rua, Anel viário, Melhoria aeroporto, Melhoria tempos semafóricos, Lixeiras subterrâneas, Mais videomonitoramento, Terminais de ônibus, Estacionamento subterrâneo, Criação de elevadas e viadutos, Revitalização do rio Passo Fundo. **Bairro: Pontos Positivos:** Gare (Carmem), Delegacia (Carmem), Silêncio (Roselândia), Comércio diversificado, Comércio forte, Áreas verdes, Novo shopping. **Bairro: Pontos negativos:** Iluminação pública precária (Roselândia), Falta fiscalização obras/construções Roselândia, Não há respeito recuo (Roselândia), Problemas infra fluvial, ruas alagadas (Roselândia), Infra saneamento básico (Roselândia), Lixões clandestinos (Roselândia), Problemas coleta (Roselândia), Falta área de lazer (Roselândia), Proteção recursos hídricos (Lucas), Terrenos baldios/sem fechamento lixo (Lucas), Falta de rede de esgoto. **Bairro: Idéias:** Melhorar índice construtivo (Carmem), Redutor de velocidade Araucária (Roselândia), Problemas desova e abandono de animais, Melhorias acesso Roselândia, Parque urbano Planaltina, Melhorar placas/sinalização (Roselândia), Estruturação de todo trecho Scarpellini Ghezzi, Transformar região de zona residencial para comercial na São Cristovão, Revitalização riacho próximo ao asilo, Criação de um espaço público arborizado, Ciclovia, Rede de esgoto, Videomonitoramento. Não foram preenchidas todas a vagas previstas para delegados, sobraram 03 (três) vagas. Foram eleitos como Delegados: Cristiano Roger Teixeira Borges, Leandro Canal Bonfante, Eliane Panisson, Ricardo José Mattos, Eunice Kurek Gehlen. A reunião encerrou-se as 21:10.

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 15 **REGIÃO** SUL
DATA 05/04/19 **LOCAL** QUARTEL DO EXÉRCITO

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	NELSON FEVA	SANTA MARIA	
2	ROGÉR TEIXEIRA BORGES	SÃO CRISTÓVÃO	
3	ROBERTO ARNDT	CENTRO	
4	LEANDRO C BONFA-TE	LUCAS ARAUJO	
5	EUNICE K GOEHLER	ROSELÂNDIA	
6	CAROLINE C. TIAIVS	ANNES	
7			
8			
9			
10			

Prefeitura de Passo Fundo

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 15 REGIÃO SUL
DATA 05/04/18 LOCAL QUARTEL DA BRIGADA

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	José Carlos Arnaldo	Bosque Lucas Araújo	[illegible]
2	Ervi Terezinha Paulus Fenda	Bairro Sta Maria	[illegible]
3	CHRIS B. BILIBIO	RODRIGUES	[illegible]
4	ELIANE PANISSON	VILA CARMEN	[illegible]
5	Marina Nadim Rippa	Vergueiro	[illegible]
6	Ricardo José Mello	SDE	[illegible]
7	CLAIRTON R. MACHADO	VILA CARMEM	[illegible]
8			
9			
10			

ATA 16 - OFICINA 16 - M. AGROFAMILIAR

DATA: 10/04/2018 **LOCAL: SALÃO COMUNITÁRIO SÃO ROQUE**

As dezenove horas e quinze minutos do dia dez do mês de abril de dois mil e dezoito, no salão Comunitário do Distrito de São Roque, iniciou-se a Oficina 16 da Região M. Agrofamiliar para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. Inicialmente o Secretário do Interior, Sr. Antonio Bortolotti, deu boas vindas, agradeceu a presença e o prestígio de todos na reunião e fez um breve relato geral sobre a eleição dos delegados e dos trabalhos. Após a Arquiteta Sibele apresentou a equipe que está participando dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, agradeceu a presença de todos, fez um breve relato sobre a apresentação, os trabalhos e a eleição dos Delegados e iniciou a apresentação sobre o Plano Diretor. Foi explicado que o Plano Diretor é a lei do município que estabelece o ordenamento da cidade. O Plano Diretor é um projeto de como se quer a cidade. Foi explicado tudo que contempla a lei do Plano Diretor, que serve para estruturar todo setor viário, as diretrizes, como serão implantados os loteamentos, ciclovias, usos do local, construção de casas, escolas, unidades de saúde, hospitais, conexão de bairros e distritos, áreas verdes. O Plano Diretor organiza a ocupação dos espaços. Auxilia em como pensar a infraestrutura, comércio, trabalho, indústria. No Plano Diretor está abordado as ocupações, transporte, onde se pode construir equipamentos de saúde, educação, prédios, parques e praças. Todo ordenamento territorial está estabelecido no Plano Diretor. A legislação é para orientar as pessoas se considerando as diferentes necessidade de cada um. A cidade não pode fazer distinção entre as pessoas e sim atender a todas. Tem de haver o reconhecimento das diferentes necessidades das pessoas. A sociedade deve cumprir com a função social. A lei federal estabelece que o Plano Diretor seja revisto a cada 10 anos. O Plano atual foi aprovado em 2006 e agora está em processo de revisão. O Objetivo é identificar qual cidade que a população quer. O Processo é participativo e é importante ouvir a comunidade para um diagnóstico correto. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Foi mostrada a configuração de Passo Fundo em 1853. Que iniciou perto da igreja matriz e sua extensão era até a região do Boqueirão. Era o caminho das tropas ao longo da AV Brasil, por isso esta avenida era mais larga. A partir de 1920 a cidade começou a se expandir no eixo da Av. 07 de setembro. Com a chegada da linha férrea, a população passou de 5.000 para 20.000 habitantes. Em 1950 foi criado o primeiro Plano Diretor. Este Plano Diretor não tratava da área rural, apenas a área urbana. Tinha a previsão de construção de praças, parques, mercados. Já tinha os canteiros da AV. Brasil e não tinham prédios no centro. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, não muito densa e com poucos prédios na Av. Brasil. Em 1980, o segundo Plano Diretor (1984) prevê maior adensamento e verticalização da área central. Já previa alguns índices, mas apenas da área urbana, também não tratava da área rural. Atualmente, no terceiro Plano Diretor de 2006, trabalhou além da área urbana, também a área rural. Está previsto a centralidade de bairros, com verticalização e transformação do perfil da cidade, além de regular as atividades rurais. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. Todos deverão mostrar as idéias que tem para o município. Foi mostrado que o município está dividido em 5 macrozonas. Macrozona Urbana, Macrozona de Produção dos Mananciais, esta que é a Macrozona de produção agropastoril, Macrozona de produção mista e Macrozona de produção agrofamiliar. Após foi explicada as fases de elaboração do Plano Diretor. A primeira fase foi a metodologia, aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A segunda etapa é o diagnóstico, fase atual, onde será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica, de acordo com a legislação e uma leitura comunitária, visão da comunidade. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. O diagnóstico será aprovado em audiência pública. A etapa 03 serão as oficinas propositivas e cada um participa da oficina que tem interesse. Na aprovação do texto da lei é que será necessário a participação dos delegados, que votarão os artigos da Lei do Plano Diretor para aprovação. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar. A Etapa 04 é o projeto de lei e haverá uma assembléia para aprovação. Foi ressaltado a importância da participação dos

delegados durante o processo para saber do andamento de todo o processo na hora de votar. Houve a explicação das atribuições dos delegados. Os delegados terão a função de analisar todo o processo e propor alterações no projeto de lei. O delegado tem direito a voz e voto. Foi explicado a composição do colegiado de delegados, que está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi explicado como foi formado o Núcleo Gestor, 42 integrantes, sendo 21 governamental e 21 não governamental e tem o apoio do Núcleo Técnico. Hoje serão eleitos 06 (seis) delegados, são 02 (dois) delegados por distrito, 02 (dois) delegados de capinzal, 02 (dois) delegados de São Roque e 02 (dois) delegados da Sede Independência. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Que se tiver apenas 02 candidatos por Distrito, não terá eleição. No caso de ter mais de 02 candidatos, sendo os 02 (dois) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Que podem se candidatar maiores de 16 anos que morem ou tenham empresa na região. Qual a documentação de comprovação deverá ser encaminhada à SEPLAN (RG, CPF e comprovante de residência) e que os documentos deverão ser encaminhados até dia 30/04/2018. Foi explicado que os membros titulares do Núcleo Gestor são Delegados natos, o suplente poderá se candidatar a Delegado. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina, os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até seis candidatos, sendo dois de cada distrito. Quem for candidato deverá ficar até o final da oficina. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o distrito. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o distrito em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o distrito. Foi informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após a atividade será feito a apresentação dos candidatos a delegado e realizada a votação. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias. Após foi montado um painel com todas as informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Ciclovia, Feira do Produtor, Recuperação do lado da Gare, Escolas Organizadas, Esforço em conservar o patrimônio histórico, Sistema de Coleta de Lixo, Educação, Saúde, Prestação Serviço, Comércio, Atratividade de Investimentos, Ciclovias, Espaços Públicos, Agricultura, Agropecuária, Produção, Agroindústrias (Feira do Produtor), Olaria. **Município: Pontos negativos:** Trânsito muito concentrado, Buracos nas ruas, Problemas com lixo (pessoas da cidade trazem lixo para as estradas no interior. Trazem também animais mortos), Rio Passo Fundo poluído, Trânsito muito concentrado, Problemas no estacionamento rotativo, Falta de fiscalização no trânsito, Acesso à Cidade (condição dos trevos precária), Acessibilidades dos cadeirantes nos bairros, Iluminação das Praças, Vandalismo nas Praças, Aeroporto, Segurança, Sinalização, Coleta de Lixo, Saneamento Básico, Saúde, Transporte Públicos, Fluxo do Trânsito péssimo. **Município: Idéias:** Limpeza do Rio Passo Fundo, Mais alternativas para o trânsito, Scarpelini Guezzi conectar com a malha principal da cidade, Soluções em infraestrutura para o trânsito, Monitoramento de câmeras para a segurança. **Distrito: Pontos Positivos: São Braz:** Muita mata nativa, Muitas nascentes, Agricultura agrofamiliar, Lugar tranquilo, Corredor ecológico, 2 comunidades religiosas (São Braz e Vila Colussi) com festas anuais tradicionais, Local onde tem bastante pessoas andando de bicicleta, correndo, Local bonito, com natureza e seguro. **São Roque:** Atendimento médico, Farmácia móvel, Agroindústrias, Estradas, Produção de Hortaliças, Transporte escolar, Produção agrícola, Agroindústria, Educação, Estrutura comunitária, Distribuição água potável, Coleta Lixo. **Sede Independência:** Transporte escolar. **Santo Antônio do Capinzal:** Produção agrícola, Agroindústria, Educação, Transporte escolar, Estrutura comunitária, Distribuição água potável, Coleta Lixo. **Distrito: Pontos negativos: São Braz:** Mobilidade da comunidade com a cidade (não tem transporte), Dificuldade de acesso à internet e telefonia, Falta coleta de lixo pelo serviço público, Falta de segurança, Falta transporte escolar para crianças de educação infatil (pré-escola), Muita poeira nas estradas, Muito trânsito de caminhões nas estradas, Manutenção das estradas vicinais

(Vila Colussi). **São Roque:** Manutenção de estradas, Segurança, Sinal telefônico e de internet (pressão do poder público para que melhore), Ambulatório médico próprio (PSF), Falta de escolas de educação infantil, Falta de médicos (principalmente ginecologistas e pediatras), Venda de produtos da agroindústria somente através de cooperativa, Pontes obsoletas para os equipamentos modernos, Podas das árvores nas margens das vias, Vias estreitas, Segurança, Sinalização, Asfalto. **Santo Antônio do Capinzal:** Telefonia, Internet, Pontes obsoletas para os equipamentos modernos, Podas das árvores nas margens das vias, Vias estreitas. **Sede Independência:** Segurança, Sinalização, Alargamento das estradas, Rede de telefonia e internet, EMEI. **Distrito: Idéias: São Braz:** Tombamento da Capela São João, Potencial de Ecoturismo, Sinalização para ciclistas e pessoas que fazem exercícios físicos, Sinalização Viária, Disponibilidade de ônibus para mobilidade (linha regular), Coleta Semanal de Lixo, Melhoria na Segurança, Legislação sobre uso do solo (exclusivo para agricultura), Atendimento médico na comunidade (médicos de família), Proteção de nascentes para o uso de alto impacto, Acesso à internet e telefonia de qualidade (antenas), Fomentar reservatórios para a irrigação. **São Roque:** Construção de EMEI, Construção de Ambulatório Médico, Construção de abatedouro p/ peixe comunitário, Academia ao ar livre, Câmeras de monitoramento, Asfalto, Torre de Telefonia, Sub-Prefeitura, Ambulatório, Coleta de lixo com maior frequência em todo o distrito, Containers de lixo, Assistência técnica (agricultura familiar), Aumento de cotas EMATER, Iluminação Pública, Alargamento das principais vias, Redutor de velocidade me frente as escolas, Sinalização das vias e indicação das comunidades, Denominar as vias, Legalizar os açudes antigos. **Sede Independência:** Academia ao ar livre, Câmeras de monitoramento, Asfalto, Torre de Telefonia, Sub-Prefeitura, Ambulatório, Escola Educação Infantil, Coleta de lixo com maior freqüência em todo o distrito, Containers de lixo, Assistência técnica (agricultura familiar), Aumento de cotas EMATER, Iluminação Pública. **Santo Antônio do Capinzal:** Alargamento das principais vias, Redutor de velocidade me frente as escolas, Sinalização das vias e indicação das comunidades, Denominar as vias, Legalizar os açudes antigos. Houve eleição apenas para os candidatos do Distrito de São Roque. Para os demais distritos não foram preenchidas todas a vagas previstas para delegados, sobraram 02 (duas), sendo 01 (uma) vaga de Santo Antonio do Capinzal e 01 (uma) vaga da Sede Independência. Ficaram como **Delegados Titulares**: Jair Nazari, Deonildo L. Biffi, Airton Ferreira dos Santos, Alcides Cenci. O distrito de São Roque elegeu 01 (um) **Delegado Suplente**: Mercio Tarcizo Michel. A reunião encerrou-se as 21h45min.

SÃO ROQUE			
NÚMERO	**NOME**	**VOTOS**	**CLASSIFICAÇÃO**
2	**JAIR NAZARI**	32	**1º**
1	**DEONILDO L. BIFFI**	17	**2º**
3	MERCIO TARCIZO MICHEL	16	3º

SANTO ANTÔNIO DO CAPINZAL		
NÚMERO	**NOME**	
1	**AIRTON FERREIRA DOS SANTOS**	**Eleito por aclamação - SOBROU 01 VAGA**

SEDE INDEPENDÊNCIA		
NÚMERO	**NOME**	
1	**ALCIDES CENCI**	**Eleito por aclamação - SOBROU 01 VAGA**

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 **REGIÃO** MACROZONA AGROFAMILIAR
DATA [illegible] **LOCAL** COMUNIDADE SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
	DE		
1	[illegible]	Vila [illegible]	[illegible]
2	[illegible]	São Brás	[illegible]
3	SEBASTIÃO OLIVEIRA CAVALHEIRO	SÃO ROQUE	[illegible]
4	[illegible]	São José	[illegible]
5	[illegible]	São José.	[illegible]
6	CHRIS B. BILIBIO	VILA RODRIGUES	[illegible]
7	ZECA AZEVEDA	[illegible]	[illegible]
8	SIBELE FIORI	CENTRO	[illegible]
9	[illegible]	São Roque	[illegible]
10	[illegible]	São Roque	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 **REGIÃO** MACROZONA AGROFAMILIAR
DATA 10/04/2018 **LOCAL** COMUNIDADE SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Marcio Tarcizo Michel	São José	[illegible]
2	FABIO M. PIANA	SICREDI - S. CRISTOVÃO	[illegible]
3	[illegible] Fanto	São Roque	[illegible]
4	Alcides [illegible]	Sede Independência	AC
5	GILSO MANFREI	SÃO ROQUE	[illegible]
6	[illegible]	São	[illegible]
7	MARCOS GERHARDT	SÃO BRAS	[illegible]
8	Luiz S. de Gozos	São Roque	[illegible]
9	[illegible]	São Roque	[illegible]
10	Marlene Biffi	Vila Colussi	Marlene

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 **REGIÃO** MACROZONA AGRO FAMILIAR
DATA 10/04/2018 **LOCAL** COMUNIDADE SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	[illegible] Bandeira / CURANTCA	NOSSA SENHORA DA SAÚDE	[illegible]
2	João Henrique [illegible]	Petrópolis	[illegible]
3	Ailton Ferreira dos Santos	Santo Antônio da Lagoa	[illegible]
4	Alyo [illegible]	Vila Rosa	[illegible]
5	JAIME NAZAR.	S. Roque	[illegible]
6	Marcos [illegible]	S. Roque.	
7	Vanila Zanatta		
8	Keli Lucia Brunetto	São Roque	Keli L. Brunetto
9	Edivaldo Sogo	São Roque	Edivaldo Sogo
10	Celeste Veronica Zanatta		[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 REGIÃO M. PRODUÇÃO AGROFAMILIAR
DATA 10/04/18 LOCAL S. COMUNITARIO - SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Ivo Bonfante	São Bras / Linha Cabrini	Ivo
2	Miriam Bonfante	São Bras / Linha Cabrini	Miriam
3	LEANDRO TRIZZINI	Centro	
4	Eduardo Anstrutte	Ana Sara Saúde	
5	[illegible]	São Bras	[illegible]
6	Joaquim dos Santos	São Bras	[illegible]
7			
8			
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 **REGIÃO** M. PRODUÇÃO AGROFAMILIAR
DATA 10/04/18 **LOCAL** SALÃO COMUNITÁRIO - SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Paulo de Godoi	São Brás	[signature]
2	[illegible] de Godoi	São Brás	[signature]
3	Tranquilo Lazari	São Braz	[signature]
4	Alberto [illegible]	Sueco	[signature]
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 REGIÃO M. PRODUÇÃO AGROFAMILIAR
DATA 16/04/18 LOCAL S. COMUNITÁRIO SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Sandra M. g. Rosso	Vila Rosso	
2	Mario Rosso	Vila Rosso	MR
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 16 **REGIÃO** M. PROMISSÃO AGROFAMILIAR
DATA 20/04/18 **LOCAL** SALÃO COMUNITÁRIO - SÃO ROQUE

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1		S. Roque	
2		S. Roque	
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

ATA 17 - OFICINA 17 – Setor 8

DATA: 12/04/2018 **LOCAL: ESCOLA JARDIM AMÉRICA**

As dezenove horas e dez minutos do dia doze do mês de abril de dois mil e dezoito, na ESCOLA JARDIM AMÉRICA, iniciou-se a Oficina 17 do Setor 08 para a Revisão do Plano Diretor. Presentes os participantes, conforme lista de presença, parte integrante da presente ata. A Presidente, Sra. Ana Paula Wickert, deu boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião. Foi dito que esta oficina está sendo realizada pela segunda vez em virtude da oficina realizada no dia 07/03/2018 na Escola Maria Dolores não ter participação da comunidade e ser declarada deserta. Foi apresentado o que é Plano Diretor, seus regramentos, como serão as ruas, calçadas, ligação entre loteamentos e bairros, onde serão construídas as casas, escolas, hospitais, unidades de saúde, onde serão permitidos a construção de prédios, ciclovias. Como será a utilização de transporte coletivo. Foi dito que o Plano Diretor foi feito para todas as pessoas, crianças, idosos, cadeirantes. O Plano Diretor é a lei básica do município. Foi comentado sobre a importância do Plano Diretor e a importância em se ouvir as pessoas para sua elaboração. O Plano Diretor define ocupações e orienta o crescimento. Após foi apresentado um breve histórico do Município. Que Passo Fundo nasceu em 1853 perto da igreja matriz, era o caminho das tropas. Foi mostrado que a parte mais antiga da cidade tem ruas mais estreitas. Que os trilhos passavam na Av. sete de setembro, ao lado do Zaffari. A cidade terminava no Parque da Gare. Em 1920 a cidade cresceu em virtude da ferrovia. Em 1950 Houve uma obrigatoriedade pelo Governo Federal das cidades elaborarem seu Plano Diretor. O primeiro Plano Diretor previa algumas diretrizes, local para um mercado público e moinho. A cidade ainda era composta só de casas. Em 1970 a cidade ainda era bastante horizontal, mas já possuía prédios e hospitais. Houve maior movimento da economia com a vinda da Universidade e aumento da população. Em 1980, com o segundo Plano Diretor percebe-se mais prédios no centro, com verticalização da área central para aproveitamento da infraestrutura. Foi pensado que o ideal eram os prédios no centro. Atualmente, com o terceiro Plano Diretor de 2006 está previsto a centralidade de bairros, o que desafoga o centro da cidade pois as pessoas já não precisam sair do seu bairro para realizar as compras. Tem verticalização mais espalhada e transformação do perfil da cidade. Os prédios tem recuos e previsão de construção de prédios nos bairros com maior distribuição do comércio. Agora os trabalhos do quarto Plano Diretor está sendo construído com a participação popular. A primeira etapa foi a metodologia de como seria o processo de trabalho. Esta etapa foi aprovada na assembléia do dia 02/02/2018 na Câmara de Vereadores. A etapa 02 – Diagnóstico é para ouvir as pessoas. Após esta etapa de diagnóstico, o produto gerado irá para uma audiência pública para aprovação. A etapa 03 serão as oficinas propositivas e cada um participa da oficina que tem interesse. Após as oficinas propositivas será realizado um novo seminário e audiência para aprovação. Em 2019 ocorre a Etapa 04, que é o projeto de lei. Nas outras audiências que ocorrerão, todos os presentes poderão votar, mas nesta etapa, apenas os delegados poderão votar os artigos da lei do Plano Diretor para aprovação e haverá uma Conferência de aprovação. Foi explicado a função dos delegados, como será a eleição e quem pode participar. Maiores de 16 anos moradores ou proprietários de empresas na região. Foi explicado a documentação necessária e que esta documentação deverá ser encaminhada para Secretaria de Planejamento até dia 30/04/2018. Foi explicado na audiência do dia 02/02/2018 foi definido 01 delegado para cada 2.000 habitantes. Hoje serão eleitos 03 (três) delegados. Para o processo de revisão está previsto 165 delegados ao todo, sendo 42 do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 103 delegados da sociedade, eleitos durante a realização das oficinas. Foi explicado que a eleição será por voto secreto dentre os delegados inscritos. Que as inscrições deverão ser feitas até o final das oficinas. Será projetado o nome de cada candidato com seu número respectivo, após a oficina os candidatos se apresentarão e será realizada a votação. Cada pessoa deverá votar em até três candidatos. Foi explicado que de acordo com a população do setor 08, nesta oficina serão eleitos 03 (três) delegados, que se tiver apenas 03 candidatos não terá eleição. No caso de ter mais de 03 candidatos, sendo os 03 (três) primeiros eleitos os titulares e os demais serão os suplentes. Caso não sejam preenchidas todas as vagas, estão serão perdidas. Neste trabalho de diagnóstico será feito um retrato atual do município com uma visão conjunta, através de uma leitura técnica e uma leitura comunitária. Neste diagnóstico será visto o que a população anseia. Foi ressaltado a importância da participação da comunidade neste processo. Após foi explicado como serão os trabalhos da oficina e o método de trabalho. Que terão os facilitadores para auxiliar nos trabalhos. Serão distribuídas cartelas de cores diferentes: Rosa aspectos positivos, verde aspectos negativos e azuis idéias. Será trabalhado a cidade e o bairro. Primeiro deverá ser trabalhada a cidade que queremos destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar a cidade. Depois deverá ser verificado o bairro em que moram, também destacando o que é bom, o que é ruim e as idéias para melhorar o bairro. Foi pedido para não confundir aspectos negativos com manutenção. Foi

informado que cada atividade terá 15 minutos para discussão e detalhamento. Os facilitadores irão colar as cartelas no painel e ler as contribuições. Após os presentes iniciaram as atividades de levantamento de informações e idéias e montado um painel com todas informações coletadas. **Município: Pontos Positivos:** Espaços públicos, Gare/Banhado da Vergueiro, Acesso aos bairros, Linhas de ônibus, Lazer (opções – centro), Artes/Teatro, Academia ao ar livre (centro), Ciclovia, Segurança (centro), Limpeza terrenos/ passeio público (centro), Parque Sétimo Céu, Revitalização das praças. **Município: Pontos negativos:** Poucas empresas para geração de empregos, Falta de diversidades de empresas de transporte público, Segurança, Poucos pontos de ônibus, Saúde (Insuficiência), Segurança (Bairros), Frequência do transporte público (horários), Calçadas, Limpeza de calçadas e terrenos nos bairros (pouca gente), Falta de iluminação, Problema de acessibilidade na cidade, calçadas malfeitas, Falta de postos policiais, Trânsito (veículos e ônibus). **Município: Idéias:** Fiscalização para limpeza dos terrenos, Maior flexibilidade para empresas (menos burocracia), Corredor de ônibus, Aumentar empresas, Modernização rodoviária e aeroporto, Hospital Beneficente Dr. César Santos – melhorias, Terrenos sem passeio público gerar multas aos proprietários, Fazer mais faixas elevadas para ajudar na travessia da população, Transporte público com ar-condicionado, Micro-ônibus, Passagem integrada. **Bairro: Pontos Positivos:** Escola de futebol, Associação de karatê, Transporte público, PSF com bom atendimento, Escola de ensino fundamental, Projeto do BID que deu calçadas para residências, Pavimentação (algumas ruas), Esgotamento sanitário (alguns lugares). **Bairro: Pontos negativos:** Faltam creches, Funcionamento precário (estrutura) da creche, Falta limpeza nos terrenos baldios (mato/lixo), Deslocamento bairro/centro (Sta. Marta), Educação Infantil ruim, Sinalização de trânsito, Iluminação pública, Passeios não acessíveis, Falta de acessibilidade (calçadas obstruídas), Falta de maternal, Segurança pública, Transporte escolar falho, PSF sem médicos (às vezes), Segurança, Falta de médicos nos postos, Ausência de área de lazer, Falta de escola infantil, EMEI precária, Qualidade da água (CORSAN), Esgoto sem tratamento nos bueiros, Desnível inadequado das bocas de lobo, Asfaltar a rua Irmã Maria Gregória e Padre Luiz Serraglio, Terrenos baldios – invasões, Infraestrutura comercial do bairro precária, Falta de médicos, Falta de dentistas, Falta espaço públicos, Falta academia ao ar-livre. **Bairro: Idéias:** Ciclovia até o Seminário, Área verde com espaço p/ caminhada e corrida, Academia ao ar livre, Capela mortuária, Sistemas de mutirão nos hospitais e postos, Convênio Universidade com prefeitura para dentistas, Passagem elevada para acesso na Sta. Marta (Carros), EMEI nova (que atenda as necessidades do bairro), Praças arborizadas com equipamentos urbanos, Saneamento básico, Asfaltar vias de trânsito, Ampliação da creche existente, Mais funcionários nos ambulatórios (dentistas), Colocar ar-condicionado na EMEI, Necessidade de mais comércio, Calçada na frente do Seminário e iluminação, Monitoramento no bairro, Fechamento da quadra da escola Jardim América, Regularizar o horário do transporte escolar (segurança), Paradas do bairro padronizadas com o resto da cidade (com bancos), Projeto de sinalização do bairro, Área de lazer. Após foi realizada a eleição dos delegados. Foram eleitos como **Delegados Titulares**: Ana Lucia Pereira, com 21 votos, Odete Miranda Ortiz, com 19 votos e Raquel Chaves Rubio Ferrão, com 19 votos. Foi eleito como **Delegado Suplente**: Orlando Ramos Lima com 10 votos. A reunião encerrou-se as 20:30.

NÚMERO	NOME	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
2	ANA LUCIA PEREIRA	21	**1º**
3	ODETE MIRANDA ORTIZ	19	**2º**
1	RAQUEL CHAVES RUBIO FERRÃO	19	**3º**
4	ORLANDO RAMOS LIMA	10	4º

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 17 **REGIÃO** Oeste Setor 08
DATA 12/04/18 **LOCAL** Escola Municipal Jardim América

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Marilda Colffan	Centro	Marilda Colffan
2	Elizete do [illegible]	Jardim América	[illegible]
3	Ronnie Bruniack		
4	Nilson V. Moreira		
5	Magda Kalil	Centro	Magda Kalil
6	Olivia A. Romero	Lucas	[illegible]
7	Noreal Ariotti	Centro	[illegible]
8	Cristiane Simoni Machado	Jardim America	Cristiane
9	Luciane de Aquino Martins	Jardim América	Luciane
10	Alane Roberta Sturmer	Jardim América	Alane R. Sturmer

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria do Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 17 **REGIÃO** Oeste Setor 02
DATA 12/04/19 **LOCAL** Escola Municipal Jardim América

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	Ana Lucia Pereira	Jardim América	Ana Lucia Pereira
2	Rafaela de Oliveira	Jardim America	Rafaela de Oliveira
3	Eliane Guimarães Correia	Jardim America	Eliane Guimarães
4	Elaine S Carvalho	Jardim América	[illegible]
5	Eloisa Santos	Jardim América	[illegible]
6	Marcelo dos Santos	Jardim America	[illegible]
7	Maria Rubio	Jardim America	[illegible]
8	Raquel Rubio	Jardim America	[illegible]
9	Maria Izabel S. Santos	Jardim America	[illegible]
10	Odete Miranda Ortiz		

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

OFICINA AVALIATIVA TERRITORIAL 17 **REGIÃO** Centro Setor 08
DATA 12/04/11 **LOCAL** Escola Municipal Jardim América

	NOME	BAIRRO	ASSINATURA
1	[illegible]	J. A	
2	[illegible]	J. A	
3	Ana Paula [illegible]	J. R	
4	Leandro [illegible]	J. R	
5	[illegible]	J. R	
6	[illegible] R. Lima	J. A	
7	Leoni Schirmer de Souza	J. A	[illegible]
8	[illegible]	J. [illegible]	
9			
10			

ATA 18

Audiência Pública de Aprovação do Diagnóstico - Etapa 02 - Revisão do Plano Diretor

DATA: 15/01/2019 LOCAL: AUDITÓRIO UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL - UFFS

As dezoito horas e trinta minutos do dia quinze do mês de janeiro de dois mil e dezenove, no Auditório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS de Passo Fundo, iniciou-se a Audiência Pública de Aprovação do Diagnóstico - Etapa 02 de Revisão do Plano Diretor. Presentes 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas, conforme lista de presença, que faz parte integrante da presente ata, sendo que alguns representantes do Movimento Nacional da Luta pela Moradia se negaram a assinar a lista de presença. O protocolo iniciou com as boas vindas aos presentes pela Secretária de Planejamento, Sra. Ana Paula Wickert, que informou que o material foi disponibilizado no site da prefeitura no dia 07/12/2018 e enviado o link de acesso aos membros do Núcleo Gestor e Delegados eleitos. A convocação foi feita através do Edital número 75/2018, publicado no dia 22/12/2018. Após foi feita a apresentação da equipe que está trabalhando na Revisão do Plano Diretor. Na sequencia a secretária fez a leitura do Regimento Interno da Audiência para conhecimento de todos. Ao final o Sr. Júlio César Gonçalves do Movimento Nacional da Luta pela Moradia em Passo Fundo, pediu palavra de ordem, o qual foi informado pela secretária da importância do respeito ao rito da audiência, que a palavra estaria aberta após a apresentação do produto e aprovação das colaborações. A secretária passou a palavra ao Núcleo Técnico para a apresentação do Diagnóstico. Após iniciada a apresentação, os representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia entenderam que não iriam acompanhar os trabalhos e se retiraram com gritos de protesto. Durante cerca de 10 (dez) minutos, os trabalhos ficaram suspensos e após os manifestantes terem se retirado prosseguiu-se a apresentação. A primeira parte foi apresentada pela Arquiteta Chris. Inicialmente foi apresentado o fluxograma para mostrar a etapa atual da revisão. Na etapa de Diagnóstico está prevista uma leitura técnica e uma leitura comunitária. As etapas dos diagnóstico são divididas em sumário e três capítulos: Capítulo 01 - conhecendo o território, Capítulo 02 - Leitura técnica, avaliação temática integrada e Capítulo 03 - Leitura comunitária, além do caderno de mapas. Os Eixos Temáticos são: Desenvolvimento econômico e inovação; Meio ambiente e ocupação do território; Mobilidade sustentável; Espaços públicos e equipamentos sociais; Gestão, participação e controle social. Após foi apresentado O Capítulo 01. Foi feito um breve histórico do território e a sua importância. Os primeiros moradores em 1827 e a construção do ramal ferroviário no entorno da estação férrea (1898). A Localização: ao norte do Rio Grande do Sul, a 287 km de distância de Porto Alegre. Área: 783,421 Km², Densidade demográfica: 235,92 hab./Km². População: A Zona Urbana ocupa 11,02% da área municipal (86,31 Km²) e concentra 97,14% da população; A área do antigo 1° distrito, se encontra fora da jurisdição territorial, sendo assim, entra no computo da população urbana, possuindo 816 habitantes. A localização estratégica, os fatores que influenciaram no crescimento populacional: Êxodo rural; Ciclo emancipatório inverte na década de 1960; Urbano X Rural. Foi mostrado também a modificação da pirâmide por faixa etária de 2000 a 2010, onde é visível a diminuição da faixa etária infantil. Crianças até 9 anos: Idosos com mais de 65 anos: Redução de 5.368 Aumento de 4.383. Em 2000 haviam 23 idosos a cada 100 crianças; Em 2010 haviam 37 idosos a cada 100 crianças. A taxa de crescimento populacional vem diminuindo ao longo deste período. Foi mostrado a diferença de crescimento em cenários diferentes e qual cenário foi adotado. A estimativa populacional para Passo Fundo em 2018 é de 201.767. No Capítulo 02 foram mostrados, pelo arquiteto Paulo Severo, os ciclos de desenvolvimento de Passo Fundo. Primeiro ciclo erva mate, segundo ciclo gado e erva mate, terceiro ciclo madeira e quarto ciclo modernização da agricultura (1940) com introdução do trigo nos anos 1950 e soja nos anos 1960. Foi falado sobre a análise regional da polaridade de Passo Fundo - 1953 (população X renda) entre Passo Fundo, Erechim e Lagoa Vermelha. As Regiões de Articulação Urbana de Passo Fundo-2018. A cidade de Passo Fundo é classificada como uma Capital Regional B, caracterizando-se pela capacidade de polarizar uma grande quantidade de municípios no atendimento a bens e serviços de alta complexidade, concentrar atividades de gestão e articular, na escala regional, órgãos públicos e empresas privadas. O processo de crescimento industrial - Década de 1960. A industrialização desenvolveu-se mais intensivamente a partir da década de 1960, tendo como principal ramo o da mecânica, seguindo-se a indústria de produtos alimentares e bebidas. Foi comentado sobre os Geradores do Crescimento Industrial - Modernização da Lavoura, resultando na implantação e/ou ampliação de indústrias mecânicas, face as solicitações do mercado; Criação de Aves e Gado, ocasionando o surgimento de novos estabelecimentos industriais e reforçando os já existentes e Ampliação do Nível de Renda Aumentando

as condições de absorver a produção de indústrias instaladas localmente, especialmente móveis, material para construção e indústria alimentar. Evolução do Complexo Educacional e de Saúde - Conjunto de instituições educacionais e de pesquisa de qualidade e de expressiva diversidade em termos de cursos, níveis de ensino (técnico, graduação e pós graduação, etc.) Conjunto de instituições na área da saúde consideradas de excelência e de expressiva diversidade em termos de especialidades médicas e serviços de alta complexidade. Construção Civil - A partir da década de 1980 Construção Civil se intensificou na cidade, atendendo Passo Fundo e região, se tornando um segmento significativo na economia do município até os dias atuais, pois, o setor imobiliário ainda apresenta dinamismo, verificado através da produção edilícia de prédios e de loteamentos e condomínios urbanísticos. Foram mostrados os principais setores de atividades de Passo Fundo: agropecuária regional, comércio varejista e atacadista, complexo da saúde e os setores de educação e pesquisa e desenvolvimento experimental, transporte e logística, construção civil indústria alimentícia, complexo metal-mecânico, biodiesel. Ciência, Tecnologia e Inovação. Os ativos tecnológicos assumem relevância como patrimônio da cidade, constituindo uma das bases do avanço e da produtividade do seu processo de geração de riquezas. Esses ativos podem representar um dos grandes fatores de atração de investimentos para Passo Fundo e região, por meio de iniciativas que potencializem os seus usos de forma integrada as necessidades da estrutura produtiva. Foi mostrado o mata com a localização dos ativos tecnológicos. Após foi apresentado pelo arquiteto Renato Peixoto, o tema relativo ao Meio Ambiente. Foi mostrado uma mapa com Relevo e Declividade. O município tem altitude média de 687 metros; Formas onduladas sob forma de colinas suaves; Classes de declividade de 13% e 23%. Um mapa com as Matas Significativas Patrimônio Ambiental. Ás áreas verdes em sua maioria estão localizadas nas bordas do tecido urbano e/ou próximas ao perímetro urbano. O município está inserido no Bioma Mata Atlântica , com áreas de extrema importância: Parque Municipal Arlindo Hass; Parque Ambiental Banhado da Vergueiro; Unidades de Conservação Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) Maragato; Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal Instituto Menino Deus; Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto; Reserva Particular do Patrimônio Natural junto ao Condomínio La Barra. Foi mostrado os pontos de Captação de Água. O município dispõe de 3 pontos de captação de água com a finalidade de abastecimento, a Barragem do Arroio Miranda, Barragem da Fazenda da Brigada e Barragem da Perimetral. E em épocas de estiagens utiliza-se de dois pontos alternativos, Rio Jacuí e o Poço da Pedreira e os Recursos Hídricos Passo Fundo se localiza no divisor de águas de duas bacias hidrográficas, sendo elas: Rio Jacuí e Rio Uruguai. Pontos de Alagamento da bacia do Jacuí. Ponto 01 - Vila Luiza; Ponto 02 - Bairro São Bento; Ponto 03 - Vila Carmem; Ponto 04 - Vila Bom Jesus; Pontos de Alagamento da Bacia do Uruguai; Ponto 01- Bairro José Alexandre Zachia; Ponto 02- Bairro Cidade Nova/Victor Isler; Ponto 03- Bairro São José/Leonardo Ilha; Ponto 04- Bairro Entre Rios/Vila Isabel/Loteamento Manoel Corralo; Ponto 05- Bairro Vila Ricci/São Cristovão 2/ Loteamento Cézar Santos; Ponto 06- Loteamento Via Sul. Águas e Esgotos - O município conta com três estações de tratamento de água e esgoto, com a capacidade de 850 litros por segundo. Foi mostrado os percentuais de serviços de esgoto no município; 44,70% sem coleta e sem tratamento; 18% soluções individuais; 2,6% com coleta e sem tratamento e 34,8% com coleta e tratamento. As temperaturas médias variam em função da sazonalidade, Passo Fundo registra média compensada anual é 18 °C, com máximas em torno de 28 °C em janeiro e 18 °C em julho e mínimas de 18 °C em janeiro e 8 °C em julho. O município registra um total de precipitações, em média, de 1.664mm/ano. A variação sazonal indica claramente que o período mais chuvoso corresponde aos meses de outubro e os menos chuvosos nos meses de novembro, julho, agosto e março. Foi dito que Passo Fundo possui um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os anos de 2016/2026, sendo um instrumento de gestão a curto, médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas públicas para o manejo dos resíduos sólidos. Após foi apresentado pela Arquiteta Sibele, o item Ocupação do Território: Evolução dos Marcos Urbanísticos no Município de Passo Fundo/RS. Foi falado da diferença entre Plano Diretor e Código de Obras. Foi mostrado o histórico de todos os Planos Diretores do município - Sítio Natural: ocupação espontânea; em 1950: Ocupação espacial proposta pelo IPDDU (1953); situação em 1979: modelo espacial proposto pelo II PDDU (1984). No intervalo entre o Plano Diretor de 1984 e o Plano Diretor de 2006 foi criada a Secretaria de Planejamento. Em 2006 modelo espacial proposto pelo PDDI. A revisão do Plano Diretor é pensar a cidade através de um processo participativo e cíclico. O território é diverso e interdisciplinar e deverá levar em consideração diferentes olhares. Foi mostrado por que o Plano Diretor é importante? Define as formas de ocupação do território e estabelece o que deve ser feito para a melhoria da qualidade de vida da população. Orienta o crescimento do município e define onde e como a população, o comércio, a indústria e os equipamentos públicos podem se localizar. Cria e regulamenta instrumentos jurídicos que permitirão iniciar ou dar continuidade a processos de melhoria da cidade. O Plano

Diretor Vigente, criou o macrozoneamento e trata do território urbano e rural. A Macrozona Urbana é a área urbanizada do município e considera a manutenção do perímetro urbano; multicentralidade; aproveitamento infraestrutura existente; obrigatoriedade de recuos; enfoque ambiental; ZEIS. Foi mostrado o mapa do Zoneamento Urbano que é composto por: I - Áreas de Preservação Ambiental; II - Áreas de Produção Urbana; III - Áreas Residenciais; IV - Áreas Adensáveis; V - Áreas de Usos Especiais; VI - Áreas de Recreação e Turismo. Mostrado o mapa com as áreas de Preservação Ambiental, Produção Urbana, Áreas de Uso Especial, Áreas residenciais, Áreas adensáveis, Áreas de Recreação e Turismo. Foi dito que a característica de cada local, zonas que compõe a macrozona urbana e padrões de ocupação e densificação interfere na qualidade do ambiente urbano. Foram mostrados os parâmetros urbanísticos: características de cada local zonas que compõe a macrozona urbana padrões de ocupação e densificação interfere na qualidade do ambiente urbano: Taxa de Ocupação (TO); Coeficiente de Aproveitamento (CA); Taxa de Permeabilidade (TP); Cota Ideal por Dormitório (CID); Lote Mínimo (LM); Recuos; Reservatórios de contenção de água entre outros. Foi comentado sobre coeficiente de aproveitamento básico (CAB), conforme definido para os zoneamentos na legislação do Plano; isenções, conforme previsto no artigo 79; transferência do potencial construtivo (TPC), acréscimo de até 25%, conforme legislação vigente. Foi mostrada a importância na Dinâmica da Cidade, de possuir espaços atrativos para os fluxos de pessoas/veículos/mercadorias, que o uso misto minimiza deslocamentos e facilita o acesso a comércio e serviços no bairro/vizinhança. Foi explicado como funciona o uso do solo – segundo a legislação: i – conformes: possível implantar em uma determinada zona; ii – permissíveis: passíveis implantar e dependem de parecer favorável SEPLAN e cmdi; iii – desconformes: não pode ser implantado. As atividades são: residenciais; comerciais e de serviços; industriais; especiais e primárias. Os padrões de uso presentes no território urbano do município considerando a interpretação das predominâncias, são agrupados em: observação do território e avaliação de seus atributos; composição da paisagem e da mancha urbana e características semelhantes. Foi apresentado o mapa com a evolução da ocupação das áreas de urbanização e ocupação prioritárias. Após foi feita pelo Arquiteto Renato Peixoto, a apresentação do item Habitação e Ocupações. Para o estudo foram verificados o deficit habitacional; a inadequação habitacional; a demanda demográfica e os assentamentos precários. Foram explicados dos conceitos de domicílio; domicílio particular; domicílio particular permanente; ocupados; não ocupados; fechados; uso ocasional e vagos. O deficit habitacional é composto por famílias que ocupam domicílios com os seguintes atributos: Rústicos; Improvisados; Coabitação Familiar; Cômodo cedido ou alugado. Os componentes do deficit habitacional são: Domicílios precários; Famílias conviventes; Ônus excessivo com aluguel (urbano); Adensamento (alugados). As moradias classificadas como inadequadas são aquelas unidades habitacionais com os tipos de carências definidos a partir dos seguintes critérios: Adensamento; Banheiro Exclusivo; Infraestrutura (sem acesso a Energia elétrica; Abastecimento de água por rede com canalização interna; Esgoto sanitário por fossa séptica ou por rede; Coleta de lixo direta ou indireta). Os assentamento precários se caracterizam por: Delimitação imprecisa no tecido urbano; Ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda; Ausência de regularização fundiária e/ou de prévia aprovação em órgãos públicos. As características espaciais predominantes são: Agrupamento de domicílios auto-contruídos; Disposição desordenada e em aglomerações excessivas; Carências de serviços públicos; Ocupação de áreas de propriedade pública ou privada não próprias. A identificação dos Aglomerados Subnormais é feita com base nos seguintes critérios: Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); Possuir pelo menos uma das seguintes características: Urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; Precariedade de serviços públicos essenciais. Após foi mostrado os Aglomerados Subnormais em Passo Fundo ano base/2010: Bairro Integração (Setor 09): total de 393 domicílios compostos pelos Loteamentos Xangri-Lá; Ipiranga; Jabuticabal. Bairro Vera Cruz (Setor 03): total de 172 domicílios Beira dos Trilhos; Valinhos. Bairro Petrópolis (Setor 04): total de 250 domicílios compostos por Entre Rios; Loteamento Umbú; Bairro Cruzeiro (Setor 06): total de 596 domicílios - Bairro Cruzeiro, composto pela Baixada Cruzeiro. Bairro Lucas Araújo (Setor 07): total de 200 domicílios Buraco Quente (Entre as ruas São Lázaro, junto à sanga). Após foi apresentado pela Secretária Ana Paula Wickert o item sobre Patrimônio Arquitetônico e Paisagem. Foi mostrada a evolução urbana e arquitetônica em Passo Fundo. O início da evolução urbana da cidade se deu na década de 1830, nas proximidades da atual Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. No Século XIX o crescimento do povoado ocorreu ao longo do "Caminho das Tropas", atualmente a Avenida Brasil. Com forte influência colonial de caráter rural, não existiam edificações com qualidade estética que se destacassem. A estética das edificações foi

à mesma até a entrada do século XX. Em 1898 com a chegada da ferrovia as transformações da paisagem passaram a ser mais intensas. O tombamento foi instituído no município em 1995 como proteção legal dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural da cidade. Foram listados os bens tombados: Prédio Antiga Gare, Conjunto Arquitetônico (Academia Passo-fundense de Letras, Marvs e Teatro Múcio de Castro), Escola Municipal Padre Antônio Vieira, Ruína Caixa D'água, Bebedouro, Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis, Silo, Moinho, Igreja Matriz "Nossa Senhora da Conceição", Quartel do Exército, Escola Protásio Alves, Solar da Glória, Companhia Cervejaria Brahma, Banco Itaú, Prédio do Texas do Instituto Educacional, Igreja Metodista, Capela São Miguel. Foi mostrada a Paisagem Urbana Atual: Algumas regiões denotam um caráter histórico mais exacerbado, tais como: Avenida Brasil, entre a Praça Tochetto e Rua Livramento e a Paisagem Rural: A paisagem rural de Passo Fundo apresenta uma ampla diversidade. Observa-se que o relevo, paisagem e ocupação do território são diversos. Após foi apresentado pelo Engenheiro Gustavo Heurich o item Mobilidade Sustentável. Foi dito que a cidade de Passo Fundo apresenta um grande adensamento na sua parte mais central, com gradual diminuição destes índices conforme ocorre a afastamento no sentindo da periferia. O zoneamento municipal define as áreas centrais como área de forte adensamento; Sistema Viário Observa-se um crescimento de 67,08% da frota de veículos no período de 10 anos, o que representa um aumento significativo no número efetivo de veículos circulando nas ruas. O período que apresentou os maiores acréscimos na frota coincide com o a implantação do Anel Viário Central, o qual se iniciou em 2010 e foi concluído em 2015. Observa-se que a população cresceu 11,43% no mesmo período em que a frota de veículos cresceu 67,08%. Onde percentualmente o crescimento da frota de veículos foi 5,8 vezes maior do que da população no mesmo período. As taxas de crescimento não estão relacionadas diretamente. O crescimento populacional segue a tendência dentro do padrão nacional. Já as taxas de crescimento da frota de veículos apresentam altos índices no período entre os anos de 2004 e 2014, estando relacionado aos incentivos econômicos do país. Malha Viária. A configuração atual da malha viária é resultado da evolução histórica de formação da cidade considerando todos os aspectos socioeconômicos de desenvolvimento. No Sistema Viário. A complementação do sistema viário nos espaços vazios entre as áreas já urbanizadas acabam ficando em segundo plano. Foi dito que tem poucas alternativas de conexões entre os bairros com características arteriais e coletoras. O sistema viário projetado e ou previsto passou a não ser suficiente para atender a demanda de fluxo gerado e atraído. Foi mostrado o mapa com as Descontinuidades Viárias. Sobre as Tendências de Deslocamento. O projeto do Anel Viário Central tentou estruturar novas alternativas de conexão entre os principais bairros, porém em vias minimamente estruturadas. Sobre as vagas de estacionamento em via pública foi mostrada a necessidade de ações para a ampliação da Área Azul e a melhoria na fiscalização da utilização do sistema rotativo. Uma das ferramentas disponíveis para auxiliar nesta política, é a aplicação de tarifas diferenciadas de acordo com cada zoneamento definido no plano. Diante da impossibilidade de alargamento das vias na área central, é necessário considerar a retirada da área central de estacionamento ao longo de trechos mais extensos, a fim de criar mais uma faixa de rolamento. Sobre as vagas de estacionamento em obras particulares de acordo com o II PDDU a obrigatoriedade de vagas de estacionamento estava vinculada ao uso residencial multifamiliar. Já no PDDI é exigida a construção de garagens ou a reserva de áreas para estacionamento para diferentes usos. O dimensionamento da quantidade de vagas varia conforme o uso, entretanto a legislação não especifica regramentos distintos para situações de obra nova, reforma com ampliação ou alteração de usos. Sobre o Transporte Coletivo. A operação de linhas é realizada por três diferentes empresas, duas privadas e uma pública. Apresentam boa cobertura de atendimento nos bairros da cidade. A disponibilidade e assiduidade dos ônibus é o fator de maior reclamação. O redimensionamento e alterações dos itinerários das linhas é uma ação que pode gerar ganhos na diminuição das distancias percorridas e consequentemente diminuição no tempo de viagem. Foi mostrado um mapa com as Linhas de Transporte Coletivo. Sobre as Ciclovias. Atualmente apenas 0,4% da população utilizam o transporte cicloviário. Passo Fundo possui uma malha cicloviária de aproximadamente 19 km, considerando parques e avenidas. Transporte de Cargas Pesadas. Os veículos pesados criam conflitos por trafegarem em velocidade baixas, necessitarem de espaços específicos para realizar carga e descarga. O tráfego deste tipo de veículos pelas avenidas acaba gerando uma diminuição significativa da vida útil do pavimento asfáltico e da sinalização horizontal. Cabe ao Plano Diretor, determinar uma poligonal, a qual se julgue adequada para receber este trânsito, sem prejudicar o desenvolvimento da cidade. Sobre as calçadas. Foi dito que tem necessidade de ampliação das calçadas e canteiros centrais, criação de regiões de *traffic calming*, através da implantação de travessias elevadas para pedestres ou através da adequação das calçadas existentes. Transformar calçadas em locais de convívio permanente, com usos adequados. Passo Fundo apresenta estrutura razoável de calçadas, principalmente na área central, mas que necessitam de melhorias, e inclusão de melhorias universal. Após foi

apresentado pela arquiteta Chris o item sobre Equipamentos Sociais. Sobre educação foi dito que pela Constituição Federal, a Educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos. Pelo censo do IBGE 2010, existem 39.187 das pessoas em idade escolar, que corresponde a 21,20% do total da população. Pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017 os dados da Educação Infantil mostra que das 4.384 crianças em idade escolar, 58,53 % são atendidas pela rede municipal de ensino e 41,47 % são atendidas pela rede particular de ensino. Os dados do Ensino Fundamental mostra que das 24.077 crianças em idade escolar, 43,59 % são atendidas pela rede municipal de ensino, 38,26 % são tendidas pela rede estadual de ensino e 18,15 % são atendidas pela rede particular de ensino. Os dados do Ensino Médio mostra que das 7.606 pessoas em idade escolar, 71,93 % são atendidas pela rede estadual de ensino, 4,40 % são atendidas pela rede federal de ensino e 23,67 % são atendidas pela rede particular de ensino. Foi mostrado o mapa com os equipamentos de educação existentes. Na Educação Básica Total: 106 são Escolas Públicas, 37 são EMEIs, 36 são EMEFs e 33 são Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio. A rede de saúde brasileira no Atendimento Primário, o acesso ao sistema de saúde pública é feito através de UBS - Unidade Básica de Saúde e CAIS - Centro de Atendimento Integrado à Saúde Atenção Básica. Para Atenção básica e tratamento especializado de média complexidade, o atendimento é realizado pela Equipe de saúde da família (ESF). Uma ESF atende 3.500 Pessoas e uma UBS atende até 4 ESF. Foi mostrado no mapa que Passo fundo possui 25 UBS e 5 CAIS com capacidade de atendimento das UBS é de 56,53% da população. Para os Equipamentos de Atenção Social, existem os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, pela Norma operacional básica do sistema único de assistência social (NOB/SUAS), o número mínimo de CRAS é definido conforme porte do município. Passo Fundo é uma Cidade de Grande Porte e tem de possuir no mínimo 4 CRAS com capacidade de atendimento máximo 500 Famílias em cada CRAS. Além dos CRAS, existem os CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social que atendem Proteção Social Especial de Média Complexidade e as Casas de Acolhimento que atendem Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Foi mostrado o mapa dos Equipamentos de Atenção Social Existentes, com o número de famílias cadastradas e atendidas. Após foi apresentado os Equipamentos Culturais. São equipamentos abertos ao público que podem ser mantidos pela iniciativa privada ou pelo poder público, para produção e oferta de bens e serviços culturais. Foram considerados equipamentos culturais: Bibliotecas, Teatros, Salas de Eventos, Museus, Salas de Arte, CTG's, Praças, Bens tombados como patrimônio histórico e cultural. Foi mostrado o mapa com os Equipamentos Culturais Existentes: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, 10 CTG's, 7 Museus, 9 Centros de Eventos, 21 Patrimônio Histórico e Cultural, 12 Espaços Livres, 2 Espaços Religiosos. Sobre Equipamentos Esportivos, que são conjuntos de instalações destinados à prática de esporte da população e aos serviços de apoio. Pelo IBGE 2006, os Equipamentos e instalações esportivas são: Estádio de Futebol, Complexo Aquático, Complexo Esportivo, Ginásio, Campo de Futebol, Quadra. Foi mostrado o Mapa com os Equipamentos Esportivos existente em Passo Fundo são: 27 Campos, 2 Estádios, 6 Ginásios e 25 Quadras. Após foi apresentado os Espaços Livres de Uso público, que são áreas públicas de uso comum destinadas à recreação, ao lazer, ao esporte e às atividades contemplativas, em que predominam as áreas não edificadas e vegetação. Tem a função de estruturar a cidade na procura de gerar qualidade ambiental e espacial. Benefícios: Melhoria da habitabilidade do ambiente urbano; Possibilidade do acontecimento de práticas sociais; Momentos de lazer; Encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária; Favorece psicologicamente o bem-estar do homem; Influencia no microclima; Amenização da temperatura; Aumento da umidade relativa do ar; Absorção de poluente; Incrementa a biodiversidade. Os Espaços públicos devem contar com Bons acessos; Pontos de encontro com a natureza; Mobiliário urbano cômodo. Espaços livres de uso público equipados de Passo Fundo que se destacam são: Parque da Gare; Banhado da Vergueiro; Praça Marechal Floriano; Praça Tamandaré; Praça Tochetto; Praça Antonino Xavier; Praça Capitão Jovino. Foi comentado que a partir de 2013, nos projetos de parcelamento do solo com mais de 5 hectares, ou seja, aqueles que o Plano Diretor exige Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), passou-se a exigir que as áreas transferidas ao município como espaços livres de uso público fossem entregues equipadas. Foi mostrado o mapa com a localização dos Espaços Livres de Uso Público de Passo Fundo. Após foi apresentado pelo arquiteto José Carlos Arruda, o item sobre Gestão, Participação e Controle Social. Participação Comunitária. Foi dito que para a construção de um Plano Diretor democrático foram realizadas 17 oficinas e 03 reuniões de segmentos, com o intuito de efetivar a participação da comunidade. Foi disponibilizado um canal eletrônico no site da Prefeitura com informações sobre a revisão do Plano Diretor. Foram diversas oportunidades de participação da comunidade voltada a esclarecimentos, contribuições, sugestões e proposições. A participação foi feita através de atividades presenciais, incentivando os diferentes setores da comunidade. Audiências, oficinas, reuniões, seminário, conferência. Basicamente as atividades presenciais foram Audiência Públicas em diferentes formatos. As Audiências Públicas tiveram por

finalidade informar, colher subsídios, mobilizar, esclarecer, debater,rever e analisar os conteúdos, pactuar e aprovar os produtos gerados em cada etapa, assim como, realizar a validação dos mesmos. Para cada etapa do processo foi divulgada a agenda dos eventos presenciais de participação da comunidade, considerando as recomendações do Estatuto da Cidade e do Ministério das Cidades. Além da realização dos debates presenciais, foram previstos outros meios de interlocução, ampliando as formas de contribuições e participação da comunidade. A Prefeitura Municipal disponibilizou o e-mail planodiretor@pmpf.rs.gov.br para envio das contribuições. Tendo em vista que o processo é desenvolvido em etapas distintas, são estabelecidos prazos com previsão para início e fim de cada etapa. Durante os prazos acordados, a população será convidada a participar ativamente do processo, opinando, debatendo, analisando, contribuindo e pactuando as informações e propostas relativamente à revisão do Plano Diretor. Foi comentado sobre os instrumentos que regem a Revisão do Plano Diretor. Os Instrumentos do Estatuto da Cidade: O Estatuto da Cidade salvaguarda o meio ambiente urbano justo, equilibrado e sustentável, estabelecendo que toda a atividade econômica deve ter especial planejamento por parte do administrador público, observando-se os limites de sustentabilidade ambiental. Dos Instrumentos da Política Urbana. Tem por finalidade dar mecanismos para garantir que de fato se concretize a função social da propriedade e o direito a todos a cidade. Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória. O estoque de terrenos a espera de valorização dentro da área urbanizada diminui os espaços necessários ao desenvolvimento da sociedade. Para evitar esses vazios o Estatuto da Cidade regulamentou o parcelamento, edificação ou utilização compulsória obrigando o proprietário a dar destinação a terrenos subutilizado. Do IPTU Progressivo no Tempo. O Estatuto da Cidade fornece ao município o IPTU progressivo, permitindo o aumento progressivo da alíquota do IPTU para os imóveis cujos proprietários não obedeçam aos prazos fixados para o parcelamento. Da Desapropriação com Pagamentos em Títulos. O Estatuto da Cidade regulamenta a desapropriação para fins urbanos, o Poder Público Municipal pune o proprietário que não deu a seu imóvel a função social estabelecida no Plano Diretor. Do Usucapião Especial de Imóvel Urbano. A Constituição Federal, garante ao possuidor de imóvel urbano até 250m², que não tem outro imóvel e que ainda não foi beneficiado pelo instrumento, a aquisição da propriedade, o possuidor deve ainda demonstrar que ocupa o imóvel há cinco anos, sem oposição. Do Direito de Superfície. O Poder Público mantém a propriedade do terreno público, mas pode conceder ao morador o direito de construir sua residência, vende-la sob certas condições ou transmitala por herança, dando toda a garantia para que ele exerça seu direito de moradia. Do Direito de Preempção. O Poder Público Municipal a preferência para adquirir imóveis que estejam sendo alienados. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir. É um instrumento voltado à indução do desenvolvimento urbano, permitindo, que o Poder Público incentive o adensamento de determinadas áreas da cidade. Do Estudo de Impacto de Vizinhança As atividades desenvolvidas nas cidades geram impactos, interferindo na dinâmica urbana de maneira tal que as normas urbanísticas não são suficientes para orientação do desenvolvimento urbano, causando impactos, e assim necessitam de uma avaliação específica. Da Gestão Democrática da Cidade. Um dos elementos fundamentais do Estatuto da Cidade é a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. As decisões sobre o futuro das cidades não podem se limitar somente à democracia representativa das câmeras de vereadores, mas a todos os munícipes. Os Instrumentos Vigentes no Município de Passo Fundo. Plano Diretor Disciplina do Parcelamento, do uso e da ocupação do solo, Plano Plurianual Diretrizes orçamentárias e orçamento anual, Gestão orçamentária participativa, Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Planos, programas e projeto setoriais, Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, Desapropriação Instituição de Zona Especiais de Interesse Social, Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas, Direito de Preempção Parcelamento, edificação ou utilização compulsória, Relatório de Impacto de Vizinhança, Outorga oneroso do Direito de construir, Direito da Superfície, Intituição de unidades de conservação. Após foi apresentado pela Secretária Ana Paula o Capítulo 3 - Leitura Comunitária. Foram realizadas 16 Oficinas Avaliativas, 3 Reuniões Segmentos Específicos; Cidade Do Amanhã com 04 Escolas e 319 Alunos; Questionário Online com 896 Participantes; além de 81 Delegados eleitos e homologados. Foi apresentado o cronograma das oficinas realizadas e o número de participantes por oficina. Foi explicado que a Oficina nº 07, agendada na escola Maria Dolores, foi considerada deserta, pois houve a presença de apenas um morador no horário marcado (19 horas). A equipe do município aguardou até as 20:00 horas e decidiu declarar a Oficina como deserta. Foi mostrado a Dinâmica das Oficinas Avaliativas. Breve apresentação do que é o Plano Diretor e histórico dos planos já elaborados. 1ª Atividade: Nivelamento; 2ª Atividade: Debates: O que tem no município e é bom? E o que falta? 3ª Atividade: Debates: O que tem no bairro e é bom? E o que falta? 4ª Atividade: Apresentação ao grande grupo; 5ª Atividade: Eleição dos Delegados Regionais. Quanto aos Delegados: Função: Revisar, analisar e propor alterações na minuta do Projeto de Lei durantes a Conferência de aprovação da

proposta do Plano Diretor e aprovar a minuta do Projeto de Lei. Pré-Requisito: Ter mais de 16 anos e ser morador ou proprietário de empresa na regional. Votação: Ocorreu mediante uso de urna e a contagem sempre foi acompanhada por no mínimo duas pessoas da comunidade. O total geral de delegados ficou 143, sendo 42 delegados do Núcleo Gestor, 20 delegados do Núcleo Técnico e 81 delegados da comunidade, eleitos durante a realização das Oficinas. Após foram mostrada as contribuições da comunidade: Temáticas definidas na metodologia: Meio ambiente e ocupação do território; Mobilidade Sustentável; Espaços públicos e equipamentos sociais; Gestão, participação e controle social; Desenvolvimento econômico e inovação; Avaliação geral sobre o município. Síntese geral das contribuições da área urbana e da área rural por temática. Total de contribuições: Na região urbana foram 1339 contribuições e na região rural 604 contribuições. Foi mostrado uma quadro com o percentual de contribuições por região. Foi mostrado o Relatório das Reuniões com Segmentos Específicos. Como previsto na metodologia, as reuniões de segmentos, serviram para debater com as lideranças comunitárias, temas relevantes como: saúde, educação, habitação, economia, meio ambiente, dentre de outras temáticas. A Reunião com as doze paróquias Realizada no dia 05/05/2018, no salão da paróquia Santa Terezinha. Foi explicado o que é Plano de Desenvolvimento Integrado, onde os participantes após explanação passaram a opinar sobre casos pontuais da cidade. Questionamentos sobre questões políticas, ambientais, construções irregulares e mobilidade foram discutidas. Reunião da equipe da SEPLAN com o COMPEDE no dia 25/04/2018 na sala de reuniões da Seplan, aconteceu a reunião com COMPEDE, onde estiveram sempre presentes as questões relativas à acessibilidade. Foi informado por parte do COMPEDE a impossibilidade de aplicação de multa em casos onde a sinalização está em desacordo, destacando a necessidade de fiscalização pela implantação de sinalização. Em relação as vagas de estacionamento, foi citado que existem diversos problemas, dentre eles: o autocarregamento e cobrança por parte de comerciantes, a falta de sinalização, entre outras. A Reunião sobre habitação e demandas da habitação foi realizada no dia 06/04/2018, no auditório da UPF. Feito um relato das pessoas moradoras das ocupações, sobre as dificuldades de se habitar. Foi mostrado que Passo Fundo possui mais de 50 áreas de ocupações. A maioria dos moradores relatou que gostam de morar na área por ter fácil acesso ao centro da cidade. Foi apresentado como foi executado o projeto Cidade do Amanhã para compreender a visão da criança sobre a cidade, suas expectativas, seu senso de pertencimento, sua visão de bairro e cidade. Foram realizadas Oficinas lúdicas sobre planejamento urbano. O convite foi feito através de Chamada pública para estudantes do 3º e 4º anos do ensino fundamental. As escolas que participaram foi: Menino Jesus – 112 alunos, EMEF Wolmar Salton – 120 alunos, CAIC Edu Vila de Azambuja – 60 alunos e St. Patrick – 27 alunos. No total, houve a participação de 319 Alunos. Foi feita Leitura Técnica e Leitura Comunitária, levando em consideração diferentes olhares e percepção das crianças. Atividades: Palestra conceitual sobre planejamento urbano; Exposição permanente de cartaz com uma Timeline de Passo Fundo, Teatro de Fantoches e Quiz da cidade. Após foi apresentado como foi realizado o questionário on-line. Foi dito que houve inovação no formato de consulta pública. Este é mais um espaço de participação. Os objetivos são ouvir a opinião da comunidade sobre soluções urbanas, Na enquete foram feitas 28 questões sem rigor científico. Houve 896 participações. As temáticas abordadas foram: mobilidade sustentável, espaços livres, desenvolvimento econômico, meio ambiente, ocupações, gestão/participação controle social. Após a apresentação, foi realizada a leitura das colaborações enviadas pela comunidade, com as justificativas, por área. Primeiro foram lidas as propostas que receberam parecer, mas não serão votadas nesta Audiência por ser assunto relacionado às Oficinas Temáticas. **Como Observações Gerais: 01)** O documento tem uma apresentação descritiva necessária e fundamental, porém mantém um problema metodológico que separa a leitura técnica da leitura comunitária, o que compromete estruturalmente o diagnóstico, já que não integra os diferentes olhares numa análise consistente dos principais problemas e das principais potencialidades. Esta dificuldade metodológica havia sido alertada pela CDHPF (inclusive em documento por escrito) quando do debate da metodologia. Todavia não foi tomada em conta pelo Núcleo Gestor. Assim, ainda que descritivamente estejam presentes elementos importantíssimos para o diagnóstico, aponta-se uma carência estrutural no que diz respeito a uma leitura crítica e integrada dos diversos componentes colhidos nos diversos levantamentos, assim como no significado dos dados estatísticos profusamente apresentados. **PARECER:** Questão já debatida na etapa anterior, há recomendação bibliográfica para que a análise seja feita de forma separada. **02)** Para o adequado conhecimento do conjunto das informações subsidiárias, consideramos necessário e sugerimos a disponibilização no sítio eletrônico da revisão do PDDI, dos seguintes planos citados no diagnóstico: a) PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1991; b) PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO –PEEUEL, Produto 04. Componente II do Programa de Desenvolvimento

Integrado do Município de Passo Fundo, 2013; c) PLANO DE MOBILIDADE URBANA E RURAL. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014; d) PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2015; e) PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Secretaria Municipal de Habitação, 2009; f) PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2001; g) PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014; h) PLANO URBANÍSTICO LOCAL – PUL. Setores 8 e 9, Passo Fundo, RS. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2013. A não disponibilização do conjunto destes documentos, alguns já aprovados e transformados em lei, outros em fase de tramitação, não atendo ao direito de acesso à informação e impede a sociedade civil de realizar uma análise conjunta. Cita-se como exemplo da não disponibilização dos documentos públicos o fato da Secretaria de Planejamento do Município ter negado pedido escrito de acesso ao documento integral produzido pela UPF do Plano Municipal de Saneamento em pedido formalizado pela CDHPF. A disponibilização dos Planos Municipais possibilitaria a realização de um esforço de síntese e confluência de todos os planejamentos no PPDI de modo efetivamente participativo e crítico. **PARECER:** Os planos serão disponibilizados. **No item 1. CONHECENDO O TERRITÓRIO - 1.1. HISTÓRICO: 01)** Ainda que se entenda bastante difícil tratar dos diversos aspectos de um histórico complexo e amplo é fundamental ver ali referidos todos os sujeitos que colaboraram na construção deste processo. Alertamos para a completa ausência da presença negro-africana como escrava e como livre neste processo. Também observamos que a população indígena é referida somente como presença anterior à colonização, sem qualquer referência ao que com ela teria ocorrido. Também não há adequada informação sobre a presença de imigrantes europeus e outras etnias na formação histórica local. **PARECER:** Não houve menção direta e exclusiva às populações negras, pardas e indígenas, pois se compreendeu que para o planejamento territorial do município a origem étnica não têm relevância, uma vez que essas populações estão distribuídas no território não havendo na cidade guetos étnicos. Item **2. LEITURA TÉCNICA: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA - 2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO: 01)** Proibir novas lojas de conveniências no Centro de Passo Fundo. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que no item 2.3. Ocupação do Território foram levantados os usos permitidos pelo Plano Diretor atual e que o tema em questão será tratado na próxima etapa. **02)** Liberação de zoneamento de comércio e outras atividades na região do Bairro Vergueiro. A área está restando com imóveis vazios após mudança de famílias, são diversas casas para venda e/ou locação apenas para fins residenciais, tornando-se plenamente inviável economicamente. Esses imóveis vazios comprometem inclusive a segurança da região. São espaços/imóveis que podem ser utilizados para atividades comerciais, dando novamente vida útil para este bairro tão belo e histórico para a Cidade. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o tema foi tratado no capítulo 2.3. Ocupação do Território e que a análise dos usos permitidos nos diferentes zoneamentos será tema da próxima etapa da revisão do plano diretor. **Item 2.2. MEIO AMBIENTE: 01)** Intensificar fiscalização sobre poluição de nossos rios, ruas e praças. Também de indústrias, hospitais e comércio. Ainda descarte irregular de materiais tóxicos e outros. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que ao longo do documento o assunto é apresentado, como por exemplo, em 2.2.8.5. Situação das águas e esgotos, 2.2.10. Resíduos Sólidos e no quadro 3.1.1. Contribuições da Comunidade: Oficinas Avaliativas, onde é relatada a necessidade de intensificar a fiscalização. **02)** Passo Fundo caminha a passos largos pra se transformar de berço das águas, em cemitério das águas. Seus banhados estão sendo aterrados, como por exemplo o banhado próximo ao loteamento Altos da Boa Vista; outro exemplo, junto ao trevo do bairro São José, até sanga está sendo destruída pelo aterro. No antigo trevo do Andreeta, um dos lados da Presidente Vargas foi destruído, o outro está com inúmeras casas. Pelo que diz a legislação os banhados deveriam ser protegidos. Se não tem banhado, não temos água nos períodos de estiagem. Até quando vamos deixar essas coisas acontecerem, que medidas são propostas para mitigar esse problema? **PARECER:** O Plano Diretor em vigor possui enfoque ambiental, definindo zoneamentos enquadrados como áreas de preservação ambiental. O Núcleo Técnico entende que o tema é pertinente e será abordado na próxima etapa. **03)** Contenção nas laterais do riacho formado pelas águas no final das galerias da Vila Luíza. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que se trata de intervenção de melhoria/ manutenção do local. **04)** Tenho uma propriedade rural na zona dos mananciais e pretendo fazer um projeto de uso comercial, tipo hotel fazenda, com preservação do meio ambiente e interatividade do público com a natureza do local. **PARECER:** No Plano Diretor em vigor, o uso hotel fazenda é considerado conforme na Macrozona de Proteção aos Mananciais Hídricos. Item **2.3. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: 2.3.1.1.**

MODELO ESPACIAL DO PDDI. 1) Neste item é historicizada a Lei Complementar n° 170/2006, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo – PDDI. Sugerimos a elaboração de relatório com estudo complementar que apresente as leis municipais que alteraram o Plano Diretor ao longo de sua vigência (2006-2019), apresentando uma síntese das alterações legais, bem como uma apresentação da justificativa apresentada para as alterações e uma análise crítica do impacto que geraram. **PARECER:** Neste item foi analisado o modelo espacial do Plano Diretor vigente. As alterações produzidas no PDDI ao longo dos anos obedeceram os procedimentos legais previstos, tais como pareceres técnicos, aprovações pelos conselhos pertinentes e aprovações em audiências públicas. Item **2.3.4.14. CATEGORIA 14 – URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA. 1)** Sugerimos a elaboração de Estudo complementar apresentando dados sobre a renda dos domicílios dos projetos de urbanização específica e revisão bibliográfica sobre o tema, a partir dos debates contemporâneos na área de arquitetura e direitos humanos, relativos a segregação social e espacial materializada pelos condomínios fechados e, se possível, experiências pilotos de outras grandes cidades para superar essa questão. **PARECER:** O critério adotado nesta categoria foi o porte do empreendimento, sendo demarcado no mapa os condomínios urbanísticos com área superior a 13 ha. O núcleo técnico entende que a renda mediana mensal por domicílio está retratada na figura 2.3.67, no item 2.3.3 (densidade e renda mediana mensal por domicílio). Item **2.3.1.1. ÁREAS DE URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO PRIORITÁRIAS. 1)** Sugerimos a complementação do diagnóstico com informações sobre as ações do Poder Executivo para identificação das áreas constantes no mapa n. 4 do PPDI, regulamentação por decreto dos artigos do PPDI que tratam da AUOP, notificação dos proprietários e cumprimento dos prazos estabelecidos no art. 131 do PDDI, bem como, sobre a aplicação do IPTU progressivo após os prazos previstos no Plano. Estas informações são relevantes para o diagnóstico da efetividade do PPDI vigente no tocante a utilização deste instrumento. As conclusões sobre esses dados serão fundamentais para a proposição de novas AUOP no próximo plano diretor, bem como para aprimorar o texto legal futuro. **PARECER:** No diagnóstico consta a evolução da ocupação das Áreas de Urbanização e Ocupação Prioritárias (AUOP), sendo retratado no mapa 2.3.7 no volume II (caderno de mapas), que muitas das áreas originalmente gravadas no mapa 4 da LC 170/06 estão atualmente sendo objetos de parcelamento e/ou emissão de diretrizes para futuros parcelamentos. **Sugestão de inclusão de novos subitens em 2.3: 1)** Sugerimos a inclusão de um novo subitem apresentando e analisando dados sobre o "mercado imobiliário" de Passo Fundo, buscando dados junto ao SECOVI-PF sobre o número de imóveis disponíveis para locação e o valor médio do aluguel por metro quadrado, por tipo de uso (residencial, comercial ou industrial) e por região da cidade. Sugerimos a inclusão de um novo subitem apresentando e analisando dados sobre o "preço do metro quadrado" urbano e rural em Passo Fundo, apresentado os dados das plantas de valores venais oficiais (no caso de imóveis urbanos) e no decreto municipal que fixa o valor do hectare rural (para fins de ITBI), bem como, os valores de mercado das mesmas, e a comparação do valor de m2 em relação a outras cidades de porte similar do RS e do Brasil. Todos esses dados e análises são relevantes para a etapa de diagnóstico, haja vista que o diagnóstico deve apresentar grandes questões relevantes para o planejamento urbano e que tem impedido a efetivação do direito à cidade estabelecido pelo PPDI, as quais servirão para embasar proposições nas etapas posteriores do processo de revisão do plano. **PARECER:** Quanto à inclusão do subitem supracitado referente aos dados do preço do m² e dados do mercado imobiliário, o núcleo técnico informa que referidos dados foram contemplados por ocasião dos estudos para a revisão da Planta de Valores. **Em 2.4. HABITAÇÃO E OCUPAÇÕES: 01)** Aumento índice construtivo da Vergueiro, equiparando a Fátima. (3X). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o tema foi tratado no capítulo 2.3. Ocupação do Território e que a questão sobre o aumento de índices construtivos será tema da próxima etapa da revisão do plano diretor. **Em 2.5. PAISAGEM E PATRIMÔNIO: 01)** Excelente material com a compilação de dados e informações, permitirão uma boa tomada de decisões. **Em 2.6. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: 01)** Senti falta de tratamento, levantamento, mapeamento de pontos de entrada e saída de passageiros (ponto de ônibus) e suas respectivas localizações, apenas mensurado os atuais trajetos do transporte coletivo, bem como não foram mensurados os de transporte individual (pontos de táxi). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que os pontos de ônibus e pontos de táxi são relevantes para projetos pontuais, assim como a mão de direção das ruas. Assim, o diagnóstico apresentou a rede atual de transporte público que interfere diretamente no planejamento da cidade. **02)** O relatório está bem organizado, no entanto com relação ao cenário atual e possibilidades futuras da conexão do Bairro Petrópolis com o Centro acredito que poderiam trazer mais dados para alternativas à Avenida Brasil. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que no item 2.6.2.2. Malha Viária foram tratadas as questões gerais de conexões e barreiras viárias e que as possibilidades de futuras conexões serão

desenvolvidas na próxima etapa. **03)** Solicito que sejam implementadas rampas de acesso como OBRIGATÓRIO em todos os pontos comerciais da cidade. E cabe a PMPF executar rampas em todas as calçadas. Somos cidade pólo de saúde e não podemos mais obrigar PcDs a passarem vexames ou não poder ter acesso em qualquer ponto que seja! **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que a obrigatoriedade de rampas de acesso é pertinente ao Código de Obras e de responsabilidade do proprietário do lote. Também cabe salientar que a prefeitura está executando calçadas da avenida Brasil com implantação de rampas e pavimentação tátil. **04)** Considerando o crescimento e ocupação, na região do bairro Santa Maria II, precisamos de forma urgente a duplicação da rua Epitácio Pessoa, ou Estrada Geral, que dá acesso a Perimetral Leste. Além de urbanizar e fiscalizar o descarte irregular de lixo, nessa via. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que a rua Epitácio Pessoa tem previsão de alargamento viário na legislação atual do Plano Diretor, dependendo de recurso disponível para sua execução. **05)** Retirada da escadaria na Rua Sete de Agosto com a Independência; Asfaltamento da Rua Mascarenhas inicio na Rua Gal. Osório em direção a Av. Scarpelini Ghezzi até Av. presidente Vargas; Melhorias na Rua João Vergueiro, Vila Luíza. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que a retirada da escadaria será analisada na próxima etapa, incluindo as demais escadarias existentes. Quanto às demais contribuições, tratam-se de intervenção de melhoria/ manutenção das vias. **Em 2.7. EQUIPAMENTO SOCIAIS: 01)** Não geral há uma boa descrição das áreas apresentadas, todavia estão ausente informações sobre áreas importantes como segurança pública e acesso à justiça e para saneamento básico (ainda que algumas informações sobre este tema tenham sido abordadas em outros assuntos), para citar dois exemplos. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que os equipamentos sociais estudados no diagnóstico foram os mesmos equipamentos abordados no Plano de Estruturação de Equipamentos e Espaços Livres de Uso Público. Além disso, entende que os equipamentos de saneamento básico estão contemplados no capítulo de meio ambiente e que os equipamentos de segurança pública serão mapeados e apresentados no início da oficina propositiva de equipamentos sociais. **Em 2.8. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO: 01)** Lojas de conveniências sejam padronizadas, todas devem fechar à meia-noite. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o horário de funcionamento das lojas de conveniência deve ser regrado por legislação específica. **02)** Sugerimos a elaboração de diagnóstico indicando a quantidade de espaços livres ocupados para fins de moradia de interesse social, a partir de dados disponibilizados pela PGM (ações de reintegração de posse). A CDHPF apresentou um levantamento ao Núcleo Técnico do qual constam 38 (trinta e oito) processos, ações de Reintegração de Posse ajuizadas pelo Município de Passo Fundo, na 1ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública da Comarca de Passo Fundo. Também sugerimos a elaboração de diagnóstico indicando a valorização do preço do m² de terrenos e imóveis próximos a equipamentos públicos novos ou reconfigurados (praças, parques, vias). Todos esses dados são relevantes para a etapa de diagnóstico, haja vista que o diagnóstico deve apresentar grandes questões relevantes para o planejamento urbano e que tem impedido a efetivação do direito à cidade estabelecido pelo PPDI ou tem propiciado a apropriação privada de investimentos públicos. **PARECER:** Nesse item é importante mencionar que de acordo com a legislação, os espaços livres possuem destinação específica, não podendo serem utilizados para fins de moradia de interesse social. Assim considerando que a matéria está sendo discutida judicialmente, esses dados não foram trazidos para o diagnóstico. Entretanto salientamos que os espaços livres de uso público estão demarcados no mapa 2.8.1, assim como as áreas ocupadas no mapa 2.4.1. Quanto à indicação da valorização do m² de imóveis próximos a equipamentos públicos, a equipe técnica informa que a Planta de Valores está em processo de revisão, e que quando concluída, possibilitará o cruzamento de tais informações com o diagnóstico, para que na etapa propositiva possibilite o debate dos instrumentos do Estatuto da Cidade que serão incluídos na nova legislação. **Em 2.9. GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: 01)** Sugerimos a elaboração de estudos complementares apresentando: a) a legislação e conselhos municipais de participação relacionados as temáticas do Plano Diretor, com suas respectivas atribuições; b) os resultados do grupo de trabalho sobre conselho municipal da cidade de Passo Fundo instituído pelo Decreto Municipal n.º 46/2010, bem como síntese da proposta de Projeto de Lei apresentada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo; c) histórico das Conferências Municipais da Cidade na vigência do PDDI e suas principais deliberações. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o material referente as 6 Conferências da Cidade realizadas são propositivas e farão parte da próxima etapa da revisão. Além disso, as deliberações das conferências estão contempladas no capítulo 3, leitura comunitária. **Em 2.9.4. OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE: 01)** A questão dos vazios urbanos, ou “o estoque de terrenos a espera de valorização dentro da área urbanizada” é tratado na análise (p. 353), apareceu nas oficinas avaliativas (p. 444),

no relato da reunião sobre habitação (p. 486) e também no diagnóstico das crianças (p. 501). Sugerimos a inclusão dos dados quantitativos sobre os vazios urbanos de Passo Fundo, a saber: a) dados constantes do cadastro multifinalitário do Município; b) dados sobre vazios constantes do PLHIS; c) dados da Secretaria de Obras públicas e Secretaria de Meio ambiente sobre terrenos baldios, os quais seriam 14.000 segundo algumas estimativas (http://rdplanalto.com/noticias/32095/terrenos-baldios-proprietarios-terao-90-dias-para-regularizacao); d) dados apresentados em Relatório elaborado pela CDHPF e UPF (referidos na p. 486), entregues ao Núcleo Gestor. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que em análise do relatório apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e UPF, foram encontradas inconsistências na demarcação dos vazios urbanos, como por exemplo áreas de mata demarcadas como vazios. Além disso, na legislação municipal há definição de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, concluindo-se que nem todos os terrenos baldios podem ser enquadrados como vazios urbanos. **EM 2.9 - 01)** Sugerimos a inclusão de um novo subitem para tratar dos **Instrumentos Regularização Fundiária Urbana (Reurb)**, instituídos pela Lei Federal nº 13.465/2017, abordando a necessidade de previsão dos mesmos no Plano Diretor. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que não há necessidade de criação de novo subitem pois os instrumentos previstos na lei federal estão contemplados ao longo do documento. **02)** Sugerimos a inclusão de um novo subitem sobre **Direito à cidade**, apresentando uma síntese da compreensão sobre o tema, bem como o conceito de direito à cidade estabelecido pelo PDDI vigente. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que o tema é amplo e será tratado ao longo das oficinas propositiva. **No item 3. LEITURA COMUNITÁRIA - 3.4. RELATÓRIO DO QUESTIONÁRIO ON-LINE: 01)** É conveniente dispor de tabela com os dados brutos do respectivo questionário, preservando a identificação, limitando à informação se o individuo tenha se identificado documentalmente ou não ao responder o questionário, permitindo uma análise mais profunda sobre os dados, em medida, provendo acesso a tal informação de modo ativo, bem como atendimento proativo sob regulação de dados abertos. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico entende que como as respostas refletem a média das opiniões dos respondentes, tratando-se apenas de escolhas entre as opções apresentadas, não é necessária a apresentação respostas individuais. Estas foram as contribuições recebidas e analisadas e que o Núcleo Técnico entendeu que não poderiam ser incluídas no documento conforme parecer. Após foi explicado que seria lida as contribuições de alteração do Diagnóstico (seis no total) que serão submetidas à votação para inclusão. Primeiro será lido o item e a leitura da contribuição e abre-se a palavra para quem quiser defender a manutenção do texto ou a inclusão do novo texto. Poderá ser falado três minutos. Antes de começar a falar deverá se identificar pelo nome e bairro ou entidade que representa. As contribuições foram destacadas em vermelho no texto para melhor visualização. As inscrições deverão ser feitas junto à Equipe de Apoio. É só levantar o braço enquanto estiver falando para que a equipe possa realizar a inscrição. A fala será por ordem de inscrição. O primeiro item - **1. CONHECENDO O TERRITÓRIO - 1.5. DEMOGRAFIA: 01)** Ainda que dados da população estejam apresentados, observa-se que os desagregados são insuficientes para necessárias análises posteriores em termos de proposições. Por exemplo, não há informações desagregadas em relação à composição étnico-racial, tanto no grau quanto nos estratos específicos. Particularmente no subitem 1.5.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, se poderia aprofundar as composições considerando os mais diversos recortes (sexo, idade, etnia/raça, rendimento, local de moradia e outros aspectos) tanto no específico de cada um quanto no cruzamento entre eles. Quanto mais detalhada a informação sobre população, mais condições de análise e de prospecção. Recursos necessários e estratégicos para o planejamento, sugere-se revisão e complementação destes dados no conjunto do documento e particularmente no item 1.5 o subitem 1.5.3 e também os subitens 1.5.4 e 1.5.5. Observa-se, ainda que os dados populacionais constantes deste item contrastam com dados do mesmo assunto dispostos nos assuntos ao longo do documento. Sugere-se uma abordagem uniformizada de dados e referências para o conjunto do documento. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico informa que os dados referentes a etnias/raças podem ser acrescentados ao documento no item 1.5.3. Caracterização da População, conforme apresentado abaixo e que as demais informações constam ao longo do documento. Quanto ao possível contraste de dados no documento o núcleo técnico irá revisar caso esteja faltando a referência correta dos dados. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto e da figura no início do capítulo Caracterização da População: A composição étnica e racial da sociedade brasileira é resultado de uma confluência de pessoas de várias origens étnicas diferentes, dos povos indígenas originais, negros africanos, dos colonizadores portugueses e de posteriores ondas migratórias de europeus, árabes e japoneses, além de outros povos asiáticos e de países sul-americanos. A população do Município de Passo Fundo, conforme dados do Censo IBGE 2010, figura 1.5.X,

declarou-se 83,18% branca, 13,92% se declarou parda, 2,49% se declarou preta, 0,30% se declarou amarela e 0,10% se declarou indígena.

População Municipal e Etnias

PASSO FUNDO - RS	POPULAÇÃO AMARELA	POPULAÇÃO BRANCA	POPULAÇÃO INDÍGENA	POPULAÇÃO PARDA	POPULAÇÃO PRETA
% População	0,30%	83,18%	0,10%	13,92%	2,49%
Habitantes	563 habitantes	153.732 habitantes	190 habitantes	25.733 habitantes	4.607 habitantes

IBGE | Organizado por Datapedia.info

Figura 1.5.X: Etnias
Fonte: Datapedia

Não houve inscrito para falar sobre este item. Após a leitura, foi aberto votação para aceitação da inclusão do item, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto sugerido. O segundo item **2. LEITURA TÉCNICA: AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA - 2.4. HABITAÇÃO E OCUPAÇÕES: 01)** Sugerimos a alteração do assunto para "Regularização fundiária e direito à moradia adequada", com a conceituação do direito à moradia adequada nos termos dos instrumentos internacionais que tratam do tema. Sugerimos a elaboração de estudos complementares apresentando: a) diagnóstico da parte da cidade de Passo Fundo que está "fora do PDDI", ou seja, que necessita regularização fundiária. Este diagnóstico é extremamente importante para dimensionar o "tamanho" da cidade de Passo Fundo que está "fora do plano", sendo que algumas estimativas indicam que aproximadamente 20% da área da cidade encontra-se nesta situação. O PLHIS (2009) apresenta um levantamento indicando 27 locais de "irregularidade fundiária", com um total de 1.520 famílias. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Passo Fundo, afirma que existem 55 locais de "irregularidade fundiária". A CDHPF tem levantamento que foi apresentado ao Núcleo Gestor com 38 áreas públicas (apenas públicas) de "irregularidade fundiária"; b) dados sobre a demanda habitacional do Município divulgados recentemente pela Secretaria de Habitação (http://rduirapuru.com.br/cidade/apos-depuracao-lista-de-inscritos-em-programas-habitacionais-cai-de-12-para-4-mil/) e sua relação com o proposto neste diagnóstico, com análise dos impactos e necessidades. Reconhecemos a importância dada ao tema do "beira trilhos" (p. 214-215), todavia considerando os dados, informações e análises que foram apresentadas pela CDHPF ao Núcleo Técnico, o que está apresentado está muito aquém do disponibilizado, de modo a ser efetivamente ser reconhecido como a "ocupação" de "maior relevância". Sugere-se completar com outros elementos constantes dos estudos apresentados. **PARECER:** O Nome do assunto foi definido em audiência pública de aprovação da metodologia da revisão do PDDI. No que diz respeito ao diagnóstico da cidade de Passo Fundo que está "fora do PDDI", o núcleo técnico informa que a situação está retratada no mapa 2.4.1 (mapa das ocupações). Quanto ao que diz respeito à Beira – Trilhos, o núcleo técnico propõe a adição do seguinte parágrafo: De acordo com o documento disponibilizado pela CDHPF, "Relatório de Monitoramento da Situação Direito Humano à Moradia Adequada no Beira trilho de Passo Fundo 10 Anos Após" em levantamento realizado em 2008 e o Informe 2011 confirmou-se que a ocupação é consolidada, visto que das famílias entrevistadas 19,76% disseram morar na Beira Trilhos de 6 a 10 anos, 13,14% de 11 a 15 anos, 10,77% de 16 a 20 anos, 16% entre 21 e 30 anos, 6,52% mais de 30 anos, 8,7% menos de um ano e 5,44% a um ano, sendo que do total das famílias, 48,12% disseram sempre ter morado em Passo Fundo e 50,40% disseram ter vindo de outras cidades; sendo que a consolidação também se confirma em razão do acesso à infra - estrutura e serviços urbanos (somente 21,38% tem acesso a todos); 89,93% disseram ter acesso regular à luz; 84,48% disseram ter acesso regular e individual à água; 95,38% disseram ter lixo coletado. Foi dito que o CDHP fez a sugestão de alteração, porém não enviou o texto a ser incluído. O texto inserido foi elaborado pelo Núcleo Técnico. Foi questionado o número de ocupações. Foi respondido que no mapa estão as ocupações que veio do Plano de Habitação de Interesse Social de 2009, com as ocupações consolidadas. Foi questionado pela Greice se a CDHPF, quando fala que existem 55 ocupações, apresentou alguma documentação com comprovação através de documentos ou fotos do número de ocupações.

Devido as dúvidas, foi lido novamente o item e destacado que foi o Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Passo Fundo que afirmou que existem 55 locais de “irregularidade fundiária” em Passo Fundo, a CDHPF tem levantamento com 38 áreas públicas (apenas públicas) de “irregularidade fundiária” e o Plano Nacional de Interesse Social diz que são 27 locais. Para a informação tem de ser utilizado documentos legais e está sendo usado os dados do Plano Nacional de Interesse Social, mas no mapa constam todas a ocupações conhecidas, porém as ocupações são muito dinâmicas e se alteram com muita rapidez. Foram consideradas apenas a ocupações já consolidadas. Greice complementou que tem o documento legal, que aponta 27, e tem entidades dizendo que o número é maior. Foi questionado se até o final da Revisão do Plano Diretor, estes valores serão atualizados. Foi dito que o mapa não marca apenas as 27 ocupações, mas sim todas as ocupações, só no texto não tem toda quantificação, pois há diferença nos tamanhos das ocupações. Como exemplo foi dito que tem ocupações que possuem cerca de 14 famílias ocupando apenas dois lotes. Estas ocupações estão no mapa, mas não fazem parte do texto. Quando a Secretaria de Habitação tem o relato de haver uma ocupação esta já é marcada no mapa. Greice disse que se a Secretaria de Habitação tem os dados das pessoas que não possuem moradia, estes dados podem ser lincados. A preocupação é que se chegue ao final da Etapa mantendo esta pendência. A Secretária disse que os números usados são dinâmicos e mudam com grande rapidez. A discrepância é sobre o número de locais com ocupações. Greice disse que deve ser trabalhado com o número de famílias, rendas destas famílias e as verbas que são aprovadas. A questão é política pública de moradia. A secretária disse esta contribuição pode ser dada no final como sugestão de correção para que os dados sejam buscados junto à Secretaria de Habitação e atualizados, mas que para o planejamento urbano, o importante é o número de ocupações. Foi dito que esta sugestão será enviada para análise. Não houve mais inscritos para falar sobre esta inserção. Após a leitura, foi aberto votação apenas do texto, pois o título já foi alterado em Audiência anterior. A inserção do texto sugerido foi aprovado por ampla maioria. O terceiro item **2.6. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: 01)** Observei a falta da menção ao Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável definido em lei estadual número 14.960/16 que por enunciado Institui a Política Estadual de Mobilidade Urbana Sustentável no âmbito do Rio Grande do Sul e dá outras providências, observando a redação dada ao §1º e §3º do Art. 6º conforme segue: Art. 6º O Plano Estadual de Mobilidade Urbana Sustentável é o instrumento de efetivação da Política Estadual de Mobilidade Urbana Sustentável e deverá contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes das Leis Federal e Estadual, bem como: § 1º Em municípios com população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido. § 3º O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 3 (três) anos da vigência desta Lei. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico acrescenta no item 2.6.1. Aspectos Gerais, entre o primeiro e segundo parágrafo o texto a seguir com o número da lei que instituiu o Plano de Mobilidade do Município de Passo Fundo: O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Passo Fundo foi instituído pela Lei nº 5.305, de 03 de janeiro de 2018, e tem como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, por meio do planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana. Não houve inscrito para falar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto. O quarto item **2.7: EQUIPAMENTOS SOCIAIS - 2.7.1. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO 01)** Sugere-se qualificação da apresentação dos dados e análises – inclusive considerando o disposto no Plano Municipal de Educação e seu relatório de monitoramento – com dados desagregados a respeito de população fora da escola identificando região, particularmente, para cada nível de ensino visto que isto subsidiaria a identificação de localização para oferta de novos equipamentos. Sugere-se qualificar a argumentação para sustentar a afirmação constante do parágrafo “Em parte, esses baixos níveis de escolaridade em 2010 representam uma parcela da população de 18 anos ou mais que não frequentaram a escola no passado. Atualmente, a frequência à escola por parte das crianças (6 a 14 anos) é expressivamente maior, o que indica que, no futuro, a proporção de pessoas com 18 anos ou mais possuindo ensino fundamental tende a ser bem maior” (p. 293). Sugere-se qualificar a argumentação para sustentar a afirmação constante do parágrafo “De forma geral a população do município mantém níveis educacionais de maior qualidade que a média do estado e tem reduzido a taxa de analfabetismo nos últimos 10 anos” (p. 294), especialmente apresentando dados desagregados sobre o analfabetismo. Necessidade de qualificar a análise da oferta de equipamentos educacionais para o ensino médio (p. 301), considerando que há regiões significativas da cidade que não tem este tipo de equipamento disponível (ex. Alexandre Zácchia). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada as informações de população fora da escola foram consideradas de acordo com os dados do Censo do IBGE de

2010, sendo feita a comparação com os dados contidos no Plano Municipal de Educação, constatando-se que não há divergência entre os mesmos. Quanto a frequência à escola da população de 6 a 14 anos, o documento apresenta os dados, onde 97,26% dessa população frequenta a escola de ensino fundamental, o que sustenta essa afirmação. Quanto aos dados de taxas de analfabetismo, acrescenta-se as informações com dados do Censo do IBGE de 2010, conforme apresentado abaixo. Quanto às escolas de ensino médio, foram mapeadas as escolas existentes, que são competência do Estado, sendo possível a análise das carências existentes. Além disso, os dados considerados na análise sobre a educação infantil tratavam das crianças que frequentavam a escola com idade de 0 a 5 anos, mas como a idade obrigatória de oferta de educação básica obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos de idade, é necessária a complementação da documentação com os dados da população na fixa etária entre 4 e 5 anos. Foi sugerido inserir a complementação de informações nos parágrafos mencionados: De forma geral a população do município mantém níveis educacionais de maior qualidade que a média do estado e tem reduzido a taxa de analfabetismo nos últimos 10 anos, onde em 2010, conforme dados do Censo do IBGE, 3,58% da população do município com 15 anos ou mais não sabe ler nem escrever um bilhete simples, conforme figura 2.7.X, abaixo dos índices do Rio Grande do Sul e do Brasil.

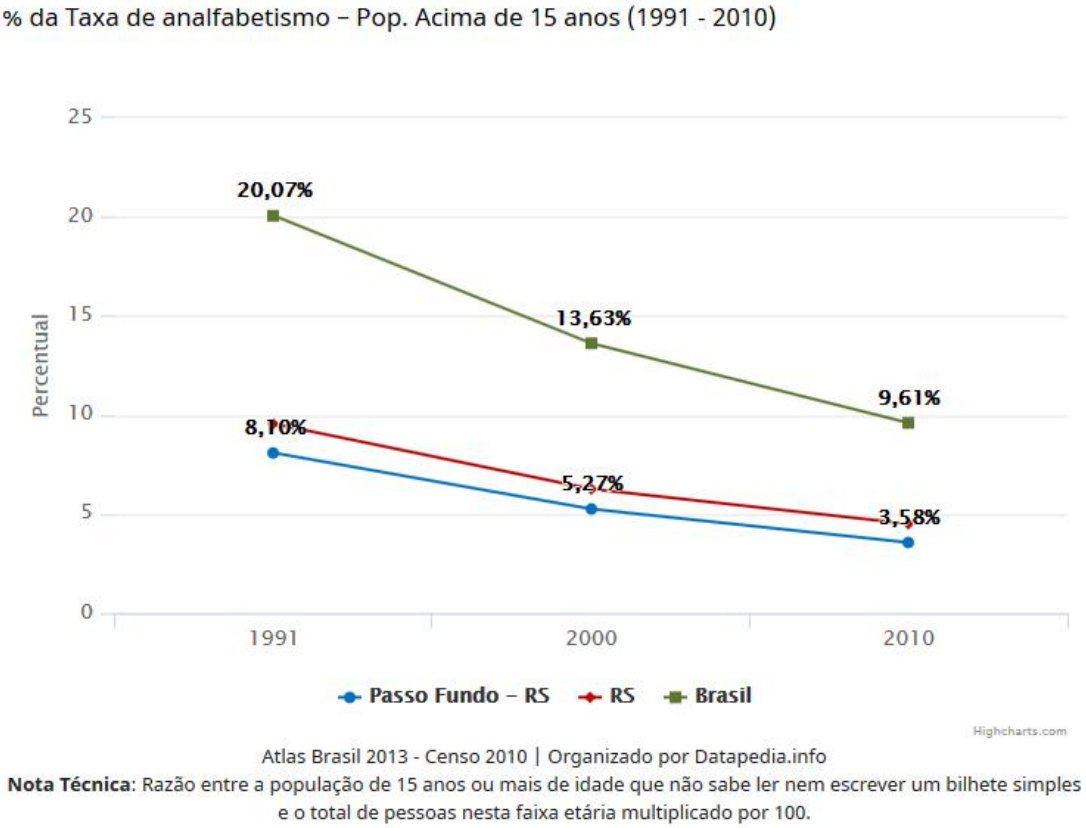


Figura 2.7.X: Taxa de Analfabetismo
Fonte: Datapedia

As 37 EMEI's atenderam um total de 4.587 crianças em 2017, conforme Censo Escolar da Educação Básica, sendo 2.021 crianças de 0 a 3 anos e 2.566 crianças entre 4 e 5 anos (idade obrigatória de frequência à escola e objeto deste diagnóstico). Destas escolas de educação infantil, quatro delas funcionam em imóveis alugados, atendendo 423 crianças, sendo 332 na pré-escola, ou seja, entre 4 e 5 anos: EMEI Branca de Neve, localizada no setor 11, regional leste, com uma taxa de atendimento de 135 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 118 entre 4 e 5 anos; EMEI Toquinho de Gente, localizada no setor 14, regional sul, com uma taxa de atendimento de 92 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 59 entre 4 e 5 anos; EMEI Vovó Nelly, localizada no setor 07, regional sul, com uma taxa de atendimento de 100 crianças em 2017 de acordo com a SME, sendo 76 entre 4 e 5 anos e EMEI Santa Terezinha, localizada no setor 22, regional oeste, com uma taxa de atendimento de 96 crianças em 2017 conforme dados da SME, sendo 79 entre 4 e 5 anos. Além dessas, a EMEI Padre Alcides Guareschi, localizada no setor 10, regional norte, iniciou o funcionamento no final de 2017, com previsão de atendimento de 200 crianças também utiliza imóvel alugado. Quando consideramos a rede particular, há oferta de educação infantil em 41 escolas, que atenderam 3.578 crianças em 2017, conforme

Censo Escolar da Educação Básica, sendo 1.818 crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos. Considerando os dados do CENSO do IBGE 2010, somente 5.951 crianças frequentavam a escola de educação infantil, sendo 3.244 crianças entre 4 e 5 anos. Mas, conforme os dados do Censo Escolar da Educação Básica em 2017, 8.165 frequentavam a escola, sendo 4.384 crianças entre 4 e 5 anos, assim pode-se considerar que a oferta de vagas aumentou nesse período. Utilizando-se como referência os dados disponibilizados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2017, onde 8.165 crianças frequentavam a escola de educação infantil, 56,18% das crianças são atendidas pela rede municipal de ensino e 43,82% das crianças são atendidas pela rede particular de ensino. Considerando somente as crianças atendidas pela pré-escola (4.384 pessoas), faixa etária obrigatória de frequentar a escola, 58,53% foram atendidas pela rede municipal e 41,47% foram atendidas pela rede particular de ensino. Não houve inscrição para comentar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto e da figura. O quinto item **2.7.2. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE 01)** Sugere-se qualificar a argumentação para sustentar a afirmação constante do parágrafo “Importante salientar que os programas de atendimento à saúde básica definidos pelo Ministério da Saúde sofreram mudanças, de forma que os ambulatórios existentes não estão em conformidade com as normas vigentes e não apresentam potencial de adequação a elas. Com isso, a diretriz que está sendo seguida pela Secretaria Municipal de Saúde e foi adotada neste diagnóstico é a substituição destes equipamentos por novas UBS” (p. 308). **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico acrescenta informações de acordo texto apresentado abaixo: Importante salientar que os programas de atendimento à saúde básica definidos pelo Ministério da Saúde sofreram mudanças, de forma que os ambulatórios existentes não estão em conformidade com as normas vigentes e não apresentam potencial de adequação a elas, por não possuírem espaço físico para atender ao programa de necessidades das Unidades Básicas de Saúde. Com isso, a diretriz que está sendo seguida pela Secretaria Municipal de Saúde e foi adotada neste diagnóstico é a substituição destes equipamentos por novas UBS. Não houve inscrição para comentar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto. O sexto item **2.9.5. OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE – VIGENTES NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO 01)** É apresentado um diagnóstico da efetivação do instrumento “direito de construir”, com dados quantitativos; sugerimos a realização de diagnóstico idêntico em relação ao instrumento IPTU progressivo (Lei Complementar n.º 370, de 15 de outubro de 2014 – p. 365 do diagnóstico). Este diagnóstico é importante para análise da eficácia do PDDI no tocante a função social da propriedade e para posterior apresentação de propostas que supram as lacunas e deficiências apontadas pelo diagnóstico na análise do instrumento. Observa-se uma quebra de informações entre as páginas 364 e 365, sendo que o Quadro 2.9.2 parece tratar de assunto diferente daquele enunciado no título do subitem. Todos esses dados são relevantes para a etapa de diagnóstico, haja vista que o diagnóstico deve apresentar grandes questões relevantes para o planejamento urbano e que tem impedido a efetivação do direito à cidade estabelecido pelo PDDI, as quais embasarão proposições nas etapas posteriores do processo de revisão do plano. **PARECER:** Considerando a contribuição apresentada, o Núcleo Técnico acrescenta o texto: O quadro 2.9.2: Prédios tombados/estado de conservação apresenta os imóveis tombados de acordo com a Lei Municipal n.º 2.997, de 06 de janeiro de 1995, demonstrando a implementação da referida lei. Não houve inscrição para comentar sobre o item. Após a leitura, foi aberto votação, tendo sido aprovado por ampla maioria a inserção do texto. Terminada a votação das proposições, a Secretária solicitou aprovação do documento do diagnóstico feito pelo Núcleo Técnico. Foi colocada em votação a aprovação do documento do Diagnóstico do Município de Passo Fundo para Revisão do Plano Diretor que foi aprovado por ampla maioria dos presentes. Após a aprovação foram chamados os inscritos para manifestações. Houve 09 (nove) inscritos. O primeiro inscrito foi Adroaldo Pandolfo que deu parabéns pela equipe pelo documento e sugeriu que o arquivo de dowload fosse dividido em partes para facilitar a leitura. Foi solicitado a disponibilização dos formulários, para participação, principalmente da Audiência Pública. Foi sugerido que na página 123, que fala das Zonas de Uso Especial, que no parágrafo da linha 07 a linha 13 e da linha 14 a 17 tem a mesma redação. Com relação aos encaminhamentos, principalmente com relação à questão da água, foi citado com relação ao Plano Ambiental, o município não tem Plano Ambiental e sim Plano Municipal de Saneamento Básico. Com relação a retirada de água deve ser especificada dentro do Plano Municipal de Saneamento Básico. O segundo inscrito foi Marcos Gerhardt, representante da Cresol, sugere quanto à apresentação do patrimônio ambiental, lembra que se trata de um plano integrado e foi apresentado apenas o patrimônio ambiental urbano. A sugestão é que se inclua o patrimônio ambiental de modo geral (de todo o município). No caso de florestas, nas áreas rurais os remanescentes de florestas são muito maiores do que as áreas já demarcadas e tombadas ou transformadas em parque. Como exemplo foram citados a Zona de Produção Agrofamiliar, que tem pelo menos várias áreas muito grandes, uma delas com 100 hectares,

que são áreas privadas cujo proprietários, fazem questão de conservar. Tem outra área, não tão grande quanto a anterior, mas que são cuidadas pelos proprietários e são tratadas por todos os moradores da região como patrimônio ambiental porque abriga a fauna e principalmente porque faz com que os recursos hídricos se tornem mais abundantes na forma de nascentes e também no aporte, na inclusão de água na bacia do Rio Jacuí. Ou seja temos uma área de nascente que é necessário proteger, há um grande acréscimo de água ao Rio Jacuí quando ele passa por Vila Colussi e São Brás, porque ali há muita água sendo reunida por esta floresta. Igualmente a fauna silvestre está muito presente nesta área. O terceiro inscrito foi Greice Serafini que falou sobre a questão de mobilidade urbana. foi citado que durante as oficinas houve muito cuidado com a questão da mobilidade urbana como acessibilidade, que abrange a questão das calçadas, a necessidade de uma secretaria de cuide especificamente do transporte, com fraldários e melhores instalações. Foi citado que houve uma licitação para transporte público, porém no edital estas questões não foram para licitação. Nos próximos dias deve ocorrer nova licitação, mas percebe-se que algumas questões continuam não sendo contempladas. Estes itens foram votadas nas oficinas, foram feitos apontamentos, inclusive verificando os pontos de captação de água, sustentabilidade da região central com aproveitamento de água, questões de acessibilidade, da qualidade do asfalto, quais as ruas que devem ter calçamento, quais as ruas devem ter asfalto. Toda uma questão ecológica, questão de tráfego, questão da faixa exclusiva dos corredores de ônibus. Todas foram trabalhadas na licitação do transporte e são problemas de infraestrutura e estão há anos sem terem sido resolvidas e não foi citado a captação de recursos para melhoria destas condições. Foi perguntado se na aprovação do Diagnóstico hoje, estas questões ainda poderão ser inseridas, pois se forem analisados as leis do transporte, leis municipais, estatuto das cidades e o que se fala hoje sobre transporte, está faltando incluir muita coisa e poderá dar problemas no futuro. Foi citado que não se falou em política pública de habitação, pois onde se tem invasões tem toda uma questão de saneamento, nascimento de crianças, falta de escolas. É muito importante colocar questões de políticas públicas de moradia municipal lincado com as questões ambientais e com a questão sustentável. Foi dito que tudo dito hoje, o que for questão de diagnóstico será colocado, o que for questão de proposições será colocado na próxima etapa. O quarto inscrito foi Ivanir Campana falou sobre mobilidade urbana, ele disse não concordar com o relatado na apresentação sobre as calçadas, que as condições das calçadas são péssimas. No centro as calçadas são razoáveis, mas nos bairros não existem. Os passeios públicos de Passo Fundo precisam de fiscalização mais completa. Foi dado o exemplo da dificuldade de locomoção em cadeira de rodas no centro da cidade, pois saindo da Avenida Brasil as calçadas não respeitam a legislação de acessibilidade. Falou que é necessária a formação de uma equipe de fiscalização de mobilidade urbana em Passo Fundo. É necessário procurar saídas de garagem para conseguir sair das calçadas, sendo necessário transitar pelas ruas no meio dos carros até o destino. Pediu que seja dado mais atenção aos bairros e vilas. O quinto inscrito foi Vereador Marcio Patussi, disse que foi observado que nos itens 2.2 (Meio Ambiente) e 2.3 (Ocupação do Território) foram acolhidas algumas sugestões da região sul e vergueiro. Teve discussão de moradores com relação à verticalização, em relação á alteração e permissão de novos usos (novos comércios). Dentro da viabilidade legal tem de ver a permissão de novos usos. Diz que o Núcleo Técnico aprovou, mas fica condicionado à uma próxima etapa da Revisão do Plano Diretor. Foi explicado pela secretária que este assunto não pode ser aprovado agora. Patussi questionou se esta próxima etapa já tem data definida? Foi respondido que deve ser iniciada na segunda quinzena de fevereiro/2019. E nesta etapa será discutido o uso do solo em toda cidade. A secretária reafirmou que a Etapa 03 são proposições e terão 11 oficinas temáticas, sendo uma delas sobre uso do solo, onde serão discutidas as propostas de alteração de uso de toda cidade, inclusive a Vergueiro. Na finalização da Etapa 03 também irá ocorrer nova Audiência Pública para aprovação. O sexto inscrito foi Ana Carolina Tres Buhler, que falou sobre habitação e ocupações. Foi questionado quanto ao que foi dito sobre os dados utilizados com base no Estatuto da Cidade. Foi dito que os dados são do IBGE 2010. Que os dados são de quase 10 anos atrás e estão desatualizados. Tem de ser verificado qual é o objetivo do Plano Diretor. Se é diminuir as desigualdades sociais e aumentar a acessibilidade para que a cidade seja de todos. Se a cidade deve ser de todos, deverá ter energia elétrica, pavimentação, água, conforto nas residências para proporcionar inserção das pessoas na sociedade. Partindo de dados de 2010 para a data atual essa inserção será inviável. Quanto ao número de ocupações, por mais que seja um dado dinâmico é importante e significativo a precisão dos dados para questões de inserção social. Foi colocado sobre a ocupação do Beira Trilho (maior ocupação de Passo Fundo), há uma decisão da Procuradoria da República , que ajuizou uma ação para que estas pessoas fosse reintegrada e a situação fosse regularizada e acha importante ser colocada esta informação, pois é um impacto de mais de 1.600 famílias. Foi levantada a informação que em grande parte dos casos as ocupações estão localizadas em áreas de preservação permanente, ou em áreas de risco ocasionando outros conflitos sociais ou ambientais. Disse que esta frase foi

colocada ao longo do texto três vezes e acha fundamental colocar que tem ocupações que estão localizadas em Zona Especial de Interesse Social, que significa que esta área é para pessoas de baixa renda. Existem vários programas habitacionais por faixa de renda, mas são rendas mais altas, mas que não existe um programa para faixa de renda que contemple as pessoas que vivem em ocupações. O município tem de verificar onde está falhando em atender esta faixa. O sétimo inscrito foi Ivan Manfroi presidente do SINCOGÊNEROS. Falou sobre o Bairro Petrópolis e Avenida Rui Barbosa. Foi dito que a Avenida Rui Barbosa não tem ligação com o resto da cidade, não tem comércio forte e precisa ter uma utilidade definida, sendo necessária a ligação desta avenida com o centro da cidade. Tem partes da avenida em que o Plano Diretor é diferente em cada parte, mesmo próximas (esquinas). Foi solicitado análise de toda extensão da Rui Barbosa, pois é muito carente de novos investimentos. O oitavo inscrito foi Vera Lúcia Siqueira do bairro Vera Cruz, solicitou qual é o critério para aluguel de locais para instalação de ambulatórios, se é pelo espaço físico, pelo preço. Falou também da Avenida Moacir da Motta Fortes, que até o viaduto tem calçamento, a partir do viaduto não possui mais calçamento nem faixa de segurança, o que causa bastante acidente. Foi dito que esta é uma área esquecida. Falta de drenagem, de equipamentos sociais. Foi dito que os pedidos na prefeitura tem demorado para ser resolvido. O nono inscrito foi Baidjir Buaes, representante da associação de moradores da Vergueiro. Falou sobre os usos e ocupação do solo apresentada. Foi salientado que a mudança está sendo feita com base no Estatuto da Cidade. Falou sobre as colocações de pessoas que não residem na localidade. Que identificou coisas diversas do que os moradores sentem. Quer saber se quando estiver na fase propositiva, quem irá fazer o levantamento são as pessoas que residem no bairro. Foi respondido que a construção da próxima etapa é coletiva, haverá debate sobre o uso do solo de forma geral, tanto urbana quanto rural. As oficinas serão marcadas por tema e serão debatidos questões gerais sobre o município e pode ser incluído a questão da vergueiro. Não tem como restringir o debate apenas para os moradores da região, toda população que estiver presente no dia do debate tem direito de opinar sobre toda cidade, inclusive a Vergueiro. Na primeira oficina da fase propositiva, a idéia é debater e definir a construção das diretrizes das propostas dos usos do solo. Depois das oficinas será realizado um Seminário (sequência de audiências). Neste seminário será pactuado quais são as diretrizes de uso do solo que virarão lei na Etapa 04. Foi lembrado que o Seminário da cidade é aberto e todos poderão votar e depois no texto da lei os delegados votam. É importante a participação de todos pois todas as pessoas opinam sobre toda a cidade. Nas Oficinas propositivas a prefeitura não levará proposta, será levado vídeo ou palestrante que irá falar sobre o tema e terá uma dinâmica com a população para ouvir as propostas. Depois as propostas serão organizadas, analisadas tecnicamente e levadas para o Seminário da Cidade e aprovada. Baidjir disse que esta preocupação é devido a um dado de que apenas 5% das zonas do município são exclusivamente residenciais e no momento de uma modificação ficaria um índice muito menor que este, além foi colocado de forma pejorativa que na Vergueiro existem apenas casas antigas e os proprietários querem vender. Foi respondido que esta contribuição não entrou no diagnóstico. Baidjir pensa que o bem estar da localidade deve ser verificada pelos proprietários e não por pessoas estranhas ao local e que queiram apenas investir. Foi perguntado sobre os terrenos foreiros. Foi respondido que a propriedade da terra não será discutido. O Plano Diretor discute apenas a organização do território. Foi agradecido todos que estiveram presentes e ao Núcleo Técnico. A reunião encerrou-se às vinte uma horas e quarenta e cinco minutos.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Dayane + [illegible]	[illegible]	99104-9021		[illegible]
2	UBIRATAN [illegible]	[illegible]@YAHOO.COM.BR	99981 4708	CMDI	[illegible]
3	Ricardo [illegible]	[illegible]@hotmail	99649574	SDE	[illegible]
4	[illegible]	[illegible]	99375 3638		[illegible]
5	[illegible]	[illegible]@gmail.com	99983 2044		[illegible]
6	[illegible] P. Salto	[illegible]@hotmail.com	99578276	CREC	[illegible]
7	[illegible]	[illegible]@pmpf.rs.gov.br	99593560	SMS	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]@pmpf	9629 7430	IPPASSO	[illegible]
9	[illegible]	[illegible]@PMPF.RS.GOV.BR	99239870	SEPLAN	[illegible]
10	Maria Helena K. don Fragomeni	[illegible]@yahoo.com.br	99994 8053		[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Djosan Carvalho	djosan@gmail.com	99202631	IHPF	[illegible]
2	Maria Cristina Rigoriga	MCristina	991079744	Vergueiro	MCristina
3	Ekaterina R. Fogaça	kaka.fogaca@hotmail.com	991694895	Vergueiro	[illegible]
4	Luís Henrique Zanette	luhmh@live.com	54 981942912	Jardim Júlia	[illegible]
5	Mateus [illegible]	[illegible]@gmail.com	54 99605838	avenida	[illegible]
6	PAULO CESAR COLETTI	coletti.paulocesar@gmail.com	98427-6470	PMPF-SEHAB	[illegible]
7	Vitor Hugo Carlão	vhcarlao@gmail.com	99981405	Ens. Adriano	[illegible]
8	PAULO F. O. CORANCHO	paulo.corancho@[illegible]	99932.5041	GESP	[illegible]
9	João A. [illegible]	jogo51@[illegible]	33111877	Orla RS	[illegible]
10	Karen S. Araújo	nutricionista.kaye@yahoo.com.br	98117-7912	SME	[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Emerson Nelis			COMPEDE	[illegible]
2	Henrique de Lagni		99991512	COMUNIDADE SAUBAAZ	[illegible]
3	Amélio Stobbi			Cidadão	[illegible]
4	Roger T. Borges		99127954	ABCS	[illegible]
5	Joseane Ferreira	joseanyxx@gmail.com		Conselho Igualdade Racial	[illegible]
6	Leandro Rizzani		96092.33	PHPE	[illegible]
7	Jane Sommer Gomes		(51)99821686	SMS	[illegible]
8	Luiz S. de Jesus		54|99115314	Cresol	[illegible]
9	Isabela Zampone		99978 9144	SMS	[illegible]
10	Monica P. Palte	mmmatte@terra.com.br	99918852	Morador	[illegible]

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Cristiane da Silva Barros		92446430	São Luiz Gonzaga	[illegible]
2	Gilmar Duarte Dias		91344350	"	[illegible]
3	André Ferreira		91642873	"	[illegible]
4	Felipe Dalpaz	felipepd@pmpf	999090322	Prefeitura	[illegible]
5	Izair Sabbi Borile	sme@pmpf	99841003	SME	[illegible]
6	Janaina Capellari	janaina.cs@pmpf	999537701	SE	[illegible]
7	Thiago Capuano	thiago.capuano@gmail.com	991093986	UAMPAF	[illegible]
8	Diego Lemos	diego.bernardelemos@hotmail.com	984044519	OAB	[illegible]
9	Roberto Rizzinde		991710265	EEI Penelope Charmosa	[illegible]
10	Antonio Bortolotti			SECRINC	[illegible]

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Vanderlei B. Fogaço	vanderlei-pf @hotmail.com	(54) 3.5332-5734		[illegible]
2	Viviane Kanefer	vivianecandelora @bol.com.br	54-99142578	SME	Viviane Kanefer
3	ELENIR CHAPUIS	elenirc@pmpf.rs.gov.br	984098086	SEMCF	[illegible]
4	CARLOS DAMIANI	teatro municipal @ pmpf.rs.gov.br	99609-6197	SEDEC	[illegible]
5	LEONIR JOÃO GASPERIN JR	ouvidoria @ pmpf.rs.gov.br	984333338	SETEI	[illegible]
6	Gilmar Pouto	[illegible]	99581-2865	SMAM	[illegible]
7	Rubens [illegible]	[illegible]@pmpf.rs.gov.br	99658434	SES	[illegible]
8	Joane A. Andreolla	joaneandreolla [illegible]	999327259	[illegible]	[illegible]
9	Sergio Wolter	swolter@hotmail.com	99944 1247	APRAIO	[illegible]
10	[illegible]	advtus@hot	98404-9624		

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	[illegible]	MADENARDIN@GMAIL.COM	54 9 99337710	VERGUEIRO/CENTRO	[illegible]
2	ODILAIR DAL PRA	ODILAIR@UOL.COM.BR	11.98755126	PROPRIO	[illegible]
3	MIRIAN CARASEK	[illegible]			[illegible]
4	ROSA Mª L. KALIL	ava.rosakalil@gmail.com		UFF	[illegible]
5	RAMADAN KALIL	[illegible]		[illegible]	[illegible]
6	CLAYTON MADILHA	[illegible]	5498102-1950	SECRETARIA FINANÇA	[illegible]
7	LORISSA DE REZENDE			SEPLAN	[illegible]
8	ALTAIR MARTINS	altairs@pmpf...	99961 2999	SOCRINT	[illegible]
9	Patrícia Tassi	patricia@pmpf.rs.gov	99153-7606	SME	[illegible]
10	CRISTIAM THANS	CRISTIAMTHANS@YAHOO.COM.BR	99977 4071	STS 6	[illegible]

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	LEANDRO CANAL BONFANTE				
2	MARCO PATUSSI				
3	LUIZ GIACOMINI				
4	Carla B C. Gonçalves			SMS PP	
5	Wilson			SEMCAS	
6					
7					
8				SEDEC	
9				UFF	
10	Regina Guimarães			SEPLAN	

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	César A. Sandi	[illegible]	98115 1911		[signature]
2	João Valma		99912 7512		[signature]
3	Cristiano Basso	[illegible]	98119-4241	Vila Rodrigues	[signature]
4	Baldir Buaes	[illegible]	54 [illegible]	CENTRO	[signature]
5	Gabriela Cangus	[illegible]	[illegible]	PMPF	[signature]
6	Glaucio L. Sganzerla	[illegible]	98113 0860	—	[signature]
7	Dorlei F. Kaffa	[illegible]	99118 1953	PMP	[signature]
8	Cleusa M. Kojoroski e Silva	cleusa.kojoroski@yahoo.com	99996.6327	SAYA	[signature]
9					
10	Ruben Astolfi	[illegible]	[illegible]	Sman	[signature]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	LUIZ GALBARI DA SILVA	LUIZGALBARI@gmail.com	999941946	SEG	[illegible]
2	CÉSAR AUGUSTO L. PIRES	Calpires@upf.br	99983-5276	USVD Novo Cruzeiro	[illegible]
3	JOSÉ CARLOS [illegible]	[illegible] @gmail.com	981409143	SERAU PMPF	[illegible]
4	FERNANDA X THEIS	FERNANDA.x@[illegible].com	3312-3656	SEDEC	[illegible]
5	LUIZ PAULO FRAGOMENI	LPFRAGOMENI@GMAIL.COM	999134374	BAIRRO VERGUEIRO	[illegible]
6					
7					
8					
9					
10					

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	[illegible]		99982148	Prefeitura	[illegible]
2	[illegible]		991179695	Vergueiro	[illegible]
3	EDGAR BODANEZI		991757889	VERGUEIRO	[illegible]
4	[illegible]		999833373	Vergueiro	[illegible]
5	Rejane Pegola			Prefeitura	[illegible]
6	[illegible]		99965779	Prefeitura	[illegible]
7	[illegible]		99654032	[illegible]	[illegible]
8	Danubia Samara [illegible]		99161 0631	Casa da Mulher Samara	[illegible]
9	ADROALDO PANDOLFO		999440613	DEZ - BAIRRO [illegible]	[illegible]
10	RONALDO MOGNON		99993 3303		[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Simone Sigueza	simonesig@gmail.com	999797319	SMC	[illegible]
2	Jean Paulo Docampo	jeanpdocampo@hotmail.com	996413919	-	Paulo Docampo
3	Claudinei da Silva	[illegible]	991518546	[illegible]	[illegible]
4	Bruna Dal Agnol	[illegible]@hotmail.com	991174814	SEHAB	[illegible]
5	Gizele Zanotto	gizele@upf.br	99668-2538	CMPC	[illegible]
6	Eliana J. de Zorzi	eliana@pmpf.rs.gov.br	99747910	SEADIPMPF	[illegible]
7	Silvio [illegible]	silvio-[illegible]	36775600	AGARE	[illegible]
8	Edison Nunes	edison@pmpf.rs.gov.br	99597898	PMPF	[illegible]
9	Roberto Ariotti	roberto@upf.br	98182326	UPF	[illegible]
10	Renato Leal M. Pereira	renatolealpereira@gmail.com	(27)980595799	SEPLAN	[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo
Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	TAMARA DE F. ZMIESKI	[illegible]	999544006	SME	[illegible]
2	Elisângela A da Silva	[illegible]	991708198		[illegible]
3	BRUNO GALVÃO	[illegible]	996566473	UPF	[illegible]
4	[illegible]	[illegible]	99938-4889	HBCS	[illegible]
5	Juliane Lozzari	[illegible]	997351015	SEHAB	[illegible]
6	[illegible]		997443216		[illegible]
7	Ademar Marques	[illegible]	99112 [illegible]	AGEABA 21	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]	999023107	SEAD	[illegible]
9	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Paróquia [illegible]	[illegible]
10	Mariane Espanzola	[illegible]	98127-2527		[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA

ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Maria de Lourdes Piva	[illegible]	991434183	Vila Luiza	[illegible]
2	Diego Romani Santos	diegoromani[illegible]@gmail.com	99996 6065	SEMCAS	[illegible]
3	Marcos A. L. Frandoloso	frandoloso@upf.[illegible]	99945 2323	Vergueiro	[illegible]
4	Julio [illegible]	[illegible]	981398169		[illegible]
5	Celso L. da Silva	projetocultural@[illegible].com.br	99974 3515	Fundação Lucas Araújo	[illegible]
6	Norimar D. Bernardin	[illegible]@gmail.com	99977 9123	Vergueiro	[illegible]
7	José A. Teixeira	[illegible]@gmail.com	3314 [illegible]51	Centro	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
9	PAULO SEVERO	paulosevero[illegible]	99775088	Seplan	[illegible]
10	JAQUELINE CORAZZA	jaquelinec@pmpf.rs.gov.br	99681-9753	SEPLAN	[illegible]

PREFEITURA PASSO FUNDO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Pedro Almeida			prefeitura	[illegible]
2	Gustavo Beurich			SEPLAN	[illegible]
3	[illegible]			SEPLAN	[illegible]
4	Adolfo de Freitas			PGM	[illegible]
5	Everton A. Rosa			SEHAB	[illegible]
6	PABLO LIMA			SINDUSCON	[illegible]
7	Elisa Lima			Prefeitura	[illegible]
8	[illegible]			[illegible]	[illegible]
9	MARCOS GERHARDT	marcos@gerhardt.pro.br		CRESOL	[illegible]
10	[illegible]				[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo
Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLEIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Marina Bongiorno [illegible]	[illegible]@hotmail.com	99983[illegible]30	SMS	
2	MARIO R. MATTE	MMMATTE@[illegible].com.br	9999[illegible]		
3	CARLA PORTAL VASCONCELLOS	carlaportal@upf.br	96282[illegible]	UPF	
4	Luiz Roberto [illegible]	[illegible]@upf.br	996289266	CMDI	
5	[illegible]	[illegible]	99159 0[illegible]	[illegible]	
6	Helena [illegible]			Delegada / Bosque [illegible]	
7	Marina N. Constante	constanternera@yahoo.com.br	99684[illegible]	Bom Conselho Recreio	
8	CELSO [illegible] DOS SANTOS	[illegible]@yahoo.com	99624[illegible]	"	
9	Ana Maria [illegible]	[illegible]@hotmail.com	9.9134-[illegible]	"	
10	Ivan Manfroi	imanfroi@hotmail.com	99627[illegible]40	Sinergia [illegible]	

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Fabiana Veronese	[illegible]@pmpf.rs.gov.br	(54)99126.0564	SME	[illegible]
2	ANDRÉA MUSSI	[illegible]	54 [illegible]	IMED	[illegible]
3	[illegible] Santos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4	Morgana F. [illegible]		991430172		[illegible]
5	José Omar Silva Salerno		99678891		José O. S. Salerno
6	EDUARDO PRUSATTO	[illegible]	(54)99960 3606	AEAPF	[illegible]
7	LUCIANO FORTES	[illegible]	91063236	[illegible]	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]	(54)99931 [illegible]	SDE	[illegible]
9	ALEX NECKER	[illegible]@gmail.com	(54)99953 [illegible]	[illegible]	[illegible]
10	ENÉIA VERZI	[illegible]	999689942	ACISA	[illegible]

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo
Secretaria de Planejamento - SEPLAN

LISTA PRESENÇA
ASSEMBLÉIA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - ETAPA 02
15/01/2019 - AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA UFFS

	NOME	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Iara Martinazzi Lovo	[illegible]@gmail.com	(54)99981-9490	SEPLAN	Iara Lovo
2	Carlos Eduardo L. da Silva	carlu.vnilab@gmail.com	54 99998-1380	SDE	[illegible]
3	Vera Lúcia Siqueira		99975 7824	1º Conselheiro	[illegible]
4	Irani Camargo			"	[illegible]
5	Estela Faislampim		996223654	"	[illegible]
6	João Flávio [illegible]			PMPF	[illegible]
7	Antonio Eloy Martins		999832431	1º Conselheiro	[illegible]
8	Fábio Waltemas	[illegible]@hotmail.com	Rotary	Sol Central	[illegible]
9	Ylanete Basso	frondela@pmpf.rs.gov.br			Basso
10	Carlos Lenda Lazzari	[illegible]	54999832...	[illegible]	[illegible]

ANEXO 3 – HABITAÇÃO E OCUPAÇÕES

Os dados encontrados no PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social), apontam que em 2009, no cadastro da Secretaria de Habitação constavam 5435 inscritos, sendo 4264 classificados como déficit e 1171 classificados como inadequação.

SOLICITAÇÕES		POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO	
LOTE + CASA	2.591	DÉFICIT	4.264
CASA	1.019		
LOTE	96		
APARTAMENTO	516		
MÃO DE OBRA	5		
PAR	37		
MELHORIAS	1.026	INADEQUAÇÃO	1.171
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	108		
BANHEIRO	2		
REGULARIZAÇÃO	12		
PLANTA/PROJETO	3		
OUTRAS	20		
TOTAL	5.435		

Dados: Secretaria Municipal de Habitação (Set/2009) e Interpretação Latus Consultoria

Quanto ao levantamento relativo à inadequação fundiária, o PLHIS apresentou a seguinte tabela:

SEQ.	LOCAL	Nº LOTES	DESCRIÇÃO DA ÁREA
1	Vila Ipiranga	123	Invasão em área verde
2	Bairro N. Sra. Aparecida	32	Invasão
3	Entre Rios	100	Área privada alagadiça
4	Lot. Jardim do Sol	56	Assentamento
5	Perimetral Sul	25	R. Camilo Ribeiro
6	Vila Jardim	50	Área func. DAER
7	Bairro São José	6	RST 135 - futuro trevo - reassentar
8	Lot. São Miguel	12	Invasão em área verde
9	Lot. Victor Issler	200	Invasão em área verde
10	Petrópolis	40	Leito da Rua Morom
11	Vila Bom Jesus	200	Invasão em área verde
12	Lot. Isafa	36	Invasão - Rua Claudino Toldo
13	Lot. São José	50	Invasão - Rua Sergipe
14	Lot. São José	67	R. Guilherme Boor - R. A. Pasqual.
15	Bairro Cruzeiro	180	Área adquirida - antigos trilhos
16	Vila União	60	Assentamento
17	Vila Graeff	8	Invasão e assentamento
18	Vila Alice	32	Invasão em área verde
19	Lot. Profº Schissler	32	Assentamento
20	Bairro Valinhos	33	Assentamento - Quadra 144 Vera Cruz
21	Vila Isabel	30	Invasão em área verde
22	Lot. Leão XIII	35	Assentamento
23	Vila Luiza	30	Assentamento - R. Iza Dipp
24	Lot. SGARBI	12	Invasão em área verde
25	Vila Vera Cruz	8	Invasão Trav. Jari
26	Lot. 20 de Setembro	18	Invasão em área verde
27	Bairro São Luiz Gonzaga	45	Invasão e assentamento
TOTAL		1.520	

Dados: Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB

Tais dados usam os critérios do IBGE, portanto pelo fato de apenas serem considerados aglomerados subnormais quando constam 51 ou mais famílias, tais dados não representam com exatidão a situação. **Vê se necessário a utilização de outros métodos para uma análise mais precisa**.

A SEHAB em levantamento que ainda está sendo concluído, indica por enquanto 55 ocupações, onde a menor diagnosticada até o momento possui 7 famílias.

NOME DA OCUPAÇÃO	LOCAL/BAIRRO	PROPRIEDADE	SITUAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS	TEMPO DE OCUPAÇÃO
Planaltina 3	Planaltina	pública/município	p/ realocar	7	3 anos
São Miguel	Dona Julia	pública/município	em regularização		14 anos
Estufa	São Luis	pública/município	Problema – APP e lotes menores que o mínimo		
Beira trilho	beira trilho (toda extensão)	União (Rumo)	área de risco	em levantamento	
Vila Popular	Cruzeiro	Pública/município			
Vila Popular 2	Cruzeiro	União			
7 de setembro	Cruzeiro	privada			
Bela Vista	São Luis	Privada			4 anos
Vista Alegre	São Luis	Privada			4 anos
Independente	Independente	púbica/município		+- 40 famílias	+- 8 anos
Zachia 3	Zachia	Pública/município			
Zachia 1	Zachia	Corsan			
Záchia 2	Zachia	Corsan			
Záchia 4	Zachia	Pública/município			
Rua Telmo Ilha	Leonardo Ilha	Pública/município		+- 30 famílias	7 anos
Rua Deodoro Homerich	Leonardo Ilha	Pública/município		+- 30 famílias	7 anos
Parque do Sol 3	Parque do Sol	Pública/município		em levantamento	2 anos
Rua Walter Barbieux	Leão XIII	Pública/município	em regularização	+- 15 famílias	
Bortolini	Parque do Sol	Desapropriada – pública	em regularização		
Valinhos 1	Valinhos	Pública/município		+- 70 famílias	9 anos
Valinhos 2	Valinhos	privada		+- 50 famílias	9 anos
Valinhos 3	Valinhos	privada		+- 120 famílias	4 anos
Rua das Chácaras	Vera Cruz	Pública/município		15 famílias	10 anos
Rio Grande	Vera Cruz	privada		16 famílias	
Rua Padre Serraglio	Jardim América	Pública/município	para realocar (APP)	20 famílias	
Nonoai	Nonoai	Pública/município		15 famílias	9 anos
Victor issler	Victor Issler	Pública/município	em regularização		40 anos
São josé	São José	Pública/município	em regularização – faixa de domínio; gabarito de via e canalização		37 anos
Vila Feliz	São José	Pública/município			10 anos
Manoel Portela	Manoel Portela	Pública/município	Problema – APP e lotes menores que o mínimo	+- 130 famílias	+ de 30 anos
Bom Jesus	Bom Jesus	Pública/município			+ de 20 anos
Isafa	Lot. Sagrada Familia	Pública/município	em regularização		
20 de setembro	20 de setembro	Pública/município	em regularização – invasão de APP e abertura de via irregular	+- 40 famílias	
Xangri-lá	Xangri-lá	Pública/município	em regularização		
Cidade Nova	Cidade Nova	Pública/município			
Vila União	Operária	Pública/município	gabarito viário e lotes menores que o mínimo		
Quadra 38	Prof. Shisler	Pública/município	em regularização – abertura de via irregular		
Monteiro Lobato	Planaltina	Pública/município		+- 55 famílias	4 anos
Poncho Verde	Coronel Massot	Pública/município	p/ realocar	17 famílias	
Triângulo Giavarina	São Luís Gonzaga	Pública/município	em regularização – invasão de ruas	7 famílias	
Quadra 144	Valinhos	Pública/município	em regularização – abertura de via irregular	43 famílias	
Núcleo dos ferroviários / Ivo ferreira	beira trilho – Manoel Portela	União	área de risco	500 famílias	
Manoel Corralo	Manoel Corralo	Pública/município	em regularização	TODO O BAIRRO	
Coronel Massot	Coronel Massot	Pública/município	em regularização	TODO O BAIRRO	
Lucas Araújo	Lucas Araújo	Pública/município	em regularização	+- 130 famílias	
Donária – rio	Donária	?		+- 30 famílias	
Jaboticabal	Jaboticabal	Pública/município	em regularização	14 quadras	
Rua Prudente de Morais	São Luis Gonzaga	particular		+-7 famílias	10 anos
Rua Caramuru	Manoel Corralo	particular		+-18 famílias	
Av. Perimetral	Manoel Corralo	púbica/município		+- 21 famílias	10 anos
Rua Cerro Largo	Nª Srª Aparecida	púbica/município		+- 20 famílias	
Rua Arthur Lângaro	Planaltina	púbica/município		+- 30 famílias	4 anos
Pinheirinho Toledo	atrás da Cesa	União			
Vila Isabel	Vila Isabel	púbica/município	em regularização		
Vila União	Bairro Operária	púbica/município		+- 70 famílias	